

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Tese de Doutorado

OBSERVAÇÕES SÓCIO-TERRANAS: COMUNICAÇÃO DE MASSA E RISCOS
AMBIENTAIS NA MODERNIDADE

LIDIANE RODRIGUES DOMINGUES

Brasília - DF

2025

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

LIDIANE RODRIGUES DOMINGUES

Observações sócio-terranas: comunicação de massa e riscos ambientais na modernidade

Tese apresentada à Universidade de Brasília como
parte dos requisitos para a obtenção do título de
doutora pelo Programa de Pós-Graduação em
Sociologia.

Orientador:

Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves

Brasília - DF

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Domingues, L. R. Observações sócio-terranas: comunicação de massa e riscos ambientais na modernidade. Lidianne Rodrigues Domingues. Brasília, 2025. Número de páginas: 595. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF. Palavras-chave: *Teoria dos Sistemas Sociais; Observações Sócio-Terranas; Riscos Ambientais; Meios de Comunicação de Massa; Opinião Pública; Modernização; Reino Unido; Estados Unidos; China*. Universidade de Brasília. PPG/SOL.

À memória de Ciro Marcondes Filho

Agradecimentos

Gostaria de começar agradecendo ao companheiro não humano que foi fundamental neste percurso: Benedito. Se a confiança é o elo que esteia as amizades, posso dizer com segurança que a amizade do meu companheiro *Canis lupus* assegurou em mim um conforto emocional, na cadência da rotina laboral, que de outra forma eu não teria. Não importa que ele não saiba ler, mas importa valorizar um processo coevolutivo de 40 mil anos que permite que a fraternidade entre nossas espécies seja perene até hoje. Agradeço também à minha mãe, Lidia, que se desdobrou uma vida inteira para que eu pudesse estudar, construindo um ambiente no qual fui estimulada à curiosidade e à autonomia. Agradeço ao meu irmão, Efraim, por me ouvir e me apoiar nos momentos difíceis e nas escolhas arriscadas. Meu pai, José Elias, ainda que não exista mais em vida, certamente permanece em mim como o impulso vital das minhas aventuras. Reconheço a sorte e o privilégio de ter uma família sustentada pelo amor – e incluo aqui meu tio Gabriel, minha tia Lourdes e minha prima Damaris (os Fernandes) –, e por contar com amizades sem as quais nada disso seria possível.

Meu percurso acadêmico foi marcado pelo contato com pessoas preciosas, dentre as quais, meu ex-orientador, Prof. Dr. Mauro Luiz Rovai, que tão generosamente lapidou em mim uma socióloga. Agradeço-lhe, Mauro, pois me ensinou tão bem que suas coordenadas se fazem presentes mesmo à distância e estarão sempre comigo. Agradeço também ao Prof. Dr. Henrique Parra, cujas disciplinas cursadas no percurso deste doutorado – e mesmo antes – provocaram as melhores ideias. Também sou imensamente grata ao meu orientador, Prof. Dr. Fabrício Neves, pela confiança em mim posta, pelas provocações intelectuais de alto nível e pela observação criteriosa do meu trabalho. Coordenado por ele, nosso grupo, Tatá, merece também enorme consideração por ser o ambiente no qual o compartilhamento de inquietações e proposições tem sido extremamente fértil. Meu amigo Lucas Buosi tem toda minha gratidão pelo apoio, pela confiança e pelas sugestões a este trabalho. Agradeço também ao Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues e ao Prof. Dr. Rafael Antunes de Almeida que fizeram contribuições valiosas na minha qualificação e certamente as farão novamente na banca de defesa. Aproveito para agradecer a todos os membros da banca, formada pelos professores há pouco mencionados, acrescida da Prof.^a Dr.^a Sayonara Leal, do Prof. Dr. Sergio Tavoraro e do Prof. Dr. Roberto Dutra. Agradeço, por fim, ao CNPq, cujo fomento foi fundamental nessa empreitada, assim como ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB, seus funcionários/as e professores/as que me acolheram tão bem na Universidade de Brasília, a qual devo também

intenso agradecimento por ser uma instituição acessível e dotada de recursos materiais e imateriais propícios para a tessitura de uma boa pesquisa.

Trabalho realizado junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, sob orientação do Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves. Apoio CAPES e CNPq.

Observações sócio-terranas: comunicação de massa e riscos ambientais na modernidade

LIDIANE RODRIGUES DOMINGUES

Tese aprovada em: 15/12/2025

Prof. Dr. Sergio Barreira de Faria Tavoraro – Universidade de Brasília – UnB
(Membro interno)

Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues – UFPel
(Membro externo)

Prof. Dr. Rafael Antunes Almeida – UNILAB
(Membro externo)

Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Júnior – UENF
(Membro externo)

Prof.^a Doutora: Sayonara Leal – UnB
Membro interno (Suplente)

Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves (Orientador/Presidente)

BRASÍLIA - DF
2025

Resumo

Esta tese investiga diferentes formas pelas quais a sociedade moderna observa os riscos ambientais a partir da perspectiva da Teoria Geral dos Sistemas Sociais (TGSS) de Niklas Luhmann. O objetivo central é analisar comparativamente as observações sócio-terranas – termo cunhado para designar as comunicações/ações sociais que selecionam informações e atualizam expectativas referentes ao meio natural – em três contextos nacionais distintos: Reino Unido, Estados Unidos e China. A pesquisa demonstra que, com a modernização e o predomínio da diferenciação funcional, essas observações tornaram-se mais especializadas e paradoxalmente aumentaram a dependência societal da natureza. Metodologicamente, a análise concentra-se no sistema de meios de comunicação de massa como o lócus privilegiado para observar a construção da opinião pública sobre os riscos ambientais. Através de uma sociologia histórica sistemicamente orientada, a tese descreve e compara as trajetórias semânticas específicas de cada país: no Reino Unido, as observações são marcadas pela ressonância de riscos atmosféricos históricos e por uma opinião pública mais alinhada com as comunicações científicas e políticas globais. Nos Estados Unidos, a controvérsia se torna um parâmetro seletivo central, resultando em uma opinião pública dividida entre céticos e defensores da agenda ambiental. Na China, as observações são profundamente influenciadas por uma semântica arcaica reinterpretada e por um processo de modernização singular, em que a imprensa opera em estreito acoplamento com o sistema político. A comparação revela diferentes orientações semânticas, formas de observação jornalística, padrões de disseminação de informações e graus de ressonância entre a opinião pública e a agenda ambiental. A tese argumenta que, face aos riscos ambientais globais, a sociedade mundial não produz uma resposta homogênea, mas uma miríade de descrições locais, cada uma filtrada por semânticas historicamente consolidadas. Esta pesquisa avança a TGSS ao integrar a natureza de forma mais central à teoria e oferece uma ferramenta analítica para compreender a complexa coevolução entre sociedade e natureza na modernidade.

Palavras-chave: Teoria dos Sistemas Sociais; Observações Sócio-Terranas; Riscos Ambientais; Meios de Comunicação de Massa; Opinião Pública; Modernização; Reino Unido; Estados Unidos; China.

Abstract

This thesis investigates different ways in which modern society observes environmental risks from the perspective of Niklas Luhmann's General Theory of Social Systems (GTSS). The central objective is to comparatively analyze socio-terran observations – a term coined to

designate social communications/actions that select information and update expectations regarding the natural environment – in three distinct national contexts: the United Kingdom, the United States, and China. The research demonstrates that, with modernization and the predominance of functional differentiation, these observations have become more specialized and, paradoxically, have increased societal dependence on nature. Methodologically, the analysis focuses on the mass media system as the privileged locus for observing the construction of public opinion on environmental risks. Through a systemically oriented historical sociology, the thesis describes and compares the specific semantic trajectories of each country: in the United Kingdom, observations are marked by the resonance of historical atmospheric risks and by a public opinion more aligned with global scientific and political communications. In the United States, controversy becomes a central selective parameter, resulting in public opinion divided between skeptics and proponents of the environmental agenda. In China, observations are profoundly influenced by a reinterpreted archaic semantics and a unique modernization process, where the press operates in close coupling with the political system. The comparison reveals different semantic orientations, forms of journalistic observation, patterns of information dissemination, and degrees of resonance between public opinion and the environmental agenda. The thesis argues that, faced with global environmental risks, world society does not produce a homogeneous response but a myriad of local descriptions, each filtered by historically consolidated semantics. This research advances TGSS by integrating nature more centrally into the theory and offers an analytical tool for understanding the complex co-evolution between society and nature in modernity.

Keywords: Social Systems Theory; Socio-Terran Observations; Environmental Risks; Mass Media; Public Opinion; Modernization; United Kingdom; United States; China.

Résumé

Cette thèse examine différentes manières dont la société moderne appréhende les risques environnementaux à la lumière de la théorie générale des systèmes sociaux (TGSS) de Niklas Luhmann. Son objectif principal est d'analyser comparativement les observations socio-terriennes – un terme désignant les communications et actions sociales qui sélectionnent l'information et actualisent les attentes concernant l'environnement naturel – dans trois contextes nationaux distincts: le Royaume-Uni, les États-Unis et la Chine. La recherche démontre qu'avec la modernisation et la prédominance de la différenciation fonctionnelle, ces observations se sont spécialisées et, paradoxalement, ont accru la dépendance de la société à l'égard de la nature. Sur

le plan méthodologique, l'analyse se concentre sur le système médiatique, lieu privilégié d'observation de la construction de l'opinion publique sur les risques environnementaux. À travers une sociologie historique systémique, la thèse décrit et compare les trajectoires sémantiques spécifiques à chaque pays: au Royaume-Uni, les observations sont marquées par la résonance des risques atmosphériques historiques et par une opinion publique davantage en phase avec les communications scientifiques et politiques mondiales. Aux États-Unis, la controverse devient un paramètre de sélection central, divisant l'opinion publique entre sceptiques et partisans de la cause environnementale. En Chine, les observations sont profondément influencées par une réinterprétation de la sémantique archaïque et un processus de modernisation singulier, où la presse opère en étroite collaboration avec le système politique. La comparaison révèle des orientations sémantiques, des formes d'observation journalistique, des modes de diffusion de l'information et des degrés de résonance différents entre l'opinion publique et la cause environnementale. Cette thèse soutient que, face aux risques environnementaux globaux, la société mondiale ne produit pas une réponse homogène, mais une multitude de descriptions locales, chacune filtrée par une sémantique historiquement consolidée. Cette recherche enrichit la théorie des systèmes socioculturels et sociaux (TSSS) en intégrant davantage la nature au cœur de la théorie et offre un outil analytique pour comprendre la coévolution complexe entre société et nature dans la modernité.

Mots-clés: Théorie des systèmes sociaux; Observations socio-terriennes; Risques environnementaux; Médias de masse; Opinion publique; Modernisation; Royaume-Uni; États-Unis; Chine.

Sumário

Lista de Siglas.....	1
Lista de Imagens	2
Parte I.....	3
1. Introdução	4
1.1 Para uma sociologia sistêmica da natureza	5
2. Entre Conceitos e Procedimentos: a Operacionalização da Teoria Sistêmica	14
2.1 Glossário teórico.....	14
2.2 Observando os observadores: análise funcional da construção semântica dos riscos ambientais na imprensa.....	28
3. A Sociedade Moderna.....	36
3.1 Sociedade moderna como sociedade do risco	40
3.2 Imprensa e reflexividade	47
3.3 Aceleração social do tempo.....	55
4. A Construção da Realidade no Século XX: As Diferenças Globais do Meio, da Forma e da Operatividade dos Meios de Comunicação de Massa.....	66
4.1 A mundialização dos <i>media</i>	79
4.2 As diferentes tecnologias de comunicação	106
4.3 Memória, semântica e normatividade	113
4.4 A introdução do tema dos riscos ecológicos na opinião pública	127
5. A Comunicação dos Riscos Ambientais: da Descoberta Científica à Agenda Política Internacional	132
Parte II.....	145
6. A Materialização do Cosmos na Semântica Ocidental e a Recentralização do Humano na Natureza	146
7. A Perspectiva Britânica sobre a Natureza e os Riscos Ambientais	155
7.1 A ascensão do rei nevoeiro: a descrição jornalística dos riscos ambientais da revolução industrial ao grande <i>smog</i> de 1952.....	155
7.2 A construção da dualidade no discurso ambiental britânico: a ressonância político-econômica na cisão da esfera pública	171
8. A Perspectiva Estadunidense sobre a Natureza e os Riscos Ambientais.....	211
8.1 As bases semânticas da expansão territorial estadunidense	211
8.2 Entre o sagrado e o útil: o embate preservacionista-conservacionista na criação dos parques nacionais.....	222
8.3 Industrialização, expansão urbana e poluição	234

8.4 Associações, imprensa e política: como os riscos ambientais foram acoplados na esfera pública estadunidense.....	251
8.5 Rupturas e continuidades: a reconfiguração do debate ambiental no pós-guerra	266
8.6 A controvérsia como parâmetro seletor	275
9. A Perspectiva Chinesa sobre a Natureza e os Riscos Ambientais.....	304
9.1 Confucionismo.....	306
9.2 Taoísmo.....	312
9.3 Budismo	317
9.4 Ordenar a terra, alimentar o império.....	320
9.5 A Modernização Chinesa.....	331
9.6 Os riscos ambientais e suas descrições no período republicano chinês	353
9.7.1 Reformar o Céu, transformar a terra: a revolução comunista e as observações sócio-terranas no período Mao	392
9.7.2 Da guerra contra a natureza à grande fome	400
9.7.3 A luta contra o Céu e a terra: a descrição da natureza na Revolução Cultural	433
9.8 As observações sócio-terranas no período de abertura econômica: emergência do movimento ambientalista chinês e da imprensa ecocrítica	450
9.9 A retomada do Tao na prospecção de uma (nova) civilização ecológica	494
10. Observações Sócio-Terranas em Perspectiva Comparada: Do Global ao Local, ou Lá e de Volta Outra Vez	523
10.1 A construção dos riscos ambientais em perspectiva comparada: similaridades e distinções entre Reino Unido, EUA e China.....	523
10.2 Contingência e Comunic(A)ção: Reflexões Finais sobre os Caminhos das Observações Sócio-Terranas	543
Bibliografia.....	559
Referências Online.....	593

Lista de Siglas

CCOL Comitê Coordenador da Camada de Ozônio

CFCs Clorofluorcarbonetos

CIFRC Comissão Internacional de Ajuda à Fome da China

DDTs Dicloro-Difenil-Tricloroetano

DoE Department of the Environment/UK (Departamento do Meio Ambiente do Reino Unido)

ELP Exército Popular da Libertação da China

EUA Estados Unidos da América

GEE Gases de Efeito Estufa

GEF Fundo Global para o Meio Ambiente

GWPF Global Warming Policy Foundation (Fundação de Políticas sobre Aquecimento Global)

IPCC Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

IPSO Independent Press Standards Organisation (Organização Independente de Padrões de Imprensa)

LRTAP Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância

MIT Instituto de Tecnologia de Massachusetts

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMM Organização Meteorológica Mundial

ONU Organização das Nações Unidas

PCC Partido Comunista da China

PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RPC República Popular da China

TGS Teoria Geral dos Sistemas

TGSS Teoria Geral dos Sistemas Sociais

UKMO United Kingdom Met Office (Serviço Meteorológico do Reino Unido)

UNFCCC Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Lista de Imagens

Imagem 1: Bifurcações no Tempo.....	56
Imagem 2: O Rei Nevoeiro.....	162
Imagem 3: The Guardian, 29 de março de 1967.....	174
Imagem 4: Daily Mirror, 13 de dezembro de 1982.....	180
Imagem 5: Pittsburgh Post-Gazette de 4 de fevereiro de 1941.....	260
Imagem 6: A esposa de Zhou Di.....	329
Imagem 7: Shibao, 17 de abril de 1921, p. 14.....	364
Imagem 8: Zhōngyāng Rìbào, 3 de setembro de 1931.....	373
Imagem 9: Zhōngyāng Rìbào, 13 de setembro de 1931, p. 6.....	374
Imagem 10: Liángyǒu Huàbào, edição número 62 de outubro de 1931, p. 14.....	377
Imagem 11: Liángyǒu Huàbào, edição número 62 de outubro de 1931, p. 15.....	378
Imagem 12: A Ponte de Madeira no Cruzamento da Estrada Norte.....	380
Imagem 13: Rénmín Huàbào, setembro de 1954.....	404
Imagem 14: Enfrente o vento e as ondas, todos têm habilidades notáveis.....	411
Imagem 15: Os Oito Imortais.....	412
Imagem 16: A comuna é como um dragão gigante, a produção é notável e inspiradora.....	413
Imagem 17: Os vegetais são verdes, os pepinos são gordos, a produção é abundante.....	417
Imagem 18: Inicie o movimento para aumentar a produção e praticar a economia, com alimentos e aço no centro, com grande força!.....	418
Imagem 19: Eliminando o último pardal.....	420
Imagem 20: O presidente Mao inspeciona o Rio Amarelo.....	426
Imagem 21: A flor vermelha de Dazhai floresce em todos os lugares.....	440
Imagem 22: As pessoas em vários lugares inspiraram grandemente o espírito revolucionário de mudar o mundo, estão cheias de entusiasmo e vigor e promovem vigorosamente a construção básica de terras agrícolas.....	442
Imagem 23: Rénmín Huàbào, julho de 1967, p. 40.....	445
Imagem 24: Todo o povo planta árvores e põe rios e montanhas em ordem.....	456
Imagem 25: Plante flores e gramíneas, embeleze o ambiente das cidades e vilas.....	457
Imagem 26: Curva COP - NOAA GML (Observatório Mauna Loa).....	552
Imagem 27: Relatórios do IPCC vs. CO ₂ atmosférico (1990–2024) - NOAA GML (Observatório Mauna Loa).....	553

Parte I

Viver é muito perigoso... Querer o bem com demais força, de incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal, por principiar. Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para o concertar consertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo. [...] Tudo o que já foi, é o começo do que vai vir, toda a hora a gente está num cômputo. Eu penso é assim, na paridade. O demônio na rua... Viver é muito perigoso; e não é não. Nem sei explicar estas coisas. Um sentir é o do sentente, mas outro é o do sentidor.

Grande Sertão: Veredas – Guimarães Rosa

1. Introdução

A relação entre sociedade e natureza é, particularmente no presente momento histórico, uma das mais fundamentais para a análise das ciências sociais. Nunca foi tão importante refletir sobre nossa relação com o planeta e com as 2.516.577 espécies¹ com as quais compartilhamos uma história evolutiva de pelo menos 3,5 bilhões de anos². Nas últimas décadas, o tema dos chamados riscos ambientais emergiu com força para a ciência de modo geral e com bastante proeminência para a Sociologia, área na qual se inscreve esta tese. Inúmeras abordagens e conceitos transdisciplinares foram criados para dar conta da complexidade de um problema que se tornou global, como, por exemplo: sociedade do risco³, antropoceno⁴, capitaloceno⁵, relações humanos-não humanos⁶, Gaia⁷, Terrestre⁸, dentre outros. Todas estas são formas de significação importantes para a descrição do problema e oportunamente utilizarei um ou outro desses conceitos, mas nesta tese a proposta é abordar a relação entre sociedade e natureza e seus riscos de uma perspectiva sistêmica, isto é, tecer uma abordagem baseada na Teoria Geral dos Sistemas Sociais (TGSS). Outros autores, como Jorge Galindo⁹, Marcelo Arnold Cathalifaud¹⁰ e Anahí Urquiza Gómez¹¹, já enveredaram por este caminho e, junto com Niklas Luhmann, servirão de guia no périplo que aqui se propõe, qual seja, observar as descrições acerca das relações entre sociedade e natureza e seus riscos inerentes de forma situada em três diferentes países, a saber, Reino Unido, EUA e China. De início, introduzirei as bases teóricas que darão chão para o percurso; em seguida, resumirei brevemente o conteúdo dos capítulos

¹ Bánki, O. et al., 2025.

² Schopf, 1999.

³ Beck, 2010.

⁴ Crutzen; Stoermer, 2000.

⁵ Malm, 2016.

⁶ Latour, 1994; Haraway, 2022.

⁷ Lovelock, 2020.

⁸ Latour, 2020.

⁹ Galindo, 2015.

¹⁰ Arnold; Urquiza, 2010.

¹¹ Aliste; Urquiza, 2010.

subsequentes e as principais conclusões emergentes desta pesquisa.

1.1 Para uma sociologia sistêmica da natureza

A Teoria Geral dos Sistemas Sociais é, como o nome diz, uma teoria omniabarcadora. É um paradigma pelo qual é possível observar a sociedade, ao mesmo tempo, de modo geral e nos seus pormenores. O pressuposto fundante desta possibilidade é que, segundo Luhmann, sociedade é apenas e simplesmente comunicação, logo tudo que é comunicação é objeto da sociologia, assim como o que não é comunicação escapa da nossa área do conhecimento. Os seres humanos, por exemplo, enquanto sistemas orgânico e psíquico acoplados¹², são objetos de estudo da biologia, da medicina e da psicologia; para a sociologia, eles (nós) estão no ambiente da sociedade e só participam dela comunicativamente, não são (somos), portanto, o foco da observação sociológica. Por outro lado, tanto os sistemas sociais quanto os seres humanos são sistemas autopoieticos que se distinguem do mundo ao seu redor e nele reproduzem a si mesmos, criando internamente estruturas que acoplam do seu meio. Enquanto a sociedade se reproduz através de comunicações/ações – que se bifurcam entre a aceitação e a negação¹³ –, os sistemas psíquicos se reproduzem através de pensamentos¹⁴. De sua parte, a sociedade se enriquece com comunicações da participação humana em papéis sociais, enquanto os seres humanos constroem-se a si mesmos através da autossocialização que realizam desde sua tenra infância¹⁵. São, em uma palavra, sistemas coevolutivos. A diferença estrutural e operacional que distingue um do outro, enquanto sistema e ambiente, é que permitiu a emergência e a continuidade de ambos e o que facilita o compartilhamento de complexidade entre eles são as linguagens, os signos, os sentidos construídos internamente tanto na comunicação quanto no pensamento¹⁶. Logo, sociedades e seres humanos compartilham uma semântica mais ou menos comum que conduz suas operações. Desta distinção já tratei mais detalhadamente em outro lugar¹⁷; aqui é interessante ressaltar outro ambiente que escapou da observação luhmanniana, pelo menos em profundidade, qual seja, a natureza com a qual tanto a(s) sociedade(s) quanto os seres humanos também compartilham complexidade.

Até onde eu sei, essa proposta é singular e pode ser observada como um tanto

¹² Luhmann, p. 96-97, 2009.

¹³ Luhmann, p. 171, 2016.

¹⁴ Luhmann, p. 15, 2009.

¹⁵ Luhmann, p. 117, 2009.

¹⁶ Luhmann, p. 276, 2009.

¹⁷ Domingues, 2014.

heterodoxa na teoria dos sistemas sociais; no entanto, conforme essa pesquisa foi se construindo, tornou-se inescapável o fato de que, desde tempos remotos, a(s) sociedade(s) se auto-organiza(m) antes de tudo em relação ao(s) seu(s) ambiente(s) natural(is) e, através da significação destes, desenvolve(m) meios para sua permanência e reprodução. Luhmann situa a emergência da comunicação ecológica na modernidade tardia, por volta da década de 1960, quando de fato as relações entre sociedade e natureza começaram a ser socialmente observadas como arriscadas¹⁸. Concordando com Luhmann, acrescento que desde sempre o ambiente natural foi observado por diferentes sociedades e que cada qual, à sua maneira, o significou e o tornou parte de sua construção semântica. E mais, essa construção semântica anterior, arcaica e pré-moderna, operou bifurcações que conduzem até hoje à forma como diferentes culturas observam os riscos emergentes na contemporaneidade. Para outras linhas teóricas, esta é uma proposição quase óbvia; no entanto, na teoria dos sistemas sociais, ela tem implicações analíticas muito particulares. Primeiramente, porque os sistemas sociais, que operam apenas reproduzindo sentido, só podem acessar a natureza pela comunicação. Isto é, sistemas sociais não sentem a chuva, o vento e o calor do Sol, não queimam no fogo, não submergem na água, não sobem montanhas. Os seres humanos sim; no entanto, os seres humanos não são, a rigor, objetos da sociologia, uma vez que as comunicações das quais participam ocorrem na instância social e não em sua cognição e pensamento. A questão então é: como a sociedade observa a natureza? A única resposta, se quisermos manter os dois pés na teoria dos sistemas sociais, é: tão somente por meio da comunicação.

Luhmann propõe uma linha evolutiva para os sistemas sociais que segue a seguinte gradação diferencial: primeiro emergiram sociedades segmentárias, depois sociedades estamentais e, por fim, a sociedade moderna que, por sua vez, é mundial e, portanto, singular¹⁹. O que as distingue são suas formas de diferenciação prevalentes; no entanto, essas formas mais se sobrepõem do que se anulam, isto é, se nas sociedades segmentárias a organização se dava majoritariamente pela distinção entre o familiar e o desconhecido e se nas sociedades estamentais pela distinção entre hierarquias, na sociedade moderna é a diferenciação funcional que prevalece sem, contudo, excluir as formas organizacionais anteriores. Na sociedade moderna, os sistemas sociais diferenciam-se por suas funções e operam cada qual de acordo com um código binário que conduz suas comunicações – a economia, por exemplo, opera pela diferença entre ter e não ter dinheiro/propriedade, enquanto o direito opera pela diferença entre

¹⁸ Luhmann, 1989.

¹⁹ No capítulo correspondente à Sociedade Moderna, farei uma crítica aprofundada a esta concepção.

legal e ilegal. Sobre essas particularidades darei mais detalhes adiante; por ora, o importante é ressaltar que sistemas de comunicação, antigos e modernos, se reproduzem conectando informações que são observadas e selecionadas em seu ambiente (humano e social) e são internamente atualizadas. Algumas conexões acabam por produzir processos comunicativos que perduram no tempo e geram auto-organização, da qual se diferenciam novos processos comunicativos e assim sucessivamente²⁰. É assim que emergem os sistemas sociais e suas organizações: através de bifurcações espirais autocatalisadoras. O caso é que, para manutenção de sua permanência, todas as sociedades e seus respectivos sistemas sociais precisam, de uma forma ou outra, considerar o ambiente natural no qual se reproduzem e as seleções dessas considerações, ou observações, dão-se, como tudo em sociedade, de forma contingente. O ambiente, mesmo enquanto um constructo interno do sistema que observa, tem peculiaridades próprias que condicionam não a observação, mas a permanência do observador. As seleções pelas quais o sistema constrói seu ambiente precisam, portanto, ser em alguma medida eficientes, isto é, precisam corresponder às suas necessidades de autorreprodução neste ambiente. Nem sempre isso ocorre, pois toda racionalidade sistêmica é limitada por estruturas anteriormente criadas que, bem ou mal, orientam novas seleções no ambiente que as atualizam. Resumidamente: é sempre possível que elementos relevantes escapem à observação ou mesmo que o sistema os rejeite, isto é, não os leve em consideração em suas operações²¹. Neste sentido, as observações que diferentes sociedades fizeram e fazem sobre seu ambiente natural são, por um lado, conduzidas por estruturas internas anteriormente criadas e, por outro, limitadas pelas condições do ambiente – a economia de uma comunidade caiçara, por exemplo, se organiza distintamente da economia de uma comunidade de terras altas, embora em ambas, atualmente, o código econômico entre ter e não ter dinheiro/propriedade vigore da mesma forma. Os conhecimentos produzidos e reproduzidos no âmbito sistêmico e organizacional variam, embora sua forma de diferenciação possa ser a mesma. Toda sociedade construiu, portanto, uma forma bastante particular de observar a natureza em seu meio, que se relaciona, sobretudo, com sua semântica historicamente construída e com as limitações naturalmente dadas neste ambiente.

A natureza, por sua vez, pode ser observada, segundo a teoria geral dos sistemas, enquanto o ambiente propício para auto-organização de sistemas autopoieticos, uma vez que

²⁰ Segundo Luhmann: “Só podemos falar em processo se ocorrências se articulam umas com as outras de maneira encadeada, ou, dito mais exatamente: se a seleção de uma ocorrência possibilitar a seleção de uma outra. O conceito de processo, portanto, designa uma intensificação da seletividade de um tipo particular: uma intensificação da seletividade que precisa de tempo” (Luhmann, p. 403, 2016).

²¹ Luhmann, p. 209, 2016.

nosso planeta, por razões evolutivas do próprio Universo, calhou de estar a uma distância adequada da nossa estrela, o Sol, e de dispor de elementos que, por suas próprias dinâmicas – físicas, químicas e eletromagnéticas –, possibilitaram a emergência e a permanência da vida, sendo, portanto, o que se chama de um sistema termodinamicamente aberto²², isto é, que troca energia com seu entorno (interno e externo) e se regula em relação a ele. O que estou chamando de natureza é, então, todo e qualquer componente extrassocial oriundo dessa dinâmica que possibilita a vida, ou ainda, que funciona como meio para autopoiese de sistemas vivos – e sociais, por consequência. James Lovelock criou o termo “Gaia” para significar as dinâmicas planetárias que mantêm a possibilidade de vida na Terra²³. Este termo é amplo demais para o que quero propor aqui, principalmente porque ele só faz sentido se relacionado à sociedade moderna (recém) mundializada, se considerado dos pontos de vista histórico e sociológico. A natureza que quero evidenciar, ou melhor, construir conceitualmente, é uma que surge situacionalmente nas observações sociais, uma vez que ela só é apreendida de forma altamente seletiva por meio da comunicação. Explico-me. Enquanto ambiente da sociedade, a natureza só pode influir sobre ela destrutivamente. Qualquer outra interação entre sociedade e natureza só pode ocorrer no plano da comunicação, isto é, através da seleção e atualização de informações correspondentes ao que se considera relevante nessa construção específica de ambiente. Isto é, ao fim e ao cabo, a sociedade só se relaciona com ela mesma, já que o próprio ambiente é um constructo dos sistemas sociais. Por outro lado, a natureza, enquanto amálgama de sistemas orgânicos e inorgânicos, parece também manter certa (in)diferença em relação à sociedade; as dinâmicas que nela se operam conectam-se no tempo, respondendo a princípios próprios ou, para pensar um pouco com Isabelle Stengers, para a qual não é que o capitalismo não se importe com a atmosfera, mas que a atmosfera não se importa com o capitalismo²⁴, poderíamos acrescentar que tanto a sociedade não se importa com a natureza quanto a natureza não se importa com a sociedade – pelo menos não como um todo e pelo menos não a princípio. Há certa indiferença mútua entre elas. A sociedade faz seleções sobre a natureza de acordo com

²² Para saber mais sobre a dinâmica de sistemas termodinamicamente abertos, recomendo: Prigogine, Ilya; Stengers, Isabelle. *A nova aliança: metamorfose da ciência*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.

²³ Cito Lovelock: “Gaia é um invólucro esférico fino de matéria que cerca o interior incandescente. Começa onde as rochas crustais encontram o magma do interior quente da Terra, uns 160 quilômetros abaixo da superfície, e avança outros 160 quilômetros para fora através do oceano e ar até a ainda mais quente termosfera, na fronteira com o espaço. Inclui a biosfera e é um sistema fisiológico dinâmico que vem mantendo nosso planeta apto para a vida há mais de 3 bilhões de anos. Chamo Gaia de um sistema fisiológico porque parece dotada do objetivo inconsciente de regular o clima e a química em um estado confortável para a vida. Seus objetivos não são pontos fixos, mas ajustáveis a qualquer meio ambiente atual e adaptáveis às formas de vida que mantenha” (Lovelock, p. 29, 2020).

²⁴ Stengers, 2015.

a operatividade de seus sistemas; neste sentido, na sociedade moderna, a natureza é diferente para cada um deles: para a economia, é recurso; para o direito, é objeto de legislação; para a política, é tomada de decisão; para a ciência, é objeto de conhecimento; para os movimentos de protesto, é pauta; e assim por diante. Além disso, nenhum sistema social observa a natureza diretamente; por exemplo: os meios de comunicação de massa²⁵ observam majoritariamente as observações de outros sistemas sobre a natureza; a economia observa-a tecnicamente antes de realizar seus empreendimentos – se considerar necessário –; a política observa a opinião pública antes de tomar decisões sobre a natureza; possivelmente só áreas específicas da ciência observam a natureza em si e mesmo assim sob a lente de comunicações científicas anteriormente produzidas. Ao mesmo tempo, enquanto dois lados da mesma forma, isto é, enquanto sistema e ambiente um para o outro, sociedade e natureza têm coevoluído desde sempre. Embora o termo “evolução” possa ter conotação de aprimoramento, não é a isto que se refere a teoria dos sistemas, mas às dinâmicas de adaptação mútua que envolvem amplo compartilhamento de complexidade e conexões de processos sempre contingentes. A estas dinâmicas adaptativas que envolvem seleções dos sistemas sociais sobre a natureza, eu gostaria de chamar de “observações sócio-terranas”, particularmente a criação e atualização de estruturas/expectativas pelas quais a sociedade conduz processos observando a natureza. Essas observações se dão sempre de forma semântica e naturalmente situadas²⁶, embora ocasionalmente possam ter efeitos globais. Neste sentido, não obstante tenham o aspecto operacional comum, elas se dão das mais diferentes formas. Alguns exemplos iniciais, para tornar a proposta mais clara, são as diferentes formas de manejo florestal e agrícola que dependem substancialmente das características naturais do ambiente de cada lugar e da significação deles para diferentes comunidades, ou ainda, as distintas e sucessivas epidemias que tornaram-se risco para a saúde humana e para as quais diferentes significações e soluções foram dadas, ou então, as diferentes formas de navegação que envolvem não apenas a construção de tecnologias eficientes de flutuação, mas sobretudo o conhecimento das possíveis interações dessas tecnologias com os diferentes rios e correntes marítimas assim como com o vento e a posição das estrelas no céu em cada hemisfério. É sobretudo importante ressaltar que grande parte das tecnologias são produtos de observações deste tipo. Mas não apenas as tecnologias, como inúmeras outras formas de organização social, decorrem dessas observações – para dar um exemplo bastante geral: notemos que toda sociedade organiza suas operações de

²⁵ Que serão também chamados de *medium* no singular e *media* no plural.

²⁶ Por “naturalmente” quero dizer condições ambientais naturais, como as dos desertos, das montanhas, do litoral, etc., que conformam condições naturais distintas para observação social.

acordo com a rotação planetária, isto é, grande parte das comunicações acontece durante o dia e não durante a noite, independentemente de como esses períodos foram significados ao longo da história – e isto tanto tem a ver com o metabolismo do corpo humano, com o qual a sociedade interpenetra-se, quanto com a factual rotação do planeta. Em suma, chamarei de observação sócio-terrana qualquer comunicação/ação que selecione informações e atualize expectativas sociais referentes ao meio natural. O termo “sócio”, por óbvio, designa a autorreferência das comunicações sociais, já o termo “terrana” se refere à heterorreferência aos elementos naturais. Não estou completamente segura se é o termo mais apropriado, mas é o mais próximo que cheguei de uma síntese dessas observações emergentes na pesquisa²⁷.

Um desenvolvimento teórico subjacente ao conceito de observações sócio-terranas é o de que, conforme a(s) sociedade(s) evoluíram em suas formas de diferenciação, os parâmetros seletivos para observação da natureza tornaram-se cada vez mais especializados, o que, por um lado, aumentou a indiferença em relação à natureza – tornando-a mais visível para algumas instâncias e praticamente invisível para outras – e, por outro, essa especialização permitiu o crescimento de complexidade social de modo a requerer cada vez mais extração de energia e recursos dessa mesma natureza seletivamente observada. Trata-se de um paradoxo: quanto mais rigorosa e compartimentada é sua seletividade sobre a natureza, mais a sociedade depende dela para sua autorreprodução. As descrições traçadas na segunda parte desta tese evidenciarão esse paradoxo, assim como farão ver que a ressonância nas observações sócio-terranas tende a aumentar em tempos de crise. Ou seja, em episódios nos quais a instabilidade aumenta no meio (na natureza), os sistemas e organizações sociais precisam operar reorganizações internas para sua (auto) adaptação, criando novas possibilidades de estabilidade. As grandes enchentes, as duras secas e a poluição inveterada são alguns dos exemplos mais comuns. Neste sentido, estratégias e tecnologias foram sendo criadas para lidar com tais instabilidades conforme elas tornaram-se recorrentes, de modo que se formaram, em diferentes sociedades, bases semânticas que as significam e dão soluções já testadas para elas. Como darei a ver, há continuidades e descontinuidades semânticas na observação social pré e pós-modernização sobre a natureza. Grande parte das formas significantes arcaicas sobre a natureza foi atualizada no processo de modernização; algumas delas foram inclusive aprofundadas e permanecem conduzindo

²⁷ Muito embora esses elementos possam ser extraterrestres – como as estrelas, satélites e outros planetas –, as observações sociais desses elementos, pelo menos por ora, são majoritariamente feitas desde aqui. Uma alternativa para o caso de observações mais amplas poderia ser “observações sócio-naturais” ou, ainda, “observações polis-physis”, mas o termo “sócio-terranas” me soa mais elegante e adequado; vou, portanto, optar por ele tanto pelo capricho estético quanto pelo fato de que, nesta tese, as observações da(s) sociedade(s) sobre a natureza deram-se, principalmente, sobre elementos internos do nosso planeta.

comunicações sobre os riscos ambientais na contemporaneidade. Conforme a modernização estendeu-se no tempo e no espaço, isto é, conforme a diferenciação funcional dos sistemas sociais foi tomando primazia sobre formas diferenciais anteriores, formou-se uma sociedade mundial acêntrica na qual as únicas fronteiras existentes são aquelas entre os sistemas sociais – com exceção dos sistemas políticos que se mantêm territorialmente ancorados. Neste sentido, a sociedade mundial não é um sistema que contém todos os outros sistemas (sociais), mas uma multiplicidade de sistemas interpenetrados que compartilham complexidade entre si. Em outras palavras, a sociedade mundial não é a soma de suas partes, mas as observações criadas entre elas²⁸ – são muitos mundos dentro do mundo. As descrições sobre a natureza operadas nessa rede de auto e hétero observações autodeterminadas são enormemente variadas, porquanto, apesar (ou por causa) de a diferenciação funcional reduzir as operações a funções específicas, cada sistema e cada organização formula suas próprias descrições de acordo com o ambiente que constroem para si mesmos. Muito desse preâmbulo teórico será melhor detalhado nos capítulos que se seguem. Por ora, elenquei pontualmente os conceitos basais de modo a iluminar o início do percurso descritivo. Esta é uma tese construída através de pressupostos da teoria geral dos sistemas sociais; no entanto, no seu fazer-se, emergiram observações que forçaram o avanço teórico. Ou ainda, apesar de ter como base a sociologia luhmanniana, não a tomo como a palavra final, mas a palavra primeira da qual novas outras decorrem. Haverá momentos, inclusive, nos quais critico a perspectiva luhmanniana sobre uma coisa ou outra; haverá também outras teorias agregadas que ajudarão na tessitura descritiva. O objeto para o qual se volta a compreensão desta tese, isto é, as observações sócio-terranas semanticamente situadas e seus inerentes riscos, exigiu uma observação exaustiva de diversas perspectivas que foram selecionadas para enriquecer a narrativa e torná-la, na medida do possível, mais completa.

Dividi o texto em duas partes, sendo a primeira parte mais teórica e a segunda mais descritiva. No capítulo seguinte, farei uma breve exposição da metodologia e dos procedimentos utilizados ao longo da pesquisa, ressaltando que, ao fim e ao cabo, esta tese é resultado da contextura de uma sociologia histórica sistemicamente orientada, que lança mão da análise funcional e outras técnicas para tecer uma observação de segunda ordem dos riscos ambientais como construídos em três diferentes países. Depois, no capítulo intitulado “A Sociedade Moderna”, aprofundo conceitualmente na linha evolucionária preliminarmente mencionada acima, focando nas consequências teóricas do processo de modernização; além

²⁸ Luhmann, 1990.

disso, apresento os meios de comunicação de massa enquanto o sistema mais propício para descrição das observações sócio-terranas e seus riscos, uma vez que eles tecem observações da sociedade para ela mesma das quais emerge a opinião pública, o lugar no qual expectativas generalizadas são criadas a respeito do vir a ser da sociedade; ainda neste capítulo, introduzo algumas noções relevantes sobre a temporalização dos sistemas sociais que serão pertinentes para leitura da segunda parte desta tese. No capítulo seguinte, qual seja, “A Construção da Realidade no Século XX: As Diferenças Globais do Meio, da Forma e da Operatividade dos Meios de Comunicação de Massa”, coloco em detalhes o funcionamento dos meios de comunicação de massa e descrevo como eles se mundializaram em diversos locais exemplares; em seguida, trato das tecnologias de comunicação e de como elas possibilitaram a emergência de opiniões públicas amplas e situadas; ainda neste capítulo, introduzo os conceitos de memória, semântica e normatividade como operantes nos meios de comunicação de massa, assim como as consequências comunicativas emergentes com a possibilidade da disseminação de informações falsas e, por fim, introduzo os aspectos gerais de como o tema dos riscos ecológicos aparecem na opinião pública. No quinto capítulo, chamado “A Comunicação dos Riscos Ambientais: Da Descoberta Científica à Agenda Política Internacional”, traço um breve histórico da construção dos riscos ambientais, particularmente pelo sistema científico, de modo a situar as descrições que se seguem. Daí, avançamos para a segunda parte da tese, a começar por um capítulo breve que retoma as bases semânticas das descrições acerca das observações sócio-terranas no Ocidente, particularmente as oriundas da religião, da economia, da ciência e da literatura. Finalmente adentramos então na parte descritiva, a começar pelo capítulo “A Perspectiva Britânica sobre a Natureza e os Riscos Ambientais”, no qual descrevo particularidades das observações sócio-terranas no Reino Unido e como elas foram descritas pelos seus meios de comunicação de massa, com foco particularmente nos riscos atmosféricos emergentes em Londres e outras cidades industriais no século XX para, depois, tratar das observações da imprensa britânica sobre os riscos globais que foram, sobretudo, ressonantes às comunicações políticas e científicas vigentes e produziram perspectivas divergentes na opinião pública. No capítulo seguinte, qual seja, “A Perspectiva Estadunidense sobre a Natureza e os Riscos Ambientais”, começo por uma retomada das bases semânticas da expansão territorial durante a colonização, porquanto mostraram-se relevantes para o desenvolvimento das descrições posteriores nos movimentos conservacionista e preservacionista, na literatura e na imprensa estadunidense no que diz respeito às suas observações sócio-terranas; em seguida, descrevo a emergência dos riscos inerentes à urbanização e à industrialização nos EUA e como eles foram sendo acoplados na esfera pública para, por fim, tratar do modo bastante peculiar

pelo qual a imprensa estadunidense observa os riscos globais: através do parâmetro seletivo da controvérsia que produziu uma opinião pública cindida entre céticos e defensores da agenda ambiental. Seguidamente, temos um longo capítulo sobre as observações sócio-terranas na China, no qual faço uma retomada inaugural da semântica arcaica chinesa devido à sua relevância na contemporaneidade; depois evidencio aspectos pertinentes da modernização chinesa, dentre os quais o modo particular pelo qual emergiram lá os meios de comunicação de massa, do que se segue um histórico das observações sócio-terranas e dos riscos a elas inerentes como descritas no período republicano, no governo de Mao Tsé-Tung e, por fim, dos anos 1980 até a contemporaneidade. No capítulo final, são feitas comparações a respeito: i) das descrições produzidas no Reino Unido, nos EUA e na China no que concerne às suas diferentes orientações semânticas que resvalam em comunicações contemporâneas acerca dos riscos ambientais globais; ii) das formas pelas quais as diferentes imprensas observam os riscos ambientais em seus respectivos ambientes sociais; iii) de como informações falsas foram propagadas por elas; iv) das diferentes opiniões públicas daí emergentes; v) da ressonância entre as distintas opiniões públicas e os diferentes regimes políticos vigentes; e vi) dos diferentes e convergentes parâmetros seletivos relevantes entre as opiniões públicas dos diferentes países acerca dos riscos ambientais globais. Por fim, a tese é encerrada com apontamentos sobre a contingência das observações sócio-terranas produzidas nessa miríade descritiva, isto é, sobre como elas poderiam ser diferentes dentro do espectro do possível observado na tese, além de se elencar como outras pesquisas poderiam dar continuidade a estas observações.

2. Entre Conceitos e Procedimentos: a Operacionalização da Teoria Sistêmica

Este capítulo está compartilhado entre o referencial teórico que deu base à tese e os procedimentos de pesquisa pelos quais ela se constrói. Sem querer exaurir o/a leitor/a e para facilitar uma eventual consulta aos termos caso seja necessário, organizei o referencial teórico na forma de um glossário²⁹. Embora a sociologia luhmanniana esteja tornando-se cada vez mais conhecida, ela ainda pode parecer exótica e pesquisas com esta base sempre exigem do proponente que explique o arcabouço teórico para justificar análises e conclusões. Grande parte dos conceitos da Teoria Geral dos Sistemas Sociais é oriunda da Teoria Geral dos Sistemas e, portanto, configura-se de forma altamente interdisciplinar com conceitos acoplados da biologia, da matemática e da física, dentre outras áreas. Luhmann atualizou tais conceitos para uma análise sociológica e fez acréscimos relevantes em suas interpretações. Não se trata, sobremaneira, de uma simples transferência de termos ou do seu uso metafórico, mas da sua operacionalidade pela observação sociológica. Neste sentido, os descreverei de forma correlacional, de modo a explicitar sua funcionalidade por meio de conexões. Incluirei também outros termos que são recorrentemente usados dissertativamente, mas que considere necessário explicitar seu significado dentro da perspectiva desta tese. Ao que vamos agora.

2.1 Glossário teórico

Acoplamento: é consequência do encerramento operativo e autopoietico dos sistemas sociais; ele designa a operação pela qual os sistemas irritam a si mesmos observando eventos do seu ambiente, também autocriado, de modo a conectar operações de forma adaptativa a ele. O acoplamento ocorre sempre no nível das estruturas, mas não das operações, isto é, sistemas atualizam suas estruturas internas de acordo com observações do seu ambiente sem que isso incorra em alterar seu modo próprio de operar. Em outras palavras, acoplamentos são feitos de modo que o sistema reforce sua autonomia em relação ao ambiente, considerando especificidades do meio relevantes para sua adaptação e permanência, jamais o meio como um todo³⁰, ou seja, acoplamentos são produtos de seleções. Acoplamentos recorrentes entre

²⁹ Algo inspirado em Corsi; Esposito; Baraldi, 1996.

³⁰ Luhmann, p. 131, 2009.

diferentes sistemas conformam o que se chama interpenetração, conceito que trataremos a seguir. Neste caso, diferentes sistemas estreitam suas relações por meio de acoplamentos recíprocos e passam a coevoluir juntos. Um exemplo clássico na TGSS é a linguagem que conecta sociedade e seres humanos, permitindo que cada qual, a seu modo, produza irritações recíprocas que os tornam fortemente dependentes um do outro; quer dizer, não é possível sociedade sem humanos nem humanos sem sociedade; trata-se, em suma, de sistemas coevolutivos. A teoria dos sistemas sociais acoplou, veja bem, o termo da biologia de Humberto Maturana e Francisco J. Varela, segundo os quais:

[...] o acoplamento estrutural (conservação da adaptação) não é peculiar aos sistemas vivos. É um fenômeno que ocorre sempre que uma unidade composta plástica passa por interações recorrentes com mudança estrutural, mas sem perda de organização, podendo seguir qualquer configuração estrutural mutável ou recorrente de seu domínio de interações (meio). Portanto, tudo o que é único com respeito à adaptação nos sistemas vivos é que neles a organização autopoietica constitui a configuração invariável das relações em torno da qual se dá a seleção de suas mudanças estruturais durante sua história de interações.³¹

Resumidamente, os acoplamentos estruturais permitem que o sistema se adapte ao seu ambiente sem desorganizar-se, isto é, que identifique e selecione no meio estruturas compatíveis às suas próprias e as acople de modo a atualizar-se a cada interação com seu ambiente. Se a auto-organização e a auto-adaptação falham, o sistema corre o risco de desintegrar-se.

Adaptação: enquanto os sistemas vivos são cognitivamente abertos, os sistemas sociais só dispõem de acesso a seus ambientes por meio da comunicação, isto é, de sentido. Enquanto para aqueles a adaptação se dá por acoplamentos cognitivos (isto é, pelo que se vê, se ouve, se cheira), para estes a adaptação se dá por meio da criação de semânticas próprias pelas quais tematizam aspectos relevantes do ambiente³². Adaptação é uma das condições para a evolução, mas não a garante por si só, pois processos evolutivos dependem, dentre outras coisas, de eventos imprevisíveis no ambiente. O que ela permite, sim, é a construção de um repertório, ou ainda, de uma memória e de uma complexidade interna capaz de tornar improbabilidades em probabilidades, ou ainda, de identificar recorrências no meio e também de dispor de arranjos para responder a situações inesperadas³³. Em sistemas sociais, isso é normalmente feito através de programas que observam aspectos específicos e relevantes do entorno social e conduzem comunicações em ressonância a eles³⁴.

³¹ Maturana; Varela, p. 23-24, 1980.

³² Luhmann, p. 93, 2006.

³³ Luhmann, p. 349, 2006.

³⁴ Luhmann, p. 446, 2006.

Ambiente: o ambiente é parte do sistema enquanto um constructo produzido por ele em suas interações com o exterior de sua (auto) organização³⁵. Neste sentido, diferentes sistemas têm diferentes ambientes³⁶ e, concomitantemente, são ambientes uns para os outros, desde que considerados em acoplamentos recíprocos. Assim, enquanto ambientes uns para os outros, alterações em um sistema alteram o ambiente dos sistemas pelos quais é observado, elevando a complexidade social³⁷. O ambiente é permanentemente criado pelo sistema de acordo com suas estruturas, sua auto-organização e sua função memória, que convergem para seleções adaptativamente adequadas na perspectiva do sistema. Nenhum sistema percebe, ou melhor, é capaz de construir internamente a realidade total; um exemplo, no caso dos seres humanos, é o fato de acessarmos parte da realidade visual através do chamado espectro de luz visível, isto é, nós não vemos, por exemplo, raios ultravioleta ou infravermelhos, mas as abelhas e as cobras os veem, respectivamente, pois a evolução lapidou cognitivamente humanos, abelhas e cobras para perceberem parte da radiação eletromagnética que é pertinente para sua adaptação e permanência e não mais que isso³⁸. No caso dos sistemas sociais, seu ambiente é formado, via de regra, por outros sistemas sociais e por seres humanos que participam da comunicação, uma vez que eles operam apenas através de sentido. Cada sistema social constrói seu próprio ambiente de acordo com suas estruturas internas e de acordo com seu modo operacional que, na modernidade, corresponde a uma função executada na cisão de um código binário representativo da oposição entre aceitação e rejeição inerente à comunicação.

Aprofundamento: designa o aumento de frequência e de variabilidade de determinada observação.

Atrator: na sociedade é uma forma de emergência de complexidade, isto é, uma conformação semântica que estimula observações de modo geral ao tornar-se incontornável, ou seja, que precisa ser levada em consideração na observação de diversos sistemas sociais e de seus programas³⁹. Um atrator é, neste sentido, capaz de irritar diversos sistemas ao mesmo tempo; ele atrai as atenções para determinado problema, situação ou conformação de expectativas. É importante notar que os atratores não condicionam o modo como serão considerados; eles apenas tornam sua observação altamente relevante e fazem emergir

³⁵ Luhmann, p. 124, 2016.

³⁶ Luhmann, p. 207, 2016.

³⁷ Luhmann, p. 203, 2016.

³⁸ Não é o caso de discutir aqui, mas a evolução biológica é extremamente econômica, quer dizer, ela nunca dá mais que o necessário para adaptação e permanência.

³⁹ Luhmann, p. 868, 2006.

tendências evolutivas. Nesta tese, um atrator significativo são as comunicações ecológicas emergentes na década de 1960, que paulatinamente tornaram-se necessariamente temas para muitos sistemas sociais e suas organizações.

Autonomia: é um dos parâmetros evolutivos fundamentais e é permanentemente criada pelo sistema sob a forma de um estoque, sempre atualizado por acoplamentos, que permite ao sistema tomar decisões adaptativas em relação ao seu ambiente. Em outras palavras, a criação de autonomia permite que o sistema ganhe certa liberdade em relação ao ambiente, distinguindo-se dele, isto é, mantendo uma identidade própria e, ao mesmo tempo, considerando as condições ambientais pertinentes. Nas palavras de Luhmann:

Autonomia significa [...] poder escolher entre os aspectos com os quais se tornar dependente do ambiente; e essa possibilidade de escolha aumenta quando o sistema pode organizar uma mudança de condução entre *input* e *output*, de modo a poder ser determinado, por um lado, por problemas e estreitamentos dos limites de *input* e, por outro lado, por problemas e estreitamentos dos limites de *outputs*. Essa situação aberta pode ser internamente representada por um esquema fins/meios, no qual os fins limitam a escolha dos meios e os meios a escolha dos fins.⁴⁰

Ao fim e ao cabo, autonomia é a capacidade que um sistema tem de conectar suas operações no tempo por uma liberdade condicionada pelas suas próprias limitações e pelas limitações do seu ambiente. Como a autonomia é uma construção histórica dos sistemas, criada de momento a momento, ela permite inclusive tomadas de decisão que podem se tornar arriscadas, já que as consequências futuras são sempre incertas e desconhecidas.

Autopoiese: outro termo cunhado por Humberto Maturana e Francisco J. Varela, autopoiese define biologicamente o que é a vida. Por ele se compreende que a vida é resultado da auto-organização sistêmica sem que haja para isso qualquer finalidade. Há um relato de Maturana sobre uma concepção preliminar do conceito ainda em sua juventude, quando recuperava-se de uma tuberculose hospitalizado nos Andes:

[...] no silêncio das minhas horas de descanso, eu me perguntava sobre o sentido da vida e do viver. Minha resposta era então, e ainda é, que a vida não tem sentido fora de si mesma, que o sentido da vida de uma mosca é viver como uma mosca, incomodar, ser uma mosca; que o sentido da vida de um cachorro é viver como um cachorro, isto é, ser um cachorro em seu cachorrear, e que o sentido da vida de um ser humano é viver humanamente como ser humano em humanização. E tudo isso com a compreensão de que o ser vivo é apenas o resultado de uma dinâmica não propositiva.⁴¹

Trouxe essa citação porquanto o aspecto não teleológico do conceito de autopoiese é extremamente relevante, quer dizer, ele evidencia o fato de que nenhum sistema autopoietico

⁴⁰ Luhmann, p. 232, 2016.

⁴¹ Maturana, p. 13, 2019.

tem qualquer finalidade de ser e isto configura um rompimento paradigmático com grande parte das teorias sociais. Em termos pragmáticos, isso exige a pesquisa de buscar por causas e consequências e a faz focar nas próprias operações sistêmicas. Quase quatro décadas depois dessa primeira formulação de Maturana, seu companheiro, Francisco Varela, trouxe uma explicação mais sucinta e profunda do termo lapidado por eles ao longo dos anos:

Um sistema autopoietico é organizado (definido como unidade) como uma rede de processos de produção (síntese e destruição) de componentes, de modo que esses componentes: i) se regeneram continuamente e realizam a rede que os produz; e ii) constituem o sistema como uma unidade distinguível no domínio em que existem.⁴²

Autopoiese define, assim, todo sistema autopoietico como uma unidade distinta de seu ambiente, única em sua individualidade, autônoma em suas seleções, com estruturas autocriadas de acordo com suas próprias operações e cujos elementos, dos quais se constituem, são (re)produzidos por si mesma nesse processo dialético, como ressalta Varela, no qual, mesmo que a (auto) manutenção do sistema exija a extinção e a reconstrução permanente destes elementos, o sistema tem continuidade. Na verdade, há uma dupla dialética em ação: uma que constitui a identidade de um sistema autopoietico dele consigo mesmo e outra que constitui sua relação com o mundo. A primeira prevalece sobre a segunda, no sentido de que toda forma de percepção sobre seu ambiente é mediada por suas próprias estruturas. O conceito de autopoiese é, portanto, radicalmente construtivista, uma vez que esclarece que, para todo e qualquer sistema autopoietico, a realidade é uma construção, literalmente, de dentro para dentro e circularmente criada. Em sistemas sociais, a autopoiese decorre da reprodução de comunicações que se conectam no tempo e seus elementos basais são as informações⁴³. Diferentes dos sistemas vivos, as comunicações em sistemas sociais podem ser interrompidas e retomadas posteriormente, uma vez que elas não dependem do ancoramento em um organismo específico, mas estão acopladas em meios de comunicação orais, escritos, impressos e digitais. As informações, enquanto elementos últimos dos sistemas sociais, desvanecem assim que atualizadas, mas servem como conexão entre atualizações passadas e futuras⁴⁴. Neste sentido, a autorreprodução dos elementos em sistemas sociais se dá pela atualização de informações de acordo com sua própria operacionalidade que, na modernidade, orienta-se por uma função particular através de um código binário.

Código: está baseado na abertura da linguagem para bifurcação entre aceitação e

⁴² Varela, p. 81, 1991.

⁴³ Luhmann, p. 45, 2006.

⁴⁴ Luhmann, p. 49, 2006.

rejeição, isto é, entre o sim e o não, do que decorre tanto o fato de que uma comunicação pode ser aceita ou rejeitada, mas também que ela é aceita ou rejeitada com base num valor positivo e outro negativo – entre ser e não ser⁴⁵. Todo sistema social funcionalmente diferenciado opera de acordo com um código próprio que aponta em suas operações um lado do código, enquanto o outro permanece contingente. O lado positivo corresponde a um meio simbolicamente generalizado que condensa o sentido de cada sistema. O direito, por exemplo, opera com base no código legal/ilegal, a ciência com base no código verdadeiro/falso, os meios de comunicação de massa com base no código informativo/não informativo, a economia com base no código ter/não ter dinheiro, o sistema político com base no código poder/não poder e assim por diante. Deste modo, os sistemas sociais reproduzem a si mesmos, apontando um lado ou outro do código, e o lado positivo funciona enquanto catalisador de suas comunicações, isto é, facilitando sua aceitação para outros observadores, os chamados meios de comunicação simbolicamente generalizados. Assim, o direito garante que mais comunicações sejam feitas dentro da legalidade, a ciência produz conhecimentos factuais, os meios de comunicação de massa informam a sociedade sobre temas relevantes, o dinheiro possibilita transações econômicas e a política impõe decisões vinculantes.

Complexidade: é a relação entre os elementos de um sistema em determinado momento operacional. Sistemas complexos são grandes demais, ou ainda, têm tantos elementos que não podem conectar todos ao mesmo tempo e, por isso, os relacionam temporalmente. Como os ambientes de sistemas sociais são sempre outros sistemas (sociais e psíquicos), há também complexidade no meio e ela é sempre maior que a complexidade do sistema. Em sua observação do meio, os sistemas acoplam complexidade do ambiente e a atualizam dentro de si através de operações chamadas de redução de complexidade. Essa redução, feita sempre seletivamente por um sistema, aumenta sua complexidade interna, isto é, aumenta seus elementos e as possibilidades de conexão entre eles e, logo, aumenta a complexidade para os sistemas para os quais constitui-se como parte do ambiente⁴⁶. Neste sentido, complexidade é sempre complexidade temporalizada, isto é, ela transforma-se permanentemente conforme os sistemas estão em operação.

Comunicação: é o meio pelo qual os sistemas sociais realizam sua autopoiese. Ela é composta por três seleções e pressupõe o envolvimento de pelo menos dois sistemas psíquicos. A primeira seleção é sobre o que será comunicado, a unidade informacional da mensagem; a

⁴⁵ Luhmann, p. 82-83, 2006.

⁴⁶ Luhmann, p. 203, 2016.

segunda diz respeito a como algo será comunicado, sua forma; e a terceira seleção, sem a qual a comunicação não se completa, é a compreensão da mensagem que atualiza-se noutra informação⁴⁷. Note que a informação emitida não é transferida, mas multiplicada no processo comunicativo. Jamais se fala e se compreende a mesmíssima coisa, por assim dizer. Nas palavras de Luhmann: “[...] Não há propriamente uma transmissão de alguma coisa; mas sim de uma redundância criada no sentido de que a comunicação inventa sua própria memória, que pode ser evocada por diferentes pessoas, e de diferentes maneiras”⁴⁸. Neste sentido, a comunicação pressupõe a participação de inúmeras pessoas, mas não pode ser reduzida a nenhuma delas, pois sua memória, autocriada, permanece disponível para atualizações em comunicações subsequentes que podem ser feitas por acoplamento de outras tantas pessoas. Comunicações incluem as ações, já que a estas se atribuem intenções e motivos e dirigem-se a outrem, assim como a linguagem pode assumir diversas formas, desde as orais, gestuais, escritas, estéticas, etc.

Contingência: significa que nada é impossível nem necessário⁴⁹.

Estado: é a autodescrição do sistema político, isto é, corresponde à ordenação autorreferenciada da política que se legitima como juridicamente capaz em um território circunscrito no qual é soberana para empenhar decisões por meio do poder⁵⁰.

Estruturas: são as relações possíveis dentro de um sistema. Enquanto a complexidade diz respeito à conexão entre elementos no tempo, as estruturas determinam os limites dessas conexões, isto é, por quais formas elas podem se dar. Nas palavras de Luhmann: “Uma estrutura consiste [...] na restrição das relações admitidas no sistema”⁵¹. Elas também mudam com a temporalização da complexidade, porquanto são permanentemente criadas através dos acoplamentos feitos do ambiente. Por outro lado, elas podem ser também recorrentes, permitindo, assim, alguma reversibilidade e previsibilidade sobre como o sistema deve operar frente a situações já conhecidas, isto é, elas são criadas em uma dinâmica de aprendizagem sistêmica⁵². Em sistemas sociais e psíquicos, que funcionam por meio de sentido, estruturas são expectativas, porquanto conformam comunicações e ações lançadas no tempo, isto é, que se projetam para um horizonte futuro mais ou menos vislumbrado no presente⁵³. Em outras

⁴⁷ Luhmann, p. 297, 2009.

⁴⁸ Luhmann, p. 299, 2009.

⁴⁹ Luhmann, p. 129, 2016.

⁵⁰ Luhmann, p. 525, 2016.

⁵¹ Luhmann, p. 319, 2016.

⁵² Corsi; Esposito; Baraldi, p. 74, 1996.

⁵³ Luhmann, p. 326, 2016.

palavras, comunicações e ações se dão de modo a conectar-se às próximas comunicações e ações de forma coordenada por estruturas/expectativas atualizadas em suas execuções.

Evolução: diz respeito à (auto) estabilização dos sistemas no tempo⁵⁴. Ela acontece por meio de saltos evolutivos que ocorrem quando alguma instabilidade no meio, que podemos chamar de crise, é (auto) introduzida no sistema e transforma suas estruturas. Sistemas sociais podem, no entanto, aumentar sua insensibilidade ao ambiente e ignorar instabilidades, arriscando sua permanência. Pode ser também que o sistema não disponha de variabilidade (complexidade) suficiente para galgar um novo nível de metaestabilidade, a depender do quão instável o meio possa se tornar. Mas, se dispuser, então a evolução se dará por meio de três fatores distintos, a saber: variação, seleção e reestabilização, que correspondem à história da disponibilidade interna de complexidade, de acoplamentos adequados relativos à instabilidade ambiental e, logo, à criação de uma nova estabilidade em relação ao meio. Note-se, no entanto, que a seleção pode ser adequada situacionalmente, mas revelar-se arriscada posteriormente, porquanto o sistema não pode observar todas as possibilidades em seu entorno; há sempre pontos cegos em suas observações. Portanto, evolução no sentido sistêmico nada tem a ver com progresso ou melhoramento⁵⁵, mas com adequações situacionais relativas ao acaso das instabilidades ambientais. Trata-se, em outras palavras, de manter a ordem interna por “[...] *um inculcar sempre uma vez mais novo de incertezas em certezas e de certezas em incertezas, sem uma última garantia quanto ao fato de que isso continuará acontecendo em cada nível de complexidade*”.⁵⁶

Função Memória: é o fator inteligente de um sistema que conecta a variabilidade atual de um sistema com suas possibilidades futuras. Em outro lugar⁵⁷, usei a metáfora do demônio de Maxwell para representar essa função que consiste em fazer seleções sobre atualizações e esquecimentos de modo a operacionalizar acoplamentos relevantes situacionalmente. Enquanto uma entidade imaginária, o demônio nos ajuda a visualizar que a função-memória não é um repositório de complexidade ou estruturas, tampouco um retorno ao passado sistêmico, mas um constante discriminar entre o que será atualizado e o que será esquecido, ou ainda, deixado de fora da atualização; e posta em funcionamento sempre no presente momento operacional, conectando comunicações imediatamente anteriores às comunicações futuras. A função

⁵⁴ Luhmann, p. 328, 2016.

⁵⁵ Luhmann, p. 337, 2006.

⁵⁶ Luhmann, p. 350, 2016.

⁵⁷ Domingues, 2018.

memória é a prova de consistência das estruturas, isto é, dos arranjos possíveis que um sistema pode produzir em relação ao seu ambiente. Neste sentido, ela prospecta expectativas de forma pragmática por meio de antecipações, planejamento, metas e fins, com base em seleções produzidas pela auto-observação da complexidade internamente disponível⁵⁸.

Informação: é um conceito oriundo de Gregory Bateson, para o qual informação é *uma diferença que faz a diferença*⁵⁹ e que corresponde, na TGSS, à multiplicação da informação por meio da comunicação. Informações são, como já salientei, os elementos basais dos sistemas sociais que são reproduzidos permanentemente em suas operações. Com esta base teórica, compreende-se que, uma vez realizada, isto é, multiplicada em outra, a informação funciona independentemente de ser verdadeira ou falsa, de corresponder a eventos físicos ou metafísicos ou a quaisquer outras variantes possíveis na linguagem. Em toda comunicação, informações podem ser aceitas ou rejeitadas a depender do observador no qual se multiplicam.

Interpenetração: ocorre quando sistemas operam por acoplamentos recíprocos e passam, assim, a evoluir juntos. Uma interpenetração fundamental, como já adiantei, é a entre sociedade e seres humanos, que os tornou codependentes em sua existência. Vale ressaltar, no entanto, que interpenetração não significa que um sistema possa determinar outro, mas que sistemas interpenetrados levam em consideração a complexidade um do outro em suas operações que, via de regra, permanecem autônomas.

Meios de comunicação de massa: é o sistema moderno cuja função é a de descrever a sociedade para ela mesma, operando por meio do código informativo/não informativo. Nas palavras de Luhmann, os meios de comunicação de massa são:

[...] todas as instituições da sociedade que se servem de meios técnicos de reprodução para a difusão da comunicação. Consideram-se aqui, principalmente, livros, revistas, jornais produzidos de forma impressa, mas também processos de reprodução fotográfica ou eletrônica de qualquer tipo, na medida em que fabriquem produtos em grande quantidade a um público indeterminado. Também a difusão de comunicação pelo rádio faz parte desse conceito, na medida em que for acessível a todos e não sirva apenas para manter a conexão telefônica entre participantes individuais. [...] a ideia principal é de que somente a fabricação industrial de um produto enquanto portador da comunicação – mas não a escrita enquanto tal – conduziu à diferenciação auto fortificada de um sistema específico dos meios de comunicação.⁶⁰

Assim, a interposição da técnica entre as duas primeiras seleções da comunicação (o quê e como) e a terceira e última seleção (a compreensão) possibilita a multiplicação de informações em larga escala, capaz de fazer emergir uma autodescrição da sociedade para ela mesma, da

⁵⁸ Luhmann, p. 114, 2009.

⁵⁹ Luhmann, p. 61, 2006.

⁶⁰ Luhmann, p. 16, 2011.

qual emerge a opinião pública.

Meios de comunicação simbolicamente generalizados: são catalisadores da comunicação, isto é, garantem a aceitabilidade de determinada comunicação e, como já vimos, correspondem ao lado positivo dos códigos operativos. Seguindo a formulação de Talcott Parsons⁶¹, Luhmann elabora os meios de comunicação simbolicamente generalizados enquanto meios pelos quais comunicações improváveis tornam-se possíveis: a fé garante o êxito da comunicação religiosa, o erotismo a continuidade das relações íntimas, a confiança a relação entre amigos, a legalidade o ordenamento jurídico, o dinheiro as transações econômicas, a estética a reprodução das artes e assim por diante. Em suma, eles suplementam a comunicação com mais motivação, algo equivalentemente funcional à moral, mas que se estabelece em comunicações específicas.

Observação: é um conceito oriundo da Cibernética que compreende a realidade enquanto constructo de um sistema observador que é, necessariamente, um sistema autopoietico, porquanto observa seu ambiente por meio da autorrecursividade. As observações são operações sistêmicas que operam distinções, quer dizer, identificam diferenças que possibilitam ao sistema apontar um lado e não outro de determinada forma. Essa concepção Luhmann herda da álgebra booleana de Spencer-Brown, cujo postulado se baseia em que não se pode fazer uma indicação sem fazer uma distinção; assim, para indicar é preciso distinguir e para distinguir é preciso indicar⁶². Segue-se a isso que, feita uma distinção, cria-se uma fronteira entre aquilo que é por ela indicado e todo o resto. Tudo pode começar, por exemplo, com um papel em branco e nele se traça uma distinção que seja ____], agora, para traçar outra, é preciso escolher outro lugar na folha e assim sucessivamente; daí decorre que as distinções só são distinções no tempo e no espaço⁶³. Ou, em outras palavras, para cruzar de um lado a outro da forma ou para aumentar o número de distinções, é preciso tempo. Uma segunda distinção só pode ser feita a partir de uma primeira e assim sucessivamente; a ordem na qual são feitas as distinções limita, portanto, as próximas, uma vez que duas distinções não podem ocupar o mesmo espaço nem ser feitas ao mesmo tempo pelo mesmo observador. Segundo Spencer-Brown, os lados de cada distinção desenhados experimentalmente têm dois tipos de referência: *“[...] a primeira, ou referência explícita, diz respeito ao valor de um lado, de acordo com a forma como ele é marcado. A segunda, ou referência implícita, diz respeito a um observador*

⁶¹ Luhmann, p. 246, 2006.

⁶² Spencer-Brown, p. 1, 2011.

⁶³ Luhmann, p. 85, 2009.

externo. Ou seja, o externo é o lado a partir do qual se supõe que uma distinção seja vista”⁶⁴. A depender do lado indicado, forma e observador trocam de lado, isto é, são intercambiáveis do ponto de vista de um terceiro observador. E não apenas intercambiáveis, mas idênticos na forma, segundo Spencer-Brown. Note que na matemática de Spencer-Brown isso toma a forma de um paradoxo e é este paradoxo que exige a criação do tempo. Isto é, todo observador só pode fazer uma observação de cada vez. Não é possível observar tudo ou mesmo duas coisas ao mesmo tempo. Por isso, toda observação implica um ponto cego que é, sempre, todo o resto que não o que está sendo observado. Nas palavras de Luhmann, há, portanto, “[...] dois tipos de distinções. O primeiro deles [...] caracteriza algo ao distingui-lo de todo o resto, sem especificar o outro lado da distinção; sendo que no outro tipo de distinção (frio/quente), a diferenciação limita o que deve ser levado em conta do outro lado da forma”⁶⁵. Sistemas sociais observam, isto é, fazem distinções, por meio de comunicações. Enquanto conformação sistema/ambiente, os sistemas sociais fazem distinções por meio de auto e heterorreferências, isto é, fazem distinções observando a si próprios e ao seu ambiente. Neste sentido, “[...] o observador é a unidade dessa diferença: o si mesmo só pode ser considerado uma diferença em relação ao resto e, em essência, a unidade do observador se apresenta como um paradoxo, como uma unidade do diferente, como uma simultaneidade de autorreferência e heterorreferência”⁶⁶. A condição temporal das observações vale inclusive para autorreferências, quer dizer, nenhum sistema pode observar a si mesmo como um todo ao mesmo tempo, mas apenas indicar distinções internas relevantes no seu presente operativo.

Observação sócio-terrana: designa um tipo particular de observação que considera em sua auto e heterorreferência informações que referenciam aspectos do ambiente natural. Muito embora os sistemas sociais não observem diretamente os fenômenos naturais, eles os incluem em suas comunicações de acordo com suas particularidades estruturais e operacionais, isto é, criando alguma representatividade sobre eles em sua memória por meio de sua interpenetração aos seres humanos. Neste sentido, as observações sócio-terranas fazem autorreferências às comunicações anteriores do mesmo tipo e heterorreferências às circunstâncias do ambiente natural no presente da observação. Elas podem ocorrer em diferentes sistemas e em diferentes programas, mantendo em vista que não existe um referencial fora da sociedade, mas apenas construções semânticas que consideram a natureza como parte relevante do ambiente social e

⁶⁴ Spencer-Brown, p. 57, 2011.

⁶⁵ Luhmann, p. 87, 2009.

⁶⁶ Corsi; Esposito; Baraldi, p. 37-38, 1996.

concatenam ações e comunicações com esta base. As diferentes técnicas agrícolas e sua evolução no tempo são exemplos dessas observações, isto é, os conhecimentos (auto) estruturados sobre as estações propícias para o plantio e a colheita, os cuidados com a terra, a seleção das sementes, dentre outras comunicações/ações relevantes, são produtos de observações sócio-terranas sobre observações sócio-terranas ancoradas na história evolutiva da(s) sociedade(s).

Organizações: são sistemas sociais que operam por meio de decisões, isto é, por meio de seleções atribuíveis às pessoas que cumprem papéis em empresas, instituições, associações, etc⁶⁷. Essas decisões são limitadas por meio de programas e formas estruturais, como, por exemplo, as finalidades de determinada instituição e a distribuição hierárquica de pessoas em postos de trabalho, respectivamente. Um telejornal, por exemplo, é uma organização dos programas de noticiário no âmbito dos meios de comunicação de massa, na qual o editor-chefe decide quais pautas são informativas para serem atualizadas e os repórteres escrevem as matérias e/ou as comunicam oralmente, a depender do seu posto dentro da organização.

Programas: estabelecem os critérios para a operacionalização dos códigos sistêmicos, isto é, restringem as possibilidades pelas quais uma operação pode acontecer através de parâmetros específicos. Eles são a forma pela qual o código flexibiliza a realização da comunicação, por exemplo: os métodos validam as comunicações científicas, embora possam ser alterados por comunicações científicas, desde que com base na verdade⁶⁸; o noticiário estabelece os critérios pelos quais uma comunicação torna-se informativa, mas o mesmo fazem o entretenimento e a publicidade, porquanto um mesmo sistema, neste caso os meios de comunicação de massa, pode contar com diferentes programas para dispor parâmetros para realização de suas comunicações⁶⁹.

Ressonância: diz respeito à relação entre sistema e ambiente, pela qual flutuações e instabilidades no meio são interpretadas no sistema a seu próprio modo. No caso de sistemas sociais que realizam recorrentemente acoplamentos recíprocos, uma pequena flutuação em um pode levar a uma alta irritação (enquanto ambiente) em outro, como é o caso da economia e da política, por exemplo⁷⁰. A ressonância, neste caso, é produzida principalmente no âmbito da interpenetração, ou seja, ali onde esses sistemas compartilham complexidade por acoplamento

⁶⁷ Corsi; Esposito; Baraldi, p. 121, 1996.

⁶⁸ Corsi; Esposito; Baraldi, p. 133, 1996.

⁶⁹ Luhmann, p. 51, 2011.

⁷⁰ Luhmann, p. 231, 1989.

estrutural, mas as operações subsequentes são feitas no âmbito de cada qual. No caso das chamadas crises econômicas, por exemplo, a política pode dispor de decisões para emprestar dinheiro aos bancos se considerar isto relevante para sua própria autopoiese, mas ela o faz através do poder – por exemplo, dispondo das reservas do tesouro nacional ou fazendo empréstimos com outros Estados ou instituições como o FMI. É relevante que, de todo modo, a política possa sempre ignorar uma crise econômica ou dispor outras soluções para ela, isto é, a ressonância nada mais é que um fluxo de informações entre sistema e ambiente que será interpretado no sistema a seu próprio modo. Da mesma forma, decisões políticas são irritações relevantes para a economia, quer dizer, se decide investir nisso ou naquilo a depender de como se observam as decisões no âmbito do poder, dentre outras coisas. Em suma, a ressonância é produzida por observações que identificam flutuações no ambiente consideradas relevantes; enfaticamente, a ressonância só ocorre se o sistema reagir de alguma forma a essas flutuações.

Riscos: relacionam-se com a contingência, isto é, com a indeterminabilidade do futuro em relação às operações do presente. Na modernidade, os riscos são observados por um cálculo de ganhos e perdas que diminui, pelo menos situacionalmente, a incerteza operativa. No caso dos riscos ambientais, no sentido ecológico, eles sempre existiram, isto é, as sociedades sempre estiveram vulneráveis a fenômenos naturais cujas consequências puseram em xeque a autopoiese de sistemas sociais. Mas, com a emergência da modernidade, esses riscos passaram também a ser contundentemente produzidos por observações sócio-terranas particulares do seu modo de diferenciação. Tudo isso será melhor esclarecido no subcapítulo correspondente; por ora, gostaria de salientar que tais riscos têm sido chamados, no vocabulário acadêmico, de riscos antropogênicos, isto é, riscos produzidos pela ação humana. Essa terminologia é questionável por dois motivos: i) dentro da perspectiva sistêmica, tais riscos são produzidos no âmbito social e não humano; e ii) não parece justo responsabilizar toda a humanidade por um modo de observação característico de uma forma de auto-organização e de uma semântica particular, qual seja, a moderna. Por isso, devo evitar o termo “antropogênico” e adotar o termo “moderno/s” ou “social/ais” quando me referir aos riscos ambientais como os conhecemos na contemporaneidade, com exceção de quando o termo “antropogênico” for oriundo de outras pesquisas.

Semântica: é o subproduto sógnico da função memória, ou seja, é o arcabouço simbólico estabilizado por recorrentes atualizações que se provam consistentes e permanecem disponíveis

para significar comunicações posteriores⁷¹. Nas palavras de Luhmann: *“Falamos de ‘semântica’ sempre que se trata dessas vantagens de sentido dignas de ser preservadas. O sistema prepara uma semântica especial, através da qual se facilita a autorreferência em situações frequentemente muito heterogêneas”*⁷². Assim, a semântica serve, sobretudo, para autodescrições da sociedade, um equivalente do que se chama cultura. Sua variabilidade é imensa, estendendo-se do micro ao macro social, isto é, há, por exemplo, semânticas que atravessam diversos sistemas sociais e há também as específicas de organizações e comunidades particulares. Seu modo de produção, por meio da função-memória, varia de acordo com a forma de diferenciação na qual é atualizada. Na modernidade, embora a diferenciação funcional seja predominante, ela não extingue as outras, mas coevolui com elas. Neste sentido, semânticas produzidas em diferentes formas de auto-organização podem ser ressonantes umas para as outras e transformar-se no tempo. A semântica garante uma continuidade simbólica para a auto-observação social, ou ainda, *“mesmo no caso de ocorrerem mudanças radicais em sua estrutura, a sociedade não poderá transformar de repente o que sabe e diz sobre si mesma para assim recomeçar sem pressupostos. Deve perceber o novo em contextos antigos para depois poder especificá-lo por completo”*⁷³. Nesta tese, uso o termo “semântica arcaica” para me referir a complexidades sîgnicas produzidas antes da modernidade, isto é, antes de a diferenciação funcional tornar-se predominante. No entanto, isso não significa, enfaticamente, que elas estejam ultrapassadas, por assim dizer, mas apenas que emergiram antes e continuam sendo potencialmente atualizáveis.

Sistema: é o produto da diferença entre sistema e ambiente⁷⁴. Sistemas autopoieticos são emergências que se erguem por seus próprios condões e se auto-organizam frente à entropia, isto é, à desorganização do meio, pelo tempo que conseguem permanecer em sua distinção sistema/ambiente. Sistemas sociais são autopoieticos e dividem-se entre interações, organizações e sociedades⁷⁵. As interações pressupõem a presença de pelo menos dois interlocutores que se percebem mutuamente⁷⁶. Trata-se normalmente de conversas entre pessoas situadas em diversas instâncias sociais, como as organizações, por exemplo, e variam de acordo com a forma diferencial na qual estão se dando, quer dizer, podem ser hierárquicas ou

⁷¹ Esposito, p. 48, 2023.

⁷² Luhmann, p. 704, 2006.

⁷³ Luhmann, p. 706, 2006.

⁷⁴ Luhmann, p. 81, 2009.

⁷⁵ Luhmann, p. 17, 2016.

⁷⁶ Corsi; Esposito; Baraldi, p. 96, 1996.

horizontais, a depender do contexto diferencial. Por exemplo: a conversa entre o/a líder de uma instituição e seus subordinados/as pressupõe determinados comportamentos e seleções pela estruturação hierárquica; já a conversa entre duas amigas pressupõe a confiança transversal entre ambas⁷⁷. As organizações, como já vimos, são instituições de toda ordem que diferenciam-se dentro de sistemas sociais – o que nos remete à relevante pontuação de que sistemas sociais só podem emergir, isto é, auto-organizar-se e criar autonomia, dentro de sistemas sociais⁷⁸. As sociedades são formas de diferenciação. Luhmann descreve três formas sucessivas, a saber, a diferenciação segmentária, estratificada e funcional, de forma bastante baseada na história evolutiva europeia – algo que será elaborado posteriormente nesta tese. Vale ressaltar que essas formas se sobrepõem, mas não se anulam, isto é, relações baseadas na diferença entre o familiar e o desconhecido, típicas das sociedades segmentárias, assim como relações hierárquicas, típicas das sociedades estratificadas, não deixaram de existir na sociedade funcionalmente diferenciada, isto é, na sociedade moderna, mas apenas deixaram de nortear as comunicações de forma geral, que passaram a ser feitas por diferentes funções em diferentes sistemas. Na perspectiva de Luhmann, a sociedade atual é inequivocamente uma sociedade mundial formada por sistemas funcionais mundializados⁷⁹.

2.2 Observando os observadores: análise funcional da construção semântica dos riscos ambientais na imprensa

Enquanto baseada na TGSS, esta tese lança mão, antes de tudo, da análise funcional para descrever a construção semântica dos riscos ambientais em três diferentes países. Na medida em que se constitui como uma técnica, “[...] a análise funcional usa relacionamentos, com o objetivo de aprender o existente como contingente e o diverso como comparável”.⁸⁰ Isso implica em aquisição de informações de forma seletivamente orientada por um arcabouço conceitual particular – acima explicitado na forma de verbetes –, de modo a fazer distinções

⁷⁷ Até recentemente, as interações estavam fortemente baseadas na oralidade, mas com a emergência dos meios digitais de comunicação, elas tornaram-se mais complexas ao permitir interações pela escrita, por áudios e vídeos que se registram e podem ser recuperados. Isto é, as interações baseadas na oralidade contam com uma alta gama de esquecimento, porquanto não é factível que se fique recuperando o já dito em comunicações anteriores. Por outro lado, quando as interações são registradas, a memória social se expande e permite que se recorra a comunicações passadas para fazer seleções subsequentes. Essas possibilidades merecem, sem dúvida, um estudo mais aprofundado em suas consequências para a teoria dos sistemas sociais.

⁷⁸ Luhmann, p. 216, 2016.

⁷⁹ Luhmann, p. 488, 2016.

⁸⁰ Luhmann, p. 73, 2016.

sobre o que está disponível para observação em determinados estados, ocorrências ou descrições, tornando compreensível o que se observa e como poderia ser diferente, isto é, apontando os pontos cegos e considerando a contingência das observações que se observam – trata-se, portanto, de uma observação de segunda ordem epistemicamente orientada⁸¹. O meio pelo qual se operacionaliza a análise funcional é a identificação de como diferentes sistemas observam determinados problemas e propõem a eles diferentes soluções, isto é, trata-se da busca ativa por equivalentes funcionais em instâncias relevantes para o tema que se quer abordar. Neste sentido, a análise funcional é intrinsecamente um método comparativo, tanto no sentido de comparar diversas perspectivas sobre um mesmo tema/problema quanto no sentido de estabelecer de quais formas essas perspectivas poderiam ser diferentes dentro dos limites do que é observado⁸². Estes limites são criados por meio da redução de complexidade, quer dizer, a pesquisa sociológica sistêmica nada mais faz do que elencar as relações relevantes para observação em seu objeto, incluindo aquelas contingentes, dando ao que é observado mais flexibilidade do que realmente tem ou sabe ter, ou ainda, ela resulta da autorreferência do objeto e da heterorreferência do observador⁸³ – e o objeto, por excelência, é a comunicação.

No caso desta tese, a construção do objeto, ou ainda, o delineamento das comunicações que se pretende observar, tem início com a constatação de que há diferentes pontos de vista acerca dos riscos ambientais, alguns dos quais com potencialidade para aumentá-los: o chamado negacionismo⁸⁴. Em outras palavras, a pergunta inaugural é: por que algumas descrições negam os riscos ambientais e outras não? Uma resposta simples e pontual poderia ser: porque toda comunicação pode ser aceita ou rejeitada e prosseguir a partir daí. Isso constatado, surgem outras perguntas: quais expectativas emergem dessas duas perspectivas? E como elas se formaram e como se reproduzem? Quer dizer, uma vez o problema dos riscos ambientais globais colocado para a sociedade, pelo menos desde 1970, como e por que ele continua produzindo tanta contradição?⁸⁵ Neste sentido, um primeiro passo é identificar comunicações relevantes que

⁸¹ Segundo Marcelo Arnold: “[...] A proposta metodológica sociopoética é a observação de segunda ordem. Seu objetivo consiste em tornar distinguíveis as formas de distinguir através das quais pessoas, grupos, comunidades, organizações e outras configurações de observadores produzem suas experiências de conhecimento. O próprio conhecimento delas emerge por meio de operações de observação e descrição que indicam como outros sistemas realizam suas operações e como, em dependência delas, constroem seus mundos de realidade” (Arnold, p. 6, 2010).

⁸² Luhmann, p. 75, 2016.

⁸³ Luhmann, p. 78, 2016.

⁸⁴ Para contextualizar o/a leitor/a, essas inquietações iniciais surgiram em meio à pandemia de covid-19, durante a qual comunicações deste tipo se sobressaíram e, embora não tenham se tornado parte da tese, certamente foram um fator cooperante no desenvolvimento dela.

⁸⁵ Para essa segunda questão vale um aporte teórico: segundo Luhmann, as contradições suspendem as expectativas possíveis, aumentando a insegurança das próximas seleções, isto é, quando duas possibilidades dessa monta são

aceitam e rejeitam os riscos ambientais enquanto produtos da própria sociedade. Logo, torna-se nítido que tanto uma quanto outra possibilidade se dá em diversos sistemas sociais, com exceção da ciência, que conformou um consenso pela aceitação já há algumas décadas. Assim, outra redução de complexidade se faz premente: escolher um sistema para observar essas comunicações. Num primeiro momento, destacam-se os meios digitais de comunicação, por onde corre um sem número de comunicações sobre o tema dos riscos ambientais, proeminentemente as de cunho negacionista. Mas uma rápida revisão histórica mostra que essas comunicações, operadas em redes sociais, têm sobremaneira um lastro semântico anterior, isto é, embora grande parte das pesquisas atuais se debruce sobre o fenômeno da disseminação de informações falsas no ambiente digital⁸⁶, há indícios históricos⁸⁷ de que comunicações deste tipo já foram reproduzidas em outro sistema social, um proeminentemente capaz de confluir em suas observações a perspectiva de outros sistemas, inclusive das redes sociais, sobre um mesmo tema: os meios de comunicação de massa. Neste sentido, os meios digitais de comunicação não parecem os sistemas mais adequados para responder à questão de como essa perspectiva particular emergiu e se propagou em larga escala, muito embora, através deles, as informações falsas tenham ganho outro grau de reprodutibilidade, que é deveras relevante para outros estudos. Os meios de comunicação de massa, por outro lado, enquanto meios tradicionais, por assim dizer, pelos quais se erige a opinião pública, permitem o levantamento de um vasto material pelo qual se pode observar as formulações iniciais de comunicações que consideram e não consideram os riscos ambientais enquanto produtos da reprodução social. Dentre seus programas, o noticiário revela-se propício para a observação de comunicações acerca dos riscos ambientais, porquanto tece uma autodescrição da sociedade para ela mesma em tempo real e conduz expectativas em larga escala pela formação de uma opinião pública acerca de diversos temas, dentre eles o dos riscos ambientais. Um inventário bastante geral sobre como o noticiário em diversos lugares aborda o tema dos riscos ambientais revela que há material abundante para a pesquisa, mas uma informação se destaca: é notável que comunicações que negam os riscos ambientais globais têm, mais ou menos, data e local de nascimento, embora rapidamente tenham se mundializado. Assim, o primeiro país a entrar no foco da análise são os EUA a partir da

expostas como incompatíveis, não é possível saber, para os sistemas observadores, quais expectativas serão de fato preenchidas. Isto é, a cisão da observação em sistemas sociais relevantes sobre se existem ou não riscos ambientais e se eles são ou não oriundos da reprodução social, desestabiliza a sociedade (mundial) e deixa em suspenso quais serão as próximas decisões e se suas consequências serão mais ou menos arriscadas (Luhmann, p. 418, 2016).

⁸⁶ Como Cesarino, 2022; Empoli, 2019; e Kalpokas, 2019; dentre outros.

⁸⁷ Como, por exemplo, em Oreskes; Conway, 2010.

década de 1980. Um primeiro estudo sobre o negacionismo estadunidense demonstra que ele poderia ser uma continuidade semântica da colonização, particularmente da experiência de fronteira e do destino manifesto, algo que se insere como hipótese. Concomitantemente, constata-se que as mesmas organizações que ressoavam nos jornais estadunidenses, produzindo negacionismo, faziam o mesmo em alguns jornais britânicos mais ou menos na mesma época, mas de forma diferente. Aí então já há duas perspectivas para se comparar. Uma análise preliminar conduz à reflexão de que ambas as perspectivas têm alguns princípios comuns, isto é, compartilham algo semanticamente, o que conduz à significação e ao aumento dos riscos tanto nas observações estadunidenses quanto britânicas. Daí surge outra hipótese, qual seja, de que há algo inerente aos seus processos de modernização e/ou da semântica compartilhada no seu durante. Mas bem, enquanto colônia um do outro, é de se esperar que Reino Unido e EUA apresentem semelhanças estruturais e compartilhem modos de significação. Desse modo, para testar se os riscos identificados como emergentes nos processos de modernização decorrem mesmo desses processos e não de qualquer outra variável, insere-se a China enquanto um lugar no qual os processos de modernização foram feitos com base em uma semântica completamente diversa e, ao mesmo tempo, milenar, isto é, com forte lastro histórico e cultural. Ao fim e ao cabo, a questão principal torna-se então: são os riscos ambientais produzidos pela diferenciação funcional *per se* ou o são pela semântica ocidental que conduziu as comunicações no processo de modernização ou ainda pela junção dos dois? Por isso, a introdução de uma distinção radicalmente diversa, a semântica chinesa e seu particular modo de operar observações sócio-terranas, se faz necessária. Claro, poderia ser qualquer outra semântica não oriunda do espectro europeu cristão, mas a escolha é pertinente porque possibilita uma continuidade histórica para observação do progressismo moderno, que é um dos aspectos centrais desta tese. Isto é, trata-se de três potências globais que se sucederam ao longo da modernidade e que têm grande participação na emergência e no aumento dos riscos ambientais modernos. Junta-se a isso um aspecto inerente aos sistemas que estão no centro da observação desta tese – as organizações jornalísticas –, qual seja, o de que suas comunicações são produzidas muito em ressonância ao sistema político d’onde operam e tendem a selecionar informações conforme sua relevância nacional, regional e local, disponibilizando-as para um público amplo, mas circunscrito. Logo, a seleção dos países cujas observações sócio-terranas são descritas nesta tese se dá com esta base e constrói-se, mais ou menos, como uma sociologia histórica, conforme aspectos dessas observações se conectam com expectativas do passado histórico e novamente com o presente dos riscos ambientais globais. Embora a escolha por países possa parecer um tanto heterodoxa

em termos sistêmicos, uma vez que a sociologia luhmanniana compreende os sistemas sociais enquanto sistemas mundiais, isto é, que não estão limitados por fronteiras⁸⁸, ela reduz as possibilidades a serem analisadas e, ao mesmo tempo, serve para testar a tese de Roberto Dutra em sua proposta de uma teoria sistêmica pós-colonial⁸⁹, segundo a qual a mundialização de sistemas sociais funcionalmente diferenciados se deu de forma regionalizada e orientada por estruturas e semânticas particulares de diferentes sociedades. Há, sem dúvida, limites estabelecidos pela própria teoria luhmanniana, que observa observações por um prisma bastante particular e historicamente situado. Por outro lado, isso nos dá a chance de confrontar a situacionalidade da teoria com o mundo empírico e, assim, alargar seus limites, considerando uma diversidade semântica maior e não circunscrita ao Ocidente.

Neste sentido, essa tese considera, de forma mais geral, a evolução semântica em três diferentes países no que diz respeito às questões ambientais junto dos seus respectivos processos de modernização, isto é, observa conjuntamente a história da diferenciação funcional e as particularidades das observações sócio-terranas de cada país selecionado – dois dos quais apresentam uma semântica mais ou menos comum e outro que apresenta uma semântica razoavelmente diversa, de modo a inquirir se os atuais riscos ambientais globais decorrem de um particular modo de observação ou se decorrem do modelo diferencial que se mundializou com a modernidade, ou ainda, se há confluências entre esses dois fatores. Assim, uma comparação mais geral emerge das diferenças semânticas fundacionais desses três países, particularmente no que diz respeito à condução de suas observações sócio-terranas que foram sendo atualizadas em seus respectivos processos de modernização. A descrição desses processos está apoiada numa análise bibliográfica ampla, que considera diferentes perspectivas acadêmicas que contemplam tanto os eventos históricos relevantes como seu modo de significação em diferentes instâncias sociais. De forma mais específica, esta tese foca nas descrições acerca dos riscos ambientais produzidas pelas organizações da imprensa nos três diferentes países, considerando-as enquanto produto de uma diferenciação funcional situada e, logo, pelas quais diferentes parâmetros seletivos e perspectivas emergem. Tais descrições são

⁸⁸ Com exceção do sistema político.

⁸⁹ Cito Dutra: “Sustento que a teoria de Luhmann pode servir de base para uma Sociologia pós-colonial capaz de combinar a análise da unidade da sociedade mundial com a consideração das diferenças e variedades construídas em seu interior. No entanto, a sua teoria da sociedade tem um problema grave que precisa ser enfrentado, e para o qual se tem demonstrado pouca sensibilidade, o que não é uma decorrência interna da própria teoria: sua descrição da transição à sociedade moderna enxerga somente um processo de diferenciação singular e interno à Europa, desconsiderando [...] o papel da “diferença colonial” na chamada transição para modernidade. [...] Seria preciso, portanto, rever a tese da transição à sociedade mundial funcionalmente diferenciada a fim de escapar da narrativa da singularidade ocidental [...]” (Dutra, p. 191-192, 2023).

selecionadas a partir de um levantamento amplo, tanto em referências de textos acadêmicos quanto nos próprios jornais, que tinham ou têm ampla ressonância na opinião pública, de modo a contrastar o conhecimento histórico e as descrições da imprensa produzidas sobre eventos relevantes. Em alguns casos, são incluídas também observações de outros programas dos *media* além do noticiário, como o cinema e a literatura, por exemplo. A análise documental desse material é feita qualitativamente, isto é, através da observação conceitualmente orientada de cada uma dessas comunicações, pela identificação dos seus enquadramentos, dos modos de significação em seu vocabulário, das fontes citadas, dos sistemas dos quais elas acoplaram informações e das normatividades e expectativas produzidas para a opinião pública. São utilizados também estudos situacionais e comparativos sobre as descrições da imprensa no que tange aos riscos ambientais, de modo a trazer perspectivas mais gerais sobre o tema, assim como dados de pesquisas de opinião pública que se mostram relevantes; no entanto, a grande maioria desses estudos analisa o período posterior a 1990, enquanto nesta tese a análise começa muito antes em termos históricos.

No que tange à comparação, um primeiro ponto, com base na cisão fundamental entre aceitação e rejeição, se dá entre as descrições que corroboram a existência dos riscos ambientais e suas causas sociais e as descrições que os negam ou os colocam em dúvida, assim como suas diferentes configurações nas diferentes organizações jornalísticas nos diferentes países. Junto disso, agrega-se então um segundo ponto que diz respeito aos enquadramentos predominantes nas reportagens sobre os riscos ambientais, isto é, no concernente à recorrência das comunicações jornalísticas a determinados modos de colocar problemas e soluções, assim como na escolha de suas fontes acerca do tema ambiental, ou ainda, de quais sistemas os diferentes jornais de diferentes países preferem acoplar informações para tematizar os riscos ambientais. Dadas essas diferentes formas de elaborar o tema, um terceiro ponto para comparação é, logo, as diferentes normatividades estabelecidas pelas diferentes imprensas que confluem para o quarto ponto de comparação, qual seja, as diferenças entre a opinião pública nos EUA, no Reino Unido e na China no que diz respeito aos riscos ambientais. Junto disso, há também algumas prospecções sobre a contingência dessas descrições, isto é, uma análise não apenas sobre como elas se dão a ver, mas como poderiam ser diferentes. Uma análise funcional mais geral compara as diferentes formas de modernização e suas respectivas formas de significação sobre as questões ambientais, estabelecendo relações entre a história evolutiva de diferentes semânticas e a emergência dos riscos ambientais modernos. Neste sentido, documentos oficiais e outras comunicações oriundas dos sistemas político e jurídico dos diferentes países são também

material de análise nesta tese, particularmente no que concerne às suas diretrizes normativas sobre o trato ambiental e sua ressonância nas respectivas imprensas. Portanto, na construção desta tese, a análise funcional (comparativa) foi operacionalizada junto a outras técnicas, detalhadas a seguir.

A começar pela revisão de literatura integrativa⁹⁰, que permite tanto uma atualização da teoria dos sistemas sociais quanto o levantamento de diversas perspectivas sobre os eventos relevantes na construção da tese. Dada sua fragmentariedade e larga extensão histórica, as conexões comunicativas correspondentes ao trato ambiental nos três diferentes países exigem uma observação interdisciplinar que reúne pesquisas da história, da sociologia, da filosofia, da ecologia, da comunicação, dentre outras áreas do conhecimento. Logo, uma análise crítica do conhecimento anteriormente produzido sobre os eventos relevantes, articulada pelo arcabouço conceitual da teoria dos sistemas sociais e com vistas num objeto particular, conecta os pontos da tessitura desta tese. A pesquisa documental, por sua vez, respaldada neste alicerce bibliográfico, arrecada evidências acerca das características do objeto, isto é, das comunicações sobre os riscos ambientais e a análise dos documentos – que aqui inclui matérias jornalísticas escritas e audiovisuais, charges, fotografias, filmes e livros ficcionais –, feita sob a lente da sociologia luhmanniana, permite a correlação entre as descrições produzidas nos *media* em ressonância à sociedade em seu ambiente. Diferente de uma análise do discurso tradicional, que considera os agentes (humanos), o contexto das comunicações e as características linguísticas⁹¹, uma abordagem pela teoria dos sistemas sociais se preocupa mais em identificar como diferentes sistemas observadores conectam *sentido* em suas (auto) descrições e criam memórias e expectativas a respeito delas. Um mesmo termo, digamos que “sustentabilidade”, por exemplo, pode se realizar enquanto informação em inúmeras comunicações, todas distintas entre si, contando com diferentes “agentes” em diferentes “contextos” comunicativos e, portanto, tendo uma conotação própria e ao mesmo tempo autotransformadora. Observa-se então como as descrições são construídas pela temporalização da complexidade de sistemas observadores dentro de suas próprias possibilidades autopoieticas relacionadas ao ambiente que eles constroem para si mesmos. O sentido a ser identificado, portanto, não está no agente (quem fala), no contexto ou na forma da língua, mas na reprodução do sistema de comunicação no qual o sentido é construído – trata-se, sobretudo, de uma análise sociológica das descrições. Neste quesito, destaco que os trechos em itálico das matérias e artigos citados são grifos meus para

⁹⁰ Cronin; George, 2023.

⁹¹ Bloor; Bloor, 2013.

ressaltar signos relevantes. Agrega-se também a análise qualitativa de dados secundários, como os de diversas pesquisas de opinião que são contrastadas com as expectativas produzidas pelos meios de comunicação de massa na opinião pública. Finalmente, o arcabouço conceitual que a orienta exige a tessitura de uma sociologia histórica, uma vez que considera os processos que observa enquanto evolutivos no tempo, ou ainda, constitutivos de uma complexidade temporalizada que não se deixa observar de forma estática. Por isso, o objeto em tela, qual seja, as descrições sobre os riscos ambientais em três diferentes países, é construído por observações que conectam o presente ao passado e o passado ao presente para então considerar suas contingências. Enquanto fundamentada no construtivismo, essa pesquisa dá liberdade para que o objeto evoque os procedimentos pelos quais é construído, ao mesmo tempo em que não tem a pretensão última de alcançar uma realidade em si mesma, mas apenas a de criar uma descrição razoavelmente ordenada e correspondente com o que se observa como realidade pelas comunicações que são analisadas.

Por fim, seguindo as *Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa* da Unicamp⁹², esclareço que é feito o uso de IA para tradução de textos em chinês, para confirmação de textos em inglês e para correção ortográfica atualizada. No caso da tradução de matérias jornalísticas mais antigas, isto é, de quando os caracteres chineses ainda não eram simplificados e os arquivos apresentam difícil reconhecimento óptico dos caracteres, são utilizadas de duas a quatro ferramentas distintas para validar as traduções, dentre as quais Google Translate, Chat GPT, Gemini, Sider e Deepl. Todas as citações da tese estão traduzidas de modo a facilitar a leitura e a acessibilidade ao seu conteúdo. A correção ortográfica foi feita manualmente com apoio do QuillBot. Ferramentas de busca bibliográfica também foram utilizadas, como o Bohrium, a Scielo, o Google Scholar e o Cnki, assim como repositórios online de matérias jornalísticas e outros materiais, todos referenciados ao final do texto.

⁹² Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024.

3. A Sociedade Moderna

Porque é já noite, os bárbaros não vêm e gente recém-chegada das
fronteiras diz que não há mais bárbaros.
Sem bárbaros, o que será de nós?
Ah! eles eram uma solução.
Konstantinos Kaváfis

Do ponto de vista teórico que orienta esta tese, a modernidade é o resultado evolutivo da história das sociedades europeias que, entre os séculos XV e XVIII, operou diferenciações nas quais emergiram sistemas (auto) orientados por funções, forma esta que passou a preponderar sobre formas de diferenciação anteriores, a saber, a diferenciação segmentária e estamental. Esta é a proposta de Luhmann para a emergência do que chamamos sociedade moderna. De uma perspectiva evolucionária, para nosso autor/teoria guia, a princípio existiam sociedades segmentárias, nas quais a comunicação era fundamentalmente oral e a distinção predominante era entre o familiar e o desconhecido; neste sentido, a auto-organização se dava em torno do parentesco e da reciprocidade e havia pouca diferenciação de papéis sociais⁹³. Daí emergiram sociedades estratificadas, nas quais a principal distinção é entre superior e inferior, ou ainda, entre senhor e servo. Nessas sociedades, a auto-organização se dá pelas hierarquias e há maior diferenciação entre papéis sociais, cujas diferenças são sobremaneira naturalizadas⁹⁴. Embora não seja o foco desta tese problematizar essa linha evolucionária proposta por Luhmann, é teoricamente relevante evidenciar que tomo essa proposta como uma verdade histórica evolutiva da sociedade europeia e a deixo em suspenso para outras. Pode ser que em outros tantos lugares tenha sido assim ou tenham ocorrido processos e emergências estruturantes parecidas, mas, para ser fiel às premissas evolucionárias da teoria geral dos sistemas, deixo em aberto a possibilidade de ter ocorrido outras formas de organização em outras sociedades – as sociedades ameríndias, por exemplo, como as descreve Pierre Clastres, não parecem se enquadrar com exatidão nesse processo evolutivo⁹⁵. De todo modo, isto não altera

⁹³ Luhmann, p. 503, 2006.

⁹⁴ Luhmann, p. 538-539, 2006.

⁹⁵ Em outras palavras, embora primordialmente as sociedades ameríndias tenham se diferenciado segmentadamente, elas se complexificaram em processos que não levaram em todos os casos à diferenciação hierárquica, mas a outras possibilidades que são fundamentalmente estudadas pela antropologia e cuja observação ainda repousa fora da perspectiva sistêmica. Se eu puder arriscar uma hipótese, diria que, no que tange à codificação do sistema político, as sociedades ameríndias apontam para o lado oposto ao poder, isto é, para o não poder e, em relação à economia, para dar outro exemplo, elas apontam para a fartura e não para a escassez - se considerarmos a obra de Clastres sob a luz da teoria dos sistemas sociais. Ao mesmo tempo, essa hipótese é arriscada, uma vez que um estudo mais aprofundado pode revelar inclusive outras formas de codificação, considerando que os próprios códigos são criações resultantes da evolução da diferenciação como descrita em Luhmann, enquanto ele próprio salienta que há pouco conhecimento sobre a diferenciação segmentária nas populações arcaicas, como ele as chama

substancialmente o que nos interessa aqui, que é a emergência da modernidade como uma sociedade na qual predomina a diferenciação funcional que, por sua vez, tornou-se paulatinamente uma sociedade mundial.

A sociedade moderna, como uma sociedade na qual se observa a primazia do modo de diferenciação funcional, emergiu de um processo no qual, entre os séculos XV e XVIII, sistemas funcionais passaram a se diferenciar e a se estabilizar de forma autônoma. Em outras palavras, houve um processo de descentralização da condução de descrições. Na sociedade anterior, durante a Idade Média europeia, a estratificação ditava as regras de auto-organização e a política e a religião eram predominantes na descrição da sociedade para ela mesma, isto é, pelo poder e pela fé, formas de autodescrição costuravam semanticamente o sentido dos processos sociais e deixavam pouca margem para que novas diferenciações e descrições internas pudessem surgir. A partir do século XV, isso mudou de acordo com um conjunto de fatores que levou a sociedade a saltos evolutivos razoavelmente abruptos – considerando que, comparativamente, muito pouco havia mudado estruturalmente no milênio anterior. Luhmann, assim como Koselleck⁹⁶, atribui ao século XVIII o momento histórico a partir do qual a modernização alcança um ponto de não retorno, isto é, um ponto no qual diversos sistemas já haviam se auto-organizado, se autonomizado e criado códigos internos pelos quais se conduziam sem sofrer influência do meio: a economia passa a operar somente pela distinção ter/não ter enquanto a diferença entre nobreza/plebe torna-se cada vez mais indiferente para suas operações, a ciência desenvolve protocolos estruturados e começa a tecer descrições com base no código verdadeiro/falso, as artes já vinham impulsionadas pelo menos desde o Renascimento pela diferença entre estética/não estética, na política os últimos absolutismos dão lugar à emergência de rudimentares democracias republicanas e/ou federativas onde começam a aparecer operações

(Luhmann, p. 502, 2006). Para ilustrar melhor a questão, que nos permanece contemporânea, deixo a palavra a Ailton Krenak: “Pierre Clastres, depois de conviver um pouco com os nossos parentes Nhandevá e M’biá, concluiu que somos sociedades que naturalmente nos organizamos de uma maneira contra o Estado; não tem nenhuma ideologia nisso, somos contra naturalmente, assim como a água do rio faz o seu caminho, nós naturalmente fazemos um caminho que não afirma essas instituições como fundamentais para a nossa saúde, educação e felicidade” (Krenak, p. 23-31, 1999).

⁹⁶ Para Koselleck, a modernidade emerge no momento em que a sociedade passa a se historicizar, isto é, a observar a si mesma enquanto um processo e não mais como um dado imanente da transcendência divina. Nas suas palavras: “[...] Foi só com o advento da filosofia da história que uma incipiente modernidade desligou-se de seu próprio passado, inaugurando, por meio de um futuro inédito, também a nossa modernidade. A sombra da política absolutista constituiu-se, em princípio veladamente, depois abertamente, uma consciência de tempo e de futuro que se nutre de uma ousada combinação de política e profecia. Imiscuiu-se na filosofia do progresso uma mistura entre prognósticos racionais e previsões de caráter salvacionista, própria do século XVIII. O progresso se desenvolve na medida em que o Estado e seus prognósticos não eram capazes de satisfazer a exigência soteriológica, e sua motivação é forte o suficiente para chegar a um Estado que, em sua existência, dependia da eliminação das profecias apocalípticas” (Koselleck, p. 35-36, 2006).

pelo código governo/oposição, e assim por diante. Essas mudanças devem ser vistas sempre em uma relação espelhada entre as transformações estruturais e operativas e a semântica da sociedade, isto é, as ideias emergentes na cultura são complexidades disponíveis para essas novas transformações estruturais. Em outras palavras, a forma como a sociedade descreve a si mesma e a forma como ela opera e evolui estão conectadas pela complexidade autoproduzida; assim, as ideias de uma época e a descrição que uma sociedade faz de si mesma impulsionam suas operações factuais. Com a descentralização da descrição em inúmeros sistemas funcionais, a complexidade disponível cresceu enormemente, ao mesmo tempo em que essa mesma complexidade passou a ser reduzida e trabalhada localmente em cada sistema que se tornou único e fundamental em sua função. Neste sentido, só a política passou a fazer descrições por meio do poder, só a ciência a fazer descrições por meio da verdade, só a economia a fazer descrições pelo dinheiro, etc. Pode-se dizer que a sociedade se multiplicou dentro de si mesma e, ao mesmo tempo, se expandiu até tornar-se, entre os séculos XVIII e XIX, uma sociedade mundial.

Como os sistemas funcionalmente diferenciados emergentes na história e na evolução das sociedades europeias mundializaram-se é um ponto não completamente esclarecido por Luhmann. Ele traz como fato que, a partir de determinado momento, os sistemas funcionais passaram a operar como um só em todo o planeta; neste sentido, a ciência opera pela verdade em todos os lugares, a arte pela estética, a economia pelo dinheiro e assim sucessivamente. Mas, observando esse processo desde o Sul, é digno fazer notar que a modernidade é sobretudo uma emergência de relações globais nas quais as formas operativas de organizações e sistemas políticos, religiosos, artísticos, etc. europeus emergiram enquanto se impunham, sob a forma de destruição parcial ou total, a todas as outras sociedades – ou ainda, a todas as outras formas de auto-organização⁹⁷. Roberto Dutra tem elaborado essa relação de uma perspectiva bastante interessante: segundo ele, as regiões periféricas executam acoplamentos estruturais do modelo funcional europeu à sua própria maneira⁹⁸. Mas isso só foi possível depois do processo

⁹⁷ Raffaele de Giorgi descreve bem esse processo: “[...] Propriamente com recurso a essa semântica, a civilização euro-atlântica imporá a característica de periferias, isto é, de exclusão, a grandes territórios do globo terrestre a partir do século XVII. Utilizará esses territórios como matéria-prima para o saque e os corpos que os habitam como força de trabalho para selecionar, deportar, extinguir. [...] Sobre as barreiras e a resistência que a violência colonial havia construído seriam impostas as aquisições evolutivas da modernidade” (de Giorgi, p. 41, 2017).

⁹⁸ Neste sentido, o argumento fundamental de Roberto Dutra é o seguinte: “[...] O primado da diferenciação funcional e da dimensão material do sentido constituem o que podemos chamar de “unidade da sociedade moderna contemporânea”: todas as práticas sociais, em qualquer região do mundo, são obrigadas a se orientar por esse primado. Cabe aqui enfatizar 1) que esta unidade não é nenhum tipo de integração social em torno de normas e valores compartilhados, mas sim a própria primária de diferenciação sistêmica da sociedade que se generaliza por todo o globo; e 2) que esta globalização da diferenciação funcional não significa homogeneização e eliminação de

colonizador, uma vez que os povos já tinham sido semanticamente subjugados⁹⁹, isto é, quando as autodescrições locais já não podiam ou tinham muita dificuldade em manter intactas suas próprias identidades. Por isso, a modernidade e sua diferenciação por funções podem ser observadas como resultado tanto do processo histórico interno à Europa quanto das violências que ela perpetrou ao redor do mundo e, mais, até internamente a ela, uma imensa diversidade de semânticas teve de ser silenciada para que, por exemplo, o sistema político territorialmente e legalmente centralizado na forma de Estado pudesse se orientar por uma única língua/kultur. Neste sentido, o processo de expansão e de emergência da sociedade moderna como uma sociedade mundial foi baseado em genocídio e etnocídio em toda parte e, ao mesmo tempo, em resiliência e adaptação das semânticas sobreviventes¹⁰⁰. Por isso, é importante salientar que os fatores modernizantes, como vamos descrever aqui, incluem a ideia de que a diferenciação funcional como processo de modernização se deu de maneira bastante diversa onde quer que olhemos. Semânticas e formas de organizações locais adaptaram-se e permaneceram no tempo, conseguindo conectar suas comunicações e evoluir, reduzindo complexidade e realizando acoplamentos na medida do possível: o sincretismo religioso e artístico são ótimos exemplos desse tipo de fenômeno. No entanto, é premente registrar que, no que diz respeito à premissa de inclusão pelos sistemas funcionais de indivíduos na sociedade moderna, as distinções étnico-raciais foram (e ainda são) relevantes nos procedimentos seletivos sistêmicos. Para dar só um exemplo: com o fim da escravidão no Brasil já às portas do século XX, populações não brancas foram e permaneceram legalmente excluídas dos principais sistemas de função normatizados. A individualidade humana, a formação da pessoa civil com carreiras e trajetórias flexíveis, passíveis de inclusão em diversos sistemas funcionais, como a descreve Luhmann, só se observa de forma bem-sucedida para determinado tipo populacional – e isto vale também para a Europa, se consideradas as populações ciganas e migrantes, por exemplo. No entanto, para fazermos jus à teoria, a modernidade tem por consequência o primado da diferenciação funcional, não o monopólio; isto significa que, de todo modo e em toda parte, há de se encontrar outras formas

diferenças regionais. Ao contrário, significa a disponibilização global de códigos e orientações funcionais em torno dos quais diferentes estruturas sociais de caráter regional e local podem se desenvolver. E essas estruturas regionais e locais constituem grande variedade em termos de soluções alternativas equivalentes para os problemas funcionais com os quais todas as regiões do planeta são obrigadas a lidar. Em síntese: enquanto produz sua unidade pela generalização de sistemas e problemas funcionais, a sociedade admite uma variedade incontrolável de estruturas selecionadas como solução para estes problemas nas mais diferentes regiões do mundo” (Dutra, p. 31-32, 2023).

⁹⁹ Poderia acrescentar que foram também fisicamente subjugados, seja pela violência direta contra seus corpos e moradias, pela escravização ou por doenças infecciosas.

¹⁰⁰ Vale lembrar que um sistema, enquanto forma de auto-organização, só pode influenciar outro mediante destruição. Neste sentido, o que não for destruído será elaborado pelo sistema sobre o qual se impõe essa influência de acordo com sua própria autopoiese.

de diferenciação residuais e até mesmo coevolutivas com ela. Assim, se vamos aceitar a ideia de que a modernidade é orientada pelo primado da diferenciação funcional, precisamos compreender que esse primado tem efeitos estruturantes muito diversos onde quer que tenha se manifestado.

Feita essa ressalva, neste capítulo vou dar ênfase a três fatores de modernização que considero fundamentais para a descrição da natureza e dos riscos ambientais, como observados nos meios de comunicação de massa, como proponho aqui. São eles: i) a autodescrição da modernidade como uma sociedade do risco¹⁰¹; ii) a reflexividade produzida pelos meios de comunicação de massa em sua descrição da sociedade para ela mesma de forma cotidiana e a emergência da opinião pública através dessa reflexividade; e iii) a aceleração social do tempo resultante, dentre outras, dessas duas primeiras formas de descrição. O primeiro fator relaciona-se diretamente com os processos colonizadores pontuados acima e também com a forma pela qual a sociedade moderna passou a observar o ambiente natural, a qual conduziu processos que resultaram nos riscos ecológicos atuais em tela nesta tese. O segundo fator diz respeito a como o surgimento dos meios de comunicação de massa reordenou o modo de auto-observação social e passou a reflexionar expectativas que temporalizaram as formas de autodescrição social como um todo, isto é, produzindo ressonância¹⁰² através de expectativas sobre outros sistemas com base na promessa, para não falar da necessidade, de que o novo é sempre melhor – tornando a novidade, seu meio simbolicamente generalizado, um atrator relevante para todos os outros sistemas. Por último, a aceleração social do tempo será observada como uma consequência, dentre outras coisas, dos dois primeiros fatores acrescidos do desenvolvimento técnico-científico que a possibilitou. Essa abordagem é promissora, uma vez que os saltos evolutivos que serão descritos na história dos meios de comunicação são saltos também de grande aceleração na temporalização da complexidade social. Vale ressaltar que a observação desses fatores enquanto *inputs* causais é, como salienta a sociologia luhmanniana, atributo de um ponto de vista particular e, portanto, mantém abertas outras possibilidades de interpretação.

3.1 Sociedade moderna como sociedade do risco

O risco, no seu sentido atual, começa a ser tematizado na passagem da Idade Média para

¹⁰¹ Esta não é a única forma de autodescrição da modernidade, mas é a mais relevante na perspectiva desta tese.

¹⁰² Cito Luhmann: “A ressonância de um sistema é sempre usada quando o sistema é estimulado por seu ambiente” (Luhmann, p. 22, 1989).

a Modernidade¹⁰³. Precisamente, a etimologia do risco remonta à descrição do ato de navegar em águas desconhecidas, literalmente o que ocorreu na expansão marítima dos séculos iniciais da modernidade¹⁰⁴. Neste momento, o risco aparece na semântica europeia como um valor positivo de aventura e exploração do desconhecido, como promessa de riqueza e progresso tanto para pessoas quanto para organizações comerciais e políticas. As religiões, católica e protestante, também vislumbram na ocasião a oportunidade de levar “salvação” a outros povos e aumentar sua gama de fiéis – considerada a alta competição entre elas em todo território europeu. A expansão comercial e a conquista de novos territórios e almas implicavam correr riscos de todo tipo e isto foi amplamente documentado, para além da historiografia, através de cartas e relatos e, mais visualmente, pela representação de monstros em mapas e gravuras¹⁰⁵. Os riscos então se relacionavam primeiramente com a superação de barreiras naturais: primeiro as distâncias oceânicas, depois os ecossistemas nativos de florestas, desertos, animais e doenças desconhecidas e, depois, os riscos implicados no contato com chamados povos selvagens – muito próximos, da perspectiva do aventureiro europeu, das feras e dos monstros exóticos sedimentados no seu imaginário cultural. É nesse processo que a autodescrição da modernidade como uma sociedade do risco começa a relacionar o enfrentamento das possibilidades ruins com vistas a um futuro melhor. Começa aí a prática de um tipo específico de planejamento em larga escala baseado na expectativa de expansão comercial, política e religiosa. Ou seja, os riscos passaram a ser calculados relacionalmente com as possibilidades de ganhos econômicos, políticos e religiosos. Uma vez organizadas e institucionalizadas as expedições, dá-se início ao tráfico global de riquezas, na forma de minérios, bens consumíveis, bens culturais e seres humanos. Observada desse ângulo, a autodescrição da modernidade como uma sociedade do risco é mais uma sociedade de *enfrentamento* dos riscos com vistas no progresso, isto é, no

¹⁰³ Luhmann, p. 30, 1992.

¹⁰⁴ Cito Ulrich Beck: “[...] a palavra “risco” (risk) parece ter vindo para o inglês do português ou do espanhol, a qual era usada para se referir à navegação em águas não mapeadas. A noção de risco é inseparável da condição de modernidade, de emoção e aventura” (Beck, 2006, p. 8-9). Para Luhmann, a palavra vem do espanhol “riesgo”, um tipo de manobra de navegação próxima a encostas e rochedos, nas palavras dele: “As raízes da palavra são desconhecidas. Alguns acreditam que seja de origem árabe. Na Europa, a expressão já aparece em alguns escritos medievais, mas só se difundiu com o advento da imprensa, aparentemente primeiro na Itália e na Espanha. Ainda faltam pesquisas histórico-nominais e histórico-conceituais detalhadas. Mas isso é compreensível se considerarmos que a palavra inicialmente aparece com relativa raridade e em contextos muito diversos. Os contextos importantes em que é aplicada são os da navegação marítima e os contextos comerciais. O seguro marítimo constitui um caso inicial de controle de risco planejado, mas também, e independentemente disso, cláusulas como 'adrisicum et fortunam...', 'pro securitate et risico' ou 'ad omnem risicum, periculum et fortuna Dei' são encontradas em contratos, regulamentando quem é responsável pelos reparos em caso de danos. No entanto, a palavra 'risco' não se limita a essa área, mas, como consequência da invenção da imprensa, remonta a 1500” (Luhmann, p. 30, 1992).

¹⁰⁵ Para uma visão aprofundada, ver: Harley, J. B.; Woodward, David. The History of Cartography: Cartography in the European Renaissance. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

aumento de riquezas e recursos humanos e naturais. Essa forma de autodescrição legitima a conduta predadora sobre a natureza e os seres humanos sob a prerrogativa de expansão e acréscimo exponencial de recursos em diversos âmbitos sistêmicos e organizacionais.

Tal forma de autodescrição emergente no século XVI é, em seus fundamentos, vigente até os dias de hoje. Nos séculos de aceleração expansionista, que seguem até a contemporaneidade, um tipo de risco particular orientou processos decisórios em todo canto: o risco da escassez. O risco da escassez, vale lembrar, é um risco produzido pelo próprio sistema econômico funcionalmente diferenciado, cujo código ter/não ter (dinheiro e/ou propriedade) exclui seres humanos de terem acesso aos bens consumíveis mais básicos, como a alimentação. Em contraste, até a colonização, por exemplo, e para refletir novamente com Pierre Clastres, as sociedades ameríndias viviam fundamentadas em uma fartura alimentar e não produziam, por motivos de auto-organização, excedentes. Assim, foi muito difícil convencê-los de duas coisas: produzir monocultura e trabalhar mais do que precisavam para viver¹⁰⁶, uma vez que em sua auto-organização o paradoxo da escassez era uma impossibilidade. O código da economia funcionalmente diferenciada, por outro lado, determina que, quando se incluem uns, se excluem outros¹⁰⁷. Neste sentido, a escassez é tema substancial de episódios importantes da modernidade ao longo de toda sua história e sua ressonância pela opinião pública é, desde sempre, uma complexidade relevante para a política: a própria Revolução Francesa tinha como mote a fome do povo e, nos séculos seguintes, na Revolução Industrial, o paradoxo fartura/escassez ou riqueza/pobreza produziu descrições de alto impacto em diversos processos históricos e políticos. Exemplos descritivos interessantes podemos tirar da literatura nesses séculos: “A Utopia” de Thomas More (1516), “Os Sofrimentos do Jovem Werther” de Johann Wolfgang von Goethe (1774), “David Copperfield” de Charles Dickens (1850) – assim como o movimento literário dos *penny bloods* ingleses –, “Os miseráveis” de Victor Hugo (1862) e “O Germinal” de Émile Zola (1885) são descrições nas quais se observa o fato contundente, apontado por Luhmann, de que quanto mais o risco de escassez é afastado por uns, mais ele aumenta para outros ou, em outras palavras, o aumento de riqueza para uns é o aumento de miséria para outros

¹⁰⁶ Havia, sem dúvida, um planejamento agrícola, bastante ritualizado, baseado em estações e necessidades comunitárias, sem, contudo, incluir a produção de excedentes para troca e comércio. Pierre Clastres, quando argumenta sobre a guerra nas sociedades primitivas latino-americanas, evidencia que a motivação não era de forma alguma o risco de escassez, mas uma outra dinâmica inerente à sua auto-organização: “[...] as pesquisas atuais mostram que a economia primitiva é, ao contrário, uma economia da abundância e não da escassez: portanto, a violência não se articula com a miséria, e a explicação economista da guerra primitiva vê desabar seu ponto de apoio. A universalidade da abundância primitiva impede, precisamente, que possamos relacioná-la com a universalidade da guerra” (Clastres, p. 124, 2004).

¹⁰⁷ Luhmann, p. 60, 1991.

além de, dentre outras formas fundamentais da descrição moderna, essa literatura colocar em evidência o indivíduo no centro do drama da sua própria vida, como o condutor de sua história e sobre o qual todos os riscos se aplicam, uma representação que aprofundou-se e culminou no neoliberalismo atual. Os riscos, relativos à escassez, estão também diretamente relacionados com o tempo: não é suficiente garantir o pão do dia de hoje, é preciso garantir o de amanhã e o de depois de amanhã, e disso depende a sobrevivência de populações inteiras. Estão também relacionados aos riscos ecológicos. Isso porque os riscos ecológicos, particularmente os produzidos na modernidade¹⁰⁸, fazem emergir, por consequência, altos riscos de escassez em duas frentes fundamentais para a permanência da sociedade mundial: em relação à energia necessária para a manutenção da sociedade em todos os âmbitos e em relação ao acesso à água e aos alimentos. Claro que sistemas sociais não têm necessidades energéticas ou fisiológicas; são as máquinas e as pessoas que as têm, respectivamente. Mas sistemas sociais têm como único meio de acesso à natureza os seres humanos e coevoluem com eles; neste sentido, por óbvio, o risco da extinção da humanidade é também o risco da extinção da sociedade. Transformar esses riscos, primeiramente sentidos por pessoas, em irritação para sistemas sociais tem sido uma dificuldade, já que cada sistema funcionalmente diferenciado acopla o tema à sua própria maneira e, de todo modo, pode sempre negá-lo – aumentando os riscos ainda mais. Ulrich Beck, em sua já clássica análise sobre a sociedade do risco, chama atenção para o fato de que na modernidade (chame-se capitalista ou funcionalmente diferenciada) os riscos acumulam-se embaixo, isto é, nas camadas mais pobres (integradas pela exclusão), enquanto os lucros acumulam-se em cima, nas camadas onde o risco de escassez é praticamente nulo. No entanto, riscos ambientais como os advindos do aquecimento global, da subida do nível dos oceanos, da fumaça de queimadas e de inundações devem eventualmente atingir todas as classes e, em um presente-futuro já experienciado, ressoar na sociedade global como um todo. Neste sentido, não há escape do nosso planeta natal – a despeito do que intentem certos bilionários que procuram solução na construção de naves espaciais para terraformar Marte. Fato é que primeiro serão as populações sujeitas à escassez e à exclusão as primeiras a sentir como perigo imediato os efeitos de riscos não controlados nos sistemas sociais. Neste sentido, se a escassez sempre foi um risco – para não dizer uma ameaça constante – emergente no sistema econômico, agora ela é uma consequência das tragédias da modernidade, enfaticamente produzidas pela sociedade mundial e não pela natureza, que apenas ressoa seus efeitos.

¹⁰⁸ Desde sempre, riscos ecológicos se apresentaram também como riscos de escassez, uma vez que impedem ou dificultam a produção de alimentos e o acesso à água potável, dentre outras coisas.

Da perspectiva de Luhmann, os riscos estão intrinsecamente relacionados a tomadas de decisão sobre o futuro, ou melhor, sobre as seleções operadas no presente sistêmico e suas consequências futuras. Por isso, o planejamento, ainda que constante e informado, nunca evita riscos por completo, porque o futuro será sempre desconhecido. Isso não é novo, mas na modernidade esse fator é acoplado como um dado para a reflexividade seletiva e, assim, os riscos podem ser elencados e levados em conta para cada operação dentro de processos que se deseja desencadear em cada sistema, respectivamente. Para prevenir riscos e para melhorar a performance de empreendimentos coordenados, lança-se mão da técnica¹⁰⁹, sabidamente desenvolvida de forma acelerada desde o século XVI. Os riscos advindos do seu uso, por outro lado, só aparecem sob a forma de descrição no século XX, quando se percebe também que a própria técnica faz emergir novos e desconhecidos riscos, agora que devem ser enfrentados pela humanidade como um todo – como as armas biológicas e nucleares, a emissão de gases poluentes, etc. O problema é que a contenção de riscos dessa amplitude implica diretamente em tomadas de decisão que não podem ser feitas por todos e em qualquer lugar: os sistemas políticos podem, na forma de decisões vinculantes, determinar medidas de contenção; o direito – se houver tempo hábil – pode produzir leis paliativas, mas note: o risco precisa ser comunicado e atualizado internamente aos sistemas competentes para que então se torne tema da comunicação e seleções possam ser feitas a respeito. Em relação aos riscos ecológicos, a necessidade de acoplamento e tematização interna é um problema complicado, já que fenômenos climáticos, catástrofes e riscos ecológicos só são observados de forma altamente seletiva por sistemas bastante específicos que podem ou não fazer chegar essa complexidade aos sistemas políticos, por exemplo, e estes, por sua vez, podem considerar essa complexidade relevante ou simplesmente negá-la. Alterações no clima, inundações, deslizamentos de terra e uma porção de outras tragédias impactam primeiro as pessoas: são elas que sentem frio ou calor, são elas que precisam sobreviver na situação imediata do perigo e só posteriormente isso é tematizado pelos meios de comunicação e outros sistemas competentes, como a defesa civil, autoridades políticas, dentre outros. São as pessoas que veem as queimadas se alastrando, que sentem o cheiro de fumaça, que têm a saúde prejudicada. Sistemas sociais não veem, não cheiram, não queimam, não submergem em inundações. A princípio, eles são indiferentes aos fenômenos naturais e físicos que não constituem seu meio primário, que é feito apenas de comunicação e

¹⁰⁹ Técnica como entendida por Luhmann: “[...] A técnica, tomada em sentido amplo, é uma simplificação operacional, é uma forma de redução de complexidade que pode ser construída e realizada mesmo que o mundo e a sociedade em que ocorre não sejam conhecidos: ela se prova” (Luhmann, p. 137, 1998).

pessoas cumprindo papéis na comunicação¹¹⁰.

Acrescente-se a isto uma distinção importante feita por Luhmann entre risco e perigo: riscos são preveníveis, são consequências de tomadas de decisão ou de omissão; perigos surgem no meio e são identificados como uma ameaça sobre a qual não se pode dispor de decisões. Mas note-se, a distinção entre um e outro é uma distinção entre observadores, entre perspectivas: a pessoa que está submergindo em uma inundação está em perigo; as instituições de prevenção à inundação, por outro lado, podem ter falhado em admitir a dimensão do risco de uma tempestade, por exemplo, mas podem começar a racionalizar os riscos posteriores, como doenças infecciosas e deslizamentos de terra que, se não forem considerados, podem tornar-se novos perigos. A situação é a mesma, mas sua descrição muda de acordo com a forma como é observada e pode ser descrita em diversos pontos de vista. Sociologicamente, o conceito de risco é mais interessante enquanto forma descritiva para o que pretendemos observar aqui, porque dele se podem depreender conexões comunicativas capazes de ressoar na opinião pública e, por consequência, na política e na economia. Além das situações extremas, toda comunicação em todos os lugares está prenhe de riscos, toda decisão abre um novo futuro sobre o qual não há senão um controle reduzido pelas possibilidades atuais de complexidade sistêmica. Por isso, quando se pensa em risco e decisões sobre riscos, pensa-se normalmente sobre racionalidade, mas a racionalidade de sistemas – quaisquer sistemas – é sempre limitada pelas suas estruturas, pelas suas expectativas – no caso de sistemas sociais – e pela função-memória, que analisa a complexidade disponível e as possibilidades de futuro para lidar com cada situação. Sistemas sociais têm estratégias conhecidas para tomadas rápidas e cotidianas de decisão sobre riscos através de mecanismos estruturais como as hierarquias e os mercados¹¹¹, considerando-se também que a maior parte dos riscos não se dirige à humanidade ou a populações inteiras, mas a situações localizadas que devem ser resolvidas em seus respectivos âmbitos comunicativos. Em outras palavras, a maior parte dos riscos identificados e/ou socialmente produzidos sequer chega a ser comunicada fora das organizações e situações onde emerge. Ao mesmo tempo, decisões intra sistemas que geram riscos podem não levá-los em

¹¹⁰ Nas palavras de Luhmann: “Não se trata de fatos supostamente objetivos: que as florestas estão morrendo, os céus estão escurecendo e os mares estão ficando poluídos. Tudo isso pode ou não ser o caso, mas como fato puramente físico, químico ou biológico, não gera ressonância social enquanto não for comunicado. Podem morrer peixes ou pessoas, tomar banho em lagos ou rios pode causar doenças, o petróleo pode acabar nas bombas e as temperaturas médias podem subir ou descer: sem comunicação, não haverá impacto social. A sociedade é um sistema ambientalmente sensível, mas operacionalmente fechado” (Luhmann, p. 28-29, 1989).

¹¹¹ Cito Luhmann: “Existem mecanismos importantes, tipicamente modernos, que interceptam e diferenciam estes conjuntos de decisões. Mencionaremos aqui apenas os mais famosos: mercados e hierarquias” (Luhmann, p. 86, 1992).

consideração, por exemplo: os métodos de descarte de resíduos industriais podem se programar de forma ecologicamente incorreta se não houver nenhuma legislação e fiscalização que diminua os riscos daí decorrentes, ou ainda, barragens podem se romper se a decisão de uma corporação for a de não investir em análises de segurança, ou então, inundações e epidemias podem ser causadas se determinada prefeitura ou governo decidir que o saneamento básico não é uma prioridade e assim por diante. Inúmeros outros riscos ecológicos indiretos podem emergir de outras inúmeras decisões tomadas em organizações e sistemas, como em corporações, em subsistemas da política e do direito, em partidos, nas escolas, em ministérios e secretarias da administração pública, etc. Muitos riscos provavelmente só são observados de forma generalizada – pela opinião pública e vários sistemas sociais – quando já estão se tornando perigo, isto é, quando a tragédia já está iminente. Se se concretiza na forma de tragédia, é preciso então tematizar outra vez quais serão os novos riscos desencadeados por ela e decidir sobre a melhor forma de contê-los – mantendo em vista que estes podem ser também ignorados.

O caso é que, pelo menos até os anos 1960, os riscos ecológicos eram praticamente desconhecidos – pelo menos fora das comunicações científicas. Acidentes e explosões ocorridos em minas, enchentes, deslizamentos e uma porção de outros eventos já eram normais na reprodução da sociedade e em diversos âmbitos de responsabilização. No entanto, eles não eram observados como consequência do comportamento arriscado da sociedade como um todo, como produto do que veio a ser chamado de antropoceno. Quando Luhmann desenvolve essa questão em “Comunicação ecológica: a sociedade moderna consegue adaptar-se às ameaças ecológicas?”¹¹², ele situa a emergência dos riscos ecológicos no final dos anos 1960 e, naquela época, os riscos ainda eram observados como controláveis e estavam divididos entre setores e suas execuções de programas, como a emissão de gases do efeito estufa, o uso indiscriminado de água, o descarte do lixo, etc., e diziam respeito a regiões específicas onde poderiam se manifestar como perigo. Atualmente, os riscos ecológicos são observados como generalizados sob a forma, não exclusivamente, mas principalmente, dos efeitos do aquecimento global. Neste sentido, são vistos e experienciados como riscos globais, os quais colocam em xeque a existência da espécie humana e milhares de outras formas de vida, assim como, por óbvio, da sociedade global como um todo. O que mudou, substancialmente, é que a tematização entrou na comunicação cada vez mais e em cada vez mais âmbitos da sociedade. Hoje se sabe, e foi a ciência que comunicou esse fato, que desde a Revolução Industrial o planeta está aquecendo de

¹¹² Do original “Ökologische Kommunikation: Kann die moderne Gesellschaft sich auf ökologische Gefährdungen einstellen?”

forma acelerada e artificial, isto é, como efeito da ação social e, se formos precisos, como efeito do sistema econômico, particularmente na produção e consumo de bens e energia. Desde que esses riscos vieram à tona, eles passaram também a ser negados, principalmente pelos mesmos responsáveis por sua emergência, através dos meios de comunicação de massa, como descreverei adiante. Por ora, a questão que se nos coloca é sobre como e por que a forma de autodescrição da modernidade como uma sociedade do risco, de forma positiva e elogiosa, saltou para formas de autodescrição nas quais os riscos tornaram-se ameaças que podem ser elaboradas ou negadas socialmente. E mais, como a disponibilização de soluções por um sistema pode aparecer como risco para outro, embora de outra ordem, como é o caso de sanções impostas pelo direito à economia no caso de descumprimento de regras ambientais. Para fazer essa observação, vou introduzir a formação da opinião pública na modernidade, ou ainda, a forma pela qual ela descreve a si mesma e problematiza, de forma reflexiva, o seu cotidiano: pelos meios de comunicação de massa.

3.2 Imprensa e reflexividade

De uma perspectiva sistêmica, a emergência dos meios de comunicação de massa é a realização de uma revolução comunicativa, a segunda delas para ser precisa¹¹³. Em mais ou menos cinquenta anos, entre os séculos XV e XVI, as oficinas de impressores espalharam-se pelas principais cidades europeias¹¹⁴. Embora técnicas de impressão tenham sido desenvolvidas na China cinco séculos antes¹¹⁵ da invenção atribuída a Gutenberg¹¹⁶ e livros impressos com temas políticos tenham sido usados na Coreia para instruir a opinião pública em pleno século XV¹¹⁷, no Ocidente essa tecnologia de comunicação emergiu coevolutiveamente com a diferenciação funcional e compartilha complexidade, por meio de acoplamentos constantes, com a economia na sua forma moderna, o que permitiu sua rápida expansão e popularização sem precedentes. Poderíamos fazer um paralelo com a tese de Max Weber, para o qual as linhas

¹¹³ A primeira foi a invenção da escrita, segundo Luhmann.

¹¹⁴ Segundo Eisenstein: “Desconhecidos em toda a Europa até meados do século XV, as oficinas de impressores eram encontradas em todos os centros municipais importantes já por volta de 1500” (Eisenstein, p. 28, 1998).

¹¹⁵ Segundo Darío Rodríguez et al.: “[...] Embora a imprensa já tivesse sido inventada na China, seus efeitos não foram tão importantes lá quanto no Ocidente, porque o Império Chinês controlava a burocracia estatal que imprimia documentos oficiais” (Rodríguez, p. 66, 2015). Outra distinção importante, segundo Thompson, é a de que “[...] os desenvolvimentos geralmente associados a Gutenberg diferiam do método original chinês em dois aspectos centrais: o uso do tipo alfabético, em vez de caracteres ideográficos; e a invenção da prensa de impressão” (Thompson, p. 230, 2011).

¹¹⁶ Febvre; Martin, p. 134, 2017.

¹¹⁷ Febvre; Martin, p. 139, 2017.

de ação econômica e religiosa protestante formaram a sociedade capitalista moderna¹¹⁸, acrescentando que, com o surgimento da imprensa, tudo que fosse passível de compra e venda tornou-se publicável – inclusive a Bíblia –, a despeito das tentativas dos sistemas políticos e religiosos em censurar a produção dos textos impressos¹¹⁹. Na Europa, as primeiras impressões se expandiram em círculos religiosos e intelectuais e sua produção reorganizou a divisão do trabalho de modo que novas instituições e novos papéis sociais surgiram, possibilitando o encontro entre endereços sociais que, sem esse novo arranjo, não teriam se comunicado¹²⁰. Acadêmicos, pintores, padres e outros artesãos manuais começaram a trabalhar juntos, novas profissões borbulharam em toda parte e novos arranjos comunicativos tomaram forma¹²¹. Ao mesmo tempo que, quase imediatamente, a publicidade tornou-se parte relevante do material impresso e o conteúdo que antes só vinha a público com a anuência da igreja e do sistema político passou a ter como parâmetro seletor os patrocinadores. A potência de venda do material também tornou-se importante; assim surgiram os escritores profissionais e emergiram novas formas textuais baseadas no endereçamento geral para um público indefinido – quanto mais leitores, melhor – cujas bases seletivas são, muitas delas, as mesmas dos dias de hoje, tais como a preferência por escândalos, avisos de perigo, manuais de todo tipo, etc. Neste sentido, desde sua emergência, os meios de comunicação de massa são fortemente interpenetrados à economia.

Interessante é que, como todo salto evolutivo, tudo isso se deu em muito pouco tempo: em meio século, a comunicação impressa produziu ressonância em todos os sistemas sociais a ponto de nenhum deles conseguir, a partir de então, não a considerar como parte relevante de seu meio¹²². Na economia, a moeda ganha a possibilidade de ser impressa¹²³ (embora sua

¹¹⁸ Weber, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2014.

¹¹⁹ Segundo João Paulo Bachur: “No Ocidente, a imprensa, como aquisição evolutiva, foi selecionada e estabilizada pela economia, contra a religião e a política, já que se pôde imprimir tudo que era passível de comercialização e, por isso, as tentativas de controlar política e religiosamente o mercado pela censura fracassaram” (Bachur, p. 37, 2009). Gostaria, no entanto, de deixar uma ressalva sobre esta passagem: embora a censura tenha fracassado, não é incomum que ela retorne, como bem se observa na história recente e na contemporaneidade, e, também, que o processo de autonomização dos meios de comunicação em relação à religião e à política não se deu sem muito sangue e muito fogo até o século XX.

¹²⁰ Eisenstein, p. 40-41, 1998.

¹²¹ Cito uma curiosa passagem de Eisenstein: “[...] A casa de Aldus em Veneza, que abrigava cerca de trinta pessoas, foi recentemente descrita por Martin Lowry como uma “quase incrível mistura de colônia penal, casa de pensão e instituto de pesquisa”” (Eisenstein, p. 41, 1998).

¹²² Segundo Thompson: “[...] As primeiras imprensas foram geralmente empreendimentos comerciais de pequeno porte que estavam interessados primariamente com a reprodução de manuscritos de caráter religioso e literário, e com a produção de textos para uso no direito, medicina e comércio. [...] Pelo fim do séc. XV, as imprensas já se tinham estabelecido na maior parte da Europa e ao menos 35.000 edições tinham sido produzidas, resultando em talvez 15 a 20 milhões de cópias em circulação” (Thompson, p. 231, 2011).

¹²³ Mais uma vez, a China foi pioneira na impressão do dinheiro durante a dinastia Song, entre os anos 960 e 1279. No Ocidente, a invenção se deu em 1661 nos EUA.

popularização só tenha ocorrido no século XIX) e, ao mesmo tempo, a publicidade passa a impulsionar as vendas pela criação de novas necessidades; a ciência passa a se comunicar mais rapidamente e em maior quantidade textual, possibilitando a troca intelectual em uma escala jamais vista: bibliotecas têm seu acervo ampliado e novas são criadas, inclusive abertas ao público geral; nas artes, surge a literatura, que produz uma ressonância cultural sem precedentes na forma das descrições de relações – particularmente na intimidade, onde possibilita a emergência do amor romântico¹²⁴. E não podemos nos esquecer da impressão de imagens – com ênfase para os mapas – que antes estavam circunscritas à pintura e à xilogravura. Mas note, o crescimento da quantidade de publicações de todo tipo por si só é irrelevante; o que vale mesmo é como toda essa complexidade produzida pela técnica de impressão passou a ser reduzida e a aumentar a complexidade interna nos mais diversos sistemas, organizações e endereços sociais. Em outras palavras, o importante é sua ressonância na comunicação. Ora, a forma primária de redução de complexidade de textos impressos é a capacidade de leitura, algo não muito comum na Europa daquele tempo. No entanto, com a reforma protestante e a tradução e publicação de textos bíblicos, a leitura individual passou a ser ensinada e encorajada, principalmente nos países protestantes do Norte europeu. Nos séculos XVII e XVIII, alguns países, como a Suíça, desenvolveram sistemas educacionais para o letramento e, com a Revolução Industrial, a educação básica tornou-se obrigatória em diversos países, com o pioneirismo da Prússia¹²⁵. O principal efeito do letramento, para nossa observação nesta tese, foi o de individualizar o acesso à informação. Embora em um primeiro momento o texto que monopolizava as atenções fosse o bíblico, logo, a despeito da reprovação das próprias igrejas, as pessoas passaram a ler outras formas narrativas – afinal, quem aprende a decodificar a língua escrita pode decodificar qualquer coisa escrita. Assim, se antes as notícias eram dadas junto aos sermões ou missas, com a imprensa, a seletividade do que seria noticiado passou para organizações leigas e seu acesso, ou ainda, sua redução de complexidade, passou para a solitude dominical de qualquer pessoa letrada¹²⁶. Essa difusão de informações para um público amplo e indeterminado reorganizou a produção de expectativas, já que pessoas que não se conheciam passaram a compartilhar concordâncias e discordâncias sobre o amplamente noticiado; logo, com tempo e comunicação suficiente, foi possível que desconhecidos entre si aderissem a causas que antes não teriam

¹²⁴ A relação entre literatura e amor romântico é estabelecida por Luhmann na obra: “Liebe als Passion: Zur Codierung von Intimität” de 1982.

¹²⁵ Bowen, p. 166, 2003.

¹²⁶ Eisenstein, p. 111, 1998.

acesso pela curadoria de notícias dadas na igreja¹²⁷. Junte-se a isto que a relevância entre notícias locais, regionais e estrangeiras começa então a depender da seletividade produzida na publicação de jornais; isso significa, dentre outras coisas, que leitores de lugares distantes poderiam passar a se identificar com apelos comuns ou se repelir diante da observação de práticas alheias, a depender do observador.

Assim, enquanto salto evolutivo¹²⁸, a invenção e popularização da imprensa não puderam ter seu processo histórico controlado e logo se estabeleceram, se diferenciaram, na forma de um sistema autônomo, autopoietico e autodeterminado, os meios de comunicação de massa, que se distinguem então como ambiente para todos os outros sistemas sociais e cuja função, na modernidade, é a de realizar a autodescrição da sociedade para ela mesma de forma generalizada, fazendo emergir uma opinião pública e criando assim uma memória social capaz de conduzir toda a sociedade através de expectativas amplamente compartilhadas. Engana-se quem pensa que a criação e o compartilhamento de expectativas se dão pela geração de consensos, no entanto. Controvérsias e discordâncias sempre foram bem-vindas, principalmente no mundo dos folhetins e da literatura¹²⁹. O drama, tanto na narrativa do cotidiano quanto na ficção, constituiu-se como forma atratora para a atenção humana e, não custa lembrar, simultaneamente desenvolvia-se nesse período de Renascimento o teatro de Shakespeare, Marlowe e Lope de Vega, cujas formas narrativas ressoaram com força no que se constituiria como romantismo literário dois séculos depois sob dois aspectos altamente relevantes para a autodescrição da modernidade: a valorização do indivíduo e das emoções. A semântica da conquista e do enfrentamento dos riscos, que observamos na primeira parte deste capítulo, foram temas¹³⁰ acoplados com força pelos meios de comunicação e geraram, internamente a eles, uma complexidade que passou a ser devolvida para observação, constituindo, portanto, parte da semântica social da modernidade desde então. O elogio à individualização das experiências e das observações sobre o mundo que se constrói pelo progresso – e pelo risco inerente a ele – começou a ser tecido pelos meios de comunicação em seus diversos âmbitos de programação,

¹²⁷ Eisenstein, p. 113, 1998.

¹²⁸ Na verdade, como toda bifurcação no real, com a diferença de proporção ressonante.

¹²⁹ Segundo Eisenstein: “O ofício do novo autor profissional também já continha embutida a ansiedade de despertar e manter a atenção alheia. [...] ganhava-se reputação não pela responsabilidade, mas pelo sucesso do escândalo, impressionar os burgueses também vinha a ser um risco atraente” (Eisenstein, p. 122, 1998).

¹³⁰ Segundo Luhmann: “Os temas servem, portanto, como estruturas material-temporal-sociais do processo de comunicação, e nisso atuam como generalizações, uma vez que não estabelecem quais contribuições serão apresentadas, quando, em qual sequência e por que serão produzidas. [...] temas são reduções de complexidade aberta pela linguagem. [...] os temas são, por assim dizer, os programas de ação da linguagem” (Luhmann, p. 181, 2016).

que começaram a se delimitar de forma rudimentar no século XVI.

Infortunadamente, não é possível, pela necessária redução de complexidade, tratar nesta tese de todos os programas dos meios de comunicação, assim como não é possível – nem necessário aqui – aprofundar na história do desenvolvimento de todas elas. Seria interessantíssimo um trabalho que pudesse considerar, por exemplo, o entretenimento desde o início da literatura até a produção de *streamings* contemporâneos; no entanto, para o que propomos aqui, vamos atentar principalmente sobre como se desenvolveu e se diferenciou a programação de notícias e reportagens, deixando, por ora, de lado o entretenimento e outras formas de comunicação desses meios.

Antes dos jornais formais, surgiram os folhetos e panfletos que serviam para comunicar assuntos de relevância social (como batalhas e execuções) e para publicidade. No século XVII, começam a surgir os primeiros jornais impressos com tiragens semanais – que se liam normalmente aos domingos – com o pioneirismo da Alemanha, seguida da Holanda, Inglaterra e França¹³¹. Nos EUA, apenas em 1704 foi possível estabelecer uma regularidade de publicações de notícias pelo jornal *The Boston News-Letter*¹³². Nesse período, os temas tratados eram relativos à política e ao comércio, endereçados, portanto, à burguesia emergente, assim como observados de perto pelos governos e censurados ora ou outra. Entre os séculos XVII e XVIII, começaram a surgir jornais diários e, com a revolução industrial e o incentivo à alfabetização, os jornais ganharam um público mais amplo e, conseqüentemente, passaram a tratar de temas acoplados de outros âmbitos que não apenas da política e da economia¹³³. Os movimentos políticos que marcaram o século XVIII e que tornaram a modernidade irreversível tiveram como fator de ressonância importante os jornais. Refiro-me aqui às Revoluções Americana¹³⁴ e Francesa¹³⁵, nas quais houve uma explosão de novos jornais nos quais o debate ideológico tornou-se intenso e onde a pretensão de convencimento para uma opinião pública ficou mais clara, tanto para as organizações que operavam as seleções temáticas quanto para os leitores que podiam então aderir, por afinidade consciente, às vertentes políticas. A linguagem acessível e o preço baixo facilitaram o acesso amplo à comunicação impressa, tudo isso fortemente conectado

¹³¹ Thompson, p. 63-67, 1998.

¹³² Ford; Emery, p. 53, 1954.

¹³³ Briggs; Burke, 2006.

¹³⁴ Para uma compreensão mais ampla do tema, ver: Ford, Edwin H.; Emery, Edwin. *Highlights in the History of the American Press*. University of Minnesota Press, 1954.

¹³⁵ Para uma compreensão mais ampla do tema, ver: Censer, Jack Richard; Popkin, Jeremy D. *Press and Politics in Pre-revolutionary France*. University of California Press, 1987; e Censer, Jack Richard. *Prelude to Power: The Parisian Radical Press, 1789–1791*. Johns Hopkins University Press, 2019.

com a necessidade de alavancar apoio às causas discutidas, fundamentalmente aquelas que se tornaram o alicerce da sociedade moderna: os direitos humanos baseados na individualidade, liberdade política, democracia (nos mais diversos modelos), políticas sociais, etc. Na França, no entanto, a partir de 1793, com o início dos anos de terror, a imprensa foi monopolizada pelos jacobinos e a censura aos opositores foi implacável, com fechamentos de jornais e morte na guilhotina para escritores e editores¹³⁶. De todo modo, a ressonância da imprensa para o sistema político foi posta de maneira irreversível e, ainda que, e talvez por isso mesmo, a censura fosse usada para conter comunicações prejudiciais à política vigente, o modo como a sociedade operava suas autodescrições não seria a partir daí mais o mesmo: a função dos meios de comunicação foi estabelecida de uma vez por todas.

No século XIX, a complexidade dos meios de comunicação aumentou em diversos aspectos: a tecnologia melhorou¹³⁷, permitindo maior quantidade de impressão a um custo mais baixo, ampliando ainda mais o acesso e incluindo as camadas mais pobres¹³⁸; a ideologização das pautas sociais se aprofundou e a imprensa cumpriu um papel altamente relevante na emergência de movimentos e partidos políticos pelo mundo todo, enfaticamente nos movimentos de independência das colônias, sem os quais a diferenciação funcional não teria se estabelecido para além da Europa e EUA. Na América Latina, Simón Bolívar fundou o *El Peruano* em 1825 para propagar seus ideais de liberdade, por exemplo. Neste mesmo período, José de San Martín e Miguel Hidalgo fizeram o mesmo na Argentina e no México, respectivamente. No Brasil, particularmente, a imprensa só foi introduzida em 1808 com a vinda da corte portuguesa fugida das guerras napoleônicas; uma vez aqui, foi criada a *Impressão Régia*, que servia ao governo e onde passou a ser publicado o primeiro jornal brasileiro, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, que fazia coro aos decretos de Dom João VI. Pouco tempo depois, em 1821, Hipólito da Costa fundou o *Correio Braziliense* que, por conta da censura, era impresso em Londres, mas alcançava muitos leitores no Brasil e, por óbvio, fazia oposição ao governo português, defendendo a independência, consumada em 1822 por Dom Pedro I. Neste

¹³⁶ Para uma visão mais aprofundada sobre esse período, recomendo fortemente o livro “*Prelude to Power: The Parisian Radical Press, 1789–1791*” de Jack Richard Censer.

¹³⁷ Segundo Thompson: “[...] A rápida expansão da indústria jornalística se tornou possível pela melhoria nos métodos de produção e distribuição, pelo crescimento da alfabetização e pela abolição dos impostos. O desenvolvimento da prensa a vapor de Koenig, primeiramente usada no *The Times* em 1814, aumentou a média de produção de cerca de 250 cópias por hora para mais ou menos 1.000; e a introdução da impressora rotativa, em 1848, aumentou a média para 12.000 cópias por hora. Essas inovações técnicas foram cruciais para o aumento dramático da capacidade reprodutiva da indústria jornalística” (Thompson, p. 235, 2011).

¹³⁸ Nos Estados Unidos, por exemplo, o surgimento dos *penny papers* (jornais que custavam um centavo) revolucionou o mercado editorial. O “*New York Sun*”, fundado por Benjamin Day em 1833, foi um dos primeiros desses jornais populares, tornando as notícias acessíveis a pessoas de classes trabalhadoras (Schudson, p. 18, 1989).

momento da história brasileira, os panfletos tiveram um papel mais importante que os próprios jornais, segundo José Murilo de Carvalho, que fez uma pesquisa extensa a respeito. Mesmo quem não sabia ler tinha acesso às ideias disseminadas que eram lidas pelos letrados em praça pública. Os panfletos eram produzidos não apenas por profissionais da imprensa ou da política, mas por cidadãos engajados em todo o território¹³⁹. Também no período abolicionista, a imprensa (muitas vezes clandestina) teve um papel contundente. No Rio de Janeiro, capital do Império, foram criados os jornais *A Gazeta da Tarde*, por José do Patrocínio, e *O Abolicionista*, por Joaquim Nabuco¹⁴⁰, ambos em 1880; outro exemplo temos em Pernambuco, onde foi criado o jornal *A Província* em 1879 por José Mariano Carneiro da Cunha¹⁴¹. Apesar de a Constituição de 1824 garantir liberdade à imprensa, publicações de viés libertário eram censuradas, seja pelo estrangulamento econômico ou pela hostilidade das classes políticas e agrárias que, no interior do país, interceptavam as publicações antes que elas pudessem chegar aos trabalhadores livres ou escravizados. Todavia, foram criados também jornais de curta duração pela Imprensa Negra e Popular com o pioneirismo de *O Mulato* em 1833, além de inúmeras tiragens de panfletos abolicionistas que circulavam para além do Rio, em grandes cidades como Salvador, por exemplo. Em África, um pouco mais tardiamente, já entre os séculos XIX e XX, a imprensa também teve um papel importante na criação de expectativas sobre a soberania dos povos e a libertação da colonização europeia, como a fundação do *The West African Pilot* por Nnamdi Azikiwe na Nigéria em 1937¹⁴². Após a Segunda Grande Guerra, os movimentos de descolonização africanos ganharam força e alavancaram sua mobilização contra ingleses e franceses através de jornais como o *Sitaram Achariar* no Quênia¹⁴³ e o *El Moudjahid* na

¹³⁹ Informações detalhadas podem ser encontradas em: Carvalho, José Murilo de; Bastos, Lúcia; Basile, Marcello (Org). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

¹⁴⁰ José Murilo de Carvalho tem também dois estudos interessantíssimos abordando o protagonismo de Joaquim Nabuco na disseminação de ideias abolicionistas. São eles: Bethell, Leslie; Carvalho, José Murilo de. *Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos: Correspondência 1880-1905*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2008; e Carvalho, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

¹⁴¹ Para uma observação mais profunda sobre o movimento abolicionista em Pernambuco, veja: Hoffnagel, Marc Jay. *O Partido Liberal de Pernambuco e a questão abolicionista, 1880-88*. Cad. Est Soa, Recife, 4 n.2, pp. 195-206, jul./dez., 1988.

¹⁴² Nas palavras de Fred I. A. Omu: “Em novembro de 1937, Nnamdi Azikiwe fundou o *West African Pilot*, que imediatamente se tornou o principal fórum da crescente consciência nacionalista que aguardava um canal potente e um estímulo. O *Weekly Record* havia desaparecido em 1930, o *Daily News* havia deixado de atrair atenção significativa em 1934 e o foco do *The Comet* era internacional. Portanto, em meados da década de 1930, não existia nenhum jornal que cristalizasse e canalizasse as crescentes influências nacionalistas do final do período entre guerras. O *West African Pilot* preencheu essa lacuna e, com a admissão de Azikiwe como membro do Movimento da Juventude Nigeriana e sua eleição para o Comitê Executivo Central do Movimento, uma nova era da política e do nacionalismo nasceu” (Omu, p. 68, 1978).

¹⁴³ Frederiksen, p. 156, 2011.

Argélia¹⁴⁴. Na Ásia não foi diferente: na luta pela independência da Índia, jornais como o Bengal Gazette (1780) e o Amrita Bazar Patrika (1868) foram importantes comunicadores para mobilização e instigação da desobediência contra os ingleses¹⁴⁵. Na Indonésia, o jornal Medan Prijaji, fundado por Tirta Adhi Soerjo em 1907, foi um dos primeiros veículos a articular a resistência ao domínio colonial holandês¹⁴⁶, assim como no Vietnã, o líder comunista Ho Chi Minh usou a imprensa para difundir suas ideias anticoloniais¹⁴⁷. O mesmo se deu no Oriente Médio: no Egito, em 1900, foi fundado, por Mustafa Kamil, o Al-Liwa, que defendia veementemente o fim da ocupação britânica¹⁴⁸. Tantos exemplos distintos evidenciam que os textos impressos foram relevantes na formação da opinião pública entre os séculos XVII e XX, incorporando ideais modernos que tinham a potência de conduzir a sociedade mundial à diferenciação funcional no nível regional, ao mesmo tempo em que a insistente censura nos mostra como o Sul Global precisou operar no lado ilegal do código do direito de modo a alavancar expectativas sobre liberdade e igualdade entre os povos – expectativas acopladas, diga-se de passagem, do próprio centro colonial. Também em lugares pertencentes ao Norte, como nos EUA, a racialização perdurou como parâmetro seletor oficial entre inclusão/exclusão até a segunda metade do século XX e isso só se flexibilizou depois de muita mobilização política que, como em todos os cantos do mundo, lançou mão dos meios de comunicação para irritar a opinião pública¹⁴⁹.

Neste sentido, a perspectiva desta tese sobre a modernização leva em conta que o modelo de diferenciação funcional precisa ser compreendido dentro de um quadro no qual, por vezes, alguns parâmetros seletivos só se transformam quando organizações marginais forçam a entrada

¹⁴⁴ Stanton, 2011.

¹⁴⁵ Eranna, 2024.

¹⁴⁶ Segundo Takashi Shiraishi: “[...] Em 1903, R. M. Tirtoadhisoeerjo, então já um repórter famoso com cerca de vinte e um anos, iniciou seu próprio jornal, Soenda Berita, com ajuda financeira do regente de Cianjur, R.A.A. Prawiradiredja. Foi o primeiro jornal financiado, gerenciado, editado e publicado por nativos. Em 1907, ele começou um novo semanal, Medan Prijaji (Fórum dos priyayi), e no ano seguinte, em 1908, junto com Hadji Mohammad Arsad e Pangeran Oesman, fundou a primeira sociedade de responsabilidade limitada nativa, N.V. Javaansche Boekhandel en Drukkerij en Handel in Schrijfbehoeften “Medan Prijaji”, e comprou uma das primeiras gráficas nativas. Tirtoadhisoeerjo, nascido em uma família de regentes de Bojonegoro em 1880, mas recusando-se a entrar para o Pangreh Pradja, foi por um tempo ao Stovia em Batávia (1893/94-1900) e se juntou ao Pemberita Betawi como editor. Em 1906, fundou a Sarekat Prijaji (Associação dos Priyayi), para promover, por meio da criação de uma fraternidade, a educação dos filhos de priyayi e aristocratas nativos. O Medan Prijaji foi inicialmente concebido como seu órgão e publicado como semanal (1907-9) e depois como diário (1909-12). Tirtoadhisoeerjo criou seu próprio estilo jornalístico no Medan Prijaji, militante e sarcástico no tom e misturando muitas palavras javanesas e holandesas em seu malaio batávio, tornando-se o principal jornal nativo da época, com seus assinantes chegando a dois mil no início de 1911. Embora o título do jornal fosse Medan Prijaji, ele não era mais o fórum apenas para os priyayi” (Shiraishi, p. 33, 1990).

¹⁴⁷ Quinn-Judge, 2002.

¹⁴⁸ Gasper, p. 113, 2009.

¹⁴⁹ Washburn, 2006.

de outras possibilidades, produzindo ressonância. Embora os códigos de inclusão/exclusão e de centro/periferia sejam mais que nunca contundentes nas comunicações globais e regionais, sem a autodeterminação dos povos, inclusive dos povos internos às nações que emergiram sob a autodescrição de Estados Nacionais nos séculos XIX e XX, não seria possível que se concretizasse a existência de uma sociedade mundial cujos fundamentos operativos estão na diferenciação funcional. Claro que avanços no sentido de inclusão não garantem que sistemas funcionais e organizações sempre responderão positivamente à ressonância da opinião pública, uma vez que, embora os processos sejam irreversíveis, as estruturas não são: em momentos de crise é sempre possível que elementos arcaicos voltem ao uso seletivo para determinar como e quem será incluído em um sistema ou outro para gerar novas estabilizações. O importante é deixar claro que, uma vez diferenciados, os meios de comunicação de massa tornaram-se relevantes para a observação de outros sistemas e passaram a produzir autodescrições capazes de criar expectativas sobre pautas coletivas, formando uma opinião pública capaz de irritar particularmente o sistema político, que passou então a necessariamente optar entre considerar as pautas ali colocadas ou se arriscar ignorando-as. É com os meios de comunicação que a sociedade toma, por assim dizer, a responsabilidade sobre sua própria condução ao observar-se cotidianamente. Já não se atribui a Deus ou a qualquer forma mística o destino dos seres humanos; se estabelece que o que acontece, acontece porque escolhas são feitas e são feitas sempre dentro de um espectro de riscos possíveis que são, de todo modo, inescapáveis e que se multiplicam a cada nova decisão. Se no século XVIII as descrições da sociedade sobre ela mesma corriam em um ritmo semanal, hoje elas se fazem em tempo real e através de tantas formas e canais que o fator do letramento se tornou exíguo – embora finalmente 88% da população mundial saibam ler¹⁵⁰. Todo fato relevante global ou local é passível de conhecimento em minutos ou até em tempo real para os sistemas e endereços para os quais é relevante; a cada momento é tecida uma autodescrição que torna a sociedade mundial sincronizada e simultânea. A temporalização da complexidade dos meios de comunicação se faz, portanto, de forma extremamente acelerada, o que faz do seu ritmo um atrator para todos os outros sistemas, como veremos agora.

3.3 Aceleração social do tempo

¹⁵⁰ UNESCO, 2025.

Antes de tudo, é preciso especificar o que irei considerar como tempo, temporalidade e temporalização. De uma perspectiva cibernética construtivista, o tempo é internamente produzido em sistemas autopoieticos através da temporalização da sua complexidade. Neste sentido, a diferença entre sistema e ambiente produz uma dessincronização entre o tempo do sistema e o tempo dos sistemas em seu ambiente. Assim, parto da ideia de que existem inúmeras temporalidades simultâneas que se produzem internamente em cada sistema social. Todos os sistemas autopoieticos (sociais e orgânicos) inserem-se, no entanto, em um tempo universal, que permite – senão condiciona – que eles existam ao mesmo tempo. Neste sentido, todos os sistemas existem ao mesmo tempo¹⁵¹, enquanto a temporalidade, o ritmo interno de cada sistema autopoietico, varia de acordo com suas operações. Sistemas autopoieticos são sistemas não lineares e, sem entrar nos pormenores da física, isso significa que neles a entropia é adiada por meio da auto-organização e esse processo se dá através de bifurcações no tempo cuja seleção é irreversível: uma vez tomada uma direção, a próxima conexão só pode ser feita a partir daí e assim sucessivamente.

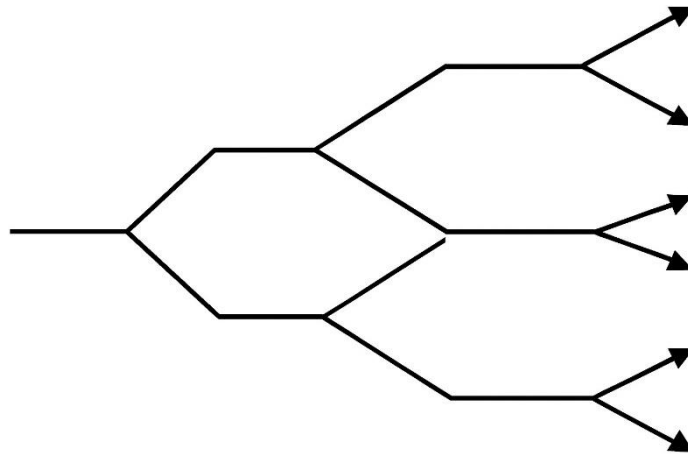


Imagem 1: Bifurcações no Tempo

Essa imagem faz ver que, de acordo com os pressupostos da cibernética e da teoria geral dos sistemas: i) todos os sistemas auto-organizados vão do passado para o futuro; e ii) cada

¹⁵¹ Aqui é importante ressaltar que, literalmente, tudo que existe, existe ao mesmo tempo. Isto inclui sistemas autopoieticos (organismos, sistemas sociais e psíquicos) e sistemas triviais (as máquinas). Poderíamos incluir também outros objetos, como os planetas do sistema solar, estrelas, etc., mas implicaria discutir desdobramentos da física que não nos cabem. O que é relevante, no entanto, é que essa ideia abarca tudo da macro natureza. Neste sentido, eu, você, as pedras e o magma terrestre abaixo de nós, assim como Saturno e Plutão, existimos simultaneamente e envelhecemos ao mesmo tempo e no mesmo sentido. Nada e nem ninguém está ficando mais jovem. Nas palavras de Luhmann: “[...] tudo que sucede acontece ao mesmo tempo, ninguém está em posição (na perspectiva temporal) de vantagem ou desvantagem” (Luhmann, p. 216, 2009).

escolha feita determina as possibilidades de conexões futuras. Mas é preciso ter cuidado; a ilustração faz parecer que só há duas possibilidades de cada vez, enquanto, na verdade, existe a possibilidade que é realmente atualizada e todas as outras possibilidades possíveis, com o perdão da redundância. Possibilidades possíveis para evidenciar que elas são muitas, mas não infinitas: há um limite do que pode ser atualizado em cada operação e em cada sistema e esse limite depende das estruturas já construídas e da redução que a função memória faz sobre a atualidade do ambiente, o passado sistêmico e suas pretensões para o futuro. A operação/observação atual é feita, portanto, entre algo que é apontado e todo o resto; é daí que vem o conceito de contingência, que nos diz que tudo sempre poderia ser de outra forma, ou ainda, que cada vir a ser de uma decisão não é nem necessário nem impossível. Na teoria dos sistemas sociais funcionalmente diferenciados de Luhmann, cada sistema reduz suas possibilidades operativas a um código binário. Mas é sempre bom lembrar que o próprio código binário é uma forma seletiva emergente dentro do processo social e que nem sempre foi assim e que, de todo modo, poderia ser diferente. Essa perspectiva insere os sistemas sociais, assim como todos os sistemas existentes, em uma flecha do tempo simultânea a todos eles e na qual as seleções e as conexões feitas determinam como e por quanto tempo um sistema vai permanecer, considerando que sua racionalidade para seleções é estruturalmente limitada.

A aceleração social do tempo, nesse registro, deve ser compreendida, então, como a aceleração do ritmo das operações feitas nos sistemas sociais e a ressonância deles na sociedade como um todo. Uma rápida observação nos permite concluir que existem sistemas mais rápidos e sistemas mais lentos, assim como que, ao longo da história das sociedades na Terra, esse ritmo já variou bastante. É possível deduzir também que a velocidade da temporalização de cada sociedade e de cada sistema social depende da sua forma de diferenciação, assim como da sua função memória. Mais que isso, a forma como a linguagem é acessada em cada época histórica dá possibilidades distintas para a conexão entre seus elementos na atualização do presente. Há mais ou menos quarenta mil anos, os primeiros signos fonéticos emergiram entre seres humanos e, através deles, começou a ser possível coordenar ações de grupo para atividades como a caça, por exemplo. A linguagem falada desenvolveu-se amplamente e, entre cinco mil e mil anos atrás, diversas civilizações desenvolveram a escrita de forma autônoma: os sumérios e os egípcios por volta de 3.500 a.C.¹⁵², os chineses em 1.200 a.C. e os maias em 600 a.C., para dar alguns exemplos. O primeiro alfabeto fonético surgiu na Fenícia entre 1.400 e 1.000 anos

¹⁵² Thompson, p. 228, 2011.

a.C.¹⁵³, seguido do alfabeto grego em 800 a.C. e dos alfabetos etrusco e romano dois séculos depois. Note-se que os saltos evolutivos proporcionados pela técnica da escrita se deram de forma acelerada, principalmente na região do Mediterrâneo, onde povos mantinham contato entre si de forma relativamente estreita, seja pelo comércio ou pela guerra. O surgimento da escrita levou à aceleração das relações em diversos âmbitos, proeminentemente na política, na economia e na religião, que não eram tão fortemente diferenciadas como o são na modernidade. Isso ocorreu porque a técnica da escrita permite formas de auto-organização mais consistentes, uma vez que é possível verificar documentos. Assim como torna possível para a função-memória elaborar atualizações com base em um passado mais amplo e estável, prospectando expectativas e planejamentos também mais amplos. Não à toa, em quase todos esses casos houve expansão de território e riqueza por meios bélicos alguns séculos depois do surgimento da língua escrita.

Dois mil anos se passaram até que a próxima revolução comunicativa fosse operada com a invenção da imprensa na Europa. Vale observar que, entre o surgimento da linguagem falada e o surgimento da linguagem escrita, passaram-se mais de 35.000 anos; da linguagem escrita para a imprensa (ocidental), passaram-se pouco mais de 4.000 anos; e entre a invenção e popularização de materiais impressos na Europa e os meios digitais de comunicação, passaram-se menos de quinhentos anos. A cada novo meio de comunicação emergiram novas formas de diferenciação e aceleram-se processos sociais, uma vez que as novas técnicas permitiram conexões comunicativas cada vez mais ampliadas: com a fala os seres humanos puderam se organizar em grupos donde emergiram os primeiros sistemas sociais, como a família, a política e a religião; depois, com a escrita, esses sistemas já estruturados cresceram em complexidade alargando as possibilidades comunicativas inclusive entre diferentes povos e, em seguida, a imprensa, como vimos anteriormente, expandiu as possibilidades da comunicação em todos os sistemas sociais assim como a individualização da comunicação entre seres humanos e os materiais impressos.

Todos esses processos e sua aceleração decorrem do que, em teoria dos sistemas, chamamos temporalização da complexidade. Em síntese, a temporalização da complexidade é resultado da pressão seletiva do tempo, isto é, sistemas vivos não podem operar conectando todos os seus elementos ao mesmo tempo; eles precisam ordenar suas operações de modo a encadear com razoabilidade essas conexões para corresponder às necessidades autopoieticas.

¹⁵³ Thompson, p. 229, 2011.

Em sistemas sociais, esse encadeamento leva à produção de sentido em processos comunicativos que podem se tornar irreversíveis e que passarão a nortear as próximas conexões sucessivamente, como observamos na imagem acima. O elemento basal dos sistemas sociais são as comunicações (que incluem as ações). Mas, note-se, nem todo encadeamento de comunicação/ação gera processos; muitas delas se perdem no caminho, não são retomadas ou são simplesmente pontuais. Neste sentido, a temporalização da complexidade só conduz a sentidos mais ou menos precisos quando, através de operações e seleções que se reforçam no tempo, ela produz a emergência de formas de auto-organização. E o *medium* através do qual essas comunicações se dão condiciona o alcance da auto-organização possível; em outras palavras, *media* e formas de organização coevoluem. Assim, as primeiras comunidades de seres humanos desenvolveram oralidade porque já viviam em grupo há bastante tempo¹⁵⁴ e a convivência, por sua vez, foi sendo incrementada pelo uso da linguagem. A temporalização da complexidade social no contexto da oralidade oscila entre passado (tradição, rememoração sobre os ancestrais e mitos fundadores) e o presente, ou seja, como a tradição deve ser atualizada de momento a momento. É importante perceber que, embora a oralidade tenha surgido há milhares de anos, ela continua sendo a base das interações sociais na atualidade; não devemos observá-la, portanto, como um *medium* arcaico, mas como um *medium* que continua evoluindo na sociedade. Mas, no que se refere à temporalização da complexidade, ela não tem tanta potência para aceleração das operações comunicativas; ela resolve problemas, por assim dizer, no aqui e no agora. A oralidade envolve necessariamente seres humanos presentes e atentos; pela sua constituição, ela não tem tempo de ficar recorrendo a uma diversidade muito grande de informações porque, para funcionar, ela depende de uma alta gama de esquecimento. Por isso, é comum que nas tradições orais determinadas narrativas acabem sendo selecionadas para passar de geração a geração e sua transformação, paradoxalmente mais lenta, acontece na reprodução repetitiva dos seus elementos.

Com a emergência da escrita, há um salto evolutivo, uma vez que o passado pode ser

¹⁵⁴ Nossos ancestrais (os *homo habilis*) já viviam em grupo há 2,5 milhões de anos e usavam gestos e grunhidos para coordenar ações. Inúmeras outras espécies se comunicam assim sem que, por enquanto, tenham saltado para a linguagem codificada. A este respeito, Luhmann enfatiza que: “[...] as novas teorias sobre a ‘hominização’ enfatizam o distanciamento do ‘homem’ – como um ramo particular da evolução – não diretamente devido a capacidades superiores para gerir relações com a natureza externa, mas devido a exigências cognitivas tão típicas do mundo social. Campo onde esses primatas estão em processo de evolução em direção ao homem. A solução para o problema parece ser proporcionada, então, pelo desenvolvimento simultâneo de extrema dependência social e de um alto grau de individualização: esse desenvolvimento é alcançado através da construção de uma ordem complexa de comunicação significativa, que determina a evolução posterior do ser humano” (Luhmann, 2006, p. 147).

ampliado pelo registro. Assim, as inscrições gráficas em templos e tumbas, por exemplo, aumentam a precisão e a duração das histórias de um povo que podem chegar até nossos dias, evitando o esquecimento de muitos personagens e eventos. A escrita também ampliou as possibilidades conectivas no cotidiano dos povos antigos, principalmente nos sistemas políticos e religiosos. A possibilidade de registro, primeiramente em papiros e pergaminhos, aumentou as condições para a divisão de papéis e organizações para soluções de problemas gerenciais práticos, isto é, já emergiu neste momento uma burocracia rudimentar que podia se organizar melhor por inventários, por planejamentos, por correspondências, etc., que permitiram a emergência dos primeiros impérios. A complexidade social aumentou e a diferenciação dessas sociedades tendeu a se resolver de forma hierárquica. É preciso lembrar também que, com o incremento técnico pós-sedentarização, a quantidade populacional aumentou, exigindo formas de organização que gerenciassem pessoas e bens de forma coordenada. A temporalização dessa complexidade lida, portanto, com uma quantidade maior de informações que a disponível apenas na oralidade, enfaticamente informações do passado e do passado recente. Neste sentido, o aumento de alcance comunicativo da escrita não se dá tanto em uma prospecção de futuro, já que a diferenciação hierárquica tende a ser mantida de forma conservadora e não é muito afim de mudanças – a não ser para expandir os horizontes do poder –, mas na capacidade de possibilitar a comunicação entre ausentes¹⁵⁵. Com a escrita, é possível, inclusive, se comunicar com os mortos; ela permite que certas informações se tornem presentes ao longo de um tempo extenso e, a cada vez que se atualiza, ela combina um presente-passado com um presente-presente; em outras palavras, ela atualiza o passado no presente a cada vez que se realiza. Nas palavras de Luhmann: “[...] *A escrita cria uma presença totalmente nova do tempo, ou seja, a ilusão da simultaneidade do não simultâneo*”¹⁵⁶. Essa ilusão tem efeitos reais, uma vez que contribui para a criação de sentido na operação atual da comunicação. Com a escrita, as tradições, enquanto observação do passado, são reforçadas e os ritos religiosos e políticos ganham precisão em seus procedimentos.

A imprensa, por sua vez, introduz um novo horizonte temporal: o futuro. Isso não significa, de modo algum, que antes da popularização da imprensa só houvesse passado e presente, mas que, com a imprensa, a orientação que conduz as atualizações passa a ser o futuro (a novidade), não mais o passado (a tradição). Se antes já havia planejamento, ele estava baseado na expectativa de produzir no futuro o que se conhecia no passado – com técnicas da agricultura,

¹⁵⁵ Luhmann, p. 200, 2006.

¹⁵⁶ Luhmann, p. 205, 2006.

com a sucessão no poder, com a ritualização do sagrado, com as estratégias de batalha, etc. Se surgia alguma inovação, ela nem sempre era deliberada, mas esporádica. Com a imprensa, a necessidade da produção de novidades se impõe e se acelera no desenrolar da modernização¹⁵⁷. Se antes o costume era ler o mesmo livro todos os dias e se os textos disponíveis eram sempre os mesmos, diga-se de passagem, com a imprensa o interessante passa a ser ler cada vez mais textos diferentes e, tão relevante quanto, escrever cada vez mais textos diferentes. Com isso, há um rompimento profundo com a escrita anterior, que tinha como uma de suas bases principais o registro das palavras sagradas que, pela sua natureza, não deviam ser modificadas, mas, no máximo, reinterpretadas. A escrita torna-se, neste sentido, cada vez mais laica. Os temas tornam-se cotidianos e mundanos a ponto de a sociedade então começar a se descrever para si mesma, observando seus próprios eventos – não mais os transcendentais. Essas descrições que se baseiam no que acontece no dia a dia, assim como os parâmetros seletores do que se considera relevante tematizar, encurtam a relação com o passado – o jornal da tarde é mais informativo que o da manhã. As atualizações no presente passam a levar em conta o quase imediatamente anterior e, ao mesmo tempo, carregam em si já uma projeção do que deve se esperar no futuro. Essa projeção, que em linguagem sistêmica são expectativas, surge do fato de a sociedade operar uma autoanálise constante pelos meios de comunicação. O que se descreve através dos jornais – e mesmo em outras literaturas – não é uma mera descrição, mas a comunicação de eventos e possibilidades históricas que levam a uma autorreflexão da sociedade como um todo: se é assim agora, depois pode ser melhor. A imprensa coloca a sociedade de frente para o espelho, por assim dizer. A reflexividade emergente daí cria as condições para os ideais de progresso e imputa a necessidade do risco para toda transformação; em outras palavras, a imprensa faz saber à sociedade que é ela que produz a si mesma no presente, no passado e, principalmente, no futuro. Os meios de comunicação de massa talvez sejam os sistemas funcionalmente diferenciados na modernidade que mais cresceram em complexidade interna, subdividindo-se em forma e conteúdo. Explico-me: a criação e popularização da imprensa no século XVI teceram as condições para a emergência dos meios de comunicação e, em uma velocidade relativamente rápida, em dois séculos tanto os jornais quanto a produção literária se desenvolveram e criaram uma estabilidade própria, assim como começaram a produzir uma ressonância forte para outros sistemas sociais, particularmente para os sistemas políticos via opinião pública. Por óbvio, a emergência dessa reflexividade não se deu da noite para o dia –

¹⁵⁷ Luhmann, p. 799, 2006.

muito embora tenha acontecido em um período curto de tempo se comparado à história humana.

Nas partes anteriores deste capítulo, mostrei que o risco e a imprensa colaboraram na forma como a sociedade modernizou a si mesma por meio de autodescrições e que suas autodescrições são, por sua vez, resultado de processos modernizantes, substancialmente os de diferenciação funcional. Neste tópico, quero chamar a atenção para como a aceleração de processos sociais também resulta e produz a forma como a sociedade moderna descreve a si mesma. A função dos meios de comunicação será elaborada em profundidade no capítulo que se segue; por ora, é importante ressaltar que a reflexividade produzida na imprensa gerou uma auto-observação em larga escala, na qual tanto os riscos quanto a aceleração foram tematizados, por vezes de forma entrelaçada. O elogio à mudança e ao protagonismo humano no progresso é a chave que abriu as portas da aceleração tipicamente moderna. Digo tipicamente porque, se até então, na revolução comunicativa anterior, a aceleração foi consequência do salto evolutivo inerente à criação do *medium* da escrita, na modernidade a aceleração social do tempo é parte constitutiva da sua reprodução: a sociedade moderna é uma sociedade que acelera a si mesma, a começar pela diferenciação funcional que, ao dividir os problemas gerenciais da sociedade em sistemas diversos, permite que eles sejam solucionados em seus respectivos âmbitos e de acordo com a temporalização interna a cada um deles.

Mas mesmo antes de os sistemas sociais estarem plenamente diferenciados, isto é, antes do século XVIII na Europa, a semântica da aceleração já estava posta. Vale lembrar que os processos de modernização, isto é, da emergência da diferenciação funcional, se deram de forma coevolutiva, entre os quais alguns saltos foram abruptos – como a descoberta do continente americano – e outros mais lentos – como a colonização desse mesmo continente. A criação da imprensa, por sua vez, levou a acelerações na ciência e na produção de tecnologias, por exemplo, que possibilitaram a aceleração dos empreendimentos colonizadores, assim como as necessidades técnicas desses empreendimentos exigiram da ciência que se produzissem tecnologias cada vez mais facilitadoras. Ao mesmo tempo, instaura-se o processo de secularização, no qual a religião passa a ter suas operações isoladas ao âmbito religioso, perdendo força no âmbito político que, por sua vez, foi se reforçando como o lugar das tomadas de decisão com centralidade na figura do príncipe e depois no Estado Nação. A economia, fortemente impulsionada pelo saque colonial, foi se diferenciando da política – e do status aristocrático –, construindo seus mercados de forma acelerada até que, no século XVIII, a industrialização marcou o ponto de não retorno em sua diferenciação. Isto tudo, mais uma vez, de forma coevolutiva: na lógica da observação entre sistema e ambiente, a modernidade e sua

aceleração são frutos da ressonância entre os sistemas aí emergentes. Aumento e redução de complexidade, pautados no ritmo de cada sistema, foram produzindo a semântica moderna. O que todo o processo de diferenciação tem em comum, no entanto, é o apreço pela novidade, pela inovação e, por consequência, pelo enfrentamento dos riscos inerentes à incerteza que ronda tudo que é novo.

Na modernidade, a sociedade toma as rédeas de sua condução e, ao contrário da perspectiva de Marx¹⁵⁸, para Luhmann e para Koselleck, com os quais alinho meu argumento aqui, o que define a sociedade moderna é que ela é feita com base no fato de que, a partir da secularização, ou ainda, da historicização, para usar um termo de Koselleck¹⁵⁹, a sociedade faz sua história sabendo que sobre ela repousam todas as consequências de suas escolhas. Se até então o futuro se projetava na espera do apocalipse redentor, a partir de Lutero e Robespierre o futuro deve ser planejado e executado na Terra e, mais, um futuro que seja melhor que o presente. Insere-se na dinâmica seletiva das comunicações um aspecto de planejamento que se tornará irreversível: uma função memória que opera com base no aprendizado e na criação de expectativas com base em uma projeção temporal em pequeno, médio e longo prazo. E mais: quanto mais rápido os objetivos forem alcançados, melhor. Nas palavras de Robespierre em 1793: *"É chegada a hora de conclamar cada um para seu verdadeiro destino. O progresso da razão humana preparou esta grande Revolução, e vós sois aqueles sobre os quais recai o especial dever de acelerá-la"*¹⁶⁰. O destino deriva do progresso da razão, da qual deve derivar ainda mais, e aceleradamente, progresso e razão. É a esta reflexividade histórica que se deve a instauração dos tempos modernos, uma reflexividade produzida pela auto-observação da sociedade sobre ela mesma através dos seus sistemas de forma coevolutiva, na qual o papel dos meios de comunicação e da técnica da imprensa foi um dos principais *inputs* aceleradores. Com a diferenciação funcional consumada no século XVIII na Europa, a aceleração da

¹⁵⁸ Cito: "Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos" (Marx, p. 25, 2011).

¹⁵⁹ Cito Koselleck: "Essa filosofia [do progresso] descobriu uma certa qualidade temporal na história que se esforçava por ver o ontem como fundamentalmente diferente do hoje, o qual, por sua vez, seria fundamentalmente diferente do amanhã. O princípio de uma possível repetição dos eventos foi abandonado. Uma vez, então, que toda a história é única e singular, o passado tem que ser, por consequência, diferente tanto do presente quanto do futuro. Em uma palavra: a "historicização" da história e sua interpretação progressista são dois lados da mesma moeda. História e progresso encontraram seu denominador comum na experiência de um tempo genuinamente histórico. Reconhecê-los como tal demanda um ponto de vista que teve de reconhecer a si mesmo como historicamente condicionado" (Koselleck, p. 174-175, 2006).

¹⁶⁰ Robespierre, p. 69, 1958.

temporalização da complexidade social tornar-se-á um aspecto constitutivo do funcionamento da maioria dos sistemas funcionais. A novidade será generalizada como parâmetro seletivo, mesmo que secundário, para praticamente todos os sistemas: mesmo a ciência operando pela verdade, a inovação teórica ou tecnológica é sempre um subproduto esperado; do direito se espera que as leis sejam sempre aprimoradas e que correspondam às novas expectativas da opinião pública e o mesmo vale para as decisões políticas; na arte isso se dá de forma ainda mais contundente: a boa arte é sempre a arte de vanguarda. Na economia e nos meios de comunicação, a inovação é ainda mais constitutiva: ela se aplica tanto à produção tecnológica, isto é, à inovação de como são produzidas riquezas e informações, quanto fazendo emergir novas necessidades, produtos e formas narrativas. Economia e meios de comunicação são até hoje os sistemas mais rápidos e, por essa característica, eles têm primazia na ressonância social; eles conduzem processos que se tornam necessários na observação dos outros sistemas que precisam acelerar o passo, consequentemente¹⁶¹.

Por fim, talvez seja bom esclarecer mais uma vez o que se compreende aqui como aceleração social do tempo: trata-se da aceleração da temporalização da complexidade social resultante da coevolução de sistemas funcionalmente diferenciados que, por esta forma de diferenciação, ganharam a capacidade de reduzir e aumentar complexidade em uma escala muito maior do que as antigas formas de diferenciação. Conjuntamente, o meio simbolicamente generalizado dos *media*, a novidade, passou a nortear processos em outros sistemas sociais, levando à sua aceleração. Dessa forma, a aceleração torna-se também uma forma da modernidade descrever a si mesma: como uma sociedade pautada no aumento de velocidade de todos os seus processos. Hartmut Rosa tem feito uma discussão interessantíssima a respeito dessa característica moderna: para ele, a compulsão à aceleração é o motor da sociedade moderna¹⁶², é a aceleração que move todos os seus processos com o ápice na contemporaneidade, na qual essa compulsão tornou-se, segundo ele, um fator patológico que coloca em risco a sociedade e os seres humanos. Mas os riscos inerentes à aceleração dos

¹⁶¹ Cito Luhmann: “Por trás das particularidades muito discutidas das modernas estruturas do tempo, como dominação do esquema passado/futuro, uniformização do tempo mundial, aceleração, extensão dos eventos sincrônicos aos assincrônicos, estão também os meios de comunicação possivelmente ao lado da economia monetária. Eles produzem o tempo com o qual trabalham e a sociedade acomoda-se a ele. A compulsão de precisar sempre oferecer algo de novo, praticamente neurótica na economia, na política, na ciência, na arte (embora ninguém saiba ao certo de onde vem esse caráter novo do novo e qual deve ser o tamanho da sua reserva), oferece uma evidência impressionante desse fato. Também chama atenção o fato de a sociedade moderna, associar a isso uma valorização, que pode ser positiva ou negativa, de acordo com o futuro (desconhecido), se ele for considerado de forma otimista ou pessimista” (Luhmann, p. 45, 2011).

¹⁶² Rosa, 2019.

processos sociais não são exatamente uma novidade; já em Durkheim, a anomia não deriva exatamente da divisão do trabalho social – ou, em linguagem sistêmica, da crescente complexidade – mas da alta velocidade em que isso se desenvolveu¹⁶³. Assim como em Simmel, a intensidade e a grande quantidade de estímulos levariam ao esgotamento mental dos seres humanos¹⁶⁴. Outros inúmeros autores da modernidade tardia também trataram o tema, cada qual à sua maneira¹⁶⁵, mas há um consenso geral sobre o fato de a aceleração gerar mais problemas que soluções, o que é contraditório, já que se esperaria, de modo intuitivo¹⁶⁶, que a aceleração liberasse tempo e não produzisse a falta dele. Em outras palavras, o problema da aceleração não é o excesso de tempo produzido, mas sua escassez para elaboração da complexidade produzida por ela. É um problema-paradoxo: a aceleração da temporalização aumenta a complexidade que deve ser novamente reduzida por uma nova aceleração e assim sucessivamente. Esse paradoxo está no cerne dos processos de modernização e sua alta produção de riscos de toda ordem.

Nesta tese, observaremos como, particularmente, os riscos ambientais foram sendo criados e descritos sob a ordem aceleracionista, na qual a lógica operativa acelerada da economia – tanto no capitalismo quanto no comunismo – de extrair e produzir riqueza cada vez mais e em maior velocidade e proporção ampliou os riscos para outros sistemas, assim como para humanos e não humanos. Um processo no qual o princípio moderno de inclusão total esbarrou nos limites do seu próprio modo de extrair riqueza deste mundo, conduzindo-nos a um iminente colapso nas relações sócio-terranas. Observaremos principalmente como esses riscos foram descritos pelos meios de comunicação de massa imersos em ambientes sociais distintos em termos históricos e culturais, de modo a comparar como, em meio ao modo de ser da sociedade moderna global, isto é, funcionalmente diferenciada, perspectivas e formas de descrição distintas emergiram.

¹⁶³ Durkheim, 1999.

¹⁶⁴ Simmel, 2009.

¹⁶⁵ Para citar alguns: Byung-Chul Han, Ulrich Beck, David Harvey e Zygmunt Bauman.

¹⁶⁶ Como propôs, por exemplo, Herbert Marcuse em “Um Ensaio sobre a Libertação” e “O Homem Unidimensional”.

4. A Construção da Realidade no Século XX: As Diferenças Globais do Meio, da Forma e da Operatividade dos Meios de Comunicação de Massa

Neste capítulo, observaremos mais detalhadamente aspectos relevantes da emergência dos meios de comunicação de massa e como sua diferenciação funcional se deu de forma situada. Também tratarei de sua mundialização e de pontos-chave de suas tecnologias. Por fim, abordarei o conceito de semântica enquanto uma construção social situada, subtópico no qual desenvolverei o polêmico tema da “manipulação” e da normatividade produzida pelos *media*.

Para uma definição acurada dos meios de comunicação, é preciso retomar a distinção primária das operações sociais, qual seja, a entre *medium* e forma. A principal atribuição desta distinção é que ela é, como qualquer distinção, um atributo do observador. Ao mesmo tempo, ela está subentendida como condição para toda comunicação, isto é, não é preciso que se recorra a ela durante as operações, mas ela vai se constituindo enquanto a comunicação se reproduz. O *medium* (singular) ou os *media* (no plural) são os substratos da comunicação e a sua origem é física: é a luz, o som e a superfície através dos quais formas são condensadas. São acoplamentos frouxos que permitem a emergência de formas que são, por sua vez, acoplamentos rígidos. Assim, quando assistimos a um filme, o fazemos por meio da luz e do som que assumem formas restritas de modo que possam produzir comunicação, isto é, selecionar e fazer ver e ouvir informações que, por sua vez, serão recriadas no espectador. Ao assistir a um filme, por óbvio, não precisamos ficar recriando a distinção entre a luz e os sons e a narrativa do filme; essa distinção passa despercebida, mas é fundamental em toda comunicação. O mesmo vale para a linguagem escrita, seja em códigos gráficos ou em braile: as letras, as palavras e as células constituem o *medium* para formação de frases e narrativas que constituem a forma. Os sons e os gestos das linguagens de sinais constituem o *medium* na comunicação para pessoas que ouvem e para as que não ouvem, respectivamente. Neste caso, o que é relevante para a comunicação é o significado dos fonemas e gestos acoplados de forma rígida e não as ondas sonoras e os movimentos em si. Os sistemas sociais funcionam com base nessa distinção que está imbricada em sua coevolução com os seres humanos e sua capacidade cognitiva e, ao mesmo tempo, é justamente a diferença entre sociedade e percepção humana que permite que as formas emergentes na comunicação sejam produzidas de forma autônoma¹⁶⁷. Na teoria dos

¹⁶⁷ Marcondes Filho, p. 8-9, 2011.

sistemas sociais encontramos três diferentes *media*, mas apenas os meios de comunicação de massa constituem sistemas auto-organizados – os outros, a linguagem e os meios simbolicamente generalizados, são emergências que aumentam a probabilidade da comunicação. Neste sentido, para Luhmann, os meios de comunicação de massa, enquanto sistemas sociais, constituem o substrato pelo qual a sociedade tece sua autodescrição de forma generalizada. São eles que produzem as formas pelas quais a sociedade cria uma reflexividade sobre si mesma, tecendo uma realidade que é ressonante para ela como um todo¹⁶⁸.

A distinção entre *medium* e forma é também relevante no sentido de que, para uma análise sistêmica dos meios de comunicação, o suporte técnico através do qual as comunicações são produzidas não altera substancialmente suas operações: elas podem ser reproduzidas, por exemplo, através de sons armazenados e emitidos pelas rádios, por discos de vinil, por CDs ou por *streamings*, por exemplo, e de imagens por televisores, por tablets ou computadores. O fato de a transmissão das rádios depender de antenas ou do *streaming* depender de uma conexão com a internet que depende, por sua vez, de cabos submarinos que circundam o mundo e de satélites na órbita da Terra não interfere em nada nos processos comunicativos dos meios de comunicação – a não ser se eles falharem. Tanto a tecnologia quanto os seres humanos estão no ambiente dos sistemas de meios de comunicação – assim como de todos os outros sistemas sociais. Note-se que os aparelhos emissores de sons e as telas emissoras de luz são acoplados a praticamente todos os sistemas nos dias de hoje, inclusive na intimidade. Não é, portanto, a tecnologia que determina a forma através da qual a sociedade produz sua autodescrição pelos meios de comunicação, mas apenas suas próprias operações. É evidente que a evolução tecnológica dos *media* amplia o alcance das comunicações e acelera a temporalização da complexidade em sistemas sociais, com ênfase aqui para os meios de comunicação de massa: é a tecnologia que permite a simultaneidade da propagação de informações sobre eventos de relevância mundial, como olimpíadas, guerras e encontros políticos, por exemplo. No entanto, não é a tecnologia que determina o sentido dessas comunicações, nem a forma e nem o compasso como elas se dão. Ao mesmo tempo, uma vez acopladas às tecnologias que ampliam o alcance, os meios de comunicação provavelmente são os meios que mais têm expandido suas operações mundialmente. Como quase toda construção teórica luhmanniana, mais uma vez deparamo-nos com um paradoxo: as tecnologias não determinam as comunicações dos *media* de massa, mas ampliam seu alcance para uma observação mundial através da qual a sociedade

¹⁶⁸ Luhmann, p. 158, 2011.

observa a si mesma e sem a qual essa auto-observação não seria possível, uma vez que os meios de comunicação só conseguem produzir uma ilusão transcendental kantiana, para usar as palavras de Luhmann¹⁶⁹, porque a técnica se interpõe entre os interlocutores da comunicação e permite um distanciamento suficiente para gerar reflexividade. Aliás, a definição conceitual por excelência dos meios de comunicação de massa é a de, como já vimos: “[...] *todas as instituições [...] que se servem de meios técnicos de reprodução para difusão da comunicação [...] na medida em que fabriquem produtos em grande quantidade a um público indeterminado*”¹⁷⁰. Neste sentido, só podem ser considerados meios de comunicação de massa os sistemas que lançam mão da tecnologia para ampliar o alcance de tal modo que não seja possível a interação entre emissor e receptor, mas através dos quais se gere uma reflexividade generalizada¹⁷¹.

A função dos meios de comunicação é a de mostrar a sociedade para ela mesma, criando a representação de uma esfera pública onde emerge uma opinião pública situacionalmente estabilizada e que não deve ser entendida no sentido comum da filosofia política, isto é, como vontade geral à qual se chega por debate e consenso, mas como uma memória disponível para observação geral¹⁷² – de outros sistemas sociais e de sistemas psíquicos. Vale retomar, para uma melhor compreensão, o conceito de função-memória, que é constitutivo de todos os sistemas sociais, mas que, para a sociedade de modo geral, é a função específica dos meios de comunicação de massa. A função-memória é uma medida de racionalidade que discrimina entre o que deve ser esquecido, deixado de fora da forma, e o que deve ser atualizado na comunicação, criando expectativas em relação a um horizonte futuro¹⁷³. Ela é o condão seletivo de cada sistema e, quando os sistemas de meios de comunicação de massa emergem como o agente dessa função, é este tipo de observação que eles fazem para a sociedade como um todo: eles selecionam informações e formas através das quais eles descrevem a sociedade para ela mesma, criando uma realidade que ressoa para observação das realidades criadas internamente a cada sistema social – e é isto que constitui a opinião pública¹⁷⁴. Nesse sentido, a realidade criada pelos meios de comunicação gera expectativas a respeito de temas acoplados em todos os âmbitos sociais: sobre os avanços da ciência, sobre as decisões políticas, sobre a popularidade

¹⁶⁹ Luhmann, p. 20, 2011.

¹⁷⁰ Luhmann, p. 16, 2011.

¹⁷¹ Luhmann, p. 17, 2011.

¹⁷² Luhmann, p. 171, 2011.

¹⁷³ Luhmann, p. 114, 2009.

¹⁷⁴ Luhmann, p. 873, 2006.

de determinada produção teatral e assim por diante. A opinião pública produzida nos *media* passa a constituir o ambiente de outros sistemas sociais e serve como um parâmetro geral sobre o que se sabe sobre a atualidade de inúmeros assuntos. A relevância das informações, sob a ótica da observação de outros sistemas sociais, pode variar imensamente; contudo, no que diz respeito ao sistema político, a opinião pública se constitui como forte irritação e nem sempre pode ser descartada sem riscos, como vimos no capítulo anterior. Na arte, essa relevância oscila, mas críticas publicadas em revistas, em colunas de jornais e canais especializados de grande circulação podem condicionar, por exemplo, quanto tempo uma peça ficará em cartaz. Já para sistemas como a ciência, por exemplo, a opinião pública sobre comunicações científicas dificilmente interferirá na produção de verdades ou nos métodos através dos quais se chega a elas – a não ser como expectativas pontuais, como ocorreu na pandemia de covid-19, à qual a ciência correspondeu com uma rapidez inédita. De todo modo, é através dos meios de comunicação que se sabe o que acontece de relevante em toda a sociedade, sendo esta relevância produzida nos próprios *media*. Os meios de comunicação são os meios através dos quais todos os sistemas sociais e psíquicos tomam conhecimento do estado mais ou menos atual da sociedade de modo geral e, na contemporaneidade, praticamente de modo global e simultâneo ou quase simultâneo.

Se a função entre esquecer e selecionar atualizações é uma tarefa exigente nos sistemas parciais da sociedade, para os meios de comunicação, que fazem isso para todas as comunicações possíveis, é uma tarefa colossal que eles só podem cumprir através de um código autocatalisador único que transforma informação em não informação¹⁷⁵. Note-se que o direito não transforma legal em ilegal, nem o sistema político transforma poder em desobediência ou, ainda, a ciência, verdades em falsidades¹⁷⁶. Os meios de comunicação, diferentes de todos os outros sistemas, envelhecem a si mesmos em cada operação e, por isso, são extremamente velozes na temporalização de sua complexidade. O seu meio simbolicamente generalizado é a

¹⁷⁵ Nas palavras de Luhmann: “Certamente, a mais importante particularidade do código informação/não informação está na relação deste com o tempo. Informações não podem ser repetidas; elas transformam-se em não informação no momento em que se tornam acontecimento. [...] O sistema reintroduz constantemente o próprio output, quer dizer, o conhecimento de fatos em si mesmo novamente, e o faz pelo lado negativo do código, como não informação; e, o fazendo, ele se força com isso a prover sempre novas informações. Em outras palavras, o sistema envelhece-se a si mesmo” (Luhmann, p. 42-43, 2011).

¹⁷⁶ Cito Moeller: “[...] Que um lado do código seja constantemente transformado em seu oposto é bem peculiar para um sistema de comunicação: no sistema legal, algo não se torna ilegal por ser oficialmente anunciado como legal. O código da mídia de massa coloca o sistema sob a pressão constante do tempo: ao declarar algo como informação, a informação se torna não informação, e surge uma necessidade de novas informações” (Moeller, p. 127, 2006).

novidade pela qual eles facilitam a observação de suas observações por outros sistemas, gerando uma ressonância temporal em larga escala para toda a sociedade, como abordei no tópico sobre aceleração social do tempo. Eles observam a sociedade e seus sistemas parciais e reduzem a complexidade que observam, selecionando o que deve ser novamente disponibilizado sob a forma de uma complexidade que poderá ser então observada pela sociedade. Trata-se de um círculo cibernético de segunda ordem, no sentido estrito do termo. É preciso considerar, no entanto, que a produção de informação nos *media* é conceitualmente restrita à definição de Gregory Bateson, para o qual informação é uma diferença que produz outra diferença no observador¹⁷⁷. Neste sentido, os meios de comunicação não têm nenhum comprometimento com a produção de informações verdadeiras (como tem a ciência) e este é um fato determinante nesta tese: informações falsas funcionam tão bem quanto as verdadeiras e, para ser precisa com a teoria, de todo modo, verdades verdadeiras ou realidades reais, por assim dizer, são sempre constructos sistêmicos e dependem sempre do observador, que não pode, pelas suas restrições estruturais, diferenciar observação de realidade, mas apenas construir novas observações sobre novas realidades se as anteriores se mostrarem inconsistentes¹⁷⁸. Verificar informações demanda tempo, algo que os meios de comunicação não deixam de sobra em suas observações. Até que uma notícia falsa seja checada e a verdadeira restituída em seu lugar, a primeira já terá se multiplicado na observação geral. Toda operação é irreversível, assim toda informação produzida nos *media* também é. Ela só pode ser contestada *a posteriori* e, neste ponto, já terá produzido distinções na opinião pública. Isso não significa que a checagem e a contestação de informações falsas sejam irrelevantes, mas que, se se quiser evitar a ressonância de notícias falsas na opinião pública, é preciso impedi-las antes de sua emissão – algo que os sistemas legislativos em todo o mundo estão trabalhando atualmente ao transformar essas comunicações em ilegais, com todos os riscos que tais formulações parecem legar para outros sistemas sociais.

Os *media* produzem comunicações que se prestam à observação geral e, embora tenham variabilidade seletiva entre informações relevantes locais e globais, eles produzem suas comunicações dirigindo-se a toda sociedade, isto é, para um observador indeterminado que pode ser todos e qualquer um. Sua seletividade deve considerar, portanto, informações que chamem a atenção geral, as quais, a partir do momento em que se fazem conhecer, passam para o domínio

¹⁷⁷ Luhmann, p. 41, 2011.

¹⁷⁸ Cito Luhmann: “[...] Teorias construtivistas afirmam que sistemas cognitivos não estão em condições de diferenciar entre condições de existência de objetos reais e condições de seu conhecimento porque não dispõem de nenhum acesso a tais objetos reais a não ser pelo conhecimento” (Luhmann, p. 22, 2011).

público: todos sabem mais ou menos as mesmas coisas sobre os mesmos fatos, sobre os mesmos temas e sobre as mesmas narrativas. Na sua forma clássica ou analógica, como se queira, os *media* funcionam então como criadores de uma realidade comum que se estende para todos os observadores sob uma forma mais ou menos uniforme. É uma comunicação de um para todos, por assim dizer, diferente do que acontece nos meios digitais mediados algoritmicamente. Claro que o alcance das comunicações depende da disponibilidade técnica, mas também e, principalmente, da seletividade sobre a relevância das comunicações. Não são todos os filmes produzidos que chegam aos cinemas do mundo todo, mas alguns chegam. Assim como algumas notícias só têm relevância local, enquanto outras se dão a conhecer em toda parte. O mesmo vale para a publicidade. A auto-observação produzida pelos *media* se dá na formação de bolhas crescentes e decrescentes, por assim dizer, do local para o global e vice-versa. Em uma pequena cidade do interior do Brasil, o mesmo jornal comunica notícias sobre um cão desaparecido e sobre as eleições nos EUA; neste mesmo jornal há espaço para a publicidade de um restaurante local e para o Burger King, por exemplo, e ainda, nos cinemas desta cidade, é possível assistir a produções internacionais e também a produções nacionais e regionais. Essa auto-observação em diversos níveis de contemplação tem a potência de criar uma identidade social que é particular (diferente das outras) e, ao mesmo tempo, generalizada (simultânea às outras). Se engana, no entanto, quem pensa que a auto-observação produzida pelos *media* seja a de uma realidade ontológica ou hegemônica; não. A realidade dos *media* é um constructo que se prestará para observação geral que, por sua vez, é uma multiplicidade de constructos sobre a realidade ali produzida. Não se trata, mais uma vez, da produção de consensos, mas da disponibilidade de variedade e redundância que geram expectativas (várias) em larga escala que ficam pressupostas para as comunicações seguintes¹⁷⁹.

Entramos agora nas áreas da programação dos meios de comunicação, divididas por Luhmann, de forma indutiva, entre notícias e reportagens, entretenimento e publicidade. Todas elas funcionam pelo código informação/não informação, mas seus parâmetros seletivos para o encadeamento de suas conexões são distintos. A decisão de Luhmann em falar em programas e não em subsistemas deve-se ao fato de todas essas formas de programação serem encontradas nos mesmos veículos de comunicação, até a década de 1990, em organizações produtoras de conteúdo para rádio, televisão e imprensa. Que em territórios capitalistas essas organizações

¹⁷⁹ Segundo Luhmann: “[...] o ser conhecido do ser conhecido assegura a necessária aceleração da comunicação. Ela pode se apoiar em coisas que podem ser pressupostas e concentrar-se em introduzir surpresas específicas, sempre renovadas” (Luhmann, p. 32, 2011).

sejam de ordem empresarial e, portanto, lucrativas, não significa, do ponto de vista sistêmico, que elas operem pelo código econômico, mas que, como veremos adiante, estejam acopladas ao sistema econômico, tecendo uma dinâmica coevolutiva com ele, assim como com outros sistemas sociais, como a arte e mesmo a política. Assim, a seletividade por meio de programas se dá com base em atratores para a atenção – de outros sistemas sociais e seres humanos – regulados pelo código informação/não informação e não pelo código ter/não ter da economia e, ao observarmos mais de perto os seus parâmetros seletivos, ficará claro que, mesmo na publicidade, o que vale é tornar conhecido determinado produto e estabilizá-lo no imaginário social e não necessariamente os lucros obtidos daí¹⁸⁰. Essa perspectiva distancia Luhmann de muitas outras abordagens sociológicas e filosóficas sobre os meios de comunicação de massa porque, muito embora ele use ocasionalmente o termo “indústria cultural”, tanto o elemento ideológico da massificação cultural capitalista quanto a valoração econômica do termo não cabem em sua perspectiva. Para Luhmann, não há uma intencionalidade de dominação de mentes e corpos; primeiro, porque não há mentes e corpos na sociedade e, depois, porque as seleções operadas dentro dos programas correspondem à função de representar a sociedade para ela mesma através da observação dessa mesma sociedade, ou ainda, pela observação de um ambiente criado internamente aos *media* que selecionam informações e as devolvem para a sociedade através de uma elaboração interna muito própria. Se essas informações são verdadeiras ou falsas ou se produzem narrativas que podem ser consideradas nocivas, tudo isto é feito pelas operações dos próprios meios de comunicação. Há, particularmente, uma desconfiança sobre a orientação política e/ou econômica sobre os meios de comunicação de massa, mas, da perspectiva sistêmica, enquanto sistemas fechados operacionalmente, os *media* só se relacionam com a política e a economia a partir de suas próprias seleções. Para dar um exemplo contundente de como isso ocorre: segundo a perspectiva sistêmica, a propaganda nazista, encabeçada por Joseph Goebbels, por exemplo, não inventou o nazismo, mas emergiu de um contexto no qual processos comunicativos orientados pelo nazismo se formaram na Alemanha e foram sendo paulatinamente institucionalizados e internalizados, via acoplamento, por sistemas e organizações sociais, dentre os quais os meios de comunicação de massa. Neste sentido, a propaganda nazista acoplou e devolveu à sociedade alemã uma autodescrição que

¹⁸⁰ Cito Moeller: “[...] Não é nem a economia nem a política que manipula a realidade através da mídia de massa, nem a mídia de massa que manipula a realidade através da política e da economia. É, antes, o acoplamento estrutural entre esses sistemas que produz efeitos que podem ser percebidos como “manipulação” ou que causam a “suspeita de manipulação” (Moeller, p. 145, 2006).

reforçou sobremaneira essas comunicações, isto é, a propaganda nazista coevoluiu e reforçou os processos comunicativos que culminaram na catástrofe, mas não poderia causá-la por si só. Mais adiante tratarei com maior profundidade os casos de disseminação de informações falsas e de caráter propagandístico; por ora, é importante apenas salientar que, da perspectiva adotada nesta tese, a única coisa por trás dos meios de comunicação de massa são suas operações executadas por programas que constroem parâmetros seletivos com base em suas próprias expectativas criadas em relação a seus respectivos ambientes, portanto.

Os três programas abordados por Luhmann emergiram mais ou menos juntos com a popularização da imprensa, mas, desde então, suas comunicações são orientadas por parâmetros seletivos distintos. As notícias e reportagens são produzidas por um garimpo cotidiano de fatos que abordam normalmente acontecimentos contemporâneos à sua emissão, mas que podem recorrer a comunicações anteriores se for acrescentar a elas alguma novidade. Afinal, a surpresa só pode acontecer se houver um fundo de estabilidade já posto. Em programas de notícias e reportagens, que hoje incluem os jornais impressos, os telejornais e os jornais online (escritos ou emitidos em canais audiovisuais) além de produções documentais diversas, os principais parâmetros seletivos são: i) as surpresas, que podem ser inseridas no correr de eventos já conhecidos; ii) os conflitos, porque eles são autocatalisadores, além de manter em suspenso seus resultados e angariar torcedores de todos os lados; iii) as quantidades, por dois motivos muito relevantes: primeiro porque permitem comparações com o passado e com o que se espera do futuro, algo inerentemente ligado à aceleração social do tempo produzida na modernidade e suas exigências de crescimento constante e, porque a precisão numérica na descrição de eventos pode, por si mesma, levar à surpresas, como o número de mortos em um ataque bélico ou do PIB esperado para o próximo ano, por exemplo; iv) relevância local e global de informação, como já mencionei anteriormente; v) transgressões à norma e escândalos também são preferidos e, neste caso, a seletividade produz efeitos de moralização que; vi) consequentemente levam a julgamentos morais que, enquanto produtores da opinião pública, cumprem um papel relevante na manutenção da moral na sociedade elencando comportamentos aceitáveis ou não, assim que; vii) principalmente nestes casos, de violação à norma, os meios de comunicação atribuem a falta a agentes (corruptos, criminosos de todo tipo, etc.) e elencam as possíveis punições; viii) a atualidade da comunicação que não tem apenas efeito de surpresa, mas de gerar uma sincronização na auto-observação social; ix) manifestações de opinião que são comunicadas como notícias, a ponto de em muitos casos ser indistinguível, em uma primeira observação, o

fato comentado e o comentário em si – posteriormente, se houver interesse, é possível para um observador analisar e separar o fato de como ele é de como é comentado¹⁸¹ e; x) as seleções são feitas dentro de organizações, isto é, nas redações dos jornais.

Os temas selecionados para comunicação cotidiana de notícias e reportagens, assim como seus estilos, estão mais ou menos estabilizados desde o século XVIII, como vou descrever adiante. Claro que novos quadros podem ser inseridos, inclusive de forma experimental – os chamados programas piloto. E esses temas são observados, pelos meios de comunicação, na produção comunicativa de outros sistemas sociais, a alguns dos quais eles estão fortemente interpenetrados. Os principais casos deste tipo de interpenetração talvez sejam com a política, com a economia e com o esporte, com os quais os programas de notícias e reportagens mantêm uma ressonância constante, já que compartilham com eles complexidade em larga escala. Os temas acoplados do sistema político são alimentados cotidianamente na observação das tomadas de decisão nas instâncias do poder (que podem ser locais, nacionais ou internacionais), de escândalos políticos de todo tipo, de problemas sociais que são politizados nos *media*, do funcionamento eficiente ou não das instituições públicas e assim por diante. As notícias sobre economia são também cotidianas e, desde há muito tempo, os jornais têm sessões reservadas para a cotação das bolsas de valores, para comentários de economistas, para avaliação e publicização de mercados, por exemplo. Em relação ao esporte, a seletividade é mais precisa e deve variar regionalmente: no Brasil, por exemplo, os campeonatos de futebol são transmitidos e comentados ao vivo desde 1922 pela rádio e desde 1950 pela televisão, e a popularização de times, através dos *media*, alavancou sua auto-organização e estabilização ao longo do último século. Enquanto a emissão de jogos enquadra-se como entretenimento, a produção de notícias sobre o mundo do esporte e, aqui particularmente, sobre o mundo do futebol (regional, nacional e internacional) é parte cotidiana das comunicações em todos os jornais. Os *media* cooptam temas observando inúmeros outros sistemas da sociedade e há programas dentro de programas (sessões) que falam sobre ciência, sobre arte, sobre tecnologia, sobre personalidades, etc. Nesta tese, observaremos como o noticiário acopla temas referidos aos riscos ecológicos e faremos notar que as descrições e acoplamentos a este respeito aumentaram contundentemente desde a década de 1980 e são feitas em diversas instâncias, principalmente da política e da ciência.

¹⁸¹ Esse parâmetro talvez seja o mais importante para o que vamos observar aqui, a saber, a tematização dos riscos ecológicos nos meios de comunicação de massa, uma vez que, não raramente, ele vem acompanhado de opiniões de pseudoespecialistas cujos comentários tornam-se contundentes na opinião pública.

Nos programas de entretenimento, os acoplamentos com outros sistemas sociais podem variar bastante, mas, o principal, é com a arte, a ponto de, ocasionalmente, depender do observador atribuir a agência das comunicações a um ou a outro¹⁸²: a começar pela literatura que se desenvolve de forma autônoma e que pode ser norteadas tanto pela estética quanto pela suspensão entre presente e futuro na obra, em outras palavras, pela produção de surpresas, além do fato contundente de ter se diferenciado em linhas estilísticas que, por sua vez, também se autonomizaram e se mundializaram desde sua estabilização entre os séculos XVII e XVIII; o mesmo acontece com o cinema desde sua tenra infância, por assim dizer, aclamado como a sétima arte já em 1911; a música é também fortemente acoplada aos meios de comunicação de massa e, a partir do século XX, os *media* se tornaram seu principal meio de propagação, levando a uma total reorganização de estilos e à emergência de novos gêneros. Repare que a arte mesma, enquanto sistema, tornou-se funcionalmente diferenciada no processo de modernização, mas é tão antiga quanto a política ou a religião e sua função, segundo Luhmann, é a de “[...] *integrar o que é incomunicável por princípio (percepção) no contexto comunicacional da sociedade*”.¹⁸³ Neste sentido, a autopoiese das artes e do entretenimento nos meios de comunicação de massa opera por um deslocamento sensorial no observador humano, que distingue entre realidade e ficção. Tanto em um quanto em outro emerge um jogo comunicativo que não brinca por regras sociais estabelecidas, mas cria suas próprias regras contextuais através das quais faz emergir um novo cosmo, ou ainda, uma nova realidade sabidamente ficcional, através da qual o observador pode, então, entrar de forma lúdica e imaginar-se, inclusive, como parte dela¹⁸⁴. É fácil compreender esse fenômeno comunicativo quando lemos uma boa obra literária e, por ela, somos transportados para outro mundo e temos a sensação de partilhar seus dramas e o desenrolar das suas decisões narrativas. Enquanto programa dos *media*, o entretenimento é descrito por Luhmann como uma forma de lazer, como um passatempo. No entanto, como fica evidente na observação da interpenetração e coevolução dele com a arte, essa assunção depende do observador, que pode experienciar o mesmo objeto comunicativo também enquanto uma experiência estética. Nesta tese, que trata da incorporação do tema dos riscos ecológicos pelos *media*, os programas de entretenimento são relativamente relevantes, muito embora me pareça

¹⁸² Segundo Luhmann: “[...] observa-se que o entretenimento escora-se no sistema da arte e entrevê com isso também uma zona mais ou menos larga, na qual fica imprecisa a caracterização como arte ou como entretenimento e fica a cargo do observador essa classificação” (Luhmann, p. 117, 2011).

¹⁸³ Luhmann, p. 235, 2005.

¹⁸⁴ Luhmann, p. 95, 2011.

que o entretenimento enquanto programa dos meios de comunicação mereça, em outra oportunidade, uma descrição desenvolvida à altura da sua ressonância para a autodescrição da modernidade como complementar à obra de Luhmann¹⁸⁵. Por ora, basta-nos perceber que, de todo modo, o entretenimento opera seleções por acoplamento com a arte e os conecta em suas operações com norte na novidade, seu meio simbolicamente generalizado, de modo a criar uma distinção entre ficção e realidade capaz de fazer emergir, para o observador, comunicações impossíveis de outro modo. Para finalizar esta discussão, é importante reiterar que, por definição, as comunicações produzidas pelos *media* são produzidas para um público indeterminado e em larga escala, acopladas de modo estrito às tecnologias de difusão; assim, peças teatrais, concertos, instalações de artes plásticas, etc. não são comunicações dos *media*, mas apenas das artes. Essas comunicações originais do meio artístico só podem ser descritas pelos *media* se forem acopladas às tecnologias de difusão e publicizadas para um público indeterminado, como os shows de grandes festivais, que podem ser assistidos por canais de televisão ou online, por exemplo.

Tendo essa diferenciação como base, prosseguimos para os programas de publicidade. Luhmann, com seu sarcasmo característico, chama a publicidade de auto-organização da estupidez e diz que ela opera exatamente com base na falsidade informativa e, embora todos conheçam sua tendência para o engano, ainda assim ela funciona¹⁸⁶. Essa falsidade informativa da publicidade é distinta, em um primeiro momento, das informações falsas emergentes no noticiário e, mais contemporaneamente, nas redes sociais. A publicidade é falsa no sentido de que ela precisa criar uma necessidade que não existe a princípio para o observador, mas ela diz a que vem: para todos e qualquer um, são claramente perceptíveis os intervalos comerciais que interrompem outras programações, assim como quando ela é incorporada a eles, como em reportagens sobre temas diversos. Em outras palavras, a publicidade é autoexplícita, mas não demonstra seus meios. Ela trabalha com a velocidade e não dá tempo para a recusa comunicativa que, de todo modo, não faria sentido. Segundo Luhmann, a publicidade joga com o inconsciente humano de forma a criar uma memória que pode transformar-se em uma decisão, consciente daí, em um momento posterior¹⁸⁷ – ninguém decide comprar um carro só porque acabou de ser interrompido por uma publicidade, por exemplo, mas quando decidir comprar pode se lembrar

¹⁸⁵ Para uma crítica mais contundente a esta lacuna, ver: Han, Byung-Chul. Bom entretenimento: Uma desconstrução da história da paixão ocidental. São Paulo: Editora Vozes, 2019.

¹⁸⁶ Luhmann, p. 83, 2011.

¹⁸⁷ Luhmann, p. 84, 2011.

daquele já conhecido pela comunicação publicitária. Velocidade e repetição acabam por inculcar expectativas de acesso aos produtos; neste sentido, a publicidade trabalha, ciberneticamente falando, com variedade e redundância: algumas marcas de alguns produtos acabam por se estabilizar na memória social e, a partir daí, é possível deslindar produtos novos, mas que se referenciam nos anteriores¹⁸⁸. Ela é uma complexidade tipicamente moderna porque fortemente interpenetrada com o sistema econômico moderno, orientado pelo código ter/não ter. Neste sentido, a publicidade depende tanto da economia quanto a economia depende dela. Assim, ela responde também à função de criar uma complexidade disponível para formação do (bom) gosto, antes circunscrito à aristocracia, e oferece inclusão pelo consumo¹⁸⁹.

Tomo esses três eixos de programação propostos por Luhmann como um mapa que descreve o funcionamento dos *media*, mas cujas bordas sempre poderão ser melhor detalhadas – como toda observação de segunda ordem. Aqui eu fiz, ainda com mais simplicidade, um mapa do mapa de modo a dar uma visão geral do funcionamento dos *media*, para me aproximar do objeto central desta tese, qual seja, a descrição dos riscos ecológicos pelo noticiário. Luhmann fez sua observação sobre uma sociedade analógica, na qual ainda imperavam o rádio e a televisão, embora a internet já fosse acessível de forma rudimentar. No entanto, foi nessa sociedade, a do século XX, que os *media* se mundializaram de forma irreversível e foram capazes de criar uma cultura mundial comum dentro da qual cresceram, e continuam crescendo, outras inúmeras culturas. Sob um entendimento de que cultura, esse termo omniabarcador, pode ser compreendida pelo princípio da diferença entre a experiência humana e a comunicação na observação de suas autodescrições, tomando a forma de uma autorreflexividade, que observa a si mesma como cultura em toda sua multiplicidade¹⁹⁰. Pode-se falar em hegemonia e ela existe, mas como uma redução de complexidade que é atravessada por inúmeras outras. A influência da política e da economia na produção comunicativa dos *media*, imputada na crítica de muitos autores, existe, é certo; no entanto, não da forma trivial como normalmente se entende – como manipulação –, mas em processos de compartilhamento de complexidade e coevolução sistêmica. Em outras palavras, na interpenetração entre esses sistemas que mantêm, de qualquer

¹⁸⁸ Moeller, p. 131, 2006.

¹⁸⁹ Luhmann, p. 87, 2011.

¹⁹⁰ Luhmann enfatiza, e eu concordo, que a busca por uma experiência cultural autêntica é uma inutilidade (Luhmann, p. 142, 2011). Acrescentaria também dois pontos: i) que a busca pela pureza cultural remete a perigosas centralizações de identidade que podem levar a uma observação chauvinista da cultura; e que ii) a distinção valorativa entre cultura erudita e cultura de massas, sendo a primeira observada como autêntica e a segunda como alienação (no sentido mais pejorativo do termo), é um desserviço analítico, quer dizer, ajuda pouco na compreensão tanto dos *media* quanto das artes.

forma, sua autonomia operativa: a política pode disponibilizar as informações que achar que deve para os jornais que, por sua vez, podem interpretá-las e imprimi-las em suas comunicações à sua maneira, mas as decisões políticas continuam sendo tomadas na política e a produção da opinião pública continua acontecendo pelos *media*. Quer dizer, é óbvio que governos (todos eles) desenvolvem estratégias sobre o que disponibilizam para os meios de comunicação, mas eles mesmos não podem funcionar no lugar de ou enquanto meios de comunicação, isto é, se há “influência”, ela só pode ocorrer na diferença entre os sistemas, ou seja, por acoplamentos altamente seletivos. Enquanto um processo coevolutivo entre sistemas funcionais, a formação de uma sociedade moderna mundial é, sem dúvida, um processo de sucessivas crises (autocriadas) e estabilizações no qual algumas formas se condensam e no qual todo mundo tem algumas referências em comum e, ao mesmo tempo, referências distintas. É certo também que os meios de comunicação são um ambiente importante para os seres humanos e para sua autossocialização: eles disponibilizam referências de personalidade e comportamento em larga escala e valorizam essas distinções, desde o início da literatura moderna, diga-se de passagem – não basta nascer, é preciso tornar-se alguém distinto de todos os outros¹⁹¹. Além disso, os *media* disponibilizam esquemas de descrição pelos quais pessoas e sistemas podem decidir se consideram ou não no perpetuar de suas próprias conexões; por isso, os temas abordados e a forma pela qual são abordados podem gerar uma reflexividade generalizada, capaz de ressoar e conduzir processos comunicativos em toda sociedade.

O tema que vou tratar aqui, acoplado de diversos âmbitos da sociedade pelos meios de comunicação, é um daqueles que todos conhecem e que diz respeito a praticamente todo observador: o tema dos riscos ecológicos. Ele aparece na sua forma mais ou menos atual, como dito acima, na década de 1960 e se torna cada vez mais relevante. Note-se que o termo “risco ecológico” é um contradito; o risco não é sobre a natureza e ela não é seu agente; o risco mesmo é o da extinção da existência humana na Terra e sobre a qualidade de sua experiência. Certo que já exterminamos inúmeras formas de vida com nossa auto-organização cheia de pontos cegos, mas o caso agora é que tudo indica – e quando eu digo tudo, leia-se, sobremaneira, a ciência – que caminhamos aceleradamente para um ponto de não retorno da nossa própria destruição. De uma perspectiva sistêmica, não faz sentido atribuir nenhum valor humanista ao assunto, afinal, eventualmente todas as formas de vida devem sucumbir à inexorável entropia; não obstante, a relevância do tema cresce conforme o risco torna-se cada vez mais conhecido,

¹⁹¹ Luhmann, p. 105, 2011.

pelos meios de comunicação e pela própria experiência. Para essa descrição, vou aproximar a observação da programação na qual esse tema toma maior pertinência, a saber: das notícias e reportagens. Claro que ele aparece também no entretenimento e cada vez mais na publicidade, mas, como diz respeito a um constructo sobre o real, isto é, não é ficção e não é um produto à venda (necessariamente), vou ater minha observação principalmente às comunicações jornalísticas, a começar por uma breve história dessa vertente de programação no século XX.

4.1 A mundialização dos *media*

O modelo de meios de comunicação de massa de Luhmann é baseado em sua teoria dos sistemas sociais e no primado da diferenciação funcional como a forma pela qual a modernidade é auto-organizada. Neste sentido, eles são sistemas mundiais que se estendem por todo o planeta. No entanto, antes de adentrar nas peculiaridades de sua expansão no século XX, é importante ressaltar que a emergência e a consolidação dos *media* no mundo não têm um eixo central de coordenação, a despeito de terem sua origem atribuída à imprensa de Gutenberg. As tecnologias de comunicação, isto é, a imprensa, o rádio, a televisão e, depois, a internet, podem até ter sido exportadas de um lugar para outro, mas o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa enquanto sistemas sociais se deu de forma bastante distinta nos mais diversos lugares. Em cada continente, em cada país e muitas vezes em regiões que incluem diversos países ou ainda em comunidades dentro de um mesmo país, a história dos *media* se deu na sua coevolução com outros sistemas e em acoplamentos estruturais bastante situacionais. Na Sociologia e na História, é bastante difícil desvincular a análise dos territórios nacionais, particularmente quando se procura pelos efeitos da opinião pública na política e pelos modos como ela é formada nos meios de comunicação. A literatura corrente trabalha sob o pressuposto, muito criticado por Luhmann, com quem concordo neste aspecto, de que uma sociedade nacional é diferente da outra e que, por consequência, suas comunicações internas são produzidas exclusivamente com base na nacionalidade. É certo que, da perspectiva dos sistemas políticos, o seu poder se estende por um território nacional e só ali sua soberania é válida, mas apenas para eles. Ainda assim, eles necessariamente compartilham complexidade em larga escala com outros Estados, assim como com outros sistemas sociais mundiais. Ao mesmo tempo, o modelo luhmanniano de diferenciação é de difícil encaixe em contextos que extrapolam o do Norte Global, como vimos no capítulo anterior, e isso é válido também para as programações dos meios de comunicação. No que se segue, farei uma descrição básica da

história dos *media* no século XX e colocarei em evidência algumas regiões que a pesquisa demonstrou não se comportarem à risca do modelo luhmanniano, com variações importantes no modo como os programas executam suas seleções, mas nos quais se mantiveram, no entanto, as características mais gerais, como a função (de produzir autodescrições gerais e reflexionadas), o código (informação/não informação) e o meio simbolicamente generalizado (a novidade). Neste sentido, para os casos dissidentes – que, percebi, são a maioria – considero que não se trata de desdiferenciação ou atraso na diferenciação ou ainda de corrupção do código, como reforçado em algumas abordagens¹⁹², mas de outras formas emergentes que em cada caso correspondem às necessidades adaptativas e evolutivas de acordo com a história e o contexto dado. Em outras palavras, tentei não forçar o modelo à observação que fiz; pelo contrário, pela observação, procurei expandir o modelo considerando a diversidade da complexidade existente nos meios de comunicação pelo mundo como resultado de diferentes formas de acoplamento e interpenetração.

A começar pelos meios de comunicação e seu desenvolvimento no Norte Global, é preciso considerar dois fatores: o primeiro é que há diferenças substantivas entre países e regiões e que essas diferenças foram exportadas de uma forma ou outra para as colônias, nos casos em que havia colônias, e nelas novas linhas evolutivas dos *media* se desenrolaram. Assim, o desenvolvimento dos *media* na Grã-Bretanha, França e EUA, por exemplo, se deu de forma bastante distinta em termos materiais, sociais e temporais. No Sul (Portugal, Espanha e Itália, por exemplo) e Leste europeu (Império Russo e depois toda a zona de influência da URSS), com países que passaram boa parte do século XX sob ditaduras autoritárias, encontram-se também diferenças razoáveis, particularmente no que diz respeito aos seus tipos de programação e parâmetros seletivos. Diante disso, vou me ater nesse primeiro momento ao que os meios de comunicação têm em comum na sua evolução na Europa e EUA, apontando apenas uma ou outra peculiaridade. Primeiramente, em todos os casos, a imprensa ou foi criada pelos Estados ou estava sujeita a instituições estatais de controle, uma vez que, na época de sua emergência, entre os séculos XVI e XVII, os sistemas políticos se organizavam em Estados Absolutistas e passavam por transformações que tiveram nela forte fonte de ressonância, como vimos no capítulo anterior, como as Revoluções Francesa e Americana, por exemplo. Na França e na Inglaterra, a censura era mais severa que na Holanda e nos EUA – neste caso,

¹⁹² Neves, 2015.

provavelmente devido à distância oceânica que separava o centro do poder do seu território¹⁹³. Já nos Estados pós-absolutistas, a liberdade de imprensa constou em quase todas as Constituições¹⁹⁴, assim como o direcionamento para a educação e a alfabetização em massa. Com isso, nos séculos XVIII e XIX, ocorreu o crescimento e a consolidação dos jornais, em termos de produção, disseminação e hábitos – de leitura e compartilhamento massivo de informações. No século XIX, com a diferenciação funcional estabelecida como o arranjo sistêmico predominante e a modernidade consolidada enquanto autodescrição¹⁹⁵, ocorreu a passagem de uma imprensa de elite para uma imprensa de massas através da diversificação de temas tratados, correspondente à diversificação do público, incluindo mais notícias locais, esportivas, sobre a criminalidade, sobre saúde e entretenimento. Embora a imprensa sempre tenha apelado ao drama, como já apontei, é no século XIX que a imprensa sensacionalista ganha força, principalmente no Reino Unido e nos EUA, com foco em escândalos, crimes, tragédias e histórias emocionantes para angariar leitores. O exagero de episódios comuns começou a ser rotineiro e o parâmetro seletivo baseado em *quanto mais absurdo melhor* se estabiliza, por algum tempo, no que ficou conhecido como “imprensa amarela”. A publicidade cresceu com a expansão dos jornais, agora como empreendimentos comerciais – com exceção da imprensa partidária, que evolui paralelamente. Com isso, aliado à abolição dos impostos e ao desenvolvimento tecnológico que acelera as publicações, o preço dos jornais diminuiu, alavancando a disseminação e aprofundando a massificação dos meios de comunicação. Do lado dos observadores humanos, a alfabetização ampliada também contribuiu para o aumento do alcance das comunicações, embora em muitos lugares se encontrasse quem lesse em locais públicos ou comentasse as notícias de modo que mesmo quem não soubesse ler ouvia dizer. As estatísticas são imprecisas sobre o alcance das publicações porque também os jornais eram distribuídos em clubes, cafés, escolas e outras associações¹⁹⁶. No mesmo século XIX, as organizações jornalísticas ampliaram também sua cobertura para notícias estrangeiras e as primeiras agências internacionais foram criadas. Isto é, até então as trocas de informação

¹⁹³ Cito Thompson: “[...] Na França do século XVI as restrições nas publicações foram particularmente severas, enquanto que na Holanda as regulações eram mais suaves; isso possibilitou aos holandeses consolidar sua posição como centro da indústria nascente de publicações. [...] Na Inglaterra, uma estrutura complexa de controle oficial foi desenvolvida durante os séculos XVI e XVII, e com o Decreto sobre Imprensa (Printing Act) de 1662 a imprensa estava sujeita ao controle do parlamento e a um sistema de autorização” (Thompson, p. 234, 2011).

¹⁹⁴ Eisenstein, p. 215, 2011.

¹⁹⁵ Segundo Koselleck, é só a partir de 1870 que o conceito de modernidade é documentado, já sob um olhar retrospectivo da historiografia (Koselleck, p. 269, 2006).

¹⁹⁶ Thompson, p. 235, 2011.

aconteciam entre cidades comerciais e politicamente importantes, mas com a criação do telégrafo¹⁹⁷ passou a ser possível uma comunicação mais expandida e notícias relevantes de lugares mais distantes tomaram lugar nos jornais europeus e estadunidenses. Na Europa, três agências dividiram o mundo entre si: a de Charles Havas em Paris, com Império da França, Itália, Espanha e Portugal; a de Julius Reuters em Londres, cobrindo o Império Britânico e o Oriente; e a agência de Bernhard Wolff em Berlim, com a parcela da Áustria, Escandinávia e Rússia¹⁹⁸. Essas agências mantiveram-se fortes no mercado de notícias até o começo do século XX, quando as agências estadunidenses Associated Press e United Press Association¹⁹⁹ implodiram o cartel europeu²⁰⁰. Essa distribuição do território a ser coberto pelo jornalismo em agências centralizadas deixou de fora a observação e a descrição do que acontecia em muitos cantos do mundo. Sem entrar por ora nos parâmetros seletivos mais precisamente, deixo a ressalva de que a distribuição desigual de agências pelo mundo e a concentração de informações em poucas agências sinalizam que se sabia, na Europa e nos EUA, mais sobre algumas regiões do que sobre outras – e ainda é assim²⁰¹. Paralelamente, no início do século XX, diminuiu o número de jornais e aumentou ainda mais a quantidade de publicações²⁰²; em outras palavras, surgiram os primeiros oligopólios que concentraram a propriedade dos *media* em menos organizações que, por sua vez, passaram a trabalhar com uma seleção editorial mais centralizada e em maior escala.

No começo do século XX, o jornalismo se profissionalizou²⁰³ e criou um código de ética que impulsionou a investigação e apuração dos fatos, acrescentando a credibilidade e facilitando a aceitação das comunicações produzidas nos grandes jornais. Neste momento, três outras tecnologias são acopladas com força e rapidez pelos meios de comunicação: o rádio, a fotografia e o cinema. Os dois primeiros foram acoplados e se estabilizaram no ramo da programação de notícias e reportagens: o rádio, obviamente pelo seu imenso potencial para propagação de informação, passou a fazer parte do cotidiano na emissão de notícias, discursos políticos e

¹⁹⁷ Criado na década de 1830, o telégrafo começou a ser amplamente utilizado pela imprensa a partir de 1850.

¹⁹⁸ Thompson, p. 239, 2011

¹⁹⁹ Ainda no século XIX, a United Press Association “[...] estabeleceu escritórios independentes na América do Sul e vendeu notícias para os jornais da África do Sul e do Japão” (Thompson, p. 240, 2011) dando início à expansão de sua zona de influência, que só cresceria no século XX.

²⁰⁰ Thompson, p. 240, 2011.

²⁰¹ Cito Thompson: “[...] Em 1971, mais de 40% dos escritórios internacionais da AP estavam localizados na Europa, enquanto que menos de 10% estavam na África; 1/3 dos 65 escritórios estrangeiros da UPI estavam na Europa, enquanto que 10% estavam na África e Oriente Médio” (Thompson, p. 241, 2011).

²⁰² Thompson, p. 238, 2011.

²⁰³ Surgem também os primeiros cursos universitários de jornalismo na Europa e EUA: em Columbia (1912), Leipzig (1916) e Wisconsin (1904) (Sousa, p. 181, 2011).

entretenimento; a fotografia passou a integrar o jornalismo sendo anexada às publicações e aumentando a credibilidade das narrativas e, posteriormente, alavancando um novo modelo jornalístico, qual seja, o das revistas que aproximou o jornalismo das artes; o cinema, por sua vez, antes da popularização da televisão teve um papel jornalístico relevante porque filmes eram feitos para mostrar o que acontecia nas frentes de batalha que eclodiram na primeira metade do século XX, por exemplo. No entanto, logo depois dos anos 1950, o cinema é substituído pela televisão e torna-se um *media* focado no entretenimento²⁰⁴ – muito embora ainda se produzam, em larga escala, filmes documentários, sua função, neste caso, é entreter, educar ou sensibilizar (se for observado como obra de arte), não a de atualizar a opinião pública de forma cotidiana. A profissionalização e o incremento tecnológico para o acesso aos meios de comunicação de massa foram processos muito importantes para a reflexividade produzida nas autodescrições no Ocidente: as técnicas da escrita jornalística nortearam um estilo comum baseado na linguagem simples e neutra que se dirigia, de fato, a todos e a qualquer um e informava de modo afirmativo (assim é!) sob a prerrogativa da investigação e acesso a fontes privilegiadas, as quais nenhum outro sistema teria. A partir de então, o jornalista poderia acessar segredos que de outra forma não poderiam ser revelados; ele torna-se um tipo de oráculo que pode ver e tornar conhecido, pelos seus procedimentos investigativos e pela garantia do anonimato da fonte, o que se esconderia por detrás dos acontecimentos. Ora, esse é um salto e tanto para a produção de novidades e, ao mesmo tempo, para o estreitamento do vínculo de confiança entre observadores e meios de comunicação. O incremento tecnológico, por sua vez, garantiu a massificação das informações: com o rádio, mesmo em tempos de guerra ou em áreas remotas, onde dificilmente os jornais impressos poderiam chegar com tanta frequência, havia então uma nova possibilidade de acessar as informações e, concomitantemente, todos recebiam e compartilhavam mais ou menos as mesmas notícias sobre os mesmos assuntos. Além disso, o rádio desobriga a necessidade da alfabetização para se ter notícias em primeira mão, ou seja, o que antes poderia configurar-se como rumor, agora tornava-se certeza.

²⁰⁴ O cinema estabeleceu, na primeira metade do século XX, seus próprios parâmetros operativos que o tornaram uma das principais formas de entretenimento coletivo massificado do século. Acoplando estruturas do teatro, da literatura, da música e da fotografia, o cinema acabou por se diferenciar e constituir uma das formas de autodescrição mais importantes da sociedade moderna mundial, no Ocidente através de produções estadunidenses e europeias em um primeiro momento e, logo depois, pelas produções soviéticas no Oriente. As ficções produzidas em audiovisual possivelmente foram, neste século, assim como a literatura anteriormente, a força emocional das representações da sociedade para ela mesma.

Na passagem do século XIX para o XX, uma complexidade importante compartilhada entre *media* e política, dentre outros âmbitos, ganhou força: sentimentos nacionalistas borbulhavam por toda parte e, segundo Elizabeth Eisenstein, esses sentimentos estavam conectados por um processo temporal e comunicacional com o uso da língua vernácula da Bíblia que, ao fazer Deus falar alemão, inglês ou espanhol, estimulou o patriotismo ao cúmulo do chauvinismo²⁰⁵. Evidente que outros inúmeros fatores corroboram com o crescimento da identificação de grupo e da hostilidade em relação a outros, mas esse argumento é interessante porque pontua a relevância da *forma* na produção de autodescrições reflexivas; em outras palavras, isso indica que o uso de uma língua comum de modo massificado já havia estabilizado representações da sociedade para ela mesma suficientemente condensadas e, por isso, capazes de mobilizar esses sentimentos massivos. Nas palavras dela, “[...] *No final do século XIX [...] ; imprensa e canhão, juntos, lutavam sob a mesma bandeira*”.²⁰⁶ No prelúdio do século XX, a imprensa tornou-se mais panfletária e, com a eclosão da Primeira Grande Guerra, dois fatores alteraram substancialmente os parâmetros seletivos no Ocidente: a liberdade de imprensa cessou e, onde não havia censura explícita, os sistemas políticos passaram a filtrar informações por organizações competentes para que chegasse à imprensa o que era de interesse político; e a imprensa passou a disseminar (em jornais impressos e pelo rádio também) as primeiras informações falsas do século – neste primeiro momento, principalmente pela criação de um inimigo hediondo²⁰⁷. Ao fim deste capítulo, discutirei melhor os aspectos normativos da reflexividade criada nos *media* e seu potencial para condução de processos; por ora, é relevante

²⁰⁵ Eisenstein, p. 221, 2011.

²⁰⁶ Eisenstein, p. 219, 2011.

²⁰⁷ Cito Eisenstein: “[...] Durante a Primeira Guerra Mundial, os jornais americanos provocaram indignação ao publicar imagens de bebês belgas sendo esfaqueados por alemães com baionetas. Mas a exploração de histórias de atrocidades tinha uma história muito longa – remontando aos primeiros relatos das mortes sofridas por mártires cristãos, sem mencionar aqueles que foram descritos em detalhes horrendos por John Foxe e outros martirologistas do século XVI” (Eisenstein, p. 221, 2011). Chomsky também ressalta esse episódio com acréscimo: “[...] Eles lançaram mão de instrumentos diversos. Inventaram, por exemplo, que os hunos cometiam uma série de atrocidades, como arrancar os braços de bebês belgas, e toda sorte de fatos horripilantes que ainda podem ser encontrados em alguns livros de história. Boa parte desse material foi criado pelo Ministério da Propaganda Britânico, dedicado à época – como consta de suas resoluções secretas – “a controlar a opinião da maior parte do mundo” (Chomsky, p. 3, 2014). Importante destacar também o uso da fotografia na propagação dessas notícias falsas: “Após a instituição da censura, os governos instituíram entidades dedicadas à propaganda, que foi efetuada, em grande medida, através dos cartazes e da imprensa. Assim, os jornais foram alimentados pelas máquinas propagandísticas dos beligerantes com notícias (falsas) de supostas atrocidades das tropas inimigas, amplamente documentadas com fotografias (truncadas). Os alemães, por exemplo, foram alvo de notícias na imprensa aliada que os davam como violadores de freiras e meninas indefesas, canibais, estripadores de crianças, destruidores de catedrais, incendiários, etc. Em 1917, foi, inclusivamente, posta a circular pelo Times uma notícia falsa segundo a qual os alemães usavam os cadáveres dos soldados para, numa fábrica especial, fabricarem glicerina para as munições” (Sousa, p. 182, 2008).

ressaltar que, nesse momento histórico, política e meios de comunicação estreitaram sua interpenetração novamente: por um lado, as organizações jornalísticas passaram a mandar profissionais para o fronte de modo a cobrir os acontecimentos da guerra e os sistemas políticos, por sua vez, criaram instituições especializadas na propaganda e na comunicação pública para controlar o que viria a ser de conhecimento geral²⁰⁸. A criação de narrativas falsas com o intuito de convencimento em vários aspectos já não era uma novidade; a mentira é tão antiga quanto a linguagem e, na política moderna, a mentira era vista inclusive como uma virtude já em Maquiavel²⁰⁹. A diferença é que a mentira nos meios de comunicação de massa, fundamentalmente no jornalismo, toma outras proporções, uma vez que se direciona a um público que, embora indeterminado individualmente, reflexiona a opinião pública das populações em países e em blocos de países por vezes empenhados em uma mesma missão, neste caso de guerra. Nas conexões que se seguiram até o fim da Segunda Guerra Mundial, política e *media* foram alinhados para a produção de narrativas que favorecessem a disposição da opinião pública para os processos concatenados politicamente pelos Estados ocidentais, particularmente os que se envolveram diretamente na guerra, mas também para outros – como o Brasil, por exemplo – que orbitavam a zona de influência dos meios de comunicação centralizados no Norte. Ao longo de todo o século XX, o jornalismo estadunidense foi um respaldo importante para as campanhas bélicas do seu país que, diferente de outros do bloco aliado, praticamente se estenderam por todo o século XX até a contemporaneidade²¹⁰. Há uma

²⁰⁸ Cito Sousa: “[...] a primeira medida que os governos beligerantes tomaram quando a I Guerra Mundial deflagrou foi a instituição da censura sobre a imprensa. Por exemplo, o Governo britânico instaurou, logo no início do confronto, a 2 de agosto de 1914, o princípio de que os jornais apenas poderiam receber informações da frente por intermédio de militares especificamente dedicados a essa tarefa. A partir de 1915, porém, alguns jornalistas foram admitidos na frente aliada, por pressão dos Estados Unidos, mas o seu trabalho foi repetidamente sujeito à censura. No entanto, com o passar do tempo e a queda na rotina, conta Ingrid Schulze Schneider (1999: 166-167), as relações profissionais entre jornalistas e militares transformaram-se em problemáticas relações de amizade e cumplicidade, pelo que redatores e fotógrafos começaram a fazer autocensura mesmo sem a intervenção formal das autoridades” (Sousa, p. 182, 2008).

²⁰⁹ Por exemplo: “[...] Tenha-se presente que sendo frequentemente forçoso, para manter um Estado, quebrar a palavra empenhada e infringir os preceitos da caridade, da clemência, da religião, não pode um príncipe, máxime, um príncipe novo, respeitar tudo quanto dá aos homens a reputação de bons. Por isso, é mister que ele tenha um espírito pronto a se adaptar às variações das circunstâncias e da fortuna e, como disse antes, a manter-se tanto quanto possível no caminho do bem, mas pronto igualmente a enveredar pelo do mal, quando for necessário” (Maquiavel, p. 106-107, 2019). E, em seguida: “[...] Há nos nossos tempos um príncipe, cujo nome prefiro omitir [alusão a Fernando o Católico], que só faz pregar a paz e o respeito à palavra dada. Todavia, é inimigo decidido de uma e outra coisa, e já teria perdido a autoridade e o Estado, se houvera seguido os seus próprios conselhos” (Maquiavel, p. 107, 2019).

²¹⁰ Resumidamente, além das duas guerras mundiais, os EUA envolveram-se nos seguintes conflitos: Guerra Civil Russa (1918-1920), Guerra da Coreia (1950-1953), Guerra do Vietnã (1955-1975), Invasão da República Dominicana (1965), Guerra do Golfo (1990-1991), Guerra do Afeganistão (2001-2021), Guerra do Iraque (2003-2011), Intervenção Militar na Líbia (2011) e, nos dias de hoje (2025), apoiam ativamente o Estado de Israel contra organizações terroristas, o Líbano e o povo palestino.

vasta literatura sobre a relação entre meios de comunicação e disposições bélicas²¹¹. Para finalizar esse tópico, é interessante ressaltar que emerge nesse começo de século, de forma bastante conectada com a expansão das comunicações produzidas pelo jornalismo, uma estratégia que se tornou corrente e costumeira, qual seja, a de produzir mentiras – sob a forma de novidades – sobre o já amplamente conhecido e direcioná-las para a observação doméstica para produzir ressonância na opinião pública²¹². Note-se, no entanto, que, mesmo considerado o alinhamento ideológico das organizações jornalísticas aos sistemas políticos, seja por meio de censura ou por acoplamento de informações falsificadas na fonte e/ou na redação, o que interessa é a operatividade que essas comunicações ganham na construção da representação da sociedade para ela mesma, uma representação que inclui amigos e inimigos e favorece determinadas disposições a despeito de outras.

No capítulo anterior, discuti brevemente como a imprensa cumpriu um papel fundamental nos processos de transformações políticas em todo o mundo, desde a Revolução Francesa às independências coloniais nos séculos XVIII e XIX. No começo do século XX, esse papel se acentuou. A imprensa partidária, particularmente, já vinha há bastante tempo catalisando organizações ao redor do mundo e, no século XIX, com o fortalecimento dos movimentos operários na Europa, ela alavancou dois movimentos políticos, inicialmente de protesto, que resultaram em regimes territorialmente situados na posteridade: o fascismo e o socialismo. O primeiro fortemente orientado pelo chauvinismo emergente nos anos anteriores, o segundo orientado por ideais que remontam à Revolução Francesa, mas que, durante o século XIX, ganhou complexidade pela produção intelectual efervescente das esquerdas em vários países da Europa, particularmente na França, na Inglaterra, na Alemanha e na Rússia. É importante ressaltar que esses movimentos políticos não produziam apenas notícias, mas publicações politicamente orientadas, isto é, propagavam ideais, pautas e propostas políticas através, principalmente, de panfletos distribuídos em eventos públicos, em reuniões de partido e protestos. Mas quando se estabilizaram com uma auto-organização suficiente e ganharam eleitoralmente ou tomaram o poder, tanto um quanto outro instituíram mecanismos de censura

²¹¹ Destaco, a este respeito, a obra de Noam Chomsky.

²¹² Hannah Arendt, por exemplo, ao escrever criticamente sobre os Documentos do Pentágono sobre a Guerra do Vietnã disponibilizados ao longo do conflito para impactar a opinião pública – uma vez que eram comunicações de interesse jornalístico sobremaneira – trabalha com a ideia de mentira organizada e, de um ponto de vista bastante moralizado, ela ressalta: “[...] A questão crucial não é apenas que a política da mentira quase nunca visava o inimigo (esta é uma das razões por que os documentos não revelam segredos militares, que poderiam ser enquadrados no Ato da Espionagem), mas estava destinada principalmente, senão exclusivamente, ao consumo doméstico, à propaganda caseira, e especialmente a enganar o Congresso” (Arendt, p. 22, 2013).

forte para contenção de narrativas contrárias às suas que pudessem ressoar na opinião pública. Bons exemplos encontramos na Espanha, cuja disputa entre nacionalistas e republicanos, entre 1936 e 1939, foi permeada de censura e propaganda de todos os lados²¹³ com vitória para os primeiros que instauraram a ditadura franquista que durou até 1975; na Itália, onde o fascismo ascendeu logo ao fim da primeira guerra e entre 1926 e 1945 os meios de comunicação ficaram sujeitos à censura, por um lado e, por outro, foram fartamente utilizados para propaganda política nacionalista²¹⁴; o mesmo vale para Alemanha onde os nazistas, em 1933, estatizaram a agência de notícias Wolff²¹⁵ e a colocaram sob a guarda do Ministério da Propaganda²¹⁶; mas o caso mais emblemático provavelmente é o da Rússia onde a organização dos meios de comunicação no início do século XX se deu de uma forma evolutiva díspar em relação a todo continente europeu e sobre esta história eu gostaria de discorrer algumas linhas a mais porque ela coloca em evidência similaridades e diferenças operativas relevantes.

A Rússia não pode ser considerada na linguagem corrente nem como um país do Norte nem como um país do Sul Global e, uma vez que está localizada entre a Europa e a Ásia, ela compartilha elementos culturais tanto com o Oriente quanto com o Ocidente. A diferenciação funcional lá se deu por caminhos evolutivos relativamente distintos do que observamos até aqui e não foi diferente para os meios de comunicação. O primeiro jornal russo foi criado pelo Imperador Pedro, o Grande, em 1702 e, assim como em outras partes da Europa naquele momento, seu conteúdo girava em torno de questões administrativas da corte²¹⁷. No século XIX, a imprensa se diversificou, mas era controlada pela censura política e religiosa, mais uma vez, como em outras partes da Europa²¹⁸. Nesse período floresceu a literatura russa e textos de autores, hoje clássicos, como Tolstói, Dostoievski e Turgenev podiam ser encontrados em jornais e periódicos. Foi no começo do século XX, em 1905, que uma bifurcação começou a se

²¹³ Segundo Sousa: “[...] quando, a 18 de julho de 1936, se iniciou a sublevação franquista, o Governo espanhol, composto pelas diferentes facções esquerdistas que tinham ganho as eleições de fevereiro de 1936, integradas na Frente Popular, autorizou a tomada dos órgãos jornalísticos conservadores pelos seus correligionários. [...] Com o triunfo franquista, o jornalismo espanhol ficou mesmo sujeito a uma lei, promulgada em 1938, que instituiu a censura, proibindo a circulação de informações contrárias ao regime e à sua ideologia católico-nacionalista” (Sousa, p. 184, 2008).

²¹⁴ Eisenstein, p. 221, 2011.

²¹⁵ Sousa, p. 186, 2008.

²¹⁶ Assim como na Itália, a Alemanha nazista lançou mão dos meios de comunicação de massa de modo incisivo na formação da opinião pública, não apenas através da imprensa, mas também pelo rádio e pelo cinema, este reconhecidamente monumental, como se observa na tese de Mauro Luiz Rovai: *Imagem-movimento, imagens de tempo e os afetos "Alegres" no filme "O Triunfo da Vontade"*, de Leni Riefenstahl: um estudo de sociologia e cinema. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

²¹⁷ Gavra; Strovsky, p. 126, 2016.

²¹⁸ Gavra; Strovsky, p. 125, 2016.

construir: uma onda de protestos não deu opção senão o relaxamento do regime político e a imprensa, principalmente a socialista, teve alguns anos para projetar expectativas libertárias sem a mordada da censura. Com a entrada na Primeira Guerra, em 1914, a censura aos jornais voltou com rigorosidade e qualquer menção oposta às atividades bélicas poderia levar ao encerramento das atividades jornalísticas. No início de 1917, o descontentamento com a participação na guerra e outras atribulações era generalizado e, com a queda de Nicolau II, em 15 de março, foi instituído um governo provisório que insistiu em permanecer na Primeira Guerra Mundial, o que levou à insurreição de outubro e à guerra civil russa, que durou até 1922. De uma perspectiva sistêmica, o caos aparente nesse momento histórico pode ser visto, na verdade, como um recurso evolutivo interessante²¹⁹: a crise instaurada em 1905 e acentuada em 1914 teve suas flutuações amplificadas na política em ressonância com a opinião pública e, em 1917, levou a um salto evolutivo que reestruturou e reorganizou a política na busca por uma nova metaestabilidade, alcançada a partir de 1922 sob o governo bolchevique. Daí a ideia de bifurcação da história, como descrevi no tópico sobre temporalização da complexidade. Os processos comunicativos não poderiam, a partir de 1917, permanecer os mesmos; eles precisaram, por uma contingência evolutiva que enfrentava o colapso da sociedade, tomar um novo rumo. O mais interessante disto tudo é, todavia, a forma como a função dos meios de comunicação era claramente observada pelos partidos, principalmente pelos bolcheviques, como estratégica na batalha política. Em outras palavras, a forma como a sociedade era representada para ela mesma nesses primeiros anos do século XX na Rússia foi fundamental para o concatenar dos processos que levaram à emergência da URSS. Já em 1901, Lênin enfatizava o papel decisivo da imprensa para a mobilização política:

Em nosso parecer, o ponto de partida da nossa atividade, o primeiro passo prático para criar a organização que desejamos, o fio condutor, enfim, seguindo o qual poderemos incessantemente desenvolver, enraizar e alargar essa organização, deve ser a fundação de um jornal político para toda a Rússia. Aqui precisamos antes de tudo de um jornal; sem um jornal é impossível coordenar sistematicamente a propaganda e a agitação multiformes e consequentes que constituem a tarefa permanente e principal da social-democracia em geral, e a tarefa particularmente urgente do momento atual, no qual o interesse pela política, pela questão do socialismo, está acordando na mais larga parte da população. E nunca foi sentida com tanta força como hoje a exigência de se completar a agitação dispersa, feita através da ação pessoal, dos jornalecos locais, opúsculos etc. Completar com a agitação generalizada e regular que se pode desenvolver somente por meio da imprensa periódica. Não creio que seja exagerado afirmar que a maior ou menor frequência e regularidade da saída (e difusão) do jornal poderá ser o índice mais exato da solidez dos êxitos obtidos na organização desse setor, que é o mais elementar e mais importante de nossa atividade militar. Diga-se, aquilo de que aqui precisamos é um jornal para toda a Rússia. Se não sabemos e

²¹⁹ Assim como em muitos outros eventos históricos.

enquanto não soubermos unificar a nossa influência sobre o povo e o governo mediante a palavra impressa, será utopia pensar poder unificar outros meios de influência mais complexos, mais difíceis e a curto prazo mais decisivos.²²⁰

A condução de processos políticos acoplou expectativas produzidas nos meios de comunicação desde os primórdios da modernidade. Como vimos no capítulo anterior, outras revoluções no Ocidente haviam se baseado nos ideais do Iluminismo e seus valores embutidos nos textos de Rousseau, Locke, Voltaire, Hobbes, Montesquieu, dentre outros, que deram sustentação semântica para a operacionalidade dos processos e, ao mesmo tempo, reflexionavam, por sua vez, a modernização política. No entanto, no Ocidente, não fica claro se a operacionalização desses valores, na sociedade que os punha em prática, era executada de forma consciente, ou melhor, de forma comunicativamente explícita, como observamos nessa passagem de Lênin. Talvez a grande diferença seja a de que a Revolução Russa tenha partido de uma única teoria, sabidamente a de Marx, cujos fundamentos estão na materialidade histórica e, neste sentido, pelo menos por algum tempo – diria que até 1930, mais ou menos – a política e os meios de comunicação operaram reflexivamente com base em expectativas de condução de um processo cujo fim era conhecido; em outras palavras, os bolcheviques sabiam onde queriam chegar e, através de elaborações intelectuais exaustivas – como eram as reuniões políticas de partido –, decidiam como construir seu caminho. Enquanto no Ocidente a semântica iluminista foi diluída espacial e temporalmente, na Rússia o materialismo histórico, enquanto teoria, foi condensado em uma única expectativa: a ditadura do proletariado e a autogestão da sociedade e, neste sentido, a temporalização desse processo foi muito mais acelerada. Lênin, à sua maneira, tinha ciência – e isto fica claro neste texto, mas também em posteriores – de que a forma como deveria se construir a representação da sociedade para ela mesma seria decisiva – como foi – para o sucesso revolucionário e para o desenvolvimento da ditadura do proletariado. Há críticas na direita e na esquerda sobre a falha do projeto comunista na Rússia, mas o interessante é que a (falsa) contradição entre teoria e prática se dissolve quando observamos a história de uma perspectiva sistêmica: não é que a política não conseguiu realizar o que a economia política marxiana versava, mas que política, economia e meios de comunicação realizaram, cada qual em sua operatividade, seus próprios processos comunicativos. A política jamais poderia operar enquanto filosofia ou enquanto *media*, assim como os *media* jamais poderiam exercer-se com base no poder – independentemente da censura. Cada qual desses

²²⁰ Ilich Ulianov, p. 181-182, 2013.

âmbitos foi se diferenciando na modernização russa e, ao mesmo tempo, evoluindo em uma crescente de complexidade compartilhada, como veremos agora.

O primeiro ponto a considerar é que, orientada por uma perspectiva marxista, a formação do jornalismo bolchevique – processo pelo qual se profissionalizou o jornalismo na Rússia – tinha incutido um enorme desprezo pela imprensa amarela vigente no Ocidente no início do século XX. Nessa perspectiva, a espetacularização da imprensa comercial, os vexames das celebridades, etc. eram vulgaridades burguesas pornográficas das quais se queria distância²²¹. Neste sentido, desde o início da modernização dos *media* na Rússia, os parâmetros seletivos são bastante distintos dos do Ocidente. Se num primeiro momento pré-revolucionário e revolucionário o papel dos jornais era o de uma auto-observação condutora dos processos políticos que levassem o proletariado ao poder, depois da revolução o papel dos jornais seria o de organizar a sociedade e suas instituições para a construção e estabilização de uma nação socialista. O ambiente de trabalho era, portanto, o foco temático das publicações²²². O chão da fábrica, para usar uma linguagem apropriada ao contexto, era o material bruto da produção de notícias. A auto-organização e a autogestão da produção econômica eram reflexionadas nos jornais, inclusive com a postagem de textos sugestivos e críticos em murais expostos nas fábricas²²³. Jornalistas eram formados em escolas do Estado e, ao mesmo tempo, recrutados em fábricas e províncias afastadas e tinham a missão de fazer conhecer e vistoriar o cotidiano da produção. Trabalhadores eram também estimulados a escrever cartas que eram selecionadas e publicadas, cartas cujo teor era de incrementar a organização do trabalho e melhorar suas condições²²⁴. Os fundos para as publicações vinham principalmente de Comissões Culturais Sindicais e as redações eram centralizadas em comitês partidários, com protagonismo do Комсомол, que era a organização juvenil do Partido Comunista²²⁵. Neste sentido, e também por conta da guerra que havia deixado baixas humanas relevantes, homens jovens eram os principais participantes no processo de redação das comunicações jornalísticas. Vale ressaltar que esses jovens jornalistas, em sua maioria, haviam sido submetidos na infância às misérias da Primeira Guerra Mundial e da guerra civil; muitos haviam perdido suas famílias e tiveram que

²²¹ Lenoe, p. 112, 2004.

²²² Isso é notável também no cinema russo, cujo precursor, Dziga Vertov, executou com excelência em “Um homem e uma câmera” em 1929 ao retratar o cotidiano das pessoas comuns trabalhadoras em suas tarefas ordinárias.

²²³ Lenoe, p. 123, 2004.

²²⁴ Lenoe, p. 106, 2004.

²²⁵ Lenoe, p. 124, 2004.

migrar para fugir da morte em suas múltiplas possibilidades. Assim, ao serem acolhidos pelo partido, educados e transformados dignamente em trabalhadores de colarinho branco, sua fidelidade ao regime era praticamente inevitável²²⁶. A Комсомол incluiu esses jovens na sociedade russa e sua autossocialização se deu conjuntamente à profissionalização do jornalismo, que ensaiava os primeiros passos. Era de se esperar que os parâmetros seletivos para as publicações refletissem essas circunstâncias. Ao irem a campo, isto é, às fábricas, para coletar seu material para publicação, os jornalistas entrevistavam trabalhadores e levantavam informações que pudessem fomentar a auto-organização e a cooperação coletiva²²⁷. O resultado era um misto de descrições do cotidiano com expectativas de melhoramento na produção e na convivência social. Existiam aí procedimentos de autocritica, um importante mecanismo na cultura marxista, que se propunha a expurgar elementos indesejados, supervisionando cotidianamente o andamento das relações sociais e da produção. Assim, os gerentes de fábricas

²²⁶ Há uma história exemplar a este respeito: “[...] Em 1918, Tararukhin começou a trabalhar como professor em uma vila na província de Danilov, também na região de Don. Com a Guerra Civil em andamento, Tararukhin não estava recebendo salário, e a vila teve que lhe fornecer comida. Ele trabalhou com o novo soviete da vila e demonstrou zelo particular como um ativista antirreligioso, queimando livros da biblioteca da igreja local. A queima de livros e o confisco da biblioteca da igreja lhe renderam a inimizade de alguns camponeses locais, bem como do padre, do diácono e do ancião da igreja. Quando os Cossacos Brancos ocuparam a vila onde ele estava ensinando em junho de 1919, houve consequências terríveis. Os cossacos prenderam Tararukhin imediatamente, provavelmente com base na denúncia do padre. A pedido de seu pai e do diretor da escola de formação de professores onde ele estudou, Tararukhin foi libertado, concordando em não deixar a vila e comparecer perante o ataman ocupante uma vez por semana. Por razões que não são claras, mas podem ter a ver com medo de retaliação contra sua família, Tararukhin não violou esse vínculo. Em 4 de novembro de 1919, quando o Exército Vermelho se aproximou da vila, cossacos e policiais locais cercaram Tararukhin e cerca de setenta outras pessoas suspeitas de simpatias bolcheviques e os levaram para o sul através da estepe. Durante essa jornada, que durou pelo menos duas semanas, as tropas cossacas despiram os prisioneiros de seus calçados, suas bolsas e suas roupas quentes. Agora era inverno, e a chuva fria caía constantemente. "Eu mal conseguia me arrastar pelo chão", escreveu Tararukhin mais tarde. "Meus vizinhos Starostin e Kovalev me arrastaram entre eles... Perdi a força, depois a consciência." Tararukhin acabou sendo deixado pelos guardas cossacos em uma pilha de corpos em uma estação de trem rural. Não está claro como os corpos foram parar lá, embora Tararukhin mencione que uma epidemia de tifo estava atingindo a área. Em 1930, Tararukhin não se lembrava desse episódio claramente, mas ele se lembrava de acordar, rastejar para fora da pilha de corpos, ver outras pilhas de cadáveres ao redor da estação, cambaleando para longe e buscando abrigo em uma pequena cabana nos arredores da vila. Em fevereiro de 1920, apenas algumas semanas após sua provação, Tararukhin foi aceito no partido sem nenhum período preparatório de candidatura "porque eu tinha feito minha candidatura sob tortura branca". Nos meses seguintes, ele se dedicou inteiramente ao trabalho partidário, ajudando a organizar destacamentos armados que estavam requisitando grãos de camponeses locais, fazendo trabalho de agitação e propaganda, publicando um jornal e boletins políticos, transformando um mosteiro em um orfanato secular ("um lar para crianças") e lutando "com um rifle nas mãos" contra contingentes de brancos que ainda operavam na área. Desses meses, Tararukhin lembrou especialmente a falta de sono e a necessidade de carregar um rifle constantemente. Os quadros locais do partido estavam envolvidos principalmente em confiscar grãos de camponeses e lutar contra "bandidos", ambos envolvendo combates frequentes. [...] Ele serviu no comitê regional do partido, editou o jornal local, escreveu para a Agência Telegráfica Russa (ROSTA) e trabalhou como agitador do partido. Em janeiro de 1922, Tararukhin viajou para Moscou como delegado do Terceiro Congresso de Trabalhadores da Imprensa. Ele eventualmente fez carreira em Stalingrado e depois em jornais de Moscou” (Lenoe, p. 133-134, 2004).

²²⁷ Interessante notar que, neste momento histórico, era quase impossível, para os jornalistas, conseguir entrevistas com funcionários do alto escalão da burocracia; assim, suas fontes resumiam-se principalmente aos trabalhadores comuns (Lenoe, p. 110, 2004).

eram monitorados de perto pelos trabalhadores e severamente criticados em seus equívocos. Decisões e medidas do partido eram reguladas nesta relação entre política e trabalho, na qual o jornalismo fazia o meio de campo, por assim dizer. No fim dos anos 1920, no entanto, o Comitê Central tomou uma série de medidas que instrumentalizaram os procedimentos de autocrítica, transformando a forma e o conteúdo das comunicações nos meios de comunicação em todos os programas, não apenas no jornalismo – evento que ficou historicamente conhecido como Revolução Cultural. Entre 1928 e 1930, um movimento de expurgos foi fomentado pela direção partidária; assim, denúncias, muitas baseadas em relações pessoais, foram concretizadas pela expulsão – dentre outras punições piores – de editores e jornalistas considerados não alinhados o suficiente com as diretrizes do CC²²⁸. Muitos dos jovens jornalistas formados nos anos anteriores foram promovidos, enquanto editores remanescentes da pré-revolução foram destituídos. Todas essas decisões passavam por uma cadeia hierárquica que respondia diretamente ao CC alinhado a Stálin. Se antes a comunicação com as massas era feita em um diálogo direto, agora as correspondências enviadas por trabalhadores teriam de passar por um filtro seletivo cujo objetivo seria publicar apenas o material conectado à propaganda do partido²²⁹. Opiniões subjetivas não eram mais necessárias, já que era papel do partido orientar a opinião pública²³⁰. Desde 1926, o comando político tinha a dupla missão de aumentar a produtividade nas fábricas – e, portanto, a quantidade de trabalhadores – e, ao mesmo tempo, alinhar a população camponesa às diretrizes ideológicas do partido. Neste sentido, algumas estratégias foram executadas: a educação de trabalhadores iletrados, a simplificação da linguagem e da forma escrita com aumento de slogans e diminuição de textos complexos, a cooptação de jornais provinciais que seriam centralizados e anexados ao partido (diminuindo a quantidade e a diversidade de organizações jornalísticas, portanto), as decisões editoriais e sobre as tarefas dos jornalistas foram centralizadas nos líderes partidários, passou-se a lançar mão do apelo ao ressentimento de classe e a formação de uma identidade heroica do trabalhador, maior cobertura dos acontecimentos partidários e dos efeitos da industrialização e da produção agrícola para a economia de modo abrangente, implementação de uma formação comunista dos jornalistas, agora selecionados a dedo pelos líderes partidários e, finalmente, o refinamento de uma escrita propagandista ideológica e menos neutra sobre os acontecimentos descritos²³¹. Em

²²⁸ Lenoe, p. 147, 2004.

²²⁹ Lenoe, p. 164, 2004.

²³⁰ Lenoe, p. 170, 2004.

²³¹ Lenoe, p. 175, 2004.

outras palavras, o papel da imprensa passou a ser o de comunicar as ordens do partido e a organização da opinião pública, que antes era feita desde baixo, passou a ser feita desde cima. Não cabia mais às pessoas comuns discutirem em murais, conferências e leituras coletivas as questões e as demandas político-sociais; cabia a elas confiar na liderança do CC²³². Observa-se aí uma reorientação das expectativas, em linguagem sistêmica. Essa centralização estratégica surtiu efeito: o número de trabalhadores da indústria saltou de 2,3 milhões em 1926 para 8 milhões em 1937 e, entre “[...] 1924 e 1933, o Partido Comunista recrutou milhões de novos membros, aumentando em tamanho de menos de meio milhão de membros para 3,5 milhões”²³³.

Foi só na segunda metade do século XX que a centralização das seleções para propagação de informações foi sendo paulatinamente relaxada e, com o fim da URSS, foi decretado, pela Lei sobre a Mídia de Massa (1991), o fim da censura. No ano seguinte (1992), ocorreu a privatização dos meios de comunicação e a abertura para canais de entretenimento no rádio e na televisão sem foco político. Os temas da comunicação se diversificaram e se multiplicaram os canais pagos que davam acesso às produções estrangeiras. Por outro lado, houve uma crise moral de identidade, por assim dizer, porque a alta escolaridade da população e seu lastro cultural comunista resistiram à criação de uma auto-observação baseada no consumo – além do fato contundente de a abertura para o Ocidente ter causado uma depressão econômica que impactou as expectativas sobre os padrões de vida esperados. Os jornais, agora enquanto empreendimentos comerciais, ficaram reféns de patrocinadores e começaram a apelar para o sensacionalismo²³⁴. A publicidade – algo bastante diferente da propaganda política anterior – ganhou força e sua distinção com o jornalismo comercial não era clara. Mas, mais uma vez, essa abertura liberal durou pouco porque, a partir dos anos 2000, com a eleição de Putin, o Estado novamente passou a executar políticas de censura. A bem da verdade, a privatização dos meios de comunicação estatais na Rússia nos anos 1990, de modo geral, não passou de vendas controladas por funcionários do alto escalão para clãs empresariais que já eram apoiados pelo Estado²³⁵. Putin percebeu logo que, se não quisesse ter problemas de

²³² Cito Lenoe: “[...] O trabalho principal da imprensa era transmitir ordens do partido a seus próprios quadros e às massas não partidárias por meio de slogans militantes. Não cabia aos quadros ou às massas se perguntarem sobre a correção ou as consequências das instruções do partido. Como Stalin gostava de dizer, a imprensa soviética não era um "clube de discussão". Leitores e jornalistas podiam ficar tranquilos de que os jornais refletiam a "realidade objetiva". O partido, como vanguarda da classe trabalhadora, conhecia os verdadeiros interesses de classe do proletariado e os expressava por meio da imprensa” (Lenoe, p. 173, 2004).

²³³ Lenoe, p. 174, 2004.

²³⁴ Vartanova, p. 126, 2012.

²³⁵ Vartanova, p. 126-127, 2012.

oposição com os oligopólios midiáticos formados nesse processo, ele teria de intervir politicamente²³⁶. Mas, desta vez, diferente do que aconteceu no início do século, a censura desestabilizou as relações de confiança entre os meios de comunicação e a população, criando um círculo vicioso no qual os jornalistas desconfiam das fontes e da supervisão estatal e desprezam sua audiência que, por sua vez, não confia nos *media* e não tem por onde reflexionar a opinião pública²³⁷. Com a deflagração da guerra contra a Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022, os mecanismos de censura se radicalizaram: jornais que criticavam a guerra foram fechados e uma lei de março de 2022 passou a criminalizar o que chamou de “desinformação contra as forças armadas” com altas penas de prisão para jornalistas e funcionários públicos coniventes. Jornais independentes foram extintos²³⁸ e, nos primeiros seis meses de guerra, oito jornalistas foram mortos cobrindo o confronto²³⁹; além disso, o governo russo tem empreendido tentativas de controlar as redes sociais, meio pelo qual a opinião pública tem emergido pós-internet.

Um pouco mais a leste, a China também aprofundou sua modernização em um regime comunista. Aqui há um ótimo exemplo sobre como a diferenciação funcional como principal fator da modernização é um fenômeno exclusivamente comunicativo e não tecnológico: a imprensa foi inventada na China pelo menos cinco séculos antes que na Europa²⁴⁰, mas sua principal função era registrar textos religiosos, filosóficos e científicos não experimentais que ficavam restritos à observação de iniciados e da elite política – os mandarins. Havia sobretudo uma dificuldade técnica de redução de complexidade para diversificação dos textos: enquanto os alfabetos ocidentais operam com mais ou menos trinta caracteres, na China os signos da escrita chegam na casa dos milhares, de modo a tornar a prensa móvel um trabalho exaustivo e logisticamente insensato, assim que se preferia a prensa de madeira para impressão de textos selecionados – um problema resolvido no século XX com a simplificação dos caracteres e

²³⁶ Roudakova, p. 261, 2012.

²³⁷ Em outras palavras: “[...] Com o tempo, essa desconfiança se tornou circular: os cidadãos desdenham tanto dos jornalistas quanto do governo [...]; autoridades governamentais desconfiam tanto de jornalistas quanto de cidadãos [...]; e muitos jornalistas desprezam tanto os seus supervisores governamentais como as suas audiências, referindo-se privadamente a estas últimas como ‘a ralé’” (Roudakova, p. 261, 2012).

²³⁸ Informações em tempo real sobre censura aos meios de comunicação podem ser encontradas em: <<<https://rsf.org/pt-br/ranking>>>.

²³⁹ <<<https://rsf.org/pt-br/6-meses-de-guerra-na-ucr%C3%A2nia-8-jornalistas-mortos>>>

²⁴⁰ Cito Lebre: “[...] o Museu Britânico tem o privilégio inestimável de conservar o mais antigo livro impresso datado do mundo. É um longo rolo impresso xilograficamente no ano de 868 e cujo texto búdico é precedido de um frontispício de uma composição erudita e de uma gravura delicada, provas de uma arte já muito desenvolvida” (Febvre, p. 137, 2017).

popularização da prensa mecanizada²⁴¹. No século XVIII, as técnicas de impressão serviam principalmente para fins administrativos do Império e para disseminação, entre seus funcionários, de dicionários e enciclopédias para padronização documental²⁴². Entre os séculos XVIII e XIX, a China reinventou sua imprensa através de um compartilhamento intensivo de conhecimento com missionários e comerciantes europeus que chegavam aos portos de Macau, Cantão, Hong Kong e Xangai e pelos quais a cultura da imprensa, em seu sentido moderno, começou a se espalhar no Oriente²⁴³. No início do século XX, em 1911, uma revolução derrubou o último imperador da dinastia Qing e seguiu-se um período conturbado politicamente, no qual a China envolveu-se em guerras internas, interrompidas pela ocupação japonesa, mas que seriam logo retomadas após a Segunda Guerra Mundial²⁴⁴. Apesar disso, foi um período no qual a imprensa floresceu e o número de jornais e revistas se multiplicou, dando início ao período moderno nos meios de comunicação chineses. Ainda durante o período republicano (1912-1949), a disputa entre nacionalistas e comunistas pela condução dos processos políticos angariou um movimento jornalístico contra hegemônico conjuntamente ao Partido Comunista Chinês (1921)²⁴⁵. Seguindo preceitos leninistas, como os que vimos na história da Rússia, os meios de comunicação comunistas foram fundamentais para a vitória do PCC em 1949 e para a instauração da República Popular da China vigente até os dias de hoje. Mas lá outras complexidades juntaram-se ao marxismo-leninismo, duas que provavelmente foram fundamentais para o sucesso temporal da empreitada política: o confucionismo²⁴⁶ e a Revolução

²⁴¹ Para uma visão aprofundada, recomendo o livro “Paper and Printing” da série Science and Civilisation in China, Vol. 5 de Tsien Tsuen-Hsuei.

²⁴² Febvre, p. 138, 2017.

²⁴³ Segundo Zhao: “[...] em muitos países não ocidentais, incluindo a China, o sistema de mídia moderno era frequentemente uma imposição ocidental para começar – agentes coloniais e missionários criaram os primeiros jornais modernos em cidades portuárias colonizadas ou semi colonizadas, frequentemente em línguas estrangeiras” (Zhao, p. 146, 2012). Para uma visão mais profunda deste momento histórico, ver: “Gutenberg’s Descendants: Transferring Industrialized Printing Technology to China, 1807-1930”. In: REED, Christopher A. Gutenberg in Shanghai: Chinese print capitalism, 1876-1937. Vancouver: UBC Press, 2004.

²⁴⁴ Segundo Leão e Ogama: “Em 1937, a invasão da China pelo Japão obriga a construção de uma frente única entre o GMD, o PCC, trabalhadores, camponeses, classes médias e mesmo burguesas e latifundiárias, contra a decisão japonesa de colonizar a China. Abre-se aí um longo período de luta contra o Japão e ao mesmo tempo de luta entre o GMD e o Exército Vermelho, bastante complexo e que duraria até o final da Segunda Guerra. Em 1946, contudo, Chiang Kaishek, auxiliado por seus assessores norte-americanos, inicia uma nova guerra contra os comunistas, que pôde ser vencida pelo Exército Vermelho ao se apoiar em um chamamento para os camponeses abolindo o sistema agrário de exploração feudal e executando a Reforma Agrária através das assembleias locais. A República Popular da China é proclamada em 1949, entretanto apenas no início de 1950 o Exército Popular de Libertação, ou o antigo Exército Vermelho, controla toda a China, exceto Taiwan e Hong Kong” (Leão; Ogama, 2019, p. 92).

²⁴⁵ Zhao, p. 148, 2012.

²⁴⁶ Cito: “[...] há continuidades poderosas entre os modos de governo confucionista e comunista na China, ambos baseados em um contrato implícito entre o povo e o Estado” (Zhao, p. 148, 2012).

Cultural profunda executada por Mao Tsé Tung entre 1966 e 1976. A filosofia confucionista tornou-se o fundo semântico de processos na China há mais de dois mil anos; ela está, portanto, profundamente enraizada na sua cultura e, apesar de haver oscilações ao longo da história, alguns dos seus preceitos principais são relevantes na modernização dos meios de comunicação e sua ressonância para a política através da opinião pública é forte, algo que aprofundaremos no capítulo correspondente à descrição dos riscos ambientais na China. Por ora, vale ressaltar que nessa cosmovisão o individualismo – típico da modernização ocidental – é extremamente mal visto, então a propagação comunicativa dos meios de comunicação na China passava, pelo menos até a era da internet, por uma recepção coletiva. Nos anos de governo maoísta, isto se transfigurou em sessões de leitura coletiva de jornais no ambiente de trabalho (algo como o que ocorreu nos primeiros anos da URSS). Os jornais eram assinados majoritariamente por escritórios e unidades de trabalho, e não por pessoas individuais e, com a popularização do telejornalismo nos anos 1990, a tradição de leitura passou para as telas onde se exibiam documentos e discursos acompanhados de narração e não havia um apelo forte, como no Ocidente, à publicização de imagens acompanhadas de narrativas redigidas nas organizações jornalísticas. Outro ponto fundamental do confucionismo no contexto dos meios de comunicação na China é que nele há uma ligação forte entre povo e governo instituída sobre bases hierárquicas, nas quais o governo tem uma enorme responsabilidade sobre a condução cultural. Neste sentido, a imprensa, enquanto produtora da opinião pública, tem a responsabilidade moral de conectar as massas ao governo, algo que na segunda metade do século XX foi reduzido na propaganda comunista baseada na luta de classes, imperativa na Revolução Cultural, em um discurso que retomava a ideia de um Estado paternalista e assistencialista²⁴⁷. Tanto no contexto da Revolução Cultural quanto no contexto de abertura econômica posterior a Mao, o papel normativo da imprensa foi concebido, dentre outras coisas, em termos confucionistas, isto é, de, ao mesmo tempo, ser o porta-voz do povo e esclarecê-lo sobre os seus próprios interesses²⁴⁸. A grande diferença, possivelmente, entre o governo maoísta e o período posterior é que, no primeiro, a imprensa estava centralizada no PCC e operava, portanto, principalmente através dos parâmetros seletivos de propaganda e condução política, enquanto que, após os anos 1980, ressurgiu uma imprensa comercial, com mais liberdade de selecionar conteúdos, embora ainda ligada a células partidárias regionais, particularmente em regiões urbanas densamente povoadas, onde a divisão do trabalho permitiu a ascensão de uma

²⁴⁷ Zhao, p. 164, 2012.

²⁴⁸ Zhao, p. 151, 2012.

classe média mais intelectualizada, no sentido dos costumes. Entre os anos 1980 e 2000, a China expandiu enormemente o acesso às tecnologias de comunicação; em muito pouco tempo, a televisão e a internet tornaram-se os principais pontos de acesso às notícias, embora ainda existam metas de ampliação dos jornais – agora em novos formatos. Vale notar que a inserção das novas tecnologias de comunicação na China aprofundou a conexão entre as massas e o governo, uma vez que este operou rápidas reorganizações que o permitiram manter o controle sobre os *media* ao mesmo tempo em que diversificou seus programas. Na categoria do jornalismo, por exemplo, o governo chinês instaurou uma série de medidas profissionalizantes que atendem diretamente aos interesses do Estado: implementou uma codificação da ética profissional e submeteu a profissionalização a ritos de certificação que passam por uma formação ideológica alinhada ao marxismo e que deve ser revisada anualmente, independentemente dos diplomas universitários. Assim, os parâmetros seletivos para publicações jornalísticas formaram-se e se estabilizaram na China através de uma amálgama entre a objetividade e a imparcialidade, oriundas do modelo inglês anterior à revolução, e a advocacia e ética partidariamente orientadas em um desenvolvimentismo típico do PCC no século XX²⁴⁹.

Outra região do globo na qual a diferenciação dos meios de comunicação se deu de forma distinta em relação aos parâmetros ocidentais é o Oriente Médio. Formado por vinte e dois países de diferentes culturas e com variações religiosas internas, é talvez a região mais conturbada política e economicamente da história recente, tendo sido palco de disputas políticas e bélicas por todos os lados. Possivelmente pela proximidade geográfica com a Europa e pela catalisação de conflitos que remontam ao século VIII, as autodescrições produzidas no mundo árabe, em diversos sistemas sociais, baseiam-se fortemente na distinção em relação ao Ocidente, assim como a descrição do mundo árabe no Ocidente é sabidamente construída com base em estereótipos que intentam sujeitá-los, para a opinião pública, à “civilidade” anglo-europeia²⁵⁰. Diferente das distinções entre regimes políticos e econômicos entre o Ocidente e a Rússia e a China, isto é, entre democracias e ditaduras capitalistas e ditaduras comunistas, a distinção do Oriente Médio se dá no fato de sua modernização confluir de processos de colonização e guerras

²⁴⁹ Zhao, p. 165, 2012.

²⁵⁰ Em seu estudo clássico sobre o orientalismo, Edward Said diz que: “Essas atitudes orientalistas contemporâneas inundam a imprensa e a mente popular. Os árabes, por exemplo, são imaginados como libertinos a cavalgar camelos, com narizes aduncos, terroristas, venais, cuja riqueza imerecida é uma afronta à verdadeira civilização. Está sempre subjacente a pressuposição de que, embora pertença a uma minoria numérica, o consumidor ocidental tem o direito de possuir ou gastar (ou ambas as coisas) a maioria dos recursos do mundo. Por quê? Porque ele, ao contrário do oriental, é um verdadeiro ser humano” (Said, p. 145, 2003).

com o Ocidente junto de uma tradição cultural e religiosa que é até os dias de hoje extremamente potente na sua formação semântica. Com diferentes regimes políticos²⁵¹ e com variações religiosas mais ou menos fundamentalistas, a diferenciação dos meios de comunicação se deu nesse ambiente, acoplando estruturas que são tipicamente da modernidade ocidental e, ao mesmo tempo, da tradição político-religiosa local. Embora a televisão seja o meio mais popular, os parâmetros seletivos para o entretenimento são pautados por autoridades religiosas, para as quais determinadas narrativas e formas comuns no Ocidente são graves heresias em suas perspectivas²⁵². No jornalismo, que é a programação que nos interessa aqui, há nuances regionais que, por interpenetrações inusitadas, formam a *media* panárabe. Enquanto os países politicamente autoritários e com uma economia mais rica detêm a propriedade sobre os *media*, são os países mais liberais que formam os profissionais que cumprem papéis nesses *media*²⁵³. Em todo caso, os meios de comunicação são empreendimentos comerciais, regulados desde a década de 1960, e boa parte pertence a membros da realeza e seus associados. Nos parâmetros seletivos, há uma forte influência do desenvolvimentismo²⁵⁴, do nacionalismo e da religiosidade. Os jornais tiveram, desde o início do século XX, um público amplo nas áreas urbanas, mas com a televisão via satélite a gama de observadores aumentou enormemente, produzindo o curioso fenômeno no qual identidades locais e autóctones, bastante fortes na região, podiam ser acrescidas de uma identidade nacional e regional baseada em autodescrições comuns²⁵⁵. Por outro lado, a migração forçada pelas inúmeras guerras perpetradas no último século e um investimento robusto expandiram os meios de comunicação árabes, fazendo com que fossem publicados e lidos em todo o mundo²⁵⁶. Questões polêmicas ligadas à moral religiosa e aos costumes são publicizadas nos países mais liberais e ressoam nos mais autoritários, enquanto a normatividade religiosa mais contundente é espreiada nos países mais liberais de

²⁵¹ Os regimes políticos variam desde monarquias absolutas e monarquias parlamentaristas (Bahrein, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, por exemplo) a repúblicas presidencialistas (Turquia, Líbano, Síria e Egito, por exemplo).

²⁵² Kraidy, p. 191-192, 2012.

²⁵³ Segundo Kraidy: “[...] a Arábia Saudita é a nação mais socialmente conservadora do mundo árabe, enquanto o Líbano é sua sociedade mais socialmente liberal. Os dois são unidos pelo que chamei em outro lugar de “conexão saudita-libanesa” (Kraidy, 2009): magnatas sauditas com conexões reais financiam a mídia árabe, enquanto jornalistas, produtores e gerentes libaneses povoam o sistema” (Kraidy, p. 178, 2012).

²⁵⁴ Segundo Adrian Hadland: “A noção de jornalismo desenvolvimentista foi cunhada pela primeira vez na Ásia no final dos anos 1960. Inicialmente proposto como um novo método de jornalismo (investigativo) que se concentrava em programas e políticas de desenvolvimento liderados pelo Estado, o conceito logo se tornou associado ao “jornalismo do governo que diz isso” (Hadland, p. 37, 2012).

²⁵⁵ Kraidy, p. 187, 2012.

²⁵⁶ Kraidy, p. 193, 2012.

forma atenuada, principalmente na época do Ramadã²⁵⁷, na qual aumenta também o investimento em publicidade. O que se observa nessa diversidade comunicacional é que os *media* diferenciaram-se enquanto sistema no Oriente Médio com base em ideais desenvolvimentistas e identitários capazes de unificar uma autodescrição entre países com culturas relativamente distintas e que, ainda assim, se contrapõem à cosmovisão ocidental, ao mesmo tempo em que sua observação hoje se generaliza em todo o mundo, inclusive no Ocidente. Trata-se de um caso exemplar sobre como a diferenciação funcional independe de fronteiras e, concomitantemente, reduz complexidade, construindo distinções claras na realidade da sociedade global.

Vamos agora a um caso do continente africano, qual seja, o da África do Sul. Enquanto na Europa se aprofundava a Revolução Industrial e se organizavam as primeiras democracias, enquanto lá se expandia a imprensa, a literatura, a ciência e as artes, a África sofria o aprofundamento da sua exploração colonial que havia começado no século XVI com o sequestro e o tráfico de pessoas para o trabalho forçado nas colônias americanas e que, neste momento a que me refiro, no século XIX, era retalhada e dividida entre as potências europeias²⁵⁸. Diferente das colônias americanas, na África nunca houve uma empreitada explícita de transferência colonial no sentido de povoamento e, muito embora os territórios colonizados tenham sido historicamente constrangidos a adotar a língua e as instituições coloniais, como escolas e igrejas, isso tinha mais a ver com criar distinções internas (para a formação de uma elite local) para

²⁵⁷ Segundo John L. Esposito: “O Ramadã é um momento de reflexão e disciplina espiritual, de expressar gratidão pela orientação de Deus e de expiar pecados passados, de conscientização sobre a fragilidade humana e a dependência de Deus, assim como de lembrar e atender às necessidades dos pobres e famintos. As dificuldades do jejum do Ramadã são sentidas durante as longas horas de luz do verão, quando o calor intenso em muitas partes do mundo muçulmano se torna ainda mais árduo para aqueles que devem jejuar enquanto trabalham. Algum alívio vem ao anoitecer, quando o jejum é rompido com uma refeição leve (popularmente chamada de café da manhã). As atividades noturnas contrastam com as das horas de luz do dia, pois as famílias trocam visitas e compartilham uma refeição especial no final da noite. Em algumas partes do mundo muçulmano, há alimentos e doces especiais que são servidos apenas nesta época do ano. Muitos vão à mesquita para a oração da noite, seguida por uma oração especial recitada apenas durante o Ramadã. Outros atos especiais de piedade, como a recitação de todo o Alcorão (um trigésimo a cada noite do mês) e a recitação pública do Alcorão ou os cânticos sufis, podem ser ouvidos ao longo da noite. Após um curto sono noturno, as famílias se levantam antes do nascer do sol para fazer sua primeira refeição do dia, que deve sustentá-las até o pôr do sol. À medida que o fim do Ramadã se aproxima (no vigésimo sétimo dia), os muçulmanos comemoram a “Noite do Poder”, quando Muhammad recebeu pela primeira vez a revelação de Deus. O mês de Ramadã termina com uma grande celebração, a Festa da Quebra do Jejum, Id al-Fitr. O espírito e a alegria lembram a celebração do Natal. Membros da família vêm de perto e de longe para festejar e trocar presentes em uma celebração que dura três dias. Em muitos países muçulmanos, é um feriado nacional” (Esposito, p. 125-126, 1998).

²⁵⁸ Segundo Hobsbawm: “Duas regiões maiores do mundo foram, para fins práticos, inteiramente divididas: África e Pacífico. [...] Por volta de 1914, a África pertencia inteiramente aos impérios britânico, francês, alemão, belga, português e, marginalmente, espanhol, à exceção da Etiópia, da insignificante Libéria e daquela parte do Marrocos que ainda resistia à conquista completa” (Hobsbawm, p. 89, 2005).

controlar melhor os processos de exploração do que para desenvolver esses territórios no sentido progressista da modernidade²⁵⁹. Em outras palavras, nunca se pretendeu “civilizar” a África; desde a expansão marítima, ela foi observada como a principal fonte de riqueza e mão de obra para outros empreendimentos e nada mais. Assim, no início do século XX, enquanto a Rússia fuzilava seu último czar e fascistas e comunistas panfletavam suas ideias pela Europa, o Império Britânico uniu quatro de suas colônias (Cabo, Natal, Transvaal e Estado Livre de Orange) para formar a África do Sul em 1910 – e que só teria autonomia relativa, enquanto uma república, em 1961. Note-se que as relações políticas africanas são historicamente relações imperiais²⁶⁰; assim, a colonização e a unificação de territórios coloniais geraram ruídos imensos que levaram a conflitos sangrentos entre diferentes povos que perduram até hoje. Foi nesse caldo de complexidade que emergiram e permanecem os meios de comunicação de massa na África do Sul. Com onze línguas oficiais, as diferenças culturais, étnicas e raciais internas foram e ainda são determinantes na produção e disseminação de informações. Até a década de 1940, predominavam os jornais britânicos, assim como seus editores e jornalistas, que seguiam o modelo inglês de jornalismo liberal, mas, note-se, liberal entre eles, que publicavam para um público branco de língua inglesa sobre os interesses ingleses que, à época, estavam focados no mercado de mineração. Na década de 1920, uma imprensa de língua africâner começou a se desenvolver, mas só se radicalizou, no sentido de levantar críticas ao sistema político, na década de 1980. Nas décadas de 1940 e 1950, surgiu a imprensa negra que, no entanto, foi logo declarada ilegal e permaneceu fraca até ter sua existência permitida na década de 1990 e só se tornou uma imprensa de massa a partir de 2004²⁶¹. Considerando que a África do Sul tornou-se uma democracia em 1994 com o fim do *apartheid*, é importante ressaltar que alguns fatores eram – e continuam sendo – relevantes para a formação da opinião pública: as diferenças estruturais entre áreas urbanas e rurais resultam em diferentes acessibilidades aos *media*, assim

²⁵⁹ Para uma compreensão mais aprofundada, ver: Santos, Patrícia T. Reflexões sobre o ensino colonial em África: trajetórias da instituição escolar no antigo Sudão (1889-1952). Revista História. Hoje, v. 1, nº 1, pp. 139-155 - 2012.

²⁶⁰ Segundo Hobsbawm: “[...] Grande parte do mundo não desenvolvido não possuía Estados nem deste nem, por vezes, de nenhum tipo. Parte dele era composta de colônias das potências europeias, diretamente administradas por elas: em pouco tempo esses impérios coloniais conheceriam enorme expansão. Alguns deles, no interior da África, por exemplo, consistiam de unidades políticas às quais o termo “Estado”, no sentido então corrente na Europa, não podia ser rigorosamente aplicado, embora outros termos então correntes (“tribos”) não fossem muito melhores. Alguns deles eram impérios, por vezes muito antigos, como o chinês, o persa e o otomano, sem paralelo na história europeia, mas que evidentemente não eram Estados territoriais (“nações- Estado”) do tipo dos do século XIX [...]” (Hobsbawm, p. 42, 2005).

²⁶¹ Em termos comparativos, é interessante ressaltar que nos EUA também “[...] A mídia permaneceu intimamente ligada ao grupo branco central da sociedade americana até pelo menos meados do século XX” (Alexander, p. 351-353, 1990).

como a inclusão no sistema educacional se construiu de modo abertamente desigual, além de que as diferenças linguísticas e étnicas são também diferenças sobre como se observa o sistema político democrático, que não corresponde às expectativas tradicionais de cultura autóctone²⁶². É importante ressaltar também que o sistema político, agora democraticamente eleito e apesar de a Constituição de 1996 garantir a liberdade de imprensa, faz uma série de intervenções nos meios de comunicação e conduz, organizacionalmente, parte dos seus parâmetros seletivos ao cooptar ou nomear jornalistas e editores que acordem com os interesses do governo²⁶³. O acesso aos dados oficiais também é escasso, principalmente quando se trata de questões públicas relevantes como a criminalidade e o problema sanitário de epidemias de HIV, por exemplo²⁶⁴. Enquanto o Estado tenta centralizar a observação da sociedade, gerando ressonância nos meios de comunicação com um condão nacional-desenvolvimentista, estes próprios encontram-se sobremaneira divididos, uma vez que a sociedade – ou ainda, seu público observador – é também dividida:

[...] embora o apartheid tenha acabado, a segmentação do público da mídia de acordo com raça, etnia e idioma continua. Com algumas exceções notáveis, sul-africanos brancos e negros (e sul-africanos negros de diferentes grupos étnicos) geralmente assistem a diferentes estações de televisão, leem jornais diferentes e ouvem diferentes programas de rádio.²⁶⁵

A pergunta que aparece é: que autodescrições emergem daí? Será a unidade nacional uma necessidade constitutiva para a formação de uma opinião pública relevante? Parece que não. O que este caso e o do Oriente Médio indicam é que os meios de comunicação de massa podem produzir descrições em diferentes escalas e em diferentes complexidades: na África do Sul emergiram e permanecem meios de comunicação com autodescrições variadas para diferentes grupos étnicos, enquanto no mundo panárabe diferentes grupos e países são unidos sob um compartilhamento de complexidade que lhes dá um senso identitário comum²⁶⁶. Claro

²⁶² Cito Hadland: “[...] uma dicotomia inerente única à formação do Estado pós-colonial: por um lado, o imperativo de abraçar os princípios e processos políticos da democracia e, por outro lado, a força de valores como lealdade ou respeito aos anciãos tribais que são hostis a uma mídia crítica e curiosa” (Hadland, p. 108, 2012).

²⁶³ Cito: “[...] o Estado roubou funcionários seniores de organizações de mídia para se tornarem porta-vozes do governo e encorajou detentores de cargos políticos a assumirem cargos de propriedade e de nível de diretoria em empresas de mídia” (Hadland, p. 110, 2012).

²⁶⁴ Além disso: “A regulamentação e o controle da mídia, por meio de conselhos de imprensa, tribunais ou estruturas governamentais, são geralmente rígidos, com jornalistas sujeitos a uma ampla gama de restrições legislativas, regulatórias, políticas e socioculturais. Jornalistas são frequentemente presos ou vitimizados de outra forma” (Hadland, p. 117, 2012).

²⁶⁵ Hadland, p. 97, 2012.

²⁶⁶ Interessante notar que as autodescrições islâmicas extrapolam em muito a região do Oriente Médio. Segundo Abdullah Khusairi, os meios de comunicação de massa na Indonésia foram muito relevantes para a fundamentação de uma identidade anticolonizadora desde o início do século XX, como pode ser visto em profundidade em: *Dinamika Islam Indonesia: Media Mass Sebagai Instrumen Gerakan*. In: *Komunika*, Volume 1, nº1, 2018. Além

que, tanto num caso como em outro, alguns temas vão ser específicos de determinados grupos e outros temas serão comuns – inclusive mundialmente comuns. Mas, em suas especificidades, cada *medium*, enquanto organização que produz autodescrições, vai tecer suas narrativas e produzir ressonâncias de acordo com seu ambiente, que é específico em cada caso; no entanto, que fique claro, essa especificidade do meio não se relaciona apenas e necessariamente ao sistema político vigente, mas à relevância deles internamente criada nos meios de comunicação para suas seleções.

Para finalizar essa gama de exemplos históricos da diferenciação dos *media* no século XX, volto-me para a América Latina e mais particularmente para o Brasil. Algumas características históricas comuns se sobressaem à imensa diversidade sulamericana: nossa formação colonial se deu em um extenso período (entre os séculos XVI e XIX), no qual estruturaram-se relações sociais que formaram o alicerce da nossa modernização e que orientaram – e continuam orientando – o concatenar dos processos da nossa infinita caminhada ao “progresso”. Como já dei a entender no capítulo “A Sociedade Moderna”, a imprensa aqui foi instalada pelas instituições coloniais; particularmente o Brasil só veio a ter uma com a vinda da família real em 1808 e provavelmente ela continuaria proibida por muito tempo não fossem as guerras napoleônicas na Europa²⁶⁷. Apesar disso, desde o século XIX, a imprensa foi fartamente utilizada para mobilização política, tanto nos movimentos de independência quanto nos abolicionistas. Uma característica comum aos países sulamericanos é que passaram boa parte da sua existência sob regimes autoritários; neste sentido, desde o século XIX, os meios de comunicação, embora ainda não massificados, foram usados clandestinamente como apoio oposicionista a estes regimes. Ao longo de todo o século XX, o Brasil teve mais ou menos 30 anos de democracia plena, divididos em dois períodos: de 1945 a 1964 e de 1989 a 1999. Neste sentido, os meios de comunicação diferenciaram-se e passaram grande parte do seu desenvolvimento sob rigorosa censura. Mas voltemos um pouco no tempo: com a instauração

disso, segundo Mikkel Fugl Eskjaer: “[...] A globalização conduziu a uma situação em que existem tendências claras de diferenciação (meios de comunicação de orientação liberal e panárabes) em paralelo com um forte clientelismo contínuo. Além disso, encontra-se dentro da mesma área limitada (o Levante) – mesmo dentro do mesmo país (Líbano) – a coexistência de diferentes sistemas de comunicação social (autoritário, semiautoritário, liberal). Não só desafia o “nacionalismo metodológico”, no qual tradicionalmente se baseia o estudo dos sistemas de mídia, mas também ilustra que a globalização implica formas híbridas de diferenciação do sistema de mídia” (Eskjaer, p. 22-23, 2010).

²⁶⁷ Cito Albuquerque: “[...] Durante o período colonial, Portugal fez esforços consistentes para reduzir a autonomia econômica, política e intelectual do Brasil. Em contraste com a Espanha, que criou universidades em seus territórios coloniais, Portugal limitou a educação dos brasileiros e os proibiu de ter instalações de impressão até 1808, quando a Corte portuguesa se mudou para o Rio de Janeiro, escapando da invasão de seu país pelas tropas napoleônicas” (Albuquerque, 2012, p. 79).

do governo republicano oligárquico em 1889, que perdurou até 1930, houve uma efervescência literária no Brasil bastante francófila e que se dava principalmente nas grandes cidades, lugares onde também a imprensa panfletária havia feito história anteriormente. É importante lembrar, no entanto, que as taxas de alfabetização eram baixíssimas no Brasil até a segunda metade do século XX; no início do século, elas giravam em torno de 20%²⁶⁸. Assim, quando o rádio foi introduzido e popularizado na década de 1930, ele se tornou o principal meio de comunicação de massas. Neste momento, começa a influência estadunidense que tornará os meios de comunicação no Brasil estruturados no modelo liberal – muito mais na economia do que nos costumes, dado o autoritarismo vigente até 1988. Na década de 1950, já se encontra formado um quadro profissional de jornalismo baseado em pesquisa e levantamento de informações²⁶⁹, mas que, no entanto, acoplava informações substantivas de pautas e partidos políticos, tendo desde sempre um papel advocacional²⁷⁰. Ao mesmo tempo, com a baixa alfabetização, os jornais eram lidos principalmente pela elite (econômica, política e cultural) e não tinham uma tiragem alta o suficiente para se sustentar com vendas e publicidade. No caso da televisão, o investimento inicial para a expansão tecnológica dos meios de comunicação veio principalmente do Estado brasileiro²⁷¹, enquanto as emissoras foram criadas, por sua vez, pela iniciativa privada. Neste sentido, apesar da influência liberal, a liberdade de imprensa nunca foi facilitada no Brasil e, apesar da profissionalização, sua seletividade caminhou par a par com a política vigente em cada época. Entre as décadas de 1950 e 1960 surgiram, neste modelo, as primeiras emissoras de televisão concentradas primeiramente nas capitais dos estados, acompanhadas do incentivo para produção industrial de televisores²⁷². Na época, as diferenças regionais entre as emissoras traduziram-se em diferenças de programação e conteúdo: no Rio Grande do Norte, por exemplo, a televisão foi proposta com fins educativos para reduzir as taxas de analfabetismo²⁷³. Na década de 1960, no início da ditadura militar, um fenômeno bastante interessante se deu: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que vinha formando intelectuais desde a década de 1920 e que já tinha um lastro na produção jornalística, passou para a clandestinidade e seus profissionais passaram a ser contratados pela imprensa burguesa. Nesse

²⁶⁸ Para uma visão geral, ver: Brasil. Recenseamento de 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: TYP Estatística, 1929.

²⁶⁹ Albuquerque, p. 79, 2012.

²⁷⁰ Albuquerque, p. 81, 2012.

²⁷¹ Albuquerque, p. 80-81, 2012.

²⁷² Para uma visão aprofundada, ver: Sales Júnior, Francisco das Chagas; Kneipp, Valquíria Aparecida Passos. A regionalização da televisão no Brasil: a implantação das emissoras pioneiras nos estados e regiões. *In: Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 11, n. 2, pp. 143-161, jul./dez. 2022.

²⁷³ Sales Júnior; Kneipp, p. 158, 2022.

ínterim, se deu uma aliança tácita entre proprietários conservadores e profissionais comunistas que chegaram a ocupar altos cargos nas redações²⁷⁴. O resultado dessa aliança inusitada foi o de que militantes comunistas podiam influir na opinião pública através de publicações relativamente progressistas, embora nada radicais, e, ao mesmo tempo, ter maior segurança organizacional. Não demorou muito para o regime ditatorial reagir, criando uma lei (1969) que obrigava jornalistas a terem diplomas universitários²⁷⁵, o que, no entanto, teve, em um primeiro momento, outro efeito inusitado: as universidades brasileiras eram, na época, os centros da resistência de esquerda ao regime e formavam jovens com alta capacidade crítica²⁷⁶; portanto, quando esses profissionais entraram na imprensa, eles não apenas tinham um condão mais crítico ao regime como se distinguiram dos seus proprietários e editores por acreditarem que os meios de comunicação eram um braço autoritário do governo e um meio de alienação capitalista²⁷⁷. Na década de 1970, conhecida como os anos de chumbo da ditadura militar no Brasil, a repressão extrapolou o imaginável e deixou de ser possível qualquer viés crítico na produção jornalística, e as organizações que resistiam – através de rádios clandestinas, por exemplo – corriam o risco de ter seu pessoal preso, torturado e morto²⁷⁸. Ao mesmo tempo, o projeto nacionalista do regime militar se preocupou em expandir os meios de comunicação para o Brasil profundo e facilitou a nacionalização da transmissão televisiva via satélite, particularmente da Rede Globo, sediada no Rio de Janeiro, e que, a partir de 1975, podia ser assistida em todo o país. Para a construção de uma autodescrição unificada, este passo foi

²⁷⁴ Segundo Albuquerque: “[...] Os editores tiveram que modernizar seus jornais para sobreviver num mercado cada vez mais competitivo, e que incluía adotar um estilo de jornalismo mais centrado em fatos. Para isso, eles precisavam de um novo tipo de jornalista e, por muitas razões, os comunistas estavam em uma boa posição para ser esse tipo de jornalista. Enquanto isso, a infiltração nos jornais fornecia aos comunistas recursos organizacionais (fornecendo empregos e proteção política para seus militantes) que eles poderiam usar para o benefício do seu partido” (Albuquerque, p. 83, 2012).

²⁷⁵ Albuquerque, p. 83, 2012.

²⁷⁶ Possivelmente ainda são.

²⁷⁷ Segundo Albuquerque: “[...] Por outro lado, os novos jornalistas estavam longe do perfil técnico pretendido pelos militares. Na verdade, muitos eram mais radicais do que os jornalistas comunistas mais antigos. Os novos jornalistas radicais se viam como proletários explorados, cujos interesses eram idênticos aos da classe trabalhadora e, portanto, entravam em choque com os interesses dos editores. Esses jornalistas começaram a construir sua identidade profissional nas universidades, longe das redações. Dado que as universidades se tornaram o fulcro da resistência esquerdista ao regime, os jornalistas foram ensinados a acreditar que a mídia era o aparato ideológico do Estado, a serviço dos interesses da burguesia e da ditadura militar. Além disso, os novos jornalistas estavam mais dispostos a acreditar que seus empregos dependiam principalmente de seus talentos individuais (ou seja, a competência atestada por uma universidade), em vez de favores políticos e pessoais; portanto, eles estavam menos inclinados a ter sentimentos de gratidão pessoal em relação aos seus empregadores ou colegas” (Albuquerque, p. 84, 2012).

²⁷⁸ Estima-se que mais ou menos 500 jornalistas foram presos durante a ditadura militar e pelo menos 17 assassinados. Para uma visão mais aprofundada, ver: Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

fundamental: enquanto os jornais impressos e os rádios eram regionalizados – com exceção talvez do programa Voz do Brasil, transmitido via rádio desde 1934 –, a transmissão televisiva via satélite consolidou a formação de uma identidade nacional através de programações que, no horário nobre, instituíram a transmissão das novelas intercaladas com o Jornal Nacional que, por sua vez, se estabilizou e permaneceu até a era da internet como o principal veículo de notícias no país. Como o próprio nome diz, o jornalismo brasileiro, tendo como base o JN, faz suas seleções dentro de um jornalismo de advocacia e do desenvolvimentismo, tecendo narrativas que confluem com uma descrição sobre “o interesse nacional”. No período de transição democrática, os meios de comunicação, com proeminência da televisão, tiveram um papel fundamental e, desde então, sua construção da opinião pública e sua ressonância, por meio dela, para a política, são extremamente relevantes, tanto em períodos eleitorais quanto durante as vigências governamentais e suas tomadas de decisão. Dos jornais impressos, quatro dos de maior circulação no início dos anos 2000 eram jornais de elite²⁷⁹, isto é, o hábito de ler jornais nunca se enraizou na cultura brasileira, enquanto o de assistir televisão sim: nos anos 1990, 90% das casas brasileiras tinham pelo menos uma televisão e, em 2023, esse índice era de 94,3%. A televisão, além de uma potente emissora de notícias, transmite os debates eleitorais que, em um Estado presidencialista como o Brasil, são importantes, já que a figura do executivo é incorporada por pessoas e suas trajetórias e decisões já construídas no imaginário social via opinião pública²⁸⁰.

Estes casos exemplares nos servem de guia para compreensão de que a diferenciação dos *media* tomou rumos diversos em sua mundialização, que foram, por sua vez, produzidos na ressonância entre eles e seu ambiente imediato, particularmente os sistemas políticos com os quais compartilharam complexidade e coevoluíram. Ao mesmo tempo em que mantiveram as características fundamentais de sua operatividade, como o código informação/não informação e o meio simbolicamente generalizado da novidade, eles variaram sutilmente em parâmetros seletivos, isto é, temas e modelos de abordagem divergiram razoavelmente, por exemplo: enquanto no Ocidente a imprensa amarela destacou-se com suas publicações escandalosas, no Oriente e na Rússia, questões da ordem cotidiana e depois política tiveram primazia, ou ainda,

²⁷⁹ São eles: O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Zero Hora.

²⁸⁰ Lúcia Avelar, ao analisar as eleições para a prefeitura de São Paulo em 1988 (disputada entre Paulo Maluf e Luíza Erundina) e a eleição para presidente em 1989 (disputada entre Lula e Collor), argumenta que a televisão, fundamentalmente a Rede Globo, foi capaz de influir veementemente na opinião pública, inclusive exibindo seletivamente imagens que prejudicaram Maluf (neste caso, através de imagens exibidas por vários dias seguidos das ações truculentas da Polícia paulista contra trabalhadores) e Lula (exibindo trechos desfavoráveis do debate), respectivamente, levando-os à derrota nas urnas (Avelar, p. 42, 1992).

se no Ocidente democrático o jornalismo tornou-se mais plural, com veículos mais ou menos críticos às suas elites políticas, na sulamérica eles tenderam ao alinhamento aos interesses dessas elites – embora tenham produzidos comunicações relevantes nos períodos de redemocratização; os casos dos *media* panárabe e sulafricanos nos mostraram que pode haver tanto uma diversidade interna contundente dentro de uma mesmo território quanto pode haver similaridades entre *media* espalhados por todo o globo, mas com bases semânticas comuns. Notável é que as mesmas tecnologias – da prensa, do rádio e da televisão – podem assumir formas muito diversas a depender do ambiente social no qual se inserem e pelo qual são observadas. Não há fronteiras claras para essas comunicações, mas há, por assim dizer, películas semânticas que, mais ou menos, as isolam umas das outras, embora sejam sempre permeáveis. O crescimento em complexidade permitido pela diferenciação funcional decorre, possivelmente, dessa crescente variabilidade produzida entre sistemas e ambientes que pode ser vislumbrada como a maior riqueza da modernidade: a diferença, ou ainda, a heterogeneidade de formas que podem ter as observações do mundo. No que segue, tratarei mais especificamente das tecnologias que permitem essa diversidade e de como algumas formas tiveram sucesso em atravessar fronteiras semânticas ou cresceram dentro dos seus próprios limites.

4.2 As diferentes tecnologias de comunicação

Uma vez que na descrição destes casos não aprofundei nas diferenças tecnológicas, é interessante prosseguir ressaltando que essas diferenças transparecem como diferenças de formas e que por isso são percebidas pelo observador de maneiras distintas e que a cada salto tecnológico a construção da realidade social pelos *media* foi tornando-se cada vez mais palatável para a atenção humana, ou ainda, foi especializando-se na captação da atenção humana e criando hábitos de observação capazes de alavancar identidades culturais profundas e isto é válido para todas as regiões globais. A invenção do rádio no início do século permitiu uma forma de comunicação até então impossível: enquanto o telégrafo permitia a transmissão de mensagens escritas, o rádio passou a permitir a transmissão de sons e a complexidade se alargou, uma vez que podia-se transmitir então comunicações por áudio e logo passou a ser possível acessar informações emitidas em lugares distantes e, neste sentido, o mundo se avizinhou e cresceu. Além de notícias e discursos políticos – que em certos lugares e momentos históricos estendiam-se por horas –, o entretenimento teve também um salto com a emissão de músicas e rádio-novelas que não raras vezes extrapolaram os limites nacionais. Neste sentido, surgiram

autodescrições capazes de se estender para além dos limites territoriais em larga escala, com potência de construir culturas comuns entre diferentes povos. Claro, a indústria fonográfica e o cinema também contribuíram em muito para esse fenômeno de expansão cultural que, a muitos olhos, resume-se a uma hegemonia estadunidense, perspectiva da qual discordo em parte e explico: não há dúvidas de que o investimento massivo na indústria cultural nos EUA durante o século XX tenha levado seus filmes e suas músicas mais longe do que qualquer outro emissor, por assim dizer, mas, ao mesmo tempo, em cada região esses registros, essas comunicações, foram observadas e reconstruídas de acordo com expectativas locais e há, no Brasil, por exemplo, inúmeros retratos disso, como o movimento do Iê Iê Iê e da Tropicália. Ao mesmo tempo, o formato estadunidense, como descrevi acima, foi substancial para a consolidação dos meios de comunicação no Brasil, mas, de forma inevitável sistemicamente, o modelo precisou ser adaptado ao ambiente brasileiro.

Há sobretudo um caso bastante interessante sobre como comunicações musicais foram produzidas no século XX em consecutivas observações desse tipo: na década de 1950, na Jamaica, era possível captar emissões de rádio de algumas cidades do Sul dos EUA, como New Orleans e Miami, por onde estava sendo emitido o estilo *Rhythm and Blues* e o gênero tornou-se rapidamente popular nas cidades caribenhas de Kingston e Spanish. Em pouco tempo, elementos desse gênero foram acoplados à cultura musical caribenha e misturados aos ritmos de tambores e aos sons dos rituais rastafáris, compartilhamento de complexidade do qual surgiu o reggae²⁸¹. Até aí, a história já mostra que observações de observações fazem emergir novas observações, mas continua: no Norte do Brasil, por sua vez, era possível captar estações de rádio caribenhas, por onde, desde 1960, era possível ouvir reggae²⁸² e, a partir de 1970, o comércio fonográfico ganhou força e também passou a ser possível comprar discos trazidos em navios que aportavam em São Luís do Maranhão, onde o reggae interpenetrou-se à cultura popular brasileira²⁸³, fazendo emergir as primeiras bandas do gênero na década de 1980 por aqui. Ao

²⁸¹ Morias; Araújo, p. 100, 2008.

²⁸² Segundo Carlos Benedito Rodrigues da Silva: “Moradores de áreas rurais do Maranhão, especialmente da chamada Baixada Maranhense, afirmam que sintonizam emissoras do Caribe em determinadas horas da madrugada e que, por isso, têm uma familiaridade com os ritmos, que são também tocados nas festas dos povoados negros do interior do estado” (Silva, p. 24, 2007).

²⁸³ Na verdade, outros elementos musicais foram também acoplados: “Nessa região, considerada o “Portal da Amazônia”, que envolve os estados do Pará e Maranhão, sempre houve uma predominância musical de ritmos caribenhos, como merengue, carimbó, bolero, entre outros, nas festas populares” (Silva, p. 24, 2007). Além disso: “Uma aproximação cultural pode ser encontrada ainda, nas variações rítmicas do bumba-meu-boi, chamadas de ‘sotaque’. O reconhecimento de uma batida semelhante entre o reggae e o bumba é o que permite a circulação dos regueiros entre os salões de reggae e os terreiros de apresentação das “brincadeiras” da cultura regional no período junino [...]” (Silva, p. 24-25, 2007).

mesmo tempo, o reggae também passou a ser ouvido nos EUA e voltou como uma reformulação do *Rhythm and Blues*, tornando-se apreciável para muitos ouvintes estadunidenses. Neste sentido, é até possível atribuir o ponto inicial desses processos comunicativos culturais, por assim dizer, à indústria estadunidense, mas, a partir do momento em que essas comunicações são postas no mundo, não é possível controlar por quais e como processos comunicativos vão se desenvolver a partir daí – lembrando que, apesar da potência para aceitação, essas comunicações sempre poderão ser recusadas e a recusa em si pode gerar outras formas comunicativas.

Um outro salto tecnológico relevante foi o da popularização da televisão, que instituiu o apelo visual à atenção humana, que é predominante até os dias de hoje, quando grande parte da comunicação se orienta através de telas. O cinema, que a antecede, tem propriedades muito próprias que o distingue da forma televisiva, sendo a principal delas o deslocamento espaço-temporal social, isto é, o simples fato de se ir ao cinema e lá situar-se por algumas horas torna a experiência comunicativa bastante particular e única, pois se *vai* ao cinema para ver um filme de cada vez e, dificilmente, mais de um por dia – a não ser que se acompanhe todo um festival. Também no cinema, a distinção entre realidade e ficção é perceptível para o observador, já que ele pode observar o filme enquanto estética, o que o aproxima das artes e da literatura, ou enquanto entretenimento, produzindo aquele efeito já comentado no qual o observador participa da observação mantendo sua distinção em relação a ela. A observação da televisão é outra; ela oferece maior diversidade de programação e, no século XX, participou contundentemente do espaço íntimo dos seres humanos, isto é, assistir à TV tornou-se primeiro um ritual de família para, paulatinamente, tornar-se uma fonte cotidiana e doméstica de entretenimento. Enquanto *medium*, a TV produz formas audiovisuais que convidam ao relaxamento e não exigem tanta atenção; sua observação se dá, portanto, principalmente como uma observação de primeira ordem, isto é, uma na qual a noção de que se observa observações de outrem não emerge necessariamente. Ou seja, observação e realidade confluem nas formas televisivas, tornando a audiência televisiva uma audiência mais passiva, por assim dizer. Isso se deve principalmente à forma de acoplamento entre observadores humanos e meio televisivo: a linguagem visual televisiva demanda menos reflexividade e imaginação do que os textos impressos, do que os meios audíveis de narrativas ou músicas do rádio e mesmo dos cinematográficos que, de todo modo, sempre precisam suspender informações para manter o interesse do observador, obrigando-o a reflexionar e deduzir por seus próprios meios as expectativas de um filme. A televisão dá as informações na sua forma mais completa de modo audiovisual, sem deixar

margens para complementaridade observacional, menos ainda para contestações e críticas que de todo modo não fariam sentido. Claro que o fato do *medium* principal ser a luz e acoplar-se à estrutura cognitiva visual dos seres humanos é também bastante relevante, isto é, mesmo que seja possível distinguir entre o que vemos na TV do que vemos pela janela, como aponta Esposito, quando vemos imagens do noticiário televisivo, o fato de elas terem sido seletivamente filmadas, editadas e narradas não muda o fato contundente de serem igualmente aceitas como reais – apesar das suspeitas posteriores de manipulação. Em outras palavras, a televisão aproxima a observação de uma comunicação baseada na interação e gera uma condição de primeira ordem na qual é difícil perceber que o que se observa é uma observação construída. Ao mesmo tempo, a TV convida ao relaxamento psíquico, isto é, um estado bastante diferente da leitura de um jornal, por exemplo, que é mediada pela escrita, ou seja, por signos cuja operatividade depende das correlações inerentes da memória do observador, além de que sua diversidade informacional passa a maior parte do tempo pelo entretenimento e não pelo noticiário. A temporalidade instaurada pela televisão e, de outra forma, pelo seu antecessor, o rádio, é também uma temporalidade distinta dos meios impressos: não é possível voltar e revisar informações – a não ser que se as tenha gravado pontualmente – e assim se estabelece um fluxo no qual não há tempo para verificações e reflexividade porque seus conteúdos se dão em uma avalanche informacional e, sobretudo, visual, que exige, de todo modo, uma alta gama de esquecimento²⁸⁴.

Note-se, portanto, que a diferenciação dos meios de comunicação de massa se deu por uma sobreposição de formas historicamente construídas acopladas às tecnologias com as quais desenvolveram uma relação de retroalimentação circular e pelas quais a autodescrição da

²⁸⁴ Nas palavras de Esposito: “Da perspectiva da teoria da comunicação, é aconselhável recorrer à estrutura da observação. Como vimos, o modelo do leitor pressupõe uma observação de segunda ordem, que distingue a própria perspectiva daquela do observador observado, o que leva à construção da própria autonomia. Esse distanciamento não é tão óbvio no caso da televisão, porque a televisão (como o termo “visão” já expressa) apela à percepção sensorial de forma muito mais forte. Lê-se um jornal com toda a distância proporcionada pela dupla arbitrariedade dos signos, que são arbitrários tanto no nível linguístico quanto no alfabético; por outro lado, a “televisão” apresenta a realidade não comunicativa com a mesma imediatez que a “visão direta”. O que Luhmann diz é verdadeiro para a televisão: “Embora se saiba que se trata de comunicação, não se vê como tal”. Sabe-se, e portanto, não se reage às imagens da TV da mesma forma que às imagens que se vê ao olhar pela janela; mas essa consciência é transmitida através da percepção sensorial, por exemplo, no nível temporal. Enquanto a leitura, como vimos, permite um processamento autônomo da comunicação, no qual o leitor determina o tempo, o ritmo e a disposição, na televisão tradicional é necessário assistir ao que está sendo transmitido no momento em que é transmitido, na ordem estabelecida pelo roteiro, sem poder retornar a imagens individuais, pular nada (por exemplo, anúncios), acelerar ou desacelerar sequências de imagens. O espectador é passivo porque está exposto a uma forma de comunicação que, como a interação entre os presentes, revê o momento da percepção e o aproveita [...]. No entanto, a televisão alcança essa conformidade precisamente porque retém alguns elementos de interação, dos quais também depende a falta de uma abordagem crítica à observação de segunda ordem”. (Esposito, p. 195-196, 2023)

sociedade, agora mundial, toma formas tanto específicas quanto gerais, a depender de quais seleções se operam e em quais âmbitos de programação se executam. É sobretudo relevante o fato dos *media* se entrelaçarem e coevoluírem nessa história, ao invés de levarem à extinção uns dos outros: a cada novo salto evolutivo das tecnologias surgem rumores de que as antigas deveriam perecer; assim, por exemplo, esperava-se que as bibliotecas tornariam-se obsoletas e que os livros deixariam de existir com a emergência dos meios eletrônicos, mas não²⁸⁵. A cada salto, os *media* anteriores foram tendo sua complexidade acoplada aos novos: a literatura, sobretudo, teve parte da sua estrutura acoplada ao cinema e às novelas; os jornais desenvolveram uma forma própria de distribuir informações visualmente da qual o rádio acoplou complexidade e a recriou através dos sons; os programas de rádio, por sua vez, tiveram suas estruturas recriadas na televisão; e os meios eletrônicos acoplaram complexidade de todos os anteriores, disponibilizando uma miscelânea de formas diversas que podem ser acessadas por escolha de aplicabilidade. Os livros, as bibliotecas, os jornais, os rádios, a televisão permaneceram a despeito de estarem cada vez mais em formatos online e, incisivamente, cresceram em complexidade em sua coevolução, tornando-se cada vez mais relevantes na representação de uma esfera pública, por sua vez cada vez mais ampla, diversa e mundial. Ao mesmo tempo, cada um desses âmbitos das tecnologias de comunicação mantém sua distinção de complexidade própria, bastante relacionada com o espaço-tempo social nos quais suas comunicações se manifestam: os jornais ainda se encontram na disposição das informações matinais dos cafés ou na vista noturna televisiva durante o jantar, o rádio nos carros, sobretudo quando um silêncio incômodo se instaura, a televisão na sala de estar ou nos quartos, agora disponibilizando uma gama ampla de escolha por *streamings*, os meios eletrônicos à mão quando se precisa checar uma informação ou quando se tem qualquer minuto de espera entre uma atividade e outra. Cada qual dos meios de comunicação foi, ao longo do século XX, se especializando em suas programações e compartilhando complexidade uns com os outros, de modo que as

²⁸⁵ Elizabeth Eisenstein faz uma discussão interessantíssima a esse respeito nos dois últimos capítulos de “Divine Art, Infernal Machine: The Reception of Printing in the West from First Impressions to the Sense of an Ending”, nos quais ela mostra que tecnologias contemporâneas, como os iPods, por exemplo, já eram imaginadas literariamente no século XVII e que as suposições escatológicas sobre o fim da literatura acompanharam a imprensa desde o início da modernidade. Cito: “[...] Desafiado a explicar os detalhes técnicos que poderiam tornar possível transformar textos legíveis em audíveis, Uzanne imaginou um “aparelho de bolso movido a corrente elétrica, mantido em uma simples caixa de vidro de ópera e suspenso por uma tira no ombro.” Ao caminhar, os ouvintes seriam capazes de “[reconciliar] higiene com instrução” e “[nutrir] suas mentes enquanto exercitam seus músculos.”” E, em seguida: “[...] Uzanne parecia ser preciente; no entanto, sua concepção de livros falados havia sido antecipada vários séculos antes em fantasias de viagens à lua do século XVII. Talvez a obra mais celebrada neste gênero tenha sido “States and Empires of the Moon”, de Cyrano de Bergerac, que havia tomado emprestado o tema do livro falado de The Man in the Moon (1638), de Francis Godwin” (Eisenstein, p. 224, 2011).

autodescrições da sociedade para ela mesma, embora tenham predominado em um ou outro durante o percurso – o rádio entre 1920 e 1950 e a TV entre 1950 e 2000 –, chegaram ao século XXI cumprindo com a mesma função e com potências relativas entre si.

A descrição dos *media* acima serve também para ilustrar que os meios de comunicação de massa são os sistemas funcionalmente diferenciados mais inclusivos que existem: eles dispensam praticamente todo e qualquer protocolo de inclusão; basta que se tenha acesso à respectiva tecnologia para que qualquer ser humano torne-se, para eles, um endereço social, para o qual suas comunicações são direcionadas e o incluem no âmbito de uma esfera pública comum com todos os outros humanos com o mesmo acesso²⁸⁶. Seu único requisito é a atenção e mesmo esta não precisa ser tão afinada como a que se deve ter em outras comunicações, como a educacional e a científica, por exemplo. Basta uma atenção rarefeita para que se compreenda em segundos que a personagem que se vê na novela é a vilã ou saber, pelo telejornal, que seu time de futebol escapou ao rebaixamento, por exemplo. Isso porque os meios de comunicação comunicam por meio de um paradoxo: só eles irritam a si mesmos, suas comunicações não podem ser respondidas; neste sentido, eles requerem atenção de uma audiência, mas de uma audiência anônima e só por ela é possível que surja uma esfera pública policrômica, acêntrica e com muitas direções sobre expectativas²⁸⁷. Enquanto os *media* acoplam temas das comunicações de outros sistemas sociais, como do esporte no exemplo anterior, eles reintroduzem esses temas na sociedade para observação humana e para outros sistemas sociais com relevâncias distintas. Talvez apenas a política se irrite mais proeminentemente com as comunicações dos *media* por conta de sua recriação interna da opinião pública, mas outros sistemas, como os esportes, as artes e a ciência, por exemplo, só tornarão as comunicações dos *media* relevantes para si de forma bastante pontual e seletiva. Por outro lado, os seres humanos estão rodeados por essas comunicações nos mais diversos ambientes e, hoje, anexados ao seu próprio corpo – se considerarmos os *smartphones* e outros dispositivos como extensões das mãos, dos olhos e dos ouvidos. Os meios de comunicação de massa, nesse sentido, constituem o principal ambiente de ressonância para os seres humanos que cumprem, em sua imensa

²⁸⁶ Claro que até o início do século passado a alfabetização era, talvez, o único requisito para acessibilidade, mas a partir da difusão por rádio e TV até mesmo o letramento tornou-se dispensável.

²⁸⁷ Neste sentido, eles incluem a todos e qualquer um enquanto endereço social possível, mas não enquanto interlocutor. Nas palavras de Luhmann: “[...] os meios de comunicação colocam o indivíduo numa cena fora da encenação. [...] Por outro lado, os meios de comunicação produzem o mundo no qual os próprios indivíduos se encontram. [...] Quando os indivíduos observam os meios de comunicação como texto ou como imagem, eles estão do lado de fora; quando eles vivem os resultados em si mesmos, então eles estão do lado de dentro” (Luhmann, p. 184-185, 2011).

diversidade, os mais variados papéis nos sistemas sociais – inclusive nos meios de comunicação – pelos quais ressoa a normatividade emergente nos *media*. Há um acoplamento forte, portanto, entre sistemas psíquicos e meios de comunicação cujas observações produzem a representação de uma esfera pública pela qual emergem descrições capazes de levantar uma opinião pública a respeito dos mais diferentes temas e questões sociais que, por sua vez, e através da própria descrição dos *media*, criam um tecido normativo para a sociedade que aí se observa.

Além disso, como demonstrei com os vários exemplos históricos da evolução dos *media* no século XX, eles foram capazes de se desenvolver em ambientes nos quais os sistemas políticos, principalmente, não necessariamente correspondem à risca ao modelo democrático, isto é, foram capazes de concatenar suas operações em ambientes políticos autoritários, em sociedades bastante estratificadas e, inclusive, onde há ainda uma forte diferenciação segmentária, como é o caso da África do Sul, do Oriente e de muitos lugares da América Latina. Em cada caso, se percebe que várias formas de diferenciação continuam coexistindo e coevoluindo e que, principalmente no que tange aos sistemas políticos, o código governo/oposição é mais exceção que regra²⁸⁸ e que, de todo modo, censura, poder político e economia distribuem-se de forma variada enquanto ambiente dos meios de comunicação, sem que, no entanto, sua função de descrever a sociedade para ela mesma deixe de operar. Os meios de comunicação surgiram no contexto da modernização que, como salientei anteriormente, foi um concatenar de processos assimétricos; não se deve esperar, portanto, que o modelo liberal do Ocidente seja um condutor ou que ele próprio escape da prerrogativa da diferença sistema/ambiente. Em outras palavras, os meios de comunicação de massa cresceram e se estabilizaram no século XX como sistemas sociais mundiais, acoplando complexidades de ambientes locais e globais que incluem uma enorme diversidade de elementos e estruturas, e isso vale para cada mínima diferenciação interna em cada recorte que se queira fazer desse mapa histórico. Ao mesmo tempo, é possível dizer que, em todos os casos, eles se direcionam para um público anônimo através da produção de novidades cotidianas cuja seletividade varia de acordo com seus programas, estes sim bastante distintos de acordo com o lastro histórico e cultural anteriormente estabelecido em cada ambiente social. Mas a função, qual seja, a de descrever a sociedade para ela mesma, vingou em toda parte. Deve-se recordar, então, que as descrições produzidas pelos meios de comunicação são resultadas de uma autorreflexão permanente, da produção de uma memória social que cria, ao comunicar, expectativas baseadas

²⁸⁸ Segundo o último relatório (2024) do Índice de Democracia da Economist Intelligence Unit (EIU), apenas 25 países do mundo podem ser considerados plenamente democráticos.

na semântica moderna que observa o futuro como aberto, mas prognosticável, em outras palavras, que coloca na sociedade a responsabilidade sobre sua própria construção permanentemente. Por isso, no que se segue, vou aprofundar essa função normativa dos meios de comunicação de massa, analisando como, em um caso ou outro, ela pode ser observada.

4.3 Memória, semântica e normatividade

Para uma melhor descrição dos conceitos de memória, de semântica e de normatividade, irei retomar a discussão sobre a relação entre os meios de comunicação e as formas de diferenciação que discuti no tópico sobre a aceleração social do tempo, dando ênfase agora aos efeitos culturais dessa relação. Elena Esposito aprofundou-se nesse tema e deslindou o desenvolvimento coevolutivo entre as técnicas de comunicação e a produção da memória social em cada época, enfatizando a crescente complexidade conforme os modelos de diferenciação, isto é, descrevendo como o tipo diferencial estrutural da sociedade vai se retroalimentando com seus meios de comunicação²⁸⁹. Ela ressalta que a produção de uma memória social só é possível a partir da escrita, uma vez que na oralidade o único substrato para a memória é a psique e a comunicação se dá com base em interações. Assim, embora seja possível observar a emergência de semânticas e formas, elas se transformam conforme as comunicações são operadas a cada interação²⁹⁰. A escrita marca um salto de autonomia da comunicação, isto é, dos sistemas sociais em relação aos seres humanos: ela prescinde da presença concreta deles para se realizar e, deste modo, é possível armazenar informações²⁹¹. A partir dela, é possível, para a comunicação, produzir redundância. Ou seja, diferente das interações face a face, que são ocorrências irrepetíveis, com a escrita emerge uma nova possibilidade de auto-organização, pela qual determinados signos podem ser selecionados para repetição e atualização e acabam por se estabilizar, fazendo emergir esquemas baseados em uma memória social. Há, portanto, uma nova possibilidade de armazenamento de informações e condensação de sentidos pelos quais emergem formas que, ao longo do tempo, tornar-se-ão atratores para a evolução, isto é: “[...] *ideias, conceitos, fórmulas, rituais ou procedimentos [...]*”²⁹². Esses atratores de sentido, selecionados pela memória e repetidamente atualizados, formam o que em teoria dos sistemas

²⁸⁹ Para uma visão mais aprofundada, ver: Esposito, Elena. *Olvido Social: Formas y Medios de la Memoria de la Sociedad*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2023.

²⁹⁰ Esposito, p. 48, 2023.

²⁹¹ Esposito, p. 38, 2023.

²⁹² Esposito, p. 31, 2023.

sociais chamamos de semântica: o resultado observável de seleções intermitentes que relegam ao esquecimento a maior parte das informações realizadas. São os temas e esquemas de comunicação que emergem desse caldo semântico que dão sentido e geram expectativas para futuras comunicações; por outras palavras, é pela semântica resultante da memória social que a sociedade conduz a si mesma. Ou ainda, a memória ordena a comunicação e distingue prioridades seletivas que, quando se provam consistentes face à realidade (já socialmente construída), tendem a permanecer e ser novamente atualizadas; a semântica resultante daí é a forma pela qual a sociedade se descreve e produz expectativas para o seu devir. Com a imprensa e a emergência dos processos de modernização, a memória social se adapta ao novo *medium*, transformando seu *modus operandi* de documental retórico, que servia à preservação de informações, em um sob o qual se deve criar novas informações. Nas palavras de Esposito: “[...] se passa da repetição à comparação, e com isso, da prioridade retórica a um modelo orientado pela cultura”.²⁹³ Essa nova forma de auto-observação inclui a diversidade; assim, no lugar da ontologia, emerge a antropologia, que terá a função de descrever a sociedade pela contingência. A emergência da cultura, neste sentido, é a emergência da ideia de cultura que se coloca em prática operativamente, isto é, que passa a orientar distinções na autodescrição da sociedade de modo reflexivo, permitindo que o diferente seja comparado ao familiar e mesmo que este possa ser visto com estranhamento²⁹⁴. A orientação da memória, que antes jazia no passado, agora se estende ao futuro e, com a emergência dos meios de comunicação de massa, ela se desacopla por completo das interações, generalizando-se sobre todos e qualquer um. A partir de esquemas e operações próprias, os meios de comunicação se autonomizam em relação aos sistemas sociais e aos sistemas psíquicos; eles funcionam unicamente pela produção de informações. Assim, a relevância semântica de valores se torna, por meio deles, disponível enquanto informações difundidas sobre a sociedade como um todo.

Mais que descrever a sociedade para ela mesma, os *media* criam uma realidade que integra a sociedade mundial ao mesmo tempo em que mantém e reproduz sua diversidade interna. Eles multiplicam a sociedade, por assim dizer, reduzindo a complexidade que observam no meio (fundamentalmente em outros sistemas sociais) e a reproduzem sob uma nova forma, aumentando sua complexidade interna e simultaneamente aumentando também a complexidade disponível para a observação da sociedade como um todo. As comunicações dos *media* produzem a semântica da sociedade moderna e a fazem de modo que, apesar da produção por

²⁹³ Esposito, p. 239, 2023.

²⁹⁴ Luhmann, p. 142, 2011.

distinções, não mais por identidades, a sociedade não se desintegre, mas consiga se observar como um todo. Os *media* se reproduzem pelo fazer conhecer do cotidiano no cotidiano de informações produzidas em tamanha velocidade e quantidade que a memória social e seu resultado semântico é comum e alheio, inclui a todos ao mesmo tempo em que se baseia no anonimato. Permanece, contudo, a possibilidade da recusa à comunicação. No entanto, a cobertura dos *media* sobre a sociedade expandiu-se de tal forma que, embora seja possível recusar ou duvidar de comunicações pontuais, não faz sentido negá-las a todas: seria exaustivo para qualquer um que tem acesso aos *media* confrontar-se o tempo todo com suas informações; neste sentido, grande parte das comunicações sempre será aceita. Quantidade, velocidade e o caráter de novidade das comunicações aí produzidas garantem sua aceitabilidade, ainda que paire sobre elas a desconfiança da manipulação, principalmente porque elas se referem sempre ao já conhecido e por isso vão introduzindo novidades que se conectam às anteriores, tecendo semanticamente um conhecimento geral que é difícil, senão impossível, de escapar no nível individual e mesmo sistêmico.

Algumas teorias têm uma perspectiva crítica sobre a descrição produzida pelos *media* e partem, por exemplo, dos conceitos de ideologia e alienação, perguntando-se o porquê das massas se deixarem levar pela espetacularização da sociedade para ela mesma, ou ainda, constroem argumentos com base na ideia de que os *media* enganam e as massas deixam-se enganar e por isso se distanciam da (pressuposta) “realidade real” que, uma vez conhecida, poderia ser melhorada²⁹⁵. Essa questão é deveras relevante, embora de uma perspectiva sistêmica sua abordagem possa ser outra. Primeiramente, é preciso considerar que a chamada manipulação pode se dar de duas formas: através da disseminação de notícias falsas, isto é, de mentiras, mas também através de propagandas historicamente construídas – não exatamente no âmbito da publicidade que, como já vimos, é mentirosa por excelência, mas – através de narrativas que se autorreforçam no tempo em diversos programas dos meios de comunicação –

²⁹⁵ Segundo Esposito: “O distintivo da modernidade é, portanto, a desvalorização constante do presente, que é considerada um período de transição, como uma etapa que deveria conduzir a um futuro melhor. Esta projeção utópica para o futuro, expressa da maneira mais ingênua na confiança no progresso, mas geralmente apresentada de uma maneira mais sutil na orientação crítica, revela os resíduos ontológicos na base deste projeto. Enquanto não há uma mudança autológica, a crítica tem a consideração de algo bom em si mesma, como mostra o campo da sociologia, em particular, pela prevalência e o atrativo de informações que se apresentam como teoria crítica da sociedade. No entanto, a crítica só é convincente na medida em que se pode supor que quem critica “sabe melhor” e não se limita a observar o que outros observadores vêm ou não (o que ao mesmo tempo seria completamente neutro), só que observe as condições (a sociedade capitalista, o inconsciente) que tornam impossível ver a descrição supostamente correta. A razão de tudo isso é hoje a autojustificação do novo que, de uma maneira geralmente irreflexiva, leva à afirmação de que a alternativa, mesmo assim, é melhor do que o que você tem” (Esposito, p. 247, 2023).

um exemplo notável é a construção depreciativa do Oriente pelo cinema hollywoodiano ao longo de todo século XX²⁹⁶. No âmbito da programação que nos interessa nesta tese, qual seja, do noticiário, observaremos principalmente a disseminação de notícias falsas a respeito dos riscos ambientais em todos os três países nos quais recolhi material jornalístico para análise. De antemão, adianto que encontrei a propagação de notícias falsas em todos eles e de duas formas: i) na mentira propagada pela fonte, isto é, informações vindas de outros sistemas e organizações que foram acopladas pelos meios de comunicação sem a possibilidade ou intenção de verificação e ii) há casos também nos quais, de forma intencional, as organizações jornalísticas trataram como controvérsia fatos conhecidos ou ainda propagaram notícias falsas por motivação política, isto é, por medo ou por apreço a determinada ordem governamental ou econômica. Neste sentido, é sobremaneira relevante dedicar algumas linhas a respeito da comunicação da mentira e sobre suas características nos meios de comunicação de massa.

Verdade e mentira, como muitas outras dualidades, são definidas em seu oposto, são mutuamente anuláveis, não poderiam, então, segundo a tradição ocidental, coexistir²⁹⁷. Uma boa definição pode-se encontrar em Santo Agostinho, segundo o qual fala a verdade aquele que diz o que é (para ele mesmo) e mente aquele que diz o que não é (sabendo consigo mesmo que age com falsidade)²⁹⁸. Há, portanto, uma intencionalidade implícita na mentira; ela é resultado de um ato deliberado, de uma escolha, de quem mente²⁹⁹. E só é possível porque os seres

²⁹⁶ Alguns filmes exemplares são: *The Sheik* de 1921, *The Mask of Fu Manchu* de 1932, *Genghis Khan* de 1965, *Year of the Dragon* de 1985, o clássico infantil *Aladdin* de 1992 e *Executive Decision* de 1996.

²⁹⁷ A tradição yorubá tem uma narrativa distinta, por exemplo, como se observa no seu mito de criação: “É verdade, foi assim que aconteceu. Não é mentira, não. Ao pé das estrelas, Olofi criou o mundo. Primeiro fez a Terra e o Mar. Depois, a Noite e o Dia. A Ordem e o Caos. A Memória e o Esquecimento. O Silêncio e o Batuque. O Medo e a Coragem. Eram tantos os opostos que pareciam não ter fim. Até que, por último, a divindade deu vida à Verdade e à Mentira. Para a Verdade deu força e beleza, para a Mentira, justamente o contrário. Porém, para compensar a feiúra da Mentira, Olofi lhe presenteou com uma afiada estrovenga. Orgulhosa, a Mentira andava para cima e para baixo ostentando o novo presente. Não tardou muito para a Inveja encontrar a Mentira pelo mundo e convencê-la de seus desejos. Logo, ao deparar com a Verdade, a Mentira não hesitou e partiu para a refrega. Esconjuros, rabos de arraia, mordidas e rasteiras! A peleja entre as duas durou dias e mais dias! Somente no raiar do sétimo é que afinal veio o desfecho. Girando veloz pelo ar, a estrovenga cortou de uma só vez a cabeça da Verdade! Final do duelo: vitória da Mentira. Derrotada, a Verdade perambulou cega por longos meses à procura de sua cabeça. No lugar dela, tentou usar o que encontrava pelo caminho, mas nada parecia resolver o problema. Até que, em uma madrugada escura, encontrou alguém dormindo sob os pés de um imenso baobá. Não sabia quem era, apenas que roncava alto e sonhava profundo. Desesperada com sua humilhante situação, a Verdade pegou uma arma que estava caída e agiu rápido. Deceçou a cabeça do sujeito e a encaixou em seu pescoço! Engano da Verdade achar que tudo estaria resolvido... o crânio pertencia à Mentira! Desde então a Verdade vagueia pela Terra enganando a todos que encontra por aí [...]” (Almeida, 2015).

²⁹⁸ Agostinho, p. 14, 2019.

²⁹⁹ Derrida, comentando Santo Agostinho, enfatiza que: “Na sua figura prevalente e reconhecida por todos, a mentira não é um fato ou um estado, é um ato intencional, um mentir – não existe a mentira, há este dizer ou este querer-dizer que se chama mentir: mentir seria dirigir a outrem (pois não se mente senão ao outro, não se pode mentir a si mesmo, a não ser a si mesmo enquanto outro) um ou mais de um enunciado, uma série de enunciados

humanos, encerrados em si mesmos, não compartilham seus pensamentos, mas apenas comunicações. Assim, no limite, toda mentira é insondável – do ponto de vista individual – como bem demonstra o paradoxo do mentiroso da filosofia clássica: se eu digo que estou mentindo, no que deverá meu interlocutor acreditar?³⁰⁰ Ele não pode saber e, portanto, não pode tomar uma decisão certa a respeito; logo, a possibilidade da mentira introduz a incerteza na comunicação³⁰¹. Mentir é uma daquelas emergências em que linguagem é ação e ação é linguagem de forma contundente – assim como o perdão e outros diversos atos rituais (religiosos, políticos, matrimoniais, etc.). Possivelmente essa seja uma distinção entre verdade e mentira das mais interessantes do ponto de vista comunicativo: a mentira é exceção, não se pode (con)viver mentindo o tempo todo porque isso implicaria negar deliberadamente a própria realidade comum – num exercício imaginativo podemos pensar sobre quanto tempo perduraria alguém que, talvez como experimento ou enfermidade psíquica, mentisse intermitentemente, ou seja, dissesse o que não é o tempo todo. Por outro lado, dificilmente poderíamos presumir a existência de alguém que tenha passado toda a vida sem mentir. Apesar de não ser a regra, a mentira é uma ferramenta da linguagem largamente utilizada com os mais diversos fins. Se, por um lado, a mentira e o mentiroso são ordinariamente vistos com desprezo, por outro, não faltam ocasiões nas quais a mentira seja aceitável e mesmo justificável. Existem ocasiões em que a mentira é (moralmente) aceita; ela se desenvolve em dinâmicas de grupo nas quais é legítimo – ou pelo menos mais legítimo – que se minta aos outros e que se minta para defender-se. Como enfatiza Alexandre Koyré: *“A mentira é uma arma. É lícito, portanto, empregá-la na luta. Não o fazer seria até estúpido. Com a condição, todavia, de não a empregar senão contra o adversário e não a voltar contra os amigos e aliados”*³⁰². A mentira volta-se contra o outro, enquanto a verdade só é acessível para o grupo ou, em muitos casos, para os iniciados de certo grupo. A mentira serve, no entanto, a fins menos nobres e nem por isso irrelevantes para a pequena digressão que fazemos aqui. Ela certamente pode ser usada para evitar conflitos e mesmo a violência; ela pode, de toda forma, facilitar conquistas e privilégios; pode também evitar punições e, por vezes, desviar a atenção de uma inflação, dentre inúmeras outras

(constativos ou performativos) cujo mentiroso sabe, em consciência, em consciência explícita, temática, atual, que eles formam asserções total ou parcialmente falsas [...]” (Derrida, p. 9, 1996).

³⁰⁰ Atribuído a Eubulides de Mileto, filósofo da escola megárica do século IV a.C., o paradoxo do mentiroso é uma contradição sem solução na qual uma afirmação autorreferente, qual seja, “estou mentindo”, torna impossível deduzir se ela é verdadeira ou falsa.

³⁰¹ Evidentemente que, mecanismos sociais – tais como a confiança – devem assegurar alguma estabilidade, mas apenas de forma contingente.

³⁰² Koyré, p. 76, 2015.

possibilidades. Isto é, a mentira faz parte das possibilidades comunicativas e ancora-se na contingência das relações sociais. Neste sentido, a mentira pode ser também performativa, quer dizer, pode estar não exatamente em uma sentença proferida, mas em uma sequência de atos comunicativos que permitem ao mentiroso *fingir algo que não é*. Um exemplo um tanto quanto poético é o de Ulisses, que se fingiu de louco por não querer ir à guerra ou, então, quando o mesmo Ulisses, ao voltar da guerra, toma a forma de um velho andarilho e testa a fidelidade de Penélope³⁰³. Enquanto performance, a mentira exige que seu perpetrador a experiencie, isto é, a manifeste, muitas vezes, na semiótica do próprio corpo, comunicando-se além das palavras. O ponto é que não são apenas seres humanos que se comunicam performativamente para enganar, mas grupos inteiros, organizações e sistemas sociais. No entanto, há uma distinção relevante na forma: enquanto a performance humana passa pelo corpo, a performance do social precisa de outros meios para tecer suas narrativas; em nosso tempo, isso passa principalmente, como veremos adiante, pela produção de discursos e imagens que, do ponto de vista do observador, mantêm a contingência no sentido de não ser possível, a rigor, decidir sobre se determinada comunicação é verdadeira ou não. O cavalo de Troia, para usar outro exemplo das artimanhas de Ulisses, não é uma mentira dele – mesmo que a ideia tenha sido sua –, mas um ato performativo coletivo no qual os gregos fingiram desistir da guerra. A rigor, o próprio cavalo constituía uma mensagem – sob a forma de dádiva, ele sinalizava a desistência dos gregos, homenageando seus inimigos – que continha, como que criptografada em si, outra mensagem: os soldados gregos que, na surdina, atacaram seus inimigos uma vez acolhidos dentro de Troia. Portanto, esconder uma mensagem falsa dentro de uma verdadeira – e vice-versa – faz parte do rol das possibilidades da mentira.

Outra distinção substancial é a entre produtores e reprodutores da mentira. Santo Agostinho, como já vimos, atribui à intencionalidade o caráter ativo da mentira, que depende da escolha consciente do agente no momento da ação. Quem mente sabe que o faz, mas quem, por erro ou ignorância da verdade, reproduz uma mentira acreditando-a real, não mente – a não ser, talvez, para si mesmo. Esse é um ponto relevante porque, como quero enfatizar, não são apenas pessoas que mentem, mas organizações e sistemas sociais – como organizações dos *media*, partidos, governos e assim por diante. Essas comunicações de maior alcance de observadores têm bastante chance de serem reproduzidas e seguidas normativamente, tanto por outros sistemas sociais quanto por seres humanos. Hannah Arendt, na segunda metade do século

³⁰³ É o caso também das crianças que se fingem doentes quando não querem ir à escola, para trazer o ponto ao cotidiano.

passado, chamou atenção para o crescimento da mentira na política e para a alteração qualitativa na sua forma de comunicação: Arendt percebeu que se emitiam informações falsas não sobre fatos desconhecidos ou controversos, mas sobre fatos amplamente conhecidos que passaram a ser ressignificados, alterados, em suma, de acordo com o interesse de certas instituições do Estado – no caso observado por Arendt, dos EUA³⁰⁴. Ela distingue, para sua análise, dois tipos de verdades: i) as verdades racionais produzidas cientificamente, que são constantes, isto é, mais perenes que as do segundo tipo, que são; ii) as verdades factuais, estas que, por sua vez, dependem do testemunho e da interpretação humana para sua perpetuação. Sua preocupação recai sobre as últimas, já que, no caso das primeiras, mesmo que sejam momentaneamente obliteradas, sempre podem vir novamente a ser descobertas; enquanto as verdades factuais, ou, em outras palavras, a história dos processos sociais, são contingentes e passíveis de serem reescritas. Um exemplo de edição histórica de uma verdade factual é o caso de os franceses não reconhecerem sua participação no genocídio judeu durante a ocupação alemã, para usar um exemplo dado por Derrida³⁰⁵; este caso, como outros similares, pode ser observado como a construção narrativa de uma opinião sobre testemunhos, já que a história poderia ter sido outra de todo modo – é disto que trata o conceito de contingência dos processos sociais. Assim, do ponto de vista da construção da realidade por e para uma opinião pública, a própria realidade histórica se fragiliza. A depender dos testemunhos que constituem determinada história oficializada, a verdade factual de um evento pode ser não apenas substituída, mas destruída. Note-se que, de uma forma ou outra, a edição da história por agentes e instituições políticas sempre foi possível e amplamente realizada antes da modernidade; a diferença agora é de alcance. Isso porque a opinião pública é uma emergência moderna produzida nos meios de comunicação de massa que, em meados do século XX, obtiveram um alcance e um potencial de convencimento imagético muito maior que os *media* anteriores. A produção massiva de imagens para construção de narrativas inaugura um tipo de comunicação de difícil contestação, quer dizer, a imagem não dá tanta margem para interpretação – quanto o texto ou o áudio –; ela mostra, do ponto de vista do observador, o que é e esconde a seleção do conteúdo, isto é, não diz por que mostra o que mostra e não transparece o que exclui. Nas palavras de Arendt, a imagem substitui a realidade³⁰⁶ e, mais enfaticamente, as mentiras imageticamente criadas (em

³⁰⁴ Cito Arendt: “[...] as mentiras políticas modernas tratam eficazmente as coisas que não são de modo nenhum segredo, mas são conhecidas praticamente de toda a gente” (Arendt, p. 250, 2016).

³⁰⁵ Derrida, p. 16, 1996.

³⁰⁶ Cito Arendt: “[...] todo o facto conhecido e estabelecido pode ser negado ou negligenciado se for susceptível de atentar contra essas imagens; porque à diferença do que se passava com um retrato à moda antiga, não se espera

todas as formas) sobre verdades factuais não apenas substituem a realidade, mas podem destruí-la. Assim, verdades factuais podem ser perdidas para sempre. Outro salto observado por Arendt na produção política da mentira é o de que ela já não se volta, pelo menos exclusivamente, para o inimigo, mas para a população doméstica ou para populações aliadas. Essa característica é enfatizada por Koyré, já em 1943, quando discorre sobre *A função política da mentira*, cito: “*A mentira moderna – nisto reside sua qualidade distintiva – é fabricada em massa e é endereçada à massa*”³⁰⁷. O ponto comum entre Arendt e Koyré é que, para ambos, para a massa ser enganada, ela é, antes de tudo, altamente subestimada em suas capacidades críticas e mesmo cognitivas pelos Estados que a dominam. É como se, por si só, as populações não conseguissem decidir sobre o que é real e o que não é e, por isso, são suscetíveis à manipulação. Nesta tese, nos deparamos com momentos históricos nos quais a mentira acoplada de outros âmbitos sociais pelos *media* levou – ou quase levou – ao colapso populações inteiras, e isto tanto em regimes democráticos quanto autoritários. Em alguns casos, ficou evidente que mesmo o alto escalão de certos governos foi enganado e tomou decisões equivocadas baseadas em mentiras oriundas de outras fontes. Isso significa que, quando os *media* produzem mentiras, eles as produzem para observação geral, isto é, de outros sistemas sociais e dos seres humanos, de modo que falar em “manipulação das massas” é pouco acurado se considerarmos a complexa relação que se dá na criação da autodescrição generalizada da sociedade pelos meios de comunicação. Neste sentido, é preciso voltar à dimensão ativa da mentira: ela é uma ação e é uma ação que muda *o que é* para criar *algo que passa a ser* em seu lugar. Ela volta-se para o futuro e tem assim um poder criador que concatena processos reais e irreversíveis. Ela atenta contra a própria realidade e tem potencial para destruí-la, dependendo de como os fatos posteriores se desenvolvem.

Portanto, a mentira tem um papel relevante na produção da opinião pública erigida pelos *media*, principalmente através do noticiário que disponibiliza normativamente soluções criadas para problemas também criados dentro de suas organizações, onde se dá a seleção informacional e tanto os problemas quanto suas soluções podem ser construídos com base em inverdades, em falsas controvérsias e mesmo em fontes mal intencionadas. No atual contexto do século XXI, o jornalismo está plenamente profissionalizado e há, em muitos países, legislações que dispõem regras claras sobre a propagação de notícias falsas. Ao mesmo tempo, o fenômeno parece ter se deslocado para as comunicações online nas redes sociais, um âmbito para o qual ainda há pouca

que uma imagem torne mais agradável a realidade, mas que dela ofereça um substituto completo” (Arendt, p. 250, 2016).

³⁰⁷ Koyré, p. 73, 2015.

regulação. Por outro lado, uma das razões pelas quais questões ambientais relevantes, dentre outras, produziram e produzem ceticismo na opinião pública é justamente um dos pilares do jornalismo liberal, qual seja, aquele que dita a reportagem pelo equilíbrio de perspectivas. Assim, não é incomum nos depararmos com descrições jornalísticas a respeito tanto de verdades racionais quanto factuais como se elas fossem discutíveis. O que é relevante para a proposta desta tese é que há de fato uma normatividade inerente às comunicações dos *media*, assim como eles tecem narrativas que geram expectativas sobre os comportamentos humanos e sobre como a sociedade deve se conduzir e, em muitos casos, suas descrições são mentirosas. No entanto, rigorosamente, não há nada por detrás dessas comunicações a não ser a autopoiese própria desses sistemas. Isto é, mesmo que jornalistas sejam enganados por suas fontes e propaguem mentiras sem sabê-lo ou mesmo que decidam tratar, por exemplo, das mudanças climáticas como um fato questionável, os meios de comunicação tecem suas descrições a partir de suas próprias operações, seleções e comunicações. Mais uma vez, o sistema político, por exemplo, pode decidir sobre quais informações disponibilizar para a imprensa, mas não pode tornar-se imprensa – e o mesmo vale para a economia, a ciência, etc. E mais, não é possível escapar dos efeitos semânticos da reprodução dos *media*; em outras palavras, não há uma realidade mais real que possa se sobrepor à deles, já que só se acessa a realidade por constructos disponíveis de antemão, de modo auto e heterorreferencial em cada sistema observador³⁰⁸. Ao aceitar o pressuposto da distinção entre sistema e ambiente, abre-se a possibilidade de observar a construção da realidade pelos meios de comunicação de uma forma diversa e possivelmente mais aprofundada, uma vez que, dessa perspectiva, assume-se que toda comunicação dos *media* tem viés, isto é, é construída por seleções realizadas dentro de um ambiente particular que são, por sua vez, transformadas em autodescrições que voltam para a sociedade e criam expectativas normativas a serem seguidas por outros sistemas e por seres humanos. Neste sentido, a ressonância da propagação de mentiras e de narrativas temerárias sobre diversos temas pode ser letal, dada a amplitude da autodescrição produzida pelos meios de comunicação para a sociedade. Governos podem ser derrubados ou erigidos, genocídios podem ser perpetrados, milhões de pessoas podem sucumbir à fome ou a pandemias, além de efeitos nefastos mais

³⁰⁸ Seria sobremaneira interessante imaginar uma sociedade que se desprendesse de sua própria semântica e pudesse começar do zero, por assim dizer. Ou ainda imaginar pessoas que pudessem nortear seu próprio comportamento sem referências sociais ambientais. Segundo Jeffrey: “[...] Essa ênfase recente da sociedade de massa e da teoria crítica no enorme poder da mídia para suprimir a reflexividade e impor a passividade repousa sobre uma lógica teórica que deve ser fortemente rejeitada. Essas teorias implicam que os indivíduos podem criar suas próprias interpretações do mundo externo sem referência a normas sociais” (Alexander, p. 335, 1990).

situacionais. Tudo isso não porque a ciência, a economia ou a política se impõem sobre os *media*, mas justamente porque estes, em sua autonomia operacional, acoplam temas e informações e os transformam em descrições e normativas que podem conduzir a expectativas arriscadas. Em outras palavras, comunicações mentirosas disseminadas pelos meios de comunicação de massa podem, a depender do tema tratado e da normatividade estabelecida, colocar em risco outros sistemas sociais, assim como os seres humanos. Assim como essa característica, de produzir descrições sempre enviesadas, é inerente aos *media*, a mentira é, para sempre, uma possibilidade da comunicação. Ao invés de procurar exterminá-la ou mesmo contê-la – o que de fato é função da polícia e do judiciário em casos nos quais ela torna-se crime – seria mais interessante para a sociologia observá-la enquanto parte constituinte das sociedades e procurar compreender como ela emerge em determinados contextos comunicativos: é isto que tentarei fazer a seguir na análise sobre as descrições acerca dos riscos ambientais pelos meios de comunicação de massa. Os exemplos históricos trazidos à baila servem exatamente para mostrar que, em ambientes políticos, econômicos e culturais diversos, as autodescrições dos meios de comunicação funcionam de todo modo e que não há sociedade que subsista sem ancoramento semântico, seja ele qual for. Junte-se a isto a prerrogativa sistêmica de que seres humanos e sociedade estão tão estreitamente acoplados em sua coevolução que não podem deixar de compartilhar sentidos comuns; logo, a ideia de uma libertação da chamada ideologia poderia se dar em partes, mas não totalmente, porque as pessoas precisam do substrato dos sentidos socialmente produzidos para darem, por sua vez, sentido às suas próprias autossocializações; portanto, mesmo uma “libertação” só seria possível pela criação social de novos sentidos³⁰⁹.

De todo modo, os *media* constroem uma realidade, mas uma realidade não consensual que só pode ser observada por uma observação de segunda ordem, isto é, quando observamos suas comunicações, o fazemos sabendo que são observações de observações e a partir daí é possível desenvolver opiniões, afinidades e tomar partido. Eles disponibilizam um tecido semântico variado, embora limitado, partindo do que já é conhecido. O efeito normativo advém justamente do fato de que, com a diferenciação funcional, os meios de comunicação substituem

³⁰⁹ Segundo Luhmann: “Os meios de comunicação, com suas contínuas construções de realidade, acabam destruindo o entendimento até hoje dominante de liberdade. Liberdade continua sendo entendida, como no direito natural, como ausência de coerções. Tanto a ideologia liberal quanto a socialista utilizaram o conceito de liberdade e só divergiram sobre as fontes de coerção – Estado de direito ou sociedade capitalista. A “inocência” social dos meios de comunicação, seu caráter inofensivo, baseia-se no fato de que eles não forçam ninguém a nada” (Luhmann, p. 143-144, 2011).

instâncias de autoridade normativas anteriores, como a religião ou a nobreza, uma vez que a sociedade delega a eles a função de descrevê-la e de criar, por meio dessa descrição, uma memória disponibilizada para ela como um todo³¹⁰. Não que a moral religiosa, por exemplo, torne-se obsoleta; ela continua vigente em sua própria ortodoxia, mas, além disso, agora ela passará para a descrição dos *media* através da seletividade destes, refinada pelos parâmetros seletivos de suas programações, cujo potencial para observação é imensamente maior. O gosto, por sua vez, é deslocado da classe e é produzido em novos parâmetros na moda e na publicidade, por exemplo, que distribuem uma enorme gama de opções que só podem variar a acessibilidade pelo preço, não mais pela distinção do nascimento. Neste sentido, a autodescrição assim produzida cria um fundo cultural no qual é possível selecionar opções, fazer escolhas por apreço ou desprezo e nortear o próprio comportamento de acordo com essas escolhas. Inclusive as chamadas contraculturas, emergentes primeiramente em revistas nos anos 1960 e logo em seguida em canais televisivos como a MTV, por exemplo, dispõem normativamente sobre possibilidades de comportamento³¹¹. A criação da realidade pelos meios de comunicação se dá, portanto, em retroalimentação entre eles e a sociedade que observam e para a qual eles devolvem suas observações. Mais uma vez: trata-se de um círculo cibernético.

A normatividade imanente dessa relação sistêmica entre sociedade e meios de comunicação surge de que, enquanto produtores da memória social, eles reproduzem também uma observação moral, na qual valores são selecionados e novamente disponibilizados, retroalimentando a sociedade sobre disposições em relação ao que é ou não aceitável ou mesmo sobre o que é ou não apreciável. Vale lembrar que a função memória, na modernidade, é fundamentalmente norteadada pelo futuro, e não qualquer um, mas um futuro que seja melhor que o presente. Neste sentido, os meios de comunicação, enquanto produtores da memória social, produzem também expectativas em relação a este futuro bastante típico e dispõem sobre como chegar até ele. Dentre os programas dos *media*, é o noticiário que faz isso de forma mais explícita e enfática, elencando problemas e soluções, mas isso pode ser observado também no entretenimento e na publicidade. De todo modo, muitos temas e esquemas de sentido são acoplados por diferentes âmbitos da programação e em diferentes formas. A criação de expectativas por meio de descrições generalizadas, observadas por todos, é orientada, então, por disposições sobre o que esperar do desenrolar das tramas narrativas – e é por isso que o vilão das narrativas ficcionais, por exemplo, deve sempre ser punido, mesmo que se arrependa no fim

³¹⁰ Luhmann, p. 141, 2011.

³¹¹ Souza, p. 191, 2008.

da história. Há sobretudo um suplemento moral à seletividade dos *media*, sobre o que é bom e o que é mau e quais consequências decorrem daí. Segundo Luhmann, enfaticamente a moral na sociedade moderna precisa dos meios de comunicação para se reproduzir, porque é apenas nesse âmbito de autodescrições generalizadas³¹² – que, lembre-se, têm preferências pelo conflito – que ela pode ser observada pela única autoridade legítima em uma sociedade descentralizada: a opinião pública. Ao concatenar comunicações baseadas em embates morais, os meios de comunicação irritam a sociedade, chamando atenção para a norma, ou ainda, expondo escândalos morais (na forma de filmes e novelas ou do noticiário, por exemplo), eles descrevem para a observação social causas e efeitos que podem ser desejáveis e indesejáveis e daí a opinião pública pode ser construída através de posições que não necessariamente são consensuais³¹³. Para retomar o mesmo exemplo, essa construção moralizante causal é notável em tramas que dispõem sobre se o comportamento de um vilão é ou não legítimo; por isso, é muito comum que ele seja o que é e faça o que faz porque antes sofreu injustiças³¹⁴. No noticiário, no entanto, essa irritação pelo bem e pelo mal tem outro alcance, já que não se trata de todo modo de ficção, mas de descrições sobre a complexidade das relações sociais e de pessoas que cumprem papéis nessas relações. Os escândalos e os conflitos têm particularmente alta capacidade de aumentar a audiência ou de gerar engajamento, para usar um termo mais atual, e, não raramente, eles são produzidos diretamente dentro dos *media*, não necessariamente nos sistemas dos quais as informações foram acopladas – particularmente escândalos políticos só se tornam escândalos quando noticiados e, a partir daí, a política terá de lidar não mais com um desarranjo interno, mas com a opinião pública sobre esse desarranjo. Nas palavras de Luhmann: “[...] *Com esse tipo de auto-observação, a sociedade estimula-se a si mesma à constante inovação. Ela produz “problemas” que exigem “soluções”, que produzem “problemas”, que exigem “soluções”*”³¹⁵. A seleção de temas e a seleção de como eles são problematizados no noticiário são feitas dentro de organizações, das redações dos jornais, e a forma pela qual são explicitados tem por isso um ou outro viés – apesar da pretensa objetividade das informações. Os problemas criados nessa seletividade implicam uma primeira seleção sobre o que deve ser evidenciado e depois outra seleção sobre como isso é elaborado conjuntamente à moralidade, em outras palavras, às quais

³¹² Luhmann, p. 134, 2011.

³¹³ Luhmann, p. 131, 2011.

³¹⁴ Alguns exemplos notáveis do cinema e da literatura são: Darth Vader de Star Wars, Lord Voldemort de Harry Potter e Magneto de X-Men. Há exceções, como Sauron e os orcs de The Lord of the Rings, que são essencialmente maus.

³¹⁵ Luhmann, p. 132, 2011.

soluções normativas devem ser dadas ao problema. As escolhas por noticiar escândalos de corrupção, conflitos entre ministérios, negligência de uma direção escolar, invasões de propriedade, descarte industrial de forma indevida, etc. são feitas com base no parâmetro seletivo de que, para além de informar, é preciso direcionar expectativas sobre o que é informado. A neutralidade neste sentido é uma impossibilidade, tanto da perspectiva dos *media* quanto de seus observadores: é preciso sempre tomar posição – com base no que *assim é* e no que *deve ser feito a respeito*. A disposição multifacetada em temas das notícias em um jornal (seja impresso, radiofônico, televisivo ou online) não impede de forma alguma que eles criem expectativas sobre o que esperar de cada tema; é assim que eles processam complexidade social e discorrem normativamente sobre assuntos diversos, chamando a atenção dos seus observadores para julgamentos baseados em valores que devem ser públicos. Por isso surge daí, dessas observações sobre observações, a representação de uma esfera pública. Muitos temas são retomados cotidianamente e se dão de forma concatenada ao longo de dias, semanas e mesmo meses, de modo a fazer crescer determinadas narrativas, agregando sempre elementos novos – como, por exemplo, escândalos de corrupção ou campanhas eleitorais, sobre os quais se descobre a cada dia um novo elemento. Em outras palavras, alguns temas ganham projeção e ordenação temporal, de modo que, ao fim e ao cabo, se deslindam grandes narrativas que perpassam o cotidiano. A linguagem simples e imperativa das matérias jornalísticas é outra evidência de que, de um modo ou de outro, os jornais devem discorrer sobre *aquilo que é*, e tudo *que é* tem sua relevância por eles construída, mas essa construção fica submersa na realidade criada para observação social; eles não explicitam a construção, apenas seu conteúdo³¹⁶.

A normatividade emergente nos *media* não deve, no entanto, ser confundida com a do direito, cuja funcionalidade é outra, muito embora em casos específicos possam compartilhar complexidade. A normatividade produzida nos meios de comunicação ressoa em duas frentes conectadas à sua própria função, qual seja, a de descrever a sociedade para ela mesma: primeiro, é uma normatividade sujeita a controvérsias de opiniões, tanto dentro dos meios de comunicação quanto entre seus observadores e, depois, é uma normatividade que tem efeitos nas comunicações que extrapolam suas operações, isto é, enquanto um pano de fundo de valores, os *media* disponibilizam para pessoas, organizações e sistemas, esquemas e modelos

³¹⁶ Segundo Jeffrey Alexander, a ciência faz o mesmo, mas dentro da sua própria função: “[...] As notícias, em outras palavras, camuflam seu aspecto interpretativo não empírico da mesma forma que a ciência” (Alexander, p. 325, 1990).

comunicativos que podem ser continuados ou seguidos³¹⁷. Eles distribuem valores sob a forma de normas, hábitos, procedimentos, etc., que se tornam conhecidos por todos, os quais podem ser adotados ou podem ser rejeitados, mas que, de um jeito ou de outro, tornam-se conhecidos e ficam disponíveis para novas comunicações em outros âmbitos sociais. É neste sentido que eles são capazes de representar a esfera pública: porque incluem perspectivas diferentes sobre os mesmos temas, uma vez que lucram com as controvérsias e, porque ao fazê-lo, conduzem o debate e as descrições da sociedade com vistas no futuro, mais enfaticamente, nas palavras de Luhmann: “[...] a função dos meios de comunicação parece estar assim [...] na reprodução do futuro”.³¹⁸ Neste sentido, toda garimpagem e elaboração cotidiana de temas e informações sobre temas e sua exposição para observação pública são mais voltadas ao futuro do que ao presente informado; em outras palavras, mais valem as consequências do noticiado do que o que é propriamente noticiado momento a momento. A sociedade moderna é, então, uma sociedade que descreve a si mesma não como ela é, mas como gostaria de ser em suas múltiplas possibilidades de vir a ser. É interessante, sobretudo, notar que, se nos primórdios da diferenciação da imprensa nos séculos XVIII e XIX os meios de comunicação foram capazes de catalisar transformações profundas e mesmo revolucionárias pela mobilização da opinião pública, uma vez estabilizados, eles tendem a apenas melhorar a ordem vigente, operando por acoplamentos estruturais com outros sistemas, entre os quais essa interpenetração não tem centro, ou ainda, não se estabelece entre eles uma hierarquia, a não ser muito pontualmente. Esse aspecto futurista reformador das descrições dos *media* interessa em profundidade na presente tese, uma vez que a ideia aqui é descrever como o tema dos riscos ecológicos veio sendo construído desde sua emergência até a contemporaneidade, correlacionado a outros temas acoplados, principalmente da política e da economia, que têm, em decorrência do condão progressista da modernidade, no valor do crescimento e da aceleração constante, seu norte normativo. É a isto que vamos agora.

³¹⁷ Segundo Luhmann: “[...] Esse diagnóstico pode ser ampliado quando se considera adicionalmente o aumento da irritabilidade da sociedade e a interpenetração recursiva da comunicação produzida nos meios de comunicação cotidiana nas interações e nas organizações da sociedade. Por um lado, os meios de comunicação absorvem comunicações; por outro, estimulam as comunicações. [...] Nesse sentido, eles são responsáveis pela produção de “valores próprios” da moderna sociedade, a saber, aquelas orientações relativamente estáveis nas esferas cognitiva, normativa e avaliativa, que não podem ser oferecidas do exterior, mas surgem do fato de operações serem aplicadas recursivamente aos seus próprios resultados” (Luhmann, p. 161, 2011).

³¹⁸ Luhmann, p. 167, 2011.

4.4 A introdução do tema dos riscos ecológicos na opinião pública

Uma das principais consequências da diferenciação funcional é que ela faz da sociedade moderna uma sociedade policêntrica, na qual os problemas só podem ser solucionados quando tornados problemas de sistemas sociais por eles mesmos. Assim, os riscos ecológicos acabam dispersos em comunicações de diferentes instâncias que se comunicam entre si apenas seletivamente. Cada sistema social e cada organização da sociedade só podem operar dentro de sua codificação e de seus próprios parâmetros seletivos de acordo com a especialidade de sua função. Assim – lembrando –, a economia só pode conectar suas comunicações pelo código ter/não ter, o direito pelo lícito/ilícito, a política pelo poder e assim sucessivamente. O problema dos riscos ecológicos só pode ser introduzido nesses sistemas e em organizações sociais a partir deles mesmos e isso significa que tais riscos precisam, de alguma forma, tornar-se relevantes para esses sistemas³¹⁹; de outro modo, continuam invisíveis³²⁰. Essa pressão seletiva só ocorre por observações de observações, quer dizer, organizações econômicas só considerarão a produção e venda de produtos em suas versões ecologicamente corretas se for vantajoso para a venda; o direito só considerará ilícito o descarte de detritos industriais nos rios se eleitores votarem em legisladores alinhados à ecologia; e a política só tomará decisões vinculantes para proteção ambiental se considerar a ressonância do problema na opinião pública, por exemplo³²¹. De todo modo, nenhum sistema e nenhuma organização têm qualquer obrigação operativa de considerar os riscos ecológicos em suas comunicações – a não ser, é claro, se forem forçados a isso por efeitos destrutivos advindos do ambiente³²². Paradoxalmente, essa talvez seja a grande vantagem e a grande desvantagem evolutiva da diferenciação funcional: a heterorreferência sistêmica e o fechamento operacional implicam em maior competência para concatenar comunicações específicas, o que garante o aumento de complexidade em larga escala, mas, ao mesmo tempo, isso resulta em uma dessincronização social e temporal, isto é, a ressonância comunicativa de um sistema a outro só acontece por suas próprias seleções, enquanto alguns

³¹⁹ Segundo Luhmann: “[...] a auto-ameaça ecológica está bem dentro do escopo das possibilidades evolutivas. Situações ameaçadoras surgem não apenas porque um alto grau de especialização se mostra incorreto quando o ambiente muda. O objetivo primário dos sistemas autopoieticos é sempre a continuação da autopoiese sem considerar o ambiente, e o próximo passo será tipicamente mais importante do que considerar o futuro, o que não é alcançável se a autopoiese não for continuada” (Luhmann, p. 48, 2004).

³²⁰ Aliste; Urquiza, p. 37-38, 2010.

³²¹ Aliste; Urquiza, p. 39-40, 2010.

³²² Cito Aliste e Urquiza: “[...] não há possibilidade de intervenção instrutiva (comunicativa) do meio ambiente na comunicação, exceto no sentido de sua destruição” (Aliste; Urquiza, p. 51, 2010).

operam mais rapidamente que outros³²³, o que impossibilita uma coordenação social e temporal da sociedade global³²⁴.

Um sistema e suas organizações, no entanto, têm possibilidades de reunir razoável complexidade comunicativa sobre os riscos ecológicos e disponibilizá-la para observação geral: os meios de comunicação de massa e, enfaticamente, o noticiário. A esfera pública, por eles representada, ressoa não apenas para o sistema político, mas também para a economia, para o direito, para as pessoas. Note-se, no entanto, que os *media*, por sua vez, não observam os riscos de forma direta, mas apenas como são descritos através de outros sistemas sociais; em outras palavras, eles trabalham a complexidade dos riscos acoplando informações da ciência, da política, das ONGs, dos movimentos sociais, de especialistas e assim por diante. É por meio deles que a escolha sobre a compra e venda de produtos adequados ecologicamente se desenrola; é por meio deles também que eleitores decidem sobre preferências partidárias mais ou menos verdes, ou, então, é por meio deles que se sabe e se produzem julgamentos massivos sobre a responsabilidade de empresas e governos em desastres ambientais, por exemplo. A solução não é dada porque, como apontei anteriormente, a esfera pública representada não é consensual sobre nenhum tema e nela concorrem temas diversos; assim, a escolha, por exemplo, entre continuar usando carros em pequenos trajetos ou usar bicicleta, continua em aberto, tal como entre apoiar ou não o aumento da produção industrial de automóveis movidos a combustíveis fósseis, considerando a geração de empregos e a poluição por meio disso também. Há, sobretudo, quem não acredite que existem riscos ecológicos socialmente criados – e não apenas uma ou outra pessoa, mas chefes de Estados importantes e milhares de seus eleitores. Tudo isso continua sendo possível.

Para adentrar propriamente na descrição histórica da tematização dos riscos ecológicos, é importante lembrar certos atributos dos programas de noticiários. O primeiro é que o acoplamento do tema ambiental, como veremos, é só mais um entre muitos outros operados pelos jornais cotidianamente e por muito tempo não foi dos mais relevantes, uma vez que a seleção do que é noticiável depende muito dos parâmetros elencados anteriormente. Em outras

³²³ Particularmente, o sistema econômico é altamente relevante para a observação dos riscos ecológicos. Já é amplamente documentado que a crise ambiental é uma crise de recursos naturais e energéticos dos quais dependem diretamente as comunicações econômicas, ao mesmo tempo em que é também uma crise do manejo adequado das consequências da produção e do consumo.

³²⁴ Já discorri sobre isso no tópico sobre aceleração social do tempo, mas vale lembrar que há uma pressão temporal pelo próprio aumento de complexidade social, uma vez que, quanto mais rápido um sistema opera, mais complexidade ele gera para processar novamente e isso leva a uma aceleração escalonada que é conduzida, principalmente, pelo sistema econômico e pelos meios de comunicação.

palavras, as questões ambientais e seus riscos só se tornam noticiáveis quando atrelados a acontecimentos que os editoriais observam na sociedade e veem potencial de sucesso comunicativo dentro dos seus parâmetros, isto é, editores e jornalistas não observam o derretimento do gelo polar, a extinção de espécies ou o incêndio de florestas; eles observam as comunicações, principalmente, de instituições governamentais (nacionais e internacionais) e seus porta-vozes e de organizações científicas a respeito de acontecimentos ambientais quando essas comunicações se sobressaem. Eventualmente, também observam movimentos de protesto e da população civil. Assim, o tema dos riscos ecológicos só entra na comunicação jornalística se algo de muito relevante ocorre em sistemas e organizações sociais também relevantes – como as cúpulas intergovernamentais, por exemplo. Evidente que se, por exemplo, um grande incêndio acometer uma área extensa, os jornais, pelo menos os jornais dessa região, devem comunicar sobre o incêndio, mas eles o farão observando as observações das organizações competentes para elaboração do tema: os porta-vozes da defesa civil e do governo local, os especialistas da saúde, o prefeito e assim por diante. O incêndio em si terá sua descrição atravessada por inúmeras fontes e perspectivas descritivas que falarão sobre ele de acordo com sua própria perspectiva. Uma matéria jornalística pode, portanto, enquadrar o tema “incêndio” de inúmeros pontos de vista: pelas perdas financeiras, pelas perdas de espécies nativas, pelos riscos à saúde humana, pelo aumento do trânsito nas estradas, pela responsabilidade política sobre a segurança de áreas públicas, etc. Como veremos, alguns enquadramentos sobre riscos ecológicos são mais preferidos que outros, dependendo do editorial. E aqui entramos no segundo atributo dos programas de noticiário relevante em termos introdutórios: é que há distinções de preferências editoriais a depender da história evolutiva dos meios de comunicação que estão estruturados em relação aos seus ambientes e à história semântica d’onde falam. Há, neste sentido, diversas tradições de estilo jornalístico que variam regionalmente e cujos enquadramentos são produzidos de acordo com parâmetros já estabelecidos. O tema dos riscos ecológicos é interessante para observar a observação dos programas de noticiário porque tornou-se, ao longo da segunda metade do século XX, um tema de relevância mundial e que, ao mesmo tempo, é construído por descrições que observam do local ao global e é construído por vozes razoavelmente dissonantes que elaboram, para uma observação geral, um problema comum, dando a ele soluções que, por vezes, confluem para acordos e consensos e, por vezes, discordam redondamente entre si. Embora os meios de comunicação de massa sejam um sistema mundial, eles são formados por organizações culturalmente situadas e, diferente do entretenimento, por exemplo, costumam ter uma relevância para observações mais localizadas. Explico: os filmes,

as novelas e as músicas, por exemplo, têm mais chances de extrapolar os territórios nacionais – como vimos anteriormente –, já o noticiário, por sua vez, costuma ser mais relevante para observação nacional e regional, porque dispõe sobre problemas locais e, mesmo quando observa problemas globais, o faz da perspectiva de sua própria região. Acrescente-se a isso a barreira linguística: mesmo sendo possível, nos dias de hoje, a tradução simultânea por meio de legendas automáticas, não faz muito sentido que pessoas ou organizações canadenses, por exemplo, se interessem pelo noticiário brasileiro. E mesmo para países que se utilizam da mesma língua, as comunicações jornalísticas não são compartilhadas, uma vez que os editoriais se voltam para um público anônimo, mas situado: só muito pontualmente os jornais brasileiros serão interessantes para observações de portugueses ou angolanos, por exemplo; já com as novelas é diferente³²⁵. Para além do interesse da audiência, o ancoramento linguístico produz distinções inclusive dentro de territórios nacionais, como vimos no caso da África do Sul: há editoriais distintos para falantes e leitores de línguas distintas, assim como, no caso do Oriente Médio, há editoriais comuns para países que compartilham a mesma língua – dentre outros aspectos culturais. Por conta disso, minha observação terá três âncoras territoriais que são também justificadas, como salientei anteriormente, pelo seu protagonismo na emergência dos riscos nas observações sócio-terranas modernas, a saber, o Reino Unido, os EUA e a China. É sobretudo interessante que os dois primeiros compartilham uma semântica razoavelmente comum em vários aspectos, dado que um foi colônia do outro, assim como características similares nos parâmetros seletivos utilizados por suas respectivas imprensas no acoplamento do tema dos riscos ecológicos. Por outro lado, Reino Unido e EUA têm diferenças relevantes mais gerais nas suas respectivas observações sócio-terranas que decorrem principalmente dos seus ambientes naturais próprios e de como a natureza foi sendo historicamente significada em cada um deles. Enquanto a China, por sua vez, é um país com uma semântica bastante diversa e que tem uma continuidade histórica de mais de quatro mil anos, o que torna suas observações sócio-terranas acerca dos riscos ambientais mais extensas, mais complexas e contundentemente distintas dos dois primeiros. Em todos os casos, a diferenciação dos meios de comunicação de massa deu-se historicamente de forma bastante diversa, mas as características centrais dos *media* foram mantidas, isto é, seu código operativo (informação/não-informação) e seu meio simbolicamente generalizado (a novidade). Além disso, nos últimos cinquenta anos, mais ou menos, os riscos ambientais tornaram-se paulatinamente riscos globais, isto é, passaram a ser assim observados

³²⁵ Para uma visão mais aprofundada, ver: Cunha, Isabel Ferin. Audiências e recepção das telenovelas brasileiras em Portugal. In: Comunicação, mídia e consumo. São Paulo, Vol. 7, pp. 91 - 118 nov. 2010.

em todos os lugares e, portanto, tornaram-se relevantes para observação dos *media* de forma generalizada. Os processos comunicativos que criaram essa emergência foram sobretudo científicos e políticos, alguns dos quais começaram ainda no século XIX. No que segue, trarei uma breve história das comunicações acerca dos principais riscos ambientais globais e de alguns eventos que se tornaram relevantes para a observação da imprensa em todo o mundo.

5. A Comunicação dos Riscos Ambientais: da Descoberta Científica à Agenda Política Internacional

Até recentemente, as observações sócio-terranas não incluíam os seus riscos inerentes; neste sentido, a ciência, emergente no século XVII, fez da sua principal missão conhecer e manipular a natureza das coisas com vistas na produção de artefatos e tecnologias para diversos fins, mas enfaticamente para fins econômicos, enquanto os riscos dessas comunicações/ações permaneceram invisíveis pelo menos até o final do século XIX. Assim, em meados do século passado, a ciência já havia desenvolvido tecnologias capazes de incrementar a existência de pelo menos uma parte da população mundial, o que permitiu um aumento populacional sem precedentes – com diminuição de mortes e aumento de natalidade –, inovação nos transportes e nos meios de comunicação, aumento de riqueza econômica e instauração de um Estado de bem-estar social para populações europeias e norte-americanas. Depois dos conflitos torrenciais que assolaram boa parte do mundo na primeira metade do século, parecia que finalmente parte da humanidade poderia ter um destino de prosperidade que, com tempo e esforço suficiente, estender-se-ia a todos. No entanto, logo nos primeiros momentos dos anos 1950, um evento deixou claro que as mesmas tecnologias de produção que possibilitaram o avanço econômico eram também hostis não apenas ao meio ambiente, mas ao próprio corpo humano: nos primeiros dias de dezembro de 1952, uma inversão térmica no inverno londrino mergulhou a cidade – então a mais populosa do mundo, com 8 milhões de habitantes – em uma névoa assassina, poluída pela queima de carvão barato usado para o aquecimento doméstico e produção fabril e pela queima de diesel nos oito mil ônibus e tantos outros automóveis que circulavam na cidade. O enxofre e o gás carbônico ligaram-se às moléculas úmidas do inverno, represando a poluição. Não havia visibilidade nas ruas, não havia visibilidade nem dentro das enfermarias. Pessoas tropeçavam e morriam afogadas no Tâmesa, automóveis e bondes se chocavam em câmera lenta e as ambulâncias se perdiam no caminho para os hospitais. O carvão continuava a ser queimado dentro das casas porque o frio era intermitente. Londres era uma cidade já acostumada com o ar poluído, mas quando os caixões e as flores frescas começaram a acabar, percebeu-se logo que algo estava fora do normal³²⁶. Há estimativas de que entre quatro e doze mil pessoas morreram

³²⁶ Para uma visão mais aprofundada deste evento, recomendo a leitura de: Laskin, David. The Great London Smoke. *In: Weatherwise* - november/december, 42-45, 2006.

de causas diretas desse incidente³²⁷ e mais de cem mil adoeceram³²⁸ na névoa tóxica produzida pela queima de combustíveis na indústria e nos transportes, aliada aos fenômenos atmosféricos³²⁹. Os jornais chamaram atenção nos dias seguintes para a falta de celeridade do seu líder político, Winston Churchill, em tomar providências para evitar o desastre. Apenas quatro anos depois, em 5 de julho de 1956, o parlamento inglês promulgou uma lei para controlar a emissão de poluentes industriais e domésticos e criou zonas de ar limpo. A tragédia de Londres, sobre a qual aprofundaremos no capítulo respectivo ao Reino Unido, não se repetiu jamais com a mesma proporção, mas a poluição do ar tornou-se um dos maiores problemas a assolar as grandes cidades em todo o mundo, agora não apenas por serem grandes centros industriais, mas pelo aumento da produção, venda e acessibilidade aos automóveis movidos por combustíveis fósseis. A poluição industrial sofreu regulações paliativas, principalmente instituindo-se o aumento da altura de chaminés para que a fumaça fosse lançada em maiores altitudes e não tivesse impacto imediato na saúde humana. Mas essa estratégia levou a um novo salto nos riscos produzidos pela poluição: as partículas lançadas na atmosfera superior alteraram a composição química das nuvens e o que era antes um risco local tornou-se um risco regional e mesmo internacional sob a forma da chuva ácida³³⁰.

Ainda no século XIX, em 1872, Robert Smith publicou um tratado – “Ar e chuva: os primórdios de uma climatologia química”³³¹ –, no qual expôs os problemas causados pela chuva ácida e suas origens sociais pela combustão de carvão, mas seu estudo ficou na comunicação científica e não ressoou em outras partes³³². Foi só em 1955, durante um experimento inusitado que analisava a floresta de Hubbard Brook no centro de New Hampshire, nos EUA, que quatro

³²⁷ Polivka, p. 57, 2018.

³²⁸ Polivka, p. 58-59, 2018.

³²⁹ Londres já era conhecida, pelo menos desde meados do século XIX, por suas densas neblinas poluídas. Além disso, outros casos proeminentes de poluição que resultaram em mortes já haviam ocorrido em outras regiões, como o Desastre de Meuse na Bélgica em 1930 – no qual a poluição produzida na mineração de carvão e na indústria metalúrgica matou aproximadamente 60 pessoas e adoeceu milhares – e o Desastre de Donora, nos EUA, em 1948, decorrente da aliança entre poluição atmosférica e inversão térmica, que matou pelo menos 20 pessoas e também adoeceu milhares. O caso londrino de 1952 destaca-se pelo número de mortes diretamente vinculado à poluição e também pelos desastres acidentais e criminais produzidos pela neblina, como veremos a seguir.

³³⁰ Cito Oreskes e Conway: “[...] Na Inglaterra industrial, a poluição por partículas era tão grave que matava pessoas – famosa no grande *smog* de Londres em 1952 – e medidas dramáticas foram tomadas para reduzi-la usando chaminés mais altas para dispersar a poluição mais amplamente e instalando removedores de partículas, ou “lavadores”, em usinas de energia. No entanto, trabalhos científicos posteriormente mostraram que as partículas ofensivas também neutralizam o ácido, de modo que removê-las inadvertidamente aumenta a acidez da poluição restante. As partículas também tendem a retornar à Terra com bastante rapidez, portanto, embora as chaminés altas tenham diminuído com sucesso a poluição local, elas aumentaram a poluição regional, transformando a fuligem local em chuva ácida regional” (Oreskes; Conway, p. 79-80, 2010).

³³¹ Do original “Air and Rain: The Beginnings of a Chemical Climatology”.

³³² Clark et al., p. 29-30, 2001.

cientistas – Robert S. Pierce, F. Herbert Bormann, Gene E. Likens e Noye M. Johnson – começaram a colher evidências que levaram ao conhecimento sobre a chuva ácida na região em 1963³³³. Na Europa, a partir da década de 1930, estudos sobre ecossistemas aquáticos e botânica já haviam identificado alterações na água e na atmosfera pela emissão de gases da queima de combustíveis fósseis³³⁴; então, na década de 1960, Svante Odén, do Colégio Agrícola da Suécia, sistematizou esses estudos e concluiu que a chuva ácida era um fenômeno amplo cujas consequências teriam impactos relevantes em florestas e rios em grandes regiões. Essas conclusões chamaram a atenção da imprensa e do governo sueco, que encomendou um inquérito³³⁵ cujos resultados foram apresentados na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de Estocolmo de 1972³³⁶. Nos EUA, o grupo de cientistas que estudava a floresta de Hubbard Brook aprofundou suas pesquisas e continuou a publicar seus resultados e, em 1974, Gene Likens submeteu um artigo à Science no qual foi unívoco ao dizer que o nordeste dos EUA estava sendo atingido por chuva ácida³³⁷. Nos anos seguintes, pesquisas passaram a ser feitas em várias partes do mundo e, em 1978, cientistas canadenses conseguiram conectar diretamente o enxofre da chuva ácida com a mineração de níquel local³³⁸. Em 1979, a Scientific American tornou público o problema da chuva ácida³³⁹ e já não restava dúvida, pelo

³³³ Oreskes; Conway, p. 77, 2010.

³³⁴ Segundo Clark et al.: “[...] Pesquisas sobre o que se tornariam peças importantes da história da chuva ácida, no entanto, avançaram em três frentes. O trabalho europeu sobre ecossistemas aquáticos havia estabelecido na década de 1930 uma relação geral entre a acidez das águas e a produção de peixes [...]. Com base em estudos na Inglaterra e no Canadá, Eville Gorham [...] e seus colegas elaboraram a relação geral entre a perda de alcalinidade em águas superficiais, acidez da precipitação e emissões de combustíveis fósseis. Nas ciências vegetais, um reconhecimento de longa data da importância dos nutrientes transportados pelo ar levou o cientista sueco do solo Hans Egnér a iniciar em meados da década de 1940 o que se tornaria a Rede Europeia de Química do Ar: o primeiro projeto de monitoramento em larga escala e de longo prazo que estudou os principais constituintes químicos depositados da atmosfera [...]. Finalmente, estudos de química atmosférica sob a liderança de Carl Gustav Rossby e Erik Eriksson na Suécia avançaram a ideia de que os processos atmosféricos eram um mecanismo importante para o transporte de longa distância e transformação química de muitas substâncias químicas. A rede de química de precipitação de Egnér permitiu que eles testassem e refinassem suas ideias [...]” (Clark et al., p. 30, 2001).

³³⁵ Segundo Oreskes e Conway: “[...] Em 1971, (Bert) Bolin liderou um painel em nome do governo sueco em preparação para uma Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, copresidida por Svante Odén, um dos primeiros europeus a documentar os impactos da chuva ácida nos solos. Seu relatório, *Poluição atmosférica além das fronteiras nacionais: o impacto do enxofre no ar e na precipitação sobre o meio ambiente, estudo de caso da Suécia para a conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano*, expôs o essencial. Explicava a evidência da chuva ácida, a química de como se formou, a física de como se dispersou e os efeitos que teve ou provavelmente teria na saúde humana, vida vegetal, solos, lagos e rios (e os peixes neles), e edifícios e outras estruturas” (Oreskes; Conway, p. 81, 2010).

³³⁶ Segundo Clark et al., acordos para redução de poluentes precisaram ser feitos e, embora as propostas feitas na Conferência de Estocolmo de 1972 não tenham sido bem-sucedidas, pouco depois, em 1975, na Conferência de Helsinque, os soviéticos lideraram um primeiro acordo para controlar a emissão de poluentes transfronteiriços (Clark et al., p. 33, 2001).

³³⁷ Oreskes; Conway, p. 79, 2010.

³³⁸ Oreskes; Conway, p. 83, 2010.

³³⁹ Oreskes; Conway, p. 84, 2010.

menos na ciência, de que a emissão de poluentes, particularmente de enxofre e CO₂, levava a um risco ecológico ampliado: por acumularem-se nas nuvens, esses elementos podiam ser transportados por distâncias de até 1200 quilômetros e prejudicar rios, florestas e populações em diferentes países e continentes³⁴⁰. Foi assim que o primeiro risco ecológico global se tornou conhecido. Na Europa, na década de 1980, uma sucessão de protocolos foi negociada³⁴¹, mas na América do Norte, com a eleição de Reagan em 1981, nenhum acordo vinculativo foi firmado e os EUA só repensaram politicamente o risco das emissões de poluentes em 1990. Apesar de nos últimos trinta anos do século XX ter ocorrido uma série de conferências internacionais sobre o meio ambiente e proposição de protocolos, nenhum acordo foi firmado sobre o problema da chuva ácida fora da Europa e da América do Norte³⁴².

Ainda na década de 1970, um novo risco tornou-se conhecido: aquele decorrente da depleção da camada de ozônio. Este risco, por sua vez, é muito mais amplo e com consequências diretas na saúde humana e nas possíveis transformações na dinâmica terrestre. Diferente da chuva ácida, que poderia ser evitada por ações imediatas, a camada de ozônio sofreu danos que só poderão ser naturalmente reparados em 2040³⁴³. Os elementos químicos que, emitidos industrialmente, causaram esses danos também são diferentes do caso da chuva ácida e fizeram parte da produção de uma série de produtos bastante populares desde 1930 – os fluoro carbonetos clorados, mais conhecidos como CFCs – cuja emissão aumentou drasticamente até 1970, quando o risco se tornou publicamente conhecido. No entanto, desde os anos 1950, cientistas tinham notado, por desvios aos padrões anteriormente estabelecidos por Sydney Chapman em 1930, que devia haver outras fontes de destruição da camada de ozônio que não as naturais e começou-se uma busca por estas fontes em nível global³⁴⁴. Nos anos seguintes, inúmeras descobertas independentes foram feitas a respeito, e em 1985 descobriu-se um buraco sazonal sobre a Antártida³⁴⁵. Confirmou-se, em uma mega expedição envolvendo centenas de cientistas, que o buraco sobre a Antártica era uma confluência de sua atmosfera de baixa temperatura reagindo com gases CFCs³⁴⁶ e a preocupação tornou-se então se o mesmo estaria

³⁴⁰ Clark et al., p. 31, 2001.

³⁴¹ Segundo Clark et al.: “[...] esses protocolos LRTAP incluíram acordos sobre o financiamento de um programa de monitoramento e avaliação (1984), redução de emissões de enxofre (1985), redução de emissões de nitrogênio (1988) e redução de emissões de compostos orgânicos voláteis centrais para a história da acidificação (1991)” (Clark et al., p. 33, 2001)

³⁴² Clark et al., p. 34, 2001.

³⁴³ Embora já mostre sinais de recuperação, segundo o “Relatório de Avaliação do Painel de Avaliação dos Impactos Ambientais 2022”, a camada de ozônio só deve ser plenamente restabelecida em 2040.

³⁴⁴ Clark et al., p. 35, 2001.

³⁴⁵ Clark et al., p. 37, 2001.

³⁴⁶ Oreskes; Conway, p. 137, 2010.

ocorrendo no Hemisfério Norte, e estava, embora em menor proporção³⁴⁷. As pesquisas sobre a depleção da camada de ozônio foram feitas por uma empreitada científica mundial e, de todos os riscos, este provavelmente foi o que sofreu menor resistência à regulação em nível global: em 1977, o PNUMA produziu um Plano de Ação Mundial para proteção da camada de ozônio que estabeleceu um comitê específico para dar continuidade às pesquisas e manter o entorno político informado. Em 1985, na Convenção de Viena, o plano foi reafirmado e, em 1987, o Protocolo de Montreal, assinado inicialmente por vinte e cinco países, os comprometeu a reduzir a emissão de CFCs até 1998. Em 1990, o protocolo foi revisado em Londres e novamente proposto com emendas que proibiram a fabricação de CFCs, com prazo de uma década para implementação³⁴⁸.

Um terceiro e último risco global relevante é o das mudanças climáticas, de todos o mais preocupante e para o qual soluções estão ainda sendo negociadas a passos lentíssimos, dada a urgência do problema. As mudanças climáticas por causas sociais são produzidas de duas formas: uma é pela alteração das características superficiais terrestres; em outras palavras, pela extinção das florestas e conseqüentemente das alterações das bacias hidrográficas; outra é pela emissão de gases e partículas poluentes que represam a energia solar – o fenômeno conhecido como efeito estufa³⁴⁹. Paradoxalmente à falta de soluções, de todos os riscos, este é o estudado há mais tempo: já durante o século XIX, diversos estudos apontaram para o potencial de mudanças climáticas pela emissão de CO₂³⁵⁰, e na virada do século, Svante Arrhenius publicou artigos relacionando diretamente a emissão de poluentes das minas de carvão às alterações climáticas³⁵¹. Durante a primeira metade do século XX, o fenômeno continuou a ser estudado,

³⁴⁷ Oreskes; Conway, p. 140, 2010.

³⁴⁸ Vale ressaltar, no entanto, que: “[...] Em retrospecto, pode parecer assim [...] que porque um problema foi resolvido, foi fácil fazê-lo. Em um exame mais detalhado, o caso do ozônio foi tudo menos simples. Por quase vinte anos, produtores de CFCs em todo o mundo resistiram à regulamentação, em parte por meio dos mesmos argumentos que ainda são ouvidos no caso da mudança climática: não havia, eles alegaram, tecnologias alternativas com boa relação custo-benefício. Essas tecnologias chegaram ao mercado depois que os produtores foram forçados a renunciar ao uso de CFCs” (Grundmann, p. 93, 2006).

³⁴⁹ Clark et al., p. 40, 2001.

³⁵⁰ Segundo Clark et al.: “[...] O físico francês Fourier (1824) foi talvez o primeiro a sugerir que o CO₂ funcionava como o vidro de uma estufa, prendendo o calor perto da superfície da Terra e, portanto, aquecendo-a. A perspectiva de que pequenas mudanças no CO₂ atmosférico poderiam levar a mudanças no clima foi primeiramente avançada pelo físico britânico John Tyndall no início da década de 1860 e posteriormente ampliada pelos cientistas americanos TC Chamberlin (1899) e C. Schuchert (1919)” (Clark et al., p. 40-41, 2001).

³⁵¹ Segundo Oreskes e Conway: “Em meados do século XIX, o experimentalista irlandês John Tyndall estabeleceu pela primeira vez que o CO₂ é um gás de efeito estufa – o que significa que retém o calor e o impede de escapar para o espaço sideral. Ele entendia isso como um fato sobre nosso planeta, sem implicações sociais ou políticas particulares. Isso mudou no início do século XX, quando o geoquímico sueco Svante Arrhenius percebeu que o CO₂ liberado na atmosfera pela queima de combustíveis fósseis poderia alterar o clima da Terra, e o engenheiro britânico Guy Callendar compilou a primeira evidência empírica de que o “efeito estufa” já pode ser detectável” (Oreskes; Conway, p. 191, 2010).

mas não se tornou preocupante, uma vez que se pensava que os oceanos seriam capazes de absorver o excedente de gás carbônico da atmosfera. Então, foi só na década de 1960 que resultados de medições mostraram que o CO₂ estava aumentando e que os oceanos só poderiam neutralizá-lo em milhares de anos; a partir daí começa a história das mudanças climáticas enquanto um risco para a sociedade global³⁵². No entanto, neste primeiro momento, não havia previsões temporais sobre o risco do aquecimento global e suas consequências, mas a preocupação inicial fez emergir pesquisas sobre o tópico e, em 1979, um primeiro relatório da Academia Nacional de Ciências dos EUA fez uma previsão, que se confirmou recorrentemente nos modelos seguintes, de que, provavelmente, o aquecimento seria de 3°C, com uma variação de 1,5°C para mais ou para menos³⁵³. Nos anos 1980, a ciência conseguiu comprovar que a temperatura média da Terra já havia aumentado entre 0,3 e 0,6 graus nos cem anos anteriores³⁵⁴. Com o alerta ligado, em 1988, o PNUMA e a OMM criaram uma organização híbrida reunindo cientistas e representantes governamentais do mundo todo, o IPCC, cuja função se estabeleceu em reunir e analisar o conhecimento já produzido, levantar novos dados e produzir estudos para obter maior precisão sobre o fenômeno. O primeiro relatório publicado pelo IPCC, em 1990, confirmou a mudança climática com foco na emissão de gases do efeito estufa e previu impactos severos para manutenção da sociedade global e da biosfera como um todo: a temperatura continuaria a aumentar e até 2040 poderia ultrapassar de 1,5°C a 4°C, isso aumentaria a frequência de eventos climáticos extremos – como tempestades, secas e ondas de calor; o aumento da temperatura levaria ao degelo dos polos que seria irreversível e resultaria no aumento do nível dos oceanos que, por sua vez, com um aumento de apenas 50 cm (que poderia chegar, segundo as previsões de 1990, a 3,3 metros) colocaria em risco de inundações graves cerca de 92 milhões de pessoas³⁵⁵; haveria, por óbvio, impactos profundos na biodiversidade, na produção de alimentos e no acesso à água potável em regiões sujeitas aos eventos extremos³⁵⁶. Em dezembro de 1990, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu um Comitê Internacional de Negociações que trabalhou por dezoito meses e apresentou uma convenção-quadro na Cúpula da Terra no Brasil, em junho de 1992. No entanto, apesar dos altos

³⁵² Clark et al., p. 41, 2001.

³⁵³ Segundo Grundmann: “[...] Isso leva a uma faixa de 1,5°C a 4,5°C de aquecimento global. É notável quão estável esta faixa permaneceu ao longo do tempo: o mesmo intervalo aparece em todos os principais esforços de modelagem (pela NAS em 1979 e 1983; em uma conferência em Villach, Áustria, em 1985; pelo IPCC em 1990, 1992 e 1994; por Bert Bolin em 1995; e pelo IPCC em 1995)” (Grundmann, p. 77, 2006).

³⁵⁴ Clark et al., p. 43, 2001.

³⁵⁵ Clark et al., p. 43, 2001.

³⁵⁶ Para uma visão aprofundada, ver: Houghton, J.T.; Jenkins, G.J.; Ephraums, J.J. (Editores). *Climate Change: The IPCC Scientific Assessment. Report Prepared for IPCC by Working Group I*. Cambridge Press: 1990.

riscos apresentados pelo IPCC (que continuou trabalhando e produzindo relatórios paralelamente) e pela notória urgência por soluções, o resultado foi uma meta fraca e não vinculativa para redução de emissões de poluentes em países desenvolvidos³⁵⁷.

Muitos eventos científicos e políticos tiveram ressonância para a introdução destes e outros riscos ambientais na comunicação geral, principalmente a produzida pelos *media*, para os quais as conferências, acordos e novas descobertas científicas foram se tornando cada vez mais relevantes seletivamente. A começar pela Conferência de Paris sobre o Uso Racional e Conservação dos Recursos da Biosfera de 1968, que pavimentou o caminho para acordos que viriam a seguir: nela deu-se início à discussão sobre os limites dos recursos naturais e da necessidade de uma gestão sustentável deles; percebeu-se também que seria preciso um trabalho científico interdisciplinar para avaliação dos riscos, assim como uma organização política internacional que fortalecesse a cooperação independentemente das rinhas ideológicas e econômicas – lembrando que, nesse momento, o mundo vivia sob a sombra da Guerra Fria. Em 1972 se deram vários acontecimentos relevantes: i) a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, convocada pela Assembleia Geral da ONU, na qual foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e desenvolveu-se uma série de tratados internacionais para proteção ambiental, como a Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas e a Convenção sobre Diversidade Biológica, muito embora problemas importantes como o da chuva ácida tenham ficado sem solução; ii) um grupo de pesquisadores do MIT, liderado por Donella Meadows, apresentou ao Clube de Roma³⁵⁸ o relatório *Os Limites do Crescimento*³⁵⁹ que tornar-se-ia notório para observação geral principalmente porque incentivou o movimento ambientalista e deixou claro, pela primeira vez na história, que o crescimento econômico infinito não seria possível e sua tentativa levaria ao colapso ambiental e econômico em larga escala³⁶⁰ – em outras palavras, o relatório colocou em cheque senão o principal, um dos principais atratores da semântica moderna, como vimos anteriormente; iii) dois importantes programas de pesquisa e monitoramento foram iniciados: o Programa Norueguês de Pesquisa Interdisciplinar sobre Precipitação Ácida: Efeitos em Florestas e Peixes na Noruega e o Programa Técnico

³⁵⁷ Clark et al., p. 44, 2001.

³⁵⁸ O Clube de Roma é uma organização não governamental fundada pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King. Ele reúne profissionais diversos – como cientistas, políticos e empresários – para discutir problemas globais e propor soluções a eles.

³⁵⁹ Do original “The Limits to Growth”.

³⁶⁰ Para uma visão geral, ver: Meadows, Donella H.; Meadows, Dennis L.; Randers, Jorgen; Behrens, William W. *The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*. New York: Universe Books, 1972.

Cooperativo para Medir o Transporte de Longo Alcance de Poluentes Atmosféricos na OCDE; iv) os primeiros partidos verdes foram fundados na Nova Zelândia seguido do Grupo Tasmânia Unida na Austrália; v) Likens discute o problema regional da chuva ácida na América do Norte; vi) os EUA avançam na legislação ambiental: a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos conclui que havia evidências suficientes para proibir os DDTs³⁶¹; no mesmo ano é promulgada a Lei da Água Limpa, que dispõe sobre os padrões de qualidade da água e sobre o controle de poluição hídrica no país³⁶² e, além disso, os EUA assinam um acordo ambiental com a URSS; vii) Bert Bolin produz o estudo *Poluição atmosférica além das fronteiras nacionais: o impacto do enxofre no ar e na precipitação*³⁶³ para Conferência de Estocolmo³⁶⁴; e viii) Richard J. Beamish e Forrester Harvey produzem dados relevantes sobre a chuva ácida e a consequente acidificação dos Lagos Killarney em Ontário, no Canadá³⁶⁵. No ano seguinte, em 1973, acontece a primeira reunião administrativa do PNUMA no *Palais des Nations* em Genebra, que estabelece as bases para sua atuação. Nela também começou a se desenvolver uma agenda global para mobilização de pessoas e recursos e foi acordada a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção. Em 1975, acontece a Conferência de Helsinque sobre Segurança e Cooperação na Europa, da qual resulta, dentre outros acordos políticos relevantes neste contexto histórico, um acordo para redução da poluição atmosférica³⁶⁶ e, dentro da agenda do PNUMA, dezesseis países do Mediterrâneo concordam em promover a gestão integrada da zona costeira e adotar o Plano Mediterrâneo de Ação, considerando a biodiversidade marinha e costeira da região³⁶⁷. Ainda em 1975, é publicado, nos EUA, o Relatório do Programa de Avaliação de Impacto Climático, que considerou principalmente os possíveis impactos de aviões supersônicos na camada de ozônio – com os resultados obtidos e o adiamento do projeto, os riscos puderam ser evitados³⁶⁸.

³⁶¹ Oreskes; Conway, p. 241, 2010.

³⁶² Oreskes; Conway, p. 247, 2010.

³⁶³ Do original “Air Pollution across National Boundaries: The Impact of Sulfur in Air and Precipitation”.

³⁶⁴ Clark et al., p. 46, 2001.

³⁶⁵ Clark et al., p. 46, 2001.

³⁶⁶ Clark et al., p. 33, 2001.

³⁶⁷ Para saber mais, ver: <<<https://www.unep.org/unepmap/node/7619>>>.

³⁶⁸ Segundo Oreskes e Conway: “[...] O Congresso financiou US\$ 21 milhões para um Programa de Avaliação de Impacto Climático. [...] Esse esforço de três anos envolveu quase mil cientistas em muitas agências, universidades e vários outros países, e foi um dos primeiros esforços para avaliar o impacto potencial de uma tecnologia ainda não amplamente utilizada. O CIAP foi controverso, porque depois de uma enorme quantidade de trabalho de cientistas de todo o mundo, o Departamento de Transportes tentou branquear as descobertas. Os cientistas do programa descobriram que uma frota de quinhentos SSTs do tipo Boeing provavelmente esgotaria a camada de ozônio em 10 a 20%. Mais importante, haveria esgotamentos muito piores nas rotas do Atlântico Norte altamente percorridas” (Oreskes; Conway, p. 125, 2010).

Em 1976, foi realizada, em Telemark, na Noruega, a Conferência sobre os Efeitos da Precipitação Ácida, que deu norte às políticas transfronteiriças para redução de poluentes e fomentou o apoio a mais pesquisas sobre o assunto. No ano seguinte, 1977, os EUA sediaram, em Washington, a reunião do PNUMA, que focou nos riscos decorrentes da depleção do ozônio: discutiu-se a regulamentação de CFCs a nível mundial e constituiu-se um Plano de Ação Mundial e um Comitê Coordenador da Camada de Ozônio (CCOL) e, em 1978, os CFCs são proibidos em aerossóis não essenciais nos Estados Unidos, Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia e Canadá e, em seguida, em 1980, a Comunidade Europeia estipula sua redução em 30%³⁶⁹. Enquanto isso, a China mobilizava suas reformas de impulsionamento industrial e econômico que a tornaram a segunda maior economia do mundo em 2010, assim como a mais poluente desde 2006. Em 1980, o PNUMA, junto com a União Internacional para a Conservação da Natureza e o Fundo Mundial para a Natureza, publica a Estratégia de Conservação Mundial, que define a noção de desenvolvimento sustentável que pauta a agenda ecológica até a atualidade. Neste mesmo ano, começa o Programa Nacional de Avaliação de Precipitação Ácida dos EUA e, em 1982, acontece a Conferência sobre Acidificação do Meio Ambiente em Estocolmo, que deu diretrizes para a condução política internacional do problema. Em 1983, entra em vigor a Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância (LRTAP), que a princípio focava nos riscos da chuva ácida, mas estendeu-se para outros poluentes atmosféricos – atualmente 51 países aderem a esta convenção. Nos anos seguintes, a quantidade de comunicações sobre ecologia aumenta: muitas pesquisas, relatórios e comunicados são produzidos, o buraco da camada de ozônio é descoberto na Antártida e, em 1986, acontece o amplamente conhecido acidente nuclear de Chernobyl. Em 1988, o PNUMA e a OMM criaram o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que, como pontuei anteriormente, tem a função de emitir avaliações regulares sobre as mudanças climáticas e informar governos para diretrizes sobre riscos ecológicos e possibilidades adaptativas. Em 1989, um grande desastre aconteceu: o petroleiro Exxon Valdez derramou aproximadamente 41 milhões de litros de petróleo bruto no mar, causando uma devassa na vida marinha³⁷⁰. No mesmo ano, 183 países assinaram a Convenção de Basileia, que dispõe sobre o manejo e descarte adequado de resíduos perigosos e, principalmente, sobre o tráfego desses resíduos em âmbito internacional. Em 1990, o IPCC lança seu primeiro relatório, cujos apontamentos

³⁶⁹ Clark et al., p. 48, 2001.

³⁷⁰ Para saber mais sobre esse evento, recomendo a leitura de: Anderson, Alison G. The Media Politics of Oil Spills. *In: Spill Science & Technology Bulletin*. Volume 7, Issues 1–2, Pages 1-112, 2002.

relevantes já mencionei, e acontece a Segunda Conferência Mundial do Clima em Genebra, na qual Margaret Thatcher deu prosseguimento a um protagonismo inusitado iniciado alguns anos antes, como veremos pelas observações da imprensa britânica a seguir. Em 1991, os países membros da ONU criaram o Fundo para o Meio Ambiente (GEF, da sigla em inglês) na intenção de fomentar projetos e programas ambientais, além de fazer a manutenção de pesquisas científicas sobre riscos ambientais e propor soluções para eles. Em 1992, acontece a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, amplamente conhecida como a Cúpula da Terra, que, apesar de ter resultados práticos incipientes, constituiu-se como a primeira grande mobilização mundial, contando com a participação de 172 países e muitas propostas, das quais se destacam a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD). Em 1995 o IPCC lança seu segundo relatório que apresentou algumas alterações em suas previsões em relação ao relatório de 1990: as previsões de aumento de temperatura foram de um terço menor até 2100, considerando a diminuição das emissões de poluentes, mas ainda assim a projeção do pior cenário poderia levar a um aumento de 3,5°C até 2100 e a temperatura continuaria a aumentar mesmo se a essa altura a emissão de GEE fosse estabilizada, o pior cenário para a subida do nível dos oceanos, por sua vez, baixou para 95 cm até 2100; no entanto, o IPCC manteve a firmeza ao afirmar que mesmo que a mudança de temperatura nessa nova projeção fosse menos radical, os impactos ainda seriam severos e que era preciso manter em perspectiva a possibilidade de eventos extremos nos próximos anos³⁷¹. Foi com isso em vista que, em 1997, aconteceu a Terceira Conferência das Partes em Quioto, no Japão, da qual resultou o Protocolo de Quioto, que foi o acordo que mais avançou em termos de diretrizes, mas que, por isso mesmo, foi o mais controverso: o protocolo estipulou uma diminuição de emissões de GEE de no mínimo 5,2% até 2012 com base em 1990 para países desenvolvidos e deixou a aderência em aberto para países em desenvolvimento, dos quais alguns, como o Brasil, aderiram voluntariamente. No entanto, países poluentes relevantes, como os EUA³⁷², por exemplo, assinaram, mas não ratificaram o acordo. Já países da União Europeia jogaram a meta em 8% e o Japão em 6%; lembrando que, neste momento, a China ainda era considerada um país em

³⁷¹ Para uma visão aprofundada, ver: Segundo Relatório do IPCC sobre Mudanças Climáticas de 1995: Um Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

³⁷² Segundo Oreskes e Conway: “[...] Em julho de 1997, três meses antes da finalização do Protocolo de Quioto, os senadores norte-americanos Robert Byrd e Charles Hagel apresentaram uma resolução bloqueando sua adoção. Byrd Hagel foi aprovado no Senado por 97 votos a 0. Cientificamente, o aquecimento global era um fato estabelecido. Politicamente, o aquecimento global estava morto” (Oreskes; Conway, p. 240, 2010).

desenvolvimento e por isso não era obrigada a cumprir com as metas estabelecidas, embora tenha também ratificado o acordo. As descrições que vamos observar adiante indicam que, neste momento, foi criada, no que diz respeito às responsabilidades ecológicas, uma distinção mais precisa entre os chamados países desenvolvidos e países em desenvolvimento com base na ideia de que não seria justo onerar os segundos em detrimento do histórico poluente dos primeiros e, ao mesmo tempo, países desenvolvidos protecionistas, como EUA e Austrália, decidiram que não iriam comprometer suas economias firmando a diminuição da emissão de GEE – essas controvérsias serão observadas ao longo desta tese. Em continuidade, em 1999, mais de 8.500 signatários de 135 países membros da ONU adotaram o Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa para que empresas se comprometessem com o desenvolvimento sustentável. Na virada do século, a Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas, realizada em Nova York, apresentou dez objetivos para serem alcançados até 2015; o nono deles é o de garantir a sustentabilidade ambiental – não é preciso dizer que este, menos pretensioso que o primeiro, qual seja, o de acabar com a extrema pobreza e a fome no mundo, também não vingou. Em 2001, acontece a COP 6 em Haia, uma tentativa frustrada de resolver os impasses do Protocolo de Quioto e, no mesmo ano, o IPCC lança seu terceiro relatório dispondo sobre o aprofundamento de pesquisas e resultados e focando, desta vez, em políticas de adaptação às mudanças climáticas³⁷³. Em 2002, em Joanesburgo, na África do Sul, acontece a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que pauta, dentre outros tópicos importantes, o crescimento populacional. Nos anos seguintes, uma série de eventos extremos começa a ser relacionada às mudanças climáticas: em 2003, uma onda de calor na Europa³⁷⁴ deixou milhares de mortos e, em 2005, os furacões Katrina e Rita causaram danos significativos nos EUA, no Golfo do México e no Caribe e, embora não se possa relacioná-los diretamente às mudanças climáticas, eles são bons exemplos da intensificação de eventos extremos, assim como as inundações ocorridas na Índia no mesmo ano, quando Mumbai recebeu 944 milímetros de chuva em 24 horas, entre os dias 26 e 27 de julho, deixando centenas de mortos e milhares de desabrigados. Em 2006, o documentário *Uma Verdade Inconveniente*, com o protagonismo do ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore, é lançado e tem uma imensa repercussão pelos meios de

³⁷³ Para uma visão aprofundada, ver: Watson, Robert T. and Core Writing Team. Climate Change 2001: Synthesis Report.

³⁷⁴ O relatório do IPCC de 2007 faz essa relação diretamente: “[...] A onda de calor do verão na Europa em 2003 foi associada a níveis excepcionalmente altos de ozônio. Essa alta variabilidade interanual do ozônio de superfície correlacionada com a temperatura demonstra as potenciais implicações da mudança climática na qualidade do ar ao longo do próximo século” (IPCC, p. 540, 2007).

comunicação de massa, além de render a Al Gore o Nobel da Paz, junto com o IPCC, no ano seguinte (2007). Neste ínterim, o Japão teve o inverno mais quente registrado até então, que foi fortemente vinculado, pela opinião pública, ao aquecimento global. Em 2007, novas inundações na Índia deixam mais de trezentos mortos e acontece a COP 13 em Bali, na qual tentou-se, novamente, dar prosseguimento às negociações começadas em Quioto, mais uma vez sem sucesso, no entanto. Em 2009, na COP 15 em Copenhague, um acordo informal, isto é, não vinculativo, estabelece a meta de aumento de temperatura para 2°C. Em 2010, uma nova tragédia resultante da indústria do petróleo – a explosão da plataforma Deepwater Horizon – liberou 4,9 milhões de barris no Golfo do México, prejudicando a vida marinha e os habitantes locais. No ano seguinte, 2011, acontece o Desastre de Fukushima, produzido principalmente por um terremoto de 9,1 de magnitude, liberando material radioativo e contaminando uma área de 340 quilômetros. Em 2010, 2011 e 2012 aconteceram as COP 16, 17 e 18 em Cancun, Durban e Doha, respectivamente, sem avanços substanciais nos acordos climáticos. Em 2014, na primeira Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente, torna-se conhecido que a camada de ozônio mostra sinais de recuperação, graças ao acordo de Montreal de 1987. Em 2015, na COP 21 em Paris, avanços pertinentes são feitos: se estabelece uma meta de aumento de temperatura em no máximo 2°C acima da era pré-industrial; cada país – dos 195 participantes – comprometeu-se também a apresentar planos detalhados sobre como iria diminuir a poluição doméstica e os países desenvolvidos concordaram em ceder US\$ 100 bilhões por ano até 2020 para que países em desenvolvimento pudessem enfrentar seus problemas ambientais locais. O Acordo de Paris é histórico porque é juridicamente vinculante, demonstrando um esforço político sem precedentes que, possivelmente, como veremos a seguir, refletiu a opinião pública do momento. Em 2021, 2023, 2024 e 2025, aconteceram, respectivamente, as COP 26, 28, 29 e 30 na Escócia, nos Emirados Árabes, no Azerbaijão e no Brasil, todas sem avanços significativos para o controle dos riscos ecológicos, apesar de intensificarem-se os debates sobre responsabilidades e negociações econômicas sobre o ônus climático.

É notável, nessa série histórica, que as comunicações sobre os riscos ecológicos, na política e na ciência, aumentaram substancialmente ao longo do tempo. Concomitantemente, em poucos casos elas tiveram resultados políticos e ecológicos práticos, isto é, nos últimos cinquenta anos a ciência veio levantando provas, formando consensos e propondo soluções para os riscos ecológicos globais enquanto a política, embora com tentativas de coordenação internacional, mostrou dificuldade em tomar decisões estáveis a respeito, provavelmente por que permanece territorialmente ancorada e quando não nega as comunicações científicas, ou

mesmo as ignora, precisa transformá-las em comunicações condizentes com seu próprio modo de funcionamento, isto é, em sessões parlamentares, projetos de lei, propostas de políticas públicas, promessas em campanhas políticas e assim por diante. Tudo isso demanda tempo e, conseqüentemente, a seletividade para constituição de políticas ecológicas flutua conforme os governos – e suas prioridades ideologicamente orientadas – vão se sucedendo ao longo dos anos. Encontrar uma estabilidade comunicativa para o cumprimento de metas internacionais vinculantes é, portanto, bastante difícil. Por outro lado, há uma continuidade semântica na forma como determinadas culturas constroem suas observações sócio-terranas que, por sua vez, resvalam em certa estabilidade na descrição dos riscos ambientais pelos meios de comunicação. Em outras palavras, é possível identificar continuidades narrativas nas comunicações jornalísticas ao longo desse tempo por uma característica desses *media*, qual seja, a de recorrer ao já conhecido para produzir novidades. Neles, e por meio deles, os riscos ecológicos já são amplamente conhecidos; o que varia não é o problema – que já está colocado –, mas o seu enquadramento e a disposição das melhores soluções possíveis, e isso varia regionalmente de acordo com a história semântica de cada lugar. Neste sentido, darei início à observação da descrição dos riscos ambientais, primeiramente no Reino Unido e nos EUA, com um preâmbulo acerca da sua forma historicamente particular de operar as observações sócio-terranas, cujos aspectos serão retomados ao longo dos seus respectivos capítulos conforme se fizer necessário.

Parte II

6. A Materialização do Cosmos na Semântica Ocidental e a Recentralização do Humano na Natureza

Mas quero lembrar outras razões. O senhor permita que eu lhe fale de mim. Nasci no campo, sou filho de camponeses. São gente simples. Sabem tudo sobre a oliveira, mas pouco além disso. Observando as fases de Vênus, vejo os meus pais diante de mim, sentados diante do fogão, com a minha irmã, comendo o seu queijo. Acima deles vejo o teto, escurecido pela fumaça de muitos séculos, e vejo bem as suas mãos velhas e deformadas, segurando a colher pequena. A vida deles não é boa, mas até a sua desgraça manifesta uma certa ordem. São os vários ciclos, desde os dias de lavar o chão, até as estações no olival, até o pagamento dos impostos. Há regularidade nos desastres que eles sofrem. As costas de meu pai vergam, mas não é de uma vez, é um pouco mais em cada primavera, trabalhando nas oliveiras; e os partos, é a mesma coisa, vinham regularmente, até deixar a minha mãe acabada. Para subir por esses caminhos desgraçados, arrastando um cesto e pingando suor, para parir os filhos, e até para comer, é preciso ter força, e essa força de onde é que eles tiram, senão do sentimento da constância e da necessidade, que lhes vem olhando os campos, olhando as árvores, que reverdecem todos os anos, vendo a igreja pequena, ouvindo a Bíblia aos domingos. Eles estão seguros – foram ensinados assim – de que o olho de Deus está posto neles, atento, quase ansioso, de que o espetáculo do mundo foi construído em torno deles, para que eles, os atores, pudessem desempenhar os seus papéis grandes ou pequenos. Que diria a minha gente se ouvisse de mim que moram num pedaço pequeno de rocha que gira ininterruptamente no espaço vazio, à volta de outra estrela, um pedaço entre muitos, sem maior expressão? Para que tanta paciência e resignação diante da miséria? Elas não ficariam sem cabimento? Qual é o cabimento da Sagrada Escritura que explicou tudo e que disse que tudo é necessário, o suor, a paciência, a fome, a submissão, se ela agora está toda errada? Não, eu vejo os olhos deles ficando ariscos, vejo como descansam a colher, vejo como eles se sentem traídos e esbulhados. Então o olho não está posto em nós, é o que pensamos. Nós é que precisamos cuidar de nós mesmos, sem instrução, velhos e acabados como estamos? Nenhum papel nos foi destinado, afora este papel terreno e lamentável, numa estrela minúscula, inteiramente dependente, que não tem nada girando à sua volta? Não há sentido na nossa miséria; fome não é prova de fortaleza, é apenas não ter comido; esforço é vergar as costas e arrastar, não é mérito. O senhor compreende agora a verdadeira misericórdia maternal, a grande bondade da alma que eu vejo no Decreto da Santa Congregação?

Vida de Galileu – Bertolt Brecht

Este pequeno capítulo introdutório servirá à compreensão da formação semântica moderna sobre a natureza e os riscos ambientais no Ocidente, particularmente no Reino Unido e nos EUA. A epígrafe acima, necessariamente mais longa que o comum, nos serve como reflexão inicial acerca das substanciais transformações que se operaram na emergência da modernidade europeia. Nela se observa que a descrição da natureza pelo Ocidente como elemento extra-humano tem raízes estoicas cristãs; como salienta Luhmann, a natureza foi deixada aos seres humanos para que dela tirassem seu sustento e para que, por meio dela, enriquecessem sua civilização³⁷⁵. A natureza, neste sentido, é natureza dessacralizada, é o substrato mundano que prende os seres humanos à Terra e o meio no qual tanto a fortuna quanto

³⁷⁵ Luhmann, p. 2, 1989.

o risco estão implicados se não houver algum controle sobre sua inerente imprevisibilidade. Enquanto no paraíso, Adão e Eva, feitos à semelhança de Deus, tinham pleno domínio sobre a natureza³⁷⁶; com sua queda, a natureza só poderia então ser subjugada por meio do trabalho³⁷⁷, isto é, não era mais uma dádiva que sustentava suas existências, mas uma maldição através da qual o sustento precisaria ser arrancado. É neste sentido que a natureza sagrada do Éden perdeu-se e transformou-se em natureza dessacralizada, imprevisível e, no limite, indomável e fonte de inúmeros riscos. Enquanto criação – e, de certa forma, punição – divina, a natureza manteve, nesta perspectiva, um mistério intrínseco. Até o fim da Idade Média no mundo cristão, aqueles que lidavam com a natureza o faziam por meios mágicos e tinham com ela uma relação de respeitabilidade temerosa e, em algum sentido, tais magos serviam à natureza e tiravam proveito disso para fins pessoais³⁷⁸. O domínio sobre a natureza seria retomado, em termos comunicativos, apenas na emergência da modernidade e isto se deu conjuntamente à diferenciação de um sistema em particular, qual seja, o sistema científico. Ainda no Renascimento, a natureza era observada dentro de uma ordem cosmológica na qual ela era fonte de nutrição da humanidade e, neste sentido, sua representação recuperava algo do essencialismo clássico. No entanto, algumas linhas de pensamento começaram a surgir do efusivo caldo cultural europeu neste momento, entre os séculos XIV e XVII, que dariam o norte para a recuperação do controle sobre a natureza: particularmente o humanismo operou uma (re)centralização das descrições nas necessidades e no protagonismo dos seres humanos. A epígrafe acima, que descreve a passagem do geocentrismo para o heliocentrismo, resultante dos pensamentos de Copérnico e Galileu, é uma demonstração da crise de sentido que se instaurou neste período histórico no qual, quase que de repente, a humanidade (europeia) vislumbrou sua pequenez diante dos novos fatos naturais que estavam sendo rapidamente “descobertos”, isto é, construídos pela nascente ciência moderna. Para solucionar essa crise, os sistemas funcionais emergentes reordenaram o mundo de forma a recentralizar a humanidade dentro dele. Vamos observar, rapidamente, como alguns deles operaram essa reorganização semântica –

³⁷⁶ Cito: “Então Deus disse: ‘Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele domine os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra’. E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou; e os criou homem e mulher. E Deus os abençoou e lhes disse: “Sejam fecundos, multipliquem-se, encham e submetam a terra; dominem os peixes do mar, as aves do céu e todos os seres vivos que rastejam sobre a terra” (Gênesis 1:26-28).

³⁷⁷ Cito: “E a Adão disse: Porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher e comeste da árvore de que te ordenei, dizendo: Não comerás dela, maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida. Espinhos e cardos também te produzirá; e comerás a erva do campo. No suor do teu rosto, comerás o teu pão, até que te tornes à terra; porque dela foste tomado, porquanto és pó e em pó te tornarás” (Gênesis 3:17-19).

³⁷⁸ Merchant, p. 169, 1983.

particularmente, o sistema científico, a religião, a economia e os meios de comunicação de massa.

Carolyn Merchant nos servirá de guia no que tange à observação científica sobre a natureza; seu livro “A Morte da Natureza”³⁷⁹, que relaciona a revolução científica com a dominação das mulheres e da natureza, descreve a evolução semântica que nos interessa de forma particularmente interessante. Segundo a autora, o empirismo baconiano teve um papel fundamental no desenrolar do processo comunicativo que conectou a magia medieval com a emergente ciência moderna: nesta perspectiva, assim como os artefatos mecânicos usados na tortura das bruxas em tribunais para fazê-las revelar seus segredos, a ciência deveria observar, inquirir e constranger a natureza a revelar os seus³⁸⁰. E mais, através da penetração desses segredos, seria possível arrancar tecnicamente da natureza novos elementos para melhorar a condição humana na Terra; em uma palavra, a natureza estaria a serviço da humanidade. A partir de então, a natureza deveria ser observada, explorada, medida, ordenada, categorizada, moldada, dissecada, eviscerada, comprimida, ampliada, provocada, ter suas condições ambientais alteradas, ser decomposta em partes para ter novamente essas partes recombinadas de forma útil, ser, em suma, experimentada. O lugar por excelência dessas violações seria então o laboratório, um espaço controlado e depois asséptico, no qual a natureza imprevisível deveria tornar-se previsível ao ser interpelada tecnicamente por equipamentos que revelariam seus enigmas³⁸¹. Depois, através dos métodos da mecânica, da química, da anatomia e do cálculo, a natureza seria forçada a assumir outras formas, formas artificialmente criadas pelo manuseio científico para o progresso civilizacional, para o enriquecimento humano e para curar as mazelas do seu corpo e aprimorá-lo. Assim, a auto-organização da ciência moderna se deu também como uma organização da natureza e do conhecimento sobre ela. Por esse conhecimento, foi possível a construção de tecnologias que tornaram os seres humanos aptos a dispor sobre elementos naturais de modo a aumentar sua capacidade de produção energética e de bens variados. Revelar a verdade oculta dos fenômenos tornou-se sua função conforme a ciência foi diferenciando-se e reorganizando a realidade através de experimentos, postulados e leis. A natureza deixou de ser espontânea assim que descobertas suas regularidades, suas conexões internas e suas reações aos mais diversos estímulos para tornar-se previsível e manuseável. Por este princípio, tudo poderia ser racionalmente explicado, desde que inquirido insistente e corretamente.

³⁷⁹ Do original “The death of nature”.

³⁸⁰ Merchant, p. 172, 1983.

³⁸¹ Merchant, p. 171, 1983.

Quanto à descrição econômica sobre a natureza, uma aliança entre as perspectivas de Luhmann e Weber nos servirá para essas reflexões introdutórias. Para o primeiro, a diferenciação da economia é marcada pela passagem da propriedade fundiária para a propriedade dos bens naturais e dos artefatos produzidos através deles. Com a codificação pelo dinheiro, os preços passaram a orientar a demanda pela extração de bens naturais e sua manipulação, isto é, conforme a variação dos preços, aumenta ou diminui a extração de bens naturais e energia para produção e, neste sentido, a extração precisa permanecer rentável para ser efetuada. Os riscos inerentes a essas operações, como, por exemplo, os relacionados à extração de petróleo na foz do Amazonas, só são incluídos no cálculo se eles se tornarem riscos econômicos através de sanções e outras responsabilidades monetárias³⁸². A codificação do sistema econômico, cuja variação pendula entre ter ou não ter dinheiro, produz o paradoxo da escassez, anteriormente discutido e, ao mesmo tempo, catalisa processos comunicativos nos quais usar dinheiro a partir de determinadas seleções pode gerar mais dinheiro: os chamados investimentos. Neste ponto, há um encontro com a teoria weberiana, para a qual a sustância humana, antes respaldada na fertilidade da natureza, passa ao sistema econômico, segundo Weber: “[...] o dinheiro é procriador por natureza e fértil. O dinheiro pode gerar dinheiro, e seus rebentos podem gerar ainda mais, e assim por diante”³⁸³. Outro ponto relevante para esta introdução é a teoria weberiana sobre o encontro das linhas de ação religiosa e econômica que culmina na ética protestante, na qual o trabalho é uma vocação divina e a disciplina conduz à performance humana e social com vistas no sucesso material aqui na Terra, isto é, ao acúmulo racional de capital que atualizou, durante a emergência da modernidade, a interpretação do texto sagrado no que diz respeito às observações sócio-terranas. Nesta perspectiva, a natureza, enquanto dádiva divina para a prosperidade de um povo escolhido, tornou-se proeminente. Dela, a riqueza deveria ser arrancada por meio do trabalho, da disciplina e da racionalidade, sendo estes pontos fortes compartilhados amplamente com outras descrições, como as das comunicações científicas vistas há pouco. A racionalidade econômica e a disciplina como princípio ético da performance social tornaram-se os requisitos para salvação; neste sentido, a humanidade deveria libertar-se dos seus impulsos irracionais e da sua dependência da natureza para operar de acordo com o plano divino orientado para a prosperidade econômica, isto é, para o acúmulo de capital. Emergiu uma forma de auto-observação muito específica baseada na autovigilância que aprofundou os ritos religiosos, individualizando-os e, concomitantemente, os submetendo ao escrutínio do grupo.

³⁸² Luhmann, p. 52-53, 1989.

³⁸³ Weber, p. 37, 2014.

Ao mesmo tempo, emergiu também uma hétero-observação sobre a natureza, na qual ela foi transformada em recurso para realização do plano divino³⁸⁴ – traduzindo Weber em uma linguagem sistêmica. Além disso, conforme intensificou-se o acúmulo de capital, por um lado, e o desenvolvimento científico, por outro, o trabalho foi estendido às máquinas, de modo que a produção de bens não dependesse mais da força fisiológica natural humana, mas da engenhosidade pela qual é empenhada ao manusear a natureza e transformá-la em riqueza³⁸⁵. Poderíamos aqui trazer Marx para a conversa e pontuar que desse processo de diferenciação interpenetrada entre religião, ciência e economia surgiram as classes sociais modernas: as que detêm os meios de produção e as que detêm apenas sua força de trabalho e considerar que a disciplina performática de uma e de outra orienta-se, de todo modo, a extrair salvação e riqueza por meio de tecnologias pelas quais se subjugam e se transforma a natureza. Essa miscelânea teórica justifica-se na medida em que todas essas observações estão corretas de alguma forma, mas, para retomar a predominância epistêmica que atravessa essa tese, é importante ressaltar que tudo isto se deu por um processo de diferenciação funcional que criou uma sociedade acêntrica na qual diversos sistemas interpenetram-se compartilhando complexidade em larga escala.

Neste sentido, enquanto um processo coevolutivo, a modernização ocidental construiu, entre os séculos XVI e XVIII, uma forma muito particular de descrever a natureza, as relações entre humanos e não humanos e a agência das tecnologias aí implicadas. Neste período, também de emergência dos meios de comunicação de massa, a normatividade repousava ainda muito nas comunicações religiosas e políticas, mas logo passaria para os *media*, nos quais uma nascente literatura voltar-se-ia, em parte, para a observação da natureza de diferentes formas, dentre elas particularmente o romantismo e a ficção científica estabilizados no século XIX. Com abordagens sobremaneira distintas, esses gêneros literários descreveriam uma natureza idílica e atemporal, por um lado, e uma natureza sujeita às tecnologias, de outro. Enquanto o romantismo elaborou descrições nas quais a natureza é pura e sagrada, idealizada enquanto o lugar de reencontro do humano com ele mesmo, isto é, com sua própria essência, a ficção elaborou descrições nas quais a natureza é o lugar de exploração científica e da realização da promessa moderna de melhoramento por meio das tecnologias. Neste sentido, tanto um gênero quanto outro são antropocentros. O romantismo teve um proeminente papel nas descrições sobre a natureza, particularmente do lado ocidental do Atlântico Norte, quando, no século XIX, a natureza

³⁸⁴ Weber, p. 101, 2014.

³⁸⁵ Weber, p. 61-62, 2014.

selvagem do recém-nascido EUA foi observada como um bálsamo contra as mazelas civilizacionais herdadas da velha Europa através de autores como Ralph Waldo Emerson e Henry David Thoreau, cujas perspectivas serão melhor elaboradas no capítulo correspondente. As descrições da ficção científica, pelo menos no que diz respeito ao tema aqui tratado, foram relevantes de forma generalizada. Embora datada do século XIX, a ficção científica pode ser encontrada em narrativas pelo menos desde o período renascentista, uma vez que foi no efervescente caldo da Renascença que suas bases fundamentais foram lançadas pela filosofia natural, particularmente pelas teorias que materializaram o cosmos ocidental pela primeira vez. Segundo Adam Roberts, a ficção científica nasceu em 1600, o ano em que Giordano Bruno foi morto pela Inquisição por propor publicamente que o Universo é infinito e contém inúmeros mundos³⁸⁶. A passagem semântica fundamental operada neste século, no que tange à observação da natureza, foi a de que, se até então a Terra era o centro do Universo criado por Deus, ela passaria a ser mais uma entre muitos mundos e, mais, se antes o extraterreno era significado transcendentemente – acima o céu e abaixo o inferno, acessíveis apenas na morte –, a partir de então o cosmos, fisicamente materializado, passaria a ser observado como participante da natureza mundana³⁸⁷. Em outras palavras, foram ideias que desencantaram não apenas nosso planeta, mas o Universo no qual ele está inserido. Concomitantemente, essas ideias abriram um portal para o desconhecido e para a possibilidade da exploração de territórios extraterrestres – algo inimaginável antes do século XVII. Na literatura inglesa, isso refletiu-se imageticamente: entre 1558 e 1700, pelo menos vinte e uma obras de ficção científica foram escritas e publicadas, tornando-a um gênero tão popular quanto os romances e os contos orientais em voga na época³⁸⁸. Desde esse tenro início, a ficção científica operou acoplamentos tanto da ciência quanto da religião, o que a tornou um gênero único e particularmente relevante na descrição da natureza e que permitiu a tecitura de descrições capazes de, por assim dizer, manter vivos sonhos arcaicos – como, por exemplo, as expectativas sobre a vida eterna e o contato com seres extraterrestres, como eram os anjos e os demônios antes disso. Neste sentido, de alguma forma, a ficção científica manteve e atualizou a interpenetração entre o mágico e o científico existente no nascimento da modernidade. A possibilidade de vida extraplanetária operou também uma

³⁸⁶ Roberts, p. 36, 2006.

³⁸⁷ Segundo Adam Roberts, por exemplo: “O Céu de Dante é, na verdade, o ambiente terrestre da humanidade visto de um ponto de vista espiritual (o mesmo se aplica ao seu Inferno). Toda a arquitetura é compreensível apenas em uma linguagem teológica. Depois de Copérnico, o cosmos não apenas se expande tremendamente em escala e escopo, como se torna necessariamente materializado” (Roberts, p. 37, 2006).

³⁸⁸ Roberts, p. 42, 2006.

radicalização da noção de alteridade que resvalou nas próprias autodescrições ocidentais, fazendo emergir ficções a respeito de outras possibilidades de arranjos sociais que não os estabelecidos, as chamadas utopias – em referência à obra de Thomas More publicada ainda em 1516. A fértil imaginação suscitada sobre como as sociedades poderiam autogovernar-se resultou em obras nas quais as observações sócio-terranas são sobremaneira relevantes, como “Nova Atlântida” (1627) de Francis Bacon, na qual a ordem natural é proeminente para justificar uma sociedade patriarcal governada pela ciência³⁸⁹.

É sobretudo notável que a ficção científica teve – e continua tendo – uma forte ressonância na comunicação científica, não apenas porque muitas obras do gênero foram escritas por cientistas – como o exemplar baconiano acima mencionado, além das obras de Johann Kepler, H.G. Wells, Isaac Asimov, Fred Hoyle e Arthur C. Clarke, para citar alguns –, mas porque muitas das hipóteses científicas, tecnologias cientificamente construídas e arranjos sociais utópicos e distópicos tomaram forma primeiro na ficção antes de serem materializados comunicativamente na ciência e na sociedade. De modo geral, grande parte da produção científica precisa ser imaginada antes de ser teorizada e, por fim, testada; é o que chamamos de hipótese. Nas palavras de Jorge de Albuquerque Vieira, a ciência é uma ficção eficiente³⁹⁰. Por óbvio, nem tudo que foi e é sonhado na ficção científica tem plausibilidade para transformar-se em uma ficção eficiente, mas alguma coisa tem. A ciência, em termos de heterorreferência, é irritada por expectativas do seu ambiente e parte delas é certamente produzida na ficção. Como uma comunicação eminentemente moderna, a ficção científica conformou expectativas de melhoramento civilizacional, logo, de aprofundamento das observações sócio-terranas de modo intenso, isto é, seus principais temas, a saber, as viagens espaciais, tanto dentro quanto fora da Terra, as sociedades utópicas e distópicas e, posteriormente, as histórias futuristas, carregam normativas tanto de perspectivas otimistas quanto pessimistas sobre o devir da humanidade. Há uma moralidade intrínseca no tratamento dos seus temas, alguns bastante sensíveis, como o controle sobre a natureza e a sociedade, que corresponde ao princípio modernizador de otimização social.

Por outro lado, a ficção científica foi também irritada pela ciência – como vimos, pelo menos, desde Giordano Bruno. Em meados do século XIX, a introdução do tempo profundo pela teoria de Charles Lyell (geólogo que desafiou a noção inspirada na Bíblia de que a Terra tem menos de 6.000 anos), pela teoria da evolução de Charles Darwin, junto da introdução do

³⁸⁹ Merchant, p. 176, 1983.

³⁹⁰ Vieira, p. 61, 2009.

conceito de entropia por Rudolf Clausius, colocou em cena a possibilidade da decadência e da degeneração da espécie humana e sua civilização³⁹¹. Lyell mostrou que nosso planeta é muito mais antigo do que se sabia até então, Darwin situou a humanidade como um dos muitos ramos evolutivos que se desenvolveram ao longo de milhões de anos e o conceito de entropia, por sua vez, trouxe à tona o contundente fato de que eventualmente toda forma de vida terá um fim – as pessoas, o planeta e, possivelmente, o próprio Universo³⁹². Ressonante a estas construções científicas, o futurismo é introduzido com força no século XIX e traz desde já expectativas escatológicas em obras relevantes – tanto no Reino Unido quanto nos EUA, para os quais nossa observação se voltará nos capítulos seguintes –, como as de Lord Byron, Charlotte Smith e Edgar Allan Poe. É neste período que, através da literatura, tanto os riscos naturais quanto os produzidos artificialmente nas observações sócio-terranas começam a tomar formas mais consistentes e a se referir, enquanto produção de expectativas, às possibilidades do futuro humano. No entanto, nem todas as ficções são pessimistas e premonitórias de um fim doloroso e apocalíptico; algumas fizeram altas apostas no desenvolvimento tecnológico através de histórias sobre autômatos, naves espaciais e outros equipamentos capazes de ampliar a percepção humana sobre a natureza, além de tecer expectativas sobre sociedades harmoniosas e igualitárias possibilitadas pelo avanço civilizacional – como “Looking Backward” (1888), de Edward Bellamy, que se tornou um *best-seller* nos EUA³⁹³. Fato é que, a partir do século XX, o futuro tornou-se o cenário por excelência da ficção científica, embora no audiovisual esse futuro tenha sido encurtado quase que para um presente-futuro por produções mais recentes, como a série *Black Mirror*, da qual tratei em outro lugar³⁹⁴. Mantiveram-se perenes, no entanto, os temas acerca de viagens espaciais, sociedades alternativas e tecnologias futuristas.

Por fim, retomemos as perspectivas sistêmicas relevantes neste preâmbulo acerca da descrição sobre a natureza da perspectiva ocidental. A primeira delas, recorde-se, a perspectiva religiosa secularizou-se e sustentou a natureza sob rigoroso domínio, no qual esta manteve-se enquanto uma permanente fonte de riquezas, isto é, uma dádiva a ser explorada e utilizada para ampliação racional do capital pelo moderno sistema econômico. A segunda, a perspectiva científica, aprofundou essa dominação através do conhecimento teórico e empírico,

³⁹¹ Roberts, p. 106-107, 2006.

³⁹² A 2ª lei da termodinâmica, formulada por Clausius, apresentou consequências cosmológicas ao postular que qualquer sistema isolado tende à entropia máxima com o tempo, quer dizer, se a 2ª lei é válida para todo sistema isolado, ela também o é para o universo como um todo; daí decorre a hipótese da morte térmica do universo proposta logo depois por William Thomson em 1852.

³⁹³ Roberts, p. 120, 2006.

³⁹⁴ Domingues, 2018.

amplificando o alcance da percepção humana através de tecnologias capazes de observar desde galáxias distantes até as profundezas da Terra e os corpos nela viventes. Neste sentido, a natureza foi de uma vez dessacralizada e manteve-se sujeita aos mais diversos experimentos e observações. Finalmente, a terceira perspectiva, a dos meios de comunicação de massa, observou a natureza primeiro através da literatura, na qual sobressaem-se os romances e as ficções científicas: os primeiros que trataram a natureza enquanto lugar de purificação, mantendo-a sagrada em algum sentido, algo que foi, posteriormente, retomado pelos movimentos preservacionista e ambientalista do século XX e; as ficções, que observaram e descreveram a natureza de uma perspectiva mais alinhada às comunicações científicas e nas quais predominou, portanto, a sujeição e a manipulação da natureza tanto para o benefício humano, nos casos das ficções otimistas, quanto para sua perdição, no caso das ficções que evidenciaram os riscos inerentes dessa manipulação. Em todos os casos operou-se uma recentralização da humanidade dentro do cosmos por fim materializado e, a partir de então, observado excentricamente: a religião estendeu o criacionismo para todo o Universo, independentemente do nosso lugar (literal) nele, perspectiva que compartilhou com a emergente economia moderna para a qual a natureza tornou-se então fonte de riqueza; a ciência, por sua vez, objetificou a natureza de modo a conhecê-la cada vez mais compartidamente com vistas ao aprimoramento das condições da vida humana e, finalmente; os meios de comunicação de massa tornaram a natureza, terrestre e extraterrestre, o lugar de deleite, exploração e desenvolvimento social e científico por excelência.

Dado este chão semântico, por assim dizer, nos próximos dois capítulos observaremos as descrições sobre a natureza e os emergentes riscos ambientais no Reino Unido e nos EUA, respectivamente. Aqui enfatizei aspectos da semântica ocidental que dizem mais respeito a eles do que aos países católicos, por exemplo, nos quais há sutis, mas importantes diferenças neste quesito. Apesar desta ressalva, a diferenciação funcional da religião, da economia, da ciência e dos meios de comunicação que atravessou este preâmbulo é válida para a sociedade mundial como um todo. Por outro lado, como observaremos, as construções de perspectivas acerca da natureza e dos riscos ambientais foram sobremaneira distintas mesmo entre países com certa continuidade semântica, como é o caso do Reino Unido e dos EUA, devido às relações estabelecidas em um e outro entre sociedade e ambiente (natural), que não apenas são espacialmente diferentes, mas cujas temporalidades produziram-se também de forma assimétrica, embora simultaneamente a partir do século XVIII.

7. A Perspectiva Britânica sobre a Natureza e os Riscos Ambientais

7.1 A ascensão do rei nevoeiro: a descrição jornalística dos riscos ambientais da revolução industrial ao grande *smog* de 1952

Nevoeiro por toda parte. Nevoeiro rio acima, onde ele flui entre ilhotas verdes e prados; nevoeiro rio abaixo, onde se enrola poluído entre as fileiras de embarcações e as contaminações à beira d'água de uma grande (e suja) cidade. Nevoeiro nos pântanos de Essex, nevoeiro nas alturas de Kent. Nevoeiro se arrastando para os vagões das brigues de carvão; nevoeiro se deitando nos mastros e pairando na cordagem de grandes navios; nevoeiro caído sobre as amuradas de barges e pequenos barcos. Nevoeiro nos olhos e gargantas dos antigos pensionistas de Greenwich, ofegando junto às lareiras de seus alojamentos; nevoeiro no cachimbo da tarde do irritado capitão, lá no fundo de sua cabine fechada; nevoeiro apertando cruelmente os dedos dos pés e das mãos do seu pequeno aprendiz trêmulo no convés. Pessoas ocasionais nas pontes espiando por cima dos parapeitos em um céu inferior de nevoeiro, com nevoeiro ao redor delas, como se estivessem em um balão e suspensas nas nuvens enevoadas.

Bleak House – Charles Dickens

Há pouco introduzi a descrição dos riscos ecológicos no século XX, ressaltando o evento catastrófico de 1952 em Londres, que foi deveras flagrante e chamou a atenção para o problema da poluição atmosférica e seus riscos inerentes. No entanto, esse problema remonta aos tempos medievais, quando a arquitetura e a queima de carvão, acompanhadas da produção de cal para as construções, favoreciam o represamento da fumaça, tornando o ambiente infesto. Desde os séculos XIII e XIV há registros do incômodo, tanto da nobreza quanto dos comuns, a este respeito, assim como da criação de sanções para tentar resolver a questão³⁹⁵. O saneamento também foi um problema já na Europa Medieval; o descarte de matéria orgânica nos rios e pântanos de forma indiscriminada – por açougueiros, padeiros e cervejeiros, por exemplo – tornava o ambiente não apenas fétido, mas insalubre, causando doenças e facilitando a propagação de epidemias graves, como foi a Peste Negra entre 1348 e 1351, que matou em torno de 25 milhões de pessoas de uma população estimada em 80 milhões³⁹⁶. O rio Fleet, um afluente do Tâmesa canalizado e transformado oficialmente em esgoto no século XIX, era tanto um meio

³⁹⁵ Segundo Brimblecombe: “[...] Na Londres medieval a poluição da queima de carvão era considerada uma questão tão séria que foi criada uma comissão para investigar o problema em 1285, e foi convocada novamente em 1288 com firmes instruções para encontrar uma solução. Os membros desta comissão permaneceram constantes ao longo de um quarto de século, com os mesmos nomes aparecendo nos documentos. Talvez autoridades como John de Cobbeham ou Ralph de Sandwich fossem os líderes dos primeiros especialistas em poluição do ar. Infelizmente, os detalhes de suas deliberações foram perdidos. No entanto, sabemos que o resultado de uma reunião em 1306 foi uma proclamação proibindo o uso de carvão marinho, mas novas notificações legais foram emitidas apenas duas semanas depois, o que sugere que a proclamação foi amplamente ignorada” (Brimblecombe, p. 9, 2011).

³⁹⁶ Brimblecombe, p. 17, 2011.

de escoamento de mercadorias quanto o local de descarte doméstico e comercial dos detritos orgânicos produzidos na cidade ainda nesta época³⁹⁷. A questão da poluição atmosférica, por sua vez, teve flutuações conforme a população de Londres crescia e os preços de carvão e lenha oscilavam, mas depois da era elisabetana, com a posse de James I, o carvão, antes mal visto pelas elites, passou a ser aceito cotidianamente, já que o próprio rei trouxe o hábito da sua utilização da Escócia³⁹⁸. O comércio de carvão impulsionou os empreendimentos ultramarinos, aumentando a frota de navios radicalmente no século XVII³⁹⁹, ao fim do qual, com a invenção da máquina a vapor, esse mercado se expandiu ainda mais. Com as parcas áreas florestais transformadas em lenha e terras agrícolas, a expansão da mineração de carvão cresceu enormemente desde o final do século XVI, assim que, durante a Revolução Industrial, por volta de 1800, a Inglaterra já produzia 90% do carvão do mundo. O transporte de carvão, em enorme quantidade para os centros urbanos, foi resolvido pela invenção e construção de trens e ferrovias que, por sua vez, impulsionaram a indústria metalúrgica – em um primeiro momento arcada por investidores aventureiros, já que muitos desses empreendimentos tinham poucas chances de retorno lucrativo. Em apenas duas décadas, entre 1830 e 1850, foram construídos 37 mil quilômetros ferroviários pelo mundo, particularmente em território inglês, o que facilitou o escoamento de carvão e da produção industrial e, além disso, favoreceu a migração do campo para a cidade, aumentando a densidade populacional proletária dos centros industriais⁴⁰⁰.

A Revolução Industrial na Inglaterra é a mãe dos riscos ecológicos em larga escala, não só porque seus efeitos puderam ser sentidos imediatamente pelos que a viviam, mas porque a partir dela se instaurou e se estabilizou o moderno sistema econômico baseado no meio simbolicamente generalizado do dinheiro que tornar-se-ia, em relativamente pouco tempo, um sistema global que passou a demandar energia e recursos naturais em larga escala na mesma proporção em que passou a produzir detritos⁴⁰¹. Retirados os camponeses da terra e a nobreza

³⁹⁷ Brimblecombe, p. 10, 2011.

³⁹⁸ Brimblecombe, p. 30, 2011.

³⁹⁹ Segundo Peter Brimblecombe, por exemplo: “[...] Os navios, ‘colliers’, usados no comércio de carvão passaram por uma grande mudança na primeira metade do século XVII. Inicialmente, o carregamento máximo era bem abaixo de cem toneladas e, apesar dos esforços para restringir o crescimento desses navios, sua capacidade aumentou muitas vezes em 1660. Os aumentos no tamanho não aumentaram as dificuldades de manuseio, porque os novos navios exigiam apenas dez homens, menos da metade da tripulação necessária para tripular os navios anteriores. Este aumento na capacidade e eficiência também foi acompanhado por um aumento correspondente no número total de navios que navegavam na rota Newcastle-Londres, o que enfatiza o crescimento notavelmente rápido no uso do carvão. Em 1600, havia apenas 400 navios menores no comércio de carvão, enquanto no final do século havia 1400 navios maiores transportando carvão de Newcastle para Londres” (Brimblecombe, p. 34, 2011).

⁴⁰⁰ Hobsbawm, p. 33, 2011.

⁴⁰¹ É importante salientar que os riscos ecológicos sempre existiram, mas antes do capitalismo os de consequência social eram irrisórios.

do pedestal, o dinheiro passou a reger as relações econômicas de tal modo que, para se viver, passou a ser preciso ou ter os meios de lucrar ou os de trabalhar por um salário – trabalho este bastante distinto do comumente feito até então, isto é, com dispêndio de tempo e energia muito maior do que se fazia no campo e sob condições ambientais muito piores. Enquanto nas cidades os trabalhadores sofriam com moradias e alimentação precárias, com a poluição e a sujeira generalizada⁴⁰², nas minas a situação era devastadora: as condições de trabalho subterrâneo eram tais que a expectativa de vida não chegava aos cinquenta anos, uma vez que, fora os acidentes recorrentes⁴⁰³, a poeira de carvão, a falta de oxigênio e a alta umidade propagavam, cedo ou tarde, doenças pulmonares como a tuberculose⁴⁰⁴. Crianças, jovens e adultos de todos os gêneros eram submetidos nas minas e nas cidades a condições ambientais fortemente degradantes e tinham seus corpos submetidos a um esforço colossal em jornadas que chegavam a 24 e até 36 horas de trabalho⁴⁰⁵. Enquanto as colônias americanas conquistavam suas independências, o

⁴⁰² Ressalta-se que essa precariedade perdurou com o aumento da densidade demográfica nas áreas urbanas industrializadas, segundo Martin Melosi: “[...] Em 1851, mais da metade dos ingleses vivia em cidades. [...] Durante o reinado da Rainha Vitória (1837-1901), a população da Grã-Bretanha duplicou e o censo de 1901 indicou que 77% dos 36 milhões de cidadãos do país viviam em áreas urbanas. A incapacidade de abrigar uma população tão crescente levou a sérios problemas de superlotação e saneamento. Em 1843, em uma área de Manchester havia um banheiro para cada 212 pessoas. [...] Embora a crise imobiliária tenha diminuído um pouco após a virada do século, todos os tipos de estruturas, incluindo porões e outros locais úmidos, foram convertidos para habitação humana. Em Liverpool, um sexto da população vivia em porões subterrâneos. Ainda na década de 1930, Londres tinha 20.000 moradias subterrâneas consideradas impróprias para ocupação. Muitas moradias tinham ventilação insuficiente, banheiros inadequados e pouca ou nenhuma luz solar” (Melosi, p. 7-8, 2005).

⁴⁰³ Segundo Engels: “[...] a qualquer momento as galerias desmoronam, parcial ou totalmente, sepultando ou esmagando os trabalhadores. É isso sem contar o mau estado dos cabos pelos quais os mineiros descem aos poços: muitas vezes se rompem e os infelizes esfacelam-se na queda até o fundo do poço. Todos esses acidentes – e falta-me espaço aqui para dar exemplos singulares –, de acordo com o Mining Journal, custam anualmente a vida de cerca de 1.400 pessoas. O Manchester Guardian, referindo-se apenas ao Lancashire, noticia pelo menos dois ou três toda semana” (Engels, p. 281, 2010).

⁴⁰⁴ Segundo Engels: “[...] aqui também se verifica a falta de oxigênio e o excesso de poeira e pólvora, de anidrido carbônico e gás sulfúrico nas galerias; em consequência, como na Cornualha, os mineiros têm baixa estatura e quase todos, aos trinta anos, sofrem de doenças pulmonares que, se eles continuam no mesmo trabalho (o que é a regra), transformam-se em tuberculose, o que reduz sensivelmente sua média de vida. [...] segundo as informações médicas, também aqui a maioria morre entre 40 e 50 anos. Entre 79 mineiros, cuja morte foi comunicada ao registro civil do distrito, e que em média faleceram aos 45 anos, 37 morreram de tuberculose e 6 de asma. Nas áreas mineiras circunvizinhas, Allendale, Stanhope e Middleton, a duração média de vida era, respectivamente, de 49, 48 e 47 anos e as mortes em consequência de doenças pulmonares representavam, respectivamente, 48%, 54% e 56% do total de óbitos” (Engels, p. 275, 2010).

⁴⁰⁵ Segundo Engels: “É muito característico que a fabricação de artigos que servem de adorno às damas da burguesia acarrete graves danos à saúde das operárias nela ocupadas. [...] Durante a alta estação (fashionable), que dura 4 meses por ano, a jornada de trabalho, inclusive nos melhores estabelecimentos, atinge 15 horas e mesmo, se há encomendas urgentes, 18 horas; na maioria dos estabelecimentos, nesse período se trabalha sem horário determinado, de tal modo que as moças nunca têm mais de 6 horas (até mesmo 3 ou 4 e, no limite, 2 horas) em 24 horas para repousar e dormir – e, às vezes, trabalham 24 horas sem parar! (Engels, p. 243-244, 2010) E, mais adiante: “[...] O trabalho de extração (de carvão), executado por homens adultos ou jovens robustos de dezesseis anos ou mais, também é extenuante. Em geral, a jornada é de onze a doze horas, às vezes ainda mais longa – na Escócia chega a catorze horas; não é incomum a duplicação da jornada, com todos os operários em atividade sob a terra por 24 horas e, em alguns casos, 36 horas” (Engels, p. 277, 2010).

Império Britânico aprofundava sua colonização em outras partes, criando e estabilizando, ao mesmo tempo, uma forte relação econômica com as emergentes nações independentes. Por outro lado, no centro, onde desenvolvia-se a primeira indústria, os seres humanos eram sujeitos a condições degradantes enquanto a economia tinha como principal fonte de energia o carvão, um meio altamente poluente, para produção de, principalmente, tecidos para exportação. Neste sentido, as condições para criação de riqueza estavam determinadas tanto pelas relações econômicas internas quanto externas, de modo que a necessidade de produção de energia para a crescente indústria aumentou enormemente em menos de um século⁴⁰⁶ – em vinte anos, entre 1830 e 1850, a produção de carvão saltou de 15 milhões de toneladas para 49 milhões⁴⁰⁷ –, o que, por consequência, piorou em muito a poluição atmosférica. Outras cidades industriais, além de Londres, tiveram o mesmo problema conforme se industrializaram, como Manchester, por exemplo, na qual o jornal Manchester Guardian – que tornaria-se o The Guardian em 1959⁴⁰⁸ – e o periódico especializado Chemical News relataram, a partir do século XIX, os efeitos nocivos da poluição atmosférica, assim como a defesa negacionista dos industriais sobre o mesmo assunto⁴⁰⁹. O represamento da poluição atmosférica de Londres, no entanto, é também resultante da sua localização geográfica, que facilita o aumento da umidade e da névoa, mas isso, aliado à

⁴⁰⁶ Para usar um exemplo de Engels: “[...] A população de Birmingham passou de 73 mil (em 1801) para 200 mil habitantes (em 1844), a de Sheffield de 46 mil (em 1801) para 110 mil (em 1844) e o consumo de carvão, apenas nesta última cidade, chegava, em 1836, a 515 mil toneladas. Em 1805, foram exportadas 4,3 mil toneladas de produtos de ferro e 4,6 mil toneladas de ferro bruto; em 1834, essas cifras foram, respectivamente, 16,2 mil e 107 mil; a extração de ferro, que em 1740 totalizava 17 mil toneladas, em 1834 chegava a quase 700 mil. Apenas a fusão do ferro bruto consome anualmente mais de 3 milhões de toneladas de carvão e é notável a importância que as minas de carvão (hulha) adquiriram no curso dos últimos sessenta anos. Hoje, todas as jazidas carboníferas da Inglaterra e da Escócia estão sendo exploradas e as minas de Northumberland e Durham, somente elas, produzem mais de 5 milhões de toneladas para exportação, ocupando entre 40 mil e 50 mil operários. De acordo com o Durham Chronicle, nesses dois condados estavam sendo exploradas: em 1753, 14 minas de carvão; em 1800, 40 minas de carvão; em 1836, 76 minas de carvão e; em 1843, 130 minas de carvão” (Engels, p. 51, 2010).

⁴⁰⁷ Hobsbawm, p. 33, 2011.

⁴⁰⁸ Para uma caracterização mais aprofundada: “[...] O Guardian é propriedade de um fundo de caridade, representa a democracia liberal e social-democrata política e há muito tempo desempenha um papel ativo na cobertura de questões ambientais” (Carvalho; Burgess, p. 1460, 2005). E ainda: “[...] The Guardian é o diário britânico de circulação geral que está mais à esquerda do espectro ideológico, tradicionalmente apoiando o Partido Trabalhista (pelo menos até sua conversão em New Labour)” (Carvalho, p. 2, 2005).

⁴⁰⁹ Segundo Thorsheim: “A indústria tinha um forte incentivo para perpetuar a visão de que produtos químicos transportados pelo ar, incluindo carbono e vapores ácidos, eram benéficos. Na década de 1850, o fabricante de Manchester, Peter Spence, sustentou que o carbono na fumaça do carvão era “inocente de qualquer efeito deletério à saúde humana, é um dos corpos mais anti putrescentes e, enquanto flutua na atmosfera, faz tudo o que pode para prender e destruir vapores nocivos e miasmáticos”. Essa propriedade valiosa da fumaça poderia até ser usada para desinfetar esgoto, ele argumentou, “introduzindo os produtos da combustão das chaminés nos esgotos”. O periódico especializado Chemical News, que fez muito para divulgar as opiniões de Spence, afirmou em 1862 que, embora a combustão do carvão causasse chuva ácida, essa substância era “mais benéfica à saúde do que o contrário, pois tendia a retardar a putrefação da matéria animal sobre a qual cai”. (Thorsheim, p. 17-18, 2006) E, segundo Mosley: “Embora não fosse de forma alguma o fio mais importante da história da riqueza e do bem-estar, a noção de que a fumaça era benéfica para a saúde era, no entanto, muito explorada. Em 1842, o Manchester Guardian relatou a visão de muitos empresários da cidade: ‘se não tivéssemos fumaça, teríamos tifo’” (Mosley, p. 110, 2008).

grande emissão de poluentes, passou a adensar a neblina natural, misturando a ela partículas de fuligem, gás carbônico e enxofre, tornando-a tóxica tanto para a respiração quanto para a pele e para os olhos de seus habitantes⁴¹⁰. Não é à toa que o primeiro grande *smog* de Londres aconteceu na década de 1840, no auge da (primeira) Revolução Industrial, mas mesmo antes a população londrina já se habituara, por assim dizer, aos transtornos da neblina e até ufanava-se dela e da sua experiência de risco cotidiano.

Para uma primeira observação, o principal efeito da poluição atmosférica nas cidades industriais, principalmente em Londres com sua peculiaridade geográfica, era o cessar da luz. Não ver impedia, ou dificultava muito, a maior parte das atividades humanas e sociais. Portanto, grande parte dos riscos relatados até meados do século XX não dizia tanto respeito à saúde humana⁴¹¹, mas aos acidentes e distúrbios causados pela falta de luz: os meios de transporte paralisavam-se ou se acidentavam, a criminalidade corria solta na espessa “sopa de ervilhas”, os produtos da indústria têxtil – principal artigo comercial – sujavam-se e tinham que ser descartados, os trabalhadores não chegavam aos postos de trabalho, os jogos esportivos eram impossíveis e até os ritos religiosos deixavam de acontecer. A cidade era mergulhada na escuridão mesmo durante o dia⁴¹² e surgiu, inclusive, a função de *linklighters*, cumprida por rapazes que seguravam tochas nas ruas para melhorar a iluminação pública e acompanhar as pessoas em seus trajetos. Havia, sobretudo, uma dimensão estética no incômodo causado pela poluição em Londres: quando a fumaça diminuía, prédios e monumentos eram vistos cobertos pela fuligem e desgastados pela chuva ácida produzida na emissão de carbono e enxofre. As plantas morriam, muitos animais também⁴¹³.

⁴¹⁰ Segundo Corton: “Não apenas o nariz e a boca das pessoas, mas também seus olhos, sofreram, e fabricantes empreendedores criaram óculos antiembaçantes para serem usados como proteção. Em 1849, a revista satírica *Punch* zombou dessa prática ao aconselhar as pessoas a “testar o suposto poder desses copos, colocando-os e mergulhando a cabeça em uma terrina de sopa de ervilha fria” (Corton, p. 30, 2015).

⁴¹¹ Embora haja registro de que já no início do século XIX havia alguma consciência dos riscos da poluição para a saúde, como no exemplo que se segue: “[...] Algumas pessoas pelo menos estavam cientes dos perigos para a saúde também. Uma lápide no Cemitério Kensal Green testemunhou o reconhecimento por alguns de que a neblina poderia causar sérios danos à saúde das pessoas. Ela evidencia “L. R. / Que morreu de asfixia na grande neblina de Londres / 1814” (Corton, p. 11, 2015).

⁴¹² Segundo Corton: “[...] Um “nevoeiro extraordinário” foi relatado em 5 de novembro de 1805, e outro no mesmo dia do ano seguinte. Durante um nevoeiro que ocorreu em 10 de janeiro de 1812, o *The Times* relatou: “Durante a maior parte do dia, era impossível ler ou escrever em uma janela sem luz artificial” (Corton, p. 9, 2015).

⁴¹³ Segundo Corton: “[...] Não foram apenas pessoas e animais que sofreram com a neblina; as plantas também foram afetadas. Um artigo que apareceu na *Gardener's Magazine* um mês após os eventos de dezembro de 1873 revisou seu impacto. As plantas mais imediatamente afetadas foram as orquídeas, que estavam em flor saudável antes, mas agora estavam ‘sem flores, flácidas e deficientes em verdura saudável em suas folhas’. As flores que caíram no chão da estufa estavam tão ‘mofadas e sujas que não valia a pena pegá-las’” (Corton, p. 87, 2015).

Conforme a industrialização avançava, a neblina pútrida produzida na inversão térmica a acompanhava, principalmente nos dias de inverno. O aumento populacional – de cerca de um milhão em 1800 para dois milhões em 1830 – azeitou também a emissão de poluentes, já que queimar carvão ou lenha era a única forma de aquecer as casas e fazer comida. A população mais pobre, como de praxe, era a primeira e mais afetada pelos *smogs*: com o aumento populacional, as famílias amontoavam-se no leste da cidade⁴¹⁴, onde também ficava a maior parte das fábricas e onde, por uma característica dos ventos e do baixo relevo, a fumaça ficava retida⁴¹⁵. Essa mesma população era também a mais suscetível às epidemias, como a da cólera e a do tifo, ambas diretamente relacionadas à falta de saneamento básico⁴¹⁶. Em meados do século XIX, no período vitoriano, iniciou-se então uma grande reforma sanitária⁴¹⁷: como parte dela, entre 1844 e 1850, nada menos que seis propostas para reduzir as emissões industriais foram feitas, todas afastadas com sucesso pelos representantes da indústria no Parlamento que, inclusive, argumentaram ser a poluição um sinal de prosperidade⁴¹⁸. No entanto, a campanha pela limpeza da cidade estava lançada e não apenas no que dizia respeito ao saneamento, mas à purificação do ar. A imprensa abraçou o problema, e o *The Times*, um dos principais jornais já naquela época⁴¹⁹, atacou diretamente os industriais, dizendo que eles:

[...] têm um interesse pessoal em nos obrigar a consumir sua fumaça. Vivendo no ar puro dos subúrbios, eles vêm à cidade uma vez por semana de trem para ver como a chaminé desenha e como a caixa registradora enche, depois voltam para casa, deixando

⁴¹⁴ Segundo Engels: “[...] a maior zona operária situa-se a leste da Torre de Londres, em Whitechapel e Bethnal Green, onde se concentra a grande massa de operários da cidade. Ouçamos o que diz o senhor G. Alston, pastor de St. Philip, Bethnal Green, acerca das condições de sua paróquia: A paróquia envolve 1.400 casas, habitadas por 2.795 famílias, ou seja, quase 12 mil pessoas. O espaço em que vive essa grande massa mede menos de 400 jardas quadradas (1.200 pés) e, num tal amontoamento, não é raro encontrar-se um homem, sua mulher, 4 ou 5 filhos e, às vezes, também o avô e a avó, num só cômodo de 10 ou 12 pés quadrados, onde trabalham, comem e dormem” (Engels, p. 66, 2010).

⁴¹⁵ Corton, p. 20, 2015.

⁴¹⁶ Um caso ilustrativo das precárias condições sanitárias é o seguinte: “Por ocasião de uma necropsopia, realizada em 14 de novembro de 1843 pelo senhor Carter, coroner do Surrey, no cadáver de Ann Galway, mulher de 45 anos, os jornais descreveram a casa da falecida nos seguintes termos: morava no nº 3 de White Lion Court, Bermondsey Street, Londres, com o marido e o filho de dezenove anos, em um pequeno quarto onde não havia cama ou qualquer outro móvel. Jazia morta ao lado do filho, sobre um monte de penas, espalhadas sobre o corpo quase nu, porque não havia lençóis ou cobertores. As penas estavam de tal modo aderidas à sua pele que o médico só pôde observar o cadáver depois que o lavaram – e encontrou-o descarnado e todo marcado por picadas de insetos. Parte do piso do quarto estava escavado e esse buraco servia de latrina à família” (Engels, p. 67, 2010).

⁴¹⁷ Segundo Joel Tarr: “O movimento sanitário começou na Grã-Bretanha nas décadas de 1840 e 1850 com o trabalho de Sir Edwin Chadwick e seus seguidores para promover um ambiente urbano saudável limpando as cidades. Tratava-se, essencialmente, de um movimento social de elites e profissionais que visava mudar as ideias das pessoas sobre seus próprios hábitos pessoais de limpeza, criar um papel ampliado para o governo em áreas relacionadas à saúde e ao saneamento e promover a construção de obras públicas urbanas para alcançar uma cidade saudável” (Tarr, p. 256, 1984).

⁴¹⁸ Corton, p. 33, 2015.

⁴¹⁹ Para uma caracterização mais aprofundada: “[...] O Times tem uma política editorial conservadora de centro-direita comprometida com o estabelecimento e a soberania das instituições tradicionais” (Carvalho; Burgess, p. 1460, 2005).

os habitantes da Babilônia moderna sofrendo enquanto a fumaça penetra nos poros de nossa pele e nos vasos de ar de nossos pulmões, convertendo a laringe humana em uma chaminé mal varrida.⁴²⁰

Então, em 1853, foi aprovada a Lei de Combate ao Incômodo pela Fumaça, que passou a produzir sanções já nos meses seguintes⁴²¹. Mas a diligência foi paliativa⁴²² e, à medida que a população e a indústria continuaram crescendo⁴²³, a poluição atmosférica também. Fato é que o carvão continuou sendo a principal fonte de energia, apesar da instalação de iluminação a gás nas vias públicas⁴²⁴ e, embora a indústria tivesse, grosso modo, se adaptado com equipamentos para diminuir a poluição, havia também muita emissão doméstica de gás carbônico e de enxofre. Entre 1862 e 1882, a quantidade de carvão utilizada em Londres mais que dobrou, foi de cinco para onze milhões de toneladas, assim como a população, que chegou a quatro milhões em 1870. Logo, para o fim do século XIX, os dias sem luz aumentaram de frequência junto da mortalidade, que passou a ser mais contundentemente relacionada à poluição pela imprensa em jornais como o *The Times* e na revista médica *The Lancet*. A revista *Punch*, particularmente, tinha um editorial mais literário e voltado para o satírico, assim que transformou a fumaça na personalidade máxima do Reino Unido, isto é, em rei, ou melhor, no Rei Nevoeiro, arquétipo pelo qual descrevia as vilanias da poluição, como, por exemplo, se observa:

⁴²⁰ Corton, p. 35, 2015.

⁴²¹ Segundo Corton: “[...] Em oito meses, de agosto de 1854 a março de 1855, houve 124 condenações e multas totalizando mais de £500, uma quantia nada desprezível na época” (Corton, p. 35, 2015).

⁴²² Segundo Peter Thorsheim: “Em 1851, a cidade de Londres adquiriu a autoridade para aplicar multas a proprietários de fábricas que enchessem o ar com fumaça. Este ato conseguiu reduzir a quantidade de fumaça emitida na antiga milha quadrada, mas não se aplicou ao resto de Londres. Isso mudou dois anos depois, quando o Parlamento promulgou a Lei de Combate ao Incômodo pela Fumaça de 1853, que exigia que os fabricantes “consumissem ou queimassem, tanto quanto possível, toda a fumaça” de seus fornos. A aplicação desta lei estava nas mãos da polícia metropolitana. Como resultado do envolvimento direto do secretário do interior, Visconde Palmerston, a polícia aplicou a lei agressivamente durante seus anos iniciais de operação. Entre agosto de 1854 e março de 1855, 147 casos foram a julgamento, dos quais 124 resultaram em condenação. O ato de 1853 foi fortalecido três anos depois por emendas que o estenderam aos barcos a vapor no Tâmesa e a certas indústrias que haviam sido inicialmente deixadas de fora. Esses atos parecem ter levado a alguma redução na quantidade de fumaça industrial na metrópole, mas a fiscalização era desigual, e muitas fábricas enfumaçadas permaneceram isentas de regulamentação. Na década de 1870, as regulamentações de fumaça de Londres eram geralmente ignoradas pelos poluidores e autoridades municipais. Mesmo quando os casos iam a tribunal e as condenações eram obtidas, as multas eram ridiculamente baixas – muitas vezes não mais do que meia libra e às vezes tão pouco quanto um centavo. Outra razão pela qual a qualidade do ar permaneceu ruim foi que as reduções na fumaça industrial foram mais do que compensadas pelos aumentos na quantidade média de carvão que cada família consumia” (Thorsheim, p. 113, 2017).

⁴²³ Para se ter ideia da densidade demográfica urbana na época, segundo Hobsbawm: “[...] na Inglaterra, primeira economia industrial, os moradores da cidade só excederam os do campo em 1851, ano em que passaram a constituir 51% da população” (Hobsbawm, p. 349, 2015).

⁴²⁴ Instalada em Londres a partir de 1807 (Hobsbawm, p. 213, 2011).

Tanto a imagem quanto o texto traçam uma descrição da poluição sob uma forma tragicômica. Na primeira, o Sol, entidade maior da natureza, aparece amedrontado enquanto a ciência, fruto do Iluminismo, aparece prostrada sob a forma de um vulto encapuzado de olhos brilhantes, encolhido como que para proteger-se, com a legenda: “ciência desempoderada”. A poluição, por sua vez, sob a forma de rei e demônio ao mesmo tempo, aparece cercada por diabretes saídos de uma chaminé, todos sujos de fuligem, que riem, como só os perversos podem rir do desastre que causam. Dos seus cachimbos saem gás carbônico, gás ácido sulfuroso e gás amoniacal. O texto, no entanto, é ainda mais preciso na descrição do caos gerado pelos *smogs*:

O Rei Nevoeiro surgiu e, com um sorriso malicioso, bateu no nariz e disse para si mesmo:

‘Ó miseráveis mortais, estou prestes a me divertir com os seus tormentos

Os horrores comuns de um janeiro normal, farei o meu melhor para variar em estilo

Que seus melhores adeptos da brincadeira, em meio à tosse e ao engasgo, admitam que isso dificilmente provoca um sorriso’.

Então ele se levantou, o rei fuliginoso, com um salto de borracha, e levou à boca uma trombeta de nevoeiro,

Como um amigável chamado a um bando de demônios estranhos, que vieram do Leste, Oeste, Norte e Sul.

Vestidos como demônios, alguns tinham peles da cor de limões, enquanto outros eram tão escuros quanto seu rei;

E cada diabinho pálido ou sujo parecia um avatar do mal, pronto para todo tipo de coisa horrenda.

Um buquê de gases fétidos, que os britânicos tolos liberam de suas chaminés e fábricas, Para asfixiar seus semelhantes – truques idiotas que detesto – e interceptar o sol, escondendo o céu,

Dificilmente poderiam ser mais desagradáveis, e seus rostos, escuros ou pálidos, brilhavam com um horrível brilho de besouro,

Ansiosos por causarem problemas, todos piscaram para o velho Rei Nevoeiro, como quem diz: ‘Tudo bem, velho, eu entendo’.

Então o Rei Nevoeiro desceu com seu demônio assistente, sobre a cidade,

E o dia imediatamente ficou mais escuro, o sol parou de brilhar, e as luzes a gás pareciam vacilar e se apagar.

Todas as cores, exceto o preto, foram banidas, e até as estradas desapareceram; você não conseguia ver as lâmpadas nem seus postes.

Casas, torres e igrejas desapareceram, e as pobres pessoas vagavam como fantasmas úmidos e sombrios.

As margens do rio Styx eram suaves comparadas à Fleet Street ou ao Strand; você não conseguia ver sua mão diante do rosto.

Seu vizinho, no escuro, parecia um Boojum ou um Snark, que, a cinco passos de distância, sumia sem deixar vestígios.

Um manto fétido e sujo cobriu tudo e todos; seus ingredientes eram névoa, fuligem e fumaça,

E ‘fumaça’ inclui, é claro, substâncias de toda fonte imunda, que podem irritar, cegar, entupir e sufocar.

Pois o Rei Nevoeiro, um demônio sarcástico, convocou gases ácidos, carbônicos e sulfurosos, de chaminés e destilarias,

Brincando de forma demoníaca com vapores amoniacais, aumentando o sofrimento da vida humana.

De todas as formas possíveis, ele aboliu a noite e o dia; você só podia diferenciá-los pelos relógios.

Ele ‘retardou a radiação’, uma abominação maligna, e encheu as ruas públicas com ‘blocos feios’.

Ele confundiu todo o tráfego, e o poeta que queria escrever uma sátira, e o pintor se preparando para a próxima exposição,
 Ficaram quase loucos, pois não havia luz, exceto o fraco e desinspirador brilho das lâmpadas a gás.
 Ele aumentou o monopólio, que, para os pobres, se não para os ricos, é um crime pestilento e imperdoável;
 Pois ele fez o preço do gás subir, irritou os olhos das pessoas e cobriu tudo com uma camada de fuligem gordurosa.
 Ele transformou todas as travessias em perigos; cidadãos confortáveis se sentiram estranhos em seus escritórios e elegantes vilas suburbanas.
 O cocheiro desejava ser levado pelo vento, pois não conseguia encontrar o caminho, e colidia com postes e pilares.
 Ele cobrou dez xelins e seis pence, uma tarifa alta demais até para o Styx, para rastejar do Banco até Brixton Hill,
 E ficou completamente bêbado, deixando seu passageiro em pânico, terminando com uma queda espetacular.
 Então o Rei Nevoeiro riu baixinho, pois todos os trens estavam atrasados e lentos, e os sinais de nevoeiro não paravam de soar dia e noite.
 Havia multidões em todas as plataformas, e os porteiros estavam exaustos com as perguntas incessantes.
 As tochas e os archotes produziam cheiros insuportáveis, e os meninos que os carregavam,
 Estendendo suas mãos para gorjetas e derramando piche em seus casacos, davam pouca ajuda, mas faziam muito barulho.
 O nevoeiro levou a brigas e confusão, atrasou os correios e parou o tráfego no rio.
 Ele levou a multidão a beber, e os bares ficaram lotados num piscar de olhos, pois não se podia ver nenhum outro tipo de loja.
 Os teatros ficaram vazios, o que irritou os gerentes; os clientes dos tribunais não conseguiam encontrar o caminho,
 E as crianças, em geral, não conseguiam se arrastar até a escola, e se perdiam ao sair para brincar.
 Esses problemas não eram pequenos, mas, oh, isso não era tudo, pois a taxa de mortalidade aumentou de forma alarmante.
 O Rei Nevoeiro é um inimigo da vida. Suicídios repentinos eram comuns, e os suspiros dos asmáticos idosos cresciam – e cessavam.⁴²⁵

Essa descrição, retirada da Punch de 21 de janeiro de 1888, reúne praticamente todas as atribuições feitas pelos meios de comunicação da época à poluição: a escuridão, o adoecimento, o aumento da criminalidade e dos acidentes, as perdas econômicas, o caos na mobilidade urbana, a sujeira impregnante e, por fim, a morte. Note-se que a causa também é evidenciada em “[...] *Um buquê de gases fétidos, que os britânicos tolos liberam de suas chaminés e fábricas, / Para asfixiar seus semelhantes*”, ou seja, embora o Rei Nevoeiro e seus comensais tenham elementos mágicos, eles são descritos como produtos da atividade humana, industrial e doméstica, que perpetram a destruição e o caos – mais que a criação de riquezas, o que não é evidenciado nessa matéria em momento algum, embora o seja em outras. Os elementos normativos aí são evidentes: o problema é colocado sob a forma de uma autoridade máxima da qual não é possível escapar, a não ser que se considere essa mesma autoridade, o Rei Nevoeiro, como o produto da própria

⁴²⁵ Punch, 21 de janeiro de 1888, p. 26-27.

ação humana. Como salienta Wittgenstein, não há o negativo na linguagem⁴²⁶, assim que, por oposição, o que a matéria comunica ao dizer o que não é é que seria bom se fosse de outro modo. Era nesse tom que a opinião pública sobre a poluição atmosférica se tecia nesta época, ainda sem soluções patentes para um problema que, de todo modo, estendia-se à população de todas as cidades industriais e que alimentava, junto ao cotidiano sombrio experienciado pelos seres humanos, uma crescente pressão por ações vinculadas mais efetivas. Assim, a Lei de Saúde Pública de 1875⁴²⁷ e a Lei de Saúde Pública de Londres de 1891, elaboradas contemporaneamente à matéria exemplar, foram respostas ressonantes importantes para dispor sobre a redução da poluição atmosférica, mas na prática a fiscalização e aplicação de sanções não eram operadas eficientemente⁴²⁸. Por isso, no início do século XX, o problema perdurava⁴²⁹ e se intensificava a descrição dos jornais a esse respeito, que focaram, nesse período, na criminalidade e nas perdas econômicas decorrentes da neblina⁴³⁰. Em seguida, na década de

⁴²⁶ Segundo Wittgenstein, nada na realidade pode corresponder ao signo não, ou ao não ser. Nas suas palavras: “É importante, porém, que os sinais ‘p’ e ‘- p’ possam dizer o mesmo. Pois isso mostra que ao sinal nada corresponde na realidade. Que a negação ocorra em uma proposição não chega a ser uma característica de seu sentido (- - p = p)” (Wittgenstein, p. 175, 2001).

⁴²⁷ Segundo Moesley: “Na Inglaterra, as cláusulas anti poluição da Lei de Saúde Pública de 1875, que consolidaram e estenderam as disposições obrigatórias da Lei Sanitária de 1866, forneceram a base para litígios na maioria das cidades até serem alteradas em 1926. O Ato de 1875 obrigava os conselhos locais a processar os poluidores se suas fornalhas não fossem construídas de modo a consumir sua própria fumaça e se suas chaminés industriais emitissem “fumaça preta em quantidade tal que fosse um incômodo” (Mosley, p. 216, 2008).

⁴²⁸ Segundo Thorsheim: “Parece provável que os autores da lei de 1866 tenham escolhido suas palavras de forma a permitir que todas as instâncias de emissões de fumaça, exceto as mais flagrantes, continuassem sem controle. Muitas pessoas acreditavam que uma quantidade considerável de fumaça era um concomitante inevitável da indústria e que proibi-la importaria uma restrição injusta e indesejável aos fabricantes. Prenunciando os esforços recentes de alguns nos Estados Unidos para eliminar as regulamentações ambientais que eles consideram “onerosas” para a indústria, os autores da Lei de Saúde Pública de 1875 especificaram que a fumaça preta deveria ser evitada apenas ‘na medida do possível’. Muitos proprietários de fábricas obtiveram absolvições argumentando que seus processos de produção inevitavelmente produziam fumaça preta e que nada menos que fechar as portas reduziria mensuravelmente a quantidade de fumaça que eles despejavam no ar. Os inspetores municipais de fumaça se mostraram bastante simpáticos a esse argumento, e as autoridades locais exerceram controle rígido sobre a contratação, demissão e atividades cotidianas dos inspetores sanitários a seu serviço, que tinham autoridade legal para emitir intimações aos poluidores. Alguns membros dos conselhos municipais eram donos de fábricas enfumaçadas ou eram amigos próximos de tais homens. Não surpreendentemente, a aplicação agressiva das leis contra a fumaça era frequentemente uma baixa prioridade para os conselheiros, e os inspetores sanitários em tais localidades sentiam uma pressão considerável para serem lenientes com os poluidores” (Thorsheim, p. 114, 2017).

⁴²⁹ Segundo Clapp: “[...] A Lei de Saúde Pública de 1875 deu a todas as autoridades locais a oportunidade de combater o incômodo da fumaça industrial se assim o desejassem. Mas os prédios enegrecidos, a neblina e o peso da poeira e fuligem que ainda caíam sobre as cidades inglesas quando a medição começou no início deste século (XX) sugerem que nem os atos locais nem os centrais o fizeram muito bem” (Clapp, p. 34, 1994).

⁴³⁰ Segundo Corton: “Londres sofreu outra grande neblina no domingo, 22 de janeiro de 1922. O Pall Mall Gazette descreveu a neblina “avançando como uma parede marrom, cobrindo todo o céu oriental. A transição de sol brilhante para escuridão densa em muitos distritos foi instantânea”. A neblina de domingo, continuou, era “uma personificação impressionantemente visível da praga que a negligência pública do incômodo da fumaça torna uma das aflições crônicas de Londres. Sir Harry Brittain, um importante jornalista [...] escreveu ao editor do The Times: “Um ataque à Metrópole pelo Rei Fog é muito mais destrutivo e custoso do que quaisquer dois ataques de Zeppelin associados à Grande Guerra... A perda de horas de trabalho devido a atrasos no transporte, a despesa adicional em carvão, gás e eletricidade... Adicione os acidentes (sempre há alguns para lamentar), adicione os danos à saúde

1920, a ciência passou a observar o fenômeno de modo mais institucionalizado e a sua descrição, observada pelos meios de comunicação, aumentou a complexidade disponibilizada para a opinião pública, embora sem muita irritação para o sistema político nesse momento⁴³¹.

Ao mesmo tempo, é pertinente que a neblina poluída já fizesse parte, a essa altura, da identidade de Londres e de seus habitantes, tendo sido incorporada nas artes plásticas⁴³² e na literatura; descrições que traziam, de certa forma, uma opulência orgulhosa de sua população a esta experiência espúria e ao mesmo tempo romantizada. No século XIX, Lord Byron, Charles Dickens, Conan Doyle, Thomas Hardy, J. Jackson Wray, William Delisle Hay, Edward Bulwer-Lytton, Richard Jefferies, George Gissing, Robert Louis Stevenson, J. Bayard Taylor e Hippolyte Adolphe Taine, por exemplo, fizeram da névoa poluída personagem importante de suas histórias. Nessa época, surgiram também os *penny bloods*, jornalecos de oito ou dezesseis páginas que tinham na capa uma xilogravura e de cujo conteúdo, como o nome evidencia, escorria sangue. Publicados de forma seriada semanalmente, eles prestavam-se ao entretenimento da classe trabalhadora que estava sendo alfabetizada e é sobretudo interessante como essas histórias – de criminalidade e terror – serviam à autodescrição da vida no capitalismo emergente: elas expunham, pela ficcionalização daquele cotidiano particular, a degradação humana frente aos riscos que eram transformados, literariamente, em monstros sob a neblina. Os *penny bloods* tiveram ressonância política, já que, dentre outros, o movimento cartista aderiu à estratégia sensacionalista desta literatura, considerando que ela passou a ser uma forma eficiente de comunicação direta com as massas⁴³³. Essa tendência literária de origem gótica,

pública, o agravamento dos problemas pulmonares [...]. Em novembro seguinte, uma densa neblina atingiu não apenas Londres, mas o resto da Europa até a Alemanha. Em Londres, foi agravada pela poluição por fumaça e assumiu a cor amarela usual. Os jornais em 1922 também notaram em ‘Arrombamentos na Neblina’ que os criminosos estavam ‘sem dúvida tirando vantagem da densa neblina que prevaleceu em Londres na noite passada’. Mortes também ocorreram. Na Estação de Croydon, o corpo de uma mulher foi ‘encontrado ao lado da linha na estação com o crânio fraturado e outros ferimentos graves’. Presumivelmente, ela caiu da plataforma na densa neblina e foi atingida por um trem que passava. A legenda na galeria de fotos do The Times era ‘Quando o dia virou noite’” (Corton, p. 235-236, 2015).

⁴³¹ O Dr. John S. Owens, do Comitê para Investigação da Poluição Atmosférica, trabalhou na medição da poluição atmosférica e foi citado pelo *Pall Mall and Globe* em novembro de 1921: “[...] às 10h20 de hoje havia aproximadamente 340.000 pedaços de fuligem por polegada cúbica de ar, e o diâmetro de cada pedaço de fuligem é de uma vigésima quinta milésima parte de uma polegada”. O jornal exclamou: “Os londrinos estão respirando e comendo fuligem absoluta” (Corton, p. 240, 2015).

⁴³² Como pode ser visto, por exemplo, nas obras de Charles-François Daubigny, Joseph Mallord William Turner, Charles Albert Ludovici, George Vicat Cole, Rose Maynard Barton, Giuseppe De Nittis, William Luker, William Lionel Wyllie, John O'Connor, James McNeill Whistler e Claude Monet.

⁴³³ Através de escritores como George W. M. Reynolds, por exemplo, em “The Mysteries of London”. Segundo Rohan McWilliam: “Um dos grandes romances best-sellers vitorianos, *The Mysteries of London* (1844-48), de GWM Reynolds, desenvolveu-se durante sua serialização em um romance cartista com sua exposição sensacional da maneira como os ricos oprimiam os pobres (Reynolds foi brevemente um dos principais cartistas em 1848). O

fantástica e apelativa continuou no século XX com John Galsworthy, Henry Green, Thomas Stearns Eliot, Evelyn Waugh e Lynne Reid Banks, por exemplo, e depois foi incorporada ao cinema, pelo qual a poluição atmosférica de Londres reforçou sua marca identitária em filmes como *O Inquilino* (1927), de Hitchcock, por exemplo, inspirado no caso de Jack, o estripador⁴³⁴.

Posteriormente, recém-terminada a Segunda Guerra Mundial e com a vitória do Partido Trabalhista tendo à frente Clement Attlee, foi aprovada a Lei de Nacionalização da Indústria do Carvão (1946), que nacionalizou a indústria de carvão no Reino Unido e, enquanto o de maior qualidade passou a ser exportado para melhorar a economia, o de pior qualidade ficou para uso doméstico⁴³⁵. Assim que nos anos que se seguiram, os *smogs* se intensificaram durante o inverno⁴³⁶. Não foi nenhuma surpresa, portanto, quando, em 4 de dezembro de 1952, uma espessa neblina amarela desceu sobre Londres, tornando a visibilidade impossível. O sistema de energia elétrica se sobrecarregou rapidamente, levando a cortes de energia, o que aumentou o consumo doméstico de carvão – também usado nas usinas – enquanto a temperatura se mantinha em torno de 0°C. Conforme os dias passavam, a densidade da poluição aumentou enormemente a ponto de se incrustar na pele e nas roupas das pessoas; as máscaras de gás distribuídas durante a guerra voltaram a ser usadas e quem não as tinha tapava o rosto com panos⁴³⁷. Mas nenhuma medida impediu que os adoecimentos e as mortes aumentassem rapidamente, fazendo faltar espaço nos hospitais e necrotérios. No dia 6 de dezembro, já haviam sido contabilizadas 519 mortes a mais que no mesmo período do ano anterior e, em 13 de dezembro, já haviam morrido 4.703 pessoas. Os jornais relataram a interrupção dos transportes e dos serviços de socorro,

cartista Ernest Jones também era conhecido por seus poemas e ficção romântica, que incluíam muitas críticas sociais” (McWilliam, p. 373, 2012).

⁴³⁴ Do original “The Lodger”. Nesse filme, Hitchcock usa uma estratégia simples e eficiente para climatizar sua narrativa sob a poluição: ele alterna o dia e a noite e os ambientes internos e externos (a casa e a rua), entre uma fumaça laranja e uma fumaça azul, respectivamente, assim que em nenhum momento do filme é possível identificar a luz natural do Sol, aumentando a tensão do suspense em tela.

⁴³⁵ Corton, p. 277, 2015.

⁴³⁶ Em 1948, por exemplo: “[...] a neblina de 1948 causou mais de 300 mortes atribuídas à pneumonia e bronquite em pacientes mais velhos” (Fruttaldo, p. 135, 2018).

⁴³⁷ Corton, p. 285, 2015.

assim como o aumento da criminalidade⁴³⁸ e das mortes⁴³⁹. As perdas econômicas também foram notórias, dada a proximidade com o Natal. A neblina perdurou até janeiro de 1953 e, até março, estima-se que morreram 12.000 pessoas em decorrência da poluição, já que muitas delas tiveram seus sistemas respiratórios prejudicados paulatinamente⁴⁴⁰. O Manchester Guardian escolheu um título emblemático em 31 de janeiro de 1953 para chamar a atenção para as mortes pela neblina em Londres, seguido de um texto detalhado e comparativo sobre a mortalidade na poluição, como se observa:

PIOR QUE A CÓLERA DE 1866

Mortes após neblina

O aumento de mortes na semana após a grande neblina de Londres no início de dezembro foi maior do que na pior semana da epidemia de cólera em 1866. Isso foi revelado em um relatório do comitê de saúde do Conselho do Condado de Londres, que será considerado pelo conselho na terça-feira.

O comitê relata que os números registrados pela estação de observação do conselho no County Hall para poluição atmosférica por fumaça e dióxido de enxofre nos dias 7 e 8 de dezembro são os mais altos que podem ser rastreados em registros que datam de 1932. Além disso, no período de seis dias a partir de 5 de dezembro, quando a condição atmosférica estava particularmente ruim, a temperatura permaneceu consideravelmente abaixo do normal.

As mortes registradas em Londres aumentaram de 945 na semana encerrada em 6 de dezembro para 2.484 na semana seguinte. A taxa geral de mortalidade nesta última semana foi ligeiramente maior do que a associada à neblina severa de 1873, e foi comparável às taxas experimentadas no pico de mortalidade de grandes epidemias.

O excesso de mortes acima do normal por milhão de habitantes na semana encerrada em 20 de dezembro de 1873 (pico da neblina) foi de 243; o excesso na semana encerrada em 4 de agosto de 1866 (pico da última grande epidemia de cólera) foi de 426, e o excesso na semana encerrada em 13 de dezembro de 1952 foi de 445. O número correspondente para a pior semana da pandemia de gripe de 1918 foi de 785.

Nenhuma idade específica

⁴³⁸ Segundo Thorsheim: “Apesar de alguma cobertura positiva que retratava a neblina como uma exibição visual interessante, a maioria dos artigos sugeria que essa neblina não era bem-vinda. No entanto, mesmo a cobertura mais negativa da neblina tendia a considerá-la um fenômeno exclusivamente visual. Refletindo esse entendimento, o primeiro artigo a aparecer no Times sobre a neblina de 1952 trazia a manchete ‘Neblina atrasa serviços aéreos’. Além de paralisar quase todos os voos de e para o Aeroporto de Londres (Heathrow), a baixa visibilidade causou a suspensão de rotas de ônibus e bondes, forçou o tráfego de barcos no Tâmisa a parar e levou a Automobile Association a alertar os motoristas contra dirigir até que as condições melhorassem. O Times relatou que “aqueles que se aventuraram nas estradas na penumbra do que deveria ter sido a luz do dia fizeram pouco progresso, e muitos tiveram que abandonar seus carros e caminhar”. Ecoando as reportagens do século XIX sobre neblinas, os jornais em 1952 relataram que criminosos estavam habilmente explorando a neblina para esconder uma onda de “roubos, ataques e assaltos”” (Thorsheim, p. 163-164, 2017).

⁴³⁹ Segundo Thorsheim: “Em 18 de dezembro, em resposta a mais perguntas, desta vez de colegas conservadores, o ministro da saúde emitiu uma declaração chocante: ‘O número de mortes por todas as causas na Grande Londres durante a semana que terminou em 13 de dezembro foi de 4.703, em comparação com 1.852 na semana correspondente de 1951’. No dia seguinte, as manchetes dos jornais gritavam: ‘Mortes na Semana do Nevoeiro aumentam em 2.800’. O British Medical Journal, não conhecido pelo sensacionalismo, referiu-se a esse aumento na taxa de mortalidade como nada menos que ‘espetacular’” (Thorsheim, p. 165, 2017).

⁴⁴⁰ Corton, p. 284, 2015.

O aumento repentino de mortes na semana encerrada em 13 de dezembro de 1952, embora mais pronunciado entre bebês e idosos, não se limitou a pessoas de nenhuma idade específica. O aumento foi associado quase inteiramente a distúrbios dos sistemas circulatório ou respiratório. Comparado com a média das três semanas anteriores, as mortes por bronquite aumentaram dez vezes, por gripe sete vezes, por pneumonia quase cinco vezes, por tuberculose pulmonar uma vez e meia, por outras doenças respiratórias seis vezes e por distúrbios cardíacos e circulatórios quase três vezes.

A atenção do Ministro da Saúde está sendo chamada para as estatísticas relacionadas com as investigações que os departamentos governamentais envolvidos podem estar a fazer.

O relatório descreve a causa do nevoeiro como: ‘Quase ausência completa de movimento de ar e baixa temperatura da superfície, o que produziu o que é tecnicamente descrito como uma inversão’, pela qual a circulação normal de ar ascendente por correntes de convecção foi interrompida, com o resultado de que a fumaça, óxidos de enxofre e outros contaminantes do ar aumentaram.⁴⁴¹

Vários dos parâmetros elencados na programação de notícias e reportagens estão presentes na matéria acima, mas um deles mais que todos: a quantificação usada em termos comparativos e afirmativos é que traz à tona a moralidade normativa do texto – muitas pessoas morreram, mais do que em epidemias, e pessoas de todas as idades, isto é, jovens e velhos, com comorbidades e sem. A culpa pelas mortes é, em uma linguagem técnico-científica, atribuída sem desvios à emissão de poluentes aliada à inversão térmica e a responsabilidade é jogada no colo do sistema político. Essa matéria é um exemplar de muitas outras publicadas ao longo de 1953 no Reino Unido, compreensivelmente porque, como ironizou o *Smokeless Air*⁴⁴² em janeiro de 1953, haveria ainda quem argumentasse que “*se fulano tinha bronquite, ela o mataria eventualmente*”⁴⁴³, mas, neste caso, a quantidade de óbitos transformou-se em qualidade de sentido, um sentido que tornou a situação da poluição atmosférica em Londres inadmissível. Tamanho luto, no momento em que a população ainda se recuperava das atrocidades da Guerra,

⁴⁴¹ Manchester Guardian, 31 de janeiro de 1953.

⁴⁴² A *Smokeless Air* era uma revista publicada pela *National Smoke Abatement Society* (NSAS) com viés informativo e educativo acerca dos problemas de poluição atmosférica e outros relacionados à saúde pública.

⁴⁴³ Refiro-me aqui à situação na qual, em: “[...] janeiro de 1953, o assunto foi levantado novamente no Parlamento, desta vez direcionado a Harold Macmillan, o Ministro Conservador da Habitação. Ele foi questionado por Norman Dodds (1903–1965; MP por Dartford) se um comitê interdepartamental havia investigado as causas e efeitos da neblina. Em outras questões levantadas, Macmillan rejeitou a necessidade de mais legislação geral, conforme exigido por MPs como Barnett Janner (1892–1982; MP Trabalhista por Leicester e anteriormente por Whitechapel, no East End de Londres). O Tenente Coronel Marcus Lipton (1900–1978; deputado conservador por Lambeth e Brixton, duas das áreas mais afetadas pela neblina) ficou claramente exasperado e perguntou o que estava sendo feito “como resultado das 6.000 mortes que ocorreram na área da Grande Londres em dezembro como resultado da neblina”. Ele ficou consternado com a “complacência de Macmillan em lidar com esse problema”. Dodds também observou “a incrível demonstração de apatia”. O *Smokeless Air* destacou um dos principais problemas para aqueles que apoiavam o ar limpo: “Uma das características mais sinistras da neblina de fumaça é exatamente essa maneira como ela induz uma atitude de aceitação apática. Se, como com outras pragas, fosse seguida por sua própria doença distinta, seria muito diferente, mas quando John Smith morre de bronquite três dias após a neblina, . . . bem, ele poderia ter morrido logo de bronquite de qualquer forma”. Os parlamentares, a imprensa e os grupos de pressão claramente não iriam deixar a questão de lado. O impacto da neblina de 1952 tinha sido simplesmente grande demais” (Corton, p. 298, 2015).

colocou o problema da poluição atmosférica na ordem do dia, tanto na política quanto nos meios de comunicação⁴⁴⁴. Logo, os jornais pressionaram por uma legislação eficiente e o Parlamento começou a discutir soluções. Enquanto isso, o governo tomou uma decisão paliativa imediata, qual seja, a de permitir que médicos receitassem o uso de máscaras para as pessoas mais suscetíveis aos riscos da poluição⁴⁴⁵ – o que de todo modo já era usual. Quatro anos se passaram para que o sistema político desse uma resposta de fato ao problema com a Lei do Ar Limpo⁴⁴⁶ em julho de 1956 – precedido de outro nevoeiro em janeiro do mesmo ano –, no entanto, com uma previsão de eficiência para 1968. No inverno de 1962, dez anos após o desastre, outro nevoeiro denso desceu sobre a cidade, fazendo rememorar a tragédia anterior, e os jornais começaram a alertar para os riscos logo no primeiro dia⁴⁴⁷. Novamente, a imprensa tornou o problema um tópico importante e voltou sua descrição para recomendações individuais e coletivas, assim como chamou atenção para as causas – a queima de carvão e petróleo – e começou a alertar para a chuva ácida causada pela emissão de enxofre⁴⁴⁸. A romantização no

⁴⁴⁴ Segundo Corton: “[...] o ‘Great Killer Fog’ de 1952 causou um grande clamor na Fleet Street, a sede londrina da imprensa nacional britânica. O Daily Mirror, em 28 de setembro de 1953, exigiu uma legislação de redução de fumaça antes da próxima temporada de nevoeiro. O Daily Express publicou um artigo sobre o assunto com o título ‘Assassinato’. O Picture Post publicou duas páginas duplas em duas edições sobre a questão da ‘poluição atmosférica’ (Corton, p. 298, 2015).

⁴⁴⁵ Corton, p. 299, 2015.

⁴⁴⁶ Segundo Fruttaldo: “[...] A Clean Air Act, portanto, estabeleceu uma série de requisitos para combater e reduzir a poluição do ar, introduzindo, por exemplo, áreas de controle de fumaça onde apenas combustíveis sem fumaça poderiam ser queimados em fornalhas, diminuindo assim a quantidade de poluição por fumaça e dióxido de enxofre de incêndios domésticos. A Lei também incluiu uma série de medidas para realocar usinas de energia para fora dos centros das cidades e aumentar a altura das chaminés para evitar que sua fumaça, areia, poeira ou gases se tornassem prejudiciais à saúde” (Fruttaldo, p. 138, 2018).

⁴⁴⁷ Segundo Corton: “A imprensa relatou uma infinidade de incidentes bizarros e trágicos. Um bombeiro cujo trem quebrou durante o nevoeiro caiu para a morte de um viaduto quando deixou sua locomotiva para colocar detonadores nos trilhos atrás dele para avisar outros trens do obstáculo à frente. Pássaros se perderam no nevoeiro, e foi relatado que um mergulhão eslavo foi encontrado no meio da Regent Street, tendo sido ‘incapaz de ver o chão ou as estrelas’. Um macaco também foi relatado perdido no nevoeiro em Oxford Street. Um acidente que lembra o século XIX ocorreu quando um homem entrou no Tâmisa com sua bicicleta em Richmond (felizmente ele conseguiu se segurar no aterro por uma corrente antes de ser resgatado). Até mesmo a árvore de Natal enviada anualmente da Noruega para a Trafalgar Square foi atrasada pelo nevoeiro. E, claro, atividades criminosas também apareceram fortemente nos relatos do nevoeiro, incluindo assaltos e furtos de carros” (Corton, p. 316, 2015).

⁴⁴⁸ Segundo Corton: “A imprensa foi acusada no passado de não registrar o nível adequado de preocupação com o nevoeiro de Londres, mas ao relatar o surto de nevoeiro em 1962, ‘a posição foi invertida e, em alguns jornais de Londres’, de acordo com a Smokeless Air, ‘o *smog* recebeu o tratamento de sensação completo’. Isso levou a relatos em jornais estrangeiros de que ‘um *smog* sufocante e carregado de produtos químicos se instalou na Grande Londres por quatro dias neste mês e criou uma grande crise médica. O número de pessoas desmaiando e morrendo nas ruas aumentou para três vezes a taxa normal’. Em contraste com os relatos de neblinas anteriores, o foco não estava tanto na densidade da neblina, mas no nível do teor de enxofre nela contido. Os jornais lembravam seus leitores de que tanto o petróleo bruto quanto o carvão continham enxofre, e as emissões dessas fontes levavam à formação de dióxido de enxofre e, eventualmente, ácido sulfúrico. Uma reportagem da imprensa se referiu à ‘poluição por fumaça e enxofre em Londres, enquanto a neblina cobria a cidade’ (Corton, p. 318-319, 2015).

nevoeiro morbígeno estava de vez enterrada e o esforço legislativo e da opinião pública surtiu efeito, fazendo deste nevoeiro o último temerário em quase dois séculos⁴⁴⁹.

7.2 A construção da dualidade no discurso ambiental britânico: a ressonância político-econômica na cisão da esfera pública

A poluição dos rios e o trato dos detritos domésticos e industriais também eram questões relevantes há bastante tempo, como enfatizei anteriormente. Na década de 1950, o Tâmesa e outros rios do Reino Unido eram o destino de grande parte do esgoto das cidades e eram tão sujos quanto o ar que pairava sobre eles. Contemporaneamente aos problemas da poluição atmosférica, a poluição hídrica aparecia também nas descrições dos meios de comunicação, bastante conectada às reformas urbanas do pós-guerra feitas, aliás, sob uma pressão de expectativas inéditas sobre o bem viver que conduziria parte dos países europeus a promover Estados de bem-estar social sem precedentes. Dentro desse conjunto de expectativas, baseadas na palavra de ordem “Nunca Mais”, as questões ambientais ganharam terreno porque o acesso à natureza – através de parques, reservas e vida no campo – passou a ser descrito como um direito comum⁴⁵⁰. Logo, havia expectativas estéticas, além das sanitárias, sobre como deveriam se dar, nesse momento de restauração, as diretrizes para a relação entre sociedade e natureza⁴⁵¹ e, particularmente, como o planejamento urbano para as novas cidades deveria considerar as questões de poluição e saneamento em suas construções⁴⁵². Particularmente no que diz respeito aos rios, foram as associações de pescadores que começaram a pautar a salubridade das águas em casos, principalmente, de poluição industrial. Um episódio paradigmático foi o da ação movida pela Associação de Pesca Pride of Derby junto ao Conde de Harrington no início da década de 1950 contra, dentre outros, a British Celanese e a Derby Corporation, que despejavam detritos em larga escala no rio Derwent⁴⁵³, o que o tornara um rio impróprio para pesca e

⁴⁴⁹ Corton, p. 321, 2015.

⁴⁵⁰ Sheail, p. 118, 1998.

⁴⁵¹ Muito embora, segundo William Taylor, já no século XIX: “[...] Padrões emergentes e mutuamente reforçados de visualidade, construção e representação contribuíram para um contexto ambiental para autocompreensão e reconhecimento cultural. Isso foi motivo para o amor por paisagens naturais e nostalgia por idílios rurais, mas também para as primeiras formas de ativismo ambiental” (Taylor, p. 259, 2012).

⁴⁵² Segundo John Sheail: “[...] Não apenas havia preocupação com a disponibilidade de mão de obra e materiais de construção, mas também com o grau de apoio público para os custos inevitavelmente mais altos da amenidade e modernidade, que eram considerados pelos planejadores urbanos e rurais como uma parte tão integral das Novas Cidades. Nenhuma casa poderia ser construída sem que um pedaço apropriado de capacidade de esgoto e planta de tratamento estivesse pronto para servi-la” (Sheail, p. 131, 1998).

⁴⁵³ Segundo Sheail: “[...] A British Celanese foi processada por despejar no Derwent, em Spondon, uma variedade de resíduos de celulose, acetato e outros orgânicos, decorrentes de processos de produção de algodão, tingimento

consumo de água. A vitória dos pescadores foi exaltada pela imprensa, para a qual aquela teria sido “*uma das sentenças mais importantes e encorajadoras de nosso tempo*”⁴⁵⁴. Uma porção de leis vinha, desde 1945, tecendo garantias ecológicas razoáveis⁴⁵⁵ e, no que concerne à proteção hídrica e de saneamento, em 1951 foi promulgada a Lei (de Prevenção da Poluição) dos Rios⁴⁵⁶ e, em 1963, a Lei de Recursos Hídricos, marcando o começo do fim dos problemas sanitários hídricos em larga escala no Reino Unido⁴⁵⁷.

Com a explosão populacional do pós-guerra, um novo problema emergia: a produção da energia necessária para sustentar o modo de vida capitalista baseado no consumo em expansão para uma população também crescente. Logo, na segunda metade do século XX, os dilemas em torno das formas de produção de energia se intensificaram, assim como o debate em torno de quais seriam as melhores fontes para essa produção agora massificada. O petróleo tornou-se cada vez mais imprescindível, uma vez que os automóveis se tornaram bens adquiríveis por boa parte da população e o transporte coletivo se expandiu ao mesmo tempo em que a energia nuclear se oferecia como uma solução limpa, embora arriscada, para produção de energia em larga escala. Concomitantemente, o movimento social ambientalista estruturava-se local e mundialmente tendo em vista essa e outras preocupações ecológicas.

Um episódio desastroso, na costa da Cornualha, ilustra bem a relação complexa das descrições em torno da questão energética: em 18 de março de 1967, um petroleiro de grande porte, ao pegar um atalho, encalhou nos recifes por volta das nove e meia da manhã, instaurando

e outros. A ação contra a Corporação de Derby relacionava-se ao despejo, imediatamente ao lado, de até seis milhões de galões por dia de efluente de suas estações de tratamento e descarte, construídas nos primeiros anos do século e ampliadas no início da década de 1930” (Sheail, p. 125, 1998).

⁴⁵⁴ Birmingham Mail, 16 de dezembro de 1952.

⁴⁵⁵ Como a Lei da Água de 1945, a Lei das Novas Cidades de 1946 e a Lei dos Parques Nacionais e do Acesso ao Campo de 1949.

⁴⁵⁶ Segundo Clapp: “[...] O ato substituiu o ato de 1876 e deu aos conselhos fluviais poderes um pouco maiores do que as autoridades sanitárias possuíam. Por exemplo, os conselhos tinham o poder de prescrever padrões para efluentes, conforme recomendado muito antes pela comissão real sobre descarte de esgoto. Mas foi permitido tempo para conformidade, e os padrões tinham que levar em consideração o caráter e o fluxo do riacho e os interesses - industriais, agrícolas ou pesqueiros - que o usavam. Onde não havia padrões, a poluição era proibida, a menos que o poluidor tivesse tomado 'todas as medidas razoavelmente praticáveis' para preveni-la. Novas descargas de efluentes precisavam do consentimento do conselho do rio. Somente em 1963 as descargas anteriores a 1951 foram trazidas para o procedimento de consentimento. O ato de 1951, que havia revogado um estatuto principal de 75 anos, durou apenas 23 anos antes de ser substituído pela Parte II do Ato de Controle da Poluição de 1974” (Clapp, p. 94, 1994).

⁴⁵⁷ Segundo Sheail: “[...] Sob a Lei de Recursos Hídricos de 1963, o sistema foi estendido para incluir a regulamentação de todas as formas de uso da água. A integração completa do fornecimento de água e do descarte de resíduos foi alcançada sob a Lei da Água de 1973. Ao reconhecer o potencial de conflito no uso da água, um documento de apoio enfatizou a importância de ter o conhecimento com o qual fazer uma escolha racional. As Autoridades Regionais de Água de múltiplos propósitos, nomeadas sob a Lei, estariam equipadas para tomar uma visão ampla de todas as funções decorrentes da gestão de recursos hídricos e de rios” (Sheail, p. 132, 1998).

uma situação de emergência cujas respostas foram tão atabalhoadas que só fizeram aumentar a crise ao longo de semanas. Primeiro tentou-se um resgate do navio que foi mal-sucedido, depois resgatou-se a população e, em seguida, o governo britânico, muito precipitadamente, decidiu bombardear o navio para afundá-lo: durante dois dias, 28.122 quilos de explosivos foram lançados sobre o petroleiro, dos quais um quarto errou o alvo, além de fazer uso de combustíveis como napalm e de foguetes, o que produziu uma enorme quantidade de gases poluentes desnecessários. Com o rompimento do navio, doze dias depois, o Torrey Canyon liberou sua carga de 119.000 toneladas de petróleo bruto no mar⁴⁵⁸, que logo começou a chegar na costa da Cornualha. Vale ressaltar que essa região era – e continua sendo – turística e muito querida pelos ingleses durante as férias de verão, que estavam se aproximando. Então, em uma nova ação precipitada e sob orientação de cientistas oficiais, o governo distribuiu mais de dois milhões de galões de um poderoso detergente para que fosse usado na limpeza das praias, o que se provou outra péssima decisão, já que o produto matou uma enorme variedade de organismos no mar e na costa, prejudicando ainda mais o meio ambiente, sem que resolvesse o problema do óleo que agora tinha emulsionado e se espalhado ainda mais⁴⁵⁹. Todas essas ações foram televisionadas de perto e transmitidas pela BBC, de forma razoavelmente elogiosa à celeridade governamental naquele momento⁴⁶⁰, assim como valeram a capa do The Guardian em 29 de março:

⁴⁵⁸ Segundo o ITOPF atualizado.

⁴⁵⁹ Cooper; Green, p. 106, 2017.

⁴⁶⁰ Como pode ser visto em: <<<https://www.bbc.com/news/av/uk-wales-35539666>>>.

da Cornualha, minimizaram as consequências econômicas da tragédia⁴⁶¹, ao mesmo tempo em que fomentaram decisivamente o empenho na limpeza das praias⁴⁶² que, paradoxalmente, foi bastante relevante para trazer à observação as consequências ambientais da tragédia: para além da limpeza, tanto a população local quanto voluntários de outros lugares engajaram-se no salvamento dos pássaros marinhos submersos no óleo, um trabalho árduo que serviu mais para mostrar a desventura do ocorrido fotograficamente⁴⁶³ do que para factualmente salvá-los, já que mais de quinze mil aves morreram. No que diz respeito à aplicação desmedida de detergente durante a tentativa de limpeza da costa, a *Lancet*, uma revista médica amplamente conhecida, publicou em 6 de abril de 1968:

DEPOIS DO TORREY CANYON

Em 18 de março do ano passado, o petroleiro Torrey Canyon encalhou 7 milhas a nordeste das Ilhas Scilly, seus tanques foram rompidos, derramando sua carga de 117.000 toneladas de petróleo bruto no mar. À medida que as enormes massas de óleo preto espesso fluíam mais perto da costa inglesa, a preocupação com a segurança das praias dos canais de Bristol e da Mancha crescia. O óleo teve que ser dispersado rapidamente e, apesar dos protestos dos pescadores de caranguejo e lagosta e dos avisos dos biólogos marinhos, enormes quantidades de detergentes, conhecidos por serem seriamente prejudiciais à vida marinha, foram despejados nas praias para combater o óleo que chegava. Poucos dias após o desastre, a equipe do laboratório de Plymouth da Marine Biological Association iniciou uma pesquisa de 10 semanas sobre os efeitos biológicos do óleo e dos detergentes nas plantas e animais das praias e do mar. Seus resultados, apoiados por testes de toxicidade de laboratório, confirmam seus medos. Além da destruição infeliz de um grande número de aves marinhas, o óleo mal afetou a vida marinha. O detergente, por outro lado, era extremamente tóxico para o plâncton das águas superficiais, e a fauna litorânea foi virtualmente exterminada em algumas áreas. Em praias rochosas, onde antes lapas e outros gastrópodes pastavam, algas verdes logo cresceram descontroladamente; perto da costa, o leito marinho estava cheio de crustáceos e ouriços-do-mar mortos; e muitas aves que escaparam do óleo morreram por comer animais envenenados. Levará alguns anos até que a ecologia normal da costa sudoeste seja restaurada. O derramamento de óleo do Torrey Canyon foi sem precedentes e teve que ser tratado como uma emergência. A preservação das amenidades costeiras era de primeira importância, os biólogos admitiriam isso. Mas se

⁴⁶¹ Cooper; Green, p. 108, 2017.

⁴⁶² Segundo Timothy Cooper e Anna Green: “[...] O *St. Ives Times and Echo* relatou em 7 de abril de 1967 que “Como sempre em tais momentos, junto com o mal vem um grande bem; e qualquer observador humano das atividades de *St. Ives* nas últimas duas semanas deve ter ficado grato e inspirado pelo trabalho intensivo realizado pela RSPCA para aliviar o sofrimento causado a pássaros e outras criaturas indefesas. [...] O *West Briton* registrou “estudantes, turistas e pessoas de todas as esferas da vida... vindo para Cornwall a centenas” para ajudar na operação de resgate de pássaros. [...] Uma das principais figuras locais na organização para limpar e cuidar de aves marinhas contaminadas com óleo, o Sr. Segal de *St. Ives*, descreveu esse compromisso com o *St. Ives Times and Echo* como “a devoção de homens, mulheres e crianças que saíram dia após dia, às vezes em clima rigoroso, procurando pateticamente por aves contaminadas com óleo. Meninos no início da adolescência, assim como adultos, entraram completamente vestidos no mar para capturar e salvar aves moribundas” (Cooper; Green, p. 113-114, 2017).

⁴⁶³ Nessas décadas do século XX tardio, a imagem, fotográfica e televisiva, tornou-se também uma forma comunicativa relevante para tornar conhecido os riscos ambientais: as imagens de pássaros, focas e golfinhos embebidos em óleo, por exemplo, são ótimas fontes de comoção para criar uma opinião pública favorável à pauta ecológica (Anderson, p. 10, 2002). Há, sobretudo, um movimento de sensibilização, vindo principalmente de movimentos sociais, para com outras formas de vida e, finalmente, para com o planeta como um todo, que se fortaleceu desde a década de 1960.

o detergente tivesse que ser usado, essas grandes quantidades eram realmente necessárias? A equipe de Plymouth acha que não. As praias de banho tiveram que ser limpas, mas o uso indiscriminado de detergentes em praias rochosas, onde animais pastando e ação bacteriana teriam degradado o óleo em alguns meses, é difícil de justificar. Mesmo nas praias arenosas, métodos mecânicos podem ter sido mais adequados do que detergentes, que fizeram o óleo afundar profundamente na areia, removendo-o temporariamente da vista. Mas os trabalhadores de Plymouth estão menos preocupados com o que aconteceu do que com o que poderia ter acontecido. Os efeitos do naufrágio do Torrey Canyon foram, para a Inglaterra, menos sérios do que se poderia esperar. Um vento norte incomum levou grande parte do óleo para o sul em direção à Bretanha (onde os franceses o dispersaram com sucesso, menos custo e mais ou menos inofensivamente com giz em pó), e apenas 14.000 toneladas chegaram à costa inglesa. A isso foram aplicadas 10.000 toneladas (2,5 milhões de galões) de detergente. Mais óleo presumivelmente significaria mais detergente e resultados mais sérios. A toxicidade do detergente foi aparentemente de curta duração, devido à rápida evaporação das frações mais tóxicas. Mas isso não era conhecido na época do desastre. A maior queixa da equipe de Plymouth é que eles não foram consultados cedo o suficiente na operação. Eles certamente estão certos. Se devemos poluir nosso ambiente, mesmo como uma contramedida contra poluição de um tipo diferente, devemos primeiro buscar o conselho daqueles que podem nos contar sobre as prováveis consequências biológicas. Não seria sensato se confortar com uma decisão tomada na ignorância, por mais sortudo que seja o resultado.⁴⁶⁴

E em 27 de julho:

TORREY CANYON: UM POSFÁCIO

O sucesso das autoridades francesas em afundar quase 30.000 toneladas de óleo do Torrey Canyon com giz em pó parecia bom demais para ser verdade e, como esse método de dispersão do óleo foi considerado impraticável e não muito eficaz pelo governo britânico, 2,5 milhões de galões de detergente foram despejados nas praias do Sul da Inglaterra. Embora um estudo ecológico e experimental detalhado por cientistas da Estação Biológica Marinha em Plymouth tenha mostrado que os produtos químicos usados eram altamente tóxicos para a vida marinha, a aplicação de detergentes continua sendo o método oficialmente aprovado para lidar com a poluição por óleo. Uma equipe de Plymouth, recentemente retornada da França, não encontrou evidências de que o óleo afundado tenha interferido nas pescarias de lá ou nos equipamentos de pesca. Até mesmo os pesqueiros de crustáceos, que poderiam ser razoavelmente esperados como suscetíveis à contaminação, escaparam dos danos. A descoberta mais surpreendente foi que o próprio óleo havia desaparecido. As áreas em que o óleo foi afundado foram cuidadosamente marcadas na época e, embora parte do óleo pudesse ter se deslocado para outras áreas, é improvável que 30.000 toneladas dele pudessem ter desaparecido dessa forma. Uma explicação mais plausível (e que ganha suporte da falta de interferência com a pesca) é que o poluente foi rapidamente decomposto pela ação bacteriana, que presumivelmente cuidou das pequenas quantidades de óleo que estavam sendo continuamente levadas para a água antes mesmo do Torrey Canyon encalhar. As bactérias trabalham mais rápido em material finamente dividido e, para garantir o sucesso com óleo afundado, pode ser sensato no futuro adicionar bactérias degradadoras de óleo ao giz em pó. O relatório anterior dos biólogos mostrou que o uso de detergentes foi um erro: seu acompanhamento do experimento francês de afundamento de óleo confirma que o governo britânico deve reavaliar sua política para lidar com a poluição por óleo.⁴⁶⁵

⁴⁶⁴ The Lancet, 6 de abril de 1968, p. 735-736.

⁴⁶⁵ The Lancet, 27 de julho de 1968, p. 205.

O editorial da Lancet sobre a solução por detergentes é exemplar do que se construiu posteriormente a respeito do evento na opinião pública. Embora, ou justamente por ser, uma revista especializada, seu texto detalha os motivos ambientais pelos quais o detergente não deveria ter sido usado, uma vez que aumentaram os custos econômicos, humanos e ecológicos: ao diluir o óleo, a poluição espalhou-se ainda mais, tornando mais difícil a limpeza das praias e matando, dentre outros seres vivos, os peixes e crustáceos que também eram base da economia local; outrossim, dificultou a limpeza feita pela população, por voluntários e corporações militares; além de causar uma devassa ambiental, prejudicando toda uma cadeia alimentar. Finalmente, ficou claro, em termos comparativos, que a França lidou muito melhor com o problema, afundando eficientemente os resíduos sem prejudicar a pesca e o turismo da Bretagne. Há, no entanto, uma ausência gritante na descrição do ocorrido pelos meios de comunicação: nada se fala sobre a Union Oil Company of California (Unocal), proprietária do navio, ou da Barracuda Tanker Corporation, responsável pela operação desastrosa; em outras palavras, o ocorrido é visto como um acidente sem responsáveis – pelo menos nesse primeiro momento – embora fosse sabido que o navio não deveria estar ali e só havia parado nos recifes por uma decisão infeliz do seu capitão em pegar um atalho. A seletividade das descrições conduziu toda a responsabilidade para as tomadas de decisão do poder público posteriores ao evento que, por caracterizar-se como um grande acontecimento (ambiental, econômico e político), pelo menos chamou a atenção geral para a possibilidade da poluição em larga escala e ajudou a fomentar a execução de acordos como a Convenção Internacional Relativa à Intervenção em Alto Mar em Casos de Acidentes Causados por Poluição por Petróleo de 1969 e a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios em 1973. Esse tipo de desastre repetiu-se invariavelmente nas décadas seguintes e o movimento ambientalista em fase de internacionalização teve um papel importante na transformação desses riscos em comunicação, chamando atenção da imprensa que, por sua vez, já tem a predileção à cobertura de grandes acontecimentos – que são de todo modo mais comunicáveis do que as questões ambientais cotidianas e muitas vezes invisíveis, como a poluição atmosférica ordinária e a extinção de espécies, por exemplo.

Os anos 1970 foram uma década de suspensão para a descrição das questões ambientais no Reino Unido, uma vez que os ingleses pareciam satisfeitos com as soluções dadas à poluição atmosférica e hídrica, mesmo que por medidas paliativas como o aumento do tamanho das

chaminés⁴⁶⁶, e com a institucionalização da comunicação ecológica através da criação do Conselho de Pesquisa do Ambiente Natural (NERC) em 1967, do Departamento do Meio Ambiente (DoE) em 1970 e da Comissão Real sobre Poluição Ambiental (RCEP) em 1970⁴⁶⁷. Mundialmente e localmente, no entanto, se fortaleciam os primeiros movimentos sociais ambientais que tiveram, no Reino Unido, um forte protagonismo feminino principalmente no que diz respeito às pautas contra a energia nuclear, à abertura de novas minas de carvão a céu aberto e ao transporte de animais vivos para exportação – movimentos estes que teriam mais proeminência na década de 1980 e 1990, mas cujos alicerces organizativos já se podiam observar em 1970. Emergiram nesse momento também as questões ecológicas internacionais da chuva ácida e da depleção da camada de ozônio, assim como se iniciaram as primeiras preocupações públicas com o clima da Terra, como descrevi anteriormente. A postura britânica, no entanto, neste período e nos anos 1980, foi extremamente protecionista, o que lhe rendeu a má fama de “o homem sujo da Europa”⁴⁶⁸. A questão da chuva ácida, colocada pela Suécia e outros países escandinavos na Conferência de Estocolmo das Nações Unidas em 1972, incluiu no bojo das suas comunicações as emissões poluentes do Reino Unido, que ainda operava pela queima de carvão, o que obrigou ao fomento de programas de pesquisas especializadas a respeito, mas adiou uma decisão final por quase duas décadas⁴⁶⁹. Esse período coincidiu com a expansão do Conselho Central de Geração de Eletricidade, que contribuía com mais da metade das emissões de enxofre do Reino Unido e sob o qual recaiu a responsabilidade de realizar pesquisas sobre as consequências de suas próprias emissões⁴⁷⁰. De fato, no entanto, na década de 1970 havia ainda muita incerteza científica sobre várias questões ambientais. Neste sentido, o sistema político, a

⁴⁶⁶ Wynne et al., p. 97, 2001.

⁴⁶⁷ Wynne et al., p. 96, 2001.

⁴⁶⁸ Particularmente no que diz respeito à chuva ácida: “[...] Apesar das crescentes pressões – tanto internacionalmente, particularmente da Comunidade Europeia, quanto de ativistas em casa –, até meados dos anos 1980, o governo do Reino Unido e o CEEGB resistiram aos apelos por medidas mitigadoras com base na contínua incerteza científica sobre o problema. Isso incluiu uma relutância em aceitar os padrões de controle de emissões propostos no Projeto de Diretiva de Grandes Instalações de Combustão (LCP) da CE, juntamente com demandas por metas de controle menos rigorosas do Reino Unido nas negociações do Conselho Econômico das Nações Unidas para a Europa (UNECE) sobre poluição atmosférica transfronteiriça de longo alcance e uma recusa em assinar o Protocolo de Enxofre de 1988” (Wynne et al., p. 98-99, 2001).

⁴⁶⁹ Quando finalmente o carvão foi substituído pelo gás natural nos anos 1990, isso aconteceu em decorrência muito mais de interesses comerciais do que ambientais, embora tenha ajudado nas metas de emissão de poluentes do efeito estufa.

⁴⁷⁰ Segundo Wynne: “[...] A partir de meados dos anos 1970, ele (o CEEGB) expandiu consideravelmente o escopo de seu programa de pesquisa, começando a trabalhar em química atmosférica, efeitos em bacias hidrográficas, solos e saúde das árvores e financiando estudos paleolimnológicos. Esse trabalho foi impulsionado pela pesquisa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), publicada em 1977, que concluiu que o dióxido de enxofre (SO₂) das emissões do Reino Unido estava contribuindo para a poluição na Noruega e na Suécia. [...] O CEEGB foi visto pelas ONGs ambientais como o pilar central da recusa do Reino Unido em reconhecer e agir sobre o problema da chuva ácida” (Wynne et al., p. 97, 2001).

indústria e os meios de comunicação ressoavam essas incertezas de acordo com seus próprios critérios. Em 1974, por exemplo, a BBC transmitiu o programa *A Máquina Meteorológica*⁴⁷¹, escrito por Nigel Calder, um notório comunicador da ciência, que consistiu na exposição de doze meses de filmagens por 14 países comprimidos em 120 minutos de filme e cujo tema central eram eventos climáticos extremos. Mas note-se, a principal hipótese apresentada pelo programa não era o aquecimento global, que tornaria-se proeminente pouco mais de uma década depois, pelo contrário, era a possibilidade de uma nova era glacial⁴⁷². Em uma resenha sobre o filme para a *Nature* em 22 de novembro de 1974, Allan Piper escreveu:

E de tudo isso aprendemos que está ficando mais frio e que as camadas de gelo podem se formar muito mais rapidamente do que se imaginava. Os longos e quentes dias de verão dos anos 1920 se estenderam por pelo menos alguns milhares de anos. Logo virão dias como aqueles lembrados por Shakespeare, ‘quando o leite chegava congelado em casa’. Leitores regulares da *Nature* já estarão cientes das consequências mais trágicas disso e de outras mudanças climáticas que já estão se tornando evidentes.⁴⁷³

Olhando em retrospectiva, essas observações parecem se referir a um filme de ficção, mas naquele momento os fenômenos climáticos extremos estavam ainda começando a ser compreendidos pela ciência e a ressoar nos meios de comunicação e na política. Ainda assim, alguns anos depois, em 1979, o governo britânico criou o Grupo Interdepartamental de Climatologia para avaliar os riscos climáticos que, neste momento, não chegou a nenhuma conclusão que apontasse uma emergência. Isso só viria dez anos depois, com a formação do IPCC, que teve participação dos mesmos cientistas pioneiros das ciências do clima britânicas⁴⁷⁴.

Durante a década de 1980, as comunicações ecológicas se intensificaram no Reino Unido: uma classe média ilustrada, liderada principalmente por mulheres, alavancou uma série de protestos conectados às pautas ambientais e, para isso, a descrição da imprensa voltou sua observação. O mais proeminente deles provavelmente foi o Acampamento de Paz de Greenham Common, que acabou por se tornar uma das ocupações mais longas do protesto pela paz e que se conectava à questão ambiental pelo clamor antinuclear: dezenas de milhares de mulheres, com e sem filhos, postaram-se nos arredores da Base Aérea de Greenham Common, na Inglaterra, entre 1981 e 2000, onde eram guardados mísseis estadunidenses. Em 1982, elas deram um abraço à base pelo qual mais de trinta mil mulheres foram televisionadas de mãos dadas cercando o território militar e, no ano seguinte, elas o invadiram e dançaram sobre os silos.

⁴⁷¹ Do original “The Weather Machine”.

⁴⁷² Como pode ser observado no seguinte trecho: <<<https://www.youtube.com/watch?v=ZtyM9mPbMUo>>>.

⁴⁷³ *Nature* Vol. 252 November 22, p. 334, 1974.

⁴⁷⁴ Wynne et al., p. 102, 2001.

Esta mobilização rendeu inúmeras matérias jornalísticas e algumas primeiras capas, como se observa no Daily Mirror de 13 de dezembro de 1982:



Imagem 4: Daily Mirror, 13 de dezembro de 1982

A pauta antinuclear, embora tenha sido relacionada à Guerra Fria na época, tinha – e continua tendo – um apelo ecológico relevante, uma vez que o que se coloca em perspectiva é a possibilidade da autodestruição humana por completo e, não só, mas da própria vida no planeta, pelo menos como a conhecemos. Maxine Newlands analisou as reportagens sobre o Acampamento de Paz de Greenham Common e argumentou que a descrição da imprensa passou por três momentos-chave da mobilização: primeiro, houve um elogio patriótico à ação, evidenciando as táticas pacíficas das mulheres e trazendo para o texto e para as imagens suas narrativas em primeiro plano; em seguida, com a invasão da base e a repressão policial, fontes oficiais governamentais passaram a ser mais ouvidas e suas perspectivas consideradas; para, finalmente, o movimento ser criminalizado e as mulheres passarem a ser descritas como seres

emotivos que deveriam ser contidos e controlados pelas instituições estatais⁴⁷⁵. Em outras palavras, o protagonismo passou do movimento social e sua pauta antinuclear para o controle policial e judiciário da situação. Isso se repetiu e se acentuou ao longo do tempo, para este e para outros movimentos ligados à paz e ao ambientalismo, que passaram a ser observados pela grande imprensa britânica como um fenômeno anárquico, irracional e violento que deveria ser contido, assim como cresceram os elogios às ações da repressão policial⁴⁷⁶. Além do movimento antinuclear, pautas relacionadas à construção de estradas e minas de carvão a céu aberto foram também relevantes. Nesses casos, havia sobretudo um apelo estético relacionado à ruína de paisagens rurais idílicas e, no que diz respeito aos protestos contra a abertura das minas, a greve dos mineiros de 1984-1985 foi também relevante, assim como a participação de ex-mineiros nas mobilizações; movimento que perdurou até a década de 1990, quando finalmente a indústria carvoeira foi substituída pela do gás natural⁴⁷⁷.

No entanto, o que realmente alavancou as comunicações ecológicas nos *media* no fim dos anos 1980 e o estabeleceu cotidianamente foi um, senão dois, fatos políticos produzidos por Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido entre 1979 e 1990, que durante a conferência do Partido Conservador na Sociedade Real em 1988 e na Assembleia das Nações Unidas em 1989 colocou as questões climáticas globais no centro do debate. Vale a pena detemos algumas linhas na narrativa sagaz da Sra. Thatcher porque ela redefiniu as relações internacionais, particularmente entre os chamados países desenvolvidos e em desenvolvimento, no que diz respeito às questões ambientais. No discurso para a Assembleia das Nações Unidas em 1989, seus argumentos seguiram a seguinte lógica: ela começou com um elogio à ciência e à união entre Ocidente e Oriente e entre Norte e Sul para a preservação da vida na Terra; em seguida, apresentou o problema da poluição como uma grande novidade – o que chega a soar absurdo depois do breve histórico que observamos até aqui – e atribuiu o problema às causas sociais de forma bastante generalizada; para então colocar no centro da discussão não as emissões industriais de poluentes, mas o desmatamento das florestas tropicais como a causa da redução das chuvas e da biodiversidade, assim como o seu papel na fixação de carbono; em seguida, a Sra. Thatcher sustentou que não haveria nada de bom na atribuição de

⁴⁷⁵ Newlands, p. 190-196, 2013.

⁴⁷⁶ Para uma análise mais aprofundada sobre a descrição deste e outros protestos ambientais pelos meios de comunicação, ver: Newlands, Maxine. *Environmental Activism, Environmental Politics, and representation: The framing of the British environmental activism movement*. Ph.D. University of East London, 2013.

⁴⁷⁷ Para uma análise mais aprofundada, veja: Beynon, Huw. *Protesto ambiental e mudança social no Reino Unido*. In: *Mana* 5(1):7-28, 1999.

responsabilidades históricas – nada de bom para o Reino Unido e outros países industrializados, evidentemente – e que seria preciso olhar para o futuro e não para o passado; finalmente, ela defendeu a alternativa da energia nuclear e o modelo econômico neoliberal, argumentando que as respostas eficientes e o dinheiro necessário para as medidas inevitáveis acerca das questões ecológicas viriam da indústria e do crescimento econômico. No ano seguinte, Thatcher inaugurou o Centro Hadley para Previsão e Pesquisa Climática do Serviço Meteorológico do Reino Unido (UKMO) e foi uma das únicas líderes globais a comparecer à Segunda Conferência Mundial sobre o Clima⁴⁷⁸. Se uma de suas intenções era promover o protagonismo britânico na condução das comunicações ecológicas globais, ela conseguiu. Mas, além disso, instaurou explicitamente pela primeira vez uma situação comunicativa na atribuição de responsabilidades que abriu um conflito entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento nas negociações sobre os riscos globais, isto é, ao generalizar a responsabilidade sobre o efeito estufa – e, por consequência, do aquecimento global⁴⁷⁹ – ela tratou como iguais países cujos processos histórico econômicos eram – e são – muito distintos no que diz respeito à emissão de gases poluentes e outros contribuintes para o fenômeno climático; assim como, ao evidenciar o desmatamento de florestas tropicais como causa do efeito estufa, ela atribuiu diretamente aos países tropicais em desenvolvimento, como o Brasil, por exemplo, o ônus climático e, por fim, ao elogiar a indústria e o mercado como os únicos possíveis remidores da tragédia ambiental, fosse pelo dinheiro, fosse pela inovação tecnológica, ela tacitamente retomou o protagonismo (positivamente) para os países industrializados e economicamente avançados⁴⁸⁰.

Os efeitos desses fatos produzidos politicamente foram notáveis na descrição dos *media*. Entre 1985 e 1988, os principais jornais britânicos apresentavam as questões do efeito estufa e do aquecimento global de uma perspectiva cientificamente informada e sem grandes controvérsias⁴⁸¹, embora através de uma baixa quantidade de artigos e sem atribuir

⁴⁷⁸ Carvalho; Burgess, p. 1463, 2005

⁴⁷⁹ Segundo Carvalho: “[...] Embora o uso do termo ‘efeito estufa’ fosse quase exclusivo antes de 1988, a expressão ‘aquecimento global’ tornou-se cada vez mais popular a partir de então e, em janeiro de 1990, era a designação mais comum do problema na mídia” (Carvalho, p. 7, 2005).

⁴⁸⁰ Anabela Carvalho tem uma perspectiva similar: “[...] em vez de ignorar o problema, ela se apropriou dele e fez várias intervenções de alto nível para definir a agenda em linha com os princípios neoliberais. A primeira-ministra pode ter desejado garantir que seus oponentes políticos não usassem o meio ambiente para ‘atacar o capitalismo, o crescimento e a indústria’ e tentou reivindicar a questão para os conservadores” (Carvalho, p. 5, 2005).

⁴⁸¹ Segundo Carvalho e Burgess: “[...] Entre 1985 e 1988, The Guardian e The Times descreveram o conhecimento científico sobre o efeito de estufa intensificado como consensual e fiável, baseando-se em cientistas e revistas científicas tradicionais como principais fontes” (Carvalho; Burgess, p. 1462, 2005). E ainda, segundo Carvalho: “Os cientistas foram os atores centrais incontestáveis e os definidores exclusivos das alterações climáticas até o final de 1988. Os jornais implementaram uma estratégia discursiva de autorização: autores de artigos de imprensa buscavam legitimar alegações de conhecimento recorrendo à autoridade de indivíduos e instituições que ocupavam

responsabilidades sobre instituições governamentais e políticas econômicas⁴⁸². A partir de setembro de 1988, quando do discurso de Thatcher na Sociedade Real, os jornais obtiveram um conteúdo mais palpável para descrever, uma vez que a questão ambiental tinha sido transformada de abstrações científicas e ecológicas em um acontecimento político relevante. Processos comunicativos significativos se instauraram: aumentou a quantidade de matérias jornalísticas sobre a questão ambiental, alguns jornais abriram sessões específicas sobre o assunto e, com isso, aprofundou-se a especialização de jornalistas sobre ecologia e temas correlatos⁴⁸³. Ainda em 1988, o *The Independent*, bastante discreto sobre as questões ecológicas até então, publicou um relatório com sete artigos em 17 de outubro⁴⁸⁴, um deles sob o título “Met Office prevê inundações em escala global”⁴⁸⁵, evidenciando a preocupação de um Estado formado por ilhas com o aquecimento global, inquietação que também apareceu no *The Times*⁴⁸⁶ em matérias como “Podemos impedir que a Grã-Bretanha se afogue?”⁴⁸⁷. Muito embora, logo em seguida, o *The Times* tenha assumido uma posição cética em relação aos riscos ecológicos, bastante parecida com o que observaremos nos EUA: assim que os custos econômicos e a necessária mudança de hábitos de consumo implicados nas soluções ambientais ficaram evidentes, o *The Times* passou a menosprezar as comunicações científicas, como na matéria intitulada “A previsão final? O clima do mundo”⁴⁸⁸ de 11 de novembro de 1988⁴⁸⁹, uma postura editorial mantida coerentemente ao longo das próximas décadas. O *The Guardian*, com sua postura mais

posições de reconhecida importância. As revistas científicas *Science* e *Nature* foram as fontes de seis dos 21 artigos publicados entre 1985 e 1987 no *The Guardian* e no *The Times*. Os nomes dos pesquisadores e sua filiação institucional foram referenciados em 20 artigos. Em um nível mais alto, podemos falar de uma estratégia de racionalização: as alterações climáticas foram representadas como uma ameaça tratável e potencialmente um problema científico solucionável, a ser tratado por agentes confiáveis” (Carvalho, p. 228, 2007).

⁴⁸² Segundo Carvalho e Burgess: “[...] os jornais permaneceram silenciosos sobre a responsabilidade pelo problema, não apenas deixando inquestionáveis as práticas econômicas e sociais geradoras de gases com efeito de estufa (GEE), mas omitindo também referências ao papel das instituições políticas” (Carvalho; Burgess, p. 1462, 2005).

⁴⁸³ Segundo Alison G. Anderson: “[...] No final da década de 1980, Margaret Thatcher, a ex-primeira-ministra britânica, fez um “discurso verde” que levou a uma série de manchetes de primeira página e influenciou muitos jornais de médio porte do Reino Unido e canais de televisão nacionais a nomear correspondentes especialistas em meio ambiente pela primeira vez. Um ex-correspondente de meio ambiente do *The Daily Mail* afirmou: “Acho que a principal coisa óbvia foi o discurso de Thatcher para a Sociedade Real, que de repente fez todos os políticos pensarem sobre as implicações ambientais do que estava acontecendo em seu próprio departamento de responsabilidade... E acho que fez os editores de jornais pensarem sobre sua própria cobertura do meio ambiente. Muitas vezes, a liderança do primeiro-ministro é assumida e seguida pelos jornais” (Anderson, p. 10, 2002).

⁴⁸⁴ Carvalho; Burgess, p. 1462, 2005.

⁴⁸⁵ Publicado pelo *The Independent* em 17 de outubro de 1988.

⁴⁸⁶ Carvalho; Burgess, p. 1463, 2005.

⁴⁸⁷ Publicado pelo *The Times* em 21 de outubro de 1988 e assinado por Peter Davenport e John Young.

⁴⁸⁸ Publicado pelo *The Times* em 11 de novembro de 1988 e assinado por Brian James.

⁴⁸⁹ Carvalho; Burgess, p. 1463, 2005.

progressista, foi crítico em relação à solução pela energia nuclear⁴⁹⁰, angariada pela primeira-ministra, e à incisiva campanha publicitária da British Nuclear Fuels Ltd que responsabilizava, com razão, a produção de eletricidade por queima de carvão pelas volumosas emissões de gases do efeito estufa no Reino Unido, um argumento respaldado, dentre outros grandes jornais, pelo The Times e pelo The Independent⁴⁹¹. Este último, no entanto, por sua característica de meio-campo, por assim dizer, publicou outras matérias nas quais apontava soluções alternativas ao carvão e à energia nuclear, como a do gás natural e de energias renováveis⁴⁹².

O caso do Reino Unido é interessante para observar a normatividade imanente nas comunicações da imprensa, uma vez que seus principais jornais mantêm há bastante tempo uma coerência moral e normativa específica, enquanto produzem uma representação da esfera pública pendular entre observações mais conservadoras, no caso do The Times, e mais progressistas, no caso do The Guardian – ambos claramente alinhados comunicativamente aos espectros políticos do Partido Conservador e do Partido Trabalhista, respectivamente. Assim, a partir da emergência das comunicações a respeito das mudanças climáticas, o The Guardian manteve uma abordagem mais incisiva e ancorada cientificamente em suas reportagens, enquanto o The Times apostou na dúvida sobre os riscos e no elogio às soluções ligadas ao mercado. O discurso de Thatcher na ONU, em novembro de 1989, ressoou, portanto, de forma diversa pela grande imprensa nacional. O The Guardian reconheceu a relevância do fato político relativo à colocação pública do problema ambiental em escala global, no entanto, foi bastante crítico em relação às soluções propostas e à postura do governo na política ambiental interna⁴⁹³. O The Times, por sua vez, elogiou a postura da primeira-ministra, mas balanceou o tom, nesse primeiro momento, com

⁴⁹⁰ Carvalho, p. 6, 2005.

⁴⁹¹ Segundo Carvalho: “[...] A 'metamorfose' discursiva de Thatcher ocorreu apenas alguns dias antes de um inquérito público ser aberto sobre a construção planejada de uma nova usina nuclear, em Hinkley Point, Somerset. E como a British Nuclear Fuels Ltd (BNFL) prometeu um campo pastoral, idealisticamente 'limpo' em uma intensa campanha publicitária, Thatcher e outros oficiais apresentaram a energia nuclear como a solução para o problema do efeito estufa. Isso foi reproduzido de forma proeminente e acrítica (e, portanto, endossado) pelo The Times e The Independent. Thatcher é citada culpando a eletricidade gerada a carvão pelo efeito estufa, e garantindo que a saída seria uma opção nuclear” (Carvalho, p. 5, 2005).

⁴⁹² Segundo Carvalho: “Enquanto alguns textos no The Independent aderiram à representação do governo sobre as mudanças climáticas, os autores de outros artigos ofereceram resistência. Assim, o correspondente de meio ambiente Nicholas Schoon deu espaço às opiniões de especialistas para neutralizar a promoção de Thatcher e Ridley (Nicholas Ridley foi Secretário de Estado do meio ambiente) da energia nuclear como um meio de diminuir as emissões de GEE. As alternativas sugeridas foram gás natural, energias renováveis e conservação de energia” (Carvalho, p. 5-6, 2005).

⁴⁹³ Segundo Carvalho: “O Guardian, embora reconhecendo a importância do discurso de Thatcher ao publicar dois artigos baseados em suas próprias palavras, contestou amplamente suas proposições. Martin Walker relatou as reações negativas dos partidos Trabalhista e Verde e apontou a aspiração de Thatcher a um alto perfil internacional. O artigo principal ‘Green Mansions’ em 9 de novembro de 1989 contrastou suas palavras com os ‘venenos em nosso próprio quintal’ e com as ‘batalhas entre a Grã-Bretanha e Bruxelas sobre programas [ambientais]” (Carvalho, p. 9, 2005).

uma matéria crítica ao governo. No entanto, nos meses seguintes, já se observavam matérias com termos pejorativos como, nas palavras de Anabela Carvalho e Jacquelin Burgess: “[...] *‘ululação sentimental’, ‘misticismo’ e ‘estalinismo verde’ [eram] rótulos empregados pelo The Times sobre ‘ambientalistas’ e ‘ambientalismo’, categorias que parecem incluir todos, desde cientistas a ambientalistas*”⁴⁹⁴. O The Sunday Times⁴⁹⁵ também foi na mesma linha e publicou em 27 de maio de 1990 “A histeria verde faz soar os alarmes vermelhos”⁴⁹⁶; “Bajulação global, aquecimento global”⁴⁹⁷, “Traficantes da Estufa”⁴⁹⁸ e, em 3 de junho, “Traficantes da Estufa 2”⁴⁹⁹, com um flagrante tom de desprezo a respeito dos riscos ecológicos e dos seus comunicadores⁵⁰⁰. Normativamente, essas matérias geram expectativas através da negação, isto é, partem do pressuposto de que o problema é falso e mesmo burlesco e que sobre ele, portanto, não se deve dispor soluções e ainda, que o problema repousa sobre seus comunicadores, estes sim observados como irracionais e arruaceiros. A operacionalidade da imprensa, em criar problemas para estabelecer soluções para eles, permanece, então. Mas a descrição do risco passa, nesse caso – como em boa parte das comunicações da imprensa estadunidense, como veremos – da observação sobre as comunicações ecológicas feitas pela ciência e por ambientalistas para uma observação sobre os seus comunicadores, gerando novas comunicações, mas desta vez, pela negação das primeiras. Em outras palavras, o que as comunicações da imprensa operaram ao

⁴⁹⁴ Carvalho; Burgess, p. 1463, 2005.

⁴⁹⁵ Embora sejam jornais distintos, o The Times e o The Sunday Times são publicados desde 1966 pela mesma empresa, qual seja, a News Corp. Nos EUA, essa empresa também distribuiu jornais como o The Wall Street Journal, um dos mais controversos sobre o tema dos riscos ecológicos.

⁴⁹⁶ Publicado pelo The Sunday Times em 27 de maio de 1990.

⁴⁹⁷ Publicado pelo The Sunday Times em 27 de maio de 1990.

⁴⁹⁸ Publicado pelo The Sunday Times em 27 de maio de 1990. Nessa matéria, segundo Anabela Carvalho: “[...] O Sunday Times tentou contradizer as alegações científicas convencionais e argumentou que “os cientistas estão profundamente divididos sobre quanto aquecimento global resultará de um aumento nos gases de efeito estufa”. Esta construção discursiva sugeriu que a comunidade científica estava dividida ao meio sobre esta questão quando, na verdade, o desacordo com o IPCC era muito minoritário” (Carvalho, p. 230, 2007).

⁴⁹⁹ Publicado pelo The Sunday Times em 3 de junho de 1990. Nessa matéria, segundo Anabela Carvalho: “[...] o Sunday Times expressou receios de que ‘num acesso de ambientalismo excessivo e emocional, os governos pudessem desperdiçar bilhões que poderiam ser melhor gastos noutras áreas’. Sob o argumento de um ‘exame prático’ e uma posição sensata, racional e pragmática, houve resistência à intervenção governamental em relação às mudanças climáticas. Valores como o individualismo e o liberalismo de mercado transpareceram no texto” (Carvalho, p. 230, 2007).

⁵⁰⁰ Anabela Carvalho assinala que a mudança da postura do Times nesse curto período revela que: “[...] na hierarquia de valores subscritos pelo The Times, a autoridade científica está abaixo do conservadorismo, da preferência por um governo não regulador e do reforço do status quo social e econômico. Nessa constelação ideológica, a tecnociência é submetida a outros referentes ideológicos, como política e economia. Ironicamente, foi quando os poderes políticos se voltaram para a mudança climática que o The Times começou a adotar uma atitude suspeita em relação à ciência. Isso coexistiu tensamente com uma dramatização sensacionalista da mudança climática. Normalmente, o jornal demonstrava uma dupla fidelidade – ao governo conservador no poder e à estabilidade das estruturas econômicas e sociais. Mas quando uma questão intensificada pelo governo começou a representar desafios ao status quo, o The Times defendeu o último” (Carvalho, p. 231, 2007).

relacionar as comunicações de cientistas e ambientalistas a respeito dos riscos ambientais à histeria, à irracionalidade e mesmo à traição política – ligando-os ao comunismo, por exemplo – foi uma comunicação negativa, pela recusa do problema, que produziu – e continua produzindo – na esfera pública expectativas dissonantes sobre a gravidade dos riscos ecológicos. Ou ainda, em termos normativos, o que essas descrições dizem é que não é preciso que se desenvolvam medidas para conter os riscos ecológicos, mas que são necessárias medidas contra seus comunicadores, ressoando substancialmente nas expectativas produzidas na opinião pública sobre o tema. Ressalte-se também que gerar controvérsias aumenta potencialmente o alcance da audiência e passa pela seletividade moral de criar inimigos públicos que engajam sobremaneira as comunicações jornalísticas. A postura de Thatcher e seus elementos discursivos respaldam de certa forma esses enquadramentos negacionistas, uma vez que, apesar de parecer uma narrativa coerente, os argumentos da primeira-ministra eram contraditórios, particularmente em dois pontos: i) embora tenha elogiado a ciência, ela enfatizou o fato de que ainda eram necessárias pesquisas para que se tivesse certeza sobre as consequências do efeito estufa e assim nenhuma medida precipitada fosse tomada, adiando, portanto, a execução de decisões político-econômicas⁵⁰¹; e ii) ao globalizar a responsabilidade sobre o problema e, ao mesmo tempo, elogiar o neoliberalismo e a tecnologia industrial, a Sra. Thatcher fez do algoz, herói, sem que a responsabilidade sobre a emissão dos GEE recaísse sobre a histórica poluição industrial e energética inglesa e dos países desenvolvidos. Na prática, o sistema político do Reino Unido continuou a se recusar à regularização da emissão de GEE⁵⁰² e o problema só amainou quando, no início dos anos 1990, o carvão foi substituído, por uma decisão econômica, pelo gás natural⁵⁰³. No plano institucional e científico, no entanto, alguns processos foram iniciados, dentre eles o estabelecimento do Comitê Interagências para Mudanças Ambientais Globais para ampliar o escopo das pesquisas, o incentivo a pesquisas nas universidades por meio da Iniciativa Global de Mudança Ambiental e, além disso, o DoE estabeleceu formalmente uma meta para estabilização das emissões de dióxido de carbono entre 1995 e 2005 e, no ano seguinte, em 1991, publicou o seu primeiro estudo sobre o impacto das mudanças climáticas no Reino Unido⁵⁰⁴.

O início dos anos 1990 foi marcado por uma nova queda na quantidade de matérias publicadas a respeito dos riscos ambientais, no entanto, destaca-se um episódio para o qual foi

⁵⁰¹ Wynne et al., p. 96, 2001.

⁵⁰² Wynne et al., p. 101, 2001.

⁵⁰³ Wynne et al., p. 103, 2001.

⁵⁰⁴ Wynne et al., p. 111, 2001.

dedicada alguma atenção e que marcou, semanticamente, as expectativas a partir de então sobre o tema em dois aspectos fundamentais. Durante a Cúpula da Terra, em 1992 no Brasil, deu-se início à disputa política entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre as atribuições de responsabilidades ambientais, disputa essa que foi observada pelas respectivas imprensas nacionais e sua diversidade interna de maneiras bastante situadas e; no mesmo evento, emergiu também um conceito chave que passou a conduzir as expectativas políticas, econômicas e dos *media* a partir de então, qual seja, o de desenvolvimento sustentável. Sobre o primeiro aspecto, o da disputa por atribuição de responsabilidades, a imprensa do Reino Unido, segundo Anabela Carvalho, adotou a perspectiva dos países desenvolvidos e colocou a questão em termos de rivalidade e antagonismo⁵⁰⁵, especialmente pelo *The Times*, que publicou matérias como “Contar as árvores traz confusão”⁵⁰⁶, “Norte e Sul discutem sobre o valor da vida selvagem”⁵⁰⁷ e “Ecologização do Sr. Bush”⁵⁰⁸. O *The Independent* também ressaltou o evento em seu aspecto conflituoso, como na matéria “Cúpula da Terra: a disputa Norte-Sul prejudica a cúpula do Rio”⁵⁰⁹; além disso, foi bastante crítico à postura estadunidense, encarnada no presidente Bush e sua crítica explícita aos acordos ambientais, com matérias como “Pacto pela Terra diluído para obter acordo”⁵¹⁰, “Bush participará da Cúpula da Terra”⁵¹¹ e “EUA ‘vendidos’ à indústria do carvão e do petróleo”⁵¹². Neste mesmo aspecto, enquanto o *The Times* elogiou o primeiro-ministro John Major e seu desempenho no evento, em matérias como “Major promete mais £100 milhões para projetos verdes”⁵¹³, “Major assina tratados sobre biodiversidade e clima”⁵¹⁴ e “Primeiro-ministro elogia ‘papel crucial’ do Reino Unido na cúpula da Terra”⁵¹⁵, o *The Guardian* manteve sua postura crítica e ressaltou a subordinação do Reino Unido ao posicionamento dos EUA na Cúpula⁵¹⁶ em matérias como “Acordo de última hora dilui promessa sobre aquecimento global”⁵¹⁷ e “Grã-Bretanha ‘enfraquece’ tratado climático”⁵¹⁸ e também estendeu suas observações para perspectivas do Sul – com matérias como “Relatório da Cúpula da Terra (Visão

⁵⁰⁵ Carvalho, p. 11, 2005.

⁵⁰⁶ O artigo é de 2 de junho de 1992 e é assinado por M. McCarthy.

⁵⁰⁷ O artigo é de 3 de junho de 1992 e é assinado por M. McCarthy.

⁵⁰⁸ O artigo é de 4 de maio de 1992.

⁵⁰⁹ O artigo é de 13 de junho de 1992 e é assinado por N. Schoon.

⁵¹⁰ O artigo é de 9 de maio de 1992 e é assinado por N. Schoon.

⁵¹¹ O artigo é de 11 de maio de 1992 e é assinado por N. Schoon.

⁵¹² O artigo é de 25 de maio de 1992 e é assinado por L. Doyle.

⁵¹³ O artigo é de 13 de junho de 1992 e é assinado por R. Oakley e M. McCarthy.

⁵¹⁴ O artigo é de 13 de junho de 1992 e é assinado por M. McCarthy.

⁵¹⁵ O artigo é de 16 de junho de 1992 e é assinado por A. Leathley.

⁵¹⁶ Carvalho, p. 11, 2005.

⁵¹⁷ O artigo é de 10 de maio de 1992 e é assinado por G. Lean e P. Ghazi.

⁵¹⁸ O artigo é de 11 de maio de 1992 e é assinado por J. Vidal.

do Sul): Temos de parar de brincar enquanto o mundo arde”⁵¹⁹ – e países insulares, praticamente invisibilizados na perspectiva dos outros jornais⁵²⁰. No que diz respeito à ideia de desenvolvimento sustentável e seu impacto duradouro na criação de expectativas sobre o manejo dos riscos ecológicos, não houve controvérsias, nem no Reino Unido, nem em qualquer outra parte, o que alinhou semanticamente o discurso de mercado capitalista, que agora encontrava novas possibilidades de crescimento no setor “verde”, e o progressismo latente das perspectivas mais à esquerda do espectro político que compreendem que para distribuir riqueza é preciso, antes de tudo, aumentá-la – algo que observaremos de perto no caso chinês. Em outras palavras, a semântica moderna voltada para o crescimento exponencial e acelerado ficou não apenas intocada pela emergência do desenvolvimento sustentável, como ganhou um novo amparo de significação mundial⁵²¹.

Neste início da década de 1990, como salientei anteriormente, a cobertura jornalística sobre os riscos ecológicos permaneceu baixa no Reino Unido, possivelmente porque algumas soluções institucionais estavam encaminhadas e, ao mesmo tempo, uma solução factual, como, por exemplo, a apontada pelo Clube de Roma, qual seja, pelo decrescimento planejado⁵²², que tanto alvoroço causara nos anos 1970 e 1980, implicaria em transformações mais radicais do que a audiência, os *media* e a própria sociedade estavam abertas a se empenhar. Em 1995, por ocasião da 1ª Conferência das Partes em Berlim, entre 28 de março e 7 de abril, a cobertura sobre os riscos ecológicos voltou a aparecer, embora de forma não muito significativa em número e destaque de artigos⁵²³. Neste caso, como nos anteriores, os principais jornais mantiveram suas

⁵¹⁹ O artigo é de 7 de junho de 1992 e é assinado por S. Ramphal.

⁵²⁰ É relevante lembrar que muitos países insulares, com altos riscos relacionados à subida do nível dos oceanos, já foram colônias britânicas ou ainda são parte de seu território, como por exemplo: Jamaica, Barbados, Bahamas, Trinidad e Tobago, Ilhas Cayman (atualmente um território britânico ultramarino), Ilhas Turcas e Caicos (território britânico ultramarino), Anguilla (território britânico ultramarino) e Montserrat no Caribe e Fiji, Ilhas Salomão, Kiribati e Tuvalu na Oceania.

⁵²¹ Isto, apesar da publicação e grande repercussão pelos meios de comunicação de “The Limits to Growth” em 1972, que havia deixado claro que o crescimento acelerado e mesmo constante da sociedade, particularmente no sentido econômico, nos conduziria para a autodestruição e que para evitar isso seria necessário “*uma mudança fundamental nos valores da sociedade*” (Meadows et al., p. 184, 1978) e que “*quanto mais nos aproximarmos dos limites materiais do planeta, mais difícil será atacar o problema*” (Meadows et al., p. 187, 1978).

⁵²² Cito: “Apoiamos inequivocamente a alegação de que um freio imposto à espiral do crescimento demográfico e econômico não deve levar a um congelamento do status quo de desenvolvimento econômico de todas as nações do mundo. Se essa proposição fosse emitida pelas nações ricas, ela seria considerada como um ato final de neocolonialismo. A obtenção de um estado harmonioso e global de equilíbrio econômico, social e ecológico, deve constituir uma aventura conjunta, baseada em uma convicção comum, com benefícios para todos. O máximo de liderança será exigido dos países economicamente desenvolvidos, visto que o primeiro passo em direção a esse objetivo deveria ser o de encorajar uma desaceleração no crescimento de sua própria produção material, ajudando, ao mesmo tempo, as nações em desenvolvimento, no seu esforço para acelerar o crescimento de sua economia” (Meadows et al., p. 190, 1978).

⁵²³ Carvalho, p. 13, 2005.

linhas editoriais normativamente constantes: o *The Times* manteve sua postura cética e, por vezes, negacionista, com artigos como “Salve o mundo: vote em um ecochato”⁵²⁴, “Cuidado com os verdes que gritam lobo”⁵²⁵ e “Colapso na Cúpula da Terra em Berlim”⁵²⁶; o *The Independent* manteve o meio campo, por assim dizer, publicando matérias em defesa do crescimento econômico em detrimento à ações políticas ambientais, como “Aquecimento global é ignorado”⁵²⁷ e “O aquecimento global não custará nada à Terra”⁵²⁸, ao mesmo tempo em que em outras chamadas demonstrava preocupação com os riscos do aquecimento global, como em “O aquecimento global está levando o clima da Grã-Bretanha ralo abaixo”⁵²⁹, “Ameaça do aquecimento global tende a aumentar rapidamente”⁵³⁰ e “Outra visão: Aquecimento global”⁵³¹; por fim, o *The Guardian* manteve sua postura elogiosa às políticas de contenção dos riscos ambientais em matérias como “Conferência sobre aquecimento global corre risco”⁵³² e “A pressão aumenta para deter o degelo gradual”⁵³³. Em outubro de 1995, o IPCC publicou seu segundo relatório, aquele no qual se esclareceram terminantemente as causas sociais do aquecimento global, que ressoou pela imprensa britânica na mesma linha que os acontecimentos anteriores⁵³⁴: o *The Times* se empenhou na dúvida em relação às conclusões do IPCC, como, por exemplo, em “O calor da discussão”⁵³⁵, enquanto o *The Guardian*, por sua vez, endossou os alertas sobre os riscos, como em “Clima: Uma corrida contra o tempo”⁵³⁶.

Em 1997, o Partido Trabalhista ganhou as eleições e Tony Blair assumiu como primeiro-ministro e, ao fim deste ano, assinou um artigo publicado no *The Times* que posicionou o Novo Trabalhismo no que diz respeito às pautas ambientais na esteira do desenvolvimento sustentável, isto é, seria possível, na perspectiva deste governo, incentivar o crescimento econômico com base na ideia de que uma reestruturação verde da indústria e do consumo abriria novas possibilidades de ganho e ampliação econômica. Ao mesmo tempo, Blair manteve a narrativa

⁵²⁴ O artigo é de 2 de abril de 1995 e é assinado por Norman Macrae.

⁵²⁵ Do original “Beware of the greens who cry wolf”. O título provavelmente é uma referência à fábula “O Menino que Gritava Lobo”, sugerindo que os ambientalistas poderiam estar exagerando ou dando falsos alarmes sobre questões ecológicas. O artigo é de 25 de março e é assinado por Matt Ridley.

⁵²⁶ O artigo é do *Sunday Times* de 19 de março de 1995 e é assinado por P. Clough.

⁵²⁷ O artigo é de 27 de março de 1995 e é assinado por N. Schoon.

⁵²⁸ O artigo também é de 27 de março de 1995 e é assinado por F. Cairncross.

⁵²⁹ O artigo é de 26 de março de 1995 e é assinado por G. Lean.

⁵³⁰ O artigo é de 21 de março de 1995 e é assinado por N. Schoon.

⁵³¹ O artigo é de 28 de março de 1995 e é assinado por C. Secrett.

⁵³² O artigo é de 25 de março de 1995 e é assinado por P. Brown.

⁵³³ O artigo é de 26 de março de 1995, publicado pelo *The Observer* (Guardian Media Group) e assinado por P. Ghazi.

⁵³⁴ Carvalho; Burgess, p. 1464, 2005.

⁵³⁵ O artigo é de 30 de outubro de 1995 e é assinado por Nigel Hawkes.

⁵³⁶ O artigo é de 5 de dezembro de 1995 e é assinado por Paul Brown.

de Thatcher e Major ao globalizar o problema e suas soluções, apostando no mercado e nas inovações tecnoindustriais, assim como generalizou, em termos do comportamento individual do consumidor, a responsabilidade sobre o equilíbrio ambiental⁵³⁷. O *The Guardian*, antes na oposição, quando do governo conservador, endossou a postura do Novo Trabalhismo em matérias como “Do topo”⁵³⁸, “Trabalhando em uma solução para a poluição de CO₂: emprego verde”⁵³⁹, “Raio de esperança nos planos de energia solar da UE”⁵⁴⁰, mas fez algumas críticas⁵⁴¹ como em “Salvar o planeta deve esperar”⁵⁴², seguido do *The Independent* com matérias como “O Partido Trabalhista enfrenta uma reformulação nas restrições aos gases com efeito de estufa”⁵⁴³ e “Raiva sobre cortes ambientais”⁵⁴⁴. No que diz respeito à COP 3 em Quioto, que aconteceu entre 1 e 10 de dezembro de 1997, o *The Guardian* manteve seu apoio ao governo na performance internacional, em matérias como “EUA ameaçam sabotar negociações climáticas”⁵⁴⁵, “Esboço: Milagres trabalhistas salvam o planeta”⁵⁴⁶ e “Acordo de Quioto deixa os EUA livres para poluir”⁵⁴⁷. É interessante observar a oscilação normativa do *The Guardian*, principalmente no que diz respeito ao apoio às políticas ambientais sabidamente rarefeitas do governo trabalhista, enquanto, em outros artigos, ele foi mais crítico e dispôs soluções mais progressistas para os riscos ecológicos do que os outros jornais, incluindo no debate a necessidade de um decrescimento do Norte e um crescimento do Sul⁵⁴⁸, como em “Ecopolítica: Inimigo interno”⁵⁴⁹. O *The Times*, por sua vez, aprofundou a sua narrativa de negação dos riscos

⁵³⁷ Vale ressaltar que, nas palavras de Anabela Carvalho: “Blair deu muita ênfase à ideia de que lidar com as mudanças climáticas é uma situação ganha-ganha: por exemplo, ‘Há dinheiro a ser feito e há empregos a serem criados’. A proteção ambiental não é vista como uma troca necessária ou um jogo de soma zero em relação ao crescimento econômico. Enquanto a filosofia do desenvolvimento sustentável sugeria que era possível harmonizá-los, um novo discurso chamado ‘modernização ecológica’ prometia que a proteção ambiental não só poderia coexistir, mas também levar a muitos ganhos econômicos. Em outras palavras, resolver problemas ambientais poderia ajudar a renovar muitas indústrias e promover inovação tecnológica, que poderia envolver ganhos substanciais. O problema com isso é que tal possibilidade não foi provada e continua sendo uma questão de fé” (Carvalho, p. 14-15, 2005).

⁵³⁸ O artigo é de 13 de dezembro de 1997 e é assinado por J. Elkington.

⁵³⁹ O artigo é de 6 de dezembro de 1997 e é assinado por L. Saigol.

⁵⁴⁰ O artigo é de 21 de novembro de 1997 e é assinado por C. Weston.

⁵⁴¹ Carvalho, p. 15, 2005.

⁵⁴² O artigo é de 26 de novembro de 1997 e é assinado por R. Cowe.

⁵⁴³ O artigo é de 12 de dezembro de 1997 e é assinado por C. Arthur.

⁵⁴⁴ O artigo é de 18 de dezembro de 1997 e é assinado por N. Schoon.

⁵⁴⁵ O artigo é de 29 de novembro de 1997 e é assinado por P. Brown.

⁵⁴⁶ O artigo é de 17 de dezembro de 1997.

⁵⁴⁷ O artigo é de 12 de dezembro de 1997 e é assinado por J. Vidal.

⁵⁴⁸ Nas palavras de Anabela Carvalho: “O *The Guardian* também levantou a questão da equidade internacional e recomendou ‘contração e convergência’ como uma solução [...] proposta para criar direitos iguais para emitir GEEs para cada habitante do planeta: isso envolve uma forte redução de emissões em países industrializados e uma equalização progressiva ‘per capita’ de todos os países” (Carvalho, p. 16, 2005).

⁵⁴⁹ O artigo é de 3 de dezembro de 1997 e é assinado por T. Spencer.

e de qualquer medida que comprometesse o neoliberalismo, atacando mais uma vez cientistas e ambientalistas e elogiando a posição estadunidense contrária a sancionar o protocolo de Quioto, assim como endossou a recusa do Reino Unido às metas da União Europeia para redução de GEE⁵⁵⁰ que, lembre-se, foram um tanto ambiciosas. No artigo “Assim diz o Profeta João... e diz e diz e diz”⁵⁵¹, M. Parris ridicularizou John Prescott, vice-primeiro-ministro e chefe do novo Departamento do Meio Ambiente, Transporte e Regiões que liderou as negociações na COP 3⁵⁵²; com os artigos “Senadores dos EUA prometem acabar com acordo climático”⁵⁵³ e “O clima no Senado”⁵⁵⁴, o The Times destacou a oposição dos EUA ao protocolo de Quioto; com “Provocação verde”⁵⁵⁵, criticou a proposta da União Europeia em estabelecer metas para emissão de GEE; e com a matéria “Calma, não é o fim do mundo”⁵⁵⁶, o Sunday Times ridicularizou os cientistas do IPCC, chamando-os de “*hobbits visionários*”⁵⁵⁷. Nos dois anos seguintes, tanto o The Guardian quanto o The Independent voltaram a assumir um olhar crítico às medidas de políticas ambientais, ou ainda, à falta delas⁵⁵⁸: o The Guardian com matérias como “O legado de Thatcher: por trás da máscara”⁵⁵⁹ e “As esperanças verdes são cortadas”⁵⁶⁰ e o The Independent com “O meio ambiente está mordendo Blair onde dói”⁵⁶¹, por exemplo.

No início dos anos 2000, alguns acontecimentos de diferentes ordens voltaram a estimular a produção jornalística sobre os riscos ecológicos – além do fato contundente de que, a esta altura, a profissionalização do jornalismo ambiental já estava suficientemente estabilizada para que jornalistas pudessem identificar e comunicar de forma mais clara e detalhada as relações entre os protagonistas do enredo ecológico e empenharam-se em fazê-lo. Primeiramente, eventos climáticos extremos começaram a ocorrer, ou ainda, começaram a ser conectados ao aquecimento global e a ser tratados como consequências de escolhas políticas e econômicas, tais como as enchentes na Inglaterra em outubro de 2000 e a onda de calor que

⁵⁵⁰ Carvalho, p. 16, 2005.

⁵⁵¹ O artigo é de 17 de dezembro de 1997 e é assinado por M. Parris.

⁵⁵² Carvalho, p. 16, 2005.

⁵⁵³ O artigo é de 12 de dezembro de 1997 e é assinado por B. Maddox.

⁵⁵⁴ Publicado em 12 de dezembro de 1997.

⁵⁵⁵ O artigo é de 29 de novembro de 1997.

⁵⁵⁶ O artigo é de 30 de novembro de 1997.

⁵⁵⁷ Carvalho, p. 16, 2005.

⁵⁵⁸ Segundo Anabela Carvalho: “[...] A partir de 1998, é possível detectar uma transformação gradual na avaliação que The Guardian e The Independent fizeram do governo, e especialmente do fracasso de Blair em cumprir a promessa eleitoral de colocar as preocupações ambientais no centro da formulação de políticas” (Carvalho, p. 16, 2005).

⁵⁵⁹ O artigo é de 30 de setembro de 1998 e é assinado por John Vidal e Paul Brown.

⁵⁶⁰ O artigo é de 20 de fevereiro de 1999 e é assinado por S. Lyster.

⁵⁶¹ O artigo foi publicado pelo The Independent on Sunday em 17 de outubro de 1999 e assinado por Lean.

assolou a Europa no verão de 2003⁵⁶². A única exceção permaneceu sendo o *The Times*, que insistiu na negação dos riscos ecológicos, mantendo sua linha cética, como em “A Grã-Bretanha pode lidar com isso, independentemente do clima”⁵⁶³, no caso das inundações históricas, e “Esta insensatez política é movida por pensamentos vazios”⁵⁶⁴, no caso da onda de calor. O *The Guardian*, por sua vez, teve um olhar crítico sobre a postura do governo no gerenciamento dos eventos climáticos e suas consequências: no caso das inundações publicou títulos como “Não culpe o clima”⁵⁶⁵, “À medida que as lições sobre o aquecimento global são absorvidas, os especialistas apontam para as práticas agrícolas”⁵⁶⁶ e “Os £ 51 milhões de Prescott para combater as enchentes são uma gota no oceano”⁵⁶⁷; e no caso da onda de calor: “O aquecimento global é agora uma arma de destruição em massa: mata mais pessoas do que o terrorismo, mas Blair e Bush não fazem nada”⁵⁶⁸, “Estado de alerta”⁵⁶⁹, “Clima extremo: cientista teme que o aquecimento global esteja se acelerando”⁵⁷⁰ e, através do *The Observer*, “O Reino Unido se prepara para um domingo na brasa”⁵⁷¹. Uma amálgama de três acontecimentos políticos também alavancou as comunicações da imprensa sobre os riscos ecológicos nesse momento: i) o discurso de Tony Blair sobre a questão em 24 de outubro de 2000, que quebrou um longo silêncio político sobre o tema e que, mais uma vez, reforçou a perspectiva econômica desenvolvimentista, assinalando que a crise ambiental poderia trazer ganhos econômicos em novos mercados, além de transferir a responsabilidade, generalizando-a, mais uma vez; ii) a COP 6 em Haia; e iii) os protestos contra o preço dos combustíveis que estava alto para os padrões por causa, dentre outros fatores, dos impostos cobrados sobre os combustíveis fósseis. Sobre o primeiro ponto, o discurso do primeiro-ministro, o *The Guardian* publicou matérias mais descritivas como “Blair pede ação conjunta em questões verdes”⁵⁷², mas o *The Observer* publicou uma matéria incluindo a perspectiva ambientalista⁵⁷³, qual seja, “Finalmente, Sr. Blair: a conversão verde do primeiro-

⁵⁶² Carvalho; Burgess, p. 1466, 2005.

⁵⁶³ O artigo é de 31 de outubro de 2000.

⁵⁶⁴ O artigo é de 15 de julho de 2003 e é assinado por Philip Stott.

⁵⁶⁵ O artigo é de 8 de novembro de 2000 e é assinado por J. Boardman.

⁵⁶⁶ O artigo é de 4 de novembro e é assinado por J. Vidal.

⁵⁶⁷ O artigo é de 6 de novembro e é assinado por J. Vidal.

⁵⁶⁸ O artigo é de 28 de julho de 2003 e é assinado por John Houghton.

⁵⁶⁹ O artigo é de 6 de agosto de 2003 e é assinado por John Schellnhuber.

⁵⁷⁰ O artigo é de 6 de agosto de 2003 e é assinado por John Vidal.

⁵⁷¹ O artigo é de 10 de agosto e é assinado por Robin McKie e Mark Townsend.

⁵⁷² O artigo é de 25 de outubro de 2000 e é assinado por J. Vidal.

⁵⁷³ Segundo Anabela Carvalho: “[...] o *The Observer* reforçou os apelos das ONGs por 'políticas verdes específicas e radicais' e apontou que abordar problemas ambientais pode ser 'caro', 'possivelmente impopular' e pode exigir 'enfrentar os negócios' em certas situações” (Carvalho, p. 18, 2005).

ministro já era mais que esperada”⁵⁷⁴. O *The Independent*, por sua vez, endossou o discurso com “Blair dá novo ímpeto à agenda verde”⁵⁷⁵ ao mesmo tempo em que publicou uma crítica contundente em “A verdadeira razão do interesse do Partido Trabalhista pelo meio ambiente”⁵⁷⁶, mantendo sua pretensão de jornalismo equilibrado. O *The Times*, mantendo-se alinhado ao mercado, demonstrou apreço ao discurso de Blair, embora em seu tom tipicamente ácido, em “Pensamentos favoráveis aos negócios que precisam de muito refinamento”⁵⁷⁷ e “Precisamos fazer mais pelo planeta”⁵⁷⁸. Sobre a COP 6, que aconteceu entre 13 e 24 de novembro de 2000 em Haia, o *The Times* endossou a perspectiva governista⁵⁷⁹ com “O Reino Unido lidera o mundo em cortes de poluição”⁵⁸⁰ e “Franceses arruinaram acordo verde, diz Prescott”⁵⁸¹. O *The Guardian*, por outro lado, foi mais uma vez crítico à displicência estadunidense sobre os riscos ecológicos, com matérias como “EUA jogam sujo enquanto o planeta agoniza”⁵⁸² publicado no *The Observer* e “Pecados das emissões: os EUA devem combater a poluição em seu território”⁵⁸³, assim como o *The Independent* com “A América exige algo em troca de nada, mas o mundo precisa do fim de suas promessas vazias”⁵⁸⁴. O *The Guardian* voltou a enquadrar o problema em sua globalidade e produziu uma série de seis reportagens de capa entre 3 e 14 de novembro de 2000, intitulada “Mudanças climáticas: bem-vindo ao novo mundo”⁵⁸⁵, que apresentou o problema da perspectiva internacional, incluindo nas descrições países do Oriente e do Sul Global⁵⁸⁶. Sobre os protestos contra o aumento do preço dos combustíveis, em setembro de 2000, o *The Times* não publicou uma só palavra, ignorando-o por completo. Já o *The Guardian* posicionou-se incisivamente contra o movimento, apelando explicitamente ao governo que não cedesse à pressão orientada pelo lobby automobilístico⁵⁸⁷, como nas matérias “Os

⁵⁷⁴ O artigo é de 22 de outubro de 2000.

⁵⁷⁵ O artigo é de 25 de outubro de 2000 e é assinado por M. McCarthy.

⁵⁷⁶ O artigo é de 25 de outubro de 2000 e é assinado por Anne McElvoy.

⁵⁷⁷ O artigo é de 25 de outubro de 2000.

⁵⁷⁸ O artigo é de 25 de outubro e é assinado por N. Nuttall.

⁵⁷⁹ Segundo Anabela Carvalho: “[...] Embora citando representantes do partido Conservador com mais frequência do que os outros jornais, o *The Times* normalmente legitimou as escolhas do (Novo) Governo trabalhista” (Carvalho, p. 19, 2005).

⁵⁸⁰ O artigo é de 18 de novembro de 2000 e é assinado por N. Nuttall.

⁵⁸¹ O artigo é de 27 de outubro e é assinado por N. Nuttall.

⁵⁸² O artigo é de 19 de novembro de 2000 e é assinado por R. McKie.

⁵⁸³ O artigo é de 27 de novembro de 2000.

⁵⁸⁴ O artigo é de 27 de novembro de 2000 e é assinado por M. McCarthy.

⁵⁸⁵ O artigo é de 13 de novembro de 2000.

⁵⁸⁶ Segundo Anabela Carvalho: “[...] o *The Guardian* promoveu uma expansão do escopo da análise das mudanças climáticas ao falar sobre impactos em outras partes do mundo. Em um conjunto de seis artigos com o título ‘Mudança climática: Bem-vindo ao novo mundo’, publicado na primeira página e na página 3 em 14 de novembro de 2000, o artigo analisou as implicações do problema para uma variedade de regiões do mundo, da China à África do Sul” (Carvalho, p. 19, 2005).

⁵⁸⁷ Carvalho, p. 18, 2005.

motoristas devem pagar”⁵⁸⁸, “Pintar a Grã-Bretanha de verde: esta semana não diminuiu a urgência”⁵⁸⁹, “O governo está firme. Ele deve vencer esta batalha”⁵⁹⁰ e “Tudo bem, continue assim: o governo evita qualquer menção ecológica para não enfurecer ainda mais o cidadão médio”⁵⁹¹.

Entre 6 e 8 de julho de 2005, outro acontecimento político retomou a ênfase nas comunicações ambientais: a Cúpula do G8 em Gleneagles, na Escócia, que deu ênfase à pauta das mudanças climáticas⁵⁹² – junto do desenvolvimento da África. No primeiro dia do encontro, o *The Guardian* publicou a matéria “Bush pode fazer isso acontecer: é crucial que o líder dos EUA seja persuadido a comprometer-se com a redução das emissões de carbono”⁵⁹³, uma crítica de imprensa do editor, que elencou trechos de matérias publicadas pelo jornal britânico *The Independent* (em 5 de julho), pelos estadunidenses *Newsday* (em 3 de julho), *Herald* (em 5 de julho) e *Times* (em 5 de julho), pelo canadense *Toronto Star* (em 5 de julho) e pelo jornal chinês *Zhōngguó Ribào* (em 5 de julho). Ao reunir os apelos da imprensa de países relevantes a uma tomada de posição positiva frente aos riscos ecológicos pelo presidente George W. Bush, o editor enfatizou as expectativas sobre a capacidade normativa e executiva dos EUA na reunião das oito maiores economias do mundo, na qual a China, assim como outros países em desenvolvimento, participou em debates informais. O *The Independent* ressaltou em seu artigo principal – “Ainda há potencial para progresso em Gleneagles”⁵⁹⁴ – que um acordo já havia sido descartado pelo governo dos EUA⁵⁹⁵, mas que havia esperança em negociações lideradas pelo Reino Unido, no

⁵⁸⁸ O artigo é de 14 de setembro de 2000 e é assinado por C. Hewett.

⁵⁸⁹ O artigo é de 16 de setembro de 2000.

⁵⁹⁰ O artigo é de 13 de setembro de 2000 e é assinado por P. Toynbee.

⁵⁹¹ O artigo é de 15 de setembro e é assinado por P. Toynbee.

⁵⁹² Segundo Maxwell T. Boykoff, em seu estudo sobre as comunicações a respeito do aquecimento global pelos principais jornais dos EUA e Reino Unido neste período, julho de 2005 teve um pico de publicações relacionado à cúpula dos 8 em Gleneagles e do aumento de análises sobre emissões de GEE em viagens aéreas. Além disso, segundo o autor: “Durante este mesmo período, os meios de comunicação social descreveram Investigações da Comissão Europeia sobre um imposto sobre combustível de aviação, taxas de emissões e o potencial inclusão da aviação na União Europeia Esquema de Comércio de Emissões” (Boykoff, p. 3 2007). No período total do estudo, entre 2003 e 2006, “[...] a cobertura quadruplicou nos jornais do Reino Unido” (Boykoff, p. 3 2007).

⁵⁹³ A matéria é de 6 de julho de 2005.

⁵⁹⁴ O artigo é de 05 de julho de 2005.

⁵⁹⁵ As seguintes passagens enfatizam o ceticismo do editorial em relação à adesão dos EUA a um acordo climático: “[...] nunca houve muita chance de os EUA assinarem um acordo no estilo do Protocolo de Quioto em Gleneagles. É por essa razão que a Grã-Bretanha, como presidente do G8, trouxe propostas à mesa de negociações projetadas para mudar a abordagem em uma nova direção. [...] Continua sendo duvidoso que os EUA concordem em reconhecer que há um consenso científico de que o aquecimento global causado pelo homem existe e que é uma séria ameaça à vida na Terra. Se não for possível chegar a um acordo, o resto dos líderes do G8 não devem ter medo de isolar os EUA endossando a declaração sem o maior produtor mundial de gases de efeito estufa. Isso seria preferível a adotar uma construção verbal sem sentido apenas para manter os EUA a bordo” (*The Independent*, 05 de julho de 2005).

que foi seguido pelos outros editoriais. Poucos dias depois, em 14 de julho de 2005, uma matéria mais completa intitulada “A América sob pressão: George Bush se recusou a enfrentar as mudanças climáticas na cúpula do G8, mas o mundo está avançando sem ele”⁵⁹⁶, publicada pelo The Guardian e assinada por Paul Brown, fez um balanço do encontro no que diz respeito à pauta ambiental. A despeito dos ataques terroristas em 7 de julho terem desviado o foco do encontro, assim como o da imprensa sobre as pautas oficiais, nesta matéria há uma retomada significativa da questão climática com dados e citações científicas e com elogios à coragem de Tony Blair em correr o risco de fracassar frente à postura cética do presidente estadunidense. A matéria também deu visibilidade aos países em desenvolvimento – que, embora convidados, não tiveram participação relevante nas discussões – e apontou uma preocupação global com a questão climática, enfatizando a apatia dos EUA:

[...] A chave para o compromisso foi ‘conforme a ciência justifica’. Para os cientistas em Exeter⁵⁹⁷, a ciência justifica uma ação urgente imediatamente. Para Bush, isso significa que nada precisa ser feito em seu mandato, porque, como ele disse repetidamente, há muitas incertezas na ciência para permitir ações que possam ameaçar o bem-estar da economia dos EUA ao cortar o uso de combustíveis fósseis. Então, para onde o mundo vai daqui, para a destruição, ou há uma chance de alívio? Os sinais encorajadores eram que todos em Gleneagles, exceto Bush, estavam prontos e dispostos a fazer mais. Já foram organizadas três cúpulas entre a UE e três grandes participantes – China, Índia e Rússia – para trabalhar em abordagens conjuntas para a mudança climática, que envolvem a transferência de novas tecnologias e a atualização de antigas usinas de energia. A mudança climática está no topo da agenda da presidência do Reino Unido da UE, novamente a pedido do primeiro-ministro, que sediará uma conferência em novembro sobre veículos mais limpos e eficientes.⁵⁹⁸

De modo geral, o problema colocado pelo The Guardian foi a displicência estadunidense em relação aos riscos ecológicos e a solução normativa a de uma mobilização que obrigasse os EUA a participar das medidas acordadas mundialmente, particularmente pelos países desenvolvidos. Todos os atores mencionados, tanto da ciência, quanto da política, quanto da população civil (estadunidense) e das ONGs ambientais, apontam para o fato de que o governo dos EUA se isolava em sua postura cética e clamam por uma mudança nesse sentido, como, por exemplo: “[...] desde que Bush foi reeleito em novembro passado, houve uma mudança de opinião em todo o país (EUA). A Union of Concerned Scientists nos EUA descreveu sua posição em Gleneagles como ‘teimosa e irresponsável’. Eles dizem que ainda há tempo para Bush

⁵⁹⁶ O artigo é de 14 de julho de 2005 e é assinado por Paul Brown.

⁵⁹⁷ Referência à Conferência de Exeter que aconteceu sob o título “Avoiding Dangerous Climate Change” entre 1 e 3 de fevereiro de 2005. Organizada pelo governo britânico, a conferência reuniu centenas de cientistas de mais de trinta países para discutir os limites, os impactos e as possibilidades adaptativas às mudanças climáticas. Para uma visão mais aprofundada, ver: Schellnhuber, Hans Joachim (Ed). Avoiding Dangerous Climate Change. Cambridge University Press, 2006.

⁵⁹⁸ The Guardian, 14 de julho de 2005.

mostrar liderança”⁵⁹⁹. Em outras palavras, nesta perspectiva, se um acordo vinculativo factual não estava sendo possível, isso se devia à negligência do executivo estadunidense. Posteriormente, em setembro de 2005, outra matéria, “E ele ainda fica em silêncio”⁶⁰⁰, volta a criticar a postura dos estadunidenses: “*Nove dias depois, em 28 de julho, os Estados Unidos, que pareciam ter cedido algum terreno em Gleneagles, anunciaram um pacto com a Austrália, China e Índia para minar o protocolo de Quioto sobre mudanças climáticas*”⁶⁰¹. A BBC News também chamou atenção para o papel (não) desempenhado pelos EUA e, assim como o The Guardian, enfatizou a urgência de medidas contra os riscos do aquecimento global, citando Lord May de Oxford⁶⁰² – o presidente da Academia de Ciências do Reino Unido –, o primeiro-ministro Tony Blair⁶⁰³, Mark Kenbar do Grupo Climático⁶⁰⁴, Tony Juniper da ONG Amigos da Terra⁶⁰⁵ e John Lanchbery⁶⁰⁶, chefe de mudanças climáticas da Sociedade Real para a Proteção das Aves do Reino Unido. Todos os comentários elencados na matéria apontam para dois aspectos relevantes do problema climático: i) que a tomada de decisões factíveis era urgente e que, ii) isso só seria possível se os EUA aderissem e endossassem os acordos para tanto. Outros aspectos latentes na narrativa do The Guardian e da BBC são a continuidade da globalização das responsabilidades sobre os riscos, uma vez que os países em desenvolvimento deveriam, sob sua ótica, não apenas participar dos debates sobre as medidas mitigadoras das mudanças climáticas,

⁵⁹⁹ Ibidem.

⁶⁰⁰ O artigo é de 6 de setembro de 2005 e é assinado por George Monbiot.

⁶⁰¹ Ibidem.

⁶⁰² “No cerne do comunicado está uma falha decepcionante dos líderes do G8 em reconhecer inequivocamente a urgência com que devemos abordar a ameaça global das mudanças climáticas, disse ele. Não se enganem, a ciência já justifica a reversão - não apenas a desaceleração - do crescimento global das emissões de gases de efeito estufa. Mais atrasos tornarão o compromisso declarado do G8 neste comunicado de evitar impactos perigosos da mudança climática extremamente difícil” (BBC, 8 de julho de 2005).

⁶⁰³ “Se for impossível trazer a América para o consenso... nunca garantiremos que as enormes economias emergentes, particularmente as da Índia e da China ... fazem parte do diálogo, disse ele. Se não podemos ter a América como parte do diálogo, e não podemos ter a Índia e a China como parte do diálogo, não há possibilidade de conseguirmos resolver essa questão. O que temos é um firme consenso de que este problema tem de ser resolvido, tem de ser abordado agora, juntamente com um diálogo para o futuro. Isso, eu acho, é algo para se orgulhar” (BBC, 8 de julho de 2005).

⁶⁰⁴ “Parabenizamos o primeiro-ministro e temos certeza de que ele fez todos os esforços para conseguir algo mais concreto, disse ele ao site da BBC News. No entanto, o resultado não é tanto quanto poderíamos esperar. Eu diria que não avançamos nem para frente nem para trás. Há pelo menos um país que não está preparado para fazer reduções de emissões. O governo Bush simplesmente não está preparado para ir tão longe quanto os outros. Tony Juniper, da Friends of the Earth, concordou que o comunicado teria sido muito diferente se não fosse pelos Estados Unidos” (BBC, 8 de julho de 2005).

⁶⁰⁵ “O governo Bush novamente fez o possível para inviabilizar a ação internacional para combater as mudanças climáticas, mas isso não é de forma alguma o fim, disse ele. Tony Blair estava certo em priorizar as mudanças climáticas no G8. Mesmo que não tenha havido progresso aqui, houve um grande impacto na conscientização pública e isso tornará mais fácil conseguir mais em futuras negociações” (BBC, 8 de julho de 2005).

⁶⁰⁶ “Os EUA foram inevitavelmente o ponto de discórdia; O presidente Bush se recusou a atender aos apelos mundiais por medidas para combater as mudanças climáticas, apesar de seus próprios cientistas e alguns políticos republicanos exigirem ação também” (BBC, 8 de julho de 2005).

como deveriam agir conjuntamente sobre elas; ao mesmo tempo, retoma-se o elogio à postura do governo britânico, sob a persona de Tony Blair, em liderar as negociações.

Segundo Reiner Grundmann e Mike Scott, a partir de 2005, a questão climática tornou-se proeminente não apenas no Reino Unido, mas em outros países desenvolvidos⁶⁰⁷ devido à intensificação de acontecimentos políticos e naturais, como a Cúpula do G8, acima mencionada, o furacão Katrina (em agosto de 2005), o lançamento do filme *Uma Verdade Inconveniente* (em maio de 2006), a publicação do Relatório Stern (em outubro de 2006) e a publicação do Quarto Relatório e o Prêmio Nobel do IPCC em 2007⁶⁰⁸. Particularmente no Reino Unido, o Relatório de Sir Nicholas Stern para o governo causou euforia na imprensa: Stern havia sido economista-chefe do Banco Mundial, o que lhe rendia uma reputação razoável na economia e na política, então quando seu relatório foi publicado assinalando que medidas econômicas contundentes no setor ambiental seriam necessárias não apenas para mitigar os riscos ecológicos, mas para que a própria economia global não fosse seriamente afetada⁶⁰⁹, causou um grande frenesi na política, na economia e nos *media*⁶¹⁰. O relatório foi severamente criticado por outros economistas, algo reverberado pela imprensa mais alinhada ao mercado, como o The Times – em especial no Financial Times, com matérias como “Consenso sobre ação climática é ilusório”⁶¹¹ – e o The Daily Telegraph, que insinuou que Stern poderia influenciar nas políticas sobre impostos verdes por sua proximidade com Gordon Brown – naquele momento chanceler do tesouro e futuro

⁶⁰⁷ Seu estudo abarca também Alemanha, França e EUA.

⁶⁰⁸ Grundmann; Scott, p. 223, 2014.

⁶⁰⁹ No encerramento do segundo capítulo do relatório, que trata dos impactos climáticos no crescimento econômico, Stern salienta que: “Não obstante as limitações inerentes aos modelos integrados formais, não pode haver dúvida de que os riscos econômicos de uma abordagem de ‘business as usual’ são muito graves – e provavelmente mais graves do que o sugerido pelos modelos anteriores. Baseando-se no conhecimento científico que informou o TAR do IPCC, o custo da mudança climática BAU nos próximos dois séculos é equivalente a uma perda de pelo menos 5% do consumo per capita global, agora e para sempre. Mais preocupante ainda, quando o modelo incorpora impactos não relacionados ao mercado e descobertas científicas mais recentes sobre feedbacks naturais, esse custo médio total é empurrado para 14,4%. As estimativas de custo aumentariam ainda mais se o modelo incorporasse outros efeitos omitidos importantes. Primeiro, os cálculos de bem-estar não levam em conta os impactos distributivos, embora esses impactos sejam potencialmente muito importantes: os países mais pobres provavelmente sofrerão os maiores impactos. Em segundo lugar, pode haver maiores riscos para o clima de feedbacks dinâmicos e de maior sensibilidade climática além dos incluídos aqui. Se estes forem incluídos, o custo total provavelmente será de cerca de 20% do consumo per capita atual, agora e para sempre. Além disso, existem impactos ‘sociais contingentes’ potencialmente preocupantes, como migração e conflito, que não foram quantificados explicitamente aqui. Se a geografia física do mundo for alterada, o mesmo acontecerá com sua geografia humana” (Stern, 164, 2006).

⁶¹⁰ Segundo Boykoff, a publicação do Relatório Stern e sua intensa cobertura pela imprensa britânica situa-se dentro de um período de pico de publicações sobre as mudanças climáticas no Reino Unido, além disso, nas palavras dele: “[...] A intensa cobertura mediática do Relatório Stern alimentou a atenção da mídia na Décima Segunda Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 12), em Nairóbi, que começou aproximadamente uma semana depois” (Boykoff, p. 4, 2007).

⁶¹¹ A matéria é de 30 de outubro de 2006.

primeiro-ministro pelo Partido Trabalhista – na matéria “Stern apoia imposto global sobre carbono para evitar 'maior falha de mercado’”⁶¹². Antes, porém, o Daily Telegraph já havia publicado outra matéria abertamente contestatória intitulada “Caos climático? Não acredite”⁶¹³, permeada por negacionismo e teorias da conspiração; no início do artigo se observa o seguinte: *“o susto da “mudança climática” tem menos a ver com salvar o planeta do que, na frase arrepiante de Jacques Chirac, “criar um governo mundial”*⁶¹⁴. *Nesta semana e na próxima, revelarei como políticos, cientistas e burocratas inventaram uma ameaça de inundações, secas, sentenças bíblicas e extinções bíblicas mais dignas de São João [...]”*⁶¹⁵. A única conexão plausível dessa sentença com o relatório de Stern é que, de fato, ele trouxe dados alarmantes sobre as consequências das mudanças climáticas que foram observados, por céticos e defensores ecológicos, como um prognóstico apocalíptico, tanto no sentido ambiental, quanto no sentido social e econômico. No entanto, o argumento central do relatório foi o de que seria mais custoso – em termos ambientais, humanos e econômicos – ignorar o problema do que começar a resolvê-lo imediatamente; e foi nesse sentido que os editoriais do The Guardian e da BBC o abordaram. O primeiro elencou – em “Relatório Stern: os pontos-chave”⁶¹⁶ – os tópicos mais contundentes sobre os riscos, assinalando que Stern previu um aumento de temperatura em até 5° que, por consequência, levaria ao aumento do nível dos oceanos que, então, levaria ao possível deslocamento de mais de 200 milhões de pessoas – considerando que o Reino Unido é um país insular, esse dado foi motivo de bastante preocupação – e pontuou que os países e as populações mais pobres seriam os primeiros e mais afetados. O The Guardian também evidenciou as consequências econômicas que, segundo Stern, poderiam custar 5% do PIB mundial ao ano se o aquecimento global não fosse contido, enquanto o custo da redução de poluentes custaria apenas 1% dele; além disso, o The Guardian evidenciou os cálculos de Stern sobre as emissões de CO₂ que custariam, segundo ele, US\$ 85 a tonelada, enquanto a escolha por uma economia de baixo carbono poderia render US\$ 2,5 trilhões por ano. No dia seguinte da publicação do relatório e da matéria mencionada, o The Guardian publicou outra – “Veredicto simples após um inquérito complexo: o tempo está a esgotar-se”⁶¹⁷ – mais completa e detalhada, que lançou

⁶¹² A matéria é de 25 de janeiro de 2007 e é assinada por Edmund Conway.

⁶¹³ A matéria é de 05 de novembro de 2006 e é assinada por Christopher Monckton.

⁶¹⁴ Aqui, Christopher Monckton refere-se ao então presidente da França, Jacques Chirac, que defendia uma governança global mais reforçada das questões ambientais e a criação de uma Organização Mundial do Meio Ambiente. Vale ressaltar que Chirac estimulava uma governança global da questão e jamais a formação de “um governo mundial”.

⁶¹⁵ The Daily Telegraph, 05 de novembro de 2006.

⁶¹⁶ A matéria é de 30 de outubro de 2006 e é assinada por Hilary Osborne.

⁶¹⁷ A matéria é de 31 de outubro de 2006 e é assinada por David Adam e Larry Elliott.

mão do parâmetro seletivo da quantificação para criar um senso de urgência, muito embora o próprio relatório fizesse isso: Stern trouxe números contundentes sobre as consequências ambientais, humanas e econômicas, como observamos na primeira matéria, mas nesta segunda a cobertura incluiu dados globais mais abrangentes, tais como a prospecção catastrófica sobre a biologia terrestre e marinha considerando diferentes espécies de plantas e animais, os efeitos nos diferentes continentes no que diz respeito à suas economias, clima e agricultura, ressaltou a importância das florestas como sumidouros de carbono e, mais uma vez, colocou em números as perdas econômicas possíveis relacionadas aos riscos ecológicos. A BBC News também pôs ênfase nas consequências econômicas, na matéria intitulada “Visão geral: o relatório Stern”⁶¹⁸, a qual acompanhou a seguinte chamada: “*O mundo precisa agir agora em relação às mudanças climáticas ou enfrentará consequências econômicas devastadoras [...]*”⁶¹⁹. Além de pontuar, como fez o The Guardian, as consequências climáticas e econômicas, a BBC chamou a atenção para o problema do desflorestamento e da necessidade de “*trabalhar com o Brasil, Papua Nova Guiné e Costa Rica para promover a silvicultura sustentável e prevenir o desmatamento*”, uma vez que “*evitar mais desflorestação contribuiria muito para aliviar esta fonte de emissões de carbono*”⁶²⁰. Sobre este ponto, é válido lembrar que a BBC, como uma agência pública de notícias, embora não seja ligada ao governo britânico, aderiu à postura de compartilhar globalmente a responsabilidade sobre a emissão de poluentes, como vimos desde os pronunciamentos de Margaret Thatcher. Ainda que, de fato, a preservação das florestas seja fundamental para o combate às mudanças climáticas e esse fator também seja relevante no relatório de Stern, seu editorial reiterou esse argumento recorrentemente. Em termos de influência, isto é, enquanto fonte jornalística e visibilidade pública, Stern tornou-se o maior defensor do meio ambiente no Reino Unido – e extrapolou seu território, tornando-se ainda mais influente na França⁶²¹. Até 2006, segundo Grundmann e Scott, os defensores ecológicos individuais eram raramente notáveis e as fontes dessa perspectiva eram principalmente as ONGs e o movimento ambientalista, o que se inverteu com o relatório de Stern.

Por outro lado, o Reino Unido também contou com vozes céticas proeminentes, embora com menor frequência e intensidade que os EUA⁶²². Assim como os defensores individuais

⁶¹⁸ A matéria é de 30 de outubro de 2006.

⁶¹⁹ BBC News, 30 de outubro de 2006.

⁶²⁰ Ibidem.

⁶²¹ Grundmann; Scott, p. 226, 2014.

⁶²² Segundo Grundmann e Scott, a imprensa dos EUA dá quatro vezes mais atenção às vozes céticas do que a do Reino Unido (Grundmann; Scott, p. 226, 2014).

tornaram-se mais visíveis que ONGs e movimentos sociais ambientalistas, os céticos individuais mostraram-se mais proeminentes que as *think tanks* e outros grupos de pressão⁶²³. No Reino Unido, Christopher Monckton e Lord Lawson são dois céticos que se destacaram no início do século XXI; o primeiro, autoproclamado Lord e membro da câmara alta⁶²⁴, é um jornalista e notório negacionista climático que teve publicações no *The Daily Telegraph*, como o anteriormente mencionado, e no *The Washington Times*⁶²⁵, jornal dos EUA onde, aliás, ele era também bastante proeminente no grupo de céticos e fazia *tours* de palestras negacionistas que tinham grande ressonância na imprensa. No Reino Unido sua visibilidade também era alta nos jornais progressistas, como o *The Guardian*, que o criticavam severamente, como na matéria “O circo de negação das mudanças climáticas de Monckton chega à terra da fantasia: os comunistas que saíram do Muro de Berlim e aderiram ao movimento verde assumiram o poder – na mente de Lord Monckton”⁶²⁶, constituída por um texto bastante irônico que o ridiculariza, embora mantendo os limites da respeitabilidade, e que expôs suas ideias em uma palestra – chamada na matéria de “show itinerante”, talvez para conectar o evento à um espetáculo circense – em St Paul, Minnesota, em 14 de outubro de 2009, na qual Monckton critica a adesão do então presidente Barack Obama à COP 15 em Copenhague, lançando, dentre outras, as seguintes sentenças reproduzidas no *The Guardian*:

Eu li esse tratado e o que ele diz é isso: que um governo mundial será criado. A palavra ‘governo’ na verdade aparece como o primeiro dos três propósitos da nova entidade. O segundo propósito é a transferência de riqueza dos países do Ocidente para os países do Terceiro Mundo, em satisfação do que é chamado, timidamente, de ‘dívida climática’ – porque temos queimado CO₂ e eles não. E temos estragado o clima e eles não. E o terceiro propósito dessa nova entidade, esse governo, é a execução. [...] Então, finalmente, os comunistas que saíram do Muro de Berlim entraram no movimento ambientalista e tomaram conta do Greenpeace para que meus amigos que o fundaram saíssem em um ano porque o capturaram. Agora a apoteose está próxima. Eles estão prestes a impor um governo mundial comunista ao mundo. [...] Mas eu acho que é aqui – aqui em sua grande nação, que eu tanto amo e admiro – é aqui que talvez, nesta

⁶²³ Grundmann; Scott, p. 226, 2014.

⁶²⁴ Christopher Monckton reiterou diversas vezes em entrevistas para os meios de comunicação ser membro da câmara alta que, por sua vez, precisou repetidamente negá-lo através de cartas oficiais, a última delas, em 15 de julho de 2011, diz o seguinte: “Devo repetir a declaração do meu antecessor de que você não é e nunca foi um Membro da Câmara dos Lordes. Sua afirmação de que você é um Membro, mas sem o direito de sentar ou votar, é uma contradição em termos. Ninguém nega que você é, em virtude de suas Cartas Patentes, um Par. Essa é uma questão totalmente separada da filiação à Câmara. [...] Devo, portanto, pedir novamente que você desista de alegar ser um membro da Câmara dos Lordes, direta ou implicitamente, e também que desista de alegar ser um membro “sem o direito de se sentar ou votar”. Estou publicando esta carta no site parlamentar para que qualquer pessoa que deseje verificar se você é membro da Câmara dos Lordes possa ver esta confirmação oficial de que você não é”. A carta pode ser encontrada em: <<<https://www.parliament.uk>>>.

⁶²⁵ Como, por exemplo, o artigo de opinião assinado junto com Willie Soon e intitulado “Boycotting the U.N. climate summit: Awareness grows that faulty science would keep millions in the dark” – que pode ser traduzido como “Boicote à cúpula climática da ONU: cresce a consciência de que a ciência falha manteria milhões de pessoas no escuro” –, de 18 de setembro de 2014.

⁶²⁶ A matéria é de 20 de outubro de 2009 e é assinada por Leo Hickman.

décima primeira hora, no quinquagésimo nono minuto e quinquagésimo nono segundo, você se levantará e impedirá seu presidente de assinar aquele tratado terrível, aquele tratado sem propósito, pois não há problema com o clima e, mesmo que houvesse, economicamente falando, não há nada que possamos fazer a respeito.⁶²⁷

O The Guardian começa o referido artigo chamando Monckton de “nosso cético favorito” e finaliza com a pergunta “Alguém consegue igualar Monckton em retórica de ceticismo climático?” cuja resposta poderia ser: sim, Lord Lawson! Que, por sua vez, tinha mais respeitabilidade política, uma vez que foi eleito parlamentar duas vezes por Blaby, ocupou o cargo de chanceler do tesouro e foi secretário de Estado de Energia no governo Thatcher. Se Monckton tornou-se famoso por exageros polêmicos⁶²⁸, Lord Lawson era mais discreto no tom e no teor de suas sentenças, o que, acrescentado à sua carreira política, possivelmente fez dele, segundo Grundmann e Scott, mais visível na imprensa que cientistas no período entre 2000 e 2010. Fundador da Fundação de Políticas sobre Aquecimento Global (GWPF)⁶²⁹, Lord Lawson enfatizou mais o ceticismo em relação às políticas de mitigação ao aquecimento global do que sobre sua realidade ou suas origens sociais – embora tenha feito isso também –, assim como tinha razoável popularidade, uma vez que dava entrevistas para programas televisivos relevantes⁶³⁰ e era observado tanto pela imprensa progressista sob um olhar crítico⁶³¹, quanto pela imprensa conservadora como uma fonte costumaz⁶³². Neste sentido, embora mais visível no Reino Unido do que em outros lugares, ele foi um dos céticos mais influentes no início do século XXI.

⁶²⁷ The Guardian, 20 de outubro de 2009.

⁶²⁸ Como, por exemplo, no episódio relatado no The Guardian de 11 de dezembro de 2009 na matéria intitulada “Em negação: discurso de Lord Monckton sobre as mudanças climáticas contra ativistas” e assinada por Adam Vaughan: “Foi uma troca de palavras de cair o queixo, mesmo para os padrões de Lord Monckton, o cético da mudança climática que rotulou Copenhague como um prelúdio para “um governo global” e foi descrito como um “maníaco de olhos giratórios” pelo The Spectator. Visitando o estande do grupo de ativismo climático Sustain US, Monckton chamou os jovens delegados de ‘juventude hitlerista’, ‘nazistas’ e ‘hitleristas’ em uma discussão de seis minutos na quinta-feira que foi postada no YouTube. Monckton ficou furioso porque o grupo invadiu um evento do grupo cético climático Americans for Prosperity na quarta-feira. Várias dezenas de ativistas interromperam um discurso desenrolando faixas pedindo ‘Energia Limpa Agora’, o que levou Monckton a pegar o microfone e acusá-los de serem “jovens hitleristas enlouquecidos””.

⁶²⁹ Do original “Global Warming Policy Foundation”, é uma *think tank* ativa que permanece produzindo pesquisas e comunicações paralelas sobre o tema dos riscos ecológicos, como pode ser observado em seu site: <<<https://www.thegwpf.org/>>>.

⁶³⁰ Por exemplo, em programas da BBC, que até 2017 lidava com as polêmicas geradas pelas falas de Lord Lawson, como pode ser acompanhado nas matérias “BBC defende entrevista de Lord Lawson sobre mudanças climáticas” de 10 de agosto de 2017 e “BBC está errada em não desafiar o cético climático Lord Lawson” de 25 de outubro de 2017, ambas da própria BBC News.

⁶³¹ Por exemplo, na matéria “As vozes dos céticos das alterações climáticas”, do The Guardian de 24 de novembro de 2009 e assinada por Caroline Davies e Suzanne Goldenberg.

⁶³² Por exemplo, na matéria “Nigel Lawson sobre as alterações climáticas: “Salvar” o planeta será o verdadeiro desastre” - do The Daily Telegraph em 2 de dezembro de 2009 e assinada por Charles Moore.

Neste contexto, em 2009, o movimento de céticos ganhou força com o episódio que ficou conhecido como Climategate, no qual e-mails e documentos trocados entre cientistas foram hackeados dos servidores da Universidade de East Anglia, no Reino Unido, uma das principais instituições em pesquisas climáticas do mundo⁶³³. Essas informações foram usadas pelos céticos para dar a impressão de que havia controvérsias entre cientistas e que, portanto, não havia consenso sobre as questões climáticas que seriam apresentadas, por exemplo, na já mencionada COP15, em Copenhague. No Reino Unido, Grundmann e Scott encontraram 2.214 matérias a respeito do episódio entre novembro de 2009 e dezembro de 2010 que, segundo os autores, enquadraram, em sua maioria, o incidente não como um *hack* (roubo), como fez a imprensa alemã, por exemplo, mas como *leak*, isto é, como um vazamento de informações, o que legitimou a disseminação de informações privadas entre cientistas para o público⁶³⁴. O The Times publicou, dentre outras, uma matéria sobre o inquérito produzido pela própria Universidade, chamada “Cientistas do clima 'prejudicaram a confiança pública' sobre o aquecimento global, diz inquérito”⁶³⁵, que expôs no início da matéria uma foto de Phil Jones, o cientista (falsamente) acusado de manipular dados em relação aos riscos do aquecimento global. Embora o restante da matéria tenha sido equilibrado, ressaltando inclusive a perspectiva do IPCC, tanto a chamada quanto a foto de Jones partem daquela seleção da imprensa tantas vezes aqui mencionada, qual seja, a de criar um inimigo público para fortalecer a moral na opinião pública, neste caso tratando um cientista sério como embusteiro⁶³⁶. O The Daily Telegraph, por sua vez, publicou uma matéria com a chamada “Mudanças climáticas: este é o pior escândalo científico da nossa geração”⁶³⁷, que veio acompanhada da seguinte descrição: “*Nosso establishment científico*

⁶³³ Segundo Richard Holliman: “[...] no outono de 2009, um servidor de backup na Unidade de Pesquisa Climática da Universidade de East Anglia foi acessado, possivelmente até três vezes e ao longo de várias semanas. Ainda não está claro (março de 2011) quem acessou esse servidor, por que e com que suporte, ou se os e-mails, dados e documentos foram hackeados, vazados – e, portanto, se um crime foi cometido – ou simplesmente acessados de um local não seguro. [...] Mais de 160 MB de dados foram copiados sem a permissão formal da Unidade de Pesquisa Climática ou da Universidade de East Anglia. Os dados consistiam em mais de 1.000 e-mails (datados de 1996 a 12 de novembro de 2009) e mais de 3.000 documentos, alguns dos quais datam de 1991. As informações foram produzidas principalmente por pesquisadores científicos que trabalham na Unidade de Pesquisa Climática. Esta comunicação era privada. Não foi produzida para divulgação na esfera pública. [...] a comunicação privada armazenada digitalmente produzida por vários cientistas climáticos universitários foi tornada pública, mas sem o conhecimento ou permissão dos cientistas envolvidos ou de suas instituições” (Holliman, p. 836, 2011). Vale salientar que ainda não se sabe quem ou qual organização invadiu ou vazou as informações.

⁶³⁴ Grundmann; Scott, p. 230, 2014.

⁶³⁵ A matéria é do Sunday Times de 8 de julho de 2010 e é assinada por Chris Bouchier.

⁶³⁶ Vale ressaltar que: “Três revisões baseadas no Reino Unido foram instigadas para avaliar as alegações feitas contra a Unidade de Pesquisa Climática e a Universidade de East Anglia. Todas as três revisões inocentaram os cientistas baseados na Unidade de Pesquisa Climática de quaisquer irregularidades sérias ou negligência acadêmica nas formas como conduziram suas pesquisas científicas” (Holliman, p. 839, 2011).

⁶³⁷ A matéria é de 28 de novembro de 2009 e é assinada por Christopher Booker.

irremediavelmente comprometido não pode ser autorizado a se safar com o encobrimento do Climategate, diz Christopher Booker”⁶³⁸. Booker, o próprio autor da matéria, chama atenção para o fato de o próprio termo “climategate” ter sido cunhado pelo seu colega no mesmo jornal, James Delingpole, e segue em uma linha sensacionalista do caso, típico do Daily Telegraph. O The Guardian, por sua vez, não surpreendeu ao defender a política climática com a matéria “As vozes dos céticos das alterações climáticas: *Think Tanks*, lordes e radialistas sensacionalistas são apenas alguns dos dissidentes no debate sobre as alterações climáticas”⁶³⁹, na qual deu voz e nome aos principais céticos de diversas nacionalidades⁶⁴⁰, frisando suas opiniões mais inadequadas em um tom de desconfiança, ao mesmo tempo em que deixou evidente o fato de que o vazamento não teria, segundo a matéria, grande ressonância nas decisões políticas sobre os riscos do aquecimento global. A BBC manteve um tom mais equilibrado e publicou uma matéria repercutindo o inquérito instaurado pela Universidade de East Anglia para apurar o vazamento dos e-mails e dos documentos – sob o título de “Cientistas do clima da CRU não retiveram dados”⁶⁴¹ –, enfatizando que não havia evidências de que os cientistas teriam adulterado dados e que eles eram abertos, sendo possível, portanto, a qualquer pessoa competente refazer as análises publicadas. Ao fim do artigo, no entanto, há um comentário de Lord Lawson no qual ele ressalta o problema político de cientistas terem “encoberto” dados relevantes para a tomada de decisões, assim como há menção anterior sobre um inquérito aberto pela Fundação de Políticas sobre Aquecimento Global a respeito.

A discordância entre defensores e céticos tornou-se, ao longo do tempo, tema na própria imprensa. Três matérias da BBC (2009, 2010 e 2012) são ilustrativas para compreender as possibilidades seletivas e a operatividade discursiva sobre os riscos ecológicos pelos meios de comunicação. Na primeira delas, “Uma abordagem equilibrada às alterações climáticas”⁶⁴², Alistair Burnett empenhou-se em defender o comportamento equilibrado da imprensa nos seus relatos sobre os debates sobre os riscos ecológicos, neste caso, particularmente no que se referia ao encontro entre especialistas, defensores e céticos, promovido pelo The World Tonight, um programa de rádio da BBC. Nas palavras de Burnett:

Outros ainda perguntaram se a mídia era responsável pelo aparente aumento do ceticismo, argumentando que, no interesse do equilíbrio, a mídia dá muita importância aos céticos das mudanças climáticas, já que a esmagadora maioria dos cientistas do

⁶³⁸ Ibidem.

⁶³⁹ A matéria é de 24 de novembro de 2009 e é assinada por Caroline Davies e Suzanne Goldenberg.

⁶⁴⁰ Por exemplo: “Seu conselho (da GWPF) consultivo acadêmico inclui o Prof. Ian Plimer, um australiano que argumenta que os vulcões produzem mais CO₂ do que os humanos”.

⁶⁴¹ A matéria é de 7 de julho de 2010 e é assinada por Richard Black.

⁶⁴² A matéria é de 12 de novembro de 2009 e é assinada por Alistair Burnett.

clima concorda que as mudanças climáticas estão acontecendo e são causadas pelo homem, e medidas precisam ser tomadas para reduzir a quantidade de dióxido de carbono na atmosfera. Da perspectiva da BBC, a resposta a essa pergunta é que nosso papel jornalístico não é fazer campanha por nada. Imparcialidade significa não tomar partido em um debate, enquanto representa com precisão o equilíbrio do argumento. Portanto, no caso das mudanças climáticas, precisamos refletir proporcionalmente a visão cética, mas também, por exemplo, refletir o debate entre cientistas do clima sobre a maneira mais eficaz de lidar com o aquecimento global. [...] De qualquer forma, ouça o programa e diga-nos o que você acha.⁶⁴³

Ao jogar a decisão – sobre se há ou não aquecimento global e o que deve ser feito a respeito – para a audiência, a matéria explicita o fato de a veracidade informacional não ser um parâmetro seletivo dos meios de comunicação, pelo contrário, deixa latente que conflitos e controvérsias são preferidos por gerar engajamento, independentemente do seu conteúdo. A decisão final sobre a existência do problema e as possíveis soluções ficariam assim a cargo do ouvinte, no caso, e não dos promotores do debate. Essa postura da BBC foi recorrentemente questionada pelo *The Guardian*, que colocou a pretensão de jornalismo equilibrado como propaganda política de céticos, como em “A BBC deveria relatar fatos sobre as mudanças climáticas em vez de fazer manipulação política”⁶⁴⁴, “BBC ainda caminha com dinossauros quando se trata de mudanças climáticas”⁶⁴⁵ e “O polêmico Justin Webb, da BBC, volta a atacar nas mudanças climáticas na Rádio 4”⁶⁴⁶. Por outro lado, em 2010, o analista ambiental da BBC, Roger Harrabin, escreveu um artigo⁶⁴⁷ sobre o encontro internacional entre céticos climáticos organizado pelo Instituto Heartland nos EUA. Nele, Harrabin pondera que se os céticos questionam o consenso científico sobre o aquecimento global, entre eles, todavia, também não havia consenso e, portanto, não deveriam ser observados como um grupo coeso e tão radical assim – pontuando que entre os chamados céticos havia alguns moderados cientistas razoáveis⁶⁴⁸, por sua vez, que destoavam da plateia, majoritariamente sustentada por um

⁶⁴³ Ibidem.

⁶⁴⁴ A matéria é de 19 de outubro de 2009 e é assinada por Stefan Rahmstorf.

⁶⁴⁵ A matéria é de 13 de julho de 2009 e é assinada por George Monbiot.

⁶⁴⁶ A matéria é de 15 de dezembro de 2009 e é assinada por Leo Hickman.

⁶⁴⁷ Trata-se da matéria “Céticos do clima se reúnem para expor o mito” de 21 de maio de 2010.

⁶⁴⁸ Como, por exemplo, nos seguintes trechos: “[...] O Sr. McIntyre pediu ao público que apoiasse a batalha por dados de código aberto sobre as mudanças climáticas - mas então ele os aconselhou a parar de clamar pelo sangue dos remetentes de e-mail (referindo-se ao caso do Climategate). McIntyre não quer que eles sejam presos, ou mesmo punidos. Ele só quer que eles digam que estão arrependidos. A decepção do público era tangível – como se uma matilha tivesse sido impedida de matar; [...] alguns céticos moderados em relação ao clima me disseram que evitaram esta conferência por medo de serem publicamente associados a um grupo altamente politizado. E Sonia Boehmer Christiansen, a agnóstica climática (termo dela) radicada na Grã-Bretanha, interrompeu abruptamente uma apaixonada discussão antigovernamental no café da manhã com um aviso aos libertários de que eles nunca venceriam o argumento político sobre o clima a menos que pudessem levar pessoas da esquerda com eles. [...] Até mesmo alguns direitistas concordaram com a necessidade de rever a linguagem de golpe e fraude (mais uma vez em referência ao Climategate). O professor Roy Spencer, por exemplo, é um cientista cético climático da Universidade do Alabama em Huntsville. [...] Ele admite que errou com frequência suficiente para saber que é fácil

negacionismo raso e por ideias de Estado mínimo. O tom é crítico, mas segue a linha da matéria anterior na defesa do equilíbrio jornalístico, relevando o todo pela parte, em outras palavras: se alguns negacionistas radicais podem parecer obtusos, nem todos os céticos o são – e o autor do artigo os coloca em lados opostos no texto. A normatividade inerente aí é a de que a dualidade apreço/desprezo da produção moral não deve se generalizar para todos os chamados céticos do clima, isto é, dentre eles haveria aqueles que poderiam ser observados com desprezo, mas haveria também aqueles a quem se poderia observar com apreço. Finalmente, em uma matéria de fevereiro de 2012⁶⁴⁹, o correspondente de meio ambiente da BBC News, Richard Black, faz uma crítica interessante sobre como outros jornais estavam incluindo o ceticismo climático em suas observações: mencionando o Wall Street Journal e o Financial Post, Black enfatiza que o número de cientistas céticos mencionados nestes jornais, para endossar a perspectiva negacionista, não deveria ser relevante, mas o que⁶⁵⁰ e quem exatamente estava sendo considerado como cético e, a partir daí, ele prossegue em uma linha argumentativa bastante parecida com a matéria de Harrabin: a de que haveria nuances entre os céticos climáticos e que alguns deles poderiam ter opiniões controversas sobre partes da questão e não sobre ela como um todo⁶⁵¹, ou ainda, que alguns foram incluídos em listas de assinatura contra o consenso sobre o aquecimento global sem tomar o devido conhecimento do que se tratava⁶⁵². Em outras

errar em um assunto tão complexo quanto o clima. Mas ele diz que isso significa que os modeladores também podem estar errados e; O padrinho do ceticismo climático, Richard Lindzen, professor de meteorologia no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), está preocupado com essa questão (da resiliência climática) há décadas. Ele é membro da Academia Nacional de Ciências dos EUA e ex-autor principal do IPCC. Mas ele é imensamente controverso e suas visões vão diretamente contra as de seu instituto, que, segundo ele, está ansioso por sua aposentadoria” (Ibidem).

⁶⁴⁹ Me refiro aqui à matéria intitulada “O consenso climático está se abrindo - ou não” de 6 de fevereiro de 2012 e assinada por Richard Black.

⁶⁵⁰ Nas palavras de Black: “Primeiro, e mais óbvio, é a ausência de qualquer evidência de que isso seja realmente verdade. Certamente, desde o caso ‘ClimateGate’, tem havido críticas de dentro da comunidade científica sobre as práticas de alguns cientistas do clima - mas isso é muito diferente de contestar suas conclusões gerais. [...] Um segundo problema é a ausência de clareza sobre qual consenso estamos falando: consenso de que a Terra está se aquecendo, consenso de que as emissões de gases de efeito estufa são a principal razão ou consenso de que é um problema que exige solução urgente, para citar apenas três?” (BBC News, 6 de fevereiro de 2012).

⁶⁵¹ Usando o exemplo de Michael Kelly, professor de engenharia da Universidade de Cambridge: “Sua posição básica é que o tipo de transformação energética pela qual o Reino Unido, por exemplo, está planejando passar é realmente difícil de ser alcançado em termos de engenharia e seria financeiramente ruinoso. Para cumprir os objetivos da Lei das Alterações Climáticas (notadamente um corte de emissões de 80% em relação aos níveis de 1990 até 2050), ele argumenta que “nós realmente precisaríamos de uma economia de comando do tipo que tínhamos na Segunda Guerra Mundial se realmente quiséssemos atingir as metas integralmente” (BBC News, 6 de fevereiro de 2012).

⁶⁵² Neste caso, Black usa o exemplo de Gordon Swaters, da Universidade de Alberta, que “[...] chegou ao ponto de retirar a sua assinatura, dizendo que pensou estar assinando algo pedindo mais pesquisas sobre as mudanças climáticas, em vez de negar sua existência. ‘É claro que a agonia de ter assinado estupidamente aquela maldita primeira carta não vai diminuir’, ele me disse na época. ‘Não sou um cético climático... a mudança climática antropogênica está claramente ocorrendo (e) é provável que a maior parte do aquecimento observado ao longo desses 50 anos ou mais seja resultado de atividades humanas’” (BBC News, 6 de fevereiro de 2012).

palavras, o argumento de Black também foi no sentido de que nem todos os considerados céticos eram, ou são, radicais a serem temidos e/ou desprezados.

O modelo equilibrado de jornalismo, o Reino Unido compartilha com os EUA⁶⁵³, na verdade, em dois aspectos a imprensa estadunidense e a do Reino Unido se assemelham, no que diz respeito à cobertura dos riscos ecológicos: em ambas são encontradas vozes céticas, embora no Reino Unido em menor proporção⁶⁵⁴; e em ambas o sistema bipartidário, no qual revezam-se no poder os Partidos Democrata e Republicano, nos EUA, e os Partidos Trabalhista e Conservador no Reino Unido, influenciam significativamente o modo como os riscos ecológicos são descritos pelos *media* através da ressonância produzida pelas comunicações políticas. Tanto os democratas nos EUA quanto os trabalhistas no Reino Unido são mais afeitos a tratar pautas como a das mudanças climáticas com maior preocupação⁶⁵⁵. No entanto, como observamos, a imprensa britânica tem jornais relevantes com posturas normativas bastante coesas que, embora com pequenas oscilações, têm apreço moral por um ou outro lado do espectro político. O *The Times* e o *The Daily Telegraph*, por exemplo, alinham-se mais ao viés do conservadorismo, do livre mercado e do Estado mínimo⁶⁵⁶, enquanto o *The Guardian* tendeu, pelo menos até o Novo Trabalhismo, a apoiar o Partido Trabalhista e manteve uma perspectiva progressista em relação às pautas ambientais, dentre outras, evidentemente⁶⁵⁷. Em um estudo que cobriu os anos de 2007, 2009, 2010 e 2011, James Painter e Neil Gavin fazem sugestões interessantes na sua abordagem sobre reportagens equilibradas e ceticismo climático na imprensa britânica: primeiramente, que o alinhamento ideológico dos principais jornais – seu estudo abarcou os dez mais circulados⁶⁵⁸ – é mais complexo do que parece à primeira vista. Embora haja os ferrenhamente céticos, a

⁶⁵³ Song et al., p. 3, 2021.

⁶⁵⁴ Segundo Grundmann e Scott: “[...] A imprensa dos EUA dá nove vezes mais atenção às vozes céticas em comparação à Alemanha e quatro vezes mais que o Reino Unido” (Grundmann; Scott, p. 226, 2014).

⁶⁵⁵ Segundo Song et al.: “[...] Há crescentes divisões partidárias sobre as mudanças climáticas tanto no Reino Unido quanto nos EUA. Os liberais estão muito mais preocupados com o aquecimento global do que os conservadores nos EUA. Da mesma forma, os adeptos trabalhistas no Reino Unido estão muito mais preocupados com as mudanças climáticas do que os apoiadores conservadores” (Song, et al., p. 18, 2021).

⁶⁵⁶ Particularmente sobre o *Times*, Anabela Carvalho, em seu estudo que cobriu os anos entre 1985 e 2001, enfatiza que: “[...] uma cultura ideológica de capitalismo neoliberal é hegemônica no *The Times*. [...] No centro da constelação ideológica deste jornal está a aversão ao controle político. O livre mercado, o individualismo e uma visão prometeica das relações do homem com o meio ambiente também são muito importantes” (Carvalho, p. 239, 2007).

⁶⁵⁷ Segundo Anabela Carvalho: “Uma ideologia social-democrata é central no *The Guardian*, com valores de equidade e solidariedade frequentemente sendo expressos. O *The Guardian* também é propenso a uma ética do global. Ao destacar alegações científicas sobre os riscos da mudança climática para ambientes físicos e humanos distantes, o *The Guardian* estimulou um senso de conexão global e responsabilidade global” (Carvalho, p. 239, 2007).

⁶⁵⁸ São eles: “[...] o *Guardian* e o *Independent*, de esquerda ou centro-esquerda; o *Times* e o *Telegraph*, de direita; e o *Financial Times*, que é difícil de categorizar ideologicamente. [...] o *Mirror*, de esquerda, o populista e sensacionalista *Star*, e os mais obviamente de direita *Express*, *Mail* e *Sun*” (Painter; Gavin, p. 5, 2015).

exemplo dos Daily Telegraph⁶⁵⁹, do Sun⁶⁶⁰ e do Express⁶⁶¹ – que apresentaram o maior índice de matérias negacionistas publicadas sem contestação⁶⁶², isto é, sem outras perspectivas que não a cética⁶⁶³; todos os dez jornais apresentaram mais ou menos abertura para uma ou outra abordagem e mencionaram porta-vozes céticos e seus argumentos com vieses cujos parâmetros seletivos variaram inclusive entre os de mesmo condão ideológico. Uma primeira conclusão interessante do estudo é a de que, no período, a menção a céticos aumentou em todos os jornais⁶⁶⁴; outra é a de que, por exemplo, no Daily Telegraph, cujas reportagens deslindei acima, as matérias céticas são assinadas em sua maioria por Christopher Booker e Simon Heffer em colunas de opinião⁶⁶⁵, enquanto os correspondentes para o tema do meio ambiente neste mesmo jornal não deram proeminência para o ceticismo⁶⁶⁶, pelo contrário, publicaram matérias que

⁶⁵⁹ Dentre as matérias com perspectivas céticas encontradas na amostra de 2007, segundo Painter e Gavin: “[...] O Telegraph publicou 10 desses artigos, 6 expressando ceticismo incontestado. Um foi escrito pelo cientista cético Bob Carter e outro pelo especialista em relações públicas Martin Livermore. Dois foram escritos por um colunista regular (Christopher Booker) e os outros dois por colunistas convidados que não eram cientistas (Martin Durkin e Chris Gibson-Smith). (Painter; Gavin, p. 7, 2015) No segundo período, entre 2009 e 2010, o Telegraph teve “[...] o maior número desses artigos (13), escritos principalmente pelos colunistas internos Christopher Booker e Simon Heffer”. (Painter; Gavin, p. 9, 2015) No terceiro e último período de análise, matérias com vozes céticas incontestáveis “foram os mais prevalentes no Telegraph, que teve 12,9 dos quais foram escritos pelo cético colunista Christopher Booker, e o restante por Simon Heffer. Christopher Booker dirige a sua crítica a uma longa lista de indivíduos que ele chama de ‘aquecistas’ e organizações, incluindo o IPCC, a BBC, cientistas da UEA, Lord Stern, Chris Huhne e o príncipe Charles” (Painter; Gavin, p. 11, 2015).

⁶⁶⁰ Nas palavras dos autores: “O The Sun teve o segundo maior número de artigos de opinião não contestados (2007). Estes seis foram todos escritos por colunistas regulares não especialistas: três pelo antigo editor Kelvin MacKenzie e três do apresentador de televisão Jeremy Clarkson. Eles são todos curtos, polêmicos e profundamente desdenhosos da ciência” (Painter; Gavin, p. 8, 2015).

⁶⁶¹ No segundo período da amostra (2009-2010), entre os 136 artigos de opinião com perspectivas céticas publicados, Painter e Gavin observaram que 20 foram publicados pelo Express, 13 pelo Telegraph e 7 pelo Sun e “[...] o Express, de direita, foi o único jornal dos nossos 10 a publicar consistentemente editoriais defendendo visões abertamente céticas (um total de 9 no período examinado (2009-2010)). Eles criticam de várias maneiras a ciência climática convencional, a cúpula de Copenhague, os relatórios do IPCC e o que chamam de ‘movimento da mudança climática’. Nenhum dos outros jornais publicou editoriais que incluíssem discussões com pontos de vista céticos sem questioná-los. Do ponto de vista do debate nacional, é notável que o Express tenha uma circulação superior à circulação combinada do Guardian e do Independent, embora seja consideravelmente menor que seu rival de médio porte, o Mail” (Painter; Gavin, p. 9-10, 2015).

⁶⁶² Painter; Gavin, p. 9, 2015.

⁶⁶³ Nas palavras dos autores: “Por ‘incontestado’ queremos dizer artigos onde as vozes ou opiniões céticas não são contestadas, ou por outras palavras, onde não existe um ponto de vista científico climático convencional no artigo que funcione como um equilíbrio claro, ou uma resposta, ao conteúdo do mesmo” (Painter; Gavin, p. 6, 2015).

⁶⁶⁴ Segundo Painter e Gavin: “Em 2007, a porcentagem de artigos com vozes céticas dentro deles era de cerca de 7%, ou um em cada 14 artigos. Em 2009/2010, a porcentagem aumentou significativamente para 22%, ou um em cada 4,5 artigos em um momento em que havia uma justificativa editorial considerável para sua inclusão. No terceiro período em 2010/2011, descobrimos que, apesar da grande queda no volume de cobertura das mudanças climáticas e apesar da justificativa editorial mais fraca, houve apenas uma pequena queda na porcentagem de artigos sobre mudança climática contendo vozes céticas. Como mencionado acima, permaneceu em 20%, ou cerca de um em cada cinco artigos” (Painter; Gavin, p. 16, 2015).

⁶⁶⁵ Painter; Gavin, p. 11, 2015.

⁶⁶⁶ Segundo Painter e Gavin: “É importante ressaltar que mesmo em jornais com forte presença de vozes céticas nas colunas de opinião como o Express, Telegraph e Sun, os editores ou correspondentes de meio ambiente se destacam por não darem muito – se é que dão qualquer – proeminência para pontos de vista céticos. Por exemplo,

contestavam essa perspectiva⁶⁶⁷. O mesmo foi observado no Express e no Sun, cujos editores de meio ambiente deram ênfase ao consenso científico acerca dos riscos do aquecimento global e suas causas sociais⁶⁶⁸. O The Times, embora alinhado ao espectro da direita política e com bastante menções à perspectiva cética⁶⁶⁹, quase sempre a equilibrou com a de defensores – possivelmente por ser um jornal de elite não sensacionalista e querer manter sua respeitabilidade pelo parâmetro do equilíbrio. Já os jornais alinhados à esquerda política, como o Guardian e o Mirror, tiveram, respectivamente, duas e uma matéria cética sem contestação entre 2009 e 2010, que pode ser uma quantidade irrisória em relação à amostra, mas demonstra uma não unanimidade na postura editorial. Ainda no caso desses dois exemplares mais progressistas, a menção a porta-vozes céticos é razoavelmente menor que nos outros jornais, e quando aconteceu, veio acompanhada do ponto de vista de defensores e de informações cientificamente orientadas. Fato é que, como concluem Painter e Gavin, o negacionismo vem, na maior parte das vezes, acompanhado por contestação ou pelo menos por outra perspectiva que contempla a comunicação científica ecológica, no entanto, como salientaram Oreskes e Conway, para os céticos já é uma grande vitória serem mencionados, uma vez que eles operam, sobretudo, pela dúvida e não pela certeza. De todo modo, manteve-se um alinhamento ideológico entre os jornais observados e as tendências políticas específicas que mais ou menos determinaram a quantidade e a frequência de menções ao ceticismo. Em um estudo comparativo posterior, que cobriu cinco países⁶⁷⁰, nos anos de 2011 e 2012, feito por Michael Brüggemann e Sven Engesser, descobriu-se que a imprensa do Reino Unido cita mais vozes céticas do que todos os outros, inclusive mais que a dos EUA⁶⁷¹, incluindo-as em 25% dos artigos analisados⁶⁷². Os autores, que basearam o

no período 3, embora estes jornais de direita publicassem regularmente artigos de opinião céticos e não contestados, escritos por alguns dos seus colunistas, as reportagens jornalísticas e artigos de opinião escritos pelos editores de meio ambiente ou correspondentes desses jornais deram muito menos destaque para os céticos do clima, cujas opiniões raramente eram deixadas sem contestação (Painter; Gavin, p. 14, 2015).

⁶⁶⁷ Na amostra contemplada entre 2009 e 2010, Painter e Gavin ressaltam que: “[...] vale a pena enfatizar que o Telegraph, de inclinação conservadora, também publicou 11 artigos de opinião contestando pontos de vista céticos durante esse período, 8 dos quais foram escritos pelo correspondente de meio ambiente Geoffrey Lean” (Painter; Gavin, p. 9, 2015).

⁶⁶⁸ “Por exemplo, John Ingham, editor de meio ambiente do Express, escreveu uma coluna regular durante este período que seguiu amplamente o consenso dominante sobre a ciência do clima. No mesmo período, Louise Gray, correspondente de meio ambiente do Telegraph, mencionou os céticos uma vez e apenas genericamente, enquanto Ben Jackson, o editor de meio ambiente do The Sun, não mencionou os céticos de forma alguma. Geoffrey Lean, do Telegraph, incluiu comentários céticos apenas para refutá-los (Painter; Gavin, p. 14, 2015).

⁶⁶⁹ Do total da amostra, 35% dos artigos do Times faziam menção a vozes céticas (Painter; Gavin, p. 13, 2015).

⁶⁷⁰ São eles: Alemanha, Índia, Reino Unido, Estados Unidos e Suíça.

⁶⁷¹ O índice para os EUA ficou em 17%, mas os autores fazem a ressalva de que: “Embora nosso estudo tenha ido além do foco em jornais de luxo, ele ainda negligenciou meios como a Fox News ou estações de rádio americanas, que provavelmente hospedam mais negacionismo do que as incluídas aqui. É por isso que a mídia dos EUA, em nossa amostra, parece menos contrária do que a mídia britânica” (Brüggemann; Engesser, p. 66, 2017).

⁶⁷² Brüggemann; Engesser, p. 63, 2017.

conceito de ceticismo ou de “contrários” em quatro parâmetros⁶⁷³, concluem que: “[...] até mesmo a declaração mais básica (de que está realmente ficando mais quente) é contestada em 16% de todos os artigos britânicos na amostra”⁶⁷⁴. Ao mesmo tempo, as menções aos argumentos de cunho cético vêm acompanhadas de uma contextualização que geralmente as interpreta negativamente – um movimento que se propõe como a negação da negação, mas que, como observamos em outras perspectivas, dá voz e visibilidade ao ceticismo de todo modo. Para o caso do Reino Unido, os autores ponderam os dados, sugerindo que o alto índice de desvio padrão indica uma imprensa com perspectivas diversas que polariza o debate e que, no que diz respeito aos artigos abertamente negacionistas, isto é, “que desafiaram as suposições básicas da mudança climática antropogênica”⁶⁷⁵, 48% (dos 77) foram escritos por Christopher Booker e publicados no Daily Telegraph. Além disso, esse estudo confirmou – para todos os países da amostra – que jornais alinhados ao espectro da direita política fizeram publicações mais céticas que os jornais alinhados à esquerda que, por sua vez, mencionaram e deram nomes aos céticos com mais frequência, mas para descartá-los e avaliá-los negativamente⁶⁷⁶.

Finalmente, alguns aspectos gerais da cobertura sobre os riscos ecológicos construída pela imprensa britânica nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI valem a pena serem mencionados: ela se construiu por um olhar internacional⁶⁷⁷, pelo menos mais do que em muitos outros lugares – particularmente em oposição à dos EUA, que manteve uma perspectiva doméstica perene – incluindo em suas observações decisões políticas estadunidenses e da comunidade europeia, além de ressoar comunicativamente como a pauta ecológica é também construída em países do Sul Global. Em relação às suas fontes, a imprensa britânica preferiu trazer à observação grupos mais do que indivíduos, como ONGs, empresas e *think tanks*⁶⁷⁸ e, de modo geral, colocou a questão ambiental para um público amplo no sentido de que a pauta foi observada intensamente por uma grande variedade de jornais⁶⁷⁹. Particularmente no que diz respeito às mudanças climáticas, a imprensa do Reino Unido lançou mão de termos que

⁶⁷³ Segundo os autores, “[...] eles se concentram em duvidar: da tendência (mudança climática), da atribuição (antropogênica), do impacto (riscos, problemas graves) e do tratamento (redução de emissões)” (Brüggemann; Engesser, p. 59, 2017).

⁶⁷⁴ Brüggemann; Engesser, p. 63, 2017.

⁶⁷⁵ Brüggemann; Engesser, p. 64, 2017.

⁶⁷⁶ Segundo Brüggemann e Sven Engesser: “A análise confirma o padrão encontrado acima: jornais de direita desafiam as mudanças climáticas significativamente com mais frequência, mas jornais de esquerda citam contrários com mais frequência e claramente os avaliam negativamente” (Brüggemann; Engesser, p. 64, 2017).

⁶⁷⁷ Por exemplo, em: SONG et al., p. 10, 2021; Grundmann, R.; Krishnamurthy, R., p. 124, 2010.

⁶⁷⁸ Como pode ser observado em: Song et al., p. 13, 2021 e Grundmann; Scott, p. 226, 2014.

⁶⁷⁹ Grundmann; Scott, p. 223, 2014.

evocam luta e enfrentamento (como *tackle, convention e against*⁶⁸⁰) e colocou o problema como um perigo relevante⁶⁸¹. Apesar da ênfase que dei ao modelo de reportagem equilibrada e ao alto índice de ceticismo, vale lembrar que na imprensa britânica os defensores da pauta ambiental são também bastante visíveis⁶⁸² e que ficou claro na análise de muitos estudos longitudinais aqui mencionados que ela deu uma cobertura abrangente sobre o tema, comparativamente maior que muitos outros países⁶⁸³. Neste sentido, a norma da reportagem equilibrada perdurou no jornalismo britânico, que produziu uma opinião pública plural acerca dos riscos ambientais. É interessante notar como a abordagem passou do âmbito doméstico, em meados do século XX, para o âmbito internacional, tanto no que diz respeito aos problemas ambientais destacados na imprensa quanto para suas soluções.

No capítulo final desta tese, as particularidades aqui observadas, da construção dos riscos ambientais no Reino Unido, serão contrastadas com as produzidas nos EUA e na China, de modo a termos uma visualização mais ampla dos encontros e desencontros semânticos e dos enquadramentos de cada perspectiva. No próximo capítulo, farei uma análise da descrição dos riscos ambientais na imprensa estadunidense. Antes, porém, tratarei de aspectos semânticos e históricos dos EUA no que diz respeito às observações sócio-terranas lá estabelecidas, porquanto elas foram, e continuam sendo, relevantes na sua particular forma de observar os riscos ambientais na contemporaneidade.

⁶⁸⁰ Podem ser traduzidos como: enfrentar, convenção e contra, respectivamente.

⁶⁸¹ Como pode ser observado em: Grundmann; Scott, p. 225, 2014 e Grundmann, R.; Krishnamurthy, R., p. 124, 2010.

⁶⁸² Grundmann; Scott, p. 227, 2014.

⁶⁸³ Como se observa, por exemplo, em: Schmidt, A. et al., p. 1243, 2013.

8. A Perspectiva Estadunidense sobre a Natureza e os Riscos Ambientais

8.1 As bases semânticas da expansão territorial estadunidense

A moderna construção semântica da natureza nos EUA teve início com sua colonização por protestantes ingleses no início do século XVII⁶⁸⁴. Com um sentido religiosamente orientado, o território desse “novo mundo” foi observado como uma dádiva divina a um povo escolhido por Deus para se estabelecer e cumprir, nele e através dele, um destino excelso. Nesta perspectiva, o fato desse território já ser milenarmente ocupado por outros povos era irrelevante, já que a predestinação dava aos protestantes anglo-saxões plenos direitos para dispor de todos seus elementos – terras, rios, montanhas e animais – e se outros povos se interpusessem nesse caminho – traçado por Deus – seria destino deles a extinção. Rondando essa forma de observação colonial está outra, herdada da velha Europa, qual seja, a de predestinação territorial – aquela ideia de que uma nação é delimitada por fronteiras naturais e que, num primeiro momento nos EUA, teve como referência as montanhas Apalaches⁶⁸⁵. No entanto, nos séculos seguintes, esse território estendeu-se ao Oeste até o Oceano Pacífico e o Havaí, ao Norte com a incorporação do Oregon, de Washington, de Idaho, do Alasca, da Dakota do Norte e do Sul, de Montana, do Wyoming, além de partes de Minnesota e do Maine; e ao Sul, com a assimilação dos territórios da Louisiana, da Flórida, do Texas, do Novo México, da Califórnia e, posteriormente, de Porto Rico⁶⁸⁶. Os habitantes originários desses territórios foram descritos de duas formas: antes da

⁶⁸⁴ Vale ressaltar que, segundo Carolyn Merchant: “A terra americana foi a atração para a maior migração humana da história moderna. Em nenhum outro lugar um ambiente tão abundante – fértil em solo e clima temperado, bem regado, amplamente arborizado e ricamente abastecido de minerais – estava tão pronto para arrancar de seus habitantes nativos. [...] A abundância de terras baratas do Novo Mundo oferecia oportunidades inimagináveis em um Velho Mundo onde a terra era muito escassa e cara para atender às necessidades de subsistência de muitos ou às ambições de poucos por riqueza, status e poder. O Éden americano oferecia a independência, o conforto e a segurança da agricultura de subsistência para a maioria dos colonos e a riqueza da produção básica em larga escala para muitos outros. No entanto, as oportunidades que atraíram uma enxurrada de imigrantes voluntários da Europa também envolveram uma enxurrada de imigrantes involuntários da África. Como a pronta disponibilidade de terras para propriedade privada tornou os euro-americanos relutantes em trabalhar para outros, muitos logo descobriram que a riqueza da produção em larga escala só poderia ser realizada por meio do trabalho escravo dos africanos. [...] A Virginia Company que fundou Jamestown descobriu que os lucros não podiam ser obtidos com o trabalho de depositantes enviados como servos da empresa. A colônia começou a florescer apenas quando a empresa deu aos colonos terras para trabalharem por conta própria. A imigração disparou quando um “direito de cabeça” de 50 acres para cada novo colono foi dado a quem pagou por sua passagem oceânica. O imigrante que podia pagar a passagem de sua família tinha a garantia de uma ampla fazenda na chegada, enquanto os fazendeiros podiam aumentar suas propriedades comprando servos contratados ou escravos dos navios que chegavam. À medida que a escravidão crescia, esse sistema produzia enormes concentrações de terras nas mãos de grandes fazendeiros” (Merchant, p. 121, 2002).

⁶⁸⁵ Sampaio; Olímpio, p. 5, 2006.

⁶⁸⁶ A anexação de territórios foi feita de duas maneiras: por negociação e por conflito armado. Ao norte, o Alasca foi comprado da Rússia em 1867, o Oregon, Washington e Idaho foram negociados com o Reino Unido em 1846

Guerra Civil, eram vistos principalmente como selvagens conectados à natureza⁶⁸⁷; posteriormente, com o avanço colonial continente adentro, passaram a ser observados com hostilidade e foram paulatinamente bestializados⁶⁸⁸ – considerada a exceção dos chamados “amigos dos índios”⁶⁸⁹. Em todo caso, sempre fadados ao desaparecimento, seja por morte ou por assimilação⁶⁹⁰. Conforme a ocupação avançava, no entanto, os povos originários tornaram-se um empecilho, já que, ao fim e ao cabo, o território destinado aos anglo-saxões americanos não poderia ser com eles compartilhado⁶⁹¹. Em outras palavras, no exercício da colonização estadunidense, a invasão e a ocupação territorial ancoravam-se na premissa religiosa e racista da

e Dakota do Norte/Sul, Montana e Wyoming foram comprados da França em 1803. Ao sul, a Louisiana foi comprada também da França em 1803, a Flórida foi comprada da Espanha em 1819, o Texas, que se tornara independente em 1836, foi anexado em 1845, e Califórnia, Nevada, Utah, Arizona, Novo México e Colorado foram “cedidos” pelo México após a Guerra Mexicana-Americana em 1848. Para uma visão mais aprofundada, recomendo: Burns, Adams. *American Imperialism: The Territorial Expansion of the United States, 1783–2013*. Edinburgh University Press, 2017.

⁶⁸⁷ Segundo Horsman: “A imagem do século XVIII do índio como um ‘nobre selvagem’ também persistiu até meados do século, embora de forma modificada. Grandes escritores americanos – Cooper, Hawthorne, Thoreau, Melville – e seus seguidores menores, enquanto misturavam tons mais ásperos em seus retratos, viam o índio como uma figura trágica e de alguma forma nobre - e certamente muito mais humano do que o selvagem bestial retratado em tantas descrições da fronteira” (Horsman, p. 190-191, 1981).

⁶⁸⁸ Segundo Mark Spence sobre o período de 1850 e 1860: “A retomada da longa história de guerras indígenas do país teve um efeito profundo na maneira como os americanos percebiam os povos nativos e o Ocidente. Não mais índios pitorescos e ‘nobres’ que vagavam livremente por uma região distante, as tribos ocidentais agora viviam em terras cobiçadas dentro do domínio nacional e se transformavam em ‘selvagens traiçoeiros e sedentos de sangue’” (Spence, p. 30, 1999).

⁶⁸⁹ Segundo Mark David Spence: “Os americanos antes da guerra não concebiam a natureza selvagem e os índios como separados [...]. Desde a era colonial, as concepções anglo-americanas de povos nativos e áreas selvagens operavam dentro da estrutura de uma máxima auto-recíproca: as florestas eram selvagens porque índios e animais viviam lá, e os índios eram selvagens porque viviam nas florestas. A maioria dos americanos antes da guerra via esse “deserto indígena” como um obstáculo ao progresso, mas aqueles que expressaram preocupação com a destruição de certas paisagens invariavelmente se interessaram pelo bem-estar das pessoas que viviam lá” (Spence, p. 10-11, 1999).

⁶⁹⁰ Segundo Mark Spence: “Quase desde o início da República, os funcionários do governo lutaram para desenvolver um método aceitável para alcançar o que chamavam de ‘expansão com honra’ - isto é, como incorporar territórios tribais aos Estados Unidos sem minar beligerantemente as sociedades nativas. Em teoria, havia apenas duas soluções para esse dilema moral: assimilação ou remoção. Embora ambos exigissem força ou ameaça de força, cada um tinha a virtude peculiar de transformar terras indígenas em fazendas e cidades americanas. À primeira vista, a assimilação era mais ‘honrosa’ do que a desapropriação total, mas poucos americanos aceitaram a possibilidade de que um ‘Homem Vermelho’ pudesse se tornar um concidadão dos Estados Unidos. Em contraste, a realocação distante além da fronteira parecia manter a promessa de uma feliz convergência de interesses: colonos e especuladores poderiam comprar terras; os missionários podiam estabelecer missões permanentes entre os índios sem temer a influência corruptora das comunidades brancas próximas; os grupos nativos teriam a oportunidade de incorporar as virtudes da civilização em seu próprio ritmo e, ao fazê-lo, ter uma influência positiva nas tribos mais ‘selvagens’ das planícies orientais. Em última análise, a remoção pareceria uma panaceia ideal para os ‘problemas indígenas’ crônicos da América, e seu apelo visionário substituiria todos os argumentos em contrário” (Spence, p. 14-15, 1999).

⁶⁹¹ Segundo Reginald Horsman, sobre a ocupação de territórios no Sul no início do século XIX: “A maioria dos americanos brancos naquelas áreas simplesmente não estava disposta a permitir que índios, transformados ou não, retivessem terras e alcançassem igualdade com colonos brancos. Isso acelerou o processo nacional de considerar o índio simplesmente como um selvagem inferior que bloqueava o progresso. O que havia sido uma reação instintiva de homens da fronteira lutando por terra logo se tornaria um ponto de vista majoritário entre americanos e seus funcionários governamentais” (Horsman, p. 193, 1981).

predestinação. Neste sentido, a assimilação dos povos originários deixava de ser uma opção conforme as fronteiras avançavam. Ou ainda, não era aceitável, em termos morais e religiosos, que aqueles povos fossem assimilados, portanto, o que lhes restava era o aniquilamento⁶⁹². No início do século XIX, a descrição evolucionista da ciência endossou essa perspectiva agônica com a ideia de que as raças indígenas eram inferiores e que, logo, não poderiam ser melhoradas pelo contato, assim como não ascenderiam por conta própria à civilização e que, portanto, estavam fadadas ao fracasso substantivo⁶⁹³. Esse horizonte de dominação e extinção logo estendeu-se para outros povos que para lá migraram voluntária ou forçosamente, inclusive brancos do Sul europeu, de olhos e cabelos escuros⁶⁹⁴; assim como passaram a valer para outros que, nesta perspectiva, seriam eventualmente atravessados pela expansão territorial ou comercial destinada aos anglo-saxões, uma vez que ela, a princípio, não teria limites e se estenderia por

⁶⁹² Mais adiante, já na segunda metade do século XIX, Samuel Bowles, por exemplo, um proeminente jornalista que ficou famoso, dentre outras coisas, por seus relatos expedicionários, defendeu, segundo Mark Spence, a criação de reservas indígenas provisórias, nos seguintes termos: “[...] propôs a cessação de todos os conselhos de tratados e sentiu que o governo deveria ditar unilateralmente os termos para as tribos ocidentais. ‘Sabemos que eles não são nossos iguais’, argumentou ele, ‘[e] sabemos que nosso direito ao solo, como uma raça capaz de seu aprimoramento superior, está acima do deles; [portanto,] vamos agir direta e abertamente nossa fé’. ‘Digamos ao [indígena]’, continuou ele, ‘você é nosso pupilo, nosso filho, a vítima de nosso destino, nosso para deslocar, nosso para proteger. Queremos que seus campos de caça extraíam ouro, para cultivar grãos, e você deve ‘seguir em frente’. De acordo com Bowles, o governo era obrigado a ‘dar’ às tribos ocidentais uma série de pequenas reservas próprias, mas os líderes nativos precisavam entender que sempre que ‘a marcha do império exigir essa sua reserva, nós lhe atribuiremos outra; mas enquanto escolhermos, esta é sua casa, sua prisão, seu playground’. Embora Bowles reconhecesse a ‘desonra’ inerente a tais políticas, ele poderia racionalizá-las com uma sólida convicção de que os povos nativos estavam condenados a ‘desaparecer’. Consequentemente, a única responsabilidade do governo era alimentar e educar o índio ‘até a elevação para a qual ele será despertado, e então deixá-lo morrer - como morrer ele está fazendo e morrer ele deve’” (Spence, p. 27, 1999).

⁶⁹³ Segundo Horsman: “[...] A posição científica dominante na década de 1840 era que os índios estavam condenados por causa de inferioridade inata, que estavam sucumbindo a uma raça superior, e que isso era para o bem da América e do mundo. A impotência do governo federal diante dos massacres dos índios da Califórnia na década de 1850 tem que ser vista contra o pano de fundo da difundida visão intelectual e popular de que a substituição de uma raça inferior por uma superior era o cumprimento das leis da ciência e da natureza. [...] A Remoção Indígena, como desenvolvida entre 1815 e 1830, foi uma rejeição de todos os índios como índios, não simplesmente uma rejeição de índios não assimilados que não aceitariam o estilo de vida americano”. (Horsman, p. 191-192, 1981) Ainda segundo Horsman: “[...] em dezembro de 1825 o Secretário de Estado Henry Clay disse francamente a Barbour por que qualquer plano para incorporar índios individuais dentro da sociedade branca não era aceitável. [...] Ele acreditava que eles estavam destinados à extinção, e, embora ele nunca usasse ou apoiasse a inumanidade contra eles, ele não os considerava, como raça, dignos de preservação. Ele os considerava como essencialmente inferiores à raça anglo-saxônica, que agora estava tomando seu lugar neste continente. Eles não eram uma raça que pudesse ser melhorada, e seu desaparecimento da família humana não será uma grande perda para o mundo. Em termos de fato, eles estão desaparecendo rapidamente, e ele não acreditava que em cinquenta anos a partir deste tempo haveria algum deles restante. Ao longo dos próximos vinte anos, cientistas americanos, supostamente com base em evidências empíricas, endossaram ruidosamente as conclusões de Clay” (Horsman, p. 198, 1981).

⁶⁹⁴ Merchant, p. 106, 2002.

toda a Terra atemporalmente⁶⁹⁵. Em 1852, a revista *Southern Literary Messenger*⁶⁹⁶, bastante popular no Sul, publicou um texto que evidencia essa perspectiva ao enfatizar que:

[...] ‘o ramo anglo-saxão da raça germânica’ tinha a maior parte do comércio do mundo em suas mãos. Agora seu impacto seria sentido por toda a África, Ásia oriental e Japão. À medida que os ‘milhões multiplicadores da raça anglo-germânica’ avançavam, ‘cada oceano fervilharia com seus navios; cada costa e ilha seria ocupada com seus estabelecimentos; sua língua, sua ciência, sua literatura e sua religião permeariam todas as famílias e tribos do mundo pagão’.⁶⁹⁷

Nessa forma de observar outros povos, territórios e suas particularidades, é notável que havia na fundação dos EUA uma semente de supremacia religiosa e racial que, embora tenha se tornado laica ao longo do tempo, germinou e permaneceu como justificativa moral para as inúmeras empreitadas bélicas, comerciais e culturais que se seguem até a atualidade⁶⁹⁸. Foi ao longo do século XIX, no entanto, que as raízes semânticas dessa perspectiva racista, baseada na providência divina, estabeleceram uma oposição forte entre anglo-saxões brancos e os povos “coloridos”⁶⁹⁹, aos quais pode-se acrescentar também a população hispânica e latino-americana⁷⁰⁰, já que havia – e continua havendo – expectativas de anexação inclusive de territórios ao redor e ao Sul do equador⁷⁰¹. A predestinação geográfica que antes estava limitada

⁶⁹⁵ Cito: “Comércio e civilização eram inextricavelmente entrelaçados, mas essencial para seu progresso era a constante presença da raça anglo-saxônica, uma raça que mesmo na Ásia acabaria por substituir povos inferiores. Os anglo-saxões, disse Simeon North em New Haven em 1847, eram os homens ‘cujo empreendimento explora toda terra, e cujo comércio embranquece todo mar’. O curso da raça anglo-saxônica ‘havia sido firmemente avante, para império e grandeza’” (Horsman, p. 289, 1981).

⁶⁹⁶ Revista literária fundada em 1834 na Virgínia, a *Southern Literary Messenger* operou até 1864, sendo encerrada com a guerra civil. Ela contou com Edgar Allan Poe como editor e tornou-se bastante popular durante sua vigência. A matéria acima mencionada é de 18 de julho de 1852 e pode ser encontrada entre as páginas 410 e 411. Para saber mais sobre a revista, recomendo a leitura de: Jacobs, Robert D. Campaign for a Southern Literature: The Southern Literary Messenger. In: *The Southern Literary Journal*, Vol. 2, No. 1, pp. 66-98, 1969.

⁶⁹⁷ Horsman, p. 289-290, 1981.

⁶⁹⁸ Exemplos recentes podem ser observados na política externa de Donald Trump, como a ameaça de anexação da Groenlândia aos EUA e a reconstrução de Gaza como um resort estadunidense; ou ainda, a entrevista do presidente do Comitê de Inteligência da Câmara, Rick Crawford, dada à Fox News em 19 de março de 2025, na qual ele se refere à América Latina como “nosso quintal” sobre o qual deve se retomar a influência estadunidense.

⁶⁹⁹ Horsman, p. 205, 1981.

⁷⁰⁰ Segundo Horsman: “Que os americanos precisavam estar plenamente conscientes de sua força foi o tema de um artigo (da revista *Democratic Review*) sobre a América Central na primavera de 1853, pois ‘depende deles e deles sozinhos, se a maré do Cristianismo, civilização e Liberdade continua a avançar neste grande continente, ou novamente recua diante da reação da barbárie’. Selvagens estavam lutando por domínio em Yucatán, e raças indígenas e mestiças superavam em muito os brancos em toda a América Central e do Sul. Estes brancos precisavam desesperadamente de proteção; tal era sua imbecilidade... tal sua indolência, fraqueza e degeneração” que eles precisavam ser protegidos por ‘uma raça mais sábia e enérgica’. A chave para o vigor relativo e recursos das nações, argumentou o autor, estava em suas populações, não simplesmente em números, mas nas ‘qualidades morais, físicas e intelectuais de um povo que formam a base de sua superioridade’. O Império Britânico foi levado à tarefa no artigo porque não era ‘um povo, de uma raça, uma língua e um Deus’. Os Estados Unidos tinham a força da unidade racial, política e religiosa: ‘eles conquistam para libertar, e cada adição de território é apenas uma extensão da civilização e liberdade’” (Horsman, p. 285, 1981).

⁷⁰¹ Segundo Horsman: “Como no caso da anexação do Texas na década de 1840, alguns sulistas estavam preparados para argumentar que a expansão para o sul salvaria ao invés de destruir a união e no final resolveria o problema da

por fronteiras naturais ganhou um novo alcance semântico, quase utópico, no sentido de que conforme a ocupação avançava, as expectativas sobre os limites alargavam-se cada vez mais, como salientou um artigo da *De Bow's Review*⁷⁰² em 1852 sob a análise de Reginald Horsman:

A raça americana superior [...] estava para alcançar domínio mundial através da substituição de outros povos. Já, por rápida colonização, os Estados Unidos haviam suplantado a raça 'inferior' na costa do Pacífico. O mesmo processo ocorreria no México, América do Sul, Ásia e Pacífico à medida que a raça americana avançasse: 'onde quer que eles vão, esta população nativa inferior, como um resultado da amalgamação, e aquela grande lei de contato entre uma raça superior e uma inferior, pela qual a última dá lugar à primeira, deve ser gradualmente suplantada, e seu lugar ocupado por esta mais elevada das raças'. Eventualmente, sem guerras de conquista, mas através das leis de contato entre raças superiores e inferiores, os Estados Unidos em toda probabilidade 'ocuparão toda a extensão da América, as ricas e férteis planícies da Ásia, junto com as ilhas intermediárias do mar, em cumprimento do grande propósito do céu, do eventual esclarecimento de toda a terra, e a gradual elevação do homem à dignidade e glória do prometido dia millenial'. Isto, é claro, não era a regeneração dos povos do mundo, mas a criação de um mundo melhor pela substituição de uma variedade de outras raças por uma raça superior.⁷⁰³

O termo popularizado como destino manifesto pelo jornalista John L. O'Sullivan, na *United States Magazine and Democratic Review* em 1845⁷⁰⁴, sintetiza esse sentido crescente que toma força com a independência estadunidense em 1783 e transforma a aventura colonizadora em uma epopeia imperialista digna de um Quixote que, para onde quer que se volte, vê inimigos ao seu propósito. Pretos, vermelhos, amarelos e brancos latinos tornaram-se

escravidão. Uma figura chave neste argumento era o cientista naval Matthew F. Maury do Observatório Nacional em Washington, D.C. Acreditando que a aquisição de território contíguo adicional do México quebraria a união, Maury colocou suas esperanças no desenvolvimento de uma grande nova república ao longo do Amazonas e seus afluentes e no desenvolvimento comercial de toda a região do Caribe. Maury descreveu o Golfo do México como um futuro Mediterrâneo agrupado por uma classe governante branca e uma população escrava africana - e com um canal istriano e estradas ligando os oceanos e dando aos Estados Unidos o comércio da Europa e Ásia. Neste esquema o vale do Amazonas se tornaria de vital importância, e Maury perguntou quem o povoaria: 'Deve ser povoado com um povo imbecil e indolente, ou por uma raça progressista que tem energia e empreendimento iguais a subjugar a floresta e desenvolver e trazer à luz os vastos recursos que lá se escondem?' Quando o governo dos Estados Unidos obtivesse o direito de navegar o Amazonas, nada impediria 'cidadãos americanos dos estados livres, assim como dos estados escravistas, de irem para lá com seus bens e posses para se estabelecerem e revolucionar e republicanizar e anglo-saxonizar aquele vale'. A nova república forneceria uma válvula de escape para estados sulistas superpovoados com escravos" (Horsman, p. 280-281, 1981).

⁷⁰² A *De Bow's Review* foi uma revista popular e influente principalmente no Sul dos EUA no século XIX. Para uma visão mais aprofundada, ver: Kvach, John F. *De Bow's Review: The Antebellum Vision of a New South*. University Press of Kentucky, 2013.

⁷⁰³ Horsman, p. 291, 1981.

⁷⁰⁴ Neste artigo, John O'Sullivan defende a anexação do Texas aos EUA e a justifica com base nos seguintes argumentos iniciais: "O Texas agora é nosso [...] Pode-se dizer que sua estrela e sua listra já ocuparam seu lugar no glorioso brasão de nossa nacionalidade comum; e o alcance de nossas asas de águia já inclui em seu circuito a vasta extensão de suas belas e férteis terras. Ela não é mais para nós um mero espaço geográfico – uma certa combinação de costa, planície, montanha, vale, floresta e riacho. Ela não é mais para nós uma mera região no mapa. Ela se enquadra na querida e sagrada designação de Nosso País [...] outras nações se propuseram a se intrometer [...] em um espírito de interferência hostil contra nós, com o objetivo declarado de frustrar nossa política e dificultar nosso poder, limitar nossa grandeza e impedir o cumprimento de nosso destino manifesto de expandir o continente designado pela Providência para o livre desenvolvimento de nossos milhões que se multiplicam anualmente" (O'Sullivan, p. 1-2, 1845).

objetos de expectativas de dominação ou extermínio na execução de um projeto, criado por Deus, que em última instância se concretizaria pela expansão total da raça, da cultura, da economia e da política estadunidense em todo o mundo. Esse sentido de expectativas condensadas no destino manifesto opunha-se, inclusive, à velha Europa, isto é, segundo essa perspectiva, na América o povo escolhido ganhou a chance de renovar a civilização cristã, como uma tábula rasa que, como tal, tinha a pureza necessária para recomeçar a história e tornar o mundo à sua imagem e semelhança. É com essa mesma lente supremacista que a natureza foi sendo construída como representação da força estadunidense: suas terras intocadas – uma vez que os povos originários eram vistos como ignóbeis e desumanizados – se opunham à degradação civilizacional urbanizada europeia e sua opulência territorial – suas montanhas, cânions, rios, lagos e desertos – tornaram-se símbolos do presente de Deus para o povo escolhido. Assim como a diferenciação da religiosidade protestante⁷⁰⁵, cuja manutenção comum baseava-se, dentre outras coisas, em rituais de reavivamento⁷⁰⁶ que elevavam a população ao sagrado e, portanto, ao merecimento da escolha de Deus⁷⁰⁷, a natureza do novo mundo se

⁷⁰⁵ Apesar da tentativa inglesa de manter o monopólio da fé através da Igreja Anglicana, antes mesmo da Independência já havia uma profusão de seitas emergindo e se diferenciando a partir de vertentes europeias e, em seguida, a partir de si mesmas, um fenômeno baseado na ideia secular de liberdade religiosa que veio a ser fundamental para o posterior movimento revolucionário. Segundo Pierre Miller: “A história da colônia de Nova York era um quebra-cabeça dentro de um quebra-cabeça, porque lá, onde o domínio inglês tentara manter estabelecidas tanto a Igreja Reformada Holandesa quanto a Igreja da Inglaterra, a diversidade de seitas surgira em tal profusão desconcertante que o triunfo final da liberdade religiosa parecia mais uma resignação exausta e cínica ao inevitável do que qualquer surgimento de convicção positiva”. E, em seguida: “[...] O protestantismo pode carregar em suas entranhas a dissidência da dissidência, mas mesmo um Bossuet teria dificuldade em cronometrar e acompanhar as fragmentações, separações, cismas, brigas e divórcios que constituem a história das igrejas americanas de 1776 a 1865” (Miller, p. 156, 1974).

⁷⁰⁶ Os rituais de reavivamento têm origem no pietismo calvinista e estão conectados à crença na predestinação, como assinala Weber: “Historicamente, a ideia da predestinação foi para todos os efeitos ponto de partida para a corrente ascética habitualmente designada como ‘pietismo’. [...] A eclosão de reavivamentos ascéticos no seio das comunidades calvinistas quase sempre esteve ligada [...] a um reaquecimento da doutrina da predestinação após período de momentâneo esquecimento, ou abatimento. [...] Os predestinados, afinal, vez por outra podiam incorrer em erros dogmáticos, como de resto em outros pecados, e ensinava a experiência que inúmeros cristãos sem nenhum pendor para a teologia acadêmica rendiam os frutos mais manifestos da fé [...]” (Weber, p. 110-111, 2014). Esses rituais, portanto, reforçavam as expectativas sobre a predestinação coletiva dos escolhidos de Deus. Embora de origem calvinista, nos EUA a prática de reavivamentos diversificou-se conforme a diferenciação interna do protestantismo, mas em geral envolvia pregações emocionadas e extemporâneas e, por outro lado, recepções acaloradas que envolviam confissões, arrependimento, manifestações corporais - como choro, gritos e convulsões. Em alguns casos, ocorreu hibridismo com antigas religiões nórdicas, que agregou o uso de amuletos e, logo, a crença em milagres e no sobrenatural. Esses rituais de reavivamento - que se tornaram parte da estrutura do protestantismo - tinham como função principal a retomada da disciplina necessária para a empreitada civilizacional, considerando que no primeiro século do período colonial a adesão religiosa não era perene, principalmente entre os homens. Para uma visão mais aprofundada, recomendo a leitura do capítulo *The Plural Origins of American Revivalism* no livro “Awash in a Sea of Faith: Christianizing the American People” de Jon Butler (Butler, p. 164-193, 1992).

⁷⁰⁷ O mito fundacional dos EUA e a emergência de sua auto-organização nacional podem ser observados no empenho de lideranças religiosas e políticas, cujas comunicações eram ainda bastante interpenetradas, na criação de expectativas sobre o comportamento coletivo, como no seguinte exemplo: “John Winthrop declarou que as

manifestava como o oposto da Europa já profanada por séculos de lascívia de suas elites⁷⁰⁸. A construção social da natureza tornou-se, portanto, um signo relevante para a criação da identidade estadunidense. Perry Miller tem uma tese sobremaneira interessante para a observação desse processo semântico, qual seja, a de que a formação estadunidense amalgamou, principalmente durante os séculos XVIII e XIX, as ideias de liberdade civil e religiosa com o culto à natureza. Muito embora tenham sido contrapostas em alguns momentos e gerado contradições de sentido, tais ideias acabaram por se unificar sob a forma de um paradoxo: de um lado, a liberdade religiosa e a diversificação de crenças – dentro do espectro cristão – conduziram à secularização da moral e dos ritos, orientando a sociedade ao racionalismo e ao utilitarismo e, por outro lado, o culto à natureza deu o chão sobre o qual a obra civilizacional se ergueria sem jamais tornar-se artificial e decadente – como teria acontecido à Europa –, nas palavras de Miller:

sociedades da Nova Inglaterra estavam em uma relação de aliança direta com Jeová, exatamente como o povo escolhido do Antigo Testamento estivera; eles haviam concordado com Ele em seguir as regras da justiça, praticar a verdadeira política, dedicar-se a fazer Sua vontade na terra. Se cumprissem sua promessa, Ele os recompensaria com prosperidade material; se vacilassem, Ele os castigaria com aflições físicas até que se reformassem. Ao proclamar essa aliança nacional, Winthrop não se preocupava com o fato de que a maioria dos colonos presumivelmente não era regenerada. Apenas um quinto da população adulta podia apresentar evidências de santificação que os admitissem à aliança de uma igreja em particular, mas a teoria calvinista não impedia os quatro quintos restantes, mesmo que não contados entre os santos visíveis, de compartilhar da aliança da nação ou de desempenhar seu papel em seu cumprimento” (Miller, p. 5, 1974).

⁷⁰⁸ Em um artigo publicado em 1839 na *The United States Democratic Review*, John O'Sullivan explicita esse triplo movimento semântico de: i) distanciamento em relação à Europa, sua história e sua civilização decadente; ii) por consequência, do papel dos EUA em começar uma nova história, conectada apenas ao futuro e não mais ao passado; iii) história essa a ser escrita no território providenciado por Deus aos seus escolhidos e sagrado, portanto. Nas palavras dele: “Tendo o povo americano derivado sua origem de muitas outras nações, e sendo a Declaração de Independência Nacional inteiramente baseada no grande princípio da igualdade humana, esses fatos demonstram de imediato nossa posição desconectada em relação a qualquer outra nação; que temos, na realidade, pouca conexão com a história passada de qualquer uma delas, e menos ainda com toda a antiguidade, suas glórias ou seus crimes. Ao contrário, nosso nascimento nacional foi o início de uma nova história, a formação e o progresso de um sistema político inédito, que nos separa do passado e nos conecta apenas com o futuro; e no que diz respeito ao desenvolvimento integral dos direitos naturais do homem, na vida moral, política e nacional, podemos presumir com confiança que nosso país está destinado a ser a grande nação do futuro” (O'Sullivan, p. 426, 1839). E continua: “A América está destinada a feitos melhores. É nossa glória incomparável não termos reminiscências de campos de batalha, mas sim em defesa da humanidade, dos oprimidos de todas as nações, dos direitos de consciência, dos direitos de emancipação pessoal. Nossos anais não descrevem cenas de carnificina horrível, em que homens foram levados às centenas de milhares a se matarem, ingênuos e vítimas de imperadores, reis, nobres, demônios em forma humana chamados heróis. [...] Não temos interesse nas cenas da antiguidade, apenas como lições para evitar quase todos os seus exemplos. O futuro expansivo é a nossa arena e a nossa história. Estamos adentrando seu espaço inexplorado, com as verdades de Deus em nossas mentes, objetivos benéficos em nossos corações e com uma consciência limpa e imaculada pelo passado. Somos a nação do progresso humano, e quem irá estabelecer limites à nossa marcha? A Providência está conosco [...] O futuro, de longo alcance e sem limites, será a era da grandeza americana. Em seu magnífico domínio de espaço e tempo, a nação de muitas nações está destinada a manifestar à humanidade a excelência dos princípios divinos; a estabelecer na Terra o mais nobre templo já dedicado à adoração do Altíssimo – o Sagrado e o Verdadeiro. Seu piso será um hemisfério – seu teto, o firmamento dos céus estrelados, e sua congregação, uma União de muitas Repúblicas, compreendendo centenas de milhões de felizes, não tendo nenhum homem como mestre, mas governada pela lei natural e moral de Deus da igualdade, a lei da fraternidade – da paz e boa vontade entre os homens” (O'Sullivan, p. 427, 1839).

“A Natureza [...] dava aos americanos uma razão de ser para a América”⁷⁰⁹. Um exemplo, dado por este mesmo autor, ilustra como essa combinação paradoxal era descrita pela imprensa:

[...] em 1835, James Brooks, mais tarde editor do *New York Express*, publicou no Knickerbocker Magazine uma série intitulada ‘Nosso Próprio País’, que causou grande sensação e foi reimpressa em todo o país. A América mostra, infelizmente, uma preferência por coisas materiais sobre as mentais e espirituais, disse Brooks, mas não devemos desesperar: o tempo está chegando quando nos tornaremos grandes na cultura. E como podemos ter certeza disso? Porque o próprio Deus nos disse. E como Deus falou? Deus fala dessa promessa na sublimidade da Natureza. Ressoa ao longo dos penhascos dos Alleghenies. É proferido no trovão do Niágara. É ouvido no rugido de dois oceanos, do grande Pacífico às muralhas rochosas da Baía de Fundy. Seu dedo o escreveu na ampla extensão de nossos mares interiores e o traçou pelo poderoso Pai das Águas. O augusto *templo* em que habitamos foi construído para propósitos elevados. Ah! Para que possamos consagrá-lo à *liberdade e concórdia*, e ser considerados adoradores aptos dentro de suas paredes sagradas.⁷¹⁰

Neste sentido, a própria materialidade natural do território foi sendo construída semanticamente como o lugar sagrado onde o povo escolhido cumpriria com os desígnios divinos. Essa expectativa emergiu não só nas descrições da imprensa jornalística, mas proeminentemente na literatura e nas artes plásticas. O romantismo, vigente também na Europa, tomou uma forma peculiar deste lado do Atlântico Norte: enquanto lá havia sobretudo uma oposição entre natureza e civilização que dificilmente seria diluída, deste lado, com a natureza ainda preservada, houve uma luta para que sua sublimidade e potência não decaísse na artificialidade⁷¹¹ e ainda, enquanto na Europa a relação entre sociedade e natureza estava no fórum individual⁷¹², isto é, para contemplá-la o indivíduo precisaria escolher retirar-se da sociedade, nos EUA essa relação se colocava no âmbito público e, neste momento histórico, no

⁷⁰⁹ Miller, p. 158, 1974.

⁷¹⁰ Miller, p. 158-159, 1974.

⁷¹¹ Segundo Roderick Nash: “[...] Típica foi uma contribuição anônima para a elegante revista *American Monthly Magazine*, em 1833, que se preocupava com ‘os sentimentos ternos, que são quase invariavelmente despertados por um passeio solitário em alguma clareira isolada’. Adicionando citações de Byron e outros à sua prosa, o escritor declarou ‘que mesmo em nosso atual estado de refinamento, ainda existe um anseio pelos esportes selvagens e pelos perigos ainda mais selvagens da natureza selvagem’. Havia referências às vantagens da natureza, que ‘fala diretamente ao coração’, em relação às cidades ‘artificiais’. A natureza selvagem era um santuário tanto da ‘turbulência, das ansiedades e do vazio da sociedade’ quanto dos ‘redutos movimentados de negócios sórdidos e lucrativos’. Tais ideias, a marca registrada dos devotos românticos da natureza selvagem, apareciam regularmente em periódicos, álbuns de ‘paisagens’, anuários literários e outras publicações elegantes e de salão da época. Os adjetivos ‘sublime’ e ‘pitoresco’ eram aplicados de forma tão indiscriminada que perdiam o sentido” (Nash, p. 61-62, 2014).

⁷¹² Segundo Miller: “Goethe podia insistir na antiga Alemanha que ele dedicou sua vida à Natureza, mas na Europa isso significava que ele se tornou um gênio elegante domesticado na corte altamente artificial de Weimar. O que a Europa podia mostrar por todas as tiradas de Rousseau contra a civilização, exceto um bando de boêmios, reunidos entre o tijolo e a argamassa de Paris, tentando manter viva uma ânsia por tal naturalidade e espontaneidade como qualquer criança do Vale do Ohio indubitavelmente ostentava sem, como eles, se tornar um pária da sociedade? A América, em meio a suas florestas, não podia, mesmo que tentasse, perder sua simplicidade. Portanto, deixe o cristianismo abençoá-la”. (Miller, 203, 1974) E, em seguida: “[...] na Europa, o problema era pessoal, uma questão de o indivíduo chegar a um acordo consigo mesmo, absorvendo um gosto pela Natureza em sua cultura privada. Aqui era um problema para a sociedade – e assim para as igrejas” (Miller, p. 204, 1974).

domínio religioso, portanto. Havia, sobretudo, na criação da identidade estadunidense, uma forma de observação de dois lados a este respeito: uma hétero-observação que se voltava para a Europa, para a qual se atribuía uma decadência civilizacional inevitável, e uma auto-observação, para a qual a sublimidade da natureza seria o impeditivo para a decadência e artificialidade que se observava na Europa, uma vez que essa natureza esplêndida era, acima de tudo, uma dádiva divina. Dentro desse movimento, um expoente da literatura que esteve em muitas mesas de cabeceira ao longo do século XIX e cujos trechos eram citados em cultos religiosos foi o livro “Natureza” de Ralph Waldo Emerson, publicado pela primeira vez em 1836, obra na qual se observa uma suficiência da natureza na relação com o divino e que foi facilmente incorporada no âmbito religioso⁷¹³ por conter trechos untuosos que a tornavam digesta nesse âmbito, como se observa no seguinte trecho:

Na mata, um homem também se desprende de seus anos, como uma serpente de sua pele, e em qualquer etapa de sua vida é sempre um menino. Na mata, está a perpétua juventude. Nessas plantações de Deus reinam a santidade e o decoro, luzem as galas e atavios de um festival perene, e o visitante não vê como poderia se cansar de tudo aquilo nem em mil anos. Na mata, retornamos à razão e à fé.⁷¹⁴

Os dois lados da forma, sociedade e natureza, estão ainda bem distinguidos neste momento de sucesso do transcendentalismo e do romantismo, não só em Emerson, mas no espírito de época que ganhou formas peculiares na América do Norte – “*uma espécie de loucura de verão que tomou conta de alguns intelectuais em Boston e arredores por volta do ano de 1840*”⁷¹⁵, nas palavras de Miller. Ainda nesse momento, a racionalidade iluminista⁷¹⁶ e o utilitarismo eram também mal vistos nas perspectivas religiosa e moral, mesmo na versão amainada de Stuart Mill⁷¹⁷. Assim que a Natureza, com N maiúsculo, remetia à pureza – como se observa no sentimento infantil descrito por Emerson no trecho acima –, ao feminino, à lucidez, à renovação, ao repouso e à dignidade, enquanto a civilização era observada como o seu algoz,

⁷¹³ Segundo Miller: “[...] Embora a princípio Emerson causasse alarme por dispensar com demasiada desenvoltura o último pretexto de uma revelação especificamente cristã, por proclamar a suficiência absoluta da Natureza para suprir a vida do espírito, ainda assim, por sua própria santidade e pelas propriedades eupépticas de sua doutrina, ele conquistou uma aceitação surpreendente mesmo entre os frequentadores de igrejas que se consideravam impecavelmente ortodoxos. [...] Na segunda metade do século, Emerson, junto com Longfellow, era citado de inúmeros púlpitos americanos para esclarecer as declarações mais enigmáticas dos evangelhos” (Miller, p. 152, 1974).

⁷¹⁴ Emerson, p. 9-10, 2011.

⁷¹⁵ Miller, p. 259, 1984.

⁷¹⁶ Segundo Perry Miller: “Há uma verdade sobre o início do século XIX que não pode ser repetida com muita frequência: de uma forma ou de outra, vários interesses religiosos, despertados contra o Iluminismo, aliaram-se a forças que agrupamos como românticas” (Miller, p. 264, 1984).

⁷¹⁷ Miller, p. 264, 1984.

isto é, como hedionda e caótica⁷¹⁸ – remetendo à memória criada sobre a Europa. Primordialmente, portanto, a autodescrição dos EUA oscilava nessa dualidade tanto nas comunicações literárias⁷¹⁹ e estéticas⁷²⁰ quanto nas religiosas⁷²¹. Essa mesma oscilação tornar-se-ia rapidamente a solução semântica do seu próprio paradoxo: por que o território estadunidense repousava sobre a Natureza consagrada, seu povo não precisaria temer a profanação da crescente civilizacional. Ou ainda, conforme campos de plantações, moinhos, estradas e, posteriormente, ferrovias iam se embrenhando continente adentro, seu povo manter-se-ia resguardado da artificialidade uma vez que estaria em perpétuo contato com a Natureza. Nas palavras de Miller, fazendo referência a um ensaio publicado pelo *The New York Review* em janeiro de 1840: “[...] a América pode progredir indefinidamente em direção a um futuro em expansão sem adquirir ilusões pecaminosas de grandeza, simplesmente porque está aninhada na Natureza, é instruída e guiada por montanhas e castigada por cataratas”⁷²². E onde estava o futuro? Neste momento, nas paisagens ainda inexploradas do Oeste. Assim que dádiva e conquista – outro paradoxo fundador – andavam par a par com natureza e civilização. Em outras palavras, se a América havia sido dada por Deus ao povo escolhido, o povo, para fazer jus à dádiva, deveria conquistá-la epistêmica e empiricamente e isso significava apossar-se da sua natureza e dos seus recursos grandiosos⁷²³. Assim que, na primeira metade do século XIX, a anexação de territórios avançou até o Pacífico, por negociações com outros países colonizadores – nomeadamente França, Reino Unido e Espanha – e através de conflitos com o

⁷¹⁸ Miller, p. 261, 1984.

⁷¹⁹ Complementarmente a Emerson, podemos citar James Fenimore Cooper, Herman Melville, Nathaniel Hawthorne e Henry David Thoreau.

⁷²⁰ Um exemplo contundente das artes plásticas é a série de cinco quadros pintados por Thomas Cole entre 1833 e 1836 e intitulada “The Course of Empire”.

⁷²¹ Segundo Perry Miller: “[...] a maioria dos celebrantes fervorosos da América natural continuou serenamente a ser cristãos professos. Ou melhor, o fato surpreendente é que eles tão raramente – quase nunca – tiveram qualquer insinuação de que as bases de seu patriotismo e aquelas de seu credo estavam, no menor grau, em contradição. Hinos magníficos à Natureza Americana podem ser encontrados entre evangélicos e revivalistas, bem como entre episcopais eruditos. Se aqui e ali algum calvinista ainda obstinado lembrava seu povo das antigas distinções entre natureza e graça, seu povo ainda comprava e desmaiava com invocações pseudo-byronianas à Natureza” (Miller, p. 267, 1984).

⁷²² Miller, p. 268, 1984.

⁷²³ Segundo William Deverell: “[...] O zeitgeist anterior à guerra exigia que a nação imaginasse e rapidamente reivindicasse seu apogeu nacional por meio de conquista e domínio exuberantes - sobre a terra e a paisagem, sobre os povos indígenas, sobre outras nações. Essa visão, tão sanguinária quanto ousada, foi salpicada de profecia reconfortante e obrigação religiosa. “Que é um dos desígnios da Providência que os Estados Unidos avancem, desenvolvam novos recursos, adquiram novas posses e novos poderes, e espalhem tudo o que eles têm, de verdade, bondade e justiça em suas instituições sobre a terra, é muito evidente”, insistiu um comentarista orgulhoso na linguagem usual de inevitabilidade nacionalizante” (Deverell, p. 649, 2014).

México, principalmente pela Guerra Mexicana-Americana entre 1846 e 1848⁷²⁴. No entanto, a ocupação factual agrícola e industrial, com formação de fazendas, minas, vilas e cidades, precisou ser facilitada por tecnologias de transporte, materializadas ao fim da Guerra Civil nas ferrovias transcontinentais⁷²⁵. Assim como foi preciso uma organização política da tomada dos territórios, tendo à frente expedições militares para reconhecimento, planejamento de futuras ocupações e remanejamento de povos nativos – por negociação forçada ou conflitos armados⁷²⁶. Não menos importantes foram os aventureiros, tanto no sentido financeiro quanto expedicionário, para a produção de conhecimento e infraestrutura para a colonização⁷²⁷. Com a eleição de Thomas Jefferson em 1801, a distribuição de terras para colonos foi sendo facilitada⁷²⁸ numa crescente: em 1841, a Lei de Preempção regularizou uma enorme quantidade de posses

⁷²⁴ Para uma visão aprofundada, recomendo a leitura de: Guardino, Pedro. *The dead march: a history of the Mexican-American War*. Harvard University Press, 2017.

⁷²⁵ Além de ter a função de transportar pessoas e mercadorias, segundo Merchant: “As ferrovias receberam um direito de passagem de 100 jardas e, em seguida, 20 milhas quadradas de cada lado da pista em seções alternadas de uma milha quadrada, criando padrões quadriculados. As seções poderiam então ser vendidas aos colonos. Agentes das ferrovias foram à Europa e à Costa Leste para encorajar as pessoas a viajar para o Oeste de trem e ocupar os quadriculados que haviam adquirido. Eles ofereceram terras aos imigrantes, dando-lhes incentivos nos custos de transporte de culturas específicas, como milho ou trigo, para serem cultivadas nas planícies” (Merchant, p. 126, 2002).

⁷²⁶ Segundo Spence: “[...] as viagens para o Oeste foram facilitadas pelo estabelecimento de postos militares avançados ao longo da fronteira semioficial. Como projetados para proteger as tribos de emigrantes do ataque de grupos indígenas e manter a ordem ao longo da fronteira, os fortes também serviram como locais de comércio com tribos ocidentais e como locais de preparação para caçadores rio acima” (Spence, p. 17, 1999). E, mais adiante: “Entre meados da década de 1850 e o final da década de 1860 [...] grupos de vigilantes, milícias locais e tropas do Exército dos EUA travaram inúmeras batalhas com os povos nativos em todo o Ocidente. Em resposta ao conflito esperado, o exército construiu pelo menos seis dúzias de fortes militares a oeste do Mississippi, e quase todos foram usados em campanhas contra as comunidades indígenas. Os mapas do Oeste dos Estados Unidos refletiam essa nova construção, e os formuladores de políticas, viajantes terrestres e até mesmo leitores casuais de jornais se familiarizaram com lugares como Fort Bridger, Fort Laramie e Fort Kearny. Na verdade, a geografia política do Ocidente parecia refletir uma obstinação nacional em relação à migração e à guerra contra os índios” (Spence, p. 29, 1999).

⁷²⁷ Nesse quesito, segundo Devereil: “A capital infantil de Washington era, é claro, crítica como sede do governo e do Departamento de Guerra. Mas a nação foi costurada por meio de aquisição territorial por meio de muitos centros de poder, oportunidade e influência. Nova York e Boston desempenharam papéis críticos no fornecimento de aventureiros e capital de risco [...]. Nenhuma, porém, foi tão importante quanto a Filadélfia. Esse berço do nacionalismo americano promoveu a conexão entre natureza e nação como nenhum outro local. O centro de publicação e aprendizado da república primitiva – onde Lewis e Clark pararam para treinamento de instrumentos pré-expedição – pode até ser chamado de capital do Destino Manifesto. Foi Filadélfia que forneceu grande parte do adesivo ideológico, intelectual e financeiro para unir a nação à natureza antes da Guerra Civil. Lá, Charles Willson Peale exibiu os mistérios da história natural do continente em seu museu epônimo; inúmeras editoras renomadas trouxeram o melhor dos escritos científicos e expedicionários sobre a paisagem norte-americana; e os comerciantes, advogados e banqueiros da Filadélfia ajudaram a manter o ritmo do Destino Manifesto por meio de discursos, investimentos especulativos e retórica geralmente xenófoba” (Devereil, p. 649, 2014).

⁷²⁸ Segundo Carolyn Merchant: “[...] a maré virou a favor dos pequenos compradores com a ascensão das forças mais democráticas e pró-ocidentais que elegeram Jefferson para a presidência em 1800. Embora a Lei de Terras Harrison daquele ano tenha mantido o preço mínimo em US\$2, ele reduziu a compra mínima para meia seção (320 acres) e distribuiu o pagamento por quatro anos. Em 1804, o Congresso reduziu o preço mínimo para US\$1,64 e reduziu ainda mais a área mínima para um quarto de seção (160 acres), convencionalmente considerada suficiente para uma fazenda familiar viável” (Merchant, p. 123, 2002).

executadas ao longo desse tempo e, em 1862, a Lei de Terras expandiu ainda mais a possibilidade de assentamentos, incluindo qualquer pessoa acima de 21 anos capaz de ocupar um terreno, cultivá-lo e nele viver⁷²⁹. A penetração territorial não foi interrompida pela Guerra Civil, entre 1861 e 1865, pelo contrário, foi por ela aprofundada. Segundo William Deverell, neste período houve uma virada na descrição das relações entre sociedade e natureza, quando esta tornou-se um bálsamo para as feridas e os traumas da guerra⁷³⁰. Com a expansão das ferrovias e a ocupação do Oeste, a busca pelo acalento e repouso na natureza começou a tomar forma de turismo, o que estimulou a criação dos parques nacionais e a emergência do movimento preservacionista⁷³¹, ao que vamos agora.

8.2 Entre o sagrado e o útil: o embate preservacionista-conservacionista na criação dos parques nacionais

Primeiramente, é preciso ter em vista que o movimento preservacionista, emergente no final do século XIX, e a subsequente criação dos parques nacionais foram bastante orientados pela ideia de natureza, exaurida acima, como uma dádiva divina, sagrada e que, portanto, deveria

⁷²⁹ Segundo Carolyn Merchant: “[...] a Lei de Preempção de 1841 legalizou a ocupação por qualquer cidadão que fosse chefe de família (de qualquer idade), uma viúva ou um homem solteiro com mais de 21 anos. Ele ou ela, sob esta “Lei da Cabana de Madeira”, poderia obter até 160 acres de qualquer terra pública ao se estabelecer nela, construir uma casa e pagar o preço mínimo de US\$1,25 por acre quando fosse colocada à venda. Com este ato, a ocupação do domínio público por agricultores familiares tornou-se o principal objeto da política de terras públicas. [...] A Lei de Terras de 1862 tornou possível apropriar-se de uma fazenda em terras públicas gratuitamente e estendeu o privilégio de chefes de família para mulheres solteiras, bem como homens solteiros. Qualquer cidadão “que seja chefe de família ou que tenha chegado à idade de vinte e um anos”, na linguagem do ato, poderia ocupar 160 acres de terra pública “para fins de assentamento e cultivo reais”, após o pedido de entrada a um custo de US\$10. O título completo da terra seria emitido sem custos adicionais quando pudesse ser “provado por duas testemunhas confiáveis que ele, ela ou eles residiram ou cultivaram a mesma pelo prazo de cinco anos”. Finalmente, parecia que qualquer um poderia possuir uma fazenda” (Merchant, p. 123-124, 2002).

⁷³⁰ Literalmente, homens com sintomas da chamada neurastenia pós-guerra, eram orientados a se retirarem para as montanhas ou para os desertos do Oeste. Segundo Deverell: “A Era Dourada foi, como muitos historiadores e outros acadêmicos sugeriram, uma era de neurastenia. Geralmente um diagnóstico médico não específico para uma associação de doenças aleatórias, a neurastenia (“fraqueza nervosa”) tendia a ser diagnosticada na classe alta, parece ter sido de gênero e era – não por coincidência – nitidamente delimitada pelo fim da Guerra Civil e pela ascensão inicial do freudismo. Este é um período marcado pela vida útil pós-guerra de um soldado da Guerra Civil que viveu a guerra e seus ferimentos”. (Deverell, p. 653, 2014) E, mais adiante: “[...] havia a prescrição [...] a ‘cura do oeste’ de Mitchell. Weir Mitchell imaginou que a natureza tinha poderes convalescentes. Como tal, ele enviava seus pacientes homens para fora e, como os americanos estavam rapidamente começando a apreciar, o grande ar livre da nação era o recém-reivindicado Oeste americano, longe dos teatros da recente conflagração. Por exemplo, Mitchell enviou Thomas Eakins para o oeste, para Dakota Badlands, para superar a exaustão neurastênica e socializar com cowboys [...]. O Oeste não era o único destino para o jovem nervoso de Mitchell (acampar, velejar e andar de canoa ao longo da costa atlântica também capturaram sua atenção), mas, por causa das experiências de um único paciente, o Oeste se tornou um acessório nas mentes, se não nos planos de viagem, das gerações derrubadas pela reação neurastênica à Guerra Civil” (Deverell, p. 657, 2014).

⁷³¹ Deverell, p. 652, 2014.

ser mantida e preservada em seu estado puro. Neste sentido, os povos originários, assim como tinham sido um empecilho para o avanço civilizacional, tornaram-se incômodos também para a preservação dessa natureza sacra – muito embora reduzida a pedaços do território capazes de deleitar o olhar de aventureiros e turistas em busca de aquiescência durante as férias⁷³². Em outras palavras, a ideia norteadora era a de que os espaços preservados não poderiam ser profanados pela presença humana permanente. Logo, muito embora o turismo tenha se tornado intermitente, a perspectiva de que povos indígenas vivessem e caçassem nesses territórios era vista como uma profanação⁷³³. Vale recordar neste ponto o trecho citado de Emerson há pouco: a natureza construída nesse registro semântico opunha-se material e temporalmente à civilização, ou nas palavras do autor: *“Na mata, um homem também se desprende de seus anos [...] e em qualquer etapa de sua vida é sempre um menino. Na mata, está a perpétua juventude”*⁷³⁴. Neste sentido, a criação dos parques nacionais constituiu-se não só de delimitações espaciais, mas também de delimitações temporais pela invenção de redutos naturais onde poder-se-ia ter uma experiência

⁷³² William Cronon argumenta, em um ensaio primoroso sobre a construção da natureza selvagem, que apenas territórios com paisagens exuberantes tornaram-se dignos de preservação uma vez que sua grandiosidade remetia à criação e à dádiva divina, mas que, no entanto, esses territórios, primeiramente compreendidos como desertos, foram sendo paulatinamente domesticados, nas palavras dele: “[...] mesmo quando passou a incorporar o incrível poder do sublime, a natureza selvagem também estava sendo domesticada - não apenas por aqueles que estavam construindo assentamentos em seu meio, mas também por aqueles que mais celebravam sua beleza desumana. Na segunda metade do século XIX, o temor terrível que Wordsworth e Thoreau consideravam a postura piedosa adequada a ser adotada na presença de seu Deus no topo da montanha estava dando lugar a um comportamento muito mais confortável, quase sentimental. À medida que mais e mais turistas procuravam a natureza selvagem como um espetáculo a ser visto e apreciado por sua grande beleza, o sublime, de fato, tornou-se domesticado. A natureza selvagem ainda era sagrada, mas os sentimentos religiosos que ela evocava eram mais os de uma agradável igreja paroquial do que os de uma grande catedral ou de um retiro no deserto”. (Cronon, p. 12, 1996) E, mais adiante: “[...] A fronteira real sempre foi um local de conflito, no qual invasores e invadidos lutavam pelo controle da terra e dos recursos. Uma vez colocada de lado dentro dos limites fixos e cuidadosamente policiados do estado burocrático moderno, a natureza selvagem perdeu sua imagem selvagem e se tornou segura: um lugar mais de devaneio do que de repulsa ou medo. Enquanto isso, seus habitantes originais foram mantidos afastados pela força, seus usos anteriores da terra foram redefinidos como inadequados ou até mesmo ilegais” (Cronon, p. 15, 1996).

⁷³³ Segundo Mark Spence: “[...] Os esforços preservacionistas não tiveram sucesso até a segunda metade do século XIX, no entanto, quando os entusiastas do ar livre viam a natureza selvagem como um Éden desabitado que deveria ser reservado para o benefício e prazer dos americanos em férias. O fato de os índios continuarem a caçar e acender fogueiras propositalmente em tais lugares parecia apenas demonstrar uma capacidade marcante de apreciar a beleza natural. Para se proteger contra essas ‘violações’, o estabelecimento dos primeiros parques nacionais implicou necessariamente a exclusão ou remoção dos povos nativos”. (Spence, p. 4, 1999) E, mais adiante: “Definir o valor da natureza selvagem em termos de animais e árvores levou os defensores da preservação a ver os índios como inerentemente incapazes de apreciar o mundo natural. Dificilmente um componente-chave da condição selvagem, os povos nativos representavam a única grande falha na paisagem terrestre ocidental. De acordo com as reclamações dos entusiastas do ar livre no final do século XIX, parecia uma maravilha que quaisquer florestas ou animais permanecessem na América do Norte, já que os índios praticamente baseavam toda a sua existência na destruição da natureza selvagem. Já em 1879, caçadores esportivos e colonos reclamaram ao comissário de Assuntos Indígenas sobre caçadores nativos que ‘destruíram arbitrariamente a caça’ em toda a região das Rocky Mountains. Pior ainda, eles acenderam fogueiras ‘a fim de obter combustível seco para uso no inverno ou para levar os cervos a um lugar onde pudessem ser facilmente mortos. . . [e assim] grandes extensões de madeira valiosas foram queimadas” (Spence, p. 62, 1999).

⁷³⁴ Emerson, p. 9, 2011.

atemporal, apartada do ritmo elevado da sociedade civilizada, com todo o conforto que a nascente indústria do turismo poderia oferecer – transportes ferroviários, chalés, hotéis, restaurantes e guias turísticos⁷³⁵. Junto do âmbito da experiência, a descrição dos redutos naturais era feita sob a premissa de que seus monumentos naturais poderiam rivalizar com os monumentos artificiais da Europa, e mais, os suplantavam, no sentido de que sua beleza transcendia o tempo mundano⁷³⁶. Assim que, ao mesmo tempo em que a proposta dos parques oferecia uma experiência individual e familiar de renovação, descanso e prazer, oferecia também uma experiência patriótica de comunhão com a grandeza orgânica da nação⁷³⁷. O primeiro deles, o Parque Nacional de Yellowstone, tornou-se um caso paradigmático e modelar para os subsequentes – inclusive em outras partes do mundo⁷³⁸. Durante seu reconhecimento, pela

⁷³⁵ Interessante notar que, segundo William Cronon: “[...] A fuga da história, que é quase o cerne da natureza selvagem, representa a falsa esperança de uma fuga da responsabilidade, a ilusão de que podemos de alguma forma limpar a lousa do nosso passado e retornar à tabula rasa que supostamente existia antes de começarmos a deixar nossas marcas no mundo. O sonho de uma paisagem natural sem trabalho é, em grande parte, a fantasia de pessoas que nunca tiveram de trabalhar a terra para ganhar a vida – pessoas urbanas para as quais o alimento vem de um supermercado ou um restaurante em vez de um campo, e para quem as casas de madeira em que vivem e trabalham aparentemente não têm nenhuma conexão significativa com as florestas em que as árvores crescem e morrem. Somente as pessoas cuja relação com a terra já estava alienada poderiam usar a natureza selvagem como modelo para a vida humana na natureza, pois a ideologia romântica da natureza selvagem não deixa lugar algum para que os seres humanos realmente vivam da terra” (Cronon, p. 16-17, 1996).

⁷³⁶ Segundo Mark Spence: “A ideia de natureza selvagem funcionou como uma ferramenta importante para os apologistas patrióticos que se sentiram compelidos a refutar as alegações europeias de que a paisagem norte-americana era fundamentalmente falha porque carecia de associações históricas antigas e paisagens pastorais refinadas. O que faltava ao cenário americano em qualidades europeias, eles argumentaram, mais do que compensava com uma abundância de deserto” (Spence, p. 12, 1999). E, mais adiante: “[...] Da mesma forma, a fusão de ‘destinos’ raciais, políticos e geográficos com a hipocrisia da conquista efetivamente apagou a história humana do Oeste da América do Norte e a substituiu por uma história natural atemporal que de alguma forma prefigurou a conquista americana dessas terras. [...] Da mesma forma, as sequoias gigantes no bosque vizinho de Mariposa transmitiram uma antiguidade instantânea aos Estados Unidos que rivalizava com as culturas antigas da Europa e conectava a paisagem americana – e, portanto, a civilização americana – com um passado físico que remonta ao tempo de uma Roma antiga” (Spence, p. 29, 1999).

⁷³⁷ Segundo Spence: “O poderoso senso de destino nacional que acompanhou a Guerra do México e a Guerra Civil, o aumento do ativismo do governo federal durante a Reconstrução, o crescimento do turismo ocidental e o sentimentalismo generalizado por uma fronteira ‘desaparecida’ moldaram profundamente as maneiras pelas quais os americanos perceberiam o ‘Novo Oeste’ por várias décadas. Para muitas pessoas, os processos de conquista e construção da nação pareciam alterar a natureza essencial da região; por meio de uma espécie de comprovação patriótica, várias paisagens ocidentais rapidamente se tornaram canteiros americanos. Mais do que grandes “campos de prazer” para o benefício e prazer das pessoas, os primeiros parques nacionais eram lugares onde os peregrinos de verão podiam ir para compartilhar sua identidade nacional e apreciar a beleza natural. Assim como ainda fazem hoje, o Vale de Yosemite, o Grand Canyon de Yellowstone e os picos irregulares do Norte das Montanhas Rochosas forneceram os elementos básicos de um hino cênico que elogiava a grandeza e o poder dos Estados Unidos” (Spence, p. 4, 1999).

⁷³⁸ Há críticas a este respeito e Yellowstone deixou de ser aceito como modelo pelo menos desde a década de 1990. De todo modo, há um consenso sobre o fato de projetos de parques e reservas naturais neste formato, desabitado por humanos e guardiões da diversidade de fauna e flora, terem se espalhado internacionalmente no século XX. Segundo James Turner: “De fato, os Estados Unidos reivindicaram o primeiro parque nacional, Yellowstone, em 1872. O Serviço Nacional de Parques dos EUA, estabelecido em 1916, tornou-se um modelo para agências de parques em todo o mundo. Os Estados Unidos ajudaram a organizar e apoiar a União Internacional para a Conservação da Natureza, de mentalidade científica, após a Segunda Guerra Mundial. E os Estados Unidos

expedição de Washburn, a presença indígena foi completamente ignorada⁷³⁹, embora fosse explícita, uma vez que povos originários viviam na área que tornaria-se parque ou a frequentassem sazonalmente de acordo com hábitos alimentares, políticos e religiosos⁷⁴⁰. Com a criação oficializada em 1872, a administração do parque foi sendo paulatinamente militarizada, uma vez que os conflitos com os povos originários – ignorados a princípio – tornaram-se frequentes. Embora reservas indígenas tenham sido criadas para mantê-los fora do perímetro de Yellowstone⁷⁴¹, indígenas – principalmente das etnias Apsáalooke (ou Crows), Bannock, Shoshone, Tukudeka (ou Sheep Eaters) e Kutsundeka – voltavam recorrentemente para caçar,

sediaram as duas primeiras Conferências Mundiais sobre Parques Nacionais em 1962 e 1972” (Turner, p. 282, 2014). E, em seguida: “Em 1989, o estudioso indiano Ramachandra Guha alertou que os esforços para “transplantar o sistema americano de parques nacionais para o solo indiano” violavam os direitos dos povos locais, atendiam aos interesses de uma elite conservacionista e de turistas estrangeiros e privilegiavam a ciência e os cientistas ocidentais. Em 1995, o historiador William Cronon alertou que idealizar a natureza selvagem como uma paisagem intocada e intocada mascarava as consequências sociais das áreas protegidas. [...] Esse dualismo entre o chauvinismo cultural americano (os parques nacionais são a melhor ideia da América) e a crítica anti-imperialista (as áreas protegidas têm sido uma forma de cercamento imperial que romantiza a natureza e afasta os povos locais em todo o mundo) tem sido central na literatura sobre parques, áreas selvagens e áreas protegidas desde a década de 1990. Mas ambos os lados neste debate frequentemente compartilham uma suposição fundamental: que um modelo coerente de parque nacional americano, baseado na proteção da vida selvagem, tem sido o modelo definitivo para a proteção da natureza globalmente” (Turner, p. 283, 2014).

⁷³⁹ Segundo Mark Spence: “[...] Nenhum dos debates sobre o projeto de lei do parque sequer mencionou os indígenas, no entanto, exceto para notar que nenhum morava na área designada. Com base tanto na ignorância quanto no pensamento positivo, o fracasso em reconhecer que os povos nativos usaram extensivamente a bacia de Yellowstone logo se mostraria o primeiro grande desafio ao ideal do parque nacional” (Spence, p. 39, 1999).

⁷⁴⁰ Na verdade, segundo Mark Spence: “Em 1870, Yellowstone não era, como um membro do partido de Washburn descreveu, um deserto primitivo ‘nunca pisado por passos humanos’. Em vez disso, era uma paisagem que havia sido moldada por milhares de anos de uso e habitação humana. As primeiras evidências arqueológicas na área do parque datam do final da última Idade do Gelo, quando grupos paleoíndios se mudaram para a região após o recuo dos blocos de gelo”. (Spence, p. 43, 1999) No século XIX, com a criação do parque, Spence constata que: “[...] estudiosos e funcionários do parque há muito afirmam que os povos nativos evitam as áreas do parque nacional porque esses lugares não eram propícios ao uso ou ocupação. No entanto, nada poderia estar mais longe da verdade. O sopé, as montanhas e os desfiladeiros da maioria dos parques ocidentais forneciam abrigo contra as tempestades de inverno e o calor do verão, sustentavam rebanhos sazonais de animais de caça importantes e serviam como local para reuniões tribais e importantes celebrações religiosas” (Spence, p. 5-6, 1999). E, mais adiante: “[...] os membros do grupo de Washburn estavam bem cientes dos habitantes nativos de Yellowstone. O medo de um ataque indígena os levou a solicitar uma escolta militar, e os exploradores montaram uma vigília noturna regular durante a primeira metade de sua jornada” (Spence, p. 42, 1999).

⁷⁴¹ Segundo Mark Spence: “Tanto os Crow quanto os Shoshone negociaram tratados com os Estados Unidos em 1868 que permitiram aos americanos ocupar ou desenvolver grandes porções de seu território, incluindo a maior parte do atual parque nacional. Reunindo-se novamente em Fort Laramie, os Crow cederam seus direitos exclusivos a todas as terras ao sul da atual Montana, a leste do país de Little Big Horn e ao norte do rio Yellowstone. Os Shoshone Orientais se reuniram com os comissários do tratado em Fort Bridger e fizeram cessões semelhantes na maioria de suas terras, concordando em viver em uma reserva “permanente” no vale do Wind River. Uma estipulação no tratado de que outra reserva fosse criada para os Bannock e Shoshone em seus territórios ocidentais levou a um decreto presidencial em 1869 que estabeleceu a Reserva Fort Hall no que hoje é o sudeste de Idaho. O governo também negociou um tratado com ‘os Shoshones, Bannacks e Sheep Eaters [do Norte]’ para uma pequena reserva no rio Lemhi [...]” (Spence, p. 50, 1999). E, em seguida: “Os Tukudeka permaneceram em Yellowstone de forma mais ou menos permanente até 1879, quando foram induzidos a se estabelecer em reservas nos atuais Idaho e Wyoming. No entanto, eles passaram boa parte dos anos subsequentes em suas antigas casas” (Spence, p. 53, 1999).

acampar e realizar rituais nas beiradas ou dentro do parque⁷⁴². Assim que, no fim da década de 1870, com o aumento da demanda turística⁷⁴³, a administração do parque mostrou preocupação crescente com a presença indígena no parque. Em 1877, os Nimiipuu (ou Nez Perce) em fuga durante a Guerra Nez Perce, passaram treze dias no parque buscando refúgio e alguma possibilidade de aliança com os Apsáalooke, que resultou infrutífera. No entanto, a guerra e a passagem dos Nimiipuu por Yellowstone alavancaram as comunicações na imprensa sobre os conflitos com os povos originários e sobre a criação e gestão dos parques nacionais⁷⁴⁴. Nos anos que se seguiram, inúmeros conflitos rebentaram na região de Yellowstone e, por isso, em 1886, os militares assumiram completamente a administração do parque. Pouco depois, em 10 de julho de 1895, o chefe de polícia William Manning decidiu dar um basta à situação e saiu à caça de um grupo indígena que tinha sido avistado na região. Encontrou-os três dias depois, um total de vinte e seis pessoas da etnia Bannock, e procedeu com o confisco de tendas, cobertores, rifles e carnes de caça. Prendeu a todos, obrigando-os a caminhar sob a mira de armas da manhã ao entardecer, quando pediu aos seus homens que carregassem as armas. Assustadas, algumas mulheres gritaram, o que fez com que alguns homens corressem para procurar abrigo entre as árvores. Então, os soldados de Manning dispararam, assassinando um ancião, Se-we-a-gat, com quatro tiros nas costas, além de duas crianças⁷⁴⁵. Depois desse episódio propositalmente infeliz⁷⁴⁶, uma série de esforços jurídicos, políticos e militares foram feitos para manter a

⁷⁴² Segundo Mark Spence: “[...] rações escassas e programas de americanização intrusivos na reserva fizeram de Yellowstone um refúgio atraente. Todos os anos, grandes grupos de Shoshone, Bannock e Sheep Eater deixavam suas reservas em Idaho e Wyoming para passar os meses de verão e início do outono ao longo dos remotos perímetros sul e oeste do parque – longe dos turistas e do quartel-general da guarnição, mas ainda dentro de áreas há muito usadas para caça, colheita de plantas, jejum e coleta de ervas medicinais” (Spence, p. 60, 1999).

⁷⁴³ Segundo Cronon: “[...] nas décadas que se seguiram à Guerra Civil, cada vez mais os ricos do país buscavam a natureza selvagem para si. A paixão da elite por terras selvagens assumiu muitas formas: enormes propriedades nos Adirondacks e em outros lugares (chamadas de “acampamentos”, apesar de seus muitos empregados e comodidades), fazendas de cattle para aspirantes a cavaleiros nas Grandes Planícies, viagens guiadas de caça de grandes animais nas Montanhas Rochosas e luxuosos hotéis resort onde quer que as ferrovias abrissem caminho para paisagens sublimes. [...] A ironia foi que, nesse processo, a natureza selvagem passou a refletir a própria civilização da qual seus devotos buscavam escapar. Desde o século XIX, celebrar a natureza selvagem tem sido uma atividade principalmente para pessoas abastadas da cidade” (Cronon, p. 15, 1996).

⁷⁴⁴ Segundo Mark Spence: “Em uma das notícias mais sensacionais de 1877, tanto Yellowstone quanto as guerras indígenas ganharam as manchetes em todo o país quando o Exército dos EUA perseguiu cinco bandos de Nez Perce pelo parque nacional. A chamada Guerra Nez Perce envolveu personalidades como William Tecumseh Sherman e Hin-mah-too-yah lat-kekht, que logo seria famoso entre os americanos como Chefe Joseph. A ‘guerra’ colocou 2.000 soldados contra 750 homens, mulheres, crianças e idosos em uma odisseia pelos atuais Idaho, Wyoming e Montana. Depois de vários conflitos violentos com soldados e colonos, a longa e desesperada retirada terminou pouco antes da fronteira canadense em uma manhã fria no início de outubro” (Spence, p. 56, 1999).

⁷⁴⁵ Spence, p. 66, 1999.

⁷⁴⁶ Segundo Spence: “[...] Embora Manning tenha prometido defender as leis de caça recentemente estabelecidas no novo estado, seu objetivo maior era a exclusão de todos os índios da área - particularmente aqueles que fizeram questão de lembrá-lo de seus direitos de ‘caçar o quanto quisessem’. Em última análise, ele buscou a anulação legal desses direitos e perseguiu esse objetivo com convicção mortal. Como Manning descreveu mais tarde os esforços

população indígena fora dos limites do parque e constituíram-se protocolos para o afastamento dos povos originários na criação dos parques subsequentes⁷⁴⁷, como o Parque Nacional de Yosemite, o Parque Nacional Glacier e o Parque Nacional do Grand Canyon⁷⁴⁸. Fato é que a ideia de natureza sacra e a perspectiva dos povos originários como violadores dessas paisagens sublimes, tão conectadas com o patriotismo estadunidense, perdurou. Vale a ressalva, no entanto, de que, embora a criação da natureza selvagem enquanto território desabitado tenha sido fundante para a identidade estadunidense e tenha lá se constituído com suas particularidades, ela não é exclusiva, mas comum nos processos de colonização perpetrados por povos europeus que estimularam e estabeleceram terras para reservas naturais neste molde em outras partes do mundo, a exemplo do Parc National Albert no Congo Belga, do santuário de gorilas nas atuais Ruanda e Burundi, além de reservas florestais na África do Sul, Malásia, Serra Leoa, Madagascar, Uganda, Quênia e Togo⁷⁴⁹. Nos EUA, no entanto, a ideia de natureza selvagem desabitada é fundante e norteadora das comunicações subsequentes em diversos sistemas nos quais o tema dos riscos ecológicos e dos efeitos modernos no mundo são observados. Em síntese, nas palavras de William Cronon:

[...] uma das provas mais marcantes da invenção cultural da natureza selvagem é o apagamento completo da história da qual ela surgiu. Em praticamente todas as suas manifestações, a natureza selvagem representa uma fuga da história. Visto como o jardim original, é um lugar fora do tempo, do qual os seres humanos tiveram que ser expulsos antes que o mundo caído da história pudesse começar adequadamente. Visto como a fronteira, é um mundo selvagem no alvorecer da civilização, cuja transformação representa o próprio início do épico histórico nacional. Visto como a paisagem ousada do heroísmo fronteiro, é o lugar da juventude e da infância, para o qual os homens escapam abandonando seus passados e entrando em um mundo de

da cidade para esses fins: ‘Sabíamos muito bem quando começamos a fazer isso que levaríamos as coisas à tona. Sabíamos que alguém seria morto, talvez de ambos os lados, e decidimos que quanto mais cedo isso fosse feito, melhor, para que pudéssemos levar o assunto aos tribunais’” (Spence, p. 65-66, 1999).

⁷⁴⁷ Materializado no Ato Orgânico para os parques nacionais em 1916 pelo Congresso dos Estados Unidos, que lhes atribuía a função de: “[...] conservar o cenário e os objetos naturais e históricos e a vida selvagem neles e prover o desfrute dos mesmos de tal maneira e por tais meios que os deixem intactos para o desfrute das gerações futuras” (Turner, p. 285, 2015).

⁷⁴⁸ Por algum tempo ainda, no início do século XX, pessoas e famílias indígenas tinham permissão para frequentar os parques enquanto funcionários e podiam morar em cabanas pagando aluguel, mas nos anos 1950 até esse acesso ao parque lhes foi negado. Segundo Mark Spence: “Embora excluído das áreas mais visitadas do parque – ou seja, Indian Gardens ao longo da popular Bright Angel Trail e outras áreas na Margem Sul – alguns Havasupai trabalharam no Grand Canyon Village entre 1920 e 1930. Eles encontraram emprego em projetos de construção de parques ou trabalharam como empregadas domésticas e lavadeiras nos hotéis, e aproximadamente dez famílias viviam em um antigo vilarejo a oeste da sede do Grand Canyon. Como em Yosemite, os funcionários do parque consideraram o assentamento indígena uma monstruosidade suja e transferiram os Havasupai para uma nova vila em 1934. Lá, os índios pagavam aluguel para morar em pequenas cabanas construídas pelo serviço do parque, e apenas os empregados remunerados podiam permanecer por qualquer período de tempo. Cansados desse pequeno acampamento, tanto o serviço do parque quanto os aerodinâmicos de concessão do Grand Canyon demitiram quase todos os seus funcionários nativos em 1955, forçaram-nos a sair da vila e derrubaram suas casas” (Spence, p. 135, 1999).

⁷⁴⁹ Turner, p. 290-291, 2014.

liberdade onde os sinais da civilização desaparecem na memória. Visto como o sublime sagrado, é o lar de um Deus que transcende a história, permanecendo como Aquele que permanece intocado e inalterado pela flecha do tempo. Não importa qual seja o ângulo de onde a consideramos, a natureza selvagem nos oferece a ilusão de que podemos escapar dos cuidados e problemas do mundo em que nosso passado nos enredou.⁷⁵⁰

Neste sentido, o romantismo, enquanto eixo das expectativas ecológicas, perdurou e atravessou o debate entre os dois principais movimentos ambientais nos EUA que, por décadas no século XX, se cruzaram: o preservacionismo e o conservacionismo. O preservacionismo, emergente em 1880 e liderado por John Muir, tinha o norte no contato humano-natureza àquele modo espiritualizado que observamos acima, para o qual as paisagens selvagens deveriam ser mantidas para, no máximo, recreação e pesquisa⁷⁵¹ e, por outro lado, o conservacionismo, mais utilitarista, emergente no início do século XX sob liderança de Gifford Pinchot, para o qual os recursos naturais deveriam ser preservados para uso fruto comercial⁷⁵² através de, por exemplo, extração de madeira e replantio de florestas com intenções lucrativas⁷⁵³. Apesar das diferenças, ambos produziram comunicações ecológicas substantivas para a manutenção da natureza estadunidense, enfaticamente, como salienta Cronon, no que diz respeito às paisagens grandiosas e sublimes – escanteando as comuns, como pântanos, terras e rios, já partícipes da civilização. Escritores, jornalistas e editores produziram, ao longo do século XIX e XX, uma crescente literatura sobre a natureza selvagem, baseada primeiramente em relatos expedicionários. No entanto, logo a descrição dos problemas emergentes nas relações entre humanos e natureza e entre humanos de perspectivas distintas surgiu. Primeiramente, a publicação, em jornais e revistas, de relatos expedicionários e aventureiros foi bastante relevante na criação da natureza nos moldes românticos, a exemplo dos de Thomas Cole que, apesar de ser mais conhecido como pintor, escreveu ensaios e poemas relevantes sobre sua apreciação da natureza selvagem que foram publicados na *American Monthly Magazine*⁷⁵⁴ e na *Knickerbocker*

⁷⁵⁰ Cronon, p. 16, 2006.

⁷⁵¹ Pezzulo; Cox, p. 56, 2018.

⁷⁵² Em uma definição sucinta: “O conceito de conservação foi promovido em 1908 pelo engenheiro florestal Gifford Pinchot e o presidente Theodore Roosevelt na conferência da Casa Branca sobre Conservação. Reuniu sob uma única rubrica as várias vertentes do movimento em direção à eficiência de recursos no uso de florestas, água e pastagens que se desenvolveram separadamente durante as três décadas anteriores. A conservação de recursos passou a significar o uso sábio e eficiente dos recursos naturais” (Merchant, p. 128, 2006).

⁷⁵³ Pezzulo; Cox, p. 57, 2018.

⁷⁵⁴ Refiro-me aqui ao “Ensaio sobre o cenário americano” (do original “Essay on American Scenery”) de 1836. Nele, segundo Nash: “Com base em suas observações no exterior, Cole relatou que ‘na Europa civilizada, as características primitivas da paisagem há muito foram destruídas ou modificadas... penhascos que não podiam ser removidos foram coroados com torres, e o vale mais rústico foi domado pelo arado’. Em todos os lugares, a paisagem revelava a marca do homem e seus ‘feitos heroicos’. ‘O tempo e o gênio’, disse Cole, ‘suspenderam um halo imperecível’ sobre as cenas do Velho Mundo. Isso era ‘glorioso’, mas Cole rapidamente acrescentou que os americanos não precisam se sentir inferiores. Embora careçam de um passado histórico, ‘a paisagem americana...

Magazine⁷⁵⁵. Outro exemplo temos em Charles Fenno Hoffman, escritor e editor de Nova York, que já no início do século XIX aventurou-se no Vale do Mississipi, de onde remetia cartas descritivas para o New York American que transbordavam romantismo⁷⁵⁶. Posteriormente, quando passou a editor da revista American Monthly em Nova York, Hoffman continuou fomentando o apreço à natureza selvagem, publicando artigos como “Cenas selvagens perto de casa” e “Dicas para um turista de verão”, que instigavam seus leitores a considerar passar as férias e retiros mais próximos da natureza⁷⁵⁷. Outro escritor, aventureiro proeminente nas observações sócio-terranas do século XIX, foi Samuel Bowles que, através de uma série de cartas publicadas no Springfield Republican, do qual ele era proprietário e editor, propagou a relação entre natureza e destino manifesto, do qual era um árduo signatário, fomentando o interesse turístico no recém “descoberto” Oeste⁷⁵⁸. No fim do século XIX, John Muir, principal liderança preservacionista, era também um escritor conhecido de relatos e ensaios em defesa da preservação da natureza, particularmente aos moldes de parques nacionais, o que o tornou o patrono dessa ideia. Em 1890, Muir escreveu dois artigos para a revista Century, a pedido de seu editor Robert Underwood Johnson – outro eminente protagonista do preservacionismo –, que, segundo Roderick Nash, acabou por constituir-se como uma publicidade inédita da pauta da criação dos parques nacionais: neles Muir descreveu estética e funcionalmente a paisagem que deveria ser preservada – neste caso referindo-se à Yosemite – tanto no que diz respeito à sua beleza e sublimidade quanto aos recursos naturais que ela poderia oferecer⁷⁵⁹.

Pouco depois, no início do século XX, Yosemite tornou-se o palco do primeiro grande debate público nacional sobre uma questão ambiental, qual seja, a da construção da barragem Hetch Hetchy, sobre a qual se formou a primeira batalha entre românticos e utilitaristas, ou

tem características, e gloriosas, desconhecidas da Europa. A característica mais distintiva, e talvez a mais impressionante, da paisagem americana é sua natureza selvagem’. Por um lado, isso significava que na paisagem nativa as associações não eram com o homem, mas com ‘Deus, o criador’. O deserto exibiu Suas ‘obras imaculadas, e a mente é lançada na contemplação de coisas eternas’” (Nash, p. 80-81, 2014).

⁷⁵⁵ Por exemplo, com o poema “Lamento da Floresta” publicado em 1841, no qual, segundo Nash: “[...] Falando por meio de Cole, a floresta sofreu com a maneira como o homem, “o destruidor”, invadiu seu santuário do Novo Mundo. ‘Nossa condenação está próxima: eis que de leste a oeste os céus estão escurecidos pela fumaça ascendente; cada colina e cada vale se tornou um altar para Mamom’. Em apenas ‘alguns anos’, o deserto desapareceria” (Nash, p. 97, 2014).

⁷⁵⁶ Segundo Nash: “[...] As cartas que ele enviou de volta ao New York American, mais tarde reunidas em um livro, revelam um homem encantado com o ‘deserto perfeito’ que encontrou. Embora admitisse com um ‘Ai!’ que a maioria das pessoas não tinha um senso de ‘beleza e majestade’, Hoffman apontou que para ele havia uma ‘alegria singular em um deserto’. Suas viagens o levaram a lugares que não exigiam cultivo nem companheirismo para torná-los atraentes. ‘Senti’, relatou ele, ‘entre algumas cenas uma espécie de prazer egoísta, um deleite selvagem, que o local tão adorável e tão solitário... floresceu sozinho para mim’” (Nash, p. 61, 2014).

⁷⁵⁷ Nash, p. 61, 2014.

⁷⁵⁸ Spence, p. 24, 1999.

⁷⁵⁹ Nash, p. 131, 2014.

ainda, entre preservacionistas e conservacionistas, respectivamente. Essa batalha, consolidada na esfera pública pela farta comunicação produzida em jornais e revistas e por um longo debate no sistema político nacional, se deu em torno do problema da escassez de água doce na crescente cidade de São Francisco e da solução proposta em 1901 pelo prefeito da cidade, James D. Phelan, de fazer um reservatório represando o Vale Hetch Hetchy, naturalmente abastecido pelo derretimento de geleiras e pelo rio Tuolumne dentro dos limites de Yosemite. Logo, os preservacionistas, sob a liderança de John Muir, deram início a uma campanha histórica pela preservação da natureza selvagem em Yosemite, que colocou a questão na imprensa nacional e mobilizou a opinião pública sobre a decisão entre manter o cenário sublime do vale ou disponibilizar água para milhares de pessoas em nome da crescente civilizacional no Oeste. Em 1907, Muir publicou um artigo na revista Outlook intitulado “Rio Tuolumne de Yosemite ameaçado”⁷⁶⁰, no qual ele valorizou os aspectos intangíveis da natureza do vale⁷⁶¹. Editor da revista Century, Robert Underwood Johnson também se opôs ao projeto no artigo “Um alto preço a pagar pela água”⁷⁶², acusando seus proponentes de “*retardar a civilização americana*” com seu materialismo nefasto⁷⁶³. Lyman Abbott, editor do Outlook, colocou sua revista na vanguarda das comunicações pela preservação de Hetch Hetchy e, num editorial com duas matérias – “O Vale Hetch-Hetchy Novamente”⁷⁶⁴ e “Salvando o Parque de Yosemite”⁷⁶⁵ – publicadas em 1909, deixou clara sua posição ao enfatizar que se os valores utilitários vencessem os valores da preservação de cenários sublimes como os do vale, os EUA estariam fadados à decadência civilizacional⁷⁶⁶ – o que faz lembrar aquele temor e aversão típicos do século XIX que os primeiros românticos tinham em relação ao passado europeu. A oposição entre natureza e civilização foi retomada, neste contexto, naquele sentido sacro que opõe a natureza como dádiva divina à secularização civilizacional. Assim que, segundo Nash, Muir apostou na narrativa do bem contra o mal no sentido enfaticamente religioso, ao expor suas ideias no livro – “O Yosemite” – de 1912, no qual:

Muir rotulou seus inimigos de ‘destruidores de templos’ que desprezavam o ‘Deus das Montanhas’ em busca do ‘Dólar Todo-Poderoso’. Seguiu-se uma denúncia contundente e amplamente citada: ‘Maldito Hetch Hetchy! Que sejam represadas as

⁷⁶⁰ Publicado pela revista Outlook, n°87 de 1907, p. 489.

⁷⁶¹ Nash, p. 164-165, 2014.

⁷⁶² Publicado pela revista Century, n°86 de 1908, p. 633.

⁷⁶³ Nash, p. 165, 2014.

⁷⁶⁴ Publicado pela revista Outlook, n°91 de 1909, p. 330-331.

⁷⁶⁵ Publicado pela revista Outlook, n°91 de 1909, p. 235-236.

⁷⁶⁶ Nash, p. 166, 2014.

catedrais e igrejas do povo para reservatórios de água, pois nenhum templo mais sagrado jamais foi consagrado pelo coração do homem”.⁷⁶⁷

John Muir e o movimento preservacionista tinham apoio também de associações civis como os Clubes Sierra e Appalachian Mountain que, em 1909, investiram fundo na publicação de panfletos para distribuição em larga escala que informavam sobre o histórico do dilema – que a esta altura já se estendia por oito anos – e através dos quais propunham outras soluções para a escassez de água em São Francisco⁷⁶⁸. A mobilização teve ressonância política e o Congresso, norteado pelo relatório do Comitê de Terras Públicas que evidenciou a oposição corrente na opinião pública, negou o projeto de represamento de Hetch Hetchy. A negativa do Congresso foi uma grande decepção para muitos em São Francisco e, em 1910, o jornal San Francisco Chronicle fez a réplica, chamando os preservacionistas de “*estetas egoístas e sentimentais*”⁷⁶⁹. Ao mesmo tempo, a partir deste momento, os adeptos ao projeto passaram a incorporar o apelo estético em suas comunicações e fizeram saber que o represamento não significaria o fim da paisagem sublime de Hetch Hetchy, pelo contrário, poderia torná-la mais acessível com a construção de novas estradas, locais para recreação e trilhas para uso turístico⁷⁷⁰. Três anos depois, em 1913, o deputado da Califórnia John E. Raker conseguiu aprovar uma nova abertura dos debates para o projeto, para os quais foi convidado Gifford Pinchot como principal interlocutor. Pinchot, como era de se esperar, defendeu o ponto de vista utilitarista, para o qual deveria se proceder para o maior bem, para o maior número de pessoas e pelo maior tempo possível⁷⁷¹ e, logo, defendeu a construção da barragem⁷⁷². Os preservacionistas tentaram reagir e escreveram textos em protesto para 1.418 jornais, e Robert Underwood Johnson escreveu uma “Carta Aberta ao Povo Americano”, publicada na revista Century e registrada em atas oficiais⁷⁷³, apelando mais uma vez para a perspectiva romântica da natureza sacra que poderia ser profanada pela ordem monetária⁷⁷⁴. Apesar da enorme mobilização, o projeto foi aprovado em 3 de setembro de 1913 sem unanimidade: foram 183 a favor, 43 contra e relevantes 203 abstenções⁷⁷⁵.

⁷⁶⁷ Nash, p. 167-168, 2014.

⁷⁶⁸ Nash, p. 168, 2014.

⁷⁶⁹ Nash, p. 169, 2014.

⁷⁷⁰ Nash, p. 171, 2014.

⁷⁷¹ Nas palavras de Carolyn Merchant: “O utilitarismo, uma ética desenvolvida pelos filósofos Jeremy Bentham e John Stuart Mill na Inglaterra, foi baseada na ideia de ‘o maior bem para o maior número’. ‘Utilidade’ significava colocar a terra para trabalhar para promover a felicidade das pessoas. A ética da conservação do início do século XX acrescentou a ideia de tempo, capturada na frase do conservacionista W. J. McGee: ‘o maior bem do maior número durante o maior tempo possível’” (Merchant, p. 128, 2006).

⁷⁷² Nash, p. 170-171, 2014.

⁷⁷³ Congressional Record-House, 30 de agosto de 1913, p. 3975.

⁷⁷⁴ Nash, p. 170, 2014.

⁷⁷⁵ Nash, p. 175-176, 2014.

Uma vez enviado o projeto ao Senado, a mobilização preservacionista se intensificou e, além do apoio da imprensa, contou com milhares de cartas e telegramas enviados por civis aos seus representantes políticos⁷⁷⁶. O apoio massivo à causa deveu-se também à noção popular de que a preservação se enquadrava como um direito civil e como uma reivindicação patriótica. Assim, a questão de Hetch Hetchy se nacionalizou. Então, quando o Senado começou a debater o projeto, a cobertura foi intensa e contou com publicações em centenas de jornais em todo o país, além de editoriais em revistas importantes como Outlook, Nation, Independent e Collier's, que protestaram explicitamente contra a construção da barragem⁷⁷⁷. Os apoiadores do projeto, por seu turno, operaram silenciosamente por meio de lobby e, no dia definido para votação, em 6 de dezembro de 1913, os senadores encontraram pela manhã em suas mesas uma cópia da edição especial do San Francisco Examiner na qual, de forma ilustrada, se defendia a ideia de um lago artificial com acesso por estradas e automóveis que poderia proporcionar o lazer e o deleite paisagístico tão defendidos pelos preservacionistas sem o ônus para São Francisco. O debate foi longo e permeado por ponderações de norte preservacionista, no entanto, pouco antes da meia-noite, o Senado votou, aprovando o projeto da barragem em Hetch Hetchy, mais uma vez com divergências significativas: 43 senadores foram a favor – com proeminência de democratas do Sul –, 25 foram contrários e 29 se abstiveram⁷⁷⁸. Apesar de perdida a batalha por Hetch Hetchy, as observações sócio-terranas alavancadas nessa (mais de uma) década de discussões públicas serviram para estabelecer as perspectivas preservacionista e conservacionista para observação geral e colaboraram na criação de parâmetros para novas empreitadas neste quesito, sintetizados, em 1916, pela Lei Orgânica que estabeleceu diretrizes para o Serviço Nacional de Parques⁷⁷⁹

⁷⁷⁶ Segundo Nash: “[...] A correspondência chegou aos escritórios dos principais senadores: Reed Smoot, de Utah, estimou no final de novembro que havia recebido cinco mil cartas em oposição ao projeto de lei, e outros senadores também foram sitiados. Os protestos vieram de grupos de mulheres, clubes de passeios e esportistas, sociedades científicas e universidades, bem como de indivíduos. A natureza selvagem americana nunca foi tão popular antes” (Nash, p. 176, 2014).

⁷⁷⁷ Nash, p. 176, 2014.

⁷⁷⁸ Nash, p. 179, 2014.

⁷⁷⁹ Segundo Mark Spence: “A Criação do Serviço Nacional de Parques em 1916 realizou os sonhos de longa data dos pré-conservadores de um forte compromisso federal com a preservação e aprimoramento de todos os parques nacionais. Em muitos aspectos, este novo ramo do Departamento do Interior resultou de uma batalha política de seis anos contra os planos da cidade de São Francisco de represar o rio Tuolumne e converter o Vale Hetch Hetchy em um enorme reservatório municipal. Como Hetch Hetchy estava inteiramente dentro dos limites do Parque Nacional de Yosemite e possuía qualidades cênicas que rivalizavam com as do vale mais famoso ao sul, uma coalizão de funcionários públicos, grupos cívicos e organizações preservacionistas nacionais se juntou a John Muir e outros para protestar contra o que viam como uma violação fundamental do parque nacional e seus limites. Seus argumentos não conseguiram superar a poderosa sede que represaria o rio Tuolumne em 1913 e continuou a impulsionar o rápido desenvolvimento da Península de São Francisco. No entanto, eles inspiraram a criação de uma nova agência governamental dedicada exclusivamente à gestão e proteção de parques nacionais” (Spence, p. 115, 1999).

que, a partir de então, deveria gerir nacionalmente as reservas de forma autônoma e expansiva⁷⁸⁰. Além disso, o interesse público se manteve alto sobre a preservação da natureza nos parques nacionais, segundo Nash: *“Entre setembro de 1916 e outubro do ano seguinte, mais de 300 (artigos) apareceram em 95 periódicos. Os números para os próximos dois anos foram igualmente impressionantes”*⁷⁸¹. Outras questões relacionadas à criação e gestão dos parques nacionais seguiram-se ao longo do século XX, como, por exemplo, os projetos de barragens no Grand Canyon entre 1965 e 1966⁷⁸² e da exploração de madeira, minério e petróleo no Alasca nos anos 1970⁷⁸³, ambos os casos fartamente publicizados pela imprensa e cujos desdobramentos

⁷⁸⁰ Spence, p. 116, 1999.

⁷⁸¹ Nash, p. 180, 2014.

⁷⁸² Segundo Spence: “Os canteiros de obras no cânion já estavam sendo preparados para a autorização quase certa. Mas a maré mudou em 9 de junho de 1966 – O New York Times e o Washington Post daquele dia publicaram um anúncio de página inteira sobre as barragens. Colocado pelo Sierra Club a um custo de US\$ 15.000 e projetado por David Brower com assistência profissional de relações públicas, o anúncio declarou, em manchetes: ‘AGORA SÓ VOCÊ PODE SALVAR O GRAND CANYON DE SER INUNDADO. . . PARA LUCRO’. O corpo do anúncio descrevia os projetos de barragens e suas responsabilidades. Concluiu: ‘lembre-se, com todas as complexidades da política de Washington e da política do Arizona, e os meandros dos comitês e procedimentos, há apenas uma questão simples e incrível aqui: desta vez é o Grand Canyon que eles querem inundar’. [...] Correspondências deplorando as barragens de Bridge e Marble Canyon inundaram os principais escritórios de Washington em uma das maiores manifestações de sentimento público na história da conservação americana. [...] Centenas de milhares de americanos, ao que parecia, ficaram maravilhados com o Grand Canyon e estavam preocupados com seu futuro como deserto. [...] O anúncio de 9 de junho de 1966 alcançou seu maior sucesso por um motivo inesperado. Às 16h do dia 10 de junho, um mensageiro especial do Serviço de Revisão Interna entregou em mãos um aviso ao clube de que, a partir de então, não poderia mais ter certeza sobre a dedutibilidade fiscal das doações recebidas. [...] a subsequente revogação oficial da isenção de impostos foi projetada para ajudar a causa dos construtores de barragens do Grand Canyon, amordaçando o Sierra Club, eles foram tiros pela culatra de proporções coloniais. Na mente do público, pelo menos, parecia que o clube estava sendo punido pelo governo federal por esforços altruístas em nome do Grand Canyon. Uma explosão de protesto se seguiu imediatamente. Os anúncios polêmicos apareceram em uma página interna de dois jornais, mas as críticas da Receita Federal ao Sierra Club tornaram-se notícia de primeira página em todo o país. Pessoas que não conheciam ou não se importavam com a ameaça ao Grand Canyon como natureza selvagem agora se levantavam em seu nome em nome das liberdades civis. O governo poderia intimidar o protesto dos cidadãos? Apenas lobistas bem relacionados e endinheirados foram tolerados? A ação fiscal fez com que a questão das barragens do Grand Canyon transcendesse a conservação e gerou cartas de protesto de milhares de pessoas que nunca defenderiam a natureza selvagem por ela mesma” (Spence, p. 229-231, 1999).

⁷⁸³ No caso do Alasca, a indústria do petróleo articulou um acordo com a população originária que culminou, em 1971, na Lei de Liquidação de Reivindicações Nativas do Alasca (ANCSA), que, por sua vez, facilitou uma exótica amálgama entre preservação (cultural e natural) e exploração com fins lucrativos. Na imprensa, segundo Nash, o caso reverberou da seguinte maneira: “[...] Os interesses de petróleo, madeira e mineração, juntamente com as câmaras de comércio, garantiram que o único congressista do Alasca, Don Young, tivesse um baú de guerra cheio. A Commonwealth North, uma organização supostamente apertadária chefiada por dois ex-governadores do Alasca, produziu um encarte de oito páginas para as principais revistas americanas. Sua capa apresentava um barril de petróleo, chama de gás natural e um pedaço de carvão sobreposto a um mapa do Alasca, enquanto o título dizia: ‘O 49º estado é uma potência mundial em potencial na área de energia’. Mas, ambivalentemente, outro desenho mostrava caribús passando por uma plataforma de perfuração de petróleo. O texto explicava que ‘os recursos energéticos do Ártico podem ser aproveitados sem prejudicar a terra ou a vida selvagem’. Ninguém poderia confundir a mensagem da publicação: não tranque o potencial energético do Alasca em reservas selvagens. Anúncios de página inteira apareciam regularmente nos jornais. Eles começaram com a manchete ‘Kentucky [ou o estado relevante] Você precisa do Alasca’” (Nash, p. 299, 2014). Apesar da resistência do movimento ambiental que se reuniu na chamada “Coalizão do Alasca” – que reuniu nada menos que a Wilderness Society, o Sierra Club, a National Audubon Society, a Friends of the Earth e a National Parks and Conservation Association –, em 19 de

políticos e decisórios refletiram sobremaneira a opinião pública orientada, apesar das diferenças circunstanciais entre um e outro, pela binariedade entre a preservação de paisagens sublimes e a utilidade pública e mercantil desses territórios. Mas fora da natureza selvagem, o caso era outro; lá, os riscos resultantes da poluição urbana e do uso indiscriminado dos recursos naturais eram observados com outra lente, ao que vamos agora.

8.3 Industrialização, expansão urbana e poluição

Para observar as comunicações ecológicas modernas nos EUA, é importante lembrar que elas emergiram historicamente e, portanto, ter em perspectiva que, quando a empreitada colonizadora deu seus passos iniciais deste lado do Atlântico, no século XVI, havia uma população originária estimada entre 1 e 6 milhões de pessoas vivendo na América do Norte⁷⁸⁴. Esses povos tinham formas de auto-organização rigorosamente distintas das ocidentais, que produziam relações outras com seu ambiente, permitindo uma simbiose razoável que lhes assegurava viver em abundância, no sentido de que tinham em fartura o socialmente necessário para sua permanência e reprodução. Em muitos aspectos, essas diferenças de auto-organização serviram para justificar, sob o olhar colonizador, a tomada de territórios americanos. A noção de propriedade, segundo William Cronon, foi particularmente relevante por apresentar diferenças fundamentais entre a cosmovisão indígena e a europeia: os povos originários eram bastante flexíveis tanto no que diz respeito ao uso do que chamamos de recursos naturais – isto é, da terra, da água, da flora e da fauna – quanto às tecnologias que produziam para sua permanência. Conforme as circunstâncias naturais, evidentemente bem conhecidas por eles, os

agosto de 1980, o Congresso aprovou um projeto menos restritivo à exploração do território que se seguiu à política Reagan ainda mais laxa nesse sentido (Nash, p. 300, 2014).

⁷⁸⁴ Não há estimativas precisas sobre este dado por dois motivos: i) existem dificuldades na arqueologia em estudar o passado demográfico de populações que viviam onde atualmente há imensos territórios urbanos que passaram por transformações profundas e ii) é particularmente difícil mensurar quantas pessoas morreram entre os séculos XVI e XVII devido ao contato com novos patógenos trazidos da Europa. Assim, segundo Sutton: “A população nativa da América do Norte antes de 1492 ainda não foi determinada com precisão. Inicialmente, pensou-se que havia cerca de 500.000 nativos antes da chegada de Colombo. Essa baixa estimativa foi feita em parte para minimizar a ocupação nativa da terra, justificando ainda mais a intrusão europeia. No início dos anos 1900, no entanto, essa visão começou a mudar como resultado de um trabalho detalhado sobre a população por pesquisadores do Bureau of American Ethnology, que estimaram que talvez até três milhões de pessoas existissem na América do Norte antes de 1492. Depois de muito mais trabalho, as estimativas da população nativa da América do Norte pouco antes da época de Colombo variam de cerca de oito milhões a dezoito milhões. No entanto, uma análise recente de dados arqueológicos sugeriu que a população da América do Norte por volta de 1500 d.C. estava entre 1,2 e 6,1 milhões, bem abaixo das outras estimativas. Depois de 1492, argumentou-se, houve um declínio populacional da ordem de cerca de 95 por cento antes que a tendência fosse revertida e as populações comesçassem a se recuperar” (Sutton, p. 7-8, 2016).

povos originários moviam-se pelo território aproveitando os recursos de forma muito própria: se havia desova de peixes em uma cachoeira, por exemplo, reuniam-se ali muitas famílias por algumas semanas e, quando esse momento acabava, elas separavam-se novamente⁷⁸⁵; ou ainda, nas etnias agricultoras, particularmente no sul, as plantações eram feitas sazonalmente e duravam poucos anos num mesmo lugar, de modo que a fertilidade da terra não era exaurida⁷⁸⁶; o mesmo vale para a caça, que era ponderadamente orientada através dos habitats – rios, florestas e pântanos – de modo que sua captura fosse facilitada. Em suas recorrentes mudanças, os povos originários só levavam o que pudessem carregar, assim que suas casas, seus instrumentos e suas tecnologias eram construídas e reconstruídas de acordo com as necessidades emergentes⁷⁸⁷. Para os anglo-saxões, no entanto, a propriedade era – e continua sendo – um constructo estável e individualizado na sua organização social. De modo que, primeiramente, a colônia da Nova Inglaterra foi concebida como propriedade da coroa inglesa para dela dispor e distribuir de acordo com seu arbítrio⁷⁸⁸. Por decisão de Carlos I em 1629, a coroa centralizou as posses totais na Massachusetts Bay Company⁷⁸⁹, que, por sua vez, passou a gerir a migração para o novo mundo e todos os recursos disponíveis nele, distribuindo aos colonos porções de seis milhas de terra⁷⁹⁰ que foram logo reorganizadas de acordo com a capacidade de trabalho sobre a propriedade. Isto é, quem podia produzir mais angariava direito a mais terras. Ou, em outras palavras, quem tivesse servos ou escravos, gado e instrumentos de trabalho tinha acesso a mais terras e, logo, mais chances de enriquecimento – o que levou à rápida reprodução das hierarquias sociais já conhecidas na Europa⁷⁹¹. Ao mesmo tempo, além dessa organização fundiária, os colonos passaram a apossar-se do que para eles estivesse naturalmente disponível, neste caso, florestas, animais, peixes e frutos do mar, aves e o que mais fosse preciso para o estabelecimento e manutenção dos assentamentos que foram paulatinamente tornando-se vilas e pequenas cidades. A ideia de propriedade, neste ponto de vista, tem sua raiz semântica na religiosidade cristã, especificamente em Gênesis 1:28, no qual se lê: *“E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra”*. Uma vez que os povos originários não reclamavam para si o território desta forma, os colonos interpretaram sua

⁷⁸⁵ Dobyns, p. 63, 1983.

⁷⁸⁶ Dobyns, p. 62, 1983.

⁷⁸⁷ Dobyns, p. 54, 1983.

⁷⁸⁸ Dobyns, p. 69, 1983.

⁷⁸⁹ Dobyns, p. 70-71, 1983.

⁷⁹⁰ Cronon, p. 74, 1996.

⁷⁹¹ Cronon, p. 73, 1996.

aparente espontaneidade como uma falha em subjugar adequadamente os recursos⁷⁹² e, logo, teceu-se a compreensão de que todo espaço (supostamente) não ocupado nestes moldes estava disponível. John Winthrop, fundador e líder político-religioso, definiu no início do século XVII duas vias para a propriedade: a natural e a civil. A primeira resumia-se à disponibilidade ambiental para a coleta de frutos e para a caça dos animais, uma prática inerentemente indígena, particularmente nos territórios do Norte, mas que serviu também como prerrogativa para os colonos. A segunda, típica do sedentarismo, era aquela na qual uma família ou uma comunidade assentava-se na terra, a cercava e a cultivava de modo a produzir nela meios de subsistência e, possivelmente, excedentes que pudesse negociar⁷⁹³. Apenas esta última, portanto, era reconhecida como parte do direito civil e foi paulatinamente institucionalizada, orientando decisões fundiárias no processo colonizador. Assim, com exceção de áreas de plantio no sul, para as quais por algum tempo houve respeitabilidade jurídica de territórios indígenas⁷⁹⁴, todos os outros elementos extraíveis do novo mundo foram vistos ou como mercadorias – criadas em relação ao que era escasso na Europa e, portanto, vendável e lucrativo – ou como descartáveis. Peixes de salga, peles de animais para confecção de roupas⁷⁹⁵ e madeira para construção de navios foram os primeiros produtos visados neste quesito⁷⁹⁶.

O mais impressionante, para a observação dos primeiros colonos, foi a fartura disponível no novo mundo⁷⁹⁷. Orientados por expectativas anteriores, particularmente aquelas relacionadas

⁷⁹² Segundo Cronon: “[...] A crítica aos modos de vida dos índios era um elemento quase constante nos primeiros escritos coloniais, e nessa crítica podemos descobrir muito sobre como os colonos acreditavam que a terra deveria ser usada. “Os índios”, escreveu Francis Higginson, ‘não são capazes de fazer uso de uma quarta parte da terra, nem têm lugares fixos, como cidades para morar, nem qualquer terreno que desafiem por sua própria posse, mas mudam sua habitação de um lugar para outro’. Um povo que se movia tanto e trabalhava tão pouco não merecia reivindicar a terra que habitava” (Cronon, p. 55, 1996).

⁷⁹³ Cronon, p. 56, 1996.

⁷⁹⁴ Cronon, p. 63, 1996.

⁷⁹⁵ Principalmente de castores que, ao fim de um século, já estavam praticamente extintos da região costeira.

⁷⁹⁶ Cronon, p. 167, 1996.

⁷⁹⁷ A quantidade de aves, peixes, frutos do mar e vegetais comestíveis foi particularmente estupefaciente para os primeiros colonos. Segundo William Cronon: “A experiência da abundância da Nova Inglaterra começou com os peixes das águas costeiras, que foram a razão original pela qual os pescadores bretões, portugueses e de Bristol começaram a visitar a área no século XV. [...] Mas as verdadeiras declarações de admiração vieram dos visitantes dos assentamentos, que viram a desova da primavera de cheiros, aleesposas, esturjões e outros peixes oceânicos que migraram para a água doce para depositar seus ovos. [...] Nada em sua experiência inglesa preparou esses homens para a visão de quantidades tão prodigiosas de peixes. O mesmo acontecia com os pássaros da região. Wood hesitou em descrever como era fácil caçar aves aquáticas na Nova Inglaterra. ‘Se eu lhe disser’, escreveu ele, ‘como alguns mataram cem gansos em uma semana, cinquenta patos em um tiro, quarenta marrecos em outro, pode ser considerado impossível, embora nada mais certo’. Essas aves estavam presentes em maior número durante as migrações de primavera e outono, mas outras, como o peru, podiam ser caçadas o ano todo” (Cronon, p. 22-23, 1996).

à escassez dos meios básicos de subsistência na Europa, como terra, comida e lenha⁷⁹⁸, a disponibilidade desses elementos em larga escala no Norte da América pareceu aos seus olhos, como já enfatizei, como um presente divino. Outro fator, também interpretado como parte do plano de Deus para seu povo na terra, foi o de que, apesar de precisarem negociar inicialmente esses elementos com os povos originários, em pouco tempo a grande maioria dessa população foi dizimada pelo contato com patógenos trazidos da Europa⁷⁹⁹, facilitando enormemente a tomada do território. Com isso, a formação dos primeiros assentamentos e depois, das primeiras cidades, deu-se de duas formas: pelo desmatamento de vastas áreas de floresta ou então pela ocupação do espaço deixado por aldeias mortas em decorrência das pestes⁸⁰⁰. As observações sócio-terranas variaram nesses primeiros assentamentos: em algumas predominou o trabalho nas serrarias, movidas principalmente por moinhos que usavam a energia d'água para processar a madeira extraída de árvores que chegavam a sessenta metros de altura e a dois metros de

⁷⁹⁸ A disponibilidade de lenha na Nova Inglaterra tornou formas de ostentação, se comparada à Europa. Segundo Cronon: “O maior uso da floresta da Nova Inglaterra, de longe, no entanto, além de cercas ou edifícios ou mastros de navios exportados, era para combustível. Além de seu amor por grandes lareiras e casas quentes, que se tornou aparente a partir da década de 1630, os habitantes da Nova Inglaterra queimavam sua lenha em lareiras abertas, que eram quatro ou cinco vezes menos eficientes do que os fogões fechados de ferro fundido dos alemães da Pensilvânia. Os viajantes europeus ficavam frequentemente surpresos com o consumo americano de lenha: o naturalista sueco Peter Kalm observou com certo horror que “uma quantidade incrível de madeira é realmente desperdiçada neste país como combustível; dia e noite durante todo o inverno, ou por quase metade do ano, em todos os quartos, um fogo é mantido aceso. Uma família típica da Nova Inglaterra provavelmente consumia até trinta ou quarenta cordas de lenha por ano, o que pode ser melhor visualizado como uma pilha de madeira de um metro e meio de largura, um metro e meio de altura e trezentos metros de comprimento; obter tal pilha de lenha significava cortar mais de um acre de floresta a cada ano. Em 1800, a região queimou talvez dezoito vezes mais madeira para combustível do que cortou para madeira. Quando os efeitos de tal queima são resumidos para todo o período colonial, é provável que a Nova Inglaterra tenha consumido mais de 260 milhões de cordas de lenha entre 1630 e 1800” (Cronon, p. 120-121, 1996).

⁷⁹⁹ As principais doenças que colaboraram no genocídio indígena foram: a gripe, a tuberculose, o tifo, a sífilis, o sarampo, a difteria, a cólera, a febre amarela, a varíola e a peste bubônica. No entanto, como enfatizei anteriormente por nota, os dados a este respeito ainda não são precisos, mas o declínio da população originária da América do Norte pode ter chegado a 95% após o contato com os europeus (Sutton, p. 8, 2016). Sobre as mortes por peste na Nova Inglaterra no século XVII, segundo Cronon, a população caiu de 70.000 para 12.000 pessoas nos primeiros 75 anos (Cronon, p. 88-89, 1996). Para uma visão mais aprofundada, recomendo a leitura do capítulo *Beyond Virgin Soils: Disease as an environmental history* de Linda Nash no livro “The Oxford handbook of environmental history”.

⁸⁰⁰ Para uma visão mais aprofundada, recomendo a leitura do livro “Their number become thinned: Native American Population in Eastern North America” de Henry F. Dobyns. No entanto, sobre especificamente a interpretação da morte dos povos originários como uma providência divina e a formação de cidades em locais onde antes habitavam os povos originários, cito Cronon: “O despovoamento indígena como resultado de doenças europeias ironicamente tornou mais fácil para os europeus justificarem a tomada de terras indígenas. Se os ingleses acreditavam que os campos de milho eram a única propriedade que os índios haviam melhorado o suficiente para possuir, a destruição de uma aldeia – e o subsequente abandono de seus campos de plantio – eliminou até mesmo esse modesto direito. Repetidamente, as cidades da Nova Inglaterra fizeram seus primeiros assentamentos nos locais de aldeias indígenas destruídas. [...] Mais de cinquenta dos primeiros assentamentos tinham localizações semelhantes, poupando assim aos seus habitantes muito trabalho inicial na derrubada de árvores. Para os puritanos, as epidemias eram manifestamente um sinal da providência de Deus, ‘varrendo grandes multidões de nativos... para que ele possa abrir espaço para nós lá’. John Winthrop viu essa ‘abertura de espaço’ como uma garantia direta do direito de propriedade: ‘Deus’, disse ele, ‘limpou nosso título para este lugar’” (Cronon, p. 90, 1996).

largura⁸⁰¹, onde era elaborada a matéria prima para construção de casas, cercas, navios, toneis, dentre outros itens usados cotidianamente e no comércio; as primeiras fazendas começaram a se constituir primeiramente baseadas na horticultura, mas logo agregando também a pecuária, o que trouxe outra grande transformação ecológica para a região, uma vez que exigia uma quantidade maior de terras e onde, pelas características da pastagem, novas árvores dificilmente poderiam crescer⁸⁰². Assim que, nos primeiros dois séculos de colonização, a paisagem do leste estadunidense foi completamente transformada: inúmeras espécies animais e vegetais foram suprimidas, a população originária diminuiu radicalmente e as etnias que sobreviveram foram sendo afastadas e obrigadas a se organizar nesse novo ambiente; entre os colonos, estruturaram-se hierarquias de classe e o comércio se organizou e se estabilizou de acordo com os princípios da propriedade privada; e o regime escravocrata vingou e se expandiu⁸⁰³, particularmente nas fazendas do sul. Mudanças eco-climáticas foram também substantivas: rios e pântanos secaram, tornando muitos dos moinhos hidráulicos obsoletos, aumentaram as inundações, os invernos tornaram-se mais frios, congelando a terra desnuda, e os verões, mais quentes, em resumo: as características sazonais transformaram-se radicalmente já nos primeiros duzentos anos de colonização⁸⁰⁴. Mais importante: essas mudanças eram observadas como progresso, enquanto, de um ponto de vista retrospectivo e crítico, possa-se argumentar, tal qual William Cronon, que os primeiros séculos da colonização estadunidense percorreram um processo que passou primeiramente pela abundância, depois pelo desperdício e, finalmente, pela escassez de recursos, fazendo emergir relações comerciais internas que impulsionaram cada vez mais a expansão através de estradas que conectaram novas empreitadas (eco) destrutivas⁸⁰⁵.

⁸⁰¹ Um fator relevante para os interesses ingleses, já que na Europa não se encontrava troncos de árvores tão grandes para se fazer mastros de navios sem emendas (Cronon, p. 110, 1996).

⁸⁰² Cronon, p. 145-146, 1996.

⁸⁰³ Para Carolyn Merchant, “[...] a pronta disponibilidade de terras para propriedade privada tornou os euro-americanos relutantes em trabalhar para outros, muitos logo descobriram que a riqueza da produção em larga escala só poderia ser realizada através do trabalho escravo dos africanos” (Merchant, p. 120-121, 2002).

⁸⁰⁴ Segundo Cronon: “[...] o empreendimento colonial que mais sofreu com essas mudanças foi o que mais dependia da energia hidráulica. Os moinhos, que dependiam de pequenos riachos e lagoas para girar suas rodas, frequentemente se encontravam primeiro sem água suficiente para trabalhar no verão e, finalmente, com pouca água, exceto em períodos de pico de escoamento - o exato momento em que eram ameaçados de danos por inundações. [...] Onde as florestas não foram completamente eliminadas, a composição de suas espécies mudou: árvores como pinheiros brancos, cedros brancos e carvalhos brancos tornaram-se menos comuns. Onde as florestas foram totalmente destruídas, a paisagem tornou-se mais quente no verão e mais fria no inverno. As temperaturas em geral flutuavam mais amplamente. A neve derreteu mais facilmente do que antes, e o solo congelou mais profundamente. A capacidade de retenção de água do solo foi reduzida e, portanto, o escoamento foi aumentado e tornado mais errático. As inundações tornaram-se mais comuns e os níveis dos riachos passaram a variar tanto que alguns secaram completamente por longas temporadas do ano. Os lençóis freáticos caíram” (Cronon, p. 113-114, 1996).

⁸⁰⁵ Cronon, p. 169-170, 1996.

Logo, o crescimento das cidades e da população, que se deu nos séculos XVIII e XIX, foi acompanhado por mais este paradoxo construído na colonização, qual seja, aquele entre fartura e escassez, próprio do sistema econômico capitalista emergente: casas (tipicamente maiores que as europeias) feitas primeiramente de madeira e depois de tijolos consumiam muita lenha no inverno, um produto escasso em cidades como Boston já em 1638⁸⁰⁶, o que levou a mais desflorestamento em lugares cada vez mais distantes da costa; grandes plantações de monocultura – dentre as quais de produtos não comestíveis como o tabaco e o algodão – não só exauriam o solo⁸⁰⁷ como exigiram a constituição de um mercado de alimentos com preços nem sempre acessíveis, principalmente em cidades maiores⁸⁰⁸ e, fundamentalmente para emergência dos riscos ambientais; o aumento populacional e de consumo concentrado em vilas e cidades aumentou a produção de resíduos.

O descarte de detritos domésticos era feito de acordo com as possibilidades e à escolha de particulares: muitas famílias tinham fossas – que eram basicamente buracos cavados perto das casas ou mesmo feitos nos porões e cobertos com pedras ou tijolos – nas quais se depositavam fezes e urina até a saturação, quando novos buracos tinham que ser cavados. Eventualmente, parte do lixo orgânico era usada para fertilização do solo em fazendas e plantações⁸⁰⁹ e para alimentar porcos⁸¹⁰, mas grande parte dele era ou aterrado e, com o tempo, passava a poluir o lençol freático⁸¹¹, ou então era extraído e conduzido por drenos e descartado em sarjetas, becos e córregos. No caso de oficinas, fábricas, matadouros e curtumes, o descarte era normalmente feito por aterramento ou diretamente em lagos, pântanos e rios⁸¹². Neste sentido, a poluição hídrica constituiu-se como o primeiro risco ambiental crítico nos EUA, uma vez que o abastecimento de água para consumo tinha por base rios, lagos e poços coletivamente usados para fins domésticos e fabris, um sistema que se esgotou com o aumento populacional e de produção. Cidades maiores tinham um serviço rudimentar de coleta de lixo, mas o problema

⁸⁰⁶ Cronon, p. 121, 2003.

⁸⁰⁷ Merchant, p. 127, 2006.

⁸⁰⁸ Em Nova York, por exemplo: “[...] Embora frutos do mar, em particular, fossem abundantes no século XIX, a comida em geral não era necessariamente barata. Trabalhadores diaristas, cujo trabalho era sazonal ou sujeito aos caprichos das condições econômicas vigentes, tinham que sobreviver com o que podiam. A carne de porco era, de longe, o tipo de carne mais barato disponível” (Melosi, p. 48, 2020).

⁸⁰⁹ Tarr, p. 228, 1984.

⁸¹⁰ Melosi, p. 33, 2005.

⁸¹¹ Segundo Joel Tarr: “A água usada e os resíduos humanos eram geralmente descartados em fossas, embora ocasionalmente fossem jogados na rua ou em terrenos baldios. Fossas sépticas eram essencialmente buracos no chão, às vezes revestidos, dos quais os resíduos frequentemente vazavam (deliberadamente e acidentalmente) para o solo ao redor. A terra, portanto, tornou-se o principal sumidouro tanto para águas residuais quanto para dejetos humanos” (Tarr, p. 8-9, 1996).

⁸¹² Melosi, p. 13, 2005.

foi crescendo com a população, de modo que era impossível para os municípios dar conta da gestão da escória: segundo Joel Tarr, estima-se que, em 1829, só a cidade de Nova York, por exemplo, produziu cem toneladas de excrementos por dia⁸¹³. Algumas cidades deram início às tecnologias de distribuição de água no início do século XIX – como a Filadélfia em 1802 e Nova York em 1835, por exemplo – criando reservatórios de fluxo gravitacional para que a água canalizada chegasse às casas e oficinas⁸¹⁴. Até 1880, 598 cidades já tinham um sistema de abastecimento de água, mas poucas um sistema de esgoto⁸¹⁵. O descarte de detritos continuou a ser feito, portanto, diretamente em fossas, rios, lagos e, no caso das cidades costeiras, no oceano⁸¹⁶. O descarte em fossas e riachos urbanos causou riscos imediatos, concentrando os detritos perto das pessoas e acarretando inundações que espalhavam a sujeira⁸¹⁷. A facilitação do acesso à água, por óbvio, aumentou o consumo enormemente⁸¹⁸, permitindo a instalação de sistemas hidráulicos industriais e domésticos, propícios à construção de banheiros com vasos sanitários – um melhoramento de condições ímpar no âmbito individual e familiar, mas com consequências ambientais severas, dado que, sem um sistema de esgoto, o descarte continuou sendo feito nos moldes anteriores e em maior proporção⁸¹⁹. Por consequência, a poluição hídrica

⁸¹³ Tarr, p. 229, 1984.

⁸¹⁴ Merchant, p. 113, 2002.

⁸¹⁵ Tarr, p. 9, 1996.

⁸¹⁶ Segundo Merchant: “[...] Substâncias como ácido sulfúrico, barrilha, ácido muriático, cal, corantes, polpa de madeira, cabelos, restos de carne e couro poluíam os arredores dos primeiros moinhos do nordeste. Durante o século XIX, antes da construção de obras municipais de água e esgoto, manter a água limpa e livre de doenças para beber era um grande problema. A água contaminada fluía para rios e oceanos e o esgoto bruto era bombeado para os cursos d’água” (Merchant, p. 127, 2006). E, segundo Martin V. Melosi, em seu estudo sobre a história do consumo e do descarte de detritos em Nova York: “O porto e o oceano tornaram-se os principais sumidouros dos bairros ao longo do início do século XX. Essa solução fácil, porém, questionável, era uma desvantagem e um incômodo constante, obstruindo o tráfego aquático, espalhando itens rejeitados nas praias e destruindo bancos de ostras” (Melosi, p. 66, 2020). Segundo o autor, essa prática perdurou até 1934 (Melosi, p. 206, 2020).

⁸¹⁷ Segundo Joel Tarr: “[...] A densidade urbana e uma explosão de construção de edifícios tornaram o sistema de coleta de lixo existente cada vez mais inadequado. Latrinas e fossas transbordando enchiam becos e quintais com água estagnada e resíduos fecais. Frequentemente, os recipientes de lixo e seus transbordamentos ficavam próximos a poços e outras fontes de abastecimento de água, causando um sério risco de poluição. Além disso, a pavimentação reduziu a capacidade das ruas de absorver a chuva e aumentou a possibilidade de inundações” (Tarr, p. 230, 1984).

⁸¹⁸ Segundo Joel Tarr: “[...] A disponibilidade de um suprimento constante de água para as famílias causou uma rápida expansão no número de usuários e no volume de uso. Chicago, por exemplo, passou de 33 galões per capita por dia em 1856 para 144 em 1882; Cleveland aumentou de 8 galões per capita por dia em 1857 para 55 em 1872; e Detroit passou de 55 galões per capita por dia em 1856 para 149 em 1882. Esses números incluem usos industriais e outros não domésticos, mas ainda são simbólicos de um grande aumento no consumo de água em um período de tempo relativamente curto [...]” (Tarr, p. 10, 1996).

⁸¹⁹ Segundo Joel Tarr: “[...] O vaso sanitário já existia há séculos, mas foi patenteado nos Estados Unidos apenas em 1833. Nas cidades com sistemas de abastecimento de água, as famílias mais ricas rapidamente instalaram vasos sanitários para aproveitar sua conveniente localização interna e relativa higiene. Por exemplo, em Boston em 1863 (população aproximada de 178.000 habitantes), havia mais de 14.000 vasos sanitários em um total de aproximadamente 87.000 instalações hidráulicas. Em Buffalo, em 1874 (população aproximada de 118.000 habitantes), 5.191 residências tinham água encanada e 3.310 possuíam vasos sanitários. Até 1880, embora os dados sejam imprecisos, pode-se estimar que aproximadamente um quarto das residências urbanas possuía vasos

generalizou-se. Algumas das mesmas doenças epidêmicas que haviam dizimado a população indígena anteriormente tornaram-se novamente perigosas, desta vez, para a sociedade em geral: cólera, tifo e febre amarela, por exemplo, causaram uma devassa nas populações de grandes cidades, como Nova York, Memphis, Nova Orleans e Filadélfia ao longo dos séculos XVIII e XIX⁸²⁰. Em meados do século XIX, inspirados pelo movimento sanitário inglês⁸²¹, o poder público estadunidense começou um esforço, principalmente no âmbito municipal, para a construção de esgotos. Essa solução, no entanto, cumpriu com o destino paradoxal inerente a toda tecnologia, qual seja, aquela de que a contenção de um risco provavelmente criará novos e desconhecidos riscos. Isso porque havia uma crença popular, confirmada por engenheiros, de que o depósito dos detritos em correntes de água por si só purificaria os dejetos⁸²². De modo que os sistemas de esgotos, construídos por obras públicas colossais, foram feitos para desaguar em rios e lagos, o que supostamente eliminaria o problema da contaminação urbana. Em pouco tempo, percebeu-se, da pior maneira possível, que o esgoto descartado por uma cidade contaminava outras que se seguiam na direção das correntezas, assim que doenças e, em especial, a mortalidade relativa à febre tifoide, aumentaram substancialmente nesse período⁸²³, além do fato contundente de que as pessoas experienciavam a insalubridade da água ao bebê-la e ao usá-la para cozinhar. Embora médicos e outros especialistas tivessem alertado sobre esse risco, os municípios e os engenheiros empenhados nas obras de construção dos esgotos consideraram o custo de estações de tratamento muito alto⁸²⁴, bastante baseados na ideia de

sanitários (geralmente do tipo com caixa ou funil), enquanto o restante ainda dependia de fossas negras”. [...] Os vasos sanitários aumentaram significativamente tanto os problemas de incômodo quanto os riscos sanitários nas áreas urbanas. Eles geralmente eram conectados a fossas sépticas, que logo ficavam sobrecarregadas pelo maior fluxo de água contaminada. Se ligados por tubos de transbordamento a bueiros superficiais ou esgotos projetados apenas para drenagem de água, contaminavam-nos com matéria fecal. O solo ficava saturado, porões eram 'inundados por líquidos estagnados e fétidos', e a necessidade de esvaziar frequentemente as fossas e poços negros aumentava drasticamente” (Tarr, p. 231-232, 1984).

⁸²⁰ Segundo Carolyn Merchant: “Surto de cólera devastaram as economias urbanas de cidades como Nova Orleans entre 1846 e 1850. Em Memphis, na década de 1870, as epidemias levaram a melhorias nos sistemas de saneamento e esgoto. [...] A febre tifoide era outra doença transmitida pela água, transmitida por moscas que pousam em contaminantes fecais, por leite impuro e não pasteurizado e por frutas e verduras cruas contaminadas. [...] Outra doença relacionada à água foi a febre amarela, causada pelo mosquito *Aedes aegypti*. Era especialmente perigoso em cidades quentes e úmidas e áreas rurais, mas também atingiu as cidades do norte. A Colônia da Baía de Massachusetts experimentou um surto de febre amarela em 1647, enquanto em Filadélfia em 1793, 10% da população morreu da doença. Em Nova Orleans, em 1853, cerca de 8.000 pessoas morreram, com outras 4.000 mortes em 1878. Em Memphis, Tennessee, mais de 5.000 pessoas em uma população de 38.000 morreram durante o surto de 1878. Em 1905, no entanto, o vírus foi erradicado dos Estados Unidos” (Merchant, p. 112-113, 2006).

⁸²¹ Tarr, p. 234, 1984.

⁸²² Tarr, p. 236, 1984.

⁸²³ Tarr, p. 239, 1984.

⁸²⁴ Contradições comunicativas entre médicos e engenheiros a respeito da gestão de água e detritos seguiram-se até o início do século XX com repercussão na imprensa. No caso de Pittsburgh, por exemplo: “O argumento mais poderoso [...] dizia respeito à falta de viabilidade econômica de converter o sistema de esgoto de Pittsburgh em

purificação pela água e pela premissa utilitarista de que, dada a magnitude dos empreendimentos, era preciso poupar aos cofres públicos o máximo possível⁸²⁵. Então, quando as doenças se alastraram nas grandes cidades, no final do século XIX, foi preciso uma institucionalização das comunicações em conselhos municipais de saúde e, ainda, uma ampliação da gestão de água e esgoto abrangendo regiões e até estados, considerando que cidades inteiras estavam sendo afetadas pelos dejetos umas das outras⁸²⁶. Daí duas soluções emergiram: o tratamento de esgoto na fonte ou a filtragem nos receptores, das quais a última prevaleceu, já que muitas cidades relutaram, principalmente por motivos fiscais, em construir estações de tratamento, enquanto as que eram afligidas por água contaminada viram-se

esgotos separados e construir uma estação de tratamento de esgoto. Eles calcularam que os custos dessas medidas seriam de aproximadamente US\$ 37 milhões em encargos de capital para uma população de 800.000 habitantes, mais manutenção anual de US\$ 435.000. Financiar tal projeto teria feito com que a cidade excedesse seu nível de endividamento municipal e violasse a lei estadual. Os engenheiros sustentaram que, como a estação de tratamento de esgoto se destinava à proteção das comunidades a jusante, Pittsburgh não receberia nenhum benefício direto dela. As cidades a jusante, no entanto, ainda teriam que filtrar sua água, tornando a estação de tratamento desnecessária e um uso ineficiente dos recursos limitados da cidade. Considerando esses fatores, Hazen e Whipple concluíram que ‘nenhuma mudança radical no método de esgoto ou de descarte de esgoto como agora praticado pela cidade de Pittsburgh é necessária ou desejável’. A imprensa de engenharia recebeu o relatório Hazen-Whipple com entusiasmo. A *Engineering Record* o chamou de ‘o relatório mais importante de esgoto e descarte de esgoto feito nos Estados Unidos’, e a *Engineering News* o intitulou de ‘Um apelo ao bom senso no controle estatal da distribuição de esgoto’. Este último jornal acusou o Departamento de Saúde da Pensilvânia de ter ‘aderido cegamente à campanha dos médicos contra a descarga de esgoto não tratado em córregos, com pouca ou nenhuma consideração pelas condições físicas e financeiras locais’. A fim de evitar tais problemas no futuro, concluiu o editorial, as questões de abastecimento de água e eliminação de esgoto devem ser decididas por ‘engenheiros, não por médicos’” (Tarr, p. 169-170, 1996).

⁸²⁵ Joel Tarr dá um ótimo exemplo na publicização de uma revista especializada sobre este ponto de vista: “[...] Como o *Engineering News* se gabou em um editorial de 1912, o engenheiro sanitário combinou prudência sobre saúde e dólares - ele era ‘um verdadeiro e o maior dos conservacionistas, zeloso em salvaguardar a saúde e prolongar a vida, mas não poupando dor para garantir que cada dólar seja gasto da melhor maneira possível’” (Tarr, p. 259, 1984).

⁸²⁶ Nas palavras de Tarr: “Três meios de alcançar essa unidade foram realmente empregados: cooperação intermunicipal e interestadual, anexação ou consolidação com áreas suburbanas por uma cidade central e governos distritais especiais. O principal exemplo de cooperação intermunicipal foi a Comissão de Esgoto e Drenagem de Passaic Valley, formada em 1896, na qual sete municípios do Norte de Nova Jersey se uniram na construção de um esgoto de saída conjunto; em 1927, dezessete cidades eram membros. Houve, no entanto, poucos outros exemplos de ação conjunta entre municípios devido à dificuldade em obter um acordo sobre a repartição de responsabilidades e custos. A incapacidade de concordar com responsabilidades conjuntas também inibiu o desenvolvimento de pactos interestaduais de poluição da água antes de 1920, embora no segundo quarto do século tais pactos tenham sido instituídos em regiões importantes como o vale do rio Ohio. Um método mais comum de resolver problemas de esgoto envolvendo várias jurisdições governamentais implicou a anexação ou consolidação suburbana”. (Tarr, p. 251, 1984) E, mais adiante: “[...] O meio institucional mais prontamente adotado para lidar com projetos de esgoto e abastecimento de água tem sido o governo distrital especial, uma autoridade fiscal e administrativamente independente de função e extensão limitadas. Exemplos incluem o Distrito Sanitário de Chicago (1889), a Comissão Metropolitana de Esgoto de Boston (1889) e a Comissão Sanitária Suburbana de Washington (1918). Engenheiros sanitários e profissionais de saúde pública, bem como reformadores governamentais, pressionaram pela criação de autoridades especiais devido à necessidade de uma estrutura funcional independente das fronteiras políticas e ao desejo de escapar dos limites fiscais ou da dívida e estar livre do controle político municipal” (Tarr, p. 252, 1984).

obrigadas, por questões de saúde, a melhorar a qualidade da água⁸²⁷. O resultado foi positivo, pelo menos no que diz respeito à saúde humana, e os índices de patologias relacionadas à contaminação hídrica diminuíram substancialmente⁸²⁸.

Ao mesmo tempo, esse processo de lida com a poluição das águas e seus riscos inerentes fez emergir a primeira grande campanha comunicativa na imprensa sobre meio ambiente e saúde pública nos EUA. Sob a condução de revistas especializadas, lideradas por engenheiros sanitários – uma profissão em ascensão que tomaria as rédeas do sanitarismo no século XX – como a *Engineering News*, a *Engineering Record* e o *Municipal Journal and Engineer* (de Nova York), a comunicação sobre os problemas causados pelo lixo e suas possíveis soluções cresceu ao longo do século XIX, acompanhando a relevância do tema que, por sua vez, estava relacionado diretamente com a industrialização e o aumento populacional, como veremos a seguir. No centro do debate especializado estava a intuição, confirmada no fim do século, de que o despejo de lixo em lugares públicos próximos de residências ou em fossas residenciais e em mananciais de água era a principal causa de doenças. No entanto, neste momento, com as descobertas médicas a respeito do papel de microrganismos na disseminação de doenças, a responsabilidade sanitária diferenciou-se: enquanto os profissionais da saúde – antes membros de conselhos sanitários e com forte influência política – ficaram com a pesquisa, a prevenção e o cuidado direto das pessoas⁸²⁹, a engenharia ficou encarregada de resolver o problema do lixo em larga escala, com amplo planejamento urbano a médio e longo prazo. Essa diferenciação ficou explícita na imprensa especializada e popular e a engenharia fortaleceu-se enquanto uma elite tecnocrática para a qual voltou-se a demanda por soluções em muitos âmbitos do crescimento urbano e industrial, dentre eles a questão sanitária, como se nota num editorial da *Engineering News* em 1892:

Quando consideramos que o bem-estar sanitário de dois milhões de pessoas pode depender da maneira como esses resíduos são tratados, percebe-se que alguma solução inteligente para esse problema complexo precisa ser encontrada. Nossas autoridades municipais não podem se permitir deixar as coisas voltarem aos velhos hábitos assim que o atual surto de cólera passar. Não é um caso para economias mesquinhas ou cortes de gastos, e uma vez que se compreenda que uma grande soma de dinheiro deve ser

⁸²⁷ Tarr, p. 244-245, 1984.

⁸²⁸ Tarr, p. 246, 1984.

⁸²⁹ Segundo Martin Melosi: “No início do século XX, engenheiros sanitários substituíram agentes de saúde e sanitaristas como líderes da reforma do lixo nos Estados Unidos. [...] Na esteira da revolução bacteriológica do final do século XIX, muitos profissionais da área da saúde passaram a considerar o saneamento ambiental um meio inconsequente de combater doenças e praticamente o abandonaram. Em vez disso, depositaram sua fé na teoria microbiana da transmissão de doenças, o que levou ao estabelecimento de laboratórios bacteriológicos e ao uso generalizado de inoculação e imunização para erradicar doenças transmissíveis” (Melosi, p. 67, 2005).

investida nesse 'seguro de vida público', certamente haverá homens capacitados para indicar os meios necessários.⁸³⁰

A engenharia sanitária não só se prestou à comunicação pública sobre os riscos sanitários, mas também à construção de uma memória deveras relevante para aplicação prática das soluções: estimulou-se o registro da densidade de resíduos mensalmente no âmbito municipal e seu crescimento ao longo dos anos, de modo que, com o passar do tempo, dados estatísticos estivessem disponíveis para novos planejamentos⁸³¹. Subscrive-se aí uma expectativa crescente da população estadunidense ao longo do século XIX na solução tecnológica para (quase) todos os seus problemas: com lastros na experiência de fronteira, sustentada no destino manifesto, as tecnologias emergentes eram observadas como eficientes mediadoras entre sociedade e natureza, através das quais podia-se extrair riqueza e conforto – *ad aeternum* – dos recursos disponíveis, neste caso particular, da água. Some-se então a semântica moderna, tratada anteriormente nesta tese, qual seja, a de que a sociedade segue um curso de progressivo melhoramento⁸³². No caso dos EUA, essa semântica emerge então amalgamada na relação entre natureza e técnica, através da qual expectativas de solução para as intempéries inerentes à modernidade são direcionadas para a ciência e para a ressonância política da ciência. Assim que a engenharia passa a compartilhar ampla complexidade com a política no sentido do planejamento e aplicação em larga escala de soluções para questões públicas. A crença de que o bom uso da tecnologia pela política e pela economia resultaria no maior bem para o maior número pelo maior tempo – a premissa básica do utilitarismo, como já vimos – aplicou-se à confiança generalizada nas obras colossais de saneamento do século XIX, e não só, mas a própria ideia de higiene pessoal e coletiva foi ganhando valor conforme as doenças, o mau cheiro e a poluição visual urbana eram contrastados com a organização sanitária. Ao longo do século XIX, o problema da poluição por resíduos tornou-se tema da opinião pública em diversas formas, portanto: primeiramente, como um problema técnico, que só poderia ser solucionado por planejamento especializado organizado em políticas públicas de farto investimento, mas também como uma questão de saúde e, finalmente, como uma questão estética. Em 1852, uma matéria do New York Herald, um

⁸³⁰ Engineering News 28 (October 6, 1892, 325) apud Melosi, p. 22-23, 2005.

⁸³¹ Segundo Melosi: “A manutenção cuidadosa de registros passou a ser considerada uma das melhores maneiras de aprimorar a gestão municipal de resíduos. [...] De acordo com o Engineering Record, ‘Não basta fazer algumas estimativas no inverno e no verão, mas devem ser garantidos os registros anuais obtidos pelo menos uma vez por mês e, de preferência, com mais frequência. A menos que isso seja feito, qualquer sistema de coleta e descarte adotado se baseia em suposições, e todo cidadão inteligente já teve oportunidade suficiente de observar os resultados dessas suposições em assuntos municipais para detestar encorajar qualquer coisa desse tipo’” (Melosi, p. 81, 2005).

⁸³² Tarr, p. 255, 1984.

jornal barato e popular (*penny press*), chamou a atenção para a relação entre a lida com a poluição por resíduos e a saúde coletiva em Nova York, enfatizando as desigualdades sociais nesse quesito:

Ao referenciar nossas colunas de notícias hoje, nossos leitores na cidade de Nova York encontrarão um documento que lhes interessa mais profundamente do que qualquer coisa que tenham lido em muitos anos. Ele afeta o que é mais caro a todos os homens – suas vidas. Envolve questões de vida e morte para cada habitante desta grande cidade, que abriga uma população de três quartos de milhão. Aludimos ao relatório do comitê nomeado pelo Senado deste Estado para investigar as condições sanitárias de Nova York.

Os fatos e os números são verdadeiramente alarmantes e suficientes para despertar das profundezas a indignação popular contra os homens que governaram mal esta cidade por tantos anos, a ponto de sacrificar as próprias vidas do povo, enquanto o custo desse mau governo excede, em dinheiro, o de qualquer outra cidade no mundo.

Está provado que Nova York é a cidade mais insalubre, quando os fatos demonstram que deveria – e poderia – ser a mais saudável da face da Terra. [...]

A melhor prova da saúde natural da cidade é vista no fato de que, nos distritos onde se observam limpeza e ventilação, e onde a luz solar e o ar puro são admitidos livremente, a mortalidade é extremamente baixa. [...]

Propõe-se, portanto, exigir por lei que os distritos mais insalubres adotem as mesmas condições sanitárias já implementadas voluntariamente nos mais saudáveis. Esperamos que isso seja feito – e que o relatório não seja apenas ‘*vox et praeterea nihil*’ (som, e nada mais), terminando em fumaça, como seus predecessores.⁸³³

Como neste caso, na metade do século XIX, a imprensa das grandes cidades relacionava a mortalidade por doenças, particularmente as infecciosas, com a degradação urbana pela poluição. A responsabilidade pela limpeza, que até a Guerra Civil era de particulares em quase todos os lugares, passou paulatinamente ao poder público e, no início do século XX, todas as cidades já coordenavam amplamente o descarte dos resíduos e haviam construído sistemas de esgoto⁸³⁴. Assim, tecnologias e métodos de descarte e tratamento de resíduos passaram a ser bastante discutidos pela imprensa na segunda metade do século XIX, segundo Joel Tarr:

Após a guerra (civil), sanitaristas e médicos propagaram ativamente o conceito de saúde por meio da limpeza. Livros sobre higiene pessoal, saneamento doméstico, saúde pública e esgoto fluíam das prensas, e artigos sobre saneamento enchiam as revistas técnicas e populares. O Catálogo Americano de Leypoldt de 1875, por exemplo, lista apenas cinco obras sobre saúde pública impressas entre 1850 e 1865, mas cinquenta e quatro publicadas entre 1865 e 1875. Além disso, nesses anos foram publicadas nove obras sobre esgoto, duas sobre drenagem e seis sobre abastecimento de água, enquanto nenhuma havia sido listada para o período anterior.⁸³⁵

Extrapolando a comunicação especializada, jornais e revistas passaram a tematizar o problema de saneamento com mais frequência e mais enfaticamente, sempre tecendo descrições nas quais a solução era tecnologicamente dada e, ao mesmo tempo, enfatizando o papel do

⁸³³ “Mortalidade alarmante na cidade de Nova York” – The New York Herald, 4 de fevereiro de 1859, p. 4.

⁸³⁴ Os primeiros municípios a construir esgotos foram Brooklyn e Chicago, entre 1850 e 1870, e o último foi Baltimore em 1911 (Tarr, p. 12, 1996).

⁸³⁵ Tarr, p. 256, 1984.

Estado e do comportamento individual e coletivo a respeito⁸³⁶. Outro fator preponderante foram também as diferenças sanitárias entre bairros e cidades a depender do tipo de produção industrial e da classe social. Isto é, tal qual se observa na matéria acima, eram descritas diferenças substanciais, no que diz respeito à atenção política dada ao saneamento, entre bairros e mesmo entre cidades, a depender do tipo de produção industrial e mercantil vigente e da classe social que ocupava esses territórios. É relevante, portanto, dedicar algumas linhas a este fator.

A industrialização nos EUA começou no século XVIII, principalmente com serrarias e fábricas têxteis movidas a moinhos d'água⁸³⁷. Logo, em locais onde as fontes de água e neve secaram ou onde não as havia, outra forma de combustível começou a ser utilizada, a saber, o carvão, fazendo emergir a indústria de mineração, concentrada primeiramente em carvão antracito e depois, com a expansão para o Oeste, em carvão betuminoso, este muito mais poluente que o primeiro⁸³⁸. A construção das ferrovias, que permitiu a expansão continental e cujas consequências ambientais observamos acima e aprofundaremos em outros aspectos adiante, foi também catalisadora da indústria siderúrgica. Assim, no século XIX, o ferro e o aço foram fartamente produzidos e utilizados na fabricação de trilhos, vagões, veículos, ferramentas de todo tipo, na edificação de prédios residenciais, comerciais e industriais, dutos urbanos, etc.⁸³⁹

⁸³⁶ Segundo Martin Melosi: “[...] Publicações tão diversas quanto Harper's Weekly, Munsey's Magazine, Scientific American e Engineering News publicaram artigos deplorando o ‘problema do lixo’ ou as ‘ruas imundas’. Um redator da Harper's Weekly perguntou: ‘O que deve ser feito com o lixo? Este é um dos grandes problemas na administração das cidades modernas’. Um comentarista da Scientific American declarou: ‘O descarte do lixo nas cidades, embora tenha sido um problema no saneamento de nossas cidades maiores, ainda não foi resolvido. Provavelmente não há uma cidade de qualquer tamanho nos Estados Unidos onde o descarte de resíduos seja satisfatório ou conduzido de maneira a atender às demandas de limpeza e higiene’. A negligência dos cidadãos com questões de saneamento era um tema popular em jornais e revistas. Outro escritor da Harper's Weekly afirmou: ‘O cidadão comum, acostumado a suportar incômodos como uma corcunda carrega sua deformidade, passeia sublimemente indiferente a maus cheiros, calçadas obstruídas, etc.’ (Melosi, p. 28, 2005).

⁸³⁷ Segundo Carolyn Merchant: “Na última década do século XVIII, as rodas d'água acionavam as pequenas fábricas têxteis que surgiram ao longo da linha de queda da costa da Nova Inglaterra. Essa energia hidrelétrica inicial atingiu o pico nas décadas de 1820 e 1830 ao longo do rio Merrimac, no nordeste de Massachusetts e no sul de New Hampshire. Aqui, grandes moinhos, que haviam melhorado as máquinas britânicas para fiação e tecelagem, vibravam com a energia extraída do derretimento da neve das White Mountains correndo para o mar. Da mesma forma, no oeste de Nova York, as quedas trovejantes do rio Genesee energizaram um conjunto barulhento de grandes moinhos de farinha mecanizados” (Merchant, p. 101, 2002).

⁸³⁸ Segundo Martin Melosi: “Em 1885, a necessidade de uma fonte de energia abundante e barata para o funcionamento de fábricas e aquecimento residencial levou ao uso extensivo de carvão. O carvão betuminoso (mole) era o mais amplamente utilizado; apenas uma pequena parte dele era consumida na geração de energia e calor, e a maior parte dos resíduos ia diretamente para o ar, incrustando edifícios, roupas e os pulmões dos moradores das cidades”. (Melosi, p. 13, 2005) E ainda, segundo Joel Tarr: “À medida que o suprimento de madeira diminuía e as ferrovias penetravam em regiões com abundantes depósitos de carvão, as substituições de combustível ocorreram gradualmente. O combustível mineral inicial usado pelas ferrovias era o antracito de combustão limpa, mas à medida que os trilhos se deslocavam mais para o oeste, afastando-se das minas de antracito (nordeste da Pensilvânia), adotaram o carvão betuminoso altamente volátil, mais facilmente disponível (e, portanto, mais barato)” (Tarr, p. 263, 1996).

⁸³⁹ Segundo Joel Tarr: “[...] A construção da ferrovia começou depois de 1836 e, em 1855, uma rede bem desenvolvida forneceu uma ligação direta entre o Lago Erie e a cidade de Nova York. A manufatura tendia cada

Conforme a produção industrial crescia, as primeiras cidades, que tinham seu centro econômico no comércio a princípio, começaram a sediar também fábricas diversificadas mais ou menos concentradas em determinadas regiões: Nova York, por exemplo, tornou-se um centro de produção de roupas e publicações e ampliou a produção de navios; na Filadélfia, o foco tornou-se a produção de máquinas, trens e trilhos; Richmond, a produção de tabaco e siderurgia; Massachusetts, a de algodão; Rochester, a de farinha e uísque; e Chicago, a produção de carnes com grandes matadouros e frigoríficos⁸⁴⁰. A centralização econômica nas cidades levou a um fluxo migratório exponencial⁸⁴¹. Pessoas do interior migraram para as cidades que também receberam massivamente estrangeiros: inicialmente irlandeses, mas posteriormente também pessoas do Sul e do Leste da Europa⁸⁴² e, subsequentemente, no século XX, asiáticos e latino-americanos⁸⁴³. Assim, representantes de uma imensa diversidade étnica aportaram majoritariamente em Nova York, Boston, Filadélfia, Baltimore, Nova Orleans e São Francisco. Com o fim da escravidão, pessoas negras também migraram abundantemente para o Norte e muitas delas para as cidades em industrialização. Alguns dos primeiros imigrantes, antes que conseguissem trabalho e renda mínima, viviam em praças e parques com suas famílias e, às vezes, acompanhados de seus animais domésticos – cenas que viraram chacota em jornais e cartuns em editoriais de cunho explicitamente racista e aporofóbico⁸⁴⁴. Com o tempo, cortiços e favelas passaram a abrigar os trabalhadores mais pobres nas grandes cidades. A matéria mencionada acima, do New York Herald, explicita a distinção sanitária existente entre bairros ricos e pobres, principalmente no que diz respeito às taxas de mortalidade. Enquanto a burguesia e trabalhadores de colarinho branco passaram cada vez mais a residir nos primeiros subúrbios,

vez mais a se aglomerar em locais urbanos em importantes nós de canais e ferrovias, e o número de pequenas fábricas espalhadas em locais rurais diminuía anualmente. A espinha dorsal da produção industrial pesada e de metais do país se estendia de Albany e Troy pelo Vale do Rio Hudson até a cidade de Nova York e se deslocava para o oeste em direção a Nova Jersey e depois para o Vale do Rio Delaware. Ferro e carvão eram a base do crescente industrialismo, com grandes siderúrgicas localizadas nas regiões de Albany-Troy e Nova York” (Tarr, p. 50, 1996).

⁸⁴⁰ Merchant, p. 104, 2002.

⁸⁴¹ Segundo Melosi: “[...] Entre 1850 e 1920, enquanto a população mundial aumentou 55%, a população dos Estados Unidos disparou 357%. O crescimento mais fenomenal ocorreu nas cidades, principalmente devido à imigração e à migração rural-urbana. Durante esse período, quase 32 milhões de pessoas entraram nos Estados Unidos, a maioria delas do Sul e Leste da Europa. Em 1910, 41% dos moradores das cidades americanas eram estrangeiros. Cerca de 80% dos novos imigrantes se estabeleceram no Nordeste” (Melosi, p. 14, 2005).

⁸⁴² Segundo Melosi, sobre a cidade de Nova York: “Durante grande parte do século XIX, especialmente de 1850 a 1875, 80% dos imigrantes em Nova York vieram dos estados alemães e da Irlanda (70% do Brooklyn). Outros vieram da Inglaterra, País de Gales, Escócia, França e Canadá. A partir da década de 1870, houve uma grande inclinação geográfica para o Sul e o Leste da Europa: Itália, Rússia, Boêmia, Polônia e outros lugares” (Melosi, p. 50, 2020).

⁸⁴³ Merchant, p. 104, 2002.

⁸⁴⁴ Merchant, p. 106, 2002.

em chácaras ou casas maiores com jardins⁸⁴⁵; os operários, por sua vez, em especial os menos qualificados, tinham sua sobrevivência abarrotada em cortiços, porões e mesmo em locais de trabalho – como oficinas, armazéns, matadouros e fábricas – com uma densidade populacional altíssima. O mercado imobiliário valorizou-se economicamente e emergiram adaptações arquitetônicas pungentes para abrigar muita gente em pouco espaço, tal qual as de prédios em formato de halter – com meros 7,6 metros de largura – construídos nos anos 1870 em Nova York, por exemplo⁸⁴⁶. Os detritos domésticos e industriais nessas áreas eram menos cuidados pelas prefeituras do que em outros – em Nova York, mas de modo generalizado em outros locais – assim que o lixo se acumulava nos becos e nas ruas. Não é preciso dizer que tanto a alta densidade populacional quanto a falta de saneamento básico favoreciam em muito a propagação de doenças. Assim como as mazelas relacionadas à insalubridade haviam assolado a população negra escravizada até 1865, a industrialização ascendente e suas consequências ambientais na segunda metade do século XIX prosseguiram a devassa, estendendo-se a toda classe trabalhadora pobre e, como todo risco ambiental, extrapolando-a ocasionalmente.

Concomitantemente, a (segunda) Revolução Industrial deu início a processos de transformação ambiental contundentes nos EUA: a diversidade da produção era refletida na diversidade de poluentes emitidos na água, no ar e na terra. Como mencionei anteriormente, a indústria lançava seus resíduos de produção em rios e lagos, no entanto, com a expansão e a diversificação da produção industrial, essa prática tomou proporções insustentáveis,

⁸⁴⁵ Segundo Martin Melosi: “Já na década de 1840, a elite mercantil de Nova York havia se tornado um grupo relativamente unificado, consciente de seu alto status. Os membros frequentavam as mesmas igrejas, matriculavam seus filhos nas mesmas escolas, participavam dos mesmos clubes e compartilhavam interesses comerciais comuns. A mudança para os subúrbios era uma opção para se manterem separados. Para aqueles que queriam permanecer em Manhattan, os endereços acima da Rua Catorze eram os mais ‘na moda’, nenhum mais do que a Millionaires’ Row, na parte alta da Quinta Avenida. Em 1860, 344.000 pessoas (principalmente das classes média e alta) viviam ao norte da Rua Catorze, trazendo consigo suas instituições religiosas, sociais e educacionais, como a Igreja da Graça, o Union Club e o Columbia College. Essa nobreza também podia facilmente se isolar mudando-se para os bairros mais ao norte do Harlem. O transporte ferroviário intramunicipal só se tornou mais acessível às classes mais baixas no final da década de 1870, o que complicou os padrões de deslocamento entre residência e trabalho” (Melosi, p. 52, 2020).

⁸⁴⁶ Segundo Martin Melosi: “Nos distritos da classe trabalhadora, as moradias podiam ser distribuídas entre oficinas, armazéns, matadouros e fábricas. Em meados do século XIX, os notórios cortiços no Lower East Side amontoavam milhares de pessoas em alojamentos apertados. Os cortiços deveriam ajudar a resolver a crise imobiliária de Nova York, mas pareciam destinados a piorá-la. O final da década de 1870 viu a construção de superlotados ‘cortiços em forma de haltere’ (estreitados no meio, parecendo um haltere), uma tentativa de reforma que fracassou. Os prédios foram construídos em espaços de 7,6 metros de largura para limitar a proporção de lotes a serem ocupados; isso tornava cada alojamento minúsculo. O saneamento básico era um problema sério, especialmente quando as pessoas despejavam lixo nos espaços entre os prédios. Essas construções também tornavam os edifícios grandes armadilhas para incêndios. Mais de vinte mil cortiços foram construídos entre 1879 e 1901. Cada prédio abrigava cerca de quatrocentas pessoas, aproximadamente quatro mil por quarteirão. Em 1900, Manhattan tinha 42.700 cortiços, com uma população total de 1.585.000” (Melosi, p. 51, 2020).

principalmente porque os mananciais eram compartilhados com toda a sociedade. Segundo Carolyn Merchant, “*contaminantes como ácido sulfúrico, carbonato de sódio, ácido muriático, cal, corantes, polpa de madeira, pêlo, carne e couro*”⁸⁴⁷ eram descartados em rios pelas primeiras fábricas do nordeste. Em um estudo retrospectivo que observou a qualidade da água em cinco estuários estadunidenses entre o fim do século XIX e a década de 1980, encontrou-se, na região de Hudson-Raritan⁸⁴⁸, resíduos de metais pesados como chumbo, cromo e cobre, além de nitrogênio, fósforo, carbono, pesticidas e herbicidas⁸⁴⁹. No fim do século XIX e começo do XX, a indústria química expandiu-se: refinarias de petróleo, farmacêuticas e fábricas de tinta e verniz, por exemplo, despejavam resíduos tóxicos em rios e lagos, muitos deles consumidores de oxigênio, tornando grande parte dos mananciais impróprios para o consumo humano⁸⁵⁰. Ao mesmo tempo, como esses resíduos não eram relacionados às doenças, tal como eram os resíduos orgânicos⁸⁵¹, o controle desse tipo de poluição não se efetivou, embora esforços políticos e legislativos tenham sido feitos, para tanto, desde o final do século XIX⁸⁵². Note-se, nesse ínterim, que a industrialização era – e continua sendo – observada como progresso, tanto no sentido econômico quanto no sentido de disponibilizar consumo e conforto, assim como do ponto de vista utilitarista a poluição daí decorrente era observada como uma consequência que, embora fosse indesejável, não era tão repreensível. Em uma polêmica do início do século XX, publicizada no editorial do *American Journal of Public Health* de agosto de 1926, discutiu-se o fato de que a poluição das águas na região de Nova York impossibilitava o seu uso recreativo pela população, ao que os engenheiros sanitários, com influência na Comissão de Conservação de Nova York, responderam que: “*O homem poderia viver sem recreação [...] mas não poderia*

⁸⁴⁷ Merchant, p. 112, 2002.

⁸⁴⁸ Segundo Joel Tarr: “A região do estuário Hudson-Raritan é uma das áreas mais fortemente urbanizadas e industrializadas da costa e consiste em 12.487 milhas quadradas, incluindo vinte e um condados de Nova York e dez de Nova Jersey” (Tarr, p. 36, 1996).

⁸⁴⁹ Tarr, p. XLI, 1996.

⁸⁵⁰ Segundo Joel Tarr: “[...] em 1900, as indústrias que produziam resíduos tóxicos e consumidores de oxigênio haviam se expandido muito, aumentando ainda mais a carga de efluentes. Em 1900, havia 660 ‘plantas químicas’ na área metropolitana de Nova York, incluindo 37 estabelecimentos de petróleo e 73 plantas químicas ‘pesadas’ com mais de 28.000 funcionários, todas produzindo quantidades significativas de externalidades” (Tarr, p. 57, 1996).

⁸⁵¹ Pelo contrário, no início do século XX, engenheiros sanitários chegaram a defender a ideia de que os compostos químicos jogados nos mananciais preveniriam a multiplicação de bactérias (Tarr, p. 57, 1996).

⁸⁵² Segundo Joel Tarr: “[...] A resposta legal em relação à poluição da água em oposição às condições sanitárias, no entanto, foi mínima. Duas leis – uma estadual, a Lei do Ácido de Lodo (1886), e uma federal, a Lei do Refúgio de 1899 – foram aprovadas. A primeira estava relacionada aos efeitos nocivos dos resíduos industriais sobre os moluscos, enquanto a outra dizia respeito aos impedimentos à navegação” (Tarr, p. 57, 1996).

e não deveria viver sem trabalho; portanto, em geral, os propósitos recreativos estão subordinados aos outros usos dos riachos”⁸⁵³.

As fábricas contavam também com outro sumidouro importante para seus resíduos, um bastante discreto, mas de consequências tangíveis: a terra. Boa parte delas tinha terrenos nos quais descartavam detritos⁸⁵⁴ muitas vezes perigosos, como os da indústria química e petrolífera⁸⁵⁵. Quando as leis de despejo hídrico foram endurecidas, aterros e lixões tornaram-se opções tanto para o descarte industrial quanto doméstico, particularmente os resíduos sólidos, para os quais era ainda mais difícil dar um destino. Algumas cidades costeiras, como Nova York, Seattle, Boston e São Francisco, por exemplo, usaram aterros sanitários para estender seu território, preenchendo suas orlas e pântanos com lixo. Como uma técnica que invisibiliza a sujeira, os aterros sanitários foram vistos cada vez mais como uma boa opção de sumidouro e aumentaram em número ao longo do século XX, sob a prerrogativa de que não causavam danos imediatos à saúde (humana, evidentemente) e tinham a vantagem de criar terrenos para ocupação imobiliária e mesmo para áreas recreativas⁸⁵⁶. Embora tenham sido motivo de controvérsia política, principalmente quando construídos na vizinhança de bairros ocupados (quase sempre por pessoas pobres), a tecnologia dos aterros sanitários vingou, partindo do princípio de que causavam menos incômodo e não tinham consequências sanitárias contundentes, pelo menos por algum tempo, já que, algumas décadas século XX adentro, notou-se que os milhares⁸⁵⁷ de aterros construídos poluíam, em larga escala, a água subterrânea que, hora ou outra, entraria no ciclo do consumo humano⁸⁵⁸. A alternativa da incineração em usinas apareceu nesse ínterim,

⁸⁵³ Tarr, p. 260, 1984.

⁸⁵⁴ Segundo Melosi: “[...] Os fabricantes [...] contribuíram substancialmente para a poluição do solo, despejando montes de lixo, entulho, escória, cinzas e sucata em terrenos baldios disponíveis. Matadouros e outras indústrias de processamento de animais despejavam dejetos animais em fossos abertos ou em terrenos baldios [...]” (Melosi, p. 13, 2005).

⁸⁵⁵ Tarr, p. 21, 1996.

⁸⁵⁶ Segundo Melosi: “Um levantamento de 1961 de 250 aterros sanitários conduzido pela Sociedade Americana de Engenheiros Civis mostrou que os aterros concluídos eram comumente usados para fins recreativos e industriais” (Melosi, p. 184, 2005).

⁸⁵⁷ Segundo Joel Tarr: “[...] O número exato de aterros sanitários ativos existentes hoje é incerto, embora pesquisas estimem aproximadamente 75.000 aterros sanitários industriais e 16.000 municipais, sem informações sólidas sobre o número que foi abandonado ou fechado. Muitos desses aterros, tanto ativos quanto inativos, municipais e industriais, contêm resíduos potencialmente perigosos” (Tarr, p. 27, 1996).

⁸⁵⁸ Segundo Joel Tarr: “Uma conscientização generalizada sobre o perigo representado pelo chorume de aterro sanitário para a pureza das águas subterrâneas é muito recente, embora avisos isolados sobre esse perigo tenham ocorrido já na década de 1930, se não antes. Nos anos do pós-guerra, vários departamentos estaduais de saúde emitiram declarações sobre a potencial poluição química das águas subterrâneas por aterros sanitários; mas no entusiasmo geral pela abordagem, os avisos tendiam a ser ignorados. Quando a pesquisa em aterros sanitários se acelerou durante a década de 1960, o mesmo aconteceu com os avisos sobre a possível poluição das águas subterrâneas. Em 1970, muitos estados tinham regulamentos que exigiam investigações de campo da localização das águas subterrâneas na localização de novos aterros municipais e industriais. Os problemas, no entanto,

mas durou pouco, uma vez que as fornalhas não davam conta de abolir todo o material, além de consumir combustível e gerar novos resíduos, como cinzas e fumaça⁸⁵⁹. De todo modo, assim como a poluição hídrica, os aterros foram observados como um mal necessário do progresso, ou ainda, um mal menor se comparado com outras opções. O mesmo princípio aplicou-se à poluição do ar, embora esta tenha causado grandes e cotidianos incômodos por mais de um século. Assim como no Reino Unido, a cidade enfumaçada era tida como um bom sinal, isto é, relacionavam-na com a disponibilidade de emprego, com o crescimento econômico e de consumo⁸⁶⁰. Também, assim como no Reino Unido, a imensa quantidade de fumaça emitida decorria da combustão de carvão, usado em larga escala na indústria – principalmente na siderurgia –, mas também para o aquecimento doméstico que, no contexto de casas e apartamentos minúsculos como os da população mais pobre, tornava o ambiente mefítico durante o inverno. As mesmas doenças pulmonares, decorrentes do contato contínuo com fumaça e fuligem, também se apresentaram nos EUA: tuberculose, difteria, pneumonia e assim por diante, eram causa de morte para as pessoas expostas⁸⁶¹. A arquitetura das cidades industriais, à semelhança das suas equivalentes europeias, ficava coberta de fuligem impregnante. Logo, o movimento sanitário, engendrado entre o final do século XIX e início do XX, considerou a poluição do ar em suas campanhas, muito embora esta não tenha sido observada como um risco tão eminente à saúde como era a poluição hídrica, assim como o uso do carvão betuminoso tenha perdurado até as décadas de 1940-1950, quando foi substituído, no uso doméstico, industrial e de transporte, pelo petróleo e pelo gás natural.

8.4 Associações, imprensa e política: como os riscos ambientais foram acoplados na esfera pública estadunidense

geralmente se concentravam em locais mais antigos que haviam sido desenvolvidos sem investigações adequadas do risco de possível contaminação das águas subterrâneas” (Tarr, p. 27-28, 1996).

⁸⁵⁹ Segundo Martin Melosi: “Várias forças convergiram para derrubar a incineração. Os protestos locais contra a localização das usinas eram crônicos. As condições econômicas durante a Grande Depressão foram um duro golpe, já que os incineradores eram caros para consertar, modernizar ou construir. Uma mudança na composição do lixo criou problemas técnicos para a combustão. A maioria dos incineradores americanos no início do século XX queimava material orgânico, como restos de comida e descartes não orgânicos, como papel e trapos. À medida que o papel e os materiais não orgânicos aumentavam (especialmente aqueles contaminados com produtos químicos e outras substâncias tóxicas), as condições de poluição do ar pioraram”. (Melosi, p. 206, 2020) E, segundo Joel Tarr: “[...] técnicas de eliminação de lixo, como redução e incineração, não eram apenas custosas, mas também produziam incômodos como odores e fumaça. Usinas de incineração, por exemplo, frequentemente violavam as ordenanças locais de controle de fumaça (Tarr, p. 22, 1996).

⁸⁶⁰ Tarr, p. 15, 1996.

⁸⁶¹ Merchant, p. 107, 2002.

A descrição dos riscos ambientais, entre os séculos XIX e XX nos EUA, variou, portanto, conforme sua origem e regionalidade. Ela se conectava também à perspectiva conservacionista que impulsionou a criação dos parques nacionais e, em sua observação dos problemas urbanos, teceu a compreensão de que o ambiente de uma cidade limpa só poderia emergir com o melhor uso dos recursos naturais feito pela invenção e implementação de políticas e tecnologias adequadas à crescente demanda industrial e populacional. Esse período histórico constituiu-se, assim, por um aumento gradativo da comunicação sobre os riscos ambientais em diversos sistemas: i) na política com o apoio do Presidente Theodore Roosevelt à despoluição⁸⁶², por exemplo, mas também em governos e legislaturas estaduais e municipais que precisaram dar conta dos problemas regionalmente emergentes; ii) na ciência com a urgência de soluções tecnológicas para contenção dos riscos ambientais sanitários, hídricos e atmosféricos; iii) na organização pública com, por exemplo, a nomeação do Coronel George E. Waring Jr. para comissário de limpeza urbana de Nova York em 1895, cuja gestão operou uma completa transformação sanitária da cidade e, enfaticamente, na comunicação pública sobre a limpeza que envolveu desfiles cívicos⁸⁶³ e projetos educacionais contundentes que cooptavam crianças e adolescentes para a pauta da limpeza urbana⁸⁶⁴ – atos fartamente observados na imprensa, primeiramente com desdém, mas depois com bastante apreço e, fundamentalmente; iv) inúmeras associações cívicas que abordavam a pauta dos riscos e da preservação ambiental emergiram, como o Committee of Seventy (1871 na Filadélfia), a American Public Health Association (Nova York em 1872), o American Forestry Association (1875 em Chicago), o The Appalachian Mountain Club (1876 em Boston), a American Water Works Association (1881 no Missouri), a

⁸⁶² Tarr, p. 96, 1996.

⁸⁶³ Segundo Martin Melosi: “[...] Waring vestia os garis de branco como símbolo de saúde e limpeza. Seus ‘Asas Brancas’ não apenas cumpriam suas funções com esse traje, como também participavam de desfiles pela cidade para chamar a atenção do público. Os primeiros desfiles de funcionários, em maio de 1896, contaram com 1.400 varredores, seiscentos motoristas e 23 bandas. E quando, em seu primeiro ano, as ruas ficaram muito mais limpas e a coleta de lixo melhorou em muitos bairros, o escárnio se transformou em elogios generosos. Um editorial no Garden and Forest proclamou: ‘[O desfile] foi uma visão inspiradora quando relembrado em meio à tempestade de desconfiança e abuso que o Coronel Waring teve que enfrentar quando propôs expulsar a política de seu departamento, e especialmente quando vestiu seus homens com uniformes – e uniformes brancos, ainda por cima’” (Melosi, p. 90, 2020).

⁸⁶⁴ Segundo Martin Melosi: “[...] Seu esforço (do Coronel George E. Waring Jr.) mais marcante em prol do envolvimento cívico foi a formação da Liga Juvenil de Limpeza de Ruas. Inicialmente, mais de quinhentos jovens participaram desse programa para disseminar informações sobre saneamento básico e inspirar a participação da comunidade na manutenção da limpeza das ruas. Waring esperava que as crianças, especialmente as das ‘populações ignorantes de alguns distritos do East Side’, dessem o exemplo para seus pais ‘menos esclarecidos’. Apesar das conotações duvidosas de classe e etnia do plano, o objetivo final de Waring era disseminar o conhecimento sobre saneamento básico e fomentar um senso de comprometimento pessoal com a limpeza da cidade. As ligas acabaram se espalhando para outras cidades do país, com graus variados de sucesso” (Melosi, p. 91, 2020).

Ladies' Health Protective Association of New York City (1884 em Nova York), a Massachusetts Forestry Association (1886 em Massachusetts), o Boone and Crockett Club (1887 em Nova York), a Hull House de Jane Addams (1889 em Chicago), a General Federation of Women's Clubs (1890 em Nova York), o City Beautiful Movement (na década de 1890 em Chicago), o Good Government Club (na década de 1890), o Ladies' Health Association of Allegheny County (na década de 1890 na Pensilvânia), a Ladies' Health Association of Pittsburgh (na década de 1890 na Pensilvânia), a Indianapolis Sanitary Association (na década de 1890 em Indiana), a Daughters of the American Revolution Committee on Conservation (na década de 1890 em Washington, D.C.), o Sierra Club (1892 em São Francisco), o National Municipal League (1894 na Filadélfia), a American Scenic and Historic Preservation Society (1895 em Nova York), a American League for Civic Improvement (1900 em Chicago), a American Civic Association (1904 em Washington), a National Audubon Society (1905 em Nova York), o Women's National Rivers and Harbors Congress (1908 em Washington), a National Association for Preventing the Pollution of Rivers and Waterways (na década de 1910), a Smoke Control Association of America (na década de 1910 em Chicago), o Garden Club of America (1913 em Nova York), a National League of Improvement Associations (na década de 1900 em Washington), a American Child Health Association (1923 em Nova York), entre as quais várias tinham publicações próprias, como a Bird-Lore (1899–1940), depois substituída pela Audubon Magazine (1941) da National Audubon Society, o The Sierra Club Bulletin (1893–1970), depois Sierra Magazine (1971) do Sierra Club, a American City Magazine (1909–1954) da American Civic Association, a revista The Club Women (1890–1950) da General Federation of Women's Clubs, a The American Monthly Magazine (1892–1925) da Daughters of the American Revolution, o The Bulletin (1915) do Garden Club of America, o Journal of the American Water Works Association (1914) do American Water Works Association, a revista Appalachia (1876) do Appalachian Mountain Club, a American Big Game Hunting (1893) do Boone and Crockett Club, a National Municipal Review (1912–1970) da National Municipal League e o American Journal of Public Health (1911) da American Public Health Association.

Neste processo, como se observa na nomenclatura de várias associações, as mulheres, assim como no Reino Unido, tiveram um papel cívico e comunicativo fundamental, fomentando e participando de cooperativas e associações voltadas para a discussão sobre despoluição, limpeza e saúde pública, planejamento urbano, dentre outras pautas relevantes. Uma liderança relevante foi Jane Addams em Chicago: com origem na classe média, ela tornou-se solidária às condições insalubres sob as quais vivia a classe trabalhadora e, para mobilizar e organizar

melhores condições para essas pessoas, Addams fundou, junto com Ellen Gates Starr, a Hull House, em 1889, onde deu abrigo para mulheres trabalhadoras e creche para as crianças. Ela também fazia frente na pressão pela limpeza urbana, pela melhoria das moradias e pelo fim do abate de animais, assim como do modo degradante pelo qual suas carcaças eram descartadas⁸⁶⁵. Alice Hamilton, bacteriologista e amiga de Addams, expandiu a comunicação sobre os riscos sanitários relacionados ao acúmulo do lixo, principalmente no que diz respeito às doenças infecciosas daí decorrentes; ela também inaugurou o campo da saúde ocupacional, em 1925, ao pesquisar e divulgar a ciência sobre os riscos inerentes à produção de resíduos industriais, tais como o monóxido de carbono e outros produzidos na fabricação de fósforo branco, petróleo, solventes e metais pesados⁸⁶⁶. Mary McDowell, que ficou conhecida como “a mulher do lixo”, juntou-se à Hull House em 1890 e, nas duas décadas seguintes, bastante incomodada com a questão sanitária, principalmente na região de Packingtown onde dava aulas de teologia, mobilizou as mulheres de Chicago para estabelecer comitês de resíduos; McDowell também presidiu o Comitê de Resíduos da Cidade e o Clube Feminino da Cidade de Chicago⁸⁶⁷. Outra influência importante foi a de Laura White, que liderou o movimento da California Federation of Women’s Clubs pela proteção das sequoias gigantes no Vale do Rio Stanislaus, levando à aprovação de uma lei, em 1900, para controlar o corte de árvores nesta região⁸⁶⁸. A reverenda Caroline Bartlett Crane, do Michigan, foi outra referência importante no que diz respeito à ampliação da comunicação sobre limpeza e sanitarismo: professora, jornalista e depois, pastora, Crane administrou inúmeros projetos cívicos na cidade de Kalamazoo; em especial, ela voltou-se para a questão da limpeza urbana e fundou a Women’s Civic Improvement League of Kalamazoo, além de ser palestrante e escrever relatórios pertinentes sobre o tema, conquistando reconhecimento nacional⁸⁶⁹. Ellen Swallow Richards, por sua vez, foi a primeira mulher a graduar-se no MIT, onde estudou química e, posteriormente, dirigiu o Laboratório de Saneamento, realizando pesquisas sobre a qualidade da água nos EUA; neste contexto, Richards foi pioneira na ecologia, particularmente no que chamou de ecologia humana, conectando saúde pública e meio ambiente; ela realizou um trabalho missionário, por assim dizer, no que diz respeito às observações sócio-terranas relativas ao cotidiano e às atividades domésticas, além de

⁸⁶⁵ Merchant, p. 104-105, 2002.

⁸⁶⁶ Merchant, p. 105, 2002.

⁸⁶⁷ Melosi, p. 102-103, 2005.

⁸⁶⁸ Merchant, p. 134, 2002.

⁸⁶⁹ Melosi, p. 102, 2005.

fomentar a inclusão das mulheres na ciência⁸⁷⁰. Por fim, vale lembrar também da Sra. Edith W. Pierce, enfermeira e a primeira mulher a tornar-se inspetora de limpeza da Filadélfia: a Sra. Pierce criou a Junior Sanitation League, que incluiu mais de dez mil crianças num projeto de educação cívica sanitária em cooperação com a prefeitura e com as escolas da cidade – projeto que foi repetido em muitos outros municípios sob sua inspiração⁸⁷¹. Além dessas figuras importantes, vale ressaltar os motivos pelos quais a questão sanitária e ambiental tornou-se, neste ínterim, tão relevante para as mulheres: foi a elas – e continua sendo, generalizadamente – atribuído o trabalho reprodutivo⁸⁷², isto é, da limpeza e do cuidado cotidiano que permitiu a expansão urbana e industrial e, portanto, a sujeira e a poluição em suas mais diversas formas tornaram-se, no século XIX e ao longo do século XX, fatores que aumentaram e dificultaram em muito a sua labuta diária. A sujeira nas ruas era um incômodo que extrapolava o asseamento⁸⁷³, uma vez que se tornava também um risco à saúde e o cuidado com os doentes era – e é – feito majoritariamente por mulheres, junto do fato contundente de essas doenças acometerem principalmente crianças e idosos sob sua responsabilidade. A fumaça e a fuligem, além de serem também causa de doenças e piorarem o quadro de crianças e pessoas com asma, impregnavam-se nas casas e nas roupas, mais uma vez aumentando o trabalho reprodutivo das

⁸⁷⁰ Melosi, p. 77, 2005.

⁸⁷¹ Melosi, p. 106, 2005.

⁸⁷² Para uma visão mais aprofundada sobre trabalho reprodutivo, recomendo a leitura dos livros “Social Reproduction Theory”, editado por Tithi Bhattacharya, “Marxism and the Oppression of Women”, de Lise Vogel, e “Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”, de Silvia Federici. Particularmente sobre o momento histórico sobre o qual nos debruçamos neste capítulo, segundo Federici: “[...] Foi somente no século XIX – como resposta ao primeiro ciclo intenso de lutas contra o trabalho industrial – que a ‘família moderna’, centrada no trabalho reprodutivo, em tempo integral e não remunerado da dona de casa, se generalizou entre a classe trabalhadora, primeiro na Inglaterra e, mais tarde, nos Estados Unidos. Seu desenvolvimento (após a aprovação das Leis Fabris, que limitavam o emprego de mulheres e de crianças nas fábricas) refletiu o primeiro investimento de longo prazo da classe capitalista sobre a reprodução da força de trabalho, para além de sua expansão numérica. Foi resultado de uma permuta, forjada sob a ameaça de insurreição, entre a garantia de maiores salários, capazes de sustentar uma esposa “não trabalhadora”, e uma taxa mais intensiva de exploração. [...] Foi resultado de um novo acordo entre os trabalhadores e os empregadores, novamente baseado na exclusão das mulheres do recebimento de salários – colocando um fim no recrutamento de mulheres observado nas primeiras fases da Revolução Industrial. Também foi o marco de um novo período de afluência capitalista, produto de dois séculos de exploração do trabalho escravo, que logo seria potencializado por uma nova fase de expansão colonial” (Federici, p. 195-196, 2017).

⁸⁷³ Embora este fosse deveras relevante, principalmente para as mulheres de maior status social. Segundo Melosi: “[...] a LHPA frequentemente declarava seus protestos em termos estéticos, e não científicos ou médicos. Como uma organização dominada por mulheres de classe média e média alta que perceberam seus esforços de reforma como extensões de seus papéis como donas de casa e mães, a LHPA expressou seus protestos em termos domésticos: ‘Mesmo que a sujeira não fosse a coisa insalubre e perigosa que sabemos que é, sua falta de visão e repulsividade são tão grandes, que nenhuma outra razão além da beleza superior da limpeza deve ser exigida para tornar os cidadãos de Nova York, por meio de suas autoridades investidas, bastante dispostos a se apropriar de qualquer quantia que seja necessária, a fim de dar a si mesmos e a suas esposas e filhas, aquela limpeza externa, limpeza e frescor, que são o complemento natural e a conclusão da ordem e delicadeza internas, e que são para o gosto e percepção femininos, simplesmente indispensáveis, não apenas para o conforto, mas para o respeito próprio’” (Melosi, p. 29, 2005).

mulheres. Assim, entre os séculos XIX e XX, a cidade passou a ser observada por essas mulheres organizadas em associações como uma extensão da casa e, portanto, como uma extensão das responsabilidades femininas e dos seus valores estéticos⁸⁷⁴. Elas fomentaram e produziram observações sócio-terranas em larga escala, com e sem o apoio da imprensa, como por exemplo: em 1892 em Chicago, a The Municipal Order League of Chicago, imprimiu e distribuiu vinte mil cartões para fixação em cozinhas nos quais se detalhavam as melhores formas de descarte do lixo e quais eram as regras municipais para tanto⁸⁷⁵; a Civic League of Saint Louis promoveu uma campanha, chamada “Mantenha nossa cidade limpa”, com repercussão em jornais, como na matéria “Ruas limpas e chaminés sem fumaça são exigidas”⁸⁷⁶ de 1901, e em publicações próprias⁸⁷⁷ conseguindo a nomeação de uma inspetora sanitária para a cidade⁸⁷⁸; em um artigo publicado em 1907 – chamado “O que as mulheres fizeram pela saúde pública”⁸⁷⁹ –, Edith Parker Thomson lamentou o fato do protagonismo feminino no movimento sanitário quase sempre ser restrito ao âmbito doméstico e associativo, não ascendendo à esfera política, nas palavras dela: *“Toda tentativa das mulheres de beneficiar o público é necessariamente um tanto indireta. Elas não votam nem participam de assembleias legislativas. Seu único recurso é despertar a opinião pública ou apresentar sua causa aos funcionários públicos. Seu papel nas reformas públicas é principalmente sugestivo [...]”*⁸⁸⁰; e a Woman’s Municipal League de Nova York fez chamados, através de boletins de campanha, para que mulheres participassem ativamente *“na luta por uma cidade moral e fisicamente limpa”*; a liga era amplamente conhecida e publicizava métodos adequados de descarte de resíduos, assim como defendia a melhoria das condições de trabalho na limpeza urbana⁸⁸¹. Durante os primeiros anos do século XX, muitas campanhas cívicas ligadas ao movimento sanitário emergiram, das quais as mencionadas acima são apenas alguns exemplos, isto é, o movimento foi amplo e generalizado, envolvendo uma imensa diversidade de organizações, sistemas e pessoas cumprindo papéis em programas específicos, inclusive crianças e adolescentes que foram assimilados ao movimento por meio dos sistemas

⁸⁷⁴ Nas palavras da Reverenda Caroline Bartlett Crane: “Limpeza municipal! Essa é uma palavra que eu quero, para fazer as mulheres sentirem sua parcela de responsabilidade pela limpeza de sua cidade. Dizemos, quando viajamos, que 'Grand Rapids', 'Kalamazoo' ou 'Coldwater' é meu lar. E a cidade de alguém não é, na verdade, a extensão de seu lar?” (Melosi, p. 98, 2005).

⁸⁷⁵ Melosi, p. 29, 2005.

⁸⁷⁶ Publicado em novembro de 1901 pelo California Municipalities 5.

⁸⁷⁷ Como em: Civic League of Saint Louis, Yearbook (1907), 9–11, 16–17, 36–37; Saint Louis Civic Improvement League, Keep Our City Clean (1902). apud Melosi, p. 257, 2005.

⁸⁷⁸ Melosi, p. 93, 2005.

⁸⁷⁹ Publicado em setembro de 1897 pelo Forum 24.

⁸⁸⁰ Melosi, p. 99, 2005.

⁸⁸¹ Melosi, p. 101-102, 2005.

educacionais e assistenciais. O protagonismo feminino no movimento é inquestionável e deu lastro para outras campanhas que viriam na esteira, como a pelo direito político ao voto. A questão sanitária, enquanto uma pauta das mulheres, não foi socialmente impedida nem ridicularizada, uma vez que, ao exigir melhores condições sanitárias, as mulheres estavam performando exatamente o que lhes competia em seu papel de gênero, assim que sua mobilização não foi observada como uma ameaça ao *status quo* naquele momento – o que certamente mudou com as pautas seguintes. Esse protagonismo, vale ressaltar, permaneceu e foi alavancado na segunda metade do século XX com a emergência de movimentos como o do ecofeminismo, cuja repercussão nos escapa nesta tese, mas que evidencia a característica contínua da atenção das mulheres a respeito dos riscos ambientais⁸⁸².

Neste sentido, o movimento sanitário teve duas frentes, por assim dizer: uma técnica-política e outra, cívica e estética. A primeira dominada, obviamente, pelo gênero masculino nos âmbitos político e técnico-científico – com exceção de Ellen S. Richards –, a segunda, substancialmente organizada por mulheres em associações. Ambas as frentes produziram publicações – na forma de relatórios, panfletos e artigos, por exemplo – e tiveram ressonância na imprensa, o que colocou a questão para a opinião pública de forma inédita e nacionalizada. No entanto, foi a segunda frente – cívica e estética – que se mostrou mais capaz de aproximar o público leigo das questões inerentes aos riscos ambientais, provavelmente por colocar o problema como algo tangível e cotidiano para as pessoas.

O movimento sanitário ganhou impulso dentro do contexto mais amplo que ficou conhecido como a Era Progressista – período entre 1900 e 1914 no qual os EUA passaram por profundas reformas estruturais e no qual ampliaram-se sobremaneira as expectativas sobre as capacidades técnicas e científicas para a solução de problemas comuns⁸⁸³. Vale notar, no entanto,

⁸⁸² Segundo Carolyn Merchant: “O movimento se originou na Europa, onde a feminista francesa Françoise d'Eaubonne fundou o centro Ecology-Feminism em 1972 e publicou um capítulo intitulado *O tempo do ecofeminismo* em seu livro “Feminism or Death” (1974). O ecofeminismo examina as conexões históricas e culturais das mulheres com a natureza e se baseia no ativismo das mulheres para resolver problemas ambientais. Numerosas mulheres em todo o mundo abraçaram e promoveram o ecofeminismo por meio de ações, artigos e livros como um movimento para libertar as mulheres e a natureza. Entre outros, Ynestra King explicou o conceito por meio de um curso no Instituto de Ecologia Social de Vermont e ajudou a divulgá-lo por meio de uma conferência de 1980 intitulada “Mulheres e Vida na Terra: Ecofeminismo nos anos 80”. Irene Diamond e Gloria Orenstein desenvolveram ainda mais o movimento, organizando uma grande conferência no sul da Califórnia em 1987, celebrando o 25º aniversário da Primavera Silenciosa de Rachel Carson, e em 1990 publicaram *Reweaving the World: The Emergence of Ecofeminism*” (Merchant, p. 188-189, 2002).

⁸⁸³ Segundo Joel Tarr: “Os anos de aproximadamente 1900 a 1914 são conhecidos como a Era Progressista na história americana, um período em que uma série de mudanças estruturais e orientadas para a reforma ocorreram na sociedade e no governo americanos. Um componente-chave do movimento foi o impulso para a conservação dos recursos naturais, terras públicas e hidrovias do país, muitas vezes por meio da utilização de conhecimento e experiência científica. Essencialmente, o movimento de conservação envolveu duas dimensões: uma orientação

que este período antecedeu duas guerras mundiais e a grande depressão econômica de 1929⁸⁸⁴, momentos nos quais os riscos ecológicos e as desigualdades sociais continuaram a se aprofundar nos EUA. Assim, se por um lado a questão ambiental fora de uma vez por todas colocada ao público e tornada de conhecimento geral, por outro, essas questões se ampliaram ao longo das décadas seguintes. Alguns problemas foram resolvidos – via tecnologia e política –, mas outros emergiram das próprias soluções, principalmente no que diz respeito à poluição hídrica e do solo. E, apesar da crise econômica de 1929, a produção industrial se recuperou e voltou a crescer, assim como as cidades, os meios de transporte e a população.

No que diz respeito à poluição atmosférica, cidades como Chicago, Pittsburgh e St. Louis não haviam encontrado soluções factíveis até a década de 1940, embora muito tenha sido feito neste sentido⁸⁸⁵. Vale notar que a base energética permaneceu sendo o carvão betuminoso até meados do século XX, tanto no uso industrial quanto no uso doméstico e nos transportes, em especial o ferroviário, que era o principal meio de transporte de pessoas e mercadorias. Pittsburgh era particularmente suscetível aos danos da poluição atmosférica, uma vez que, assim como Londres, era propensa a inversões térmicas que, junto da fumaça e da fuligem, tornavam o dia em noite⁸⁸⁶. Na década de 1930, por ser uma cidade industrial, a mobilização contra a poluição atmosférica parecia não encontrar um ambiente propício à comunicação, uma vez que

preservacionista e o uso mais eficaz e eficiente dos recursos da nação. A melhoria das hidrovias, particularmente no que diz respeito à navegação, foi uma parte importante do movimento, e a preocupação com a crescente poluição por esgotamento das vias navegáveis como um perigo para a saúde e para o transporte marítimo era um corolário natural” (Tarr, p. 165, 1996). E, para dar uma imagem do espírito de época, segundo Martin Melosi: “No caos da emergente sociedade urbano-industrial, a dependência de especialistas parecia imperativa. Não apenas a expertise técnica, mas também as habilidades gerenciais e eficiência eram talentos especialmente valorizados. Como Samuel Haber sugeriu, muitos americanos estavam tendo um caso de amor com a eficiência: “... a era progressista deu origem a uma mania de eficiência - um Grande Despertar secular, uma explosão de ideias e emoções em que um evangelho de eficiência foi pregado sem constrangimento aos empresários, trabalhadores, médicos, donas de casa e professoras, e sim, pregava até para pregadores” (Melosi, p. 85-86, 2005). Para uma visão mais aprofundada sobre a Era Progressista, recomendo a leitura do livro “Escaping the Dark, Gray City: Fear and Hope in Progressive-Era Conservation” de Benjamin Heber Johnson e da terceira parte do livro “Public Health: The Development of a Discipline”, Volume 1 - From the Age of Hippocrates to the Progressive Era - editado por Dona Schneider e David E. Lilienfeld.

⁸⁸⁴ Para uma visão mais aprofundada sobre a crise de 1929, recomendo a leitura do capítulo *Rumo ao abismo econômico* do livro “Era dos Extremos” de Eric Hobsbawm.

⁸⁸⁵ Em Pittsburgh, por exemplo: “Em 1868, o conselho municipal aprovou um estatuto que proibia o uso de carvão betuminoso ou madeira por ferrovias dentro dos limites da cidade, e em 1869 proibiram a construção de fornos de coque em forma de colmeia. Nenhum dos estatutos, no entanto, foi aplicado. [...] A prefeitura respondeu a aprovação de uma série de portarias na década de 1890 e no início do século XX, que regulavam a emissão de fumaça densa de fontes industriais, comerciais e de transporte, mas não tentava controlar as usinas de aquecimento doméstico. Um Escritório de Regulamentação da Fumaça foi criado em 1911 para fins de execução. O diretor do departamento acreditava que a educação e a persuasão, em vez de sanções legais, persuadiriam os poluidores a parar de produzir fumaça. Os métodos para atingir esse objetivo eram educacionais: treinamento de bombeiros para operar fornos e caldeiras de forma mais eficiente – e implementado por meio de adaptação com vários dispositivos consumidores de fumaça” (Tarr, p. 230-231, 2006).

⁸⁸⁶ Tarr, p. 230, 1996.

a fumaça era, sobretudo, um sinal de que as fábricas funcionavam e havia trabalhadores empregados⁸⁸⁷. Ainda assim, em 1936, um grupo preocupado com os efeitos, inclusive econômicos, da poluição, iniciou uma campanha de conscientização sobre o problema⁸⁸⁸. No que diz respeito ao tema dessa tese, Edward T. Leech foi uma figura fundamental nessa mobilização: editor do jornal Pittsburgh Press, o mais relevante da cidade, ele usou seu jornal em uma campanha veemente contra a poluição atmosférica. Inspirado pelo sucesso de St. Louis em conter a emissão de fumaça, o Pittsburgh Press publicou, em 1941, uma série de artigos argumentando que a regulamentação da poluição atmosférica funcionava sem ônus para a produção de riqueza e com o aumento do bem-estar populacional. A comparação com St. Louis publicizada, não apenas pelo Pittsburgh Press, mas também pelo Pittsburgh Post-Gazette, fez emergir na opinião pública local a compreensão de que a despoluição atmosférica era possível⁸⁸⁹. E mais, os jornais fizeram saber que havia apoio para tanto da principal indústria envolvida, isto é, a carvoeira, como se observa na matéria “O Programa de Redução da Fumaça Começou Bem”⁸⁹⁰ de 4 de fevereiro de 1941 do Pittsburgh Post-Gazette:

Os operadores de carvão da Pensilvânia Ocidental, por meio de A. K. Oliver, transmitiram ontem ao prefeito Scully seu desejo de ir o mais longe possível na cooperação com um programa de redução de fumaça em Pittsburgh – e com essa garantia, um longo passo foi dado em direção à eliminação definitiva do incômodo e da ameaça da fumaça dessa cidade.

Pois o problema da fumaça é essencialmente um problema do carvão. O experimento de St. Louis mostrou que o uso de carvão processado contribuirá significativamente para a limpeza da fuligem e das cinzas do céu. É tarefa dos produtores e das autoridades municipais determinar como isso pode ser feito com o menor custo, tanto para quem extrai quanto para quem usa carvão betuminoso. Em St. Louis, a tarefa foi dificultada pela falta de cooperação dos produtores de carvão do Sul de Illinois. Aparentemente, eles não reconheceram a força do protesto contra as toneladas de fuligem e cinzas que caíam anualmente sobre a cidade. Como resultado, as autoridades municipais prosseguiram com seu programa sem a ajuda de alguém que poderia ter contribuído muito para o seu sucesso. É animador constatar que esse cenário não será encontrado em Pittsburgh. O Sr. Oliver é um líder cívico por mérito próprio, além de falar em nome das empresas de carvão; e pode-se confiar nele para ir tão longe quanto for economicamente possível para tornar Pittsburgh uma cidade mais limpa.

Os mineiros de carvão criarão um comitê. O prefeito Scully pediu a P. T. Fagan, presidente distrital dos Trabalhadores Mineiros Unidos, que crie outro. E esses dois grupos devem se reunir com as autoridades municipais, possivelmente na próxima

⁸⁸⁷ Tarr, p. 232, 1996.

⁸⁸⁸ Segundo Tarr: “[...] A organização desta campanha começou, de fato, em 1936, quando um pequeno grupo de indivíduos foi fundamental para garantir uma verba da Administração Federal de Obras Públicas (Works Progress Administration) para realizar um levantamento dos impactos da poluição por fumaça na comunidade. O levantamento atualizou os relatórios dos importantes seis volumes da obra Mellon Smoke Investigations (1912-14) e forneceu a base para um renovado interesse na eliminação do incômodo causado pela fumaça por diversas organizações voluntárias que haviam se envolvido em esforços de controle anteriores. O Civic Club e a câmara de comércio, preocupados com a imagem da cidade e temendo que a falta de ar limpo causasse perdas populacionais e industriais, foram os mais importantes” (Tarr, p. 233, 1996).

⁸⁸⁹ Tarr, p. 234, 1996

⁸⁹⁰ Publicado pelo Pittsburgh Post-Gazette em 4 de fevereiro de 1941, p. 8.

semana, sobre a melhor forma de resolver o problema da fumaça. O trabalho, é claro, não está concluído. Mal começou. Sem dúvida, haverá muitos pontos em que os interesses desses grupos divergem. Mas não é cedo demais para parabenizar o prefeito e os mineiros de carvão por reconhecerem o desejo expresso pelos cidadãos por uma recuperação da fumaça; e, em particular, parabenizar o diretor de saúde Alexander por iniciar a campanha aqui.⁸⁹¹

Observa-se aí o imbricamento dos setores interessados e responsáveis pela poluição atmosférica. Como salientei anteriormente, havia sobretudo o medo de que a cidade, cuja base econômica era industrial, fosse apanhada por uma nova crise se insistisse na despoluição, mas os jornais empenharam-se em tranquilizar a opinião pública quanto a isso. É deveras interessante também observar a charge que acompanhou a matéria:



Imagem 5: Pittsburgh Post-Gazette de 4 de fevereiro de 1941⁸⁹²

Na qual se lê o título “Já era hora da Pensilvânia ver a luz”. Abaixo, um solene orador apresenta St. Louis dizendo que “*ele foi convertido e agora está mais branco que a neve*” enquanto é observado por um cidadão assombrado – provavelmente no bom sentido – cujo lenço ao pescoço diz: “doenças de garganta”. A relação entre poluição atmosférica e doenças

⁸⁹¹ Ibidem.

⁸⁹² A arte é de autoria de Hungerford, publicada em 4 de fevereiro de 1941 pelo Pittsburgh Post-Gazette, p. 8.

pulmonares, reitero, foi um ponto crucial na campanha e endossada pelos jornais que publicaram também informações médicas retiradas de relatórios técnicos que reverberaram na opinião pública⁸⁹³, como se observa na carta ao editor publicada ainda em 3 de fevereiro de 1941 pelo Pittsburgh Post-Gazette:

[...] É algo ultrapassado e profundamente insensato, quando paramos para refletir, levantar os olhos das ruas sujas e ver milhões de chaminés despejando fumaça negra e fuligem. Nela, agulhas afiadas de carvão mantêm nossos narizes, gargantas e pulmões em constante irritação. Acredito que isso seja a base de muitos dos casos de câncer que temos hoje. A fumaça rompe e irrita os tecidos delicados, e então o germe do câncer começa a agir.

[...] Nenhum combustível deveria ser permitido no mercado, exceto os livres de fumaça, como coque e outros combustíveis processados. O preço também deveria ser reduzido para que todos pudessem comprar. [...] Todo consumo em massa gera altos lucros. Assim, o capital não teria nada a temer, e a saúde, nosso maior tesouro, poderia ser mantida em alto nível.⁸⁹⁴

E ainda outra, publicada em 12 de fevereiro de 1941:

Assim como a grande maioria das mulheres na área de Pittsburgh, minhas esperanças são grandes de que conseguiremos apoio popular suficiente para tornar nossa redução da fumaça uma realidade.

Qualquer tentativa de equilibrar o custo per capita do programa em relação à economia provavelmente mostrará que será melhor para nós, financeiramente falando, acabar com o incômodo causado pela fumaça.

Acredito, no entanto, que todos devemos ponderar as tremendas vantagens para a saúde pessoal e pública. Não há dúvida de que a verdadeira economia virá da redução dos custos com doenças.⁸⁹⁵

Neste mesmo dia, o Pittsburgh Post-Gazette publicou, com chamada em primeira página, uma matéria – intitulada “Discussão realizada enquanto a camada de poluição mantém a cidade sem sol ao meio-dia” – sobre as expectativas de uma comitiva para St. Louis que, posteriormente, mostrou-se fundamental na organização e nos parâmetros de despoluição de Pittsburgh:

O conselho municipal concordou extraoficialmente ontem em viajar até St. Louis em grupo para investigar as atividades de eliminação de fumaça no local, em preparação para a tarefa de aprovar uma legislação para eliminar a poluição atmosférica de Pittsburgh.

O vereador George E. Evans perguntou informalmente se seus colegas o acompanhariam à cidade do Missouri e recebeu respostas afirmativas dos colegas presentes. Nenhuma ação formal foi tomada ontem, mas era esperada para breve.

Os assessores do conselho disseram que provavelmente seria impossível fazer a viagem esta semana, mas especularam que os negócios seriam resolvidos no início da semana que vem, deixando os últimos três ou quatro dias para a visita de investigação.

⁸⁹³ Segundo Joel Tarr: “[...] O repórter investigativo Gilbert Love, designado por Leech para o papel de “informante comunitário”, traduziu informações médicas e relatórios técnicos em artigos concisos e informativos. Itens detalhando os custos da fumaça para a cidade em termos de danos à saúde, à propriedade, à vegetação e despesas de limpeza e informações sobre o apoio de vários grupos comunitários ao controle surgiam quase diariamente” (Tarr, p. 235, 2006).

⁸⁹⁴ Carta publicada em 3 de fevereiro de 1941 pelo Pittsburgh Post-Gazette, p. 8, assinada por Miss Julia F. Thomas.

⁸⁹⁵ Pittsburgh Post-Gazette, 12 de fevereiro de 1941.

Para observar o efeito no carvão

Enquanto a maior parte da área visitada na inspeção já havia sido analisada pelo Diretor de Saúde, L. Hope Alexander, os vereadores planejaram complementar as conclusões do diretor, investigando mais a fundo tanto os métodos de eliminação [da poluição] quanto os efeitos nas regiões produtoras de carvão próximas a St. Louis.

A proposta do vereador Evans surgiu quase simultaneamente à declaração do vereador Edward J. Leonard (representante dos trabalhadores), que se mostrou favorável aos planos de redução da fumaça. Isso ocorreu enquanto Pittsburgh se recuperava do que o Serviço Meteorológico classificou como 'um dos piores episódios de *smog* já registrados na cidade'.

A mistura de fumaça e neblina – predominando a fumaça – estava tão densa que, ao meio-dia, a temperatura no centro da cidade registrava 31°F [-0.5°C], enquanto no aeroporto do condado, onde o sol conseguia brilhar sem obstáculos, os termômetros marcavam exatos 10°F [5.5°C] a mais.

Smog espesso nos vales

O meteorologista W. S. Brotzman relatou que em todas as áreas baixas da cidade, e também nas áreas de vale dos subúrbios, a névoa era anormalmente espessa. Em terrenos mais altos, no entanto, havia consideravelmente menos neblina.

Em Mt. Lebanon, por exemplo, os pedestres projetavam sombras nítidas enquanto caminhavam, enquanto em qualquer rua do centro de Pittsburgh, às 9h, era possível ver pedestres se guiando com um toque de mão ou um chamado. Às vezes, os bondes mal eram vistos, antes de pararem em frente aos homens e mulheres que os aguardavam.

Um exemplo marcante da diferença entre Pittsburgh e trechos mais altos foi fornecido ao dirigir pelos Túneis Liberty.

Os motoristas do lado "de fora" de South Hills dirigiam sob o brilho do sol, enquanto aqueles no centro da cidade tinham que usar os faróis para alertar os outros motoristas.

Clube Cívico Toma Providências

Enquanto o conselho municipal planejava sua inspeção, o Clube Cívico também se mobilizava. A Sra. Marie H. Dermitt viajaria ainda hoje para contatar associações cívicas de St. Louis, a fim de investigar seu papel no combate à "cortina de fumaça e neblina" que, um ano antes, foi tão densa quanto às piores já registradas em Pittsburgh. Os últimos dois dias de poluição intensa reforçaram a crescente intolerância da população com o *smog*. Tanto o Dr. Alexander (Diretor de Saúde) quanto o gabinete do Prefeito Scully foram inundados com cartas exigindo ações – um fenômeno incomum, já que protestos públicos costumavam arrefecer após os primeiros dias de comoção.

Apenas na véspera, o prefeito recebeu mais de 150 cartas, e a mesa do Dr. Alexander ficou literalmente coberta de correspondências contra a poluição.⁸⁹⁶

Nota-se na publicização dessa extensa matéria do Pittsburgh Post-Gazette o otimismo pungente que pairava sobre o projeto de despoluição atmosférica da cidade. A imprensa foi fundamental nesse processo, retroalimentando o sistema político com as expectativas da opinião pública a respeito, enfatizando o protagonismo das organizações civis e, ao mesmo tempo, pondo panos quentes nos possíveis efeitos negativos na economia⁸⁹⁷ sobre os quais, apesar do primeiro

⁸⁹⁶ Ibidem.

⁸⁹⁷ Com exceção do Sun Telegraph, que levantou mais veementemente as possíveis consequências econômicas, os outros jornais da cidade não consideraram tão enfaticamente os custos da regulamentação (Tarr, p. 254, 1996).

apoio dos trabalhadores e empresários carvoeiros, as desconfianças não se dissiparam por completo. A indústria, por sua vez, também comunicou-se pelos jornais através de textos publicitários, não tanto para bater de frente com a pauta da despoluição atmosférica, mas para salientar que já desenvolvia pesquisas para a reforma tecnológica necessária à transformação e que tinha um plano adequado a ela – como se observa na matéria de página inteira veiculada em 15 de maio, intitulada “Uma mensagem para os moradores de Pittsburgh interessados na eliminação da fumaça: Operadores de carvão do oeste da Pensilvânia relatam um plano para reduzir a poluição do ar em Pittsburgh”⁸⁹⁸ –, enfatizando que esse processo poderia levar mais tempo do que a urgência da opinião pública, a que chamaram emocional, angariava – um argumento típico que repetiu-se em inúmeras ocasiões nos EUA e, como vimos, no Reino Unido também. No entanto, como explicita a matéria do Pittsburgh Post-Gazette acima citada, a política e a sociedade civil organizada estavam decididas sobre a regulamentação e, com o apoio da imprensa, o projeto, aprovado em julho de 1941, definiu um primeiro cronograma para a regulamentação: “[...] *indústrias, edifícios de escritórios, hotéis, prédios de apartamentos e estabelecimentos comerciais até 1º de outubro de 1941; ferrovias até 1º de outubro de 1942; usuários domésticos e todos os outros consumidores de combustível até 1º de outubro de 1943*”⁸⁹⁹. O procedimento chave seria a substituição do carvão betuminoso por outros menos poluentes, assim que realmente não se tratou de um processo fácil e rápido, prejudicando principalmente a população mais pobre, uma vez que o preço desses combustíveis aumentou⁹⁰⁰ – sob a lógica da maior demanda – além do contrabando e da mistura com carvão de baixa qualidade que não tinha boa combustão, fazendo com que o aquecimento às vezes não fosse suficiente durante o inverno⁹⁰¹. A fiscalização recaiu principalmente sobre a produção e a distribuição do carvão e, em relação aos usuários domésticos, optou-se por uma abordagem mais educativa⁹⁰². Eventualmente, por volta de 1947, o programa deu certo e Pittsburgh viu-se livre da espessa camada de fumaça que sobre ela pairava há um século, fato efusivamente comemorado pela imprensa e com bons índices de aprovação na opinião pública⁹⁰³. Ressalta-se,

⁸⁹⁸ Publicada em 15 de maio de 1941 pelo Pittsburgh Press.

⁸⁹⁹ Tarr, p. 242, 1996.

⁹⁰⁰ Tarr, p. 256, 1996.

⁹⁰¹ Tarr, p. 249, 1996.

⁹⁰² Tarr, p. 250, 1996.

⁹⁰³ Segundo Joel Tarr: “Apesar das muitas dificuldades com o fornecimento de combustível, a temporada de aquecimento de 1947-48 apresentou uma melhora considerável na qualidade do ar em comparação aos anos anteriores. Um inverno excepcionalmente ameno ajudou a reduzir as nuvens de fumaça. ‘Pittsburgh está mais limpa’, relatou a Press em 21 de fevereiro – os piores *smogs* haviam desaparecido, as casas estavam mais limpas e as camisas brancas não desenvolveram marcas pretas ao redor dos colarinhos. Em termos estatísticos, Pittsburgh recebeu 39% a mais de luz solar disponível no inverno de 1947-48 em comparação com 1946-47; as horas de

no entanto, que isso deveu-se também ao fato de que outros combustíveis, como o petróleo e o gás natural, que ficaram caros até o fim da Segunda Grande Guerra, tiveram seus preços mais acessíveis nesse momento, facilitando a troca do carvão por fontes de energia menos poluentes⁹⁰⁴.

Por outro lado, nos EUA, durante os períodos de guerra, por óbvio, a questão ambiental ficou em segundo plano. A necessidade de produção bélica tornou-se uma nova prioridade na indústria e na política estadunidense, independente do ônus ambiental decorrente daí. Outro fator importante para o aprofundamento dos riscos ambientais, particularmente os relacionados à poluição atmosférica, foi a expansão das malhas ferroviárias, inclusive adentrando os centros das grandes cidades onde comumente ficavam os terminais⁹⁰⁵, nas quais a emissão de fumaça e fuligem era um incômodo constante, até que o carvão fosse substituído pelo diesel nos anos pós-guerra⁹⁰⁶. Por sua característica itinerante, os trens tornaram-se um problema comum entre as cidades atravessadas pela malha ferroviária, particularmente aquelas – como Pittsburgh e St. Louis – suscetíveis à inversão térmica e por uma produção própria de fumaça industrial e doméstica, no entanto, no início do século XX não havia ainda uma legislação ampla que regulasse as emissões e poucos municípios tinham desenvolvido as suas, dentre as quais havia diferenças substanciais⁹⁰⁷. Logo, de modo geral, o problema da poluição atmosférica só se amenizou pelo aprimoramento tecnológico e pela substituição do carvão por fontes de energia menos poluentes – mas ainda assim poluentes, como veremos em seguida. O surgimento e a popularização dos automóveis, por sua vez, pareceram um melhoramento imenso em termos sanitários, já que o uso de cavalos para o transporte até o início do século XX gerava um grande

fumaça ‘moderada’ e ‘pesada’ diminuíram aproximadamente 50% durante o mesmo período; e as medições de queda de poeira também mostraram um ligeiro declínio em comparação com 1938-39. Em uma publicação intitulada ‘The New Look in Pittsburgh’ (O Novo Visual em Pittsburgh), o United Smoke Council se gabou de que Pittsburgh estava perdendo sua reputação de ‘Cidade da Fumaça’. Durante os anos seguintes, a fumaça pesada quase desapareceu da atmosfera de Pittsburgh” (Tarr, p. 250, 1996).

⁹⁰⁴ Segundo Joel Tarr: “As taxas de mudança para a cidade são impressionantes. Em 1940, 81% dos domicílios de Pittsburgh queimavam carvão e 17,4% gás natural (de campos dos Apalaches); em 1950, os números eram de 31,6% para carvão e 66% para gás natural. Isso representou uma mudança no tipo de combustível e no equipamento de combustão em quase metade dos domicílios da cidade, a maioria dos quais ocorreu após 1945” (Tarr, p. 252, 1996).

⁹⁰⁵ Tarr, p. 264, 1996.

⁹⁰⁶ Segundo Tarr: “Em 1946, havia 39.592 locomotivas a vapor em serviço, 867 elétricas e 5.008 a diesel. Em 1951, havia quase tantas locomotivas a diesel (19.014) em serviço quanto a vapor (22.590), enquanto as elétricas haviam iniciado um lento declínio (817). Em 1960, havia 30.240 locomotivas a diesel, 498 elétricas e apenas 374 locomotivas a vapor” (Tarr, p. 277, 1996).

⁹⁰⁷ Segundo Tarr: “Em Louisville e Rochester, por exemplo, a lei sobre fumaça não se aplicava a locomotivas que entravam, saíam ou transitavam pela cidade. Em contraste, Jersey City, que possuía muitos pátios de manobras ferroviárias, tinha uma lei que proibia a emissão de fumaça densa de qualquer locomotiva ou locomotiva dentro dos limites da cidade e previa multas em casos de danos à saúde ou à propriedade” (Tarr, p. 268-269, 1996).

incômodo, dado que produzia toneladas de detritos diariamente – como esterco, urina, ruído e carcaças⁹⁰⁸. Por outro lado, a popularização dos automóveis levou a novos e mais extensos riscos relacionados à poluição atmosférica que envolveram não apenas a emissão de gases poluentes, mas também a construção de ruas e imensas rodovias de asfalto⁹⁰⁹, procedimento que não apenas impermeabiliza o solo como gera o aumento de temperatura média em larga escala – um efeito cujas consequências vieram ao conhecimento público apenas décadas depois. A facilidade de acesso ao transporte ferroviário e rodoviário, junto do crescimento massivo da construção civil⁹¹⁰, levou à expansão dos subúrbios⁹¹¹ e ao aprofundamento das diferenças sociais e, portanto, da administração sobre os riscos ambientais, entre os centros econômicos e industriais, onde permaneceu a população mais pobre, e os bairros suburbanos, nos quais passaram a residir a classe média e alta⁹¹². Após a Segunda Guerra Mundial, esse processo de construção de casas familiares e rodovias acentuou-se e a classe média passou também a ter acesso a uma melhor qualidade de vida e ao consumo massivo de bens (nem sempre) necessários disponibilizados em grandes shopping centers ao longo das rodovias⁹¹³. Ao mesmo tempo, a industrialização em

⁹⁰⁸ Para uma visão mais aprofundada, recomendo o livro “The horse in the city: living machines in the nineteenth century” de Clay McShane e Joel A. Tarr.

⁹⁰⁹ Segundo Merchant: “A crescente popularidade dos automóveis no início do século XX expandiu enormemente a demanda por petróleo, tanto como gasolina para combustível e como asfalto para estradas pavimentadas. O automóvel em si foi uma força econômica revolucionária, gerando novas indústrias para a produção em massa de carros, caminhões, pneus de borracha e máquinas para construção de estradas, e multiplicando a demanda por aço, vidro e cimento. Seus efeitos ambientais também foram profundos, poluindo o ar com emissões nocivas de veículos e refinarias e com a pavimentação de grande parte da paisagem com rodovias e shoppings” (Merchant, p. 102, 2002).

⁹¹⁰ Melosi, p. 187, 2020.

⁹¹¹ Segundo Melosi: “A onda de automóveis, em particular, encorajou a expansão urbana, dispersando o trabalho e as compras para longe do centro, reduzindo a densidade populacional, e rompendo padrões uniformes de desenvolvimento urbano. Em 1920, o registro de veículos atingiu oito milhões, com um carro para cada cinco americanos no início da Grande Depressão. Já em 1922, 135.000 residências suburbanas em sessenta cidades dependiam de automóveis para deslocamento” (Melosi, p. 169, 2005).

⁹¹² Segundo Melosi: “[...] os subúrbios ocupados por pessoas das classes socioeconômicas mais altas recebiam tratamento preferencial. Algumas cidades, por exemplo, desviaram algumas das suas equipes de coleta de rotas do centro da cidade para subúrbios de classe alta e média”. (Melosi, p. 146, 2005) E, mais adiante: “A suburbanização aumentou rapidamente, caracterizada por densidades populacionais mais baixas e pela aceleração da discriminação racial e segregação de classes. Em 1920, a taxa de crescimento dos subúrbios ultrapassou a do centro das cidades pela primeira vez. Redes regionais urbanas substituíram a colcha de retalhos de cidades e subúrbios mais insulares da era anterior” (Melosi, p. 169, 2005).

⁹¹³ Segundo Merchant: “Os subúrbios criaram ambientes seguros e sanitários para aqueles que podiam pagar as casas e os custos de viagem, mas condenaram aqueles que não podiam às favelas lotadas. O grande boom na expansão habitacional ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. O início de moradias unifamiliares disparou de 114.000 em 1944 para picos pós-Segunda Guerra Mundial de 937.000 em 1946; 1.183.000 em 1948; e 1.692.000 em 1950. Tanto rodovias quanto automóveis apoiaram o crescimento da vida suburbana. O sistema de rodovias interestaduais promulgado pela assinatura da Lei Federal de Auxílio Rodoviário pelo presidente Dwight D. Eisenhower, em 1956, criou rodovias com várias faixas, acompanhadas de expansão urbana gerada por automóveis, congestionamento de tráfego e poluição ambiental. O subúrbio automobilístico fomentou casas unifamiliares de propriedade privada construídas em lotes maiores, ruas mais largas e com gramados mais verdes do que nos centros urbanos, dando origem ao que Kenneth Jackson chamou de The Crabgrass Frontier (1985). ‘O sonho de uma casa

larga escala durante a guerra, ainda sediada nos grandes centros urbanos, relegou à população de trabalhadores pobres, migrantes e racializados, um ambiente deveras mais poluído do que eram os subúrbios. O racismo, aliás, foi um fator importante, já que a debandada para os subúrbios foi feita majoritariamente por pessoas brancas de classe média e alta que fugiam não apenas da poluição dos centros urbanos, mas da criminalidade atribuída, sem, porém, às pessoas racializadas⁹¹⁴. Em síntese, na primeira metade do século XX nos EUA, a questão dos riscos ambientais foi colocada com sucesso para a opinião pública, mas, ao mesmo tempo, o crescimento econômico – em termos de produção e consumo – e o crescimento populacional continuaram de modo que, embora soluções política-tecnológicas tenham emergido, a poluição, em suas mais diversas formas, não só se manteve como ampliou-se, aumentando também a desigualdade social.

8.5 Rupturas e continuidades: a reconfiguração do debate ambiental no pós-guerra

A segunda metade do século XX apresenta continuidades e rupturas no que diz respeito às observações sócio-terranas nos EUA. As áreas preservadas mantiveram-se incólumes e a perspectiva romântica da natureza sacra manteve-se neste contexto. O utilitarismo, antes norte do movimento conservacionista, aprofundou-se a ponto de romper com a pauta ambiental, assim que economia e meio ambiente tornaram-se inconciliáveis nesta perspectiva. Se, por um lado, o crescimento econômico pós-guerra deu às pessoas um modo de vida confortável baseado no consumo em larga escala de bens e energia, por outro, o trauma da guerra, assim como no Reino Unido, despertou valores arcaicos, como os do transcendentalismo e do romantismo, que, nesse novo contexto, estabeleceram novos limites éticos no que diz respeito ao trato da natureza e da vida humana na Terra. Uma porção de movimentos contraculturais emergiu nesse momento, como as religiões New Age e o movimento hippie, que resgataram algo das doutrinas de Emerson e Thoreau⁹¹⁵. Por outro lado, embora a Segunda Guerra tenha acabado com a vitória dos aliados, imediatamente os EUA mergulharam em uma situação bélica peculiar com a Guerra Fria que levou a um aprofundamento das tecnologias militares a qualquer custo e fez emergir

isolada em um lugar seguro, tranquilo e pacífico’, ele argumenta, ‘foi uma parte importante do passado anglo-americano e uma força potente no desenvolvimento dos subúrbios’” (Merchant, p. 115, 2002).

⁹¹⁴ Merchant, p. 116, 2002.

⁹¹⁵ Para uma visão mais aprofundada, recomendo a leitura dos livros “Dark Green Religion: Nature Spirituality and the Planetary Future” de Bron Taylor e “From Counterculture to Cyberculture: Stewart Brand, the Whole Earth Network, and the Rise of Digital Utopianism” de Fred Turner.

um sobosso sustentado não apenas na possibilidade de um conflito nuclear, mas de uma contra colonização comunista que, do ponto de vista estadunidense, punha em risco, pela primeira vez, sua experiência de fronteira e o seu destino manifesto. Nesse contexto, emerge, no espaço deixado pelo conservacionismo, o movimento ambientalista, que manteve algumas das pautas anteriores e retomou algo do transcendentalismo e do romantismo preservacionista em seus princípios: no clima de reconstrução do pós-guerra, a preocupação voltou-se para a qualidade de vida e, portanto, para a poluição de tóxicos industriais, para a poluição visual e atmosférica, assim como restaurou a ideia de natureza para ser apreciada através da defesa de rios, lagos e habitats onde outras espécies pudessem prosperar e ser observadas turisticamente⁹¹⁶. Em 1966, por exemplo, um projeto de construção de barragens no rio Colorado para produção de energia elétrica suscitou uma mobilização ambiental veemente, uma vez que duas dessas barragens afetariam diretamente o Grand Canyon, alagando parte do território preservado do parque. O Sierra Club, na figura de David Brower, liderou a mobilização que teve repercussão na grande imprensa, com direito à publicação de página inteira no New York Times com a chamada “Agora só você pode salvar o Grand Canyon de ser inundado... para ter lucro”⁹¹⁷. Em 1968, a Lei do Projeto da Bacia do Rio Colorado, que dispôs sobre a criação das barragens, proibiu a utilização da área do Grand Canyon, em resposta à demanda do movimento alavancado pelo Sierra Club que demonstrou, nesse processo, que o ideal de natureza selvagem e sua proteção mantinha-se em pé.

Outro exemplo temos no movimento antitóxicos que se tornou central neste momento, uma vez que o descarte de resíduos químicos na água e em aterros levantou uma enorme preocupação pública. Isso vinha da produção industrial durante a Segunda Guerra, período no qual resíduos como chumbo, benzeno, tolueno, nafta de destilarias de petróleo, sulfitos de fábricas de celulose, graxa e óleos, arsênico de tintas, dentre outros, produziram uma devassa em rios e lagos, matando peixes e aves em abundância. Após a guerra, novos resíduos, como destilados de petróleo, detergentes e pesticidas, fenóis, ferro, amônia, cloretos e fosfatos de processos industriais, passaram também a participar dos efluentes hídricos⁹¹⁸. Dentre eles, ganharam destaque os pesticidas, que não apenas contaminavam a água, mas diretamente os alimentos. O livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, publicado em 1962, popularizou o conhecimento sobre os efeitos nocivos dos DDTs e ampliou o debate através de uma

⁹¹⁶ Merchant, p. 175, 2002.

⁹¹⁷ Publicado em 9 de junho de 1966 pelo New York Times.

⁹¹⁸ Merchant, p. 114, 2002.

linguagem acessível, com a introdução de metáforas que colocaram a saúde humana no centro da discussão⁹¹⁹. Outro ponto de preocupação eram os resíduos produzidos na indústria nuclear, com a exploração de urânio – muitas vezes dentro de reservas indígenas – e seus repetidos experimentos em ambientes abertos, dos quais sabia-se pouco sobre as possíveis consequências de contaminação em longas distâncias⁹²⁰.

Embora não tenha havido uma influência imediata nos hábitos, o consumo massivo finalmente começou a ser conectado com o problema do lixo e se iniciaram lentamente os programas de reciclagem e compostagem⁹²¹. A preocupação com a produção e descarte de resíduos sólidos aumentou também na política, assim que, em 1965, o presidente Lyndon B. Johnson pediu ao Congresso uma resolução neste sentido, cuja resposta foi a criação da Lei de Eliminação de Resíduos Sólidos, que deu ao governo federal maiores possibilidades de dispor sobre financiar e fiscalizar o descarte – uma responsabilidade, lembre-se, anteriormente atribuída aos municípios. Na ciência, a preocupação com as possíveis consequências dos aterros sanitários manifestou-se na primeira Conferência Nacional sobre Pesquisa de Resíduos Sólidos em Chicago, em dezembro de 1963, e, em 1966, a Associação Americana de Obras Públicas criou o Instituto de Pesquisa para Resíduos Sólidos⁹²². O problema do lixo se relacionava com dois fenômenos: o primeiro, obviamente, era o do aumento do consumo e do descarte⁹²³; o segundo, no entanto, tinha relação direta com o processo de suburbanização, isto é, com o aumento do território a ser coberto pela coleta do lixo e com o aumento da distância que ele teria de percorrer até o descarte, o que ampliou em muito os custos. Em cidades costeiras, principalmente no nordeste do país, o descarte no oceano aumentou sobremaneira no período, chegando a dois milhões de toneladas anuais na década de 1960, com um aumento de 100% entre 1959 e 1968⁹²⁴.

À poluição atmosférica industrial é dado o desenlace por meio da Lei do Ar Limpo de 1963, cuja solução tecnológica foi a construção de chaminés (muito) mais altas⁹²⁵ para o expurgo

⁹¹⁹ Merchant, p. 177-178, 2002.

⁹²⁰ Merchant, p. 177.

⁹²¹ Melosi, p. 221, 2005.

⁹²² Melosi, p. 200, 2005.

⁹²³ Segundo Melosi: “A geração de resíduos sólidos aumentou de forma constante entre 1920 e meados da década de 1960, de 2,7 libras per capita por dia para aproximadamente 4 libras per capita por dia. Somente entre 1955 e 1965, a geração per capita de resíduos aumentou 78% na cidade de Nova York; entre 1958 e 1968, aumentou 51% em Los Angeles. Em 1965, os descartes brutos das cidades americanas ultrapassaram 103 milhões de toneladas, das quais 6,8 milhões foram recicladas, 28,8 milhões foram queimadas e 69,6 milhões foram despejadas em aterros sanitários” (Melosi, p. 176, 2005).

⁹²⁴ Melosi, p. 181-182, 2005.

⁹²⁵ Estamos falando de chaminés de mais de duzentos metros.

dos resíduos nocivos que resultou, como sabemos, na produção de chuva ácida – uma possibilidade ainda desconhecida na época, embora o relatório da Comissão de Conservação do Ar da Associação Americana para o Avanço da Ciência de 1965 tenha identificado a produção de ácido sulfúrico na reação oxidante entre a névoa e o dióxido de enxofre emitido pela combustão do carvão betuminoso⁹²⁶. Assim, a poluição atmosférica foi observada, entre as décadas de 1960 e 1990, como um problema principalmente resultante da imensa quantidade de automóveis individuais e familiares que passaram a rodar cidades e estradas, um conforto que dificilmente um estadunidense médio abriria mão em nome de um ar mais limpo⁹²⁷.

No que diz respeito à descrição dos riscos, feita pela imprensa na década de 1960, o cenário era o de introdução das noções básicas sobre temas como a poluição do ar, a proteção das florestas e dos rios, congestionamento urbano, doenças pulmonares, desertificação, fome, etc.⁹²⁸ Esses temas foram sendo paulatinamente assimilados como parte cotidiana dos jornais, uma vez que se relacionavam por vezes a várias sessões – como economia, política, ciência ou estilo de vida – e por vezes a nenhuma delas com clareza⁹²⁹. A conexão possível, então, para que se operasse uma seletividade voltada para os problemas ecológicos pelos jornais, era feita na observação de promulgação de leis, de acidentes ambientais e acontecimentos tecnológicos e científicos relevantes. Na década de 1960, uma série de leis que ressoaram e retroalimentaram a opinião pública com consequências organizacionais começou a ser introduzida, como as que instituíram o Conselho de Recursos Hídricos (1965), além da promulgação da Lei do Ar Limpo (1963), da Lei de Controle da Qualidade da Água (1965), da Lei de Vida Selvagem (1964), da Lei dos Rios (1968), da Lei Nacional de Política Ambiental (1969) e da Lei de Resíduos Sólidos (1965), processo legislativo que seria continuado na década de 1970, como veremos a seguir. Note-se que, na prática, todas elas ressoam a pauta de melhor qualidade de vida comunicada pelo crescente movimento ambientalista e pela reverberação na imprensa dos riscos relacionados à negligência do modo de descarte de resíduos perigosos no meio ambiente. Houve, portanto,

⁹²⁶ Tarr, p. 19, 1996.

⁹²⁷ Segundo Martin Melosi: “Pelo menos ao final da Segunda Guerra Mundial, um automóvel e uma casa modesta eram os símbolos de status da classe média em ascensão. Em 1920, apenas 26% das famílias possuíam um veículo; em 2000, esse número era de 89%.” (Melosi, p. 24, 2005)

⁹²⁸ Segundo Schoenfeld, Meier e Griffin: “Por exemplo, já em 1961, um artigo do Milwaukee Journal acusou a Universidade de Wisconsin de ter uma ‘falta total de compromisso com a educação’. Em 1966, o mesmo jornal publicou sua série ‘A Ameaça Crescente - a Poluição das Águas de Wisconsin’. Em 1968, Robert Cahn ganhou outro Pulitzer por sua série do Monitor sobre ‘O Sucesso Estragará nossos Parques Nacionais?’” (Schoenfeld; Meier; Griffin, p. 40, 1979).

⁹²⁹ Schoenfeld; Meier; Griffin, p. 55, 1979.

neste momento, uma crescente nas comunicações sobre meio ambiente que culminou em uma mobilização nacional logo nos primeiros meses da década seguinte.

Em 22 de abril de 1970, o movimento ambientalista, aliado ao movimento sindical⁹³⁰, aos estudantes, aos profissionais da saúde e à população civil, mobilizou o Dia da Terra, um protesto amplo cuja pauta orbitou em torno dos problemas de poluição⁹³¹. Em 18 de janeiro, no New York Times, a The Environmental Teach-In fez um chamado contundente à mobilização pública pelo meio ambiente:

22 de abril. Dia da Terra.

Uma doença infectou nosso país. Trouxe poluição para Yosemite, despejou lixo no Hudson, pulverizou DDT em nossa comida e deixou nossas cidades em decadência. Seu portador é o homem.

Os mais fracos já estão morrendo. Árvores à beira do Pacífico. Peixes em nossos riachos e lagos. Pássaros, plantações e ovelhas. E pessoas.

Em 22 de abril, começaremos a recuperar o meio ambiente que destruímos. [...]

Centenas de comunidades e campi em todo o país já estão comprometidos.

É um fenômeno que cresce à medida que você lê isto.

O Dia da Terra é um compromisso de tornar a vida melhor, não apenas maior e mais rápida; de fornecer soluções reais em vez de retóricas.

É um dia para reexaminar a ética do progresso individual às custas da humanidade.

É um dia para desafiar os líderes corporativos e governamentais que prometem mudanças, mas que subestimam os programas necessários.

É um dia para olhar além do amanhã. 22 de abril busca um futuro que valha a pena viver. [...]

Podemos ajudar, mas a iniciativa deve partir de cada comunidade. Ouvimos centenas de campi e comunidades locais em todos os cinquenta estados. Dezenas de grupos de conservação se ofereceram para ajudar. Assim como as dezenas de novas organizações ambientais que surgem a cada dia. [...]

Ajude a fazer o dia 22 de abril florescer. Para você. Para nós. Para nossos filhos.⁹³²

Observa-se neste chamado uma oposição à antiga perspectiva conservacionista utilitarista no trato ambiental e ao progresso aceleracionista irrefreado; observa-se também a retomada do preservacionismo – com, por exemplo, a menção à Yosemite – e a responsabilização tanto da população quanto da política e da economia na degradação ambiental. O chamado salienta que a organização em âmbito local seria fundamental para o sucesso político e educativo da empreitada, embora a pauta fosse universal. E talvez mais importante no que diz respeito à criação de expectativas: o chamado prospecta no futuro os efeitos de sua ação, algo mais ou menos novo nas observações sócio-terranas sobre os riscos que, até então, haviam se mantido majoritariamente em questões urgentes do presente – como observamos em Pittsburgh

⁹³⁰ Segundo Jean-Baptiste Velut: “[...] Sob a liderança de Walther Reuther, o UAW (United Auto Workers) patrocinou o histórico Dia da Terra em 1970, uma manifestação nacional projetada para aumentar a conscientização ambiental” (Velut, p. 62-63, 2011).

⁹³¹ Pezzulo; Cox, p. 59-60, 2018.

⁹³² Publicado em 18 de janeiro de 1970 no New York Times, p. 5.

na década de 1940, por exemplo. No dia marcado, em 22 de abril de 1970, vinte milhões de pessoas foram às ruas. O evento, evidentemente, teve ampla cobertura da imprensa, dando aos riscos ecológicos um lugar de visibilidade entre as notícias cotidianas e tornando-os, a partir de então, um tema conhecido para o público amplo. A partir daí, começaram a surgir colunas e seções dedicadas ao meio ambiente em jornais e revistas, assim como o jornalismo estadunidense começou a se especializar sobre o tema. A quantidade de espaço dedicado aos riscos ecológicos nos jornais aumentou imensamente⁹³³. A ressonância política, por seu turno, foi contundente e uma enxurrada de leis foi promulgada – como a que criou a Agência de Proteção Ambiental (1970) e a Comissão Reguladora Nuclear (1974), assim como as Emendas do Ar Limpo e a Lei de Segurança e Saúde Ocupacional (1970), a Lei de Controle de Pesticidas Ambientais (1972), a Lei de Espécies Ameaçadas (1973), a Lei da Água Potável Segura (1974), a Lei da Água Limpa (1977), a Lei de Conservação e Recuperação de Recursos e a Lei de Controle de Substâncias Tóxicas (1976) –, aumentando imensamente a judicialização das questões ambientais⁹³⁴. Essa disposição de novos direitos veio à tona em resposta à demanda ambiental e à demanda por qualidade de vida, tão premente nesse momento histórico. Ao fundo, a construção de um Estado de bem-estar social dava o cenário: acesso a mais serviços públicos e privados e a um consumo maior de bens materiais e imateriais. Concomitantemente, portanto, a produção de detritos continuou aumentando⁹³⁵ e as novas regulações levaram a um estresse da governança local⁹³⁶ e da economia, principalmente das instituições empresariais e industriais que repassaram o aumento dos custos aos consumidores⁹³⁷.

Na imprensa, nesse momento de cobertura, as polêmicas eram evitadas⁹³⁸, ou ainda, o grande elefante na sala dos problemas ambientais tendia a ser ignorado: a responsabilidade do modo de produção de energia, bens e serviços na promoção dos riscos ecológicos. Algumas revistas procuraram mediar as comunicações ecológicas, trazendo adições publicitárias e dando voz às empresas para que também pudessem expressar seu ponto de vista, assim como procuraram apresentar o problema com cautela, sem alarmar a população cujas bases

⁹³³ Segundo Schoenfeld, Meier e Griffin, por exemplo: “[...] O total de polegadas de coluna de meio ambiente do NYT (New York Times) amostrado por O'Meara subiu de 119 em 1962 para 1259 em 1970, e declinou para 683 em 1977” (Schoenfeld; Meier; Griffin, p. 46, 1979).

⁹³⁴ Merchant, p. 181, 2002.

⁹³⁵ Entre 1958 e 1976, por exemplo, o consumo de embalagens aumentou 63% (Melosi, p. 207, 2005).

⁹³⁶ Tarr, p. 192, 1996.

⁹³⁷ Merchant, p. 183, 2002.

⁹³⁸ Bowman; Fuchs, p. 13, 1981.

consumistas fortaleciam a economia estadunidense⁹³⁹. Por isso, a normatividade da imprensa voltou-se principalmente para o âmbito da responsabilidade individual e coletiva civil, instigando: a limpeza das praias e espaços públicos, a economia de energia doméstica, o cuidado no uso de pesticidas em jardins, o controle de natalidade por meio do planejamento familiar⁹⁴⁰ e o bom uso e a manutenção correta de automóveis para diminuir a poluição, etc. Conectar os riscos ambientais ao cotidiano das pessoas era também uma necessidade editorial: para que a questão se tornasse interessante, era preciso torná-la parte da vida das pessoas. Outro tema relevante que fez essa conexão, nos mesmos anos 1970, foi o da crise energética, quando a finitude dos recursos se tornou palpável e fez-se realmente uma questão para o mercado imobiliário e para as famílias quais seriam as melhores formas de aquecer as casas, poupar energia e quais outras fontes energéticas tornar-se-iam acessíveis a curto prazo⁹⁴¹. Portanto, o debate sobre o investimento em energia nuclear, em novos poços de petróleo e a introdução de energias limpas já fazia parte do vocabulário jornalístico no final da década de 1970, assim como o problema da escassez dos recursos energéticos já tinha se tornado de amplo conhecimento público⁹⁴².

Nos anos 1980, com a eleição de Ronald Reagan, houve uma completa transformação nas descrições políticas sobre os riscos ambientais que tiveram forte ressonância no modo como a imprensa os descrevia. Primeiramente, Reagan desmontou a EPA, principal Agência de

⁹³⁹ Segundo Bowman & Fuchs: “[...] para combater as acusações ambientalistas contra as empresas, um suplemento especial de publicidade (setembro de 1971) deu às grandes empresas uma oportunidade de expressar suas preocupações. Em 1972 (edição de janeiro), o Digest publicou o discurso ‘Wait a Minute’ do Secretário de Comércio Maurice Stans, que foi uma das primeiras indicações públicas da cautela do Governo Nixon em relação à questão. [...] Os dados da primeira metade da década seguinte revelam que a BH & G reagiu relativamente tarde à cruzada ecológica. Entrando na onda em abril de 1971, os editores anunciaram uma série de oito partes intitulada ‘Meio Ambiente Sim, Histeria Não’, que incluía histórias contundentes com temas antipoluição” (Bowman; Fuchs, p. 13-14, 1981).

⁹⁴⁰ Esse tópico, junto de outros da ordem doméstica, aparecia recorrentemente em revistas femininas, como a *McCall's* estudada por Bowman & Fuchs: “Desde 1970, 27 artigos foram publicados com um tema ambiental importante. A maioria deles (17) lidou com os prós e contras de vários métodos de controle de natalidade (por exemplo, outubro de 1978), enquanto cinco histórias discutiram o gerenciamento de energia em casa (por exemplo, outubro de 1977). *McCall's* também publica uma miscelânea de artigos muito curtos. Neles, foram encontradas referências ocasionais sobre a praticidade da energia solar, o uso de velhas árvores de Natal como cobertura morta e várias maneiras de reciclar itens domésticos de forma conveniente” (Bowman; Fuchs, p. 15, 1981).

⁹⁴¹ Bowman; Fuchs, p. 14, 1981.

⁹⁴² Segundo Schoenfeld, Meier e Griffin: “[...] O'Meara encontrou pouca ou nenhuma cobertura de questões de recursos energéticos até 1971. Então aumentou um pouco até 1973-74, quando disparou para mais do que o dobro da linha de 1972 – provavelmente em resposta direta às notícias sobre o embargo do petróleo árabe, não há nenhuma previsão em particular. A cobertura de energia então declinou até 1977, quando a alegação do presidente Carter de ‘equivalente moral da guerra’ retornou a questão à agenda da imprensa”. (Schoenfeld; Meier; Griffin, p. 46, 1979) E ainda, segundo Bowman & Fuchs: “[...] Muitas das histórias tratavam de escassez de petróleo e combustível, métodos de conservação e fontes alternativas de energia. As pessoas eram pessoalmente afetadas pelas reduções de energia disponíveis e a reação da mídia de revistas foi imediata; uma pluralidade de todas as histórias publicadas entre 1961 e 1979, de fato, tratava dessa questão” (Bowman; Fuchs, p. 18, 1981).

Proteção Ambiental dos EUA, tirando subsídios, e nomeou “*James Watt como Secretário do Departamento do Interior e Anne Gor como diretora da EPA, ambos associados a interesses corporativos que pressionaram por uma redução das regulamentações*”⁹⁴³. Watt era oriundo também de uma organização conservadora e antiambientalista – a Mountain State Legal Foundation – e, num assomo de resgate do destino manifesto, deu a seguinte declaração em 1981: “*minha responsabilidade é seguir as escrituras que nos pedem para ocupar a terra até a volta de Jesus. Não sei quantas gerações podemos contar antes que o Senhor retorne*”⁹⁴⁴. Assim como o transcendentalismo havia atravessado mais de um século e se atualizado na contracultura e no ambientalismo moderno, a experiência de fronteira fundamentada no destino manifesto voltou para a ordem do dia com força a partir de então nos EUA, principalmente no que diz respeito à sua forma peculiar de tecer observações sócio-terranas. Neste sentido, Reagan também cortou subsídio aos municípios que, lembre-se, já se viam em dificuldades para dar conta de corresponder às legislações dos anos 1960 e 1970; cortou também subsídios das associações voltadas para a proteção ambiental o que, por sua vez, teve o efeito inusitado de ampliar imensamente a quantidade de pessoas associadas a elas, assim como aumentar o financiamento privado – inclusive de empresas como Amoco, Arco, Coca-Cola, Dow, Dupont, Exxon e Waste Management⁹⁴⁵ – cujos interesses escusos nesse patrocínio vieram a ser conhecidos como *greenwashing*, isto é, uma prática empresarial que tornou-se comum a partir de então e que consiste em usar a pauta ambiental mais como publicidade do que como prática⁹⁴⁶. No sistema

⁹⁴³ Merchant, p. 183, 2002.

⁹⁴⁴ Merchant, p. 183, 2002.

⁹⁴⁵ Segundo Merchant: “[...] O ‘Grupo dos Dez’, ou as dez principais organizações ambientais, experimentou crescimento à medida que os cortes na fiscalização ambiental impulsionaram as contribuições privadas para suas organizações, aumentando seus orçamentos e associações. [...] A National Wildlife Federation (NWF) construiu um prédio de US\$ 40 milhões e adicionou cerca de 8.000 novos membros por mês no início dos anos 1980, enquanto o Sierra Club aumentou de 80.000 para 500.000 membros. O Conselho Nacional de Defesa dos Recursos dobrou seus números na década de 1980. À medida que as principais organizações recebiam mais doações de seus novos membros, elas também começaram a forjar alianças com corporações. Em 1988, a National Wildlife Federation tinha um orçamento de US\$ 63 milhões, grande parte de seu financiamento vindo de corporações como Amoco, Arco, Coca Cola, Dow, Dupont, Exxon e Waste Management, e um executivo da Waste Management foi colocado no conselho de administração, aproximando a NWF dos interesses corporativos. Outras organizações ambientais mostraram padrões semelhantes. O orçamento da National Audubon Society para 1988 foi de US\$ 38 milhões, com muitos doadores vindos das mesmas corporações. O Sierra Club, com um orçamento de US\$ 19 milhões, estava recebendo financiamento da Coca-Cola, Pepsi, empresas de petróleo e grandes bancos” (Merchant, p. 184, 2002).

⁹⁴⁶ Segundo Thomas P. Lyon e John W. Maxwell: “[...] o *greenwashing* é fundamentalmente sobre enganar consumidores e investidores ao contar a verdade, mas não toda a verdade. Isso sugere um modelo em que a empresa divulga informações verificáveis, mas pode optar por reter fatos que não a retratam de maneira favorável, persuadindo assim terceiros de que o desempenho da empresa é melhor do que realmente é. Os ‘jogos de persuasão’ introduzidos por Milgrom e Roberts (1986) se encaixam bem nessa situação. Essa noção de divulgação captura uma variedade de tipos de comunicações empresariais, incluindo relatórios anuais corporativos, 10-Ks, relatórios de sustentabilidade, sites e publicidade baseada em fatos. Tomando essa abordagem, definimos o *greenwashing*

econômico, empresas e indústrias passaram a lançar mão de setores especializados nas relações públicas focados no trato dos riscos ambientais, particularmente aqueles provocados por elas, assim como passaram a fomentar mais comumente institutos de pesquisas e *think tanks* que dessem respaldo argumentativo e (pseudo) científico para suas práticas ambientalmente arriscadas. O movimento ambientalista, por sua vez, agregou a questão de classe e raça às suas descrições, uma vez que as desigualdades ambientais se aprofundaram nesse sentido: regiões onde viviam pessoas racializadas eram ainda as mais prejudicadas no quesito sanitário e aterros, lixões e despejo de resíduos tóxicos eram feitos em sua vizinhança⁹⁴⁷. O serviço de limpeza das cidades e os aterros, aliás, foram, neste ínterim, privatizados em sua maioria⁹⁴⁸. E, na crescente produção de resíduos, surgiu a opção de exportar detritos para outros estados⁹⁴⁹ e mesmo para países do chamado terceiro mundo⁹⁵⁰.

É neste contexto que emergem os riscos ambientais globais, todos eles menos tangíveis e imediatos que os mencionados até aqui e, portanto, de difícil assimilação nas descrições cotidianas da imprensa. Como já desenvolvi detalhadamente suas características e a interlocução internacional a respeito, retomo apenas o fato de que os riscos então passaram a ser globais e abstratos e podem ser sintetizados nos seguintes três eixos: a chuva ácida, decorrente da poluição atmosférica; a depleção da camada de ozônio; e o aquecimento global, ambos decorrentes da poluição atmosférica e das mudanças da superfície terrestre. O fato de nenhum deles ter efeito imediato no cotidiano das pessoas, pelo menos até muito recentemente, provavelmente retardou

como a divulgação seletiva de informações positivas sobre o desempenho ambiental ou social de uma empresa, sem a divulgação completa de informações negativas nessas dimensões, de modo a criar uma imagem corporativa excessivamente positiva” (Lyon; Maxwell, p. 5, 2011).

⁹⁴⁷ Segundo Melosi: “[...] a localização de aterros sanitários ultrapassou as batalhas nos subúrbios na década de 1980. O movimento por justiça ambiental que surgiu em meados da década – promovido por ex-ativistas dos direitos civis e diversas organizações de base – buscou enfrentar problemas percebidos como enraizados no “racismo ambiental”. A construção de aterros sanitários em bairros minoritários no centro da cidade – juntamente com riscos ambientais como envenenamento por chumbo ou exposição a pesticidas – tornou-se um foco de protestos” (Melosi, p. 211, 2005).

⁹⁴⁸ Segundo Melosi: “[...] Durante a década de 1970, quando as cidades de qualquer tamanho foram pesquisadas, menos de 42% utilizaram a coleta municipal exclusivamente e menos de 38% tinham algum serviço municipal. Dados da Associação Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos, publicado em 1984, indicaram que mais de 80 por cento do lixo do país foi recolhido por empresas privadas e que, entre 1973 e 1982, as comunidades com coleta privada aumentaram de 339 para 486”. (Melosi, p. 198, 2005) E ainda: “[...] Em 1984, apenas 17% dos aterros sanitários nos Estados Unidos eram privados; em 1991, esse número aumentou para mais de 50%” (Melosi, p. 214, 2005).

⁹⁴⁹ Segundo Melosi: “[...] Em um passado não tão distante, a transferência interestadual era uma ação que soava como desespero por parte daqueles que haviam desistido de soluções puramente locais. No final da década de 1980, no entanto, três estados do Nordeste – Nova Jersey, Pensilvânia e Nova York – exportavam oito milhões de toneladas de lixo por ano, grande parte para o Centro-Oeste, onde os aterros sanitários eram mais abundantes e as taxas de descarte eram mais baixas” (Melosi, p. 215, 2005).

⁹⁵⁰ Merchant, p. 183, 2002.

sua relevância na opinião pública, mas outros fatores significativos contribuíram, particularmente as perspectivas políticas e comerciais, como veremos agora com foco no modo da descrição das questões ambientais feita pela imprensa estadunidense nesse período.

8.6 A controvérsia como parâmetro seletor

Nos EUA, como explicitarei no capítulo “A construção da realidade no século XX”, os jornais surgiram como empreendimentos comerciais e constituíram-se com preceitos liberais, isto é, com a garantia de liberdade de expressão e de investigação profissional, ao mesmo tempo em que se tornaram bastante pautados pelo sensacionalismo, por fortes apelos emocionais à atenção e por críticas contundentes às suas elites políticas. No que diz respeito à tematização dos riscos ecológicos, o parâmetro seletivo mais interessante do jornalismo estadunidense é sua imparcialidade fundamentada em dar voz a todos os lados de um debate e esse parâmetro, reconhecido como uma busca pela neutralidade e pelo profissionalismo, permitiu a emergência de debates sobre os riscos ambientais baseados em informações falsas e falsas controvérsias que influíram na opinião pública – tanto localmente quanto internacionalmente, embora neste caso com menor intensidade. Se essa imparcialidade tem qualidade ética prática sobre outros assuntos, no caso dos riscos ecológicos, ela deturpa o problema, fazendo parecer que *pode ser e pode não ser* que eles existam, ou nas palavras de Oreskes e Conway: “*Embora a ideia de tempo igual para opiniões opostas faça sentido em um sistema político bipartidário, não funciona para a ciência, porque a ciência não é sobre opinião*”⁹⁵¹. Mas a imprensa (estadunidense) não é a única, talvez sequer a principal, responsável pela emergência e continuidade das falsas controvérsias sobre os riscos, mas sim parte relevante do seu ambiente de observação: desde os anos 1950, organizações econômicas (como as do tabaco, do petróleo (como a ExxonMobil), de automóveis, etc.) contratam empresas especializadas em relações públicas (como a Hill & Knowlton, por exemplo) e promovem institutos de pesquisas que as representam, assim como *think tanks* políticos (como o Marshall Institute) e lobistas que pressionam a imprensa através da Doutrina da Justiça, isto é, a partir da legislação que dispõe sobre a liberdade de expressão e sobre a necessidade de tempos iguais para o debate sobre temas relevantes⁹⁵².

⁹⁵¹ Oreskes; Conway, p. 41, 2010.

⁹⁵² Cito Oreskes e Conway: “[...] Sob essa doutrina, estabelecida em 1949 (em conjunto com o surgimento da televisão), os jornalistas de radiodifusão eram obrigados a dedicar tempo de antena a questões controversas de interesse público de maneira equilibrada” (Oreskes; Conway, p. 25-26, 2010).

Concomitantemente, os institutos de pesquisas e *think tanks* promovidos pela indústria contrataram, ao longo desse período, cientistas renomados – principalmente de outras áreas que não a da ecologia e correlatas – para serem seus porta-vozes para os *media*, o que deu aos discursos baseados em falsas controvérsias uma aparente legitimidade científica. A facilidade pela qual esses discursos foram selecionados e comunicados pela imprensa se justifica, principalmente, em dois âmbitos: o primeiro pode ser reconhecido como um fator generalizado globalmente, qual seja, o de que jornalistas têm conhecimento e tempo insuficiente para decidir sobre a veracidade de fatos ecológicos e científicos⁹⁵³ e, depois, a pressão exercida por organizações econômicas dispôs tanto da lei quanto do dinheiro para constranger, e às vezes ameaçar, os editores que se viam compelidos a incorporar as vozes conflitantes dentro das matérias. É sobretudo intrigante que os cientistas, de fato especializados nos riscos ecológicos, tiveram mais dificuldade em fazer valer a Doutrina da Justiça, tendo suas cartas de resposta recusadas inúmeras vezes por jornais e revistas e, em muitos momentos, sendo violados em sua própria reputação pública. Desde os anos 1950, como mostram detalhadamente Oreskes e Conway em “*Merchants of Doubt*”, a imprensa estadunidense constituiu-se como um verdadeiro campo de batalha de narrativas sobre riscos, no qual de um lado se observam claramente corporações econômicas de alto calibre e, do outro, cientistas e ambientalistas autenticamente preocupados. Enquanto organizações econômicas, os primeiros dispõem de dinheiro para fazer conhecida sua versão controversa e por vezes negacionista, um meio simbolicamente generalizado com efeitos praticamente imediatos. Já a ciência, por sua vez, dispõe da verdade, mas que, no entanto, demora a ser construída na forma de consenso e demora mais ainda para ser compreendida por um público leigo – como são os jornalistas e a audiência de jornais⁹⁵⁴.

Essa polarização, no entanto, entre as narrativas controversas patrocinadas pela grande indústria e as considerações dos riscos ecológicos pela ciência, como observadas pelos meios de comunicação, começou a ter primazia apenas no começo da década de 1980, durante o governo de Ronald Reagan⁹⁵⁵ – embora tenha ocorrido algo similar com os riscos relacionados ao tabaco

⁹⁵³ Segundo Michael Brüggemann e Sven Engesser: “[...] Jornalistas seguem essa prática, pois ela lhes permite demonstrar sua objetividade profissional e afastar acusações de cobertura unilateral. O equilíbrio também serve como um “substituto para verificações de validade” se os jornalistas não tiverem tempo ou experiência para avaliar a validade de declarações conflitantes de diferentes fontes” (Brüggemann; Engesser, p. 59, 2017).

⁹⁵⁴ Segundo Schoenfeld, Meier e Griffin: “Os primeiros repórteres ambientais tiveram grande dificuldade em compreender e comunicar o sistema de pessoas-recursos-tecnologia. Eles acharam especialmente difícil reconhecer e apresentar trocas justas e equilibradas entre energia, economia e meio ambiente. Esta foi uma era de um jornal de incerteza” (Schoenfeld; Meier; Griffin, p. 42, 1979).

⁹⁵⁵ Segundo Oreskes & Conway: “[...] Richard Nixon, um presidente que geralmente não é lembrado como um ambientalista visionário, criou a Agência de Proteção Ambiental e sancionou várias peças de legislação ambiental: a Extensão do Ato do Ar Limpo, o Ato da Água Limpa, o Ato de Espécies Ameaçadas e o Ato Nacional de Política

em 1950⁹⁵⁶ – e perdurou enquanto controvérsia científica mais ou menos até a primeira década do século XXI⁹⁵⁷ e, posteriormente, manteve-se como uma controvérsia política. Assim que, com a publicização do problema da chuva ácida em 1979, começaram a se construir as primeiras narrativas controversas sobre os riscos ecológicos socialmente produzidos. Nesse primeiro momento, o governo Reagan, através de um relatório para a imprensa, minimizou o problema através de três argumentos principais: i) o de que não havia consenso científico sobre as causas da acidificação, isto é, não se saberia se as causas seriam naturais ou sociais; ii) o de que seria muito caro o investimento em tecnologias alternativas para solucionar um problema sobre o qual não se tinha certeza; e iii) o de que legislações anteriores, como a *Clean Air Act*, já dispunham sobre a segurança de emissões de poluentes para a saúde humana⁹⁵⁸. Esse relatório divulgado para a imprensa tinha um tom de preocupação controlada e foi nesse tom que grandes jornais, como o Wall Street Journal, tornaram a chuva ácida conhecida: como um problema inexistente, mas que, caso existisse, já estava sendo administrado⁹⁵⁹. Como um primeiro problema internacional, neste caso entre EUA e Canadá, era preciso dar alguma resposta ao público e foi assim que, através de um painel constituído pela própria Casa Branca, admitiu-se finalmente o problema da chuva ácida, mas mantendo o ceticismo sobre sua causa social, em outras palavras, se não se sabia o que estaria causando a acidificação do ambiente, não haveria muito o que fazer a respeito – uma ação que ignorou completamente aquele relatório da Comissão de Conservação do Ar da Associação Americana para o Avanço da Ciência de 1965 que mencionei anteriormente. Grandes veículos da imprensa passaram então a tratar o alerta da ciência como um exagero e, por vezes, a acusando diretamente de estar errada e ter a intenção de gerar uma histeria coletiva⁹⁶⁰. A tendência de produzir comunicações ecológicas pautadas na dualidade

Ambiental. As coisas estavam mudando, no entanto, e dentro de alguns anos, Ronald Reagan começaria a afastar o Partido Republicano tanto da preservação ambiental quanto da regulamentação ambiental, uma posição que separaria o partido de seu ambientalismo histórico e o colocaria em rota de colisão com a ciência” (Oreskes; Conway, p. 78, 2010).

⁹⁵⁶ Oreskes; Conway, p. 265, 2010.

⁹⁵⁷ Schmid-Petri et al., p. 10, 2015.

⁹⁵⁸ Oreskes; Conway, p. 101, 2010.

⁹⁵⁹ Como no artigo mencionado por Oreskes & Conway: “Acidity Is Not the Major Factor”, publicado no Wall Street Journal de 28 de junho de 1984 e assinado por Alan W. Katzenstein.

⁹⁶⁰ Por exemplo: “[...] O Wall Street Journal publicou um artigo em sua página editorial escrito por um consultor da Edison Electric chamado Alan Katzenstein, intitulado ‘Acidity Is Not the Major Factor’ – que pode ser traduzida como ‘A acidez não é um fator importante’ –, questionando as evidências científicas e sugerindo que o verdadeiro ‘vilão na história da chuva ácida’ pode ser o alumínio. Um ecologista florestal respondeu em uma carta ao editor: ‘Katzenstein fez várias afirmações sobre as descobertas da pesquisa [e] todas elas estão incorretas!’ Quem foi Katzenstein? Um ecologista? Um químico? Um biólogo? Não, ele era um consultor de negócios que havia trabalhado anteriormente para a indústria do tabaco” (Oreskes; Conway, p. 108, 2010) e ainda: “[...] Likens tentou esclarecer as coisas com um artigo na Environmental Science and Technology intitulado ‘Red Herrings in Acid Rain Research’ – que pode ser traduzido como ‘Armadilhas Interpretativas na Investigação da Chuva Ácida’. Mas

amigo/inimigo começa a aprofundar-se nesse momento nos EUA, em outras palavras, começa a se definir com mais clareza duas perspectivas inconciliáveis: a da ciência, por um lado, e a das grandes corporações aliada ao conservadorismo político, de outro. Curioso, no entanto, é que as ONGs, assim como os movimentos de protesto ambiental, apesar de terem bastante relevância política e civil, constituíram-se muito pouco enquanto fontes para os jornalistas⁹⁶¹ que, nos EUA, deram preferência às fontes individuais e governamentais. Provavelmente por isso, cientistas, consultores e representantes governamentais personificaram, desde esse momento, as narrativas que repetiriam a dinâmica polarizada em todos os próximos temas ambientais no país.

Assim, quando o problema da depleção do ozônio atmosférico foi apresentado, as estratégias de comunicação negacionistas já estavam razoavelmente organizadas e, por que não dizer, institucionalizadas. Essa discussão começou, nos EUA, com a questão da possibilidade de aviões supersônicos terem influência na depleção do ozônio atmosférico, principalmente nas rotas do Atlântico Norte – cujo desenlace observamos anteriormente –, e logo desenvolveu-se na imprensa uma narrativa que colocava os alertas a este respeito contra o desenvolvimento tecnológico e, mais uma vez, como exageros de cientistas radicais que faziam alarde sem embasamento suficiente⁹⁶². No entanto, logo em seguida, tornou-se de conhecimento público que objetos de consumo comum, como sprays de cabelo, estavam afetando a camada de ozônio e isto sim chamou atenção dos meios de comunicação⁹⁶³, uma vez que o tema se conectava agora diretamente com o cotidiano da audiência, trazendo a responsabilidade ambiental mais uma vez para o âmbito individual. Em 1975, ainda durante o governo Ford, foi montado, pela Academia Nacional de Ciências, um Painel de Química Atmosférica para avaliar os riscos à camada de ozônio, que foi o tempo todo observado de perto pela imprensa. Em setembro de 1976, o relatório foi divulgado e as conclusões apontaram para sérios danos na camada de ozônio produzidos por

em um padrão que estava se tornando familiar, os fatos científicos foram publicados em um lugar onde poucas pessoas comuns os veriam, enquanto as alegações não científicas – que a chuva ácida não era um problema, que custaria centenas de bilhões para consertar – foram publicadas em veículos de grande circulação. Não era um campo de jogo nivelado. E não foi apenas a *Fortune* que deturpou a ciência e a situação. A *BusinessWeek* atacou a EPA como ‘ativista’ por tentar agir contra a chuva ácida – na verdade, por fazer seu trabalho. A *Consumers Research Magazine* (que, apesar do nome, era um periódico que consistentemente assumia posições pró-negócios) exigiu saber: ‘Acid Rain: How Great a Threat?’ – que pode ser traduzida como ‘Chuva ácida: quão grande é a ameaça?’ – William Brown reprisou seu artigo anterior na *Fortune* com um novo artigo em 1986, ‘Hysteria about Acid Rain’ – que pode ser traduzida como ‘Histeria sobre a chuva ácida’. Poucos meses depois, a *Fortune* repetiu sua alegação mais uma vez, insistindo que ‘o atraso faz sentido porque ainda temos muito a aprender sobre a chuva ácida’. The *Futurist* juntou-se ao coro, insistindo que ‘o júri ainda não se pronunciou sobre a chuva ácida’” (Oreskes; Conway, p. 116, 2010).

⁹⁶¹ Grundmann; Scott, p. 231, 2012.

⁹⁶² Oreskes; Conway, p. 125-126, 2010.

⁹⁶³ Oreskes; Conway, p. 127, 2010.

gases CFCs. Foi assim que, para este problema, houve uma ampla cobertura da imprensa e, já em 1977, foi proibido o uso de CFCs não essenciais, o que deu uma aparente solução prematura à questão. Note-se também que a ampla cobertura do assunto pela imprensa e as mobilizações do movimento ambiental⁹⁶⁴ já haviam surtido efeito na esfera pública, então, quando os CFCs não essenciais foram proibidos, a população já havia mudado seus hábitos de consumo⁹⁶⁵. O assunto arrefeceu até 1985, quando da descoberta do buraco na camada de ozônio sobre a Antártida, que prospectou o problema globalmente. Neste período, o negacionismo organizado pela indústria em *think tanks* (como o Cato Institute, o American Enterprise Institute, a Heritage Foundation⁹⁶⁶, o Competitive Enterprise Institute e o Marshall Institute⁹⁶⁷) e falsos experts já vinham desenvolvendo uma contranarrativa que acusava a ciência, mais uma vez, de extremismo e falso alarme. Enquanto o mundo preparava-se para a formulação do Protocolo de Montreal de 1987, o negacionismo continuava reverberando na imprensa estadunidense, tendo como porta-voz membros do próprio governo que lançavam mão inclusive da distorção de dados científicos oficiais⁹⁶⁸. Os argumentos mantiveram-se semelhantes àqueles usados para atacar a ciência da chuva ácida: i) de que não havia certeza sobre se havia depleção da camada de ozônio e, caso houvesse, havia incerteza sobre sua causa social; ii) de que a substituição dos CFCs por novas tecnologias seria um processo caro e arriscado; e iii) de que a comunidade científica era influenciada por um viés político antimercado⁹⁶⁹. Esse último argumento viria a ser endossado recorrentemente na imprensa estadunidense para atacar a ciência, tornando-a inimiga do livre mercado e tendenciosa ao espectro político de esquerda – uma vez que assumir os riscos implicaria em regulamentações. Vale a pena, portanto, deter-nos nele mais profundamente.

⁹⁶⁴ Segundo Rootes: “[...] não pode haver dúvidas de que a campanha do Greenpeace para promover refrigeradores amigáveis à camada de ozônio adiantou a eliminação gradual dos CFCs em vários anos” (Rootes, p. 633, 2004).

⁹⁶⁵ É interessante notar que: “[...] Enquanto isso, algo muito interessante havia acontecido: o povo americano já havia começado a mudar seus hábitos. Quando o chefe da Food and Drug Administration, Donald Kennedy, anunciou os regulamentos, em 1977, o uso de propulsores CFC já havia caído em três quartos. O público percebeu que havia muitos substitutos (muitas vezes mais baratos) para os CFCs, como antitranspirantes roll-on e sprays de bomba para produtos de limpeza de cozinha. A proibição do uso de propulsores, que entrou em vigor em 1979, foi apenas um golpe de misericórdia” (Oreskes; Conway, p. 133, 2010).

⁹⁶⁶ Segundo Oreskes & Conway: “[...] Em meados da década de 1980, a Heritage Foundation era apoiada por uma ampla gama de corporações e bancos, incluindo General Motors, Chase Manhattan e Mobil Oil. Um aspecto do esforço para lançar dúvidas sobre a destruição do ozônio foi a construção de uma contranarrativa que descreveu o esgotamento do ozônio como uma variação natural que estava sendo cinicamente explorada por uma comunidade científica corrupta, egoísta e extremista para obter mais dinheiro para suas pesquisas” (Oreskes; Conway, p. 142, 2010).

⁹⁶⁷ Oreskes; Conway, p. 142, 2010.

⁹⁶⁸ Oreskes; Conway, p. 144, 2010.

⁹⁶⁹ Oreskes; Conway, p. 146, 2010.

Até o início dos anos 1980, isto é, até o governo Reagan, tanto o Partido Republicano quanto o Partido Democrata tinham, cada qual a seu modo, tradições ambientalistas. Mas com a emergência do conhecimento público sobre os riscos ecológicos relacionados à ação social, ou ainda, ao modo de produção de energia, bens e serviços, o Partido Republicano foi se afastando das pautas ambientais, assim como os sindicatos, antes aliados ao movimento ambientalista e de base democrata, começaram a ser pressionados pela ameaça do desemprego e pela ideia, reforçada no discurso negacionista, de que a luta ecológica seria antiprogressista e, portanto, prejudicial aos trabalhadores – principalmente os da indústria⁹⁷⁰. É neste contexto que, no fim da Guerra Fria, o ambientalismo começou a ser observado nesses âmbitos, mas também na imprensa, como uma nova forma de comunismo⁹⁷¹. Essa foi uma estratégia retórica que transformou o ambientalismo no novo grande inimigo estadunidense no fim dos anos 1980. A paranoia gerada nas décadas anteriores deu as bases para que os cientistas que alertavam para os riscos ecológicos fossem tornados, para o grande público, em verdadeiros algozes do capitalismo – e, como não dizer, da realização do destino manifesto estadunidense –, e passaram a ser descritos como sabotadores do progresso com interesses escusos⁹⁷². É pertinente notar que tanto

⁹⁷⁰ Dois exemplos interessantes são os casos da crise energética (1970) e da Lei do Ar Limpo (1990). Segundo Velut: “[...] o contexto de recessão econômica na década de 1970 levou os sindicatos a se concentrarem mais estritamente na proteção de empregos, inibindo assim suas capacidades de alcance. Por outro lado, certos ramos radicais do ambientalismo, como a ecologia profunda, questionaram modelos convencionais de crescimento econômico e buscaram redefinir a sustentabilidade ambiental. Seu modelo de “crescimento zero” dificilmente colhia o apoio de trabalhadores sindicalizados preocupados com o futuro da manufatura americana” (Velut, p. 64, 2011). E: “[...] Poucos anos depois, os debates sobre a Lei do Ar Limpo de 1990 comprometeram ainda mais suas chances (de ambientalistas e trabalhadores) de construir uma aliança sólida – dessa vez em nível nacional. Nesse caso, o United Mine Workers se opôs às restrições de enxofre defendidas pelos ambientalistas. Aqui, novamente, os empregadores exploraram as ansiedades dos trabalhadores sobre a insegurança no emprego para mobilizar os membros do sindicato contra o projeto de lei ambiental. A campanha antiecológica da indústria, no entanto, não foi simplesmente um caso de ‘chantagem ambiental’. Após a aprovação do Clean Air Act, os mineradores de carvão, especialmente no Leste, perderam milhares de empregos, pois as empresas de eletricidade mudaram para o carvão ocidental com baixo teor de enxofre para atender aos padrões mais rigorosos de poluição do ar” (Velut, p. 66, 2011).

⁹⁷¹ Schmid-Petri et al., p. 3, 2015.

⁹⁷² No caso da depleção da camada de ozônio, por exemplo, Fred Singer, aliado ao Instituto Marshall, passou muitos anos acusando publicamente a ciência de fraude mal-intencionada. Segundo Oreskes & Conway: “[...] A agenda “real” dos ambientalistas – e dos cientistas que forneceram os dados em que se basearam – era destruir o capitalismo e substituí-lo por algum tipo de socialismo utópico mundial – ou talvez comunismo. Isso ecoou um refrão comum da direita no início dos anos 1990: que a regulamentação ambiental era a ladeira escorregadia para o socialismo. Em 1992, o colunista George Will resumiu essa visão, dizendo que o ambientalismo era uma “árvore verde com raízes vermelhas”. [...] Não é de surpreender que o Instituto Marshall tenha aceitado as alegações de Singer sobre ozônio, porque compartilhavam de seu anticomunismo apaixonado. Também não é surpreendente que ele tenha encontrado locais de publicação dispostos. O Washington Times e a National Review eram estridentemente anticomunistas em suas opiniões editoriais; o Wall Street Journal, a Forbes e a Fortune eram obviamente pró-negócios e orientados para o mercado. O Wall Street Journal manteve o ritmo por vários anos com artigos e editoriais com títulos como “Bad Climate in Ozone Debate” e “Ozone, CFCs, and Science Fiction”, “The Dreaded Ozone Hole” e, após o Prêmio Nobel a Rowland e seus colegas, “Nobel Politicized Award in Chemistry” (Oreskes; Conway, p. 152, 2010).

as falsas controvérsias quanto as acusações disparatadas sobre a comunicação científica acerca dos riscos ser politicamente enviesada se estabilizaram como um recurso comunicativo que permaneceu nos meios de comunicação estadunidenses, constituindo-se como um parâmetro seletivo, isto é, como um atrator da memória para o qual todos os debates posteriores sobre os riscos ecológicos retornaram eventualmente por três décadas. Até mesmo em descrições sobre a Cúpula da Terra, em 1992, no Rio de Janeiro, houve quem acusasse publicamente, no Wall Street Journal, por exemplo, as Nações Unidas de uma conspiração comunista que amordaçaria o mercado e conduziria o mundo para o socialismo⁹⁷³. A metáfora do ambientalismo como uma melancia, verde por fora e vermelha por dentro, ou de uma árvore verde com raízes vermelhas, se perpetuou e, segundo Oreskes e Conway, em 2009, por exemplo, o Washington Post publicou – sob a voz de Charles Krauthammer – que o ambientalismo seria o socialismo por outros meios, isto é, uma forma velada de redistribuição de riqueza⁹⁷⁴.

O problema da camada de ozônio declinou na imprensa depois do Protocolo de Montreal em 1987⁹⁷⁵ e, ao mesmo tempo, outro problema ambiental emergiu na arena pública: os riscos relacionados ao aquecimento global⁹⁷⁶. Em 1988, os EUA sofreram com altas temperaturas e com o clima seco, o que ampliou a cobertura da imprensa sobre o tema, uma vez que colheitas foram perdidas e o preço dos alimentos subiu⁹⁷⁷. Neste mesmo ano, o cientista da NASA, James Hansen, testemunhou perante o Congresso, atribuindo causas sociais ao aquecimento global e pedindo ações governamentais urgentes⁹⁷⁸. O depoimento de Hansen teve ressonância, no sentido de que mobilizou imediatamente dois projetos de lei no Senado. Assim, entre 1988 e 1989, a cobertura da imprensa sobre o tema focou nas causas sociais de forma bastante alinhada ao discurso científico, pontuando, inclusive, algumas soluções factíveis para os riscos do aquecimento global, prevalecendo enquadramentos⁹⁷⁹ que focaram nas possíveis consequências

⁹⁷³ Oreskes; Conway, p. 280, 2010.

⁹⁷⁴ Oreskes; Conway, p. 282, 2010.

⁹⁷⁵ Schreurs et al., p. 351, 2001.

⁹⁷⁶ Segundo Liu, Lindquist e Vedlitz: “A mudança climática como um problema apareceu na mídia de notícias dos EUA e em audiências do Congresso desde o final dos anos 1960 e início dos anos 1970” (Liu; Lindquist; Vedlitz, p. 407, 2011).

⁹⁷⁷ Oreskes; Conway, p. 206, 2010.

⁹⁷⁸ Boykoff; Boykoff, p. 127, 2004.

⁹⁷⁹ Segundo Lauren Feldman, P. Sol Hart e Tijana Milosevic: “[...] O enquadramento é o processo pelo qual um aspecto específico de uma questão recebe ênfase especial em relação a outros aspectos dessa questão. Notícias sobre mudanças climáticas podem destacar inúmeras dimensões diferentes de uma questão, incluindo ambiental, econômica, de saúde pública, de segurança nacional, moralidade, conflito político e responsabilidade pública, e essas escolhas de enquadramento afetam a forma como as pessoas interpretam as informações sobre mudanças climáticas” (Feldman et al., p. 4, 2015).

econômicas e ambientais, assim como nas necessárias inovações tecnológicas como solução⁹⁸⁰. Na campanha presidencial de 1988, na qual disputaram Michael Dukakis e George H. W. Bush, o tema apareceu e Bush, que ganhou as eleições, prometeu “*combater o efeito estufa com o efeito Casa Branca*”⁹⁸¹. Mas o alinhamento entre o discurso científico e o político durou pouco. Logo em 1990, começou uma nova cruzada do negacionismo institucionalizado⁹⁸², desta vez sob o governo H. W. Bush, contra as projeções científicas sobre os riscos do aquecimento global. As principais fontes para a imprensa sobre o tema, que antes eram científicas, passaram mais uma vez a ser do funcionalismo governamental que insistiu na tática de argumentar que não havia consenso a respeito das causas sociais do aquecimento global e que qualquer medida regulatória poderia prejudicar de forma injustificada a economia⁹⁸³. A opção ofertada foi a aderência voluntária das indústrias poluentes aos programas de redução de poluição e a isto foi dada ampla visibilidade na imprensa⁹⁸⁴. Ao mesmo tempo, um relatório, produzido pelos físicos Frederick Seitz e William Nierenberg e pelo astrônomo Robert Jastrow, questionou as evidências sobre o aquecimento global e seu conteúdo negacionista foi acolhido tanto pelo governo quanto pela grande imprensa, reverberando, por exemplo, no New York Times, no Washington Post e na Newsweek⁹⁸⁵. No início dos anos 1990, com a questão do efeito estufa produzido pela depleção do ozônio, havia quem, patrocinado pela indústria de combustíveis fósseis, propagasse informações falsas sobre os riscos, argumentando, por exemplo, que o aumento de emissão de CO₂ poderia ser até benéfico para o meio ambiente porque aumentaria a produção de fotossíntese⁹⁸⁶. Em 1992, com a Cúpula da Terra seguida dos relatórios do IPCC, a polarização entre as narrativas controversas e a descrição científica se acirrou, considerando que o aquecimento global passou a ser um problema internacional tanto na comunicação científica quanto política. Assim, os ataques foram radicalizados. Neste momento, começa a se desenhar também no Congresso a divergência entre republicanos e democratas sobre regulamentações

⁹⁸⁰ Bolsen; Shapiro, p. 5, 2017.

⁹⁸¹ Grundmann; Scott, p. 232, 2012.

⁹⁸² Boykoff; Boykoff, p. 130, 2004.

⁹⁸³ Boykoff; Boykoff, p. 130-131, 2004.

⁹⁸⁴ Boykoff; Boykoff, p. 133, 2004.

⁹⁸⁵ Oreskes; Conway, p. 13, 2010.

⁹⁸⁶ Segundo Oreskes & Conway: “Na década de 1980, (Patrick J.) Michaels [...] produziu um boletim trimestral chamado Relatório do Clima Mundial, financiado pelo menos em parte por interesses de combustíveis fósseis, e o usou como plataforma para atacar a ciência climática convencional. A Review circulou gratuitamente para os membros da Sociedade para o Jornalismo Ambiental, garantindo que suas alegações recebessem ampla atenção. No início da década de 1990, ele trabalhou como consultor da Associação de Combustíveis Ocidentais, um grupo da indústria de mineração de carvão, para promover a ideia de que queimar combustíveis fósseis era bom, porque levaria a maiores rendimentos das colheitas, já que o aumento do CO₂ atmosférico levaria ao aumento da fotossíntese e, portanto, ao aumento da produtividade agrícola” (Oreskes; Conway, p. 227, 2010).

acerca de questões ambientais, divergência esta que se aprofundaria nos próximos anos, transformando-se em uma polarização ideológica partidária⁹⁸⁷ que transbordaria para o eleitorado⁹⁸⁸, neste e em outros temas relevantes. Nos anos subsequentes, com a tomada do Congresso pelos republicanos em 1994, os conservadores passaram a ter nas pautas ambientais um dos principais macetes para atacar o partido democrata⁹⁸⁹. No segundo relatório do IPCC, publicado em 1996, Ben Santer escreveu o oitavo capítulo, atribuindo ao aquecimento global o fator social pela emissão dos gases do efeito estufa e, a partir de então, passou a ser publicamente atacado na grande imprensa estadunidense como um manipulador com intenções políticas⁹⁹⁰. Por outro lado, o segundo relatório do IPCC chamou muita atenção dos meios de comunicação globalmente, obrigando a imprensa estadunidense a relatar seu conteúdo, apesar de colocar lado a lado com a ciência do clima as opiniões controversas de negacionistas. A questão ganhou a capa do New York Times⁹⁹¹, mas, no Wall Street Journal, o IPCC foi duramente criticado, particularmente pelo Marshall Institute, que alegava não haver evidências suficientes para atribuir ao aquecimento global o fator social. Mesmo os jornais mais moderados politicamente foram constrangidos a mostrar os dois lados da moeda⁹⁹² e esse equilíbrio perpetrado em falsas controvérsias provou-se mais uma vez ser um atrator seletivo baseado na Doutrina da Justiça, ou seja, na pressuposição de que o tema dos riscos ecológicos deveria ser tratado como um grande debate. O governo ressoou a produção de falsas controvérsias sobre a incerteza científica a respeito do aquecimento global publicadas na imprensa, assim como o Congresso que tomou a decisão, em 1995, de reduzir as verbas para pesquisas climáticas em mais de um terço sob a

⁹⁸⁷ Segundo Aaron M. McCright, Chenyang Xiao e Riley E. Dunlap: “[...] de 1991 a 2013, a diferença partidária nas pontuações de votação ambiental aumentou substancialmente. Uma diferença de 29 pontos em 1990 foi seguida por uma diferença de 38 pontos em 1991 – a maior diferença até então. Nos últimos anos do período (2011-2012), a diferença atingiu a casa dos 70 pontos” (McCright, Xiao, Dunlap, p. 253, 2014).

⁹⁸⁸ McCright, Xiao, Dunlap, p. 258, 2014.

⁹⁸⁹ Schmid-Petri, p. 3, 2015.

⁹⁹⁰ Segundo Oreskes & Conway: “[...] Mais público – e mais divulgado – foi um artigo de opinião publicado no Wall Street Journal, acusando Santer de fazer as supostas mudanças para ‘enganar os formuladores de políticas e o público’. As mudanças foram feitas em resposta aos comentários de revisão de colegas cientistas. Santer tentou se defender em uma carta ao editor do Wall Street Journal – uma carta assinada por 29 coautores, todos cientistas ilustres, incluindo o diretor do Programa de Pesquisa de Mudanças Globais dos EUA. Mas o Journal publicou apenas uma parte das cartas de Santer e Bolin, e duas semanas depois, eles deram aos acusadores mais uma oportunidade de jogar lama, publicando uma carta declarando que o relatório do IPCC havia sido ‘manipulado para fins políticos’. A lama ficou presa, e as acusações foram amplamente ecoadas por grupos da indústria, jornais e revistas de negócios e grupos de reflexão” (Oreskes; Conway, p. 10, 2010).

⁹⁹¹ Segundo Oreskes & Conway, o New York Times declarou na sua primeira página: “Numa importante mudança de julgamento científico, os especialistas que aconselham os governos do mundo sobre as alterações climáticas estão a dizer pela primeira vez que a atividade humana é uma causa provável do aquecimento da atmosfera global” (Oreskes; Conway, p. 226, 2010).

⁹⁹² Oreskes; Conway, p. 239, 2010.

alegação de que o tema seria uma moda apoiada por liberais de esquerda⁹⁹³. Em 1997, o Protocolo de Quioto novamente alavancou as comunicações na imprensa sobre os riscos ambientais: dobrou a quantidade de matérias publicadas em relação aos meses anteriores e a cobertura televisiva aumentou em expressivas dez vezes. O principal enquadramento das notícias foi seguindo a tendência dos anos anteriores, o de um grande debate político, e se manteve a perspectiva de que ainda havia incerteza científica sobre os riscos. A querela cética permaneceu na tríade argumentativa: i) de que as provas sobre as mudanças climáticas eram fracas ou inexistentes; ii) de que poderiam surgir benefícios econômicos do aquecimento global e iii) de que a regulamentação, alinhada à Quioto, poderia prejudicar a economia e ainda assim não ser eficaz⁹⁹⁴.

Para enfatizar a tendência da imprensa estadunidense em uma abordagem controversa, vale a pena mencionar que um estudo, que analisou as publicações sobre o aquecimento global nos principais jornais estadunidenses (New York Times, Washington Post, Los Angeles Times e Wall Street Journal) entre 1988 e 2002, concluiu que 78,20% das reportagens fizeram uma narrativa equilibrada sobre as soluções para o aquecimento global⁹⁹⁵, 52,65% o fizeram para a questão das causas antropogênicas do aquecimento global e 35,29% enfatizaram as causas antropogênicas, mas ainda assim as apresentaram como um lado de um debate, isto é, como uma conclusão controversa⁹⁹⁶. Segundo seus autores, Maxwell T. Boykoff e Jules M. Boykoff, essa posição de equilíbrio da narrativa sobre o aquecimento global tornou-se uma característica da imprensa estadunidense⁹⁹⁷ que perpetuou um viés altamente prejudicial para a tomada de decisões em âmbito nacional e global, no que diz respeito ao tratamento dos riscos inerentes à questão⁹⁹⁸, visto que na história recente os governos estadunidenses se abstiveram de se

⁹⁹³ Segundo Oreskes & Conway: “Poderíamos descartar toda essa história como apenas lutas internas dentro da comunidade científica, exceto que as alegações do Instituto Marshall foram levadas a sério na Casa Branca de Bush e publicadas no Wall Street Journal, onde teriam sido lidas por milhões de pessoas educadas. Os membros do Congresso também os levaram a sério. Propondo um projeto de lei para reduzir o financiamento da pesquisa climática em mais de um terço em 1995, o congressista Dana Rohrabacher chamou isso de ‘ciência da moda que é apoiada por políticas liberais/de esquerda, em vez de boa ciência’. Em julho de 2003, o senador James Inhofe chamou o aquecimento global de ‘a maior farsa já perpetrada contra o povo americano’” (Oreskes; Conway, p. 238, 2010).

⁹⁹⁴ Bolsen, Shapiro, p. 6-7, 2017.

⁹⁹⁵ Boykoff; Boykoff, p. 131, 2004.

⁹⁹⁶ Boykoff; Boykoff, p. 129, 2004.

⁹⁹⁷ Como vimos, a imprensa do Reino Unido também apresenta narrativas céticas sobre os riscos ecológicos, mas em menor proporção que a dos EUA.

⁹⁹⁸ Boykoff; Boykoff, p. 133, 2004.

comprometer com políticas de prevenção⁹⁹⁹ enquanto a opinião pública sobre o problema produziu-se com base na incerteza e em falsas controvérsias.

Não obstante, as publicações na imprensa sobre o aquecimento global vieram aumentando desde 1980 nos EUA. Uma pesquisa longitudinal com os jornais New York Times, Los Angeles Times e Chicago Tribune mostrou que, na década de 1980, foram publicados em média 56,4 artigos sobre o tema por ano; em 1990, essa média subiu para 157,7; e entre 2000 e 2005, para 337,3¹⁰⁰⁰. Segundo Grundmann, considerando o New York Times, o Washington Post e o Wall Street Journal, enquanto a questão do efeito estufa teve um volume de 430 artigos publicados entre 1974 e 1990, a questão das mudanças climáticas suscitou 3.134 artigos entre 1993 e 2002¹⁰⁰¹. É possível depreender, portanto, que os riscos do aquecimento global se tornaram amplamente conhecidos, ou ainda, que o problema estava bem estabelecido na esfera pública já nos anos 1990¹⁰⁰². No entanto, o enquadramento equilibrado fez com que, nos EUA, as pessoas fossem, pelo menos até a primeira década de 2000, muito menos propensas a acreditar no aquecimento global do que em outros lugares do mundo¹⁰⁰³. Na televisão, o modelo de reportagem equilibrada manteve-se. Segundo Maxwell T. Boykoff, entre 1995 e 2004, 70% da cobertura televisiva sobre o fator antropogênico do aquecimento global foi feita no modelo equilibrado, isto é, adotando o parâmetro da controvérsia. Em 2005, a questão do aquecimento

⁹⁹⁹ Por exemplo, no que diz respeito ao Protocolo de Quioto, segundo Grundmann: “Embora a avaliação científica não tenha sido revertida desde 1996, a política oficial dos EUA foi. Bush chamou o Protocolo de Quioto de ‘fatalmente falho’ porque seria economicamente prejudicial e injusto, pois não haveria envolvimento suficiente dos países em desenvolvimento. Em seu Segundo Relatório de Avaliação, o IPCC (1995) declarou que ‘o equilíbrio de evidências sugere que há uma influência humana discernível no clima global’. Acadêmicos atribuíram a mudança na política climática dos EUA à divulgação deste relatório. Como Edwards e Schneider (2001) observaram, após um longo período em que os Estados Unidos não apoiaram metas vinculativas na formulação de políticas ambientais internacionais, as coisas começaram a mudar após a divulgação do Segundo relatório de Avaliação: relação entre ciência e política de uma forma muito linear e tecnocrática. Curiosamente, ele fez referência explícita ao ‘estado incompleto do conhecimento científico das causas e soluções para a mudança climática global’ quando retirou o compromisso dos EUA com o Protocolo de Quioto e suas metas vinculativas. Isso ressalta o pensamento dominante da conexão linear entre consenso científico e política pública. Em 11 de maio de 2003, a Casa Branca solicitou uma revisão rápida do estado da ciência climática da Academia Nacional de Ciências (NAS). Em seu relatório, onze cientistas atmosféricos importantes reafirmaram a visão científica dominante de que a atmosfera da Terra estava ficando mais quente e que a atividade humana era amplamente responsável. No entanto, apesar do fato de que o governo não conseguiu obter apoio da NAS, ele, no entanto, foi capaz de manter firme a visão de que o Protocolo de Quioto era fatalmente falho e que ‘não podemos fazer algo que prejudique a economia americana’. Há duas questões aqui. Uma é a incerteza com respeito à influência humana no clima, e a outra é a incerteza com respeito ao impacto do Protocolo de Quioto na economia dos EUA. Claramente, a administração Bush valoriza o último sobre o primeiro, em que a ‘ciência parece simplesmente uma capa legitimadora e será empregada por diferentes atores de diferentes maneiras’. Isso leva a uma faixa para decisões tomadas com base em outros fatores” (Grundmann, p. 76-77, 2006).

¹⁰⁰⁰ Liu; Lindquist; Vedlitz, p. 409, 2011.

¹⁰⁰¹ Grundmann, p. 83, 2006.

¹⁰⁰² Segundo Bolsen e Shapiro: “[...] em 1988, 58% do público dos EUA tinha ouvido falar ou lido algo sobre o aquecimento global” (Bolsen, Shapiro, p. 4, 2017).

¹⁰⁰³ Xie, p. 152, 2015.

global foi bastante proeminente, devido principalmente às eleições de meio de mandato do Congresso e pela postura pública do ator hollywoodiano Arnold Schwarzenegger enquanto governador da Califórnia, que aprovou uma lei de amplo alcance para limitar as emissões industriais de poluentes – cuja importância continuou alta para a imprensa pelo menos até 2007¹⁰⁰⁴. Em 2006, o ex-vice-presidente Al Gore lançou um filme documentário a respeito dos riscos ecológicos – *Uma Verdade Inconveniente*¹⁰⁰⁵ – particularmente sobre o aquecimento global, que reverberou globalmente e fez os índices de publicações na imprensa dispararem no mundo todo, principalmente nos EUA. Nele, o ex-vice-presidente apresenta de forma didática – e um tanto autobiográfica – a seriedade dos riscos ecológicos e ele o faz de uma forma sóbria e assertiva. Dois anos antes, em 2004, outro filme – este de ficção – já havia abordado o tema, mas de forma altamente apelativa: *O Dia Depois de Amanhã*¹⁰⁰⁶, que mostra cenas hiperbólicas nas quais Nova York é destruída por eventos climáticos extremos, uma forte representação dos possíveis efeitos escatológicos do aquecimento global. O alarmismo cinematográfico teve expressiva ressonância na imprensa, que repercutiu as questões climáticas descritas no filme dez vezes mais do que o fez com o relatório do IPCC de 2001¹⁰⁰⁷. Apesar do tema estar em alta¹⁰⁰⁸, portanto, quando os furacões Katrina e Rita assolaram os EUA em 2005, eles não foram lá amplamente conectados às mudanças climáticas¹⁰⁰⁹ – embora tenham sido em outros lugares, como no Reino Unido –, assim como o filme de Al Gore parece ter sido validado de forma circunscrita por um público já convertido, por assim dizer, e afeito, portanto, à perspectiva ambientalista. Em outras palavras, apesar desses dois produtos midiáticos de amplo alcance, nos anos seguintes o ceticismo sobre as mudanças climáticas e/ou suas causas sociais se manteve bastante alto, isto é, relativo a praticamente metade da população estadunidense¹⁰¹⁰. Em 2007, o

¹⁰⁰⁴ Grundmann; Scott, p. 230, 2014.

¹⁰⁰⁵ Do original “An Inconvenient Truth”, dirigido por Davis Guggenheim e estreado em 2 de novembro de 2006.

¹⁰⁰⁶ Do original “*The Day After Tomorrow*”, dirigido por Roland Emmerich e estreado em 28 de maio de 2004.

¹⁰⁰⁷ Bolsen; Shapiro, p. 8, 2017.

¹⁰⁰⁸ Schäfer; Scheffran; Penniket, p. 11, 2016.

¹⁰⁰⁹ Segundo Liu, Lindquist e Vedlitz: “Entre o público em geral, uma pesquisa nacional divulgada pelo Pew Research Center (2005) indica que apenas um em cada quatro americanos assumiu qualquer ligação entre a gravidade do furacão Katrina e as mudanças climáticas globais, enquanto dois terços acreditavam que era apenas o tipo de evento climático severo que acontece de tempos em tempos” (Liu; Lindquist; Vedlitz, p. 410, 2011).

¹⁰¹⁰ Segundo Oreskes & Conway: “No entanto, muitos americanos permaneceram céticos. Uma pesquisa de opinião pública relatada na revista Time em 2006 descobriu que pouco mais da metade (56%) dos americanos achavam que as temperaturas globais médias haviam aumentado – apesar do fato de que praticamente todos os cientistas do clima pensavam assim. Uma pesquisa da ABC News naquele ano relatou que 85% dos americanos acreditavam que o aquecimento global estava ocorrendo, mas mais da metade não achava que a ciência estava definida; 64% dos americanos perceberam ‘muita discordância entre os cientistas’. O Pew Center for the People and the Press deu o número de acreditar que há ‘evidências sólidas de que a Terra está se aquecendo’ como 71% em 2008, mas em 2009, a resposta para essa mesma pergunta foi de apenas 57%” (Oreskes; Conway, p. 190-191, 2010).

filme *Uma Verdade Inconveniente* ganhou o Oscar de melhor filme documentário e Al Gore e o IPCC receberam o Nobel da Paz, o primeiro pelo empenho e dedicação às causas ambientais e o segundo pelo Quarto Relatório de Avaliação no qual se propunham meios de condução para a crise climática iminente. O episódio teve ampla cobertura na imprensa¹⁰¹¹, como era de se esperar, e projetou Al Gore como o porta-voz estadunidense sobre o meio ambiente para o mundo, mas, apesar disso, o tema dos riscos ecológicos manteve-se controverso dentro dos EUA, principalmente sobre suas causas sociais. Vale ressaltar, no entanto, que a polarização política iniciada na década de 1990 tornou-se, neste íterim, mais notável nos veículos de comunicação: o Wall Street Journal, por exemplo, manteve-se ferrenhamente alinhado ao conservadorismo e à perspectiva de que regulações ambientais poderiam prejudicar a economia¹⁰¹², enquanto o USA Today e o Chicago Tribune, por exemplo, mantiveram-se mais equilibrados, enquanto o New York Times, o LA Times, o Washington Post, o Newsweek e a revista Time mostraram mais alinhamento às descrições científicas e ao espectro democrata¹⁰¹³. O mesmo vale para noticiários televisivos: a Fox News tornou-se a maior perpetradora do ceticismo climático e, entre 2007 e 2008, desprezou as mudanças climáticas em 60% de suas emissões e as aceitou em apenas 20%; enquanto a MSNBC e a CNN, mais liberais, praticamente não questionaram as mudanças climáticas antropogênicas¹⁰¹⁴. Apesar dessas diferenças bruscas entre organizações jornalísticas alinhadas a um ou outro espectro político, nos anos seguintes começou a se desenhar um arrefecimento do negacionismo radical – aquele que nega completamente as mudanças climáticas e suas evidências científicas – que passou a um negacionismo mais sutil movido pela desmotivação em relação à regulamentação, assim como diminuíram em muito as vozes céticas oriundas de *think tanks* e institutos de pesquisas apócrifos nos jornais que passaram o protagonismo a políticos do espectro conservador. Esse fenômeno já era observável em 2009, quando do escândalo do Climategate: nos primeiros três quartos do ano, o consenso científico foi presente em 93% dos artigos publicados, enquanto no momento posterior ao escândalo e à Cúpula de Copenhague esse número baixou para 75%. No entanto, o Wall Street Journal e outros jornais conservadores publicaram a maioria deles, enquanto parte significativa dos outros jornais tratou a questão como uma campanha de difamação da ciência e não como uma nova controvérsia¹⁰¹⁵. Concomitantemente, o pleito de 2008, que elegeu Barack

¹⁰¹¹ Dunlap et al., p. 5, 2016.

¹⁰¹² Polezonis, p. 24, 2022.

¹⁰¹³ Feldman, Hart, p. 6, 2015.

¹⁰¹⁴ Polezonis, p. 25-26, 2022.

¹⁰¹⁵ Bolsen, Shapiro, p. 9, 2017 e Bohr, p. 6, 2020.

Obama, deu início a um novo episódio das comunicações ecológicas: por um lado, a imprensa continuou perdendo a propensão às reportagens equilibradas no que diz respeito ao consenso científico sobre os riscos ecológicos; por outro, a polarização política se aprofundou com a emergência do movimento conservador Tea Party, que operou uma completa reorganização do Partido Republicano¹⁰¹⁶ na oposição, resvalando nas comunicações jornalísticas, agora definitivamente não mais baseadas na controvérsia científica, mas na controvérsia política sobre como dispor ações vinculantes no que diz respeito aos riscos ambientais, dentre outros temas. O estudo de Hannah Schmid-Petri, Silke Adam, Ivo Schmucki e Thomas Häussler, por exemplo, que observou os jornais impressos de todos os espectros políticos¹⁰¹⁷ entre junho de 2012 e maio de 2013, concluiu que não havia diferença contundente entre eles no que diz respeito ao consenso das mudanças climáticas antropogênicas, sendo que 88% deles estavam alinhados ao discurso científico vigente e apenas 2% mostraram-se explicitamente negacionistas. Por outro lado, se as causas do aquecimento global e sua factualidade não eram mais questionadas, emergiu o que os autores chamaram de ceticismo de impacto, isto é, questionamentos sobre as consequências e a melhor forma de agir sobre elas – que apareceu em 34% da amostra¹⁰¹⁸. A questão é colocada, principalmente, pelo enquadramento da economia *versus* ecologia, na qual a eficácia das regulamentações é persistentemente contestada. Ao mesmo tempo, embora na imprensa as causas sociais das mudanças climáticas estivessem estabelecidas, predominou o enquadramento

¹⁰¹⁶ Segundo Riley E. Dunlap, Aaron M. McCright e Jerrod H. Yarosh: “Os cientistas políticos [...] indicam que a guinada republicana para a direita excedeu a guinada democrata para a esquerda e, portanto, contribuiu desproporcionalmente para essa polarização. Essa tendência se tornou especialmente aparente à medida que a reação anti-Obama liderada pelo Tea Party, financiada por elites conservadoras como Charles e David Koch, ajudou a empurrar os republicanos ainda mais para a direita. De fato, Theda Skocpol e Alexander Hertel Fernandez documentam como uma rede de mega doadores conservadores (liderada pelos irmãos Koch) criou um Partido Republicano paralelo, reduzindo a influência do Comitê Nacional Republicano ao financiar uma ampla gama de organizações (incluindo a Americans for Prosperity, uma grande força por trás do Tea Party) que apoiam candidatos republicanos e os pressionam a endossar visões extremamente conservadoras. [...] Não é de surpreender que, dado o apoio dos irmãos Koch e de outros que promovem uma ideologia anti-reguladora intensa, o Tea Party tenha incorporado prontamente o antiambientalismo e a negação das alterações climáticas na sua agenda. Na verdade, os estudos mostram que aqueles que se identificam com o Tea Party têm opiniões substancialmente mais céticas relativamente às alterações climáticas do que os republicanos típicos do público em geral. Talvez mais importante sejam as campanhas de astroturf contra a legislação climática, promovidas por grupos do Tea Party. [...] O Tea Party juntou-se assim a um já ativo ‘contramovimento de negação’ – constituído por empresas de combustíveis fósseis e aliados empresariais como os EUA” (Dunlap, McCright, Yarosh, p. 6, 2016).

¹⁰¹⁷ Segundo Schmid-Petri et al.: “[...] podemos categorizar o Wall Street Journal como conservador e o New York Times, o LA Times e o Washington Post como liberais. A inclinação ideológica do USA Today e do Chicago Tribune é menos clara. De acordo com as categorizações, elas não podem ser categorizadas nem como liberais nem como conservadoras, mas sim como centristas. Além disso, analisamos as revistas Time Magazine, Newsweek e National Geographic International. Seguindo a classificação desenvolvida por Groseclose e Milyo (2005) – que medem o conteúdo ideológico contando citações de think tanks –, podemos classificar a Newsweek e a Time Magazine como liberais” (Schmid-Petri et al., p. 6, 2015).

¹⁰¹⁸ Schmid-Petri et al., p. 10, 2015.

no embate político, enquanto a gravidade dos riscos e as formas de adaptação e mitigação, tanto no nível da sociedade quanto no nível individual, ficaram de fora, o que pode ter conduzido as expectativas da opinião pública não para as ações necessárias, mas para a despreocupação ou para a impotência¹⁰¹⁹. Porquanto, entre a população estadunidense, o ceticismo permaneceu alto: em 2010, 48% das pessoas acreditavam que a imprensa exagerava os riscos das mudanças climáticas¹⁰²⁰ e, em 2014, 40% ainda acreditavam que suas causas eram naturais¹⁰²¹.

Durante o governo Obama (2009-2017), os democratas protagonizaram avanços relevantes a nível nacional e regional. O Acordo de Paris em 2015 teve a aderência dos EUA e uma participação razoável de políticos de todos os níveis, assim como produziu a maior cobertura da imprensa dos últimos quinze anos retrospectivos¹⁰²². No estudo de Constantino Boussalis, Travis G. Coan e Mirya R. Holman, que abarcou as comunicações feitas na imprensa por governos locais nos EUA entre 2010 e 2016, foi notável a adesão de prefeitos às metas internacionais de contenção aos riscos ambientais¹⁰²³. Particularmente, aqueles do espectro democrata mostraram-se especialmente empenhados em políticas de mitigação e mesmo republicanos em cidades particularmente suscetíveis a eventos climáticos extremos, como Miami e Virginia Beach¹⁰²⁴, mostraram-se simpáticos à causa. Concomitantemente, jornais de

¹⁰¹⁹ Segundo Feldman, Hart e Milosevic, na conclusão de um estudo que analisou a cobertura sobre mudanças climáticas no The New York Times, The Wall Street Journal, The Washington Post e USA Today entre 2006 e 2011: “[...] os resultados sugerem que os principais jornais dos EUA discutem as mudanças climáticas de maneiras que têm o potencial de deixar os leitores despreocupados com as mudanças climáticas, impotentes ou ambos. Primeiro, em todos os jornais, os impactos e as ações tiveram maior probabilidade de serem discutidos separadamente do que juntos no mesmo artigo. Assim, o público recebe informações sobre os impactos das mudanças climáticas sem informações sobre como reduzi-los ou – mais frequentemente – é informado sobre ações para lidar com as mudanças climáticas sem o contexto necessário para compreender por que essas ações são necessárias. Menos da metade da cobertura discutiu os impactos das mudanças climáticas, e uma porcentagem ainda menor representou as mudanças climáticas como uma ameaça imediata ao público americano. [...] Em vez de focar nas consequências positivas ou negativas específicas da tomada de ação, o quadro de ação dominante enfatizou o conflito político e a estratégia, o que a pesquisa associa a altos níveis de cinismo em relação ao governo e provavelmente retrata as mudanças climáticas como um problema aparentemente intratável, cujas soluções potenciais estão atoladas na competição e nas motivações egoístas de elites políticas em conflito” (Feldman et al., p. 12-13, 2015).

¹⁰²⁰ Gallup, 2025.

¹⁰²¹ Schmid-Petri et al., p. 2, 2015.

¹⁰²² Bolsen, Shapiro, p. 11, 2017.

¹⁰²³ Segundo Boussalis et al.: “Esse aumento na ênfase na redução de emissões coincide com a reunião da COP21 em Paris, em dezembro de 2015. Uma análise dos comunicados à imprensa com grande proporção de palavras atribuídas ao tópico emissões durante esse período mostra que os prefeitos estavam diretamente envolvidos nas negociações climáticas internacionais, por exemplo: “Prefeito Bowser aplaude o histórico Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas” (Washington, DC), “Prefeito e líderes locais emitem declaração sobre adoção do histórico Acordo Climático de Paris” (Seattle) e “Prefeito Kasim Reed participa do painel da COP21 em Paris” (Atlanta). Essa descoberta implica que os prefeitos estão interessados em responder aos esforços internacionais de mitigação das mudanças climáticas e que a agenda climática de uma cidade pode não ser sensível apenas a eventos locais ou mesmo nacionais” (Boussalis et al., p. 10, 2019).

¹⁰²⁴ Boussalis et al., p. 12, 2019.

cidades mais vulneráveis também deram mais atenção aos riscos ambientais, com foco nos temas de emissões e poluição, acordos internacionais e elevação do nível do mar¹⁰²⁵. Isso é particularmente relevante uma vez que fica a encargo das cidades a administração de recursos naturais e fornecimento de serviços relevantes na ponta, como os de energia e os sanitários, assim como a disposição de regras para emissão de poluentes¹⁰²⁶ e para o descarte de resíduos, além de promoverem políticas de adaptação e mitigação, tais como o plantio de árvores¹⁰²⁷, a construção de muros e diques de contenção¹⁰²⁸ e sistemas de drenagem¹⁰²⁹. O estudo concluiu, no entanto, que cidades governadas por democratas eram muito mais adeptas às comunicações sobre políticas de mitigação e adaptação do que as governadas por republicanos, refletindo a polarização nacional nesse quesito. Ao mesmo tempo, nesses anos, a reação republicana aprofundou-se e limitou a capacidade do governo em arraigar a legislação ambiental, assim como generalizou o ceticismo entre os políticos e ativistas republicanos¹⁰³⁰. Logo, segundo Eric Merkley e Dominik A. Stecula, é possível que a continuidade do ceticismo climático crescente entre a população mais conservadora seja resultado de um efeito bumerangue relativo às comunicações políticas democratas sobre os riscos ambientais, assim como do consenso publicizado na imprensa. Neste estudo, os autores se debruçaram sobre mais de trinta anos (entre 1980 e 2014) de jornais impressos e emissão televisiva de notícias¹⁰³¹ com foco nas mudanças

¹⁰²⁵ Bohr, p. 6, 2020.

¹⁰²⁶ Segundo Boussalis et al.: “Os prefeitos também discutem planos para reduzir as emissões, tornando obrigatório o uso de tecnologias mais limpas. Por exemplo, um comunicado de imprensa de junho de 2015 do prefeito Marty Walsh, de Boston, discute a assinatura de uma portaria que, entre outras coisas, exige a modernização de veículos antigos, de propriedade ou alugados pelo governo, com tecnologias de redução de emissões” (Boussalis et al., p. 8, 2019).

¹⁰²⁷ Segundo Boussalis et al.: “[...] Por exemplo, muitos dos comunicados à imprensa em nosso corpus anunciam iniciativas de reflorestamento: “Prefeito anuncia que 100.000 árvores serão plantadas na cidade até 2020” (Boston), “Cidade plantará 3.800 árvores em bairros de Chicago em 2013” (Chicago) e “Cidade plantará 100 árvores para o 'Banco Comunitário de Carbono’” (Greensboro). Além disso, as cidades embarcam em esforços de divulgação para incentivar a criação de jardins e “telhados verdes”. Por exemplo, em um comunicado à imprensa de fevereiro de 2017, o prefeito de Milwaukee anunciou a expansão da cobertura vegetal urbana com iniciativas de paisagismo verde em toda a cidade. Em “Pittsburgh nomeada finalista para prêmio nacional de sustentabilidade”, o comunicado à imprensa discute diversas iniciativas de ecologização, incluindo a revitalização de áreas contaminadas” (Boussalis et al., p. 9, 2019).

¹⁰²⁸ Segundo Boussalis et al.: “[...] Por exemplo, o ex-prefeito de São Francisco, Ed Lee, divulgou um comunicado de imprensa em maio de 2016 anunciando um investimento de US\$ 8 milhões em fortificações de diques ao longo da orla da cidade. Da mesma forma, em “One NYC: Prefeito de Blasio anuncia progresso em novos esforços de resiliência costeira nas comunidades mais vulneráveis”, o gabinete do prefeito de Nova York discute uma iniciativa de US\$ 100 milhões para elevar as margens da cidade e proteger as comunidades de furacões recorrentes e da elevação do nível do mar” (Boussalis et al., p. 7, 2019).

¹⁰²⁹ Boussalis et al., p. 3, 2019.

¹⁰³⁰ Dunlap et al., p. 6, 2016.

¹⁰³¹ O “[...] corpus inclui jornais de alta circulação e tradicionalmente conservadores, como The Wall Street Journal, Dallas Morning News, Houston Chronicle, San Diego Union Tribune e Chicago Tribune; fontes de notícias como ABC, NBC e CBS; e a rede de notícias a cabo conservadora Fox News” (Merkley, Stecula, p. 261, 2018).

climáticas e descobriram que cientistas e organizações céticas perderam espaço paulatinamente na imprensa conservadora, enquanto grupos industriais e conservadores ganharam espaço, principalmente após 2006¹⁰³². No entanto, apenas durante o governo Obama, particularmente durante seu segundo mandato, é que as vozes mais histriônicas entre os republicanos começaram a ter mais força na política. Concomitantemente, na imprensa, o enquadramento da controvérsia política, entre a regulamentação em vista dos riscos ambientais e o ceticismo de impacto, continuou predominando, porquanto os autores sugerem que o aumento do ceticismo entre os eleitores republicanos e afins aumentou por pura oposição ao discurso democrata em um contexto de ascendente polarização política¹⁰³³. Tanto a tendência da imprensa de tratar o tema como uma controvérsia política e não mais como uma controvérsia científica, quanto a postura cética da população conservadora nesse quesito, mantiveram-se nos anos subsequentes, mesmo entre os mais escolarizados¹⁰³⁴. No entanto, há nuances interessantes na opinião pública dos EUA acerca dos riscos ambientais: i) em uma pesquisa de 2022 os estadunidenses mostraram-se bastante favoráveis às políticas de enfrentamento às mudanças climáticas, particularmente aquelas voltadas para o desenvolvimento de tecnologias para geração de energia limpa e incentivos fiscais para implementação desses sistemas; por outro lado, mostraram-se menos favoráveis a regulamentações que obrigassem sua adoção ou limitasse a emissão de GEE; nesta mesma pesquisa constatou-se que 53% acreditavam que proteger o meio ambiente seria uma prioridade máxima, enquanto 42% postularam que a economia deveria ter a supereminência; dentre eles 67% dos republicanos foram favoráveis à economia, enquanto 78% dos democratas o foram para o meio ambiente; mas, note, ambos mostraram-se favoráveis às políticas de adaptação não obrigatórias¹⁰³⁵; ii) em outra pesquisa, entre 2023 e 2024, 61% dos estadunidense mostraram-se muito ou bastante preocupados com as mudanças climáticas, no entanto, 62% disseram acreditar nas mudanças climáticas antropogênicas enquanto outros razoáveis 35% atribuíram a elas causas naturais e, entre os republicanos, apenas 28% mostraram preocupação com o aquecimento global, enquanto para democratas esse percentual chegou a 90%¹⁰³⁶ – uma

¹⁰³² Segundo Merkley, *Stecula*: “[...] Cientistas e organizações opositoras dedicadas a lançar dúvidas sobre a ciência climática têm visto sua presença na cobertura diminuir ao longo dos anos, até mesmo na Fox News, enquanto sua presença na cobertura televisiva é agora efetivamente inexistente. Mais proeminentes nas notícias são os grupos da indústria e do movimento conservador. O primeiro é composto por empresas como a Exxon e organizações lideradas pela indústria, como a extinta Coalizão Global pelo Clima. O segundo inclui organizações de defesa ferrenhas como o Heartland Institute e think tanks conservadores mais tradicionais, como o American Enterprise Institute” (Merkley, *Stecula*, p. 264, 2018).

¹⁰³³ Merkley, *Stecula*, p. 269, 2018.

¹⁰³⁴ Dunlap et al., p. 18, 2016.

¹⁰³⁵ Gallup, 2022.

¹⁰³⁶ Gallup, 2024a.

diferença estrondosa que mostra a gravidade da polarização nas expectativas sobre os riscos decorrentes das mudanças climáticas; iii) em 2004, 59% dos estadunidenses disseram acreditar que as mudanças climáticas já haviam começado, mas apenas 55% acharam que ela representa uma ameaça séria para o seu modo de vida¹⁰³⁷; e iv) em 2025, 34% continuaram afirmando que as mudanças climáticas têm causas naturais e não sociais e 41% consideraram que as notícias exageraram as consequências dos riscos ambientais e, dentre eles, 78% dos republicanos confirmaram essa perspectiva, além de se mostrarem menos preocupados com outras questões ambientais, como a poluição dos rios, por exemplo¹⁰³⁸.

Para além do equilíbrio como viés, primeiro pelo enquadramento da controvérsia científica e, depois, da controvérsia política, há, no entanto, outras tendências seletivas relevantes na cobertura estadunidense sobre os riscos ecológicos. Baseada em um jornalismo comercial, a imprensa estadunidense é sensacionalista e, ao mesmo tempo, costuma criticar suas elites políticas¹⁰³⁹, amplificando os debates sobre os temas que aborda. Concomitantemente, ela tende a descrever seus temas e os eventos relacionados a eles de uma perspectiva doméstica¹⁰⁴⁰. Suas fontes são principalmente representantes governamentais, comentaristas, agências de notícias e *think tanks* nacionais, e as narrativas são colocadas sob o modelo de *por que isto é um problema para nós e como podemos resolvê-lo*¹⁰⁴¹. Em 1972, o economista Anthony Downs desenvolveu uma teoria interessante e várias vezes testada para o modelo de notícias dos EUA que ficou conhecido como o Ciclo de Atenção de Downs, esse modelo explica razoavelmente bem a forma como a imprensa estadunidense¹⁰⁴² concatena processos narrativos sobre o tema dos riscos ecológicos em cinco estágios: i) o primeiro é o estágio pré-problema, isto é, um momento no qual existe uma questão grave na sociedade, mas que ainda não foi amplamente comunicada pelos meios de comunicação e, segundo Downs, os problemas costumam ser mais

¹⁰³⁷ Gallup, 2024b.

¹⁰³⁸ Gallup, 2025.

¹⁰³⁹ Como pode-se observar em: Grundmann; Krishnamurthy, 2010. Além disso, segundo Song et al., em um estudo que cobriu o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018: “[...] No corpus dos EUA, as políticas climáticas das administrações Obama e Trump foram amplamente cobertas e criticadas” (Song et al., p. 15, 2021).

¹⁰⁴⁰ Segundo Grundmann e Krishnamurthy, por exemplo, em um estudo realizado entre 1980-2007: “[...] as fontes dos EUA frequentemente usam palavras como estado, povo, presidente e Bush, aparentemente vendo a questão em grande parte como algo relacionado à sua própria política e país [...]” (Grundmann; Krishnamurthy, p. 124, 2010). Ou ainda: “[...] O discurso sobre mudança climática dos EUA é amplamente autorreferencial [...]” (Grundmann; Krishnamurthy, p. 131, 2010). Em um estudo de Grundmann e Scott, os autores notaram que: “[...] Os EUA não estão muito interessados em COPs ou cúpulas do G8 (exceto Gleneagles e Copenhague)” (Grundmann; Scott, p. 229, 2014). A mesma conclusão se repete em: Song et al., p. 17, 2021. Além disso, a imprensa nos EUA costuma citar muito mais fontes nacionais que fontes estrangeiras (Song et al., p. 13, 2021).

¹⁰⁴¹ Song et al., p. 13, 2021.

¹⁰⁴² Estudos comparativos (por exemplo: Grundmann; Krishnamurthy, 2010) procuraram encontrar similaridades em outros lugares, mas tudo indica que o modelo não é generalizável em toda parte.

graves neste momento do que nos posteriores, quando já foram veiculados; ii) no segundo estágio o problema é revelado com um sensacionalismo explosivo, às vezes de forma chocante, apresentando o problema como algo que precisa de uma solução, esta que é, por sua vez, efusivamente esperada do governo, para o qual direcionam-se as expectativas de forma praticamente incondicional uma vez que, segundo Downs, a audiência estadunidense tende a ser otimista sobre a capacidade do seu governo em resolver qualquer dilema sem que se alterem as estruturas fundamentais da sociedade¹⁰⁴³; iii) no terceiro estágio são apresentados os custos da solução e geralmente eles comprometem privilégios de parte da população ou do orçamento nacional o que gera uma depreciação das expectativas sobre as soluções, isto é, cria-se um clima de que talvez a solução seja mais custosa que o próprio problema, pelos menos para determinados grupos¹⁰⁴⁴; iv) no quarto estágio o interesse pelo tema diminui sob uma confluência de pressões, como a da compreensão e a recusa dos custos das soluções e, geralmente, outro problema está emergindo no estágio dois e chamando mais atenção da audiência concomitantemente¹⁰⁴⁵; v) neste estágio a atenção cai quase completamente e é possível que soluções, mesmo que paliativas, tenham já sido desenvolvidas de modo que são publicizadas e a atenção volta-se para um novo problema¹⁰⁴⁶. Esse modelo proposto por Downs acompanha o início da emergência do tema dos riscos ecológicos globais, para ele, portanto, a tendência era a de que sua cobertura diminuísse à medida que novos problemas fossem surgindo na esfera pública. Como vimos, o tema oscilou ao longo dos anos seguintes à análise de Downs, mas a quantidade de matérias só aumentou¹⁰⁴⁷ – embora tenha havido uma diversificação de temas específicos ao longo da linha temporal¹⁰⁴⁸. No entanto, em sua observação de 1972, ele

¹⁰⁴³ Downs, p. 39, 1972.

¹⁰⁴⁴ Segundo Downs: “Por exemplo, o congestionamento no trânsito e uma grande quantidade de poluição atmosférica são causados pelo aumento do uso de celulares. No entanto, isso também aumenta a mobilidade de milhões de americanos que continuam a comprar mais veículos para obter essas vantagens”. Ou ainda: “[...] a maioria dos brancos de classe média alta valoriza a separação geográfica de pessoas pobres e negras. Portanto, qualquer igualdade de acesso às vantagens da vida suburbana para os pobres e para os negros não pode ser alcançada sem que os brancos de classe média façam algum sacrifício dos “benefícios” da separação” (Downs, p. 40, 1972).

¹⁰⁴⁵ Downs, p. 40, 1972.

¹⁰⁴⁶ Segundo Downs: “[...] durante o período em que o interesse estava concentrado nesse problema, novas instituições, programas e políticas podem ter sido criados para ajudar a resolvê-lo. Essas entidades quase sempre persistem e, com frequência, causam algum impacto mesmo depois que a atenção do público se volta para outro lugar. Por exemplo, durante os estágios iniciais da “Guerra contra a Pobreza”, foi criado o Escritório de Oportunidades Econômicas (OEO), que iniciou muitos programas novos. Embora a pobreza tenha deixado de ser uma questão pública central, o OEO ainda existe. Além disso, muitos de seus programas obtiveram sucesso significativo, embora financiados em um nível muito inferior ao que seria necessário para reduzir a pobreza de forma decisiva” (Downs, p. 40-41, 1972).

¹⁰⁴⁷ Bohr, p. 2, 2020.

¹⁰⁴⁸ Dominique Brossard, James Shanahan e Katherine McComas apontam, em um estudo comparativo entre os meios de comunicação da França e dos EUA nas suas coberturas a respeito das mudanças climáticas, que o ciclo

aponta para um elemento particularmente interessante sobre o modo como os meios de comunicação estadunidenses e seu público observam os riscos ecológicos: como um problema cuja solução implicaria uma transformação profunda no próprio modo de vida. Isto é, os EUA viviam naqueles anos a plenitude de um estado de bem-estar social baseado em uma renda média confortável para a maioria da população, na verdade mais confortável do que em qualquer outro lugar do mundo. A quantidade de energia utilizada havia duplicado entre as décadas de 1960 e 1970 e o número de automóveis, responsáveis naquele momento por 60% da poluição do ar, havia aumentado em 35 milhões (ou 47%) no mesmo período¹⁰⁴⁹. Declinar os padrões de consumo seria, portanto, inconcebível para a imprensa e sua audiência. Possivelmente por isso, as soluções dispostas pela imprensa passaram – e assim continuam sendo – por sutis mudanças de hábitos individuais, por um endossamento das expectativas em novas tecnologias e, por fim, pela apresentação de falsas controvérsias e mesmo pelo negacionismo escancarado – ou tudo isso ao mesmo tempo¹⁰⁵⁰.

Um outro ângulo da abordagem da imprensa estadunidense sobre os riscos ecológicos merece atenção: o da securitização. Apesar de ter uma narrativa permeada por controvérsias, se há algo em comum consolidado e consensualizado na imprensa dos EUA é a preocupação com os riscos à segurança nacional, principalmente no que diz respeito à sustentabilidade energética e à possibilidade do aumento da migração em decorrência, dentre outros fatores, dos sintomas

de atenção de Downs provavelmente é um fenômeno estadunidense e que mesmo nesse particular há exceções: “No que diz respeito ao ciclo de atenção da mídia, a cobertura do jornal francês mostrou claramente um padrão menos cíclico do que o americano. O ciclo de atenção da mídia de Downs, portanto, pode ser mais específico para a cobertura americana de uma questão ambiental. Pode-se argumentar que a questão ambiental em si pode ser percebida de forma diferente por diferentes culturas; se as questões têm características intrínsecas (como Downs propôs), parece depender do contexto cultural, talvez sem surpresa. No entanto, deve-se notar que ambos os jornais quebraram o ciclo de Downs em 1997, quando voltaram a cobrir a conferência de Quioto bem de perto” (Brossard et al., p. 374, 2004).

¹⁰⁴⁹ Downs, p. 44, 1972.

¹⁰⁵⁰ Segundo Grundmann & Scott, em um estudo que cobriu artigos dos 10 principais jornais dos EUA (e de outros países) entre os anos de 2000 e 2010: “[...] A imprensa dos EUA dá nove vezes mais atenção às vozes céticas em comparação à Alemanha e quatro vezes mais que o Reino Unido” (Grundmann; Scott, p. 226, 2012). Também segundo Song et al., em um estudo comparativo entre EUA, Reino Unido e China: “[...] o desacordo sobre proteção ambiental versus crescimento econômico é mais visível nos EUA” (Song et al., p. 3, 2021). Este mesmo estudo constatou que, para a análise de artigos entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2018 nos jornais The Times e The Guardian do Reino Unido, The Washington Post e New York Times dos Estados Unidos e China Daily e Global Times da China: “[...] Embora a imprensa dos três países tenha enquadrado unanimemente a mudança climática como um desastre para todas as sociedades humanas, ela continuou sendo uma controvérsia na imprensa do Reino Unido e dos EUA sobre se tal desastre é natural ou ‘causado pelo homem’”. Assim como: “A colocação ‘farsa’ ocorreu com muito mais frequência na imprensa dos EUA do que nos jornais de outros países. O presidente dos EUA, Donald Trump, zombou da ciência das mudanças climáticas como uma farsa chinesa em 2016. Os dois colocados ‘Republicano(s)’ e ‘Liberal’ indicaram que a questão climática foi debatida de forma contenciosa pelos dois principais partidos nos EUA. Aqueles que negaram a existência da mudança climática eram mais propensos a serem republicanos do que democratas” (Song et al., p. 12, 2021).

climáticos em outros lugares¹⁰⁵¹. Um estudo comparativo entre diversos países¹⁰⁵² mostrou que, dentre eles, é a imprensa estadunidense a que mais usa uma linguagem securitizadora (em 28,1% dos artigos analisados entre 1996 e 2010) ao abordar o tema das mudanças climáticas¹⁰⁵³. Em um estudo posterior, que cobriu a sequência entre 2013 e 2018, descobriu-se que as noções de ameaça e danos apareciam com bastante frequência na imprensa estadunidense¹⁰⁵⁴, demonstrando que o discurso securitizador se reforçou ao longo do tempo. Paradoxalmente, enquanto a vulnerabilidade a eventos extremos tem sido um condutor nas comunicações políticas, particularmente entre os democratas¹⁰⁵⁵, na imprensa, o enquadramento focado em adaptação esteve praticamente ausente nos últimos vinte anos¹⁰⁵⁶. Finalmente, junte-se a isto o fato de que, ao longo da série histórica de emergência e estabilização da tematização dos riscos ecológicos a partir de 1980 na imprensa estadunidense, o espectro político conservador foi constantemente contrário às políticas de regulamentação e produziu, em relatórios e discursos para a imprensa, boa parte do conteúdo das controvérsias perpetradas, ao mesmo tempo em que se mostrou sempre preocupado com a questão da segurança nacional, principalmente no que tange à imigração. Diversos estudos conectaram o espectro conservador estadunidense à resistência às regulamentações sob a forma de organizações compostas pelo Estado e pela indústria que influenciaram razoavelmente o modo como a imprensa relatou a questão¹⁰⁵⁷. Em suma, o tema dos riscos ecológicos foi apresentado pela imprensa nos EUA como uma arena de conflito entre cientistas, partidos, organizações políticas e setor empresarial¹⁰⁵⁸. Questões anexas ao tema, como a securitização, constituem-se situacionalmente como ponto de apoio para uma possível confluência de sentido na opinião pública respaldada em seu mito fundador: o destino manifesto. Trocando em miúdos, admitir que a experiência de fronteira tem limites parece ser a maior dificuldade dos EUA em lidar com os riscos produzidos ao longo da sua história moderna, culminando na indisposição para uma regulamentação suficiente capaz de enfrentar as mudanças climáticas que se avizinham com uma frequência cada vez maior de eventos extremos, inclusive em seu território.

¹⁰⁵¹ Segundo Schäfer, Scheffran e Penniket: “[...] Os artigos da mídia discutem, por exemplo, como "milhões e milhões de refugiados alimentares" e "muito mais violência" devido ao aquecimento global podem ameaçar os EUA (New York Times, 14 de outubro de 2001)” (Schäfer; Scheffran; Penniket, p. 13, 2016).

¹⁰⁵² São eles: Austrália, Canadá, Índia, Nova Zelândia, Cingapura, África do Sul, Tailândia, Reino Unido e EUA.

¹⁰⁵³ Schäfer; Scheffran; Penniket, p. 11, 2016.

¹⁰⁵⁴ Song et al., p. 16, 2021.

¹⁰⁵⁵ Bohr, p. 3, 2020.

¹⁰⁵⁶ Bohr, p. 4, 2020.

¹⁰⁵⁷ Por exemplo: Oreskes; Conway, 2010; Liu; Lindquist; Vedlitz, 2011; Xie, 2015; e Song et al., 2021.

¹⁰⁵⁸ Song et al., p. 12, 2021.

Há de se ressaltar também que, se o negacionismo escancarado tanto sobre a factibilidade das mudanças climáticas quanto suas causas sociais diminuiu substancialmente na imprensa, ele ainda é comunicado fartamente pelos meios digitais de comunicação, embora tenha acompanhado o processo comunicativo da imprensa no qual as discussões passaram da controvérsia científica para o embate político. Samuel Chukwujindu Nwokolo publicou recentemente um artigo síntese desse fenômeno. Não faltam estudos que demonstram o papel de *bots* e algoritmos nas redes sociais na produção e ampliação de câmaras de eco de desinformação¹⁰⁵⁹, mas no caso dos EUA acrescenta-se um aprofundamento ideológico e identitário que reforça a posição negacionista: segundo Nwokolo, em um índice de 10, a influência ideológica para o negacionismo estadunidense é 9, a desinformação promovida por *bots* em redes sociais é 10 e a identificação com a petro-masculinidade é 8¹⁰⁶⁰. Há certa continuidade, no entanto, nos discursos negacionistas, principalmente no que diz respeito à perspectiva na qual a agenda climática seria uma fraude perpetrada contra a cultura estadunidense e seus princípios de liberdade econômica, política e individual¹⁰⁶¹, algo que remonta à ameaça eco-comunista dos anos 1980. Mas há agora sobretudo uma retomada forte daquela identidade fundadora que observamos de perto no início deste capítulo, isto é, ancorada no destino manifesto e na experiência de fronteira a ser realizada por uma população de um tipo específico: branca, cristã e empreendedora. Essa identidade, formada semanticamente na construção dos EUA enquanto nação, estava fortemente baseada na ideia de que, para fazer jus à dádiva divina, seria preciso conquistar, na Terra, a bonança prometida a todo custo e, diga-se de passagem, ao custo de quem ou do que quer que se coloque neste caminho. Neste sentido, signos arcaicos como os da supremacia racial têm sido atualizados com mais frequência e com mais veemência, particularmente no âmbito governamental que deu início a uma guerra contra imigrantes – uma das principais promessas de campanha do último presidente eleito. Se na colonização essa perspectiva via inimigos em toda parte à sua volta – como frisei, amarelos, vermelhos e latinos –, agora esses inimigos são observados dentro do próprio território e precisam ser expurgados, pois, nesta perspectiva, eles são os culpados pelo impedimento da realização do excelso destino do povo “legitimamente” estadunidense, isto é, aquele escolhido por Deus. Minha ênfase no fator racial deve-se, como vimos no início deste capítulo, à sua conexão com outro fator, qual seja, o da prospecção de dominação não apenas de outros seres

¹⁰⁵⁹ Alguns dos mais recentes são: Storani et al., 2025; Bassolas et al., 2024; e Cesarino, 2022.

¹⁰⁶⁰ Nwokolo, p. 6, 2025.

¹⁰⁶¹ Nwokolo, p. 8, 2025.

humanos de outras raças, mas de outros territórios e sobre a natureza como um todo. É neste sentido que a agenda climática é observada nesta perspectiva: como outra grande inimiga da prosperidade estadunidense. Essa semântica condensa-se atualmente na identidade da chamada petro-masculinidade, uma categoria criada para descrever homens brancos de todas as classes que, ao sentir sua existência identitária ameaçada, passaram a reforçá-la, dentre outros meios, pelo negacionismo climático¹⁰⁶². Atualmente encarnada no presidente reeleito Donald Trump, a identidade do petro-masculinismo certamente não representa toda a população estadunidense e sua esfera pública, mas representa considerável parte dela, dada a escolha democrática por esta específica liderança. Em 23 de setembro de 2017, o atual presidente estadunidense discursou na Assembleia das Nações Unidas em Nova York e sua fala, que reiterou comunicações anteriores, claramente negou as mudanças climáticas. Dada a recorrência do seu negacionismo já amplamente conhecido, o discurso provavelmente não surpreendeu ninguém, pelo menos em sua abordagem sobre os riscos ambientais. Mas é interessante notar que o discurso foi espontâneo – dado que o teleprompter não funcionou – e nele Trump atualizou de forma bastante ilustrativa e desenvolve alguns aspectos do discurso negacionista particular dos EUA que quero enfatizar aqui:

Estamos nos livrando das falsamente chamadas energias renováveis. Aliás, elas são uma piada. Elas não funcionam. São muito caras. Não são fortes o suficiente para alimentar as usinas necessárias para tornar seu país grande. O vento não sopra. Esses moinhos de vento são tão patéticos e tão ruins, tão caros para operar, e precisam ser reconstruídos o tempo todo, e começam a enferrujar e apodrecer, a energia mais cara já concebida. [...] Em 1982, o diretor executivo do Programa Ambiental das Nações Unidas previu que, até o ano 2000, as mudanças climáticas causariam uma catástrofe global. Ele disse que seria irreversível, como qualquer holocausto nuclear. Foi o que disseram nas Nações Unidas. O que aconteceu? Aqui estamos. Outro funcionário da ONU declarou em 1989 que, dentro de uma década, nações inteiras poderiam ser varridas do mapa pelo aquecimento global, o que não aconteceu. Sabe, costumava ser o resfriamento global. Se você olhar para trás, anos atrás, nas décadas de 1920 e 1930, diziam que o resfriamento global mataria o mundo. [...] Depois, disseram que o aquecimento global mataria o mundo, mas aí começou a esfriar. Então, agora chamam

¹⁰⁶² Nas palavras de Mariana Riquito: “Perante a constatação das inegáveis ligações entre a emergência climática e as questões de gênero e de masculinidades, novos conceitos têm surgido na literatura. Anshelm e Hultman e Pulé e Hultman referem-se a masculinidades industriais e a breadwinner masculinities para salientar a aliança entre as identidades masculinas das elites industriais do Norte Global e as identidades dos trabalhadores da classe operária cujos empregos – e, consequentemente, a capacidade de desempenharem o seu papel de chefe de família (breadwinner) – têm até agora dependido da indústria de combustíveis fósseis. Como salienta Mutz, o voto nas eleições de 2016 em Donald Trump explica-se, em parte, pela aliança entre estas duas identidades masculinas: no lado da oferta política, Trump apresenta-se enquanto acérrimo defensor da ordem industrial moderna e do extrativismo fóssil; no lado da procura política, encontramos homens brancos, de classe média-baixa, que sentem o seu estatuto de breadwinners ameaçado. Assim, este eleitorado vota numa personalidade cuja identidade é semelhante à sua e que, pelo menos em teoria, os protegerá das ameaças representadas pelas lutas progressistas. Compreendemos, pois, que aquilo que estes grupos entendem como parte integrante do seu modo de vida – os privilégios e lucros, no caso das elites políticas industriais; a capacidade de manter o seu papel de gênero tradicional, no caso dos trabalhadores – é inseparável daquilo que entendem ser definidor da sua própria identidade masculina” (Riquito, p. 23, 2021).

de mudança climática, porque assim não têm como errar. Mudança climática porque, se ela aumentar ou diminuir, aconteça o que acontecer, há mudança climática. É a maior farsa já perpetrada no mundo, na minha opinião. Mudanças climáticas, não importa o que aconteça, você está envolvido nisso. Chega de aquecimento global, chega de resfriamento global. Todas essas previsões feitas pelas Nações Unidas e por muitos outros, muitas vezes por motivos equivocados, estavam erradas. Foram feitas por pessoas estúpidas que custaram fortunas a seus países e não deram a esses mesmos países nenhuma chance de sucesso. Se você não se livrar desse golpe verde, seu país vai fracassar, e eu sou muito bom em prever coisas. [...] E eu estou lhe dizendo que, se você não se livrar do golpe da energia verde, seu país vai fracassar. [...] A pegada de carbono é uma farsa inventada por pessoas mal-intencionadas, e elas estão trilhando um caminho de destruição total. [...] É um golpe. Com custos e despesas extremas, a Europa reduziu sua pegada de carbono em 37%. Pense nisso. Parabéns, Europa. Ótimo trabalho. Vocês perderam muitos empregos, fecharam muitas fábricas, mas reduziram a pegada de carbono em 37%. [...] tudo em nome de fingir que vai acabar com a farsa do aquecimento global. Todo o conceito globalista de exigir que nações industrializadas bem-sucedidas inflijam sofrimento a si mesmas e desestabilizem radicalmente suas sociedades deve ser rejeitado completa e totalmente, e isso deve ser imediato. Foi por isso que, nos Estados Unidos, me retirei do falso Acordo Climático de Paris, onde, aliás, os Estados Unidos estavam pagando muito mais do que todos os países. [...] Eu liberei uma produção massiva de energia e assinei ordens executivas históricas para caçar petróleo, mas não precisamos caçar muito porque temos a maior quantidade de petróleo do mundo, petróleo e gás, do que qualquer outra nação. E se você adicionar carvão, temos mais do que qualquer outra nação do mundo. Limpo – eu chamo de carvão limpo e bonito. Você pode fazer coisas hoje com carvão que não conseguiria fazer há dez, quinze anos. Então, eu tenho uma pequena ordem permanente na Casa Branca: nunca use a palavra carvão. Use apenas as palavras carvão limpo e bonito. [...] Precisamos de fronteiras fortes e fontes de energia tradicionais se quisermos ser grandes novamente. [...] Nossos ancestrais escalaram montanhas, conquistaram oceanos, atravessaram desertos e trilham vastas planícies. Engajaram-se em batalhas estrondosas, enfrentaram perigos graves e foram soldados, fazendeiros, trabalhadores, guerreiros, exploradores e patriotas. Transformaram vilas em cidades, tribos em reinos, ideias em indústrias e pequenas ilhas em impérios poderosos. Eles foram campeões do seu povo, que nunca desistiram e jamais se renderam. Seus valores definiram nossas identidades nacionais. Suas visões forjaram nosso magnífico destino. Todos nesta sala são parte disso, à sua maneira. Cada um de nós herda os feitos e os mitos, os triunfos, os legados de nossos próprios heróis e fundadores que tão bravamente nos mostraram o caminho.¹⁰⁶³

Trump sintetiza, com desembaraço, o discurso prevalente no negacionismo climático na atualidade. É no mínimo irônico que no início deste capítulo me referi ao peculiar modo estadunidense de operacionalizar sua dominação enquanto um Quixote, que vê inimigos para onde quer que se volte, e neste discurso o atual presidente tenha se referido aos moinhos de vento, que produzem energia eólica, enquanto patéticos e ruins e, ao fim e ao cabo, como uma tecnologia a ser exterminada. Um primeiro ponto para análise, então, é o desdém pelas novas tecnologias de produção de energia limpa, algo fundamentalmente diverso do que observamos em toda a história exposta neste capítulo, isto é, desde os primeiros riscos ambientais identificados – os sanitários e os atmosféricos – tanto a política quanto a opinião pública

¹⁰⁶³ Discurso de Donald Trump na Assembleia das Nações Unidas em Nova York em 23 de setembro de 2025.

estadunidense fizeram apostas altas em soluções tecnológicas com grande protagonismo da engenharia e de empreendimentos em inovação. O veemente elogio de Trump ao uso de petróleo e carvão faz lembrar a antiga conexão entre a experiência de cidades altamente poluídas do início do século, como Pittsburgh, com a disponibilidade de empregos e riqueza – algo já superado nos anos 1940 –, mas que na contemporaneidade está conectado, como vimos há pouco, com a identidade petro-masculina que pretende manter e atualizar signos fundacionais da semântica estadunidense e que, para tanto, observa e descreve as relações econômicas e ambientais por um ângulo que exalta não apenas a performance social identitária, mas as próprias fontes naturais de energia que remetem a ela. É certo que neste mesmo discurso Trump também diz que as cidades estadunidenses estão mais limpas do que nunca, como se o uso de combustíveis fósseis não produzisse qualquer poluição, como se a constatação de que esses combustíveis poluem, já feita no meio do século passado, fosse também uma farsa – assim como é para ele o aquecimento global. A este respeito, vale lembrar do conceito de temporalização da complexidade, segundo o qual a orientação de processos comunicativos tende a se reforçar com o passar do tempo – aquela ideia de que escolher uma rua torna todas as outras cada vez mais improváveis conforme se avança. Assim, as comunicações negacionistas acerca dos riscos ambientais vêm orientando processos comunicativos sobre o tema nos EUA há um tempo razoável e têm reforçado expectativas, projetado futuros, com esse lastro cada vez mais arraigado. É sobretudo relevante notar que, apesar de ter as condições científicas, tecnológicas e econômicas para operar uma bifurcação, as decisões vinculantes da política capazes de fazê-lo não o fazem, uma vez que tudo indica que os signos arcaicos que estão sendo atualizados junto do negacionismo têm tido sucesso na condução dos processos comunicativos, pelo menos no âmbito decisório.

Neste sentido, outro ponto interessante para nossa análise é a parte final do discurso, no qual Trump evoca os ancestrais que forjaram o magnífico destino estadunidense atravessando oceanos, subindo montanhas, trilhando desertos e vastas planícies: trata-se explicitamente de um elogio e de uma atualização da experiência de fronteira que está mais viva do que nunca – haja vista suas recorrentes ameaças de anexar a Groenlândia e o Canadá aos EUA, transformar a Faixa de Gaza num *resort* e as atuais incursões militares na América do Sul. A menção aos elementos naturais enquanto desafios a serem conquistados é sobretudo reveladora dessa perspectiva. Uma reflexão final acerca das descrições estadunidenses sobre os riscos ambientais com base nesse evento recente pode ser ancorada naquela feita por Santo Agostinho, que elaborei anteriormente, qual seja, que mente aquele que diz o que não é (sabendo consigo

mesmo, que age com falsidade)¹⁰⁶⁴ enquanto quem, por erro ou ignorância da verdade, reproduz uma mentira acreditando-a real não mente – a não ser, talvez, para si mesmo. É difícil dizer, no caso do discurso acima citado, se Trump mente ou apenas reproduz a mentira, ou ainda, se ele em seu íntimo sabe que as mudanças climáticas modernas estão acontecendo e produzem riscos substanciais e as nega para enganar seu público ou se ele de fato acredita que a agenda climática é um embuste resultado de uma conspiração globalista contra os EUA. Não é possível responder a esta pergunta, porque, como vimos, seres humanos não compartilham pensamentos, mas só comunicação, assim nunca saberemos o que ecoa no sistema psíquico do presidente estadunidense, mas não importa – pelo menos não sociologicamente. Não apenas seres humanos, mas também sistemas sociais e suas organizações podem mentir, no entanto, diferente do fechamento operativo dos sistemas psíquicos, que os tornam invisíveis¹⁰⁶⁵, as operações dos sistemas sociais e suas comunicações são autoexplícitas porque precisam ancorar-se em algum *medium* (sons, imagens, gestos), neste sentido as comunicações podem ser interpretadas e confrontadas por outros observadores e é, portanto, para os sistemas sociais e suas organizações que a observação sociológica deve-se voltar. Neste sentido, o negacionismo em relação aos riscos ambientais começou a ser construído e posto em movimento muito antes da exemplar comunicação acima. Desde meados do século passado, o negacionismo em relação aos riscos ambientais carrega, como que criptografada, expectativas de continuidade do uso de combustíveis fósseis, uma mensagem promovida pela indústria produtora destes combustíveis através, primeiramente, da produção de controvérsias que foram acopladas pelos *media* e que agora se reproduzem principalmente nos meios digitais de comunicação e, mais uma vez, veementemente pelo governo dos EUA. Mudou o *medium*, mas muito pouco a mensagem, muito embora os meios digitais possam ter facilitado a formação de grupos identitários que compartilham, dentre outras coisas, o negacionismo climático¹⁰⁶⁶. Portanto, tudo indica que o negacionismo climático é um condutor de sentido criado primeiramente nas comunicações econômicas da indústria de combustíveis fósseis, para manter e aumentar seus lucros, que foi sendo paulatinamente acoplado pela política e pelos meios de comunicação – de massa e depois digitais – e que faz parte já há algum tempo do horizonte de expectativas produzidas na opinião

¹⁰⁶⁴ Agostinho, p. 14, 2019.

¹⁰⁶⁵ Embora possa ser inquirida tecnicamente por terapias como a psicanálise, por exemplo, em situações bem específicas e em aspectos particulares. E ainda assim, a terapia funciona por meio da comunicação que envolve a auto e heterorreferência do analisado.

¹⁰⁶⁶ Não há dúvida, no entanto, que a mudança do negacionismo dos meios de comunicação de massa para os digitais produziu novos alcances que o fez crescer em complexidade, fato atestado por inúmeros estudos da atualidade. Mas a mensagem não mudou substancialmente, embora possa ter agregado novos significantes.

pública. No caso dos adeptos estadunidenses ao negacionismo, esse horizonte de expectativas é um no qual não há mudanças climáticas e mantém, portanto, aquele princípio moderno de crescimento constante, sem mais, no entanto, a esperança de uma inclusão total, uma vez que a prosperidade se circunscreve novamente ao destino manifesto de um grupo bastante específico.

Por outro lado, a imprensa estadunidense, como era de se esperar, cobriu extensivamente o discurso de seu presidente na Assembleia das Nações Unidas e muitos jornais foram veementemente críticos, particularmente no que diz respeito às mentiras professadas por Trump – que não se resumiram apenas ao tema dos riscos ambientais. A PBS News publicou um longo artigo – intitulado “Trump chamou a mudança climática de ‘golpe’ nas Nações Unidas: Aqui estão os fatos e o contexto”¹⁰⁶⁷ – no qual faz uma contenciosa checagem das informações falsas contidas no discurso do presidente, particularmente aquelas sobre as energias renováveis, sobre os esforços da agenda climática da ONU e o suposto prejuízo dos EUA com o Acordo de Paris, sobre o uso de combustíveis fósseis e, sobre o que o presidente chamou de “*ambientalistas radicalizados que querem que as fábricas parem*”. A matéria evidenciou que “[...] o mundo que o presidente dos EUA, Donald Trump, descreveu em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas na terça-feira não correspondia ao que muitos líderes mundiais presentes na plateia estavam enfrentando. Nem se alinhava com o que os cientistas vêm observando há muito tempo”¹⁰⁶⁸. A ABC News também publicou uma matéria de checagem – intitulada “Verificando o que Trump disse sobre as mudanças climáticas durante a Assembleia Geral da ONU: O presidente fez várias afirmações suspeitas sobre energia limpa e mudanças climáticas”¹⁰⁶⁹ – que foi explicitamente crítica ao negacionismo de Trump, chamando suas alegações de infundadas e trazendo dados científicos que contrastam as opiniões do presidente. O Washington Post, por sua vez, publicou uma matéria intitulada “Diante de nações submersas, Trump chama a mudança climática de ‘golpe’. Aqui estão os fatos e o contexto”¹⁰⁷⁰, na qual também se explicita as evidências científicas sobre as mudanças climáticas, a eficiência de tecnologias limpas para geração de energia e ainda, que o Acordo de Paris, embora possa ser controverso politicamente, é voluntário com a possibilidade de autodeterminação de metas pelos países vinculados. A Associated Press, a maior agência de notícias dos EUA, também publicou uma matéria checando

¹⁰⁶⁷ Publicada em 25 de setembro de 2025 pela PBS, a matéria é assinada por Matthew Daly, Jennifer McDermott e Annika Hammerschlag.

¹⁰⁶⁸ Ibidem.

¹⁰⁶⁹ Publicada em 23 de setembro de 2025 pela ABC, a matéria é assinada por Matthew Glasser, Daniel Manzo e Daniel Peck.

¹⁰⁷⁰ Publicada em 24 de setembro de 2025 pelo Washington Post, o artigo é assinado por Melina Walling e Seth Borenstein.

as falsas alegações do presidente, intitulada “O diretor de notícias climáticas da AP analisa os comentários de Trump na ONU sobre as mudanças climáticas”¹⁰⁷¹. Nesta matéria, a questão é introduzida da seguinte forma: *“Esta semana, em discurso nas Nações Unidas, o presidente Donald Trump fez várias afirmações falsas sobre as mudanças climáticas, incluindo a de que elas não existem de fato”*. O artigo ainda ressalta que *“Foi uma crítica direta e extraordinária de uma questão intensamente pesquisada, e ele fez isso diante de dezenas de líderes – incluindo alguns de nações cuja existência está ameaçada pelos efeitos do aquecimento global”*¹⁰⁷². Todas as matérias exemplares trazidas à baila respaldam-se no discurso científico, particularmente nas comunicações científicas produzidas pelo IPCC e pela ONU, para contrapor a perspectiva negacionista de Trump. Pelo menos duas delas, a do Washington Post e a da Associated Press, enfatizam, inclusive com certo embaraço, a falta de empatia de seu presidente em relação aos líderes de países cujos riscos climáticos são urgentes e que estavam presentes no momento do seu discurso.

Concluo este capítulo, portanto, fazendo ver que a imprensa estadunidense se afastou da abordagem controversa sobre os riscos ambientais, enfaticamente no que diz respeito à comunicação científica destes riscos – como outros autores anteriormente citados reiteram. Por outro lado, os meios digitais de comunicação, com toda sua peculiaridade operativa, têm emergido enquanto uma nova forma de descrição da sociedade para ela mesma, uma que facilita, dentre outras coisas, o discurso negacionista, principalmente onde não há ou há pouca regulação sobre as plataformas de redes sociais. É preciso manter em vista, contudo, que há uma pluralidade de perspectivas na esfera pública estadunidense no que diz respeito aos riscos ambientais: as populações racializadas e as mulheres, por exemplo, estão mais preocupadas com as consequências das mudanças climáticas. Uma pesquisa recente mostrou que 48% dos adultos nos EUA acreditam que os riscos climáticos os afetarão ao longo de suas vidas e que são, portanto, motivo de preocupação, 63% acreditam que as mudanças climáticas já começaram, e a diferença entre pessoas alinhadas aos partidos republicano e democrata aprofundou-se, isto é, enquanto as primeiras tendem a observar os riscos com maior ceticismo, as segundas estão ainda mais preocupadas¹⁰⁷³. Outra pesquisa mostrou que 69% das mulheres estão bastante preocupadas com as mudanças climáticas e 68% acreditam que elas são causadas pela ação humana. Além disso, a pesquisa mostrou que 80% dos adultos pretos e hispânicos estão bastante

¹⁰⁷¹ Publicada em 26 de setembro de 2025 pela Associated Press.

¹⁰⁷² Ibidem.

¹⁰⁷³ Gallup, 2025.

preocupados com as mudanças climáticas e 74% e 78% deles, respectivamente, acreditam que suas causas são antropogênicas, enquanto apenas 54% da população branca mostrou-se bastante preocupada com as mudanças climáticas e 55% acreditam que suas causas são antropogênicas¹⁰⁷⁴. Esses dados nos indicam que apenas parte da opinião pública ressoa o negacionismo climático, notavelmente a de identidade branca para a qual provavelmente falou o presidente Trump ao recorrer aos valores arcaicos fundacionais da nação estadunidense. Vale ressaltar, por fim, que a negação climática e das políticas e tecnologias de adaptação e mitigação por parte do atual governo dos EUA constitui-se também como uma forma de enfrentamento à ascensão de uma nova potência política e econômica, a China, que tem tornado-se, cada vez mais, protagonista no debate internacional sobre os riscos climáticos e colocado nele soluções políticas, econômicas e tecnológicas – como os moinhos de vento mencionados por Trump – que são observados como uma ameaça à hegemonia estadunidense. No próximo capítulo, vamos ver como a China, a seu próprio modo, também está recorrendo aos seus próprios valores arcaicos para tecer observações sócio-terranas sobre os riscos ambientais tradicionalmente embasadas e que se sintetiza hoje na proposta de uma (nova) civilização ecológica.

¹⁰⁷⁴ Gallup, 2024.

9. A Perspectiva Chinesa sobre a Natureza e os Riscos Ambientais

A China tem uma história longínqua que é semanticamente contínua e estável em vários aspectos, dois deles são muito importantes nesta tese: sua história escrita remonta há pelo menos quatro mil anos¹⁰⁷⁵ e suas observações sócio-terranas mantêm estruturas sempre atualizadas há pelo menos dois mil e quinhentos anos, isto é, por todo esse tempo modelos de interação entre sociedade e natureza, assim como tecnologias específicas foram e continuam sendo replicadas a partir de uma mesma cosmovisão¹⁰⁷⁶. Ambos os aspectos são de suma relevância para a compreensão da sua atual forma de descrição sobre a natureza e sobre os riscos emergentes na contemporaneidade. O primeiro deles, isto é, o fato de os chineses terem uma história escrita milenar e fazerem uso da imprensa há 1.300 anos¹⁰⁷⁷, significa, do ponto de vista sistêmico, que estamos observando uma memória social extensa, qualitativa e quantitativamente¹⁰⁷⁸, com conexões que atravessam centenas de gerações e que fez emergir uma semântica *sui generis* a qual, como veremos adiante, criou uma perspectiva muito própria em suas observações sócio-terranas. O segundo aspecto, das tecnologias que remodelaram a natureza ao longo de milhares de anos, é relevante para compreender que já há muito tempo a civilização chinesa intervém incisivamente em seu ambiente¹⁰⁷⁹, desmatando florestas e desviando rios e lagos para criação de amplos sistemas de irrigação, por exemplo, que, por sua vez, permitiu a permanência de uma cultura agrícola intensiva desde tempos remotos¹⁰⁸⁰. Darei início à descrição das observações sócio-terranas na China com uma explanação sobre suas perspectivas filosóficas, religiosas e

¹⁰⁷⁵ Senel; p. 2664, 2020.

¹⁰⁷⁶ Marks, p. 334, 2012.

¹⁰⁷⁷ Como já salientado anteriormente, o uso da imprensa era restrito a textos e livros relevantes na política, na filosofia, na proto-ciência e na literatura (poética, principalmente). Havia sobretudo uma dificuldade técnica em reproduzir textos muito diversos dada a imensa quantidade de ideogramas da língua escrita, que seria resolvida só no início do século XX com a simplificação dos caracteres. No entanto, apesar dessa dificuldade, muitos governos empenharam-se em produzir e reunir textos importantes, como a Biblioteca Completa dos Quatro Tesouros, que levou vinte anos (1773-1793) para completar-se em 36.000 volumes (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 11, 1976).

¹⁰⁷⁸ Tanto a escrita quanto a imprensa, criada durante a dinastia Tang (618–907 d.C.), serviram ativamente como *media* para as comunicações políticas, filosóficas e religiosas. Particularmente, o registro de eventos era de suma importância para que a história de governantes e dinastias pudesse atravessar o tempo e ser conhecida posteriormente. Segundo Jean Chesneaux, Marianne Bastid e Marie-Claire Bergere: “Escrever história era um ato político que tornava as conquistas de uma dinastia disponíveis para as gerações futuras. Um dos primeiros deveres de uma nova dinastia [...] era nomear um comitê de historiadores oficiais” (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 11, 1976).

¹⁰⁷⁹ Wu et al., p. 1102, 2021.

¹⁰⁸⁰ Segundo Elvin: “[...] a paisagem era de fato domesticada, transformada e explorada em um grau com poucos paralelos no mundo pré-moderno. [...] Quase toda a agricultura europeia, por exemplo, dependia da chuva, não da irrigação, a base de grande parte da agricultura chinesa; e os longos canais de transporte europeus, embora brevemente importantes, eram mais modestos do que os da China e construídos muito mais tarde, a partir do século XVI” (Elvin, p. 323, 2004).

políticas a respeito do trato da natureza em termos fundacionais, mas, no entanto, deixo o alerta para que mantenhamos em vista que, apesar da poética intrínseca ao seu modo peculiar de observar a natureza, a civilização chinesa a manuseou de forma vigorosa ao longo de milhares de anos, transformando-a em termos de clima e superfície¹⁰⁸¹.

Há três linhas semânticas que se construíram na China e que dão chão às suas observações sócio-terranas: o confucionismo, o taoísmo e o budismo. Os dois primeiros são mais antigos, sendo o confucionismo uma filosofia política baseada na filosofia de Confúcio – nome latinizado de Kǒngzǐ – que viveu entre 551-479 a.C. e foi institucionalizada como filosofia estatal a partir da dinastia Han (206 a.C.-220 d.C.), isto é, trata-se de uma filosofia ética e prática sobre o governo do mundo voltada para as relações humanas que, desde os primórdios, move-se por uma linha tênue entre o sagrado e o secular; o taoísmo, por sua vez, é uma filosofia religiosa da natureza com sua fundação entre os séculos VI e IV a.C. atribuída a Laozi – um personagem enigmático sem lastro histórico empírico¹⁰⁸² – e aprofundada por Zhuangzi, este sim com evidências de que viveu no século IV a.C.; e o budismo que, por seu turno, é uma religião sem deus com uma doxa altamente complexa emergente na Índia em 531 a.C. e que chegou na China no primeiro século d.C.¹⁰⁸³ através de comerciantes e missionários que utilizavam a Rota da Seda¹⁰⁸⁴ e se estabilizou e se diversificou tomando lá formas muito particulares, dentre as quais predominou a do budismo Mahayana¹⁰⁸⁵. Todas essas três linhas filosóficas-religiosas firmaram-se ao longo do tempo e foram sendo atualizadas de modo a criar descrições e expectativas na auto-observação da China e, no que nos interessa nesta tese, particularmente no que diz respeito às suas relações com a natureza e contemporaneamente, com os riscos associados a estas relações. Assim que desenvolverei os principais aspectos de cada qual nesse quesito, a começar pelo confucionismo que, dentre elas, possivelmente seja a predominante uma vez que permaneceu como uma filosofia do modo de ser chinês tanto no sentido político das instituições quanto como uma prática de ser no mundo adotada

¹⁰⁸¹ Não cabe aqui e nem é a pretensão dessa tese uma descrição histórica completa das observações sócio-terranas na China, mas se for de interesse, recomendo a leitura de “The Retreat of the Elephants: An Environmental History of China” de Mark Elvin e “China: its environment and history” de Robert B. Marks.

¹⁰⁸² Há rumores de que Laozi tenha vivido durante a dinastia Zhou (1046–256 a.C.) (Karunathilaka, p. 7, 2020). No entanto, o consenso científico histórico indica que ele é melhor compreendido enquanto uma figura mítica cujos ensinamentos foram posteriormente compilados e organizados a partir do século IV a.C. no Tao Te Ching. Em termos comparativos – para melhor assentar no olhar ocidental – Laozi é como Homero, mas, ao invés de instaurar a literatura épica, deu início à filosofia taoísta.

¹⁰⁸³ Yu, p. 102, 2020.

¹⁰⁸⁴ Yu, p. 103, 2020.

¹⁰⁸⁵ Lusthaus, 1998.

primeiramente pelas elites, mas também secularizada enquanto uma forma de auto-organização da sociedade nos âmbitos público e privado.

9.1 Confucionismo

O Céu é meu pai e a Terra é minha mãe, e até mesmo uma criatura tão pequena como eu encontra um lugar íntimo no meio deles. Portanto, o que preenche o universo eu considero como meu corpo e o que dirige o universo eu considero como minha natureza. Todas as pessoas são meus irmãos e irmãs, e todas as coisas são minhas companheiras.¹⁰⁸⁶

Essa epígrafe, de autoria de Zhang Tsai, um confucionista que viveu por volta do ano 1.000 d.C., nos serve bem de abertura para descrever as observações sócio-terranas sob a lente do confucionismo: em primeiro lugar é possível notar a unidade entre o ser humano e o cosmos, ou ainda, entre o ser humano e o universo no qual ele emerge e existe; depois, é possível notar também a estrutura das relações estabelecidas neste cosmos entre o Céu (o pai), a terra (a mãe) e os filhos (os seres humanos) em uma divisão hierarquicamente estabelecida (acima, abaixo e entre) na qual todas as partes são complementares em seus papéis e, finalmente, é possível notar também uma horizontalidade entre os seres humanos e os outros seres – animados e inanimados – uma vez que são todos irmãos do mesmo pai e da mesma mãe. Não menos importante, há, simultaneamente, modéstia – ao afirmar que *“até mesmo uma criatura tão pequena como eu”* – e grandiosidade – pois *“o que dirige o universo eu considero como minha natureza”* – em uma mesma reflexão, característica fundante do confucionismo que une os aspectos mais cotidianos da conduta humana a um universo auto-organizado, transformador de si mesmo e atemporal¹⁰⁸⁷, que torna a conduta humana adequada em uma busca ética comportamental sagrada e orientada por uma perquirição pela harmonia com esse universo naturalmente conduzido por si mesmo e que atravessa a todos e a tudo que nele emergem. Não há, neste registro, nenhum vestígio de que o universo, o Céu e a terra, tenham sido criados antes da ou para a humanidade¹⁰⁸⁸; pelo

¹⁰⁸⁶ Zhang Tsai (1020-1077), confucionista da dinastia Song, compilado por Wing-tsit Chan em “A Source Book in Chinese Philosophy”, p. 497.

¹⁰⁸⁷ Assim como para Kǒngzǐ, a filosofia confucionista aprofundou neste aspecto atemporal do cosmos, como se observa, por exemplo, nos ensinamentos de Zhu Xi: “[...] As criaturas mantêm seus corações batendo a qualquer momento e vivem infinitamente, e o mundo é infinito por causa da vida infinita das criaturas” (Zhang; Xu; p. 8, 2024).

¹⁰⁸⁸ Segundo Mark Elvin: “Talvez o contraste mais avassalador (em relação ao Ocidente) seja a ausência virtual, na China pré-moderna, da ideia de um Deus criador transcendente, distinto da Natureza em um sentido qualitativo fundamental. Os chineses tinham noções de um deus supremo sob várias formas (isto é, ‘hipatoteísmo’), e também [...] de um ‘transformador’ algo semelhante a um demiurgo, constantemente remodelando o cosmos. Eles também concebiam formas abstratas, princípios morais e materiais inerentes a diferentes tipos de entidades, ou padrões

contrário, a mesma força vital que faz emergir a humanidade é a que faz subir as montanhas, faz correr os rios e faz cantar os pássaros. Há uma continuidade entre humanos, animais e seres inanimados, sendo até as pedras solenes entidades que participam desse todo organizado¹⁰⁸⁹. Há, no entanto, para Kǒngzǐ, uma distinção entre humanos e não humanos: os primeiros são dotados de livre arbítrio, ou ainda, diferentes dos não humanos, nós precisamos ativamente aprimorar nossas relações neste mundo¹⁰⁹⁰ e é daí que nascem os códigos de conduta apropriada e hierarquicamente estabelecidos nas relações humanas e delas com seu meio ambiente, das quais as principais são: entre imperador e súditos, entre marido e esposa (típico de uma sociedade patriarcal, portanto), entre pais e filhos, entre irmãos mais velhos e irmãos mais novos e entre amigos – e só entre estes não há hierarquia. Nessas relações, cada um tem o seu papel e a harmonia só pode existir se cada um comportar-se em consonância com ele.

Enquanto uma filosofia política, o confucionismo evidencia particularmente a conduta de quem tem o poder e isso explica-se, em parte, por um motivo histórico: o confucionismo surge numa época particularmente conturbada na China¹⁰⁹¹ e a estabilidade política foi certamente sua maior preocupação, assim que o imperador – filho do Céu e pai na terra – tem o dever de amar o seu povo e trazer paz ao império¹⁰⁹², ele é também, por assim dizer, o sumo sacerdote do confucionismo¹⁰⁹³ e o provedor do povo¹⁰⁹⁴. Abaixo dele, seus ministros e todo o mandarinato têm tanto o dever de súditos quanto o de administrar o império dentro de suas funções e territórios designados. A partir da dinastia Han (206 a.C.-220 d.C.) o confucionismo tornou-se oficialmente uma filosofia de Estado e a partir da dinastia T'ang (618 d.C.-907 d.C.) tornou-se parte da própria estrutura política uma vez que o poder passou a ser distribuído da seguinte forma: os membros (masculinos) da elite¹⁰⁹⁵ eram educados no confucionismo e

dinâmicos que incorporavam e direcionavam as sequências de situações. Mas nenhuma delas levantava a questão ocidental do desígnio divino do universo [...]” (Elvin, p. xxiii, 2004).

¹⁰⁸⁹ Yang et al., p. 6, 2023.

¹⁰⁹⁰ Segundo Cheung Yu-kit, a: “[...] distinção entre seres humanos e animais, pedra angular do confucionismo, um preceito no qual todo o ethos confucionista se baseia. [...] Subjetividade moral, portanto, significa a consciência de ser moral. O confucionismo sustenta que os seres humanos são capazes de agir virtuosamente à vontade, enquanto os animais são incapazes ou inconscientes da necessidade de fazê-lo” (Yu-kit, p. 226, 2020).

¹⁰⁹¹ Segundo Cheung Yu-kit: “[...] O fato de o confucionismo dedicar tanta atenção à arte de governar obviamente tem muito a ver com a era vivida por Confúcio. Desenvolveu-se no contexto dos anos tumultuados da Dinastia Zhou Oriental, conhecidos como ‘Primavera e Outono’ e ‘Estados Combatentes’, quando o Império do Meio foi dividido em vários Estados e houve guerras incessantes contra Estados vizinhos” (Yu-kit, p. 224, 2020).

¹⁰⁹² Yu-kit, p. 224, 2020.

¹⁰⁹³ Freiberg, p. 190, 1977.

¹⁰⁹⁴ Nos *Analectos* encontra-se a seguinte passagem: “O Mestre disse: Dê-lhes comida suficiente, dê-lhes armas suficientes, e as pessoas comuns confiarão em você” (Confúcio, Livro XII, cap. 7, 2012).

¹⁰⁹⁵ Há, no entanto, uma exceção formal neste sentido: em teoria, os exames eram abertos a todo e qualquer candidato, assim como há casos em que camponeses e outros membros de classes inferiores tenham encontrado ascensão social por meio da aprovação nos exames. Mas, por outro lado, como era difícil ter tempo e recursos para

aprofundavam-se em seus preceitos, mais ou menos reinterpretados e atualizados conforme o período¹⁰⁹⁶, através do contato com a literatura vigente¹⁰⁹⁷ e passavam então por um exame admissional no qual seus conhecimentos eram rigidamente testados e cujo resultado os designava (ou não) como ministros de Estado ou governantes de uma província¹⁰⁹⁸, geralmente longe de sua terra natal¹⁰⁹⁹ e onde deveriam gerenciar esse pedaço de império de acordo com os princípios confucionistas¹¹⁰⁰. Havia, inclusive, para este mandarinato, uma instituição de censura, o censorato, que investigava abusos de poder ou casos nos quais esses governantes pudessem juntar-se ao povo em insurreições¹¹⁰¹. Logo, o nascimento por si só não garantia à nobreza a legitimidade do poder que, uma vez conquistado pelos exames admissionais, precisava ser mantido com propriedade, isto é, com a conduta adequada ao cargo, nas palavras de Hsün Tzu: *“Embora um homem possa ser descendente de reis, duques ou ministros da alta corte, se ele não puder aderir aos princípios rituais, ele deve ser classificado entre os comuns”*¹¹⁰². Deste

a alfabetização e estudos literários, esses casos são raros, de modo que, pode-se dizer, que a elite mantinha um alto grau de monopolização da educação formal e, por meio dela, do poder (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 15-16, 1976).

¹⁰⁹⁶ Segundo Freiberg: “Os caracteres escritos entram e saem de uso, e a percepção de seus significados muda durante longos períodos. Portanto, [...] para que os alunos pudessem se preparar para os exames, eles o faziam à luz dos textos de comentários oficialmente sancionados que fundamentavam a interpretação em um determinado período” (Freiberg, p. 190, 1977).

¹⁰⁹⁷ Segundo Weber: “[...] a orientação para uma conduta razoável só pode ser alcançada por meio do estudo e do conhecimento. Para o confucionismo, a última palavra era ‘conhecimento’, e isso significava conhecimento da tradição e da norma clássica, adquiridos por meio de estudos literários. Nessa ênfase, como veremos, o confucionismo se diferenciava de outros sistemas de atitudes chinesas em relação ao mundo” (Weber, p. 169, 1959).

¹⁰⁹⁸ Segundo Freiberg: “A religião confucionista, então, tornou-se quase indistinguível da burocracia administrativa que governava a China – especialmente após o período T'ang, que formalizou o processo de exame. Estudar para os exames significava memorizar os textos do confucionismo, sobre os quais a pessoa era testada exaustivamente. O sucesso significava o direito de entrar para a burocracia, e o grande sucesso significava o direito de entrar para os cargos administrativos mais poderosos, que conhecemos como o Mandarinato” (Freiberg, p. 183-184, 1977).

¹⁰⁹⁹ Existiam diversos mecanismos de controle dos poderes regionais, sendo este um deles. Segundo Chesneaux, Bastid e Bergere: “Todos os funcionários eram nomeados pelo governo central. Eles não podiam exercer o mesmo cargo por mais de três anos e não podiam ser designados para suas províncias de origem. Como medida adicional para impedir a continuidade do poder, eles tinham que observar três anos de luto pela morte de um parente próximo” (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 17, 1976).

¹¹⁰⁰ Freiberg, p. 190, 1977.

¹¹⁰¹ Segundo Freiberg: “O extenso Mandarinato – milhares de pessoas espalhadas pelas vastas distâncias da China – representava uma ameaça à estabilidade. Sempre havia a possibilidade de inovação e, especialmente, de um mandarim se unir à população local em uma rebelião. O censorato, no entanto, era onipresente e tinha o dever de protestar com o funcionário que se desviasse, enquanto iniciava os procedimentos de impeachment. Deve-se mencionar que os censores também desempenhavam o papel de moderar a severidade com que um mandarim podia governar e cobrar impostos” (Freiberg, p. 191, 1977). E, segundo Jean Chesneaux, Marianne Bastid e Marie-Claire Bergere: “A natureza moral do serviço público era particularmente evidente no caso dos censores imperiais, que poderiam ser descritos como investigadores governamentais imparciais. Alguns deles eram destacados em Pequim para supervisionar os diversos ministérios; outros percorriam as províncias. Em teoria, pelo menos, eram totalmente independentes e seus poderes eram discricionários; mas eles próprios não podiam fazer cumprir a lei” (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 9, 1976).

¹¹⁰² Hsün Tzu, apud Freiberg, p. 193, 1977.

modo, o confucionismo constituiu-se não pela submissão, mas pelo triunfo da disciplina do espírito, através de um método de seleção dos seus líderes e burocratas que perdurou até 1905¹¹⁰³. Enquanto uma filosofia política, ele compreende a orientação ideológica do povo pelo exemplo, em outras palavras, os líderes deveriam ser mais admirados pela sua conduta do que temidos pela sua força¹¹⁰⁴.

Mas o que é a conduta apropriada? Ela pode ser resumida pelo conceito de 仁 (*rén*), que significa benevolência, e suas características orientam tanto as relações entre humanos quanto as entre humanos e não-humanos. Observemo-la de perto, então. Primeiramente, a benevolência é uma construção interna ao sujeito que depende intrinsecamente do autocultivo, mesmo em momentos de solidão, de modo que ele desenvolva suas relações em harmonia com os outros e com o mundo¹¹⁰⁵. Colocar a benevolência em prática implica seguir os ritos estabelecidos e, note-se, a partir daqui o confucionismo é uma filosofia política para os líderes, mas é também uma filosofia moral para todos, através da qual cada um deve integrar-se ao seu papel na dinâmica das relações humanas e não-humanas¹¹⁰⁶. A conduta apropriada, recorde-se, deve estar em consonância com o caminho natural do universo do qual os seres humanos participam, assim justificam-se as hierarquias estabelecidas e as regras de comportamento de cada qual em cada situação em relação aos outros. Há aí também uma necessária sapiência sobre o momento certo

¹¹⁰³ Segundo Hobsbawm: “[...] A China, embora às vezes dilacerada e ocasionalmente conquistada, fora um grande império e o centro da civilização pelo menos durante dois milênios. Os grandes concursos para o serviço civil imperial, que selecionava a elite intelectual que a dirigia, foram realizados anualmente – com interrupções esporádicas – por mais de dois mil anos. Quando foram abandonados, em 1905, o fim do império só podia estar próximo” (Hobsbawm, p. 385, 2005).

¹¹⁰⁴ Segundo Freiberg: “[...] a essência do moralismo político do confucionismo é que um povo convencido seguirá um líder de bom grado, enquanto que um povo guiado apenas pela força acabaria se rebelando e prevalecendo. A ideologia sempre foi mais importante no controle social na China do que na Europa; o principal motivo pode ser o fato de o povo chinês estar sempre bem armado [...]” (Freiberg, p. 189, 1977). E, segundo Cheung Yu-kit: “Para os confucionistas, a estabilidade social não é alcançada pela força, mas, como mencionado, garantindo a paz de espírito e a felicidade dos súditos na terra por meio da conduta exemplar do líder” (Yu-kit, p. 224, 2020).

¹¹⁰⁵ Segundo Cheung Yu-kit: “Em conexão com a autenticidade, está o conceito de vigiar os maus pensamentos em nossa privacidade [...]. Isso remonta à ideia de presciência, de prevenção do perigo [...]. Para enfatizar a importância do shengdu, Zeng Zi observa em ‘O Grande Aprendizado’ que se pode imaginar que ‘há dez (ou seja, um número imenso de) olhos olhando para você e dez dedos apontando para você’ quando se está sozinho. Por essa razão, Confúcio disse que ‘retornar à observância dos ritos através da superação do eu constitui benevolência’” (Yu-kit, p. 227, 2020).

¹¹⁰⁶ Segundo Ziyu Zhang e Xinyue Xu: “[...] os confucionistas das dinastias Song e Ming combinaram o pensamento confucionista de ‘benevolência’ com o princípio da ‘mudança infinita’, concretizaram a ontologia cosmológica da ‘benevolência’ e estabeleceram a posição da ‘benevolência’ como ontologia moral. Nessa época, o ‘coração do Céu e da terra’ não é mais um puro ‘coração da natureza’, mas um ‘coração da mente’ com benevolência e bondade” (Zhang; Xu, p. 9, 2024).

de agir ou não agir¹¹⁰⁷ e sentir-se confortável e seguro nas escolhas¹¹⁰⁸. O conhecimento, portanto, é a base fundamental da benevolência: é preciso conhecer a si mesmo, assim como é preciso conhecer as regras da sociabilidade no que tange às relações humanas. Ao mesmo tempo, é preciso conhecer o ambiente no qual essas relações se dão¹¹⁰⁹, a cadência de sua temporalidade, o que é propício em cada época. Afinal, Céu e terra participam das relações humanas no sentido de serem pai e mãe e são, logo, as fontes da nutrição da sociedade¹¹¹⁰. Ser benevolente com a natureza é, portanto, fundamental para a manutenção das relações humanas: é preciso saber a época de plantar, de colher, de caçar, de desmatar e assim por diante. Trata-se de fazer uso oportuno dos recursos naturais, contendo o *páthos* intrinsecamente humano e manuseando o ambiente de modo que ele não se esgote, ou, nas palavras de Kǒngzǐ: “O Mestre usava uma linha de pesca, mas não uma rede; ele sabia usar o arco, mas não atirava em pássaros que cantassem”¹¹¹¹. Poupar e conter-se são a chave para a harmonia e a prosperidade nessa perspectiva¹¹¹². Mas note, não se trata de um autocontrole sofrível, mas, mais uma vez, do triunfo do espírito em sua melhor forma, agindo da melhor maneira que pode agir e de acordo com as condições naturalmente dadas¹¹¹³. A busca pela harmonia nas relações humanas e entre humanos e não-humanos é, no confucionismo, a busca pela felicidade comum¹¹¹⁴. O caminho do meio, ou o Tao, conduz à harmonia; assim, o sistema ético confucionista dispõe sobre as melhores formas de manter-se nele, em consonância com a ordem cósmica (entre o Céu e a terra) ou, em uma palavra, com a natureza.

É relevante evidenciar essa semântica porque ela está viva e sendo atualizada na China contemporânea e continua renovadamente, pelo menos desde 1980¹¹¹⁵, criando expectativas em observações sócio-terranas, como se observa, por exemplo, na fala de Xi Jinping durante o 19º

¹¹⁰⁷ Segundo Yu-kit: “Ao determinar o ponto ideal com referência ao tempo e à posição, chega-se à decisão – a melhor decisão, uma decisão medida em relação à sintonia com o Caminho do Céu e da Terra, também conhecido como Tao, as leis do universo, os padrões que se encontram neste universo, pois os seres humanos fazem parte deste mundo. Portanto, manter-se em sintonia com o Tao em todos os aspectos da vida é uma garantia contra erros e danos” (Yu-kit, p. 225, 2020).

¹¹⁰⁸ Yu-kit, p. 232, 2020.

¹¹⁰⁹ Segundo Ziyu Zhang e Xinyue Xu: “[...] Confúcio acreditava que o ‘Céu’ é o governante, e Céu e destino são um. Confúcio destacou: ‘Um homem não tem como se tornar um cavalheiro a menos que compreenda o destino’. O ‘destino’ aqui significa o destino do céu. Confúcio acredita que conhecer o destino, isto é, conhecer as leis naturais objetivas é a moralidade que um cavalheiro deve ter, e os seres humanos devem conhecer e dominar as leis naturais” (Zhang; Xu, p. 6, 2024).

¹¹¹⁰ Cai; Ran, p. 950, 2024.

¹¹¹¹ Confúcio, Livro VII, capítulo 27, 2012.

¹¹¹² Cai; Liu, p. 948, 2024.

¹¹¹³ Yu-kit, p. 227, 2020.

¹¹¹⁴ Cai; Liu, p. 950, 2024.

¹¹¹⁵ Senel; p. 2664, 2020 e Yang et al., p. 9, 2023.

Congresso Nacional do Partido Comunista da China em 2017, publicado na íntegra pelo Zhōngguó Rìbào em 4 de novembro de 2017:

O homem e a natureza formam uma comunidade de vida; nós, como seres humanos, devemos respeitar a natureza, seguir seus costumes e protegê-la. Somente observando as leis da natureza a humanidade poderá evitar erros custosos em sua exploração. Qualquer dano que infligimos à natureza acabará por nos assombrar. Esta é uma realidade que temos que enfrentar. A modernização que buscamos é caracterizada pela coexistência harmoniosa entre o homem e a natureza. Além de criar mais riqueza material e cultural para atender às crescentes necessidades das pessoas por uma vida melhor, precisamos também fornecer mais bens ecológicos de qualidade para atender às crescentes demandas das pessoas por um meio ambiente belo. Devemos, agindo com base nos princípios de priorizar a conservação de recursos e a proteção ambiental e deixar a natureza se restaurar, desenvolver *layouts* espaciais, estruturas industriais e formas de trabalho e vida que contribuam para a conservação de recursos e a proteção do meio ambiente. Com isso, podemos restaurar a serenidade, a harmonia e a beleza da natureza.¹¹¹⁶

Há um norte confucionista explícito na fala do atual líder chinês. Há também elementos do taoísmo, como na frase de abertura: formar uma comunidade com a natureza é o princípio taoísta por excelência, como veremos adiante. Respeitá-la, seguir seus costumes, protegê-la e deixá-la regenerar-se, por sua vez, tem fundamento em ambas as filosofias, assim como as consequências sombrias em desviar desses princípios. Priorizar a conservação dos recursos para restaurar a harmonia nos remete, conclusivamente, à prerrogativa de fazer uso oportuno dos recursos, sem esgotá-los ou, em outras palavras, dar à natureza seu tempo de reprodução e restauração. Sair desse caminho é, portanto, colocar em risco a si mesmo e aos outros, ou à humanidade inteira, enquanto o Tao continuará, sem começo nem fim, estável em sua auto transformação.

Por fim, é importante ressaltar que o confucionismo foi, desde a dinastia Han (206 a.C.-220 d.C.) até a Revolução Comunista (1949), a principal base da educação na China, que se dava, mais precisamente, pela memorização dos textos clássicos e de comentadores sancionados¹¹¹⁷. Depois de um pequeno intervalo, o confucionismo tem sido retomado em vários âmbitos e, dada a amplitude da sua estabilidade enquanto fio condutor semântico – que atravessou razoáveis dois mil anos e meio desde o nascimento de Kǒngzǐ – sua relevância para as auto-descrições chinesas emergentes na contemporaneidade não é em nada ignóbil. Enquanto uma filosofia moral, o confucionismo sincretizou-se na China com, primeiramente, uma religiosidade panteísta¹¹¹⁸ e, depois, budista também. Enquanto uma filosofia política foi a base do império chinês e, mais recentemente, tem sido incorporada ao marxismo: estudiosos chineses

¹¹¹⁶ Xi Jinping, 18 de outubro de 2017.

¹¹¹⁷ Freiberg, p. 189, 1977.

¹¹¹⁸ Zhang; Xu, p. 10, 2024.

da atualidade têm elaborado a relação entre confucionismo e materialismo histórico, principalmente no sentido da responsabilidade humana no que tange aos riscos ambientais, com vistas na construção de uma civilização ecológica¹¹¹⁹. Como vimos logo acima, essa conexão também é feita pela comunicação política. Adiante, descreverei como o confucionismo e os riscos ambientais têm se encontrado nas comunicações jornalísticas e na opinião pública também.

9.2 Taoísmo

O homem se orienta pela terra
A terra se orienta pelo Céu
O Céu se orienta pelo Caminho
O Caminho se orienta por sua própria natureza ¹¹²⁰

O taoísmo, cujo próprio nome remete ao Caminho, é uma filosofia religiosa panteísta e centrada na comunhão com a natureza e, diferente do confucionismo, não se volta para as questões morais e políticas mundanas, ou melhor, sua abordagem sobre estas questões parte da ideia de não ação, de deixar ser, isto é, fomenta um comportamento de completa integração com o Tao, de agir sem esforço, de não interferir no fluxo do Universo. Enquanto o confucionismo era a filosofia por excelência das classes dominantes, uma vez que o acesso a ele se dava pelo aprendizado através da leitura, o taoísmo era a religião dos humanos comuns e, portanto, amplamente conhecido em seus dogmas. Claro, havia uma heterodoxia entre todas as classes: as elites, por exemplo, enquanto adotavam o confucionismo na vida pública, na privada não raras vezes professavam o taoísmo, principalmente para ritos como os de matrimônio, nascimento e morte¹¹²¹; enquanto os comuns, por sua vez, respeitavam – com exceções contundentes¹¹²² – as hierarquias estabelecidas no confucionismo pela ideia de piedade filial¹¹²³. Mas note-se que, enquanto no confucionismo o mestre, ou o sábio, é o erudito letrado em permanente busca pelo conhecimento¹¹²⁴ – principalmente através da língua escrita, diga-se de passagem –, no taoísmo

¹¹¹⁹ Por exemplo: Cai; Ran, 2024; Yang et al., 2023; Zhang, 2024.

¹¹²⁰ Capítulo 25 do Tao Te Ching.

¹¹²¹ Freiberg, p. 183, 1977.

¹¹²² Segundo Freiberg, a China não passou um século sequer sem que tenha havido alguma rebelião dos comuns contra seus respectivos governos (Freiberg, p. 194, 1977).

¹¹²³ Segundo Karunathilake: “[...] A piedade filial é definida como o respeito que deve ser dado aos pais. É o dever mais importante que deve ser cumprido. Embora isso comece com o serviço aos pais, mais tarde isso se desenvolve no serviço ao governante” (Karunathilake, p. 3-4, 2020).

¹¹²⁴ Na verdade, todo mandarinato e toda classe de acadêmicos oficiais tinham como foco a educação literária, sendo o trabalho manual indigno de sua atenção. (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 22, 1976) Eles prestavam, no

o sábio é o artesão, o camponês, o trabalhador comum que especializa-se na arte de fazer o que faz e de ser quem é, tal como na metáfora do açougueiro que nunca precisava afiar sua lâmina, já que aprendeu a encontrar o vazio entre os ossos¹¹²⁵ – um ótimo exemplo também para o conceito de inação, isto é, para a atitude de deixar ser as coisas como são e a partir delas agir sem esforço. A base dessa filosofia está em ser Um com o Tao, isto é, aprimorar-se ao ponto da indistinção em relação à natureza das coisas¹¹²⁶ – da lâmina, da carne, dos ossos, como no exemplo acima. Trata-se de uma busca pelo encontro com a natureza, ou seja, de uma comunhão com a própria origem de tudo: *“O Céu e a terra nasceram ao mesmo tempo que eu, e as dez mil coisas são uma só comigo”*¹¹²⁷. Há uma horizontalidade entre todos os seres e entre os seres e o próprio Tao, em outras palavras, o taoísmo despreza as hierarquias – tão caras ao confucionismo – e, ao fazê-lo, evidencia a singularidade de cada entidade:

Se um homem dorme em um lugar úmido, suas costas doem e ele acaba meio paralisado, mas isso é verdade para uma botia? Se ele vive em uma árvore, fica apavorado e treme de medo, mas isso é verdade para um macaco? Dessas três criaturas, então, qual delas conhece o lugar apropriado para viver? Os homens comem a carne de animais alimentados com capim e grãos, os veados comem capim, as centopeias acham cobras saborosas e os gaviões e falcões apreciam ratos. Destes quatro, qual sabe qual deve ser o gosto da comida?¹¹²⁸

Valorizando igualmente humanos e não humanos, o taoísmo tem uma moralidade própria que se opõe de certa forma à de Kǒngzǐ: a hierarquia não serviria à ordem, mas à vaidade; os inúmeros protocolos rituais de comportamento adequado se prestariam, portanto, a manter uma

entanto, uma variedade de serviços à sociedade: “[...] supervisionavam obras públicas, particularmente projetos de irrigação, ajudavam a compilar enciclopédias locais, organizavam escolas ou ensinavam nelas, patrocinavam academias locais, fundavam e dotavam hospitais, orfanatos e outras instituições de caridade, e atuavam como árbitros não oficiais em disputas que as pessoas desejavam resolver fora dos tribunais” (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 23, 1976).

¹¹²⁵ Nas palavras de Zhuangzi: “[...] O cozinheiro Ding estava cortando um boi para o Senhor Wenhui. A cada toque de sua mão, cada movimento de seu ombro, cada movimento de seus pés, cada impulso de seu joelho – zip! zoop! Ele deslizava a faca com um zumbido, e tudo estava em perfeito ritmo, como se estivesse realizando a dança do Grove de Amoreiras ou acompanhando a música Jingzhou. ‘Ah, isso é maravilhoso!’ disse o Senhor Wenhui. ‘Imagine a habilidade atingindo tais alturas!’ O cozinheiro Ding colocou a faca de lado e respondeu: ‘O que me importa é o Caminho, que vai além da habilidade. Quando comecei a cortar bois, tudo o que eu conseguia ver era o boi em si. Depois de três anos, já não via o boi inteiro. E agora – agora eu sigo pelo espírito e não olho com os olhos. A percepção e a compreensão pararam, e o espírito se move onde quer. Eu sigo a composição natural, golpeio nas grandes cavidades, guio a faca pelas grandes aberturas e acompanho as coisas como são. Portanto, nunca toco o menor ligamento ou tendão, muito menos uma articulação principal. Um bom cozinheiro troca sua faca uma vez por ano – porque ele corta. Um cozinheiro medíocre troca sua faca uma vez por mês – porque ele faz cortes grosseiros. Eu tenho essa minha faca há dezenove anos e já cortei milhares de bois com ela, e ainda assim a lâmina está tão boa quanto se tivesse acabado de sair da pedra de afiar. Existem espaços entre as articulações, e a lâmina da faca realmente não tem espessura. Se você inserir o que não tem espessura nesses espaços, então há muito espaço – mais do que que suficiente para a lâmina se mover’” (Zhuangzi, p. 52, 2013).

¹¹²⁶ Cui; Hu; p. 2; 2015.

¹¹²⁷ Zhuangzi, p. 11, 2013.

¹¹²⁸ Zhuangzi, p. 43, 2013.

hierarquia injustificada entre seres humanos e entre humanos e não humanos. Há uma recusa pela preocupação confucionista mundana com a política e as relações sociais. Nas palavras de Zhuangzi: *“O sábio se apoia no sol e na lua, aconchega o universo debaixo do braço, funde-se com as coisas, deixa a confusão e a desordem como estão e considera os escravos exaltados”*¹¹²⁹. Ambas as filosofias descendem das chamadas cem escolas da antiguidade e têm pontos em comum, particularmente a ideia de 气/氣 (Qi, que significa “energia vital”¹¹³⁰), que, por sua vez, divide-se entre 阴 (Yin) e 阳 (Yang), sendo Yin relacionado à feminilidade, à maternidade e, portanto, à terra, e Yang relacionado ao céu, à ordem, ao masculino¹¹³¹. Assim, se em Kǒngzǐ predomina Yang, no taoísmo predomina a dinâmica entre Yin e Yang, isto é, nesta perspectiva um não deve sobrepor-se ao outro, pois não há nada em Yang que possa controlar Yin e nada em Yin que possa se opor a Yang, uma vez que não são opostos, mas complementares no fazer-se do Universo. Traduzindo essa ideia para uma filosofia ecológica, significa que os seres humanos não devem apenas tratar-se em pé de igualdade, mas a todas as coisas com a mesma relevância e valor. Neste sentido, há uma radicalidade em termos da aversão ao mundano: se todas as coisas são iguais a mim, não posso possuí-las, dispor delas para deleite próprio, devo conter a ganância não por uma busca pela harmonia social, mas simplesmente porque, independente da vontade humana, a glória e a riqueza são ilusões, nada nos pertence de fato, porque tudo pertence ao Tao e o Tao pertence a si mesmo¹¹³². Levada ao extremo, a filosofia taoísta prospecta uma sociedade horizontal, sem hierarquia e, portanto, sem classes sociais¹¹³³. Reflete nesta perspectiva o fato de os mestres ou sacerdotes taoístas não terem sequer um corpo clerical organizado: eles emergiam espalhados pelo território e, eventualmente, tornavam-se líderes de revoltas populares, mas o poder que exerciam nessas ocasiões era ordinariamente situacional¹¹³⁴. Comparativamente, enquanto a filosofia de Kǒngzǐ é conservadora, no sentido

¹¹²⁹ Zhuangzi, p. 14, 2013.

¹¹³⁰ Segundo Ziyu Zhang e Xinyue Xu: “[...] O Céu e a terra são originalmente um Qi. O Qi tem a função de movimento, portanto, deve ser expresso como o impulso mútuo do Yin e do Yang. Portanto, a natureza do Qi possui as características de geração infinita e ininterrupta. A função biológica do coração do Céu e da terra pode ser popularizada no processo vital de todas as coisas” (Zhang; Xu, p. 9, 2024).

¹¹³¹ Zhang; Xu, p. 7, 2024.

¹¹³² Segundo Laozi: “[...] Uma árvore de grande abraço gera-se de uma fina muda / Uma torre de nove andares levanta-se de um acúmulo de terra / Uma viagem de mil léguas inicia-se debaixo dos pés / Quem age fracassa / Quem se apegar perde / Assim, o Homem Sagrado não age, por isso não fracassa / Não se apegar, por isso não perde [...] Assim, o Homem Sagrado deseja através do não-desejo / Não valoriza as coisas de difícil aquisição / Aprende através do não-aprender / Possui o que ultrapassa a todos os homens / Para auxiliar a naturalidade dos dez mil seres / E não encoraja a ação” (Laozi, cap. 64, 2015).

¹¹³³ Freiberg, p. 194, 1977.

¹¹³⁴ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 11, 1976.

de manter a ordem pela hierarquia e pela conduta adequada dentro dela, no taoísmo a concepção da dinâmica entre Yin e Yang pressupõe movimento e transformação¹¹³⁵, em outras palavras, mesmo que a sociedade tudo faça para manter a ordem vigente, a própria natureza do Universo irá transformá-la e isto está fora do controle humano ou, mais enfaticamente, da sociedade, de modo que o mais acertado é deixar as coisas serem como são¹¹³⁶. Lutar contra ou resistir a essa dinâmica não é apenas inútil, mas perigoso, uma vez que deste modo a humanidade se afastaria da natureza da qual participa¹¹³⁷ e estaria à mercê de desastres que ela mesma produziu ao forçar um lado ou outro de Qi¹¹³⁸. Trata-se de uma filosofia da moderação em vários sentidos: no político, o suave prevalece sobre o duro; no sentido temporal, a tranquilidade prevalece sobre a pressa; no material, a modéstia prevalece sobre a ganância. Embora o taoísmo não reivindique ser uma filosofia política, ele deu a base para um sistema de pensamento político bastante profícuo que foi usado na concepção de táticas de guerrilha formuladas por Sun Tzu em 500 a.C., cuja influência resvalou na estratégia militar de Mao Tsé-Tung¹¹³⁹. A ideia de que o suave e o fraco superam o duro e o forte sustenta essa filosofia política¹¹⁴⁰, ou ainda, nas palavras de Laozi:

Sob o Céu Nada é mais suave e brando que a água
No entanto, para atacar o que é rígido e duro
Nada pode se adiantar a ela
Nada pode substituí-la

Assim
A suavidade vence a força
O brando vence o duro
[...]¹¹⁴¹

¹¹³⁵ Zhuangzi tem uma metáfora primorosa para a ideia de transformação: “Certa vez, Zhuang Zhou sonhou que era uma borboleta, uma borboleta voando e batendo asas por aí, feliz consigo mesma e fazendo o que queria. Ele não sabia que era Zhuang Zhou. De repente, acordou e lá estava ele, sólido e inconfundível Zhuang Zhou. Mas não sabia se era Zhuang Zhou que sonhara ser uma borboleta ou uma borboleta sonhando ser Zhuang Zhou. Entre Zhuang Zhou e uma borboleta, deve haver alguma distinção! Isso se chama Transformação das Coisas” (Zhuangzi, p. 49, 2013).

¹¹³⁶ Segundo Jana Rošker: “Zhuangzi [...] acreditava que os problemas de intersubjetividade não nos foram impostos de fora; em vez disso, ele os via como resultado de estarmos presos a padrões de ambições socialmente determinadas. Jamais poderíamos dominar nossos destinos por meio de intervenções forçadas na integridade de tudo o que existe, nem por distinções artificiais e falsas, nem por avaliações absolutas. A razão para isso era que a existência humana não estava subordinada a quaisquer poderes externos superiores que pudessem ser controlados por meio da compreensão” (Rošker, p. 265, 2022).

¹¹³⁷ Segundo Freiberg: “Um dos principais pontos políticos da filosofia taoista era que a ordem social não era natural e dada, mas criada pelos detentores do poder” (Freiberg, p. 188, 1977).

¹¹³⁸ Karunathilake, p. 3, 2018.

¹¹³⁹ Freiberg, p. 185, 1977.

¹¹⁴⁰ Essa reflexão sobre o melhor modo de agir em conflito influenciou também as artes marciais do Kung Fu e do Tai Chi Chuan (Freiberg, p. 179 e p. 185, 1977).

¹¹⁴¹ Laozi, cap. 78, 2015.

O uso metafórico da natureza, note-se, não se reduz ao âmbito figurativo, isto é, as características dos elementos naturais funcionam de fato dentro desse sistema de pensamento em conexão com um modo de ser humano e social, assim que pode ser – como foi – politicamente eficaz. Embora o taoísmo não seja uma filosofia moral em si, mas mais preocupado com questões metafísicas e epistemológicas – ramo no qual produziu substancial avanço, como veremos –, ao fim e ao cabo ele dá diretrizes para uma conduta política peculiar baseada na amálgama entre a não ação, isto é, o deixar ser e o alinhamento com a dinâmica própria da natureza que por si só abre o Caminho, trata-se, em outras palavras, de uma moderação persistente. No que diz respeito às observações sócio-terranas, essa linha de raciocínio junta-se à dimensão temporal e material: o sábio não usa da força e não se esforça em suas atividades porque está alinhado ao Tao e, portanto, não precisa fazê-lo; assim como não se apressa em seus objetivos, antes medita, e deixa ser no tempo o momento propício para cada coisa e, finalmente, não subtrai da natureza mais do que precisa¹¹⁴² porque assim como a terra nutre a humanidade, a humanidade deve dar à natureza seu tempo adequado de transformação e reprodução¹¹⁴³.

Do taoísmo também emergiram conhecimentos empíricos razoáveis. À parte da busca pela imortalidade, um empreendimento dos antigos alquimistas, o taoísmo produziu conhecimentos proto-científicos em botânica, zoologia, medicina, farmácia, mineralogia e química¹¹⁴⁴, assim como produziu técnicas de meditação e terapias importantes, como o herbalismo, a moxa e a acupuntura¹¹⁴⁵, que são usadas no cuidado da saúde humana até hoje. Portanto, enquanto o conhecimento confucionista estava fundamentado literariamente, o conhecimento taoísta, por sua vez, mostrou-se mais prático e, embora mais místico e mais mágico, constituiu-se também como mais eficiente empiricamente, muito provavelmente devido à sua penetração entre os trabalhadores comuns que lidavam cotidianamente com a natureza.

Politicamente, o taoísmo se opunha à artificialidade da moral confucionista, uma vez que para ele as hierarquias não eram naturais, mas socialmente construídas, de modo que o correto

¹¹⁴² Nas palavras de Zhuangzi: “Na minha opinião, alguém que realmente fosse bom em lidar com os assuntos do mundo não agiria dessa forma. As pessoas têm sua natureza inata constante. Tecer suas roupas, cultivar sua comida – essa é a Virtude que compartilham. Elas são uma nisso e não partidárias, e isso é chamado de Emancipação do Céu. Portanto, em um tempo de Virtude Perfeita, o andar dos homens é lento e vagaroso; seu olhar é firme e suave. Em tal época, montanhas não têm caminhos ou trilhas, lagos não têm barcos ou pontes. As dez mil coisas vivem espécie por espécie, um grupo estabelecido próximo ao outro. Pássaros e bestas formam seus bandos e rebanhos; a grama e as árvores crescem até a altura máxima. [...] Na simplicidade não esculpida, o povo atinge sua verdadeira natureza” (Zhuangzi, p. 97, 2013).

¹¹⁴³ Zhang; Xu, p. 3-4, 2024.

¹¹⁴⁴ Freiberg, p. 183, 1977.

¹¹⁴⁵ Freiberg, p. 186, 1977.

seria, na ética taoísta, a busca pela comunhão com a natureza, um âmbito ideal no qual o forte não prevalecesse sobre o fraco, onde não haveria nobre e não haveria vil ou ainda, onde todos e tudo são potencialmente um e outro. Assim que o taoísmo – tal qual o budismo – construiu-se enquanto uma potência que precisou ser controlada e, por vezes, sufocada na vigência dos impérios norteados pelo confucionismo¹¹⁴⁶, já que se tornou combustível simbólico para inúmeras insurreições ao longo da história da China¹¹⁴⁷. Mas no que diz respeito às observações sócio-terranas, ambos compartilham preceitos fundamentais que podem ser sintetizados na ideia de que a felicidade humana depende intrinsecamente de uma relação de comunhão com a natureza¹¹⁴⁸ e que os limites dados por ela, se não forem compreendidos e apreciados, podem conduzir ao desperdício e à destruição. Compartilham também do conceito de Tao como o caminho do meio que, para Kǒngzǐ, é encontrado através da harmonia social estabelecida pela ordem cosmológica e, para Laozi, Zhuangzi e outros mestres taoístas que se seguiram, é alcançado pela aproximação entre humanidade e natureza.

9.3 Budismo

No primeiro século d.C., o budismo chegou à China e sincretizou-se relativamente bem ao panteísmo taoísta e confucionista precedente, tornando-se uma das tradições dominantes durante a Dinastia Tang (618-907)¹¹⁴⁹. No entanto, bem antes disso, o budismo espalhou-se na China: primeiro sem muita estabilidade, uma vez que, por longos períodos os monges e monjas tiveram dificuldades em se estabelecer e precisavam vagar pelo território sob o risco de verem-se em meio aos conflitos internos correntes neste momento, mas, no terceiro século d.C., Dao An (312-385), um líder budista carismático, conseguiu o feito inédito, em colaboração com outros intelectuais, de traduzir sistematicamente um catálogo de sutras que passaram então a ser

¹¹⁴⁶ Por exemplo, durante a dinastia Ch'ing (1644 a 1912), os sacerdotes taoístas e budistas podiam ter apenas um discípulo por vez, de modo a controlar o crescimento do clero (Freiberg, p. 186, 1977).

¹¹⁴⁷ Como no caso da Rebelião das Sobrancelhas Vermelhas (entre 18 d.C. e 27 d.C.), da Rebelião dos Turbantes Amarelos (entre 184 d.C. e 205 d.C.), do movimento dos Oito Diagramas (séculos XVIII–XIX), do movimento do "Bambu Celestial" (século XIX) e o movimento dos Boxers (1899–1901) (Freiberg, p. 194, 1977).

¹¹⁴⁸ No caso do confucionismo, por exemplo, as reflexões de Wang Yangming (1472-1529) mostram uma aproximação contundente a este respeito: “Quando percebemos nossa natureza autêntica, formamos uma trindade com o Céu e a Terra, e o Grande Homem (大人) emerge. O Grande Homem, de acordo com [...] Yangming, considera o Céu e a Terra, e as miríades de coisas, como um só corpo. Ele também considera o mundo como uma família e o país como uma pessoa. Claro, essa excelência não é a qualidade exclusiva de um grande homem. Na verdade, todos os seres humanos possuem a capacidade de fazer uma ressonância simpática com o Céu, a Terra e as inúmeras coisas” (Yang et al., p. 7, 2023).

¹¹⁴⁹ Yang et al., p. 8, 2023.

estudados por confucionistas e outros intelectuais chineses e assim o budismo, baseado a partir de então em estudos comparativos que resultaram em interpretações mais situadas na cultura chinesa, passou a ser melhor aceito pelas elites política e religiosa¹¹⁵⁰. Dois séculos depois, isto é, no quinto século d.C., havia na China cerca de 2 milhões de monges e monjas e 30 mil templos budistas¹¹⁵¹. Embora houvesse rugas com o confucionismo dogmático¹¹⁵² e perseguições políticas¹¹⁵³, o budismo foi absorvido na cultura milenar chinesa, principalmente devido ao esforço substantivo que monges, como Qi Song (1007-1072), fizeram para integrar a doxa budista aos preceitos confucionistas¹¹⁵⁴, em especial porque estes, por serem secularizados, ditavam as regras de conduta em sociedade e precisaram de uma assimilação argumentativamente convincente para a elite intelectual e política. Em relação ao taoísmo, o budismo teve mais facilidade de sincretização, uma vez que tinham muito em comum: a metafísica do vazio, a prática meditativa, rituais mágicos e, particularmente, a comunhão com a natureza, são alguns princípios e práticas que facilitaram a interpenetração dos dois. Os textos budistas eram também mais fáceis de se compreender do que os textos taoístas, por sua vez altamente abstratos e com orientações práticas bastante metafóricas e obscuras, assim que o budismo forneceu procedimentos mais factíveis para a prática religiosa e em conformidade com a filosofia anterior¹¹⁵⁵. Há, no entanto, uma diferença pontual, mas relevante, entre o budismo e o taoísmo: se para este o objetivo é a integração com o Tao através do conhecimento e incorporação da natureza das coisas e, note-se, de todas as coisas contidas em Yin e Yang; para aquele, há um objetivo de melhoramento individual pela prática religiosa, isto é, embora Buda esteja presente em todos os níveis de realidade, do nirvana ao inferno¹¹⁵⁶, a preocupação do

¹¹⁵⁰ Yu, p. 104, 2020.

¹¹⁵¹ Yu, p. 105, 2020.

¹¹⁵² Por exemplo, a doutrina da piedade filial do confucionismo contrasta bastante com a abdicação budista da vida mundana, assim que apenas durante o governo de Shi Hu (295-354) os chineses tiveram permissão para tornar-se monges e monjas, muito embora os embates tenham continuado sobre outros aspectos relevantes. Segundo Xue Yu: “As três práticas a seguir foram particularmente contestadas [...]: (1) monges budistas que deformavam o corpo e cortavam o cabelo violavam o princípio moral do “Livro da Piedade Filial”, segundo o qual corpo, cabelo e pele dados pelos pais não deveriam ser prejudicados; (2) monges budistas que não se casavam e, portanto, não tinham herdeiros estavam em contradição direta com um dos comportamentos filiais mais importantes: a procriação; e (3) alguém que entra na sangha com vestes eclesiásticas e, portanto, ignora a etiqueta tradicional da cultura chinesa” (Yu, p. 110, 2020).

¹¹⁵³ Segundo Xue Yu: “Ao longo da história, quatro perseguições estatais contra o budismo ocorreram durante o reinado do Imperador Taiwu (423-452) da dinastia Wei do Norte, do Imperador Wu (560-578) da dinastia Zhou do Norte, do Imperador Wuzong (841-846) da dinastia Tang e do Imperador Shi Zhong (954-959) da dinastia Zhou posterior (951-961). Diferentes razões podem ter contribuído para cada perseguição, como o acúmulo de uma grande soma de riqueza em templos ou a rivalidade entre o budismo e o taoísmo, mas a atitude pessoal dos imperadores em relação ao budismo foi a questão-chave em todas elas” (Yu, p. 107, 2020).

¹¹⁵⁴ Yu, p. 110, 2020.

¹¹⁵⁵ Lusthaus, 1998.

¹¹⁵⁶ Yang et al., p. 8, 2023.

budista é aprimorar-se – através da disciplina, da meditação e da sabedoria¹¹⁵⁷ – até alcançar o nirvana, ponto máximo de purificação. Há, portanto, um elemento de recompensa ausente no taoísmo, pelo menos no sentido estrito do termo: o taoísta vaga e conhece a natureza das coisas, comportando-se de modo a conectar-se com elas de forma apenas a não perder-se do Caminho, sem promessa de transcendência – até porque não há nada fora do Tao, ele tudo engloba –, enquanto o budista devoto procura em sua prática afastar-se das impurezas do mundo – e ajudar os outros a fazê-lo – e aproximar-se da pureza máxima pela qual alcança o nirvana¹¹⁵⁸. O budismo, assim sendo, tem uma doutrina mais prática e dogmática, que, num sentido ecológico, tem ressonâncias positivas, como veremos agora.

No que diz respeito às observações sócio-terranas, no budismo chinês encontra-se também a ideia de que todos os seres, animados e inanimados, têm natureza búdica. Essa ideia, original de Zhan Ran (711-782)¹¹⁵⁹, expandiu a perspectiva budista incluindo todos os elementos da natureza enquanto entidades búdicas: montanhas, rios, pedras, árvores e assim sucessivamente. De modo que todos, seres sencientes e seres não sencientes, são iguais em sua natureza, logo, devem ser identicamente valorizados¹¹⁶⁰, assim como no confucionismo e no taoísmo, como já observamos. Neste sentido, de acordo com a doxa budista, todos os seres vivos, enquanto seres búdicos, devem ser servidos por meio da generosidade, da moralidade, da paciência, do esforço, da meditação e da sabedoria¹¹⁶¹. A vertente budista prevalente na China é a Mahayana¹¹⁶² e, dentro dela, a escola Chan (Zen) é a mais conhecida e tem como dogma o vegetarianismo e a vida simples, o que corresponde às prerrogativas de igualdade entre os seres. Principalmente no que diz respeito aos animais, o budismo influenciou a cultura chinesa na conduta de não matar ou acossar animais, assim como espalhou o hábito vegetariano através das ideias de não-violência e de compaixão e servidão a todos os seres¹¹⁶³. Há, sobretudo, um apreço do budismo chinês por paisagens idílicas, assim que seus adeptos construíram vários de seus templos nos lugares mais pitorescos da China, particularmente em altas montanhas que foram

¹¹⁵⁷ Yu, p. 112, 2020.

¹¹⁵⁸ Segundo Dan Lusthaus: “[...] no budismo chinês, o objetivo soteriológico consistia no retorno ou na recuperação dessa natureza original, superando ou eliminando as contaminações. A batalha entre o puro e o impuro, a luz e a escuridão, a iluminação e a ignorância, o bem e o mal, e assim por diante, assumiu proporções tão épicas na literatura budista chinesa que alguns estudiosos a compararam a temas zoroastrianos ou maniqueístas, embora as evidências da influência dessas religiões no pensamento budista tenham sido mais sugestivas do que definitivas” (Lusthaus, 1998).

¹¹⁵⁹ Foi mestre da Escola Tiantai de Budismo Chinês.

¹¹⁶⁰ Yang et al., p. 6, 2023.

¹¹⁶¹ Yu, p. 111, 2020.

¹¹⁶² Yu, p. 104, 2020 e Lusthaus, 1998.

¹¹⁶³ Yu, p. 111, 2020.

sendo consagradas pelo espreado hábito da peregrinação¹¹⁶⁴. Além disso, os monges e monjas budistas chineses têm o hábito consistente do plantio de árvores que, ao longo do tempo, tornaram-se ecologicamente representativas¹¹⁶⁵, isto é, alteraram não só a paisagem, mas funcionam também como territórios de preservação para espécies animais e vegetais. Em algumas vertentes minoritárias, como o povo Dai de Xishuangbanna, por exemplo, no qual houve sincretismo religioso entre animismo, budismo, confucionismo e taoísmo, a preservação ecológica é sagrada, assim como há áreas restritas com significado espiritual – como a água sagrada, a floresta sagrada, a montanha sagrada¹¹⁶⁶ –, que estão sujeitas a tabus e adoração. Para esse povo, não matar animais e plantar árvores – bastante específicas¹¹⁶⁷ – é parte do ritual religioso.

Conclusivamente, há distinções importantes entre confucionismo, taoísmo e budismo, principalmente no que diz respeito aos seus respectivos sistemas éticos e morais, isto é, sobre o modo como praticam os seus princípios que, no entanto, pelo menos no que tange às relações com a natureza, têm muito em comum: todos eles prezam pela valorização de todos os seres (humanos e não-humanos) e buscam uma harmonia entre sociedade e natureza.

9.4 Ordenar a terra, alimentar o império

Essa breve caracterização filosófica, histórica e religiosa da China justifica-se no fato de que algumas dessas ideias milenares, particularmente as observações sócio-terranas sino

¹¹⁶⁴ Segundo Xue Yu: “O budismo chinês herdou a ideia de peregrinação religiosa que existia no budismo indiano e popularizou sua prática por meio da consagração de montanhas na China. Durante certos períodos ou em certas ocasiões, budistas devotos organizavam uma peregrinação a templos próximos ou a essas montanhas sagradas, das quais quatro são as mais populares, em conexão com quatro grandes Bodhisattvas, a saber, Wutai com Manjusri, Jiuhua com Ksitigarbha, E'mei com Samantabhadra e Putuo com Avalokitesvara, cada um deles personificado com sabedoria, bênção, prática e compaixão, respectivamente” (Yu, p. 113, 2020). E, segundo Mark Elvin: “[...] os chineses, desde os tempos antigos, se não os primeiros, encontraram exaltação religiosa e filosófica na escalada de montanhas e sua contemplação, enquanto estas eram apenas ocasionalmente exploradas e admiradas no Ocidente clássico e, em sua maioria, abominadas ou ignoradas durante a Idade Média Ocidental” (Elvin, p. xxi, 2004).

¹¹⁶⁵ Segundo Yang et al.: “[...] a maioria dos templos budistas chineses está em locais pitorescos. Os locais mais famosos com templos budistas (como o Monte Wutai na província de Shanxi, o Monte Putuo na província de Zhejiang, o Monte Jiuhuan na província de Anhui e o Monte Emei na província de Sichuan) estão entre as montanhas mais bonitas da China. [...] Por exemplo, os monges do Monte Emei começaram a plantar árvores durante a Dinastia Tang; muitas das preciosas árvores do local têm mais de 400 anos e algumas têm mais de 1000 anos. Atualmente, existem mais de 3200 espécies de plantas no Monte Emei, representando 10% das espécies na China, e mais de 2300 espécies animais” (Yang et al., p. 9, 2023).

¹¹⁶⁶ Segundo Yang et al.: “Eles são sacrossantos e ninguém tem permissão para cortar árvores, matar animais ou cultivar terras na área. Quem não respeitar isso é severamente punido” (Yang et al., p. 9, 2023).

¹¹⁶⁷ São elas as espécies: “Ficus religiosa, Ficus altissima, Corypha umbraculifera, Areca catechu e Borassus flabellifer. As seis flores incluem Nelumbo nucifera, Crinum amabile, Hedychium chrysroleucum, Plumeria rubra, Michelia champaca e Musella lasiocarpa” (Yang et al., p. 9, 2023).

situadas, são contemporaneamente atualizadas nas comunicações sobre os riscos ambientais em diversas esferas, como veremos adiante. Justifica-se também porque, para um olhar ocidental leigo, muitas dessas ideias são contraintuitivas e estigmatizadas, assim seria difícil descrever e fazer compreender a construção da narrativa chinesa sobre o meio ambiente sem esse alicerce conceitual. Ressalto ainda que essa breve caracterização foi a mais sintética possível e, portanto, deixou de fora grande parte do pensamento chinês em suas observações sócio-terranas, pensamento este que percorreu mais de dois mil anos em ramificações inúmeras, mas cujas bases principais são essas abordadas acima.

A natureza, além de ser parte das principais comunicações filosóficas e religiosas na China, foi também constituinte de sua literatura poética cuja tradição é ademais longínqua. A partir do século IV d.C., as paisagens naturais pitorescas foram contundentemente assimiladas pela elite intelectual chinesa através de uma larga produção artística e literária em homenagem à harmonia com o Tao e/ou com a personificação de Buda vislumbrada nessas paisagens¹¹⁶⁸. Em outras palavras, a contemplação da natureza e o seu registro passaram a ser uma prática de integração com o Tao e de devoção, na perspectiva budista. Muito antes, contudo, entre os séculos IX e VII a.C., já era possível encontrar no “Livro das Odes” (诗经), por exemplo, referências poéticas a elementos da natureza, como animais e paisagens, e também às dinâmicas naturais, como as épocas propícias para as práticas agrícolas¹¹⁶⁹. Pouco depois, em outra antologia, n'As Composições de Chu (楚辞), de IV a.C., é possível observar atribuições místicas às paisagens e fenômenos naturais, tais como montanhas mágicas que, uma vez galgadas, trariam imortalidade ou ainda, uma caverna onde os ventos se reuniam ou então, oceanos habitados por dragões e, mais enfaticamente para o que se desenrolou posteriormente, na composição poética desta obra já é possível notar a busca pelo acalento das mazelas humanas na natureza¹¹⁷⁰. No entanto, a perspectiva de integração entre humano e natureza, na poesia, só ocorreria três séculos d.C. com a cristalização das ideias confucionistas, taoístas e budistas, em poemas que passaram a evocar a natureza como fonte de inspiração para a prática ética religiosa, como adiantamos acima. Para a elite, a apreciação da natureza nestes moldes, intelectual e artístico, tornou-se uma forma de distinção¹¹⁷¹, isto é, o apartar-se da vida mundana na busca pela harmonia com as

¹¹⁶⁸ Elvin, p. 321, 2004.

¹¹⁶⁹ Segundo Francesca Bray, o poema Chii Yueh (邠风·七月), do “Livro das Odes”, talvez seja o registro mais antigo “que vincula fenômenos naturais, como a posição das constelações ou a floração de certas plantas, com tarefas agrícolas” (Bray, p. 52, 1984).

¹¹⁷⁰ Elvin, p. 327, 2004.

¹¹⁷¹ Elvin, p. 334, 2004.

montanhas, os rios, as florestas, era um modo de ostentar sua condição aristocrática de quem pode viver sem as preocupações cotidianas com a labuta. A replicação de paisagens sob a minuciosa arte dos jardins, na qual a distribuição dos elementos deveria estar em harmonia com a menor artificialidade possível, servia também como um recurso de aproximação com a natureza e de ostentação aristocrática – embora pessoas comuns também os fizessem em formatos mais modestos¹¹⁷². No século IV d.C., segundo Mark Elvin, apareceu, nos poemas de Xie Lingyun, a primeira concepção de meio ambiente no sentido laico, por assim dizer, isto é, meio ambiente enquanto uma dinâmica de biodiversidade integrada e coevolutiva já sem referências a elementos mágicos. Essa forma descritiva, embora poética, registra as observações sócio-terranas de um ponto de vista mais empírico que inclui a ação humana através das plantações, barragens e desvios de rios, por exemplo, como parte integrante da dinâmica ambiental.

Há também uma literatura proto-científica razoável sobre as dinâmicas agroecológicas com elevada complexidade que revelam que técnicas de cultivo associadas ao meio ambiente e às tecnologias adequadas para seu manejo existem na China há bastante tempo. A começar pela fenologia que, como salientei acima, aparece primeiramente no “Livro das Odes”, mas que é contemporânea a calendários detalhados como o Calendário dos Xia (夏小正), compilado no período da dinastia Zhou (1046-771 a.C.), disposto em doze sessões mensais nas quais traz aspectos da astronomia, fenologia, agricultura, sericicultura, pecuária e caça¹¹⁷³. Vale ressaltar que o estudo e o registro das práticas e tecnologias agrícolas eram de farto interesse para a classe dominante – letrada – que vivia da administração das terras e da produção camponesa de alimentos, de modo que havia muito incentivo institucional para esse tipo de produção de conhecimento¹¹⁷⁴. Alguns tratados e monografias destacam-se neste quesito, a começar pelo “Livro do Povo Qi” (齐民要术) datado do período da Dinastia Wei do Norte (535 d.C.) e de

¹¹⁷² Cui; Hu, 2015.

¹¹⁷³ Bray, p. 53, 1984.

¹¹⁷⁴ Segundo Bray: “Uma vez que as receitas do Estado provinham em grande parte diretamente da classe camponesa, estadistas e oficiais estavam naturalmente preocupados em manter um nível razoável de produção agrícola. Todos os filósofos políticos do final da dinastia Zhou insistiam na importância de incentivar os camponeses a cultivar de forma eficiente (e desencorajá-los de dissipar suas energias em outras atividades menos fundamentais)” (Bray, p. 48, 1984). E, mais adiante: “O aparato estatal chinês não apenas contribuiu significativamente para as fileiras de escritores agrícolas, mas também incentivou ativamente a composição e a disseminação de tratados agrícolas, especialmente uma vez que a impressão foi desenvolvida. [...] O desenvolvimento da impressão durante os tempos Sung permitiu que o governo disseminasse tanto obras agrícolas antigas quanto novas encomendadas, e incentivou muitos indivíduos privados a registrar sua experiência agrícola no papel [...] o número de obras agrícolas publicadas na China aumentou exponencialmente desde os tempos Sung” (Bray, p. 53, 1984).

autoria de Jia Sixie (贾思勰) – um funcionário de médio escalão –, no qual se encontra detalhadamente a descrição do uso de ferramentas e métodos agrícolas para culturas específicas, assim como sobre o manejo adequado de produtos agrícolas para fermentação de bebidas e para culinária¹¹⁷⁵. Essa obra tornou-se referência para tratados posteriores, uma vez que deu protocolos práticos para a sucessão de plantios e fertilização apropriada do solo, o que indica uma cultura agrícola intensiva e contínua respaldada por um instrumental tecnológico razoável. Mais importante, talvez, seja o fato de Sixie basear seu texto em referências extensivas anteriores que indicam que já na dinastia Han (206 a.C-220 d.C.) havia uma organização razoável dos conhecimentos agronômicos, ao mesmo tempo em que ele se baseia em observações práticas da vida cotidiana sobre uma imensa variedade de recursos naturais entre plantas e animais, sem, contudo, nenhum misticismo observável¹¹⁷⁶. Dois outros tratados tornaram-se relevantes posteriormente na Idade Média chinesa: o Tratado Agrícola de Wang Zhen (王祯农书) de 1313 d.C. e o Tratado Completo sobre Agricultura e Administração Governamental (农政全书) de Xu Guangqi, concluído ao fim da dinastia Ming e publicado postumamente em 1639 d.C. Ambos ressoam a instabilidade política e ambiental de sua época e, neste sentido, vale a pena ressaltar que a história da China Imperial construiu-se por sucessões dinásticas cuja observação, pelo povo, eram relacionadas a ciclos necessários de transformação, ou seja, a queda de uma dinastia era normalmente precedida de eventos catastróficos que eram vistos como augúrios, alguns deles mais relacionados a eventos climáticos extremos, como enchentes e secas, outras vezes relacionados a guerras e à má administração, isto é, de uma forma ou de outra, a queda de uma dinastia era antecipada por instabilidade social e alimentar. A concepção de sucessão em ciclos dinásticos pode ser relacionada à filosofia taoísta, enquanto a retomada da ordem era operada com base no confucionismo. Assim, tanto o tratado de Wang quanto o de Guangqi foram concebidos em épocas de instabilidade numa tentativa clara de orientar a condução política, principalmente da produção de alimentos, uma vez que a fome foi provavelmente o principal motor de rebeliões sociais ao longo da era imperial, assim como, lembre-se, a legitimidade do imperador dependia da sua benevolência no sentido confuciano, isto é, da sua capacidade de

¹¹⁷⁵ Segundo Bray: “[...] o Chhi Min rao Shu é o único tratado agrícola chinês a combinar técnicas agrícolas com a preparação de produtos culinários, incluindo não apenas métodos de fermentação e conservas e a preparação de açúcar de cevada, mas receitas para todos os tipos de pratos, desde carnes assadas e bolinhos até ovos mexidos com cebolinha” (Bray, p. 58, 1984). Isso provavelmente se deve, como menciona o próprio autor, ao fato de ter escrito o texto com o objetivo de instruir os jovens de sua família para as tarefas cotidianas sem maiores pretensões (Bray, p. 56, 1984).

¹¹⁷⁶ Bray, p. 58, 1984.

bem administrar os recursos e prover o povo. Estratégias e tecnologias para manter a produção de alimentos e enfrentar resilientemente alterações climáticas contundentes eram, portanto, de suma importância. O Tratado Agrícola de Wang Zhen foi escrito no início da dinastia Yuan, estabelecida pelos mongóis sob a liderança de Kublai Khan, que fundou a primeira dinastia não-Han na história chinesa. A guerra que assentou o poder dos mongóis havia devastado o território chinês, particularmente ao Norte, atravessando campos de plantações e, por ser uma guerra também étnica, levou a população ao colapso moral. O Tratado de Wang Zhen é pensado em termos bastante alinhados ao confucionismo, isto é, para perfilar a nova corte administrativa às necessidades urgentes de uma reorganização produtiva alimentar baseada filosófica e tecnologicamente nos conhecimentos chineses anteriores e contemporâneos. Em outras palavras, é um manual sobre como o novo imperador e seu corpo burocrático poderiam estabilizar o poder e legitimá-lo para o campesinato destruído pela guerra¹¹⁷⁷. Mais do que uma obra voltada para a administração, o Tratado de Wang Zhen tem o objetivo de reparar o sofrimento camponês e ele o demonstra explicitamente ao referenciar de forma ilustrada as melhores tecnologias do Norte, mais seco, e as do Sul, mais úmido, prospectando ineditamente uma troca de conhecimentos para facilitar o trabalho no campo¹¹⁷⁸. O Tratado Completo sobre Agricultura e Administração Governamental de Xu Guangqi, por sua vez, foi escrito no declínio da dinastia Ming (1639) e teve por objetivo reerguer a economia do império, ameaçado por insurreições derivadas da espreitada corrupção e da fome, de modo que ele se mostrou atento às necessidades administrativas e à introdução de conhecimento para aumentar a produtividade agrícola, incluindo novas tecnologias, assim como o cultivo de espécies exóticas, como o milho e a mandioca, por exemplo¹¹⁷⁹. Guangqi, vale dizer, foi um nobre principesco que tinha amigos entre os missionários jesuítas com os quais aprendeu algumas tecnologias ocidentais relevantes e foi também um dos grandes intelectuais de sua época. Por ocupar altos cargos no escalão imperial, Guangqi não podia dedicar-se completamente às suas monografias, assim que seu tratado, postumamente publicado, foi escrito ao longo de muitos anos e tornou-se o maior deles com 700.000 caracteres¹¹⁸⁰. Nele, Guangqi elaborou os principais problemas econômicos da China em sua época, que podem ser resumidos na distribuição populacional desigual e na baixa produtividade de alimentos que, por consequência, levavam à pobreza e à fome. Em seu trabalho,

¹¹⁷⁷ Bray, p. 60, 1984.

¹¹⁷⁸ Bray, p. 61, 1984.

¹¹⁷⁹ Bray, p. 67, 1984.

¹¹⁸⁰ Bray, p. 66, 1984.

ele recuperou, como é da tradição literária chinesa, muito do que havia sido escrito antes, particularmente no Tratado de Wang Zhen, e inovou ao preocupar-se com as características regionais do problema e dispor para ele soluções políticas e tecnológicas situadas e baseadas em estatísticas sobre o território e seu clima, assim como sobre a densidade populacional de cada lugar e, portanto, sobre a mão de obra disponível e a necessidade de alimentos para sua fortificação. O plano de Guangqi, no entanto, nunca foi posto em prática, pois a China foi tomada pelos Manchus em 1644, assim que sua obra foi por muito tempo desvalorizada¹¹⁸¹. Ela, no entanto, é um documento histórico contundente que abarca extensivamente a tradição chinesa em suas observações sócio-terranas, além de descrever os primeiros enlaces sociais, técnicos e ecológicos entre Ocidente e Oriente.

Esses casos documentais demonstram características importantes da construção semântica chinesa no que diz respeito às observações sócio-terranas. Primeiramente, vale ressaltar que, ao longo do período imperial, mais de quinhentos trabalhos foram escritos sobre temas relativos ao ambiente natural e seu manejo por tecnologias de agricultura¹¹⁸² e, com a invenção da imprensa de tipos móveis durante a dinastia Yuan (1271-1368), muitos deles tiveram larga circulação na administração imperial e passaram a fazer parte de uma linha comunicativa contínua, até porque o costume de retomar obras anteriormente sancionadas manteve uma coesão milenar na abordagem das questões ambientais. Esses documentos nos mostram também que havia forte reflexividade entre sociedade e meio ambiente no sentido sobretudo político, isto é, a comunicação escrita servia à organização político-administrativa que tinha nos riscos ambientais uma fonte de ressonância importante, visto que desastres naturais eram observados como presságios negativos e legitimavam revoltas populares e guerras civis que, não raras vezes, colocaram fim a linhagens dinásticas. Ao longo do seu arredado tempo, o império chinês passou por flutuações climáticas contundentes que causaram secas extremas e precipitações que levaram a inundações que muitas vezes destruíram cidades inteiras¹¹⁸³. A população chinesa sempre foi grande, proporcionalmente ao resto do mundo, e quando subjugada a desastres naturais ou a má administração, a principal consequência era a fome que, em muitos momentos, levou inclusive ao canibalismo¹¹⁸⁴. Portanto, o registro desses

¹¹⁸¹ Bray, p. 70, 1984.

¹¹⁸² Bray, p. 47, 1984.

¹¹⁸³ Por exemplo, a enchente do Rio Amarelo em 1642 d.C. que destruiu Kaifeng.

¹¹⁸⁴ Para uma visão mais aprofundada sobre o canibalismo como uma consequência atroz da fome generalizada na China, recomendo a leitura do livro “Tears from Iron” de Kathryn Edgerton-Tarpley; e do artigo *Famine, migration and war: Comparison of climate change impacts and social responses in North China between the late Ming and late Qing dynasties* de Xian et al.

acontecimentos, feitos à luz das filosofias confucionista e taoísta, que orientavam a observação dos eruditos funcionários que os descreviam, servia também como orientação normativa sobre o melhor modo de agir politicamente quando um desastre se anunciava; era protocolar, por exemplo, manter reservas de grãos que pudessem ser distribuídos em casos extremos¹¹⁸⁵, assim como enviar socorro alimentar e militar para populações locais que tivessem sido atingidas por desastres ambientais¹¹⁸⁶. A criação de novas unidades administrativas também era prevista no caso em que populações precisassem ser realocadas por conta de uma enchente ou por causa da seca e de terras inférteis¹¹⁸⁷, de modo que migrações massivas ocorreram ao longo do tempo e foram conduzidas por um conhecimento fartamente produzido com vistas no enfrentamento de riscos ambientais e na harmonização com a natureza.

Neste sentido, outro gênero literário relevante é o dos Liumin tu (流民圖), ou, em uma possível tradução para o contexto linguístico brasileiro: “Pintura de Retirantes”¹¹⁸⁸, inaugurada por Zheng Xiaem 1074 d.C. com a obra que dá nome ao gênero¹¹⁸⁹. As Pinturas de Retirantes eram histórias contadas através da pintura e/ou da xilogravura que traziam imagens que retratavam as consequências de tragédias ambientais e políticas, acompanhadas muitas vezes de

¹¹⁸⁵ “Por exemplo, na seca de 1743 nas províncias de Hebei, Shandong e Henan, as atividades de socorro governamentais foram mantidas por 8 meses e 2,36 milhões de dan de grãos foram distribuídos diretamente para mais de 2 milhões de vítimas” (Xiao et al., p. 22, 2015).

¹¹⁸⁶ Segundo Lillian M. Li: “Muitos dos princípios e instrumentos importantes para a prevenção da fome originaram-se na antiguidade. O conceito de celeiro sempre normal, por exemplo, é atribuído a Mêncio e pode ter origens ainda mais antigas. Os oficiais deveriam estabelecer esses celeiros, comprando grãos quando o preço estava baixo e vendendo-os quando o preço estava alto, mantendo assim os preços dos grãos baixos e estáveis. Esses estoques de grãos também podiam ser distribuídos como ajuda durante a fome. O governante sábio deveria ajudar a domar os rios, patrocinando projetos de controle de rios. Ele também tinha a responsabilidade de manter a produtividade agrícola. Se ocorressem inundações, era porque os rios não haviam sido devidamente controlados. Se ocorressem secas, seus efeitos poderiam ser aliviados por meio da irrigação e o sofrimento humano decorrente poderia ser mitigado com a ajuda contra a fome. Uma calamidade natural poderia causar uma falha na colheita, mas a falha na colheita não resultava necessariamente em uma fome ou ‘grande fome’. O objetivo da intervenção imperial ou oficial era, primeiro, prevenir a ocorrência de fome, mas, em segundo lugar, se a fome ocorresse, tomar medidas para restaurar a produção agrícola. [...] Sob influência legalista, as medidas administrativas básicas para lidar com a fome foram codificadas na primeira dinastia imperial, a Qin (221–206 a.C.). Durante o período Song (960–1279 d.C.), o alívio da fome era uma das várias áreas designadas pelos grandes eruditos como necessitando de reforma e renovada atenção. [...] No final do período Ming (1368–1644), tradições de obras filantrópicas estavam bem estabelecidas em muitas localidades [...]” (Li, p. 2-3, 2007).

¹¹⁸⁷ Segundo Xiao et al.: “Quando os imigrantes aumentavam acima de um certo nível, o governo central criava uma série de unidades administrativas chamadas Fu (equivalente a prefeituras), Ting, Zhou e Xian (equivalente a condados) para gerenciá-los” (Xiao et al., p. 9, 2015).

¹¹⁸⁸ “Liumin” (流民) significa literalmente “povo que vagueia”, referindo-se aos camponeses deslocados pela fome, pela guerra ou por desastres naturais. “Tu” (圖) traduz-se como “pintura”, “retrato” ou “ilustração”. Alice Bianchi traduz para o termo em inglês “Images of disaster refugees”. Para o português brasileiro, a noção de retirante é particularmente interessante, uma vez que essas pinturas retratavam, na China medieval, algo muito similar às migrações forçadas pelo clima e pela fome no sertão brasileiro, como registradas na literatura, como, por exemplo, em “Vidas Secas” de Graciliano Ramos e no “Os Sertões” de Euclides da Cunha.

¹¹⁸⁹ Bianchi, p. 71, 2021.

prefácios e legendas que explicavam a situação específica ilustrada. A principal consequência dessas tragédias, como se observa no trabalho de Alice Bianchi, era a fome que, por sua vez, levava a ações desesperadas que despertavam sofrimentos diversos no nível individual e coletivo – eram as cenas desses sofrimentos as retratadas no gênero aqui em tela. Essas obras eram criadas por mandarins, principalmente na função do censorato, com vistas a despertar, no imperador e outras autoridades, a benevolência no sentido confuciano, isto é, na intenção de comovê-los e lembrá-los da sua função provedora¹¹⁹⁰. Embora inauguradas com Zheng Xia em 1074, é a partir da dinastia Ming (1368-1644) que as Pinturas de Retirantes se tornaram mais recorrentes¹¹⁹¹. Seguindo o padrão de outros gêneros literários, como os da filosofia e dos tratados agrícolas, este também tende a repetir o já visto em obras anteriores com eventuais inovações ao longo do tempo. Apesar de direcionarem-se às autoridades locais ou ao próprio imperador, algumas dessas obras foram reimpressas e distribuídas entre o mandarinato ao longo do tempo, a depender de sua relevância e apreciação política e estética, alcançando a observação da classe governante centenas de anos após suas produções¹¹⁹². O objetivo inicial dessas obras, como disse, era despertar no imperador a benevolência, mas não só: era, antes de tudo, para alertá-lo sobre situações extremas que poderiam levar ao colapso social e a possíveis rebeliões, dispondo complementarmente soluções como a isenção de impostos por determinado período e o envio de mantimentos e ajuda para reparação de danos estruturais para comunidades afetadas por desastres ambientais ou políticos, caso fossem necessários. Não era incomum que pessoas pertencentes a comunidades assoladas por conflitos militares ou por intempéries climáticas duradouras decidissem, sob a pressão das circunstâncias, abandonar suas casas e migrar em

¹¹⁹⁰ Alguns exemplos desse gênero literário relacionado à desastres ambientais são os de: Zhang Lu, censor da Prefeitura de Xiangyang Huguang, datado de 1529 que descreve a fome decorrente da seca e da infestação de gafanhotos em sua província; Zhang Xiang, censor de Chenzhou Hunan, tratando da fome decorrente da seca em sua província, inclusive com ilustrações de cenas de canibalismo em 1531; Jiang Jing, censor do Condado de Changyuan, que retratou em uma obra de 1559 a fome decorrente de inundações; Weng Dali, diretor-geral do transporte de grãos e censor-chefe do Condado de Peixian, que fez um memorial ilustrado sobre as enchentes em sua província entregue ao trono em 1569; Shen Zimu, comissário provincial de Shanxi, ilustrou a fome produzida pela seca em sua província em 1586; Ma Yinglong, magistrado do Condado de Qixian, ilustrou cenas de canibalismo em seu condado em 1592 e apresentou a obra ao prefeito; Yang Dongming, Secretário de supervisão no Ministério da Justiça, apresentou ao trono, em 1594, um documento ilustrado sobre fome e canibalismo em decorrência de enchentes na província de Henan; Chen Qiyu, candidato aos exames admissionais do condado de Zhucheng, relatou fome em decorrência da seca em 1616; Wang Han, magistrado do condado de Henei, apresentou ao trono, em 1640, um memorial ilustrado com prefácio acerca da fome – incluindo canibalismo – em decorrência da seca e da infestação de gafanhotos em seu condado; Ge Yuchao, vice prefeito do condado de Chaoxian, relatou o mesmo em 1641 para as autoridades provinciais e; Zhang Guangzeng, magistrado do condado de Changyuan, criou uma obra ilustrada, em 1778, para apreciação da nobreza local com a intenção de despertar empatia para arrecadação de fundos direcionados ao socorro de refugiados da seca. Todos esses e mais tantos outros exemplos podem ser encontrados no Apêndice I em Bianchi, 2021.

¹¹⁹¹ Bianchi, p. 75, 2021.

¹¹⁹² Bianchi, p. 77, 2021.

busca de melhores condições. Essa solução estava prevista no confucionismo, isto é, a providência imperial deveria vir antes que as migrações começassem, considerando que era o sedentarismo que garantia a tributação da produção agrícola, d’onde saía a riqueza do império. Neste sentido, a moral confuciana enfatizava o apego à terra natal através, por exemplo, da piedade filial. Quando essa situação se tornava inevitável, agentes estatais regulavam a distribuição de ajuda de modo que as pessoas só fossem alimentadas se voltassem para suas casas¹¹⁹³. O gênero literário aqui considerado, que trata de retirantes, observa então uma fase avançada do colapso social que precisaria ser imediatamente contido.

As Pinturas de Retirantes eram feitas em histórias contadas em desenho e divididas em quadros¹¹⁹⁴ e, vale lembrar, estavam sobremaneira relacionadas às consequências da fome, de modo que suas cenas mais comuns eram as de pessoas se alimentando de cascas de árvores, raízes e grama – dentre outros insumos incomuns –, penhorando pertences, vendendo filhos e mulheres e, nos casos mais graves, praticando canibalismo ou suicídio. A partir de Yang Dongming (1548-1624), as obras deste gênero ganharam um complemento literário, uma vez que este autor lançou mão de uma gradação dramática que enfatiza a piora da crise ao longo da sua narrativa. Isto é, ele conta suas histórias não como casos pontuais, mas através de episódios sucessivos no tempo que demonstram a causalidade dos fatos, com começo, meio e fim ou, em outras palavras, introduzindo a suspensão de expectativas sobre o desenrolar da trama, uma estratégia que mantém a atenção do leitor e desperta afinidade ou aversão por personagens específicos¹¹⁹⁵. Como todas as obras desse gênero, as de Yang mostram verdadeiras cenas de horror, mas, acrescentando a elas uma carga dramática suplementar, ele evidencia aspectos morais confucianos dentro da própria narrativa, como, por exemplo, na história na qual uma

¹¹⁹³ Courtney, p. 199, 2018.

¹¹⁹⁴ Poder-se-ia dizer, uma espécie de história em quadrinhos particularmente macabra e inspirada na realidade observada por seus autores.

¹¹⁹⁵ Segundo Alice Bianchi: “A narrativa começa com uma descrição da crise (a inundação que ocorreu em Henan em 1593) e passa a evocar seu impacto humano. Quando as reservas locais se esgotaram, os camponeses começaram a tomar as estradas em busca de comida. O leitor então acompanha o destino de várias famílias, cada cena de desintegração familiar simbolizando uma etapa diferente da crise. Um marido deixa sua esposa e filhos para trás; mães abandonam seus filhos nas estradas ou os vendem. Outras pessoas preferem cometer suicídio, por afogamento ou enforcamento. Outro ponto decisivo foi alcançado quando as pessoas começaram a consumir alimentos estranhos da fome (vegetais silvestres, raízes de grama, casca de árvore misturada com certos tipos de solo). Depois que todos os suprimentos de comida foram consumidos e as famílias foram forçadas a se separar, as pessoas acabaram recorrendo ao canibalismo. A mudança de alimentos substitutos para carne humana é realizada seguindo uma progressão clara, que respeita a sequência tradicional de uma fome encontrada em textos oficiais e semioficiais. [...] Parece haver uma gradação notável no horror do canibalismo que começa por consumir os corpos daqueles que já haviam morrido, depois matando não-parentes para comê-los e, eventualmente, massacrando e comendo parentes, sendo este último estágio um tabu visual para Yang Dongming, que reconheceu o canibalismo interfamiliar apenas em seu pós-escrito” (Bianchi, p. 79-80, 2021).

mulher vende-se a um açougueiro, que comercializa carne humana, para dar o dinheiro ao marido para que ele, por sua vez, cuide de sua mãe idosa: o autossacrifício da mulher é claramente uma manifestação da piedade filial neste caso.



Imagem 6: A esposa de Zhou Di¹¹⁹⁶

Na maioria das outras narrativas, no entanto, Yang retrata os fatos como uma violação da ordem moral confuciana que deve ser restabelecida pelas autoridades competentes, como, por exemplo, nos casos de canibalismo intrafamiliar, circunstância máxima do caos social instaurado pela fome¹¹⁹⁷. A partir da obra de Yang, outros mandarins foram na esteira de trabalhar suas narrativas na forma de trama literária, inclusive dando voz aos retirantes, como no caso do memorial ilustrado de Chen Qiyou de 1616¹¹⁹⁸, que adiciona, em sua narrativa, um desenrolar

¹¹⁹⁶ Lü Kun, (Zhou Di zhi qi), Guifan si juan 閨範四卷. Baoshan tang 寶善堂, 1596, 3.31a. apud Bianchi, p. 87, 2021.

¹¹⁹⁷ Bianchi, p. 88, 2021.

¹¹⁹⁸ Segue a narrativa de Chen Qiyou direcionada ao imperador: “Seu servo é de Zhucheng, na prefeitura de Qing[zhou] [Shandong], onde a fome foi mais severa. Felizmente, nosso virtuoso magistrado tem sido tão bom em confortar [o povo] que mais de quarenta por cento [da população] sobreviveu. Ele também forneceu fundos para enterrar os cadáveres; portanto, seu servo não esperava testemunhar nenhum mau comportamento dentro e fora da cidade. Durante o primeiro mês [de 1616], seu servo deixou sua casa para ir para o norte [ou seja, para Pequim]. Depois de caminhar por 20 li, ele viu pessoas esfolando corpos [mortos] como porcos à beira da estrada, sem nem mesmo se esconder da vista de outras pessoas. Aqueles que estavam realizando essas cenas não pareciam surpresos, enquanto seu servo estava congelado pelo choque. Depois de caminhar por mais meio dia na estrada, ele viu uma velha segurando uma criança morta; ela estava cozinhando enquanto chorava ao mesmo tempo. Por isso, seu servo perguntou-lhe: ‘Já que você está prestes a comer esta criança, de que adianta chorar por ela?’ A mulher disse: ‘Este

da trama no qual as vítimas da fome começam a organizar uma rebelião, mas se pacificam quando tomam conhecimento do alívio fiscal proposto pelo governante; em outras palavras, ele literariamente mostra ao imperador o que fazer para que haja um final feliz, isto é, a solução aparece não sob a forma de uma legenda ou apêndice, mas através da própria narrativa. A produção desse gênero prosseguiu até o fim do século XIX, quando, durante a decadência da dinastia Qing, transformou-se nos chamados panfletos Tielei tu, ilustrações encomendadas por filantropos para sensibilizar as elites que tinham forte conotação moral e religiosa e, ainda mais que nas obras anteriores, lançavam mão de narrativas repletas de antropofagia, prostituição, venda de crianças, roubo de cadáveres, dentre outras atrocidades. Essa nova modalidade distinguia-se pelo fato destes folhetins serem produzidos sob encomenda de entidades privadas e por serem direcionados a um público mais amplo, não mais ao imperador ou às autoridades locais competentes e, proeminentemente, desenvolviam discursos políticos críticos à ação corrupta de governantes, agentes estatais e milícias locais¹¹⁹⁹. Mais contundentemente, eram produzidos em uma escala maior dado o desenvolvimento da imprensa na época e tinham, pelo menos entre a elite letrada, ampla circulação. Conclusivamente, é importante ressaltar que, enquanto um gênero literário, as Pinturas de Retirantes e, posteriormente, os panfletos Tielei tu, exageravam e ficcionalizavam situações baseadas em fatos reais de modo a evidenciar moralmente o problema colocado, geralmente o da fome, assim como dispor para ele soluções tradicionalmente orientadas. Posteriormente, no final do século XIX e início do século XX, período no qual as migrações decorrentes da fome se acentuaram, episódios de pessoas se alimentando de cascas de árvores, argila, etc., pais vendendo filhos e mulheres, e mesmo de canibalismo, continuariam a ser publicizados dramaticamente através do cinema, da fotografia e da imprensa, algo que demonstra a persistência tanto dos problemas sociais chineses quanto do seu peculiar modo de experienciá-los e descrevê-los.

Por fim, note-se que, apesar do idílio poético, orientado filosófica e religiosamente pelos preceitos descritos acima, do empenho proto-científico em produzir conhecimentos adequados à resiliência ambiental e da farta descrição das tragédias consequentes dos riscos ambientais na literatura, na prática a civilização chinesa fez uso intensivo e extensivo dos seus recursos

é meu próprio filho e se eu o deixar aqui, outra pessoa vai comê-lo, prefiro encher meu próprio estômago!’ Depois disso, seu servo não pôde desfrutar de sua comida por vários dias” (Bianchi, p. 90, 2021).

¹¹⁹⁹ Bianchi, p. 100, 2021.

naturais, alterando paisagem e clima em larga escala ao longo do tempo¹²⁰⁰; logo, produzindo observações sócio-terranas altamente arriscadas. Em tempos pré-modernos, o registro escrito e a emergência de uma semântica que contempla a natureza de forma idílica ou trágica, como na poesia, na filosofia e na literatura, não necessariamente conduziu a um modo de produção mais harmonioso com a natureza do que em outros locais, assim como as relações sociais não foram menos conturbadas por conta da moral confuciana ou dos preceitos taoístas e budistas, pelo contrário, esse chão semântico foi percorrido e pisoteado por tragédias ambientais profundas e por guerras fratricidas praticamente ininterruptas¹²⁰¹. Por outro lado, a retomada contemporânea dos valores arcaicos contidos nessas filosofias e religiões tem criado expectativas interessantes no que diz respeito ao trato dos riscos ambientais atuais, assim como o conhecimento produzido ao longo dessa linha semântica contínua demonstra que a China tem uma memória social ímpar sobre riscos ambientais. O confucionismo e o taoísmo, em suas formas clássicas, voltaram para a educação básica e superior na China no século XXI, assim como têm norteado o funcionalismo público, a burocracia e as comunicações políticas na atualidade¹²⁰². A produção de conhecimento sobre agronomia, hidráulica e clima aperfeiçoou-se neste ínterim e, contundentemente, a descrição antes literária das mazelas produzidas pelas tragédias ambientais foi acoplada pelos modernos meios de comunicação de massa, todos fatores que ressoam na opinião pública produzida no século XX e XXI, como veremos adiante.

9.5 A Modernização Chinesa

A última dinastia imperial chinesa caiu em 1911, depois de ter passado o século XIX entre o assédio político e econômico ocidental e revoltas populares contundentes de Norte a

¹²⁰⁰ As florestas chinesas já haviam sido dizimadas, com exceção das montanhas, durante a Idade Média Chinesa (período posterior a 200 d.C. até o século VII com a ascensão da dinastia Tang), por exemplo (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 28, 1976).

¹²⁰¹ Ou nas palavras de Mark Elvin: “Se essa imensa diferença de percepção levou a quaisquer diferenças significativas entre as transformações humanas do meio ambiente – como o desmatamento a longo prazo – é uma questão interessante. Minha resposta provisória, pelo que vale, é ‘não’ ou, pelo menos, ‘de forma alguma imediatamente óbvia’. [...] as relações entre como o ambiente era percebido e representado, bem como a abordagem a ele que era proclamada como apropriada, por um lado, e o que realmente estava acontecendo, por outro, sempre foram, até certo ponto, problemáticas” (Elvin, p. xxiii, 2004).

¹²⁰² Yang et al., p. 9, 2023.

Sul¹²⁰³, cujas organizações misturaram seitas secretas, milícias, casas da nobreza desgostosas com a administração e intelectuais radicalizados. Fato é que um conjunto de fatores adversos foram se convertendo ao longo desse século para pôr fim a dois milênios de tradição política¹²⁰⁴: o aumento populacional durante a dinastia Qing¹²⁰⁵ tornou o gerenciamento de bens necessários indômito¹²⁰⁶ no que diz respeito à distribuição de alimentos – considerando que, em meados do século XIX, a China tinha de longe a maior população mundial com mais de 400 milhões de pessoas¹²⁰⁷; assim, espalhou-se uma desorganização institucional que favoreceu a corrupção no mandarinato bastante difícil de se controlar por um poder central¹²⁰⁸; tentativas e factuais invasões bélicas foram empenhadas por potências estrangeiras, como Rússia, Japão, Inglaterra, Alemanha, França e até Portugal¹²⁰⁹ – de modo que o século XIX foi um século de guerra na China e levou a economia ao limite; e, particularmente interessante para o tema desta tese, o século XIX foi proporcionalmente mais frio e a temperatura e as precipitações variaram de modo a produzir eventos climáticos extremos¹²¹⁰. O Huáng Hé (Rio Amarelo) mudou seu curso após

¹²⁰³ Segundo Hobsbawm: “Pelo final de 1853 [...] A China estava dividida, e mesmo as partes que não se encontravam sob o regime de Taiping estavam sendo convulsionadas por graves insurreições, tais como as dos rebeldes camponeses no Norte, os Nien, não suprimida até 1868, além da rebelião da minoria nacional Miao em Kweichow, e de outras minorias no Sudoeste e no Noroeste” (Hobsbawm, p. 209, 2015).

¹²⁰⁴ Se considerarmos a dinastia Qin (221–206 a.C.) como fundadora das tradições políticas imperiais na China.

¹²⁰⁵ O século XVIII havia sido um tempo de prosperidade no qual a população aumentou substancialmente de “150 milhões de pessoas em 1700 para 300 milhões em 1800” (Li, p. 3, 2007).

¹²⁰⁶ Xiao et al., p. 20, 2015.

¹²⁰⁷ Segundo Hobsbawm: “O número de chineses parece ter subido de perto de 140 milhões em 1741 para cerca de 400 milhões em 1834”. (Hobsbawm, p. 207, 2015) Segundo as estatísticas oficiais, subestimadas na opinião de Chesneaux, Bastid e Bergere, a população seguiu a seguinte gradação: 213.613.163 em 1770, 277.554.413 em 1780, 295.273.311 em 1800, 353.377.694 em 1820 e 412.814.828 em 1840. (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 48, 1976). E ainda, segundo Robert Marks: “De 1400 a 1800, a China foi a entidade política mais populosa do planeta, com entre um quarto e um terço da população mundial, e possuía a maior economia, tanto em termos de agricultura quanto de produção industrial” (Marks, p. 223, 2012).

¹²⁰⁸ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 44, 1976.

¹²⁰⁹ Nas palavras de Hobsbawm: “[...] O enfraquecido império, dirigido pela imperatriz (viúva do imperador) Tzu-hsi (1855-1908), mais temida dentro do império que fora dele, parecia fadado a desaparecer sob os ataques violentos e combinados do imperialismo. A Rússia avançou sobre a Manchúria, de onde seria expulsa por seus rivais japoneses, que separaram Taiwan e a Coreia, da China, após uma guerra vitoriosa em 1894-1895, e se preparavam para abocanhar maiores porções do território. Enquanto isso, os britânicos alargaram sua colônia de Hong Kong e praticamente separaram o Tibete, que eles viam como uma dependência de seu império indiano; a Alemanha preparou terreno para si no Norte da China; os franceses exerceram alguma influência nas vizinhanças de seu império da Indochina (também separado da China) e ampliaram suas posições no Sul; até o fraco Portugal obteve a concessão de Macau (1887). Se, por um lado, os lobos estavam dispostos a formar um bloco contra a presa, como fizeram quando Grã-Bretanha, França, Rússia, Itália, Alemanha, EUA e Japão se uniram para ocupar e saquear Pequim em 1900, sob o pretexto de debelar a assim chamada Guerra dos Boxers, por outro lado não conseguiam chegar a um acordo quanto à divisão da imensa carcaça” (Hobsbawm, p. 389-390, 2005).

¹²¹⁰ Xiao et al., p. 5, 2015 e, segundo Chesneaux, Bastid e Bergere: “O progresso na agricultura não só não acompanhou o aumento populacional, como também teve, por vezes, repercussões ecológicas destrutivas. O cultivo de milho nas encostas até então incultas do Sudoeste erodiu a terra e afetou o equilíbrio hidrográfico, resultando em mais inundações. De fato, por alguma razão desconhecida, catástrofes agrícolas parecem ter proliferado no início do século XIX. Dezesseis inundações do Han foram registradas entre 1821 e 1850, em comparação com seis entre 1796 e 1820. Utilizando registros de crônicas locais, o historiador Ho Ping-ti demonstrou que o número total

a enchente de 1855, despertando a superstição de que o fim da dinastia Qing estava próximo¹²¹¹. Entre guerras, fome e desastres naturais, dezenas de milhões de chineses morreram no século XIX¹²¹².

Apesar de longas e incisivas tentativas por parte das potências europeias e do Japão, a China nunca foi propriamente colonizada e isto se deve a fatores externos e internos: apesar de terem tido oportunidade de estabelecer um poder estrangeiro na China, as potências imperialistas não conseguiram chegar a um acordo sobre como dividi-la e governá-la¹²¹³, o que de todo modo seria bastante complicado, já que os chineses, por sua vez, tinham um lastro identitário forte e avesso àqueles estrangeiros que reconheciam como bárbaros¹²¹⁴. A bem da verdade, boa parte das insurreições emergentes no século XIX na China teve um forte ethos anti-estrangeiro ou xenófobo, em uma palavra. Isto se deve, claro, ao sofrimento causado pelas perenes invasões externas, mas se deve também ao ressentimento gerado pelas concessões feitas pelos manchus, no poder, às potências estrangeiras¹²¹⁵, observadas todas como indignas de atenção pelo povo e mais contundentemente pelo mandarinato¹²¹⁶. Esse sentimento comum provavelmente foi o combustível necessário para a emergência do nacionalismo chinês, no sentido moderno, no início do século XX. Ao mesmo tempo, lideranças políticas, membros da nobreza e intelectuais mais progressistas – principalmente do Sul, onde o contato com estrangeiros já era intermitente

de distritos afetados por fome, seca, inundações, tufões, epidemias e gafanhotos estava aumentando” (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 49, 1976). As “razões desconhecidas”, mencionadas por Chesneaux, Bastid e Bergere, provavelmente é o fenômeno do El Niño, descoberto apenas em 1980, que altera as temperaturas do Pacífico e, além de influir no clima do continente americano, pode também cortar as monções do sul e do leste asiático. Segundo Robert Marks: “[...] eventos ENSO excepcionalmente fortes causaram várias secas na China no final do século XIX e início do século XX: em 1876-78, 1891, 1899-1900, 1920-21 e 1928-30. Essas secas, às vezes precedidas ou seguidas por períodos de inundações, renderam à China o apelido de “Terra da Fome” [...]” (Marks, p. 255, 2012).

¹²¹¹ Lary, p. 192-193, 2001.

¹²¹² Xiao et al., p. 16, 2015 e Hobsbawm, p. 215, 2015.

¹²¹³ Um desacordo relevante que contribuiu inclusive como motivação para a 1ª Guerra Mundial (Hobsbawm, p. 390, 2005).

¹²¹⁴ Segundo Chesneaux, Bastid e Bergere: “[...] os chineses não faziam distinção entre o valor político de um texto e sua forma gráfica. [...] A escolha de uma palavra é considerada uma questão de substância, não de forma, e a aplicação do termo apropriado é sinal de harmonia entre um elemento social e seu contexto geral. Em 1860, um tratado internacional foi necessário para que os chineses concordassem em parar de classificar os ocidentais na categoria política de “bárbaros” (yi)” (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 5, 1976).

¹²¹⁵ Foram muitas as concessões, mas a mais abominável talvez tenha sido deixar a economia nas mãos dos ingleses ou, nas palavras de Hobsbawm: “[...] a China Imperial viu-se rapidamente na completa dependência de estrangeiros. Um triunvirato anglo-franco-americano já controlava a alfândega de Xangai desde 1854, mas depois da segunda Guerra do Ópio (1856-1858) e do saque de Pequim (1860), que terminou em completa capitulação, um inglês foi indicado para “ajudar” na administração de toda a receita da alfândega chinesa. Na prática, Robert Hart, que foi inspetor geral da alfândega chinesa de 1863 até 1909, era o chefe da economia chinesa, e embora chegasse a inspirar confiança aos governos chineses e a identificar-se com o país, na realidade o arranjo implicava a total subordinação do governo imperial aos interesses dos ocidentais” (Hobsbawm, p. 392, 2015).

¹²¹⁶ Hobsbawm, p. 209-210, 2015.

há algum tempo –, perceberam que a China só poderia resistir à colonização se se apropriasse de conhecimentos e tecnologias ocidentais, tanto no sentido político quanto bélico¹²¹⁷, de modo a enfrentar as investidas ocidentais à altura, assim como fazer frente às inúmeras rebeliões emergentes. Ao mesmo tempo, as catástrofes sociais e naturais do século XIX já prenunciavam que o Céu havia abandonado a dinastia Qing, que a esse tempo mal segurava as rédeas do poder, de modo que sua legitimidade estava perdida e já se esperava a tradicional emergência de uma nova força política que pudesse enterrar os manchus sob uma renovada ordem. Em outras palavras, o povo chinês habituara-se a observar as sucessões dinásticas como naturais, ou ainda, como um realinhamento ao Tao¹²¹⁸, só que dessa vez a sucessão no poder daria lugar, primeiramente, a uma fragmentação pseudo-republicana sob orientação militar que só mais tarde, em 1949, transformar-se-ia na República Popular da China¹²¹⁹.

Se perseguirmos o pressuposto luhmanniano de que a modernidade é construída comunicativamente por uma diferenciação funcional da sociedade que toma a primazia sobre formas anteriores, imediatamente sobre a diferenciação estratificada, então podemos supor que esse processo se deu, na China, entre o século XIX e começo do XX, quando a introdução de signos ocidentais passou a ter maior ressonância política, econômica, científica e, por fim, educacional. De fato, houve forte resistência em vários âmbitos da sociedade a esses novos valores, isto é, embora parte da intelectualidade e das lideranças de movimentos insurrectos tenha percebido a necessidade de incorporar conhecimentos e tecnologias ocidentais para fazer frente à invasão, eles pretendiam usar essa incorporação não para modernizar a China, mas para conservá-la dentro da sua estrutura tradicional autóctone. Essa expectativa conservadora, por assim dizer, gerou acoplamentos estruturais sob uma perspectiva seletiva bastante específica, baseada evolutivamente em valores anteriores, vários deles descritos no início deste capítulo. Neste sentido, vamos observar mais de perto alguns parâmetros seletivos na modernização

¹²¹⁷ A partir de 1860, milícias começaram a fabricar armas e navios copiando modelos ocidentais para dar conta, principalmente, das revoltas populares emergentes (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 204, 1976).

¹²¹⁸ A este respeito, vale ressaltar que, segundo Lillian M. Li: “As origens lendárias do Estado Chinês enfatizam o controle sobre a natureza alcançado pelos antigos imperadores sábios, Yao, Shun e Yu. Este último domou os chamados nove rios (dragões) da China pré-histórica mítica e fundou a dinastia Xia. [...] O conceito do Mandato do Céu, articulado pelo seguidor confuciano Mêncio no século III a.C., afirmava claramente que governantes fracos e incompetentes inevitavelmente perderiam o mandato, que seria reivindicado por uma nova dinastia. [...] De acordo com a teoria do ciclo dinástico, imperadores fortes no início incentivariam o cultivo dos campos e alimentariam o povo, mas seriam seguidos por imperadores fracos que permitiriam que calamidades naturais cobrassem seu tributo, e eventualmente rebeliões justas contra o governo injusto se desenvolveriam. Terremotos e inundações eram presságios naturais do iminente colapso da dinastia. Mais um motivo pelo qual os governantes deveriam se esforçar para prevenir sua ocorrência sempre que possível, ou pelo menos minimizar seu efeito” (Li, p. 2, 2007).

¹²¹⁹ Hobsbawm, p. 392, 2005.

chinesa e como estes conduziram a acoplamentos singulares influentes, sobretudo nas observações sócio-terranas que se desenvolveram na China do século XX.

Primeiramente, a comunicação estabelecida e intensificada entre China e os países imperialistas ocidentais e o Japão partiu do princípio jurídico de que os “bárbaros” eram elementos externos, isto é, a eles não se aplicava a justiça chinesa e a eles não se dirigia a elite política e suas instituições, a não ser em ocasiões extremas nas quais autoridades locais precisavam lidar com eles¹²²⁰; portanto, os estrangeiros estavam do outro lado da forma para observação dos sistemas e organizações sociais no século XIX, isto é, eram, a princípio, indiferentes. Neste sentido, pessoas e empreendimentos estrangeiros gozavam de relativa liberdade, uma vez que as investidas colonizadoras haviam se estabelecido territorialmente, principalmente em zonas portuárias do Sul¹²²¹, mas, ao mesmo tempo, não respondiam jurídica e politicamente ao império chinês. Este nível de indiferença reflete o fato de os chineses considerarem-se, justificadamente, como uma civilização central caracterizada pelo seu *continuum* histórico que não devia em nada aos avanços ocidentais¹²²². Em outras palavras, não há sinal de que a China se observava como atrasada em relação aos seus vilipendiadores ou que fosse resignar-se a uma colonização com promessas de melhoramento, típico da modernidade ocidental, simplesmente porque os chineses não acreditavam que precisassem dela.

Outro ponto a se destacar é o de que a hierarquia social milenarmente constituída seguia a seguinte gradação: no topo estava o imperador que governava sob os auspícios do Céu, seguido da elite letrada, fossem mandarins ou não, abaixo destes estavam os camponeses, a base econômica do império e, depois, estavam os artesãos, organizados em guildas que, por sua vez, sobrepunham-se aos comerciantes, os mais desprezados entre as castas, acima apenas dos atores, coveiros e servos (uma raridade, mas existentes)¹²²³. Assim, quando estrangeiros,

¹²²⁰ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 10, 1976.

¹²²¹ Segundo Robert Marks: “[...] Comerciantes europeus chegaram ao Oceano Índico em 1498 e, logo depois, através do Estreito de Malaca, em águas chinesas. Nos séculos XVI e XVII, comerciantes portugueses e holandeses enriqueceram comprando e vendendo entre portos japoneses, chineses e do Mar do Sul, seguidos nos séculos XVIII e XIX por um número crescente de comerciantes britânicos, franceses e americanos” (Marks, p. 224, 2012).

¹²²² Nas palavras de Luhmann, acerca da diferença entre centro e periferia: “O esquema centro/periferia se presta formalmente a aplicações muito diversas. Pode-se partir de cidades como centros; então, chega-se inevitavelmente ao reconhecimento de uma multiplicidade de centros com suas respectivas periferias (rurais). Outro caso consiste na formação de grandes reinos que têm a possibilidade de se conceberem como o centro do mundo e de situar os demais na periferia. Assim, a China, até bem avançado o século XIX, se considerou – não como qualquer cultura nem muito menos como um Estado entre outros – o único ‘reino sob o céu’. Assim, a forma de diferenciação se torna ao mesmo tempo cosmologia” (Luhmann, p. 530, 2006).

¹²²³ A distribuição da propriedade entre famílias e clãs foi preponderante na era imperial e a organização do trabalho, agrícola e artesanal, refletia a hierarquia familiar. No entanto, vez ou outra, alguns grupos acabavam por monopolizar mais terras e bens que outros, levando a situacionais regimes de servidão, particularmente durante as dinastias Han (206 a.C. - 220 d.C.) e Ming (1368 - 1644 d.C.) (Marks, p. 338, 2012).

principalmente ingleses, empenharam-se no comércio na costa chinesa, eles não eram apenas mal vistos por serem de fora, mas também por serem comerciantes. Nesta lógica, a ideia de uma modernização pela abertura de mercados e tecnologias inerentes a eles, como as linhas férreas¹²²⁴, por exemplo, foi amplamente rejeitada pelos chineses. Outro ponto de divergência importante entre a China e o Ocidente modernizado é o de que, na sua lógica interna estratificada, o importante era a harmonia social produzida nas relações e não os indivíduos em sua autenticidade: mesmo no mandarinato, a proposta era que homens cultos tivessem instrução suficiente para ocupar cargos diversos ao longo de suas vidas e isso funcionava inclusive como uma forma de controlar o poder que eles exerciam de acordo com suas funções¹²²⁵. Neste sentido, a especialização em tarefas e conhecimentos não fazia parte do horizonte de expectativas. Por outro lado, é preciso manter em vista que a divisão do trabalho social hierarquicamente organizada fez avançar a agricultura, capaz de alimentar milhões de pessoas, e fez emergir uma protoindústria que há um tempo razoável disponibilizava produtos de siderurgia, tecelagem, porcelanato, corantes, óleos, papel, etc.¹²²⁶ Isto é, entre camponeses e artesãos existia já alguma forma de especialização, mas orientada para o coletivo e não para o crescimento individual. Ao mesmo tempo em que havia um comércio estabelecido com, por exemplo, a Rota da Seda, datada da dinastia Han, o que permitia o escoamento de produtos e trocas simbólicas com povos vizinhos e mesmo remotos. Na prática, portanto, os chineses tinham economicamente disponível tudo o que precisavam para a sua manutenção social. Logo, no século XIX, estava explícito que a China não pretendia modernizar-se no sentido ocidental e queria menos ainda tornar-se capitalista, o que colocaria às avessas a sua hierarquia tradicionalmente estabelecida.

Por outro lado, o Ocidente empenhou-se em estabelecer o comércio à força através, por exemplo, das duas Guerras do Ópio, o que só aprofundou a aversão que os chineses tinham em relação àqueles “bárbaros de barbas ruivas” e seu particular modo de enriquecer, traduzindo-se em novos problemas para a administração: por um lado, o ópio era um problema grave de saúde

¹²²⁴ Hobsbawm, p. 210, 2015.

¹²²⁵ Segundo Chesneaux, Bastid e Bergere: “[...] Todos os funcionários eram nomeados pelo governo central. Eles não podiam exercer o mesmo cargo por mais de três anos e não podiam ser designados para suas províncias de origem. Como medida adicional para impedir a continuidade do poder, eles tinham que observar três anos de luto pela morte de um parente próximo” (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 17, 1976).

¹²²⁶ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 30-31, 1976.

pública¹²²⁷, por outro, foi politicamente tratado como um caso de polícia¹²²⁸, cujo resultado levou à Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), na qual os chineses foram derrotados e, além disso, o episódio agravou a cisão entre governo e súditos. Isto é, surgiram, neste íterim, milícias formadas por casas das nobrezas locais e camponeses que hostilizaram com radicalidade navios britânicos, comerciantes e mesmo chefes de províncias que porventura tivessem uma postura mais conciliadora¹²²⁹. Pouco depois, em 1849, com a insistência dos ingleses em terem acesso ao interior das cidades, como Cantão, essas milícias já organizadas mobilizaram-se novamente com o aval de autoridades locais, enquanto o governo central, por sua vez, continuou a se recusar a tratar com estrangeiros delegando a alguns altos funcionários a gerência sobre os “assuntos bárbaros” de modo que, na década seguinte, um grupo de mandarins ortodoxos ficou na lida da questão o que acirrou os ânimos e levou à Segunda Guerra do Ópio (1856-1860) iniciada por ataques na costa sul e perpetrada pela tomada de Pequim por britânicos e franceses que chegaram a saquear o palácio imperial vencendo o conflito cujas condições de paz envolveram a abertura de onze novos portos, o direito para Reino Unido e França acessarem a navegação dos rios interiores, a legalização do ópio¹²³⁰ e, ineditamente, a criação do Ministério das Relações Exteriores¹²³¹ e de um Escritório Geral para Assuntos Estrangeiros, oficializando as relações entre a China e a comunidade internacional de forma diplomática e, concomitantemente, institucionalizando a produção de conhecimentos externos à tradição¹²³². Por outro lado, as milícias emergentes neste íterim tomaram consciência da sua potência e do fato contundente de que os manchus, no poder, não tinham força para resistir à colonização ocidental. Logo, inúmeras insurreições passaram a borbulhar por toda a China. A principal delas, o Movimento

¹²²⁷ Segundo Robert Marks: “O ópio era viciante, e centenas de milhares de chineses na cidade portuária de Cantão e arredores consumiam quantidades significativas contrabandeadas em navios britânicos e americanos”. (Marks, p. 228, 2012) E, mais adiante: “Em 1900, entre 70 a 90 por cento do ópio mundial era produzido e consumido na China. [...] Após um breve momento na virada do século, quando os esforços chineses e internacionais reduziram a produção de ópio, a papoula e o ópio se espalharam novamente no final da década de 1910, e em 1922, a China produzia mais de 80% do ópio mundial” (Marks, p. 229, 2012).

¹²²⁸ Segundo Chesneaux, Bastid e Bergere: “Do ponto de vista chinês, a crise que levou à Guerra do Ópio era uma questão de política interna, senão uma simples questão policial. Ele (Lin Ze-xu, comissário confucionista rigoroso) conduziu uma grande cerimônia de expiação ritual em junho, quando, após forçar as fábricas estrangeiras a entregar cerca de 20.000 caixas de ópio, mandou destruí-las e espalhar suas cinzas no mar. Foi quando Lin deu a ordem de que Cantão deveria ser completamente fechado ao comércio exterior que a Grã-Bretanha iniciou as hostilidades. Os combates começaram no Sul e depois se deslocaram para a região próxima à foz do Yangtzé, onde os britânicos venceram as tropas imperiais com facilidade” (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 64, 1976).

¹²²⁹ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 65, 1976.

¹²³⁰ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 80, 1976.

¹²³¹ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 176, 1976.

¹²³² Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 80, 1976.

Taiping¹²³³, chegou a tomar Nanquim e a fez sua capital: eles governaram de março de 1853 até julho de 1864 sob um regime com características sincréticas do taoísmo, budismo e cristianismo que beirou às aspirações socialistas, quando foram finalmente derrotados pelas forças imperiais com auxílio ocidental em 1864¹²³⁴.

Na segunda metade do século XIX, com as derrotas bélicas e concessões ao Ocidente, além dos conflitos internos contundentes, o Império Chinês passou pelo momento mais vulnerável de sua história, o que resultou em uma ocidentalização sem precedentes, muito embora esse processo tenha passado ao largo do que se considera propriamente uma colonização. Os ocidentais estabeleceram lá dinâmicas da economia capitalista que se tornaram inescapáveis para a organização interna da China, com, por exemplo, a fundação dos bancos de Hong Kong e Xangai¹²³⁵, desestabilizando as relações comerciais anteriores – que já vinham deterioradas com a desvalorização das moedas e produtos locais¹²³⁶. Note-se que, nesse momento, a economia chinesa estava baseada na agricultura, assim, a abertura para o mercado internacional fomentou a criação das primeiras monoculturas para exportação, nesta época principalmente de algodão¹²³⁷, assim como surgiram, neste contexto, as primeiras indústrias gerenciadas por

¹²³³ Outros exemplos são a Rebelião Nian no Norte da China e os levantes muçulmanos no Oeste, no entanto, em 1860 todas as dezoito províncias haviam passado por alguma insurreição (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 86, 1976).

¹²³⁴ Segundo Hobsbawm: “Era indubitavelmente um regime de revolução social, cujo maior apoio estava nas massas populares, e dominado por ideias igualitárias taoístas, budistas e cristãs. Teocraticamente organizado na base de uma pirâmide de unidades familiares, aboliu a propriedade privada (sendo a terra distribuída apenas para uso, e não para propriedade), estabeleceu a igualdade entre os sexos, proibiu o fumo, o ópio e o álcool, introduziu um novo calendário (incluindo a semana de sete dias) e várias outras reformas culturais, não se esquecendo de baixar os impostos. Pelo final de 1853 os taipings, com pelo menos um milhão de militantes ativos, controlavam a maior parte do Sul e do Leste chinês, tendo capturado Nanquim, embora sem conseguir adentrar pelo Norte pela falta de cavalaria. A China estava dividida, e mesmo as partes que não se encontravam sob o regime de Taiping estavam sendo convulsionadas por graves insurreições, tais como as dos rebeldes camponeses no Norte, os Nien, não suprimida até 1868, além da rebelião da minoria nacional Miao em Kweichow, e de outras minorias no sudoeste e no Noroeste. A Revolução Taiping não se susteve, e realmente não se esperava que se sustivesse. Suas inovações radicais alienavam moderados, tradicionalistas e aqueles que tinham propriedades a perder – não apenas os ricos. [...] Após 1856 encontrava-se na defensiva e, em 1864, a capital Taiping de Nanquim era recapturada. O governo imperial recuperou-se, mas o preço que pagou por tal recuperação era pesado e viria a revelar-se fatal. Isso também ilustrava as complexidades do impacto do Ocidente” (Hobsbawm, p. 209, 2015). E, em outro lugar: “[...] o Império Chinês [...] Só conseguira superar a ameaça revolucionária do Taiping às custas de praticamente liquidar o poder administrativo central do império e de deixá-lo à mercê dos estrangeiros, que haviam estabelecido enclaves extraterritoriais e praticamente assumido o controle da fonte principal das finanças imperiais, a administração alfandegária chinesa” (Hobsbawm, p. 389, 2005).

¹²³⁵ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 220, 1976.

¹²³⁶ Embora houvesse dinheiro sob a forma de moedas de cobre, para transações comuns, e prata, para transações maiores, o mercado interno da China funcionava na base do escambo entre camponeses e artesãos e os impostos eram pagos na forma de produtos e serviços e redistribuídos de acordo com a administração central, sendo o assalariamento uma raridade emergente apenas no século XIV e aprofundada no século XVIII. Crises monetárias aconteceram ao longo de todo século XIX, impulsionadas tanto pela má gestão imperial quanto pela introdução de moedas externas (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 46 e 74, 1976).

¹²³⁷ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 217, 1976.

chineses empregando chineses, particularmente as bélicas, têxteis e mineradoras¹²³⁸, muitas delas patrocinadas pelo governo¹²³⁹, tornando plausível a construção das primeiras linhas férreas na China, sendo a primeira delas inaugurada em 1881¹²⁴⁰. A reorganização da produção e do trabalho ressoou na educação, logo as primeiras escolas especializadas surgiram para atender à demanda por técnicos e profissionais capazes de pôr em prática conhecimentos científicos ocidentais¹²⁴¹. Essa ocidentalização acelerada levou, por óbvio, a uma polvorosa na estrutura social hierarquicamente estabelecida: os camponeses viram-se reféns do mercado especializado e da variação das tarifas alfandegárias controladas por estrangeiros¹²⁴²; os artesãos viram seus ofícios sendo usurpados por operários fabris e pelas máquinas; e a classe alta letrada de mandarins via-se ameaçada pela popularização da educação¹²⁴³ – ao mesmo tempo em que vários membros da elite se tornaram também os primeiros burgueses, isto é, proprietários de empresas sob os moldes ocidentais¹²⁴⁴, o que os garantia riqueza, mas menos status social. No fim do século XIX, o cerco estrangeiro apertou e, como em toda relação baseada em chantagem, quanto mais concessões o império fazia, mais exigências e ameaças eram feitas por parte dos invasores, de modo que estes detinham, a este momento, o controle alfandegário total, autonomia nos portos, privilégios políticos e jurídicos, além de aplicarem sanções oriundas dos tratados das inúmeras guerras anteriores. A última delas, a sino-japonesa pelo controle da Coreia, foi a gota d'água para o sentimento de humilhação dos chineses que, no mesmo ano, em 1895, deram início a uma nova onda de rebeliões, assim como intelectuais reformistas atuantes na imprensa incorporaram a crítica política aos editoriais¹²⁴⁵, colaborando na aceleração do processo que destituiria a dinastia Qing quinze anos depois.

Nos últimos anos do século XIX, um movimento reformista tornou-se explícito na alta burocracia, sem unanimidade, no entanto. Mudanças contundentes foram empenhadas no sentido de uma modernização que pareasse a China ao Ocidente e amenizasse as revoltas populares: muitos novos institutos de educação foram fundados, criou-se a Universidade de Pequim, surgiram as primeiras propostas de reforma nos exames admissionais para o

¹²³⁸ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 221-228, 1976.

¹²³⁹ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 232, 1976.

¹²⁴⁰ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 230, 1976.

¹²⁴¹ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 231, 1976.

¹²⁴² Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 327, 1976.

¹²⁴³ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 237, 1976.

¹²⁴⁴ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 238, 1976.

¹²⁴⁵ Segundo Stephen R. MacKinnon: “Há um consenso geral de que uma mudança ocorreu com a Guerra Sino-Japonesa de 1894-1895. Foi nessa época que ativistas como Liang Qichao e outros estabeleceram uma nova imprensa política de boa-fé, na qual comentários políticos sobre eventos atuais na forma de editoriais foram incorporados ao formato de tratado-porto” (MacKinnon, p. 6, 1997).

mandarinato e foram autorizadas as sociedades de estudo e a abertura de jornais por chineses¹²⁴⁶. No âmbito político, surgiram novas interpretações do confucionismo com vistas a uma monarquia constitucional que funcionaria mediada por um parlamento e, particularmente importante, a ideia de progresso foi introduzida sob a justificativa de que a China precisava transformar-se para tornar-se ainda maior¹²⁴⁷. A única resolução que de fato vingou foi a da Universidade de Pequim, todas as outras foram solapadas por uma reviravolta reacionária que agravou a crise política nos anos seguintes, de modo que os movimentos de revolta emergentes no fim do século, organizados em torno de sociedades secretas formadas majoritariamente por camponeses, mas também por soldados, artesãos, pequenos comerciantes, monges, professores e uma série de outras categorias subalternas, provocaram, entre 1896 e 1898, inúmeras insurreições. Além da considerável má administração, outros dois fatores relevantes motivaram essas insurreições. O primeiro deles foi uma consecução de desastres ambientais que causou uma devassa na agricultura entre 1876 e 1897 através de sucessivas inundações, secas¹²⁴⁸ e infestação de insetos nas plantações, impossibilitando a restauração do plantio¹²⁴⁹. Diques e canais se romperam e não havia modo de restaurá-los, o que levou a uma deterioração econômica em larga escala. O segundo fator de motivação para as insurreições não era exatamente uma novidade, mas algo que vinha se agravando ao fim do século, qual seja, a aversão aos estrangeiros e, neste caso, sintetizada no cristianismo que havia conquistado adeptos por toda a China. Os cristãos, chineses e ocidentais, não eram bem quistos apenas por professar uma religião diversa, mas por aproveitar-se das liberdades jurídicas dadas aos estrangeiros, grilar terras, formar gangues e provocar conflitos injustificados¹²⁵⁰, em suma, eles reuniam as características odiosas das persistentes invasões bárbaras. Neste sentido, as insurreições do entre séculos, lideradas pelo movimento dos boxers, começaram por queimar igrejas, atacar missionários e saquear casas de famílias cristãs. Conforme o movimento foi ganhando força, a violência aumentou e, em 13 de junho de 1900, os boxers entraram em Pequim e a revolta

¹²⁴⁶ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 322, 1976.

¹²⁴⁷ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 319, 1976.

¹²⁴⁸ No caso da seca, por exemplo, segundo Robert Marks: “[...] à medida que a seca de 1876-78 se intensificava e os preços dos grãos restantes disparavam, ‘as vítimas da fome’ recorriam a ‘alimentos’ de fome que não tinham valor nutricional, mas proporcionavam uma sensação de saciedade. As pessoas eram vistas comendo argila de uma pedra macia que trituravam em pedaços, misturavam com cascas de painço e depois assavam. As árvores [ao redor das casas] eram despidas e a casca vendida por 5 a 7 dólares o pedaço. A ingestão desses alimentos causava morte por constipação. Os grãos custavam de três a quatro vezes o preço normal, indicando que os ricos com dinheiro podiam obter comida e ser poupados dos estragos da seca e da fome” (Marks, p. 256, 2012).

¹²⁴⁹ Principalmente nas margens do Rio Amarelo, mas também em outras regiões (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 326, 1976).

¹²⁵⁰ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 329, 1976.

espalhou-se por todo o país. Os estrangeiros, por óbvio, sentiram-se no dever e no direito de retaliar a mobilização, a despeito da administração imperial tentar conter os ânimos. Assim, quando tomaram os fortes, o exército chinês, em clara desobediência às ordens imperiais, passou a atacar os destacamentos estrangeiros. O que se seguiu foi um massacre sem precedentes¹²⁵¹ que não só restaurou o poder externo na China como o aprofundou com penalidades jurídicas e sanções monetárias, dando ao corpo diplomático externo a governança quase total sobre o império. Neste sentido, a partir de 1901, a dinastia Qing tornou-se politicamente figurativa, embora tenha tentado retomar o poder através de novas reformas. Um novo movimento emergiu, desta vez sob a forma de um partido republicano que partia de três princípios – nacionalismo, democracia e socialismo – e pela união de três organizações, a Sociedade para o Renascimento da China, a Sociedade pela Prosperidade Chinesa e a Sociedade de Restauração, que juntas formaram a Liga Unida, confluindo no movimento revolucionário¹²⁵². A Liga contou com o apoio das sociedades secretas, movimentos campestres, intelectuais de toda sorte e, posteriormente, com o próprio exército. Em 10 de outubro de 1911, deu-se início à revolução e tanto as casas de nobreza locais quanto oficiais militares não se opuseram à mobilização, pelo contrário, conforme a tomada estendia-se territorialmente, estas categorias relevantes juntaram-se ao movimento de modo que tudo se deu de forma relativamente pacífica¹²⁵³, visto que, possivelmente, o império já estivesse morto desde o início do século e a revolução só veio para enterrá-lo e para retomar a agência chinesa na política.

Os *media*, centrais para a descrição que se desenvolve nesta tese, tiveram um papel neste processo, embora secundário, dado que neste momento ainda estavam em fase de emergência e tinham apenas um pequeno número de observadores circunscritos aos estrangeiros e à elite letrada, passando ao largo, portanto, do grosso do movimento revolucionário. No capítulo “A construção da realidade no século XX”, deslindei superficialmente sobre o processo de emergência da imprensa moderna na China; assim, para melhor elaborar a abordagem sobre as diferenças estruturais que caracterizam a modernização chinesa, acrescentarei alguns aspectos

¹²⁵¹ Segundo Chesneaux, Bastid e Bergere: “Numa orgia de crueldade, as tropas estrangeiras massacraram milhares de homens em Pequim; mulheres e famílias inteiras cometeram suicídio em vez de sobreviver à desonra; a cidade inteira foi saqueada. O palácio imperial foi ocupado pelos estrangeiros e despojado da maior parte de seus tesouros. O mesmo massacre e pilhagem foram realizados em Tientsin e Baoding. Expedições punitivas foram enviadas para regiões de Zhili onde os missionários foram atacados; os soldados queimaram aldeias inteiras, sem poupar nada. Na Manchúria, onde os russos realizaram a ‘pacificação’, as atrocidades foram igualmente terríveis. Um dos piores massacres foi perpetrado em represália a alguns tiros disparados na cidade de Slagovetchensk. Os russos massacraram milhares de homens, mulheres e crianças chineses e jogaram seus corpos no rio Heilongjiang” (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 335, 1976).

¹²⁵² Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 368, 1976.

¹²⁵³ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 374, 1976.

relevantes que se desenvolveram neste ínterim, entre o fim do século XIX e começo do XX, e que deram forma aos meios de comunicação de massa na China. Anteriormente, destaquei o confucionismo como um condutor particularmente relevante no modo de funcionamento dos *media* na China, especialmente no que diz respeito à sua característica de conectar o povo ao governo. Agora desenvolverei esse aspecto mais detidamente, tendo em vista o contexto histórico e filosófico acima exposto. Primeiramente, é preciso lembrar que a estrutura social hierárquica chinesa clássica dividia a sociedade em castas e que só uma delas tinha acesso à comunicação escrita, de modo que os registros que documentavam a literatura artística e proto-científica, assim como as de tomadas de decisão e comunicações políticas, ficavam restritos ao mandarinato e, muitas vezes, a apenas pequenas parcelas dele. Por outro lado, havia uma instituição de mediação entre povo, mandarinato e imperador, qual seja, o censorato que, como descrevi acima, tinha por função vistoriar o trabalho de governantes e burocratas e denunciar, ao imperador, casos de abuso de poder, negligência e possíveis alianças com revoltosos do povo. Neste sentido, mesmo entre a nobreza havia uma diferença de poder grande entre o imperador e os mandarins na burocracia e administração local: estes tinham sobre si um forte controle central com diversos dispositivos, tal qual a restrição temporal e espacial de seus mandatos e, enfaticamente, o censorato, de modo a impedi-los de angariar força suficiente para agir com tirania ou intentar uma emancipação. Ao mesmo tempo, como vimos, o imperador tinha deveres paternos para com seus súditos, baseados na sacra ideia de benevolência, isto é, a provisão e a manutenção do império eram sua inteira responsabilidade e sua legitimidade no poder dependia da organização da produção de suprimentos e da sua distribuição, assim como da administração razoável dos conflitos emergentes entre as categorias subalternas. Vale acrescentar, inclusive, que a aplicação das leis e punições nas resoluções de conflito não servia, como no caso ocidental, para reparar danos individuais, mas principalmente para restaurar ritualmente a harmonia social. Neste sentido, não era incomum que famílias inteiras fossem punidas pelos maus hábitos do seu patriarca, sendo ordinárias punições como a pena de morte e a tortura. Dito isto, quando os primeiros jornais foram fundados por estrangeiros na China, na segunda metade do século XIX, eles causaram ruídos contundentes nas relações hierárquicas pré-estabelecidas, isto é, muito embora tenham surgido sob a necessidade de disponibilizar informações rápidas para o mercado emergente¹²⁵⁴, logo se percebeu que comunicavam também fatos políticos para um público indeterminado que antes nunca havia tido contato com este tipo de comunicação, circunscrito

¹²⁵⁴ Vittinghoff, p. 398, 2001.

até então a nichos específicos do mandarinato e da nobreza¹²⁵⁵ que, por sua vez, tinham como referência o Jingbao, circular imperial distribuído entre o mandarinato na forma de um compilado de decretos imperiais, nomeações e instruções administrativas que funcionava desde a dinastia Ming (1368-1644), mas que era um resumo de decisões políticas para conhecimento burocrático e não um produtor de informações no sentido moderno¹²⁵⁶. Ora, jornais – enquanto organizações sociais com a função de descrever a sociedade para ela mesma, fazendo emergir uma opinião pública sobre problemas comuns – já eram habituais no Ocidente, mas com alguma sensibilidade os estrangeiros, ingleses em sua maioria¹²⁵⁷, que fundaram seus primeiros representantes na China perceberam logo que para terem essa função legitimada lá eles precisariam operar adaptações semânticas para tornar este particular tipo de comunicação plausível naquele meio e, para tanto: i) publicaram exaustivamente editoriais que explicavam a função jornalística em termos confucianos, isto é, enquanto mensageiros dos problemas comuns à ordem política usando a retórica tradicionalista chinesa; ii) embora os chefes editores fossem, neste momento, quase sem exceção, ingleses, seus escritores eram sobretudo intelectuais chineses formados pelo confucionismo e assim podiam fazer essas articulações simbólicas sem muita dificuldade; iii) surgiu o hábito entre os editores de vestirem-se em túnicas confucionistas, o que dava a eles a aura e a legitimidade dos sábios conselheiros; iv) os primeiros jornalistas eram, como disse, intelectuais chineses e, portanto, normalmente oriundos da classe alta letrada e respondiam, nos jornais, a um código de conduta que procurava assemelhá-los aos literatos tradicionais enquanto os alinhava, ao mesmo tempo, aos preceitos do jornalismo profissional ocidental, isto é, precisavam demonstrar, através da escrita de seus artigos, que tinham precisão, objetividade, talento, erudição, conhecimento dos assuntos correntes e excelência moral¹²⁵⁸; e v) com a decadência do censorato desde o século XVIII, os jornais reivindicaram esse papel como os novos comunicadores das insatisfações populares e dos problemas cotidianos, locais e nacionais, que porventura fossem selecionados como relevantes para publicação¹²⁵⁹. Pode parecer estranha essa assimilação de sentido por ordens tão distintas, mas, por mais improvável que fosse, ela aconteceu, justificada também pelo fato de que, pegando para si o papel do censorato, milenarmente sancionado, os jornais entravam, de certa forma, na instância

¹²⁵⁵ Luhmann, p. 242, 2006.

¹²⁵⁶ Conhecido no Ocidente como a Gazeta de Pequim, o Jingbao: “[...] era regularmente publicada em Pequim pelo Grande Secretariado e circulada e vendida em todo o país por distribuidores privados, mas de acordo com regulamentos rigorosos” (Vittinghoff, p. 400, 2001).

¹²⁵⁷ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 181, 1976.

¹²⁵⁸ Vittinghoff, p. 443-444, 2001.

¹²⁵⁹ Vittinghoff, p. 402, 2001.

burocrática dos mandarins, a única com direito previsto de comunicar-se diretamente com o poder. Claro que o tom das matérias reportadas andava na linha tênue entre a crítica e a respeitabilidade, já que qualquer heterodoxia política poderia ser processada como rebelde¹²⁶⁰. Vale lembrar também que, a este tempo, qual seja, segunda metade do século XIX, os empreendimentos estrangeiros não se sujeitavam à justiça chinesa, mas aos seus respectivos consulados, com proeminência do britânico. Por isso, na maioria dos casos, os jornais esforçaram-se para se estabelecer como empreendimentos comerciais sob um nome estrangeiro e sob as ordens de um editor também estrangeiro, embora todo seu corpo de profissionais pudesse ser chinês¹²⁶¹. Ainda assim, era preciso evitar rugas com o mandarinato local, tomando-se o cuidado de levantar os problemas observados na sociedade sem prejudicar a reputação de alguma autoridade chinesa, o que, evidentemente, acabava por vezes acontecendo. Nessas exceções é que se pode observar o modo peculiar e, ademais, interessante como a autonomização da opinião pública foi se dando na modernização chinesa. Primeiramente, porque o poder central insistia em ignorar qualquer coisa que fosse estrangeira, portanto, não havia propriamente uma legislação que dispusesse regras para o funcionamento de jornais, assim como sobre procedimentos de apuração de notícias e sua propagação até o início do século XX¹²⁶². Ao mesmo tempo, o poder central estava longe das possíveis críticas cotidianas emergentes no noticiário, ou pelo menos assim se considerava, enquanto os governantes locais é que se viam, por vezes, no centro de debates da emergente opinião pública, mas não tinham poder suficiente para solapá-la. Pode ser, inclusive, que esse novo censorato fosse bem visto na alta nobreza manchu, porque de fato suas comunicações passaram a ressoar na política local, estabelecendo limites de poder aos governantes distritais desde que, por óbvio, não subvertissem os papéis tradicionais com artigos difamatórios. Mas, outra vez, a linha entre a crítica respeitosa e a subversão era – é e sempre foi – muito tênue.

Natascha Vittinghoff descreve um caso paradigmático que ilustra bem o ruído decorrente da emergência dos jornais enquanto produtores de uma opinião pública frente a um ambiente social bastante estratificado¹²⁶³: o caso de um ator que se casou com a filha de um rico

¹²⁶⁰ Vittinghoff, p. 403, 2001.

¹²⁶¹ Vittinghoff, p. 408, 2001.

¹²⁶² Embora houvesse uma censura empenhada por agências oficiais de educação sobre conteúdos subversivos e pornográficos na literatura, isto não se estendia às publicações jornalísticas cotidianas (Vittinghoff, p. 404, 2001).

¹²⁶³ Luhmann salienta, inclusive, em nota de rodapé, que por ter a China uma diferenciação fortemente estratificada em plenos séculos XIX e XX, sua modernização foi deveras mais difícil que em outros lugares, nas palavras dele: “[...] Algumas particularidades da antiga sociedade chinesa – a força multifuncional da grande família e o sistema de corporações, que tinham a função protetora contra a política, assim como o fato de que o direito civil não teve um desenvolvimento que possa ser comparado ao do direito romano ou inglês – poderiam encontrar aqui

comerciante oriundo de uma guilda poderosa e que, por isso, foi submetido à tortura. Quando do ocorrido, o principal jornal de Xangai, o Shēn Bào, passou a publicar críticas contundentes à justiça chinesa e à punição na forma de tortura, algo hediondo do ponto de vista ocidental¹²⁶⁴. Fato é que as publicações ofenderam a Guilda de Cantão, a qual pertencia a noiva, que via na punição do ator um restabelecimento não apenas da honra de seu clã, mas da harmonia social hierarquicamente estabelecida – considerando que a classe de atores estava no subsolo da pirâmide social enquanto a dos comerciantes tentava galgar alguma respeitabilidade equiparando-se ao velho mandarinato na época. As publicações do Shēn Bào revelaram duas assimetrias, portanto: em primeiro lugar, ao comunicar em defesa de um ator, o jornal rebaixava-se do ponto de vista da tradição chinesa e, ainda, ao meter-se com os procedimentos da justiça chinesa de modo tão crítico, o jornal pintava para o mundo um quadro sobre os chineses que eles não gostariam de ver, ou melhor, no qual não se sentiam representados: como bárbaros atrasados que lançavam mão de métodos arcaicos para fazer valer suas tradições. No entanto, embora o clã ofendido e as autoridades locais tenham tentado, junto à administração Qing, fechar o jornal e mesmo prender seus jornalistas, o poder central optou por manter silêncio sobre o dilema¹²⁶⁵. Então, a solução encontrada pelo magistrado e seus conterrâneos foi fundar seu próprio jornal e defender-se através dele, assim que o Huibao publicou sua primeira edição em 16 de junho de 1874, juntando-se à esfera pública de Xangai¹²⁶⁶. Esse caso demonstra um outro aspecto relevante emergente dos ruídos estruturais na modernização chinesa, particularmente na emergência dos *media*: embora o poder central desdenhasse de tudo que fosse estrangeiro, a elite intelectualizada logo percebeu que se a comunicação pública fosse deixada em mãos alheias, a descrição dos assuntos chineses no espaço público, inclusive internacional, poderia ser prejudicial à imagem da China e do seu corpo administrativo. Ao mesmo tempo, com a polêmica instaurada pelo Shēn Bào, um dos pilares da estrutura política chinesa foi sobremaneira abalado: a intransparência indelével das decisões políticas e jurídicas que fora não apenas questionada, mas colocada à sujeição do julgamento moral da opinião pública, gerando novíssimas ressonâncias no mandarinato e no poder local. Embora fosse aceitável que problemas da sociedade fossem explanados pelos jornais, a liberdade de expressão no sentido ocidental não

explicações. Não menos importante, no entanto, essas verdadeiras relíquias de mecanismos protetores poderiam esclarecer por que a transição para a civilização moderna na China foi tanto mais difícil do que no Japão. Em contraste claro, a Idade Média europeia, especialmente na Inglaterra, conheceu um alto grau de individualização da propriedade que dispõe de uma proteção jurídica eficaz” (Luhmann, p. 533, 2006).

¹²⁶⁴ Embora, ironicamente, estes a tenham praticado persistentemente em seus empreendimentos colonizadores.

¹²⁶⁵ Vittinghoff, p. 448-449, 2001.

¹²⁶⁶ Vittinghoff, p. 442, 2001.

era um constructo formado do ponto de vista chinês, isto é, embora em termos confucianos os governantes tivessem como um dos seus deveres ouvir clamores do povo, isto não era tradicionalmente feito através de canais públicos, mas pela averiguação e interpretação dos antigos censores que levavam, ao imperador, queixas pontuais de casos extremos que excedessem às normas da tradição. O que o Shēn Bào fez extrapolou em muito essa ordem: nos moldes ocidentais, o jornal falava do cotidiano para o cotidiano e colocou o caso como um problema, ou seja, num tom normativo de acordo com valores que, na época, não faziam parte da semântica chinesa, tal qual o repúdio à tortura.

Enquanto os ingleses fundaram dezenas de jornais¹²⁶⁷ que comunicavam, principalmente, com o mundo empresarial emergente em Hong Kong, Xangai, Fuzhou e Amoy¹²⁶⁸, intelectuais chineses alinhados aos movimentos reformistas também passaram cada vez mais, a partir de 1870, a fundar seus próprios jornais¹²⁶⁹ organizados, principalmente, por sociedades literárias¹²⁷⁰, cujos membros tinham aquela preocupação, já mencionada, de se apropriar de conhecimentos ocidentais para, por um lado, opor-se à ou melhorar a administração imperial e, por outro, resistir às invasões estrangeiras. No fim do século, entre 1896 e 1899, uma explosão de novos jornais chineses¹²⁷¹ passou a endossar a narrativa reformista, traduzindo textos ocidentais e propagando ideais progressistas que, ineditamente na China, formaram um público observador afeito a transformações estruturais mais profundas, muito embora reduzido à elite letrada na burocracia e fora dela. Essa circulação de novas ideias não foi de todo irrelevante, embora a revolução tenha sido levada a cabo principalmente por camponeses e outros subalternos: durante o período de transição, isto é, entre outubro de 1911 e janeiro de 1912, mais de quinhentos jornais foram fundados¹²⁷². A expectativa criada nas comunicações aí produzidas, principalmente no meio erudito, garantiu a legitimidade do novo regime para a classe letrada, aquela que mais poder tinha abaixo do imperador, ou melhor, da imperatriz, nesta época. Assim

¹²⁶⁷ Situados principalmente em grandes cidades como Xangai, Cantão, Wuhan, Tianjin, Hong Kong e Macau (Zhao; Sun, p. 23, 2018).

¹²⁶⁸ Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 181, 1976.

¹²⁶⁹ O primeiro jornal comercial chinês foi fundado pouco antes, em 1857, em Hong Kong (Zhao; Sun, p. 30, 2018).

¹²⁷⁰ Como a Sociedade para o Estudo do Autofortalecimento, que originou a Universidade de Pequim e a Sociedade de Estudos do Sul, que originou a Faculdade de Assuntos Atuais (Chesneaux; Bastid; Bergere, p. 311-312, 1976).

¹²⁷¹ Nesse período foram fundados mais de setenta jornais, por exemplo, o Wanguo Gongbao (Gazeta das Nações), o Zhongwai Jiwen (Notícias da China e do Exterior), o Qiangxue Bao (Jornal para o Fortalecimento Nacional), o Shi Wu Hao (Gazeta dos Tempos Modernos), Xiang Bao (Jornal de Hunan), o Xinzhi Bao (Jornal do Novo Conhecimento), Nüxue Bao (Gazeta da Educação das Mulheres), o Nong Xue Bao (Jornal da Agricultura) e o Suanxue Bao (Jornal da Matemática) (Zhao; Sun, p. 66, 2018).

¹²⁷² Zhao; Sun, p. 66, 2018.

como foi esta mesma classe que, amalgamada com os militares, deu início à república subsequentemente.

Vale ressaltar, no entanto, que o processo de modernização chinês mal havia começado quando da revolução de 1911, mas se estenderia ainda por décadas de alta instabilidade social e só poderia ser considerado mais ou menos estável após a revolução de 1949, quando, de fato, os principais sistemas sociais podiam-se observar como relativamente diferenciados em termos de função. A emergência de sistemas funcionalmente diferenciados depende substantivamente de fatores externos do ambiente e fatores internos, isto é, da sua própria auto-organização. De acordo com esta descrição histórica, observa-se que as condições externas estavam dadas: durante o século XIX, a China havia sido colocada, à revelia, nos sistemas político e econômico já mundializados e, mesmo se esforçando para tanto, não poderia a partir de então ser indiferente aos fatores externos ao Reino do Meio. As condições internas, no entanto, precisaram ser criadas e foram, primeiramente, com as reformas ainda da dinastia Qing no início do século XX, com a construção de um sistema educacional público e a abolição dos exames confucionistas para cargos públicos, seguidos, já no período de transição para a república, da emergência das primeiras associações profissionais, criadas pelo Ministério do Interior, como a Câmara de Comércio (1903), as Associações Educacionais (1906), as Associações Agrícolas (1907), as Associações de Advogados (1912) e as Associações de Banqueiros (1916)¹²⁷³, por exemplo. Neste período, no qual a China ainda não contava com instituições acadêmicas suficientes, um grande número de jovens migrou para estudar fora, com a missão de tomar conhecimento sobre diversas áreas e retornar com soluções modernizantes, e assim fizeram. Migraram especialmente para os EUA, Rússia, França e Japão e estudaram principalmente medicina, direito, engenharia e ciência política. Eles voltaram contaminados com ideais liberais e socialistas e muitos deles empenharam-se na educação popular, criando programas de alfabetização em massa com métodos simplificados¹²⁷⁴ que pudessem espalhar conhecimentos básicos entre as classes baixas. O próprio Mao – embora não tenha estudado no exterior, mas na Primeira Escola Normal de Hunan, onde aprofundou seus estudos nos clássicos chineses e na filosofia alemã – foi voluntário em campanhas de alfabetização e fundou a Universidade de Autoestudo¹²⁷⁵. Outros foram

¹²⁷³ Hayford, p. 219, 2020.

¹²⁷⁴ Vale lembrar que até então a alfabetização na China era sobremaneira difícil, até porque não partia de um alfabeto, mas da tomada de conhecimento sobre, no mínimo, 8000 caracteres distintos. James Yen, por exemplo, criou um manual que reduziu o alfabeto a 1000 caracteres e organizou campanhas de alfabetização, atingindo 5 milhões de chineses (Hayford, p. 222, 2020).

¹²⁷⁵ Hayford, p. 222, 2020.

trabalhar no funcionalismo público do regime Kuomintang¹²⁷⁶. Vale ressaltar que esses novos eruditos se viam, por sua vez, em papéis inéditos na sociedade chinesa cuja intelectualidade até então restringira-se à nobreza burocrata, em outras palavras, neste processo a busca e a produção de conhecimento autonomizaram-se das funções burocráticas e ganharam novas sedes organizacionais: as universidades. Mais de cinquenta universidades foram criadas no primeiro quarto do século XX e o número de professores universitários subiu de 200 em 1912 para 5000 em 1930¹²⁷⁷: esses dados por si só demonstram o empenho exercido na China para a profissionalização com vistas à modernização. Diferentes dos mandarins, que tinham uma formação clássica geral e só posteriormente mais ou menos se especializavam em seus cargos, os novos intelectuais assumiram a responsabilidade de fazer avançar suas respectivas áreas dentro do Estado, mas, principalmente, fora dele também, isto é, em forte consonância com as necessidades civis, tanto que muitos deles formaram o caldo do movimento revolucionário comunista que se seguiria, visto que, ao retornar à China, procuraram adaptar seus conhecimentos às necessidades locais e historicamente situadas. Diferente dos mandarins, que se mantinham na distinção em relação ao povo, os novos intelectuais retornaram com visões humanitárias, liberais e socialistas pelas quais procuraram repartir o conhecimento e instruir a população, assim como prestar serviços comunitários relevantes na educação, na saúde e na assistência social¹²⁷⁸. No jornalismo, algo semelhante se deu: jovens, formados principalmente na Universidade do Missouri, retornaram para formular uma ética profissional que partisse dos princípios da objetividade, da checagem dos fatos, da cobertura equilibrada e que transpusesse a barreira de classes e aproximasse os jornais da base popular¹²⁷⁹. Embora a constituição de 1914 desse relativa liberdade à imprensa, os primeiros profissionais jornalistas viam-se no dilema

¹²⁷⁶ Segundo Charles Hayford: “[...] Ministérios inteiros estavam ocupados por economistas, engenheiros, agrônomos e advogados profissionais formados em Harvard, na London School of Economics, em Berlim, na Sorbonne, em Tóquio, ou recém-formados em novos programas universitários na China” (Hayford, p. 225, 2020).

¹²⁷⁷ Hayford, p. 226, 2020.

¹²⁷⁸ Alguns exemplos interessantes são os de: James Yen que desenvolveu um Manual de Alfabetização de 1.000 Caracteres e organizou campanhas de alfabetização em massa; Cai Yuanpei que fundou a Associação Nacional Chinesa para o Avanço da Educação; Tao Xingzhi que “fundou uma escola rural de formação de professores nos arredores de Nanquim, que ensinava aos professores profissionais como treinar o “pequeno professor” para transmitir o aprendizado adquirido em sala de aula à família e aos vizinhos”; Chen Zhiqian, médico formado na Faculdade de Medicina da União de Pequim e na Escola de Saúde Pública de Harvard, que juntou-se à James Yen e juntos criaram um programa de medicina preventiva para atender a população do condado de Ding, segundo Hayford: “Eles concordaram que a versão americana da medicina científica era curativa, tecnológica, especializada, hospitalar e centrada no lucro e na prática privada. Ela não atendia às necessidades da China rural. Chen utilizou financiamento da Fundação Rockefeller para desenvolver uma pirâmide experimental de saúde comunitária de três níveis que se encaixasse no orçamento do condado. O resultado foi preventivo, centrado na comunidade e não dependeu de médicos profissionais. Na base, um morador em meio período era treinado em primeiros socorros, vacinação, notificação de doenças e exames” (Hayford, p. 222-224, 2020).

¹²⁷⁹ Hayford, p. 224, 2020.

entre o patrocínio estatal, que os deixava reféns da política, e o patrocínio de grandes corporações – já que as médias ainda não existiam suficientemente – o que os deixaria, por outro lado, submetidos aos grandes negócios¹²⁸⁰. Ao mesmo tempo, muitas associações literárias e educacionais produziam seus próprios folhetins e revistas, assim como os movimentos revolucionários, nacionalista e comunista, lançavam mão da imprensa contando com escritores profissionais na propagação de ideias para conduzir seus movimentos¹²⁸¹. Por outro lado, grande parte dos avanços da modernização do começo do século XX na China, para não dizer todo ele, foi patrocinado pelo Estado que ofereceu bolsas de estudos para a juventude e tomou decisões no sentido da criação de regras profissionais que restringiram a agência de profissões aos diplomados, de modo que, na medicina, por exemplo, houve um hiato contundente entre a disponibilidade de médicos oficialmente formados e o acesso à medicina tradicional ao alcance da população: com o tempo isso foi resolvido, mais uma vez, com uma diferenciação por acoplamento tipicamente chinesa, isto é, a medicina tradicional organizou-se sob a forma de associações e convenceu o governo de Chiang Kai-shek de que a institucionalização da medicina tradicional faria parte da contracolônização frente aos conhecimentos ocidentais, um argumento que funcionou, dadas as condições históricas. Com a fundação do Escritório Central de Medicina Nacional em 1931, os insumos e conhecimentos tradicionais passaram a ser cientificamente testados para ter comprovada (ou não) sua eficiência e acoplaram, portanto, o conhecimento médico tradicional aos procedimentos da ciência moderna¹²⁸². Este caso torna explícito o fato de que a modernidade na China foi um desenvolvimento de uma cultura já desenvolvida, em

¹²⁸⁰ Segundo Hayford: “Jornalistas estavam presos em um dilema paralelo de política e finanças: a liberdade de imprensa tinha que ser paga; o profissionalismo exigia que fosse usada eticamente. Como os profissionais poderiam manter os padrões se o público não pudesse apoiá-los e os editores tivessem que buscar patrocínio de partidos políticos, bancos e grandes empresas? [...] A Constituição Provisória de 1914 estabeleceu um tema liberal – ‘a liberdade de expressão não será restringida’ – e rapidamente acrescentou ‘exceto em conformidade com a lei’” (Hayford, p. 224-225, 2020).

¹²⁸¹ Segundo Hayford: “Jornalistas haviam se juntado a outros profissionais para incitar uma guerra de resistência, mas agora estavam imersos em frustração heroica e derrota patriótica. Repórteres de batalha aprimoraram sua arte para criar a guerra para o público leitor, mas, como Hung Chang-tai observa com perspicácia, ‘manter a objetividade jornalística era difícil, talvez nem mesmo desejável’. Nas bases comunistas, o Partido incentivou a profusão de jornais locais cuja linguagem e conteúdo eram determinados pelos quadros locais. O ideal, escreveu um jornalista, era ‘combinar o cano de uma arma com o cano de uma caneta’ para criar uma narrativa que justificasse o governo do Partido” (Hayford, p. 227, 2020). Do lado nacionalista, o apelo era pelo foco na (re)construção da identidade pelo objetivo comum da contracolônização, por exemplo: “Quando o governo chinês acatou as demandas japonesas em 1915, a atenção se voltou para como marcar a humilhação nacional. A frase ‘Nunca Esquecer a Humilhação Nacional’ foi popularizada em jornais; era ‘um slogan pintado em paredes, registrado como marcas comerciais e impresso em papelaria’. Isso foi novamente feito por meio da educação popular: livros didáticos, ‘educação espiritual’, grupos de leitura juvenil, músicas e peças de teatro. Criar um ‘dia da humilhação nacional’ não é apenas um fenômeno do século XXI. Foi celebrado informalmente após 1915 e mais tarde se tornaria um feriado oficial sob o regime Nacionalista” (Callahan, p. 210, 2004).

¹²⁸² Hayford, p. 226, 2020.

outras palavras, em nenhum momento dessa história há evidências de que os chineses abrissem mão dos seus conhecimentos milenarmente produzidos. Neste processo, eles observaram, enquanto coletividade e organizações políticas e profissionais, modelos ao redor do mundo e, a depender do problema a ser resolvido, optaram entre modelos internacionalmente disponíveis, adaptando-os sempre à realidade local¹²⁸³. Na educação, por exemplo, o Japão e os EUA foram os modelos mais seguidos, enquanto na organização das profissões e da política, a Rússia teve proeminência, enquanto para medicina, assistência social e jornalismo o modelo estadunidense se destacou. A seleção sobre quais estruturas desses modelos seriam implementadas adaptativamente passou muito por decisões políticas, de cima para baixo, por assim dizer, mas, ao mesmo tempo, muitas delas saíram do controle do Estado uma vez que, como mencionei acima, grande parte do novo corpo intelectual tornou-se afim de ideias progressistas que excediam em muito o que a administração pública podia fazer naquele momento. Muitos deles, inclusive, tornaram-se, primeiramente, os principais opositores no final da dinastia Qing e, posteriormente, muitos juntaram-se ao movimento revolucionário comunista – o PCC, por exemplo, foi fundado por dois professores da Universidade de Pequim¹²⁸⁴, o que indica o fato contundente de o movimento revolucionário ter sido, antes de tudo, um movimento intelectual. Neste sentido, é possível dizer que, no início do século XX, a China não apenas começou a modernizar-se, mas começou a modernizar-se aceleradamente, talvez mais do que qualquer outra nação, colocando-se na corrida pelo progresso e, alimentada em muito por um orgulho nacionalista com lastro milenar, deu sucessivos saltos ao longo do século XX que, embora nem sempre tivessem boas consequências, produziram transformações substanciais na autorregulação de suas organizações e sistemas sociais.

Tudo isso em meio a um contexto político altamente instável, com guerras civis generalizadas, interrompidas pela invasão japonesa, entre 1937 e 1945, e retomadas em 1945 no conflito entre o Kuomintang e o PCC, este, por sua vez, finalizado com a revolução comunista de 1949. As disputas políticas no início do século XX, embora conduzidas por movimentos revolucionários com perspectivas relativamente distintas, foram ambas norteadas pela questão sobre como retomar o Tao ou, em outras palavras, sobre qual seria o caminho adequado para (re)colocar a China enquanto uma potência, dessa vez no cenário mundial. Neste sentido, não se tratava apenas de retomar um caminho interno, mas de encontrar um caminho no qual sua soberania fosse reconquistada e respeitada internacionalmente. Embora concordassem sobre o

¹²⁸³ Baumlér, p. 11, 2020.

¹²⁸⁴ Hayford, p. 225, 2020.

objetivo, a cisão entre nacionalistas e comunistas na China reproduziu, à sua maneira, a bifurcação transversal a vários países no início do século XX, qual seja, aquela que cindiu movimentos de revolta popular entre o nazifascismo e o socialismo na Itália, Espanha, Portugal e Alemanha, por exemplo. Embora neste caso, a princípio, ambos fossem partidos leninistas em termos organizacionais¹²⁸⁵ e tivessem se originado no Movimento Quatro de Maio¹²⁸⁶, com a morte de Sun Yat-sen, líder democrata e socialista¹²⁸⁷, em pouco tempo o Kuomintang (Partido Nacionalista) começou a mostrar uma tendência ideológica fascista muito particular, unindo o confucionismo ao patriotismo pelos quais criou um modo operacional disciplinar que mantinha as hierarquias sociais com uma racionalidade moderna, de modo que, embora fossem aliados próximos no início do século, em 1927 o Kuomintang voltou-se contra os comunistas, operando um expurgo interno no partido que colocou os comunistas na oposição, ou melhor, na resistência armada guerrilheira¹²⁸⁸. Sua aliança seria retomada em dezembro de 1936¹²⁸⁹, no entanto, quando da invasão japonesa que, por sua vez, evidenciou a fraqueza organizacional militar do Kuomintang e, por outro lado, alavancou a popularidade dos comunistas entre a população (rural principalmente)¹²⁹⁰, dando a eles o apoio e a legitimidade necessária quando a guerra civil voltou

¹²⁸⁵ Baumler, p. 11, 2020.

¹²⁸⁶ O Movimento Quatro de Maio foi um movimento de jovens intelectuais que se reuniram em protesto contra o colonialismo, segundo Alan Baumler: “[...] O Movimento Quatro de Maio, que recebeu seu nome dos protestos de 1919 contra o imperialismo estrangeiro, afirmava que a China precisava de uma revolução cultural, embora não o mesmo tipo de Revolução Cultural que teria na década de 1960” (Baumler, p. 1, 2020). Segundo Edward Wang: “Quando as notícias de Versalhes sobre o acordo pós-Primeira Guerra Mundial chegaram a Pequim, muitos estudantes universitários ficaram profundamente perturbados com o acordo pelo qual o Japão herdaria os direitos da Alemanha na China. Em 4 de maio de 1919, eles foram às ruas e expressaram sua indignação contra o governo dos senhores da guerra, bem como contra o imperialismo japonês. Assim, além de atacar a herança cultural confucionista e defender a Nova Cultura, a eclosão do Movimento de Quatro de Maio demonstrou a extrema necessidade de o país continuar sua luta contra o imperialismo” (Wang, p. 320, 2020). No que diz respeito aos meios de comunicação, segundo Stefan Landsberger: “O Movimento do Quatro de Maio, que durou aproximadamente até 1921, conseguiu promover importantes reformas culturais, educacionais e políticas. Nas palavras de Chow Tse-tung, o Movimento do Quatro de Maio, embora denominado por alguns como uma 'Renaissance Chinesa', pode ser melhor definido como um fenômeno complexo que inclui a 'onda do novo pensamento', a revolução literária, o movimento estudantil, as greves de comerciantes e trabalhadores, e o boicote contra o Japão, bem como outras atividades sociais e políticas dos novos intelectuais, todas inspiradas pelo espírito do conhecimento ocidental e pelo desejo de reavaliar a tradição à luz da ciência e da democracia para construir uma nova China” (Landsberger, p. 31, 2020).

¹²⁸⁷ Hobsbawm, p. 450, 1995.

¹²⁸⁸ Hobsbawm, p. 450, 1995.

¹²⁸⁹ Lary, p. 194, 2001.

¹²⁹⁰ Segundo Robert Marks: “Enquanto o governo nacionalista de Chiang Kai-shek havia entrado na guerra contra o Japão como o governo reconhecido da China, ao final da guerra o Partido Comunista Chinês, sob a liderança de seu presidente, Mao Zedong, viu seu poder e prestígio aumentarem a ponto de desafiar Jiang pelo governo da China. Certamente, Chiang Kai-shek e suas forças sofreram o impacto da invasão japonesa, recuando para o interior, atrás da muralha de montanhas que cercava a província de Sichuan, após tentar salvar Nanquim da ocupação japonesa. Os comunistas chineses, de sua base em Yan'an, [...] começaram a organizar os aldeões atrás das linhas japonesas e conquistaram sua confiança, ao mesmo tempo em que conquistaram o apoio de intelectuais urbanos que os viam como combatentes dos japoneses enquanto Chiang Kai Shek recuava. Em 1945, os comunistas

em 1945 com a derrota do Japão¹²⁹¹. Durante o governo republicano nacionalista, Chiang Kai-shek, sucessor de Sun Yat-sen, conseguiu, no contexto da 2ª Guerra Mundial, aliar-se ao Ocidente e fazer com que os euro-americanos abrissem mão das suas prerrogativas políticas e econômicas na China¹²⁹², finalizando o longo período no qual a China ficou refém de sanções e desmandos estrangeiros em seu território e retomando, portanto, sua autonomia política e econômica. Ao mesmo tempo, o governo Kuomintang empenhou-se em operar uma modernização pela contrarrevolução, retomando os valores confucionistas de li, yi, lian e chi, que significam, respectivamente, ritual/propriedade (aquela ideia de que cada qual deve comportar-se de modo apropriado à sua colocação social), retidão, integridade moral e senso de honra; esses valores foram mobilizados para controlar a população e facilitar a obediência dentro dos novos protocolos sociais modernos, exigindo uma abnegação do indivíduo frente ao interesse público. Neste sentido, as massas eram observadas pelo Kuomintang de Chiang Kai-shek como uma força para ser controlada e domesticada dentro dos novos hábitos modernos, mas por meios arcaicos. Houve, sobretudo, campanhas de militarização, de produtivismo, sanitarismo e um movimento estético da ordem cotidiana que imitava, paralelamente, o nazismo alemão e a disciplina soviética¹²⁹³. A exortação do autossacrifício pelo progresso nacional foi amplamente professada pelas lideranças e a repressão policial se deu em larga escala durante

chineses passaram a governar áreas do Norte da China com uma população próxima a 100 milhões” (Marks, p. 262, 2012).

¹²⁹¹ Nas palavras de Hobsbawm: “Quando os japoneses partiram para conquistar a China a sério, os exércitos do Kuomintang não puderam impedi-los de quase imediatamente tomar as cidades costeiras, onde estava a sua verdadeira força. No resto da China, eles se tornaram o que sempre tinham sido potencialmente: mais um regime corrupto de chefes e senhores locais, resistindo ineficazmente aos japoneses, quando resistiam. Enquanto isso, os comunistas mobilizavam efetivamente a resistência de massa aos japoneses nas áreas ocupadas. Quando tomaram a China, em 1949, tendo varrido quase com desprezo as forças do Kuomintang numa breve guerra civil, os comunistas eram para todos, com exceção dos restos de poder do Kuomintang em fuga, o governo legítimo da China, verdadeiros sucessores das dinastias imperiais após um interregno de quarenta anos. E foram tanto mais aceitos como tais porque, com sua experiência de partido marxista-leninista, puderam forjar uma organização disciplinada nacional capaz de levar a política do governo do centro até as mais remotas aldeias do gigantesco país – como devia fazer, na mente da maioria dos chineses, um império de verdade” (Hobsbawm, p. 450, 1995).

¹²⁹² Baumler, p. 6, 2020.

¹²⁹³ Nas palavras de Maggie Clinton: “Os valores confucionistas que o movimento celebrava estavam inseparavelmente ligados às aspirações nacionalistas de erradicar os sentimentos comunistas e individualistas, e eram reinterpretados com um olhar voltado para movimentos em outros países que pareciam estar fazendo essas coisas de forma eficaz. [...] os problemas da China [...] só poderiam ser resolvidos implementando o NLM, levando todos os cidadãos a se entenderem como entrelaçados em uma rede hierárquica conectada ao estado, e que a sobrevivência nacional dependia de sua conformidade. O ponto aqui não é que os líderes do NLM invocaram falsamente o confucionismo para consolidar seu programa político. Em vez disso, enfatiza-se que eles apresentaram essa tradição de uma maneira que a tornava praticamente indistinguível dos ideais autoritários e muitas vezes fascistas promovidos ao redor do mundo na época. É difícil, por exemplo, distinguir substancialmente as demandas do NLM por obediência filial das demandas da Igreja Católica do fascismo italiano de obedecer às estruturas de autoridade patriarcal. Nesse sentido, a estrutura global e comparativa dentro da qual o NLM foi articulado nos ajuda a entender suas dinâmicas sociais e políticas” (Clinton, p. 180-181, 2020).

este período, ao mesmo tempo em que o Kuomintang demonstrava sérias dificuldades em controlar a insubordinação de senhores (da guerra) locais¹²⁹⁴, assim como não conseguia administrar satisfatoriamente a economia, uma vez que, neste período, a China sofreu com fenômenos climáticos extremos, muito piores que os do século XIX, sobre os quais começaram a se deslindar as primeiras descrições sobre riscos ambientais nos meios de comunicação, que afinal, é o que mais nos interessa aqui, assim que vamos a isto.

9.6 Os riscos ambientais e suas descrições no período republicano chinês

Começarei por retomar a ideia fundamental para a descrição dos riscos ambientais na China, isto é, aquela segundo a qual os desastres ambientais são sinais que indicam a incompetência política do governo e, logo, o afastamento do Tao que, por sua vez, leva às instabilidades sociais. Mais de perto, essa ideia pressupõe também que desastres naturais por si só não causam o sofrimento humano e a desorganização social, o que os causa é a má administração política frente aos riscos ambientais, isto é, a falta de manutenção das estruturas necessárias, como o controle dos rios por diques e canais, a má administração dos recursos, principalmente dos estoques de grãos e outros alimentos e sua distribuição, e, posteriormente, a falha do envio de socorro para as populações atingidas¹²⁹⁵. Todos esses requisitos estavam presentes na tradição chinesa¹²⁹⁶ e essa particular forma de observar os riscos ambientais não acabou com a era imperial, de modo que, quando os desastres naturais do início do século XX se abateram contra a população chinesa, eles foram observados nesse registro semântico, embora num contexto fundamentalmente diverso¹²⁹⁷. Esses desastres não resultaram apenas de eventos naturais extremos, mas também das alterações contundentes na superfície operadas desde um tempo remoto, mas aprofundadas desde o século XVIII através do desmatamento em larga escala¹²⁹⁸, da agricultura intensiva, da formação das primeiras grandes cidades, assim como da introdução de espécies vegetais exóticas que podiam ser plantadas em áreas montanhosas,

¹²⁹⁴ Li, p. 283, 2007.

¹²⁹⁵ Li, p. 2, 2007.

¹²⁹⁶ Esses protocolos foram instituídos e codificados ainda na dinastia Qin (221-206 a.C.) e foram sendo aprimorados ao longo do tempo (Li, p. 3, 2007).

¹²⁹⁷ Nas palavras de Lillian Li: “Vistas de uma perspectiva tradicional chinesa, a continuação de desastres naturais e humanos poderia ser vista como um sinal do fracasso de uma nova dinastia em assegurar o Mandato do Céu. [...] A escala e a frequência das fomes eram maiores, mas, mais importante, seu significado político havia sido ampliado pela lente do nacionalismo chinês emergente. Crises “naturais” eram cada vez mais vistas como tendo causas políticas diretas, além de revelarem origens econômicas e sociais mais profundas” (Li, p. 285, 2007).

¹²⁹⁸ Segundo Robert Marks: “[...] onde em 1750 cerca de 25% da superfície terrestre da China era florestada, em 1950 essa proporção havia diminuído para 5% a 10%” (Marks, p. 254, 2012).

produzindo, junto do desmatamento, maior assoreamento do solo¹²⁹⁹. A interferência nos fluxos fluviais certamente também teve um papel relevante para a geração de inundações devastadoras que produziram horribéis consequências humanas e ambientais¹³⁰⁰. Entre muita e pouca água, foram várias as tragédias ambientais neste período, elencarei agora as principais delas.

Em 1915, uma enchente na bacia do rio Zhū Jiāng (Rio das Pérolas) submergiu 667.000 hectares de plantações, vitimando 6,5 milhões de chineses. Entre julho e agosto de 1917 a enchente da bacia do rio Hǎi Hé produziu uma devassa nos arredores de Tianjin¹³⁰¹ e o volume de água na cidade chegou a 1,8 metros em alguns pontos: em julho os diques do rio Yongding, um dos principais afluentes do Hǎi Hé, se romperam por falta de manutenção e em agosto, com a continuidade das chuvas, o canal Nan Yunhe também se rompeu inundando a planície sul e oeste da cidade¹³⁰²; as estimativas são de que 5,8 milhões de pessoas perderam suas casas e pertences, dentre as quais 400.000 buscaram auxílio na cidade e 3.068.200 de hectares em plantações foram inundados e, pior, o problema estendeu-se no tempo dada a configuração geográfica de planície da região, assim que a água não escoou suficientemente, congelando durante o inverno e, com o degelo na primavera, o solo continuou encharcado¹³⁰³; seguiram-se, consequentemente, doenças epidêmicas que, junto da fome extrema, colaborou na alta mortalidade da população atingida¹³⁰⁴. Em seguida, entre 1920 e 1921, uma seca de larga escala atingiu o Norte da China, matando meio milhão de pessoas¹³⁰⁵ e tornando 20 milhões em indigentes¹³⁰⁶, seguida de outra, entre 1928 e 1930, que atingiu dessa vez 57.350.000 pessoas¹³⁰⁷ e estima-se que tenha matado 10 milhões¹³⁰⁸. Em 1931, a enchente do Rio Yangtzé abateu várias províncias: sendo considerada uma das maiores da história humana, essa enchente afligiu toda a China Central (180.000 km²)¹³⁰⁹, atingindo 214 milhões de pessoas e matando entre 2 e 4

¹²⁹⁹ Marks, p. 223, 2012.

¹³⁰⁰ Por exemplo, já no século XVI, segundo Robert Marks, grande parte do Norte da China já estava interligada por canais que conectavam o Rio Amarelo, o Grande Canal e seus afluentes. A manutenção dessa rede hidrológica, fundamental para o comércio e escoamento de mercadorias e produtos agrícolas, foi acentuando-se e produzindo cada vez mais e maiores riscos relacionados ao aumento da sedimentação e salinização da água em suas margens, tornando vastas áreas em terras inférteis e provocando recorrentes inundações. A perda de controle sobre o assoreamento desse sistema hídrico provocou a mudança de curso do Rio Amarelo entre 1851 e 1855, que tornou a mover-se em direção ao Norte, produzindo novas desestabilizações ecológicas que resvalaram no século XX (Marks, p. 239, 2012).

¹³⁰¹ Cidade portuária extremamente relevante para o comércio e situada a aproximadamente 120 km de Pequim.

¹³⁰² Li, p. 285, 2007.

¹³⁰³ Li, p. 286, 2007.

¹³⁰⁴ Li, p. 291, 2007.

¹³⁰⁵ Li, p. 299, 2007.

¹³⁰⁶ Li, p. 295, 2007.

¹³⁰⁷ Li, p. 304, 2007.

¹³⁰⁸ Janku, p. 232, 2012.

¹³⁰⁹ Courtney, p. 3, 2018.

milhões¹³¹⁰, muitas em consequência da fome e de doenças, como a malária¹³¹¹, e outras 422.500 afogadas¹³¹². Em 1925, 1933 e 1935, o Huáng Hé (Rio Amarelo) transbordou¹³¹³, tornando milhões em desabrigados¹³¹⁴. Em 1939, novas inundações atingiram Tianjin, com a água chegando aos telhados, assim que 100.000 tiveram que deixar suas casas e 1.688.800 de pessoas precisaram de ajuda¹³¹⁵. Entre 1942 e 1943, uma seca contundente assolou a China Central, aprofundando o sofrimento da guerra¹³¹⁶. A mortalidade por tragédias ambientais neste período na China superou em muito a produzida pelas guerras, embora a história não dê muita ênfase a isso. Pelo menos nas cidades, a cobertura da imprensa em jornais impressos e pelo rádio tornou esses fatos amplamente conhecidos através de relatos e campanhas humanitárias que descreviam os problemas locais como problemas nacionais, cujas soluções dependeriam do empenho civil e governamental em toda a China¹³¹⁷. Ao mesmo tempo, o sistema político não estava suficientemente organizado para prestar a ajuda necessária habitual. Neste sentido, empenhou-se, por um lado, em administrar minimamente uma redução de danos, por assim dizer, distribuindo crédito¹³¹⁸ e comida¹³¹⁹ nos limites orçamentários de uma nação em guerra e, ao mesmo tempo, estipulando regras sanitárias e vacinação para diminuir a mortalidade por epidemias¹³²⁰. Associações filantrópicas chinesas e estrangeiras protagonizaram de fato a organização da ajuda humanitária¹³²¹, lamentavelmente insuficiente dado o imenso número de mortos e desabrigados. A fome foi tanta neste período que a expectativa de vida estava entre 25 e 35 anos¹³²² e a mortalidade infantil (de crianças de até 10 anos) em 60%, decorrente tanto da

¹³¹⁰ Segundo Chris Courtney: “Embora este tenha sido certamente um dos desastres mais mortais desse tipo na história, o número exato de pessoas mortas permanece desconhecido. Estimativas confiáveis variam entre 400.000 e 4 milhões. Na época, equipes de ajuda humanitária do governo sugeriram que cerca de 2 milhões de pessoas haviam morrido. Esse número foi baseado na observação direta daqueles que possuíam os dados mais precisos na época e, portanto, talvez seja a estimativa mais confiável. No entanto, dado o estado disfuncional do sistema de registro civil na época, nunca podemos esperar saber o verdadeiro número de mortos” (Courtney, p. 5, 2018).

¹³¹¹ Marks, p. 245, 2012.

¹³¹² Li, p. 306, 2007.

¹³¹³ Li, p. 284, 2007.

¹³¹⁴ Li, p. 306, 2007.

¹³¹⁵ Li, p. 292, 2007.

¹³¹⁶ Li, p. 285, 2007.

¹³¹⁷ Li, p. 308, 2007.

¹³¹⁸ Li, p. 311, 2007.

¹³¹⁹ Li, p. 297-299, 2007.

¹³²⁰ Li, p. 292, 2007.

¹³²¹ Através de organizações como a Cruz Vermelha, a Comissão Internacional de Socorro à Fome da China, as missões católicas e protestantes, a Sociedade de Caridade de Zhili, a Sociedade Chinesa de Salvamento e associações de caridade confucionistas, por exemplo.

¹³²² Li, p. 315, 2007.

fome e de doenças¹³²³ quanto do infanticídio, principalmente de meninas¹³²⁴. Em casos extremos, as pessoas se alimentavam de cascas de árvores, folhas, sementes de algodão, etc.¹³²⁵, e algumas vezes o canibalismo foi registrado¹³²⁶. Famílias vendiam seus filhos¹³²⁷ e pais e maridos suas filhas e esposas¹³²⁸: embora essa prática fosse fortemente desencorajada pelo governo¹³²⁹, tudo indica que em muitos casos a opção era essa ou a morte de todos os membros da família. Milhões de pessoas precisaram migrar, o destino principal foi a Manchúria, ao norte da muralha¹³³⁰. Neste contexto, primeiro das guerras entre facções militares e depois da invasão japonesa, o governo Kuomintang não conseguiu prestar o devido apoio à população civil, sua escolha foi principalmente pelo controle disciplinar na tentativa de suplantar as tragédias com complementos morais, como argumentei acima. As reservas de grãos e outros alimentos foram usadas para alimentar os soldados e o corpo dirigente do partido e das forças armadas¹³³¹, assim

¹³²³ Principalmente varíola, febre tifoide, disenteria, tuberculose e cólera (Li, p. 315, 2007).

¹³²⁴ Segundo Lillian Li: “Em um estudo baseado em dados coletados em campos de refugiados da fome em Shandong em 1935, concluí que na mortalidade infantil a taxa entre os nascidos durante um período de quatro meses foi pelo menos tão alta quanto 265 por mil, e talvez até 410. [...] Como esses registros eram mantidos diariamente e porque havia um subsídio de alimentação adicional para recém-nascidos, é improvável que a falta de meninas tenha sido devido à subnotificação, e muito mais provável que pelo menos parte dos desaparecidos tenha sido vítimas de infanticídio feminino. Por outras palavras, até um terço de todas as bebês do sexo feminino podem ter sido mortas” (Li, p. 315, 2007). A subnotificação dos assassinatos de meninas é confirmada por Chris Courtney em seu estudo sobre as enchentes de 1931, segundo o autor: “As fatalidades femininas eram habitualmente subestimadas na era republicana, não menos porque meninas jovens frequentemente eram vítimas de infanticídio. Famílias afetadas por inundações que desejassem evitar o opróbrio moral ou sanções legais teriam sido motivadas a ocultar as mortes de meninas jovens” (Courtney, p. 213, 2018).

¹³²⁵ Alguns outros mencionados por Lillian Li são: “Os alimentos da época da fome incluíam kang (palha) misturada com folhas de trigo, farinha feita de folhas moídas, farinha de terra, sementes de flores, espigas de milho, raízes, videiras de batata-doce, casca de olmo e assim por diante. Alguns desses alimentos eram tão intragáveis que as crianças morriam de fome, recusando-se a comê-los” (Li, p. 301, 2007).

¹³²⁶ Li, p. 304, 2007.

¹³²⁷ A venda de crianças era tão lamentavelmente inevitável que instituições filantrópicas tomaram a iniciativa de comprar crianças para garantir sua sobrevivência durante momentos de crise e, se os pais, por sua vez, sobrevivessem, seus filhos podiam ser devolvidos posteriormente (Courtney, p. 216, 2018).

¹³²⁸ A venda de mulheres e meninas extrapolou as relações familiares, isto é, além de serem vendidas por maridos e pais, elas podiam ser sequestradas por gangues e por soldados do Kuomintang para serem vendidas para bordéis. Homens brancos da comunidade estrangeira também eram compradores comuns. Na perspectiva dos meios de comunicação, segundo Chris Courtney: “[...] o sequestro forneceu uma narrativa de fácil assimilação, na qual o espectro da criminalidade obscureceu as duras realidades econômicas. Ao apresentar as mulheres como vítimas de uma sexualidade masculina desviante, os jornalistas podiam reportar sobre tais problemas, mantendo ao mesmo tempo as expectativas de gênero prevaletentes sobre a castidade feminina, a obediência conjugal e a santidade da família” (Courtney, p. 211, 2018).

¹³²⁹ Através, por exemplo, de um incentivo de 1 ou 2 yuans mensais por aluno que frequentasse assiduamente a escola, tornando-o um suplemento de renda à família (Li, p. 301, 2007).

¹³³⁰ Segundo Robert Marks: “Em 1850 [...] os chineses começaram a ganhar acesso e propriedade das terras dos Manchus. [...] os chineses começaram a migrar para o Norte, para a Manchúria, inicialmente como peregrinos que retornavam após a colheita, mas cada vez mais como famílias inteiras, vindas de locais na planície do Norte da China, duramente atingidos por desastres naturais, especialmente nas províncias de Shandong e Hebei. De uma população de cerca de 1 milhão em 1781, a população da Manchúria aumentou para cerca de 2,5 milhões em 1820, e disparou para 17 milhões nos 90 anos seguintes” (Marks, p. 257, 2012).

¹³³¹ Li, p. 304, 2007.

como a institucionalização emergente se dava sobretudo com o foco na descolonização e em planos a longo prazo para o crescimento político e econômico – este fortemente baseado no aumento de impostos desproporcionais¹³³² –, enquanto a emergência ambiental e humana ficou ofuscada. A miséria das massas, vale ressaltar novamente, era vista pelo governo central como um (auto) sacrifício necessário da nação, logo, nem é preciso dizer que esse período gerou um imenso ressentimento no campesinato, que tinha estado na frente da revolução pouco antes e cujas expectativas de uma vida melhor foram jogadas ao chão logo nos primeiros anos do governo republicano militar. A invasão japonesa e os massacres várias vezes perpetrados no seu durante também foram observados como uma fraqueza do Kuomintang em proteger sua própria população. Por sua vez, as operações japonesas partiram dos princípios de queimar tudo, matar a todos¹³³³ e saquear o que atravessasse seu caminho¹³³⁴. O Japão também desviava parte da produção agrícola chinesa para alimentar seu próprio império, fato acentuado a partir de 1941¹³³⁵, aprofundando a crise humanitária em larga escala, além de explorar outros recursos naturais, como a madeira, fragilizando a resiliência ambiental no Norte¹³³⁶.

Em 1938, as forças militares do Kuomintang, em um ato difícil de adjetivar, destruíram os diques de Huayankou no Rio Amarelo na esperança de conter o avanço japonês, ato cujas consequências foram avassaladoras: a inundações colocou milhares de quilômetros quadrados debaixo d'água, entre povoados, estradas e ferrovias, e matou quase um milhão de civis afogados¹³³⁷, deixando milhões de refugiados¹³³⁸. O Kuomintang colocou a culpa nos japoneses, mas a empreitada para destruição dos diques tinha sido pública: primeiro os militares chineses tentaram explodir a parte mais forte do dique por duas vezes, a oeste de Zhengzhou, sem sucesso,

¹³³² Li, p. 333, 2007.

¹³³³ Não apenas matar, mas matar com requintes de crueldade. Segundo James Gao, por exemplo: “Em 25 de janeiro de 1941, tropas japonesas sitiaram a vila de Panjiayu, na província de Hebei, e expulsaram 1.500 moradores para um grande pátio. Eles trancaram o portão, atiraram nas pessoas com metralhadoras e acenderam fogueiras para queimá-las vivas. [...] esses agricultores de mãos vazias, incluindo mulheres e crianças, não foram apenas mortos, mas mortos das formas mais desumanas: foram torturados até a morte, cortados em pedaços, dilacerados e enterrados vivos” (Gao, p. 110, 2011).

¹³³⁴ Segundo Lillian Li, por exemplo: “O condado de Pingshan, no oeste de Hebei, sofreu o pior tipo de tratamento pelos japoneses porque era um centro de atividade de guerrilha. Até o final de 1942, sofreu os seguintes danos: 60.000 seções de casas queimadas, 58,6 milhões de cattles de grãos destruídos, 50.000 mu (10% da área total) de plantações pisoteadas, 5.000 mortes e 20.000 pessoas sequestradas (de uma população de 236.000)” (Li, p. 338, 2007).

¹³³⁵ Li, p. 338, 2007.

¹³³⁶ Segundo Robert Marks: “[...] Durante as décadas de 1930 e 1940, até sua derrota em 1945, o Japão saqueou 70 milhões de metros cúbicos de madeira [da Manchúria], ou um décimo de todas as reservas de madeira da China naquela época” (Marks, p. 230, 2012).

¹³³⁷ Marks, p. 262, 2012.

¹³³⁸ As estimativas estatísticas sobre as vítimas deste episódio são sobremaneira variáveis, principalmente porque não havia quem contasse os mortos e as suposições quanto aos dados foram feitas posteriormente. De todo modo, variam entre 400 mil e 900 mil mortos e entre 5 e 10 milhões de pessoas afetadas (Lary, p. 206, 2001).

no entanto, em seguida, a terceira tentativa foi feita à mão por soldados em Huayuankou e desta vez funcionou: um fio d'água tímido logo se transformou em uma torrente. Apenas a população local de Zhongmou foi avisada pelo seu magistrado e conseguiu fugir. Assim, quando, dias depois, a inundação alcançou quarenta outras províncias¹³³⁹, as pessoas foram pegas de surpresa: muitas morreram afogadas, outras de doenças decorrentes da enchente e milhões perderam tudo e tornaram-se refugiadas. O Kuomintang nunca admitiu sua responsabilidade sobre o feito¹³⁴⁰; por outro lado, os japoneses negaram imediatamente sua participação e, posteriormente, o movimento comunista usou o episódio para evidenciar a desumanidade dos seus inimigos políticos¹³⁴¹ que, de fato, não hesitaram em sacrificar as vidas, as plantações prontas para a colheita em uma época de fome, as casas, os templos e a própria planície na qual a civilização chinesa havia surgido milhares de anos antes. O resultado militar foi irrisório: os japoneses não tiveram perdas humanas e materiais significativas e continuaram nas áreas ocupadas, além de conseguirem avançar até Wuhan, capital do exército nacionalista até então¹³⁴², embora por outro caminho, tornando malograda a martirização de milhões de pessoas¹³⁴³. Embora não tenha sido a primeira vez¹³⁴⁴, o uso bélico do Rio Amarelo, símbolo e berço da civilização chinesa, foi visto não apenas como uma ultrajante violação contra a própria população, mas como uma heresia, por assim dizer, uma ofensa ao espírito do rio e, portanto, ao espírito da nação. Independente dos processos de secularização empenhados nestes tempos, a população chinesa manteve sua fé bastante orientada, como vimos, pelas relações entre sociedade e natureza. Por milhares de anos, dinastia após dinastia, os governantes tinham como fonte de legitimidade o controle sobre o rio¹³⁴⁵ e, geração após geração, súditos empenharam-se no trabalho sagrado de fazer a manutenção dos enormes diques que controlavam o fluxo das águas¹³⁴⁶. Assim, profaná-los foi possivelmente a ofensa mais grave que o Kuomintang cometeu contra o povo chinês.

¹³³⁹ As principais são: Henan, Zhongmou, Chenliu, Weishi, Qi, Yan Ling, Fugou, Taikang, Xihua, Shangshiu, Shenqiu, Anhui, Taihe, Mengcheng, Fuyang, Yingshang, Huoqiu, Fengtai, Huai Yuan, Wuhe, Anlai, Genyi, Jiangsu, Suqian, Shuyang, Huaian, Lianshui, Baoying, Donghai, Gaoyou, Yancheng, Pei e Yangzhou (Lary, p. 203, 2001).

¹³⁴⁰ Lary, p. 199, 2001.

¹³⁴¹ Lary, p. 205, 2001.

¹³⁴² Marks, p. 261, 2012.

¹³⁴³ Lary, p. 201, 2001.

¹³⁴⁴ No século XII, durante a guerra entre a dinastia Song e invasores bárbaros do Norte, os diques do Rio Amarelo foram rompidos por ambos os lados, fazendo com que a maior parte do fluxo das águas que, até então, corria para o norte, desviasse para o sul em 1194 (Marks, p. 236, 2012).

¹³⁴⁵ Segundo Robert Marks: “[...] os esforços chineses, desde pelo menos o período Zhou no século VIII a.C., tinham progressivamente construído diques no rio para prevenir enchentes e abrir terras para cultivo” (Marks, p. 236, 2012).

¹³⁴⁶ Lary, p. 192-193, 2001.

As imprensas chinesa e estrangeira na China cobriram esses desastres das primeiras décadas do século XX, momento no qual eram ressonantes uma para outra, no sentido de que, enquanto o jornalismo chinês passava por uma fase de intensa profissionalização com forte influência ocidental e japonesa, os jornais e jornalistas estrangeiros contavam em muito com a colaboração de seus colegas chineses para compreensão da língua e da cultura na qual estavam trabalhando e traduzindo os acontecimentos para o público ocidental¹³⁴⁷. Vale ressaltar, neste ponto, o polêmico aspecto da censura na China: primeiro que a censura só é polêmica para os olhos ocidentais, sendo parte constituinte do ambiente do jornalismo na China¹³⁴⁸ – e dos *media* como um todo – até os dias de hoje, de modo que neste período histórico que observamos, entre 1912 e 1949 não foi diferente, isto é, houve censura, embora ela tenha variado em fonte e intensidade conforme o contexto político: se no fim da dinastia Qing os jornais tiveram um papel sobressalente para a queda do regime em 1911, neste percurso a imprensa chinesa tornou-se aliada política do movimento revolucionário, logo, no período republicano, boa parte dela estava sob o patronato estatal e empenhava-se na construção de uma autodescrição nacionalista, enquanto qualquer oposição era sufocada pelo governo de Yuan Shikai¹³⁴⁹ (1912–1915), inclusive com o assassinato jornalistas importantes¹³⁵⁰; posteriormente, no entanto, houve um afrouxamento que permitiu a emergência de novas publicações alavancadas pelo movimento 4 de maio¹³⁵¹ que perdurou no período conhecido como a Era dos Senhores da Guerra (1916–1927), isto é, um período no qual os nacionalistas não tinham tanto poder local para regular

¹³⁴⁷ Nas palavras de Stephen MacKinnon: “O fluxo de influência entre os estrangeiros e os chineses foi em ambas as direções. A relação dos correspondentes ocidentais na China dependia fortemente de jornalistas chineses como fontes e funcionários. Poucos ocidentais falavam ou liam chinês, mas muitos tinham laços estreitos com seus homólogos chineses ao trabalharem juntos em publicações desenvolvidas em inglês, como *China Weekly Review*, *China Press*, *China Fórum*, *Shanghai Post* e *Mercury*, entre outras. [...] Em outras palavras, o jornalismo chinês moldou o ambiente que normalmente fornecia fontes chave das quais a reportagem ocidental e os jornalistas se basearam na China. No final, a relação entre a imprensa e os correspondentes ocidentais se tornou tão simbiótica que se torna impossível concluir quem influenciou quem mais. A relação foi simbiótica em outro sentido. Assim como acontece agora, a cobertura da imprensa ocidental sobre a visita de intelectuais e jornalistas chineses e as traduções de seus escritos empoderaram essas figuras em casa” (MacKinnon, p. 13-14, 1997).

¹³⁴⁸ MacKinnon, p. 18, 1997.

¹³⁴⁹ Segundo Stephen MacKinnon: “[...] o surgimento de uma imprensa popular independente nas cidades costeiras da China no início do século XX foi revolucionário em seu impacto na política chinesa, possivelmente tão revolucionário em suas consequências quanto a imprensa francesa nos eventos de 1789. Revistas como *Shibao*, de Liang Qichao, prepararam o cenário e definiram os objetivos da Revolução Republicana de 1911, que derrubou a dinastia. [...] Mas a Revolução de 1911 também reforçou a conexão entre a imprensa moderna e o poder político como parte do processo de construção do Estado. Como Yuan Shikai consolidou o poder depois de 1912, ele aterrorizou a imprensa de oposição, fechando vários periódicos e jornais. Na década de 1920, um modelo bolchevique de controle da mídia estava desafiando o modelo liberal anterior de liberdade de imprensa. Em outras palavras, uma vez no poder, os nacionalistas revolucionários chineses frequentemente trocavam a defesa da liberdade de expressão pela censura e propaganda pesadas” (MacKinnon, p. 4, 1997).

¹³⁵⁰ MacKinnon, p. 16, 1997.

¹³⁵¹ MacKinnon, p. 16, 1997.

publicações que eram então regradas com mais ou menos firmeza por governantes locais ao sabor de suas tendências políticas; com a virada anticomunista e com o estabelecimento de um governo unificado em Nanquim em 1927¹³⁵², Chiang Kai-shek manteve a prerrogativa da censura para os governos locais desde que, por óbvio, a imprensa não publicasse nada que endossasse o discurso de seus opositores¹³⁵³. Neste ínterim, no entanto, surgiu à esquerda um movimento jornalístico revolucionário que operava nos territórios ocupados pelos comunistas, ao mesmo tempo em que vários jornalistas desta vertente trabalhavam na imprensa, principalmente a estrangeira, situada em cidades dos portos do tratado. A partir da invasão japonesa em Xangai, centro das publicações no país, em 1937, tanto as lideranças nacionalistas quanto comunistas passaram a exercer maior pressão na imprensa de seus respectivos comandos, algo que perdurou até a guerra civil, aprofundando-se em seguida¹³⁵⁴. Vale lembrar também que a censura era imposta apenas aos jornais chineses, estando os estrangeiros, principalmente situados em cidades portuárias, fora da jurisdição do Estado Chinês e tinham, portanto, mais liberdade em suas publicações. Neste sentido, era comum que jornais chineses mais críticos ao Kuomintang se instalassem nessas áreas, principalmente em Xangai e Hong Kong, lugares que poderiam contar com a proteção estrangeira. Note-se também que, na década de 1930, o governo tinha problemas maiores para lidar do que ficar vistoriando a imprensa, assim que o afrouxamento da censura permitiu o aumento das publicações¹³⁵⁵.

A distinção entre a imprensa chinesa e a imprensa estrangeira se dava em outro aspecto importante: por uma lado, a imprensa estrangeira e jornalistas estrangeiros na China, que eram correspondentes do Ocidente, teceram nesses anos uma caricatura na qual a China passou a ser conhecida como a “Terra da Fome”, isto é, para a observação externa tanto os conflitos políticos quanto os desastres ambientais e a flagrante dificuldade do governo chinês em administrar os danos foram prejudicando a imagem da China no exterior, algo que, do ponto de vista chinês,

¹³⁵² Janku, p. 233, 2012.

¹³⁵³ Segundo MacKinnon: “O Guomindang e Chiang Kai-shek governavam grande parte do interior da China por procuração, por meio de senhores da guerra comissionados como generais e comandantes locais. Portanto, a censura à imprensa local era inconsistente e podia ser altamente idiossincrática, dependendo das preocupações do detentor do poder local. Por exemplo, entre 1930 e 1937, como governador da província de Shandong, o general Han Fuju permitiu que a imprensa tivesse relativa liberdade para criticar o governo de Nanjing, desde que se mantivesse anticomunista e promovesse a imagem do general Han como reformador. Em outro exemplo, ainda mais claro, em 1936-1937, a capital regional do Noroeste, Xi'an, tornou-se uma ilha de liberdade de expressão graças a Zhang Xueliang e Yang Hucheng, os dois senhores da guerra que controlavam a cidade. Zhang e Yang compartilhavam os sentimentos da imprensa local em apoio aos estudantes que protestavam contra a relutância de Chiang Kai-shek em lutar contra os japoneses” (MacKinnon, p. 7, 1997).

¹³⁵⁴ MacKinnon, p. 18, 1997.

¹³⁵⁵ MacKinnon, p. 7, 1997.

por óbvio, era causa de humilhação; por outro lado, a imprensa chinesa tinha um forte condão nacionalista e, embora pudesse fazer críticas à corrupção de agentes estatais, por exemplo, estava fortemente engajada na formação de uma unidade nacional que pudesse melhorar sua imagem para o mundo, neste sentido, deu bastante ênfase aos esforços para a redução de danos nos momentos de tragédia – que foram muitos nesses anos. Outra distinção relevante é a de que a imprensa chinesa estava inserida em uma tradição que reportava desastres sociais e ambientais desde pelo menos a dinastia Han e, ilustrativamente, a partir da obra de Zheng Xia (1074 d.C.) – considerando que os jornalistas chineses pegaram para si o papel dos antigos censores imperiais. Logo, a percepção sobre os acontecimentos trágicos do início do século XX certamente foi construída com relevante diferença entre profissionais chineses e estrangeiros. Isto é, por mais que os profissionais da imprensa ocidental tenham se empenhado em apropriar-se da tradição confucionista e tenham, pelo menos na aparência, incorporado a função do censorato, transparece nas suas reportagens algo de espetacular no relato das consequências das tragédias: da fome, das pessoas comendo folhas e cascas de árvores, da venda de crianças e assim por diante. Não que esses acontecimentos não sejam por si só repugnantes, mas do ponto de vista ocidental, eles passaram a ser relatados de forma estandardizada, particularmente através de fotografias que chocaram o Ocidente¹³⁵⁶ – um enquadramento típico, como já vimos, da imprensa britânica e estadunidense, principais atuantes externas na China neste momento. Os profissionais chineses, por sua vez, viam-se inseridos numa linha semântica cujo ofício literário correspondia à necessidade de relatar problemas e soluções em termos confucionistas, muito embora dentro de um contexto diverso em plena modernização, ou seja, eles faziam ver as tragédias e muitos evidenciaram a precariedade administrativa do Estado, mas através da expectativa de que soluções, estatais ou filantrópicas, seriam disponibilizadas e não sob a ótica paralisante do choque utilizada na imprensa estrangeira que publicava para o exterior. A partir da década de 1930, com o fortalecimento da frente comunista, a imprensa neste espectro tornou-

¹³⁵⁶ James Z. Gao dá vários exemplos sobre essa espetacularização do sofrimento na China pela imprensa ocidental, nas palavras dele: “Foram os fotógrafos ocidentais que começaram a fotografar o sofrimento social da China. [...] Gradualmente, a fome e os refugiados da fome na China atraíram sua atenção. Essas obras incluem imagens da peste e da fome da Manchúria (ou pneumônica) (1910) por John Zumbur; mulheres famintas no Sul da China (1913) pela missionária americana Nora N. Delienbeck; e as imagens de uma criança mineira (1925) e de um velho mendigo (1926) por Sidney D. Gamble. [...] Suas imagens apontam para a descrição ocidental da China como uma ‘terra de fome’ no início do século XX. [...] Em 1917, a revista *The American National Geographic Magazine* publicou duas fotos de refugiados chineses vítimas da fome e forneceu o primeiro relatório sobre fomes chinesas nos tempos imperiais [...]. Theodore H. White, da revista americana *Time*, e Harrison Forman, do *The Times* de Londres, tiraram fotos e comentaram que ‘não conseguiam olhar nos olhos das crianças famintas e desesperadas’. [...] As imagens ocidentais da China também incluíam mulheres com os pés amarrados, homens viciados em ópio e seu sistema legal bárbaro e cruel” (Gao, 2013).

se, evidentemente, cada vez mais crítica ao governo Kuomintang e sua incapacidade tanto em lidar com as questões ambientais quanto, posteriormente, com a invasão japonesa, mas, note-se, em nenhum momento descreveu o povo chinês numa lente vitimizada como faziam os ocidentais, isto é, embora pudesse evidenciar a martirização do povo chinês pela (má) condução política do Kuomintang, a retórica comunista era a de que a força da revitalização chinesa estava no povo, leia-se, no campesinato, parcela que mais sofreu com os desastres ambientais nestas décadas¹³⁵⁷. Como o interesse desta tese é observar a descrição dos riscos ambientais na opinião pública situada, sino-situada neste capítulo, darei mais atenção ao enquadramento típico da imprensa chinesa para observação interna, portanto.

Neste sentido, sobre as inundações de Tianjin de 1917, os jornais salientaram a urgência da ajuda e cooperação total para socorrer a população e fazer a manutenção do rio Hǎi Hé e seus afluentes. Em 25 de setembro de 1917, o Xīnwén Bào, jornal comercial de Xangai com tendências liberais¹³⁵⁸, chamou atenção para o desastre ambiental em Tianjin, salientando que casas e plantações foram perdidas e que a população precisava de ajuda imediata; assim, a matéria enfatizou que as autoridades locais estavam pedindo ajuda e esperando uma resposta do governo central, ao mesmo tempo em que apelou à população civil pelo envio de doações¹³⁵⁹. Em 16 de outubro de 1917, o Beijing Ribao, um jornal de Pequim, chamou atenção para o fato de que o nível da água em Tianjin continuava alto – tal qual salientei na descrição histórica acima, o território permaneceu encharcado por vários meses após a enchente – e que as autoridades locais haviam improvisado abrigos e estavam fornecendo alimento aos refugiados, mas que, no entanto, precisavam de reforços humanitários urgentes na forma de alimentos, roupas, cobertores e dinheiro, dada a alta demanda por socorro. Esta edição também salientou que as estradas que ligam Tianjin a Pequim estavam obstruídas pela água, inclusive a linha férrea, fator que estava dificultando a chegada de ajuda. A mobilização por socorro também foi evidenciada, tanto em relação ao fato de o governo central estar debatendo novos empréstimos que dessem conta dos reparos necessários dos diques do rio Hǎi Hé¹³⁶⁰, quanto ao envio de agentes públicos para o local, assim como em relação à arrecadação de doações movidas pela

¹³⁵⁷ Laughlin, p. 64, 2002.

¹³⁵⁸ MacKinnon, p. 19, 1997.

¹³⁵⁹ Xīnwén Bào, 25 de setembro de 1917, p. 2.

¹³⁶⁰ Esse tópico da comunicação jornalística é particularmente interessante porque evidencia a dependência econômica que a China enfrentava neste momento: o debate entre membros do corpo político, como relatado, girava em torno da questão sobre usar o dinheiro já disponível nos cofres públicos, que estava comprometido com dívidas com o exterior, ou fazer novos empréstimos para dar conta da demanda por reparos em Tianjin. A matéria indica que a segunda opção foi escolhida.

imprensa e por comerciantes¹³⁶¹. Embora insuficiente, a mobilização para ajudar Tianjin foi colossal, dadas as circunstâncias.

Pouco depois, entre 1920 e 1921, uma seca contundente assolou o Norte da China, como vimos, e mais uma vez a cobertura da imprensa foi intensiva e partiu do mesmo enquadramento sobre a tragédia: colocando em evidência a perda das colheitas, o grande número de refugiados e a urgência da necessidade de ajuda. Desta vez, o Xīnwén Bào, em uma matéria de 10 de outubro de 1920, chamou atenção para o fato de que não apenas Tianjin fora afetada, mas também Pequim, estendendo-se a seca também a todo o condado de Shandong, a sudoeste. O jornal evidencia também que “*as terras agrícolas estão secas e rachadas, sem condições de plantio*”¹³⁶². Nesta mesma edição, o Xīnwén Bào, mais uma vez, conclama a população civil para a ajuda humanitária e publiciza que os governantes locais novamente pediam ajuda do governo central para conter a crise. A matéria também relaciona a tragédia à agência do Céu, isto é, descrevendo-a como um sinal da natureza de que a sociedade estava desalinhada com o Tao. Por fim, vale ressaltar que a matéria relata que, com poços, lagos e rios interrompidos, a seca trouxe também doenças relativas à água contaminada¹³⁶³. Outro jornal, o Shishi Xinbao¹³⁶⁴, também conhecido como China Times, publicado em Xangai na mesma data, 10 de outubro de 1920, ressaltou que a seca já perdurava há vários meses em algumas regiões, impossibilitando a produção agrícola e levando a população à miséria e à migração forçada e, assim como o Xīnwén Bào, chamou a atenção para a propagação de doenças epidêmicas. Este jornal também fez coro à campanha de arrecadação de fundos e alimentos para a ajuda humanitária¹³⁶⁵. Em 17 de abril de 1921, o Shibao, um jornal de Xangai com tendência reformista moderada¹³⁶⁶, publicou, em um momento em que a seca se estendia já por um ano, uma extensa matéria com foco na precária situação da região de Henan, relatando que desde a primavera do ano anterior não chovia na região, que a terra estava seca e infértil e que, portanto, a população não tinha meios de produzir alimentos há um tempo razoável e padecia de fome pelas estradas, na tentativa de escapar da catástrofe¹³⁶⁷. Mais uma vez, as atividades beneficentes foram evidenciadas, inclusive na forma de uma lista de patrocinadores, acompanhada de um forte apelo pela mobilização estatal e civil

¹³⁶¹ Beijing Ribao, 16 de outubro de 1917, p. 2.

¹³⁶² Xīnwén Bào, 10 de outubro de 1920, p. 2.

¹³⁶³ Ibidem.

¹³⁶⁴ Este jornal, fundado em 1907, tinha condão reformista e constitucionalista.

¹³⁶⁵ Shishi Xinbao, 10 de outubro de 1920, p. 2.

¹³⁶⁶ Este jornal foi fundamental para a revolução de 1911, trazendo em suas publicações elementos reformistas e modernizantes (MacKinnon, p. 4, 1997).

¹³⁶⁷ Shibao, 17 de abril de 1921, p. 2.

para suplantar a crise humanitária que se alongava¹³⁶⁸. Ao fim desta mesma edição, o Shibao publicou um conjunto de fotos para sensibilizar a população:



Imagem 7: Shibao, 17 de abril de 1921, p. 14

Acima, o título “*A terrível situação do desastre em Henan é horripilante à vista*”, abaixo, as imagens de refugiados adultos, crianças e bebês em cestos à beira do caminho

¹³⁶⁸ Shibao, 17 de abril de 1921, p. 5.

reforçam a observação da calamidade; na legenda, pode-se ler algo como: *“Os refugiados do desastre em Henan, empobrecidos e desabrigados [...] carregando seus filhos, são obrigados a mendigar ao longo do caminho. Estas fotografias foram tiradas para registrar tal cena de sofrimento, na esperança de comover as pessoas de bom coração da sociedade para que ajudem no socorro a esses infelizes”*¹³⁶⁹. Note-se que, até agora, em todas as publicações que observamos, o enquadramento manteve-se no retrato das causas da tragédia como naturais e em parte eram, mas, ao mesmo tempo, tanto as inundações em Tianjin quanto a seca posterior poderiam ter suas consequências reduzidas e mesmo impedidas se, no primeiro caso, a manutenção do rio Hǎi Hé estivesse em dia e, no caso da seca, a fome não teria sido tão avassaladora se houvesse estoques de grãos abastecidos – como estiveram no auge do império chinês¹³⁷⁰. Em outras palavras, catástrofes ambientais não eram novidade na China, assim como, vale lembrar, tradicionalmente havia uma sapiência popular sobre o fato de a responsabilidade sobre as consequências dessas tragédias ser da ordem política. Mais uma vez, a mobilização filantrópica e governamental conseguiu reduzir os danos, mas o sofrimento permaneceu extenso e o número de mortes foi altíssimo. Para piorar, no correr dos meses seguintes ao socorro mobilizado, tornou-se evidente a corrupção local na distribuição da ajuda, ou ainda, as instituições filantrópicas perceberam que chefes militares e magistrados locais não eram confiáveis para recepcionar os insumos e distribuí-los de forma justa para a população. Assim, quando da seca subsequente, de 1928 a 1929, as associações filantrópicas – principalmente as estrangeiras – optaram pela ajuda na forma de alimentos e não de dinheiro. Ao mesmo tempo, enquanto nas campanhas anteriores os jornais colaboraram na propagação das campanhas humanitárias, entre 1928 e 1929, houve relutância, pois nada garantia que os insumos enviados não seriam usados à vontade pelos senhores da guerra locais. A imprensa estrangeira, por sua vez, enfatizou o fator da corrupção, acusando inclusive governadores de dificultar e sabotar a ajuda humanitária¹³⁷¹, o que faz sentido, uma vez que a região, além de sofrer com as questões climáticas, estava no centro das disputas políticas que tornavam o padecimento ainda maior:

¹³⁶⁹ Shibao, 17 de abril de 1921, p. 14.

¹³⁷⁰ Janku, p. 227, 2012.

¹³⁷¹ Nas palavras de Lillian Li: “Como em desastres anteriores, grupos em Xangai, assim como a imprensa de Xangai, se mobilizaram para arrecadar fundos para alívio da fome, alguns utilizando técnicas de fotojornalismo e panfletagem. No entanto, alguns jornais de Xangai hesitaram, pois sentiram que quaisquer contribuições para alívio da fome no Noroeste seriam usadas apenas para sustentar os soldados de Feng Yuxiang. A publicidade negativa sobre a interferência militar e política constituiu um problema tanto para a captação de recursos chinesa quanto internacional após 1920-21. Os jornais de língua ocidental na China cobriram as contínuas tragédias com manchetes impactantes. ‘Águas da Inundação Invadindo Shantung, 80 Milhas Quadradas, Um Pé de Profundidade a Cada Vinte e Quatro Horas; Perdas Enormes’, gritava uma manchete em 1925. No mesmo dia, no entanto, outro jornal escreveu um editorial, ‘A Tristeza da China e a Vergonha da China’, que afirmava: ‘Nem todas essas

Aqueles que não haviam fugido vendiam seus filhos, se pudessem. Como último recurso, o canibalismo foi praticado. A mendicância e o banditismo eram disseminados. Essas condições de pesadelo estavam diretamente relacionadas às batalhas entre Chiang Kai-shek e os senhores da guerra Feng Yuxiang, Yan Xishan, e outros, que impediram a ajuda de chegar às áreas mais necessitadas em Shaanxi e Henan. Não apenas os militaristas estavam preocupados com suas campanhas militares, mas o escasso suprimento de grãos era utilizado para alimentar primeiro os soldados. [...] Das noventa e duas províncias de Hebei afetadas pela fome em 1928, oitenta experimentaram atividade militar ao mesmo tempo. [...] Os esforços de ajuda, tanto chineses quanto estrangeiros, foram mais modestos do que antes, e a guerra e a agitação civil tornaram virtualmente impossível a entrega de ajuda, particularmente para o interior. O tráfego ferroviário da Manchúria, em particular, foi seriamente interrompido pelas rivalidades dos senhores da guerra.¹³⁷²

Embora o governo tentasse comunicar – com ajuda do Shēn Bào, alinhado ao Kuomintang neste momento – que estava empenhando-se em enfrentar o problema da fome, neste momento as atividades militares dominavam o cenário: enquanto pouco mais de 1 milhão de yuans foi dividido por oito condados, o investimento para o fortalecimento bélico foi de 23 milhões em 1928¹³⁷³, além de gastos contundentes para comprar a lealdade de líderes militares locais – só Feng Yuxiang recebeu dois milhões de yuans¹³⁷⁴, por exemplo. A economia não ia tão mal, com crescimento de 2% ao ano entre a 1ª Guerra Mundial e 1937¹³⁷⁵, a questão estava então na má distribuição da riqueza: enquanto os portos do tratado – cidades portuárias sob jurisdição compartilhada com estrangeiros¹³⁷⁶ – davam claros sinais de modernização e enriquecimento por meio do comércio e de uma indústria emergente, o interior padecia com os riscos ambientais e conflitos militares persistentes. Neste contexto, de amplas diferenças regionais, o público da imprensa e dos outros meios de comunicação de massa emergentes estava sobretudo nessas e outras cidades prósperas, de modo que é importante manter em vista que a descrição produzida pelos jornais sobre as catástrofes ambientais no interior era feita para um

calamidades estão além do controle humano’. Havia ‘alguns chineses de nobre espírito’, mas ‘o principal fardo da organização e distribuição de ajuda teve que ser suportado por estrangeiros, pois são tão indecentemente corruptos a maioria dos políticos e oficiais da China que poucos deles podem ser confiados com fundos para o socorro dos atingidos’. O mesmo editorial acusou o governador provincial de Zhili de tentar sabotar o trabalho da comissão do rio. O repórter do New York Times Hallett Abend criticou o governo de Nanjing por não agir de maneira eficaz, mesmo que a fome tivesse sido prevista por meses. O CIFRC estava alcançando apenas 175.000 de uma estimativa de 20 milhões necessitados. Diante de relatos sombrios de Gansu e Shaanxi, ‘Nanking não só está inativa, mas também está fazendo politicagem’. Cartazes e artigos de captação de recursos ainda eram ousados – ‘Fome: 10.000.000 Enfrentam a Fome na China. A Situação da China, a Oportunidade da América’ – mas foram menos bem-sucedidos do que em campanhas anteriores” (Li, p. 305, 2007).

¹³⁷² Lillian Li, p. 304, 2007.

¹³⁷³ Janku, p. 236, 2012.

¹³⁷⁴ Janku, p. 244, 2012.

¹³⁷⁵ Janku, p. 229, 2012.

¹³⁷⁶ Segundo Ruth Rogaski, nas cidades dos portos do tratado: “[...] A multiplicidade resultante de fronteiras, arquiteturas, políticas governamentais e interações entre chineses e estrangeiros incorporou a experiência única da China sob o imperialismo – ao mesmo tempo que não era uma colônia, mas ainda assim o local de múltiplos colonialismos” (Rogaski, p. 3, 2004).

público distante desses acontecimentos, pelo menos na maior parte do tempo¹³⁷⁷. Andrea Janku analisa, no contexto da seca de 1928, as publicações de dois jornais relevantes na opinião pública chinesa: o Shēn Bào, de Xangai, e o Dà Gōng Bào, de Tianjin¹³⁷⁸. Sua análise é reveladora em vários sentidos, o primeiro e mais importante deles, para o que nos atentamos nesta tese, é que ela demonstra a possibilidade da divergência de enquadramento e viés entre esses jornais, que nos indica que, apesar da censura tão enfatizada por acadêmicos ocidentais, neste momento havia sim na China uma opinião pública formada no sentido moderno do termo, isto é, enquanto criação de expectativas heterogêneas sobre quais soluções dar a determinados problemas, particularmente aqui ao problema da fome decorrente da seca. Segundo Janku, o Shēn Bào ignorou as questões ambientais e a fome dela consequente pelo menos até 1929, e isso devido ao seu alinhamento ao Kuomintang¹³⁷⁹. Neste sentido, este jornal acompanhou consistentemente em suas publicações a formação do novo Estado e, no que diz respeito à assistência social, o Shēn Bào evidenciou ao longo de 1928 as regulamentações instituídas e as verbas destinadas a esse setor, fazendo transparecer que o governo manejava competentemente a crise. Em setembro deste ano, o Shēn Bào transformou, retoricamente, a crise humanitária em um condado de Shandong causada pela seca, pela infestação de gafanhotos e inundações, em uma crise causada pela guerra, assim como tratou o problema como um evento isolado. Em outubro, fez o mesmo para a seca que assolava o sul de Shanxi¹³⁸⁰. O Shēn Bào estava mais preocupado neste momento em mostrar o serviço prestado pelo novo governo em operar a unificação política, melhorar as relações internacionais e manejar os conflitos internos remanescentes, de modo que as manchetes trataram, ao longo de 1928, de pautas da política institucional e da guerra¹³⁸¹. Foi apenas em setembro do ano seguinte, 1929, que o problema da seca tomou proporções nacionais, uma vez que Yu Youren, veterano revolucionário de prestígio, decidiu visitar sua terra natal, Shaanxi, para constatar por si próprio as mazelas da seca: ao voltar a Nanquim, ele tornou

¹³⁷⁷ Exceções podem ser concedidas a Tianjin e Pequim, por exemplo, que foram também assoladas por intempéries climáticas.

¹³⁷⁸ Ambos eram jornais relevantes na época, tanto em quantidade de circulação quanto na formação da opinião pública. Segundo Stephen R. MacKinnon: “[...] no início da década de 1930, o império de jornais e revistas Shēn Bào, de Shi, havia criado um sistema de transporte e entrega que cobria o delta do Yangtzé e aumentava a circulação diária para mais de 150.000 exemplares. O Da Gongbao de Zhang Jiluan (originalmente sediado em Tianjin) abriu filiais em todo o país” (MacKinnon, p. 9, 1997).

¹³⁷⁹ Nas palavras da autora: “Após o estabelecimento do governo de Nanquim, o Shēn Bào se via como um instrumento de construção nacional, apoiando incondicionalmente o novo governo” (Janku, p. 236, 2012).

¹³⁸⁰ Janku, p. 236, 2012.

¹³⁸¹ Janku, p. 238, 2012.

público o imenso número de mortes, a venda de mulheres e crianças¹³⁸² e até relatos de canibalismo¹³⁸³. Sua alta visibilidade ressoou nos meios de comunicação, de modo que, em outubro, um primeiro editorial foi publicado a respeito pelo Shēn Bào, apelando à caridade privada pelo levantamento de doações em socorro à população afligida no Noroeste¹³⁸⁴, seguido de outra matéria que chamava atenção para a situação em Henan, onde o suicídio foi relatado como a única saída para muitas pessoas. Ineditamente, o governo foi inquirido – *“Um governo que ignora quando seus compatriotas estão presos em um desastre e não estende a mão para ajudar não merece ser chamado de revolucionário”* – ao mesmo tempo, a matéria enfatizou a ação de “bandidos” na região que haviam queimado 50.000 casas e feito 5.000 pessoas reféns¹³⁸⁵. Ora, quem eram os bandidos e quem eram esses reféns? Segundo Janku, essa bandidagem, que apareceu em outros jornais até mais enfaticamente, correspondia a um quarto da população (faminta) e eram basicamente grupos, ocasionalmente liderados por mulheres, que estavam saqueando aldeias e cidades e suas vítimas eram sobretudo agentes estatais como chefes da estação ferroviária, dos correios e policiais¹³⁸⁶. Tratava-se, em suma, de insurreições germinadas pela fome. O Dà Gōng Bào, por sua vez, também se mostrou nesses anos bastante preocupado com a construção nacional, mas com publicações bastante diferentes das do Shēn Bào, em termos de enquadramento e, logo, da construção de expectativas sobre o problema da seca e da fome no Norte da China. Segundo Janku, desde o início da crise em 1928, o Dà Gōng Bào cobriu extensivamente a questão da seca e da fome, e sua cobertura partiu substancialmente daquela perspectiva confucionista, qual seja, de que desastres naturais por si só não causam tragédias, mas sim a má administração política dos riscos inerentes a eles. As matérias descreviam as causas naturais – *“nenhuma gota de chuva em três anos”*¹³⁸⁷ – mas responsabilizavam o governo pela fome, que poderia ser amenizada com uma resposta estatal adequada em relação à distribuição e transporte de alimentos, algo que só poderia ser feito pela logística do Estado. A causa da tragédia foi, neste sentido, descrita como incompetência do governo em fornecer soluções, não como uma tragédia ambiental. Incisivamente, um editorial recordou que a miséria produzida em tais circunstâncias tinha sido o estopim para a queda de

¹³⁸² Yu Youren chegou a afirmar que “tanto Feng Yuxiang quanto Yan Xishan lucravam com esse comércio, tributando-o”. Estima-se que, nesta época, mais de 400.000 crianças foram vendidas através da fronteira provincial para Shanxi (Janku, p. 249, 2012).

¹³⁸³ Janku, p. 249, 2012.

¹³⁸⁴ Janku, p. 239, 2012.

¹³⁸⁵ Janku, p. 240, 2012.

¹³⁸⁶ Janku, p. 245, 2012.

¹³⁸⁷ Janku, p. 241, 2012.

dinastias imperiais¹³⁸⁸. Outro artigo chegou a mencionar o princípio clássico de Mêncio (孟子), confucionista do século IV a.C., qual seja, que “*um verdadeiro rei não culpa o clima*”¹³⁸⁹, uma forma de abordar a crise que recorre à benevolência do líder político que tem a obrigação de prover o povo independentemente dos fatores externos da sociedade, sob a pena de perder a legitimidade. Para tais problemas, o Dà Gōng Bào dispôs soluções, todas razoavelmente centradas no que o governo poderia fazer, diferente do Shēn Bào que preferia apelar para a filantropia. O Dà Gōng Bào exigiu ao longo desses anos: financiamento específico para o problema da fome; planejamento para contenção dos riscos e socorro às vítimas; que este socorro deveria ter prioridade frente às obras públicas em andamento – como a construção de estradas, por exemplo – e, enfaticamente, que a ajuda humanitária deveria vir antes da atenção dada aos militares aos quais, como salientei anteriormente, era destinada grande parte da verba pública; sugeriu também o congelamento da dívida externa – proposta em endosso ao apelo feito e assinado por mais de vinte organizações beneficentes – e, finalmente, o Dà Gōng Bào também alertou para o fato de que o abandono do interior do país o deixava vulnerável ao banditismo e ao comunismo¹³⁹⁰. À sua maneira, o Dà Gōng Bào era também um jornal nacionalista, mas, diferente do Shēn Bào que professava isto pela propaganda do Kuomintang, o Dà Gōng Bào enfatizava que a construção nacional só seria possível dando prioridade ao povo, em outras palavras, nesta perspectiva a unificação do país só seria possível se o problema da fome e suas consequências fossem levados a sério.

Nos invernos de 1929 e 1930, a situação piorou muito, tanto devido à retomada da guerra civil em 1929 quanto à permanência da seca que entrava em seu terceiro ano consecutivo. Como disse anteriormente, neste momento as instituições filantrópicas internacionais estavam bastante desgostosas com o mau gerenciamento de suas doações devido à corrupção local; concomitantemente, um relatório publicado pela Cruz Vermelha Americana explicitou que a fome na China não se devia a causas naturais, mas aos intermináveis conflitos internos, ao banditismo e à corrupção, portanto, à incapacidade do governo de pôr ordem na casa, por assim dizer. Embora tenha sido contestado pela Comissão Internacional de Ajuda à Fome da China (CIFRC), o relatório teve um efeito retumbante no exterior, d’onde vinha boa parte das doações para ajuda humanitária¹³⁹¹. O Dà Gōng Bào publicou em série o relatório, na esperança de

¹³⁸⁸ Janku, p. 242, 2012.

¹³⁸⁹ Janku, p. 248, 2012.

¹³⁹⁰ Janku, 2012.

¹³⁹¹ Janku, p. 248, 2012.

mobilizar a opinião pública e, logo, alavancar expectativas sobre a ação do Kuomintang, enquanto o Shēn Bào não publicou uma única palavra sobre o debate¹³⁹². No sistema político, a bem da verdade, Chiang Kai-shek empenhava-se em cooptar a função da assistência social numa tentativa de criar mais autonomia em relação ao exterior, o que não foi possível e isto provou-se no desastre seguinte, nas inundações do Yangtzé de 1930-1931, quando o governo precisou apelar novamente pela ajuda da CIFRC¹³⁹³. Mas neste processo comunicativo algo interessante aconteceu: quando a assistência externa deu sinais de diminuição, começou a aumentar a mobilização nacional para o socorro às vítimas, sob o discurso de que os chineses residentes nas cidades mais afortunadas, que formavam o público majoritário dos meios de comunicação, tinham o dever moral de ajudar seus compatriotas do interior lastimado. Note-se que, pelo menos desde as tragédias de 1870, o público urbano estava acostumado às campanhas humanitárias e a observar as catástrofes, ambientais e bélicas, à distância a maior parte do tempo¹³⁹⁴. Quando Tianjin, uma cidade portuária importante, foi assolada pela enchente em 1917 e a seca de 1921 atingiu todo o país, foi grande a mobilização filantrópica – interna e externa – assim que, segundo Janku, quando da seca de 1928-1930, o público parecia farto desse tema, ao mesmo tempo em que a unificação política sob tensão permanente capturava quase toda a atenção da opinião pública. O interessante da seca e suas consequências neste momento, particularmente o mal-estar com as associações internacionais, é que ela criou um novo senso de urgência nacional. A oposição entre as cidades ricas e o campo miserável transformou-se, principalmente na retórica do Dà Gōng Bào, na motivação para a união. Eventos beneficentes borbulharam, celebridades juntaram-se às campanhas e, enquanto as contribuições chinesas em doações para a CIFRC em 1920-1921 eram de 25%, em 1928-1929 elas foram de 75%, e as estrangeiras diminuíram em 45%¹³⁹⁵.

Pouco depois, infelizmente, campo e cidades seriam unidos por uma das maiores catástrofes ambientais da história humana: as inundações de 1931, que submergiram não apenas os campos às margens do Yangtzé e outros afluentes¹³⁹⁶, mas se estenderam sobre Wuhan, Nanquim, Sichuan, Nanchang e Changsha, dentre outras cidades importantes. Um território de 180.000 km² foi unido pela água: de Sichuan, no Sudoeste, até o delta do Yangtzé a 2.000 km

¹³⁹² Janku, p. 247, 2012.

¹³⁹³ Janku, p. 247, 2012.

¹³⁹⁴ Janku, p. 234, 2012.

¹³⁹⁵ Janku, p. 253, 2012.

¹³⁹⁶ Segundo Chris Courtney: “[...] A zona central do desastre não se limitou ao Médio Yangzi, mas também incluiu o Rio Huai, o Rio Amarelo e o Grande Canal, com pequenas inundações relatadas tão ao sul quanto o Rio das Pérolas e tão ao norte quanto os Rios Songhua e Yalu” (Courtney, p. 71, 2017).

de distância, onde o rio deságua no Mar da China Oriental¹³⁹⁷. Não só cidades e campo se tornaram um *continuum* com as enchentes, como as zonas urbanas foram invadidas pela natureza (selvagem). Nos cinemas parcialmente submersos de Wuhan, as pessoas¹³⁹⁸ viam os filmes ao lado de patos e outros animais aquáticos¹³⁹⁹. Neste episódio catastrófico a natureza interagiu com elementos da modernidade emergente: postes elétricos foram levados pela água causando acidentes e matando, por choque, dezenas de pessoas de uma vez; produtos químicos de fábricas foram espalhados pela água trazendo novos riscos para saúde humana e ambiental¹⁴⁰⁰; objetos carregados pela enchente chocaram-se contra uma reserva de petróleo causando um incêndio de grandes proporções¹⁴⁰¹; as cidades que baseavam sua logística de distribuição de recursos e informações em trens, aviões, automóveis, telégrafos e correios viram-se, de repente, sem nenhum desses meios, o que agravou a crise já que alimentos e outros insumos não podiam ser transportados, assim como as comunicações capazes de organizar o conhecimento e a disposição de soluções para a crise tornaram-se lentas. Em outras palavras, a inundação de 1931 constituiu-se como o primeiro grande desastre ambiental moderno na China não apenas pela forma como suas consequências entraram na comunicação política, sanitária e na descrição dos *media*, mas porque pela primeira vez essas comunicações precisaram observar os riscos agregados pelas novas tecnologias em uma situação de crise ambiental. Se antes a descrição da imprensa, majoritariamente sediada em grandes cidades, era feita à distância, neste caso ela foi feita muitas vezes *in loco*: embora em vários locais a própria imprensa e seus equipamentos tenham sido afetados pela água, jornais das cidades dos portos de tratado, como o Zhōngyāng Rìbào e Shēnghuó de Xangai e Dà Gōng Bào de Tianjin, enviaram seus profissionais para observar de perto a tragédia¹⁴⁰², assim como alguns jornais de áreas afetadas, como o Wǔhàn Rìbào, continuaram publicando. A ressonância das publicações nas áreas afetadas permaneceu, no entanto, restrita às classes abastadas e aos estrangeiros, com maiores chances de sobrevivência e possibilidade de ler jornais em meio ao caos instaurado e persistente por meses. Antes de adentrar nessas descrições feitas pelos *media* é importante ressaltar que o evento foi uma convergência de fenômenos climáticos extremos com a negligência do governo Kuomintang, que transformou a questão ambiental em uma questão militar, antecedida pelo desmazelo na

¹³⁹⁷ Courtney, p. 5-6, 2018.

¹³⁹⁸ Note-se que o cinema era um entretenimento das classes baixas (Kerlan-Stephens, p. 191, 2020).

¹³⁹⁹ Courtney, p. 135, 2018.

¹⁴⁰⁰ Courtney, p. 138, 2018.

¹⁴⁰¹ Courtney, p. 121, 2018.

¹⁴⁰² Courtney, s.d.

manutenção dos diques tanto pelo governo central quanto pelos governos locais, focados na implementação de outras (novas) tecnologias de urbanização. Isto é, foi uma catástrofe ambiental com causas naturais e sociais cujas consequências levaram a uma catástrofe humanitária em larga escala que, por sua vez, foi administrada violentamente. A temporalidade da crise demonstra que muito poderia ter sido feito para evitar sua escalada. O inverno de 1930 foi bastante frio, fazendo acumular neve nas montanhas do Oeste; quando chegou a primavera, a neve derreteu e juntou-se às primeiras chuvas intensas sobre o Yangtzé, que começou, então, a subir o nível lentamente. Quando chegou o verão, sete tempestades caíram sobre o vale do rio durante o mês de julho. Essa alta frequência e intensidade de precipitações perduraram por todo o verão. No início de agosto, a água alcançou Sichuan e desceu para Hubei e Hunan, chegando a Wuhan apenas em 19 de agosto. A este ponto, a cidade já estava repleta de refugiados rurais que haviam migrado em busca de socorro e estadia sobre um chão seco¹⁴⁰³. Depois, a enxurrada seguiu para Jiangxi e só foi atingir Nanquim em 16 de setembro¹⁴⁰⁴. Mesmo sem uma ciência meteorológica avançada, por meses houve evidências que antecederam o auge da tragédia, mas que foram completamente ignoradas até que quase nenhum empenho de mitigação pudesse ser feito. Em 3 de setembro, quando a água havia acabado de chegar com força no Lago Poyang em Jiangxi, o Zhōngyāng Ribào, veículo oficial do Kuomintang¹⁴⁰⁵, publicou em sua página de capa a seguinte imagem:

¹⁴⁰³ Courtney, p. 200, 2018.

¹⁴⁰⁴ Courtney, p. 5-6, 2018.

¹⁴⁰⁵ E, portanto, sediado em Nanquim neste momento.



Imagem 8: Zhōngyāng Ribào, 3 de setembro de 1931

Nela podemos ver que, alarmantemente, as inundações atingiram centros urbanos: atrás, postes ligados por fios elétricos são ilustrados com uma leve inclinação, ao fundo, o topo de um muro revela a altitude d'água, um homem num telhado pede socorro ao lado de uma pessoa desfalecida, enquanto, abaixo, uma mulher se afoga e outro homem agarra-se a uma tábua. Acima se lê a chamada: *“Cena de sofrimento dos refugiados – impossível conter as lágrimas”*; seguida das frases: *“Devemos apenas assistir em silêncio à morte por afogamento e ferimentos?”* e *“Como podemos ficar sentados enquanto nossos filhos sofrem?”* Abaixo da imagem, um apelo por socorro: *“Esperamos que você envie ajuda urgente do Norte para salvar nossas crianças”* e *“Todos devem liderar os esforços provinciais e nacionais de socorro”*. Na primeira página, o jornal traz um relato sobre as áreas atingidas: Hubei, Hunan, Anhui e Jiangxi estavam debaixo d'água, plantações haviam sido perdidas nessas províncias, inflacionando o preço dos alimentos, quando e onde os havia. A matéria enfatiza que o governo central havia enviado ajuda, mas que, dadas as proporções da tragédia, não conseguiria atender a todos os necessitados. A questão sanitária também se mostrou relevante: o consumo de água insalubre, contaminada com dejetos orgânicos e industriais, assim como a proliferação de mosquitos, podiam ser fontes de doenças letais, de modo que a ocorrência de disenteria e cólera foi relatada

com preocupação. Vale lembrar que era verão e no Sul da China costuma fazer muito calor nessa época do ano. Neste sentido, apesar das chuvas e do rodeio das águas, a temperatura manteve-se alta na região, demandando maior hidratação por parte das pessoas e facilitando a proliferação de insetos. No mesmo jornal, outra matéria menciona o fato de estradas e pontes estarem obstruídas, assim como as linhas de trem, porquanto a chegada de socorro estava difícil, para não dizer impossível. Na mesma edição, pede-se a colaboração de todos através de doações de alimentos: principalmente arroz, remédios, tendas e dinheiro – como esses itens básicos chegariam à região, o jornal não explica. Essa edição do Zhōngyāng Rìbào é um ótimo exemplo para analisar o enquadramento descritivo adotado pelos adeptos ao regime político vigente: em primeiro lugar, observamos a atribuição das causas do desastre à natureza e a nada mais; depois, o elogio à mobilização estatal que, no que indica a descrição, estava a fazer de tudo a seu alcance para diminuir os novos riscos decorrentes da inundação e, por fim, mais uma vez o pedido de ajuda humanitária distribui a responsabilidade sobre as consequências da crise, que só havia começado. Dez dias depois, em 13 de setembro de 1931, o Zhōngyāng Rìbào publicou três matérias atualizando a situação. Na primeira delas, temos um relato de expedição governamental para inspecionar a região de Jiangbei, onde, segundo o jornal, as cidades de Gaoyou e Shaobo foram as mais afetadas. Ao lado da matéria, uma série de fotografias ilustra a devastação. Em uma delas, é possível ver a cidade de Gaoyou quase completamente submersa pela água:



Imagem 9: Zhōngyāng Rìbào, 13 de setembro de 1931, p. 6

Para contextualizar, na legenda da foto se lê: “*O Dique em Gaoyou antecipou o desastre: ondas gigantescas colidiram violentamente contra ele, reduzindo-o a ruínas*”. Na matéria, a descrição enfatiza que alimentos haviam sido entregues à população, mas que era difícil encontrar lenha para cozinhá-los e ainda:

Embora agências governamentais e organizações de caridade forneçam ajuda emergencial, a área do desastre é tão vasta e as vítimas são tantas que é difícil chegar a todos. Ao longo do caminho, visitei e descobri que algumas pessoas só faziam uma refeição por dia, outras só comiam um ou dois bolos mofados por 28 yuans e algumas até ficavam sem comida o dia todo.¹⁴⁰⁶

O valor de 28 yuans por dois bolos é indício de uma hiperinflação no preço dos alimentos, principalmente de alimentos prontos para o consumo, uma vez que não havia condições para o cozimento. O relato continua em outra matéria anexa:

Naquela noite, retornamos a Yangzhou e passamos a noite lá. Chegamos a Suojiajiang esta tarde. Descobrimos que a área ao redor de Dongtai, nos condados de Xinghua e Taishan, havia se transformado em um lago. Antes de chegarmos à área do desastre, quase suspeitamos que os documentos e telegramas relatando o desastre eram extravagantes demais. Mas quando vivenciamos essa situação pessoalmente, sentimos que os documentos e telegramas não descreviam a verdadeira situação. A maior parte da comida pronta enviada de longe estava mofada e podre, mas se comida crua fosse enviada, não haveria lenha seca para cozinhar. Se o dinheiro fosse enviado para assistência, não haveria como comprar arroz e trigo. Nessa situação, parecia que a assistência era necessária, mas as compras não podiam ser feitas. Aqueles que haviam recebido assistência estavam preocupados que as mercadorias não pudessem chegar [...]¹⁴⁰⁷.

Essa matéria reflete uma situação de imobilidade na qual, como bem salientou Chris Courtney em seu amplo estudo sobre esse desastre, muitas vezes as pessoas foram vistas paralisadas em uma letargia de quem espera pela morte ou por um milagre¹⁴⁰⁸, enquanto muitas outras suicidaram-se¹⁴⁰⁹. Em outras palavras, conforme a enchente avançava sobre as cidades e tornava o transporte obsoleto e a comunicação improvável, muito pouco se podia fazer. As pessoas encontraram-se entre a resignação e o desespero. O Zhōngyāng Rìbào persistiu, no entanto, em ressaltar que o governo havia enviado ajuda sob a forma de comida e de medicamentos, além de organizar os (primeiros) campos de refugiados – que se tornaram, posteriormente, em verdadeiros matadouros humanos.

¹⁴⁰⁶ Zhōngyāng Rìbào, 13 de setembro de 1931, p. 6.

¹⁴⁰⁷ Zhōngyāng Rìbào, 13 de setembro de 1931, p. 6.

¹⁴⁰⁸ Courtney, p. 149, 2018.

¹⁴⁰⁹ Segundo Courtney: “Houve inúmeras descrições de pessoas cometendo suicídio durante a enchente. A Dong descreveu como um marido e uma esposa que perderam todos os seus filhos na correnteza se tornaram tão perturbados que se afogaram. Um correspondente estrangeiro escreveu que, apesar das proibições culturais, ‘em todos os lugares se via [pessoas] se matando desesperadamente e apaticamente’. Embora isso fosse sem dúvida um exagero, epidemias de suicídio não eram desconhecidas na China” (Courtney, p. 150-151, 2018).

Em outubro, a revista Liángyǒu Huàbào, de Xangai, publicou em duas páginas imagens de Hankou, em Wuhan, como se observa abaixo. Na sequência, da esquerda para a direita e de cima para baixo, dizem as legendas: 1) Hankow em estágio inicial de inundação; 2) Uma vasta extensão de água diante da Alfândega de Kiangnan; 3) O prédio da Prefeitura de Hankow coberto com água a mais de 6 metros de profundidade; 4) Buracos feitos nas paredes para escapar quando a água está subindo até o andar de cima; 5) Construindo um dique na estrada para parar a água; 6) Entrada do Parque Chung Shan quase debaixo d'água; 7) Filho e mãe escapando do perigo em uma jangada de bambu; 8) Toda a família buscando refúgio em outro lugar; 9) Sociedade de Assistência às Vítimas da Inundação de Hupeh; 10) Policial controlando o trânsito; 11) Distribuindo pão entre os necessitados por uma instituição de caridade; 12) Sofredores em perigo precisam de alívio; 13) A Barragem de Chang Kung com o rio Yangtzé à direita e Hou Hu à esquerda; e 14) O dique de Chang Kung, do qual depende o destino de Hankow.

水災

想此災刊多照到本所爲省今
其可憐漢茲片此報未空大年
他推觀口專極項收有兩水各

FLOODS IN HANKOW



(啓新攝)

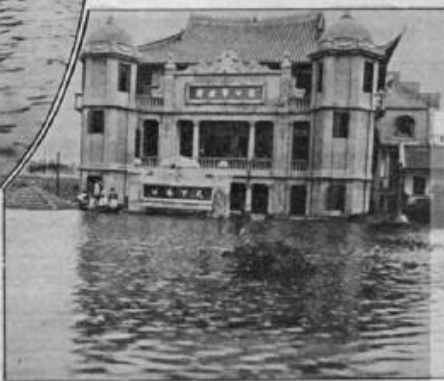
洋汪片一前關漢江
A vast expanse of water before
the Kiangnan Custom House



(館照啓)
攝相新

尺七丈一深水府政市口漢

(攝英黃) 形情時漲初潮水路馬口漢：分不陸水
Hankow in early stage of inundation



The Hankow
Municipality
building covered
with water over
20 feet deep



(攝英黃) 出逃壁穿民居樓上淹水
Holes made in walls for escape when
water is rising up to the upper story



攝其(形衛堤口中泛江)
(明朱)情防築路深潮
Building dike across road to stop water

漢口全市盡成澤國右側爲中山公
園前門幾被淹沒 (朱其明攝)

Entrance to Chungshan
Park almost under water





(攝明其朱) 難逃母推子筏成竹扎
Son and mother escaping from danger on bamboo raft



(攝新啓) 狀慘之難逃等人家暨女子母父
Whole family seeking refuge elsewhere

Hupei Flood
Relief Society

Policeman controlling
road traffic



英(警交中馬水)
攝黃察通之路淹



Distributing bread
among sufferers by
charitable institution

湖北水災急賑會 (潘毅攝)



(攝英黃) 民災之濟救待亟
Sufferers in hard need of relief



攝其(情取)先民時麵施模慈
(明朱)形之索爭隨包捨關善

Chang Kung's Embankment with the
Yangtze river on the right and
Hon Hu on the left



Chang Kung's Embankment on which the fate of Hankow depends

張公堤——該堤為前清張之洞
所築以禦長江水患上開
堤右為長江堤左為後湖水平
線相差十餘尺最近此堤潰決
遂成鉅災(林俊明攝)

Várias dessas imagens podem ser analisadas à luz da descrição de Chris Courtney e outros autores sobre as relações estabelecidas em Wuhan durante a crise humanitária sob as inundações. Vou elencar algumas delas. Um primeiro elemento, comum a algumas dessas imagens, é a diferença entre as classes sociais afetadas, isto é, enquanto os mais pobres precisavam improvisar jangadas de bambu ou de resíduos de madeira para se locomover pela cidade, pessoas ricas ostentavam embarcações muitas vezes importadas para esse propósito¹⁴¹⁰. O acesso à alimentação foi difícil apenas para os primeiros, enquanto os segundos queixavam-se de não ter mais à mão seus refrescos gaseificados típicos do consumo veranil. O Clube de Corrida continuou a funcionar e refugiados aglomeraram-se nas arquibancadas enquanto os cavalos nos estábulos ao lado eram muito bem tratados. Com o passar do tempo, esses refugiados tornaram-se um incômodo e foram expulsos¹⁴¹¹. Como se observa em várias imagens da Liángyǒu Huàbào, de certa forma a rotina urbana parecia prosseguir normalmente. Anne Kerlan-Stephens menciona dois cinejornais produzidos por empresas ocidentais mostrando esse tipo de cena: os trabalhadores continuaram em seus ofícios, empurrando mercadorias em cestos flutuantes ou puxando riquixás para transportar pessoas abastadas¹⁴¹², tal como nas imagens acima. Na imagem 10, observa-se que policiais passaram a fazer a guarda suspensos em caixotes que, segundo Courtney, logo tiveram que ser substituídos por árvores conforme a água subia¹⁴¹³. O Parque Chung Shan ou Parque Sun Yat-sen voltou a ser o pântano que era antes de sua construção e tornou a hospedar espécies selvagens, que logo compartilharam o espaço com refugiados que procuraram abrigo ali. Por ser um símbolo da modernidade, os refugiados que se instalaram no parque não foram por muito tempo tolerados e foram logo evacuados¹⁴¹⁴. É interessante observar que o acontecimento da enchente em tão grande proporção gerou paradoxos entre sociedade e natureza, aproximando-os de certa forma e, simultaneamente, forçando uma reorganização social de modo a manter a distinção. Há registros fotográficos produzidos por Xie Qianmao¹⁴¹⁵ que evidenciam esse paradoxo. Xie foi um jornalista de Wuhan que se tornou refugiado e produziu a mais profícua monografia sobre o caso¹⁴¹⁶. Nela, Xie

¹⁴¹⁰ Courtney, p. 133, 2018.

¹⁴¹¹ Courtney, p. 147, 2018.

¹⁴¹² São eles o British Movietone e Gaumont Pathé (Kerlan-Stephens, p. 211, 2020).

¹⁴¹³ Courtney, p. 133, 2018.

¹⁴¹⁴ Courtney, p. 2, 2018.

¹⁴¹⁵ Segundo Courtney: “O jornalista de Wuhan, Xie Qianmao, por exemplo, descreveu o ceticismo de um refugiado quando solicitado a acompanhar um oficial a um campo de refugiados. ‘Você veio para nos enganar, não é? Você diz que nos dará três refeições, talvez nem nos dê uma’. Tal desconfiança era frequentemente bastante razoável, pois Xie também forneceu inúmeros relatos de soldados abusando de suas posições e até mesmo infligindo violência contra refugiados” (Courtney, p. 78, 2017).

¹⁴¹⁶ Intitulada “Yi jiu san yi nian Hankou dashui ji” [A Grande Inundação de Hankou em 1931].

descreve as situações engendradas pela enchente do ponto de vista de quem a experienciou, sem, contudo, abrir mão de relatar as relações sociais relevantes instauradas pela crise, sobretudo as estabelecidas entre refugiados, instituições filantrópicas e Estado. Sobre a normalização das situações incomuns, há uma fotografia que ilustra bem as soluções encontradas em Wuhan para manter a cidade em movimento:



Imagem 12: A Ponte de Madeira no Cruzamento da Estrada Norte¹⁴¹⁷

Como se observa, pontes de tábua e resíduos de madeira foram construídas para permitir a passagem de pedestres, abaixo das quais passavam barcos com passageiros. Há, no canto superior esquerdo, um trabalhador parcialmente submerso puxando um riquixá ocupado por algum membro abastado da sociedade. Tudo isso nos mostra que o espaço urbano invadido pela água foi rapidamente adaptado pelas relações sociais já estabelecidas. O paradoxo formado entre a proximidade física e a distinção autopoiética não desorganizou as relações sociais, embora tenha subvertido situacionalmente a forma pela qual operavam, tal como na situação na qual policiais faziam a patrulha de cima das árvores. Chris Courtney chama atenção para o fato de que nem tudo foi sobre desespero e miséria, crianças e adultos aproveitaram momentos lúdicos em sua relação com a água, nas palavras dele:

Entre os festeiros estavam as crianças de Wuhan, que transformaram as ruas inundadas em um parque aquático. Para o desgosto da polícia local, que fazia o possível para tirar

¹⁴¹⁷ Xie, p. 21, 2006.

as pessoas da água fétida, os jovens nadavam e flutuavam em baldes de madeira, aparentemente alheios aos perigos. No norte da cidade, onde a água estava menos poluída, os adultos mergulhavam, nadavam e faziam passeios para explorar o lago inundado, devorando piqueniques de peixe ao longo do caminho.¹⁴¹⁸

Ao mesmo tempo que reinou por algum tempo a subversão da estrutura física da cidade, a adaptação humana e social precisou estabilizar o paradoxo produzido pela enchente. Wuhan já era, nessa época, iluminada por eletricidade e voltou, portanto, a ter noites escuras¹⁴¹⁹; as pessoas sofreram de náusea por passar semanas em meio d'água¹⁴²⁰, outras fizeram caixões de barco¹⁴²¹ e muitas montaram acampamento no telhado das casas¹⁴²². Corpos humanos e animais flutuaram juntos por semanas sem poder ser devidamente enterrados, já que não havia por onde¹⁴²³. Em suma, a situação de Wuhan no segundo semestre de 1931 é uma evidência histórica de que a autopoiese da sociedade é suficientemente resiliente para permanecer em regimes de catástrofes climáticas, mas que, ao mesmo tempo, esses riscos podem aumentar e tornar-se rapidamente em perigo se a adaptação produzida não considerar alterações estruturais, particularmente políticas e econômicas. Foi o que aconteceu: a desigualdade social garantiu a sobrevivência dos que tinham recursos, enquanto os que tinham pouco antes da tragédia ficaram sem nada e diretamente suscetíveis aos novos riscos emergentes, isto é, à fome e às doenças; enquanto o sistema político, por sua vez, decidiu administrar a crise mais pela violência do que pela assistência, convertendo-se ele próprio num risco para a população que se tornara refugiada.

É sobretudo notável que as descrições, tanto da Liángyǒu Huàbào quanto dos jornais na época, tenham focado nas consequências sociais da tragédia e, paradoxalmente, tenham mantido silêncio sobre as desigualdades inerentes a essas consequências. Em outras palavras, a desigualdade social foi observada de forma naturalizada, ao mesmo tempo em que campanhas de doação acompanharam praticamente toda a descrição do período. A responsabilidade humana sobre os riscos não foi sequer mencionada, isto é, na perspectiva da imprensa da época, o desastre teve causas puramente naturais. Isso pode ter relação com a censura ou mesmo com o condão nacionalista que norteava as descrições, mas é sobremaneira contraditório com a comunicação que circulava entre as classes populares, que atribuíam claramente as causas à má governabilidade e, de forma bastante supersticiosa, à secularização imposta neste período pelo

¹⁴¹⁸ Courtney, p. 134-135, 2018.

¹⁴¹⁹ Courtney, p. 136, 2018.

¹⁴²⁰ Courtney, p. 131, 2018.

¹⁴²¹ Courtney, p. 133, 2018.

¹⁴²² Courtney, p. 222, 2018.

¹⁴²³ Courtney, p. 128, 2018.

Kuomintang. Segundo Chris Courtney, a população chinesa tinha uma etnometeorologia própria para descrever fenômenos naturais extremos: a partir de uma perspectiva politeísta que amalgamava crenças populares diversas, as manifestações naturais eram observadas como respostas de entidades míticas às ações da sociedade e, como já vimos, correspondiam a um desalinhamento com o Tao. Não raras vezes, episódios de desastres naturais levaram à fome e a rebeliões, já que, não custa lembrar, a legitimidade dos governantes dependia em muito da administração desses desastres. No caso das enchentes, um acontecimento em Wuhan desencadeou uma onda de manifestações fundamentadas em superstições desse tipo: em 1930, o governo provincial demoliu o Templo do Rei Dragão para construir uma estrada¹⁴²⁴. Embora empreitadas desse tipo estivessem acontecendo por toda a China desde o início do século, com a modernização alavancada pelo movimento reformista e depois revolucionário, a demolição do templo em Wuhan foi diretamente associada à tragédia subsequente. Isso porque os dragões, na perspectiva religiosa chinesa, são entidades que vivem na água – como observamos n'As Composições de Chu – e voam para o céu produzindo nuvens com seu afluxo¹⁴²⁵. Para a cosmovisão chinesa desta época, os dragões eram reais, empiricamente reais, isto é, há relatos de avistamentos coletivos de dragões¹⁴²⁶, seus ossos eram usados na medicina e sua anatomia é descrita em muitos documentos oficiais¹⁴²⁷, isto é, eles faziam parte do mundo natural. Enquanto entidades, são muito anteriores ao taoísmo e ao budismo, remontam a pelo menos 6.400 anos¹⁴²⁸, mas, na época da dinastia Han Oriental (25 d.C. a 220 d.C.), foram assimilados por essas religiões sob a forma de reis dragões que governavam os espaços naturais aquáticos: todo mar, todo lago, todo rio era governado por um rei dragão. Como criadores das chuvas, os dragões estão fortemente conectados com as culturas de arroz do Sul da China, assim como são venerados ao Norte em períodos de seca, ou seja, são parte constituinte da semântica da natureza chinesa. Yu, o Grande, uma figura mitológica que teria fundado a dinastia Xia (2070 a.C. a 1600

¹⁴²⁴ Courtney, p. 101, 2018.

¹⁴²⁵ Courtney, p. 95, 2018.

¹⁴²⁶ Elvin, p. xx, 2004.

¹⁴²⁷ Yang; An; Turner, p. 102, 2005.

¹⁴²⁸ Segundo Lihui Yang, Deming An e Jessica Anderson Turner: “A figura do dragão apareceu dentro dos limites modernos da China há pelo menos 6.000 anos. Em 1987, nas ruínas do cemitério de Xishuiipo, no Condado de Puyang, na Província de Henan, figuras de um dragão e de um tigre foram descobertas em uma tumba. Ambos eram feitos de numerosas conchas. O dragão media 1,78 metros (quase 6 pés) de comprimento e 0,67 metro (2,2 pés) de altura. Com mais de 6.400 anos, é a imagem mais antiga de um dragão descoberta na arqueologia chinesa. Assim, é amplamente conhecido pelo título de “o Primeiro Dragão da China”. Em outro projeto arqueológico, um dragão de jade enrolado foi descoberto, datando de cerca de 5.000 anos atrás. Este dragão foi encontrado nas relíquias da Cultura Hongshan (que estão localizadas principalmente na área entre o moderno Inner)” (Yang; An; Turner, p. 100, 2005).

a.C.), tornou-se o primeiro domador de dragões, controlando as inundações ao abrir canais que desaguavam no mar. Mestres hidráulicos que estudavam e projetavam a contenção e a distribuição da água na China passaram a ser venerados lado a lado com os dragões, compartilhando a agência sobre as águas e, como esta era a principal condição para prosperidade agrícola, os dragões foram sendo assimilados como símbolos do Estado, culminando na dinastia Song (960 a 1279) que os incorporou à sua indumentária, enfeitando roupas, bandeiras e tronos¹⁴²⁹ – símbolo a partir de então vetado às classes subalternas, sob pena de morte¹⁴³⁰. Com o tempo, os dragões foram sendo acoplados da religiosidade pelo âmbito político: tornou-se difícil adorar dragões sem adorar o próprio imperador, ao mesmo tempo que este, assim como governantes provinciais, tinha importante participação nos ritos de celebração aos seus dragões locais¹⁴³¹. À luz dessas informações, não fica difícil compreender por que a demolição do templo em Wuhan foi relacionada à inundação subsequente. Na perspectiva popular, os governantes falharam não apenas por não priorizar a manutenção dos diques – algo que simbolicamente seria como domar os dragões dos rios Yangtzé e Han – mas mais que isso, cometeram uma falta grave destruindo o templo. A contradição entre secularização e religiosidade vinha se construindo na China desde pelo menos 1870, com aquela primeira onda reformista de que falei anteriormente. Essa contradição era também uma contradição entre classes sociais, isto é, no empenho da elite intelectualizada em modernizar a China, templos foram transformados em escolas, por exemplo, e, sob o Kuomintang em 1928, uma série de leis passou a proibir práticas religiosas milenares muito difundidas entre a população¹⁴³². Legislar costumes é uma prática que quase nunca funciona ou, pelo menos, demora a funcionar, de modo que cinco décadas de processos modernizantes não surtiram qualquer efeito sobre a realidade dos dragões para o povo chinês. Pelo contrário, processos de modernização operados pelo sistema político, de cima para baixo, por assim dizer, foram vistos por religiosos como um risco oriundo principalmente das observações sócio-terranas politicamente produzidas. Este pode ser um indício da diferenciação funcional na China, ou seja, a partir do início do século XX, a política abriu mão dos rituais

¹⁴²⁹ Courtney, p. 97, 2018.

¹⁴³⁰ Yang; An; Turner, p. 102, 2005.

¹⁴³¹ Segundo Chris Courtney: “Esta iteração do dragão surgiu em um contexto em que a estabilidade ambiental se tornou inextricavelmente ligada à questão da governança. O Rei Dragão era essencialmente um burocrata ambiental, sua tarefa era administrar a chuva dentro de sua jurisdição específica. O vínculo entre governança e desastres foi solidificado por rituais. As cerimônias do Rei Dragão tinham, pelo menos teoricamente, que ser conduzidas por figuras de equivalente grau na burocracia humana, mais frequentemente os magistrados locais. O direito de conduzir rituais conferia considerável poder aos oficiais, mas se desastres ocorressem, isso poderia ameaçar sua legitimidade” (Courtney, p. 98, 2018).

¹⁴³² Courtney, p. 110, 2018.

religiosos para sua legitimação, enquanto a religiosidade não mais se reconhecia na descrição política, embora tenha tentado por algum tempo ainda¹⁴³³. A imprensa nacional e estrangeira e jornalistas independentes, como Xie Qianmao, relataram as mobilizações para aplacar a fúria do Rei Dragão como meras superstições¹⁴³⁴. O North China Herald de 15 de setembro de 1931 relatou, por exemplo, que:

[...] Superstições são sempre uma característica marcante em uma catástrofe natural neste país. A população acredita firmemente que as inundações foram causadas pelo Deus Dragão, cuja ira foi despertada pela recente demolição de seu templo. As águas ‘divinas’ não diminuiriam até que a fúria do dragão fosse apaziguada. O Sr. Liu Wentao, o Comissário de Assuntos Cíveis, disse aos trabalhadores de ajuda que ele realmente viu um dragão ao atravessar o rio quando a enchente estava em seu auge.¹⁴³⁵

No que tange à troca às crenças populares, jornais chineses e estrangeiros estavam de acordo e enfatizaram a inutilidade da fé para o enfrentamento da tragédia, notável no título da matéria acima – “Os fantasmas passam fome” – em referência ao costume religioso de no sétimo mês lunar (agosto) se queimar incenso em homenagem aos antepassados mortos, algo que havia sido impedido pelas enchentes. Mencionar o fato de um agente estatal ter visto um dragão reforça o que salientamos acima, isto é, que a imprensa estrangeira tendia a estereotipar tanto a cultura popular quanto a organização política chinesa de forma desfavorável. Extravasando sarcasmo, os relatos jornalísticos não perceberam o condão político intrínseco das manifestações religiosas, isto é, não se atentaram ao fato de as pessoas estarem atribuindo o desastre às ações políticas que o antecederam. A etnometeorologia popular estava fundamentada não apenas em crenças e rituais religiosos, mas em práticas importantes de prevenção aos desastres naturais, particularmente neste caso da manutenção dos diques e canais, que foram sobremaneira negligenciados e seu rompimento em Wuhan, em 1º de agosto de 1931, foi tanto um indício da incompetência governamental quanto a comprovação do efeito herético da destruição do templo.

Nos meses que se seguiram, a situação só piorou e o enquadramento das descrições pelos jornais manteve-se focado nas consequências sociais da tragédia, sem evidenciar, contudo, a desigualdade social, embora eventualmente a administração (violenta) da crise por parte do governo tenha sido criticada. Em janeiro de 1932, uma série de edições do Wǔhàn Ribào relatou a miséria dos refugiados, a venda de mulheres e de crianças e o aumento da criminalidade. A edição de 1º de janeiro de 1932 relatou a venda de mulheres, mas também publicou uma matéria

¹⁴³³ Nas palavras de Chris Courtney: “[...] Um exemplo ainda mais claro dessa dinâmica foi relatado durante uma seca em 1934, quando os moradores de um distrito rural na fronteira de Anhui e Henan forçaram seu relutante magistrado a realizar um ritual de fazer chover para o Rei Dragão local” (Courtney, p. 114, 2018).

¹⁴³⁴ Courtney, p. 115, 2018.

¹⁴³⁵ North China Herald, 15 de setembro de 1931, p. 6.

- “*Construindo nossa nova vida a partir da adversidade: Novas esperanças para o Ano Novo*”
- aclamando a resiliência do povo chinês frente à adversidade:

Qualquer nação ou país que não consiga suportar preocupações e desastres não é digno de sobrevivência. [...] O espírito de crescimento e a autoconfiança são o caminho para sobreviver nesta era difícil em que o país está cercado por dificuldades. [...] O tempo é extremamente urgente e não há espaço para hesitação! Tudo no passado é como a morte de ontem, e tudo no futuro é como a vida de hoje. Hoje é o Ano Novo do 21º ano da República da China. De agora em diante, vamos trabalhar duro para lutar por uma saída!¹⁴³⁶

A matéria menciona os desastres naturais, mas foca sobretudo na reunificação da China frente às invasões estrangeiras, lembrando que apenas enquanto uma nação unificada seria possível encontrar um caminho para a reconstrução. Trata-se de uma matéria fortemente elogiosa ao governo central e suas políticas de unificação. Nas edições de 7 e 8 de janeiro, o Wǔhàn Rìbào falou sobre a ajuda humanitária, em 13 de janeiro relatou a venda de crianças e, em 12, 15, 17 e 19 de janeiro, falou sobre o problema do grande número de refugiados, tópico marcante em momentos imediatamente posteriores à inundação, uma vez que a presença de refugiados na cidade tornou-se um incômodo generalizado para a classe política e para os mais abastados. A aglomeração de miseráveis em qualquer espaço seco disponível levou rapidamente ao esgotamento sanitário: as pessoas não tinham como se limpar, não tinham como usar o banheiro, não tinham, por vezes, outra opção a não ser se alimentar de restos do lixo. Vestidas em trapos, os sinais físicos da fome e da disenteria nessas pessoas eram notáveis: a decomposição dos tecidos internos aflorava à pele, causando inchaço no abdômen, no rosto e nas pernas sob os membros esqueléticos¹⁴³⁷. Não é algo fácil de se ver e certamente essas imagens não favoreciam a propaganda governamental de que tudo que era possível estava sendo feito para conter a crise, de modo que, a partir do final de agosto de 1931, o governo já havia iniciado a remoção de refugiados de Wuhan e outras cidades, levando-os aos campos “humanitários” isolados. Muitos resistiram, principalmente aqueles que mantinham residência em áreas urbanas anteriormente às inundações, como bem relatou Xie Qianmao¹⁴³⁸. Campos foram criados para receber às pressas milhares de pessoas. Cercados por arame ou mesmo pela água, esses campos foram projetados para conter dentro dos seus limites os esfomeados e as

¹⁴³⁶ Wǔhàn Rìbào, 1 de janeiro de 1932, p. 2.

¹⁴³⁷ Courtney, p. 143, 2017.

¹⁴³⁸ Segundo Courtney: “O jornalista de Wuhan, Xie Qianmao, por exemplo, descreveu o ceticismo de um refugiado quando solicitado a acompanhar um oficial a um campo de refugiados. ‘Você veio para nos enganar, não é? Você diz que nos dará três refeições, talvez nem nos dê uma’. Tal desconfiança era frequentemente bastante razoável, pois Xie também forneceu inúmeros relatos de soldados abusando de suas posições e até mesmo infligindo violência contra refugiados” (Courtney, p. 78, 2017).

doenças decorrentes da falta de sanitarismo adequado¹⁴³⁹, um ambiente no qual mortos e moribundos coexistiam lado a lado¹⁴⁴⁰. Em Wuhan, sob a alegação de infiltrados comunistas entre os refugiados, essa população miserável que ocupava o espaço público foi conduzida para os campos sob a mira das armas e, dentre eles, muitos foram fuzilados. A lei marcial foi instituída, dando plena liberdade aos militares para agirem como achassem apropriado, de modo a abafar qualquer resistência organizada ou individual que pudesse emergir nesse processo de realocação forçada. Em alguns casos, como o dos refugiados concentrados no aterro ferroviário, o prefeito de Wuhan, He Baohua, ordenou sua retirada e, como houve resistência, a tática utilizada foi a de impedir a entrega de comida enviada por instituições humanitárias, em outras palavras, ou as pessoas saíam ou morreriam de fome¹⁴⁴¹. Em sua propaganda oficial, o governo tratava os campos como oásis da benevolência, lugares onde as pessoas estariam sendo assistidas, mas os dados referentes à mortalidade dizem o contrário: 87% das mortes por doença – a principal causa de morte nessa tragédia – aconteceram nesses campos¹⁴⁴². Os campos de refugiados eram, na verdade, campos de concentração onde as pessoas recebiam rações diárias extremamente limitadas e eram submetidas ao trabalho forçado, instituído sob a alegação de dar aos miseráveis alguma ocupação que pudessem desfrutar moralmente¹⁴⁴³. Muitos eram realocados sem nem saber para onde, como bem salientou uma matéria do North China Herald de 15 de setembro de 1931:

[...] há poucos dias, foi constatado que um campo contendo 16.000 refugiados, segundo contagem real, havia sido estabelecido em He-shan, local de um antigo cemitério no rio Han, acima de Hankow. Aparentemente, ninguém sabia da existência deste campo anteriormente, e quando os investigadores chegaram, as condições encontradas eram intoleráveis. Mortos e moribundos estavam espalhados indiscriminadamente. Nenhum tipo de saneamento básico foi implementado e essas pessoas estão à beira da fome, já que nenhum alimento lhes havia sido fornecido anteriormente. Como eles chegaram a este local, ninguém parece saber, exceto que ‘foram forçados a desembarcar aqui’.¹⁴⁴⁴

Independentemente de haver ou não comunistas entre os refugiados, fato é que a motivação política foi usada como desculpa para o uso da força excessiva. Ao mesmo tempo, o isolamento de milhares de pessoas miseráveis impediu que epidemias se espalhassem pelas cidades, mas concentrou o perigo dentro dos campos, onde a mortalidade foi imensa. A

¹⁴³⁹ Courtney, p. 228, 2017.

¹⁴⁴⁰ Nas palavras de Chris Courtney: “[...] Num campo de refugiados, os vivos e os mortos estavam lado a lado, com aqueles perto do fim muitas vezes sendo carregados para a periferia, despojados de roupas e abandonados à morte” (Courtney, p. 129, 2017).

¹⁴⁴¹ Courtney, p. 222, 2017.

¹⁴⁴² Courtney, s.d.

¹⁴⁴³ Courtney, p. 229, 2017.

¹⁴⁴⁴ North China Herald, 15 de setembro de 1931, p. 6.

segregação certamente colaborou também para tirar da vista da sociedade a incapacidade do governo em lidar com a crise, ou seja, se a imensa quantidade de pessoas agonizantes continuasse a coexistir no espaço urbano, seria difícil manter o discurso oficial do Kuomintang, endossado, lembre-se, pela maior parte dos jornais chineses. É importante, sobretudo, anexar o fato de que a imprensa atingia um público ainda bastante reduzido, particularmente nas grandes cidades ou a remanescente nobreza local do interior. Neste sentido, a emergente opinião pública era composta por observadores oriundos da burguesia emergente, por intelectuais e profissionais liberais de toda sorte, membros do campo político e militares alfabetizados. A diferença entre campo e cidade nesta época tornou-se abissal, tanto em termos de acesso à informação quanto às necessidades básicas de toda sorte¹⁴⁴⁵. Não é à toa que o enquadramento dos jornais, mesmo os mais progressistas, amenizasse a crítica ao governo e apelasse para ajuda humanitária da nobreza e de comerciantes ricos, afinal era para esse público que os jornais falavam na época.

No entanto, outro meio de comunicação de massa emergente, mais popular, participou também das descrições sobre os desastres ambientais nessa época, qual seja, o cinema. Visto como um entretenimento barato e apreciado pela população mais pobre, as primeiras produções cinematográficas eram empreitadas privadas que dependiam substancialmente da venda de bilheterias, mas, por outro lado, tinham mais liberdade que os jornais para apresentar pontos de vista dissidentes, já que grande parte das suas produções era ficcional – desde que, claro, não fosse abertamente contra o regime¹⁴⁴⁶.

A seca entre 1928 e 1930, que atingiu principalmente o Noroeste da China, e a enchente do Rio Yangtzé de 1931, tornaram-se cenários na nascente cinematografia chinesa em dois filmes de sucesso, o primeiro mais que o segundo: *Humanidade* (Rendao 人道) de 1932¹⁴⁴⁷ e

¹⁴⁴⁵ Nas palavras de Andrea Janku: “[...] é verdade que as diferenças regionais sempre existiram, mas eu diria que nunca a ponto de os moradores das cidades de Xangai e Tianjin irem aos cinemas da moda para assistir ao recém-lançado filme “Os Miseráveis”, de Victor Hugo, quando, ao mesmo tempo, as pessoas nas províncias do noroeste viviam e morriam em condições muito piores do que as retratadas no filme” (Janku, p. 228, 2012).

¹⁴⁴⁶ Vale acrescentar que o cinejornalismo, contemporaneamente produzido, era restrito à descrição elogiosa das empreitadas bélicas do Kuomintang e da performance de seus líderes e à divulgação de paisagens rurais idílicas ou da grandiosidade urbana. Não tinha, neste sentido, um papel informativo no modelo jornalístico, mas estava reservado ao entretenimento. Mas, assim como o cinema de ficção, tinha sua importância, uma vez que a alta gama de analfabetismo tornou o cinema – e o rádio – um meio de comunicação que podia atingir um público maior que os jornais impressos.

¹⁴⁴⁷ Segundo Kerlan-Stephens: “Ele foi exibido no Cinema Guanghai 光華大戲院 (um teatro de 800 a 900 lugares) por dezessete dias, depois em doze cinemas sucessivos em Xangai até o final de dezembro de 1932, totalizando mais de setenta e cinco dias. Também foi exibido em três teatros em Tianjin e Pequim, dois em Hong Kong e Cantão, onde teria atraído de 71.000 a 76.000 espectadores em dezesseis dias. De acordo com os registros da Lianhua do final de 1932, o filme foi visto por 366.176 espectadores apenas em Xangai. [...] O reconhecimento então veio, o que levou a vários prêmios, incluindo um da Associação Nacional de Cinema Educacional, um órgão

Águas Furiosas (Kuangliu 狂流) de 1933, produzidos pela Lianhua e pela Mingxing, respectivamente. Naquele momento, empresas privadas dominavam a emergente indústria do cinema na China, principalmente as estrangeiras, e a Lianhua, que acabara de entrar no mercado, foi formada por dois nacionalistas chineses, Li Minwei e Luo Mingyou¹⁴⁴⁸, empenhados na missão de melhorar a autoestima nacional tanto para os chineses quanto para os olhos ocidentais. A Mingxing, mais antiga, foi fundada em 1922 por Zheng Zhengqiu e Zhang Shichuan, que vinham do ramo editorial e do campo artístico e contavam com um corpo de atores já bastante conhecidos¹⁴⁴⁹. Esta produtora, mais alinhada à esquerda do espectro político, era cosmopolita e tecia parcerias com o Ocidente, enquanto a Lianhua recusava-se a fazê-lo. Uma e outra, vale lembrar, eram observadas de perto pela censura, a única forma de participação do governo chinês no emergente cinema nacional, e não podiam fazer críticas expressas ao regime¹⁴⁵⁰. Quanto aos filmes, segundo Anne Kerlan-Stephens, *Humanidade* conta uma história fundamentada na moral confuciana, qual seja, a de um filho que deixa os pais e a esposa no campo, vai para a cidade estudar e lá se apaixona pela filha de um rico comerciante, decidindo, assim, não voltar para casa. Seus pais, atingidos pela fome decorrente da seca, morrem no mesmo dia do seu casamento que não vinga e, quando ele decide voltar, perde também sua primeira esposa¹⁴⁵¹. Ora, a moral (confuciana) da história é evidente se retomarmos alguns preceitos examinados na primeira parte deste capítulo: i) o jovem escolhe juntar-se a uma família de comerciantes em detrimento da sua, que é camponesa, logo, superior na hierarquia social; ii) não age de acordo com a piedade filial, deixando os pais ao abandono e não sendo um bom marido; e iii) o filme opõe o campo – tradicional – à cidade – cosmopolita –, fonte da subversão do rapaz. Mas o mais importante é que “*Humanidade*”, ao opor visualmente o campo devastado à cidade abastada, mostra a devassa da seca que tornou imensas áreas em deserto, acessando o espectador pela empatia aos personagens que vivem a tragédia: da fome, da lida com os cadáveres de seus parentes, da prostituição, da venda de mulheres e de crianças, em suma, da luta pela sobrevivência ao desastre da seca¹⁴⁵². O filme “*Águas Furiosas*”, por sua vez, é o primeiro de uma série de filmes engajados com roteiros escritos por comunistas¹⁴⁵³ (na clandestinidade, por óbvio), logo, enquanto em

administrado por membros do Partido Nacionalista e criado em 1932 com o apoio do Instituto Internacional de Cinematografia Educacional da Sociedade das Nações” (Kerlan-Stephens, p. 217-218, 2020).

¹⁴⁴⁸ Kerlan-Stephens, p. 193, 2020.

¹⁴⁴⁹ Kerlan-Stephens, p. 196, 2020.

¹⁴⁵⁰ Kerlan-Stephens, p. 199, 2020.

¹⁴⁵¹ Kerlan-Stephens, p. 201, 2020.

¹⁴⁵² Kerlan-Stephens, p. 201, 2020.

¹⁴⁵³ Kerlan-Stephens, p. 207, 2020.

“Humanidade” o pêndulo oscila entre campo e cidade, em “Águas Furiosas” se evidencia a oposição de classes sociais. A história gira em torno de um romance proibido entre a jovem Fu Xiujuan e o professor da aldeia, Liu Tiesheng, empenhado na reparação comunitária dos diques por conta das ameaças de inundação. Quando a situação se agrava, o pai de Fu Xiujuan, Fu Boren, foge com a família para Hankou e de lá o patriarca tem acesso aos fundos de ajuda humanitária, mas ao invés de enviar o dinheiro para sua aldeia, Fu Boren o embolsa. As cenas da inundação nas cidades, particularmente em Wuhan, mostram, por um lado, a miséria dos refugiados e, de outro, a perspectiva de uma família rica que observa a tragédia de sua varanda com um telescópio, quase que divertidamente¹⁴⁵⁴, evidenciando a desigualdade social. Ao voltar para a aldeia, no entanto, a família Fu percebe tarde demais que o perigo de inundação não havia passado: o rio enche e, apesar dos esforços de Tiesheng e seus companheiros em reparar os diques, eles se rompem e o filme termina com a enxurrada levando tudo em seu caminho, inclusive os vilões, muito embora o destino dos heróis permaneça incerto¹⁴⁵⁵. A moral aqui é outra: evidencia a corrupção das classes abastadas enquanto os aldeões trabalham incansavelmente até o último momento na manutenção dos diques, em vão, no entanto. A força da tempestade abre e finaliza o filme, mas, enquanto no começo o terror é produzido pela natureza, ao final torna-se explícito que a tragédia é um produto da (não) ação das elites, assim como cria um suspense sobre quem poderá ter se salvado da inundação. Anne Kerlan-Stephens enfatiza que ambos os filmes tiveram grande repercussão na imprensa: “Humanidade” foi severamente criticado numa enxurrada de artigos de esquerda que o acusaram de conservadorismo por mostrar a fome como “um castigo do Céu” e não suas causas humanas, de modo que essa segunda perspectiva foi levada ao público através dos jornais¹⁴⁵⁶; enquanto “Águas Furiosas” teve uma recepção melhor na crítica e foi inclusive apreciado entre os nacionalistas, passando sem problemas pela censura¹⁴⁵⁷, embora tenha tido menos sucesso entre o público¹⁴⁵⁸. Ambos os filmes se constituíram como narrativas nacionais que prospectaram uma descrição da China sobre seus próprios problemas dentro do seu registro semântico particular – confucionista, por um lado, comunista, por outro – e, logo, tomaram para si o protagonismo da

¹⁴⁵⁴ Kerlan-Stephens, p. 215, 2020.

¹⁴⁵⁵ Kerlan-Stephens, p. 208, 2020.

¹⁴⁵⁶ Kerlan-Stephens, p. 220, 2020.

¹⁴⁵⁷ Kerlan-Stephens, p. 222, 2020.

¹⁴⁵⁸ Kerlan-Stephens, p. 221, 2020.

descrição dos riscos ambientais e suas consequências sociais que, até então, estavam quase que exclusivamente em mãos estrangeiras, transformando-os em questões nacionais¹⁴⁵⁹.

Tanto as descrições da imprensa quanto a descrição cinematográfica nos mostram que, se havia um elemento comum a essas descrições, era o espírito nacionalista. Mesmo no roteiro escrito por um comunista, a urgência de reconstrução e unificação do país fica explícita. A este tempo de intensa secularização, o caldo da cultura popular chinesa foi, no entanto, desprezado, como observamos, mas manteve-se a condução confucionista da perspectiva chinesa em sua emergente autodescrição pelos *media*¹⁴⁶⁰. As observações sócio-terranas dos riscos ambientais no período republicano nos mostram também que, se por um lado, havia a busca pela autonomia em relação aos estrangeiros, por outro, essa busca foi bastante fundamentada no acoplamento de elementos externos, particularmente relacionados com o ideal progressista do Ocidente que transparece, por exemplo, na forma sob a qual a imprensa retratou a fé religiosa durante as enchentes do Yangtzé. Fato é que os intelectuais, nacionalistas e comunistas, que constituíam a base da comunicação letrada nesta época, tinham sido formados no exterior ou por ideias do exterior, perenes desde 1870, ao mesmo tempo em que tomavam conhecimento sobre a forma degradante que a China era representada e observada pelos *media* ocidentais, por isso, provavelmente de forma involuntária, esse corpo letrado sentia vergonha de muitos hábitos persistentes que extrapolam a lida com os riscos ambientais: do seu sistema legal que aplicava punições como tortura e morte, por exemplo, ou das mulheres que amarravam os pés, fora a situação miserável de refugiados, cujas fotografias foram propagadas pelos quatro cantos do mundo¹⁴⁶¹. Eles talvez desconsideraram que o Ocidente não ia muito melhor: pena de morte e tortura, por exemplo, eram vigentes em muitos países ocidentais contemporâneos, sem mencionar as atrocidades da Primeira Grande Guerra de trincheiras na Europa. Neste período

¹⁴⁵⁹ Nas palavras de Kerlan-Stephens: “[...] O cinema primitivo na China estava nas mãos de ocidentais, que vieram ao país para capturar imagens de lugares exóticos e remotos a serem mostrados a um público ocidental atraído por essa nova visão do mundo. Na enxurrada de imagens em movimento documentando a China, estava em ação uma ‘competição de visões’. Em reação aos filmes feitos por ocidentais que favoreciam cenas de guerra (a Rebelião dos Boxers, a Guerra Sino-Russa de 1900 e, em seguida, a invasão japonesa) e miséria, e que retratavam a China como um país arcaico atormentado pela violência, alguns chineses começaram a sentir a necessidade de filmar o país de forma diferente” (Kerlan-Stephens, p. 189, 2020).

¹⁴⁶⁰ Embora a imprensa de esquerda, como a revista *Xīn Qīngnián* (Nova Juventude), organizada a partir do Movimento 4 de Maio, adotasse um tom anticonfucionista, na prática operava como mediadora das vontades do povo para a opinião pública, num sentido bastante paternalista de instruir as massas sobre seus próprios desejos. Talvez até mais que os jornais alinhados ao Kuomintang, a imprensa de esquerda alinhada ao PCC era veementemente crítica às superstições populares. A *Xīn Qīngnián*, por exemplo, publicava artigos para desmascarar as histórias fantasmagóricas e supersticiosas vigentes entre o povo e propagava o ateísmo (Zhao; Sun, p. 81, 2018).

¹⁴⁶¹ Para uma visão mais aprofundada sobre esse tópico, recomendo a leitura do artigo *Shooting Social Suffering: Photography and China's Human Disasters* de James Z. Gao.

histórico de emergência da autodescrição chinesa por meios modernos, a questão da identidade nacional e da criação de expectativas frente à convivência intensificada com um mundo externo foi extremamente relevante. Ou ainda, as questões de quem nós somos para nós (autorreferência) e quem queremos ser na sociedade mundial (heterorreferência), conduziram as comunicações chinesas neste período. Ocorreu todo um rearranjo estrutural que procurava manter tradições e, simultaneamente, acoplar novas estruturas a elas.

Neste sentido, é interessante observar também a continuidade dos elementos selecionados para as descrições dos desastres ambientais e dos riscos a eles relacionados: desde as Pinturas de Retirantes até a imprensa e o cinema, cenas de pessoas se alimentando de cascas de árvores e outras fontes nutritivas atípicas, cenas da venda de crianças e de mulheres, de canibalismo e mesmo de suicídio, permaneceram constantes por mais de 1.000 anos. Claro que as próprias soluções, se é que podemos chamá-las assim, às situações extremas permaneceram mais ou menos as mesmas e, sobre isso, é importante ressaltar que ação é comunicação, ela também está inscrita nas estruturas socialmente construídas, neste sentido, alternativas alimentares, venda de entes queridos, infanticídio, canibalismo e suicídio, por mais aversos que sejam à própria moral instituída milenarmente na China, constituem ações que foram sendo atualizadas em situações de crise. Também vale a pena mencionar que os riscos ambientais e os eventos climáticos extremos produzidos nas observações sócio-terranas chinesas foram perenemente ressonantes para o sistema político e muito provavelmente por isso a descrição deles foi também construída continuamente com acentos dramáticos intencionais e seletivos para surtir o efeito desejado. Particularmente, o período republicano, entre 1912 e 1949, foi intermitentemente assolado por problemas ambientais, acentuados a partir do século XIX. Neste período, apenas a região entre Pequim, Tianjin e Hebei, que formava, desde a dinastia Song, o centro político e cultural do país, sofreu 33 anos de inundações, 23 anos de seca e 22 anos de pragas de gafanhotos. Inundações, secas e pragas de gafanhotos ocorreram simultaneamente por 11 anos e houve até 19 anos de inundações e secas simultâneas¹⁴⁶². Muitos desses eventos foram acompanhados de fome e epidemias com alto número de mortos, como observamos acima. Embora o período fosse coincidentemente perturbado por questões militares e por invasões externas, o Kuomintang deu início à criação de instituições voltadas para os problemas ambientais, como a Comissão de Conservação de Água de Shunzhi, a Comissão de Conservação de Água do Norte da China, o Comitê de Classificação do Rio Hǎi Hé e o Departamento de

¹⁴⁶² Hu; Wang; Zhang, 2024.

Engenharia do Rio Hǎi Hé que “[...] introduziram tecnologia e materiais avançados do Ocidente, construíram novos tipos de barragens e comportas, estabeleceram estações hidrológicas e coletaram dados hidrológicos”¹⁴⁶³, além disso, o Conselho Nacional de Economia criou o Instituto Central de Pesquisa Hidráulica em Nanquim, com subsidiárias em Yunnan, Sichuan e Shaanxi¹⁴⁶⁴, no Oeste, formando uma estrutura de resiliência climática inicial que seria aperfeiçoada no período posterior, ao qual vamos agora.

9.7.1 Reformar o Céu, transformar a terra: a revolução comunista e as observações sócio-terranas no período Mao

No período entre 1949 e 1976, a República Popular da China, sob o governo de Mao Tsé-Tung, aprofundou substancialmente as observações sócio-terranas uma vez que fomentou o crescimento populacional¹⁴⁶⁵ e aumentou a industrialização em larga escala, ambos fatores que demandaram o crescimento da produção agrícola, por sua vez, irrealizável num solo saturado e sem elementos fertilizantes adequados¹⁴⁶⁶, de modo que a única solução para a alta demanda por alimentos foi a expansão das terras cultiváveis para locais marginais e ainda inexplorados, aumentando a deterioração ambiental pelo desmatamento de florestas e pelo assoreamento de bacias hidrográficas¹⁴⁶⁷. Neste período, as observações sócio-terranas e as tomadas de decisão políticas acerca do manejo ambiental por meio de tecnologias modernas foram par a par ressoadas pela imprensa em novo formato: gerida e aparelhada pelo Estado e focada na propaganda governamental vigente. Constituiu-se, portanto, como um momento bastante particular da história que desenvolvo aqui, assim que vamos explorá-lo em sua especificidade.

Quando o PCC tomou o poder em 1949, após uma breve guerra civil com o já desmoralizado Kuomintang¹⁴⁶⁸, operou-se na China a tão esperada reunificação territorial e simbólica depois de mais de meio século de conturbadas investidas estrangeiras e guerras fratricidas. Rapidamente, o PCC estendeu sua organização dos grandes centros urbanos até as mais remotas aldeias e sua legitimidade, fundada inicialmente no campesinato do Norte, foi

¹⁴⁶³ Hu, Wang, Zhang, 2024.

¹⁴⁶⁴ Habich, p. 109, 2017.

¹⁴⁶⁵ Neste período, a população cresceu de 583 milhões de pessoas para 800 milhões (Marks, p. 267, 2012).

¹⁴⁶⁶ Dentre eles, o nitrogênio fez particular falta. Com a terra saturada e a impossibilidade de sintetizar fertilizantes industrialmente em quantidade suficiente até 1980, só a intensificação da mão de obra e a abertura de novas terras para plantio apresentam-se como solução para o aumento da produção agrícola (Marks, p. 274, 2012).

¹⁴⁶⁷ Marks, p. 267-268, 2012.

¹⁴⁶⁸ Com a derrota, os adeptos do Kuomintang fugiram para Taiwan e estabeleceram lá um governo “provisório” vigente até os dias de hoje.

espraiada tanto pela força da unificação sob preceitos bolcheviques quanto pela esperança chinesa no reavivamento dos tempos imperiais, ou ainda, o PCC trouxe de volta a paz, a ordem e o provimento necessário para dispor legitimamente do mandato do Céu. Nas palavras de Hobsbawm: *“Para a maioria dos chineses, tratava-se de uma revolução que era basicamente uma restauração: de ordem e paz; de bem-estar; de um sistema de governo cujos funcionários públicos se viam apelando para precedentes da dinastia T'ang; da grandeza de um excelso império e civilização”*¹⁴⁶⁹. A bem da verdade, o PCC espraiou-se de tal maneira pelo território, sob uma organização política ramificada e centralizada, que teve maior penetração do que os governos imperiais¹⁴⁷⁰. Isto é, enquanto na era imperial dificilmente um camponês de uma área remota sofreria coerções diretas do governo central – algo descrito na expressão popular, emergente na dinastia Ming, como “O céu está alto, e o imperador está longe” – a partir de 1949, as políticas de Estado dispuseram uma reorganização que influiu substancialmente na economia e no trabalho, logo, na organização familiar, na educação e nos papéis sociais a nível individual¹⁴⁷¹. As lideranças eram conhecidas em toda parte e as novas disposições foram padronizadas, criando uma estrutura integrada que garantia mais segurança, ao mesmo tempo em que dava menos flexibilidade para alternativas de auto-organização social, algo que Judith Shapiro chamou de uniformidade dogmática¹⁴⁷². Ora, sistemas fortemente integrados estruturalmente e homogeneizados elementarmente¹⁴⁷³ são mais instáveis, isto é, quando há pouca margem para soluções situacionais, os problemas tendem a se generalizar, em outras palavras, um problema local pode rapidamente tornar-se um problema geral, comprometendo todo o sistema sem que haja variabilidade suficiente para absorvê-lo, e foi exatamente isso que aconteceu ao fim da primeira década do governo do PCC na China.

Processos homogeneizantes começaram a ser articulados, no entanto, apenas ao fim dos anos 1950. Antes disso, a reorganização da sociedade pelo poder aumentou a complexidade comunicativa em vários âmbitos e mostrou-se razoavelmente promissora no sentido progressista e socialista. Houve investimento massivo na educação, aumentando as matrículas escolares infantis de menos de 50% em 1952 para 96% em 1976, ao fim da era Mao¹⁴⁷⁴. A alfabetização

¹⁴⁶⁹ Hobsbawm, p. 451-452, 1995.

¹⁴⁷⁰ Mühlhahn, p. 368, 2019.

¹⁴⁷¹ Lillian Li, p. 341, 2007.

¹⁴⁷² Shapiro, p. 4, 2001.

¹⁴⁷³ Vale lembrar que alta homogeneidade é sinal de alta entropia, isto é, menos variedade em termos de estrutura e elementos.

¹⁴⁷⁴ Hobsbawm, p. 455, 1995.

funcional, no entanto, cresceu pouco¹⁴⁷⁵, mas houve estímulo tanto para a educação infantil quanto para a de jovens e adultos com a instituição de grupos de estudos em locais de trabalho, por exemplo, nos quais eram comuns leituras coletivas e discussões sobre temas pertinentes – assim, mesmo quem não soubesse ler tinha acesso às comunicações circulantes na esfera pública. As matrículas em universidades cresceram de 117.000 em 1949 para 961.623 em 1960 e houve incentivos institucionalizados para que pessoas oriundas das classes trabalhadoras tivessem mais facilidade para acessá-las¹⁴⁷⁶, algo sem precedentes no ensino superior chinês. Neste sentido, o público dos jornais e de quaisquer materiais impressos aumentou contundentemente ao longo desses anos, formando uma opinião pública unilateralmente direcionada pela comunicação centralizada pelo Comitê Central do PCC, pela Agência de Notícias Xinhua e pela Administração Geral de Notícias, que juntos formaram a trindade organizacional para seleção das informações até 1966, quando da Revolução Cultural. A tomada dos *media* aconteceu logo nos primeiros anos: entre 1949 e 1952, o PCC ainda buscava um caminho de legitimação e se propôs a uma convivência democrática com outras forças políticas, de modo que, neste período, jornais liberais continuaram publicando com relativa autonomia. Mas, a partir de 1953, junto de outras reformas que elencarei abaixo, as organizações da imprensa passaram por um filtro institucional que impossibilitou a continuidade de muitas delas: a partir de janeiro deste ano, todos os veículos de imprensa precisaram se registrar e solicitar licenças para manter suas publicações, os jornais antes alinhados ao Kuomintang foram sumariamente fechados, outros tiveram permissão para continuar por algum tempo, mas, na prática, todas as organizações da imprensa foram fechadas ou adquiridas pelo Estado, de modo que, após 1953, nenhum jornal privado continuou em funcionamento¹⁴⁷⁷. Os jornais ocidentais já haviam sido ocluídos, assim como as pessoas estrangeiras na China haviam sido convidadas a se retirar e as que ficaram foram deportadas entre 1950 e 1951¹⁴⁷⁸. A reorganização da imprensa também incluiu a distribuição de obras literárias e do noticiário: todos os livreiros e bancas de jornais precisaram se registrar e só poderiam espargir produtos previamente sancionados pela Xinhua. Jornalistas que antes ocupavam as redações de jornais privados foram assimilados pelos novos jornais

¹⁴⁷⁵ Vale lembrar que a alfabetização é sobremaneira difícil na China por conta das características da língua escrita composta por milhares de caracteres que passou nesse período por simplificações contundentes para facilitar a assimilação. No entanto, segundo Vilma Seeberg, em 1979 a taxa de alfabetização na China era de 29,4%, apenas 2 pontos percentuais acima da taxa de 1953 (Seeberg, p. 16, 1995).

¹⁴⁷⁶ Mühlhahn, p. 463, 2019.

¹⁴⁷⁷ Mühlhahn, p. 396, 2019.

¹⁴⁷⁸ Mühlhahn, p. 366, 2019.

estatais ou realocados para outras funções, e muitos deles foram perseguidos neste período¹⁴⁷⁹. O viés construído a partir de então, tanto na imprensa quanto na literatura e nas artes, se deu a partir de um gênero revolucionário realista romântico, isto é, fincou-se na realidade do passado imediato para prospectar um futuro socialista utopicamente brilhante¹⁴⁸⁰. Os elementos selecionados para tornarem-se informação eram semelhantes aos que observamos na imprensa soviética dos anos 1920 e 1930: eram pinçados do cotidiano dos trabalhadores urbanos, dos camponeses e dos soldados revolucionários. Na verdade, a imprensa comunista na China já tinha uma estrutura relativamente estável desde o 4 de maio, movimento que produziu mais de quatrocentos veículos de comunicação de esquerda em um único ano, muitos deles organizados por estudantes, inclusive pelo jovem Mao Tsé-Tung¹⁴⁸¹. O primeiro jornal do PCC, o *Gòngchǎndǎng* (O Partido Comunista), foi fundado na clandestinidade em 1920 e tinha como objetivo divulgar o conhecimento marxista, atualizar seus observadores sobre o movimento comunista internacional e introduzir obras relevantes, como as de Lênin, para um público mais amplo¹⁴⁸². Na segunda metade dos anos 1920, muitos jornais da esquerda foram fundados em diversas regiões da China com propósitos similares, enfaticamente o de acessar a classe trabalhadora, lançando mão de linguagem simples e do uso de imagens. Essa estratégia perdurou na década de 1930, incluindo reportagens estilizadas literariamente, xilogravuras e imagens baseadas na cultura popular¹⁴⁸³, aumentando o alcance das publicações. Durante o périplo das forças comunistas, jornalistas acompanharam os soldados, carregando equipamentos e escrevendo em mesas improvisadas, de modo que as publicações pudessem ser distribuídas ao longo do caminho¹⁴⁸⁴. Todo esse empenho tinha um fundamento muito claro, qual seja, aquele evidenciado na citação de Lênin que eu trouxe no capítulo “A construção da realidade no século

¹⁴⁷⁹ Mühlhahn, p. 399, 2019.

¹⁴⁸⁰ Nas palavras de Landsberger: “[...] O Realismo Socialista, com sua combinação da realidade de hoje e os ideais de um futuro melhor, foi considerado apropriado, pois os líderes sentiram que isso mais atraía as massas. Mas, também retratava modelos sociais e políticos idealizados, nomeadamente, homens e mulheres comuns envolvidos na criação desse futuro melhor. Eles retratavam o lado brilhante da vida dos ‘verdadeiros heróis’, representantes do ‘novo povo’ lutando por um ‘novo mundo’” (Landsberger, p. 37, 2020).

¹⁴⁸¹ Zhao, Sun, p. 83, 2018.

¹⁴⁸² Zhao, Sun, p. 84, 2018.

¹⁴⁸³ Landsberger, p. 33, 2020.

¹⁴⁸⁴ Segundo Zhao e Sun: “[...] Durante a Longa Marcha, a equipe do Estrela Vermelha usou um bastão para carregar quatro caixas de ferro, contendo mimeógrafos, tinta, papel encerado, chapas de aço, canetas e um pouco de papel vegetal. Esses jornalistas intrépidos e dedicados acompanhavam o exército, caminhando mais de 128 quilômetros por dia, às vezes até 290 quilômetros. Correspondentes e editores criavam artigos durante o trajeto e usavam caixas de ferro como escrivaninhas durante os acampamentos. [...] Os relatórios de publicidade animados e vívidos da Estrela Vermelha melhoraram a profundidade ideológica, a qualidade política e o nível cultural do Exército Vermelho. Também estreitaram o relacionamento entre o exército e o povo e promoveram a confiança na contra campanha do Exército Vermelho contra o ‘cerco e a repressão’ e a vitória final da Longa Marcha” (Zhao, Sun, p. 88, 2018).

XX”, cujo teor vale lembrar sinteticamente: “[...] *sem um jornal é impossível coordenar sistematicamente a propaganda e a agitação. [...] Se não sabemos [...] unificar a nossa influência sobre o povo e o governo mediante a palavra impressa, será utopia pensar poder unificar outros meios de influência mais complexos [...]*”¹⁴⁸⁵. De fato, a ressonância entre política e opinião pública é a âncora da legitimidade de qualquer regime, assim sendo, no caso dos comunistas, a condução da seletividade para fins políticos é explícita, embora executada na instância organizacional¹⁴⁸⁶. Em 1942, o PCC estabeleceu ainda com mais clareza o papel da imprensa, da literatura e da arte no movimento político. Da perspectiva comunista, não haveria nenhuma linguagem politicamente neutra. Neste sentido, os *media* eram observados e utilizados como tecnologias de comunicação para aproximação entre a política e a população e, neste momento, de forma bastante heterogênea, isto é, parte das diretrizes estabelecidas na Conferência de Yan'an sobre Literatura e Arte neste ano eram as de produzir comunicações voltadas para públicos específicos, levando em consideração diferentes experiências e pontos de vista, de modo a acessar inclusive grupos da sociedade que porventura fossem hostis ao comunismo¹⁴⁸⁷. Semânticas regionais foram consideradas e incorporadas à comunicação, e o uso de formas e símbolos tradicionais colaborou para ressignificar elementos e narrativas arcaicas, prospectando o futuro socialista¹⁴⁸⁸. Nesta perspectiva, um jornal deveria:

[...] estar intimamente ligado aos princípios, políticas e orientações do partido [...] manter contato próximo com as massas, refletir o humor, as necessidades e as exigências da vida das massas, registrar suas lutas heroicas, refletir seu sofrimento e dor e expressar suas opiniões. [...] O jornal deve realizar lutas ideológicas persistentes regularmente, divulgar a tendência democrática do comunismo e opor-se a todo tipo de contra-ação, retrocesso, obscuridade e estupidez. Ao mesmo tempo, o jornal também deve ser uma arma poderosa de autocrítica em nosso partido. [...] Deve acompanhar e guiar o movimento, especificamente ajudar ativamente os movimentos de massa e as lutas dos trabalhadores e camponeses. O jornal do partido não pode ser um registrador passivo que registra tudo, mas sim um defensor e organizador ativo de todos os tipos de movimentos.¹⁴⁸⁹

A normatividade para criação de expectativas com um horizonte de futuro bem delineado já se apresentava nesta formulação de Bo Gu, sob a supervisão de Mao, para o principal jornal do PCC neste momento, o Jiěfàng Rìbào (Diário da Libertação). Assim, quando o partido chegou ao poder, os parâmetros seletivos para a comunicação dos *media* estavam razoavelmente estabilizados pela experiência anterior. Não haveria arte pela arte, nenhum slogan, imagem

¹⁴⁸⁵ Ilich Ulianov, 2013, p. 181-182.

¹⁴⁸⁶ Comparações com outros regimes serão feitas no capítulo final.

¹⁴⁸⁷ Landsberger, p. 34, 2020.

¹⁴⁸⁸ Landsberger, p. 35, 2020.

¹⁴⁸⁹ Bo Gu, 1942 apud Zhao, Sun, p. 91, 2018.

veiculada ou reportagem publicada que não se prestasse à construção de expectativas com vistas no horizonte comunista. Quando das reformas de 1953, com a incorporação de todos os *media* pelo Estado, jornais locais passaram a ter como foco uma comunicação mais suave, por assim dizer, enquanto os assuntos sérios passaram a ser tratados pelos grandes veículos oficiais de alcance nacional, centralizados pela Agência de Notícias Xinhua, a Rádio Nacional da China e o Rénmín Rìbào (Diário do Povo)¹⁴⁹⁰. No que tange aos jornais impressos, seus formatos foram alterados com um alinhamento às novas prioridades: a primeira página costumeiramente trazia reflexões de Mao e outros líderes e marxistas importantes, a segunda evidenciava os avanços econômicos e sociais da revolução, na terceira apareciam as notícias regionais e, por último, numa inversão do *layout* anterior, vinham as notícias internacionais. As notícias que nos interessam foram, portanto, majoritariamente encontradas em segundas páginas, uma vez que as observações sócio-terranas foram nesta época relacionadas, sobretudo, ao aumento da produção agrícola e industrial, à construção de grandes obras hidráulicas e às intempéries ambientais que as dificultaram.

A respeito das reformas relevantes neste período, é importante ressaltar que, nos primeiros anos do governo do PCC na China, instituído como partido único pela Constituição de 1954¹⁴⁹¹, muitos investimentos foram também feitos em assistência social e saúde, assim como na promoção da reorganização do trabalho em termos socialistas. A mendicância foi abolida com políticas de acolhimento¹⁴⁹², as empresas privadas foram estatizadas paulatinamente de modo que, em 1956, toda a produção tornara-se coletivizada¹⁴⁹³. As mulheres foram endereçadas pela nova sociedade em condições de igualdade com os homens e tiveram direitos matrimoniais instituídos em 1950, que previu inclusive a possibilidade do divórcio¹⁴⁹⁴.

¹⁴⁹⁰ Zhao; Sun, p. 97, 2018.

¹⁴⁹¹ Mühlhahn, p. 371, 2019.

¹⁴⁹² Neste aspecto, vale ressaltar que a mendicância era altamente organizada na China e tinha até lideranças e sindicatos. Com a tomada do poder, o PCC a proibiu e distribuiu essa população em centros assistenciais e de treinamento profissional, nas palavras de Mühlhahn: “[...] Pessoas que dependiam da mendicância agora iam prontamente aos centros de mendicância porque podiam obter comida e descansar lá. Outros chegavam relutantemente, sob coerção e com medo de serem enviados para lutar em Taiwan ou para realizar trabalhos de recuperação no Nordeste. Em poucas semanas, a maioria dos mendigos havia sido retirada das ruas. [...] Os detentos que conseguiam trabalhar eram enviados para se juntar a equipes de trabalho designadas para cultivar terras áridas e limpar entulho de ruas, canais e leitos de rios. Muitos moradores da cidade elogiaram essas e outras campanhas semelhantes. Quando mendigos reformados cantavam nas ruas, os moradores locais ficaram surpresos com o sucesso das políticas do PCC. Os lojistas receberam os mendigos com cigarros e doces. Alguns comerciantes notaram um contraste com a ineficácia anterior do GMD e comentaram que ‘a velha sociedade transformou pessoas em mendigos, enquanto a nova sociedade está transformando mendigos em pessoas produtivas’” (Mühlhahn, p. 364-365, 2019).

¹⁴⁹³ Mühlhahn, p. 421, 2019.

¹⁴⁹⁴ Mühlhahn, p. 411, 2019.

Refeitórios coletivos e creches substituíram parte do árduo trabalho doméstico¹⁴⁹⁵ e as mulheres passaram cada vez mais a desempenhar papéis sociais fora de casa. O Estado passou a gerir a distribuição de grande parte das necessidades básicas, como alimentação, educação, trabalho e moradia. Organizações sociais foram criadas para conectar os indivíduos à burocracia estatal que se estendeu aos locais de trabalho através de Unidades de Trabalho e às áreas residenciais através dos Comitês de Moradores. As Unidades de Trabalho eram organizações formadas no âmbito governamental, industrial, empresarial, educacional, agrícola, isto é, dentro de todo sistema produtivo nas diferentes áreas de produção. Estas unidades monitoravam quase todos os aspectos da vida dos trabalhadores a elas vinculados e disponibilizavam para eles serviços sociais básicos como residência, assistência médica, lazer, bens em geral, pensões, creches, asilos, instituições para pessoas com deficiência, dentre outros serviços focados no bem-estar social. Uma vez vinculada a uma Unidade de Trabalho, qualquer pessoa tinha direito ao trabalho vitalício, mas não poderia mudar de emprego sem autorização. No campo, o trabalho foi organizado, a partir de 1955, sob a forma de cooperativas formadas pela reforma agrária¹⁴⁹⁶ que distribuiu terras, insumos e ferramentas para a produção agrícola dividida em unidades de trabalho que, por sua vez, podiam usufruir das colheitas nas quais tinham participação e das quais deviam vender o excedente para o Estado¹⁴⁹⁷. As unidades de trabalho mantinham registros sistematizados e atualizados de todos os seus membros, particularmente relacionados ao desempenho escolar, no trabalho e na política¹⁴⁹⁸. Os Comitês de Moradores, por sua vez, eram formados por membros eleitos dentro dos bairros ou unidades residenciais. Eles cumpriam funções assistenciais, distribuindo alimentos e abrigos para pessoas necessitadas, disponibilizavam também serviços de saúde e educação, promoviam grupos de estudo e, assim como as unidades de trabalho, faziam leituras coletivas de jornais. Ao mesmo tempo,

¹⁴⁹⁵ Shapiro, p. 69, 2001.

¹⁴⁹⁶ A reforma agrária na China teve início no fim de 1950, sob a pressão da Guerra na Coreia, mas já em 1946 Mao pressionava pelo acirramento da luta de classes no campo. No entanto, boa parte das zonas rurais da China era ocupada por pequenos e médios proprietários de terra, núcleos de famílias camponesas que produziam para a própria subsistência e tinham algum excedente para participar do comércio local. Grandes latifundiários eram exceção, os ricos no campo eram principalmente membros da remanescente nobreza, comerciantes e alguns poucos grandes proprietários de terras que as arrendavam para camponeses pobres. Dado este contexto, as posses dos considerados mais ricos foram distribuídas de modo equitativo entre as cooperativas e a reforma se deu de forma relativamente pacífica, já que os pequenos e médios proprietários se beneficiaram da distribuição de terras, ferramentas e força de trabalho, enquanto os mais ricos não tiveram opção senão a de acatar o novo modelo de produção. Vale ressaltar que territórios pertencentes a entidades religiosas foram também confiscados neste processo, nos quais vários deles a preservação ambiental tinha sido até então promovida por princípios de fé (Mühlhahn, p. 403-404, 2019).

¹⁴⁹⁷ Mühlhahn, p. 426, 2019.

¹⁴⁹⁸ Mühlhahn, p. 393, 2019.

monitoravam possíveis comportamentos criminosos e podiam denunciar membros de sua jurisdição para os quadros locais do PCC¹⁴⁹⁹. Essa estrutura, que conectava os âmbitos locais à burocracia estatal, impediu que qualquer possibilidade de insurreição viesse à tona, concomitantemente disponibilizou protagonismo para lideranças situadas e segurança social para quem se classificava entre os trabalhadores.

A reorganização em larga escala da sociedade chinesa produziu, nos primeiros anos do governo do PCC, uma sensação de segurança e ordem há muito não vistas na China e, de fato, resultou no aumento da produção agrícola e industrial¹⁵⁰⁰. Embora tenham surgido ruídos, principalmente no que diz respeito à reorganização familiar¹⁵⁰¹, a semântica confucionista arraigada na cultura chinesa colaborou em muito para a nova estabilização social, em outras palavras, a imensa população gerida sob esses novos formatos relacionais acatou as novas diretrizes de comportamento e empenhou-se em fazê-los funcionar, ou, nas palavras de Hobsbawm: *“O simples fato de que 84% das famílias camponesas chinesas se deixaram tranquilamente ser coletivizadas num único ano (1956), ao que parece sem nenhuma das consequências da coletivização soviética, já fala por si”*¹⁵⁰². O autocultivo, tanto no sentido confucionista quanto taoísta, foi indispensável nessas décadas, isto é, embora a piedade filial tenha sido solapada do âmbito familiar, ela continuou operante na relação entre indivíduo e Estado – encarnado na figura de Mao – assim como a conduta apropriada foi projetada no novo modelo de indivíduo comunista¹⁵⁰³; do taoísmo, o autocultivo no trabalho e no aprimoramento de sua execução pode ter sido agregado às novas diretrizes socialistas, embora o cerne dessa filosofia religiosa tenha sido nesses anos completamente anulado, qual seja, o de deixar ser. Quer dizer, a partir de 1949, a aceleração do progresso tornou-se o motor da sociedade na China, para usar o termo de Hartmut Rosa. Embora processos modernizantes tenham se iniciado ao fim da dinastia Qing, na era Mao eles foram substancialmente aprofundados e, com isso, os riscos

¹⁴⁹⁹ Mühlhahn, p. 391-392, 2019.

¹⁵⁰⁰ Hobsbawm, p. 452, 1995.

¹⁵⁰¹ As liberdades femininas particularmente não foram imediatamente bem assimiladas, porquanto “muitos maridos e suas famílias haviam pago dinheiro às famílias de suas noivas na época de suas núpcias, e esse investimento financeiro considerável foi feito com expectativas em relação ao trabalho das mulheres em casa e no campo. A possibilidade de divórcio ameaçava esses acordos [...]. A lei também ameaçava perturbar a posição de longa data das sogras, que detinham poder sobre as noras. Enquanto isso, os quadros do campo hesitavam em implementar regulamentações que temiam que alienassem a população masculina. [...] Críticas sobre a falta de implementação levaram o partido a renovar os esforços para fazer cumprir a lei em 1953. À medida que o novo governo se fortalecia, os quadros locais eram instruídos a seguir rigorosamente o texto da lei” (Mühlhahn, p. 412, 2019).

¹⁵⁰² Hobsbawm, p. 454-455, 1995.

¹⁵⁰³ Landsberger, p. 26, 2020.

ambientais aumentaram sumariamente. A aceleração da produção agrícola e industrial foi observada pela política como a condição fundamental para a realização do comunismo e os meios políticos e tecnológicos usados para tanto produziram um sem-número de tragédias humanas e ambientais, principalmente a partir de 1958.

Desde o início do governo de Mao, a natureza passou a ser observada como alvo da luta política e social. Nesta perspectiva, ela deveria ser sujeitada ao processo de aceleração progressista e a comunicação pública sobre esse objetivo lançou mão, intermitentemente, de uma retórica bélica, em outras palavras, para o comunismo ter sucesso, a natureza deveria ser derrotada¹⁵⁰⁴. Embora a filosofia confucionista enfatize a necessidade da administração dos bens naturais, particularmente dos rios e da agricultura, neste registro essa administração deveria se dar, lembremo-nos, com moderação e respeito aos ciclos naturais. A harmonia social depende, na cosmovisão confucionista, da harmonia entre sociedade e natureza, isto é, da procura pelo caminho do meio no qual o equilíbrio entre população e disponibilização de recursos seja produzido pela boa condução política. A era Mao foi na contramão dessa filosofia milenar que orientou, pelo menos simbolicamente, a perspectiva política das observações sócio-terranas anteriores. Reformar o Céu foi o objetivo político projetado na instituição de uma nova hierarquia social na qual, pelo menos descritivamente, trabalhadores e camponeses detinham o poder. Transformar a Terra era a condição para o desenlace desse objetivo.

9.7.2 Da guerra contra a natureza à grande fome

Darei início à observação dos riscos ambientais veiculados pelos *media* neste período, observando um episódio de tragédia ambiental no qual a nova disposição política e social descrita acima é notável. Devido às fortes chuvas, em 1954, o Yangtzé subiu novamente e com um volume de água ainda maior que o da enchente de 1931. Dessa vez, a crise foi mais bem administrada pelo PCC do que pelo Kuomintang, pelo menos na região de Hubei, e não se transformou em uma crise humanitária avassaladora como a de outrora. Oportunamente, o PCC planejou e executou, em 1952, uma reforma hidráulica à base de concreto e aço nos diques de Jingjiang e Dongting e construiu grandes comportas para redirecionamento da água em caso de inundação¹⁵⁰⁵. Assim, quando em 22 de julho de 1954 a inundação tornou-se uma ameaça para

¹⁵⁰⁴ Shapiro, p. 9, 2001.

¹⁵⁰⁵ Nas palavras de Lillian Li: “Logo após o estabelecimento da República Popular em 1949, houve chuvas excessivas que causaram muitos danos nas partes leste, central e sul da província – por isso a atenção foi focada no controle e prevenção de enchentes. A reparação de diques ao longo dos principais rios, incluindo o rio Daqing

Wuhan, as comportas foram abertas, inundando as zonas rurais ao norte e ao sul do Yangtzé, o que poupou a cidade de uma nova tragédia. A escolha, entre priorizar um grande centro populacional e econômico em detrimento das zonas rurais, teve o efeito de poupar milhares de vidas e perdas financeiras contundentes, já que Wuhan desenvolveu-se como um importante polo industrial. A única região afetada do distrito foi Hanyang¹⁵⁰⁶, mas a organização do socorro foi bastante diversa da feita pelo Kuomintang anteriormente: dessa vez foi operada através de unidades de trabalho que de fato disponibilizaram alimentação e acolhimento para a população afetada¹⁵⁰⁷, aumentando a confiança política no PCC e no uso de soluções tecnológicas modernas. A população rural, por outro lado, foi involuntariamente sacrificada: embora o PCC tenha tentado retirar as pessoas das áreas que seriam inundadas, com soldados atirando e gritando nos arredores das aldeias para assustar a população na tentativa de fazê-la fugir¹⁵⁰⁸, muitas pessoas decidiram ficar em suas casas e acabaram morrendo ou tornando-se refugiadas. Logo, um planejamento melhor de realocação teria certamente poupado muitas vidas. No entanto, no que diz respeito ao manejo eficiente das águas, o PCC certamente soube fazer uso das estruturas tecnológicas anteriormente criadas e empenhou-se em modernizá-las. A descrição do evento pelo relatório oficial do governo – intitulado “O Partido Lidera o Povo à Vitória sobre a Enchente”¹⁵⁰⁹ – e pelos jornais, adotou o tom bélico anteriormente mencionado. Em 22 de julho, o Rénmín Ribào publicou um comunicado do Ministério da Agricultura do Governo Central, instruindo a população a empenhar-se em aumentar a produção agrícola nas áreas não atingidas e prevenir-se contra os riscos costumeiros do verão:

[...] O aviso apontou que os próximos dois ou três meses serão a temporada com os desastres naturais mais frequentes. Todas as localidades devem tomar providências gerais, mobilizar todas as forças para *combater* desastres naturais e garantir a conclusão completa dos planos de produção agrícola. [...] O aviso *exige* que todas as localidades prestem atenção à prevenção da seca, continuando a prevenir inundações e alagamentos, e que pequenos projetos de conservação de água que tenham sido destruídos pela água sejam rapidamente reparados.¹⁵¹⁰

Antecipando-se ao risco já conhecido, a comunicação estatal disseminada pelo jornal tem a característica normativa que marcou essa época: a instrução do povo através da linguagem militar. Neste sentido, a comunicação pelos meios de comunicação de massa não se restringia à

(incluindo o dique Thousand-Li), o rio Yongding e outros, bem como a abertura de saídas que estavam bloqueadas – estavam no topo da agenda. Todos os anos, 100.000 trabalhadores eram mobilizados para realizar essa construção” (Li, p. 365, 2007).

¹⁵⁰⁶ Courtney, p. 87, 2017.

¹⁵⁰⁷ Courtney, p. 89, 2017.

¹⁵⁰⁸ Courtney, p. 86, 2017.

¹⁵⁰⁹ Courtney, p. 81, 2017.

¹⁵¹⁰ Rénmín Ribào, 22 de julho de 1954, p. 2.

produção de informação, mas dava ordens sobre o que fazer frente ao que foi informado. A normatividade é explícita e está respaldada pela concepção de que os agricultores – assim como quaisquer outros trabalhadores – formavam um exército, cujo comportamento adequado, correspondente às instruções propagadas, era fundamental para o crescimento do país, neste caso, pelo combate à natureza. Este artigo foi seguido de outro que atualizava a situação em Wuhan:

A população da cidade de Wuhan ultrapassou com segurança o nível de água mais alto em 90 anos e agora continua a *fortalecer o combate* às enchentes. [...] Nos últimos dias, o reforço dos diques e a instalação de equipamentos de proteção contra o vento foram realizados dia e noite em diversos locais. Nos mais de 320 quilômetros de diques na cidade, equipes de *patrulha* e resgate estão constantemente *em guarda*.¹⁵¹¹

Nesta matéria, o foco foi a disponibilização de dados considerados relevantes para comparação com o evento de 1932, mas a normatividade bélica manteve-se contundente, como se observa na introdução e na conclusão do artigo, isto é, o combate e a vigilância sobre os riscos ambientais foram comunicados como protagonizados pelas instâncias oficiais, mas dependentes do trabalho de todos. No dia seguinte, em 23 de julho de 1954, o Rénmín Ribào relatou a abertura das comportas em Jingjiang, celebrando o ato como uma vitória sobre os riscos de inundação:

As comportas da área de desvio de inundações de Jingjiang, no curso médio do Rio Yangtzé, foram abertas para armazenar as águas da enchente na manhã do dia 22. [...] No momento do desvio da inundação na manhã do dia 22, o nível da água em Shashi havia atingido 44,39 metros, e a inundação ainda estava subindo acentuadamente. Portanto, a inundação *ameaçava* seriamente a segurança do dique de Jingjiang e a segurança da área do Lago Dongting. Nesse momento, a Sede de Controle de Inundações da Região Central e Sul, após solicitar a aprovação do Conselho de Estado do Governo Popular Central, ordenou imediatamente à Sede de Controle e Desvio de Inundações de Jingjiang que abrisse as comportas para desviar a enchente. Após a abertura das comportas, o nível da água em Shashi parou de subir. [...] Toda a área de desvio de enchentes foi construída em duas fases, na primavera e no inverno de 1952. É o primeiro projeto moderno de desvio de enchentes em larga escala no meu país. [...] Atualmente, há mais de 28.000 trabalhadores migrantes *guardando* os diques dia e noite. As pessoas que viviam na área de desvio da enchente também foram devidamente realocadas e reassentadas com antecedência. Graças à preparação cuidadosa, o trabalho de desvio da enchente transcorreu sem problemas.¹⁵¹²

Nesta matéria, o tom belicista juntou-se ao elogio das soluções tecnológicas promovidas pelo PCC. Embora, como bem salientou Chris Courtney, o único incremento tecnológico na construção dos diques tenha sido sua amplitude e a resiliência dos materiais usados¹⁵¹³, eles

¹⁵¹¹ Rénmín Ribào, 22 de julho de 1954, p. 2.

¹⁵¹² Rénmín Ribào, 23 de julho de 1954, p. 1.

¹⁵¹³ Segundo Courtney: “[...] A literatura oficial da década de 1950 representou a construção dessas comportas como uma inovação altamente moderna. Na realidade, essa forma de intervenção hidráulica imitou aspectos do projeto original do dique da Dinastia Song, embora agora fortificado por aço e concreto. Longe de instituir uma nova estratégia hidráulica, os engenheiros comunistas, guiados por conselheiros soviéticos, estavam apenas

provaram-se eficazes para o enfrentamento dos riscos de inundação. A conclusão da matéria, no entanto, não corresponde à verdade dos fatos: sabemos, por registros históricos, que pelo menos 149.507 pessoas morreram em Hubei em decorrência do desvio das águas¹⁵¹⁴, porquanto nem todas foram devidamente realocadas. Considerando que a descrição foi publicada apenas um dia após a abertura das comportas, é razoável considerar que a informação sobre as vítimas imediatas ainda não estivesse disponível para a redação do jornal, assim como grande parte delas veio a óbito posteriormente em decorrência da fome, das doenças e mesmo por suicídio, eventos catalisados pela dispersão das águas nas áreas rurais. O discurso oficial, tanto em relatórios oficiais do governo quanto nas descrições do Rénmín Ribào, foi o de que a crise ambiental havia sido vencida em colaboração com a população agrária que se sacrificou em prol das áreas urbanas. Nesta mesma edição, aliás, o jornal relatou de forma elogiosa que as regiões não afetadas pelas enchentes estavam empenhando-se em aumentar a produção agrícola em 10% para compensar as perdas¹⁵¹⁵.

A revista Rénmín Huàbào (Revista Ilustrada do Povo) publicou sobre o evento em setembro de 1954, dois meses depois, e o fez indiretamente, ou melhor, o foco da reportagem – “Conquistas na construção de sistemas de conservação de água na Nova China nos últimos cinco anos”¹⁵¹⁶ – foi colocado na construção das grandiosas obras hidráulicas comparadas à ineficiência do governo anterior e as consequências negativas das chuvas de julho não foram relatadas. Nesta matéria, a descrição é conduzida pelo argumento de que a organização do trabalho sob um molde militar em aliança com o uso de modernas tecnologias protagonizou uma guerra contra a natureza, derrotada por fim. A quantificação dos riscos, dos feitos e dos ganhos é usada tanto como evidência do sucesso da luta contra a natureza quanto como parâmetro seletivo para angariar maior atenção dos observadores. Comparações constantes com o período anterior assinalam a legitimidade do PCC no trato dos riscos ambientais e, sob este aspecto, vale mais uma vez lembrar que a legitimidade deveria ser colocada para observação em relação a toda a história da política ambiental na China e no que tange ao controle das águas, até o governo de Yu, o Grande, o domador de dragões. Como já salientei, muita e pouca água eram a causa dos maiores problemas ambientais na China, de modo que a boa administração sobre esse

corrigindo erros cometidos pelos administradores da Dinastia Ming, que permitiram que o lodo acumulado tornasse as comportas originais inoperantes” (Courtney, p. 84, 2017).

¹⁵¹⁴ As principais causas de morte em consequência do desvio das águas para as áreas agrícolas descritas por Chris Courtney foram fome, suicídio e doenças, dentre outras (Courtney, p. 85, 2017).

¹⁵¹⁵ Rénmín Ribào, 23 de julho de 1954, p. 2.

¹⁵¹⁶ Matéria assinada por Cui Zaizhi, Diretor Adjunto do Gabinete Geral do Ministério dos Recursos Hídricos do Governo Popular Central e publicada pelo Rénmín Huàbào em setembro de 1954, p. 14-15.

recurso era – e é – fundamental para qualquer governo colocar à prova sua eficiência política. Essa matéria veio acompanhada de fotos imponentes que colocaram para observação geral a grandiosidade material resultante do pacto entre o trabalho e a tecnologia.



Imagem 13: Rénmín Huàbào, setembro de 1954¹⁵¹⁷

De fato, a Rénmín Huàbào foi uma revista ilustrada cujas imagens eram sobremaneira potentes em mostrar os avanços produtivos da China na época. O controle sobre os dois maiores rios da China, o Huáng Hé (Rio Amarelo) e o Yangtzé, era um objetivo antigo e contínuo, dadas

¹⁵¹⁷ A foto acima da página traz a legenda: “As comportas na área de desvio de enchentes de Lijiang, no curso médio do Rio Yangtzé. Este ano, a enchente do Rio Yangtzé ultrapassou o nível mais alto desde o início dos registros hidrológicos. Após a abertura de várias comportas para armazenar a água da enchente, a segurança do dique de Jingjiang foi garantida”. Abaixo à esquerda: “A barragem em arco do reservatório de Fuziling, localizada a montante do rio Jinhe, um afluente do rio Huaihe, tem mais de 500 metros de comprimento e é construída com concreto armado. Este ano, a bacia do rio Huaihe recebeu chuvas concentradas, e esta grande barragem desempenhou um papel fundamental no controle de enchentes logo após sua conclusão. A usina hidrelétrica está atualmente em construção”. Na direita, de cima para baixo, temos as legendas respectivas das três imagens: i) “A conclusão do reservatório de Guanting basicamente aliviou a pressão sobre os cursos inferiores do rio Yongding. A água do reservatório pode ser usada para vários propósitos no futuro”; ii) “A comporta de Sanhe, localizada às margens do Lago Hongze, no curso inferior do Rio Huaihe, é a maior comporta do Projeto de Controle do Rio Huaihe. Após sua conclusão em julho de 1953, passou a realizar as tarefas de controle de enchentes, irrigação e navegação. Neste ano, o Rio Huaihe sofreu uma enchente historicamente severa, mas esta comporta garantiu a segurança das vastas áreas rurais a leste do Rio Lixiahe”; e iii) “O reservatório Nanwan, no curso superior do rio Huaihe, está em construção. Quando estiver concluído em maio do próximo ano, será capaz de controlar as cheias do afluente Chonghe e reduzir o pico de cheia do rio Huaihe”.

as inúmeras tragédias ao longo da história por suas enchentes. A propagação visual dessas obras monumentais de contenção do Yangtzé e do Huái Hé preconizava o que ainda estava por vir: maiores e mais poderosas obras de engenharia hidráulica que culminaram, por exemplo, na barragem de Sanmenxia no Huáng Hé (1962) e das Três Gargantas no Yangtzé (2006), que abordarei posteriormente.

O viés belicista no trato dos riscos e da natureza não se restringia, no entanto, apenas a essas descrições, mas estendia-se sobre quase todos os outros acontecimentos observados: das relações internas às relações externas, tudo era uma luta porque a luta era o combustível da revolução em movimento. Neste sentido, as comunicações voltadas para a realização do comunismo, bastante orientadas até 1960 por políticos e especialistas soviéticos¹⁵¹⁸, sobrepunham-se não apenas às questões ambientais, mas sobretudo às disposições de soluções para seus riscos. Apesar do discurso da época estar fortemente ancorado na primazia das novas tecnologias, o PCC ignorou e perseguiu intelectuais que porventura fossem contrários à execução das grandiosas obras e estratégias de enfrentamento à natureza, mesmo quando as evidências mostravam que eles tinham razão. Em outras palavras, a comunicação política influiu destrutivamente sobre a ciência e os custos ambientais e humanos foram estrondosos. Um exemplo de práticas ancoradas em ciência equivocada era a de expor animais e plantas a situações extremas sob a noção do geneticista russo Trofim Lysenko, para o qual características adquiridas ao longo da vida poderiam ser transmitidas aos descendentes¹⁵¹⁹. Na Rénmín Huàbào de agosto de 1954, por exemplo, uma matéria sobre a fundação de uma cooperativa agrícola descreve esse tipo de estratégia ao assinalar que “[...] se decidiu que o trabalho de tosquia de ovelhas deveria ser acelerado para tornar o gado mais gordo e forte, aumentando sua resistência ao inverno”¹⁵²⁰. Práticas como essa causavam não apenas sofrimento aos animais, mas um desperdício de força de trabalho e insumos em larga escala. A ciência, como alvo da luta revolucionária, tinha, no entanto, outro fundamento além de, por vezes, ser empecilho para os avanços revolucionários e para o controle sobre a natureza: por mais de dois mil anos, a classe intelectual, os mandarins, formaram a classe burocrática governante. Neste sentido, embora

¹⁵¹⁸ Segundo Mühlhahn: “Após a assinatura do tratado (de Amizade, Aliança e Assistência Mútua), cerca de dez mil russos chegaram à China para servir como consultores especialistas, principalmente de 1953 a 1957, e muitos permaneceram até que Nikita Khrushchev (1894-1971) os retirou abruptamente em 1960. Os consultores soviéticos estavam vinculados a todos os ministérios chineses, governos regionais e provinciais e grandes empresas industriais” (Mühlhahn, p. 376, 2019).

¹⁵¹⁹ Segundo Marks: “A crença transformista de Lysenko de que toda a natureza orgânica é infinitamente maleável e sujeita à manipulação humana harmonizava-se com as ideias de Mao sobre a revolução social, e o lysenkoísmo foi adotado como doutrina formal do partido em 1952” (Marks, p. 273, 2012).

¹⁵²⁰ Rénmín Huàbào, agosto de 1954, p. 18.

grande parte dos comunistas do início do século XX fosse composta por intelectuais, a partir da tomada do poder em 1949, a classe de intelectuais como um todo passou a ser observada de forma pejorativa, isto é, como frívola, pela oposição entre trabalho intelectual e manual, e como perigosa, já que tradicionalmente ocupou por muito tempo posições de poder. Paulatinamente, os intelectuais foram sendo vistos com cada vez mais desprezo e, na Revolução Cultural, tornaram-se a nona classe fedorenta, a mais baixa entre as categorias vigentes¹⁵²¹. Como em quase todo processo comunicativo capaz de gerar organização social, a situação da classe intelectual se viu dentro de um paradoxo: se, por um lado, era necessária ao avanço tecnológico e foi assim fomentada pela ampliação do ensino superior, por outro, era mantida sob controle através de expurgos incentivados pelo poder central, muitos deles auto infligidos.

Embora na década de 1950 a reorganização da sociedade em consonância com a intensificação do trabalho agrícola e obras para redução dos riscos ambientais tenha mostrado-se eficaz para o aumento da riqueza geral, várias decisões baseadas em conhecimentos equivocados começaram nesta década a produzir um risco que tornar-se-ia perigo em 1958, dentre elas, o fomento ao aumento populacional feito por Mao Tsé-Tung, sob o argumento de que quanto mais trabalhadores estivessem disponíveis, mais a produtividade aumentaria e mais rapidamente o comunismo seria alcançado. A lógica aceleracionista desse argumento é evidente. Sob o slogan “Com Muitas Pessoas, a Força é Grande”, Mao incentivou o aumento populacional¹⁵²² sob a justificativa de que quanto maior a população, maior seria o capital produtivo e militar¹⁵²³. O pressuposto dessa ideia era o de que, em sociedades socialistas, uma grande população não seria o problema, mas a solução para o paradoxo econômico entre fartura e escassez. O economista Ma Yinchu, então reitor da Universidade de Pequim, percebeu os riscos inerentes ao crescimento populacional ao analisar os dados do censo de 1953, mas, receoso quanto às possíveis represálias, manteve silêncio sobre suas conclusões. Pouco depois, na primavera de 1956, Mao lançou a campanha “*Que desabrochem cem flores, que disputem cem escolas de pensamento*”, afrouxando a censura sobre as artes e a academia, estimulando assim a comunicação de perspectivas divergentes. É difícil saber se essa campanha foi feita com a intenção de realmente aumentar a diversidade de pensamento ou se foi feita, como argumenta

¹⁵²¹ Shapiro, p. 25, 2001.

¹⁵²² Segundo Shapiro: “[...] Embora não esteja claro se o próprio Mao usou essa frase, muitos chineses a atribuem a ele e a veem como a essência de suas visões sobre o valor de uma grande população” (Shapiro, p. 31, 2001).

¹⁵²³ Um episódio em particular causou exasperação no líder italiano Palmiro Togliatti e impressionou outros líderes internacionais quando Mao gabou-se que a China sobreviveria inclusive a uma guerra nuclear devido à sua imensa população (Hobsbawm, p. 227, 1995).

Hobsbawm, para identificar dissidentes e puni-los de forma exemplar¹⁵²⁴. Fato é que a campanha das Cem Flores estimulou a emergência de comunicações diversas que, uma vez expostas, foram logo identificadas como ameaça para o regime e repreendidas de acordo¹⁵²⁵. Antes dessa reviravolta repressiva, no entanto, Ma Yinchu decidiu aproveitar a oportunidade e expor suas ideias sobre a questão demográfica, publicando na íntegra seu relatório, intitulado “Nova Teoria Populacional”¹⁵²⁶, no Rénmín Ribào em 5 de julho de 1957. Ma o inicia com um longo elogio às conquistas do regime do PCC que promoveu o bem-estar da população, facilitando sua reprodução e longevidade, enfatizando que o crescimento populacional devia-se a políticas públicas eficazes como: i) as voltadas para a educação e o emprego de jovens recém-formados, algo que estimulava o casamento precoce; ii) as de cuidado com a maternagem com a disposição do direito de licença maternidade e incremento na saúde materna e dos infantes, que diminuiu em muito a mortalidade infantil, garantindo crianças saudáveis que, por sua vez, teriam direito à educação e assistência estatal em seu desenvolvimento; iii) as do cuidado com os idosos através de instituições e pensões voltadas para este público, que aumentou a longevidade da população; iv) a extinção das guerras civis e as políticas de contenção dos riscos naturais assim como o acolhimento para as populações por eles afligida que fizeram com que as pessoas morressem menos; v) Ma apontou também que, com a secularização da sociedade, pessoas religiosas passaram a se casar com maior frequência, aumentando o número de nascimentos, assim como o fim da prostituição permitiu que mais mulheres tivessem filhos; vi) a coletivização da agricultura deu maior segurança para que as pessoas decidissem se casar e ter filhos, uma vez que tinham respaldo na comunidade geral e não mais apenas em suas famílias; e vii) os subsídios governamentais para as pessoas que tivessem filhos também estimulou maior número de nascimentos. Nesta perspectiva, as causas do aumento populacional eram boas e Ma enfatizou que não havia problema algum com qualquer uma delas, com exceção da última. Em seguida, o economista passa a uma análise mais técnica e razoavelmente marxista sobre os riscos do aumento populacional, evidenciando a discrepância entre este e a necessária acumulação de

¹⁵²⁴ Hobsbawm, p. 488, 1995.

¹⁵²⁵ Em 1957, ocorreram inúmeros expurgos antidireitistas com rituais de autocrítica, migração forçada, prisões e mortes. Segundo Mühlhahn: “A Campanha Antidireitista decolou em junho (de 1957) e se estendeu até 1959. Todos aqueles que expressaram críticas, independentemente de seus motivos, bem como muitos que não fizeram nenhuma crítica, foram denunciados e punidos, e milhares foram enviados para campos de trabalho. Intelectuais e profissionais chineses, dentro e fora do partido, foram ameaçados e intimidados. Depois que Mao divulgou sua estimativa de que até 10% de todos os intelectuais eram de direita e secretamente se opunham ao socialismo, muitas escolas, universidades e jornais interpretaram isso como um sinal de que deveriam reportar 10% de seus funcionários como direitistas. No total, essa campanha [...] rotulou cerca de 550.000 intelectuais como direitistas” (Mühlhahn, p. 437, 2019).

¹⁵²⁶ Rénmín Ribào, 5 de julho de 1957, p. 11.

capital. A questão era que a perspectiva de Ma Yinchu era redondamente diversa da propagada pelo PCC e enfaticamente por Mao. Sua intenção era a melhor possível¹⁵²⁷ e suas conclusões econômicas, didaticamente explicadas neste artigo, assim como no Congresso Nacional do Povo em 1º de julho de 1957, do qual era membro permanente, propunham uma nova condução da política populacional com vistas nas questões ambientais por ele elencadas, particularmente as condizentes com a instabilidade climática e a disponibilidade de terras para produção agrícola. Ma vislumbrou aí um problema que tornar-se-ia gigantesco na década seguinte e para o qual as piores soluções foram dadas, como veremos a seguir. Nas semanas seguintes, Ma foi atacado como malthusiano em diversos jornais¹⁵²⁸ e, um ano depois, na primeira edição da revista Hóngqí (Bandeira Vermelha), Mao publicou o artigo de abertura contrariando abertamente as conclusões de Ma Yinchu, como se observa nesta seleção:

*Além da liderança do Partido, a população de 600 milhões é um fator decisivo. Com uma população grande, há muita discussão, entusiasmo e impulso. Nunca antes vimos as massas tão animadas, motivadas e cheias de vigor como agora. As antigas classes exploradoras foram completamente perdidas no vasto mar da classe trabalhadora e são forçadas a mudar, mesmo que não queiram. [...] Todas as ideologias decadentes e outras partes inadequadas da superestrutura estão se desintegrando dia a dia. Ainda levará tempo para varrer completamente esse lixo, mas o colapso dessas coisas é certo. Entre outras características, a mais marcante dos 600 milhões de chineses é sua inexpressividade. Embora isso possa parecer ruim, na verdade é bom. Eles querem mudança, querem ação, querem revolução. Uma folha de papel em branco, livre de fardos, presta-se às palavras mais frescas e belas e aos desenhos mais frescos e belos. [...] Será que os trabalhadores chineses ainda têm a aparência escravagista do passado? Não mais; eles são os senhores. Os trabalhadores dos 9,6 milhões de quilômetros quadrados da República Popular da China agora começaram de fato a governar esta terra.*¹⁵²⁹

O elogio de Mao ao protagonismo da imensa população no processo revolucionário foi logo percebido como uma crítica aberta a Ma Yinchu¹⁵³⁰, que, por sua vez, já vinha sofrendo retaliações na imprensa e na própria universidade, onde milhares de cartazes o depreciavam. Em 1960, ele foi forçado a renunciar ao cargo de reitor e, silenciado de uma vez por todas, foi

¹⁵²⁷ Ma havia feito sua graduação e mestrado na Universidade de Yale e defendeu seu doutorado na Universidade de Columbia, onde, segundo Shapiro, tentaram mantê-lo no corpo docente, convite que ele declinou para voltar à China para colaborar na modernização do seu país. Neste sentido, sua perspectiva crítica a respeito do aumento populacional não tem evidências de más intenções, pelo contrário (Shapiro, p. 37, 2001). Ao defender-se das acusações posteriores, ele disse: “Eu nunca levo em conta a mim mesmo ou minha reputação, eu apenas levo em conta o país e a verdade. Em nome da verdade, se eu devo sacrificar minha própria vida, não seria errado” (apud Shapiro, p. 42, 2001).

¹⁵²⁸ Segundo Shapiro: “Dezoito desses artigos foram publicados na segunda metade de 1958. Seguiram-se várias denúncias a nível nacional, com quase sessenta artigos publicados em jornais de distribuição nacional como Guangming Ribao, Wenhui Bao, Beijing Ribao, Xin Jianshe e Jingji Yanjiu” (Shapiro, p. 42, 2001).

¹⁵²⁹ Hóngqí, 1 de junho de 1958, p. 3-4.

¹⁵³⁰ Shapiro, p. 42, 2001.

proibido de publicar e lecionar¹⁵³¹. Só em 1979, Ma teve as acusações contra ele retiradas e foi reempessoado como reitor honorário da Universidade de Pequim, aos 98 anos¹⁵³². A esta altura, a superpopulação chinesa já havia se tornado um dos maiores problemas nacionais – e mundiais, se considerarmos o compartilhamento dos riscos globalizados. Mas o risco mais imediato já estava emergindo quando da desforra de Ma Yinchu: no final de 1957, contrariando os alertas do economista sobre a necessidade de equilíbrio entre população e as diversas forças produtivas, Mao Tsé-Tung lançou a campanha conhecida como o “Grande Salto Adiante”, na qual, dentre outras coisas, a produção de ferro e aço em larga escala tornou-se a prioridade do governo com vistas na aceleração industrial, ignorando todas as etapas elencadas por Ma Yinchu para o alcance de uma produção industrial pesada. Nessa empreitada, Mao parece ter se decidido a usar a força de trabalho e o desejo de progresso da imensa população chinesa para acelerar o desenvolvimento produtivo, a despeito de não ter a organização do trabalho avançada e a tecnologia para tanto. Nos meios de comunicação de massa, o slogan “a velocidade é a alma da diretriz máxima” passou a conduzir as expectativas junto com a normativa de “fazer tudo, mirar alto e construir o socialismo com resultados maiores, mais rápidos, melhores e mais econômicos”¹⁵³³. Sinteticamente, o objetivo do Grande Salto era o de, como bem salienta o slogan, avançar no tempo não apenas de forma acelerada, mas pulando etapas. A ideia era transferir a sociedade do presente para o futuro sem processos intermediários¹⁵³⁴. Apesar da industrialização instantânea ser uma das prioridades, o Salto abrangeu uma nova reorganização e aceleração de todos os âmbitos produtivos: instigou o aumento da produção agrícola, particularmente a produção de grãos, da qual vinha não apenas a alimentação da imensa população, mas os rendimentos da exportação que seriam reintroduzidos na indústria¹⁵³⁵; promoveu grandes obras hidráulicas às pressas, algumas das quais causaram tragédias posteriormente, como as das barragens de Banqiao e Shimantan e das quais problemas imediatamente consequentes foram a erosão, o assoreamento, a salinização e alcalinização do solo; e promoveu a guerra contra as quatro pragas, quais sejam, ratos, pardais, moscas e mosquitos¹⁵³⁶. A luta contra a natureza tornou-se o fundamento da aceleração, porquanto a

¹⁵³¹ Shapiro, p. 22, 2001.

¹⁵³² Shapiro, p. 45, 2001.

¹⁵³³ Mühlhahn, p. 438, 2019.

¹⁵³⁴ Neste sentido, Ma Yinchu parece ter razão ao chamar seus algozes de antileninistas.

¹⁵³⁵ Segundo Mühlhahn: “[...] como enormes investimentos na indústria pesada causaram déficits orçamentários na década de 1950, aumentaram as pressões para exportar mais grãos. Cavia ao setor agrícola gerar os enormes fundos necessários para esses investimentos. Desenvolveram-se desequilíbrios crescentes entre as regiões industriais e agrícolas em termos de salários, padrões de vida e assistência social” (Mühlhahn, p. 422, 2019).

¹⁵³⁶ Shapiro, p. 86, 2001.

produção agrícola precisava superar as capacidades do trabalho e do solo, os rios precisavam ser drenados, transpostos, contidos e distribuídos para irrigação, a fundição de ferro e aço, operada não apenas na indústria, mas em milhares de fornos improvisados em fundos de quintal¹⁵³⁷, precisava do combustível imediatamente alcançável nas florestas e as pragas precisavam ser dizimadas. Na mesma edição da Hóngqí citada acima, o editorial de abertura faz referência a uma frase que Mao proferiu em maio daquele ano (1957) e que preconizava o que estava por vir: *“O desenvolvimento das forças produtivas sociais da China está agora experimentando um salto sem precedentes. A revolução continua a abrir caminho para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Diante do espírito altivo do povo chinês, as montanhas se curvam e os rios cedem”*¹⁵³⁸. Subestimar a natureza e superestimar as capacidades sociais em subjugar-la foi sem dúvida o equívoco central do Grande Salto que resultou numa tragédia sem precedentes: a Grande Fome que matou por volta de 30 milhões de pessoas entre 1959 e 1961¹⁵³⁹ e arrasou a economia chinesa, desestruturando todas as conquistas da década anterior. A campanha, que teve seu auge entre 1958 e 1960, lançou mão da imprensa escrita e de cartazes que enfatizaram a sujeição da natureza. A estética dos cartazes baseou-se, a pedido de Mao, em uma fusão do realismo revolucionário soviético com o romantismo revolucionário, isto é, a campanha lançou mão de imagens que apelavam afetivamente para seus observadores através do uso de cores vibrantes, cenas gloriosas dos trabalhadores e das lideranças¹⁵⁴⁰ e recorria, vez ou outra, para elementos simbólicos da religiosidade popular, ressignificando-os para os propósitos comunicativos atuais. A normatividade implícita nas imagens estava prospectada nas metas a serem alcançadas e no empenho exigido para tanto. Vamos observar algumas dessas comunicações para os principais objetivos do Salto elencados acima.

Primeiramente, vamos observar o objetivo geral do Grande Salto, qual seja, saltar no tempo e progredir rumo ao comunismo através da força de trabalho e da vontade – já que faltavam insumos e tecnologia para tanto. Um cartaz particularmente interessante mostra o avanço dos trabalhadores através de uma analogia com a mitologia taoísta dos Oito Imortais, transformando os próprios trabalhadores em seres capazes de operar milagres. Muito popular na

¹⁵³⁷ Mühlhahn, p. 440, 2019.

¹⁵³⁸ Hóngqí, 1 de junho de 1958, p. 1-2.

¹⁵³⁹ Segundo Klaus Mühlhahn: “É impossível saber o número de mortes nos três piores anos de fome, de 1959 a 1961. Estatísticas compiladas por autoridades do continente estimam que entre 16 milhões e 17 milhões de pessoas morreram de causas incomuns; estimativas de analistas estrangeiros chegam a 45 milhões. As estimativas consideradas mais confiáveis dizem que entre 27 milhões e 30 milhões de pessoas pereceram como resultado do Grande Salto para a Frente” (Mühlhahn, p. 444, 2019).

¹⁵⁴⁰ Landsberger, p. 38, 2020.

China, os Oito Imortais são um grupo de sete homens e uma mulher que alcançaram a imortalidade pela prática dos princípios taoístas¹⁵⁴¹, particularmente aqueles de deixar ser e de incorporar o Tao de modo a harmonizar-se com a natureza, algo que, como vimos no início deste capítulo, era relevante para a auto-observação dos trabalhadores braçais desde tempos remotos.



Imagem 14: Enfrente o vento e as ondas, todos têm habilidades notáveis¹⁵⁴²

O autocultivo, no sentido taoísta, está explícito no título e na disposição dos personagens, mostrando trabalhadores empenhados em suas próprias habilidades e especializações. Juntos, enfrentam um mar revolto com alegria e disposição. Comparando com uma imagem clássica dos Oito Imortais, qual seja:

¹⁵⁴¹ Kohn, p. 166, 2012.

¹⁵⁴² Esse cartaz foi feito por Wang Liuying, Xin Liliang, Meng Muyi, Xu Jiping, Zhang Biwu, Wu Shaoyun, Jin Zhao Fang, Yu Weibo e Lu Zezhi e publicado em 1958.



Imagem 15: Os Oito Imortais¹⁵⁴³

É possível inferir daí a atualização da semântica arcaica nos moldes do Grande Salto: se na imagem d’Os Oito Imortais os personagens apresentam-se enquanto seres ascendentes pela conquista da harmonia com a natureza, no cartaz de 1958, os personagens apresentam-se como vitoriosos pela conquista da natureza. A atualização do mito em termos seculares e comunistas é o que faz o cartaz “*Enfrente o vento e as ondas, todos têm habilidades notáveis*” e, perceba, o mito d’Os Oito Imortais não é sobre seres sobrenaturais, mas sobre personagens humanos que, por seus próprios condões, alcançaram a imortalidade, algo que, transfigurado na imagem dos trabalhadores, os coloca como capazes de realizar o mesmo, não para si, mas para a sociedade na qual cumprem papéis sociais. Outro cartaz da mesma época usa outro elemento da religiosidade popular, um ainda mais relevante para as observações sócio-terranas, qual seja, o dragão que, lembre-se, era uma entidade real da antiga zoologia chinesa e tinha um papel fundamental na formação das chuvas e da condução dos rios e mares.

¹⁵⁴³ Vosen, p. 7, 2018.



Imagem 16: A comuna é como um dragão gigante, a produção é notável e inspiradora¹⁵⁴⁴

Na imagem, um operário, um camponês, um quadro do Partido, um estudante e um membro da Milícia Popular aparecem sobre o dorso de um dragão que voa acima das nuvens produzidas pela sua respiração. Eles carregam uma cesta com os produtos do seu trabalho e vão em direção a um portão sobre o qual está escrito “Portão do Salto Adiante”, entrada para uma cidade na qual podemos ver as chaminés das fábricas, símbolo do progresso comunista. Há, nesta imagem, pelo menos duas camadas de significados importantes. A começar pelo dragão que, ao mesmo tempo em que conduz e é submetido pelos personagens, carregando-os, é também assimilado como a unidade de todos eles, tal qual descrito no título “A comuna é como um dragão gigante”. Neste sentido, o dragão não é apenas subordinado aos personagens acima dele, mas é incorporado por eles. A condução do cesto com produtos agrícolas, dentre outros, em direção às fábricas situadas, por sua vez, em uma cidade idílica após o portão do Salto para a Frente, ilustra bem as prerrogativas do Grande Salto: a industrialização e o progresso fomentados pela produção agrícola no campo e pelo empenho braçal dos operários.

No que diz respeito à produção agrícola, houve imensas pressões neste período, devido à escassez de mão de obra, porquanto muitos trabalhadores foram realocados para outras

¹⁵⁴⁴ A autoria do cartaz é de Wu Shaoyun, Zhang Yuqing e Lu Zezhi e foi publicado em 1959.

funções, como para a indústria e para grandes obras hidráulicas e viárias. Por outro lado, a propaganda oficial fez elogios à produtividade, ao mesmo tempo em que instigou o aumento da produção por meios duvidosos: toda terra disponível deveria ser aproveitada ao máximo¹⁵⁴⁵, principalmente para plantação de grãos, algo que teve resultados desastrosos, já que muitas sementes foram aglomeradas em pouco espaço, fertilizantes inadequados foram utilizados¹⁵⁴⁶, a aração profunda foi estimulada, causando danos à camada fértil do solo¹⁵⁴⁷ e, durante a colheita de 1958, não houve mão de obra suficiente para operá-la, o que fez com que, só em Hebei, de 3 a 4 toneladas de grãos fossem perdidas¹⁵⁴⁸. Com base na duvidosa ciência importada da URSS, a produtividade agrícola degingolou. Com metas cada vez mais altas e competições entre lideranças locais, os resultados da produção eram recorrentemente exagerados¹⁵⁴⁹ e quem ousava contestá-los era perseguido¹⁵⁵⁰. Em 1958, a Carta dos Oito Pontos da Agricultura serviu como diretriz normativa para os trabalhadores do campo aumentarem sua produtividade, dispondo sobre: a melhoria do solo, a aplicação de fertilizantes, a conservação de água, a melhoria da linhagem de sementes, o aumento da densidade de plantio, a proteção de plantas, a melhor gestão de campo e o aprimoramento do maquinário agrícola¹⁵⁵¹. Nem todas essas diretrizes eram

¹⁵⁴⁵ Por exemplo: “Em Guangzhou, as pessoas foram obrigadas a plantar mais de dez vezes o número normal de mudas em seus campos” (Shapiro, p. 77, 2001).

¹⁵⁴⁶ Segundo Shapiro: “O plantio próximo de mudas, o plantio profundo, o arado de lâmina dupla, técnicas peculiares de fertilização e outras inovações duvidosas introduzidas em nome da ciência frequentemente tinham efeitos adversos na produtividade agrícola ou desperdiçavam a energia dos agricultores” (Shapiro, p. 76, 2001).

¹⁵⁴⁷ Segundo Shapiro: “O esforço para aumentar a produtividade de grãos por meio da aração profunda derivou das ideias do especialista soviético Terenty Malstev. Em alguns casos, sulcos de três metros de profundidade eram cavados manualmente em esforços exaustivos e insensatos para forçar a terra a se tornar mais fértil. Onde a camada superficial do solo era fina, como em partes da província de Anhui, a produtividade da terra era quase totalmente destruída quando o revolvimento da terra causava a erosão do solo, transformando-o em rocha-mãe” (Shapiro, p. 78, 2001).

¹⁵⁴⁸ Lillian Li, p. 360, 2007.

¹⁵⁴⁹ Segundo Yang Jisheng: “[...] os jornais do partido promoveram ‘o exemplo de colheitas abundantes’ [...]. Quando Mao aspirava a colheitas de 5.000 quilos por mu, seus subordinados reportavam colheitas de 50.000. O exagero era uma bajulação impulsionada pela máquina estatal. [...] Relatos de colheitas milagrosas de trigo ocupavam frequentemente lugares-chave na primeira página do jornal, muitas vezes em fonte especial ou mesmo destacados em vermelho, alimentando o fanatismo e a fraude, já que cada um deles alegava ‘conquistas’ maiores do que o anterior [...]. As invenções disseminadas pelos órgãos de propaganda exerceram pressão política sobre aqueles que se mostravam céticos em relação às alegações fantasiosas. Os céticos tornaram-se alvos políticos. Numa atmosfera em que a mentira era incentivada e a verdade atacada, o exagero tornou-se a ordem do dia” (Yang, p. 344-346, 2012).

¹⁵⁵⁰ Por exemplo: “No distrito de Wenjiang, perto de Chengdu, um vice-secretário do Partido chamado Zeng Jia ousou expressar seu ceticismo quanto às alegações das regiões vizinhas de que estavam produzindo mais de 10.000 jin de arroz por mu, com base em uma produção de 250 grãos por broto. O próprio Zeng subiu aos campos para contar e não encontrou nenhuma planta com mais de 80 ou 90 grãos. [...] Em 7 de janeiro de 1959, o Sichuan Daily publicou um artigo criticando a ‘Facção dos Contadores’, nomeando Zeng como um representante-chave. De fato, quando os colegas de Zeng investigaram um campo amplamente divulgado, ele estava produzindo 600 jin, não dez mil. Mas Zeng foi forçado a confessar que sua perspectiva era falha e que não acreditava no Partido e nas massas. Ele foi enviado para realizar trabalhos pesados” (Shapiro, p. 79, 2001).

¹⁵⁵¹ Yi; Ying, p. 360, 2018.

equivocadas em relação ao objetivo, qual seja, aumentar a produção agrícola, mas a interpretação de pelo menos duas delas foi fatal nos péssimos resultados da campanha e uma teve resultado duvidoso, a saber, o aumento de densidade do plantio, a aração profunda (elencada como melhoria do solo) e a organização do trabalho em grandes comunas, respectivamente. As duas primeiras desperdiçaram mão de obra em larga escala e prejudicaram o solo de tal modo que desperdiçaram também alimentos e terras; a terceira, isto é, a gestão através de comunas, tirou da responsabilidade familiar e aldeã a produtividade, expandindo as tarefas agrícolas para grande quantidade de pessoas, muitas vezes migrantes, algo que desmantelou os esquemas de solidariedade parental, causando imensa vulnerabilidade quando sobreveio a grande fome¹⁵⁵². A descrição da imprensa, no entanto, era a de que todas essas estratégias estavam funcionando, como se observa no Rénmín Rìbào de 1 de outubro de 1958:

[...] as vastas terras da nossa pátria testemunham uma colheita abundante sem precedentes. [...] De acordo com as autoridades agrícolas, a produção nacional de grãos deste ano atingirá mais de 700 bilhões de jin (aproximadamente 100 bilhões de quilos), quase o dobro da produção do ano passado. [...] Esta colheita agrícola extraordinária não só tem um significado enorme e direto para a melhoria da vida do nosso povo, como também acelerou enormemente o progresso da construção socialista em nosso país. [...] Acreditamos que, no próximo ano, nosso problema alimentar será finalmente resolvido. [...] O Grande Salto Adiante na produção agrícola não apenas estimulou e impulsionou fortemente a indústria, acelerando seu desenvolvimento para atender à enorme demanda gerada pelo Grande Salto Adiante na produção agrícola, mas também criou condições favoráveis para que a grande maioria dos camponeses se dedicasse diretamente à indústria. Milhões de camponeses se dedicando à indústria, em conjunto com o desenvolvimento industrial do Estado, formaram a atual e tremenda onda de desenvolvimento industrial em todo o país. [...] O Grande Salto Adiante na agricultura impulsionou o Grande Salto Adiante na indústria; e o Grande Salto Adiante na indústria também acelerará a mecanização e a eletrificação da agricultura, fornecendo à agricultura mais fertilizantes químicos e pesticidas. Esta é a estreita relação entre a indústria e a agricultura em meu país, promovendo-se e apoiando-se mutuamente, e avançando lado a lado. A aliança operário-camponesa em meu país será consolidada e fortalecida sobre esta nova base econômica. [...] Todos aqueles que disseminam pessimismo e ceticismo em relação ao Grande Salto Adiante na produção agrícola sofreram uma derrota esmagadora em um ponto fundamental: subestimam sistematicamente o poder e o papel das massas; não acreditam que as massas despertas de centenas de milhões possam criar milagres sem precedentes na história, na China ou em qualquer outro lugar. [...] De todos os fatores de produção, os seres humanos

¹⁵⁵² A este respeito, é importante salientar que a organização em grandes comunas não só estruturou o trabalho coletivo, mas a alimentação coletiva. Embora algumas famílias escondessem grãos por precaução (Lillian Li, p. 358, 2007), a alimentação passou a ocorrer via de regra em refeitórios coletivos, de modo que, quando faltou comida, faltou para todos. Segundo Yang Jisheng: “[...] as cozinhas comunitárias proliferaram rapidamente. Em alguns lugares, as cantinas comunitárias conquistaram a participação de todas as famílias camponesas em dez dias. Até o final de 1958, mais de 3,4 milhões de cozinhas comunitárias haviam sido criadas, com cerca de 90% da população rural do país fazendo suas refeições nelas. O movimento das cozinhas comunitárias atingiu seu apogeu em outubro de 1958. [...] Na instalação dos refeitórios, as casas foram desmontadas e woks, bacias, tigelas, xícaras e outros utensílios de cozinha, além de cadeiras e mesas, foram requisitados. Os suprimentos de grãos eram centralizados na cozinha comunitária, juntamente com lenha, gado e aves. Até ervas silvestres eram entregues à cantina. [...] Com o confisco de gado, aves e roças, restou apenas a produção coletiva. Quando a fome chegou, as famílias não tinham meios de se salvar e só podiam esperar a morte. Essa situação perdurou até novembro de 1960” (Yang, p. 192-195, 2012).

são os mais valiosos e decisivos. Quando centenas de milhões de pessoas encontrarem seu próprio caminho para a felicidade e decidirem *se tornar mestres da natureza*, milagres surpreendentes serão criados em suas mãos, um após o outro. Esta é a lição mais benéfica que a colheita agrícola sem precedentes deste ano nos oferece. [...] No passado, quando as pessoas discutiam a aceleração do desenvolvimento agrícola, pensavam apenas em tecnologias modernas, como máquinas agrícolas, combustíveis líquidos e fertilizantes químicos. No entanto, a colheita recorde do meu país este ano foi alcançada sem o uso de grandes quantidades de tratores e fertilizantes químicos, permitindo que a agricultura crescesse a uma taxa sem precedentes. [...] as inovações e os desenvolvimentos em tecnologias e medidas de aumento de produtividade empregadas pelos agricultores em sua busca por colheitas abundantes também abriram caminho para o desenvolvimento de novas ciências agrícolas. Essas experiências foram resumidas como os cinco elementos-chave para o aumento da produtividade: conservação de água, fertilizantes, solo, sementes e *plantio denso*. Esses fatos demonstram mais uma vez que o *progresso científico* deve integrar a teoria à prática. Isso tem um profundo significado educacional para nossos cientistas agrícolas. [...] Ao celebrarmos a colheita agrícola abundante deste ano, jamais nos acomodaremos com nossas já *tremendas conquistas*. Em vez disso, devemos extrair mais confiança e força desta colheita abundante e *lutar por uma colheita ainda maior* no próximo ano. [...] Sob a bandeira vermelha da linha geral do Partido para a construção socialista, vamos começar uma nova *batalha* para alcançar um salto maior na produção agrícola no próximo ano!¹⁵⁵³

Matérias dispondo informações sobre as imensas quantidades da produção agrícola foram recorrentes esses anos, inclusive quando a fome já assolava a China. Nesta matéria especificamente, chama a atenção o elogio à aliança entre trabalhadores agrícolas e fabris, assim como da migração daqueles para funções industriais. Sobre isso, vale lembrar que a demanda do Grande Salto pela produção de ferro e aço estimulou a criação de fornos caseiros em áreas rurais nas quais muitos trabalhadores passaram a se dedicar a transformar todo objeto metálico ao seu alcance em matéria-prima de baixa qualidade a ser recolhida pelo Estado. É interessante notar também, mais uma vez, o elogio à grandiosidade populacional que, a despeito de não ter acesso às tecnologias necessárias, foi capaz de aumentar a produção com as próprias mãos – uma falácia, como já salientei acima. Finalmente, vale reparar também no elogio feito à (pseudo) ciência sob a qual estratégias como a do plantio denso eram estimuladas. A normativa para que os trabalhadores do campo se tornassem mestres da natureza evidencia a inversão dos valores confucionistas e, principalmente, taoístas, isto é, se antes tornar-se mestre, ou sábio, dependia do autocultivo através da harmonia com a natureza, agora, fazê-lo, implicava em dominá-la. A expectativa sobre a aceleração da produção – mais, maiores e melhores colheitas – percorre toda a narrativa desta época. Um cartaz muito divulgado em 1959, quando a fome já havia se alastrado no Norte¹⁵⁵⁴, evidencia isso:

¹⁵⁵³ Rénmín Ribão de 1 de outubro de 1958, p. 9.

¹⁵⁵⁴ Mühlhahn, p. 443, 2019.

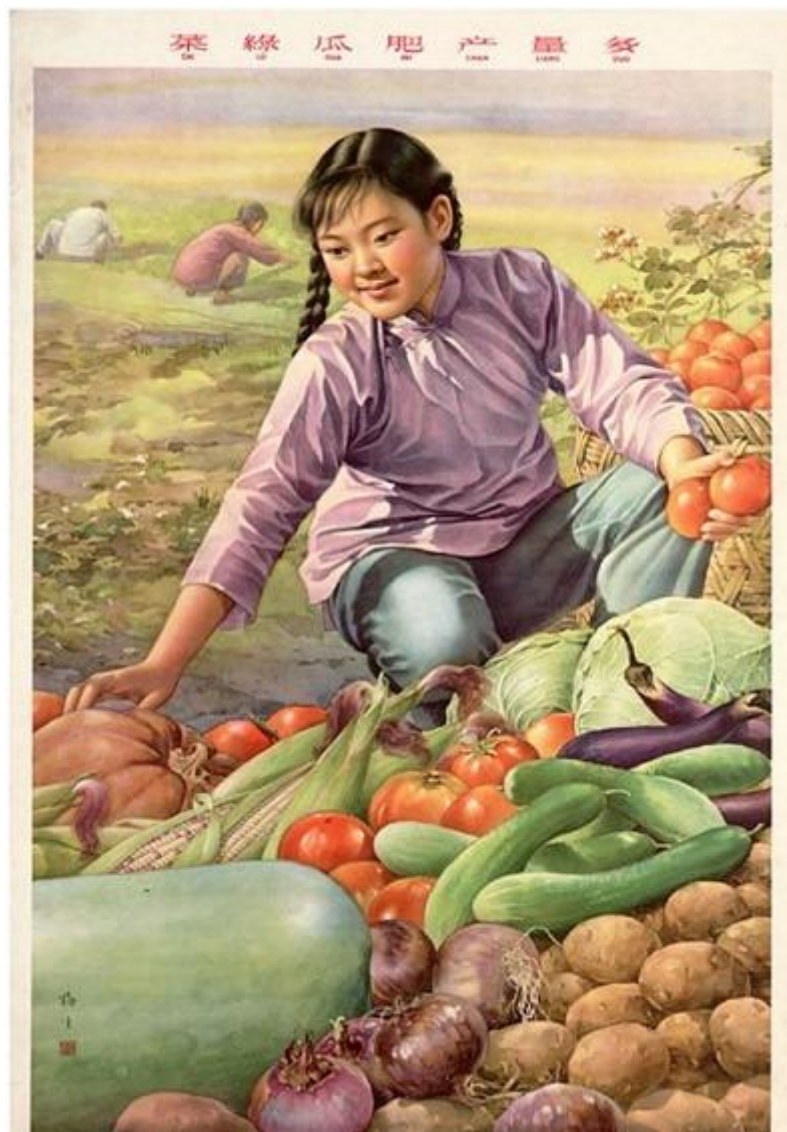


Imagem 17: Os vegetais são verdes, os pepinos são gordos, a produção é abundante¹⁵⁵⁵

O cartaz é de Jin Meisheng e foi publicado pela primeira vez em 1956, mas durante o Grande Salto foi replicado mais de um milhão de vezes, tornando-se, portanto, uma imagem altamente disseminada¹⁵⁵⁶. Chama atenção o tamanho dos legumes apresentados, todos razoavelmente maiores do que o possivelmente real. Exageros sobre a prosperidade no campo e na indústria eram comuns, embora devamos considerar que, em 1956, as colheitas foram de fato mais abundantes que no final daquela década. A aliança entre produção agrícola e industrial, como descrita na matéria do *Rénmín Ribào*, que observamos há pouco, também esteve bastante presente nos cartazes, alguns dos quais publicados já durante a grande fome, tal qual:

¹⁵⁵⁵ Cartaz de Jin Meisheng publicado em fevereiro de 1959.

¹⁵⁵⁶ Klein, p. 23, 2018.



Imagem 18: Inicie o movimento para aumentar a produção e praticar a economia, com alimentos e aço no centro, com grande força!¹⁵⁵⁷

Neste cartaz há vários elementos interessantes tanto em relação à descrição do empenho produtivo no Grande Salto quanto à distribuição dos papéis sociais nele. Como se observa, um homem e uma mulher, em tamanhos iguais¹⁵⁵⁸, carregam os principais elementos das metas produtivas na época: o aço e o trigo. No que tange às observações sócio-terranas, a imagem mostra uma variedade de profissões necessárias para o avanço da China, como se observa na parte inferior e, acima, o resultado do trabalho coletivo de todos, sintetizados nos já mencionados

¹⁵⁵⁷ Cartaz de Du Qi de setembro de 1960.

¹⁵⁵⁸ Embora não seja um fator diretamente vinculado ao que observamos aqui, gostaria de evidenciar que, durante a era Mao, as mulheres foram consistentemente representadas em equidade com os homens e, em muitos outros cartazes, elas aparecem cumprindo papéis tipicamente masculinos, sendo representadas com corpos relativamente másculos, com mãos e pés grandes e feições destemidas, assim como muitos personagens presentes em cartazes deste momento histórico apresentam características andróginas.

elementos principais da produção. O que a imagem não mostra é o processo necessário para chegar a eles: no outono de 1958, 10.700.000 toneladas de aço de baixa qualidade foram fundidas na China¹⁵⁵⁹. Para tanto, muitos utensílios metálicos importantes no cotidiano foram derretidos¹⁵⁶⁰, mas a pior devassa foi a destruição das florestas para alimentar os fornos em todo o país, que derrubou 10% das florestas chinesas em pouquíssimo tempo¹⁵⁶¹.

Mais explícita foi a guerra contra as quatro pragas, dentre as quais os pardais, que se acreditava estarem comendo grãos demais das plantações, o que os transformou num inimigo do aumento da produção de alimentos¹⁵⁶². Ora, os pardais comem também muitos insetos e só tarde demais, em 1960, se percebeu que eles eram muito mais aliados no combate às pragas que assolavam as plantações do que um flagelo, mas aí em muitas regiões a população do pássaro já havia sido dizimada¹⁵⁶³. Fora a crueldade implicada na caça aos pardais, cujo único objetivo era exterminá-los, mais uma vez houve neste caso um dispêndio de energia humana desnecessário. Como se tratava de uma tarefa relativamente simples, as crianças foram majoritariamente mobilizadas na matança de pardais, mas milhões de pessoas participaram dessas empreitadas atroz.

¹⁵⁵⁹ Shapiro, p. 75, 2001.

¹⁵⁶⁰ Segundo Shapiro: “[...] Camponeses [...] se empenharam ao máximo na campanha, construindo entusiasticamente fornalhas com tijolos de barro, buscando combustível onde quer que o encontrassem e sacrificando panelas, facas, conchas e portões de ferro às chamas” (Shapiro, p. 81, 2001).

¹⁵⁶¹ As estatísticas são imprecisas uma vez que não há dados suficientes, mas há consenso sobre pelo menos 10% das florestas terem sido dizimadas durante o Grande Salto (Shapiro, p. 82, 2001). Segundo Lillian Li: “A tecnologia-chave eram os ‘fornos de aço de quintal’, negócios primitivos que frequentemente transformavam ‘aço bom em ruim’, à medida que os camponeses coletavam e derretiam objetos de metal existentes, como arados e panelas, em lingotes com tantas impurezas que se tornavam inúteis. No entanto, os 600.000 fornos em operação em outubro de 1958 necessitavam de enormes quantidades de carvão vegetal, quase todo produzido com o desmatamento de florestas locais. Em um exemplo da província de Guangxi, os moradores estabeleceram 190 queimadores de carvão, limpavam faixas de uma floresta subtropical de folhas largas perenes e deixaram uma floresta secundária de baixa qualidade e baixo estoque em seu rastro. A quantidade de floresta que foi cortada para os fornos de ferro não está clara, mas as evidências anedóticas certamente sugerem ‘muita’” (Li, p. 285, 2007).

¹⁵⁶² Shapiro, p. 75, 2001.

¹⁵⁶³ Shapiro, p. 88, 2001.

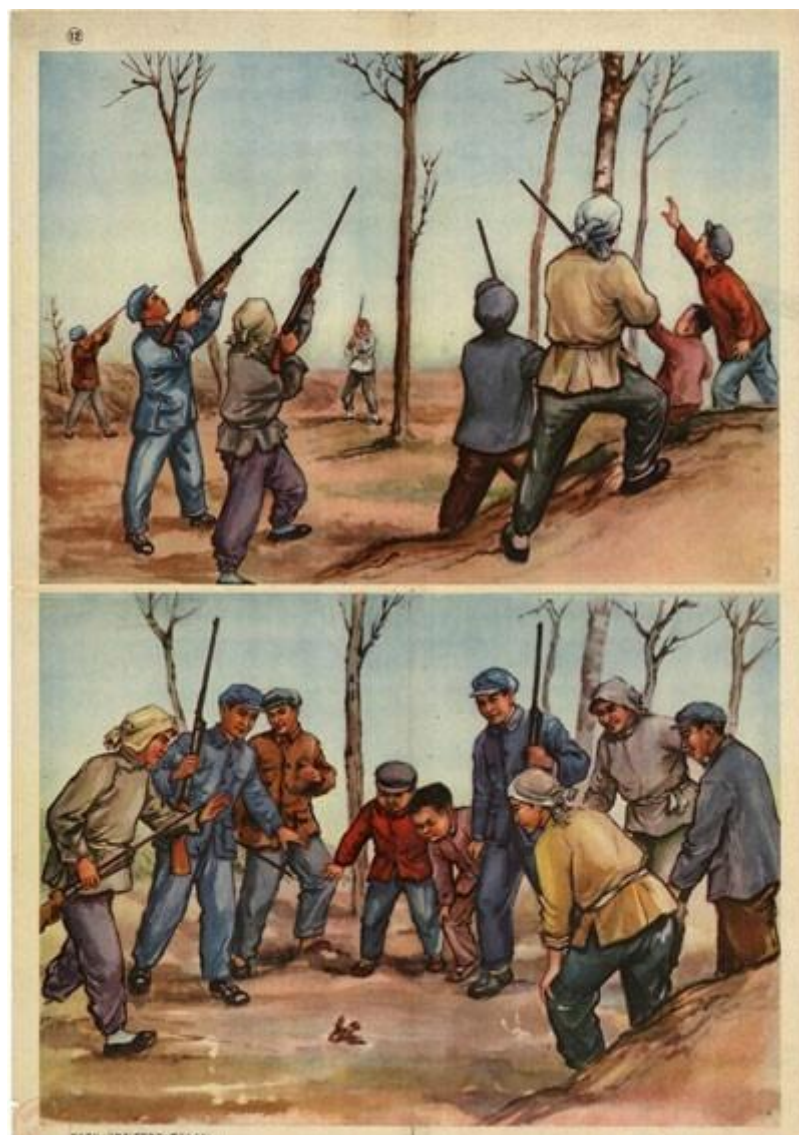


Imagem 19: Eliminando o último pardal¹⁵⁶⁴

No cartaz se observam entre oito e nove pessoas, entre adultos e crianças, empenhadas na caça de um pardal. Na imagem de baixo, o regozijo com a morte do que seria o último deles transparece no semblante de dever cumprido dos personagens. O caso da guerra aos pardais talvez seja a representação máxima do desperdício de energia humana durante o Grande Salto e do sentido criado pelas expectativas destrutivas em relação à natureza vislumbradas num futuro tão utópico quanto o presente, já que grande parte dos empreendimentos dessa guerra contra a natureza, tendo como base o desvario político e pseudocientífico, destruiu não apenas seres vivos, florestas e rios, mas as próprias condições da prosperidade chinesa por um bom tempo.

¹⁵⁶⁴ Cartaz de Shen Zhan de fevereiro de 1959.

Em outras palavras, grande parte do empenho e da energia colocada na guerra contra a natureza foi conduzida por princípios delirantes que, embora no discurso oficial, tenham se respaldado em (pseudo) ciência, conseguiram apenas conduzir imensos processos de comunicação que levaram em pouquíssimo tempo a uma crise humanitária colossal e totalmente auto-infringida.

Finalmente, o controle sobre a água também se constituiu como um objetivo relevante do Grande Salto e para este também houve grande dispêndio de insumos e mão de obra sem que os resultados fossem os esperados e que, na verdade, produziram novos e maiores riscos. Antes de tudo, é importante recordar que o controle sobre as águas era, e é, de fato, importante nas observações sócio-terranas chinesas e, desde 1949, como salientei anteriormente, o governo do PCC deu bastante atenção para a necessidade de obras para redução dos riscos de inundação e seca e para o aprimoramento dos sistemas de irrigação e navegação interna. Neste sentido, a condução das comunicações para o controle das águas era legítima e justificada tanto para a política quanto para a economia e, sobretudo, para os *media*. Possivelmente o problema, no caso das obras hidráulicas iniciadas ou executadas durante o Grande Salto, foi a sua temporalização que partiu do princípio “Mais, Mais Rápido, Melhor e Mais Econômico”. Em outras palavras, muitas grandes e pequenas obras foram empreendidas em pouquíssimo tempo e com pouco ou nenhum planejamento antes de sua execução. Assim, riscos não foram considerados e tornaram-se perigo. Sob o slogan “Cada pedaço de terra precisa ter seu pedaço de céu”, a responsabilidade pelo controle da água foi delegada às comunas e suas lideranças locais que, rapidamente, passaram a competir para demonstrar maior eficiência em seus respectivos empreendimentos hidráulicos com vistas em, principalmente, armazenar sua própria água, impedindo que ela fluísse rio abaixo¹⁵⁶⁵. Enormes lagos de irrigação emergiram sob esta prerrogativa. Muitos deles, construídos às pressas, não contaram com sistemas de drenagem, de modo que, por exemplo, em Tiěfó Sì e Báiguǒ Chōng, na província de Henan, no dia 17 de maio de 1960, fortes chuvas romperam as barragens, afogando duas mil pessoas¹⁵⁶⁶. Para a observação dos *media*, tornaram-se relevantes primeiramente as diretrizes nacionais para construção de obras hidráulicas e, imediatamente, tornaram-se relevantes também obras locais e outras tantas obras monumentais, em particular neste momento histórico a da Barragem de Sanmenxia, iniciada em 1957 e

¹⁵⁶⁵ Segundo Robert Marks: “[...] acumular água para irrigação de terras agrícolas tornou-se a política, com a prevenção de enchentes sendo uma consideração secundária. Como resultado, represas e reservatórios foram construídos nos cursos superiores de todos os afluentes do rio Huai. Entre 1957 e 1959, mais de 100 reservatórios foram construídos somente em uma prefeitura na província de Henan, estendendo-se também às planícies, totalizando cerca de 4 mil na bacia do rio Huai” (Marks, p. 300, 2012).

¹⁵⁶⁶ Yang, p. 89, 2012.

finalizada em 1961, e a do Canal Hóngqí Qú (Canal da Bandeira Vermelha), iniciado em 1959 e finalizado em 1969, para o qual se moveu manualmente mais terra e em menos tempo do que para construção do canal do Panamá¹⁵⁶⁷. O enquadramento das descrições, centrado na luta contra a natureza, foi também contundente nas expectativas sobre o controle das águas, ao mesmo tempo em que foi bastante conectado com a superação e a incorporação de crenças arcaicas dessa labuta, como se observa em uma matéria publicada no Rénmín Rìbào de 30 de julho de 1960:

Uma seca severa persiste há mais de duzentos dias. Lagoas nas montanhas secaram, reservatórios estão esgotados e o Rio Lushui expôs um conjunto de rochas. Na Comuna de Shibanyan, no Condado de Lin, nas Montanhas Taihang, onde abundam rochas xistosas, penhascos íngremes e rochas escarpadas se erguem em uma floresta, onde se pode encontrar água? ‘Cave a terra até que não haja mais rocha, cave poços, mas não encontre nascentes’. As Crônicas do Condado de Lin usam essas oito palavras para descrever a busca do povo por água ao longo de milhares de anos. No entanto, em uma era de soberania popular, a história precisa ser reescrita. A busca por água começou, e os *heróis* das Montanhas Taihang iniciaram uma nova *batalha*. Guerreiros do passado, lutando contra o inimigo em guerras passadas, escalaram penhascos e cruzaram ravinas, com os ouvidos colados aos tambores de couro de vaca, ouvindo atentamente o som da água sob as rachaduras nas rochas. [...] Há uma Caverna Bingbing em Hanjiaao. [...] Reza a lenda que ela é a narina do Rei Dragão do Mar da China Oriental. Uma canção popular diz: ‘A Caverna Bingbing, com sua boca voltada para o céu, está conectada ao corpo do velho dragão. Qualquer um que tentar mover pedras e pegar gelo ficará doente por seis meses, se não morto’. Mas agora, as pessoas dizem: ‘Ele nos ignora mesmo quando oramos e o adoramos. Que grande arrogância! Agora não temos escolha a não ser *arrastar o Rei Dragão montanha abaixo à força pelo nariz*’. Mais de cinquenta jovens labutaram por três dias e duas noites: picaretas longas foram desgastadas em picaretas curtas, pedras soltaram faíscas e uma torrente de água de nascente jorrou. Depois, nosso guia turístico, o velho fazendeiro Li Zhaobi, [...] brincou: ‘Quando o Rei Dragão fica bravo, você é o responsável!’ Olhando para seu rosto triunfante, pensei, entusiasmado: Este é o mesmo Li Zhaobi que se ajoelhou diante da Caverna Bingbing durante a maior parte de sua vida, nunca ousando reclamar, mesmo quando a seca destruiu suas plantações. Mas, uma vez que as pessoas libertaram suas mentes, *os escravos da natureza se tornaram seus donos*! Tirar água dos penhascos é difícil, e desviá-la é ainda mais desafiador. Os membros da comunidade de Gaojiatai finalmente cavaram um canal no alto das montanhas, mas o Penhasco do Dragão Branco, com 27 metros de largura, bloqueou o caminho. Tentaram usar cordas para suspender os trabalhadores acima da cabeça, ancorando os canos da roda d’água à face do penhasco para desviar a água. No entanto, os penhascos não eram apenas imponentes, mas também se estendiam ameaçadoramente para fora. As cordas tornavam impossível até mesmo aproximar-se da face do penhasco, quanto mais escalar ou firmar-se. Todos estavam sem ideias quando um velho disse: ‘Se existe um caminho para pássaros, existe um caminho para humanos. Estou velho e inútil, então deixe meu filho Changcun tentar!’ O nome do velho era Cui Wansheng. Cinco irmãos passaram a juventude coletando lenha e ervas nas montanhas, aprimorando suas

¹⁵⁶⁷ As informações a este respeito não são precisas, segundo Shapiro, “[...] o Canal da Bandeira Vermelha, sobre o qual foi feita a extraordinária afirmação de que doze vezes mais terra foi movida na única semana que começou em 12 de dezembro de 1959 do que foi movida para construir todo o Canal do Panamá” (Shapiro, p. 70, 2001). Já segundo Marks: “[...] com escassez de máquinas de terraplenagem e especialistas técnicos, o Estado comunista mobilizou milhões de camponeses nos sete anos seguintes para remover com pás mais que o dobro da terra movida para a construção do Canal do Panamá (que foi feita com pás a vapor) e para escavar um canal de 170 quilômetros até o mar, com extensão igual à do Canal de Suez – mas escavado manualmente em um décimo do tempo” (Marks, p. 299, 2012).

habilidades em escalada de penhascos e paredes, o que lhes rendeu o apelido de ‘Os Cinco Macacos de Taihang’. O tio de Changcun, Wan Huai, era o encarregado de baixar as cordas enquanto descia o penhasco. Ele voava alto no céu como uma águia, com seus pés ocasionalmente colidindo com as rochas. Cinco minutos depois, ele estava de frente para a borda superior do Penhasco Bailong. Ele assobiou, puxou o gancho e lançou-se para cima. A corda se soltou instantaneamente a mais de três metros, lançando-o a vários metros de distância. Usando a força da corda, nadou de volta. No entanto, a caverna era muito funda. Uma, duas e cinco vezes, não conseguiu alcançar a face do penhasco. Exausto, as forças de Changcun se esgotaram e a corda começou a ceder. Wan Huai rapidamente soltou a corda e o desceu até a base do penhasco. Wan Sheng encorajou o ofegante Changcun, dizendo: ‘Se uma águia consegue entrar, um humano também consegue’, e ensinou-lhe a técnica de ‘águia pegando galinha’. Quando Changcun nadou novamente perto da face do penhasco, inseriu uma longa vara na fenda e, usando-a, entrou na caverna. Martelou uma broca de aço na face da rocha e amarrou uma corda, completando o trabalho preparatório para a construção do canal suspenso. Assim, *com espírito destemido, coragem e engenhosidade, o povo conquistou o traiçoeiro Penhasco Bailong. [...] A rocha teimosa não foi párea para a vontade inabalável do povo Taihang de conquistar a natureza. Ela foi forçada a ceder*, e a nascente borbulhante da montanha fluiu de acordo com os desejos do povo, desaguando no mar de plantações. A Comuna de Shibanyan teve uma colheita de trigo abundante, e a área de plantio de verão havia se expandido em mais de 4.000 mu. As pessoas criaram e ainda criam milagres.¹⁵⁶⁸

Neste trecho da matéria “Rochas e Água”, escrita por Lin Feng e Lu Fuwei, há diversos elementos semânticos que atualizam as observações sócio-terranas de uma perspectiva situada no Grande Salto. Em termos gerais, a conquista da água pela dominação do Dragão Branco aponta para duas ideias fundamentais: a de que o antigo sistema de crenças estava sendo ressignificado através da vontade comunista modernizante e que, pela força dessa vontade, não apenas antigos mitos poderiam ser subjugados, mas com eles a própria natureza. Ao mesmo tempo, a história contada na matéria dá protagonismo para personagens que são, por um lado, camponeses comuns e, por outro, heróis com altas habilidades desenvolvidas pelo contato com a natureza e pelo conhecimento sobre o seu território. Isto nos lembra do princípio taoísta – também presente no cartaz “*Enfrente o vento e as ondas, todos têm habilidades notáveis*” –, qual seja, o de que a precisão na execução das tarefas, ordinárias e extraordinárias, depende de um contato desenvolvido intimamente com a natureza das coisas a serem trabalhadas. Neste sentido, Changcun usou suas habilidades adquiridas pelo contato com a montanha para subjugá-la, para tirar dela a água represada por milhares de anos e fecundar as plantações de sua comuna. Transformar trabalhadores comuns em heróis era o princípio do romantismo revolucionário e, transformá-los em heróis na guerra contra a natureza, o princípio das expectativas do Grande Salto. A matéria continua, dessa vez contando a história de outro herói:

No pico de uma montanha envolto em nuvens brancas, estava um velho chamado Li Si, um especialista em detonação de minas terrestres de 59 anos. *Ele já foi um herói em minas terrestres na luta contra o inimigo*. Seus aprendizes estão espalhados por

¹⁵⁶⁸ Rénmín Rìbào, 30 de julho de 1960, p. 8.

projetos de conservação de água por todo o condado, mas ele ainda vaga por aí usando botas de caminhada e carregando uma furadeira de aço. Não importa em qual comuna ou equipe ele esteja, onde quer que se esteja cavando um buraco na montanha, ele está sempre lá. Detonar é um trabalho árduo e perigoso. As pessoas o amam e respeitam, mas também se preocupam com seu envelhecimento. Quando começou a construção do Canal da Bandeira Vermelha, desviando o Rio Zhang para o Condado de Lin, a organização decidiu não o deixar ir. Mas ele pegou sua colcha e foi até a equipe de produção por iniciativa própria. Todos o incentivaram, dizendo: ‘Temos mão de obra suficiente!’ O velho respondeu: ‘Mais gente, mais esforço!’ Todos disseram: ‘Vocês têm tantos aprendizes aqui, não é como se estivessem trabalhando sozinhos?’ O velho respondeu: ‘Isso mesmo! Como um mestre pode ficar para trás?’ Depois de toda essa conversa, o líder da equipe ficou furioso e gritou: ‘Que ingrato, velho! Estamos todos cuidando de você!’ Isso causou problemas. O velho estendeu as mãos musculosas e gritou: ‘Ei, você está se aproveitando da minha idade! Vamos, vamos ver como você é forte!’ Certa vez, perguntei ao velho por que ele era tão ‘teimoso’, e isso ressoou profundamente nele. Ele apontou para as imponentes Montanhas Taihang e disse: *‘Nós as defendemos com nossas vidas e sangue no passado, mas hoje as estamos transformando com nosso suor!’* Contemplando sua figura majestosa, senti um profundo respeito. Diante de mim estava a personificação de incontáveis heróis de Taihang! *Essas mãos que podiam quebrar rochas, essas mãos forjadas com mais força pela luta e pelo trabalho – quem poderia rivalizar com elas? O inimigo as desafiou e foi esmagado; o demônio da seca as desafiou e foi esmagado...* São essas mãos gigantes que defenderam as montanhas e os rios da pátria e agora os estão reorganizando. Elas escreveram uma história digna de louvor e pintaram os mais belos quadros.¹⁵⁶⁹

Há, neste trecho, elementos arcaicos do confucionismo e do taoísmo, como, por exemplo, a piedade filial descrita no respeito que se tem a Li Si e às suas habilidades desenvolvidas pelo trabalho perene. Mas há também elementos que são atualizados, como o triunfo do espírito no sentido confucionista, qual seja, aquele do comportamento apropriado e contido na relação com a natureza, que é aí ressignificado enquanto o triunfo pela transformação da natureza. Enfaticamente, da semântica taoísta é possível depreender que, quando o mestre diz que está transformando a montanha com o seu trabalho, duas distinções se formam: o mestre já não é aquele que deixa ser – a montanha, os rios, as coisas –, mas é aquele que, pelo seu conhecimento sobre os elementos da natureza, a transforma; ao mesmo tempo, a montanha não é mais a mesma, imponente entidade participante do Tao, mas uma inimiga do progresso a ser derrotada, um objeto para ser reorganizado. Mais uma vez, a transformação de pessoas comuns em heróis gloriosos indica a criação de expectativas novas, isto é, por milhares de anos as pessoas comuns na China permaneceram submersas no cotidiano de sua labuta, mas, neste momento histórico, cada uma delas passou a ser descrita enquanto fundamental na luta pelo progresso e contra a natureza e, note-se, não no sentido individual, tão caro ao Ocidente, mas num sentido respaldado na antiga semântica chinesa, que conecta profundamente o indivíduo ao coletivo. Esse herói não é o herói para si mesmo em uma epopeia para encontrar sua própria autenticidade, como na

¹⁵⁶⁹ Ibidem.

semântica ocidental, mas o herói para a sua sociedade. Isso exige dele imensos sacrifícios que não são sofríveis, como os dos heróis ocidentais, mas sacrifícios triunfantes, como se observa na insistência do velho Li Si para juntar-se aos trabalhos da abertura do Canal da Bandeira Vermelha.

Em um movimento narrativo que ia do local ao nacional, das pequenas às grandes obras, das pessoas comuns aos grandes líderes, as expectativas do Grande Salto podem ser sintetizadas na ideia de que a vontade por si só bastaria para cindir as montanhas, conter os rios, fundir o aço e alimentar setecentas milhões de pessoas. Nem todas as obras realizadas neste período foram ineficazes em seus propósitos, contudo, muitas foram. Dentre estas, a Barragem de Sanmenxia é um caso interessante, porquanto sua construção está vinculada com expectativas antigas da história chinesa, a saber, a uma ideia profética, por assim dizer, de que, quando um grande líder surgisse, o Rio Amarelo correria limpo pela primeira vez. Sem dúvida, Mao teria gostado de ser esse líder, aquele a realizar a façanha de conter o lodo do Huáng Hé que, por tanto tempo, causou enchentes em larga escala no berço da civilização chinesa¹⁵⁷⁰. A Barragem de Sanmenxia tinha esse propósito auspicioso e vinha sendo planejada desde 1952 em conluio com técnicos soviéticos¹⁵⁷¹, como se observa nesse cartaz:

¹⁵⁷⁰ Segundo Shapiro: “Entre os grandes rios da China, o mais persistentemente propenso a inundações e potencialmente o mais valioso como recurso era o Rio Amarelo. Este rio notoriamente lamacento corre 5.500 quilômetros da borda do Planalto Qinghai-Tibete, através do planalto de loess, até o mar. O terceiro maior rio do mundo, o Amarelo, é considerado o berço da civilização chinesa e também é conhecido como ‘a tristeza da China’ por sua tendência a inundações. O sedimento é tão espesso que o leito do rio sobe ano após ano, transbordando para as planícies e necessitando da construção de diques cada vez mais altos. Em algumas áreas, o rio corre 8 metros acima da planície de inundação e contém 40% de lodo; no início da década de 1950, transportava cerca de 1,3 bilhão de toneladas de sedimentos por ano. Um ditado popular tradicional descreve a lama turva do rio como duradoura até o advento de um líder milagroso: Shangren Chu, Huanghe Qing [Quando um Grande Homem Surge, o Rio Amarelo Correrá Limpo]” (Shapiro, p. 49, 2001).

¹⁵⁷¹ Shapiro, p. 50, 2001.



Imagem 20: O presidente Mao inspeciona o Rio Amarelo¹⁵⁷²

De agosto de 1956, esse cartaz mostra Mao acompanhado de técnicos, observando o Huáng Hé que corre abaixo dele em sua lamacenta majestade. Em abril deste ano, o projeto da barragem havia sido apresentado e aprovado sem nenhuma previsão sobre como o problema do lodo seria resolvido¹⁵⁷³, o que, desde o princípio, foi um sintoma do espírito da época, já que se esperava que a barragem contivesse o lodo e, ao mesmo tempo, produzisse energia elétrica por pura força de vontade, uma vez que era de se esperar que os detritos acumulados acima da barragem causassem inundações e acabassem por impedir a passagem da água necessária para produção de energia. A Barragem de Sanmenxia foi, por si só, uma empreitada à espera de um milagre que contrariava todas as evidências. Judith Shapiro conta a trágica história de Huang Wanli, um engenheiro hidráulico que se dedicou ao estudo dos rios na China e, nos anos 1950, era professor na Universidade Qinghua. Huang, na época das Cem Flores, tornou pública sua preocupação com o projeto de Sanmenxia e chegou a dizer que, na sua observação, o projeto era “uma tentativa de burlar as leis da natureza”¹⁵⁷⁴. Em 19 de junho de 1957, o Rénmín Rìbào

¹⁵⁷² Cartaz de Yang Junsheng publicado em agosto de 1956.

¹⁵⁷³ Shapiro, p. 51, 2001.

¹⁵⁷⁴ Shapiro, p. 52, 2001.

publicou uma pequena crônica assinada por Huang, na qual ele evidenciou sua crítica ao modo como os intelectuais se relacionavam com o regime político. Nas palavras dele, havia duas possibilidades dessa relação se dar: ou os intelectuais bajulavam os poderosos e angariavam posições respeitadas, ou, quando não o faziam, eram perseguidos politicamente. Só isso bastaria para que Huang Wanli fosse taxado de direitista e reprimido, mas ele foi além e, no meio dessa crônica, escreveu:

Não é de surpreender que muitos intelectuais sejam covardes. Isso se deve principalmente ao fato de nossos acadêmicos serem particularmente politizados. Vejam Zhang, por exemplo. Ele originalmente tinha suas próprias ideias para controlar o Rio Amarelo, mas quando o plano Sanmenxia foi lançado, ele rapidamente as abandonou. Chegou a dizer: 'Um sábio tornará o Rio Amarelo limpo' e, a partir de então, o curso inferior do rio seria regulado. Ele até abandonou o princípio de que a água inevitavelmente carrega uma certa quantidade de sedimentos e, descaradamente, afirmou que o Rio Amarelo ficaria limpo e que o curso inferior seria imediatamente curado, a fim de obter a simpatia do Partido e do governo. Pensem bem: isso é benéfico ou prejudicial ao povo e ao governo? A motivação dele é proteger o governo ou seu próprio emprego? Essas são as pessoas que nosso Partido e governo mais amam.¹⁵⁷⁵

Toda a crônica de Huang Wanli é acidamente irônica e crítica tanto à condução política das obras públicas quanto ao papel dos intelectuais nessas empreitadas. É curioso, no entanto, que no contexto da campanha das Cem Flores, a opinião de Huang tenha sido publicada e possivelmente tenha encontrado ressonância em outros observadores que pensavam de forma similar, mas não ousaram tanto. Por óbvio, Huang foi punido severamente por suas opiniões: primeiro foi submetido a sessões públicas de autocrítica, depois foi proibido de lecionar e publicar e, finalmente, foi enviado para cumprir pena em um campo de trabalhos forçados¹⁵⁷⁶. A descrição oficial, também publicizada através do Rénmín Rìbào, era outra, no entanto, como se observa numa matéria sobre o lançamento do projeto, publicada em 14 de abril de 1957, na qual as promessas acerca dos resultados da barragem eram várias: grande produção de energia elétrica, contenção das enchentes milenares que assolavam o vale do Huáng Hé, irrigação em larga escala para os vastos territórios circundantes e navegação de um trecho de 1.000 km. Como a matéria faz questão de enfatizar, as enchentes eram um problema particularmente importante, porquanto da sua recorrência, de modo que, por diversas vezes na história da China, soluções foram tentadas para sua contenção, todas ineficazes. O que o novo governo prometia era, portanto, resolver de uma vez por todas a “tristeza” do Huáng Hé. É interessante, sobretudo, a ênfase dada à competência técnica investida na obra e a confiança completa que os chineses tinham nos profissionais soviéticos para tomar decisões dessa magnitude. Embora especialistas

¹⁵⁷⁵ Rénmín Rìbào, 19 de junho de 1957, p. 6.

¹⁵⁷⁶ Shapiro, p. 55, 2001.

chineses, como Huang Wanli, tenham alertado para os riscos que poderiam ser suscitados pela obra, uma vez que os russos deram sinal verde para o seu início, qualquer contestação passou a ser observada, pelo sistema político, como sabotagem. Não é o caso de julgar as intenções dos soviéticos nem sua competência para a projeção da barragem, mas há de se considerar que Huang Wanli, dentre outros engenheiros hidráulicos chineses, conhecia em profundidade as características do Huáng Hé, mas foi silenciado. Mao, o PCC e os membros técnicos e burocráticos envolvidos na construção da Barragem de Sanmenxia, muito provavelmente acreditavam, de fato, que o projeto daria certo, assim como tantas outras obras grandiosas deste período. Em 1960, já com a barragem em fase de conclusão, o Rénmín Ribào publicou em 1 de janeiro:

No dia 31, uma noite fria caiu sobre Sanmenxia. No entanto, no canteiro de obras, a noite estava tão clara quanto o dia, fervilhando de atividade. Holofotes e faíscas de solda iluminavam todo o local. [...] Ao longo do ano, *os construtores sacudiram o cânion e despertaram as montanhas ao redor de sua dormência*. Duas torres imponentes agora se erguiam nos picos de cada lado da barragem – as bases para os guindastes de cabo. A equipe de construção ergueu a base da torre ao longo de dois meses. Até 28 de dezembro, eles já estavam instalando cabos da espessura de um punho, cada um com 870 metros de comprimento, através do cânion a uma taxa de um cabo por dia. *Assim que esse grande dragão alçou voo*, ele, juntamente com os guindastes de torre da barragem, tornou-se as duas principais forças mecanizadas no canteiro de obras, uma no céu e outra no subsolo. Na extremidade inferior da barragem, tubulações hidráulicas de aço estavam sendo instaladas durante a noite. As entradas de água dessas tubulações têm alturas de até três ou quatro andares. Uma vez instaladas, elas absorverão toda a água do Rio Amarelo, acionando as turbinas para gerar eletricidade potente. Este é um projeto crucial. Para superar os desafios técnicos, os trabalhadores da instalação estão competindo para alcançar ‘produção rápida, transporte rápido, instalação rápida e altos índices de qualificação’.¹⁵⁷⁷

A guerra contra a natureza mais uma vez aparece nessa descrição. Nela, a imponentia da obra não se deve apenas à sua magnitude, mas ao fato de se propor a controlar uma força milenar. Para tanto, a matéria indica que o próprio dragão do Huáng Hé seria um aliado para os propósitos do projeto. A ênfase no fato de os trabalhadores estarem empenhados dia e noite para a entrega da barragem assinala o aceleracionismo inerente à execução das obras durante o Grande Salto. Em fevereiro de 1962, a barragem foi dada como pronta¹⁵⁷⁸ e, por alguns meses, fez jus às promessas do seu projeto. Um poema de Guo Xiaochuan, publicado em 31 de dezembro de 1961, enaltece o principal efeito político da obra que, prioritariamente, não era a produção de energia, a irrigação expandida ou a possibilidade de navegação ampliada, mas sim a limpeza do rio, que se tornou hialino depois de, por milhares de anos, ter corrido amarelo:

¹⁵⁷⁷ Rénmín Ribào, 1 de janeiro de 1960, p. 2.

¹⁵⁷⁸ Shapiro, p. 51, 2001.

[...] Cheguei à praia do Rio Amarelo – não conseguia ver o próprio Rio Amarelo.
 Mas, sob a barragem de transbordamento, vi nuvens jorrando, flocos de neve voando e
 peônias brancas florescendo.
 Cheguei a Sanmenxia – Sanmen cai em um abismo.
 Uma barragem majestosa transforma o cânion em uma montanha em forma de
 ferradura. A velha penteadeira foi destruída e a ‘Imperatriz’ mudou-se para um novo
 palácio.
 Filhos e filhas heroicos, com as próprias mãos, ergueram um espelho que refletia
 milhares de quilômetros.
 As fornalhas de alquimia foram apagadas, os pilares de sustentação foram recolocados.
 A corrente da usina hidrelétrica em breve cavalgará o vento e fluirá pelas Planícies
 Centrais.
A cabeça do leão caiu, o dragão caótico não ruge nem rola mais.
 As encostas de lodo de ontem agora tremulavam com velas carregadas de canções.
Os deuses e fantasmas perderam seu poder, e o Rei Yu foi libertado de seus deveres.
 A jovem diligente lavou suas roupas brancas como a neve no Rio Amarelo.
 O berço da civilização antiga, o berço da nação chinesa,
 agora veste roupas novas e saúda o novo regime socialista.
 [...]
 Adeus, lamacento rio amarelo – ancestral do reservatório.
 Você se foi, para nunca mais voltar. Que lições você deixa para o mundo? *Você não*
teme feitiços nem deuses, mas sim a vontade dos heróis que superam as poderosas
ondas do Rio Amarelo.
 Bem-vindo, novo Changba – o marco do Grande Salto Adiante.
 Ao chegar ao mundo, que lembrança duradoura você deixou para trás?
 Você não esculpe inscrições nem compõe poemas.
 Você apenas registra: *o cérebro e o suor de gigantes enterraram inúmeros perigos e*
dificuldades.
 Derramo meu sangue no vinho, erguendo meu cálice bem alto,
 parabenizando nossa pátria por ter passado por mais um teste severo;
 uso minha bÍlis como tinta para escrever meu juramento,
 pedindo que nosso tempo coloque um fardo mais pesado sobre nossos ombros.
 Vejam, o Reservatório Sanmenxia é o nosso certificado.
 Uma represa tão alta quanto o céu não se compara à fê do povo chinês.¹⁵⁷⁹

A tão exaltada limpeza do Huáng Hé neste poema, representativo das descrições da
 época, durou pouco, no entanto. Já em 1962, o acúmulo de lodo acima da barragem gerou uma
 catastrófica inundação em Xian¹⁵⁸⁰ e impediu que a água vertesse suficientemente para a
 produção de eletricidade, obstruindo os geradores, que precisaram ser realocados a um custo
 enorme¹⁵⁸¹. Huang Wanli havia sugerido que, se a construção da Barragem de Sanmenxia fosse
 inevitável, ela pelo menos precisaria ser feita com comportas capazes de descarregar o lodo
 acumulado na represa, algo ignorado no projeto original. No entanto, na década de 1960, elas
 precisaram ser feitas e, até 1969, a barragem havia sido tantas vezes perfurada que se tornou
 inútil, tanto para a contenção de enchentes quanto para a produção de eletricidade¹⁵⁸². O dragão

¹⁵⁷⁹ Rénmín Ribào, 31 de dezembro de 1961, p. 6.

¹⁵⁸⁰ Marks, p. 301, 2012.

¹⁵⁸¹ Shapiro, p. 62, 2001.

¹⁵⁸² Shapiro, p. 63, 2001.

do Huáng Hé continuou impassível, embora as descrições políticas e dos meios de comunicação nunca tenham admitido o equívoco de Sanmenxia.

As consequências do Grande Salto foram, no entanto, muito piores do que as de Sanmenxia apenas, muito embora seu projeto seja um exemplo notável da desatinada guerra contra a natureza no período Mao, caracterizado principalmente pelo desperdício de recursos humanos e naturais. Em 1959, a economia colapsou, gerando o que ficou conhecido como a Grande Fome. Essa crise, desencadeada por tomadas de decisão no âmbito político, sintetizadas no Grande Salto Adiante, matou por volta de 30 milhões de pessoas¹⁵⁸³. Segundo Lillian Li, as principais seleções na política que desencadearam processos culminantes nessa tragédia levaram ao desperdício de alimentos, primeiramente pelo incentivo das pessoas alimentarem-se abundantemente durante 1958¹⁵⁸⁴ e, depois, pelo desvio da mão de obra das colheitas para outras funções¹⁵⁸⁵, como observamos há pouco. É interessante ressaltar que as descrições operadas pelos *media* que, por sua vez, observavam o desenvolvimento econômico chinês a nível local e nacional, mostraram uma prosperidade exagerada, muitas vezes baseadas em informações falsas que possivelmente não eram necessariamente produzidas nas redações dos jornais, mas emitidas por quadros e administradores locais que, como vimos, competiam entre si para entregar o máximo em todo tipo de produção, ao mesmo tempo em que, possivelmente, temiam represálias caso comunicassem os números reais¹⁵⁸⁶. Yang Jisheng, jornalista que escreveu sobre a Grande Fome, demonstra como o que ele chama de “Vento do Exagero” varreu qualquer possibilidade de disseminação de dados corretos sobre a produtividade neste período¹⁵⁸⁷. Neste sentido, é

¹⁵⁸³ Segundo Klaus Mühlhahn: “É impossível saber o número de mortes nos três piores anos de fome, de 1959 a 1961. Estatísticas compiladas por autoridades do continente estimam que entre 16 milhões e 17 milhões de pessoas morreram de causas incomuns; estimativas de analistas estrangeiros chegam a 45 milhões. As estimativas consideradas mais confiáveis dizem que entre 27 milhões e 30 milhões de pessoas pereceram como resultado do Grande Salto para a Frente” (Mühlhahn, p. 444, 2019).

¹⁵⁸⁴ Lillian Li, p. 358, 2007.

¹⁵⁸⁵ Segundo Klaus Mühlhahn: “Entre 1957 e 1960, a força de trabalho agrícola caiu em cerca de 33 milhões, enquanto a força de trabalho rural não agrícola – a maior parte destinada a grandes projetos de movimentação de terra – aumentou em mais de 50 milhões, e a população urbana em quase 20 milhões. Esses 70 milhões de novos trabalhadores não agrícolas precisavam ser alimentados” (Mühlhahn, p. 445, 2019).

¹⁵⁸⁶ Segundo Yang et al.: “Tornou-se então prática comum que cada nível atribuísse responsabilidade ao nível imediatamente inferior, aumentando assim as metas a cada nível consecutivo. Sob esse sistema, mesmo que o Comitê Central estabelecesse metas relativamente modestas, elas se tornariam progressivamente mais difíceis de cumprir em cada nível sucessivo – sem mencionar se o próprio Comitê Central estabelecesse metas excessivamente altas. Isso colocava uma pressão enorme sobre os quadros de base e tornava as ‘metas elevadas’ e o Vento do Exagero praticamente inevitáveis” (Yang et al., p. 114, 2012).

¹⁵⁸⁷ Nas palavras de Yang et al.: “O Vento do Exagero começou com o Diário do Povo noticiando o lançamento de uma ‘Sputnik’ no condado de Suiping, em Henan. Relatos de colheitas milagrosas de trigo ocupavam frequentemente lugares-chave na primeira página do jornal, muitas vezes em fonte especial ou mesmo destacados em vermelho, alimentando o fanatismo e a fraude, já que cada um deles alegava ‘conquistas’ maiores do que o anterior: 8 de junho: A comuna Suiping Sputnik de Henan relata uma produção média de trigo de 1.007,5 quilos

razoável supor que nem o sistema político e seu grande timoneiro tivessem ciência da gravidade da situação, pelo menos até o final de 1960¹⁵⁸⁸, quando a economia já estava em crise e as pessoas já tinham voltado a se alimentar de cascas de árvores, talos de milho, raízes e plantas selvagens e estavam morrendo aos milhares¹⁵⁸⁹. Com base nas falsas informações disseminadas, o governo aumentou a compra de grãos para a exportação, deixando os camponeses com quase nada para se alimentar¹⁵⁹⁰. Como o plantio familiar e individual estava proibido, assim como a compra e venda de alimentos, quando a fome chegou, não havia outros recursos que não os insumos selvagens e atípicos. Não é o caso de atribuir ou não responsabilidade de ocisão pela política chinesa nesses anos, mas de fazer ver que as descrições produzidas pelos meios de comunicação, que constroem a autodescrição das sociedades para si mesmas, geram expectativas e produzem normatividade em todos os âmbitos, inclusive, ou principalmente, no sistema político que toma decisões vinculantes em ressonância a elas, dentre outras coisas. No caso do Grande Salto seguido da Grande Fome, nas palavras de Klaus Mühlhahn:

Mao não lançou o Grande Salto para a Frente com a intenção de exterminar uma parcela da população. A fome foi o resultado de aspirações cegas e de um otimismo irracional que levou a drásticos erros de julgamento econômico. No caso do Grande Salto para a Frente, a morte de milhões foi o resultado, mas não o objetivo. Há uma distinção moral crucial entre consequências não intencionais e assassinato em massa planejado.¹⁵⁹¹

por mu; 9 de junho: produções de trigo de 1.178,5 quilos por mu são relatadas na comuna popular de Lemin, no condado de Gucheng, em Hubei, e produções de 750 a 1.000 quilos por mu em 7 milhões de mu de terras agrícolas em Xiangyang, província de Hubei; 11 de junho: 1.197 quilos na comuna Liuzuolou, no condado de Wei, em Hubei; 12 de junho: 1.765 quilos na comuna Suiping Sputnik de Henan; 15 de junho: uma manchete de primeira página diz ‘Hinos às colheitas abundantes enchem o ar: sorrisos radiantes em milhões de rostos’, seguido por um artigo intitulado ‘A produção de trigo de Henan mais que dobra’, com o subtítulo ‘Indecisos e contadores de feijão precisam acordar’; 16 de junho: 2.176,5 quilos em Gucheng, província de Hubei; 18 de junho: 2.206 quilos na comuna de Shuanglou, no condado de Shangqiu, em Henan [...]” (Yang et al., p. 345, 2012).

¹⁵⁸⁸ Segundo Klaus Mühlhahn: “Embora certamente houvesse muitos relatos de enormes problemas alimentares, Mao e outros líderes provavelmente não estavam cientes da extensão total da fome. Em outubro de 1960, finalmente, Mao Zedong recebeu um relatório franco sobre a fome em massa em Xinyang. Em um mês, equipes de investigação foram às províncias para documentar o número de mortos” (Mühlhahn, p. 444, 2019).

¹⁵⁸⁹ Mühlhahn, p. 443, 2019.

¹⁵⁹⁰ Segundo Yang et al.: “O golpe mortal para os camponeses, no entanto, foram as altas cotas de compras do Estado. Como a produção total para 1958 foi projetada em 425 bilhões de quilos, as metas de compras foram aumentadas em conformidade. Para o ano cerealífero de 1958/59 (1º de julho de 1958 a 30 de junho de 1959), as compras foram de 55.667.500.000 quilos, 9.757.000.000 quilos a mais que no ano anterior, um aumento de 21,25%. A produção foi calculada em 200 bilhões de quilos, um aumento de apenas 0,26% em relação ao ano anterior. Não havia grãos suficientes para alimentar as famílias rurais. A produção total de grãos da província de Fujian em 1959 foi 12,2% menor do que em 1957, mas a aquisição bruta (subtraindo-se a quantidade vendida de volta às aldeias) aumentou 40,9%. A produção total de grãos em 1960 foi 1,145 bilhão de quilos menor do que em 1957, mas a aquisição bruta ainda foi 140 milhões de quilos maior. A porcentagem da produção total adquirida era de 16,8% em 1957, mas aumentou para 31,9% e 27,2% entre 1959 e 1960. A ração per capita de grãos da província caiu de 294 quilos em 1957 para 240 quilos em 1960. [...] De acordo com estatísticas provinciais, as mortes não naturais e a redução de nascimentos totalizaram 870.000 entre 1959 e 1961” (Yang et al., p. 350-351, 2012).

¹⁵⁹¹ Mühlhahn, p. 447, 2019.

Em janeiro de 1962, quando a tragédia já era notável, Mao foi forçado à autocrítica perante a Conferência dos Sete Mil Quadros e foi escanteado das decisões no PCC¹⁵⁹². Ele ressentiu-se de ser o único responsabilizado pela calamidade causada pelas decisões políticas na economia e voltou-se nos anos seguintes para a mobilização da juventude nas instituições de ensino, movimento que resultou na Revolução Cultural quatro anos depois. A alta disseminação de informações falsas, impulsionadas tanto pelo otimismo revolucionário quanto pelo medo de represálias, havia gerado expectativas em todos os âmbitos que conduziram seleções com esta base. Por outro lado, há indícios de que, no que tange aos riscos ambientais e suas consequências, o sistema político estava deveras preocupado em contê-los, como se observa numa matéria do *Rénmín Ribào* de 5 de julho de 1957, intitulada “Trabalho importante após o início da temporada de enchentes”¹⁵⁹³, na qual a retórica bélica é evidente como em toda narrativa desta época, enfatizada no uso de palavras como “luta” e “combate”. Para além desse aspecto normativo, é interessante notar que, neste período, a população foi informada e engajada na contenção dos riscos ambientais costumeiros, particularmente os relacionados à água e suas consequências para a produção agrícola, isto é, para a alimentação. Expectativas relacionadas à prevenção de desastres eram tão importantes quanto às de enfrentamento aos riscos, ou ainda, estavam integradas na narrativa. Havia, portanto, uma responsabilização coletiva que fomentava tanto o enfrentamento quanto a antecipação dos riscos. Neste sentido, embora em muitos casos as informações disseminadas sobre os resultados produtivos fossem falsas e a condução dos processos fosse um tanto delirante, para dizer o mínimo, por outro lado, havia uma preocupação genuína em relação aos riscos ambientais, muito provavelmente respaldada no conhecido histórico de tragédias anteriores. Essa preocupação, no entanto, relacionava-se estritamente com a capacidade produtiva e as possíveis tragédias humanitárias consequentes, não com a riqueza natural em si. Áreas de preservação, por exemplo, foram até recentemente meramente figurativas¹⁵⁹⁴. A expansão agrícola, a transformação impossível de pastos e áreas rochosas em

¹⁵⁹² Mühlhahn, p. 451, 2019.

¹⁵⁹³ *Rénmín Ribào* de 5 de julho de 1957, p. 2.

¹⁵⁹⁴ Segundo Robert Marks: “[...] alguns funcionários do Estado e quadros do partido compreenderam a necessidade de estabelecer reservas florestais e reservas de vida selvagem, e tiveram a influência ou o poder para fazê-las. [...] o sistema de reservas naturais da China, que começou em 1956 com o estabelecimento da Reserva da Montanha Din-ghu (o local de um antigo templo budista) perto de Zhaoqing, subindo o Rio Oeste a partir de Guangzhou, expandiu-se rapidamente durante a década de 1980. No final de 2004, havia mais de duas mil reservas, representando quase 14% da área total da China. [...] Embora a China tenha estabelecido duas mil reservas naturais e um número crescente de ‘parques nacionais’, a maioria não funciona como tal. [...] A vasta expansão das reservas naturais nas décadas de 1980 e 1990 não foi acompanhada por financiamento para apoiá-las. Um terço são apenas ‘parques de papel’; um grande número de outros não possui estruturas físicas, sinalização ou limites; e outros ainda podem ter um responsável que reside na sede do condado, e não na reserva” (Marks, p. 294-295, 2012).

terras cultiváveis, a conversão das florestas sagradas de Xishuangbanna em culturas de seringueiras, a drenagem de lagos, como o Dianchi, para o plantio de grãos – que, aliás, revelou-se infrutífera¹⁵⁹⁵ – e outros sem número de projetos desvairados, produziram uma devassa em todo território chinês na era Mao. Assim, a preocupação com os riscos neste período não deve ser confundida com prerrogativas de cuidado, pelo contrário, essa preocupação foi significada e colocada em prática através de ataques contundentes contra a natureza.

9.7.3 A luta contra o Céu e a terra: a descrição da natureza na Revolução Cultural

Com a mobilização da juventude, Mao construiu, na década de 1960, sua revanche contra aqueles que o procuraram limitar e retomou a centralização do poder. Para tanto, ele instigou uma luta entre os jovens universitários e os quadros mais velhos do partido, particularmente aqueles que o submeteram à humilhante autocrítica em 1962, e tantos outros que submergiram no caos repressivo entre 1966 e 1976¹⁵⁹⁶, além dos intelectuais que, neste período, tornaram-se a nona categoria fedorenta, a mais baixa entre as classes. Em outras palavras, Mao instigou, irônica e paradoxalmente, todo o corpo discente da China contra os produtores de conhecimento científico¹⁵⁹⁷ e praticamente aboliu o ensino superior¹⁵⁹⁸, enviando os intelectuais e jovens

¹⁵⁹⁵ Sob o slogan “Mova as montanhas, transforme os mares”, muitos empreendimentos foram feitos nesses anos para tornar lagos e zonas costeiras em terras de plantio, nas palavras de Shapiro: “Invasões, frequentemente envolvendo ampla participação militar, atingiram oceanos, lagos, rios e lagoas, incluindo projetos de construção de diques ao longo da costa do Pacífico e intensos projetos de recuperação de terras nos lagos Tai e Poyang. No entanto, dentre esses muitos projetos, o que exemplifica de forma mais transparente o ataque maoísta à natureza é o aterro das zonas úmidas de Haigeng, no Lago Dian [Dianchi], perto da cidade de Kunming, uma campanha em grande escala que exemplifica os altos custos do formalismo dogmático da era Mao” (Shapiro, p. 116, 2001).

¹⁵⁹⁶ Segundo Mühlhahn, em: “[...] 8 de julho de 1966, Mao expressou sua opinião de que ‘uma grande desordem sob o céu’ era boa, pois exporia os inimigos, mobilizaria as massas e, por fim, levaria à ordem. O caos das manifestações estudantis, das denúncias mútuas entre quadros do partido e dos expurgos e julgamentos públicos orquestrados visava dismantelar as reformas tecnocráticas do período de reajuste e remover as instituições construídas pelos oponentes de Mao” (Mühlhahn, p. 462, 2019).

¹⁵⁹⁷ Em 16 de maio de 1966, Mao formalizou sua posição nesse sentido através de uma notificação perante o Comitê Permanente do Politburo: “Devemos realizar a Grande Revolução Cultural Proletária para desmascarar as autoridades acadêmicas, que se revoltaram contra o socialismo e que apoiaram a burguesia... Embora tenhamos desmascarado algumas delas, também confiamos erroneamente em outras ou as treinamos para serem nossas sucessoras. Os comitês do partido em todos os níveis devem estar atentos ao Khrushchev chinês dentro do nosso partido” (Mao apud Mühlhahn, p. 461, 2019).

¹⁵⁹⁸ Segundo Mühlhahn: “Após a Notificação de Maio, o foco mudou para o sistema educacional, especialmente as universidades. [...] O primeiro dos cartazes da Revolução Cultural, fixado em 25 de maio de 1966, atacava a liderança da Universidade de Pequim por ser um ‘bando de elementos revisionistas do tipo Khrushchev’. Funcionários e professores da universidade foram alvo de críticas enquanto seus alunos, encorajados pelas autoridades do partido, realizavam reuniões em massa e começavam a se organizar. Mao, que estava em Hangzhou na época, deu total apoio, declarando que este primeiro cartaz era o ‘equivalente da Proclamação da Comuna de Paris na década de 1960’. O movimento se espalhou rapidamente: 65 mil cartazes foram exibidos na Universidade Tsinghua em junho. De acordo com registros em Xangai, nas três primeiras semanas de junho, 2,7 milhões de pessoas se juntaram aos movimentos de protesto dentro da cidade e cerca de 88.000 cartazes apareceram, atacando

universitários em massa para trabalhos forçados no campo¹⁵⁹⁹. A formação da Guarda Vermelha, em 1965, institucionalizou milícias estudantis com poder e capacidade letal em larga escala¹⁶⁰⁰. Até 1968, essas milícias, instigadas por Mao a rebelar-se contra toda autoridade instituída nos vinte anos anteriores, produziram um verdadeiro caos, usando da violência contra pessoas denunciadas e contra facções rivais, que pulularam em toda parte. Em uma espécie de catarse, os dois primeiros anos da Revolução Cultural permitiram que ressentimentos produzidos anteriormente aflorassem e fossem direcionados a torto e a direito sem muito controle sobre os alvos. Muitas pessoas que não tinham relação alguma com a política ou a academia foram humilhadas e assassinadas por conta de cafifas pessoais¹⁶⁰¹. Diz-se que Mao queria dar à juventude uma experiência revolucionária de modo a reavivar os sentimentos comunistas, por outro lado, é notável como o grande timoneiro simplesmente mobilizou os jovens contra seus inimigos políticos, tanto na burocracia quanto na academia. Quando a devassa estava feita e as coisas começaram a sair do controle, Mao convocou o Exército de Libertação Popular para pôr ordem na casa, ou melhor, nas cidades e campus universitários tomados por grupos insurgentes que se digladiavam entre si¹⁶⁰². A partir daí, os jovens seriam mandados ao campo para ter uma autêntica experiência proletária e camponesa¹⁶⁰³, possivelmente a pior de suas vidas, uma vez

1.390 pessoas (pelo nome) por vários crimes. Em 13 de junho, o governo, seguindo as instruções de Mao, suspendeu as aulas em todas as escolas e cancelou os exames nacionais de admissão à universidade em todo o país” (Mühlhahn, p. 462, 2019).

¹⁵⁹⁹ Hobsbawm, p. 454, 1995.

¹⁶⁰⁰ Segundo Mühlhahn: “O movimento rapidamente se intensificou. Reuniões públicas de crítica começaram a assumir novos níveis de violência, à medida que quadros, intelectuais e líderes acusados de crimes políticos eram espancados e humilhados, muitas vezes diante de grandes multidões ou mesmo em estádios esportivos. Os Guardas Vermelhos forçavam as pessoas a marchar em meio a multidões escarnecedoras, com suas cabeças coroadas com chapéus de burro e seus ‘crimes’ delineados em pesadas placas penduradas no pescoço. [...] Eles também atacaram seus próprios pais na tentativa de traçar uma ‘linha clara de demarcação’. [...] O caos social, particularmente em 1966 e 1967, abalou cidades e vilas chinesas. Inúmeros locais culturais foram destruídos. Os locais religiosos eram um alvo popular. Guardas Vermelhos destruíram estátuas, queimaram manuscritos e demoliram templos” (Mühlhahn, p. 466, 2019).

¹⁶⁰¹ Segundo Mühlhahn: “[...] os assassinatos foram organizados por comitês partidários locais, que ordenaram que os massacres fossem realizados em áreas remotas. Famílias inteiras, incluindo crianças, foram assassinadas. Em todo o país, provavelmente um milhão e meio de pessoas foram mortas durante esta fase” (Mühlhahn, p. 471, 2019). E ainda: “Estudiosos concluem que, no período entre 1966 e 1971, até 27,2 milhões de chineses sofreram alguma forma de perseguição, assédio ou dano – muitas vezes repetidamente. Desse total, pelo menos 1,73 milhão de pessoas foram mortas e sete milhões ficaram gravemente feridas. Cerca de 4,2 milhões foram detidas” (Mühlhahn, p. 473, 2019).

¹⁶⁰² Segundo Mühlhahn: “Mortes e ferimentos em batalhas de rua eram onipresentes. Ao longo dos dez anos da Revolução Cultural, cerca de 240.000 pessoas podem ter sido mortas em tais confrontos armados locais” (Mühlhahn, p. 468, 2019).

¹⁶⁰³ Mühlhahn, p. 470, 2019.

que foram submetidos ao trabalho forçado, à má alimentação e aos desmandos de quadros partidários muitas vezes sádicos e com um poder incontestável para represálias¹⁶⁰⁴.

No que tange aos riscos ambientais, as observações sócio-terranas e sua descrição pelos *media*, é interessante ressaltar alguns aspectos desse período e certos fatos relevantes. Primeiramente, é importante enfatizar que alguns slogans do Grande Salto retornaram, particularmente aquele aceleracionista de “Mais, Mais Rápido, Melhor, Mais Econômico”¹⁶⁰⁵. Dessa vez, no entanto, uma uniformidade dogmática tomara conta das expectativas sobre a agricultura através do slogan “Na Agricultura, aprenda com Dazhai”, pelo qual o plantio exclusivo de grãos tornou-se a regra máxima. Os *media*, por sua vez, foram drasticamente reduzidos: em janeiro de 1967, os jornais provinciais encerraram suas publicações a mando do Comitê Central do PCC, reduzindo o número total de jornais de algumas centenas para apenas quarenta e as principais publicações foram centralizadas nos três veículos oficiais, a saber, o Rénmín Ribào (Diário do Povo), o Jiěfàngjūn Bào (Diário do Exército da Libertação) e a revista Hóngqí (Bandeira Vermelha)¹⁶⁰⁶, que, por sua vez, passaram a ser instruídos pela Gangue dos Quatro¹⁶⁰⁷ e não mais pelo Departamento de Propaganda, que extinguiu-se neste momento e só retornou em 1976¹⁶⁰⁸. A esposa de Mao, Jiang Qing, teve o proeminente papel de orientar as artes, a literatura e os meios de comunicação de massa nesse período, no qual as características do romantismo revolucionário foram sobremaneira exacerbadas com a publicação de grandes e pequenos cartazes nos quais se observava a exaltação dos heróis nacionais, isto é, dos trabalhadores comuns enaltecidos graficamente. Essas figuras adquiriram neste período características andróginas e assexuais, intensificando a linha estética do Grande Salto, e as mulheres apareceram cada vez mais, principalmente executando trabalhos tipicamente masculinos. O culto a Mao chegou ao ápice, com o grande líder representado em diversas

¹⁶⁰⁴ Como se observa nesse relato dado por uma mulher a Shapiro: “Com os militares no comando, havia muitos problemas. Havia um controle rígido. Durante o treinamento com armas, havia acidentes. Havia espancamentos. Alguns líderes militares estupravam meninas. Eles eram déspotas. Podiam fazer o que quisessem. Nossa líder de equipe estuprou uma jovem instruída de Chengdu, e ela engravidou. Minha melhor amiga, uma garota de Pequim, tentou buscar justiça e foi perseguida politicamente por protestar. Eles a ostracizaram, e eu fui a única que ousou falar com ela por um ano. Eventualmente, ela acabou enlouquecendo” (Shapiro, p. 179, 2001).

¹⁶⁰⁵ Shapiro, p. 92, 2001.

¹⁶⁰⁶ Zhao; Sun, p. 101-102, 2018.

¹⁶⁰⁷ Pequeno grupo que centralizou o poder junto a Mao durante a Revolução Cultural, formado por Jiang Qing, esposa de Mao, Zhang Chunqiao, Yao Wenyan e Wang Hongwen. Segundo Mühlhahn, esse grupo: “Tornou-se um dos principais órgãos decisórios do partido, respondendo diretamente a Mao. Ele se sobrepuja a todas as instituições e órgãos regulares do partido, do Estado e, em certa medida, até mesmo das forças armadas” (Mühlhahn, p. 461, 2019).

¹⁶⁰⁸ Landsberger, p. 30, 2020.

situações de autoridade: como professor, como pai benevolente ou como general¹⁶⁰⁹. Neste período, também o “Livro Vermelho” de Mao tornou-se a literatura cotidiana das sessões de estudo diário de grupos de trabalhadores e estudantes. Gostaria, portanto, de começar nossa análise das observações sócio-terranas por uma passagem dele que, certamente, foi a mais influente fonte de observação entre 1966 e 1976:

Nos domínios da luta pela produção e da experimentação científica, a humanidade nunca deixará de progredir e a natureza nunca deixará de se desenvolver; jamais elas se deterão num nível determinado. [...] Todos os pontos de vista inspirados pelo imobilismo, pessimismo, sentimento de impotência, orgulho e presunção são errados. Isso é assim porque eles não correspondem aos fatos históricos do desenvolvimento da sociedade humana ao longo de cerca de um milhão de anos nem aos fatos históricos da natureza conhecidos por nós até a data. [...] Os homens servem-se das ciências da natureza como uma arma em sua luta pela liberdade. [...] *A fim de conquistarem sua liberdade na natureza, servem-se das ciências da natureza para compreendê-la, dominá-la e transformá-la, obtendo, assim, da própria natureza, sua liberdade.* [...] Em geral, aquilo que obtém bom resultado é correto, e o que fracassa é incorreto, principalmente se se trata da luta dos homens contra a natureza.¹⁶¹⁰

Essa passagem é crucial para compreendermos a perspectiva de Mao em suas observações sócio-terranas: para ele, a dialética não se limitaria às relações humanas de classe, mas se estenderia para o mundo natural. É interessante perceber que a concepção iluminista de natureza, que tratei no capítulo “A Materialização do Cosmos na Semântica Ocidental e a Recentralização do Humano na Natureza”, parece ser atualizada na passagem acima de Mao, possivelmente oriunda da sua interpretação marxista desta concepção ao enfatizar que a luta contra a natureza, para dominá-la e transformá-la com vistas na liberdade humana, é operada através da ciência. Outra passagem, mais adiante, deixa essa correlação mais evidente:

A filosofia marxista considera que a lei da unidade dos contrários é a lei fundamental do universo. Essa lei vale universalmente, quer na natureza, quer na sociedade humana, quer no pensamento do homem. Entre os aspectos opostos de uma contradição, há ao mesmo tempo unidade e luta, sendo isso que faz com que as coisas e os fenômenos se movam e mudem.¹⁶¹¹

Sem entrar em pormenores filosóficos, gostaria apenas de esclarecer que essa perspectiva de que a dialética se estende para todas as relações no universo é oriunda de Engels e não de Marx. Com a publicação póstuma da “Dialética da Natureza” em 1925, críticas de Engels sobre o empirismo das ciências naturais e reflexões sobre a relação entre sociedade e natureza foram apropriadas em círculos marxistas e por lideranças políticas como Mao e Stálin. O cerne dessas reflexões encontra-se na seguinte passagem:

¹⁶⁰⁹ Landsberger, p. 44, 2020.

¹⁶¹⁰ Mao, p. 62-63, 2023.

¹⁶¹¹ Mao, p. 64, 2023.

A dialética dita objetiva domina toda a natureza, e a assim chamada dialética subjetiva, que é o pensamento dialético, constitui mero reflexo do movimento que vigora em toda parte na natureza em oposições que justamente condicionam a vida da natureza por meio do seu conflito permanente e de sua dissolução final uma na outra, ou então em uma forma mais elevada.¹⁶¹²

A proposta de Engels é, em última instância, trazer os fenômenos naturais para o campo da história e observá-los através da lente dialética, isto é, como processos nos quais o confronto entre tese e antítese cria a realidade¹⁶¹³. A interpretação de Mao, que é a que nos interessa aqui, leva essa proposta ao extremo: para ele, a contradição das unidades, proposta por Engels, não se referia apenas aos fenômenos naturais, como a polaridade magnética ou os mecanismos de adaptação de espécies, mas, enfaticamente, a uma luta entre a sociedade e a natureza, que seria capaz de criar um novo estado de coisas no qual processos de transformação recíproca levariam ao aprimoramento da sociedade em seu uso dos recursos naturais. De alguma forma, Mao juntou a crítica de Engels com uma interpretação muito sua do que seria o próprio empirismo. A luta contra a natureza era, portanto, fundamental. Isso explica os empreendimentos mais absurdos desse período, como tentar plantar seringueiras em altitudes impróprias, produzir grãos dentro de lagos, arar terrenos rochosos, limpar o Rio Amarelo e outros tantos experimentos que desperdiçaram em muito a força de trabalho e os recursos disponíveis. Explica também o desdém com as ciências sancionadas e os seus representantes intelectuais que foram contrários a essas tentativas de transformar a natureza à força. É sobretudo interessante notar, na passagem de Mao citada acima, que, para ele, qualquer fracasso nesses projetos de luta contra a natureza seria um sinal de equívoco, ou ainda, de que se a luta fosse travada na forma correta, o sucesso seria certo. Neste sentido, ele criou uma episteme (pseudo) científica muito própria na qual suas hipóteses não poderiam jamais ser negadas. Era essa perspectiva que rondava as comunicações em círculos estudantis e trabalhistas entre 1966 e 1976, a de que a luta contra a natureza era uma das condições para mudanças otimizadoras da economia e da sociedade chinesa.

Essa ideia seria manifestada, nesse período, através do modelo Dazhai, vamos observá-lo através das descrições do Rénmín Ribào, da Rénmín Huàbào e de cartazes, de modo que possamos compreender como esse modelo espalhou-se como uma autodescrição generalizada e uniforme. A começar por uma matéria do Rénmín Ribào, intitulada “*Um bom exemplo de construção de áreas montanhosas com espírito revolucionário*”, publicada na primeira página em 10 de fevereiro de 1964, que se revela um ótimo exemplar da interpretação maoista da

¹⁶¹² Engels, p. 119, 2020.

¹⁶¹³ Uma tese interessantíssima, diga-se de passagem, que pode ser aproximada inclusive da teoria geral dos sistemas pela fundamentação na diferença entre sistema e ambiente.

filosofia da natureza engelsiana, pois repare que duas normativas conduzem essa comunicação: i) a da transformação da natureza através da luta e ii) a da necessidade de se realizar experimentalmente as transformações que se considerar necessárias na esperança de que a natureza curvar-se-á aos desejos humanos. Seguem os trechos relevantes para análise:

Uma aldeia montanhosa pobre com terras pobres – A Brigada Dazhai [...] provou esta verdade com sua própria experiência pessoal: não importa quão desfavoráveis sejam as condições naturais, enquanto as pessoas tiverem a ambição de construir o socialismo, desenvolverem plenamente o espírito revolucionário e combinarem o entusiasmo revolucionário com a atitude científica, certamente serão capazes de mudar a terra, mudar a cor dos rios e montanhas e criar grandes conquistas. [...] A aldeia de Dazhai está localizada nas Montanhas Taihang, com picos sobrepostos. As terras de toda a aldeia estão distribuídas em encostas grandes e pequenas e em ravinas. O solo é muito pobre e o número de animais e ferramentas agrícolas é pequeno e de baixa qualidade. Antes da libertação, o povo de Dazhai vivia em extrema pobreza, sob a exploração cruel de latifundiários e camponeses ricos. [...] Após a libertação, o povo viu a luz do dia novamente, implementou a reforma agrária e realizou a coletivização agrícola. Os camponeses se levantaram e se organizaram, mas as condições naturais em Dazhai ainda eram muito difíceis. No entanto, as condições naturais particularmente difíceis não desencorajaram o povo de Dazhai, que havia se levantado. Pelo contrário, estimularam ainda mais seu espírito de luta revolucionária. Em 1953, o primeiro ano em que esta pobre aldeia montanhosa foi organizada, eles formularam um grande plano para transformar a natureza e estavam determinados a transformar o pobre vale montanhoso em um rico vale de arroz. [...] Devemos aprender o espírito revolucionário de Dazhai, e também aprender seu espírito tenaz de ousar desprezar as dificuldades e lutar contra elas, e aprender seu estilo refinado de trabalho árduo. O povo de Dazhai encontrou grandes dificuldades no processo de *luta contra a natureza* e na construção da região montanhosa. As sete grandes valas e dezenas de pequenas valas da aldeia tiveram que ser represadas e transformadas em campos férteis, e os mais de 800 acres de terrenos inclinados e cumes da aldeia, que foram divididos em mais de 4.700 pedaços, tiveram que ser construídos em terraços horizontais. Isso exigiu o assentamento de pedras pedaço por pedaço e o transporte de terra uma carga de cada vez. A carga de trabalho era enorme e o trabalho árduo. Naquela época, havia apenas mais de 50 trabalhadores na aldeia, e a economia coletiva havia acabado de ser estabelecida, com recursos financeiros e materiais muito limitados. [...] Assim que o plano de transformação da natureza foi formulado, imediatamente entrou em batalha. Resistiu ao teste de invernos rigorosos, um após o outro. *Embora o vento frio cortante rachasse sua pele e as pedras duras quebrassem suas mãos, seus corações estavam sempre quentes.* [...] Foi esse tenaz espírito revolucionário, sem medo do céu ou da terra, que os permitiu superar as dificuldades uma após a outra, *conquistar uma vitória após a outra* e dobrar a produção de grãos por unidade de área e a produção total. [...] *Estamos fazendo uma revolução para transformar o mundo objetivo. E para transformar o mundo objetivo, seja lutando contra inimigos de classe ou contra a natureza*, certamente encontraremos várias dificuldades. Somente superando as dificuldades com determinação poderemos avançar. [...] O povo de Dazhai resistiu brilhantemente a esse teste, transformando as montanhas e os rios de Dazhai e transformando a pobre Dazhai em uma rica Dazhai. [...] *Na luta pela administração de montanhas, encostas e ravinas, eles insistiram em experimentos científicos e mantiveram o sistema de plantio de campos experimentais.* Eles realizaram experimentos científicos em quase todos os elos e em todas as medidas técnicas, do plantio à colheita. [...] A razão pela qual *devemos aprender com o espírito revolucionário do povo de Dazhai e com a sua atitude científica de buscar a verdade nos fatos* é que o desenvolvimento das coisas é infinito e o caminho da revolução ainda é longo. [...] E cada passo que damos deve compreender as leis do desenvolvimento das coisas e *agir rigorosamente de acordo com as leis objetivas, o que requer experiências científicas regulares e sérias.* [...] Cada lugar em nosso país, seja uma

região montanhosa ou uma planície, tem seu próprio ‘Dazhai’. Cada lugar não deve apenas aprender bem com a experiência de Dazhai, mas também resumir e promover a experiência de seu próprio ‘Dazhai’. Inspirados pelos feitos gloriosos de inúmeros ‘Dazhais’, os camponeses do meu país certamente despertarão maior entusiasmo revolucionário, *realizarão ativamente experimentos científicos*, promoverão um novo impulso na produção agrícola e *promoverão um desenvolvimento mais rápido e melhor da produção agrícola* e da modernização agrícola do meu país.¹⁶¹⁴

A matéria conta uma história heroica na qual camponeses de um pequeno vilarejo nas montanhas Taihang conquistaram, pelo próprio esforço, a autossuficiência produtiva, transformando seu ambiente natural de forma propícia ao aumento da produção agrícola, neste caso, principalmente de arroz. Enquanto modelo, Dazhai deveria ser imitada, principalmente no sentido da transformação das condições ambientais locais, de modo a aumentar a produtividade de grãos. Os meios para tanto, como se observa na matéria, seriam: uma árdua luta contra a natureza que exigiria sacrifícios e muito empenho, vontade revolucionária e experimentos “científicos” para alteração das paisagens e condições ambientais. O cerne da normativa é, logo, a transformação do mundo objetivo e seu método, a luta contra a natureza. Mas, ao longo dos anos seguintes, o uso de Dazhai como modelo foi muito além: expedições de todo canto da China foram para lá estudar seus métodos que deveriam ser replicados à risca em todos os outros lugares, independentemente das diferenças topográficas e climáticas¹⁶¹⁵. A conexão com os ensinamentos maoístas, contidos principalmente no “Livro Vermelho”, era explícita na propaganda oficial, como se observa no cartaz do início da década de 1970:

¹⁶¹⁴ Rénmín Rìbào, 10 de fevereiro de 1964, p. 1.

¹⁶¹⁵ Segundo Shapiro: “A utilização de modelos maoístas para transformar o mundo natural teve forte potencial para causar danos ao meio ambiente porque o terreno foi tratado indiscriminadamente como o do modelo, independentemente das variações de topografia, clima, condições do solo, precipitação ou práticas locais. Cada vez mais, à medida que a imitação de Dazhai passou a ser vista como uma medida de lealdade ao Presidente Mao, o menor desvio do padrão convidava ataque e exílio, se não pior. Dogmatismo, literalismo e formalismo, nascidos do zelo e do medo, tomaram conta da China à medida que a Revolução Cultural progredia; tudo o que o povo de Dazhai fez à sua terra foi imitado ao pé da letra, em áreas rurais por toda a China. Não importa quão inóspito ou íngreme fosse o terreno, e independentemente de quão bem-sucedidos, apropriados ou testados pelo tempo fossem outros usos da terra, terraços foram construídos e grãos foram plantados exatamente como nas encostas de Dazhai. As ferramentas usadas em Dazhai eram copiadas e empregadas em todos os lugares” (Shapiro, p. 99-100, 2001).



Imagem 21: A flor vermelha de Dazhai floresce em todos os lugares¹⁶¹⁶

No cartaz, do centro para a periferia, observamos uma fotografia de Mao acima dos trabalhadores que, sorridentes, levam consigo o “Livro Vermelho”, todos envoltos pela paisagem transformada em terraços típicos do modelo Dazhai. Abaixo e ao fundo ainda há um elemento importante, qual seja, a de uma grande mobilização popular em representação à continuidade revolucionária endossada por Mao neste período. Mais do que durante o Grande Salto Adiante, durante a Revolução Cultural a mobilização sob o modelo Dazhai construiu-se fortemente vinculada à pessoa de Mao e em oposição a supostos inimigos internos, chamados popularmente de Khrushchevs chineses, em analogia ao líder russo. O rompimento com a URSS, entre 1958 e 1960¹⁶¹⁷, aprofundou-se e, no fim da década, a demanda pelo aumento da produtividade e pela conquista da autossuficiência relacionava-se, além de tudo, com a possibilidade de uma guerra com os antigos aliados. O argumento dentro deste contexto era o de que opositores internos poderiam desencaminhar a China do comunismo, da mesma forma que teria acontecido na URSS. A centralidade das decisões políticas e das expectativas geradas nos

¹⁶¹⁶ Cartaz produzido pelo Gabinete de Alfabetização do Grupo de Trabalho Político do Comitê Revolucionário da Província de Shanxi no início da década de 1970.

¹⁶¹⁷ Hobsbawm, p. 435, 1995.

media na figura de Mao tornou as observações sócio-terranas neste período mais fortemente conectadas às comunicações do líder e a uniformidade das narrativas e dos processos neste âmbito prevaleceu. Com um inimigo interno relativamente abstrato, mas suficientemente definido, a luta agora se daria contra os chamados Khrushchevs e contra a natureza ao mesmo tempo, porquanto aqueles representavam o desânimo e o ceticismo em relação à potência da transformação objetiva da realidade. Tudo isto é notável em uma matéria da Rénmín Huàbào, intitulada “*Colheita abundante em toda parte*”, de janeiro de 1968:

[...] Após a colheita, as vastas comunas populares rurais se encheram de alegria e júbilo. [...] A série de *grandes vitórias* na frente socialista de grãos da China é o resultado da implementação resoluta da grande política estratégica do Presidente Mao de ‘*preparar-se para a guerra*, preparar-se para o Partido e servir o povo’ é a brilhante conquista do grande Pensamento Mao Zedong iluminando a frente alimentar. A colheita abundante de 1967 em meu país provou brilhantemente que a sábia afirmação do Presidente Mao de que a energia revolucionária liberta as forças produtivas e que a revolução promove o desenvolvimento das forças produtivas é uma verdade irrefutável. Ela demonstra vividamente que a Grande Revolução Cultural Proletária, pessoalmente iniciada e liderada por nosso grande líder, o Presidente Mao, tornou-se uma força motriz para o desenvolvimento das forças produtivas. [...] *A colheita recorde de 1967 foi resultado da guerra*. Isso foi alcançado por meio da sabotagem de inimigos de classe e do *combate aos desastres naturais*. [...] Durante a temporada de maior movimento, também implementamos amplamente a prática de estudar todos os dias, dar aulas particulares nos campos, expor placas com citações nos campos, ler jornais nos campos e aplicá-las ao campo. Uma nova tendência surgiu: escrever citações nas paredes, pendurar crachás com citações em baús, carregá-los por aí, cantar canções com citações durante os intervalos e estudá-las à noite. Muitas pessoas memorizaram os ‘Três Artigos Antigos’ e algumas conseguiam recitar dezenas de citações do Presidente Mao. A grande maioria dos membros das comunas rurais e quadros revolucionários estuda as obras do Presidente Mao, insistindo em combinar o aprendizado com a prática, aplicando ativamente o que aprendem e vendo resultados imediatos. Eles estudam em todos os momentos, em todos os lugares e em todos os assuntos, estudando constante e repetidamente os ‘Três Artigos Antigos’, destruindo interesses privados e estabelecendo interesses públicos, e aplicando a revolução em suas almas. *Eles realmente usam o Pensamento de Mao Tsé-Tung para unificar tudo, guiar tudo, transformar tudo e impulsionar tudo*. Este foi o fator mais fundamental e crucial para alcançar uma colheita agrícola abundante.¹⁶¹⁸

Estabelecido o hábito de, durante intervalos de trabalho, estudar coletiva e repetidamente os mandamentos do líder, ler os jornais sancionados e expurgar o pessimismo pela autocrítica, a Revolução Cultural foi um período de alta uniformidade dogmática e normativa, cuja potência era utilizada, sobretudo, para aplicação do princípio “*obter grãos do topo das montanhas, obter grãos dos lagos*”¹⁶¹⁹. Ano após ano, os *media* comemoravam as colheitas, exaltavam o empenho das massas na sua radical transformação das condições naturais e criavam expectativas sobre produções cada vez maiores. Em março de 1967, uma matéria da Rénmín Huàbào, acompanhada

¹⁶¹⁸ Rénmín Huàbào, janeiro de 1968, p. 14-19.

¹⁶¹⁹ Shapiro, p. 98, 2001.

de uma foto impactante, percorreu pelo viés aceleracionista, enfatizando a luta contra os desastres naturais – chuvas, tufões, granizo e terremotos –, centralizando a normatividade na condução política de Mao. Segundo a matéria, seguir os pensamentos do grande líder e comportar-se adequadamente aos seus ensinamentos levaria à conquista sobre a natureza e ao logro produtivo, isto é, o triunfo da disciplina do espírito e da piedade filial confucionista tornaram-se o lastro para o exigente trabalho do crescimento inveterado, muitas vezes permeado pela exaltação do sofrimento físico e de sacrifícios inúmeros neste período. A imagem que acompanha a matéria mostra isso em plenitude:



各地群众大振改天换地的革命精神，意气风发，大兴农田基本建设。

Imagem 22: As pessoas em vários lugares inspiraram grandemente o espírito revolucionário de mudar o mundo, estão cheias de entusiasmo e vigor e promovem vigorosamente a construção básica de terras agrícolas.¹⁶²⁰

¹⁶²⁰ Rénmín Huàbào, março de 1967, p. 12.

Como se observa na imagem, a transformação de montanhas rochosas em campos agrícolas era um dos exemplos do empenho para o aumento da produção de grãos. Construir terraços ao modelo Dazhai implicava escavar terrenos íngremes e, até quando a superfície era plana, enxertar a terra para produzir colinas¹⁶²¹. O flagelo físico decorrente do trabalho intermitente e difícil era elogiado e sua fundamentação se dava, dentre outras coisas, na parábola taoísta d'O Velho Tolo¹⁶²², usada primeiramente por Mao em 1945 no encerramento do Sétimo Congresso Nacional do Partido Comunista da China e que se tornou um dos Três Artigos Antigos de Mao estudados à exaustão nos grupos de trabalhadores. Na sua primeira versão, Mao usou a parábola para atacar o imperialismo e o feudalismo, mas durante a Revolução Cultural a analogia deixou de ser metafórica e passou a ser literal, nas palavras de Mao:

Há uma antiga fábula chinesa chamada 'O Velho Tolo que Removeu as Montanhas'. Ela conta a história de um velho que viveu no Norte da China há muito, muito tempo, e era conhecido como o Velho Tolo da Montanha do Norte. Sua casa era voltada para o sul e, além de sua porta, erguiam-se os dois grandes picos, Taihang e Wangwu, obstruindo o caminho. Ele chamou seus filhos e, com enxadas na mão, eles começaram a escavar essas montanhas com grande determinação. Outro homem de barba grisalha, conhecido como o Velho Sábio, os viu e disse com deboche: 'Que tolice fazer isso! É completamente impossível para vocês, poucos, escavarem essas duas montanhas enormes'. O Velho Tolo respondeu: 'Quando eu morrer, meus filhos continuarão; quando eles morrerem, haverá meus netos, e depois os filhos e netos deles, e assim por diante, até o infinito. Por mais altas que sejam, as montanhas não podem crescer mais, e a cada pedaço que cavamos, elas ficarão ainda mais baixas. Por que não podemos removê-las?' Tendo refutado a visão equivocada do Velho Sábio, ele continuou cavando todos os dias, inabalável em sua convicção. Deus se comoveu com isso e enviou dois anjos, que carregaram as montanhas nas costas.¹⁶²³

O suplemento moral desta parábola é, evidentemente, a persistência necessária para o cumprimento de tarefas colossais, porém o período histórico entre as décadas de 1960 e 1970 foi o único no qual ela foi observada como literal em vários casos. Nas descrições das matérias jornalísticas da época, a implacável persistência e perenidade do empenho físico em transformar a paisagem vinha acompanhada de referências ao Velho Tolo, como se observa em uma matéria da Rénmín Huàbào de julho de 1967, que começa com uma citação de Mao, qual seja, "*Tomar firme decisão, não temer sacrifícios, superar todas as dificuldades e lutar pela vitória*", intitulada "*O 'Velho Tolo Vivo' da Era Contemporânea*"¹⁶²⁴. Na luta contra o Céu e a terra, a vitória estava garantida pelo trabalho árduo orientado pelas expectativas criadas nas comunicações políticas altamente propagadas pelos jornais e pelas impressões de toda ordem do

¹⁶²¹ Shapiro, p. 101, 2001.

¹⁶²² Cujá autoria é atribuída ao mestre taoísta Liezi do século IV a.C.

¹⁶²³ Mao, p. 265-266, 2021.

¹⁶²⁴ Rénmín Huàbào, julho de 1967, p. 38-41.

pensamento de Mao, isto é, cartazes, folhetins com suas citações e o “Livro Vermelho”, disseminaram comunicações com esse viés por toda parte. Se foi impressionante que, como disse Hobsbawm, durante a comunitarização da agricultura em 1956 milhares de famílias tivessem se deixado realocar e reorganizar sem pestanejar, neste caso é ainda mais estupendo que práticas milenares de lida ambiental tenham sido abandonadas e substituídas por métodos incertos, desconhecidos e experimentais que exigiam, sobretudo, muito esforço físico de todos. Uma obediência dessa monta só pode ser justificada por uma semântica fortemente enraizada. Duas das imagens que acompanham a matéria mencionada há pouco remetem-se integralmente à parábola d’O Velho Tolo tanto no sentido estético quanto em suas legendas que são, respectivamente: i) *“Durante o clímax da Grande Revolução Cultural Proletária, o povo da Universidade Shasiyu estudou as obras do Presidente Mao, continuou a levar adiante o espírito revolucionário de Yugong movendo montanhas e construiu terraços de alto padrão com solo espesso e até represas”* e, ii) *“Quanto mais dura a rocha, mais duro o homem. O que há para temer de uma rocha teimosa?”*



在无产阶级文化大革命的高潮中，沙石峪人大学毛主席著作，继续发扬愚公移山的革命精神，建设土厚壤齐的高标准梯田。 遵化县农林局供稿

石坚人更坚，顽石何所惧。



Imagem 23: Rénmín Huàbào, julho de 1967, p. 40

Logo, as autodescrições produzidas durante a Era Mao foram extremamente potentes para conduzir processos comunicativos de toda sorte e, sobretudo, processos de transformação

ambiental. A amálgama entre a luta contra a natureza e a luta política pelo comunismo tomou proporções e formas miríficas, penetrando nas organizações e nas interações a ponto de mobilizar milhões de pessoas ao mesmo tempo e gerar, a nível individual, autodescrições destemperadas, como no caso dos jovens instruídos enviados a Xishuangbanna para o plantio de seringueiras, por exemplo, sobre os quais há relatos de profundo adoecimento mental com sintomas de depressão, suicídio e delírios nos quais alguns jovens acreditavam comunicar-se diretamente com Mao e participar do seu círculo íntimo¹⁶²⁵. A devastação ambiental, por outro lado, foi tão efusiva quanto: 1.910.000 km das florestas sagradas de Xishuangbanna foram destruídas entre 1959 e 1979¹⁶²⁶, as nascentes secaram e o solo foi erodido¹⁶²⁷; o aterramento de lagos, como o Dianchi, por exemplo, feito também em território sagrado¹⁶²⁸, provou-se inútil¹⁶²⁹ e dispendioso¹⁶³⁰ e destruiu mais de 5 km de bosques de salgueiros às suas margens além de impossibilitar a manutenção de espécies nativas de aves e peixes¹⁶³¹; as tentativas de conversão de pastos em terras agrícolas produziu desertificação e fez emergir tempestades de areia; o microclima de várias regiões foi alterado, aumentando tanto a seca quanto as inundações¹⁶³²; a

¹⁶²⁵ Nas palavras de Shapiro: “[...] Problemas e pressões criaram inúmeros problemas emocionais, incluindo altas taxas de depressão e suicídio. O diretor de um hospital psiquiátrico em Kunming me contou que tratou mais de cem jovens com formação acadêmica e problemas relacionados às pressões de suas deslocamentos. Ele observou que, como aqueles que foram enviados para a capital haviam sido examinados localmente, eles devem ter representado apenas uma fração daqueles com problemas psicológicos: ‘Sempre senti pena deles. Geralmente, depois que se sentiam melhor, eu assinava os papéis para que pudessem voltar para casa, para as cidades. Havia muita esquizofrenia, com delírios de grandeza e alucinações. A ilusão mais comum era a de que Mao estava falando diretamente com eles. Estavam convencidos de que pertenciam ao círculo íntimo de Mao, mas os líderes locais os obstruíam. Um jovem achava que tinha ligações diretas com a Gangue dos Quatro. Os suicidas raramente chegavam a Kunming. Conseguiram se matar’” (Shapiro, p. 180-181, 2001).

¹⁶²⁶ Shapiro, p. 183, 2001.

¹⁶²⁷ Shapiro, p. 182, 2001.

¹⁶²⁸ Segundo Shapiro: “Estendendo-se além do que a vista alcança, Dianchi é protegido a oeste por uma longa cadeia de montanhas que parece surgir diretamente da água. Também chamadas de Colinas da Bela Adormecida devido à sua graça ondulante, as Montanhas Ocidentais são pontilhadas de templos budistas e taoístas, pavilhões, esculturas e grutas, incluindo o famoso Portão do Dragão, onde, de 1781 a 1835, monges taoístas esculpiram corredores e cavernas no precipício. Esses artefatos da espiritualidade tradicional chinesa têm vista para o lago e além dele, em direção ao leste, onde o lago parece se dissolver em vastas planícies de inundação que recuam para colinas distantes” (Shapiro, p. 116, 2001).

¹⁶²⁹ Segundo Shapiro: “A nova terra, macia, úmida e fresca, mostrou-se praticamente inútil para o cultivo de grãos. Uma mulher que trabalha no Parque Haigeng como vendedora de refrescos me contou que a água nos campos chegou à sua cintura quando ela tentou colher o arroz. Os camponeses tinham que usar barcos para cortar os grãos, que então brotavam ou apodreciam porque não havia onde espalhá-los para secar. [...] Em maio de 1970, os 3.637 trabalhadores da nova Fazenda Haigeng tentaram cultivar arroz, mas a terra estava muito mole e encharcada para o plantio” (Shapiro, p. 129, 2001).

¹⁶³⁰ Segundo Shapiro, esse empreendimento custou pelo menos 23.750.000 yuans (Shapiro, p. 130, 2001).

¹⁶³¹ Segundo Shapiro: “A perturbação do equilíbrio ecológico de Dianchi prejudicou gravemente sua biodiversidade. Logo após o aterro, tornou-se evidente que as áreas úmidas haviam fornecido um habitat valioso para pássaros e peixes. Uma grande porcentagem de peixes nativos desovava nas áreas de cascalho e áreas úmidas do lago, mas essas características naturais foram destruídas, forçando os peixes a buscar outros locais de desova em áreas que mais tarde se tornaram fortemente poluídas” (Shapiro, p. 132, 2001).

¹⁶³² Shapiro, p. 107, 2001.

substituição de culturas típicas pela de grãos em locais impróprios foi tanto prejudicial para o meio ambiente quanto para subsistência das populações; entre 1950 e 1980 a área agrícola na China aumentou de 80 milhões de hectares para mais ou menos 130 milhões e isso deveu-se à expansão do plantio para áreas florestais do Nordeste e do Sudoeste, assim como para as áreas de pastagem no Norte e Noroeste¹⁶³³; embora a produção agrícola tenha aumentado, o constante aumento populacional manteve a alimentação no nível de subsistência a maior parte do tempo¹⁶³⁴ e a tão almejada autossuficiência em grãos só seria alcançada na década de 1980 em algumas regiões¹⁶³⁵; a abertura de poços e canais aumentou o território irrigado, mas causou alcalinização e salinização do solo proporcionalmente¹⁶³⁶ e; represas mal planejadas e mal executadas romperam-se aos milhares¹⁶³⁷, dentre elas, as de Banqiao e Shimantan, em 1975, causaram as maiores tragédias, matando 85.600 pessoas¹⁶³⁸.

Conclusivamente, é importante evidenciar que, apesar da contundente retórica bélica contra a natureza, o governo de Mao Tsé-Tung deu início a medidas de enfrentamento aos riscos ambientais, muito embora de uma forma incipiente e por vezes equivocada. Essas medidas

¹⁶³³ Marks, p. 270, 2012.

¹⁶³⁴ Li, p. 343, 2007.

¹⁶³⁵ Li, p. 351, 2007.

¹⁶³⁶ Li, p. 369, 2007.

¹⁶³⁷ Segundo Shapiro: “Shui Fu, escritor que registra a construção de represas desde 1949 e suas consequências frequentemente desastrosas, fornece um panorama mais amplo. Antes de 1949, escreve ele, havia apenas 23 represas de grande e médio porte na China; 80.000 foram construídas nos últimos quarenta anos. Somente em 1973, 554 represas romperam. Em 1980, 2.976 represas haviam rompido, incluindo duas de grande porte” (Shapiro, p. 64, 2001). E, segundo Marks: “Em 1981, o governo central reconheceu que 3.200 barragens haviam rompido” (Marks, p.301, 2012).

¹⁶³⁸ Segundo Marks: “Na bacia do rio Huai, centenas de barragens e reservatórios adicionais foram construídos em áreas mais baixas para que as terras que haviam sido reservadas para o desvio de enchentes pudessem ser ocupadas e cultivadas, o que de fato ocorreu. As consequências fatais da política de acumulação de água se conjugaram em agosto de 1975, no maior e mais destrutivo rompimento de barragem da história mundial. Certamente, a causa precipitante (literalmente) foi um tufão intenso que padrões climáticos incomuns trouxeram à província de Henan em 4 de agosto, despejando um metro de chuva na região em apenas três dias. À meia-noite de 7 de agosto, os reservatórios de dois afluentes do Huai – o reservatório de Banqiao, no rio Ru, e o de Shimantan, no rio Hong – estavam atingindo sua capacidade máxima. Em menos de uma hora, cada uma dessas barragens rompeu, lançando paredes de água a 48 quilômetros por hora em cascata pelos vales, levando tudo em seu caminho, incluindo vilas inteiras. As áreas de desvio de águas a jusante não conseguiram suportar a enorme quantidade de água adicional, e esses diques também romperam, resultando em um lago com quase 160 quilômetros de extensão. Onze milhões de pessoas foram afetadas e 85.600 morreram. As águas da enchente ficaram presas nas barragens mais abaixo no rio Huai, e com milhões de pessoas ainda nas águas, e centenas de milhares de outras sofrendo de fome e doenças transmitidas pela água, como disenteria e hepatite, em 13 de agosto, o secretário do Partido Comunista da província de Henan implorou ao governo central que dinamitasse várias das principais barragens para que as águas da enchente pudessem ser liberadas. Essas barragens foram destruídas dois dias depois, enviando as águas da enchente rio abaixo até a província de Anhui, que foi então inundada. Um ano depois, a região teve uma safra abundante. ‘Observando a terra cuidadosamente, era possível ver plantações por toda parte, mas o que fazia o coração das pessoas tremer eram as pequenas áreas onde as plantações eram especialmente ricas e densas’ – terras onde os corpos enterrados de oitenta e cinco mil vítimas fertilizavam a terra pobre em nitrogênio” (Marks, p. 301-302, 2012).

relacionavam-se sobretudo com a saúde da população, sem a qual as altas demandas produtivas estariam perdidas. Campanhas de treinamento médico e imunização foram feitas para diminuir a mortalidade por doenças infecciosas¹⁶³⁹. Houve, sobretudo, uma ênfase na organização da limpeza urbana e rural com isolamento do lixo e com a implementação de sistemas de esgoto, de modo que os resíduos fossem reutilizados na medida do possível como fertilizantes. A poluição atmosférica foi enfrentada com a realocação de fábricas para zonas rurais ou periféricas, o que impediu que, neste momento, grandes *smogs* ocorressem nos grandes centros urbanos. A utilização de todo material e combustível disponível foi incentivada, assim como a reciclagem, para que não houvesse desperdícios¹⁶⁴⁰. Tais medidas focavam, portanto, em salvaguardar um mínimo de bem-estar para os trabalhadores e maximizar a produção e não tinham qualquer relação com a proteção do meio ambiente. Uma matéria do *Rénmín Ribào*, publicada em 6 de junho de 1973 e intitulada “Desenvolvimento Econômico e Proteção Ambiental”¹⁶⁴¹, nos dá uma ampla perspectiva sobre a abordagem desse tema no fim do período Mao, no qual, vale lembrar, os riscos ambientais começavam a ser observados como riscos globais. Trata-se de uma matéria longa e didaticamente detalhada. Ela começa por colocar a perspectiva em voga na RPC neste momento, qual seja, a de que a poluição ambiental é uma consequência inerente ao capitalismo. Uma introdução histórica referenciada em Engels é precedida, então, pela disposição normativa sobre o trato ambiental no socialismo, um regime no qual, segundo o artigo, não poderia haver desperdícios e onde o ambiente deveria ser cuidado com vistas ao progresso produtivo e à dissolução dos riscos à população. A matéria traz dados que confirmam a eficiência do reaproveitamento de resíduos e justifica a abordagem de transformar o mal em bem, na citação de Mao que observamos há pouco, que discorre sobre a dialética entre sociedade e natureza, interpretada na matéria não de uma perspectiva de luta contra a natureza, mas da relação entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, demarcando uma atualização sobremaneira interessante dessa passagem. Por fim, é relevante observar que há nesta matéria, assinada por Fang Xin, uma prospecção de expectativas em relação ao futuro, considerando os riscos presentes como possivelmente ampliáveis pela negligência, algo consideravelmente alinhado às emergentes discussões sobre o tema internacionalmente. Embora as conhecidas atrocidades dos projetos recentes contra a natureza tenham passado ao largo das descrições, a matéria revela uma mudança de perspectiva que seria

¹⁶³⁹ Valauskas; Ottley, p. 37, 1981.

¹⁶⁴⁰ Valauskas; Ottley, p. 38, 1981.

¹⁶⁴¹ *Rénmín Ribào*, 6 de junho de 1973, p. 2, assinado por Fang Xin.

ampliada paulatinamente nos anos subsequentes. Ainda em agosto de 1973, a Conferência Nacional sobre Proteção Ambiental resultou no documento “Diversas Regulamentações sobre Proteção e Melhoria Ambiental” e na criação do Grupo de Liderança sobre Poluição Ambiental em 1974, que foram as comunicações políticas iniciais sobre as questões ambientais na China e desencadearam processos que culminaram na primeira lei ambiental promulgada em 13 de setembro de 1979.

Assim, o período de inveterada luta contra a natureza já havia começado a terminar quando, em 9 de setembro de 1976, morreu o grande timoneiro. Pouco depois, em 6 de outubro de 1976, a Gangue dos Quatro foi desmantelada e, em 1981, seus membros foram expostos em um julgamento televisionado no qual foram condenados à prisão perpétua pelos excessos cometidos na Revolução Cultural¹⁶⁴². Publicações oficiais e cartazes da década de 1970 não economizaram nas sátiras contra o grupo e artistas e intelectuais anteriormente perseguidos foram reabilitados¹⁶⁴³. Um período de transição econômica se iniciou sob o governo de Deng Xiaoping, agora com reais chances para o crescimento industrial¹⁶⁴⁴ que paulatinamente tornaria a China uma das maiores economias, a maior fonte de poluição em 2006 e a maior consumidora de energia do mundo em 2010¹⁶⁴⁵. A mudança na economia, através da liberalização e descentralização do mercado, não foi acompanhada de uma mudança no regime político¹⁶⁴⁶, no entanto, como provou o massacre da praça Tiananmen em 1989¹⁶⁴⁷. Os *media* voltaram para a administração do Departamento de Propaganda¹⁶⁴⁸ e o jornalismo entrou em uma nova fase com princípios mais seculares, quais sejam, os princípios do jornalismo investigativo, que fez emergir reportagens em profundidade que recuperou a função de censores para seus profissionais e passou a expor mais criticamente eventos de interesse público¹⁶⁴⁹. Embora tópicos relacionados

¹⁶⁴² Mühlhahn, p. 478, 2019.

¹⁶⁴³ Landsberger, p. 61, 2020.

¹⁶⁴⁴ Segundo Marks: “A China se industrializou mais rapidamente na era pós-Mao, com taxas anuais de crescimento econômico médias entre 8 e 12% desde 1980. Em grande parte, o rápido desenvolvimento da China é atribuído à era que começou no final de 1978, depois que o novo líder chinês, Deng Xiaoping, inaugurou reformas que, em última análise, viram a China se abrir para o mercado mundial, o desmantelamento da propriedade estatal de terras e fábricas, a eliminação do planejamento e controle estatais, o estabelecimento e a proteção da propriedade privada e o uso de mecanismos de mercado para definir a maioria dos preços de mão de obra, terra e commodities” (Marks, p. 273, 2012).

¹⁶⁴⁵ Marks, p. 332, 2012.

¹⁶⁴⁶ Hobsbawm, p. 467, 1995.

¹⁶⁴⁷ Segundo Hobsbawm: “O massacre da praça Tiananmen, que horrorizou a opinião pública mundial, sem dúvida fez o Partido Comunista chinês perder muito da legitimidade que ainda pudesse ter entre as jovens gerações de intelectuais chineses, incluindo membros do partido, e deixou o regime chinês em liberdade para continuar com a bem-sucedida política de liberalização econômica sem problemas políticos imediatos” (Hobsbawm, p. 471, 1995).

¹⁶⁴⁸ Landsberger, p. 30-31, 2020.

¹⁶⁴⁹ Zhao; Sun, p. 103, 2018.

à ordem política fossem mais sensíveis e, via de regra, proibidos, as questões ambientais não, uma vez que a legislação emergente incentivava denúncias de prejuízos ambientais, principalmente no âmbito local, que voltou a ter protagonismo econômico e político com as reformas de Deng.

9.8 As observações sócio-terranas no período de abertura econômica: emergência do movimento ambientalista chinês e da imprensa ecocrítica

Mudanças contundentes ocorreram na década de 1980 na China. A morte de Mao e o fim da Revolução Cultural abriram espaço para novas possibilidades comunicativas em todos os âmbitos. Ainda na década de 1970, a China retomou as relações internacionais que seriam aprofundadas nos próximos anos, inclusive com inimigos históricos, como EUA, Rússia e Japão. Sob o governo de Deng Xiaoping, uma série de reformas atualizaram estruturas anteriores e criaram outras capazes de adaptar a China à economia política global. A principal atualização provavelmente foi a retomada dos exames admissionais no ensino superior e da meritocracia para ocupação de cargos governamentais, restabelecendo a estrutura do mandarinato sob um novo contexto. Em outras palavras, Deng foi bastante pragmático e percebeu que o investimento em educação, ciência e tecnologia seria fundamental para o crescimento econômico, assim como um aparelho estatal capacitado indispensável para manter a centralidade organizacional da política sem que os processos se perdessem em rinhas pessoais ou na ortodoxia fundamentalista imediatamente anterior. A alta qualificação, mais que o empenho ideológico, passou a ser a condição para alçar os altos postos governamentais. O tempo de ocupação dos cargos foi reduzido, assim como a idade para aposentadoria de agentes burocráticos e governamentais. Similar à era imperial, os funcionários com altos cargos só poderiam atuar em províncias diferentes da sua de origem¹⁶⁵⁰, algo que lhes reduzia o poder substancialmente e as possibilidades de estabelecer conexões perigosas com a população onde exerciam a função. Ao mesmo tempo, muitas prerrogativas para tomadas de decisão foram descentralizadas, particularmente as relacionadas à economia e ao meio ambiente. Em 1978, o novo governo estabeleceu quatro princípios condutores, quais sejam, manter o caminho socialista, defender a ditadura do proletariado, manter a liderança do Partido Comunista e defender o marxismo-leninismo e o pensamento Mao¹⁶⁵¹. Apenas o terceiro deles seria mantido à risca nas décadas

¹⁶⁵⁰ Mühlhahn, p. 502, 2019.

¹⁶⁵¹ Mühlhahn, p. 519, 2019.

seguintes. Deng retomou o projeto das quatro modernizações de Zhou Enlai de 1964 e foi a partir delas que as principais reformas foram empenhadas com vistas ao desenvolvimento econômico¹⁶⁵². A primeira e a segunda delas tiveram o objetivo de reformar a economia por uma retomada do planejamento, mas de um modo fundamentalmente diverso dos anos anteriores: a agricultura voltou para o âmbito familiar e sua organização para os governos municipais, sendo, portanto, descoletivizada, o que aumentou em muito a produção e a renda dos agricultores já que a partir de então eles puderam vender seus excedentes livremente¹⁶⁵³ e lhes foi permitida a abertura de empresas; nas áreas urbanas, por sua vez, a criação de Zonas Econômicas Especiais, principalmente no Sul, permitiu a entrada de empresas estrangeiras com redução fiscal e pouca proteção ambiental, algo que se expandiu para o interior em pouco tempo – essa estratégia permitiu que capital e tecnologias estrangeiras impulsionassem a produção industrial para exportação, empregando uma farta mão de obra barata¹⁶⁵⁴. Se entre os séculos XIX e XX potências estrangeiras tinham usufruído dos portos do tratado para benefício próprio exclusivamente, entre os séculos XX e XXI, a China disponibilizou terras, matéria-prima e força de trabalho de modo a fortalecer sua própria economia em troca de *expertise*, tecnologia e muito investimento estrangeiro em seu território. A terceira grande modernização foi a profissionalização do exército, no qual, assim como na burocracia, foi dada primazia à formação educacional em detrimento do alinhamento ideológico¹⁶⁵⁵. Finalmente, a quarta frente da modernização tornou a ciência e a tecnologia prioridades, o sistema educacional foi restabelecido, assim como a inclusão pelo mérito, embora os intelectuais tenham continuado a ser desprezados por um bom tempo ainda.

A propaganda da década de 1980 focou nesses quatro princípios e a disseminação de cartazes públicos diminuiu, embora tenha continuado relevante. Para Deng, a arte e a literatura não deveriam sujeitar-se mais à política, o que significou o fim do Realismo Revolucionário e a ascensão do flashback, que criticou as atrocidades da Revolução Cultural através de relatos realistas e pessoais, uma forma de catarse que liberou o ressentimento sem que a violência fosse

¹⁶⁵² Mühlhahn, p. 500, 2019.

¹⁶⁵³ Segundo Mühlhahn: “À medida que a produção comercial rural decolou, as famílias rurais puderam escolher onde e a quem vender seus excedentes e até mesmo quanto excedente produzir. Entre 1978 e 1982, as vendas de produtos agrícolas cresceram 99%, e a taxa média de commodities (produção vendida como proporção da produção total) aumentou de 41% para 59%. O número de mercados rurais também aumentou em quase 25%, e o volume de comércio no mercado rural saltou quase 130%. De 1978 a 1984, o valor bruto da produção agrícola cresceu a uma taxa média anual de 7,4%. A produção de grãos em 1984 foi 33% maior do que em 1978. Houve ganhos notáveis na produtividade do trabalho no campo, a renda per capita rural quase dobrou nesses seis anos e houve um aumento visivelmente substancial no padrão de vida na maior parte do campo” (Mühlhahn, p. 508, 2019).

¹⁶⁵⁴ Landsberger, p. 68, 2020.

¹⁶⁵⁵ Landsberger, p. 70, 2020.

empregada¹⁶⁵⁶. Ao mesmo tempo, a ficção científica e o futurismo emergiram com força, alinhando-se às expectativas de modernização. Em outras palavras, a produção semântica nacional pelos *media* chineses na década de 1980 empenhou-se em criar um futuro altamente tecnológico com imagens de viagens espaciais, trens-bala, altos edifícios, cidades altamente industrializadas¹⁶⁵⁷, isto é, o foco saiu do campo e foi para a cidade. A segurança do trabalho tornou-se importante, algo sobressalente no fato de que cartazes que antes estimulavam o autossacrifício agora passaram a ressaltar medidas preventivas contra acidentes e outros riscos¹⁶⁵⁸, isto é, a retórica de luta e abnegação foi abandonada em prol da profissionalização e da segurança no trabalho. Os líderes já não apareciam mais nas propagandas oficiais, o que tornou a observação da política pelos meios de comunicação de massa mais impessoal, embora o PCC tenha mantido fortemente a centralidade organizacional. A melhoria da renda e o aumento da produção industrial levaram à popularização do rádio e da televisão, assim como de outros eletrodomésticos, inclusive nas zonas rurais, onde a maior parte da população permaneceu até 2011. Nas artes e na literatura, houve uma expansão que ficou conhecida como “Novo Iluminismo”. A iniciativa governamental de enviar estudantes e funcionários para estudar no exterior e, ao mesmo tempo, permitir a incorporação de obras ocidentais relevantes, como as de Kant e Weber, causou um frenesi no campo intelectual¹⁶⁵⁹. Nunca, até então, havia se lido tanto e tão diversamente na China como na década de 1980, porquanto aumentaram não apenas as possibilidades de contato com obras estrangeiras através de traduções, mas também cresceu a produção doméstica de literatura, pela qual uma perspectiva futurista uniu-se à retomada de tradições culturais através de métodos de escrita experimentais – uma vanguarda artística que ficou conhecida como “Busca pelas Raízes”¹⁶⁶⁰. Com acesso à televisão e ao rádio, muitas comunicações ocidentais de cunho liberal começaram a ser disseminadas. Ao mesmo tempo, os próprios *media* chineses passaram a uma descrição mais heterodoxa. Assim, em uma década, a ortodoxia comunista foi praticamente solapada da esfera pública. Se comparada ao período anterior, a introdução de variedade comunicativa na década de 1980 aumentou a complexidade social chinesa em larga escala, criando maiores e novas expectativas, dentre as quais, as por uma reforma política democrática levaram às mobilizações massivas em 1989 que terminaram

¹⁶⁵⁶ Landsberger, p. 79, 2020.

¹⁶⁵⁷ Landsberger, p. 82, 2020.

¹⁶⁵⁸ Landsberger, p. 84, 2020.

¹⁶⁵⁹ Mühlhahn, p. 516, 2019.

¹⁶⁶⁰ Mühlhahn, p. 516, 2019.

frustradas por uma repressão violenta que deixou claro que as reformas econômicas e tecnológicas não se estenderiam ao âmbito político.

Por um lado, a expansão da economia aumentou a depredação ambiental, porquanto a privatização agrícola levou ao terceiro grande corte¹⁶⁶¹, a industrialização com fiscalização frouxa permitiu a dispensa de resíduos de forma indevida¹⁶⁶² e proliferaram a mineração e o uso de combustíveis fósseis¹⁶⁶³. Por outro lado, na década de 1980, as preocupações ambientais começaram a ser mais comunicadas, tanto na política quanto pelos meios de comunicação de massa. Na verdade, a Constituição de 1978 já havia incluído em seu décimo primeiro artigo a proteção ambiental, mas de modo bastante frugal¹⁶⁶⁴. Em 13 de setembro de 1979, foi promulgada a primeira Lei de Proteção Ambiental, com sete capítulos e trinta e três artigos que dispuseram sobre o uso dos recursos naturais e a prevenção dos riscos decorrentes da poluição. Não era uma lei muito rígida, mas fez avanços importantes, como a exigência de que empresas fizessem relatórios técnicos de impactos ambientais que deveriam ser aprovados antes de suas instalações, exigiu que as empresas já instaladas deveriam se adequar aos novos parâmetros que foram então estabelecidos em lei, deu aval para denúncias por parte da população que se visse incomodada por crimes ambientais, regulou a mineração e o descarte de materiais perigosos, protegeu espécies consideradas valiosas, previu benefícios fiscais para empresas que cumprissem a lei, assim como multas para as que a infringissem e, o mais interessante, a lei descreveu seus objetivos de acordo com o que observamos há pouco na matéria de Fang Xin,

¹⁶⁶¹ Segundo Shapiro: “As terras agrícolas que eram de propriedade do estado foram contratadas para famílias, assim como as florestas. Mas as pessoas temiam não ter o direito de usar a terra por muito tempo, então houve um corte terrível” (Shapiro, p. 10, 2001). E, segundo Marks: “[...] o desmantelamento da agricultura coletivizada e a criação do ‘sistema de responsabilidade familiar’, pelo qual o controle sobre a tomada de decisões agrícolas, terras agrícolas e florestas passou para as mãos de famílias camponesas contratadas para realizar o trabalho, coincidiram com uma onda de desmatamento ilegal, especialmente nas províncias do Sul e Sudoeste da China. [...] Em vez de plantar árvores e melhorar o manejo florestal, ocorreu um desmatamento significativo na maioria das aldeias no Sul da China. Pela primeira vez, a população rural foi autorizada a construir suas próprias casas, e mais da metade das famílias rurais o fez. De 1981 a 1985, somente a construção de moradias consumiu um total de 195 milhões de metros cúbicos de madeira, cerca de um ano de crescimento de todas as florestas da China” (Marks, p. 287, 2012).

¹⁶⁶² Marks, p. 301, 2012.

¹⁶⁶³ Segundo Marks: “Pequenas minas de carvão e pequenas usinas termelétricas a carvão proliferaram nas reformas posteriores a 1978, quando Deng Xiaoping proclamou: ‘Enriquecer é glorioso’, e a China começou a fabricar enormes quantidades de bens não apenas para o seu mercado interno, mas, em particular, para exportação para outros mercados mundiais. Em 1989, quando a China ultrapassou a União Soviética e se tornou a maior produtora de carvão do mundo, 75% da eletricidade que abastecia a indústria e as cidades chinesas vinha da queima de um bilhão de toneladas de carvão, ‘em grande parte impuro e queimado com controle mínimo ou inexistente da poluição do ar’. Até a era da reforma de Deng Xiaoping, a maior parte desse carvão vinha de grandes empresas estatais. Desde então, milhares de minas pequenas, em sua maioria ilegais, foram abertas para suprir a crescente demanda” (Marks, p. 313, 2012).

¹⁶⁶⁴ Apenas no último parágrafo estipula-se que “O estado protege o meio ambiente e os recursos naturais, além de prevenir e controlar a poluição e outros riscos públicos” (Constituição da República Popular da China promulgada pelo Quinto Congresso Nacional do Povo em 5 de março de 1978, artigo 11).

isto é, com a intenção de transformar malefícios em benefícios¹⁶⁶⁵, em outras palavras, de alguma forma a dialética maoísta foi incorporada na legislação ambiental, pelo menos enquanto justificativa atualizada. A lei também previu a criação de um órgão de proteção ambiental e escritórios regionais submetidos ao governo central. Estabeleceu, concomitantemente, uma agenda educacional e de pesquisa para o enfrentamento dos riscos ambientais, liderada pelo Instituto Chinês de Ciências Ambientais¹⁶⁶⁶. A nova lei foi amplamente publicizada através de diversos canais. Pouco depois de sua promulgação, em 18 de setembro de 1979, o *Rénmín Ribào* publicou uma matéria em primeira página intitulada “Implementação Consciente da Lei de Proteção Ambiental”¹⁶⁶⁷, na qual as principais diretrizes foram expostas. Alguns pontos dessa matéria são potentes para compreendermos a distinção entre o período histórico maoísta e o subsequente no que diz respeito às observações sócio-terranas e seus riscos. Primeiramente, a proteção ambiental é colocada em consonância com as discussões internacionais sobre o tema na época, além disso, é relacionada com o crescimento econômico e pontualmente se sobrepõe a ele, assim que a ideia de preservação muito sutilmente passa dos interesses sociais e acaba por mostrar uma valorização da natureza em si. O mais interessante, contudo, é a ênfase dada à necessidade do trato científico da natureza e de se evitar o que o artigo chama de “recuperação excessiva”, algo que nos remete diretamente ao período anterior no qual, como sabemos, a ciência foi deturpada experimentalmente para aumentar a produção agrícola e realizar grandes obras hidráulicas e a recuperação de terras inapropriadas foi contundentemente estimulada. Finalmente, vale ressaltar o uso do termo “implementação harmoniosa” da lei com vistas à modernização e à melhoria de vida para as futuras gerações. A harmonia entre sociedade e natureza, signo importante na tradição chinesa, começa então a ser recuperada nas observações sócio-terranas, algo que, como veremos, se aprofundará subsequentemente.

Em outra matéria, publicada também em primeira página alguns anos depois, em 26 de março de 1981, o *Rénmín Ribào* fez uma crítica aberta ao que chamou de ideologia de esquerda sobre a natureza, sob o título “Garantindo a Proteção Ambiental Durante o Ajuste da Economia Nacional”¹⁶⁶⁸. Dois pontos fundamentais nesta matéria evidenciam a atualização das descrições dos riscos ambientais sob uma nova perspectiva. O primeiro deles é a crítica ao modo de observação chamado de esquerdista que, segundo a matéria, partia de uma perspectiva

¹⁶⁶⁵ Valauskas, Ottley, p. 42-45, 1981.

¹⁶⁶⁶ Valauskas, Ottley, p. 44, 1981.

¹⁶⁶⁷ *Rénmín Ribào*, 18 de setembro de 1979, p. 1.

¹⁶⁶⁸ *Rénmín Ribào*, 26 de março de 1981, p. 1.

imediatista sobre os recursos naturais e a produção econômica, negligenciando os danos ao meio ambiente, isto é, a matéria recupera criticamente a dialética maoísta da luta contra a natureza – sem mencioná-la diretamente, porquanto isso seria uma crítica direta a Mao – e a atualiza enquanto uma regra ecológica segundo a qual os recursos demandam tempo e cuidado para sua recuperação e novo uso econômico – um raciocínio bastante confucionista, diga-se de passagem. O segundo ponto relevante é que a valorização da natureza em si aparece mais explicitamente no fomento à preservação de paisagens belas e turísticas, enquanto as questões de poluição urbana ficam circunscritas aos riscos à saúde humana e à economia. Essa distinção, entre paisagens sublimes e paisagens profanas, foi observada também na semântica estadunidense e deslindarei comparações neste sentido posteriormente. No caso da China, é relevante evidenciar que, até a década de 1980, não parece ter havido qualquer observação que exaltasse a natureza apenas pelo seu caráter idílico, com exceção, é claro, dos recantos religiosos que a exaltavam em conexão com crenças bastante específicas, como observamos no início deste capítulo¹⁶⁶⁹. Em outras palavras, a natureza selvagem não existe na China há milhares de anos, dada a expansiva colonização Han por todo o território, com poucas exceções. De modo que o distanciamento exigido para a observação de uma natureza sublime foi sendo criado conforme os ideais de preservação avançaram no fim do século XX. Na década de 1980, a campanha “Verdejar a China” enfatizou não apenas a preservação e a contenção dos riscos ambientais, como propôs que uma recuperação ativa fosse feita nos territórios depredados anteriormente, como se observa numa série de cartazes, cujo exemplar abaixo marca o início da campanha:

¹⁶⁶⁹ Mesmo no caso das paisagens escolhidas para construção de templos taoístas e budistas, a valorização da natureza era religiosamente orientada e sua estética estava, portanto, submetida a esta orientação.

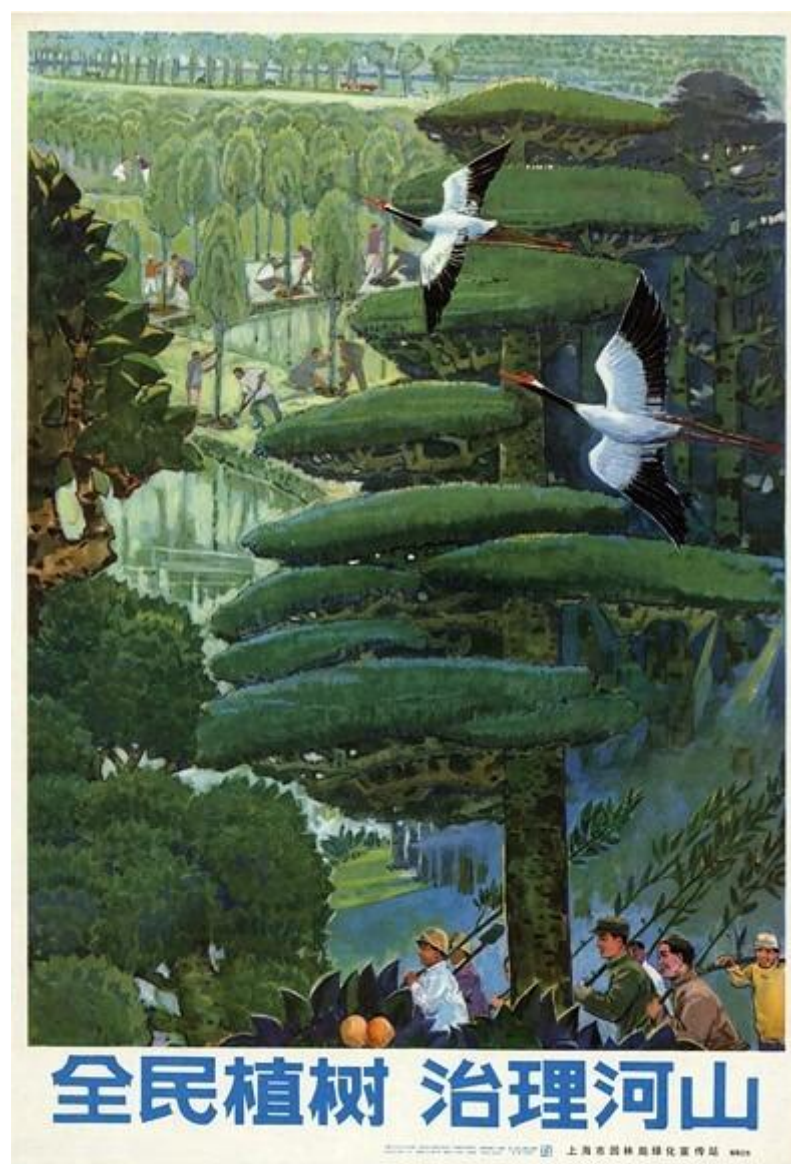


Imagem 24: Todo o povo planta árvores e põe rios e montanhas em ordem¹⁶⁷⁰

Como se observa na imagem, não se tratava apenas de impedir novos açoitamentos ao meio ambiente, mas de revitalizar o que havia sido destruído nos anos anteriores. Proteção e embelezamento foram então conectados com uma nova forma de patriotismo, uma tendência que se fortaleceria na década de 1990, quando o nacionalismo seria mobilizado contra as forças liberais da década de 1980. A forte tradição dos jardins foi recuperada neste sentido e tanto a preservação de áreas remotas idílicas quanto a estética ambiental urbana foi fomentada, como se observa em outro cartaz da mesma época:

¹⁶⁷⁰ Cartaz de março de 1983 de autoria de Zhou Ruizhuang.

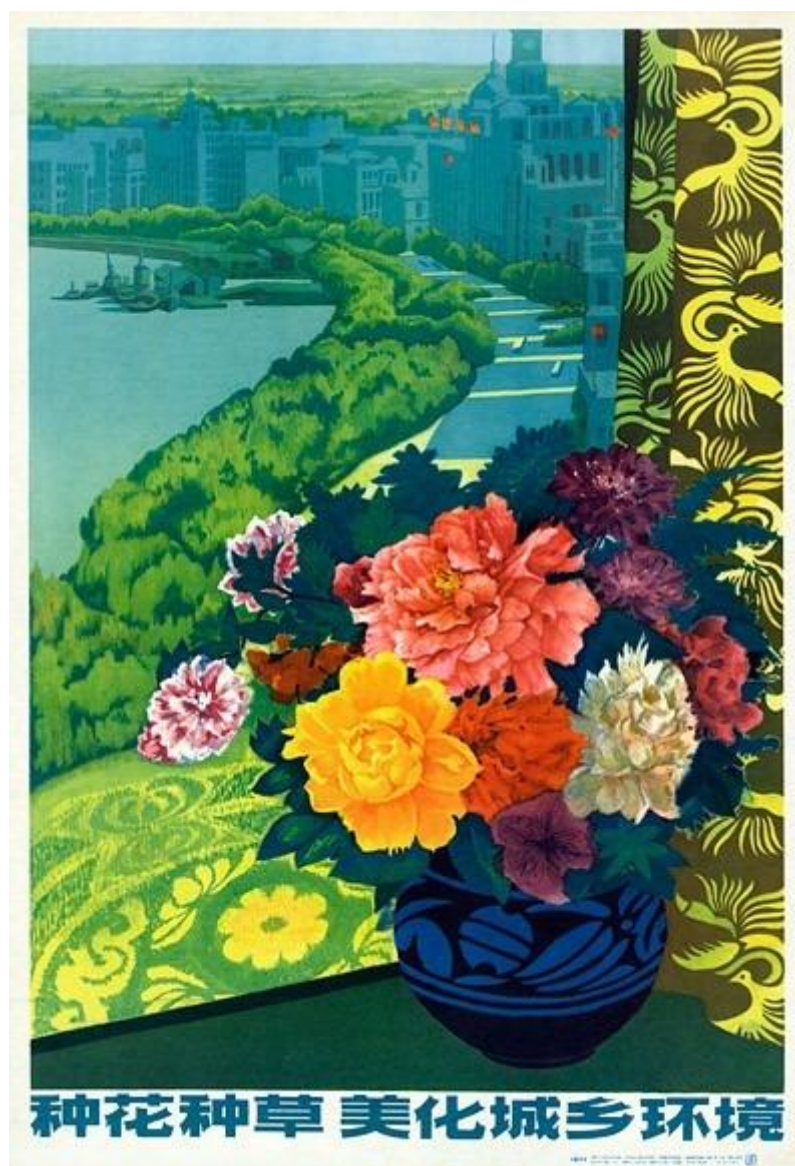


Imagem 25: Plante flores e gramíneas, embeleze o ambiente das cidades e vilas¹⁶⁷¹

As ideias a respeito da preservação ambiental emergentes nesta época estavam, portanto, conectadas ao patriotismo, à higiene e à estética. Como vimos na matéria de 26 de março de 1981 acima mencionada, a proteção ambiental tinha como objetivo o desenvolvimento da civilização material e espiritual socialista, isto é, estava integrada a uma gama de expectativas que eram, ao mesmo tempo, progressistas e economicamente modernizantes e prospectavam um futuro de bem viver para a população e seu ambiente. Observamos também que, já nessas primeiras descrições, a reutilização e reciclagem de resíduos eram caracterizadas como uma

¹⁶⁷¹ Cartaz de março de 1983 feito por Wang Linkun.

forma dialética de transformar o mal em bem, de economizar e não desperdiçar recursos, um parâmetro fundante para o modo como a ecologia chinesa desenvolver-se-ia nas próximas décadas. É desta época o maior programa de engenharia ecológica do mundo, o Programa de Reflorestamento dos Três Nortes (PNTR), iniciado em 1979 com previsão de ser concluído em 2050. Apelidado pela imprensa de “A Grande Muralha Verde”, o projeto previu o reflorestamento do Norte, Nordeste e Noroeste chinês, com vistas a combater a desertificação e as tempestades de areia, reduzindo a erosão do solo, aumentando a retenção de água e carbono e incentivando a produtividade da silvicultura¹⁶⁷². Com uma extensão de 4.480 km de leste a oeste e 560 a 1.460 km de sul a oeste, os Três Nortes correspondem a 42,40% do território chinês, isto é, a 725 condados em 13 províncias, todas instaladas em territórios áridos ou semiáridos¹⁶⁷³. As tempestades de areia já eram um incômodo, inclusive em Pequim, nas décadas de 1950 e 1960, assim como a escassez de água, um problema milenar no Norte da China¹⁶⁷⁴. A solução de uma barreira florestal já estava na comunicação científica na década de 1960, mas foi só no fim de 1978 que ela se transformou em política, possivelmente devido às mudanças de perspectiva operadas com a posse de Deng e suas propostas de modernização no 3º Plenário do 11º Comitê Central do PCC. Logo após a aprovação do programa, a imprensa fez uma intensa cobertura a respeito dos seus objetivos, das dificuldades de implementação e do empenho exigido para tanto. As campanhas de reflorestamento e de verdejar a China não estavam circunscritas, no entanto, ao Norte, embora a ideia de construir uma grande muralha florestal tenha tido o impacto de grandiosidade típica dos projetos chineses, como se observa em três matérias do Rénmín Ribào de 6 de março de 1979, uma das quais – acerca da Conferência Nacional da Juventude sobre Reflorestamento em Yan'an e intitulada “Jovens, ajam! Lancem um Concurso de Plantio de Árvores”¹⁶⁷⁵ – é enfaticamente normativa. Publicada em primeira página, a matéria é praticamente uma carta de chamamento para a juventude chinesa para a campanha do verdejar. Porquanto redigida a muitas mãos no contexto de uma conferência, ela recorre ao viés bélico, mas de uma forma substancialmente diferente deste viés na década anterior: agora a luta não é contra a natureza, mas pela natureza. É interessante também que a ideia de desenvolvimento sustentável, consensualizada mundialmente apenas em 1992 na Cúpula da Terra, aparece enfaticamente e, como veremos nas matérias seguintes, conectada às

¹⁶⁷² Li, p. 70, 2012.

¹⁶⁷³ Junjie et al., p. 2, 2023.

¹⁶⁷⁴ Li, p. 71, 2012.

¹⁶⁷⁵ Rénmín Ribào de 6 de março de 1979, p. 1.

quatro modernizações. Neste sentido, a expectativa dos anos 1980, no que diz respeito ao meio ambiente na China, era a de promover o desenvolvimento econômico concomitantemente ao desenvolvimento ecológico e ambiental nas cidades e no campo. A Grande Muralha Verde tornou-se o símbolo máximo dessa empreitada, tanto pela sua magnitude quanto pelos seus ousados objetivos que poderiam, paulatinamente, reduzir os riscos da seca, da desertificação e das tempestades de areia para grande parte da população. O editorial que precede a publicação dos delegados da Conferência, intitulado “Acelerando o Verde da Pátria e Alcançando Florestas Abundantes e a Colheita de Grãos”¹⁶⁷⁶, explica didaticamente os benefícios econômicos e sociais do reflorestamento. Nele vemos presentes vários elementos técnicos e científicos que são indícios da passagem semântica da pseudociência, que norteou as observações sócio-terranas das décadas anteriores, para esta emergente. O próprio texto evidencia essa diferença ao comparar a destruição pelas sucessivas tentativas de recuperação de terras para plantação de grãos com a proposta atual, embora responsabilize as *“classes dominantes reacionárias”*¹⁶⁷⁷ pelas táticas anteriores e não a própria política oficial que, por sua vez, é eximida pela menção a Mao como um precursor da silvicultura. No entanto, há de se notar que a questão *“Por que os comunistas, comprometidos com a causa do comunismo, foram tão míopes, concentrando-se apenas no presente em vez dos interesses de longo prazo da população?”*¹⁶⁷⁸ faz deveras uma crítica direta ao período anterior, frisando um aspecto de suma importância na produção social dos riscos, qual seja, o aceleracionismo. Neste ponto, é relevante observar também que a matéria, assim como o próprio projeto que ela descreve, situa-se em uma temporalidade dúbia, para dizer o mínimo, já que a adesão populacional ao programa é colocada como algo urgente e, concomitantemente, a prodigalidade da proposta exige uma perseverança de longo prazo. A normatividade que atravessa as primeiras matérias sobre a Grande Muralha Verde e a campanha Verdejar pode ser resumida em implementar ações sabendo que, literalmente, não se planta e se colhe ao mesmo tempo, ou seja, elas prospectaram expectativas para um futuro de duas ou mais gerações. Claro que esperava-se observar resultados já ao fim da primeira fase do projeto, como se observa em uma reportagem em profundidade do Rénmín Rìbào em 3 de junho de 1979 – intitulada “Um Grande Projeto em Benefício do Povo: Observações sobre o Projeto do Sistema de Cinturão de Proteção Três Nortes”¹⁶⁷⁹ e assinada por Li Yigong, Huang Zhenggen e Fu

¹⁶⁷⁶ Diário do Povo, 6 de março de 1979, p. 1.

¹⁶⁷⁷ Ibidem.

¹⁶⁷⁸ Ibidem.

¹⁶⁷⁹ Rénmín Rìbào de 3 de junho de 1979, p. 2.

Shanglun –, que traz um relato detalhado sobre as causas de desastres naturais em diversas localidades e como o reflorestamento poderia evitá-los. Ao comparar o programa atual com o período anterior, os autores responsabilizam a Gangue dos Quatro pelo desmatamento, mais um indício da mudança de perspectiva no trato ambiental. Eles também trazem projeções sobre o que esperar desse novo projeto, uma das quais é a diminuição da erosão do Planalto de Loess, a longa causa do lodo do Rio Amarelo. Através de relatos pessoais, do conhecimento popular e da ciência, a matéria conclama a população para empenhar-se no reflorestamento. Logo depois, em 8 de junho de 1979, Li, Huang e Fu assinam outra reportagem na qual trazem exemplos do afã de diversas povoações nessa empreitada:

[...] os muitos exemplos de controle de areia e reflorestamento, e o reflorestamento de colinas áridas, a sabedoria e a força liberadas por pessoas de todos os grupos étnicos em sua luta para transformar a natureza, como oásis no deserto, nos dão esperança em meio à adversidade. [...] O Condado de Chunhua e a Prefeitura de Yulin, no Planalto de Weibei, na Província de Shaanxi, oferecem exemplos bem-sucedidos. Antes de 1973, autoridades e moradores de Chunhua lamentavam as colinas áridas: "Esta área é tão vasta, quanto tempo levará para torná-la verde?". Como resultado, mais de vinte anos depois, incluindo fazendas florestais estatais, apenas pouco mais de 50.000 mu (aproximadamente 1,3 acres) de floresta haviam sido estabelecidos, com cada pessoa plantando pouco mais de um mu (aproximadamente 1,3 acres) de árvores por ano. Desde 1973, eles transformaram suas lições em motivação, dedicando um ano à preparação, três anos ao trabalho árduo e, em cinco anos, verdejaram 200.000 mu (aproximadamente 1,3 acres) de colinas áridas. Se todos os 123 condados do Planalto de Loess, que enfrentam a erosão do solo, demonstrassem a mesma determinação e trabalho árduo e persistente de Chunhua, o Planalto de Loess poderia ser transformado em um planalto verde, e o Rio Amarelo se tornaria limpo, beneficiando as gerações futuras.¹⁶⁸⁰

Embora não faça referência direta ao patriotismo envolvido no projeto, esta matéria, assim como outras das décadas de 1980 e 1990, evidenciam a unidade nacional em torno de um mesmo objetivo, qual seja, verdejar a China, combater os riscos ambientais e prospectar melhoria de vida para as futuras gerações. A limpeza do Rio Amarelo aparece sutilmente, mesmo sendo, como já vimos, uma expectativa milenar. Se antes a condução de projetos grandiosos voltava-se para o nome do grande líder, a partir deste momento esses projetos se referem a toda a China e ao seu futuro – o que é muito potente, em termos de desejos coletivos nacionais. Por outro lado, tanto a campanha de Verdejar a China quanto o programa da Grande Muralha Verde não tiveram uma ressonância imediata da população, afinal, este período (1980-1982) ficou conhecido como o Terceiro Grande Corte, devido ao fato de a reprivatização dos territórios rurais e florestais ter gerado alta incerteza quanto à sua estabilidade, o que fez com que muita

¹⁶⁸⁰ Rénmín Ribào de 8 de junho de 1979, p. 2.

gente tentasse aproveitar o máximo dos recursos disponíveis em pouco tempo. Uma matéria de 15 de junho de 1979 – intitulada “Para construir uma ‘Grande Muralha Verde’, precisamos primeiro consolidar nossa base avançada”¹⁶⁸¹ – já chamava a atenção para a questão do corte de madeira em grande escala. Sem citar nomes, a matéria acusa “*muitos líderes locais, condados e prefeituras*” de negligência e imediatismo na exploração dos recursos naturais. Neste sentido, vale lembrar que a volta da atribuição das decisões econômicas e ambientais para a política local a tornou o principal alvo de críticas e protestos, algo estimulado pelo governo central, já que isso controlava as lideranças locais e o eximia de maiores responsabilidades, ao mesmo tempo em que fomentava a competitividade entre as diversas regiões. A matéria também critica, mesmo que indiretamente, a produção de represas locais para cercear o fluxo dos rios – algo fomentado nas décadas anteriores sob a prerrogativa da autossuficiência hídrica, como vimos. Mais interessante, no entanto, é a retomada de valores ancestrais que começa a se construir na narrativa deste momento, tanto no jornalismo quanto na literatura, algo fortemente conectado com o nacionalismo emergente. Na matéria de 8 de junho de 1979 de Li, Huang e Fu, a diversidade étnica e a sabedoria popular são também exaltadas enquanto aliadas valiosas na campanha, ou seja, a retomada de tradições começa a se tecer em consonância com a ideia de uma unidade nacional com propósito comum, algo que logo resvalaria na retomada também de tradições religiosas e filosóficas, muitas das quais com potentes observações sócio-terranas. Neste sentido, a campanha Verdejar a China e o Programa de Reflorestamento dos Três Nortes foram propostos como projetos a serem executados por toda a população. Embora houvesse alguma institucionalidade e protagonismo, por exemplo, do Ministério das Florestas, ao fim e ao cabo, quem plantaria as árvores e cuidaria do seu fortalecimento seriam as pessoas. A mobilização para tamanha empreitada dependia, portanto, em muito das lideranças locais e da criação de expectativas generalizadas sobre as consequências benéficas dos projetos. Relevante também, no caso da Grande Muralha Verde, que sua previsão de execução foi de nada modestos 73 anos, exigindo não apenas uma mobilização pontual, mas a criação de hábitos transgeracionais de manejo florestal e de uma institucionalização que foi se dando paulatinamente.

Apesar de alguns equívocos, como o plantio de árvores impróprias para a região¹⁶⁸², a construção do cinturão verde tem dado resultados promissores. Segundo Li Miao-miao et al.,

¹⁶⁸¹ Rénmín Ribào de 15 de junho de 1979, p. 2.

¹⁶⁸² Segundo Hui Wang et al.: “[...] a maioria dos programas prioriza o plantio de árvores em vez da restauração da vegetação original (ou seja, arbustos e pastagens). No entanto, nas áreas áridas do Oeste da China, onde a

2.446.900 hectares de florestas foram criadas e conservadas, aumentando a cobertura de 5,05% em 1978 para 10,51% em 2008¹⁶⁸³. Um estudo mais atualizado, de Ke Qi et al., concluiu que “a cobertura vegetal aumentou apenas 0,5%, com aumento de 113,8% e 338,8% de florestas e arbustos, mas diminuindo 9,0% das pastagens durante 1978-2017”¹⁶⁸⁴. Robert Marks, por sua vez, ressaltou que na área do cinturão “3,5 milhões de hectares de plantações foram estabelecidos e 4,1 milhões de hectares de florestas secundárias foram regenerados naturalmente pelo fechamento de terras nas montanhas”¹⁶⁸⁵. Já segundo Junjie et al., a área de reflorestamento concluída em 2023 era de 30,14 milhões de hectares¹⁶⁸⁶. A erosão do Planalto de Loess diminuiu em 44,3%, um fato promissor para a limpeza do Rio Amarelo, uma vez que 90% do sedimento do rio decorre desta erosão. De modo geral, a erosão do solo diminuiu em 66,6% desde a implementação do programa¹⁶⁸⁷. As tempestades de areia diminuíram, porquanto muitas dunas foram fixadas e o processo de desertificação foi revertido em 14,9%¹⁶⁸⁸. A proteção florestal permitiu a expansão agrícola em 134.000 hectares e aumentou o rendimento da cultura de grãos¹⁶⁸⁹. O emprego de trabalhadores para o reflorestamento e o investimento em turismo na região dos Três Nortes melhorou a economia, segundo Junjie et al.: “de 2004 a 2016, um total de 8.572 parques florestais foram construídos na região [...]. Em 2018, a região dos Três Nortes recebeu 384 milhões de visitantes, com receita direta de turismo de CNY 48 bilhões, proporcionando oportunidades de emprego para os residentes”¹⁶⁹⁰. Vale ressaltar que o Programa de Reflorestamento dos Três Nortes continua e está no meio de sua execução. Neste sentido, investimentos em pesquisa e plantio continuam sendo feitos, como noticiou a Agência Xinhua em 28 de agosto de 2023¹⁶⁹¹.

precipitação anual é inferior a 400 mm, gramíneas nativas e arbustos tolerantes à seca sobreviveriam melhor do que árvores. A taxa de sobrevivência a longo prazo de árvores no Projeto do Sistema Florestal de Proteção dos Três Nortes, de 1952 a 2005, foi de apenas 15%. Quando as pastagens são invadidas por árvores ou arbustos plantados, as plantas lenhosas de raízes profundas transpiram grande quantidade de água e reduzem o lençol freático, dificultando a sobrevivência de gramíneas nativas e outras espécies. [...] As espécies de árvores para reflorestamento foram selecionadas com base em sua tolerância a solos pobres e crescimento rápido. As espécies de árvores predominantemente plantadas (ou seja, seringueira e eucalipto, árvores frutíferas, etc.) podem não ser as espécies locais, e algumas delas até causaram efeitos negativos” (Hui et al., p. 8, 2021).

¹⁶⁸³ Li, p. 71, 2012.

¹⁶⁸⁴ Ke, p. 16, 2023.

¹⁶⁸⁵ Marks, p. 297, 2012.

¹⁶⁸⁶ Junjie, p. 2, 2023.

¹⁶⁸⁷ Junjie, p. 5, 2023.

¹⁶⁸⁸ Junjie, p. 4, 2023.

¹⁶⁸⁹ Junjie, p. 6, 2023.

¹⁶⁹⁰ Junjie et al., p. 7, 2023.

¹⁶⁹¹ <<[<https://english.news.cn/20230828/7bca536f061a4dc98126a423e70e432f/c.html>>](https://english.news.cn/20230828/7bca536f061a4dc98126a423e70e432f/c.html)>>

Apesar desses esforços iniciais para a proteção florestal, em 6 de maio de 1987, o Nordeste da China sofreu o incêndio florestal mais devastador da história da RPC. O município de Daxinganling, na província de Heilongjiang, foi o centro do que ficou logo conhecido como o Incêndio do Dragão Negro, em referência ao rio Heilongjiang¹⁶⁹². O incêndio queimou mais de 1 milhão de hectares¹⁶⁹³, matou pelo menos 200 pessoas e deixou 50.000 refugiados. Foi uma tragédia ambiental e humana em larga escala que acabou por produzir três reportagens que marcaram o jornalismo chinês em sua nova modalidade de relatos em profundidade. Conhecidas como o “Relatório das Três Cores”, essas reportagens foram escritas por Lei Shoumai, Li Zhongwei, Ye Yan e Jia Yong, jornalistas do Zhōngguó Qīngnián Bào¹⁶⁹⁴, o jornal da Liga da Juventude Comunista Chinesa, que lhes rendeu o Prêmio Nacional Especial de Boas Notícias. A primeira delas, “Alerta Vermelho”, tratou das falhas políticas no combate ao incêndio e das tentativas de burocratas locais em acobertar aspectos do desastre que os pudessem comprometer. A segunda, “Canto Negro”, falou sobre as terríveis consequências humanitárias do incêndio. A terceira, que mais nos interessa, foi a “Tristeza Verde”¹⁶⁹⁵, publicada em 4 de julho de 1987, que descreveu as causas sociais da tragédia ambiental¹⁶⁹⁶. Assinada por Li Zhongwei, a matéria é dividida em tópicos, quais sejam: i) as causas migratórias do incêndio; ii) a exploração madeireira e seu pragmatismo econômico; iii) a negligência governamental; iv) os riscos para a biosfera; e v) as perspectivas sobre o futuro ambiental na China e no mundo. Antes de adentrar na análise do texto em si, vale ressaltar que os quatro jovens jornalistas estavam profundamente motivados por seu editor, Yang Lang, e pelas circunstâncias trágicas pelas quais se dirigiram à Daxinganling, a não tratar a catástrofe enquanto uma superação triunfal, abordagem típica do jornalismo chinês imediatamente anterior. Eles se comprometeram a observar e descrever os fatos considerando as perspectivas das vítimas, dos agentes estatais e da própria natureza assolada em Heilongjiang. “Tristeza Verde” é um marco para o jornalismo ambiental na China, porquanto traz histórias comoventes da população local devastada pelo incêndio, mas não é só o tom literário que é importante, mas o fato de as histórias serem contadas em perspectiva temporal: acerca da migração e dos pobres migrantes, por exemplo, Li atribui suas ações predatórias às consequências de devastações ambientais anteriores que tornaram as regiões centrais da China improdutivas. A reportagem tece também uma longa crítica ao desmatamento

¹⁶⁹² Hei (黑) = Preto/Negro; Long (龙) = Dragão; Jiang (江) = Rio.

¹⁶⁹³ Fengjun, p. 2, 2020.

¹⁶⁹⁴ Também conhecido como China Youth Daily.

¹⁶⁹⁵ Zhōngguó Qīngnián Bào de 4 de julho de 1987.

¹⁶⁹⁶ Zhao; Sun, p. 105, 2018.

com motivações econômicas e responsabiliza tanto os “*lenhadores, rudes e desenfreados*”¹⁶⁹⁷ quanto os consumidores interessados cada vez mais em construir casas e adquirir móveis novos. Li Zhongwei menciona os mortos e a comoção de Qiu Xingya (principal oficial da região da Grande Cordilheira de Khingan) para, em seguida, falar da preocupação de outros líderes provinciais com a demanda por madeira. Fala também do empenho dos agentes locais em custear suas próprias estruturas e organizações sem ajuda do governo central, construindo narrativamente uma oposição entre vilões e mártires razoavelmente emotiva. Tão importante quanto as questões humanas levantadas pelo autor, são as não humanas: Li enfatiza as consequências atroztes do desmatamento, com ênfase no processo de desertificação e na perda da biodiversidade, tecendo comparações com outras regiões da China, como as florestas sagradas de Xishuangbanna. Ele também discorre sobre a importância das florestas para a manutenção da vida na Terra, mencionando riscos como o da chuva ácida, da depleção da camada de ozônio e do aumento de CO₂ na atmosfera, situando o evento no contexto ecológico mundial. Quanto à normatividade da matéria, ela pode ser observada no fato de Li chamar atenção para a historicidade da devassa ambiental, prospectando suas consequências para as futuras gerações, nas suas palavras: “*o passado não deve ser o nosso futuro*”¹⁶⁹⁸. O ponto de virada do Relatório das Três Cores possivelmente está no fato de que, diferente das descrições anteriores, não há nessas reportagens amenidades redentoras capazes de criar qualquer expectativa de triunfo, quer seja sobre a natureza, quer seja sobre o desastre. Em outras palavras, não há final feliz e isso é distinto de toda abordagem jornalística anterior que descrevia os desastres como trampolins para a superação. Objetividade, profundidade e afetividade são as principais características dessas reportagens que, por tratar tão sensivelmente e tão realisticamente um evento catastrófico, comoveram a opinião pública.

A amplitude do desastre em Heilongjiang teve ressonância na opinião pública, mas resultou mais no acolhimento humanitário às vítimas do que na ampliação das políticas de proteção ao meio ambiente. Isso porque os objetivos das intensivas campanhas de florestamento da China das décadas de 1970 e 1980 eram bastante pragmáticos: diminuir os riscos relacionados à desertificação e às inundações e gerar receitas através da silvicultura. Em outras palavras, o florestamento foi incentivado para a produção de madeira e celulose, assim como o estímulo ao plantio familiar deu preferência por árvores frutíferas e oleaginosas que trouxessem retorno

¹⁶⁹⁷ Ibidem.

¹⁶⁹⁸ Ibidem.

econômico para as comunidades e famílias envolvidas¹⁶⁹⁹. Não se tratava de recuperar territórios silvestres para habitação de não humanos, pelo contrário, tratava-se de alinhar o reflorestamento aos interesses econômicos, alimentares e industriais do período. Neste sentido, a proteção e recuperação de florestas na comunicação política sobrepujaram os interesses econômicos aos ecológicos, como alertou a matéria do *Rénmín Rìbào* de 15 de junho de 1979. Neste sentido, embora nos *media* a preocupação com os riscos ambientais se estendesse para a proteção da biodiversidade e habitats relevantes para espécies não humanas, na economia e na política isso ainda demoraria a acontecer.

Assim sendo, entre 1992 e 1998, operou-se outro grande corte em todo território chinês, inclusive em Heilongjiang, mas também em Sichuan, onde nasce o rio Yangtzé, e em Yunnan, a província mais rica em biodiversidade. Agora, sob o governo de Jiang Zemin, a exploração madeireira foi operada por empresas estatais que, desvinculadas do Ministério das Florestas, puderam desmatar fartos territórios sem qualquer fiscalização, fazendo uso de maquinário pesado¹⁷⁰⁰, logo, produzindo um desmatamento mais eficiente e amplo que o feito anteriormente por famílias camponesas. Uma das consequências perversas deste último grande corte foram as mega inundações de 1998 atribuídas “[...] à exploração madeireira extensiva das florestas antigas nas colinas ocidentais da província de Sichuan, que desnudou as encostas e fez com que as chuvas excepcionalmente intensas descessem em cascata pelas encostas das montanhas até o rio Yangtzé”¹⁷⁰¹. Embora o volume de água tenha sido menor que o das enchentes de 1931 e 1954, o fluxo de água que atingiu o rio foi muito maior, devido à degradação das florestas montanhosas nas margens do Yangtzé. Por outro lado, as inúmeras intervenções hidráulicas feitas anteriormente e durante a inundação provaram ser capazes de conter a área inundada, que foi a menor das três enchentes¹⁷⁰², submergindo, porém, 25 milhões de hectares de terras agrícolas. As consequências humanitárias foram também melhor administradas, apesar de 3.656

¹⁶⁹⁹ Marks, p. 297, 2012.

¹⁷⁰⁰ Segundo Robert Marks: “Com máquinas pesadas e pelotões com motosserras, as empresas florestais estatais desmataram grandes extensões de montanhas florestadas no oeste de Sichuan, nas nascentes do rio Yangtzé e nas montanhas Qinling e na bacia hidrográfica do Rio Amur, em Heilongjiang, buscando capitalizar os mercados de madeira de árvores antigas. Rio acima, até o noroeste de Yunnan, madeireiros desmatam as nascentes do Rio Yangtzé” (Marks, p. 287, 2012).

¹⁷⁰¹ Marks, p. 288, 2012.

¹⁷⁰² Segundo Chris Courtney: “Os materiais de construção tradicionais de diques foram substituídos por concreto, o que aumentou a resistência e a altura tanto dos diques de polders quanto dos diques de rios paralelos. [...] Um dos símbolos mais poderosos das melhorias no sistema de defesa contra enchentes foi a experiência de Wuhan em 1998. Enquanto em 1931 a cidade sofreu uma inundação em larga escala, e em 1954 grande parte de Hanyang foi inundada, em 1998 Wuhan não sofreu nenhuma grande inundação, com danos limitados ao alagamento” (Courtney, p. 93, 2017).

pessoas terem morrido e 14 milhões ficarem desabrigadas¹⁷⁰³. O socorro foi centralizado no Exército Popular da Libertação¹⁷⁰⁴. A disponibilidade de mantimentos e outros insumos esteve de acordo com as necessidades emergentes e a reserva nutricional da população e medidas sanitárias anteriores evitaram a propagação de doenças epidêmicas como as que ocorreram em 1931 e 1954¹⁷⁰⁵. Os impactos psicológicos foram substancialmente menores, porquanto não houve registros de suicídios conectados a este evento. Embora uma série de fortes chuvas e inundações tenha acontecido no correr de 1990¹⁷⁰⁶, a de 1998 promoveu preocupações contundentes, particularmente por estar associada à degradação florestal operada por empresas estatais. Há de se recordar que desastres dessa magnitude são comumente relacionados, na China, à incompetência política e à decadência de regimes governantes, assim, não foi diferente em 1998. Na década de 1990, as desigualdades sociais estavam mais evidentes, o preço dos grãos, por exemplo, havia aumentado tanto que o governo precisou intervir em 1995. Foi também o momento no qual protestos relacionados aos riscos ambientais aumentaram enormemente e as primeiras ONGs ambientais foram fundadas. Segundo Chris Courtney, as descrições oficiais sobre as enchentes foram observadas com ceticismo e certa nostalgia por parte da população que, lembrando-se do evento de 1954, percebeu a assimetria entre as desigualdades econômicas atuais em relação à homogeneidade anterior¹⁷⁰⁷. As descrições pelos *media* foram tecidas por uma retomada do belicismo, isto é, o enfrentamento às enchentes foi narrado mais uma vez como uma luta ferrenha contra a natureza e a contenção de maiores tragédias como uma grande vitória do ELP e do povo. Apenas em 7 de agosto de 1998, o Rénmín Ribào publicou cinco matérias em primeira página com esse viés. A primeira delas é uma carta de condolências do Comitê Central do PCC, do Conselho de Estado e da Comissão Militar Central para as vítimas das enchentes. Nela, o governo apela para que os comitês do partido e governos locais “[...] organizem e mobilizem ainda mais os militares e civis para que continuem a defender o espírito de destemor e combate contínuo, renovem seus esforços, se unam e se esforcem para alcançar a vitória completa no combate às enchentes e no socorro aos

¹⁷⁰³ Marks, p. 288, 2012.

¹⁷⁰⁴ Courtney, p. 95, 2017.

¹⁷⁰⁵ Segundo Chris Courtney: “A melhoria na nutrição básica foi acompanhada por uma redução igualmente impressionante no nível de doenças infecciosas. Isso foi precipitado por um maior acesso a cuidados de saúde profiláticos e de emergência. Condições endêmicas como malária e esquistossomose diminuíram após extensas intervenções ambientais, nas quais as populações de mosquitos e caracóis aquáticos infectados foram significativamente reduzidas” (Courtney, p. 94, 2017).

¹⁷⁰⁶ Segundo Chris Courtney: “A partir da década de 1980, a frequência das inundações começou a aumentar novamente. Durante a quente década de 1990, a China foi atingida por sete grandes inundações [...]” (Courtney, p. 90, 2017).

¹⁷⁰⁷ Courtney, p. 96, 2017.

desastres”¹⁷⁰⁸. Na carta, o governo se mostra preocupado principalmente com a segurança populacional e evidencia que

[...] os comitês do Partido e os governos em todos os níveis desempenharam um papel de liderança resoluta, mobilizando militares e civis com um tenaz *espírito de luta* para superar picos de inundação [...] garantindo a segurança dos principais rios, lagos, reservatórios importantes, grandes cidades e linhas ferroviárias vitais, protegendo a vida da população e fazendo contribuições significativas para o desenvolvimento econômico nacional e a estabilidade social.¹⁷⁰⁹

A prioridade dada à salvaguarda das estruturas econômicas é notável e, como veremos em outra matéria, mais uma vez o campo foi sacrificado para poupar Wuhan de uma tragédia maior. A segunda matéria traz dados relativos ao desastre, neste aspecto vale ressaltar que os números são mais fidedignos do que nos dois eventos anteriores¹⁷¹⁰. A matéria também descreve as ações governamentais em vigor, citando as lideranças importantes e a tomada de providências atuais e anteriores para prevenção de desastres, assim como o envio de socorro através do ELP e da Força Policial Armada, as quais:

[...] mobilizaram mais de 600.000 soldados, mais de 19 milhões de milicianos e reservistas e mais de 40.000 veículos. Eles eliminaram mais de 3.000 situações perigosas, resgataram e realocaram 2,2 milhões de pessoas, reforçaram 1.500 quilômetros de diques e transportaram mais de 800.000 toneladas de suprimentos.¹⁷¹¹

De fato, a mobilização do ELP, das forças locais e de voluntários foi imensa. Neste momento, como salienta a matéria, esperava-se ainda por mais chuva pelo menos até outubro, de modo que não apenas o socorro urgente às vítimas precisava ser feito, mas também o reforço de diques e outras estruturas. Tudo isso foi amplamente televisionado e fotografado, ao fim, soldados e voluntários foram tornados heróis nacionais. Em 1º de janeiro de 1999, a Televisão Central da China emitiu uma reportagem emocionante, rememorando o trágico evento do ano anterior e exibindo imagens fortes do empenho militar e civil na contenção dos riscos, acompanhadas da seguinte narração:

Caros telespectadores, acredito que todos nós ainda temos viva na memória a grande enchente de 1998 que ocorreu em nosso país. O que vocês acabaram de ver foi o primeiro boletim de cheias divulgado pelo Quartel-General Nacional desde o início da temporada de chuvas no ano passado. Oito dias depois, ocorreu a primeira cheia no rio Neijiang. Treze dias depois, o alto curso do rio Yangtzé registrou a primeira onda de cheia. Assim, chegou uma enchente de proporções históricas, raramente vista antes. Diante dessa grande catástrofe, desde o exército até os governos locais, da linha de frente no combate às inundações até as regiões que não foram atingidas, cada chinês indomável demonstrou uma coragem inabalável. Eles atenderam prontamente ao chamado, *dispostos a lutar*, civis e militares lado a lado, *travando uma verdadeira*

¹⁷⁰⁸ Rénmín Ribào de 7 de agosto de 1998, p. 1.

¹⁷⁰⁹ Ibidem.

¹⁷¹⁰ Ibidem.

¹⁷¹¹ Ibidem.

guerra popular contra as águas. Durante o período de *combate* às enchentes, mais de 300 mil soldados foram mobilizados em todo o país, tornando-se a maior operação de emprego das Forças Armadas na contenção de desastres naturais desde a fundação da República. As populações ribeirinhas sacrificaram interesses pessoais em prol do bem coletivo e, junto aos militares, ergueram diques inquebrantáveis, superando sucessivas ondas de cheia. Os líderes do Partido e do Estado visitaram várias vezes as áreas afetadas, orientando diretamente o *combate* às enchentes. Após mais de dois meses de *ádua resistência*, a nação finalmente *venceu* a catástrofe de magnitude rara em sua história. E o grandioso '*espírito de luta* contra as enchentes' tornou-se, após o espírito revolucionário e o espírito empreendedor, mais um precioso patrimônio espiritual da nação chinesa.¹⁷¹²

O triunfo sobre enchentes é sobremaneira exacerbado, muito embora não se coloque, todavia, como uma luta contra a natureza. Como bem salientou a CCTV, o episódio de 1998 foi observado como exceção, mas ainda assim como um acontecimento contundente que ressoou com força na opinião pública. A descrição de militares e civis como heróis, assim como a atribuição sacrificial às populações ribeirinhas, foi também enfatizada em outras matérias do Rénmín Ribào de 7 de agosto de 1998, uma das quais conta a história de um jovem exemplar em seu comportamento de entrega e abnegação na contenção da enchente, constituindo-se, entre todas as narrativas deste momento, possivelmente como a mais normativa de todas:

O Dique Yigong, um trecho do Rio Yangtzé, guarda a entrada leste da cidade de Jiujiang. Se ocorrer um acidente, não apenas dezenas de milhares de acres de terras agrícolas serão inundados, mas também ameaçará a área urbana de Jiujiang e diversas grandes empresas. No dique, um jovem de pele escura, usando um chapéu de palha, patrulha dia e noite. Seu nome é Chen Shen Tao, 38 anos, e ele é o Diretor do Comitê da Vila de Jiangji, Vila de Xingang, Jiujiang. Desde que chegou ao dique em 24 de junho, ele não voltou para casa. O vento, o sol e a chuva escureceram sua pele. [...] O nível da água dentro e fora do dique cai quase cinco metros, tornando-se um desafio formidável. Mas Chen Shentao aceitou prontamente a tarefa. Seguindo as instruções da cidade, ele reuniu uma equipe de resgate de 18 homens, uma equipe de patrulha de 50 homens e uma equipe de reserva de 50 homens. Ele montou seis abrigos, cada um com 16 pessoas, que se revezavam em serviço 24 horas por dia. Os moradores confiavam nele e diziam que ele não tinha motivos egoístas. Chen Shentao era realmente altruísta. A aldeia de Jiangji, com uma população de mais de 2.000 habitantes, estava espremida entre o Lago Poyang e o Rio Yangtzé. Seis dos 12 grupos de moradores foram submersos pelas águas da enchente, e 2.000 dos 2.200 mu de terra arável foram submersos. O fracasso total das colheitas de arroz era inevitável. Sua casa, a aldeia de Tuanshan, fica de frente para o caudaloso lago Poyang. Três pequenos diques foram rapidamente inundados pelas águas da enchente, submergindo sua aldeia e causando o desabamento de 15 casas. Sua casa, onde moravam sua avó de 92 anos e seus pais na casa dos sessenta, também foi inundada. [...] Líderes provinciais e municipais o visitaram inúmeras vezes. Ele havia memorizado os lemas de 'defesa rigorosa e perseverança' e 'Enquanto o povo estiver lá, o dique estará lá'. Ele entendeu ainda mais claramente o princípio de que 'proteger o dique é proteger nossa casa'. Além do dique, as águas da enchente já haviam submergido mais de 600 mu de terras agrícolas em sua aldeia. Ele não tinha motivo para não as defender, não tinha motivo para não visitar o dique. Era um homem de poucas palavras. Nós o entrevistamos ao meio-dia, enfrentando um calor de 40 graus. Na verdade, ele mal discutiu a situação, nem teve tempo para se sentar. [...] Na noite de 9 de julho, ele estava exausto enquanto patrulhava o dique quando alguém repentinamente anunciou a presença de uma fonte

¹⁷¹² CCTV, 1º de janeiro de 1999.

borbulhante. A mais de 200 metros da base do dique, uma enorme nascente surgiu no meio do lago, borbulhando com água turva. Ele alertou o quartel-general e foi o primeiro a mergulhar na água, a mais de cinco metros de profundidade, até o fundo para investigar e determinar a causa. Em seguida, ele organizou os moradores para carregar mais de 1.700 metros cúbicos de areia e cascalho para conter a nascente. Após 36 horas de esforço, a nascente estava efetivamente sob controle, e Chen Shen Tao desabou no chão, exausto e incapaz de se mover. Na manhã de 28 de julho, uma forte chuva caiu e o rio Yangtzé transbordou. [...] Nesse momento, uma antiga comporta, sobrecarregada pela pressão, começou a vaziar repentinamente. Se não fosse prontamente fechada, a segurança do dique estaria seriamente ameaçada. Foi Chen Shen Tao novamente quem liderou a equipe de ataque da aldeia até o local, transportando terra e sacos de pedras para tapar o vazamento. Ele e sua equipe permaneceram imersos nas águas da enchente por mais de 10 horas, lutando contra a chuva torrencial e as águas da enchente, e finalmente controlaram a infiltração. A longa luta havia emagrecido Chen Shen Tao e esgotado suas energias. Certa noite, enquanto patrulhava o dique, ele desmaiou repentinamente de exaustão e caiu em uma ravina profunda e rochosa. Machucou o quadril e sofreu um corte de cinco centímetros na panturrilha, que sangrava abundantemente. Os moradores o ajudaram a entrar em um galpão no dique para tratamento de emergência e, com pesar, permitiram que ele voltasse para casa para descansar. Ele recusou terminantemente, dizendo: 'Já é tarde e ainda estamos falando em voltar para casa. Não sairei do dique até que a enchente recue'. Depois de se enfaixar brevemente, ele saiu mancando em direção ao vento e à chuva para inspecionar a situação.¹⁷¹³

As ações de Chen Shen Tao, como descritas na matéria, dão-lhe diversos atributos: ele é, antes de tudo, perseverante em conter os riscos da inundação, ele também renuncia ao convívio familiar e ao descanso para manter-se firme como liderança coletiva e, não menos importante, sacrifica seu próprio corpo e saúde em benefício de todos. Chen Shen Tao é, ao mesmo tempo, modesto, pouco falante e mais proativo. É, em outras palavras, o herói que não se pretende herói porque faz o que faz em benefício do coletivo sem esperar por reconhecimento. É assim que a matéria constrói o comportamento ideal esperado neste momento de crise. O sacrifício de alguns para o benefício de muitos é também evidenciado em outra matéria da mesma data, na qual se observa que:

Às 16h do dia 5 de agosto, no dique de Xinzhou [...] o Magistrado Interino do Condado de Jianli empunhou decisivamente uma pá para remover o subdique construído às pressas poucos dias antes. Os 30.000 soldados e civis que lutaram para defender a área por mais de um mês assistiram ao rio transbordar no dique, submergindo casas e plantações, e abandonaram em prantos o dique de 80.000 acres. Esta é uma cena do abandono planejado e voluntário dos diques ribeirinhos pela província de Hubei. De acordo com Wang Shengtie, vice-governador da província de Hubei e chefe do Comando Provincial de Controle de Inundações, para implementar resolutamente as diretrizes do Comitê Central do Partido e do Conselho de Estado para garantir a segurança dos principais diques do rio Yangtzé, da cidade de Wuhan e da população, o Comitê Provincial do Partido de Hubei e o Governo Provincial fizeram grandes ajustes em sua estratégia de controle de inundações, decidindo sacrificar recursos locais para proteger a situação geral e sacrificar diques para proteger os principais. Eles abandonarão voluntariamente os diques para permitir o fluxo das águas da enchente, aliviando a pressão sobre o curso principal. [...] Na tarde de ontem, os diques em Jianli Xinzhou, Shishou Liuhe e Zhangzhi foram abertos sucessivamente, e 100.000

¹⁷¹³ Rénmín Rìbào de 7 de agosto de 1998, p. 1.

moradores foram evacuados em segurança. Especialistas em controle de enchentes afirmaram que, com base na situação atual das enchentes no Rio Yangtzé e nas tendências futuras, todas as áreas ao longo do Rio Yangtzé enfrentam o desafio de sacrificar pequenas áreas em prol do bem comum. Esses esforços contribuíram de forma altruísta para a redução do pico de enchentes do Rio Yangtzé e para garantir a segurança do dique principal do Rio Yangtzé, de Wuhan, de Jingzhou e da Planície de Jiangnan.¹⁷¹⁴

Assim como em 1954, grandes áreas rurais foram inundadas para poupar Wuhan, um grande centro industrial que, dessa vez, segundo Courtney, teve danos limitados a alagamentos¹⁷¹⁵. Na matéria acima citada, intitulada *“Para garantir a segurança dos diques do Rio Yangtzé, da cidade de Wuhan e da população, o povo de Jingzhou sacrifica suas minorias pelo bem comum”*¹⁷¹⁶, a descrição faz parecer que a população decidiu pelo autossacrifício, mas, no mesmo texto, ficamos sabendo que a ordem para o rompimento dos diques em Jingzhou foi dada pelo Comitê Central do PCC. Embora a abnegação das populações ribeirinhas tenha sido elogiada, é difícil saber se ela foi factual.

De todo modo, as enchentes de 1998 causaram um sobressalto nas observações sobre os riscos ambientais. A tragédia foi rapidamente relacionada ao desmatamento, conclusão que foi ressonante na opinião pública e na política. Já em 27 de agosto de 1998, o Rénmín Rìbào publicou em primeira página um relatório emitido pelo Conselho de Estado e em nome do Primeiro-Ministro Zhu Rongji, apresentado ao Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional, que discorreu longa e detalhadamente sobre as causas, as consequências e as medidas de contenção das inundações. Embora a causa enfatizada pelo relatório tenha sido *“o clima anormal e o excesso de chuvas”*, o *“[...] uso generalizado de encostas íngremes para recuperação de terras, o desmatamento e a exploração madeireira indiscriminada [...], a erosão exacerbada do solo e o assoreamento severo de rios e lagos”*¹⁷¹⁷ foram também citados. A solução normativa para o problema foi dada nos seguintes termos:

[...] devemos plantar árvores, controlar a erosão do solo e melhorar o meio ambiente ecológico. Em conformidade com o ‘Plano Nacional de Conservação do Solo e da Água’, priorizando projetos de conservação do solo e da água ao longo de grandes rios como o Yangtzé e o Amarelo, promoveremos vigorosamente o reflorestamento e o plantio de gramíneas, implementaremos o reflorestamento em áreas de montanha fechada e conduziremos a gestão abrangente das bacias hidrográficas para conservar o solo e a água. O Conselho de Estado decidiu suspender a exploração madeireira e adotar o reflorestamento em 51 empreendimentos florestais importantes e locais nos cursos superior e médio dos rios Yangtzé e Amarelo ainda este ano. Empenhamo-nos em alcançar melhorias significativas no meio ambiente ecológico do meu país, ao longo de mais de uma década de esforços, reduzir significativamente a erosão do solo

¹⁷¹⁴ Rénmín Rìbào de 7 de agosto de 1998, p. 1.

¹⁷¹⁵ Courtney, p. 93, 2017.

¹⁷¹⁶ Rénmín Rìbào de 7 de agosto de 1998, p. 1.

¹⁷¹⁷ Rénmín Rìbào de 27 de agosto de 1998, p. 1.

e combater o grave acúmulo de sedimentos em grandes rios como o Yangtzé e o Amarelo. Ao mesmo tempo, com base nas condições e possibilidades, devolveremos sistematicamente as terras sobrecultivadas e recuperadas a florestas, pastagens e lagos, a fim de manter o equilíbrio ecológico e melhorar o meio ambiente.¹⁷¹⁸

Reconhecido o problema, o governo agiu rapidamente para tornar mais rigorosa a aplicação das leis ambientais e sua fiscalização. Pela primeira vez, a exploração de madeira foi observada como um risco sério para o qual seria preciso dispor de decisões capazes de contê-lo. A suspensão da exploração por empresas estatais foi acompanhada de maior fiscalização do desmatamento ilegal e por políticas de reflorestamento, ações estas que enfrentaram obstáculos, como mostrou outra matéria do Rénmín Ribào – intitulada “Acompanhamento da Proibição da Exploração Madeireira em Sichuan”¹⁷¹⁹ e publicada em 11 de novembro de 1998 –, na qual se explicitou o ciclo vicioso da exploração madeireira. Como confirmam os estudos sobre o desmatamento da época, o corte foi tão efusivo na década de 1980 que, mesmo com o plantio, as árvores eram cortadas antes de crescer. A economia de muitas regiões passou a depender substancialmente da exploração madeireira, com poucas alternativas para sua sobrevivência e, ao fim dos anos 1990, as florestas haviam sido praticamente dizimadas¹⁷²⁰. A matéria descreve o acolhimento de lenhadores às novas políticas, o que parece, à primeira vista, uma contradição, ou ainda, é difícil compreender por que pessoas que dependiam do desmatamento acolheriam as políticas de proteção às florestas com tanto entusiasmo. Por outro lado, com a madeira tornando-se cada vez mais escassa, o governo precisava dar alternativas econômicas para esta população cada vez mais empobrecida. A desigualdade social, como já salientei, era um motivo de insatisfação neste período, ao mesmo tempo em que as decisões econômicas eram tomadas por governos locais que competiam entre si para produzir riqueza. Neste sentido, duas mudanças políticas transformaram as observações sócio-terranas em 1998: i) a legislação ambiental tornou-se mais rigorosa e a Agência Estatal de Proteção Ambiental, criada em 1974¹⁷²¹, foi elevada a nível ministerial¹⁷²², ao mesmo tempo em que, ii) foi aprovada a Nova Lei Orgânica do Comitê da Aldeia, que democratizou os comitês de aldeia através de eleições trienais nas quais os

¹⁷¹⁸ Ibidem.

¹⁷¹⁹ Rénmín Ribào de 11 de novembro de 1998, p. 4.

¹⁷²⁰ Segundo Claudio O. Delang e Zhen Yuan: “A cobertura florestal diminuiu de 30-40% em 1949 para cerca de 10% no final da década de 1990. No final do século XX, enquanto a população da China representava 22% da população mundial, a área florestal na China ocupava apenas 4,1% da massa terrestre do mundo, e o volume de estoque era de apenas 2,9% do total mundial. Isso claramente não era suficiente para atender às necessidades de produção e subsistência do país. No entanto, ainda mais urgentes eram os problemas ambientais que décadas de desmatamento haviam criado” (Delang; Yuan, p. v, 2015).

¹⁷²¹ Jingrong, p. 31, 2015.

¹⁷²² Marks, p. 322, 2012.

candidatos passaram a ser indicados e eleitos pelos moradores¹⁷²³. O controle sobre o desmatamento, enquanto uma vontade do povo, como colocada na matéria acima mencionada, reflete tanto a opinião pública vigente nos anos 1990, década na qual as mobilizações por proteção ambiental aumentaram efusivamente, resultando na criação das primeiras ONGs, como já salientei, quanto às comunicações políticas que emergiram a este respeito a partir de 1998.

Neste período, episódios de protestos relacionados aos riscos cresceram acentuadamente, não apenas em relação ao desmatamento, mas também relacionados à poluição decorrente da intensa industrialização que submergiu a China neste período, como, por exemplo, o caso da aldeia de Dachuan que sofria com a poluição hídrica desde 1971, quando uma fábrica de fertilizantes foi instalada no local e passou a despejar detritos no riacho que atravessava a aldeia e do qual a população utilizava a água para todos os fins¹⁷²⁴. Na década de 1980, os casos de aborto espontâneo, bebês natimortos e congênitos¹⁷²⁵ levaram os moradores de Dachuan a realizar protestos anuais contra a poluição hídrica. Em 1996, uma enchente espalhou os detritos e destruiu uma ponte sobre o rio. A revolta tornou-se efusiva, segundo Marks: *“Os moradores então iniciaram uma ofensiva de dez dias contra a fábrica, bombeando a água poluída por cima do muro e, por fim, conseguindo que os funcionários da fábrica concordassem em consertar a ponte e fornecer capital para a perfuração de um novo poço de água potável”*¹⁷²⁶. O caso de Dachuan é exemplar para mostrar que o aumento da poluição e o incômodo causado por ela foram se acumulando desde a escalada industrial desregulada. Em uma pesquisa sobre percepção de riscos ambientais feita em 1991, Zhang Jianguang constatou que a população com menos de

¹⁷²³ Segundo Mühlhahn: “Em 1998, o Congresso Nacional Popular da China aprovou e promulgou formalmente a Nova Lei Orgânica do Comitê da Aldeia, que instruía que todas as aldeias realizassem eleições competitivas para seu comitê e que todos os candidatos fossem indicados pelos moradores. Múltiplos candidatos podiam concorrer a mandatos de três anos nos comitês da aldeia. A participação eleitoral costumava ser alta. Em 2008, cerca de 900 milhões de pessoas em mais de 734.000 aldeias haviam votado nas eleições de aproximadamente 3,2 milhões de líderes de aldeia. Essas eleições representaram um desenvolvimento institucional significativo. Ao institucionalizar as eleições em nível de aldeia, os líderes do partido pretendiam tornar as administrações locais mais responsáveis e melhorar a funcionalidade do sistema administrativo existente” (Mühlhahn, p. 531, 2019).

¹⁷²⁴ Segundo Jun Jing: “Foi somente em meados da década de 1970, quando um cavalo e 30 ovelhas ficaram cegos, que os moradores começaram a perceber que beber do rio também poderia ser perigoso para a saúde humana. Os quadros da vila de Dachuan foram até a fábrica para reclamar” (Jun, p. 200, 2010).

¹⁷²⁵ Segundo Jun Jing: “[...] as mulheres locais não associavam abortos espontâneos e natimortos com a descarga de águas residuais da fábrica de fertilizantes até que o governo embarcou na campanha educacional para promover o cuidado científico das crianças. [...] O aviso dos médicos tornou-se mais alarmante pelos relatos televisionados de problemas ambientais em outras partes da China. Um relatório era sobre a poluição da água no Sul da China e seu efeito em mulheres grávidas. Entre aqueles quem prestou atenção especial a este relatório foi o chefe do Partido da vila, que era o homem mais poderoso de Dachuan, mas não tinha filhos biológicos. Sua esposa sofreu vários abortos espontâneos [...]. Convencido de que os abortos espontâneos de sua esposa foram causados pela água contaminada, o chefe do Partido desempenhou um papel de liderança nos protestos da vila contra a fábrica” (Jun, p. 205-206, 2010).

¹⁷²⁶ Marks, p. 320, 2012.

30 anos se preocupava mais com riscos generalizados, como poluição da água, enchentes, poluição do ar, terremotos, desertificação e erosão do solo e escassez de água, do que as pessoas mais velhas. Jovens universitários entrevistados seguiram essa tendência¹⁷²⁷. Na virada do milênio, a velha guarda do Partido já havia dado lugar a esta nova geração de profissionais, burocratas e governantes, que tinham uma perspectiva diversa acerca das questões ambientais. Segundo Jingrong Tong, em 1999, o Ministério de Recursos Hídricos emitiu um relatório relacionando diretamente o desmatamento com as inundações do Yangtzé, resultando numa política de inversão operacional das empresas estatais que, a partir de então, pararam de desmatar e começaram a plantar árvores. Junto disso, o governo endossou a propaganda pelos *media* a respeito das políticas da “Restauração de Terras Agrícolas para Florestas”, da “Restauração de Pastos para Pradarias” e sobre a proibição de desmatamento de florestas¹⁷²⁸. Emergiu um jornalismo ambiental especializado que tomou força desde então, estimulado politicamente para denunciar a negligência empresarial, industrial e da governança local sobre os riscos ambientais. O governo central não apenas não censurou este tipo de relato, como incentivou sua propagação¹⁷²⁹ com o interesse de alinhar a opinião pública aos seus próprios objetivos, dentre eles o de controlar empreendimentos nocivos em âmbito local que não só prejudicam o bem-estar da população como a própria economia, assim como a imagem do Partido na opinião pública. Políticas concretas seguiram-se, como a ampliação da Agência Estatal de Proteção Ambiental, que passou de 105.900 funcionários em 1998 para 142.800 em 2001¹⁷³⁰.

Contemporaneamente, um projeto antigo, colossal e bastante controverso foi colocado em prática: a Barragem das Três Gargantas no Yangtzé. Proposto primeiramente por Sun Yat-sen em 1919, a Barragem das Três Gargantas foi posteriormente endossada por Mao, mas os planos de implementação só começaram depois de sua morte, nos anos 1980, quando o ex-engenheiro e então Primeiro-Ministro Li Peng retomou o projeto, que foi aprovado por apenas dois terços do Congresso Nacional do Povo em abril de 1992¹⁷³¹ em uma conturbada sessão na qual os microfones de opositores foram desligados¹⁷³². Fatos que demonstram que a controvérsia

¹⁷²⁷ Zhang, p. 166, 1994.

¹⁷²⁸ Jingrong, p. 63, 2015.

¹⁷²⁹ Segundo John Child, Yuan Lu e Terence Tsai: “Para intensificar a consciência pública sobre a proteção ambiental, o Prêmio Terra foi lançado em 1997, visando motivar a mídia de massa a relatar questões ambientais. Um evento marcante ocorreu em 1998, quando a CCTV, a estação oficial de TV, começou a relatar a qualidade do ar das principais cidades. Em 2001, o Projeto China Verde foi oficialmente lançado em escala nacional” (Child; Lu; Tsai, p. 1024, 2007).

¹⁷³⁰ Child; Lu; Tsai, p. 1024, 2007.

¹⁷³¹ Shapiro, p. 56, 2016.

¹⁷³² Dai, p. 14, 2015.

sobre a construção da barragem não estava apenas na comunicação de ambientalistas, mas dentro do próprio sistema político, já que o comum é que o Congresso chinês atue por consenso na maioria dos casos. Iniciada em 1994, a Barragem das Três Gargantas é mais um exemplar do sino desenvolvimentismo, da preferência por arquiteturas grandiosas e, particularmente, de como as narrativas foram tecidas pelos meios de comunicação de massa no seu período de construção. Ela poderia ser facilmente substituída por barragens menores no curso do Yangtzé que não prejudicariam a imensa população que precisou ser realocada, isto é, pelo menos 1,4 milhão de pessoas precisaram deixar suas casas e terras ancestrais¹⁷³³, algo simbolicamente relevante na tradição chinesa; também não submergiriam relíquias arqueológicas valiosas e não provocariam uma devassa ambiental que aprofundou os riscos para várias espécies raras, como o peixe-espátula-chinês, o esturjão-chinês¹⁷³⁴ e o boto-sem-barbatana. Os objetivos oficiais da barragem foram o controle de enchentes, geração de energia, navegação e utilização de recursos hídricos. Mais uma vez, observamos uma arquitetura que corresponde às ganas de grandiosidade chinesa: concluída em 2006 com 2.309,5 metros de comprimento, 181 metros de altura, com capacidade de armazenamento de 39,3 bilhões de metros cúbicos¹⁷³⁵ em um reservatório que se estende por 640 quilômetros rio acima¹⁷³⁶, a represa é a maior do mundo, podendo ser vista do espaço. Apesar de em 2011 o Estado ter reconhecido oficialmente seus malefícios¹⁷³⁷, ela está conectada a personagens politicamente inimputáveis, como Mao e Deng. Em 1989, Dai Qing, uma engenheira e jornalista remanescente do Exército Popular da Libertação, colocou-se frontalmente contra o projeto, publicando o livro chamado “Yangtzé! Yangtzé!”, no qual ela reuniu uma série de artigos que argumentam contra a construção da Barragem das Três Gargantas. No contexto das manifestações pró-democracia, Dai Qing foi observada pelo sistema político como um elemento perigoso e, por isso, foi presa por dez meses, seis dos quais passou em solitária¹⁷³⁸. O livro “Yangtzé! Yangtzé!” foi proibido na China, mas vinte e cinco mil exemplares já haviam sido distribuídos e continuaram em circulação¹⁷³⁹. Apesar do imenso sofrimento experienciado na prisão, Dai continuou militando contra a Barragem das Três Gargantas, recusou exílio e manteve-se em Pequim, de onde aliou-se a outros profissionais na China e no exterior. Em 1998, publicou outro livro, que não chegou a circular na China, mas

¹⁷³³ Jun, p. 202, 2010.

¹⁷³⁴ Marks, p. 305, 2012.

¹⁷³⁵ <<<https://www.ctg.com.cn/sxjt/sxgc4/gcgk7/index.html>>>

¹⁷³⁶ Jun, p. 202, 2010.

¹⁷³⁷ Jingrong, p. 27, 2015.

¹⁷³⁸ Thibodeau; Williams, p. 10, 2015.

¹⁷³⁹ Economy, p. 143, 2004.

repercutiu enormemente no exterior, chamado “O Dragão do Rio Chegou! A Barragem das Três Gargantas e o Destino do Rio Yangtzé e de Seu Povo na China”¹⁷⁴⁰. Escrito em parceria com sociólogos, jornalistas, geólogos e engenheiros chineses (através de pseudônimos) e estrangeiros, o livro traz múltiplas perspectivas argumentativas sobre por que a barragem não deveria ser construída. Considere-se que, no momento da publicação, poucos avanços haviam sido feitos e o recém-falecimento de Deng deixou em suspenso se a obra continuaria sendo politicamente viável. No capítulo escrito por Dai, ela faz uma efusiva crítica ao desenvolvimentismo implícito no projeto, particularmente ao seu condão economicista em busca de lucros rápidos. Ela menciona também o nacionalismo perigoso que ronda a construção de obras colossais na China e a falta de debate democrático sobre o projeto, principalmente com as populações mais afetadas de Sichuan, d’onde a autora é natural. Mais relevante, no entanto, para nosso propósito aqui, é que Dai utiliza como principal argumento o princípio taoísta de equilíbrio entre sociedade e natureza, nas palavras dela:

[...] as pessoas que têm feito esse planejamento falharam em entender conceitos-chave chineses, como autocontrole e o controle da arrogância desmedida. Na antiguidade chinesa, um senso de autocontrole era primordial; como disse o antigo filósofo taoísta Laozi: ‘Conhecer os próprios limites é ser invencível’. [...] Essa falha consciente dos líderes da China em ‘controlar’ seu comportamento; ou seja, respeitar e seguir a sabedoria antiga, é o que torna a represa das Três Gargantas um símbolo de desenvolvimento desenfreado. [...] Os ‘especialistas vermelhos’ nunca conseguiram entender os conceitos de ordem e equilíbrio fundamentais na relação entre a humanidade e a natureza. Em cada oportunidade – desde sua preferência por uma economia planejada com foco na produção de ferro e aço, até a promoção da produção de grãos, crescimento populacional e construção em larga escala de represas – a liderança chinesa tomou decisões que vão contra os conceitos filosóficos chineses de manter a ordem e o equilíbrio entre a humanidade e a natureza.¹⁷⁴¹

Embora esse texto dificilmente tenha sido lido na China, uma vez que foi censurado, ele reflete a reemergência simbólica de princípios tradicionais no trato de questões ambientais. Junto disso, entrou no debate sobre a construção da Barragem das Três Gargantas o risco de perdas históricas e sociais das regiões que seriam submersas. Em 1997, vários relatórios investigativos do Nánfāng Zhōumò sobre o Projeto das Três Gargantas abordaram essas questões, por exemplo, em: “Migrantes das Três Gargantas constroem suas novas vidas com dificuldade”, “Patrimônio danificado na região das Três Gargantas”, “Vidas reais de moradores locais na região das Três Gargantas” e “Minhas belas Três Gargantas, meu lar”¹⁷⁴². O Nánfāng Zhōumò, uma versão de fim de semana do Nánfāng Dūshì Bào, de Guangdong, no Sul da China, tornou-se proeminente

¹⁷⁴⁰ Do original “The River Dragon Has Come! The Three Gorges Dam and the Fate of China's Yangtze River and Its People”.

¹⁷⁴¹ Dai, 2015.

¹⁷⁴² Jingrong, p. 56, 2015.

em reportagens ambientais investigativas na década de 1990. Com ampla circulação e filiado ao Comitê do Partido local, o Nánfāng Zhōumò foi estimulado, assim como toda a imprensa na China, a produzir reportagens críticas sobre os riscos ambientais focadas na iniciativa privada e na responsabilidade de governos locais, mas acabou por expandir suas narrativas para temas mais abrangentes. Com razoável autonomia financeira, o Nánfāng Zhōumò é até hoje um dos jornais mais lidos e que dá mais prioridade às questões ambientais na China. Em uma matéria de 7 de outubro de 1997, assinada por Zhao Shilong e intitulada “Uma corrida entre saqueadores e arqueologia de salvamento na área do reservatório das Três Gargantas”¹⁷⁴³, os riscos da construção da barragem para o patrimônio histórico e cultural são evidenciados, mostrando que a preocupação sobre a intervenção no Yangtzé extrapolava as questões ambientais. Alguns pontos são relevantes nesta matéria: primeiro, que a abordagem crítica sobre a construção da Barragem das Três Gargantas, através da preocupação com as relíquias históricas, coloca em foco os governos locais e os ladrões de artefatos milenares, enquanto, ao fundo, a causa final do risco para o patrimônio cultural está a própria obra da barragem, sendo, portanto, indiretamente criticada; depois, ao demonstrar os riscos para o patrimônio cultural, a reportagem apela para a valorização da tradição chinesa que corre o risco de perder-se junto do processo de construção de Três Gargantas, uma preocupação generalizável e dificilmente refutável. Em especial, em nenhum momento a matéria pede pelo cancelamento das obras, mas por mais tempo e dinheiro para que os artefatos arqueológicos sejam devidamente recuperados. Este tipo de abordagem era, portanto, permitida e endossada pelo governo.

Outras matérias de outros veículos de comunicação trataram do mesmo assunto, como, por exemplo, a matéria “Cortando as Mãos Negras que Alcançaram as Relíquias das Três Gargantas” publicada pelo Sānxiá Gōng’ān Bào em 1º de janeiro de 1998, a matéria “Relíquias Culturais nas Três Gargantas: A Última Oportunidade” publicada pela revista Wànzhōu Zázhi em 1995 e a matéria “Chongqing condena ladrões que destruíram grande escultura de Dazu” do jornal Zhōngguó Wénwù Bào em 21 de janeiro de 1998. Na descrição tecida neste capítulo, observamos que, em vários momentos do século XX, o patrimônio histórico e cultural chinês foi vilipendiado para obras de modernização, como, por exemplo, a derrubada do templo do rei dragão em Wuhan para construção de uma estrada e a destruição de templos durante o Grande Salto para alimentar as fornalhas da produção de ferro e aço. O que as observações destes momentos nos indicam é que, no início do século XX, a profanação religiosa e cultural não era

¹⁷⁴³ Nánfāng Zhōumò de 7 de outubro de 1997.

aceitável, visto os protestos que emergiram na época; já durante a Era Mao, por algum tempo, tornou-se admissível que os templos fossem maculados em prol da campanha pelo aço, assim como as tradições filosóficas e religiosas foram desencorajadas ou mesmo suprimidas; e, no fim do século, tudo indica uma restauração de valores antigos e dos seus símbolos materiais¹⁷⁴⁴. Outros casos exemplares neste quesito são as propostas das barragens de Yangliuhu e do Rio Nu. A primeira foi cancelada em 2003 após uma série de protestos e comoção pública, porquanto a execução destruiria o sistema de irrigação de Dujiangyan, funcional há 2.276 anos, observado, portanto, como um patrimônio histórico e cultural importante pela população de Sichuan e pela UNESCO¹⁷⁴⁵. Os projetos para a barragem sobre o rio Nu, por sua vez, continuam paralisados. A controvérsia neste caso refere-se à sua localização, que está em meio ao Desfiladeiro do Salto do Tigre, em um lugar conhecido como a Garganta do Salto do Tigre, dentro da área de preservação dos Três Rios Paralelos, que é altamente relevante em termos ambientais, patrimoniais e turísticos¹⁷⁴⁶. Neste sentido, as observações sobre a preservação da natureza que começaram a emergir no entre séculos partiram em muito de uma valorização da história e da identidade milenar chinesa que teve força suficiente na opinião pública para ineditamente derrubar o projeto de Dujiangyan e paralisar outros na região do alto Yangtzé. O jornalismo investigativo teve um papel fundamental em propagar essas observações¹⁷⁴⁷. Isso possivelmente tem diversas causas, pode ter relação com o nacionalismo fomentado desde cima e facilmente espreado popularmente e muito provavelmente tem também relação com o afrouxamento ideológico pós-Mao¹⁷⁴⁸, momento no qual, como já salientei, uma vanguarda literária, por

¹⁷⁴⁴ A retomada da religiosidade foi efusiva neste período, segundo Mühlhahn: “As reformas econômicas e o vácuo moral proporcionaram terreno fértil para a revitalização de uma ampla gama de práticas religiosas, incluindo adivinhação, culto aos ancestrais, festivais em templos, idas à igreja ou mesquita, ritos fúnebres, peregrinações, sectarismo, recitação de sutras e impressão e distribuição de livros de moralidade. O crescimento da religião foi impressionante. A China se viu de posse da maior população budista do mundo, bem como de congregações católicas e protestantes em rápido crescimento, comunidades muçulmanas em expansão e templos taoístas ativos. Após terem desaparecido por quase quarenta anos após 1949, as práticas religiosas ressurgiram como parte importante da vida cotidiana na China” (Mühlhahn, p. 605, 2019).

¹⁷⁴⁵ Marks, p. 306, 2012.

¹⁷⁴⁶ Marks, p. 311, 2012.

¹⁷⁴⁷ Segundo Jingrong: “Do projeto hidrelétrico do Lago Yangliu em Dujiangyan, desenvolvimentos hidrelétricos no Rio Nujiang, até a Barragem das Três Gargantas, o jornalismo investigativo desempenhou um papel proativo na defesa do movimento anti barragem. Examinando relatórios investigativos sobre problemas ambientais na última década, a oposição à construção de barragens é a agenda número um, para a qual o jornalismo investigativo tem feito uma grande contribuição. A contribuição do jornalismo investigativo está em dar voz a vozes críticas e questionadoras quando a construção de barragens foi legitimada pelas decisões do governo central. Além disso, os relatórios investigativos também chamaram a atenção do público para as desvantagens da construção de barragens, os abusos de poder ocultos envolvidos, bem como a exploração de grupos sociais desfavorecidos envolvidos” (Jingrong, p. 72, 2015).

¹⁷⁴⁸ No que diz respeito ao reavivamento das tradições, segundo Shapiro: “[...] após a morte de Mao Zedong, o Partido relaxou as restrições a festivais tradicionais como o Festival do Barco-Dragão, que marca o afogamento do

exemplo, empenhou-se em uma busca pelas raízes ancestrais. Neste processo emergente de atualização de expectativas arcaicas, são paulatinamente restaurados também os antigos princípios filosóficos que embasaram observações sócio-terranas, tal como observamos em Dai Qing. A partir do século XXI, esses princípios começaram a aparecer com mais recorrência nas próprias comunicações políticas e nos veículos oficiais, como veremos adiante. O sentimento nacionalista e as expectativas de progresso econômico irão juntar-se para formar o ideal de civilização ecológica, na qual a prosperidade material e tecnológica passou a ser alinhada com a antiga ideia de equilíbrio entre sociedade e natureza. Neste sentido, processos comunicativos intensos formaram-se entre a última década do século XX e a primeira do século XXI, com mais e maiores protestos ambientais, maior produção jornalística sobre o tema e movimentos pendulares de concessões e acirramento repressivo no sistema político. Consequências atroz da intensificação da industrialização vieram à tona neste período, como as vilas do câncer e o aumento generalizado de doenças relativas à poluição atmosférica e hídrica¹⁷⁴⁹. Houve uma mudança de foco que passou das questões sobre o desmatamento, mais ou menos resolvidas pelo avanço legislativo, para os riscos da poluição que se tornaram cada vez mais urgentes.

Sequencialmente, a década de 2000 foi marcada por mais e maiores protestos ambientais, assim como os riscos relacionados à poluição passaram a ser cada vez mais comunicados pelos meios de comunicação de massa com ressonância política. O Décimo Plano Quinquenal da China (2001-2005) colocou como uma das suas prioridades a proteção ambiental, resultando em políticas como a expansão das reservas florestais, particularmente aquelas com paisagens idílicas, voltadas para a apreciação da natureza selvagem restaurada, um ideal recém-construído na China. Por outro lado, conforme a industrialização aumentava, os protestos ambientais seguiram a mesma tendência. Se em 1994 haviam sido registrados 10.000 incidentes ambientais em massa, em 2004 esse número saltou para 74.000, assim como conflitos, cujo cerne eram as questões ambientais, aumentaram de 51.000 em 2004 para 128.000 em 2005 e as reclamações enviadas ao Ministério da Proteção Ambiental aumentaram de 100.000 em 1997¹⁷⁵⁰ para

poeta Chu Yuan, e o dia Qingming de reverência aos ancestrais, sinalizando assim que estava se distanciando da caracterização da era Mao de toda a cultura tradicional como feudal” (Shapiro, p. 68, 2016).

¹⁷⁴⁹ Segundo Jingrong, as vilas do câncer são: “Áreas geográficas específicas, geralmente vilas, nas quais moradores, que geralmente são parentes ou vizinhos uns dos outros, foram diagnosticados com câncer e morreram de câncer. A mídia noticiosa rotula essas áreas de ‘vilas do câncer’ (Jingrong, p. 61, 2015)”. E, segundo Shapiro: “Doenças pulmonares como tuberculose e câncer são tão prevalentes que as ‘vilas do câncer’ chinesas, nas quais as taxas de mortalidade por câncer devido à poluição do ar e da água estão muito acima da média nacional, estão bem documentadas. Em 2010, a mídia e a Internet chamaram a atenção para 459 aldeias do câncer distribuídas em 29 das 31 províncias da China, mas foi somente em 2013 que o governo chinês reconheceu sua existência” (Shapiro, p. 24, 2016).

¹⁷⁵⁰ Jun, p. 197, 2010.

370.000 em 2001 e subiram para 616.000 em 2006¹⁷⁵¹. Esses números refletem a crescente insatisfação da população chinesa com a lida respectiva aos riscos ambientais, particularmente os condizentes com a poluição atmosférica e hídrica. Embora o Décimo Plano Quinquenal da China tenha colocado a proteção ambiental como uma prioridade em seu 24º capítulo¹⁷⁵² e a conservação tenha entrado como tópico obrigatório no currículo da educação básica em 2003¹⁷⁵³, o desenvolvimento econômico sobrepunha-se a ela de modo que, em 2006, a China tornou-se o país com maior emissão de CO₂ do mundo. Grandes cidades industriais, como Pequim, Tianjin e Hebei, começaram a ter mais dias submersas em fumaça; rios e lagos, como o Lago Tai entre Zhejiang e Jiangsu, foram extensamente poluídos pela indústria química¹⁷⁵⁴ e a desigualdade social instaurada pelas políticas econômicas do fim do século XX tornou a qualidade de vida uma questão importante. Com a autonomia municipal para tomada de decisões econômicas, a fiscalização ambiental era afrouxada e as decisões judiciais normalmente favoreciam o crescimento industrial em detrimento do cuidado do meio ambiente¹⁷⁵⁵. Com a adesão à OMC em 2001, o investimento estrangeiro na China deu um salto, principalmente no setor de tecnologia. Ao mesmo tempo, o PCC manteve áreas fundamentais, como a de recursos naturais, energia, comunicação, infraestrutura e defesa, estatizadas, dando ao Estado poder e autonomia sobre os recursos básicos e inserindo suas empresas no mercado mundial, aumentando enormemente os lucros, fenômeno que ficou conhecido como capitalismo de Estado¹⁷⁵⁶. Rapidamente, a China tornou-se uma das maiores economias do mundo e, pouco depois, a desigualdade social entrou no foco do governo, agora sob a liderança de Hu Jintao, que deu início às políticas de bem-estar social de forma ampla, como a instauração de um sistema único de saúde, assistência para redução da pobreza¹⁷⁵⁷ e mais investimentos em educação que resultaram em uma expansão sem precedentes na história chinesa – e possivelmente humana –

¹⁷⁵¹ Marks, p. 321, 2012.

¹⁷⁵² No plano, a norma é a de adotar a prevenção, fortalecer a prevenção e o controle da poluição desde a fonte e mudar resolutamente a prática de poluir primeiro e depois controlar. Ele também dispõe sobre: i) Fortalecimento da Prevenção e Controle da Poluição da Água; ii) Fortalecimento da Prevenção e Controle da Poluição Atmosférica; iii) Fortalecimento da Prevenção e do Controle da Poluição por Resíduos Sólidos; e iv) Implementação de medidas fortes de proteção ambiental (China, 2001).

¹⁷⁵³ Marks, p. 327, 2012.

¹⁷⁵⁴ Segundo Jingrong Tong: “Em 2006, Pan Yue, o então vice-diretor do Departamento Nacional de Proteção Ambiental, anunciou que cerca de 45% das 7.555 plantas químicas eram fontes de grandes riscos ambientais. Oitenta e um por cento dessas fábricas estavam localizadas em áreas ambientalmente sensíveis, como perto de rios e mares, e regiões densamente povoadas” (Jingrong, p. 26, 2015).

¹⁷⁵⁵ Marks, p. 322, 2012.

¹⁷⁵⁶ Mühlhahn, p. 553, 2019.

¹⁷⁵⁷ Mühlhahn, p. 556, 2019.

do ensino superior¹⁷⁵⁸. Logo, as expectativas sobre melhor qualidade de vida estavam no ambiente social em meados de 2000, quando um protesto massivo contra a instalação de um parque de indústrias químicas irrompeu em Dongyang.

O caso de Dongyang é interessante porque demonstra dois lados ou, duas observações, sobre os riscos ambientais, oportunas para a análise que faço aqui: primeiro, mostra que os riscos ambientais produzidos pelo crescimento econômico inveterado resvalavam mal na opinião pública e, por outro lado, mostra que essa insatisfação se voltava contra a legitimidade do governo que se ancorava, particularmente, em salvaguardar a população através de uma condução adequada das observações sócio-terranas. Em outras palavras, as manifestações de Dongyang mostram que o antigo costume (taoísta, diga-se de passagem) de rebelar-se contra a ordem vigente quando ela é desfavorável à sobrevivência coletiva havia mantido-se na China, de modo que a restauração da legitimidade política precisaria se dar pelo atendimento às pautas ambientais colocadas pelo movimento. Mostra também que, neste ínterim, no qual a poluição e a qualidade de vida tornaram-se relevantes na opinião pública, o interesse do governo por uma proteção ambiental mais rígida não surgiu apenas de preocupações relativas às consequências econômicas dos riscos, mas sobre sua própria legitimidade e capacidade de controle sobre a população. Isto é, a emergência de milhares de incidentes ambientais, muitos deles massivos, mostrou ao PCC que a manutenção do seu poder precisava considerar os riscos ambientais além dos econômicos. O caso de Dongyang é particularmente interessante, porquanto durante seu processo emergiu uma guerra de narrativas em cujo centro estavam os riscos produzidos pela industrialização. Desde 2001, os aldeões de Dongyang estavam preocupados com a poluição atmosférica e hídrica produzida com a instalação de um parque de indústrias químicas, uma vez que plantações foram perdidas e uma quantidade incomum de abortos espontâneos e bebês congênitos levantaram suspeitas¹⁷⁵⁹. Por duas vezes, mandaram uma comitiva a Pequim para pedir ao governo central que fechasse as fábricas, também mobilizaram ações judiciais e petições, mas nada adiantou. Assim, em 2005, alguns aldeões montaram tendas em frente às fábricas para impedir a entrada e a saída de funcionários e produtos. O governo local mobilizou funcionários para irem ao acampamento convencer as pessoas, em sua maioria mulheres idosas,

¹⁷⁵⁸ Segundo Mühlhahn: “Em 1998, as matrículas atingiram 3,4 milhões, muito abaixo dos 14,5 milhões que frequentavam os Estados Unidos na época. Em 2017, 27,5 milhões de estudantes frequentaram instituições de ensino superior na China – cerca de sete milhões a mais do que o número de matrículas em faculdades e universidades americanas” (Mühlhahn, p. 558, 2019). Segundo dados do Ministério da Educação da República Popular da China, em 2023 havia pelo menos 47,63 milhões de estudantes matriculados em 3.074 instituições de Ensino Superior.

¹⁷⁵⁹ O'Brien; Yanhua, p. 460, 2015.

a desistirem da mobilização, o que só a acirrou. O acampamento aumentou: em abril, dezoito tendas estavam armadas, cada uma de uma aldeia diferente, e quando policiais e funcionários se aproximavam, as mulheres idosas se prostravam diante deles pedindo por ajuda. Para o olhar ocidental, essa performance parece inofensiva, mas, na cultura chinesa, se uma mulher idosa se ajoelha para alguém mais jovem, a vida deste deverá ser encurtada, porquanto não há merecimento para tanto. Era um ato dúbio: ao mesmo tempo que as mulheres idosas pediam por socorro e agiam com veneração, o que estavam fazendo era desejar a morte de policiais e funcionários públicos¹⁷⁶⁰. Eram, em suma, atos de mau agouro. Além disso, rituais fúnebres foram feitos, uma imagem do prefeito foi erguida num pedestal onde se queimava incenso e os manifestantes usavam chapéus e vestes brancas – que são indicativas de luto. Na madrugada de 10 de abril de 2005, o governo enviou uma tropa de 1.500 soldados para desmontar o acampamento e desmobilizar os manifestantes, que reagiram, e a violência se instaurou. Mais de cem policiais e mais de duzentos manifestantes ficaram feridos e carros foram incendiados. A repressão foi imediatamente considerada desproporcional, os mais velhos observaram a ação da polícia como uma memória da invasão japonesa¹⁷⁶¹, uma ferida dolorosa na história da China. A partir deste episódio, emergem duas narrativas, uma oficial e uma popular. Os jornais retrataram a mobilização como desordeira e mencionaram apenas os feridos entre os policiais, como se observa na matéria “Um incidente em massa ocorreu na cidade de Huashui, Dongyang”, publicada em 14 de abril pelo Zhèjiāng Rìbào, o jornal oficial da província:

O repórter soube pelo Comitê Municipal do Partido de Dongyang no dia 12 que, em 10 de abril, um incidente em massa ocorreu na cidade de Huashui, cidade de Dongyang, ferindo 33 pessoas, incluindo 30 funcionários do Governo Municipal de Dongyang, 5 das quais ficaram gravemente feridas, mas não correm risco de vida; 3 ficaram levemente feridos. [...] Após o incidente, o Comitê do Partido Municipal de Dongyang e o governo, tanto na cidade quanto na vila, deram grande importância ao incidente e implementaram uma série de medidas eficazes para evitar uma maior escalada e deterioração da situação. O Comitê do Partido Municipal de Dongyang e o Governo Municipal mobilizaram pessoal qualificado para iniciar rapidamente os trabalhos. Anteriormente, a cidade havia emitido as Portarias Dongzhengfa (2005) nºs 26 e 27, ‘Dez Pareceres sobre o Trabalho da Zona Funcional Industrial de Zhuxi’, exigindo que todas as empresas da zona suspendessem a produção e retomassem as operações a partir de 2 de abril. Também propôs dez medidas políticas para abordar as questões ambientais e melhorar a produção e as condições de vida na zona. O ‘Plano de Compensação da Zona Funcional Industrial de Zhuxi’ também foi formulado e publicado. O Comitê do Partido Municipal de Huashui e o Governo da cidade de Dongyang também emitiram inúmeros avisos e cartas abertas, realizando amplas e profundas campanhas de divulgação e fazendo todo o possível para interagir com o público. [...] Atualmente, os comitês e governos de Jinhua e Dongyang continuam

¹⁷⁶⁰ O'Brien; Yanhua, p. 462, 2015.

¹⁷⁶¹ O'Brien; Yanhua, p. 463, 2015.

trabalhando incansavelmente para resolver os conflitos, evacuar e orientar o público, e restaurar a ordem nas escolas.¹⁷⁶²

Sabemos que o número de feridos foi muito maior, principalmente do lado dos manifestantes, que não foram sequer mencionados. Como essa informação foi obtida com o Comitê Municipal do Partido de Dongyang, provavelmente a informação falsa é dele oriunda, embora o viés não o seja. A matéria também enfatiza que as autoridades já haviam tomado medidas, como o fechamento temporário das fábricas – que possivelmente foi feito para proteger funcionários – e a orientação a respeito da poluição. Mas a pauta principal das manifestações era o fechamento completo do parque químico, ao mesmo tempo em que a forte repressão só fez aumentar a insatisfação popular. Depois desse episódio, elas tomaram proporções maiores e mais teatrais: mais pessoas, residentes de perto e de longe, começaram a aparecer para prestar condolências e participar dos rituais de protesto. O acampamento tornou-se paulatinamente um destino turístico, de entretenimento, uma vez que os manifestantes usaram os resíduos do enfrentamento com a polícia para “enfeitar” o local com restos de automóveis, fardas de policiais, etc.¹⁷⁶³ A legitimidade do governo local foi arruinada, o prefeito chegou a se prostrar em frente aos manifestantes pedindo perdão, mas não foi ouvido. A esposa do diretor de uma das fábricas foi capturada e interrogada por cinco horas, durante as quais foi obrigada a realizar autocrítica, rito comum nas décadas anteriores. Os manifestantes saquearam casas dos que consideraram traidores, isto é, funcionários públicos e fabris que haviam tentado dismantelar o movimento¹⁷⁶⁴. Curiosos se aglomeravam no acampamento, vindo de diversos lugares, levando comida e ajuda financeira. Os fatos indicam que, apesar de os veículos oficiais estarem tratando os manifestantes como desordeiros irracionais, as notícias da repressão exacerbada – contra pessoas idosas, diga-se de passagem –, correram de outra forma e resultaram numa imensa mobilização de solidariedade. Dada a inversão hierárquica que se estabeleceu em Dongyang, mais uma vez, com estratégias e com uma semântica bastante tradicionais, o governo precisou ceder e fechou o parque químico. Em 31 de dezembro de 2005, o Zhèjiāng Rìbào publicou uma matéria relatando as punições às lideranças locais e as medidas ambientais conquistadas pelos protestos de abril¹⁷⁶⁵. A matéria nos mostra que a punição exemplar de membros do governo local era uma estratégia possível que angariava legitimidade ao poder central, ao mesmo tempo em que mantinha sob controle as ganâncias locais, por sua vez estimuladas desde o centro.

¹⁷⁶² Edição online do Zhèjiāng Rìbào de 14 de abril de 2005.

¹⁷⁶³ O'Brien; Yanhua, p. 463, 2015.

¹⁷⁶⁴ O'Brien; Yanhua, p. 464, 2015.

¹⁷⁶⁵ Zhèjiāng Rìbào de 31 de dezembro de 2005.

Riscos como este de Dongyang se dão, via de regra, no âmbito local e são normalmente urgentes, de modo que sua denúncia continuou a ser estimulada. Apesar de os jornais oficiais terem publicado informações falsas logo após o incidente de 10 de abril e terem retratado os manifestantes de forma pejorativa, com a resolução pelo fechamento das fábricas, a abordagem tornou-se rapidamente outra: a responsabilidade sobre as causas e os efeitos da poluição, dentre eles as próprias manifestações, recaiu sobre as lideranças locais. A manutenção da ordem e da harmonia social, princípios antigos na China, mostrou-se prioritária e as turbulências provocadas pela poluição demonstraram isso.

No ano seguinte, em 2006, o Décimo Primeiro Plano Quinquenal da China operou o que podemos chamar de “a virada ambiental chinesa” com a proclamação de *“promover a harmonia entre o homem e a natureza”*. Fazendo referência indireta aos princípios confucionistas e taoístas em suas observações sócio-terranas, o plano usa o termo “ambiental” 52 vezes. Na sua 6ª sessão, intitulada “Construir uma sociedade eficiente em termos de recursos e amiga do ambiente”, o plano dispõe sobre: i) o desenvolvimento de uma economia de reciclagem; ii) conservação de recursos energéticos; iii) economia da água; iv) economia do solo; v) utilização abrangente de recursos; vi) promoção da conservação ambiental; vii) tratamento da poluição hídrica, atmosférica e de resíduos sólidos; viii) proteção dos oceanos; e ix) promoção de energia limpa, como a eólica e a solar¹⁷⁶⁶. O plano não teve efeitos imediatos, mas deu projeção política para o que seria feito a partir de então. No fim dos anos 2000, incidentes ambientais em massa continuaram se ampliando, com as insatisfações normalmente sendo projetadas em governos locais. Os riscos da poluição também permaneceram em ascendência, isto é, segundo Klaus Mühlhahn, em 2007 a China estava queimando mais carvão que os Estados Unidos, a Europa e o Japão juntos¹⁷⁶⁷, e a poluição hídrica e do solo também se aprofundava enquanto questão de saúde pública e agrária. Uma transição energética passou a ser observada como um ponto-chave para a concretização das diretrizes anteriormente estabelecidas e metas ousadas foram instituídas para redução da poluição.

Em 2011, de forma súbita, o jornalismo investigativo voltou-se mais uma vez para as consequências perversas da Barragem das Três Gargantas, um tópico altamente sensível, como já salientei. Dessa vez, segundo Jingrong Tong, a imprensa passou a claramente contrapor o superdesenvolvimento econômico aos riscos ambientais e, mais, passou a evidenciar que estes eram um fator relevante para desigualdade econômica e regional, porquanto assolavam as

¹⁷⁶⁶ China, 2006.

¹⁷⁶⁷ Mühlhahn, p. 593, 2019.

regiões e as populações mais pobres em detrimento das mais ricas. Trocando em miúdos, sob esta perspectiva, a causa final era o capitalismo inserido nas reformas econômicas imediatamente anteriores¹⁷⁶⁸. Especificamente sobre as más consequências da Barragem das Três Gargantas, uma matéria do Nánfāng Zhōumò de 3 de junho de 2011 descreve a penúria de pescadores de Hubei por conta da seca a jusante da barragem:

O velho pescador Ding Xing não tomava banho há uma semana. Seu barco estava encalhado na lama, o fundo do lago ao redor exposto ao sol, e o único canal do rio ainda tinha um pouco de água. Este é o Lago Honghu, na província de Hubei, onde um terço de sua superfície desapareceu, deixando seu ponto mais profundo com apenas 40 centímetros. No Lago Poyang, na província de Jiangxi, e no Lago Dongting, na província de Hunan, pescadores abandonaram seus barcos, deixando os leitos dos lagos como vastas pradarias.¹⁷⁶⁹

Dado este contexto inicial, a matéria, assinada pelo repórter Bao Xiaodong e pelo estagiário Shi Qi Juan, passa então a um relato equilibrado sobre a possibilidade de a seca estar relacionada à Barragem das Três Gargantas, assim como as atribuições positivas e negativas da sua construção de modo geral, como se observa no seguinte trecho:

Um detalhe particularmente interessante é que, durante a revisão do Projeto das Três Gargantas, a Academia Chinesa de Ciências e o Departamento de Proteção dos Recursos Hídricos do Rio Yangtzé realizaram estudos detalhados sobre o projeto, mas chegaram a conclusões diferentes. A Academia Chinesa de Ciências acreditava que o Projeto das Três Gargantas teria impactos extensos, complexos, profundos e de longo prazo na ecologia e no meio ambiente e, portanto, ‘a conclusão de que as desvantagens superam as vantagens é clara e inquestionável’. O Departamento de Proteção dos Recursos Hídricos do Rio Yangtzé concluiu que ‘as vantagens superam as desvantagens’. Apesar desses argumentos divergentes, o projeto de lei foi finalmente aprovado pelo Congresso Nacional do Povo.¹⁷⁷⁰

Ao lançar mão de duas fontes legítimas, isto é, a Academia Chinesa de Ciências e o Departamento de Proteção dos Recursos Hídricos do Rio Yangtzé, a matéria fundamenta o debate, ou ainda, a controvérsia, que conduz o restante da matéria, estabelecida sobre as conexões causais entre a seca e a represa. Apesar de ser um tópico sensível, as consequências negativas da Barragem das Três Gargantas são abordadas com uma ancoragem mormente científica na matéria, que nomeia fontes reputadas para tecer seu argumento. O viés é equilibrado, mas tende à crítica, porquanto menciona mais perspectivas negativas do que positivas, embora se encerre de forma conciliadora, ao evidenciar que não há dados suficientes para atribuir causalidade entre a barragem e a seca, ao mesmo tempo que enfatiza os riscos sociais dela oriundos. As imagens que a acompanham também colocam em foco os pescadores

¹⁷⁶⁸ Jingrong, p. 102, 2015.

¹⁷⁶⁹ Nánfāng Zhōumò de 3 de junho de 2011.

¹⁷⁷⁰ Nánfāng Zhōumò de 3 de junho de 2011.

empobrecidos e reféns do colapso ambiental. Relevante também é a atribuição da causa da seca, por parte da Administração Meteorológica da China, ao aquecimento global, um argumento que desresponsabiliza as decisões políticas pelas intempéries do Céu. Como evidencia Jingrong Tong, muitas matérias a respeito das consequências ambientais da Barragem das Três Gargantas foram publicadas neste momento, como “Fenômeno ambiental anormal na região das Três Gargantas”, publicada pelo *Dìyī Cáijīng Ribào* em 31 de maio de 2011, “Três Gargantas sob calor extremo”, publicada pelo *Nánfāng Zhōumò* em 2 de junho de 2011, “Os botos-sem-barbatana do Yangtzé inevitavelmente repetirão a tragédia do baiji?”, publicada pelo *Nánfāng Dūshìbào* em 26 de janeiro de 2011, “Deslizamento em Linxiang: desastre natural ou desastre humano?”, publicada pelo *Nánfāng Zhōumò* em 20 de junho de 2010 e “Minqin, em Gansu: oásis morre em meio a tempestades de areia”, publicada pelo *Nánfāng Dūshìbào* em 27 de julho de 2009¹⁷⁷¹. Isto indica que, apesar de ser um tópico politicamente sensível, muitas descrições críticas foram produzidas pela imprensa sem que fossem censuradas, tornando os riscos produzidos pela Barragem das Três Gargantas um tópico relevante na opinião pública, inclusive com considerações e abordagens díspares sobre o assunto.

As descrições que observamos até agora nos indicam ambiguidades interessantes no que concerne às comunicações políticas a respeito dos riscos ambientais. Se, por um lado, as denúncias de civis e da imprensa foram incentivadas, por outro, imensas ondas de protestos – muitas das quais foram severamente reprimidas – indicam que a manutenção da ordem permaneceu sendo feita violentamente enquanto os riscos, por sua vez, continuaram aumentando e incomodando fortemente a população. Nesse entremeio, governos provinciais e municipais eram estimulados a ceder recursos e amenizar a proteção ambiental em prol da entrada de capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que se tornaram os principais alvos dos protestos e, portanto, protagonistas centrais da aplicação das leis ambientais, promulgadas desde o centro, que se tornavam cada vez mais rigorosas. Uma expectativa que atravessou todo o século XX, no entanto, condensava todas essas e outras ambiguidades, qual seja, aquela que prospectava – e ainda prospecta – a superação da humilhação vivida entre as Guerras do Ópio e a Segunda Guerra Mundial. Em outras palavras, a reputação da China, enquanto nação dentro do contexto mundial, é de extrema relevância em todos os níveis da sociedade chinesa. Uma mistura de ressentimento, orgulho ferido e altivez atravessou todo esse percurso histórico e tornou-se cada

¹⁷⁷¹ Jingrong, p. 99-102, 2015.

vez mais proeminente¹⁷⁷². A eles provavelmente se devem em muito as disparatadas políticas de Mao e as reformas econômicas subsequentes que, finalmente, lançaram a China como uma potência política e econômica e, muito provavelmente, se devem também às empreitadas de obras grandiosas assim como à retomada das tradições ancestrais. As demonstrações de interesse da China de integração ao cenário internacional foram tornando-se cada vez mais recorrentes ao fim do século XX e início do XXI e não apenas enquanto mais um país dentre outros, mas enquanto o Reino do Meio em nova ascensão. Os saltos econômicos deste período são incontestavelmente assombrosos¹⁷⁷³. Conforme os riscos ambientais foram tornando-se proeminentes no cenário mundial, eles tornaram-se também relevantes na China, na qual, tanto a imprensa quanto o sistema político teciam não apenas auto-observações a este respeito, mas sobretudo, hétero-observações, ou seja, a opinião pública internacional tornou-se cada vez mais relevante para a condução dos problemas internos, fossem eles da ordem da desigualdade social ou da ordem dos riscos ambientais. Em 2008, quando a China sediou as Olimpíadas, isso ficou bastante evidente. Paulatinamente, Pequim e outras cidades altamente industrializadas, principalmente ao Norte, haviam se tornado sujeitas a *smogs* recorrentes em consequência da poluição atmosférica. Preocupado com sua reputação, o governo chinês fechou e transferiu fábricas antes do início dos jogos, reduziu a circulação de carros e plantou nuvens para induzir chuvas de modo a limpar a atmosfera. Qual não foi o desapontamento quando muitos atletas, que escolheram se hospedar no Japão até o último minuto, desembarcaram na China usando máscaras de proteção¹⁷⁷⁴. Embora a China já fosse conhecida por sua pirotecnia, a cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de 2008 foi, de fato, um espetáculo impressionante, para além dos fogos de artifício. Para um olhar sociológico atento, ela revela aspectos interessantes da

¹⁷⁷² Nas palavras de Shapiro: “Essa dinâmica pode ser entendida, talvez de forma um tanto grosseira, como um ‘complexo de superioridade-inferioridade’. Do lado da ‘superioridade’, há uma convicção orgulhosa de que, em milênios anteriores, a China foi uma grande civilização Han unificada. A China era o centro da civilização, mais avançada do que outras terras, um ‘Reino do Meio’ (o significado literal dos caracteres chineses para China)” (Shapiro, p. 69, 2016). E, mais adiante: “Os eventos dos ‘séculos de humilhação’ são às vezes tratados como se tivessem ocorrido ontem. [...] Desde aqueles anos de humilhação, a China tem lutado para recuperar o que considera ser seu lugar legítimo no centro do mundo. Há, portanto, grande sensibilidade a indicações de respeito e posição social. A preocupação com ‘reputação’ e status está no cerne da tensão entre superioridade e inferioridade na identidade nacional chinesa; a posição do país aos olhos do mundo é uma preocupação primordial para a China e seus cidadãos. Essa sensibilidade a questões de ‘reputação’ pode, sem dúvida, reger pelo menos parte do comportamento internacional do país” (Shapiro, p. 70, 2016).

¹⁷⁷³ Segundo Mühlhahn: “O crescimento da China desde o início das reformas econômicas foi sem precedentes na história econômica global. Nenhum outro país havia crescido tão rapidamente e por tanto tempo. Em 2013, a economia da China era 25 vezes maior em termos reais do que em 1978. Como resultado, a participação da China no PIB global mais que quadruplicou, saltando de menos de 3% para 12% e depois para 14,8% em 2015. Seu PIB nominal aumentou 75 vezes. Ao longo do caminho, ultrapassou meia dúzia de países industriais avançados para se tornar a segunda maior economia do mundo” (Mühlhahn, p. 607, 2019).

¹⁷⁷⁴ Shapiro, p. 50, 2016.

autodescrição construída nas apresentações, duas das quais gostaria de salientar: a cerimônia de abertura celebrou a diversidade étnica chinesa e suas tradições, expostas através de uma estética impecável e ainda, a sincronicidade de movimentos simétricos executados por bailarinos e músicos não deixou quase nenhuma margem para a individualidade, isto é, o resultado estético coreográfico foi fruto de uma harmonia coletiva bastante precisa. Enquanto símbolo de confraternização mundial, as Olimpíadas são, via de regra, vitrines para os países sede. Neste sentido, a China não perdeu a oportunidade de enviar mensagens contundentes em sua apresentação, quais sejam, a de que havia se modernizado, haja vista a arquitetura grandiosa erigida para os jogos e os efeitos produzidos tecnologicamente durante os espetáculos e, principalmente, a de que é uma nação cuja identidade milenar não havia sucumbido à ocidentalização e mantinha-se sustentada na harmonia coletiva de seus 1,325 bilhão de habitantes na época. Quanto aos riscos da poluição atmosférica, eles foram de fato diminuídos durante os jogos em Pequim¹⁷⁷⁵; do contrário, não seriam um problema apenas para o desempenho dos atletas, mas poderiam ter um efeito visual vergonhoso, o que não aconteceu. A imprensa chinesa elogiou as medidas de prevenção¹⁷⁷⁶, por outro lado, a imprensa internacional dividiu-se a respeito do tema: enquanto o The Guardian, por exemplo, divulgou os elogios do chefe do Comitê Olímpico Internacional de que a China “*fez ‘tudo o que era humanamente possível’ para limpar o ar a tempo para os Jogos de Pequim*”¹⁷⁷⁷, os veículos de notícia estadunidenses mostraram-se mais céticos quanto à qualidade do ar, embora tenham dito que a situação estava melhor do que a esperada e tenham elogiado a cerimônia de abertura¹⁷⁷⁸.

Foi nesta época que a embaixada americana começou a publicizar os níveis de material particulado fino (PM2.5) no ar chinês¹⁷⁷⁹, constrangendo o governo chinês a divulgar seus próprios dados a respeito. A deterioração da qualidade do ar mostrar-se-ia ainda como um problema contundente na década de 2010. Neste período, os dias com alta densidade de PM2.5 aumentaram substancialmente e tornaram-se um tópico relevante na opinião pública, uma vez que são causa de doenças cardíacas e respiratórias graves. A poluição atmosférica começou a causar também prejuízos sociais, uma vez que, devido à invisibilidade produzida pela densidade

¹⁷⁷⁵ Para saber mais, recomendo o estudo de Wang T. et al., 2010.

¹⁷⁷⁶ Como, por exemplo, nas matérias “A qualidade do ar de Pequim atingiu o seu nível mais alto desde o início das Olimpíadas” da Zhōngguó Xīnwén Shè de 23 de agosto de 2008 e “Vice-diretor da Administração Estatal de Proteção Ambiental: a qualidade do ar de Pequim está garantida durante as Olimpíadas” do Zhōngguó Qīngnián Bào de 12 de março de 2008.

¹⁷⁷⁷ The Guardian de 7 de agosto de 2008.

¹⁷⁷⁸ Por exemplo: Washington Post de 7 de agosto de 2008.

¹⁷⁷⁹ Yuan, p. 21, 2021.

dos *smogs*, aeroportos, estradas, fábricas e escolas precisavam ser fechados com recorrência. A experiência cotidiana com *smogs* impulsionou o debate sobre seus riscos nas redes sociais e na imprensa. Diferente do Reino Unido, no auge da sua revolução industrial no século XIX, não havia qualquer possibilidade de romantização do fenômeno por parte dos chineses em sua própria expansão produtiva. Dois séculos de produção de conhecimento a respeito dos riscos ambientais tornavam os *smogs* chineses um relevante problema interno e uma vergonha internacional. Haoyue Cecilia Li acompanhou as descrições do Nánfāng Zhōumò a respeito: segundo a autora, o jornalismo ambiental na China tornou-se uma ferramenta para crítica ao sistema político, uma vez que, ao mesmo tempo que é por ele impulsionada, de modo a propagar as metas de proteção estatais, pode trazer para o debate outros aspectos sociopolíticos como a desigualdade social e a (não) transparência de divulgação de dados oficiais, por exemplo. Embora o foco das críticas mantenha-se nos governos locais e grandes corporações, o jornalismo ambiental tem tido ressonância no governo central que precisa corresponder ao que ele mesmo se propõe, por exemplo, nos planos quinquenais, na legislação e nos acordos internacionais sancionados. O período de análise de Haoyue é de outubro de 2011 até o final de 2014¹⁷⁸⁰. Em 2011, a alta densidade de PM2.5 tomou a esfera pública devido a uma piada de mau gosto feita por um estrangeiro que se referiu à péssima qualidade do ar em Pequim como "Beijing-ke" (Tosse de Pequim). Ora, há pouco salientei que a reputação é deveras relevante para o povo chinês e uma ofensa aparentemente inofensiva como essa foi observada como uma mácula, provavelmente porque era sincera. Segundo Haoyue, neste primeiro momento, o jornalismo ambiental publicou uma série de reportagens relacionando os riscos do PM2.5 com a saúde pública, além disso, através de investigações aprofundadas com o Instituto de Pesquisa em Ciências Ambientais da China, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Organização Mundial da Saúde, a Sociedade Americana do Câncer e a Harvard Six Cities Study, revelou-se que as autoridades pouco consideravam os dados científicos acerca dos riscos da poluição atmosférica, ao mesmo tempo em que recusavam-se a divulgar devidamente os dados obtidos oficialmente e a apoiar financeiramente as instituições nacionais de pesquisa que poderiam oferecer soluções aos riscos. Essas reportagens tiveram ressonância política. A partir de 2012, deu-se início à divulgação ampla dos dados sobre PM2.5, a começar com 23 províncias que se comprometeram a reformular o monitoramento e a divulgação dos dados¹⁷⁸¹. O jornalismo ambiental também revelou que o crescimento econômico se sobrepunha à contenção

¹⁷⁸⁰ Haoyue, p. 513, 2022.

¹⁷⁸¹ Haoyue, p. 514, 2022.

dos riscos: através de investigações dentro da grande indústria, chegou-se à conclusão de que, apesar de pagar altas multas pela poluição, a lucratividade compensava o ônus da punição. As metas de crescimento econômico provinciais permaneceram altas, de modo que muitos artigos críticos foram publicados sobre governos locais que o priorizavam em detrimento da governança ambiental¹⁷⁸². A mobilização civil foi estimulada, com campanhas como “Eu monitoro a qualidade do ar da minha pátria”, pela qual as pessoas foram incentivadas a monitorar os níveis de PM2.5 enquanto dados oficiais confiáveis não estivessem disponíveis. Ainda segundo Haoyue, as matérias do Nánfāng Zhōumò passaram também a publicar sobre os prejuízos econômicos produzidos pelos riscos ambientais, como o fechamento do comércio, estradas e aeroportos em dias de *smog*, a retirada de capital estrangeiro relacionada às expectativas ruins sobre o meio ambiente na China por parte de acionistas e, ainda mais importante, sobre o aumento dos gastos com saúde pública decorrente da poluição¹⁷⁸³. Os artigos passaram também a evidenciar a distribuição dos riscos entre diferentes classes sociais, isto é, salientando que as populações mais pobres são mais vulneráveis a eles do que a classe média chinesa, que começava a acessar, a este tempo, altos níveis de consumo que só poderiam ser mantidos com maior preocupação ecológica. Finalmente, a contraposição entre crescimento econômico desenfreado e proteção ambiental tornou-se notável através destas narrativas e a questão, do ponto de vista do jornalismo ambiental, era a de “*como o Estado Partido vai reduzir a poluição e melhorar o meio ambiente, garantindo a estabilidade e o crescimento da economia nacional?*”¹⁷⁸⁴. Embora, como já salientei, o Estado ficasse de fora das atribuições de responsabilidade feitas pela imprensa, ao fim e ao cabo, as descrições dos *media* formaram um ambiente relevante para tomadas de decisão, tanto no centro quanto nos governos locais. Assim, uma solução para a questão da poluição atmosférica tornou-se cada vez mais urgente durante a década de 2010.

Em 28 de fevereiro de 2015, a jornalista investigativa Chai Jing, que havia sido âncora na Televisão Central da China, financiou e publicou online, através do Youku e do Rénmín Wǎng (versão digital do Rénmín Rìbào), o documentário *Sob a Redoma* (穹顶之下) – cujo título é uma referência à ficção de Stephen King. Fartamente compartilhado pelo Weixin e pelo

¹⁷⁸² Haoyue, p. 513, 2022.

¹⁷⁸³ Segundo Haoyue: “Especificamente, os jornalistas examinaram os custos econômicos causados pelas crises de poluição e explicaram os desafios econômicos decorrentes da poluição e sua governança. Eles chamaram a atenção para o fato de que, ao detalhar dados estatísticos relevantes, as crises de poluição da China causaram enormes custos econômicos. Por exemplo, a crise da poluição atmosférica em janeiro de 2013 produziu perdas econômicas estimadas em 23 bilhões de RMB, incluindo atrasos em voos, fechamento de estradas de alta velocidade e doenças relacionadas à poluição. Além disso, apenas devido ao fechamento de empresas, minas subterrâneas e pedreiras, o custo direto da crise de poluição em fevereiro de 2014 atingiu 6,03 bilhões de RMB” (Haoyue, p. 515, 2022).

¹⁷⁸⁴ Haoyue, p. 516, 2022.

WeChat, o vídeo viralizou¹⁷⁸⁵. A divulgação, feita em um fim de semana concomitante ao Ano Novo chinês, certamente impulsionou as visualizações, já que as pessoas estavam mais disponíveis para observação das redes sociais¹⁷⁸⁶. Produzido em formato *TED Talks* no Xingguang Media Park, o maior centro de produção televisiva da China, o documentário de Chai Jing tem muitas similaridades com *Uma Verdade Inconveniente* de Al Gore, embora Chai tenha lançado mão de informações biográficas para comover o público sobre um tema concernente à própria China, enquanto Al Gore as usou para legitimar seu discurso ambientalista global. O filme de Chai é um tanto mais intimista do que o de Al Gore. Conforme as informações vão sendo disponibilizadas, a reação do público é evidenciada, ressaltando momentos de medo, de indignação e mesmo de descontração. De cima do palco e falando para um auditório repleto de jovens profissionais, Chai usa um telão no qual dá acesso a fotos, vídeos e gráficos nos quais baseia sua narrativa. Ela começa sensibilizando o público com suas preocupações emergentes com o nascimento de sua filha, relatando, dentre outras coisas, que no caminho para casa tapou seu rosto com um lenço para que ela não respirasse o ar poluído de Pequim. Em seguida, ela mostra fotos tiradas todos os dias de diversos lugares da China e aponta que os dias limpos são raros. Nestes dias, segundo Chai, ela se sentia confortável para sair com a filha pequena. Em continuidade, ela apresenta as três questões que norteiam sua narrativa, quais sejam: i) O que é um *smog*? ii) De onde ele vem? iii) E o que devemos fazer a respeito? Em seguida, ela apresenta o que são as partículas PM2.5, comparando sua densidade na China com outros países e com os padrões definidos institucionalmente: na China, esse padrão é de 75µg/m³, mas um teste feito por ela mesma durante 24hs mostrou uma densidade de 305.91µg/m³. Ela levou sua amostra ao professor Qiu Xinhua da Universidade de Pequim e os testes, duplamente verificados, revelaram que a amostra continha 15 agentes cancerígenos, dentre eles benzopireno, um composto altamente cancerígeno. Os riscos dos PM2.5 são então evidenciados através de uma animação na qual os agentes de partículas letais lutam contra o corpo humano, seguida de informações impactantes como a de que 500.000 bebês prematuros morrem na China em decorrência da poluição atmosférica, fato revelado em entrevista com o ex-ministro da Saúde, Chen Zu. Vemos também uma cirurgia em andamento de uma paciente não-fumante com câncer de pulmão, os

¹⁷⁸⁵ Segundo Fan Yang: “Em 12 horas, o vídeo já havia acumulado seis milhões de acessos e mais de 12.000 comentários online em diversas plataformas de mídia social, com mais 500.000 visualizações acumuladas a cada hora” (Fan, p. 1, 2016). E, segundo Shapiro: “[...] o filme [...] gerou 280 milhões de postagens no Sina Weibo, tornando-se o que muitos esperavam ser um ponto de virada na conscientização ambiental. Alguns estimam que quase metade da população da China foi direta ou indiretamente afetada pelo filme, considerando a visualização em grupo” (Shapiro, p. 94, 2016).

¹⁷⁸⁶ Fan, p. 3, 2016.

médicos retiram dela cristais escuros atribuídos por eles próprios à alta poluição da região onde vive a paciente. As imagens da cirurgia crescem a narrativa em termos de apreensão para, logo, Chai mostrar que havia já um estudo, que cobriu o período entre 1976 e 1981, revelando a causalidade entre a poluição atmosférica e o câncer pulmonar. Mas por que não se falava sobre isso no passado recente? Segundo a jornalista, este estudo era considerado como “informação interna” do Estado Partido, portanto não foi divulgado. Isto é, indiretamente, Chai acusa o governo de ter conhecimento sobre os riscos e não ter feito nada para enfrentá-los, em outras palavras, atribui a responsabilidade pelos danos físicos e pelo sofrimento decorrente destes riscos ao Estado, enfatizando também que a mortalidade por câncer de pulmão aumentou 465% desde então. Assim, o documentário caminha para o cerne das questões: o que causa a poluição atmosférica? Principalmente a combustão de carvão, pois, segundo Chai, em 2013, a China queimou mais carvão que todos os outros países juntos. As causas secundárias são atribuídas à falta de autoridade da Agência Nacional de Proteção Ambiental para realizar punições, enquanto os que tinham essa atribuição, ou seja, os governos locais, não o faziam. Uma fala de Xi Jinping aparece nos comentários de um entrevistado: *“O presidente Xi disse: o status de uma lei depende de sua aplicação”*. Chai salienta que a lei de proteção ambiental não especificava sua aplicação regulatória, de modo que sua interpretação ficava disponível para as autoridades locais e atava as mãos dos agentes competentes. Outra causa para a poluição atmosférica seria, como descrito pelo documentário, a estrutura da indústria energética na China que, enquanto totalmente estatizada, mantinha não só o monopólio sobre os lucros, como mantinha os padrões da qualidade de combustíveis baixos para melhorar sua própria receita. Escândalos de corrupção na alta cúpula da Corporação Chinesa de Petróleo e Química são evidenciados, assim como o fato de 67% do Comitê de Normas para emissão de poluentes ser oriundo dessa indústria. Chai sugere que a abertura para o mercado da indústria de energia na China poderia melhorar os problemas ambientais, uma vez que, da sua perspectiva, isso impulsionaria inovação e investimentos em tecnologias para reduzir a poluição. O filme termina com outra animação sobre como pessoas comuns poderiam ajudar na redução dos riscos com ações como monitoramento em tempo real da qualidade do ar e fiscalização dos empreendimentos em suas localidades para, por fim, lançar mão de uma imagem do planeta Terra – único momento do filme no qual o discurso é globalizado – acompanhada da instrução de que devemos cuidar do planeta como cuidamos dos nossos filhos, retomando mais uma vez sua perspectiva maternal que, com base em tudo que observamos até aqui, pode ser conectada ao princípio confucionista de piedade filial.

Em 2 de março, dois dias depois do lançamento, o documentário foi censurado pelo Departamento Central de Publicidade e banido de toda a China continental, mas, até então, havia sido visto pelo menos 200 milhões de vezes¹⁷⁸⁷. Fan Yang faz uma análise bastante interessante da temporalidade do filme, mas, para nossos propósitos aqui, outros pontos levantados por Fan são ainda mais contundentes: segundo a autora, Chai simplificou informações altamente relevantes para um público amplo, cuja experiência cotidiana com *smogs* foi visualmente descrita, criando um sentimento de identificação forte, assim como o fato de ter transformado a poluição atmosférica em um drama pessoal, isto é, num algar para o corpo de sua própria filha¹⁷⁸⁸; Fan salienta também que o documentário fala para a classe média urbana, apesar de referir-se às pessoas comuns, uma vez que requer a agência de pessoas intelectual e tecnologicamente capacitadas para agir; segundo Fan, essa perspectiva oculta o fato de que é o crescimento do consumo dessa mesma classe média que requer maiores explorações de recursos materiais e energéticos¹⁷⁸⁹; e, por fim, a solução privatista e tecnológica para os riscos produzidos na indústria de energia oculta, paradoxalmente, o fato da poluição na China ter aumentado acentuadamente após a abertura comercial para o mercado capitalista externo e interno¹⁷⁹⁰. Por outro lado, a sensibilização da opinião pública pelo documentário de Chai foi contundente, assim como sua subsequente proibição. Apesar de repetir mais ou menos tudo aquilo que a imprensa vinha falando nos últimos anos, *Sob a Redoma* foi potente em fazer conexões entre informações científicas e a experiência cotidiana da população, promovendo afetos poderosos. Há de se recordar que Chai era uma figura pública já conhecida através da televisão chinesa e contava com o apoio do Ministério do Meio Ambiente e da Agência Nacional de Proteção Ambiental, cujos funcionários ela acompanhou em diversas etapas de investigação exibidas no filme que, lembre-se, foi veiculado primeiramente pelo Rénmín Wǎng, jornal online subordinado ao Partido. A imediata censura é explicada, tanto por Judith Shapiro¹⁷⁹¹ quanto por Fan Yang¹⁷⁹², pela tese de que o Estado considerou que o tema poderia desviar a atenção das reuniões anuais do Congresso Nacional do Povo e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês que aconteceriam dois dias depois. É difícil saber as razões reais do sistema político em sua decisão de banir o filme de uma vez por todas, quer dizer, se o caso fosse simplesmente o

¹⁷⁸⁷ Mühlhahn, p. 600, 2019.

¹⁷⁸⁸ Fan, p. 6, 2016.

¹⁷⁸⁹ Fan, p. 7, 2016.

¹⁷⁹⁰ Fan, p. 9, 2016.

¹⁷⁹¹ Shapiro, p. 95, 2016.

¹⁷⁹² Fan, p. 7, 2016.

de atrapalhar os debates do Congresso, ele poderia ter sido apenas suspenso e não proibido *ad aeternum*. De todo modo, foi essa justificativa oficialmente dada. Como observamos, Chai tocou em pontos sensíveis da estrutura política e econômica, particularmente ao sugerir a privatização das indústrias de energia e aço como solução, além de recordar os fatos publicamente já conhecidos dos escândalos de corrupção e a impunidade de infratores ambientais.

Com efeito, a indústria promovida pela abertura ao investimento estrangeiro apresentava, por sua vez, seus próprios riscos, tanto para o meio ambiente quanto para os trabalhadores. A China havia atraído investimentos massivos ao oferecer infraestrutura e mão de obra barata, mas, a partir de 2010, uma onda de greves e protestos mais radicais – como descreve Andreas Malm, quando trabalhadores começaram a “*pular dos telhados dos dormitórios e cortar os pulsos*”¹⁷⁹³ –, forçou o aumento salarial em quase todas as regiões. Nesse sentido, o descontentamento popular, manifestado em protestos massivos, não se restringia à questão ambiental, mas estava relacionado com expectativas de melhores condições de vida como um todo. Tanto o aumento da poluição quanto da desigualdade social foi produzido pela abertura e pelo crescimento econômico, ao mesmo tempo em que trabalhadores ordinários não acessavam os frutos desse crescimento, pelo contrário, pagavam os custos da ascensão econômica com sua saúde e péssimas condições de subsistência. Nossa observação, tecida até aqui, demonstra que, apesar de a população chinesa sentir-se relativamente confortável sob uma liderança forte, deixa rapidamente sua obediência de lado quando o poder descumpre acordos tácitos quanto aos seus deveres paternais, embora demonstre sua insatisfação com táticas incomuns para o olhar ocidental, bastante conectadas com tradições populares e religiosas, sobretudo com rituais fúnebres que passam a mensagem de que são capazes de morrer e matar pela sua causa, sendo o suicídio a medida mais radical neste sentido. Inúmeros eventos ambientalmente arriscados colaboraram com a crescente insatisfação popular e com a emergência de protestos, como, por exemplo, a explosão de uma planta petroquímica em Jilin que contaminou com produtos cancerígenos o rio Songhua em 2005; a inflação do valor de água potável em Wuxi devido à poluição do Lago Tai em 2007¹⁷⁹⁴; o despejo de 5.000 toneladas de produtos cancerígenos nos arredores do reservatório de Chachong em 2011; os despejos de cádmio nos rios de Guangxi que prejudicaram 3,7 milhões de pessoas em 2012; a explosão de uma oleoduto em Qingdao que deixou 62 mortos em 2013; as explosões em Tianjin, em 2015, em um centro de indústrias

¹⁷⁹³ Malm, p. 372, 2016.

¹⁷⁹⁴ Shapiro, p. 50, 2016.

químicas que matou 100 pessoas¹⁷⁹⁵; fora os recorrentes *smogs* que forçavam o fechamento da indústria e do comércio e obrigavam as pessoas a ficarem em casa para se protegerem da poluição atmosférica. Neste sentido, não é exagero dizer que a situação ambiental chinesa no início do século XXI beirava o insuportável.

9.9 A retomada do Tao na prospecção de uma (nova) civilização ecológica

Oportunamente, Xi Jinping substituiu Hu Jintao como Secretário-Geral do PCC em 2012 e tornou-se Presidente da RPC em 2013. Li Keqiang tornou-se Primeiro-Ministro, cuja função, na China, é a de conduzir a agenda de prioridades e presidir o Conselho de Estado que, por sua vez, é a principal autoridade administrativa do país, pois elabora os planos quinquenais, supervisiona ministérios e administra o orçamento, dentre outras coisas, reportando-se ao Congresso e ao Presidente¹⁷⁹⁶. Primeiramente, Xi reconheceu o desequilíbrio entre o crescimento econômico e a distribuição de riqueza. Em seguida, fez uma limpeza institucional numa campanha contra a corrupção a que chamou de repressão “*aos tigres e às moscas*”, na qual derrubou figuras poderosas que protagonizavam atos ilícitos em agências e empresas estatais, demitiu mais de cem mil funcionários do escalão inferior que teriam participação nesses atos e puniu severamente membros da elite do PCC e das forças armadas, alegando as mesmas razões¹⁷⁹⁷. A retomada da legitimidade do Partido como núcleo do poder foi seu objetivo principal nessa campanha. Xi aproximou-se, mais que os líderes anteriores desde Mao, do Exército Popular da Libertação e fez investimentos massivos no setor militar¹⁷⁹⁸. Também se preocupou com sua autopublicidade e com a manutenção de uma narrativa oficial pelo partido, acirrando a censura, como observamos no caso do filme de Chai Jing há pouco. Retomou uma agenda nacionalista forte, através do slogan que passou a promover “O Sonho Chinês”. Se até então, na economia, a China havia recebido investimentos massivos em sua abertura para o mundo, a partir do governo de Xi ela voltou-se para fora e começou a investir em infraestruturas

¹⁷⁹⁵ Shapiro, p. 51, 2016.

¹⁷⁹⁶ Shapiro, p. 56, 2016.

¹⁷⁹⁷ Mühlhahn, p. 562, 2019.

¹⁷⁹⁸ Segundo Mühlhahn: “Os gastos oficiais de defesa da China quase quintuplicaram em renminbi nominal desde 2002. Os gastos de defesa da China representaram aproximadamente 1,3% do seu PIB (em rápido crescimento) em 2017. Permaneceram praticamente constantes. O orçamento militar de 2017 foi provavelmente de cerca de US\$ 150 bilhões, tornando a China o segundo maior gastador militar do mundo, depois dos Estados Unidos, que pagaram mais por suas forças armadas do que os oito países seguintes que mais gastaram juntos” (Mühlhahn, p. 562, 2019). Segundo o Conselho de Estado da China, em 2025 os gastos militares neste ano devem ser de 1,784665 trilhão de yuans (cerca de 249 bilhões de dólares americanos), mantendo-se abaixo de 1,5% do PIB.

de comércio por todo o mundo, principalmente no chamado Sul Global, especialmente na África e na América Latina, d’onde passou a importar *commodities* relevantes destas regiões, como petróleo, grãos e outros insumos primários. Uma nova e expansiva Rota da Seda começou a se formar, então, na década de 2010 e assim permanece até hoje. No que diz respeito à educação e à formação de profissionais e burocratas, Xi deu atenção razoável à continuidade da expansão e também ao condão ideológico, isto é, ao mesmo tempo em que ampliou o acesso, particularmente à educação superior, restringiu certos tópicos do debate acadêmico, conhecidos como os “Sete Nãos”, que, segundo Mühlhahn, “*significava que os professores não deveriam falar sobre quaisquer falhas passadas do Partido Comunista. Outros tópicos proibidos eram a separação entre os poderes judiciário e executivo do governo, direitos humanos, liberdade de imprensa e liberdade da sociedade civil*”¹⁷⁹⁹. Essa retomada autocrática foi feita também nas políticas ambientais, logo em 2013 Li Keqiang fez saber, em sua primeira coletiva de imprensa, reproduzida em partes pelo Zhōngguó Rìbào em 18 de março de 2013, que:

Atualizaremos o modelo de desenvolvimento econômico do país para permitir que as pessoas desfrutem de ar limpo, água potável e alimentos seguros. [...] Este governo demonstrará uma determinação ainda maior e fará esforços mais vigorosos para limpar essa poluição. [...] Precisamos enfrentar a situação e punir os infratores sem piedade e aplicar a lei com mão de ferro. [...] Não devemos buscar o crescimento econômico às custas do meio ambiente. Esse crescimento não satisfará as pessoas. [...] Problemas semelhantes de poluição também aconteceram durante o processo de desenvolvimento em outros países, como nos EUA e em países europeus. [...] A China deve reforçar a aplicação da lei ambiental, especialmente visando operações poluentes de grandes empresas. [...] O governo fará grandes esforços para punir os produtores cruéis de alimentos de baixa qualidade e falsificados, e eles pagarão um preço alto.¹⁸⁰⁰

Como se observa, o descontentamento popular estava tendo certa ressonância na nova condução política. Neste sentido, duas tarefas governamentais tornaram-se prementes: i) diminuir a desigualdade social, ou ainda, ampliar o acesso aos bens de consumo, criando um mercado interno mais relevante e garantir mais seguridade social, além de ii) lidar a sério com os riscos ambientais, algo que implicaria em novas soluções energéticas e na desaceleração econômica¹⁸⁰¹. Em 12 de setembro de 2013, o Conselho de Estado tornou público o Plano de Ação para a Prevenção e Controle da Poluição Atmosférica, que começa assim:

A proteção ambiental atmosférica é crucial para os interesses fundamentais da população, o desenvolvimento sustentável e saudável da economia, a construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos e a realização do Sonho Chinês de grande revitalização da nação chinesa. Atualmente, a China enfrenta uma grave situação de poluição atmosférica. Os problemas ambientais atmosféricos regionais, caracterizados por partículas inaláveis (PM10) e partículas finas (PM2,5),

¹⁷⁹⁹ Mühlhahn, p. 565, 2019.

¹⁸⁰⁰ Zhōngguó Rìbào de 18 de março de 2013.

¹⁸⁰¹ Mühlhahn, p. 562, 2019.

estão se tornando cada vez mais proeminentes, prejudicando a saúde da população e minando a harmonia e a estabilidade social. Com o aprofundamento da industrialização e da urbanização na China, o consumo de energia e recursos continua a aumentar, aumentando a pressão para prevenir e controlar a poluição do ar. Este plano de ação foi formulado para melhorar efetivamente a qualidade do ar.¹⁸⁰²

Recorde-se de que o Plano foi elaborado e publicizado em meio à avalanche comunicativa na imprensa e nas redes sociais acerca dos riscos da poluição atmosférica, principalmente dos efeitos das partículas PM_{2,5}. Neste sentido, pode ser considerado como uma resposta direta ao tema debatido na opinião pública neste momento. O Plano tem 10 objetivos, quais sejam: i) fortalecer os esforços abrangentes de controle da poluição do ar para reduzir múltiplas emissões de poluentes, no qual se incluem o controle abrangente da poluição do ar em empresas industriais, o controle da poluição de fontes difusas e a prevenção e o controle da poluição por fontes móveis; ii) ajustar e otimizar a estrutura industrial e promover a transformação e modernização industrial; iii) acelerar a transformação tecnológica empresarial e aprimorar as capacidades de inovação científica e tecnológica na qual se incluem, dentre outros, a promoção de forma abrangente da produção limpa e o desenvolvimento vigoroso de uma economia circular; iv) acelerar o ajustamento da estrutura energética e aumentar a oferta de energia limpa; v) regular rigorosamente o acesso à conservação de energia e à proteção ambiental e otimizar o *layout* espacial industrial, no qual se inclui o reforço às restrições dos indicadores de conservação de energia e proteção ambiental; vi) alavancar o papel dos mecanismos de mercado e aprimorar as políticas econômicas ambientais; vii) melhorar o sistema legal e regulatório e supervisionar e gerir rigorosamente o uso de recursos, o que inclui fortalecer a aplicação da legislação ambiental¹⁸⁰³; viii) estabelecer um mecanismo de coordenação regional para coordenar a governança ambiental regional; ix) estabelecer um sistema de monitoramento, alerta precoce e resposta a emergências para responder adequadamente às condições meteorológicas de poluição pesada; e x) esclarecer as responsabilidades do governo, das empresas e da sociedade e mobilizar a participação pública na proteção ambiental¹⁸⁰⁴. O Rénmín

¹⁸⁰² China, 2013.

¹⁸⁰³ Segundo o plano, o item “fortalecer a aplicação da legislação ambiental” refere-se a: “Promover a inovação nos mecanismos de aplicação da lei, incluindo a aplicação conjunta da lei, a aplicação regional da lei e a aplicação transfronteiriça da lei. Esclarecer prioridades, intensificar esforços e reprimir severamente as violações ambientais. Empresas ilegais que despejam poluentes ilegalmente ou violam repetidamente a lei devem ser fechadas de acordo com a lei. Os suspeitos de crimes ambientais devem ser responsabilizados criminalmente de acordo com a lei. Aplicar as responsabilidades da aplicação da lei. As agências de supervisão devem responsabilizar os departamentos e funcionários relevantes por falha na supervisão, aplicação ineficaz da lei e abuso de poder para ganho pessoal” (China, 2013).

¹⁸⁰⁴ China, 2013.

Ribào praticamente repercutiu o Plano no seu estado puro¹⁸⁰⁵, por assim dizer, mas o Zhōngguó Qīngnián Bào, o jornal oficial da juventude comunista, fez uma descrição mais repleta de expectativas, na qual enquadrou o Plano enquanto uma resposta à grave situação de poluição atmosférica, particularmente na região de Pequim-Tianjin-Hebei, sem mencionar, no entanto, a insatisfação popular¹⁸⁰⁶. Enfatizou também que a tomada das rédeas da situação, por assim dizer, pelo governo central implicaria em soluções locais mais efetivas. É interessante notar que a forte responsabilização dos governos locais é uma estratégia perene que estendeu-se desde as reformas de 1980, mas que, a partir de 2013, ficou cada vez mais rigorosa e vinculada às metas estabelecidas desde o centro. Em outras palavras, a partir deste momento, as autoridades locais que fossem lenientes e denunciadas poderiam ser punidas com base nessa nova disposição, assim como na reformulação da Lei de Proteção Ambiental que foi aprimorada em 2014, que, por sua vez, contou com amplo entusiasmo e participação pública: nada menos que duas rodadas de consulta pública produziram 14.000 comentários de mais de 10.000 indivíduos e organizações ambientais¹⁸⁰⁷. A participação popular e a promulgação da lei foram amplamente divulgadas pelos *media*, em jornais impressos, online e televisivos. Em outubro de 2013, o Kējì Ribào (Diário de Ciência e Tecnologia) já teceu expectativas preliminares a respeito da reformulação da Lei:

Durante o feriado do Dia Nacional, fumaça e neblina generalizadas devastaram a região de Pequim-Tianjin-Hebei. A província de Hubei também condenou a cidade de Daye por despejar ilegalmente resíduos perigosos contendo chumbo, arsênio e outros metais pesados em áreas rurais. Acidentes com poluição ambiental são frequentes no meu país, e as violações dos direitos e interesses ambientais públicos são constantes. Como podemos proteger os direitos dos cidadãos de trabalhar e viver em um ambiente saudável? Após sofrerem danos causados pela poluição, que fundamentos os cidadãos podem usar para exigir que os poluidores parem de poluir e obtenham indenização? Atualmente, a ‘Emenda à Lei de Proteção Ambiental da República Popular da China (Segundo Rascunho)’ ainda está em revisão, e opiniões de toda a sociedade serão solicitadas novamente em agosto deste ano.¹⁸⁰⁸

Após iniciar a matéria com este preâmbulo acerca dos riscos recentemente observados e do direito ao trabalho e à vida em um ambiente saudável, a matéria se debruça sobre a opinião de especialistas acerca das alterações necessárias na lei. Primeiramente, em uma entrevista com Yang Chaofei, ex-engenheiro-chefe do Ministério da Proteção Ambiental e vice-presidente da Sociedade Chinesa de Ciências Ambientais, a matéria pontua que “*utilizar ferramentas de*

¹⁸⁰⁵ Rénmín Ribào de 12 de setembro de 2013.

¹⁸⁰⁶ Zhōngguó Qīngnián Bào de 13 de setembro de 2013, p. 1.

¹⁸⁰⁷ Shapiro, p. 60, 2012.

¹⁸⁰⁸ Kējì Ribào de 17 de outubro de 2013.

mercado como impostos e crédito para proteger o meio ambiente”¹⁸⁰⁹ seria interessante por incluir uma abordagem baseada no mercado. Em seguida, enfatiza que seria preciso “*aumentar os custos criminais e econômicos das violações ambientais*”¹⁸¹⁰, de modo que as punições fossem realmente onerosas para empresas poluidoras. Segundo o entrevistado, Yang Chaofei, produtos oriundos de empreendimentos poluidores deveriam ser confiscados e as punições deveriam ser aplicadas tanto a eles quanto aos indivíduos por eles responsáveis. Outro interlocutor, o Professor Wang Canfa, Diretor do Instituto de Direito Ambiental e de Recursos da Universidade Chinesa de Ciência Política e Direito, sugere a ampliação de agentes aptos para mover litígios judiciais no âmbito ambiental, segundo ele:

[...] o Artigo 55 do Código de Processo Civil já estipulou que os sujeitos de litígios de interesse público ambiental são ‘órgãos e organizações relevantes previstos em lei’. O escopo dos sujeitos estipulados na Lei de Proteção Ambiental não deve ser mais restrito do que o estipulado no Código de Processo Civil.¹⁸¹¹

Em seguida, o artigo explica que:

O litígio de interesse público ambiental refere-se a um sistema pelo qual cidadãos ou grupos podem mover ações judiciais para proteger os interesses públicos ambientais quando o interesse público é prejudicado ou ameaçado por ações ou omissões ilegais de órgãos administrativos ou outras autoridades públicas, empresas, empreendimentos, outras organizações ou indivíduos. O objetivo é garantir benefícios públicos por meio de litígios individuais.¹⁸¹²

De fato, como discuti acima, a possibilidade de processos serem abertos pela sociedade civil contra autoridades negligentes e empresas infratoras foi um dos pontos mais discutidos e exaltados na reformulação da Lei de Proteção Ambiental. Se, por um lado, como salienta a própria matéria do Kējì Ribào, havia um receio de que essa abertura levasse a um aumento de judicialização sem precedentes, por outro, abrir-se-ia um canal de comunicação passível de substituir o que vinha ocorrendo fartamente por meio de movimentos de protesto e mesmo por incidentes violentos. Em outras palavras, se a judicialização funcionasse com base numa lei mais rígida, a mobilização popular poderia ser, senão contida, pelo menos diminuída razoavelmente. Quanto a isso, o Congresso Nacional do Povo, no âmbito da lei, decidiu por facultar o direito aos cidadãos, pessoas jurídicas e outras organizações, de denunciarem às autoridades de proteção ambiental qualquer ato ilícito de destruição ecológica por parte de quaisquer indivíduos ou unidades empreendedoras. Também facultou o direito de denunciar às autoridades superiores os governos locais em todos os níveis, os departamentos de proteção ambiental dos governos

¹⁸⁰⁹ Ibidem.

¹⁸¹⁰ Ibidem.

¹⁸¹¹ Ibidem.

¹⁸¹² Ibidem.

populares no nível de condado, o nível executivo mais baixo, ou acima dele, e outros departamentos responsáveis pela supervisão e gestão da proteção ambiental que porventura não cumprissem com suas obrigações de acordo com a lei¹⁸¹³. Por outro lado, quanto à judicialização, a lei restringiu essa possibilidade a três condições: i) partir de uma organização registrada do departamento de assuntos civis, ii) ter se dedicado a atividades de proteção ambiental por mais de cinco anos consecutivos e não ter histórico de violações, e iii) não buscar benefícios econômicos por meio de litígio¹⁸¹⁴. Neste quesito, vale ressaltar que as ONGs ambientais na China, que aumentaram sobremaneira desde a década de 1990, só têm permissão para funcionar sob a jurisdição de alguma instância governamental, normalmente o órgão máximo da área ambiental que hoje é o Ministério da Ecologia e Meio Ambiente¹⁸¹⁵, que não só dá legitimidade para suas ações como as patrocina financeiramente¹⁸¹⁶. Desse modo, o governo manteve a centralidade e o controle sobre os riscos ambientais ao estipular-se como único receptor de denúncias – fossem contra agentes políticos ou econômicos – enquanto a judicialização ficou restrita ao âmbito organizacional já fortemente contido na sua administração. A Lei de Proteção Ambiental atualizou também outros pontos relevantes, como: a promoção de uma civilização ecológica¹⁸¹⁷ fundamentada na harmonia entre a sociedade e a natureza¹⁸¹⁸, incluiu relíquias culturais no âmbito do meio ambiente¹⁸¹⁹ – e, sobre isto, vale lembrar que várias relíquias são de fato entidades ecológicas, como as florestas sagradas de Xishuangbanna –, instruiu os meios de comunicação de massa a conduzirem a supervisão da opinião pública sobre violações ambientais¹⁸²⁰, estabeleceu a formulação de planos de proteção ambiental em âmbito nacional e regional a serem submetidos ao Conselho de Estado¹⁸²¹ que, por sua vez, passaria a formular padrões nacionais de qualidade ambiental¹⁸²², estabeleceu o monitoramento e compartilhamento público de dados acerca dos riscos ambientais também a nível nacional e local¹⁸²³ e estabeleceu punições para o caso de governos locais não cumprirem com essa obrigação¹⁸²⁴, determinou a

¹⁸¹³ China, 2014, Artigo 57.

¹⁸¹⁴ China, 2014, Artigo 58.

¹⁸¹⁵ Entre 1998 e 2008, esse órgão era a Administração Estatal de Proteção Ambiental, e, entre 2008 e 2018, o Ministério de Proteção Ambiental.

¹⁸¹⁶ Marks, p. 323, 2012.

¹⁸¹⁷ China, 2014, Artigo 1.

¹⁸¹⁸ China, 2014, Artigo 4.

¹⁸¹⁹ China, 2014, Artigos 2 e 29.

¹⁸²⁰ China, 2014, Artigo 9.

¹⁸²¹ China, 2014, Artigo 13.

¹⁸²² China, 2014, Artigo 15.

¹⁸²³ China, 2014, Artigo 17.

¹⁸²⁴ China, 2014, Artigo 65.

necessária avaliação ambiental para quaisquer projetos públicos e privados que deveriam, inclusive, passar pelo crivo da população local do empreendimento¹⁸²⁵ e tornou mais rigorosas as penas para empresas infratoras, como o acúmulo diário de multas e previsão de suspensão e fechamento do empreendimento em casos de descumprimento das medidas estipuladas¹⁸²⁶, além de prisão para os indivíduos responsáveis¹⁸²⁷. A lei entraria em vigor em 1º de janeiro de 2015, mas segundo o Zhōngguó Rìbào, em seu balanço dos avanços ambientais de 2014:

Em 2014 [...] o sistema jurídico para a proteção do meio ambiente e dos ecossistemas foi aprimorado. [...] No mesmo ano, 17.800 casos relativos a danos em pastagens foram registrados em todo o país, e 17.400 casos, ou 97,6%, foram encerrados; 49.000 casos de invasão ilegal de terras florestais foram investigados e resolvidos, com 3.517,3 hectares de florestas ilegalmente invadidos após a reabilitação; 31.000 casos de crimes contra florestas e vida selvagem foram registrados por órgãos de segurança pública, dos quais 25.000 foram solucionados, um aumento de 14,1% em relação a 2013; e 6,1 toneladas de marfim e produtos derivados ilegais foram destruídos publicamente pela primeira vez. Enquanto isso, a China investiu um total de 5,7 bilhões de yuans em um projeto para a construção e proteção de uma barreira nacional de segurança ecológica no Tibete. [...] Em 2014, a China fez um enorme ajuste em sua estrutura industrial, cumprindo a meta do ano de abolir capacidades de produção obsoletas em 15 indústrias-chave, como aço e cimento, e superando as metas de descarte de veículos com rótulo amarelo e obsoletos cujas emissões estavam acima dos padrões nacionais. [...] O Ministério da Proteção Ambiental emitiu advertências, em conformidade com a lei, aos chefes de governos e departamentos locais que não cumpriram seus deveres de proteção ambiental ou não os desempenharam bem, incluindo os prefeitos de Anyang, na província de Henan, Hengyang, na província de Hunan, Liupanshui, na província de Guizhou, Linyi, na província de Shandong, e Chengde, na província de Hebei, e supervisionou suas melhorias. Em 2014, a demanda química de oxigênio e as descargas de nitrogênio amoniacal, dióxido de enxofre e óxido de nitrogênio continuaram a diminuir, sendo o óxido de nitrogênio o maior corte anual, de 6,7%. O consumo geral de carvão foi reduzido em 2,9%, e fontes de energia limpa, como hidroeletricidade, energia eólica, energia nuclear e gás natural, aumentaram para 16,9% de todo o consumo de energia na China durante o ano. [...] A capacidade diária de tratamento das estações de esgoto urbano atingiu 128,96 milhões de metros cúbicos até o final do ano, um aumento de 3,5% em relação ao final do ano anterior, e 90,2% do esgoto urbano foi tratado. [...] As punições por atividades que violam as leis ambientais foram intensificadas. As administrações ambientais em todos os níveis aplicaram rigorosamente as leis relativas à proteção ambiental, enviando 2,16 milhões de agentes de fiscalização para inspecionar 840.000 empresas, registrando 12.531 casos e resolvendo 8.373 deles, e supervisionando especialmente o tratamento de 1.600 casos graves. [...] A garantia legal do direito a um meio ambiente limpo foi ainda mais reforçada. O Supremo Tribunal Popular criou um tribunal especial para julgar casos relacionados ao meio ambiente e aos recursos naturais e estipulou um sistema prático de litígio de interesse público ambiental, abrangendo jurisdição, procedimento judicial, responsabilidade, escopo de indenização e custas processuais, de modo a salvaguardar plenamente o direito de litígio de interesse público das instituições e organizações civis relacionadas, conforme estipulado em lei. [...] O número de casos envolvendo infrações ambientais transferidos para órgãos de segurança pública em 2014 superou o total dos dez anos anteriores. Os canais para a participação dos cidadãos na gestão de assuntos ambientais foram ainda mais ampliados. [...] Governos em todos os níveis também exploraram ativamente maneiras de solicitar a opinião pública por meio de plataformas online, pesquisas por questionário, audiências e painéis de revisão. [...] O Ministério

¹⁸²⁵ China, 2014, Artigo 56.

¹⁸²⁶ China, 2014, Artigo 56.

¹⁸²⁷ China, 2014, Artigo 63.

da Proteção Ambiental ouviu e tratou as reclamações do público sobre infrações ambientais por meio da linha direta ‘12369’. Até o final de 2014, a linha direta havia atendido 1.463 reclamações do público, tendo resolvido todas elas dentro do prazo.¹⁸²⁸

Segundo a descrição da matéria, a lei já estava em funcionamento mesmo antes de entrar em vigor, pelo menos em alguns aspectos. Se os dados quantitativos fornecidos são próximos da realidade, é difícil avaliar, mas o que nos interessa é reparar no empenho do governo em mostrar serviço, por assim dizer. Principalmente no reforço comunicativo com organizações e cidadãos através dos canais de denúncia e da imprensa. A advertência pública feita aos prefeitos de cidades importantes, como Anyang, Hengyang, Liupanshui, Linyi e Chengde, assim como o aumento substancial de punições para empreendimentos poluidores, indicou que as medidas estipuladas na lei já eram uma realidade, o que tanto pressionou a governança local quanto operou como um tranquilizante na opinião pública. No documentário de Chai Jing, do mesmo ano desta matéria, a jornalista reitera a importância do canal 12369 para denúncias. Neste sentido, sob a cobertura da lei, as pessoas sentiram-se cada vez mais à vontade para reportar seus incômodos com os riscos ambientais. Ainda que muito precisasse ser feito, tanto na comunicação política quanto nos meios de comunicação de massa, as expectativas eram as de que os riscos precisavam ser enfrentados com seriedade em todos os âmbitos para alcançar o que a lei estipulou em seu primeiro artigo como “civilização ecológica”, termo norteador desde então até o presente. Seguiram-se à Lei de Proteção Ambiental atualizada, a Lei de Prevenção e Controle da Poluição da Água, revisada em 2017, as Lei de Prevenção e Controle da Poluição do Ar e Lei de Prevenção e Controle da Poluição do Solo de 2018, Lei de Gestão de Resíduos Sólidos de 2020 e, em 2022, a Lei de Energias Renováveis foi também revisada para ampliar o uso dessas energias em empresas e otimizar a fiscalização.

Por fim, são relevantes também as expectativas produzidas na imprensa e na política chinesa em seu olhar para fora, isto é, para os riscos ambientais globais e sua inserção na governança climática, que ficou cada vez mais relevante desde que, em 2007, a China tornou-se a maior emissora de gases de efeito estufa do mundo. Desde as primeiras conferências internacionais, a China mostrou-se a fim de integrar-se ao debate sobre os riscos climáticos – sem precisar, assinou e aderiu aos princípios do protocolo de Quioto em 1997, por exemplo –, mas foi só em 2009, em Copenhague, que sua participação foi mais efusiva. Nesta cúpula, tensões diplomáticas emergiram, porquanto representantes chineses não foram convidados para

¹⁸²⁸ Zhōngguó Rìbào de 8 de junho de 2015.

alguns eventos paralelos¹⁸²⁹ e mostraram-se relutantes em aderir a metas mais ousadas para redução de GEE sob o discurso do ecocolonialismo¹⁸³⁰, pelo qual a China tornou-se alvo de críticas por parte de outros países, como o Reino Unido e os EUA. Foi a partir de então que a imprensa chinesa deu um salto na cobertura sobre as mudanças climáticas¹⁸³¹. No entanto, três episódios já haviam despertado o interesse dos *media* sobre o tema na China. Em 2006, foi divulgado o primeiro Relatório Nacional de Avaliação sobre Mudanças Climáticas da China, que tornou público os resultados de pesquisas feitas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, pela Administração Meteorológica e pela Academia Chinesa de Ciências, que avaliou as mudanças climáticas na China nos últimos cem anos, fez previsões para sua continuidade no século XXI e projetou os impactos tanto na natureza quanto na sociedade chinesa. Tendo início em 2002, com mais de cem cientistas de vinte instituições¹⁸³², os resultados mostraram que a temperatura média na China aumentou ligeiramente mais do que a média global e do Hemisfério Norte, isto é, apresentou um aquecimento de 0,79°C, com uma taxa de aquecimento de 0,08°C a cada 10 anos. As projeções na época eram as de que a temperatura continuaria a subir de 1,3 a 2,1°C até 2020, de 2,3 a 3,3°C até 2050, e de 3,9 a 6,0°C até 2100¹⁸³³. Pelo menos para 2020, as projeções confirmaram-se com notável precisão: segundo a Quarta Comunicação Nacional da República Popular da China sobre Mudanças Climáticas de 2023, de 1901 a 2020, a temperatura média anual da superfície da China aumentou em 1,6°C, particularmente após 1980¹⁸³⁴, quando se inicia a ampliação industrial. O Relatório de 2006 também ressaltou que os Três Nortes tiveram aumentos de temperatura mais significativos, dado que levou ao prognóstico de piores secas nestas regiões. Além disso, a Bacia do Rio Yangtzé apresentou aumento nas precipitações ao longo do período analisado¹⁸³⁵. A região Leste teve um declínio da radiação solar, fato atribuído ao aumento da emissão de poluentes¹⁸³⁶. As projeções foram as de que a temperatura continuaria a subir e secas e inundações mais proeminentes provavelmente ocorrerão com mais frequência ao longo do século XXI e o relatório concluiu que, pelo menos em parte, a responsabilidade dessas mudanças tinha causas antropogênicas¹⁸³⁷. Seguiu-se ao relatório, o primeiro Programa Nacional de Mudanças Climáticas da China, publicado em junho de 2007,

¹⁸²⁹ Shapiro, p. 71, 2016.

¹⁸³⁰ Xie, p. 155, 2015.

¹⁸³¹ Broadbent, p. 7, 2016.

¹⁸³² Ding et al., p. 1, 2007.

¹⁸³³ Ding et al., p. 4, 2007.

¹⁸³⁴ China, p. 43, 2023.

¹⁸³⁵ Ding et al., p. 2, 2007.

¹⁸³⁶ Ding et al., p. 3, 2007.

¹⁸³⁷ Ding et al., p. 4, 2007.

em conformidade com a exigência das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas cujos principais objetivos apresentados foram: reduzir em 20% o consumo de energia por unidade de PIB até 2010, desenvolver tecnologias de energia renovável, com ênfase nas hidrelétricas, aumentar a cobertura florestal em 20% até 2010, aumentar a capacidade de adaptação às mudanças climáticas e investir em pesquisa e inovação, construir e ampliar manguezais para proteger a costa e, mais importante para nossa observação, promover a sensibilização pública acerca dos riscos climáticos através dos meios de comunicação de massa e da educação¹⁸³⁸. Note que, desde este momento preliminar, as metas chinesas já eram ousadas, considerando que todos os objetivos estavam projetados para serem concluídos em 2010, apenas três anos depois do seu lançamento, e alguns foram cumpridos ou quase. Segundo o Ministério da Ecologia e Meio Ambiente, o país obteve uma queda de 19,1% na intensidade energética¹⁸³⁹ e, segundo o relatório “Políticas e Ações da China para Enfrentar as Mudanças Climáticas de 2011”, compartilhado pela Agência de Notícias Xinhua, a taxa de cobertura florestal aumentou de 18,21% em 2005 para 20,36% em 2010¹⁸⁴⁰. Os objetivos relativos à adaptação, investimentos em pesquisa e inovação, o desenvolvimento de energias limpas e os referentes à publicização e educação acerca dos riscos climáticos foram contínuos e ascendentes desde então. Essas comunicações internas tiveram ambas grandes repercussões na imprensa chinesa¹⁸⁴¹. Outra comunicação que teve forte ressonância foi um extenso relatório publicado em 2007 pela Agência Internacional de Energia, respaldada por outras publicações independentes¹⁸⁴², que afirmou que *“é provável que a China tenha ultrapassado os Estados Unidos e tenha se tornado o maior emissor mundial de dióxido de carbono relacionado à energia neste ano”*¹⁸⁴³, informação que fez com que as observações mundiais acerca dos riscos climáticos se voltassem para a China em uníssono. Seguiu-se então a emergência de um viés que marcaria a imprensa chinesa continuamente que, bastante alinhada ao discurso político, enquadrava suas reportagens pelo argumento de que os países ricos, já industrialmente desenvolvidos, como Reino Unido e EUA, deveriam assumir maior responsabilidade pelos riscos climáticos do que países, como a China, ainda em desenvolvimento. Por outro lado, desde este princípio narrativo, quase não houve vozes dissonantes na China no que diz respeito à factualidade do aquecimento global e

¹⁸³⁸ China, p. 26-28, 2007.

¹⁸³⁹ <<[https://english.mee.gov.cn/News_service/media_news/201103/t20110301_201310.shtml?utm=>](https://english.mee.gov.cn/News_service/media_news/201103/t20110301_201310.shtml?utm=)

¹⁸⁴⁰ Agência de Notícias Xinhua, Pequim, 22 de novembro de 2011. <<https://www.gov.cn/jrzg/2011-11/22/content_2000047.htm>>

¹⁸⁴¹ Han; Sun; Lu, p. 2892, 2017.

¹⁸⁴² Como a da Agência de Avaliação Ambiental dos Países Baixos, por exemplo.

¹⁸⁴³ IEA, p. 3, 2007.

suas causas sociais¹⁸⁴⁴. Em outras palavras, a imprensa chinesa tende a não negar ou tratar como controvérsia científica o tema das mudanças climáticas e suas causas. Ao mesmo tempo, suas fontes foram e continuam sendo majoritariamente políticas, embora, como veremos, num período posterior, dados de instituições científicas foram sendo cada vez mais incluídos nas descrições. Quanto à abordagem, a imprensa chinesa tratou o tema enquanto uma questão principalmente política, isto é, um problema para o qual a solução viria de uma governança global que, paulatinamente, passou a ser observada enquanto uma governança a ser liderada pela própria China. Neste sentido, quando, em 2017, o presidente Donald Trump anunciou que retiraria os EUA do Acordo de Paris, o espaço nucleador das negociações climáticas foi quase que prontamente preenchido pela China, que vinha desde os anos 2000 tecendo alianças estreitas com outros países do Sul Global que, dentre outras coisas, concordam entre si que os riscos climáticos só podem ser contidos através de acordos cuja justiça está respaldada nas diferenças econômicas produzidas historicamente. Vale ressaltar também que, quando as publicações acerca dos riscos climáticos começaram a aparecer com mais frequência na imprensa chinesa – saltando de 24 reportagens entre 1998 e 2006, para 49 só em 2007 em veículos da Agência Xinhua¹⁸⁴⁵ –, se observava também essa ascendência em todo o mundo, por conta de outros eventos mundialmente relevantes, em especial a estreia do filme *Uma Verdade Inconveniente* de Al Gore e a publicação do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC. Em 4 de junho de 2007, Ma Kai, Diretor da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, representando o Gabinete de Informação do Conselho de Estado, deu uma coletiva de imprensa¹⁸⁴⁶ que exemplifica bem a perspectiva chinesa a partir deste momento: sem eximir-se da responsabilidade, a descrição chinesa sobre o enfrentamento dos riscos das mudanças climáticas teve início com argumentos defensivos. Nesta coletiva, Ma Kai admite explicitamente as causas e os riscos, mas distribui a responsabilidade e o protagonismo na solução: os países mais ricos deveriam reduzir mais emissões de GEE do que os países em desenvolvimento e, ainda, arcar com os custos dos riscos para estes, dada sua vulnerabilidade econômica e ecológica. Além disso, a China colocou-se desde então à disposição para formar uma governança global com vistas ao enfrentamento das mudanças climáticas pela humanidade. Logo, a principal normativa

¹⁸⁴⁴ Um estudo feito e publicado por James Painter e Teresa Ashe comparou o ceticismo climático na mídia impressa em seis países, a saber, Brasil, China, França, Índia, Reino Unido e EUA entre 19 de novembro de 2009 a 18 de fevereiro de 2010 e encontrou 4 de 38 artigos contendo vozes céticas na imprensa chinesa nesse período (Painter, Ashe, p. 3, 2012).

¹⁸⁴⁵ Yan, p. 160-161, 2009.

¹⁸⁴⁶ Portal do Governo Central www.gov.cn 4 de junho de 2007.

da imprensa chinesa neste período foi unanimemente a de que a responsabilidade sobre os riscos do aquecimento global deveria ser atribuída aos países desenvolvidos¹⁸⁴⁷, principalmente aos EUA, ao mesmo tempo em que elogiou o governo chinês por implementar políticas de redução de GEE e protagonizar o endosso à cooperação mundial neste sentido¹⁸⁴⁸. Soluções em ciência e tecnologia também foram apresentadas em reportagens desta época¹⁸⁴⁹. A moralidade e a responsabilidade foram os principais enquadramentos¹⁸⁵⁰ argumentativos e faziam referência, primeiramente, a governos estrangeiros¹⁸⁵¹ e, em seguida, à ciência¹⁸⁵², além de encorajar a mitigação doméstica¹⁸⁵³.

Desde então, a imprensa chinesa manteve firmemente a postura de tratar as mudanças climáticas como um risco cientificamente comprovado¹⁸⁵⁴ para o qual as soluções virão de uma cooperação global¹⁸⁵⁵. A abordagem por uma perspectiva política, seja internacional ou doméstica, também foi mantida. Neste sentido, 2015 teve outro grande pico de reportagens sobre as mudanças climáticas, provavelmente devido à Conferência das Nações Unidas em Paris¹⁸⁵⁶, ao documentário de Chai Jing, à implementação de leis ambientais mais rigorosas, como discuti há pouco, e à nomeação de Chen Jining como ministro do Meio Ambiente¹⁸⁵⁷. Em um estudo que cobriu o período entre 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018, Song et al. descobriram que os jornais chineses, em reportagens sobre as mudanças climáticas, usaram como referência diversos tipos de autoridade, como os presidentes Xi Jinping, Barack Obama e Donald Trump, assim como as Nações Unidas e as conferências climáticas. Enquadramentos pela lente da moralidade foram comuns, enfatizando a tradição ambiental chinesa e a necessidade de respeito mútuo e cooperação internacional no enfrentamento às mudanças climáticas¹⁸⁵⁸. Em sua conclusão, os autores ressaltam que a imprensa chinesa é mais otimista

¹⁸⁴⁷ Yan, p. 162, 2009.

¹⁸⁴⁸ Yan et al., p. 163, 2009.

¹⁸⁴⁹ Broadbent, p. 12, 2016.

¹⁸⁵⁰ Xie, p. 165-166, 2015.

¹⁸⁵¹ Yan, p. 166, 2009.

¹⁸⁵² Xie, p. 167, 2015.

¹⁸⁵³ Xie, p. 170, 2015.

¹⁸⁵⁴ Segundo Song et al., em um estudo que cobriu o período entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2018: “[...] os jornais chineses relataram questões climáticas com uma voz firme e unânime: a mudança climática estava acontecendo e todas as partes interessadas nos setores político e científico deveriam trabalhar lado a lado para enfrentar esse ‘desastre’ ambiental” (Song et al., p. 12, 2021).

¹⁸⁵⁵ Song et al., p. 17, 2021.

¹⁸⁵⁶ Song et al., p. 9, 2021.

¹⁸⁵⁷ Segundo Shapiro, a nomeação de Chen Jining é relevante para a opinião pública, porque “a administração anterior era vista como ineficiente e, muitas vezes, ineficaz. Embora Chen não tenha experiência governamental, ele é ex-reitor da Universidade Tsinghua e tem fortes laços com o Partido” (Shapiro, p. 60, 2016).

¹⁸⁵⁸ Song et al., p. 14, 2021.

que a dos EUA e do Reino Unido, isto é, tende a enfatizar os bons desenvolvimentos em detrimento dos maus, particularmente os de sua política doméstica, e projeta uma narrativa uniforme de acordo com as diretrizes do PCC¹⁸⁵⁹. Outro estudo, feito por Wen Zhang e Qingye Tang, que analisou as reportagens do Rénmín Ribào com foco na relação entre desenvolvimento econômico e enfrentamento dos riscos climáticos entre 1995 e 2023, corrobora a conclusão de que a descrição jornalística chinesa tende a enfatizar as conquistas governamentais enquanto não critica aspectos negativos das políticas econômicas e ambientais: as autoras não encontraram nos 28 anos analisados um só *cluster* representativo com as palavras-chave “indústrias de carvão, aço e cimento”, por exemplo. Enquanto um jornal oficial, o Rénmín Ribào tende a perpetuar a perspectiva política, assim, a característica confucionista de conectar o Partido ao povo é nele ainda mais acentuada, isto é, suas matérias reforçam a legitimidade do governo ao mesmo tempo em que normativamente orientam as pessoas a um comportamento adequado às diretrizes políticas¹⁸⁶⁰. Embora se observe uma normatividade para que todos ajam em prol da diminuição dos riscos ambientais, na China isso se dá muito mais no âmbito coletivo do que no das ações individuais, ou ainda, de uma perspectiva confucionistamente orientada, a responsabilidade das diretrizes para as ações, como propaganda pelos *media*, é do governo, enquanto as pessoas as seguem de modo a performar um comportamento apropriado, neste caso, relacionado ao meio ambiente. Outro estudo, que analisou cinco jornais¹⁸⁶¹ no período entre 2005 e 2015, feito por Han Jingjing, Sun Shaojing e Lu Yanqin, também corrobora algumas descobertas de Song et al.: o enquadramento do impacto ambiental e humano apareceu mais (22,43%), mas o de atribuição de responsabilidade também foi alto (21,92%), seguido dos de colaboração (20,22%) e de conflito (19,02%). As referências às autoridades também foram notáveis: 37,73% mencionaram autoridades internacionais, 36,59% autoridades climáticas de modo geral e 25,68% autoridades nacionais¹⁸⁶², todas relacionadas aos quadros de conflito, colaboração, responsabilidade e liderança¹⁸⁶³, sendo que 50% dos artigos aplicaram tais quadros, indicando a forte politização do tema na China¹⁸⁶⁴.

Na Cúpula de Paris em 2015, a postura chinesa foi bastante diferente da de Copenhague em 2009. Em um tom proativo, o país comprometeu-se a, até 2030: i) atingir o pico de emissões

¹⁸⁵⁹ Song et al., p. 18, 2021.

¹⁸⁶⁰ Zhang, Tang, p. 13, 2025.

¹⁸⁶¹ São eles: Rénmín Ribào, Xīnhuá Měirì Diànxùn, Kējì Ribào, Nánfāng Dūshì Bào e Xīnmín Wǎnbào.

¹⁸⁶² Han; Sun; Lu, p. 2899, 2017.

¹⁸⁶³ Han; Sun; Lu, p. 2901, 2017.

¹⁸⁶⁴ Han; Sun; Lu, p. 2903, 2017.

de dióxido de carbono e fazer esforços para atingir o pico precocemente; ii) reduzir as emissões de dióxido de carbono por unidade do PIB entre 60% a 65% a partir do nível de 2005; iii) aumentar a participação dos combustíveis não fósseis no consumo de energia primária para cerca de 20%; e iv) aumentar o volume do estoque florestal em cerca de 4,5 bilhões m³ no nível de 2005¹⁸⁶⁵. Algumas dessas metas foram conquistadas antecipadamente: segundo o Gabinete de Informação do Conselho de Estado da República Popular da China¹⁸⁶⁶, a intensidade das emissões de carbono da China diminuiu 18,8% em comparação com 2015 e diminuiu 48,4% em comparação com 2005, superando o compromisso da China com a comunidade internacional de uma redução de 40% a 45% até 2020; e segundo o Boletim sobre o Estado do Meio Ambiente Ecológico da China de 2019, a área florestal do país neste ano era de 220 milhões de hectares, a taxa de cobertura florestal de 22,96% e o volume de estoque florestal de 17,56 bilhões m³, representando um aumento de 4,56 bi m³. A década de 2010 teve movimentos promissores no quesito de enfrentamento aos riscos ambientais na China. Segundo Binbin Wang e Qinnan Zhou, o uso das energias solar e eólica aumentou 25 vezes entre 2008 e 2018¹⁸⁶⁷. Os autores analisaram a percepção pública acerca dos riscos das mudanças climáticas na década de 2010 e concluíram que: i) o nível de conscientização da população chinesa é bastante alto, sendo que, enquanto em 2007-2008, apenas 62% sabiam algo sobre as mudanças climáticas, em 2017 94,4% acreditavam que as mudanças climáticas já estavam acontecendo e 66% sabiam que suas causas são antropogênicas¹⁸⁶⁸; ii) em 2017 as pessoas mostraram-se mais preocupadas com as mudanças climáticas do que com educação, desenvolvimento econômico e combate ao terrorismo¹⁸⁶⁹; iii) além disso, 73,7% mostraram-se dispostos a pagar mais caro por produtos ecologicamente corretos e a adaptar seu modo de vida a um estilo de baixo carbono, usando meios de transporte limpos¹⁸⁷⁰ e instalando painéis solares para uso doméstico, por exemplo – algo financeiramente incentivado pelo governo chinês; iv) de modo geral, a população chinesa apoia contundentemente seu governo no combate às mudanças climáticas, em 2017, 90% apoiava as políticas de adaptação e 98,5% o uso de energias limpas¹⁸⁷¹, por exemplo; e v) neste sentido, a adesão ao Acordo de Paris era apoiada por 96,3% em 2017 e a condução de políticas de

¹⁸⁶⁵ China, p. 5, 2015.

¹⁸⁶⁶ Reproduzido pela Agência de Notícias Xinhua em 27 de outubro de 2021. <<https://www.gov.cn/zhengce/2021-10/27/content_5646697.htm>>

¹⁸⁶⁷ Binbin; Quinnan, p. 2, 2020.

¹⁸⁶⁸ Binbin; Quinnan, p. 6, 2020.

¹⁸⁶⁹ Binbin; Quinnan, p. 7, 2020.

¹⁸⁷⁰ Binbin; Quinnan, p. 7, 2020.

¹⁸⁷¹ Binbin; Quinnan, p. 8, 2020.

cooperação internacional era apoiada por 96,8%. A ressonância entre política e opinião pública, mediada pela imprensa e posteriormente por redes online, como o WeChat, foi sem dúvida facilitadora de tamanha coesão entre os objetivos políticos ambientais e as expectativas da opinião pública. No início deste capítulo, quando abordei o surgimento da imprensa na China, destaquei duas de suas características fundamentais, quais sejam, a de operar enquanto um censor de governos locais e como um mediador entre o governo central e o povo, ambas em termos confucionistas. Até aqui, o que a análise nos indica é que essas funções não apenas se mantiveram, como se acentuaram – com exceção para a primeira característica na era Mao. E ainda, a crescente relevância do tema dos riscos ambientais, locais e globais parece relacionar-se, por um lado, com incômodos da ordem da experiência cotidiana, que passaram a ser cada vez mais comunicados criticamente pelos *media* e, por outro, com a vontade política do PCC tanto de legitimar-se através do controle dos riscos ambientais para seu próprio povo – algo de extrema relevância na tradição e história chinesa –, quanto para legitimar-se como um protagonista nas negociações globais.

Neste sentido, o presidente Xi Jinping declarou, em 22 de setembro de 2020, no Debate Geral da 75ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, que a China alcançaria a neutralidade em carbono até 2060. Trata-se de uma meta extremamente ousada, segundo Binbin et al., essa seria a redução mais drástica da história, dado que seriam 10 bilhões de toneladas líquidas de carbono em emissões reduzidas em 40 anos¹⁸⁷². A expectativa lançada por Xi parece indicar que a China não é apenas afeita a grandiosas obras arquitetônicas e a saltos econômicos explosivos (para o bem e para o mal), mas também a metas ambientais que superam qualquer outra na história humana. Ainda segundo Binbin et al., os resultados de uma pesquisa, aplicada em 2022, mostraram que a meta de neutralidade em carbono até 2060 é apoiada por 99% da população chinesa¹⁸⁷³, dentre os quais 90% estavam confiantes de que ela seria alcançada¹⁸⁷⁴. Estes dados demonstram um apoio praticamente unânime às políticas climáticas e uma confiança soberba na condução destas pelo governo que, muito provavelmente, deve refletir de uma forma ou de outra em comportamentos ecologicamente adequados, para retomar a base semântica confucionista, de bilhões de pessoas.

¹⁸⁷² Em termos de comparação: “os Estados Unidos têm uma janela de 43 anos entre o pico de carbono de 2007 e a meta de neutralidade de carbono de 2050 e a União Europeia (UE) tem uma janela de 71 anos [...]” (Binbin et al., p. 26, 2024).

¹⁸⁷³ Binbin et al., p. 28, 2024.

¹⁸⁷⁴ Binbin et al., p. 29, 2024.

Há de se ressaltar que elementos relevantes da tradição chinesa, significantes também nas observações sócio-terranas, que vinham emergindo desde 1980, a este tempo passaram para a comunicação política e dos *media* e, portanto, passaram a ressoar na opinião pública. Isto é, as formas confucionistas e taoístas de observar a natureza foram retomadas enquanto expectativas pelas quais as descrições sobre as relações entre humanos e natureza observam os riscos ambientais na contemporaneidade. O documento oficial que trata da Conservação da Biodiversidade na China, divulgado pela Agência Xinhua em 8 de outubro de 2021, por exemplo, traz a seguinte abordagem em seu prefácio:

A cultura tradicional chinesa acumulou rica sabedoria sobre a biodiversidade. Ideias e conceitos como ‘harmonia entre o homem e a natureza’, ‘Tao segue a natureza’ e ‘igualdade de todas as coisas’ refletem uma consciência simples da conservação da biodiversidade.¹⁸⁷⁵

Como salientei no início deste capítulo, Xi Jinping lançou mão dessas ideias inúmeras vezes¹⁸⁷⁶, particularmente para defender a construção de uma civilização ecológica que, certamente, relaciona-se com sua ambiciosa meta de neutralizar as emissões de carbono até 2060. Os princípios para a construção de uma civilização ecológica passaram a fazer parte do currículo oficial da educação chinesa em todos os níveis a partir de 2019, segundo o Ministério da Educação: “*a defesa da coexistência harmoniosa entre humanos e a natureza é uma das estratégias básicas*” para essa construção¹⁸⁷⁷. No centro dessa dinâmica semântica está a relação entre humanos e não humanos e, portanto, ela não estabelece perspectivas e condutas com vistas na proteção apenas dos seres humanos, ou ainda, não é uma perspectiva antropocêntrica no trato dos riscos ambientais, mas uma que valoriza a relação harmoniosa entre sociedade e natureza. Uma pesquisa feita em 2021, por exemplo, revelou que 91% dos chineses estão familiarizados com o conceito de valorização da biodiversidade, 92% concordaram que esta valorização é

¹⁸⁷⁵ <<https://www.gov.cn/zhengce/2021-10/08/content_5641289.htm>>

¹⁸⁷⁶ Segundo Yang et al.: “Xi Jinping [...] coloca grande ênfase nos valores modernos da cultura tradicional e frequentemente cita a literatura clássica chinesa. Em 2014, ele disse que, ao construir uma civilização ecológica, ‘devemos alcançar a harmonia entre o humano e a natureza, buscar a unidade do humano e da natureza’. Na Cúpula de Líderes sobre o Clima de 2021, Xi afirmou claramente que ‘a civilização chinesa sempre defendeu a unidade do ser humano e da natureza, seguiu a lei da natureza e buscou a coexistência harmoniosa entre o ser humano e a natureza’. Na Cúpula de Líderes da COP15, realizada em Kunming, província de Yunnan, Xi começou seu discurso citando uma frase do Xunzi, ‘cada uma das miríades de coisas deve estar em uma relação harmoniosa com a natureza para crescer, e cada uma deve obter da natureza a nutrição adequada para se tornar completa’; ele então continuou: ‘O ser humano e a natureza precisam coexistir em harmonia. Quando cuidamos de proteger a natureza, a natureza nos recompensa generosamente; quando exploramos a natureza impiedosamente, ela nos pune sem piedade. Precisamos ter profunda reverência pela natureza, respeitá-la, seguir as leis da natureza e protegê-la, de modo a construir uma pátria de coexistência harmoniosa entre o ser humano e a natureza’” (Yang et al., p. 9-10, 2023).

¹⁸⁷⁷ <<http://www.moe.gov.cn/jyb_xwfb/s5148/201903/t20190311_372926.html>>

importante para o enfrentamento das mudanças climáticas e 95% afirmaram que é um dever moral da humanidade proteger outras espécies¹⁸⁷⁸. A pesquisa de Wen Zhang e Qingye Tang, que observou as descrições do Rénmín Ribào, revelou que entre 2015 e 2023 a ênfase deslocou-se do desenvolvimento econômico para a construção de uma civilização ecológica respaldada nas semânticas confucionistas e taoístas de unidade entre a humanidade e o Céu (ou, a natureza) e que essa perspectiva construiu-se numa crescente abordagem pela colaboração internacional, pela prioridade da qualidade do desenvolvimento econômico e pela centralização da pauta ambiental pelo Estado¹⁸⁷⁹. A transformação da perspectiva jornalística neste caso acompanhou passo a passo a operada na perspectiva política, isto é, a prioridade do crescimento econômico foi sendo incorporada na pauta ambiental, significada cada vez mais enfaticamente enquanto a construção de uma civilização ecológica que prioriza a harmonia entre sociedade e natureza. É interessante notar que, desde 2007, a política tem descrito o desenvolvimento da China com vistas a uma sociedade moderadamente próspera, isto é, a introdução e o uso cada vez mais recorrente do termo “moderadamente” salienta a busca por um caminho do meio, entre Yin e Yang, que contemporaneamente é significado pela aliança entre um crescimento econômico de qualidade, progresso social e enfrentamento aos riscos ambientais¹⁸⁸⁰. Ao mesmo tempo, tanto os *media* quanto o sistema político chinês têm projetado sua concepção de civilização ecológica enquanto um ideal global que se respalda, fundamentalmente, na dialética entre a humanidade e a natureza, isto é, a proposta de uma civilização ecológica é observada aí enquanto uma civilização de toda a humanidade, não apenas da sociedade chinesa e, natureza, por sua vez, é a natureza do planeta como um todo e não apenas a do território chinês. Em inúmeras comunicações, o governo e a imprensa chinesa têm enfatizado que a humanidade compartilha um futuro comum que depende sumariamente da cooperação global para garantir não apenas a sobrevivência humana, mas uma experiência de qualidade na Terra para todos os seres vivos. Neste sentido, a civilização ecológica é um signo que se prospecta para dentro, d’onde se realiza em muitas instâncias na atualidade, mas também se projeta para fora, ao distribuir a responsabilidade sobre os riscos ambientais na política internacional.

O termo “civilização ecológica” foi criado na década de 1980 por acadêmicos da área da agricultura ecológica¹⁸⁸¹, mas foi só em 2003 que apareceu publicamente no discurso de Pan

¹⁸⁷⁸ Yang et al., p. 5, 2023.

¹⁸⁷⁹ Zhang, Tang, p. 13, 2025.

¹⁸⁸⁰ Zhang, Tang, p. 14, 2025.

¹⁸⁸¹ Schmitt, p. 73, 2018.

Yue, vice-diretor da Administração Estatal de Proteção Ambiental, no Fórum inaugural China Verde. Neste discurso histórico, Pan circunscreveu as bases semânticas do que viria a ser compreendido enquanto civilização ecológica nos próximos anos. Primeiramente, ele colocou a civilização ecológica como uma sucessora da civilização industrial ocidental que, segundo Pan, tornou-se não apenas obsoleta em relação às demandas sociais contemporâneas, mas perigosa para a humanidade como um todo. Em seguida, Pan descreveu como uma civilização ecológica poderia ser vislumbrada através da milenar cultura chinesa, em suas palavras:

A cultura ambiental chinesa é uma continuação e um desenvolvimento da cultura tradicional chinesa. A busca pela harmonia entre o homem e a natureza tem sido a corrente principal da cultura tradicional da China há milhares de anos. O confucionismo chinês defende o conceito de ‘harmonia entre o homem e a natureza’. Os assuntos humanos devem estar em conformidade com a vontade do Céu, e as leis do Céu devem ser transformadas em princípios humanos. Somente seguindo os princípios do Céu o país pode ser pacífico e o povo, seguro. O taoísmo chinês defende o princípio de que ‘o Tao segue a natureza’, elevando o conceito de ‘natureza’ a um nível metafísico. O budismo chinês propõe que a ‘natureza búdica’ é a origem de todas as coisas e que a essência de todas as coisas no universo é a unidade da natureza búdica. Essa unidade da natureza búdica implica que todos os seres são iguais e que todas as coisas têm o direito de existir. A China possui há muito tempo sua própria ‘cultura ambiental’. Há quatro mil anos, durante a Dinastia Xia, regulamentações proibiam o corte de árvores na primavera, a pesca no verão, o abate de animais jovens e a coleta de ovos de pássaros. Há três mil anos, durante a Dinastia Zhou, regulamentações rígidas sobre caça, captura de pássaros, pesca, corte de árvores e queimadas foram implementadas com base no clima e nas estações do ano. Há dois mil anos, durante a Dinastia Qin, a coleta de plantas recém-brotadas na primavera, a captura de animais selvagens jovens e o envenenamento de peixes e tartarugas eram proibidos. Ao longo das dinastias chinesas, leis e proibições claras sobre a proteção ambiental foram promulgadas. Os esforços de proteção ambiental da China hoje são uma continuação e desenvolvimento do espírito tradicional chinês de harmonia entre o homem e a natureza.¹⁸⁸²

O resgate do confucionismo, do taoísmo e do budismo por Pan neste discurso é, sobretudo, secularmente orientado. Sua proposta de uma civilização ecológica não passa pela restauração do politeísmo arcaico, mas pela atualização dos valores morais religiosos antigos enquanto um novo paradigma de governança política contemporânea. A menção aos governos imperiais anteriores não é gratuita, Pan procura enfatizar que há milhares de anos a China dispõe de um repertório farto para lidar com os riscos ambientais e para conduzir a relação entre sociedade e natureza de forma harmoniosa e, por isso, em sua perspectiva, está apta para conduzir uma nova forma civilizacional a nível global. A secularização desses princípios acentuou-se rapidamente e, nas descrições políticas e midiáticas que se seguiram nos anos

¹⁸⁸² <<[511](https://www.mee.gov.cn/gkml/sthjbgw/qt/200910/t20091030_180661.htm?utm>></p></div><div data-bbox=)

seguintes, as referências ao confucionismo, ao taoísmo e ao budismo tornaram-se cada vez mais indiretas, isto é, enquanto os princípios foram semanticamente atualizados e incorporados nas descrições, eles diluíram-se e consubstancializaram-se no discurso em prol da civilização ecológica. Em outras palavras, a narrativa sobre a construção de uma civilização ecológica passou a se referir de forma geral à “tradição chinesa” e não especificamente ao confucionismo, ao taoísmo e ao budismo. Além disso, as ideias mais relevantes foram também generalizadas enquanto princípios tradicionais totais, particularmente as ideias de *harmonia* entre humanos e natureza, de *unidade* entre sociedade e natureza e a de um caminho do meio no qual deve prevalecer uma prosperidade moderada pelas observações sócio-terranas. Posteriormente, esse processo comunicativo, cujo fio condutor foi instaurado pela ideia de civilização ecológica, tomou contornos mais radicais respaldados pela própria tradição, isto é, operou-se a atualização de uma perspectiva que humaniza a natureza e naturaliza a humanidade, uma cosmovisão nada antropocêntrica fundamentada na ideia de que a humanidade deve ser Um com o Tao. Em outras palavras, o Caminho do Meio e a Unidade entre o Céu e a Humanidade referem-se agora a toda a humanidade¹⁸⁸³ com um futuro compartilhado que, na perspectiva chinesa, deve ser o de uma civilização (global) ecológica.

Quando essas ideias começaram a aparecer no Ocidente, elas foram equivocadamente traduzidas em termos de desenvolvimento sustentável¹⁸⁸⁴. Possivelmente é por isso que é difícil perceber, sem uma análise aprofundada, que o ambientalismo chinês emergente no século XXI tem pouca relação com seu homólogo ocidental. Isso ocorreu em 2007, quando o termo apareceu pela primeira vez num documento oficial, qual seja, no Relatório do 17º Congresso Nacional do Partido da Comunidade da China (PCC). Foi apenas em 2012, no entanto, que a civilização ecológica se tornou um paradigma de governança na China, isto é, um norte semântico condutor de decisões políticas e formas de observação generalizadas para sistemas e organizações em âmbito nacional ao ser integrada ao plano de cinco esferas no 18º Congresso Nacional do PCC. A partir de então, o termo apareceu em todos os planos políticos subsequentes com cada vez mais ênfase e detalhamento estratégico¹⁸⁸⁵. Isto se deve bastante ao fato de Xi Jinping ter se

¹⁸⁸³ Zhang; Tang, p. 13, 2025.

¹⁸⁸⁴ Xue et al., p. 1896, 2023.

¹⁸⁸⁵ Segundo Minjun Shi e Hongbo Chen: “Em outubro de 2007, o 17º Congresso Nacional do PCCh mencionou a civilização ecológica pela primeira vez. Em novembro de 2012, o 18º Congresso Nacional do PCCh tornou a construção de uma civilização ecológica um componente importante do plano ‘integrado em cinco esferas’ para o socialismo com características chinesas, atribuindo importância sem precedentes à coordenação do desenvolvimento econômico e social com o meio ambiente. As Diretrizes para a Aceleração da Civilização Ecológica, publicadas em 2015, deixaram claro que o desenvolvimento verde, circular e de baixo carbono é a maneira básica de alcançar o progresso ecológico, mapeando ainda mais o método de coordenação do

apropriado e incorporado esta ideia de forma intensa na sua condução nuclear do sistema político. De fato, não raras vezes a ideia é atribuída ao seu pensamento, como se observa na matéria “Publicação dos pensamentos de Xi sobre a civilização ecológica” do Zhōngguó Rìbào de 1 de agosto de 2022:

Na mais recente iniciativa do país para promover o Pensamento do Presidente Xi Jinping sobre a Civilização Ecológica, as autoridades chinesas publicaram um esboço de estudo e o distribuíram por todo o país. [...] Promovida pelo presidente Xi Jinping [...], a civilização ecológica é um conceito para um desenvolvimento equilibrado e sustentável que caracteriza a coexistência harmoniosa entre o homem e a natureza. [...] O Departamento de Publicidade do Comitê Central do PCC emitiu um aviso aos comitês do Partido de diferentes níveis, solicitando-lhes que não apenas estudem sistematicamente o livro, mas também reflitam profundamente e integrem a teoria à prática. Devem manter a profunda crença e praticar fielmente o Pensamento sobre a Civilização Ecológica enquanto se esforçam para alcançar avanços consistentes na construção de uma civilização ecológica, afirmou. Qian Yong, diretor do Centro de Pesquisa do Pensamento de Xi Jinping sobre Civilização Ecológica, enfatizou o papel significativo do Pensamento sobre Civilização Ecológica no fortalecimento das instituições do país para proteção ambiental. Graças ao Pensamento sobre a Civilização Ecológica e às instituições envolvidas, a China fez progressos significativos na conservação de recursos e energia, reflorestamento, controle da poluição e cooperação climática internacional. ‘O país ofereceu ao mundo uma solução chinesa para o desenvolvimento sustentável’, disse Qian.¹⁸⁸⁶

A centralização do conceito na pessoa do líder foi dando-se a partir de 2015 e tornou-se uma amálgama nos últimos anos. A fundação do Centro de Pesquisa do Pensamento de Xi Jinping sobre Civilização Ecológica na Academia Chinesa de Ciências Sociais em 2021 institucionalizou academicamente o conceito da perspectiva de Xi e, como bem salienta a matéria acima, o conceito é colocado enquanto uma ideia nuclear que deve ser estudada e praticada em larga escala pelos governos locais e outras organizações. Outros institutos de pesquisa foram regionalmente criados com o mesmo propósito, como o Instituto de Civilização Ecológica da Universidade de Zhejiang, o Instituto de Civilização Ecológica da Universidade Renmin da China e o Instituto de Civilização Ecológica da Academia de Ciências Sociais de Sichuan¹⁸⁸⁷. Pelo menos na China, a ideia de uma civilização ecológica está em vias de tornar-se um atrator, isto é, um condutor semântico para as comunicações de forma abrangente. Em

desenvolvimento econômico e social com o meio ambiente. Em novembro de 2015, a Quinta Sessão Plenária do 18º Comitê Central do PCC apresentou a ‘nova filosofia de desenvolvimento enfatizando o desenvolvimento inovador, coordenado, verde e aberto para todos’. O 19º Congresso Nacional do PCC, em novembro de 2017, propôs que ‘o homem e a natureza formam uma comunidade de vida’, desenvolveu e praticou o conceito de que ‘águas lícidas e montanhas exuberantes são ativos inestimáveis’ e destacou que a produtividade ecológica é a força produtiva mais fundamental e criativa, e um bom ecoambiente pode gerar mais benefícios econômicos. Na Conferência Nacional sobre Proteção Ambiental, em maio de 2018, o presidente Xi Jinping propôs formalmente ‘estabelecer um sistema econômico ecológico voltado para a integração de indústrias e ecossistemas’” (Minjun; Hongbo, p. 46, 2024).

¹⁸⁸⁶ <<<https://www.chinadaily.com.cn/a/202208/01/WS62e7094ca310fd2b29e6f616.html>>>

¹⁸⁸⁷ Xue et al., p. 1904, 2023.

2018, a civilização ecológica foi incorporada na Constituição e, em 2022, o Relatório do 20º Congresso Nacional do Partido Comunista da China deu ainda mais ênfase à atualização das tradições chinesas no trato ambiental, como se observa no texto divulgado pela Agência Xinhua em 25 de outubro de 2022:

A modernização ao estilo chinês é a modernização da coexistência harmoniosa entre o homem e a natureza. O homem e a natureza são uma comunidade de vida, e exigir infinitamente da natureza ou mesmo destruir a natureza será inevitavelmente retaliado pela natureza. [...] Os requisitos essenciais da modernização ao estilo chinês são: [...] promover a coexistência harmoniosa do homem e da natureza, promover a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade e criar uma nova forma de civilização humana.¹⁸⁸⁸

Como diversos autores apontam¹⁸⁸⁹, a imprensa chinesa tende a tecer suas descrições acerca dos riscos ambientais de forma bastante alinhada à política central, ao mesmo tempo em que critica pontualmente a ingerência local sobre o tema. A normatividade é extraída comumente de documentos oficiais e, neste sentido, a atribuição da agência é dada ao governo central, personificado atualmente em Xi. Ou seja, as expectativas se dirigem para a governança do líder do qual se esperam as tomadas de decisão e diretrizes adequadas para a concretização de um projeto também criado desde cima – muito embora em ressonância, dentre outras coisas, à mobilização popular ambiental acentuada na década de 2010. Neste sentido, como salientei anteriormente, a imprensa chinesa opera de modo a ser o porta-voz do povo e, ao mesmo tempo, esclarecê-lo sobre os seus próprios interesses¹⁸⁹⁰. Além dos eventos de insurreição, que não foram poucos no século XXI, a participação pública na governança ambiental tem se tornado cada vez mais a de endossar medidas políticas mais contundentes tomadas nos últimos anos neste quesito, em outras palavras, o que alguns autores ocidentais – como Edwin Schmitt, Judith Shapiro e Mark Beeson – chamam de autoritarismo ambiental é observado com bons olhos pela opinião pública chinesa, como revelaram as várias pesquisas acima citadas, inclusive a de Schmitt que percebeu que *“a interpretação do Partido sobre a Civilização Ecológica é que o direito e a responsabilidade de proteger o meio ambiente são atribuídos principalmente ao Estado e não aos indivíduos”*¹⁸⁹¹ e, por outro lado, que mesmo os cidadãos mais críticos à priorização da economia em detrimento do meio ambiente *“não estão necessariamente sugerindo a necessidade de maior participação social em uma Civilização Ecológica, mas sim que o Estado deveria usar seu poder autoritário para despriorizar o desenvolvimento*

¹⁸⁸⁸ <<https://www.gov.cn/xinwen/2022-10/25/content_5721685.htm>>

¹⁸⁸⁹ Como Song; Huang, 2021; Zhang; Tang, 2025; Schmitt, 2018; Chen; Zhao, 2022; Xie, 2015; Wu, 2021.

¹⁸⁹⁰ Zhao, 2012, p. 151.

¹⁸⁹¹ Schmitt, p. 77, 2018.

econômico na política ambiental”¹⁸⁹². O processo comunicativo que observamos neste início de século XXI na China acerca dos riscos ambientais passou, portanto, da insatisfação popular com a (parca) qualidade de vida em meio à poluição para uma comunicação politicamente controlada que ressoa na opinião pública através dos *media* de forma estreitamente conectada com as prerrogativas do governo central, particularmente com as do pensamento de Xi sobre o que deve ser a civilização ecológica. Dado o histórico da tradição política chinesa que observamos até aqui, essa conclusão não deve surpreender. O comportamento adequado do líder baseado no princípio da benevolência – isto é, enquanto o administrador por excelência dos recursos naturais ou aquele que, como Yu, o Grande, deve controlar os riscos ambientais assim como prover a nação – reflete no comportamento adequado do povo¹⁸⁹³ e em altas expectativas acerca do desempenho administrativo do líder, isto é, o princípio confucionista de propriedade está altamente operante na dinâmica da criação de uma civilização ecológica na China não apenas pelo princípio de harmonia entre sociedade e natureza, mas em *como* essa harmonia deve ser politicamente estabelecida em todos os níveis. Ao mesmo tempo em que o governo central, personificado em Xi, angariou cada vez mais poder e controle sobre os riscos ambientais e sobre como estes são descritos, ele também tomou para si maiores responsabilidades para as quais, de modo geral, todas as expectativas se voltam. É uma dinâmica bastante distinta de outros sistemas políticos, inclusive de outros regimes ditos autocráticos. A legitimidade da autoridade na China hoje depende em muito da capacidade do governo de cumprir com suas próprias diretrizes e ambiciosas metas de melhoramento da qualidade da produção, da vida das pessoas e da harmonia com a natureza. A emergência de uma civilização ecológica enquanto signo nucleador deu-se numa dinâmica de ressonância entre os movimentos de protestos contundentes na década de 2010, a recuperação e atualização de tradições filosóficas milenares, a interpretação política dessas tradições e seu imenso espraiamento cultural, o que torna seus princípios basais bastante familiares para a população de modo geral. Em outras palavras, embora o Partido e Xi tenham tomado para si a condução da construção de uma civilização ecológica, ela está fundamentada e legitimada na milenar cultura chinesa e passou a condicionar a própria política na qual se justifica. Trata-se de um processo comunicativo autorreforçado que tem conquistado autonomia e se estabelecido tanto na política quanto na opinião pública, assim como em outros sistemas e

¹⁸⁹² Schmitt, p. 84, 2018.

¹⁸⁹³ A pesquisa de Edwin Schmitt, por exemplo, mostra que a participação popular é observada enquanto cultivo da conduta ecologicamente apropriada e não enquanto engajamento em fiscalizar se as políticas estão funcionando.

organizações, como nas instituições científicas e na economia, produzindo ressonância em toda parte.

Do ponto de vista político e científico chinês, a civilização ecológica tem sido fartamente conectada com o marxismo e com o socialismo. Nos últimos anos, diversos estudos¹⁸⁹⁴ têm relacionado os princípios tradicionais acima mencionados com o ecossocialismo contemporâneo. Neste sentido, a civilização ecológica é também combustível para uma retomada de expectativas socialistas com uma roupagem conceitual inédita. Assim, é importante notar que, apesar da abertura para o mercado (internacional e nacional), o sistema político chinês continuou reproduzindo-se com base em certos princípios socialistas que podem ser observados, por exemplo, nos sucessivos planos quinquenais e na comunicação política das lideranças, que projetam ambas expectativas sobre o aumento da renda, da qualidade de vida e de serviços públicos acessíveis para toda a população. Isto é, ao se autodescrever como um regime socialista com características próprias, o sistema político chinês manteve fortes lastros comunistas que atualmente fundamentam também a projeção de uma civilização ecológica, algo praticamente impensável em uma economia capitalista pura, isto é, d'onde o sistema econômico tem plena autonomia em relação à política e opera apenas pela produção privada de riqueza¹⁸⁹⁵. Na China, o controle político sobre as organizações de outros sistemas, particularmente da economia, é o que permite que diretrizes socioambientais cada vez mais radicais sejam colocadas em funcionamento no modo de produção e de consumo. O processo comunicativo recentemente instaurado pela ideia de civilização ecológica pode, no entanto, eventualmente chocar-se contra o paradoxo da modernidade, qual seja, aquele no qual a promessa de inclusão total exige ampliação e aceleração constantes e que tem como uma de suas consequências nefastas a degradação ambiental. A solução para este paradoxo parece estar sendo vislumbrada na aposta altíssima em novas tecnologias para suprir o “moderado” crescimento chinês que ainda não alcançou seu pico energético e econômico. Em outras palavras, a proposta política para a construção de uma civilização ecológica, inclusiva e harmoniosa, é a de acelerar ainda mais as forças produtivas, impulsionadas, porém, por estratégias ambientais sustentáveis, particularmente pelo planejamento espacial, pela inovação tecnológica, pelo uso sustentável da terra e dos recursos naturais, pela proteção ambiental, pela forte regulação e pelo monitoramento

¹⁸⁹⁴ Como em Jingjing Shan et al., 2024; Zhang; Xu, 2024; Cai; Liu, 2024; Foster, 2022; Chen; Zhao, 2022; Yan; Bocharnikov, 2022; Chang; Wang; Wu, 2019; e Chen, 2017.

¹⁸⁹⁵ Foster, 2022.

em tempo real dos riscos¹⁸⁹⁶. Nas palavras de Xi Jinping, que se tornou um slogan dessa perspectiva, a ideia é transformar “águas límpidas e montanhas exuberantes” em fontes de riqueza social. Um exemplo notável é o operado na cidade de Tongchuan, onde uma mina de carvão instalada em 1997 promoveu uma devassa ambiental até que, em 2014, a situação tornou-se insustentável devido ao incômodo causado à população pela poluição. A solução consensuada entre o governo local e a empresa foi alterar completamente a abordagem econômica: a mina foi fechada e um investimento massivo (US\$ 38,75 milhões de fontes governamentais e US\$ 122,35 milhões da indústria de mineração) na recuperação ambiental promoveu um projeto inusitado de transformar a região em um polo turístico baseado em pinturas paisagísticas de Fan Kuan, um artista da dinastia Song (960-1279 d.C.). O resultado foi uma restauração ambiental integral que passou a contar com mais de quarenta instalações hoteleiras que recebem 300.000 visitantes por ano e gera uma receita de US\$ 3,86 milhões, além de empregar a população local e aumentar sua renda¹⁸⁹⁷. Por outro lado, esbarrando no paradoxo acima mencionado, a produção energética na China ainda depende do carvão em pelo menos 55,3%¹⁸⁹⁸, o que significa que, embora a população de Tongchuan esteja hoje segura em relação aos riscos imediatos relacionados à poluição e à degradação ambiental promovida pela indústria mineradora, o combustível está sendo extraído de outro lugar, atualmente principalmente da Mongólia Interior, de Shanxi e de Shaanxi¹⁸⁹⁹. É importante refletir sobre o fato de que essa possibilidade de alteração abrupta da extração de riqueza, que passou de um passo do minério ao turismo, só foi possível através de mecanismos políticos e econômicos muito próprios da China. A mesma lógica de governança, na qual a política dispõe soluções ambientais e regras para a economia, opera-se na indústria manufatureira. Sob o princípio de alcançar maiores lucros com utilização mínima de recursos naturais e energéticos, há um estímulo, senão uma imposição, para o uso de energia limpa, melhoria da eficiência dos recursos – através, por exemplo, da digitalização da produção e do uso de IA para monitoramento em tempo real de todo o processo produtivo –, reciclagem ampla dos insumos e uso de tecnologias avançadas para reduzir a emissão de detritos. Um parque químico, em Shaoxing, por exemplo, passou por uma reestruturação, feita de cima para baixo, obviamente, na qual 34 empresas foram suspensas e tiveram suas tecnologias retificadas, 26 precisaram sair do negócio e 13 foram fundidas ou reorganizadas de modo a atender aos novos

¹⁸⁹⁶ Foster, 2022.

¹⁸⁹⁷ Minjun; Hongbo, p. 57, 2024.

¹⁸⁹⁸ Segundo o Comunicado Estatístico da República Popular da China sobre o Desenvolvimento Econômico e Social Nacional em 2023.

¹⁸⁹⁹ China, 2025.

padrões estabelecidos pelo governo. O resultado foi a redução de 82,5% do lodo tóxico produzido por essas indústrias e o aumento em dois dígitos do seu valor produtivo¹⁹⁰⁰. Outro exemplo é o da indústria têxtil no distrito de Keqiao, sobre a qual uma regulamentação mais severa obrigou 109 empresas a aprimorarem suas tecnologias de captação de recursos naturais e de evasão de detritos, que permitiu que 80% do material particulado expelido fosse tratado ou extinto, assim como 90% dos gases de escape¹⁹⁰¹. A aliança entre o crescimento econômico acelerado e a construção de uma civilização ecológica coloca a China hoje no centro de uma contradição nunca resolvida historicamente: ao mesmo tempo que é a maior emissora de GEE do mundo, ela dispõe do maior mercado de carbono do planeta e, enquanto consome um terço do carvão global¹⁹⁰², também tem a maior infraestrutura de energia renovável¹⁹⁰³. Destaca-se aí o princípio de fazer o máximo com o mínimo de recursos, baseado particularmente em reciclar e reutilizar insumos e energia¹⁹⁰⁴, fazer utilização cada vez mais ampla de energias limpas e desenvolver e aplicar tecnologias que reduzem a emissão de detritos nocivos. Os resultados dessa orientação política rigorosa foram notáveis em pouquíssimo tempo: entre 2013 e 2019, os níveis nacionais de PM_{2,5} diminuíram cerca de 40% e as concentrações de SO₂ e CO₂ caíram 65% e 33%, respectivamente¹⁹⁰⁵, com ênfase nas regiões onde a poluição atmosférica é um incômodo contundente, isto é, nos arredores de Pequim a redução foi de mais de 12 µg/m³ por ano entre 2015 e 2018¹⁹⁰⁶. A média nacional anual de PM_{2,5} em 2018 foi de 40,1 µg/m³¹⁹⁰⁷ e em 2024 de 29,3 µg/m³¹⁹⁰⁸ – embora a redução tenha sido razoável, ainda está acima dos 10 µg/m³ recomendados pela OMS. O sistema de monitoramento atmosférico, implementado em 2013, tornou-se funcional em apenas dois anos, com uma cobertura de 98% do território, cujos dados podem ser acessados em tempo real¹⁹⁰⁹. A disponibilização de dados e informações sobre a poluição e sobre as soluções para os riscos tem sido feita contundentemente, provavelmente como uma estratégia da propaganda governamental, e os jornais têm tido um papel proeminente nessas comunicações. Em uma matéria publicada em 15 de agosto de 2025, por exemplo, o

¹⁹⁰⁰ Minjun; Hongbo, p. 52, 2024.

¹⁹⁰¹ Minjun; Hongbo, p. 54, 2024.

¹⁹⁰² <<[¹⁹⁰³ Green Economy Coalition, p. 4, 2021.](https://www.iea.org/reports/coal-mid-year-update-2025/demand?utm>></p></div><div data-bbox=)

¹⁹⁰⁴ Destaca-se neste quesito a transformação de detritos em energia, cuja observação aprofundada por ser feita em Jingzheng, 2020.

¹⁹⁰⁵ Greenstone et al., p. 2, 2021.

¹⁹⁰⁶ Greenstone et al., p. 4, 2021.

¹⁹⁰⁷ Greenstone et al., p. 2, 2021.

¹⁹⁰⁸ <<[¹⁹⁰⁹ Greenstone et al., p. 3, 2021.](https://www.mee.gov.cn/ywtd/xwfb/202501/t20250124_1101318.shtml?utm>></p></div><div data-bbox=)

Zhōngguó Ribào fez um relato sobre a participação do premiê Li Qiang na cerimônia de abertura do evento principal do Dia Nacional da Ecologia, na qual se lê:

O primeiro-ministro chinês Li Qiang enfatizou na sexta-feira a necessidade de estabelecer e implementar firmemente o conceito de que ‘águas límpidas e montanhas verdejantes são ativos inestimáveis’ e pediu esforços para escrever um novo capítulo na construção da civilização ecológica na nova era. [...] Li afirmou que este importante conceito fornece orientação científica para a coexistência harmoniosa entre humanos e natureza. Ele oferece ideias e soluções chinesas e faz contribuições chinesas para o desenvolvimento sustentável global e a construção de uma civilização ecológica. O desenvolvimento econômico e social da China entrou em um estágio de desenvolvimento de alta qualidade de aceleração da transformação verde e de baixo carbono, e é imperativo seguir inabalavelmente o caminho de dar prioridade à conservação ecológica e buscar o desenvolvimento verde, disse ele. Esforços devem ser feitos para aumentar a diversidade, a estabilidade e a sustentabilidade dos ecossistemas e promover solidamente a transformação verde e de baixo carbono das indústrias, disse Li, acrescentando que é crucial inovar os sistemas e mecanismos para a civilização ecológica. ‘Devemos unir forças com todas as partes para proteger o meio ambiente, enfrentar as mudanças climáticas e promover conjuntamente o desenvolvimento sustentável global’, disse ele. Esforços devem ser feitos para mobilizar toda a sociedade para tomar medidas ativas e trabalhar em conjunto para construir uma China Bela, fazendo maiores contribuições para a construção conjunta de um mundo limpo e bonito, disse ele.¹⁹¹⁰

É notável que o protagonismo pela construção da civilização ecológica assenta-se cada vez mais sobre o governo, as expectativas são sobretudo orientadas para uma condução cada vez mais rigorosa e acelerada do plano ambiental, que se refere tanto ao âmbito nacional quanto internacional. O Nánfāng Zhōumò, que tem, como já enfatizei, um viés mais crítico, principalmente sobre os temas ambientais, publicou em 6 de fevereiro de 2025 uma matéria intitulada “568 empresas listadas expuseram riscos ambientais, mas compromissos verdes ainda precisam ser cumpridos”, na qual explicitou os resultados de um monitoramento, feito pelo próprio jornal, de 568 empresas, que revelou “*1.531 incidentes de risco ambiental com um índice de risco de 1.947,9, uma média de 29 riscos ambientais por semana*”. A matéria expõe nominalmente os setores e os nomes dessas indústrias e ainda tece uma crítica, no subtópico intitulado “*Hipocrisia: Indústrias e projetos verdes enfrentam inúmeros desafios*”, às empresas do setor verde em funcionamento. Segundo a matéria:

Apesar de operarem em setores verdes, essas empresas não conseguiram integrar sistemas de gestão ambiental em todas as suas operações. Sua busca cega por implementação rápida, crescimento de lucro e controle de custos em alguns projetos compromete o propósito original do desenvolvimento da indústria verde. Projetos que originalmente deveriam promover a governança ambiental acabaram causando danos ambientais. Isso não apenas viola a intenção das preferências políticas e dos subsídios financeiros, como também causa incompatibilidade de recursos, afetando a confiança do público nas indústrias verdes e gerando impactos ocultos e de longo prazo no meio ambiente.¹⁹¹¹

¹⁹¹⁰ <<[¹⁹¹¹ <<\[519\]\(https://www.infzm.com/contents/287377?utm>></p></div><div data-bbox=\)](https://www.chinadailyasia.com/hk/article/617979?utm>></p></div><div data-bbox=)

Além disso, a matéria relata que foram aplicadas punições para as indústrias flagradas em infração ambiental. É relevante, contudo, notar que o artigo tem início com uma listagem das políticas ambientais vigentes para, em seguida, demonstrar que essas políticas não estão sendo cumpridas à risca por diversos setores da economia. A crítica, neste sentido, é muito mais contra empreendimentos econômicos onerosos para o meio ambiente do que ao sistema político, já que as regras estão colocadas, mas não estão sendo seguidas como deveriam, muito embora fique implícito que o governo está tendo dificuldade em fazer valer a letra da lei. O que se observa em ambas as matérias é a manutenção do enquadramento alinhado ao sistema político e, embora o Nánfāng Zhōumò tenha a tendência a expor mais criticamente a situação ambiental, dificilmente se encontrará críticas diretas ao governo central, nele e em qualquer outro jornal chinês. Neste quesito, destaco que a ampliação dos meios de comunicação de massa na China não resultou em uma diminuição da censura, mas a complicou e a tornou silenciosa, isto é, dificilmente qualquer informação desviante pode vir à tona, porquanto o monitoramento governamental tornou-se tecnologicamente extenso e, no caso de exceção, as informações são retiradas do ar sem alarde. Houve também um aprofundamento da autocensura no corpo jornalístico¹⁹¹², que torna improvável a disseminação de narrativas discordantes do plano político. Neste sentido, podemos concluir que há nas comunicações da imprensa chinesa, sobre os riscos ambientais e as observações sócio-terranas, um consenso dificilmente encontrado em outros locais. Há uma convergência para a normativa da construção de uma civilização ecológica fundamentada principalmente no pensamento de Xi Jinping que, por sua vez, parte da atualização de princípios tradicionais arcaicos de harmonia entre humanidade e natureza, assim como de princípios do autointitulado socialismo chinês. Ressalto, por fim, que junto disso há uma dimensão estética altamente relevante, que pode ser sintetizada no slogan de Xi que prospecta uma “Bela China” a ser construída pelo investimento em tecnologias ecologicamente eficientes, pelo fortalecimento de culturas tradicionais locais e por uma economia com qualidade horizontal, tanto nas relações entre humanos quanto entre humanos e não humanos. Nas redes sociais, essa dimensão estética fundamentada em princípios e hábitos tradicionais tem ganhado força, com influenciadores como Liziqi, Dianxi Xiaoge e Xiǎng Nóng, que publicam vídeos nos quais se observa a experiência humana em meio à natureza idílica. Neste sentido, é importante ressaltar que o slogan de uma “Bela China” não projeta a preservação apenas de paisagens grandiosas, a serem resguardadas do contato humano em reservas, mas a construção de uma

¹⁹¹² Xie, p. 6, 2015.

unidade entre sociedade e natureza que pretende produzir em toda parte paisagens belas para uma experiência compartilhada.

Em termos de conclusão, vale refletir que a ampliação das comunicações políticas e pelos meios de comunicação de massa sobre os riscos ambientais na China tem diversos fatores, um deles é, obviamente, a vontade do governo chinês de aumentar seu protagonismo enquanto um agente relevante nas negociações climáticas. Como discuti anteriormente, a reputação em relação ao mundo é extremamente relevante para a China, algo possivelmente decorrente da sua ancestralidade imperial e da humilhação experienciada entre os séculos XIX e XX. A retomada de um lugar central no globo, como o Reino do Meio que nunca deixou de ser para seu nacionalismo espalhado, tem profunda relação com as grandiosas obras erigidas desde tempos remotos e que se tornaram cada vez mais imponentes e muito provavelmente resvala também nas metas e políticas ambiciosas para uma economia verde exemplar. Neste sentido, as investidas colonizadoras parecem ter ressoado de duas formas no processo de modernização chinês: por um lado, operou-se uma resistência veemente contra a colonização ocidental, tanto em termos empíricos quanto epistêmicos; ao mesmo tempo, observa-se uma seletividade muito precisa de acoplamentos estruturais que permitiram a modernização chinesa ao seu próprio modo. Hoje, nota-se que, política e economicamente, a China tende a aumentar ainda mais seu protagonismo na política global, algo que possivelmente fundamenta-se tanto em seu olhar para fora quanto para dentro, isto é, ao aceitar a factibilidade dos riscos ambientais planetários, o governo chinês opera sob princípios de fundo confucionista, dentre eles, aquele de agir no momento certo frente aos perigos e, particularmente, o de garantir o provimento adequado para sua imensa população. Sua legitimidade depende disso, como vimos na ressonância política que tiveram os protestos da década de 2010. O fato contundente de que as mudanças climáticas muito provavelmente causarão danos substanciais no território chinês também está sendo considerado nesse processo. As projeções mais recentes do IPCC¹⁹¹³ apontam que os principais conglomerados urbanos da China, isto é, Pequim-Tianjin-Hebei, Delta do Rio Yangtzé, Rio Yangtzé Médio, Chongqing-Chengdu e Delta do Rio das Pérolas, enfrentarão intensidade de temperatura máxima extrema 4,1 vezes mais caso o aquecimento global atinja 2°C. O aumento do nível dos oceanos é uma ameaça séria para cidades costeiras em todo o mundo. Na China, elas são majoritariamente grandes centros industriais e financeiros como Guangzhou, Xangai e Tianjin, que estarão expostas a um aumento de 0,5 metro até o fim do século. A dinâmica hídrica

¹⁹¹³ <<<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/chapter/chapter-10/?utm=>>>>

chinesa, que, lembre-se, pendula entre muita e pouca água, deve tornar-se cada vez mais extremada. Além disso, o acelerado degelo das Cordilheiras do Himalaia¹⁹¹⁴ e do Planalto Tibetano, que sustentam os principais rios chineses, deve causar danos terríveis e irreversíveis, primeiro acarretando em inundações, o que já está acontecendo, e, depois, possivelmente tornando a água extremamente escassa. Outras consequências perversas das mudanças climáticas já foram discutidas anteriormente nesta tese, mas vale lembrar que colocam em risco a saúde humana, a disponibilidade de água e alimentos e devem levar ao declínio acentuado da biodiversidade. Com isso em vista, a proposta de uma civilização ecológica a ser construída em ritmo acelerado é, pelo menos, razoável. Se ela se concretizará e se concretizará a tempo é contingente, como tudo em sociedade. Para tanto, precisará superar o paradoxo da modernidade, isto é, precisará manter o crescimento a ponto de prover inclusão total e, ao mesmo tempo, fazê-lo construindo um novo equilíbrio com o planeta e seus recursos para a permanência e reprodução social. O sucesso dessa empreitada depende não apenas de sua realização na China, mas no mundo, dada a globalização dos riscos – econômicos, políticos e ambientais – o que a torna ainda mais improvável. Mas, se ocorrer, então poderemos dizer que uma nova era terá começado.

¹⁹¹⁴ Shapiro, p. 52, 2016.

10. Observações Sócio-Terranas em Perspectiva Comparada:

Do Global ao Local, ou Lá e de Volta Outra Vez

[...] Morrerá depois o planeta girante em que tudo isto se deu [...]
Tabacaria – Fernando Pessoa

Chegamos à foz dessa contextura, por assim dizer. Justificando a metáfora, este último capítulo não dará um encerramento abrupto às descrições feitas anteriormente, mas elencará possibilidades contingentes para sua continuidade. Ele pode ser lido, portanto, como um recomeço. Retomarei aqui as bases teóricas que pavimentaram o caminho percorrido e as articularei com as observações sócio-terranas e seus riscos inerentes nos três países cujos casos exemplares nos fizeram ver uma grande variedade descritiva que servirá então para uma comparação teoricamente embasada. Por fim, incluirei estudos paralelos que estão a tratar do mesmo tema em diferentes perspectivas, de modo a especular sobre possíveis soluções em relação aos riscos ambientais, assim como indicar outros novos problemas de pesquisa relevantes no futuro.

10.1 A construção dos riscos ambientais em perspectiva comparada: similaridades e distinções entre Reino Unido, EUA e China

Essa tese construiu-se, como o/a leitor/a deve ter percebido, através da tessitura histórica das observações sócio-terranas em três diferentes países, feita em dois níveis gradativos: primeiro, considerando o aprofundamento das observações sócio-terranas em três sucessivas potências globais que têm, portanto, ampla contribuição na emergência dos riscos ambientais modernos e, segundo, considerando processos de modernização a nível global, principalmente, a diferenciação dos sistemas científico, político, econômico e dos meios de comunicação de massa enquanto sistemas mundiais, mas situacionalmente ancorados. Temos, sobretudo, uma ênfase nas observações produzidas pela imprensa desses diferentes países, por conta de sua particular função, qual seja, a de descrever a sociedade para ela mesma, levantando problemas e soluções normativamente orientadas, aqui particularmente os relativos aos riscos ambientais. Vamos agora a uma comparação das similaridades e distinções emergentes nas descrições desenvolvidas nesta tese.

Um primeiro ponto a se considerar é que os processos de modernização nos três países em tela levaram à passagem de sociedades majoritariamente rurais para sociedades

majoritariamente urbanas e essa mudança ambiental teve forte ressonância nas respectivas observações sócio-terranas operadas em cada caso, embora com temporalidades distintas. No caso do Reino Unido, vimos que a poluição atmosférica, por exemplo, já era um incômodo em tempos medievais, mas que, a partir da acentuada industrialização entre os séculos XVIII e XIX, o incômodo tornou-se um risco, porquanto aumentou sua frequência, sua intensidade e, logo, suas consequências sociais nos primeiros conglomerados urbanos nucleados em torno da produção fabril. Conforme a densidade populacional confluiu com o aumento de detritos, tanto atmosféricos quanto do despejo doméstico e comercial de resíduos orgânicos e inorgânicos, o problema sanitário foi tornando-se cada vez mais premente, já que se manifestou, sobretudo, como risco de doenças, dentre as quais, as epidêmicas, acentuadas pelo aglomerado de corpos suscetíveis a infecções em pouquíssimo e nada salutar espaço – como eram as moradias operárias da época. O mesmo observamos nos EUA, por exemplo, nos estreitos prédios em formato de halter onde amontoavam-se os trabalhadores em Nova York no fim do século XIX. Na China, essa passagem, do rural ao urbano, aconteceu entre os séculos XX e XXI e degingolou mais ou menos nos mesmos riscos, como os da poluição atmosférica na região de Pequim-Tianjin-Hebei, como da poluição hídrica no Lago Tai e da poluição do solo em Dongyang. Essa ampla constatação não é nenhuma novidade, mas suscita uma reflexão que, orientada pela teoria dos sistemas, pode trazer uma perspectiva diversa, qual seja, que a semântica moderna conduz observações que distinguem sociedade e natureza enquanto entidades apartadas, senão opostas. Assim, os ambientes urbanos são observados como puramente sociais e os ambientes rurais e florestais como mais naturais. Mas o que se observa, pela perspectiva conceitual aqui proposta, é o oposto: conforme a urbanização se estendeu sobre a terra, sobre os mananciais e sob a atmosfera, mais ressonantes as relações entre sociedade e natureza passaram a se dar. Em outras palavras, a natureza está mais e não menos presente para a sociedade moderna quando esta aumenta a densidade de instalações e observações em determinado território. A dificuldade de constataremos isto deve-se possivelmente ao fato de que, para a percepção humana, a natureza na cidade é menos visível do que, digamos, no campo, mas, para a observação social moderna, a natureza é, sem dúvida, mais frequente e diversamente considerada na cidade do que em outros locais. Explico: quando nós, humanos, olhamos o chão das grandes cidades, o que vemos é o cinza do asfalto ladeado de bocas de lobo e grandes edifícios que se erguem à volta, vemos os postes de luz e os fios que os conectam, dentre outros artefatos que submergem no cotidiano. Não vemos a terra poucos centímetros abaixo, não vemos os rios canalizados recebendo a enorme quantidade de detritos diariamente produzidos ou os alicerces dos grandes edifícios

embrenhados no solo, não vemos a energia elétrica passando através dos fios suspensos, nem vemos a enxurrada d'água que gira as turbinas que a produzem. Mas as observações sócio-terranas que projetaram, executaram e fazem a manutenção desses artefatos precisam considerar detalhadamente as características naturais para a implementação e a permanência dessas tecnologias rotineiramente. A própria matéria utilizada na arquitetura das cidades é composta por elementos naturais rearranjados através de observações sócio-terranas, de modo a constituir-se em vigas, paredes, autopistas e cabos; até ondas eletromagnéticas são operacionalizadas de forma a conectar equipamentos pelos quais a comunicação se reproduz. A ressonância entre natureza e sociedade é tão forte em grandes conglomerados urbanos que ela é capaz de alterar o microclima de uma região, ou ainda, de gerar riscos como os de inundação e calor extremo. Sinteticamente, isso não advém do fato de a sociedade ter se apartado da natureza, pelo contrário, é resultado do aumento de sua ressonância com ela, muitas vezes de forma arriscada. Com isso, quero dizer que a natureza está mais para a sociedade em regiões nas quais as observações sócio-terranas são mais profundas no sentido moderno do que nas paisagens idílicas dos parques florestais¹⁹¹⁵, embora para a observação humana seja o contrário. Há, portanto, uma gradação conforme aprofundam-se as observações sócio-terranas em determinados ambientes naturais e físicos: na cidade elas são sobremaneira mais complexas, porquanto os elementos da natureza não são apenas mais considerados rotineiramente, mas incorporados na dinâmica socioambiental; no campo, principalmente onde reinam as monoculturas, as observações sócio-terranas são específicas de outra forma e não precisam considerar tantas informações sobre a natureza quanto na cidade; nas reservas florestais, bastante conectado ao modo como os EUA as definiram no século XIX, a natureza é sacralizada enquanto um ambiente limitado, sublime e sobretudo, desumanizado, isto é, que deve ser mantido apartado da sociedade para permanecer

¹⁹¹⁵ Muito embora tais paisagens modernamente observadas enquanto natureza pura sejam também resultado de observações sócio-terranas feitas por outras sociedades, como bem mostra o estudo de Charles R. Clement et al.: “O consenso atual entre ecologistas históricos sugere que a Amazônia é um mosaico complexo de sistemas humanos-naturais acoplados, típicos de biomas antropogênicos ou antromas globalmente, refutando alegações anteriores de limitações ambientais uniformes. Aqui, resumimos a natureza e a extensão dessas transformações durante o Holoceno para mostrar que a Amazônia não era mais limitante do que regiões de florestas tropicais em outras partes do globo. A Amazônia foi domesticada antes da conquista europeia. Como em outros lugares, as sociedades humanas modificaram drasticamente a composição de espécies em muitos ecossistemas, começando em algumas áreas no início do Holoceno e dando origem a sistemas complexos e sofisticados de gestão de terras associados a grandes populações sedentárias pela conquista europeia. Especificamente, grandes sociedades pré-colombianas domesticaram grandes porções de suas paisagens para torná-las mais produtivas e agradáveis, como esperado na teoria da construção de nicho cultural. As modificações de espécies e ecossistemas são devidas à domesticação, tanto de populações de plantas e animais quanto de paisagens. O crescimento populacional causou modificações de longo prazo nos solos, criando terras escuras amazônicas (ADEs) e transformando florestas naturalmente biodiversas em paisagens florestais antropogênicas” (Clement et al., p. 1-2, 2015).

em sua pureza. Veja bem, esse é o modo pelo qual a semântica moderna tece observações sócio-terranas; no caso dos chamados povos originários e povos da floresta, o caso é completamente diverso, uma vez que consideram a natureza como parte da sociedade e a conhecem de outro modo, tecendo relações com seus ambientes naturais há milhares de anos, relações estas que também produzem ressonância a ponto de gerar mútuas transformações. Seria bastante interessante um estudo que se debruçasse sobre essas diferenças, mas não é o caso aqui, onde tratamos sumariamente dos processos de modernização e sua perspectiva particular sobre a natureza.

A forma pela qual os meios de comunicação de massa, particularmente os jornais, descreveram o aprofundamento dessas observações e seus riscos inerentes é a sustância desta tese. No terceiro e no quarto capítulo, detalhei de forma abrangente como a diferenciação dos *media* erigiu-se sob a função de descrever a sociedade para ela mesma, selecionando informações de seu ambiente e criando uma memória social disponibilizada para atualização em outros sistemas da qual emerge a opinião pública. Observamos na exposição dos três casos que os jornais acoplaram e atualizaram informações de diversos sistemas ao tratar do tema ambiental, dentre eles destacou-se os sistemas político e científico, mais o primeiro que o segundo.

No Reino Unido, vimos que o tema dos riscos ambientais globais tornaram-se relevantes para a imprensa através de dois fatos políticos, quais sejam, as declarações de Margaret Thatcher durante a conferência do Partido Conservador na Sociedade Real em 1988 e na Assembleia das Nações Unidas em 1989, nos quais a então primeira-ministra tornou pública a perspectiva de seu governo para o qual a responsabilidade sobre os riscos seria generalizada, criando uma simetrização – que tornou-se logo conflituosa – entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e disponibilizou soluções por meio do crescimento econômico neoliberal e da utilização de energia nuclear, isto é, enquanto distribuiu as causas, a Sra. Thatcher deu protagonismo às soluções pelo livre mercado e pela inovação tecnológica empreendida por meio dele. A ressonância dessas comunicações na imprensa se deu de forma seletivamente diversa, porém aumentou o número de publicações sobre o tema dos riscos ambientais globais de forma generalizada. Logo a partir deste momento, duas perspectivas cindiram-se nas descrições jornalísticas britânicas, como observamos em dois grandes jornais: por um lado, o *The Guardian* passou a publicizar uma perspectiva cientificamente orientada acerca dos riscos e foi bastante crítico às soluções politicamente dispostas, pelo menos até o governo de Tony Blair, durante o qual foi mais condescendente, embora tenha mantido uma postura relativamente ponderada; por outro lado, o *The Times*, embora tenha de início acoplado informações do discurso científico

vigente, assim que os custos econômicos para o enfrentamento dos riscos ambientais ficaram mais claros, passou a uma descrição cética que manteve-se até a primeira década do século XXI quando abordagens mais equilibradas começaram a aparecer. Outros jornais de grande circulação, como o Daily Telegraph, perpetraram a perspectiva negacionista sobre os riscos ambientais, assim como outros, como a BBC News, abordaram o tema de forma cientificamente orientada. No entanto, duas características perpassam essas diversas narrativas: i) de forma geral, os jornais britânicos abordaram os riscos ambientais modernos como de responsabilidade global compartilhada – exatamente como a Sra. Thatcher emplacou o tema na década de 1980; e ii) portanto, os problemas e as soluções normativamente dispostas passaram muito pela forma como seus sucessivos governantes negociaram o enfrentamento aos riscos na política internacional, mais do que sobre o que faziam na política doméstica, embora ela tenha tido sua relevância.

Nos EUA, a imprensa liberalmente orientada, assim como no Reino Unido, produziu descrições díspares sobre o tema dos riscos ambientais, bastante pautadas pelas comunicações políticas. Vimos que, até a década de 1980, quando os riscos eram observados principalmente como domésticos, a imprensa estadunidense orientou-se por perspectivas preservacionistas quando se tratava da proteção das paisagens sublimes, assim como por uma perspectiva higiênica quando se tratava dos riscos oriundos da poluição e, neste sentido, criando altas expectativas em soluções tecnológicas e na mobilização civil para o fomento e o uso adequado de tecnologias. Entre as décadas de 1960 e 1970, vimos a emergência do movimento ambientalista nos EUA, junto de outras pautas efervescentes que foram ressonantes para a política. Neste momento, a imprensa descreveu os riscos ambientais de forma cientificamente orientada e seus decorrentes problemas enquanto um infortúnio para a população e, por outro lado, dispôs soluções ao nível individual e civil, focando mais em como consumir energia, produtos e tecnologias de forma correta, do que no modo de produção desses artefatos. Até então, as comunicações políticas sobre os riscos eram relativamente marginais na observação da imprensa, com óbvia exceção no caso das grandes manifestações de 1972 e na subsequente promulgação de inúmeras leis neste período. Foi a partir do governo Reagan, na década de 1980, que as comunicações políticas sobre os riscos ambientais passaram a ter maior ressonância na observação jornalística e isto se deve bastante ao fato de que, a partir de então, os governos estadunidenses, particularmente os republicanos, aliaram-se e organizaram-se junto de institutos que produziram – e continuam produzindo – argumentos céticos em relação aos riscos ambientais respaldados em (pseudo) ciência. Por uma característica própria da imprensa estadunidense, oriunda de uma interpenetração com o sistema de direito, a seleção das informações e a conformação de

narrativas precisa explicitar todos os lados de um debate, a chamada Doutrina da Justiça. Isso pode ser democraticamente interessante quando o tema à vista trata de fatos históricos e sociais, no entanto, no caso de fatos científicos, esse parâmetro seletivo acabou por transformar o consenso científico sobre os riscos ambientais em controvérsias científicas. A partir da tematização dos riscos globais neste período, todos eles foram observados sob esta lente, às vezes chamada equilibrada, pela qual, através de entrevistas e relatórios para a imprensa, os governos republicanos (entre 1981 e 2009, depois entre 2017 e 2021 e agora, a partir de 2025) negaram as causas sociais da chuva ácida, da depleção da camada de ozônio e do aquecimento global. É revelador que a tematização dos riscos ambientais tenha se mantido pelo enquadramento da controvérsia científica até a década de 2010 nos EUA, quando passou a ser paulatinamente transformada em uma controvérsia política, uma vez que foi durante o governo de Barack Obama que os democratas passaram a disponibilizar soluções importantes no trato ambiental e os EUA aderiram ao Acordo de Paris, enquanto, por outro lado, os republicanos radicalizaram sua postura contrária à agenda climática, dentre outras pautas relevantes. Particularmente no segundo mandato de Obama, vozes mais histriônicas da direita política ressoaram como um efeito bumerangue nos jornais, catalisando a cisão na opinião pública entre adeptos e contrários às pautas ambientais. Isto é, embora o tema dos riscos tenha passado por uma aceitação de sua veracidade científica, a construção dos problemas e das soluções tornou-se um grande debate político na imprensa estadunidense que o perpetrou, dentre outras coisas, através do seu condão altamente sensacionalista.

A China revelou-se como um caso bastante diferente dos dois outros países em tela. Como vimos, lá a imprensa moderna emergiu nas tentativas de colonização britânica em cidades portuárias cujas jurisdições eram compartilhadas. Neste sentido, os jornais chineses foram criados com bases liberais, mas semanticamente ancorados no confucionismo, isto é, enquanto cumpridores de uma função antes atribuída aos censores imperiais de informar o poder sobre insatisfações populares relevantes e, ao mesmo tempo, conectar a opinião pública às decisões políticas. No início do século XX, durante o governo militar-republicano do Kuomintang, vimos que os jornais tiveram um papel importante no acoplamento de valores ocidentais relativos à modernização e, via de regra, endossaram as tomadas de decisão do governo, particularmente as relacionadas ao enfrentamento dos riscos ambientais, como no caso das grandes enchentes de 1931, assim como evidenciaram a filantropia como uma solução paralela. A partir de 1949, como vimos, a imprensa estrangeira deixou de existir, assim como jornais alinhados ao governo anterior foram fechados ou incorporados em outros, a partir de então sob a supervisão do Comitê

Central do PCC, da Agência de Notícias Xinhua e da Administração Geral de Notícias. Desde antes, no entanto, a perspectiva comunista sobre o papel dos meios de comunicação de massa os colocava como um instrumento ideológico relevante pelo qual as expectativas revolucionárias deveriam conduzir a opinião pública. Assim, uma vez consumada a revolução, os jornais chineses ressoaram par a par as diretrizes políticas estabelecidas para o aprofundamento das transformações sociais, particularmente no que nos interessa, as decorrentes das observações sócio-terranas operadas pelo governo. Durante o período de Mao no poder, vimos que a natureza foi observada como (mais) uma inimiga da revolução, logo, que deveria ser subjugada em prol do aumento da produção agrícola e industrial. Obras monumentais passaram a ser cada vez mais estimuladas e elogiadas nos jornais, junto do endosso de empreendimentos colossais de recuperação de terras, de construção de canais e barragens, do plantio denso de grãos, da exterminação de pragas – nem todas maléficas, como descobriu-se posteriormente – e do expansivo corte madeireiro para a produção de aço e ferro em improvisados fornos de quintal. O enquadramento das reportagens sobre o tema ambiental neste período, entre as décadas de 1950 e 1970, foi, usualmente, militarizado, colocando a natureza como uma inimiga a ser conquistada pela força do trabalho e pela vontade do povo – retumbante às comunicações políticas orientadas pelo grande timoneiro. Intelectuais que foram a público, principalmente na Campanha das Cem Flores em 1956, para criticar os duvidosos métodos pelos quais o governo propunha a aceleração econômica, acabaram por ser também enquadrados como inimigos do avanço revolucionário e, logo, expostos em cartazes e matérias jornalísticas de cunho acusatório – e isto não foi o pior que lhes aconteceu. Os projetos, formulados em observações sócio-terranas desde cima, eram fartamente publicizados pela imprensa e espalhados através de grupos de leitura coletiva que eram comuns entre os trabalhadores. Neste sentido, expectativas bastante homogêneas foram criadas em relação aos problemas e às soluções, muitas das quais baseadas na perspectiva muito própria de Mao sobre a natureza, que pressupunha, dentre outras coisas, que a luta entre sociedade e natureza decorria de uma dialética na qual ambas poderiam ser aprimoradas e, neste sentido, experimentos baseados em (pseudo) ciência eram bastante estimulados. Ao mesmo tempo, vimos que durante este período a imprensa chinesa criou expectativas estratosféricas sobre o crescimento econômico, bastante baseadas em informações falsas que, como refletimos no capítulo correspondente, podem ter tido origem tanto nas redações dos jornais quanto nas comunicações de quadros locais que poderiam estar mentindo sobre o tamanho das safras, por exemplo, por medo ou por adulação. Fato é que, no caso da Grande Fome, por exemplo, o próprio governo central parece ter sido enganado sobre os

números reais da economia e apenas quando os riscos se tornaram notáveis, decisões mais coerentes foram tomadas a respeito. Outro parâmetro relevante, que refletiu na publicação de informações falsas sobre o crescimento econômico, foi o aceleracionismo inerente às campanhas perpetradas nesta época: a normativa básica era a de produzir mais e mais rápido e, no limite, sacrificar-se em nome do desenvolvimento coletivo. Não é preciso repetir que a devassa ambiental neste período foi estrondosa na China. Apenas ao fim da década de 1970, com a morte de Mao, o jornalismo tornou-se mais profissional, dando início à era das reportagens investigativas e o enquadramento bélico foi substituído pelo da seguridade, mais uma vez alinhando-se às comunicações vigentes na política, agora sob o governo de Deng Xiaoping. A década de 1980 foi um período de abertura em vários sentidos. Nos meios de comunicação de massa, o afrouxamento da censura permitiu o contato com obras estrangeiras na literatura e na ciência, enquanto internamente escritores chineses formaram uma vanguarda para resgatar valores arcaicos de sua cultura, algo reforçado pelo nacionalismo em voga no sistema político. Altas expectativas sobre inovação tecnológica, industrialização, urbanização e contenção de riscos ambientais apareceram na opinião pública neste momento. A natureza, antes observada enquanto inimiga, passou a ser observada enquanto relacionada à qualidade de vida e à exuberância estética de grandes paisagens, algo inédito na China. Grandes projetos de contenção dos riscos ambientais tiveram início neste período, como a Grande Muralha Verde, fartamente elogiada pela imprensa, que permaneceu operando enquanto conectora entre governo e opinião pública, logo, endossando as decisões políticas e dispondo ao público o que se deveria esperar enquanto problemas e soluções. Na década de 1990, muitas das expectativas alavancadas desde 1980 pareciam estar sendo frustradas. A ampla industrialização, promovida pela abertura ao investimento estrangeiro, realmente se deu, mas, até então, não havia trazido ganhos palpáveis para a população que experienciava o aumento da desigualdade social, assim como da emergência de riscos ambientais contundentes. Foi então que massivos movimentos de protestos começaram a acontecer, tanto em organizações trabalhistas quanto ambientalistas. Concomitantemente, a imprensa passou a cobrir mais criticamente o tema dos riscos ambientais, paradoxalmente de uma forma apazível ao governo central que procurava, por sua vez, mostrar-se mais preocupado no trato destes riscos através da promulgação de leis, que tornavam as regras para a emissão de poluentes e descarte de detritos mais severas. A bem da verdade, dentre uma série de temas polêmicos, o dos riscos ambientais não foi proibido a partir de 1980 – pelo menos não recorrentemente –, pelo contrário, a comunicação sobre eles foi endossada pelo governo, que manteve o controle sobre os jornais, assim como dos demais meios de comunicação.

Provavelmente isso se deve a dois motivos: i) as críticas normalmente eram feitas contra organizações do sistema econômico, como empresas e indústrias, assim como contra agentes de governos locais e, neste sentido, endossavam as tomadas de decisão políticas que estavam sendo feitas no centro para combater os riscos; e ii) porque há, na China, um fator de legitimidade que responsabiliza os governos sobre a segurança alimentar e ambiental de sua população, algo que remonta ao milenar império chinês. Claro que, em relação aos movimentos de protesto, houve repressão. Mas, nos jornais, a tematização dos riscos foi cada vez mais estimulada, de modo que outros fatores satélites, por assim dizer, que rondavam os eventos descritos, foram permitidos e incorporados por uma perspectiva mais crítica, como, por exemplo, a corrupção de governantes locais no caso do incêndio florestal de Heilongjiang reportado na histórica matéria “Tristeza Verde”. No início do século XXI, os riscos, produzidos tanto pela poluição generalizada quanto pela desigualdade social, continuaram aumentando, assim como os movimentos de protesto e a cobertura da imprensa sobre o tema. Em 2006, o mesmo ano em que a China se tornou o maior emissor de CO₂ do mundo, o Décimo Primeiro Plano Quinquenal passou a dispor de decisões mais contundentes no trato ambiental e os princípios arcaicos de harmonia entre sociedade e natureza foram oficialmente atualizados. Nos anos seguintes, particularmente a poluição atmosférica tornou-se um tópico relevante, tanto na observação da opinião pública doméstica quanto em relação à observação que a imprensa e o governo chinês faziam de sua própria imagem no exterior, que se tornava cada vez mais maculada pelos densos *smogs* recorrentes em zonas industriais. Quando Xi Jinping assumiu o poder em 2012, a situação ambiental chinesa conduzia a um colapso social, porquanto havia uma insatisfação generalizada em relação à parca qualidade de vida confluída entre a desigualdade social e o ambiente inóspito promovido pela poluição. Xi imediatamente recentralizou o poder de várias formas, como vimos, e seu primeiro-ministro, Li Keqiang, passou a um trabalho contundente para operar uma virada ecológica. Sucessivas leis e planos executivos foram colocados em prática para enfrentar os riscos da poluição e emergiu o slogan de uma “Bela China” que retomaria a dignidade do Reino do Meio no mundo. A imprensa, mais uma vez, passou a publicações alinhadas às novas diretrizes governamentais, agora considerando também informações de organizações internacionais sobre a agenda climática – assim como passou a fazer mais veementemente o governo chinês para aumentar o seu protagonismo nas negociações globais sobre o tema. A ideia da construção de uma civilização ecológica foi tornando-se paulatinamente um atrator que, se já não se efetivou, está em vias de, porquanto tem norteados a observação de diversos sistemas e organizações no que diz respeito aos riscos ambientais na China. Como vimos, pesquisas recentes mostraram um

alinhamento contundente entre a opinião pública e as políticas de governabilidade ambiental na China, um indício de que a estreita interpenetração, inclusive em termos semânticos, entre meios de comunicação de massa e sistema político, produziu um consenso improvável de outra forma. Claro, se a perspectiva do governo chinês fosse outra, digamos que cética, muito provavelmente os jornais teriam dificuldade em tematizar os riscos ambientais de forma ecologicamente apropriada e a opinião pública poderia ser outra – felizmente, não é o caso.

Com isso, observamos que, em todos os casos, independentemente do regime operado no sistema político, a opinião pública funciona enquanto a única autoridade legítima em uma sociedade descentralizada, isto é, funcionalmente diferenciada. Com foco na tematização dos riscos ambientais na opinião pública, vimos que, no Reino Unido, o sistema político cooptou a narrativa sobre os riscos, tornando-a um suplemento de legitimidade através do seu protagonismo nas negociações internacionais, uma perspectiva que vingou na opinião pública, independentemente dos diferentes enquadramentos realizados por diferentes jornais. Nos EUA, as políticas (contra) ambientais dos governos republicanos ressoaram nos jornais de forma a produzir uma polarização na opinião pública que permanece vigente. Na China, o controle estatal manteve as publicações jornalísticas sobre o tema dos riscos ambientais par a par com as políticas vigentes em diferentes épocas, levando à produção de uma opinião pública bastante consensual. Por outro lado, os jornais, por suas próprias estruturas e ambientes autoconstruídos, selecionaram e dispuseram para observação geral suas próprias descrições acerca dos riscos ambientais e das respectivas perspectivas políticas a respeito deles, fazendo emergir diferentes formas de auto-observação da sociedade para ela mesma. Neste sentido, a legitimidade dos respectivos e sucessivos governos observados nesta tese foi construída a partir de operações próprias dos *media* que selecionaram e publicaram, particularmente no que diz respeito ao tema dos riscos ambientais, comunicações políticas consideradas relevantes. Mais uma vez, é importante frisar que os sistemas políticos não podem operar enquanto *media* e os *media* não podem operar politicamente, apenas as autodescrições, produzidas em correspondentes observações de observações, podem fazer emergir, através dos meios de comunicação de massa, uma opinião pública que legitima (ou não) as decisões políticas. Vimos como isso foi, e é importante, em vários episódios da história recente, inclusive na China, na qual a legitimidade de um governo autoritário depende da aprovação constante de uma imensa população que, caso se rebelasse, causaria um dano substancial – como se ameaçou nas décadas de 2000 e 2010. Neste sentido, a opinião pública é tão relevante nas ditaduras quanto nas democracias, nas primeiras ela opera como motivação para o comportamento político social, nas segundas

também, mas através da condução do voto e da participação. Logo, a normatividade produzida pelos meios de comunicação de massa também é algo comum em diferentes regimes políticos.

No quarto capítulo, vimos que a moral é reproduzida, na sociedade moderna, através dos *media*, que não apenas dispõem temas relevantes que descrevem a sociedade para ela mesma, mas o fazem de modo condizente com as expectativas de melhoramento alavancadas nos princípios modernos, isto é, dispõem os temas de modo a enunciar *o que é* e *o que deve ser feito* a respeito, ou ainda, através de problemas e soluções com vista no aprimoramento societal. Por meio da descrição de casos, o noticiário não apenas conta para sua audiência o que aconteceu ou está acontecendo em determinada instância ou situação, mas disponibiliza conjuntamente esquemas e modelos comunicativos moralmente coerentes que podem ser seguidos por outros sistemas sociais e mesmo pelas pessoas. Observamos nas imprensas dos três países analisados que isso se deu fartamente no que diz respeito às expectativas produzidas em relação aos riscos ambientais, que não apenas foram ressonantes aos seus respectivos governos, mas à população e outros sistemas e organizações sociais. O rompimento do petroleiro Torrey Canyon na costa da Cornualha, por exemplo, fez emergir reportagens que abordaram o incidente por acoplamento de diferentes perspectivas para as quais se desenvolveram diferentes normativas: em relação à política, as más decisões de bombardear os restos do navio e, depois, dissolver o óleo vazado em milhares de litros de detergente, foram primeiro elogiadas para, logo, tornarem-se uma conspurcação, uma vez observada a ampliação do problema; em relação à economia, os jornais minimizaram os riscos, de modo a não assustar os turistas que logo chegariam para as férias de verão e sequer mencionaram a causa original do desastre, qual seja, o fato do navio da Union Oil Company of California ter tentado pegar um atalho sobre os recifes nos quais acabou encalhado; em relação à sociedade civil, que rapidamente se auto-organizou para limpar as praias e (tentar) salvar milhares de pássaros lambuzados em óleo, os jornais fizeram conjuntamente elogios que exaltaram a empatia pública com os seres não humanos vitimados na tragédia. Note que, em relação ao sistema político, a descrição mostra que medidas drásticas e precipitadas tornaram a situação mais arriscada, uma matéria do Lancet inclusive compara as decisões britânicas com as tomadas na França, que administrou melhor a situação, isto é, a normativa imanente é a de que o governo britânico agiu mal em suas decisões, enquanto outras melhores poderiam ter sido feitas. Em relação à economia, a normativa desenvolvida foi a de que tanto a oferta quanto a procura pelo turismo veranil poderiam manter-se em vista, já que se esperava que o problema fosse rapidamente resolvido. Já em relação ao comportamento da população, os jornais evidenciaram como moralmente adequada a ajuda na limpeza das praias e no resgate de

animais silvestres vitimados no evento. O mesmo podemos observar na guinada sanitária, sucedida entre os séculos XIX e XX nos EUA, na qual a imprensa teve um papel normativo fundamental sob diferentes organizações: a imprensa liberal, ou melhor, popular, abordou de forma expansiva os riscos emergentes nas grandes cidades e criticou recorrentemente a gestão política sobre eles; a imprensa especializada, principalmente a da engenharia sanitária, dispôs soluções por meio do endosso ao investimento público em tecnologias que seriam benéficas para a população e para o crescimento econômico; ao mesmo tempo, revistas e folhetins publicados por associações entre mulheres lograram conectar os riscos ambientais ao cotidiano da população de forma mais palpável, com instruções claras sobre como agir em relação ao acúmulo de detritos de toda ordem e, assim, evitar riscos ambientais, tal como os das recorrentes epidemias da época. Na China, a normatividade imanente dos meios de comunicação é possivelmente ainda mais notável, porquanto decorre, dentre outras coisas, do seu condão confucionista de fazer saber ao povo o que é do seu próprio interesse, ao mesmo tempo em que dispõe descrições em estreita interpenetração com o sistema político. Observamos isto em todo percurso histórico que fizemos no nono capítulo, mas em um período particular a normatividade disposta pelos jornais chineses ficou mais exacerbada, qual seja, a do período Mao, no qual o autossacrifício em prol do avanço econômico, por meio da subjugação da natureza, foi recorrentemente elogiado. Particularmente a matéria “Rochas e Água”, publicada pelo Rénmín Ribào em 30 de julho de 1960, na qual a subjugação do Rei Dragão do Mar da China Oriental por um nativo, Changcun, faz verter água das montanhas Taihang para irrigar as lavouras de sua comunidade, traz uma descrição emocionante que exemplifica o correto modo de agir naquele período, isto é, dispõe expectativas normativamente orientadas sobre como seria um modelo de herói para seu povo naquele preciso momento histórico. Como discutimos no quarto capítulo, comunicações pontuais dos *media* podem ser sempre recusadas, mas, dificilmente, todas serão. Ao mesmo tempo, elas têm uma coerência semântica e histórica que conforma modos pelos quais suas comunicações são acopladas em outros sistemas sociais e pelas pessoas. É por isso que são capazes de criar uma memória e uma autodescrição comum da sociedade para ela mesma, com vistas num horizonte de futuro mais ou menos esperado por todos. Não se trata, mais uma vez, de manipulação de mentes, corpos ou mesmo de organizações, mas de disponibilizar um repertório de expectativas mais ou menos limitado e comum, através do qual novas observações decorrem em outros sistemas, organizações e pessoas. Os meios de comunicação de massa se estendem como um ambiente comum para a sociedade que veio, ao longo dos processos de modernização, espalhando-se para uma observação geral. Em todos os

casos analisados, é notável que, de forma acêntrica, os *media* compuseram e atualizaram semanticamente as expectativas sociais em seus respectivos ambientes, impulsionando processos comunicativos altamente relevantes, particularmente os referentes aos riscos ambientais, como observamos nesta tese.

Vimos também que, na segunda metade do século XX, ocorreu, em todos os casos, a disseminação de informações falsas, das quais expectativas e normativas arriscadas emergiram. Sobre isto, gostaria de retomar a reflexão que fizemos no quarto capítulo acerca da mentira enquanto uma possibilidade comunicativa inescapável que, por si só, não é perversa – como rezam diversas morais –, mas que pode orientar processos comunicativos que se tornam arriscados. Enquanto uma ação insondável, não é possível nem produtivo que fiquemos, a princípio, confabulando se determinadas comunicações disseminadas pelos *media* são originalmente mentirosas no sentido de Santo Agostinho, qual seja, de que fala a verdade aquele que diz o que é (para ele mesmo) e mente aquele que diz o que não é (sabendo consigo mesmo que age com falsidade)¹⁹¹⁶, porque o que nos interessa mesmo são os processos comunicativos instaurados por falsas narrativas, mais do que a sua origem. No caso do Reino Unido, observamos que, no que diz respeito aos riscos ambientais, descrições cétricas passaram a ser divulgadas pelos meios de comunicação assim que os riscos globais modernos foram assimilados na esfera pública nos anos 1980, e foram oriundas, particularmente, do *The Times* e outros jornais correlatos que observaram a agenda ecológica como um risco para a economia neoliberal e a conectaram ao comunismo, além de menosprezar as comunicações científicas e de ambientalistas, ao tratá-las como irracionais e sensacionalistas. Ao chamar cientistas, ambientalistas e políticos que pautavam os riscos ambientais de “*ecochatos*” e “*hobbits visionários*”, o *Times* atribuiu o problema não à mensagem – os riscos –, mas aos mensageiros, para o qual a solução decorrente não seria, portanto, o enfrentamento dos riscos, mas das próprias comunicações ecológicas. Repare que não se trata propriamente de uma ou outra mentira sobre um ou outro ponto informativo, mas de quase duas décadas de descrições negacionistas acerca dos riscos ambientais modernos. A potência criadora da mentira, enquanto performance social jornalística neste caso, é clara ao transformar um problema em outro e dispor para ele soluções que, como sabemos, podem ter ressoado de forma normativamente temerária na opinião pública, acalentando os receios e fomentando comportamentos ambientalmente arriscados. O mesmo observamos no espreado ceticismo estadunidense, mas de forma diversa. Enquanto o viés

¹⁹¹⁶ Agostinho, 3.3, 2019.

negacionista, perpetrado em alguns jornais britânicos, parece ter mais relação com seus acoplamentos com setores da economia e da política, nos EUA o negacionismo alastrou-se de forma mais generalizada através do princípio de equilíbrio narrativo, isto é, da Doutrina da Justiça. Vimos que, mesmo matérias e redações jornalísticas que tomavam as comunicações científicas a sério, foram constrangidas a publicar perspectivas contrárias de modo a manter a equivalência no debate público. Neste sentido, a possibilidade de negação dos riscos apareceu mais amplamente nas descrições disponibilizadas pela imprensa estadunidense até 2010, enquanto no Reino Unido, o *The Guardian*, por exemplo, não se via obrigado a fazer o mesmo. Vimos que, conforme o consenso, não apenas científico, mas na política internacional, sobre os riscos ambientais globais, tornou-se mais contundente, a imprensa estadunidense transformou o que era colocado enquanto controvérsia científica em uma controvérsia política, mantendo, portanto, não mais a possibilidade da negação dos riscos, mas das soluções propostas por organizações como o IPCC e as COPs, por exemplo. Na China, a propagação de informações falsas acerca dos riscos ambientais foi anterior. Como vimos, no período militar-republicano, isto é, na primeira metade do século XX, as descrições jornalísticas fizeram seleções e disponibilizaram descrições que, apesar de serem relativamente condizentes com os eventos observados, ocultavam sobremaneira a responsabilidade do governo na contenção dos riscos ambientais. Neste sentido, a má administração dos recursos durante a seca, entre 1928 e 1929, assim como as causas políticas dos riscos emergentes nas enchentes de 1931, por exemplo, foram ocultadas; na verdade, estes riscos foram colocados enquanto meramente naturais e as soluções dispostas elogiaram o empenho governamental e apelaram para a filantropia. A escolha sobre o que não comunicar, neste caso, é o que produziu desinformação e orientou a opinião pública, de modo a justificar, por exemplo, a criação de campos de refugiados que eram verdadeiros matadouros humanos. Subsequentemente, durante o governo Mao, já refletimos sobre as consequências nefastas da publicação de informações falsas pelos jornais. Neste período, a desinformação se deu de diferentes formas: i) através do que Yang Jisheng chamou de “vento de exagero”, pelo qual os números da produção agrícola e industrial foram hiperinflacionados, criando expectativas arriscadas inclusive no governo central; ii) através da propagação de diretrizes arriscadas para o trato ambiental, acopladas, principalmente, das comunicações de Mao sobre como a natureza deveria ser observada, levando, por exemplo, às tentativas de transformar montanhas rochosas em terras aráveis; iii) por meio do endosso de obras monumentalmente arriscadas como as da Barragem de Sanmenxia, construídas com base na (pseudo) ciência importada da URSS; e iv) pelo estímulo de experimentos orientados pelas

concepções “científicas” de Mao que pretendia, ao fim e ao cabo, dobrar a natureza pela vontade revolucionária e que teve como consequência um enorme desperdício de força de trabalho e devastação ambiental em larga escala. Considerando que muitos desses empreendimentos, levados à aprovação da opinião pública pela imprensa, foram contestados por acadêmicos chineses relevantes, podemos compreender muitos deles enquanto resultados de certo negacionismo. Note que, em todos os casos, como refletimos no quarto capítulo, a disposição de informações falsas, o ocultamento de informações e o questionamento de informações científicas orientaram de formas diversas a normatividade imanente das comunicações jornalísticas. Possivelmente, essa diversidade nas formas de propagação de desinformação em diferentes lugares e em diferentes períodos pode ser explicada por suas diferenças seletivas: em muitos casos, observamos que a mentira, no sentido agostiniano, foi operada na fonte e observada como verdade pelos jornais; em outros casos, observamos que as seleções narrativas dos jornais, isto é, a escolha sobre *o que e como* comunicar determinada informação, foi feita de modo a levantar dúvidas sobre os riscos ambientais e suas causas, ou ainda, foi feita de modo a dispor expectativas ambientalmente arriscadas para seus observadores. Neste sentido, a diferença primária entre produtores e reprodutores de comunicações mentirosas não é tão relevante, mas sim as próprias comunicações que são, uma vez colocadas ao público, *inputs* para outras comunicações que podem, por sua vez, se tornar arriscadas. No caso das mentiras acerca dos riscos ambientais, vimos que, via de regra, elas podem concatenar comunicações bastante arriscadas. Dada sua inevitabilidade enquanto recurso comunicativo e da inerente dificuldade de ser imediatamente identificada, as mentiras propagadas pelos meios de comunicação de massa provavelmente continuarão sendo um problema social razoável, cuja solução deve ser distribuída entre o direito e as organizações dos *media*.

Com isso em vista, vale a pena nos atentarmos para outro aspecto da seletividade dos meios de comunicação em relação aos seus ambientes políticos. Vimos que, tanto no Reino Unido e nos EUA, que são países democráticos, quanto na ditadura chinesa, seus respectivos sistemas políticos tiveram forte ressonância nas comunicações da imprensa, mas através de parâmetros seletivos distintos: no caso da China a institucionalização estatal dos *media* e a censura operaram e continuam operando de forma a dispor parâmetros seletivos que orientam as comunicações dos meios de comunicação de massa e, atualmente, dos meios digitais de comunicação; no Reino Unido e nos EUA, por outro lado, a liberdade de imprensa e de expressão permitiu que os parâmetros seletivos dos *media* fossem orientados tanto por patrocinadores quanto por suas respectivas tendências políticas, isto é, um ambiente completamente distinto do

da China, na qual o financiamento dos jornais ainda é majoritariamente estatal e a única tendência política a ser seguida é a do PCC. Ao mesmo tempo, enquanto não houve censura das democracias aqui elencadas, seus respectivos sistemas políticos certamente tiveram forte ressonância nas comunicações jornalísticas, como vimos, e, no caso dos EUA, inclusive através da disponibilização de informações falsas. Neste sentido, há uma equivalência funcional entre censura e patrocínio, além do fato de que, em todos os casos, os respectivos sistemas políticos são relevantes fontes de ressonância para os *media*. Particularmente no que diz respeito à propagação de desinformação, cada um dos países analisados dispõe de distintas normas jurídicas. No Reino Unido, há várias legislações que dispõem sobre a ilegalidade de propagação de informações falsas, indecentes, caluniosas e difamatórias, como a Lei de Segurança Online de 2023¹⁹¹⁷. No entanto, essa lei não se aplica à imprensa, que é autorregulada pela Organização Independente de Padrões de Imprensa (IPSO)¹⁹¹⁸, que regulamenta e vistoria de forma geral as publicações e, se considerar necessário, estipula retratação em determinadas matérias. Nos EUA, a Primeira Emenda da Constituição garante, dentre outras coisas, a liberdade de imprensa e de expressão¹⁹¹⁹, no entanto, há leis, como a 18 U.S. Code § 1038, que criminaliza a disseminação de informações falsas, principalmente, em casos nos quais elas possam gerar pânico e/ou pôr em risco a vida das pessoas¹⁹²⁰, assim como a Lei Federal de Comunicações proíbe a imprensa de publicar informações falsas sobre crimes e catástrofes que causem danos imediatos e substanciais às investigações e à população¹⁹²¹; por outro lado, as plataformas de redes sociais são imunes à penalização no caso de disseminação de informações falsas e caluniosas de todo tipo e, além disso, a Doutrina da Justiça, enquanto uma regulamentação da Comissão Federal de Comunicações¹⁹²², implementada em 1949, garante que assuntos de interesse público sejam dispostos pela imprensa de forma equilibrada, isto é, considerando diferentes perspectivas de modo a garantir os direitos previstos na Primeira Emenda o que, como vimos, levou à constituição de falsas controvérsias concernentes aos riscos ambientais globais. Na China, o código penal criminaliza a propagação de informações falsas nos artigos 105, 246 e 291, nos quais trata, respectivamente, de informações que possam ameaçar o governo e o PCC, de informações difamatórias e de informações falsas acerca de riscos relevantes como epidemias e

¹⁹¹⁷ Reino Unido, 2023.

¹⁹¹⁸ <<<https://www.ipso.co.uk/>>>

¹⁹¹⁹ EUA, 1788.

¹⁹²⁰ EUA, 1994.

¹⁹²¹ EUA, 1934.

¹⁹²² EUA, 1949.

desastres naturais¹⁹²³; sobre as comunicações online, a Lei de Segurança Cibernética¹⁹²⁴ e a Administração do Ciberespaço da China proíbem a criação e a disseminação de informações falsas, rumores e distorções sobre fatos e responsabilizam provedores de internet e plataformas pela verificação de informações, impondo a exclusão quando estas forem identificadas como falsas, assim como obrigam a identificação de conteúdos criados por IA¹⁹²⁵. Além disso, todos os usuários das redes são cadastrados nominalmente, tornando mais fácil a rastreabilidade de quem infringe as leis e, desde 2022, influenciadores digitais precisam propagar suas comunicações de acordo com um Código de Conduta, emitido pela Administração Estatal de Rádio, Cinema e Televisão e pelo Ministério da Cultura e Turismo, no qual são exigidas credenciais profissionais para comunicações sobre temas como assistência médica, finanças, direito e educação, além de diretrizes para que se evite a “adoração ao dinheiro” e se promova “ativamente os valores socialistas fundamentais” e “a excelente cultura tradicional da China”, dentre outras coisas; os influenciadores também estão, sob este código, terminantemente proibidos de propagar “conteúdo que danifique o meio ambiente ecológico, demonstre crueldade contra animais ou mate ou coma animais sob proteção nacional” e de “parodiar, caluniar, distorcer ou apresentar indevidamente a cultura tradicional, a cultura revolucionária ou a cultura socialista avançada da China”¹⁹²⁶. É notável que a rigorosidade é maior na China, tanto em relação à amplitude das leis quanto à disponibilização de penas e sanções. Ao mesmo tempo, as leis chinesas que dispõem sobre comunicações de informações falsas são mais recentes e precisas do que as dos EUA e do Reino Unido. É importante ressaltar, no entanto, que o governo chinês considera como informação falsa qualquer uma que se oponha às políticas oficiais e isto inclui as comunicações negacionistas em relação aos riscos ambientais, mas também um amplo espectro de outras informações, que podem não ser factualmente falsas, mas apenas contestatórias do regime. Em resumo, a ressonância da política e do direito nos três países analisados se dá de formas distintas, enquanto diferentes ambientes para os meios de comunicação de massa e, no que diz respeito à propagação de informações falsas acerca dos riscos ambientais, em cada lugar os *media* têm mais ou menos possibilidades de propagá-las. Uma discussão que paira sobre estas diferenças é a de que, possivelmente, poderes mais autoritários lograriam mais eficiência no controle tanto da disseminação do negacionismo

¹⁹²³ China, 2023a.

¹⁹²⁴ China, 2016.

¹⁹²⁵ China, 2023b.

¹⁹²⁶ <<https://www.gov.cn/gongbao/content/2022/content_5707286.htm>>

quanto na contenção dos riscos ambientais por meio de sanções econômicas, como temos visto acontecer na China. Mas há de se ponderar, como tentei fazer nessa tessitura social histórica, que, enquanto nas democracias capitalistas o patrocínio e a liberdade de expressão possibilitaram a emergência de perspectivas céticas e mesmo negacionistas, por outro lado, a censura e a repressão política também o fizeram na China comunista, embora atualmente a perspectiva propagada seja outra, pelo menos no que tange aos riscos ambientais. O que quero dizer é que, no que concerne aos riscos ambientais, o que importa mesmo é a atualização de comunicações ecológicas adequadas, tanto nos sistemas políticos quanto em outros sistemas sociais, como os meios de comunicação de massa e a economia, mais do que as diferentes formas seletivas. Se, porventura, as conexões das observações sócio-terranas chinesas tivessem continuado amplamente baseadas nas concepções de Mao, por exemplo, as comunicações ecológicas teriam pouca chance de serem consideradas na contemporaneidade, o que, provavelmente, aceleraria o colapso ambiental planetário. Por outro lado, se a imprensa estadunidense decidisse ampliar seu escopo seletivo e tratar os riscos ambientais para além do debate político, a opinião pública seria erigida de outra forma e teria outra ressonância na política e na economia. Tudo depende de acoplamentos adaptativamente adequados, mas eles são sempre contingentes.

Há, no entanto, uma característica comum nas histórias aqui descritas que, possivelmente, decorre também dos processos de modernização instaurados em cada lugar: o aumento crescente das expectativas sobre melhor qualidade de vida, maior contato com a natureza e incremento estético da vida por meio de mais elementos naturais no cotidiano, mesmo que artificialmente criados e controlados. No Reino Unido, vimos como a observação da fuligem londrina passou de gabo à repugnância, particularmente no momento do pós-guerra, quando da reconstrução das cidades e da moral social, da mesma forma que a qualidade de vida passou a ser mais enfatizada na opinião pública. Nos EUA, vimos que a poluição e a aglomeração urbana também tornaram-se um incômodo estético de modo que, já no século XIX, famílias de classe média e alta começaram a se mudar para subúrbios e residir em chácaras ou casas com amplos jardins, algo aprofundado no século XX; as expectativas em relação à qualidade de vida ficaram também evidentes nas mobilizações sanitaristas do entre séculos, particularmente pelo protagonismo feminino, que propôs estender a compreensão do cuidado doméstico para além das residências e; contundentemente, a criação dos parques florestais, como observamos, perpetrou um ideal de natureza sacralizada para ser experienciada de forma atemporal em espaços belíssimos e precisamente limitados. Na China, tudo isso ocorreu um pouco mais tardiamente, apenas após 1980 os ideais de autossacrifício foram substituídos por expectativas

de seguridade e melhores condições de vida, assim como campanhas como “Verdejar a China” promoveram a recuperação de territórios anteriormente depredados e o embelezamento de áreas urbanas por um resgate da tradicional arte dos jardins; reservas florestais e parques aumentaram em número e estrutura e o ecoturismo passou a ser fortemente incentivado, principalmente no governo de Xi Jinping, no qual a promoção de belas paisagens e do resgate da cultura tradicional conformaram os novos e exuberantes cartões postais da China para o mundo. Como vimos no terceiro capítulo, a modernidade trouxe consigo um elemento temporal inédito na história: a temporalização com vistas no futuro, que passou a projetar um horizonte sempre melhor que o presente. A questão, claro, é como esse futuro melhor é socialmente imaginado. Um dia ele já foi repleto de fábricas, chaminés e fumaça; hoje, parece que ele se divide entre as ruínas da civilização moderna e uma civilização pós-moderna ambientalmente integrada. De todo modo, no mundo europeu e estadunidense do pós-guerra – e mesmo antes – o futuro passou a incluir cada vez mais uma qualidade de vida conectada com um meio ambiente salutar para os seres humanos e o mesmo ocorreu recentemente na China. Essas expectativas provavelmente também se relacionam com a individuação promovida na modernidade, aquele estímulo para que nós, humanos, tornemo-nos algo distinto e original através das nossas escolhas e experiências. Neste sentido, a promoção de viver mais, mais intensamente e em melhores condições, parece decorrer desse aspecto fundante. Há uma dimensão estética razoável nessa perspectiva de presente-futuro mais saudável e intenso, que pode ser interessante para a propagação de comunicações ecológicas na opinião pública, isto é, espera-se cada vez mais que o ambiente de autossocialização dos indivíduos seja saudável e que promova seu bem-estar. Logo, saneamento, alimentos “orgânicos”, água potável e espaços verdes de lazer elevam expectativas consensuais relevantes na opinião pública, quer dizer, não há (mais) comunicações nos *media* que coloquem como normativamente benéfico, ou mesmo aceitável, uma vida em meio à poluição e uma vida sem lazer, autocultivo e entretenimento – pelo menos não no material analisado nesta tese. Neste sentido, alguns dos valores mais fundamentais da modernidade permanecem fortes suficientemente para que expectativas sobre viver melhor e mais diversamente ainda existam em abundância. Há, no entanto, dois lados neste convite à aventura imanente da modernidade: ao voltar-se intensa e aceleradamente para o futuro, para a novidade e para o progresso, a sociedade moderna voltou-se também para a incerteza, isto é, a aventura implica em risco, pois baseia-se sobretudo no desconhecido – e é essa a graça das grandes e pequenas “descobertas”. Por constituir-se dessa forma, podemos pensar que a modernidade, enquanto memória semântica, é desde o princípio um tanto quanto imprudente e astuta e, como vimos, produziu

comunicações por vezes demasiadamente arriscadas por ignorar os limites de sua própria (auto) reprodução. Como toda forma semântica, ela conformou também uma cosmovisão autocentrada e, mais, impôs-se às outras por meio de sua particular forma de autodiferenciação ao mundializar-se. Apenas há pouco, a sociedade moderna passou a observar-se também enquanto uma sociedade do risco e isto se deve à emergência das comunicações ecológicas e sua inserção na opinião pública. Essas comunicações evidenciaram, sobretudo, o paradoxo moderno – criado entre a aventura e o risco – e tornou-se claro que, para manter suas expectativas orientadoras de mais, mais intenso e melhor, os riscos precisariam ser considerados e dissolvidos. Em outras palavras, há compatibilidade semântica entre certos princípios modernos e as expectativas necessárias para observações sócio-terranas ecologicamente orientadas. Concomitantemente, como vimos, semânticas arcaicas têm sido retomadas e atualizadas em termos modernos, ou ainda, em sistemas funcionalmente diferenciados e suas organizações. Nem todas elas são qualitativamente eficientes para o enfrentamento dos riscos ambientais, mas algumas são. EUA e China têm feito esse tipo de atualização com veemência: cada qual a seu modo tem resgatado seus mitos fundacionais para prospectar diferentes futuros, baseados em suas respectivas memórias, sempre autoconstruídas no tempo. Enquanto os EUA parecem insistir em apegar-se à experiência de fronteira, que já se provou destrutiva em termos ecológicos, a China tem resgatado valores ecologicamente orientados pelo confucionismo e pelo taoísmo, que prezam pela harmonia entre sociedade e natureza – a questão é até que ponto essas atualizações serão aprofundadas nas conexões comunicativas nos próximos anos, quer dizer, sua continuidade é, como tudo, contingente.

É também importante ressaltar que, apesar de os sistemas políticos nacionais terem se mostrado altamente ressonantes para os meios de comunicação e para a opinião pública, são os governos locais e as comunidades auto-organizadas que implementam (ou não), em seus territórios, políticas ambientais para tornar a vida social mais aprazível. O mesmo vale para os riscos e para as soluções que também são regionalizadas, isto é, mesmo que as mudanças climáticas atinjam a todos, seus efeitos se manifestam de diferentes formas em diferentes lugares, de modo que a resiliência a ser construída precisa conectar o global ao local e vice-versa. Neste sentido, em diferentes lugares, a atualização de expectativas, modernas e arcaicas, acerca dos problemas ambientais, está firmemente conectada a seleções bastante situacionais e é premente que não apenas elementos semânticos sejam considerados com vistas no enfrentamento dos riscos, mas que isso se dê correlativamente à complexidade produzida em diferentes formas de modernização, isto é, em conformidade com as particularidades da

emergência da diferenciação funcional em diferentes lugares. Em suma, a modernidade nos deu muito em termos de complexidade, mas provavelmente não o suficiente para que possamos superar seus riscos inerentes. Ao mesmo tempo que seu intrínseco progressismo potencializou conforto, autodeterminação individual, direitos e um sem número de outras benesses, ela acelerou-se de tal forma que sua variabilidade e seus riscos iminentes tornaram-se de difícil redução. Mas a sociedade tem mais do que a semântica moderna, ela não nasceu no século XVIII na Europa, mas muito antes, quando o primeiro signo foi compreendido e transformado em outro. Com isso em vista, na próxima e última sessão, darei uma atenção especial à viabilidade de acoplamentos ambientalmente eficientes entre a semântica moderna e outras originárias, de modo que, para não acabar pessimista, ao menos esta tese termine considerando outras possibilidades.

10.2 Contingência e Comunic(A)ção: Reflexões Finais sobre os Caminhos das Observações Sócio-Terranas

O conceito de observações sócio-terranas, enquanto síntese de observações sociais que tematizam e agem sobre a natureza, parece ter funcionado em termos de generalização em diferentes lugares e em diferentes momentos históricos. Espero ter demonstrado que elas foram constitutivas da história dos países analisados, sendo criadas no seu durante e de acordo com suas respectivas semânticas que, por sua vez, foram sendo atualizadas com base nessas observações em uma dinâmica que pode ser compreendida enquanto circular-cibernética. Ou seja, que as observações sócio-terranas são construídas através de semânticas já estabelecidas que, por sua vez, são continuamente atualizadas por estas observações, sempre realizadas pela autorreferência social e pela heterorreferência ao mundo natural e às observações anteriores do mesmo tipo. Diversos processos comunicativos aqui descritos revelaram que a ressonância entre sociedade e natureza é sobremodo relevante para a auto-organização da sociedade, por exemplo: os *smogs* londrinos, produzidos pela confluência de condições atmosféricas particulares com a emissão de gases poluentes, foram antes observados gabarosamente para depois serem o tema de uma observação avessa à poluição e ecologicamente orientada; a experiência de fronteira estadunidense, por sua vez, mostrou-se perene e continua a produzir expectativas que conduzem observações sócio-terranas nos EUA; na China, eventos climáticos extremos são observados enquanto signos premonitórios para a política há milhares de anos, tão ressonantes que o fim de

muitas dinastias imperiais coincidiu com a manifestação do El Niño ao longo de milênios¹⁹²⁷, assim como sua adequada observação pela política continua relevante para manutenção de sua legitimidade. Esses são alguns dos quadros mais gerais que essa tese descreveu, em todos eles é notável que a situacionalidade semântica de cada cultura produziu descrições muito próprias que conduziram comunicações subsequentemente até resvalar nos atuais riscos ambientais globais. Neste sentido, uma constatação preliminar é a de que diferentes semânticas geram diferentes bifurcações que, por sua vez, conduzem a diferentes processos de comunicação. As condições iniciais, sobretudo das observações sócio-terranas em termos históricos e naturais, produziram, como vimos, diferentes formas de observação da natureza e de expectativas em relação a ela, a partir das quais aos mesmos riscos foram dadas diversas soluções.

Particularmente, os riscos ambientais modernos revelaram-se produtos indesejados da forma pela qual as observações sócio-terranas passaram a se construir a partir dos processos de diferenciação funcional, embora comunicações a seu respeito só tenham aparecido com mais recorrência no século XX. Nas três histórias traçadas nesta tese, ficou evidente que, conforme os processos de modernização avançaram, tanto a pressão seletiva das observações sobre a natureza aumentou quanto cresceram os riscos produzidos por elas, criando uma dinâmica autorreforçada de ressonância entre sociedade e natureza. Uma concatenação de crises e soluções se deu nesses processos. Como vimos, a Revolução Industrial inglesa produziu observações sócio-terranas bastante específicas, como o uso expansivo de carvão para diversos fins que, junto das condições naturalmente dadas, fez emergir uma crise, isto é, uma instabilidade ambiental, que se tornou risco para a sociedade e que seria solucionada apenas um século depois das suas consequências iniciais. A demora para disposição de soluções deveu-se, em boa medida, ao fato de que a poluição atmosférica era observada enquanto sinal de prosperidade e avanço civilizacional, uma perspectiva razoavelmente ancorada na semântica cristã ocidental em sua significação da natureza. Apenas na metade do século XX, quando seus riscos influíram de forma mais destrutiva sobre os sistemas sociais e sobre as pessoas – impedindo o tráfego, prejudicando o comércio, interrompendo a produção fabril e lotando hospitais e cemitérios, por exemplo –, foi que o sistema político passou a dispor decisões mais contundentes sobre o problema, muito embora, desde o final do século XIX, os jornais já ressaltassem a perversidade do “rei nevoeiro”. A diferença dos ritmos da temporalização de complexidade entre diferentes sistemas, assim como sua disposição para observar a poluição atmosférica enquanto um risco, é

¹⁹²⁷ Marks, p. 333, 2012.

relevante neste caso: a economia veio, desde o século XVIII, operando de forma acelerada, de modo que o uso de energia e insumos aumentou vertiginosamente e, desta perspectiva, a natureza foi observada como recurso, enquanto os riscos foram senão ignorados, pelo menos calculados enquanto com menores consequências; os meios de comunicação de massa, isto é, a literatura, o cinema e os jornais, também passaram a tematizar cada vez mais a poluição atmosférica, primeiro enquanto um ambiente que ressaltava a identidade britânica e particularmente a identidade londrina, cuja névoa esverdeada tornou-se cenário para as mais diversas narrativas, algumas das quais bastante sangrentas – os *penny bloods* –, mas, paulatinamente, assumiram uma perspectiva mais crítica, de modo que a romantização do cotidiano insalubre foi transformando-se em uma perspectiva que tornava a névoa num inimigo comum para o qual, normativamente, ações de enfrentamento precisavam ser dispostas. A política, por seu turno, relevou os riscos da poluição atmosférica por muito tempo e tomou decisões incipientes antes da tragédia de 1952 e, depois dela, quando a opinião pública já pressionava por tomadas de decisão mais incisivas no trato da poluição, demorou ainda quatro anos para estabelecer comunicações eficientes neste sentido. Pittsburgh, nos EUA, tinha, assim como Londres, uma tendência aos *smogs* formados pela emissão de poluentes junto da inversão térmica invernal. Da mesma forma que no Reino Unido, as observações feitas a respeito dos riscos da poluição os colocavam, a princípio, como um mal necessário, porquanto o pleno funcionamento das fábricas fortalecia a economia e disponibilizava empregos. No entanto, neste caso, muito mais rapidamente, processos comunicativos interpenetrados entre economia, política, sociedade civil e meios de comunicação de massa passaram a uma observação que considerou a poluição atmosférica como um risco generalizado para o qual soluções conjuntas foram disponibilizadas. No caso da China, a passagem da perspectiva da poluição enquanto um mal necessário do progresso à outra, mais preocupada com os riscos daí emergentes, foi ainda mais rápida – embora soluções ainda estejam em andamento. Lá, a tolerância, sobretudo da opinião pública ressonante à política sobre os riscos da poluição, foi pouca: se os riscos da poluição surgiram e se generalizaram entre os anos 1970 e 1980, na década de 1990, os jornais já o tematizavam de forma crítica; ao mesmo tempo em que movimentos de protestos aumentaram substancialmente desde então, assim, na década de 2000, decisões vinculantes começaram a ser tomadas para combater esses riscos.

Em termos comparativos, é interessante notar que, em todos esses casos, o aprimoramento seletivo das observações sócio-terranas pelos respectivos processos de modernização criou mais ou menos os mesmos riscos para os quais, no entanto, diferentes

soluções foram disponibilizadas, porquanto variaram conforme as semânticas historicamente situadas. Em outras palavras, uma vez avançados os processos de modernização, os riscos ambientais aprofundaram a ressonância entre sociedade e natureza no sentido de serem observados enquanto situações de crise para as quais soluções precisaram ser disponibilizadas e o foram de acordo com as capacidades estruturais e semânticas de cada período em cada lugar. Para os riscos da poluição atmosférica acima elencados, cada país respondeu a eles de acordo com sua situacionalidade histórica e natural: a estratégia de construir chaminés mais altas, por exemplo, primeiramente tentada no Reino Unido, provou-se inútil a longo prazo, uma vez que se tornou causa da chuva ácida. Assim, ainda que o mesmo tenha sido empenhado nos EUA, apenas a substituição de carvão por combustíveis menos nocivos, grosso modo, resolveu o problema, enquanto a China, na sua modernização mais adiante, passou a enfrentar o mesmo risco e, dado o avanço do sistema científico, tem disponibilizado soluções por meio de tecnologias e fontes energéticas limpas. Observamos, portanto, uma gradação de soluções que passa tanto pelas semânticas situadas quanto pela disponibilidade de complexidade em sistemas sociais mundializados, como a economia e a ciência.

Constatamos, no entanto, que todas as soluções propostas para os riscos ambientais decorrem do aprofundamento das observações sócio-terranas, isto é, de uma seletividade cada vez mais diversificada nas comunicações sobre a natureza, pelas quais novas tecnologias são criadas, ampliando ainda mais as possibilidades dessas observações assim como de seus riscos inerentes. Na sociologia luhmanniana, essa espiral autorreforçada pode ser compreendida enquanto um paradoxo: quanto mais os sistemas sociais diferenciam-se internamente, diversificando seus parâmetros de seletividade, mais complexidade eles reduzem do ambiente, aumentando sua complexidade interna que, por sua vez, cria a necessidade de mais redução de complexidade do meio, levando novamente ao aumento da complexidade interna. Trata-se de um movimento inflacionário cuja racionalidade é limitada pelo atual estado das estruturas sistêmicas e da temporalização da sua complexidade, isto é, antes de serem resolvidos, os problemas precisam ser observados enquanto tais, e a disponibilização de soluções precisa de tempo para o concatenar das próximas observações, sem a garantia final de que estas não se tornarão, por sua vez, novos problemas. Neste sentido, toda decisão é arriscada, dada a incerteza do futuro e a limitação dos parâmetros pelos quais ela é tomada. No caso dos riscos ambientais modernos, o que observamos foi a sucessão de fontes de energia e de criação de tecnologias sob a expectativa de enfrentamento, principalmente, aos riscos imediatos. No entanto, é sabido também que a sucessão de fontes de energia não diminuiu a emissão de gases poluentes, mas

aumentou as possibilidades do uso de uma diversidade cada vez maior de fontes energéticas que, por sua vez, alavancaram mais e maiores riscos. O mesmo vale para a criação de tecnologias, particularmente as de produção fabril que, embora tenham diminuído a poluição atmosférica situacionalmente, passaram a produzir cada vez mais novas tecnologias que demandam mais energia, assim como cada vez mais produtos descartáveis, aumentando tanto a emissão de gases poluentes quanto a produção de detritos. Portanto, conforme a modernização avançou, os riscos tornaram-se cumulativos e mundializaram-se. No caso dos EUA, por exemplo, observamos que uma solução disposta para o descarte de resíduos sólidos foi mandá-los para lixões em países do chamado terceiro mundo. A produção fabril seguiu a mesma tendência, sendo transferida de países nos quais a qualidade de vida tornou-se prioridade para a opinião pública e, logo, para a política, para os países nos quais leis ambientais débeis permitiram a ampliação dos lucros – como foi o caso da China entre 1980 e 2010. No que diz respeito à criação de novas tecnologias como solução para os riscos ambientais, em todos os casos observamos alta produção de expectativas neste sentido, com exceção do último período dos EUA, no qual a análise das recentes comunicações políticas indica o incentivo ao uso de tecnologias baseadas em combustíveis fósseis, bastante ancorada no identitarismo cristalizado na semântica do destino manifesto e da experiência de fronteira que, em sua interpenetração com a economia, particularmente com organizações empresariais do ramo petrolífero, não dispõe regras rígidas sobre o trato ambiental; os jornais estadunidenses, por sua vez, tratam o tema dos riscos ambientais sob a lente da controvérsia política; enquanto soluções cientificamente orientadas estão, sem dúvidas, disponíveis, mas sendo ignoradas, senão rechaçadas, particularmente pelos sistemas político e econômico. De todo modo, não é certo que novas tecnologias sejam a solução última para o problema, visto que, conforme elas foram sendo criadas, acabaram por produzir riscos antes desconhecidos. A perspectiva de Luhmann sobre esse dilema, formulada em 1986, nos diz que:

Não se trata de domínio mais ou menos técnico da natureza e muito menos de barreiras sagradas ou éticas. Não se trata de proteger a natureza e não se trata de novos tabus. Na medida em que as intervenções técnicas mudam de natureza e resultam em problemas consequentes para a sociedade, não será preciso desenvolver menos, mas mais competência de intervenção, mas praticá-la sob critérios que incluem a própria abertura à reciprocidade. O problema não está na causalidade, mas nos critérios de seleção. A questão que daí decorre é dupla, a saber: (1) A competência técnica é suficiente para um comportamento seletivo, ou seja: ela nos dá bastante liberdade em relação à natureza? E (2) a competência social, ou seja, a comunicativa, é suficiente para poder realizar a seleção operacionalmente?¹⁹²⁸

¹⁹²⁸ Luhmann, p. 14, 1989.

A solução virá, nesta perspectiva, da capacidade social em criar mais autonomia em relação à natureza. Autonomia não quer dizer liberdade pura e simplesmente. Na teoria geral dos sistemas, ela é um dos parâmetros evolutivos fundamentais e sua criação depende exatamente da capacidade de um sistema manter sua distinção em relação ao ambiente, correspondendo eficientemente às condições ambientais para sua permanência. Em outras palavras, a autonomia promove a adaptação de modo que o sistema mantenha sua identidade, mas não tome decisões arriscadas demais e se autodestrua¹⁹²⁹. Neste sentido, a ampliação das intervenções técnicas na natureza decorre tanto da necessidade da criação de autonomia em relação ao ambiente quanto da adaptação a ele. O aprofundamento das observações sócio-terranas modernas é, portanto, uma consequência dessa dinâmica. No entanto, o problema que observamos relaciona-se não exatamente com o aumento das observações, mas com sua qualidade, ou, como colocou Luhmann, da suficiente competência social para tomar decisões certas. Por enquanto, o que nossa análise mostra é uma dinâmica na qual o aprofundamento das observações sócio-terranas modernas mais aumentou os riscos do que os diminuiu, provavelmente porque a disponibilidade de complexidade interna dos sistemas observadores e suas seleções daí decorrentes não foram suficientemente competentes. A grande questão é se a sociedade (mundial) será capaz de desenvolver essa competência a tempo.

As próprias características temporais da sociedade mundial, enquanto uma multiplicidade de sistemas que compartilham complexidade (temporalizada) entre si, permitem a sincronização de operações apenas seletivamente através de interpenetrações específicas. No entanto, embora não haja uma sincronização geral entre as observações parciais dos sistemas

¹⁹²⁹ Na Teoria Geral dos Sistemas, a autonomia é um dos parâmetros evolutivos fundamentais, junto da Permanência e do Ambiente: “Como resultado da interação entre o sistema e o seu ambiente, trocas energéticas e entrópicas levam o sistema a internalizar informações, desde diversidade material e energética (os níveis de energia de um átomo; reservas de vitaminas ou gorduras em sistemas vivos, etc.) até diversidade sgnica (conhecimento, competência, talento, etc.) de vários tipos. Na medida em que a internalização ocorre, uma espécie de ‘estoque’ é gerado no sistema. É a chamada Autonomia. Os ‘estoques’ mencionados acumulam-se no sistema ao longo do tempo, ou seja, têm uma característica discursiva, se olharmos os processos evolutivos como formas de semiose (a ação do signo, no sentido de Charles S. Peirce). Os estoques, além de garantirem alguma forma de permanência ou sobrevivência sistêmica, acabam por ter um caráter histórico, gerando o que podemos chamar ‘função memória’ do sistema. Uma função memória conecta o sistema presente ao seu passado, possibilitando possíveis futuros. Em sistemas de baixa complexidade, a memória é simples (como o caso do fenômeno da histerese em sistemas físicos ou o que é descrito por uma ‘função de transferência’ em um circuito elétrico, por exemplo), mas em sistemas complexos ela pode surgir exatamente com o significado a que estamos habituados, como na memória de um ser humano, um complexo processo cerebral e celular. A memória mais marcante em Biologia é, sem dúvida, aquela do código genético. Em resumo, os sistemas ‘necessitam’ sobreviver, sob a imposição da termodinâmica universal; para isso, ‘exploram’ seus ambientes, ‘trabalhando’ os ‘estoques’ adequados a essa permanência. Podemos dizer que há assim uma certa hierarquia entre os 3 parâmetros básicos: primeiro, a permanência; ela é efetiva através do meio ambiente, com a consequente elaboração de autonomia, incluindo aí a memória ou o hábito” (Vieira, p. 16, 2000).

sociais, há alguma coerência histórica resultante da confluência de diferentes observações. Nesta tese, temos uma continuidade histórica que evidencia a simultaneidade do não-simultâneo, ou ainda, as diferenças estruturais de cada lugar em cada período e sua complementaridade. No terceiro capítulo, enfatizei que os processos de modernização se deram de diferentes formas, em diferentes ritmos e através de diferentes acoplamentos em diferentes lugares. É importante retomar essa ideia para refletir sobre o fato de que diversos eventos emergentes nos três países em tela estão relacionados entre si e, ao mesmo tempo, às suas respectivas formas de observação sócio-terrana. A exemplo da Revolução Industrial inglesa, para a qual a produção de algodão tanto nos EUA quanto na China foi fundamentalmente relevante, assim como a economia com base escravocrata estadunidense e a propagação do ópio na China serviram à catalisação da economia no Reino Unido. Isto é, embora diferentes processos e suas temporalizações estivessem em voga em cada lugar, é notável a expansão de sistemas sociais de forma globalizada já nos séculos XVIII e XIX. A história da modernidade, portanto, enquanto a (auto) criação de uma sociedade mundial, se deu de forma simultânea e sucessiva, e ainda, através de acoplamentos pontualmente síncronos capazes de conectar comunicações mundiais de forma coerente, apesar das diferenças de significação para estas operações.

No caso dos riscos ambientais globais, a emergência da comunicação ecológica parece ter funcionado como um elemento nucleador, isto é, como um atrator para seleções comunicativas em âmbito mundial, sem o qual dificilmente qualquer coordenação seletiva para o enfrentamento dos riscos seria possível. Vimos que, nos últimos sessenta anos, a comunicação ecológica surgiu como uma particular forma de executar observações sócio-terranas. Bastante ancorada em comunicações científicas, ela mostrou-se capaz de fazer emergir novas organizações razoavelmente ressonantes para outros sistemas sociais, como, por exemplo, o IPCC, as Cúpulas do Clima, as inúmeras ONGs ambientais e os movimentos de protesto, que são observados tanto no âmbito local quanto no âmbito global em sistemas sociais relevantes, como a política, a economia e os meios de comunicação de massa. Essas organizações condensam expectativas e um repertório memorial mais ou menos razoável que permite alguma sincronização de operações a nível global, isto é, elas disponibilizam informações e prognósticos sobre o que pode acontecer se uma ou outra decisão for tomada nos sistemas para os quais são ressonantes e, vez ou outra, conformam decisões comuns. No entanto, a situacionalidade semântica das observações operadas nesta ressonância multiplica as perspectivas sobre a complexidade disponibilizada, fazendo com que, como vimos, os riscos e as soluções disponíveis possam ser aceitos ou rejeitados, e mais, que possam ser aceitos ou rejeitados de

diferentes formas, sob diferentes argumentos dos quais novas expectativas decorrem. Neste sentido, a busca por um consenso global parece, à primeira vista, infrutífera. No entanto, consenso e dissenso são produtos da contingência: não são nem impossíveis, nem necessários. Pelo menos no que observamos das expectativas produzidas na opinião pública nos três diferentes países analisados, há, no presente momento, alguma aceitação da existência dos riscos ambientais globais, embora as soluções para eles permaneçam em discussão e estejam, em alguma medida, sendo empenhadas de diferentes formas. Como salientei ao fim do nono capítulo, o paradoxo da inclusão total sem ônus ambiental na modernidade precisará ser dissolvido a tempo para que a sociedade (mundial) permaneça ou evolua sob os mesmos princípios de sua fundação. Se isso vai ocorrer também é contingente. O que sabemos de fato é que processos comunicativos estão promovendo (auto) organização neste sentido, enquanto outros estão ignorando os riscos, tornando-os ainda maiores. Possivelmente estamos, neste momento histórico, experienciando uma crise cuja bifurcação nos levará para outro nível de metaestabilidade que pode tanto tornar a sociedade mais autônoma e adaptada em relação à natureza e a si mesma quanto pode promover sua autodestruição – ou nem uma coisa nem outra, já que uma bifurcação só pode ser observada em retrospectiva e sua decisão final se dará dentre todas as possibilidades possíveis, conhecidas e desconhecidas. Isto é, as decisões que darão rumo a este processo são sobretudo imprevisíveis, tampouco devemos esperar, dentro do registro da teoria dos sistemas, que a sociedade subsista interminavelmente, ou seja, desta perspectiva é preciso considerar que, eventualmente, a inexorável entropia se forçará sobre os processos de auto-organização, ou ainda, que, quiçá, a sociedade, os seres humanos, os seres não humanos e o próprio planeta terão fim. Talvez essa constatação tenha se tornado mais desconfortável conforme ela passou do âmbito religioso para o científico e, posteriormente, às comunicações ecológicas. Pela primeira vez encaramos a possibilidade do nosso fim em um horizonte de futuro (não tão distante) no qual não há redenção. Isto é, o apocalipse à vista não é observado nem como transcendente nem como natural, mas enquanto consequência das próprias decisões sociais. Justificadamente, isto gera sentimentos potentes nos seres humanos e um senso de urgência em sistemas sociais e organizações que observam o eminente risco da autodestruição da sociedade. O problema é por demais generalizado e, portanto, não pode ser resolvido isoladamente, isto é, ele não é apenas um problema político ou científico ou econômico, ele é um problema para toda a sociedade mundial. Ele pode, no entanto, ser decomposto, e está sendo. A maior dificuldade, no entanto, parece ser o pouco tempo que a sociedade tem para concatenar observações coerentemente adaptativas frente a essa nova informação.

Na ciência, tem havido um esforço interdisciplinar para compreender e descrever, através de diversos paradigmas conceituais, aspectos gerais e parciais da crise ambiental. Muitos autores e autoras da contemporaneidade têm observado a crise emergente e proposto saídas a ela, descrevendo e tornando mais visíveis problemas e soluções. Muitos deles/as, como Bruno Latour, Donna Haraway, Ian Angus, Jason Moore, Isabelle Stengers, Deborah Danowski, Eduardo Viveiros de Castro, Kohei Saito, James Lovelock, Carolyn Merchant, Ailton Krenak, Marisol de la Cadena, Anahí Urquiza, Malcom Ferdinand, dentre inúmeros/as outros/as, têm dado a compreender a complexidade dos dilemas atuais em cujo centro está a relação entre sociedade e natureza. Dessas observações emergiram conceitos potentes que descrevem, cada qual a seu modo, as causas e as consequências da atual crise ambiental, tais como: antropoceno, platacionceno, chthuluceno, capitaloceno, tecnoceno, negroceno – todos com um sufixo indicativo de que se trata, sobretudo, de um problema temporalmente situado. Outros conceitos relevantes, que se prestam mais a uma definição dos objetos e das teorias, são: Gaia, ecossocialismo, seres terranos, sociedade do risco, dentre outros. Neste sentido, há uma miríade de observações teóricas e empiricamente fundamentadas que têm olhado tanto para as consequências da modernização quanto para diferentes semânticas existentes no que diz respeito às questões ambientais. Todas elas podem ser compreendidas, do ponto de vista teórico aqui instaurado, enquanto observações sócio-terranas sobre observações sócio-terranas – assim como esta tese também se prestou a realizar observações deste tipo. Se considerarmos essas propostas em sua totalidade, veremos que há, nestas observações sobre observações, a coexistência de múltiplas semânticas que contemplam a relação entre sociedade e natureza para além daquelas que inauguraram os processos de modernização. Isto é, ao fim e ao cabo, as observações sócio-terranas estabelecidas pela ciência moderna no século XVIII são só mais uma entre muitas possibilidades e o que as descrições acima mencionadas nos indicam é que nada a impede de compartilhar complexidade com outras perspectivas. A confluência da semântica arcaica chinesa com a ciência e as atuais comunicações ecológicas é um exemplo dessa possibilidade observada nesta tese. É preciso considerar que a história evolutiva dos sistemas sociais e suas organizações tornou-os operativamente fechados, mas não semanticamente fechados. Ou seja, ainda que diferentes perspectivas possam ser operativamente incompatíveis, elas não são semanticamente incompatíveis, porque signos podem ser atualizados por quaisquer observações. Embora (ou porque) a ciência, assim como outros sistemas funcionalmente diferenciados, tenha expandido seu particular modo operacional mundialmente, nada impede que ela possa compartilhar complexidade com outras formas de conhecimento sobre a natureza, pelo contrário, como vimos,

isso vem acontecendo desde o início dos processos de modernização. Dessas considerações, abre-se um caminho para soluções e tecnologias situadas, desde que expectativas comuns possam ser compartilhadas, isto é, o mesmo objetivo pode ser buscado por diferentes sistemas e organizações sociais em diferentes estados de diferenciação e a partir de diferentes modos de produzir observações sócio-terranas. No ponto crítico no qual a sociedade se encontra, essas alianças (im)prováveis se tornam cada vez mais necessárias. Diversos estudos têm enfatizado essa possibilidade, como alguns dos há pouco mencionados, se bem que por meio de outras perspectivas analíticas. Pela lente da teoria dos sistemas, a observação de outras formas de significação pode ser vista como uma oportunidade para os sistemas sociais mundializados atualizarem suas expectativas de forma coerente com constructos situados sobre a natureza e os riscos ambientais. Já vimos que, desde o início, os processos de modernização se deram de forma situada e ancorada em semânticas anteriormente produzidas; assim, em um momento evolutivo no qual tanto os sistemas sociais quanto seus riscos (auto) criados são mundiais, seria sobremaneira interessante se a imensa complexidade disponível nas abundantes semânticas já construídas fosse observada e produzisse acoplamentos eficientes, isto é, adaptativamente eficientes em âmbito local e global. Isso é importante não apenas porque a variabilidade de soluções disponíveis pode ser observada em âmbito local, mas porque, apesar de os riscos serem globais, suas manifestações são e serão diferentes de acordo com as condições locais naturalmente dadas. O próximo relatório do IPCC, previsto para ser publicado em 2029, deve incluir perspectivas regionais e de povos originários em suas análises¹⁹³⁰ e, dentro da ONU, já há a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP), pela qual representantes de diferentes povos têm promovido comunicações para o compartilhamento de conhecimento com vistas na ampliação da resiliência climática¹⁹³¹. Apesar de representarem avanços significativos quanto ao desdobramento de novas formas de interpenetração orientadas por objetivos comuns, iniciativas como essas só serão eficientes se tornarem-se ressonantes para outros sistemas e organizações – e seria particularmente interessante que novos estudos se prestassem a observar como essas interpenetrações estão se dando e como vão se desenrolar. Por enquanto, o que sabemos é que, apesar dos sucessivos e cada vez mais detalhados relatórios do IPCC e das articulações internacionais operadas nas COPs, a emissão de gases poluentes, como o CO₂, permanece ascendente. Trocando em miúdos, apesar do problema estar colocado

¹⁹³⁰ <<https://www.ipcc.ch/event/ipcc-workshop-on-engaging-diverse-knowledge-systems-and-ipcc-workshop-on-methods-of-assessment/?utm_source=chatgpt.com>>

¹⁹³¹ <<<https://lcipp.unfccc.int/>>>

globalmente, é incerto que conexões comunicativas se darão a tempo para uma reversão adaptativa ao aquecimento global.

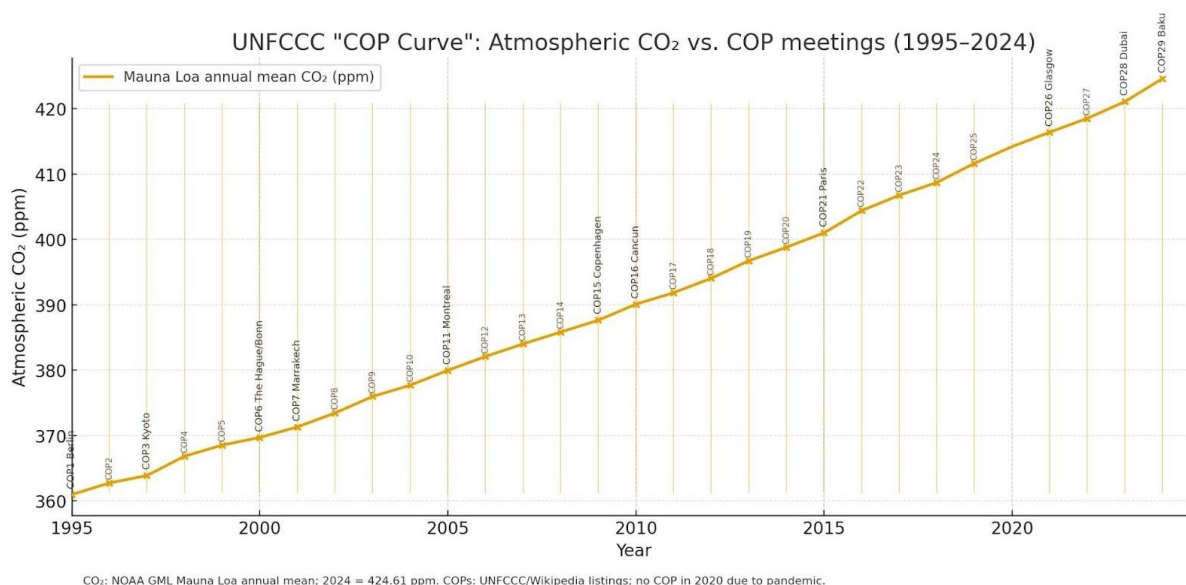


Imagem 26: Curva COP - NOAA GML (Observatório Mauna Loa)

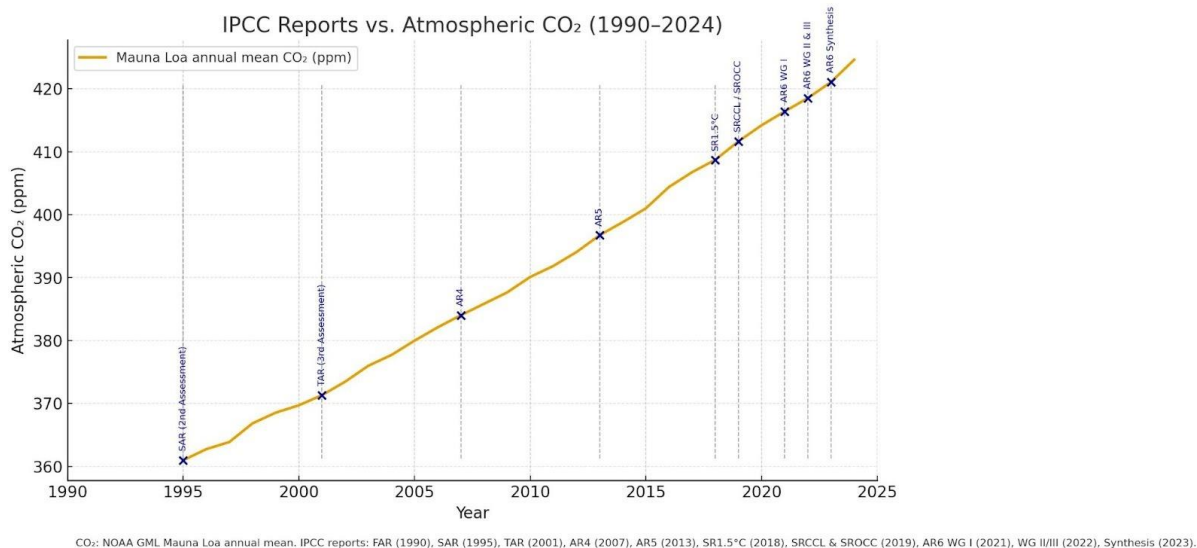


Imagem 27: Relatórios do IPCC vs. CO₂ atmosférico (1990-2024) - NOAA GML (Observatório Mauna Loa)

No entanto, sabemos também, através da teoria dos sistemas sociais, que processos comunicativos se reforçam com o tempo – aquela ideia de que escolher um caminho torna a escolha de outros improvável. Com isto em vista, podemos considerar a comunicação ecológica enquanto um atrator recém-emergente que tem se reforçado enquanto produtor de expectativas comuns em meio a uma imensa variedade de possibilidades significativas, dentre elas o próprio

condão progressista da modernidade, pelo qual se justifica tanto o trato ambiental exploratório quanto as expectativas de melhores condições de vida há pouco mencionadas. Por seu turno, já há algum tempo a comunicação ecológica tem ressoado cada vez mais em sistemas sociais mundiais importantes. Para a política, territorialmente ancorada, observamos que, nos três países analisados, de uma forma ou de outra as comunicações ecológicas tornaram-se uma complexidade inescapável para observação: no Reino Unido, os riscos ambientais globais foram descritos enquanto internacionalmente produzidos sem que a assumpção da responsabilidade histórica britânica a este respeito fosse devidamente feita, ao mesmo tempo, as soluções propostas passaram pela inovação tecnológica promovida pela economia; nos EUA vimos que nas décadas de 1960 e 1970 um movimento social organizado por diversos setores emergiu e tornou as questões ambientais uma pauta importante, retomando princípios do romantismo e do transcendentalismo; assim, tanto a preservação de áreas ecológicas sublimes quanto os riscos da poluição ressoaram fortemente na opinião pública, levando o sistema político a dispor uma série de tomadas de decisão para enfrentá-los; seguidamente, a partir do governo de Reagan na década de 1980 as comunicações ecológicas continuaram sendo consideradas na política, no entanto, de uma perspectiva negacionista que perpetuou-se com poucas exceções; na China, por sua vez, as comunicações ecológicas tornaram-se paulatinamente relevantes conforme sua industrialização ascendeu a partir da década de 1980 e começou a produzir riscos imediatos, assim que, a partir da década de 2010, elas passaram a ser incorporadas em diretrizes politicamente estabelecidas sob uma perspectiva que conflui o socialismo com características chinesas a valores oriundos da atualização de sua semântica milenar de uma relação harmoniosa com a natureza. As operações dos sistemas de direito em diferentes países têm também, cada qual a seu modo, disposto comunicações sobre legalidades e ilegalidades no trato ambiental com estreita interpenetração aos respectivos sistemas políticos. Os meios de comunicação de massa, por sua vez, embora com as diferentes perspectivas exauridas nesta tese, têm disponibilizado descrições nas quais a sociedade, em diferentes lugares, se observa como cada vez mais suscetível a eventos climáticos extremos e às suas consequências por vezes letais. A economia e suas organizações empresariais têm paulatinamente considerado lucrativo produzir e vender de forma mais limpa ou, pelo menos, fingir fazê-lo – seja porque é ameaçada por sanções ou porque observa as expectativas dos compradores¹⁹³². O que essa diversidade de perspectivas sistêmicas produzidas em

¹⁹³² No caso da economia, no entanto, é preciso fazer a ressalva de que suas operações, altamente aceleradas e com alta demanda por insumos e energia, provavelmente só devem instaurar processos comunicativos considerando as comunicações ecológicas se comunicações oriundas da política, do direito e da opinião pública tornarem-se muito

ressonância às comunicações ecológicas nos mostra é que, primeiramente, os sistemas sociais só observam as comunicações ecológicas de acordo com suas formas de significação anteriormente produzidas e, depois, que pontualmente atualizam suas expectativas de forma coerente com tais comunicações quando novas possibilidades de significação são acopladas do meio –, mas mostram, sobretudo, que essas observações estão acontecendo.

Como salientei anteriormente, embora os sistemas sociais sejam operacionalmente fechados, eles não o são semanticamente; neste sentido, nossas observações indicam que há possibilidade de que, paulatinamente, formas semânticas de observações sócio-terranas muito arriscadas, típicas da modernização progressiva, sejam substituídas ou interpenetradas com formas ecologicamente orientadas, muitas das quais oriundas de comunicações pré-modernas que estão sendo cada vez mais disponibilizadas através, por exemplo, da retomada de valores antigos, como os do taoísmo, do confucionismo e do budismo no Oriente, ou como os da Pacha Mama na América Latina¹⁹³³, ou ainda como a filosofia ubuntu em África¹⁹³⁴. Mesmo o cristianismo, mundialmente espreado desde a Europa, tem, apesar das ambivalências, atualizado sua própria perspectiva a respeito da natureza e dos riscos ambientais, como se observa na Encíclica “Laudato Si’” do Papa Francisco de 2015, subintitulada “Sobre o Cuidado da Casa Comum”¹⁹³⁵. Os EUA, como salientei há pouco, têm, à sua própria maneira, um rescaldo

relevantes a ponto de tornar suas produções onerosas quando perpetradas de forma ecologicamente incorreta. Estratégias comunicativas como o *greenwashing* têm sido usadas por organizações econômicas para suplantarem as expectativas de investidores e consumidores a respeito dos riscos ambientais, como vimos; porém elas podem ser economicamente eficientes, mas não o são ecologicamente, de modo que, embora seja uma forma do sistema econômico ressoar as comunicações ecológicas, o *marketing* verde não enfrenta risco ambiental algum.

¹⁹³³ Eduardo Gudynas, por exemplo, analisa da seguinte forma a incorporação da (auto) observação sobre a natureza enquanto Pacha Mama na Constituição equatoriana de 2008: “O conceito de Pacha Mama abriu as portas para uma entrada substantiva da visão indígena sobre o meio ambiente na Constituição do Equador. Essa possibilidade se deveu, em parte, à pressão política dos movimentos indígenas do país, à sua boa organização na época e à constância de seu discurso. Recordemos que as organizações indígenas equatorianas mantiveram durante uma primeira etapa do governo um apoio crítico ao presidente Rafael Correa e participaram da Assembleia Constituinte – embora depois tenham se distanciado, assim como outros movimentos sociais. Essa situação também permitiu incorporar as ideias de Bem Viver à Carta. Tais opções plurais ofereceram oportunidades de promover uma ruptura com o programa da modernidade e do antropocentrismo – que está na base da atual crise ambiental” (Gudynas, p. 81, 2020).

¹⁹³⁴ Nas palavras de Mogobe B. Ramose sobre a filosofia Ubuntu acerca das observações sócio-terranas ocidentais: “A racionalidade reducionista, fragmentária e empirista continua a fazer grandes avanços na esfera da tecnologia. No processo, os avanços resultaram em graves perturbações na ecologia, rompendo assim o precário equilíbrio entre o ser humano e seu meio ambiente. A perda desse equilíbrio constitui uma violação do botho. É também uma indicação da necessidade de restaurar o botho na esfera das relações entre os seres humanos e a natureza física. Esta é a dimensão ecosófica do provérbio: moth ke motho ka batho” (Ramose, p. 109, 2005).

¹⁹³⁵ Na abertura da Encíclica já podemos vislumbrar a ressignificação da perspectiva cristã sobre a natureza promovida por Francisco: “Louvado seja, meu Senhor, cantava São Francisco de Assis. Neste gracioso cântico, recordava-nos que a nossa casa comum se pode comparar [...] a uma irmã [...]. Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos.

do romantismo e do transcendentalismo que poderia fazer emergir comunicações embasadas no preservacionismo do século XIX e no ambientalismo da década de 1970, condizentes com as expectativas sobre os riscos atuais. Essas perspectivas semânticas não são incompatíveis com valores modernos, pelo menos não com todos eles, por exemplo: as expectativas de melhoramento progressivo da modernidade podem incluir o bem viver humano e não humano, considerando as observações sócio-terranas de diferentes povos, isto é, há valores cosmopolitas na semântica moderna que podem facilitar a incorporação de diferentes perspectivas sobre o trato ambiental e enriquecer o repertório de sistemas e organizações. Não falta, portanto, diversidade semântica e variedade de soluções para os diferentes riscos ambientais emergentes, o que falta são acoplamentos adaptativamente adequados. Neste sentido, é relevante que outros novos estudos se debrucem sobre essas possibilidades de uma perspectiva antropológica e sistemicamente orientada, considerando que elas são muitas e muito variadas. Enquanto um atrator, a comunicação ecológica tem se prestado a conduzir comunicações que facilitam esses acoplamentos. Neste sentido, é importante ressaltar que a sociedade e seus sistemas parciais, enquanto sistemas autopoieticos, estão não apenas se autoproduzindo permanentemente, mas se autotransformando permanentemente e, diga-se de passagem, cada vez mais aceleradamente. Assim, seleções que considerem ou desconsiderem as comunicações ecológicas em seu meio podem tanto diminuir quanto aumentar substancial e rapidamente os riscos ambientais em suas decisões. Tudo que as seleções operadas sob uma orientação ecológica podem fazer, em quaisquer sistemas e em quaisquer organizações, é lidar com a complexidade já dada, isto é, partir das semânticas historicamente construídas e já disponíveis e, então, fazer seleções eficientes que reduzam os riscos de suas operações. Não há meia volta na autorreprodução dos sistemas sociais; operativamente, o tempo é, para eles, irreversível. No entanto, é possível que eles atualizem suas estruturas/expectativas considerando formas de significação mais ou menos competentes para lidar com os riscos, (auto) construindo uma memória mais adequada com as atuais condições. Também não há, como uma vez propôs o filósofo de Frankfurt, um freio de emergência para a história¹⁹³⁶. Muito embora a crítica de Benjamin ao aceleracionismo do

Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada, que ‘geme e sofre as dores do parto’ (Rm 8, 22). Esqueçemo-nos de que nós mesmos somos terra (cf. Gn 2, 7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos” (Francisco, p. 3, 2015).

¹⁹³⁶ Nas anotações originais de Walter Benjamin encontra-se a seguinte formulação para essa proposta: “Marx afirma que as revoluções são as locomotivas da história do mundo. Mas talvez isso seja totalmente diferente. Talvez as revoluções sejam o acionar do freio de emergência pela humanidade que viaja neste trem” (Benjamin, p. 139, 2020). Na 13ª tese do compilado “Sobre o Conceito de História” encontramos uma formulação mais apurada: “A teoria e, mais ainda, a prática da social-democracia foram determinadas por um conceito dogmático de progresso

progresso moderno seja, sem dúvida, competente e interessante, uma vez que ele identifica a potência destrutiva dos processos vigentes neste aceleracionismo, a solução por meios revolucionários não freou esses processos, mas os intensificou – como vimos no caso chinês, embora possa haver a particular exceção de Cuba. Apesar de atualmente teorias ecossocialistas prospectarem soluções por meio de uma aliança entre princípios marxistas e ambientalistas, por ora não há nada socialmente observável de que isso possa vingar por meio de uma desaceleração. Como vimos, tanto a economia capitalista no Reino Unido e nos EUA quanto a comunista na China só fizeram intensificar sua aceleração e, em todos os casos, as expectativas são de aumentá-la ainda mais, já que o que têm em comum é a inclusão pelo consumo, embora a China esteja tentando fazer isso por meios mais limpos, por assim dizer. Neste sentido, um processo revolucionário que transformasse as observações sócio-terranas teria de se dar não apenas contra um tipo de sistema econômico, mas contra a própria modernidade e, contundentemente, um processo revolucionário capaz de interromper as comunicações modernas na atualidade teria de interrompê-las a nível global, o que parece não apenas improvável, mas perigoso. E mais, embora a desaceleração possa ajudar a reduzir os riscos produzidos por sistemas extremamente acelerados, como é o caso da economia, nada indica que isso vá acontecer. Por outro lado, pode ser promissor se operações orientadas ecologicamente se dessem mais rapidamente – como vem acontecendo na China há uma década. Por ora, constatamos que a única possibilidade social é seguir operando com as condições temporais e estruturais dadas e com o repertório simbólico disponível que, afortunadamente, é razoavelmente grande e diverso (talvez) suficientemente para que haja esperança de que seleções eficientes sejam feitas a tempo. Para uma conclusão sóbria, é preciso ter em vista que os processos de auto transformação da sociedade não se dão da noite para o dia, mesmo as grandes revoluções foram antecidas por décadas, senão séculos, de (auto) criação de condições adequadas. Por outro lado, a aceleração social do tempo operada em todos os âmbitos e, particularmente, em sistemas relevantes, como a política, a economia e a ciência, pode oferecer soluções rápidas se elas forem adequadamente postas em curso: a virada contra ambiental nos

sem qualquer vínculo com a realidade. Segundo os social-democratas, o progresso era, em primeiro lugar, um progresso da humanidade em si, e não das suas capacidades e conhecimentos. Em segundo lugar, era um processo sem limites, ideia correspondente à da perfectibilidade infinita do gênero humano. Em terceiro lugar, era um processo essencialmente automático, percorrendo, irresistível, uma trajetória em flecha ou em espiral. Cada um desses atributos é controvertido e poderia ser criticado. Mas, para ser rigorosa, a crítica precisa ir além deles e concentrar-se no que lhes é comum. A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia do progresso tem como pressuposto a crítica da ideia dessa marcha” (Benjamin, p. 229, 1987).

EUA na década de 1980 é uma manifestação dessa possibilidade em revés; atualmente, os processos ecologicamente orientados postos em curso na China são outra. Mais uma vez, é premente ressaltar também que a situacionalidade das soluções é importante e por isso complexidades locais precisam ser consideradas, tanto no âmbito dos sistemas funcionais quanto no âmbito de comunidades com lastro semântico originário, isto é, as diretrizes políticas podem ser nacionais, mas elas precisam ser criadas considerando a diversidade interna do seu território, uma vez que a implementação dessas diretrizes se dá, sobretudo, no âmbito do poder e das comunidades locais auto-organizadas, ou seja, observamos nesta tese que governos estaduais, municipais e comunitários têm forte protagonismo na criação e na implementação de decisões ecologicamente orientadas e, embora não faça parte do escopo desta tese, vários dos/as autores/as há pouco mencionados/as têm enfatizado em suas pesquisas que saberes tradicionais de povos originários podem ser valiosos para pôr em prática soluções regionais e mesmo globais para os riscos ambientais produzidos na modernidade. O mesmo vale para a economia se ela se propuser de fato a tornar-se “verde”: não bastará a criação de novas tecnologias que tornem a produção mais limpa, em termos energéticos e de insumos, mas será também necessário o acoplamento de semânticas orientadoras de observações sócio-terranas locais, de modo a promover uma perspectiva na qual os riscos ambientais, locais e globais, sejam de fato considerados. Isso implica incluir nas observações as características naturais de cada lugar de uma forma ecologicamente orientada, isto é, considerar a reciprocidade das observações sócio-terranas, ou ainda, a própria agência da natureza enquanto outros sistemas vivos e/ou termodinamicamente abertos, isto é, não apenas outras espécies, mas os rios, os mares, a terra e o que há em suas entranhas. Neste sentido, para parear com Luhmann, a saída – ou o recomeço – não será apenas por meio de novas tecnologias, mas advirá de decisões eficientes sobre como criá-las, atualizá-las e colocá-las em uso de forma adaptativamente adequada através de observações que considerem a ressonância da natureza em relação às comunicações sociais locais e globais. Por outro lado, mais uma vez, as soluções, as saídas e os acoplamentos eficientes são todos contingentes, de modo que, se tudo correr mal, podemos nos confortar com o fato de que, apesar das perguntas paralisantes, alguma coisa sempre há de suceder, mesmo que não seja socialmente observável.

Bibliografia

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. **Sobre a Mentira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

ALBUQUERQUE, Afonso. On Models and Margins: Comparative Media Models Viewed from a Brazilian Perspective. *In*: Halling, Daniel C.; Mancini, Paolo. **Comparing media systems beyond the western world**. New York: Cambridge University Press, 2012.

ALBRIGHT, Anna Lea; HUYBERS, Peter. Paintings by Turner and Monet depict trends in 19th century air pollution. *In*: **PNAS**, 2022.

ALMEIDA, Joaquim de. **A mentira da verdade**. São Paulo: Edições SM, 2015.

ALEXANDER, Jeffrey C. The Mass News Media in Systemic, Historical, and Comparative Perspective. *In*: Alexander, Jeffrey C; Colomy, P. (Eds.). **Differentiation Theory and Social Change**. New York: Columbia UP, pp. 323-366, 1990.

ALISTE, Enrique; URQUIZA, Anahí. **Medio ambiente y sociedad: conceptos, metodologías y experiencias desde las ciencias sociales y humanas**. Santiago: RIL editores, 2010.

ALLAN, Stuart; ADAM, Barbara; CARTER, Cynthia. Environmental Risks and the Media. *In*: **Taylor & Francis e-Library**, 2003.

ANDERSON, Alison G. The Media Politics of Oil Spills. *In*: **Spill Science & Technology Bulletin**. Volume 7, Issues 1–2, Pages 1-112, 2002.

ANDI. **Mudanças climáticas na imprensa brasileira: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos de julho de 2005 a junho de 2007 - julho de 2007 a dezembro de 2008** / coordenado por Veet Vivarta. Brasília, DF: ANDI, 2010.

ARENDT, Hannah. Verdade e Política. *In*: **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDT, Hannah. A mentira na política: considerações sobre os Documentos do Pentágono. *In*: **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ARNOLD, Marcelo. Recursos para la Investigación Sistemico/Constructivista. *In*: **Fita Moebius: Revista de Epistemologia das Ciências Sociais**, nº 3, 1998.

ARNOLD, Marcelo. Câmbios epistemológicos y metodologías cualitativas. *In*: **Sociedad hoy**, Vol 1, nº2-3, 1999.

ARNOLD, Marcelo. La construcción del conocimiento Fundamentos epistemológicos del constructivismo sociopoiético. *In: Investigaciones Sociales*, Ano VIII, nº12, pp. 271-287, 2004.

ARNOLD, Marcelo. Epistemologías sistémico/constructivistas y sus efectos en la investigación social. *In: Sociedad hoy*, Vol 1, nº2-3, 1999.

ARNOLD, Marcelo. Desarrollo de la teoría de sistemas en las Ciencias Sociales. *In: Revista Chilena de Antropología* Nº 7, 17-29, 1988.

ARNOLD, Marcelo. Epistemología aplicada: constructivismo sistémico. *In: Revista Chilena de temas sociológicos* / nº6-7, 145-157.

ARNOLD, Marcelo. Constructivismo Sociopoiético. *Rev. Mad.* Nº 23, pp. 1-8, 2010.

ARNOLD, Marcelo; URQUIZA, Anahí. Las amenazas ambientales: una visión desde la teoría de los sistemas sociopoiéticos. *In: Medio ambiente y sociedad: conceptos, metodologías y experiencias desde las ciencias sociales y humanas*. Santiago: RIL editores, 2010.

ARNOLD, Marcelo; OSÓRIO, Francisco. Introducción a los Conceptos Básicos de la Teoría General de Sistemas. *In: Fita Moebius: Revista de Epistemologia das Ciências Sociais*, Nº 3, 1998.

ASHBY, W. Ross. **Uma introdução à cibernética**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

BACHUR, João Paulo. **Distanciamento e crítica: limites e possibilidades da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BÁNKI, O. et al. **Catálogo da Vida**. Catálogo da Fundação Life. Amsterdã, Holanda, Setembro de 2025.

BASSOLAS et al. Multifaceted polarisation and information reliability in climate change discussions on social media platforms. *In: Physics and Society*, V1, 2024.

BAUMLER, Alan. **Routledge Handbook of Revolutionary China**. New York: Routledge, 2020.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BEER, Stafford. The Will of the People. *In: The Journal of the Operational Research Society*, Vol. 34, No. 8, Systems in O.R. First International IFORS and O.R.S. Meeting. Discussion Conference at Henly, U.K. 9-11 May 1983.

BEER, Stafford. **Designing Freedom**. 1973.

BEER, Stafford. Preface. *In: Autopoiesis and Cognition: The Realization of the Living*. 1980.

BEER, Stafford. **World in torment: a time whose idea must come**. 1992.

BEESON, Mark. Environmental Authoritarianism and China. *In: The Oxford Handbook of Environmental Political Theory*. Oxford University Press, 2016.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura** - Obras Escolhidas Volume 1. Editora Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. Alameda Casa Editorial, 2020.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Robots, hombres y mentes**. Madrid: Ediciones Guadarrama: 1971.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

BERTAZZI, Pier A. et al. The Seveso Studies on Early and Long-Term Effects of Dioxin Exposure: A Review. *In: Environmental Health Perspectives*, Vol 106, Supplement 2 - April 1998.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. **Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos: Correspondência 1880-1905**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2008.

BEYNON, Huw. Protesto ambiental e mudança social no Reino Unido. *In: MANA* 5(1):7-28, 1999.

BHATTACHARYA, Tithi. **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression**. Pluto Press, 2017.

BIANCHI, Alice. Picturing Disaster in Late Imperial China: The Liumintu 流民圖 Tradition and Its Transformations. *In: Journal Of Oriental Studies*. The University of Hong Kong and Stanford University, 2021.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 75ª Edição. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1991.

BILLET, Simon. Dividing climate change: global warming in the Indian mass media. *In: Springer Science & Business Media B.V.* 2009.

BINBIN Wang; QINNAN Zhou. Climate change in the Chinese mind: An overview of public perceptions at macro and micro levels. *In: WIREsClimChange*;11:e639, 2020.

BINBIN Wang et al. Chinese Public Awareness, Support, and Confidence in China's Carbon Neutrality Goal. *In: Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, 66:6, 25-36, 2024.

BING Xue et al. Understanding ecological civilization in China: From political context to science. *In: Ambio*, 52:1895-1909, 2023.

BLOOR, Meriel; BLOOR, Thomas. **The Practice of Critical Discourse Analysis: An Introduction**. Routledge, 2013.

BOHR, Jeremiah. Reporting on climate change: A computational analysis of U.S. newspapers and sources of bias, 1997–2017. *In: Global Environmental Change*, 61, 2020.

BOLSEN, Toby; SHAPIRO, Matthew A. The US News Media, Polarization on Climate Change, and Pathways to Effective Communication. *In: Environmental Communication* 12(4):1-15, December 2017.

BOWEN, James. **A History of Western Education**. Volume Three: The Modern West Europe and the New World. New York: Routledge, 2003.

BOWKER, Geof. How to be Universal: Some Cybernetic Strategies, 1943-70. *In: Social Studies of Science*, Vol. 23, No. 1, pp. 107-127. 1993.

BOWMAN, J. S.; FUCHS, T. Environmental coverage in the mass media: a longitudinal study. *In: Intern. J. Environmental Studies*, Vol. 18, pp. 11-22, 1981.

BOYKOFF, M.T. Flogging a dead norm? Newspaper coverage of anthropogenic climate change in the United States and United Kingdom from 2003 to 2006. *In: Area*, Vol. 39 No.2, 2007.

BOYKOFF, M.T; BOYKOFF, J.M. Balance as bias: global warming and the US prestige press. *In: Global Environmental Change*, 14 pp.125–136, 2004.

BOYKOFF, M.T.; et al. World newspaper coverage of climate change or global warming, 2004–2020 [Data set]. **Cooperative Institute for Research in Environmental Sciences**, University of Colorado, 2020.

BRASIL. **Recenseamento de 1920**. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: TYP Estatística, 1929.

BRAY, Francesca. Pt. 2: Agriculture. *In*: Needham, Joseph. **Science and civilization in China**. Vol. 6, Cambridge University Press, 1984.

BRECHT, Bertolt. Vida de Galileu. *In*: **Teatro completo, em 12 volumes** - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História Social da Mídia: De Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BRIMBLECOMBE, Peter. **The big smoke: a history of air pollution in Londo since medieval times**. New York: Routledge, 2011.

BROADBENT, Jeffrey et al. Conflicting Climate Change Frames in a Global Field of Media Discourse. *In*: **Socius: Sociological Research for a Dynamic World**, Volume 2: 1-17, 2016.

BROSSARD, Dominique; SHANAHAN, James; MCCOMAS, Katherine A. Are Issue-Cycles Culturally Constructed? A Comparison of French and American Coverage of Global Climate Change. *In*: **Mass Communication and Society**, 7:3, 359-377, 2004.

BRÜGGEMANN, Michael; ENGESSER, Sven. Beyond false balance: How interpretive journalism shapes media coverage of climate change. *In*: **Global Environmental Change**, 42, pp.58-67, 2017.

BURNS, Adams. **American Imperialism The Territorial Expansion of the United States, 1783-2013**. Edinburgh University Press, 2017.

BUTLER, Jon. **Awash in a Sea of Faith: Christianizing the American People**. Harvard University Press, 1992.

BUTTON, Gregory V. The Negation of Disaster: the media response to oil spills in Great Britain. *In*: **The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective**. Edited by Anthony Oliver-Smith and Susanna M. Hoffman. New York: Routledge, 2020.

CAI Mile; LIU Ran. 儒家生态思想的三重维度分析. *In*: **Advances in Philosophy 哲学进展**, 13(5), 947-952, 2024.

CALLAHAN, William A. National Insecurities: Humiliation, Salvation, and Chinese Nationalism. *In: Alternatives*, 29, 199-218, 2004.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Editorial Planeta S.A.U., 2016.

CARVALHO, Anabela. Representing the politics of the Greenhouse Effect: Discursive strategies in the British media. *In: Critical Discourse Studies*, Vol. 2, No. 1, pp. 1 –29, April 2005.

CARVALHO, Anabela. Ideological cultures and media discourses on scientific knowledge: re-reading news on climate change. *In: Public Understand. Sci.* 16, pp.223-243, 2007.

CARVALHO, Anabela. Media(ted) discourses and climate change: a focus on political subjectivity and (dis)engagement. *In: WIREs Climate Change*, Volume 1, March/April 2010.

CARVALHO, Anabela; BURGESS, Jacquelin. Cultural Circuits of Climate Change in U.K. Broadsheet Newspapers, 1985–2003. *In: Risk Analysis*, Vol. 25, No. 6, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (Org). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CAZZAMATTA, Regina. Como a teoria dos sistemas pode contribuir para os estudos em jornalismo? A teoria de Luhmann aplicada ao jornalismo. *In: Galáxia*, v. 47, pp.1-22, 2022.

CENSER, Jack Richard. **Prelude to Power: The Parisian Radical Press, 1789-1791**. Johns Hopkins University Press, 2019.

CENSER, Jack Richard; POPKIN, Jeremy D. **Press and Politics in Pre-revolutionary France**. University of California Press, 1987.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CHAN, Wing-tsit. **A Source Book in Chinese Philosophy**. Princeton University Press, 1969.

CHANG, I-Shin; WANG, Wenqi; WU, Jing. To Strengthen the Practice of Ecological Civilization in China. *In: Sustainability*, 11, 4661, 2019.

CHASE, Malcolm. **Chartism**. Manchester and New York: Manchester University Press, 2007.

CHEN, Sibó; ZHAO, Yuezhi. Ecological Civilization: A Blindspot in Global Media Coverage of China's Environmental Governance. *In: Environmental Communication*, 16:2, 195-208, 2022.

CHEN Xueming. **The Ecological Crisis and the Logic of Capital**. Koninklijke Brill, 2017.

CHESNEAUX, Jean; BASTID, Marianne; BERGERE, Marie-Claire. **China from the Opium Wars to the 1911 Revolution**. Random House, 1976.

CHILD, John; LU, Yuan; TSAI, Terence. Institutional Entrepreneurship in Building an Environmental Protection System for the People's Republic of China. *In: Organization Studies*, 28(7), 2007.

CHINA. Conselho de Estado. **Décimo Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico e Social da República Popular da China (2001–2005)**. Pequim: Conselho de Estado da República Popular da China, 2001.

CHINA. **Décimo Primeiro Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico e Social da República Popular da China (2006–2010)**. Pequim: Conselho de Estado da República Popular da China, 2006.

CHINA. **Programa Nacional de Mudanças Climáticas da China**. Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma República Popular da China, 2007.

CHINA. **Aviso do Conselho de Estado sobre a publicação do Plano de Ação para a Prevenção e Controle da Poluição Atmosférica**. Pequim: Conselho de Estado da República Popular da China, 2013.

CHINA. **Lei de Proteção Ambiental da República Popular da China** (Ordenação do Presidente nº 9). Promulgada pelo Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo em 24 de abril de 2014.

CHINA. **Ação Reforçada sobre Mudanças Climáticas - Contribuição Nacionalmente Determinada da China**. Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China, Pequim, 30 de junho de 2015.

CHINA. **Quarta Comunicação Nacional da República Popular da China sobre Mudanças Climáticas**. Pequim: Conselho de Estado da República Popular da China, 2023.

CHINA. **Comunicado Estatístico da República Popular da China sobre o Desenvolvimento Econômico e Social Nacional em 2023**. Escritório Nacional de Estatísticas, 2023.

CHINA. **Produção de carvão bruto do meu país e importações e exportações de carvão em 2024**. Escritório Nacional de Estatísticas, 2025.

CHINA. **Lei Penal da República Popular da China**. Beijing: Assembleia Nacional Popular, 1997. Atualizada pela Emenda XII à Lei Penal, de 29 dez. 2023a.

CHINA. **Regulamento sobre a Administração da Síntese Profunda de Serviços de Informação na Internet** (*Provisions on the Administration of Deep Synthesis Internet Information Services*). Beijing: Administração do Ciberespaço da China, 10 jan. 2023b.

CHINA. **Lei de Segurança Cibernética da República Popular da China**. Beijing: Comitê Permanente da Assembleia Nacional Popular, 7 nov. 2016.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: Propaganda política e manipulação**. Martins Fontes: 2014.

CLAPP, Brian William. **An environmental history of Britain since the Industrial Revolution**. Taylor & Francis, 1994.

CLARK, William et al. Acid Rain, Ozone Depletion, and Climate Change: An Historical Overview. *In: Learning to manage global environmental risks / the Social Learning Group II*. Massachusetts Institute of Technology, pp.21-56, 2001.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2008.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CLEMENT, Charles R. et al. The domestication of Amazonia before European conquest. *In: Royal Society Publishing*, 2015.

CLINTON, Maggie. The New Life Movement and national sacrifice. *In: Routledge Handbook of Revolutionary China*. New York: Routledge, 2020.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

CONFÚCIO. **Os Analectos**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

COOPER, Timothy; GREEN, Anna. The Torrey Canyon Disaster, Everyday Life, and the “Greening” of Britain. *In: Environmental History*, 22, 101–126, 2017.

CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. **GLU: glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann**. Universidad Iberoamericana. A.C. 1996.

CORTON, Christine L. **London fog: the biography**. The Belknap Press of Harvard University Press, 2015.

COSTA, Luciana Miranda. A imprensa brasileira e a questão ambiental no início do século XXI: o desmatamento da Amazônia no discurso jornalístico. *In: Revista Geral de Informação e Documentação*, 26(2), pp. 697-712, 2016.

COURTNEY, Chris. **The Nature of Disaster in China: The 1931 Yangzi River Flood**. Cambridge University Press, Cambridge, 2018.

COURTNEY, Chris. Governing Disasters: A Comparative Analysis of the 1931, 1954 and 1998 Middle-Yangtze Floods in Hubei. *In: BLANCHARD, Jean-Marc F.; KUN-CHIN, Lin (Ed); Governance, Domestic Change, and Social Policy in China: 100 Years after the Xinhai Revolution*. Palgrave Macmillan: 2017.

COURTNEY, Chris. **Central China flood, 1931**. *DisasterHistory.org*, [s.d.]. Disponível em: <https://disasterhistory.org/central-china-flood-1931>. Acesso em: 03/07/2025.

CRONIN, Matthew A.; GEORGE, Elizabeth. The Why and How of the Integrative Review. *In: Organizational Research Methods*, Vol. 26(1) 168-192, 2023.

CRONON, William. **Changes in the land: Indians, colonists, and the ecology of New England**. New York: Hill and Wang, 2003.

CRONON, William. The Trouble with Wilderness: Or, Getting Back to the Wrong Nature. *In: Environmental History*, Vol. 1, No. 1, pp. 7-28, 1996.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The “Anthropocene”. *In: Global Change Newsletter*, nº41, pp. 17-18, 2000.

CUI, Huaizu; HU, Qingqing. Creation and Appreciation of “Nature and Man in One” and Chinese Classic Beauty of Garden – Taking the Suzhou classic garden as an example. *In: SHS Web of Conferences* 17, 2015.

CUNHA, Isabel Ferin. Audiências e recepção das telenovelas brasileiras em Portugal. *In: Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, Vol. 7, pp. 91 - 118 nov. 2010.

DAI Qing. **The River Dragon Has Come! The Three Gorges Dam and the Fate of China's Yangtze River and Its People**. Routledge, 2015.

DAS, Jahnnabi. Environmental Journalism in Bangladesh. *In: Journalism Studies*, pp. 226-242, 2012.

DE GIORGI, Raffaele. Periferias da Modernidade. *In: Revista Direito Mackenzie*, vol. 11, n.2, pp. 39-47, 2017.

DELANG, Claudio O.; YUAN, Zhen. China's Grain for Green Program: A Review of the Largest Ecological Restoration and Rural Development Program in the World. *In: Springer International Publishing*, Switzerland, 2015.

DERRIDA, Jacques. A história da mentira: prolegômenos. *In: Estudos Avançados*, 10 (27), 1996.

DEVERELL, William. Conquest to Convalescence: Nature and Nation in United States History. *In: The Oxford handbook of environmental history* / edited by Andrew C. Isenberg. Oxford University Press, 2014.

DING Yihui et al. China's National Assessment Report on Climate Change (I): Climate change in China and the future trend. *In: Advances in Climate Change Research*, 3 (Suppl.): 1-5, 2007.

DOBYNS, Henry F. **Their number become thinned: Native American Population in Eastern North America**. Clothbound editions of University of Tennessee Press, 1983.

DOMINGUES, Lidiane Rodrigues. **O Demônio de Maxwell e a produção de tempo na teoria social de Niklas Luhmann: itinerários sociológicos em Black Mirror**. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018.

DOMINGUES, Lidiane Rodrigues. **Comunicação e Consciência na Sociologia de Niklas Luhmann**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014.

DOWNS, Anthony. Up and Down with ecology: the “issue attention cycle”. *In: Public Interest*, 28, 38-50, 1972.

DUNLAP, Riley E.; MCCRIGHT, Aaron M.; YAROSH, Jerrod H. The Political Divide on Climate Change: Partisan Polarization Widens in the U.S. *In: Environment: Science and Policy for Sustainable Development*. 4-23 | Published online: 25 Aug 2016.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

DUTRA, Roberto. **Teoria sistêmica da desigualdade**. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2023.

ECONOMY, Elizabeth C. **The river runs black: the environmental challenge to China's future**. Cornell University Press, 2004.

EDGERTON-TARPLEY, Kathryn. **Tears from iron: cultural responses to famine in nineteenth-century China**. University of California Press, 2008.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **A Revolução da Cultura Impressa: os primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **Divine Art, Infernal Machine: The Reception of Printing in the West from First Impressions to the Sense of an Ending**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2011.

EFIMOCHKINA, N. B.; SULUMOV, S. Kh. Environmental Education Practices in Russia: Experience in the Context of History. *In: SHS Web of Conferences* 172, 2023.

ELVIN, Mark. **The Retreat of the Elephants: An Environmental History of China**. Yale University Press, 2004.

EMERSON, Ralph Waldo. **Natureza**. Editora Dracaena, 2011.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. Tradução Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. Boitempo, 2020.

ERANNA, Saibanna. A Study on Historical Context and Significance of Journalism in India. *In: International Journal for Multidisciplinary Research*, Volume 6, Issue 5, September-October 2024.

ESKJÆR, Mikkel Fugl. Fra massemedier til mediesystem - om kodediskussionen i systemteoretisk medieforskning. *In: MedieKultur*, v. 49, pp.11-25, 2010.

ESPOSITO, Elena. **Olvido Social: Formas y Medios de la Memoria de la Sociedad**. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2023.

ESPOSITO, Elena. Olvido social: una aproximación desde la teoría de sistemas. *In: MAD*, N° 39, 2018.

ESPOSITO, John L. **Islam: the straight path**. Oxford University Press, 1998.

EUA. **In the Matter of Editorializing by Broadcast Licensees**. Comissão Federal de Comunicações dos EUA (FCC). 13 FCC 1246, 1949.

EUA. **Communications Act of 1934**. 73rd Congress, Sessão II, Capítulo 652. Aprovado em 19 jun. 1934.

EUA. **18 U.S. Code § 1038 – False information and hoaxes**. Washington, D.C.: U.S. Government Publishing Office, aprovado em 1994.

EUA. **Constituição dos Estados Unidos da América**. Adopted 17 set. 1787; ratificada 21 jun. 1788.

FAN Yang. Under the Dome: “Chinese” smog as a viral media event. *In: Critical Studies in Media Communication*, 2016.

FARBOTKO, Carol. Tuvalu and climate change: Constructions of Environmental Displacement in the Sydney Morning Herald. *In: Journal compilation* - Swedish Society for Anthropology and Geography, 2005.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Editora USP, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FELDMAN, Lauren; HART, P. Sol.; MILOSEVIC, Tijana. Polarizing news? Representations of threat and efficacy in leading US newspapers’ coverage of climate change. *In: Public Understanding of Science*, 1-17, 2015.

FENGJUN Zhaoa, YONGQIANG Liub, LIFU Shua. Change in the fire season pattern from bimodal to unimodal under climate change: The case of Daxing'anling in Northeast China. *In: Agricultural and Forest Meteorology*, 291, 2020.

FOSTER, John Bellamy. Ecological Civilization, Ecological Revolution: An Ecological Marxist Perspective. *In: Monthly Review* Vol. 74 (2022-2023), No. 05 - October, 2022.

FOERSTER, Heinz von. **Understanding Understanding: Essays on Cybernetics and Cognition**. New York: Springer-Verlag, 2003.

FOERSTER, Heinz von. **Las semillas de la cibernética: obras escogidas**. Barcelona: Gedisa, 1991.

FORD, Edwin H.; EMERY, Edwin. **Highlights in the History of the American Press**. University of Minnesota Press, 1954.

FRANCISCO. **Carta encíclica Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum**. Vaticano: Vaticano, 2015.

FREDERIKSEN, Bodil Folke. Print, Newspapers and Audiences in Colonial Kenya: African and Indian Improvement, Protest and Connections. **Africa** / Volume 81 / Special Issue 01, pp 155 - 172, February 2011.

FREIBERG, J. W. The Dialectic of Confucionismo and Taoism in Ancient China. *In: Dialectical Anthropology*, 2, 175 -198, 1977.

FRUTTALDO, Antonio. In the 'Mist' of an Amplification Spiral. The Case of the 'Great Smog of London'. *In: Environmental Conflicts and Legal Disputes Across Media Discourse*. Edited by Oriana Palusci and Jan Engberg. Vol. 22, 2018.

GALINDO, Jorge. El Concepto de Riesgo en las Teorías de Ulrich Beck y Niklas Luhmann. *In: Acta Sociológica*, N° 67, pp. 141-164, Mayo-Agosto de 2015.

GALLUP. **Record-High 50% in U.S. Call Global Warming 'Serious Threat'**. Washington, DC: Gallup, 2024.

GALLUP. **U.S. Opinion and the Election: Guns, Immigration, Climate**. Washington, DC: Gallup, 2022.

GALLUP. **Are Americans Concerned About Global Warming?** Washington, DC: Gallup, 2024.

GALLUP. **Seven Key Gallup Findings About the Environment on Earth Day.** Washington, DC: Gallup, 2022b.

GALLUP. **Record-High 48% Call Global Warming a Serious Threat.** Washington, DC: Gallup, 2025.

GAO, James Z. Shooting Social Suffering: Photography and China's Human Disasters. *In: The Chinese Historical Review*, Volume 18, Number 2: 99-124, 2011.

GASPER, Michael. **The power of representation: publics, peasants, and Islam in Egypt.** Stanford University Press, 2009.

GAVRA, D.; STROVSKY, D. Valores dos jornalistas na Rússia: evolução histórica e dados empíricos modernos. *In: Brazilian Journalism Research* - Volume 12 - Número 1- 2016.

GIORDANO, Pedro Martín. El constructivismo operativo de Luhmann y su reflexión sobre el conocimiento científico. *In: Estudios Sociológicos* XL, 120, sept.-dic., 725-754, 2022.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais.** Elefante Editora, 2020.

GUEDES, Olga. Environmental Issues in the Brazilian Press. *In: Gazette*, Volume 62, 537-554, 2000.

GORDON, Joye C.; DEINES, Tina; HAVICE, Jacqueline. Global Warming Coverage in the Media: Trends in a Mexico City Newspaper. *In: Science Communication* 32(2) 143–170, 2010.

GREEN ECONOMY COALITION. Engaging with China's ecological civilisation: A pathway to a green economy? 2021.

GREENSTONE, Michael et al. China's war on pollution: evidence from the first five years. *In: NBER Working Paper* No. 28467 February 2021.

GRUNDMANN, R. Ozone and Climate: Scientific Consensus and Leadership. *In: Science, Technology, & Human Values*, Volume 31 Number 1 January 73-101, 2006.

GRUNDMANN, R.; KRISHNAMURTHY, R., The Discourse of Climate Change: A Corpus-based Approach. *In: Critical Approaches to Discourse Analysis across Disciplines*, Vol 4 (2): 113 – 133, 2010.

GRUNDMANN, R; SCOTT, Mike. Disputed climate science in the media: Do countries matter? *In: Public Understanding of Science*, Vol. 23(2) 220–235, 2012.

GUARDINO, Pedro. **The dead march: a history of the Mexican-American War**. Harvard University Press, 2017.

HABICH, Sabrina. Reasons to Dam: China's Hydropower Politics and Its Socio-Environmental Consequences. *In*: BLANCHARD, Jean-Marc F.; KUN-CHIN, Lin (Ed); **Governance, Domestic Change, and Social Policy in China: 100 Years after the Xinhai Revolution**. Palgrave Macmillan: 2017.

HADLAND, Adrian. Africanizing Three Models of Media and Politics: The South African Experience. *In*: HALLING, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems beyond the western world**. New York: Cambridge University Press, 2012.

HALLIN, Daniel C.; PAPATHANASSOPOULOS, Stylianos. Political Clientelism and the Media: Southern Europe and Latin America in Comparative Perspective. *In*: *Media Culture & Society* 24(2): 175–95, 2002.

HAN, Byung-Chul. **Bom entretenimento: Uma desconstrução da história da paixão ocidental**. São Paulo: Editora Vozes, 2019.

HAN Jingjing; SUN Shaojing; LU Yanqin. Framing Climate Change: A Content Analysis of Chinese Mainstream Newspapers From 2005 to 2015. *In*: **International Journal of Communication** 11, 2889–2911, 2017.

HANCOCK, Max. Spontaneity and Control: Friedrich Hayek, Stafford Beer, and the Principles of SelfOrganization. *In*: **Modern Intellectual History**, 1–20, Published online by Cambridge University Press, 2024.

HAOYUE Cecilia Li. Smog and Air Pollution: Journalistic Criticism and Environmental Accountability in China. *In*: **Journal of Rural Studies**, Volume 92, Pages 510-518, May 2022.

HARAWAY, Donna. **Quando as Espécies Se Encontram**. Ubu Editora, 2022.

HARLEY, J. B.; WOODWARD, David. **The History of Cartography: Cartography in the European Renaissance**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

HAYFORD, Charles W. Chinese professions, the nation and revolution, 1895–1965. *In*: **Routledge Handbook of Revolutionary China**. New York: Routledge, 2020.

HJARVARD, Stig. **The Mediatization of Culture and Society**. New York: Routledge, 2013.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOFFNAGEL, Marc Jay. O Partido Liberal de Pernambuco e a questão abolicionista, 1880-88. *In: Cad. Est Soa*, Recife, 4 n.2, pp. 195-206, jul./dez., 1988.

HOLLIMAN, Richard. Advocacy in the tail: Exploring the implications of ‘climategate’ for science journalism and public debate in the digital age. *In: Journalism*, 12(7) 832–846, 2011.

HORNBORG, Alf. The Political Ecology of the Technocene: Uncovering Ecologically Unequal Exchange in the World-System. *In: HAMILTON, C.; BONNEUIL, C.; GEMENNE, F. (Eds.), The Anthropocene and the Global Environmental Crisis: Rethinking Modernity in a New Epoch* (pp. 57-69), 2015.

HORSMAN, Reginald. **Race and Manifest Destiny: The Origins of American Racial Anglo-Saxonism**. Harvard University Press, 1981.

HOUGHTON, J.T.; JENKINS, G.J.; EPHRAUMS, J.J. (Editores). **Climate Change: The IPCC Scientific Assessment. Report Prepared for IPCC by Working Group 1**. Cambridge Press: 1990.

HU Xu; WANG Zhaoxu; ZHANG Lianwei. **Estudo sobre desastres ecológicos na região de Pequim-Tianjin-Hebei de 1912 a 1949** [1912—1949年京津冀地区的生态灾害研究]. *Journal of Beijing Forestry University* (Edição de Ciências Sociais) [北京林业大学学报(社会科学版)], [S. l.], 11 mar. Disponível em: [<https://cnwec.muc.edu.cn/info/1008/4888.htm>]. 2024.

HUI Wang et al. China’s Key Forestry Ecological Development Programs: Implementation, Environmental Impact and Challenges. *In: Forests*, 12, 101, 2021.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **World Energy Outlook 2007: China and India Insights**. OECD/IEA, 2007.

IHU. **Sociedade do risco: o medo na contemporaneidade**. Unisinos, São Leopoldo, 2006.

IPCC. **Climate Change 2007 The Physical Science Basis**. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2007.

ISENBERG, Andrew C. (Ed). **The Oxford handbook of environmental history**. Oxford University Press, 2014.

JACOBS, Robert D. Campaign for a Southern Literature: The Southern Literary Messenger. *In: The Southern Literary Journal*, Vol. 2, No. 1, pp. 66-98, 1969.

JANKU, Andrea. From Natural to National Disaster The Chinese Famine of 1928–1930. *In: Historical Disasters in Context Science, Religion, and Politics*. JANKU, Andrea; GERRIT, J. Schenk; MAUELSHAGEN, Franz (Ed.). Taylor & Francis, 2012.

JINGJING Shan et al. Optimizing the Layout of Territorial Space. *In: The Construction of Ecological Civilization in China*. China Social Sciences Press 2024.

JINGRONG Tong. **Investigative Journalism, Environmental Problems and Modernisation in China**. Palgrave Macmillan, 2015.

JINGZHENG Ren. **Waste-to-energy multi-criteria decision analysis for sustainability assessment and ranking**. Elsevier, 2020.

JOHANNES, Hendro Putra. The Buddha's Paṭiccasamuppāda: Addressing contemporary environmental development challenges through eschatological perspectives. *In: Life and Death: Journal of Eschatology* 2(2): 156–170, 2025.

JOHNSON, Benjamin Heber. **Escaping the Dark, Gray City Fear and Hope in Progressive-Era Conservation**. Yale University Press, 2017.

JUN Jing. Environmental protests in rural China. *In: Chinese Society Change, conflict and resistance* - Third edition. New York: Routledge, 2010.

JUNJIE Zhai et al. Assessing the effects of China's Three-North Shelter Forest Program over 40 years *In: Science of the Total Environment* 857, 2023.

JUTORAN, Sara B. El Proceso de las ideas sistémico-cibernéticas. *In: Sistemas familiares*, Año 10 No. 1 Abril 1994, Buenos Aires, Argentina.

KAHRE, Peter. Luhmanns massmedieteori och Internet som ett artificiellt intelligent semiotiskt system. *In: MedieKultur*, 49, 81-93, 2010.

KALPOKAS, Ignas. **A Political Theory of Post-Truth**. Palgrave Macmillan. 2019.

KAUFFMAN, L. Foreword: Laws of Form *In: Cybernetics and Human Knowing*. Vol. 24 (2017), nos. 3-4, pp. 5-15.

KARUNATHILAKE, N.M.B.P.K. **The Foundations of Chinese Thought: Taoism and Confucianism**. Department of Philosophy, Faculty of Arts, University of Peradeniya, 2020.

KE Qi et al. Impacts of the world's largest afforestation program (Three-North Afforestation Program) on desertification control in sandy land of China. *In: Giscience & Remote Sensing*, Vol. 60, N° 1, 2023.

KERLAN-STEPHENS, Anne. Droughts and Floods: The Representation of Climatic Disasters. *In: Republican China's Films (1927–1937)*. *In: Études chinoises*, vol. 39, n°1, pp. 177-237, 2020.

KHUSAIRI, Abdullah. Dinamika Islam Indonesia: Media Mass Sebagai Instrumen Gerakan. *In: Komunika*, Volume 1, n°1, 2018.

KIM, Joon Ho. Cibernética, Ciborgues e Ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural. *In: Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 21, pp. 199-219, jan./jun. 2004.

KLEIN, Verena. Schöne Frauen in der Landwirtschaft. *In: Aufbruch ins sozialistische Paradies – Propagandaplakate der frühen Volksrepublik China. Katalog zur Ausstellung in der Bibliothek der Ruhr Universität Bochum - Gestaltet von Studierenden der Fakultät für Ostasienwissenschaften der Ruhr-Universität Bochum*, 2018.

KOHN, Livia. **Daoism and Chinese Culture**. Three Pines Press, 2012.

KÖNIGSLÖW, Katharina Kleinen-von; POST, Senja; SCHÄFER, Mike S. How news media (de-)legitimize national and international climate politics - A content analysis of newspaper coverage in five countries. *In: The International Communication Gazette*, Vol. 81(7) 1–23, 2019.

KORBAS-MAGAL. Risk communication as an operation meant to produce and share audiences. *In: MedieKultur | Journal of media and communication research*, pp. 68-80, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Aceleración, prognosis y secularización**. Valencia: Guada Impresores, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Uma latente filosofia do tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

KOYRÉ, Alexandre. A Função Política da Mentira Moderna. *In: Anamorfose - Revista de estudos modernos*, vol 3, nº1, 2015.

KRAIDY, Marwan M. The Rise of Transnational Media Systems: Implications of Pan-Arab Media for Comparative Research. *In: HALLING, Daniel C.; MANCINI, Paolo. Comparing media systems beyond the western world*. New York: Cambridge University Press, 2012.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. *In: NOVAES, A. (org.). A outra margem do Ocidente*. São Paulo: MINC-Funarte/Companhia das Letras, 1999, pp. 23- 31.

KVACH, John F. **De Bow's Review: The Antebellum Vision of a New South**. University Press of Kentucky, 2013.

LANDSBERGER, Stefan. **Chinese Propaganda Posters: from revolution to modernization**. Routledge, 2020.

LAOZI. Tao Te Ching: **O Livro do Caminho e da Virtude**. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

LARY, Diana. Drowned Earth: The Strategic Breaching of the Yellow River Dyke, 1938. *In: War in History* 8 (2), pp.191-207, 2001.

LASKIN, David. The Great London Smoke. *In: Weatherwise* - pp. 42-45, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar? - Como se orientar politicamente no Antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LAUGHLIN, Charles A. **Chinese Reportage: The Aesthetics of Historical Experience**. Duke University Press: 2002.

LAW, Graham. Periodicalism. *In: The Victorian World*. HEWITT, Martin (Ed.). London: Routledge, 2012.

LEÃO, Igor Z. C. C.; OGAMA, Danilo F. O. A China entre o Confucionismo e o Socialismo. *In: Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v.40, n.136, pp.79-97, jan./jun. 2019.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. A Monadologia *In: Discurso de metafísica e outros textos*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LENOE, Matthew E. **Closer to the masses: Stalinist culture, social revolution, and Soviet newspapers**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

LESTER, Libby; HUTCHINS, Brett. Soft journalism, politics and environmental risk: An Australian story. *In: Journalism*, pp.654–667, 2011.

LI, Lillian M. **Fighting famine in North China: state, market, and environmental decline, 1690-1990**. Stanford University Press, 2007.

LI, Miao-miao et al. An overview of the “Three-North” Shelterbelt project in China. *In: Forestry Studies in China*, Vol.14, No.1, 2012.

LIU, Xinsheng; LINDQUIST, Eric; VEDLITZ, Arnold. Explaining Media and Congressional Attention to Global Climate Change, 1969–2005: An Empirical Test of Agenda-Setting Theory. *In: Political Research Quarterly* 64(2) 405–419, 2011.

LOVELOCK, James. **A Vingança de Gaia**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2020.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. Paulus: São Paulo, 2011.

LUHMANN, Niklas. **Ecological Communication**. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

LUHMANN, Niklas. Öffentliche Meinung. *In: LUHMANN, N. (Ed.), Politische Planung. Aufsätze zur Soziologie von Politik und Verwaltung*. Westdeutscher Verlag, Opladen, pp. 9–34, 1971.

LUHMANN, Niklas. **La sociedad de la sociedad**. México: Editorial Herder, 2006.

LUHMANN, Niklas. **Sociología del riesgo**. Guadalajara, Jalisco, México: Universidad Iberoamericana y Universidad de Guadalajara, 1992.

LUHMANN, Niklas. **Complejidad y modernidad**. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

LUHMANN, Niklas. **El amor como pasión: la codificación de la intimidad**. Barcelona: Ediciones Península, 2008.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas Sociais: Esboço de uma Teoria Geral**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

LUHMANN, Niklas. **El arte de la sociedad**. México: Editorial Herder, 2005.

LUHMANN, Niklas. Cognition as Construction. *In: **Luhmann explained: from souls to systems*** / MOELLER, Hans-Georg (Ed.). Carus Publishing Company: 2006.

LUHMANN, Niklas. Beyond Barbarism. *In: **Luhmann explained: from souls to systems*** / MOELLER, Hans-Georg (Ed.). Carus Publishing Company: 2006.

LUHMANN, Niklas. Tautology and Paradox in the Self-Descriptions of Modern Society. *In: **Sociological Theory***, Spring, Vol. 6, No. 1, pp. 21-37, 1988.

LUHMANN, Niklas. Deconstruction as Second-Order Observing. *In: **New Literary History, Autumn***, Vol. 24, N° 4, Papers from the Commonwealth Center for Literary and Cultural Change, pp. 763-782, 1993.

LUHMANN, Niklas. The Paradox of Observing Systems. Cultural Critique. *In: **Autumn***, N° 31, The Politics of Systems and Environments, Part II, pp. 37-55, 1995.

LUHMANN, Niklas. "What is the Case?" and "What Lies behind It?" The Two Sociologies and the Theory of Society. *In: **Sociological Theory***, Vol. 12, No. 2, pp. 126-139, 1994.

LUHMANN, Niklas. Response to Commentators. *In: **Sociological Analysis***. Spring, Vol. 46, No. 1, pp. 33-36, 1985.

LUHMANN, Niklas. The Modernity of Science. *In: **New German Critique***, Winter, N° 61, Special Issue on Niklas Luhmann, pp. 9-23, 1994.

LUHMANN, Niklas. The Paradox of System Differentiation and the Evolution of Society. *In: ALEXANDER, Jeffrey C; COLOMY, P. (Eds.). **Differentiation Theory and Social Change***. New York: Columbia UP, pp.409-440, 1990.

LUSTHAUS, Dan. Filosofia budista, chinês. *In: **Routledge Encyclopedia of Philosophy***, 1998.

LYON, Thomas P.; MAXWELL, John W. Greenwash: Corporate Environmental Disclosure under Threat of Audit. *In: **Journal of Economics & Management Strategy***, Volume 20, Number 1, Spring, 3-41, 2011.

MACKINNON, Stephen R. Toward a History of the Chinese Press in the Republican Period. *In: **Modern China***, Vol. 23, No. 1 (Jan), pp. 3-32, 1997.

MALM, Andreas. **Fossil Capital: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming**. Verso, 2016.

MANN, Charles. **1491: New Revelations of the Americas Before Columbus**. New York: Vintage Books, 2021.

MAO Tsé-Tung. **Citações do Presidente Mao Tsetung**. Seara Vermelha, 2023.

MAO Tsé-Tung. **Selected Works of Mao Tse-Tung: Volume III**. Foreign Languages Press, Paris, 2021.

MAQUIAVEL, Niccolò. **O príncipe**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

MARCONDES Filho, Ciro. Prefácio à Edição Brasileira: Niklas Luhmann, a comunicação vista por um novo olhar. *In: A Realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2011.

MARCUSE, Herbert. **Um Ensaio sobre a Libertação**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1969.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARKS, Robert B. **China: its environment and history**. Rowman & Littlefield Publishers, 2012.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MATURANA, H. **De máquinas y seres vivos - Autopoiesis: La organización de lo vivo**. Titivillus, 2019.

MATURANA, H.; VARELA, F. Autopoiesis and Cognition: The Realization of the Living. *In: Volume 42 Boston Studies in the Philosophy of Science*. COHEN, Robert S.; WARTOFSKY, Marx W. (Ed.). 1980.

MAXWELL, James Clerk. On Governors. *In: Proceedings of the London Mathematical Society*, v.16, 1868, pp. 270-283.

MCSHANE, Clay; TARR, Joel. **The horse in the city: living machines in the nineteenth century**. The Johns Hopkins University Press, 2007.

MCCRIGHT, Aaron M.; XIAO, Chenyang; DUNLAP, Riley E. Political polarization on support for government spending on environmental protection in the USA, 1974–2012. *In: Social Science Research* 48, 251–260, 2014.

MCWILLIAM, Rohan. The performance of citizenship. *In: The Victorian World*. Edited by Martin Hewitt. London: Routledge, 2012.

MEADOWS, Donella H. et al. **Limites do Crescimento: Um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MEDINA, Eden. **Cybernetic revolutionaries: technology and politics in Allende's Chile**. The MIT Press: 2011.

MELOSI, Martin V. **Garbage in the cities: Refuse, Reform, and the Environment**. University of Pittsburgh Press, 2005.

MELOSI, Martin V. **Fresh Kills: a history of consuming and discarding in New York City**. New York: Columbia University Press, 2020.

MERCHANT, Carolyn. **The Columbia Guide to American Environmental History**. New York: Columbia University Press, 2002.

MERCHANT, Carolyn. **The death of nature**. Harper & Row, 1983.

MERKLEY, Eric; STECULA, Dominik A. Party Elites or Manufactured Doubt? The Informational Context of Climate Change Polarization. *In: Science Communication*, Vol. 40(2) 258 –274, 2018.

MERTHA, Andrew. **China's Water Warriors: Citizen Action and Policy Change**. Cornell University Press, 2010.

MILLER, Perry. **Errand into the wilderness**. The Belknap Press of Harvard University Press, 1984.

MINJUN Shi; HONGBO Chen. The Development of Ecological Economy. *In: The Construction of Ecological Civilization in China*, China Social Sciences Press 2024.

MINJUN Shi; HONGBO Chen. **Nature's Nation**. Cambridge: The Belknap Press, 1974.

MOELLER, Hans-Georg. **Luhmann Explained: From Souls to Systems**. Chicago and La Salle, Illinois, 2006.

MORAIS, Maria do Carmo Lima; ARAÚJO, Patrícia Carla Viana de. O Reggae da Jamaica ao Maranhão: Presença e Evolução. **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, de 28 a 30 de maio de 2008 Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

MOSLEY, Stephen. **The Chimney of the World: A History of Smoke Pollution in Victorian and Edwardian Manchester**. USA and Canada: Routledge, 2008.

MÜHLHAHN, Klaus. **Making China modern: from the Great Qing to Xi Jinping**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2019.

NASH, Linda. Beyond Virgin Soils: Disease as an environmental history. *In: The Oxford handbook of environmental history* / ISENBERG, Andrew C. (Ed.). Oxford University Press, 2014.

NASH, Roderick Frazier. **Wilderness and the American Mind**. Yale University Press, 2014.

NEVES, Marcelo. Os Estados no centro e os Estados na periferia: Alguns problemas com a concepção de Estados da sociedade mundial em Niklas Luhmann. *In: Revista de Informação Legislativa*, Ano 52 Número 206 abr./jun. 2015.

NEWLANDS, Maxine. **Environmental Activism, Environmental Politics, and representation: The framing of the British environmental activism movement**. Ph.D. University of East London, 2013.

NWOKOLO, Samuel Chukwujindu. Climate hoax: The shift from scientific discourse to speculative rhetoric in climate change conversations. *In: Next Research* 2, 2025.

O'BRIEN, Kevin J.; YANHUA Deng. Repression Backfires: tactical radicalization and protest spectacle in rural China. *In: Journal of Contemporary China*, Volume 24, 2015.

OMU, Fred I. A. **Press and Politics in Nigeria, 1880-1937**. Longman Group Limited, 1978.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik M. **Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming**. Bloomsbury Press: NY, 2010.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik M. **The collapse of western civilization: a view from the future**. Columbia University Press, 2014.

O'SULLIVAN, John L. The Great Nation of Futurity. *In: The United States Democratic Review*, Vol. 6, Edição 23, pp. 426-430, 1839.

O'SULLIVAN, John L. Annexation. *In: The United States Democratic Review*, 17, no. 1, pp. 5-10, July-August, 1845.

PAINTER, James; ASHE, Teresa. Cross-national comparison of the presence of climate scepticism in the print media in six countries, 2007–10. *In: Environmental Research Letters*, Volume 7, Number 4, 2012.

PAINTER, James; GAVIN, Neil T. Climate Skepticism in British Newspapers, 2007–2011. *In: Environmental Communication*, 10(4), pp. 432-452, 2015.

PEZZULO, Phaedra C.; COX, Robert. **Environmental Communication and the Public Sphere**. Volume 5. SAGE Publications, Inc. 2018.

PIAS, Claus. **Cybernetics: The Macy-Conferences 1946-1953, Volume 1**. Kästner-Druck: Berlin, 2003.

PING Huang; WESTMAN, Linda. China's imaginary of ecological civilization: A resonance between the state-led discourse and sociocultural dynamics. *In: Energy Research & Social Science*, 81, 2021.

POLEZONIS, Colette. **Identity, Knowledge, and Environmentalism: How the Media can Identity, Knowledge, and Environmentalism: How the Media can Affect the Politics of Climate Change in the United States Affect the Politics of Climate Change in the United States**. Honor Scholar Theses, DePauw University, 2002.

POLIVKA, Barbara J. The Great London Smog of 1952. *In: Environments & Health*, Vol. 118, No. 4, April 2018.

POST, Senja.; RAMIREZ, Natalia. Politicized Science Communication: Predicting Scientists' Acceptance of Overstatements by Their Knowledge Certainty, Media Perceptions, and Presumed Media Effects. *In: Journalism & Mass Communication Quarterly* 1-21, 2018.

POST, Senja.; MAIER, Michaela. Scientific uncertainty in public discourse: How scientists, media and audiences present und process scientific evidence. *In: Communications* 41(3): 229–230, 2016.

POTT, Crisla M.; ESTRELA, Carina C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. *In: Estudos Avançados* 31 (89), 2017.

PRIGOGINE; Ilya; STENGERS, Isabelle. **A nova aliança: Metamorfose da Ciência**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.

QUINN-JUDGE, Sophie. **Ho Chi Minh: the missing year**. University of California Press, 2002.

RAMOSE, Mogobe B. **African Philosophy through Ubuntu**. Mond Books Publishers, 2005.

REED, Christopher A. **Gutenberg in Shanghai: Chinese print capitalism, 1876-1937**. Vancouver: UBC Press, 2004.

REYNOLDS, George William MacArthur. **The Mysteries of London**. Edinburgh University Press, 1996.

REINO UNIDO. **Online Safety Act 2023**. Parliament of the United Kingdom, 26 out. 2023.

RHOMBERG, Markus. Risk perceptions and public debates on climate change: a conceptualisation based on the theory of a functionally-differentiated society. *In: MedieKultur | Journal of media and communication research*, pp. 55-67, 2010.

RIQUITO, Mariana. Antropoceno patriarcal, petro-masculinidades e masculinidades industriais: diálogos feministas sobre a crise climática. *In: Ex Æquo*, n.º 43, pp. 15-29, 2021.

ROBERTS, Adam. **The History of Science Fiction**. Palgrave Macmillan, 2006.

ROBESPIERRE, M. **Ouvres completes**. BOULOISEAU, M. (Org). Paris, 1958.

RODRÍGUEZ, Darío; BUSCO, Carolina; FLORES, Rodrigo. Information technology within society's evolution. *In: Technology in Society* 40, pp. 64-72, 2015.

ROGASKI, Ruth. **Hygienic modernity: meanings of health and disease in treaty-port China**. University of California Press, 2004.

ROOTES, Christopher. Environmental Movements. *In: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter. (Org) The Blackwell Companion to Social Movements*. Blackwell Publishing Ltd, 2004.

ROSA, Hartmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ROŠKER, Jana. **Textos selecionados de filosofia chinesa I: áreas de investigação e perspectivas comparadas**. Pelotas: NEPFIL Online, 2022.

ROUDAKOVA, Natalia. Comparing Processes: Media, “Transitions,” and Historical Change. *In: HALLING, Daniel C.; MANCINI, Paolo. Comparing media systems beyond the western world*. New York: Cambridge University Press, 2012.

ROVAI, Mauro Luiz. **Imagem-movimento, imagens de tempo e os afetos "Alegres" no filme "O Triunfo da Vontade", de Leni Riefenstahl: um estudo de sociologia e cinema**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2003.

SALES JÚNIOR, Francisco das Chagas; KNEIPP, Valquíria Aparecida Passos. A regionalização da televisão no Brasil: a implantação das emissoras pioneiras nos estados e regiões. *In: Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 11, n. 2, pp. 143-161, jul./dez. 2022.

SAMPAIO, Jorge Henrique Maia; OLÍMPIO, Marise Magalhães. Estados Unidos e o destino manifesto. *In: Ameríndia*, Volume 2, Número 2/2006.

SAMPEI, Yuki; AOYAGI-USUI, Midori. Mass-media coverage, its influence on public awareness of climate-change issues, and implications for Japan's national campaign to reduce greenhouse gas emissions. *In: Global Environmental Change* 19, 203–212, 2009.

SHELLNHUBER, Hans Joachim (Ed). **Avoiding Dangerous Climate Change**. Cambridge, New York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapore, São Paulo: Cambridge University Press, 2006.

SCHÄFER, M.S.; SCHEFFRAN, J.; PENNIKET, L. Securitization of media reporting on climate change? A cross-national analysis in nine countries. *In: Security Dialogue* 47(1): 76–96, 2016.

SCHMID-PETRI, Hannah et al. A changing climate of skepticism: The factors shaping climate change coverage in the US press. *In: Public Understanding of Science* 1–16, 2015.

SCHMITT, Edwin A. Living in an Ecological Civilization: Ideological Interpretations of an Authoritarian Mode of Sustainability in China. *In: Critical Approaches to Discourse Analysis across Disciplines* Vol 10 (2): 69-91, 2018.

SCHOENFELD, A. Clay; MEIER, Robert F.; GRIFFIN, Robert J. Constructing a social problem: the press and environment. *In: Social Problems*, Vol. 27, No. 1, October 1979.

SCHNEIDER, Dona; LILIENFELD, David E. **Public health: the development of a discipline**. Rutgers University Press, 2008.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the News**. New York: Basic Books, 1989.

SCHMIDT, A; IVANOVA, A; SCHAFFER, M.S. Media attention for climate change around the world: A comparative analysis of newspaper coverage in 27 countries. *In: Global Environmental Change* 23(5): 1233–1248, 2013.

SCHREURS, Miranda A.; CLARK, William C.; DICKSON, Nancy M.; JÄGE, Jill. Issue Attention, Framing, and Actors: An Analysis of Patterns Across Arenas. *In: Learning to manage global environmental risks / the Social Learning Group II*. Massachusetts Institute of Technology, pp.349-364, 2001.

SCHOPF, J. William. **Cradle of life: the discovery of earth's earliest fossils**. Princeton University Press, 1999.

SEEBERG, Vilma. **Literacy in China: The Effect of the National Development Context and Policy on Literacy Levels, 1949-79**. Bochum, Germany: Brockmeyer Verlag, 1995.

SEMUJJU, Brian. Climate change in Ugandan media: ‘Global Warming’ of journalism ethics. *In: Journal of African Media Studies*, Volume 5, Number 3, 2013.

ŞENEL, Engin. Health and Chinese Beliefs: A Scientometric Analysis of Health Literature Related to Taoism and Confucianism. *In: Journal of Religion and Health*, Volume 61, pages 2663–2678, 2020.

SHANAHAN, Mike. Time to Adapt? Media Coverage of Climate Change in Nonindustrialised Countries. *In: BOYCE, Tammy; LEWIS, Justin (editores). Climate Change and the Media*. Peter Lang: 2009.

SHAPIRO, Judith. **Mao’s War Against Nature: Politics and the Environment in Revolutionary China**. Cambridge University Press, 2001.

SHAPIRO, Judith. **China's Environmental Challenges**. Polity Press, 2016.

SHEAIL, John. 'Never Again': Pollution and the Management of Watercourses in Postwar Britain. *In: Journal of Contemporary History*, Vol 33(1), 117-33, 1998.

SHIRAISHI, Takashi. **An Age in Motion Popular Radicalism in Java, 1912-1926**. Cornell University Press, 1990.

SHU, Yunzhong. Narrative strategies for a pluralistic understanding of the Chinese revolution. *In: Textual Practice*, 2015.

SILVA, Carlos Benedito da Silva. Os Sons do Atlântico Negro. *In: Revista Brasileira do Caribe*, Goiânia, vol. VIII, nº 15, 21-39, 2007.

SIMMEL, Georg. **As Grandes Cidades e a Vida do Espírito**. Universidade da Beira Interior Covilhã, 2009.

SONG, Yunya; HUANG, Zeping; SCHULDT, Jonathon P.; YUAN, Y Connie. National prisms of a global phenomenon: A comparative study of press coverage of climate change in the US, UK and China. *In: Journalism* 1–22, 2021.

SOUSA, Jorge Pedro. **Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

SUTTON, Mark Q. **An Introduction to Native North America**. New York: Routledge, 2016.

SPENCE, Mark David. **Dispossessing the wilderness: Indian removal and the making of the national parks**. Oxford University Press, 1999.

SPENCER-BROWN, G. **Laws of Form**. Bohmeier Verlag: 2011.

STANTON, Andrea L. The changing face of El Moudjahid during the Algerian War of Independence. *In: The Journal of North African Studies*. Vol. 16, No. 1, 59–76, Março 2011.

STENGERS, Isabelle. **In Catastrophic Times: Resisting the Coming Barbarism**. Open Humanities Press, 2015.

STERN, N. **The Economics of Climate Change: The Stern Review**. Cambridge University Press, 2006.

STOKES, Bruce; WIKE, Richard; CARLE, Jill. **Global Concern about Climate Change, Broad Support for Limiting Emissions**. Pew Research Center, November 2015.

STORANI et al. Relative engagement with sources of climate misinformation is growing across social media platforms. *In: Nature-Scientific Reports*, 2025.

STOROZUM, Michael et al. Geoarchaeological evidence of the AD 1642 Yellow River flood that destroyed Kaifeng, a former capital of dynastic China. *In: Nature: Scientific Reports*, 2020.

TÆKKE, Jesper; PAULSEN, Michael. Luhmann and the media. *In: MedieKultur*, 49, 1-10, 2010.

TAKAHASHI, Bruno. Framing and sources: a study of mass media coverage of climate change in Peru during the V ALCUE. *In: Public Understand. Sci.* 20(4), 543–557, 2011.

TARR, Joel A. **The Search for the ultimate sink: urban pollution in historical perspective.** The University of Akron, 1996.

TARR, Joel A et al. Water and Wastes: A Retrospective Assessment of Wastewater Technology in the United States, 1800-1932. *In: Technology and Culture*, Vol. 25, N° 2, pp.226-263, 1984.

TAYLOR, Bron. **Dark Green Religion: Nature Spirituality and the Planetary Future.** University of California Press, 2010.

TAYLOR, William. The culture of ‘environmentality’ and the exceptionality of the countryside. *In: The Victorian World.* Edited by Martin Hewitt. London: Routledge, 2012.

THIBODEAU, John G.; WILLIAMS, Philip B. Preface. *In: The River Dragon Has Come! The Three Gorges Dam and the Fate of China's Yangtze River and Its People.* Routledge, 2015.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

THOREAU, Henry David. **Walden ou a vida nos bosques.** Antígona, 2017.

THORSHEIM, Peter. **Inventing Pollution: Coal, Smoke, and Culture in Britain since 1800.** Ohio University Press, 2017.

THURNER, Paul W. et al. The Conflict over Nuclear Energy Public Opinion, Protest Movements, and Green Parties in Comparative Perspective. *In: The Politics of Nuclear Energy In Western Europe.* Oxford University Press, 2017.

TONG, Bing. **Journalism and Communication in China and the West: A Study of History, Education and Regulation.** China Renmin University Press, 2020.

TSUEN-HSUIN, Tsien. **Science and civilization in China. vol. 5: Chemistry and chemical technology Pt. I: Paper and printing.** Cambridge University Press, 1985.

TUCKER, Mary Evelyn. Confucian Cosmology and Ecological Ethics: Qi, Li, and the Role of the Human. *In: **Living Earth Community: Multiple Ways of Being and Knowing***. Cambridge, UK: Open Book Publishers, 2020.

TURNER, Fred. **From counterculture to cyberculture: Stewart Brand, the Whole Earth network, and the rise of digital utopianism**. The University of Chicago Press, 2006.

TURNER, James Morton. Rethinking American Exceptionalism: Toward a Transnational History of National Parks, Wilderness, and Protected Areas. *In: **The Oxford handbook of environmental history*** / ISENBERG, Andrew C. (Ed.). Oxford University Press, 2014.

UNEP. Assessment Report of the Environmental Effects Assessment Panel, 2022.

UNESCO. International Literacy Day 2025 Promoting literacy in the digital era. 2025.

ULIANOV, Vladimir Ilich. **Que fazer? Questões candentes de nosso movimento**. São João del Rei: Estudos Vermelhos. 2009.

URIO, Paolo. China 1949–2019: **From Poverty to World Power**. Springer Nature Singapore Pte Ltd. 2019.

VALAUSKAS, Charles C.; OTTLEY, Bruce L. Recent and Developments Protection and Law in the People's in Environmental Republic. *In: **Review of Socialist Law***, n°1, pp. 35-51, 1981.

VARELA, Francisco. Reflections on the Circulation of Concepts between a Biology of Cognition and Systemic Family Therapy. *In: **Family Process***. Vol. 28, n.º 1, pp. 15–24. 1989.

VARELA, Francisco. Organism: A meshwork of selfless selves. *In: TAUBER, F. (ed). **Organism and the Origins of Self***. Springer Netherlands. pp. 79–107, 1991.

VARTANOVA, Elena. The Russian Media Model in the Context of Post-Soviet Dynamics. *In: HALLING, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems beyond the western world***. New York: Cambridge University Press, 2012.

VELUT, Jean-Baptiste. A Brief History of the Relations between the U.S. Labor and Environmental Movements (1965-2010). *In: **Revue Française d'études américaines***, N° 129, 2011.

VIEIRA, Jorge de Albuquerque. Conhecimento e Ficção. *In: **Kalíope***, São Paulo, ano 5, n. 1, pp. 59-6, 2009.

VIEIRA, Jorge de Albuquerque. Organização e Sistemas. *In: Informática na Educação: Teoria & Prática*, V.3 Nº 1, Setembro, 2000.

VITTINGHOFF, Natascha. Readers, Publishers and Officials in the Contest for a Public Voice and the Rise of a Modern Press in Late Qing China (1860-1880). *In: T'oung Pao*, Second Series, Vol. 87, Fasc. 4/5, pp. 393-455, 2001.

VOGEL, Lise. **Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory**. Brill, 2013.

VOSEN, Patrick. 1959: Der große Sprung gegen die Natur. *In: Aufbruch ins sozialistische Paradies – Propagandaplakate der frühen Volksrepublik China. Katalog zur Ausstellung in der Bibliothek der Ruhr Universität Bochum - Gestaltet von Studierenden der Fakultät für Ostasienwissenschaften der Ruhr-Universität Bochum*, 2018.

XI, Jinping. **Discurso no 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China**, Pequim, 18 de outubro de 2017.

XIAO, Lingbo; FANG, Xiuqi; ZHENG, Jingyun; ZHAO, Wanyi. Famine, migration and war: Comparison of climate change impacts and social responses in North China between the late Ming and late Qing dynasties. *In: The Holocene*, Volume 25, Issue 6, June 2015.

XIE, Lei. The Story of Two Big Chimneys: A Framing Analysis of Climate Change in US and Chinese Newspapers. *In: Journal of Intercultural Communication Research*, Vol. 44, nº2, 151–177, 2015.

XIE, Qianmao. **Yi jiu san yi nian Hankou dashui ji** [A Grande Inundação de Hankou em 1931]. Pequim: Centro de Microfilmes da Biblioteca Nacional da China, 2006.

XUE, Bing et al. Understanding ecological civilization in China: From political context to science. *In: Ambio* 52:1895–1909, 2023.

XUE Yu. Buddhism in traditional China. *In: The Routledge Encyclopedia of Traditional Chinese Culture*, Routledge, 2020.

WANG Q. Edward. Chinese revolutions and the ebb and flow of revolutionary historiography. *In: Routledge Handbook of Revolutionary China*. New York: Routledge, 2020.

WANG T. et al. Air quality during the 2008 Beijing Olympics: secondary pollutants and regional impact. *In: Atmospheric Chemistry and Physics*, 10, 7603–7615, 2010.

WASHBURN, Patrick Scott. **The African American newspaper: voice of freedom**. Northwestern University Press, 2006.

WATSON, Robert T. and Core Writing Team. **Climate Change 2001: Synthesis Report**. 2001.

WATZLAWICK, Paul; Krieg, Peter. **El ojo del observador: contribuciones al constructivismo**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1995.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2014.

WEBER, Max. **The Religion of China: Confucianism and Taoism**. Illinois: The Free Press: 1959.

WEI, Shuge. **News under Fire: China's Propaganda against Japan in the English-Language Press, 1928–1941**. Hong Kong University Press: 2017.

WEINGART, Peter; ENGELS, Anita; PANSEGRAU, Petra. Risks of communication: discourses on climate change in science, politics, and the mass media. *In: Public Understand. Sci.* 9, 261–283, 2000.

WEINGART, Peter; ENGELS, Anita; PANSEGRAU, Petra Nach der Katastrophe. *In: Von der Hypothese zur Katastrophe: Der anthropogene Klimawandel im Diskurs zwischen Wissenschaft, Politik und Massenmedien*. Verlag Barbara Budrich, Opladen & Farmington Hills, 2008.

WESTON, Timothy B. China, Professional Journalism, and Liberal Internationalism in the Era of the First World War. *In: Pacific Affairs*: Vol 83, No. 2 June 2010.

WIENER, Norbert. **Cibernética: Ou Controle e Comunicação no Animal e na Máquina**. Perspectiva, 2017.

WIENER, Norbert. **Cibernética e Sociedade: o uso humano dos seres humanos**. Editora Cultrix, 1965.

WIENER, Norbert. **God and Golem: a comment on certain points where Cybernetics Impinges on Religion**. The MIT Press, 1966.

WILLIAMS, John. The Yin and Yang of G. Spencer Brown's Laws of Form. *In: Alphabetum III*, West Den Haag, The Netherlands, September 28 - December 31, 2019.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

WU, Shuanglei; WEI, Yongping; HEAD, Brian; ZHAO, Yan; HANNA, Scott. Using a process-based model to understand dynamics of Chinese agricultural and water technology development from 8000 BC to 1911 AD. *In: Ambio*, 50:1101–1116, 2021.

WYNNE, Brian. et al. Institutional Cultures and the Management of Global Environmental Risks in the United Kingdom. *In: Learning to Manage Global Environmental Risks / the Social Learning Group II*. Massachusetts Institute of Technology, pp. 93-114, 2001.

YAN, Jun; BOCHARNIKOV, Vladimir. Knowledge and Understanding of Ecological Civilization: A Chinese Perspective. *In: BRICS Journal of Economics* 3(4) pp. 231-247, 2022.

YAN Wu. The Good, the Bad and the Ugly: Framing of China in News Media Coverage of Global Climate Change. *In: Climate Change and the Media* (pp.158-173), 2009.

YANG Jisheng et al. **Tombstone: the great Chinese famine, 1958–1962**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2012.

YANG, Lihui; AN, Deming; TURNER, Jessica Anderson. **Handbook of Chinese mythology**. ABC-CLIO, 2005.

YANG, Tongjin; SONG, Wenjing; HUANG, Zijian; WU, Jingyi. The values of biological diversity: A perspective from China. *In: Biological Conservation* 287, 2023.

YI Wang, YING Wang. Citrus ontology development based on the eight-point charter of agriculture. *In: Computers and Electronics in Agriculture* 155, pp. 359-370, 2018.

YUAN Xu. **Environmental Policy and Air Pollution in China Governance and Strategy**. Routledge, 2021.

YU-KIT Cheung. Confucianism. *In: The Routledge Encyclopedia of Traditional Chinese Culture*, Routledge, 2020.

ZHANG Jianguang. Environmental Hazards in the Chinese Public's Eyes. *In: Risk Analysis*, Vol. 14, No. 2, 1994.

ZHANG Yuxuan. The Value of Nature and Human Responsibility in Contemporary Environmental Philosophy. *In: Frontiers in Management Science*, Vol.3, N°6, 2024.

ZHANG Ziyu; XU Xinyue. The enlightenment of Chinese philosophy to the construction of contemporary ecological civilization. *In: Trans/Form/Ação: Unesp journal of philosophy*, Marília, v. 47, n. 4, “Eastern thought”, e0240070, 2024.

ZHANG, Wen; Tang, Qingye. Towards “Ecological Civilization”: Development Discourse in People’s Daily’s Climate Change Communication (1995–2023). *In: Critical Arts: South-North Cultural and Media Studies*, 2025.

ZHAO, Yunze; SUN, Ping. **A History of Journalism and Communication in China**. Routledge, 2018.

ZHAO, Yuezhi. Understanding China’s Media System in a World Historical Context. *In: HALLING, Daniel C.; MANCINI, Paolo. Comparing media systems beyond the western world*. New York: Cambridge University Press, 2012.

ZHUANGZI. **The Complete Works of Zhuangzi**. Translated by Burton Watson. Columbia University Press, 2013.

Referências Online

<https://archive.org/>

<https://archives.nd.edu/observer/>

<https://www.bbc.com>

<https://www.bbc.com/news/av/uk-wales-35539666>

https://www.bjreview.com/special/50th/node_15425.htm

<https://www.chinadaily.com.cn>

<https://www.chinadaily.com.cn/a/202208/01/WS62e7094ca310fd2b29e6f616.html>

<https://www.chinadailyasia.com/hk/article/617979?utm>

<https://chinaglobaldialogue.com/>

<https://chinese posters.net/themes/index>

<https://cn.govopendata.com/>

<https://www.ctg.com.cn/sxjt/sxgc4/gcgk7/index.html>

<https://data.people.com.cn/>

<https://english.mee.gov.cn/>

<https://english.news.cn/home.htm>

<https://english.news.cn/20230828/7bca536f061a4dc98126a423e70e432f/c.html>

https://english.mee.gov.cn/News_service/media_news/201103/t20110301_201310.shtml?utm

https://www.gov.cn/jrzg/2011-11/22/content_2000047.htm

https://www.gov.cn/zhengce/2021-10/27/content_5646697.htm

https://www.gov.cn/zhengce/2021-10/08/content_5641289.htm

https://www.gov.cn/xinwen/2022-10/25/content_5721685.htm
https://www.gov.cn/gongbao/content/2022/content_5707286.htm
<https://www.thegwpf.org/>
<https://www.iea.org/reports/coal-mid-year-update-2025/demand?utm>
<https://www.infzm.com>
<https://www.infzm.com/contents/287377?utm>
<https://www.ipcc.com>
<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/chapter/chapter-10/?utm>
https://www.ipcc.ch/event/ipcc-workshop-on-engaging-diverse-knowledge-systems-and-ipcc-workshop-on-methods-of-assessment/?utm_source=chatgpt.com
<https://www.ipso.co.uk>
<https://lcipp.unfccc.int/>
<https://www.loc.gov/>
<https://mecco.colorado.edu/world/index.html>
<https://www.mee.gov.cn>
https://www.mee.gov.cn/gkml/sthjbgw/qt/200910/t20091030_180661.htm?utm
https://www.mee.gov.cn/ywdt/xwfb/202501/t20250124_1101318.shtml?utm
http://www.moe.gov.cn/jyb_xwfb/s5148/201903/t20190311_372926.html
<http://www.mzdbl.com.cn/rmhb/index.html>
<https://www.nytimes.com/>
<https://observer.co.uk/>
<https://www.parliament.uk/globalassets/documents/lords-information-office/2011/letter-to-viscount-monckton-20110715.pdf>
<https://rsf.org/pt-br/ranking>
<https://rsf.org/pt-br/6-meses-de-guerra-na-ucr%C3%A2nia-8-jornalistas-mortos>
<https://www.theguardian.com/>
<https://www.unep.org/unepmap/node/7619>
https://www.youtube.com/watch?v=7helwhc5_d0
<https://www.youtube.com/watch?v=ZtyM9mPbMUo>
<https://www.yunzhan365.com/newspapers/publications/wuhuribao.html>

